ISSN 1677-7042

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO
República Federativa do Brasil - Imprensa Nacional
Em circulação desde 1º de outubro de 1862

SEÇÃO 1

Ano CLV Nº 74

Brasília - DF, quarta-feira, 18 de abril de 2018

Sumário

PÁGINA
Atos do Poder Judiciário 1
Atos do Poder Legislativo 3
Atos do Senado Federal 7
Atos do Poder Executivo 8
Presidência da República 8
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 9
Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações 12
Ministério da Cultura 15
Ministério da Defesa 18
Ministério da Educação 23
Ministério da Fazenda 24
Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços 28
Ministério da Integração Nacional 29
Ministério da Justiça 29
Ministério da Saúde 35
Ministério das Cidades 98
Ministério de Minas e Energia 99
Ministério do Desenvolvimento Social 256
Ministério do Esporte 257
Ministério do Meio Ambiente 260
Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão 261
Ministério do Trabalho 267
Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil 270
Ministério Extraordinário da Segurança Pública 271
Ministério Público da União 273
Tribunal de Contas da União 276
Poder Judiciário 277
Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais .. 279

Atos do Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PLENÁRIO

DECISÕES
Ação Direta de Inconstitucionalidade e
Ação Declaratória de Constitucionalidade
(Publicação determinada pela Lei nº 9.868, de 10.11.1999)

Acórdãos

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.679 (1)
ORIGEM : ADI - 4679 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED. : DISTRITO FEDERAL
RELATOR : MIN. LUIZ FUX
REQTE.(S) : DEMOCRATAS - DEM
ADV.(A/S) : FABRÍCIO JULIANO MENDES MEDEIROS (27581/DF)
INTDO.(A/S) : PRESIDENTE DA REPÚBLICA
INTDO.(A/S) : CONGRESSO NACIONAL
ADV.(A/S) : ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), julgando procedente em parte o pedido formulado apenas para declarar a inconstitucionalidade do art. 25 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, o julgamento foi suspenso. Falaram, pelo requerente DEMOCRATAS - DEM, o Dr. Fabrício Juliano Mendes Medeiros, OAB/DF 27.581; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso, e, pelo Ministério Público Federal, a Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Vice-Procuradora-Geral da República. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 25.06.2015.

Decisão: Após o voto do Ministro Edson Fachin, julgando improcedente o pedido formulado na ação, e os votos dos Ministros Roberto Barroso, Teori Zavascki e Rosa Weber, que julgavam parcialmente procedente o pedido, acompanhando o Relator, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 05.08.2015.

Decisão: O Tribunal, por maioria e nos termos do voto do Relator, julgou procedente em parte o pedido apenas para declarar a inconstitucionalidade do art. 25 da Lei nº 12.485, de 12 de setembro de 2011, vencido, no ponto, o Ministro Edson Fachin. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 8.11.2017.

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. NOVO MARCO REGULATÓRIO DA TELEVISÃO POR ASSINATURA (LEI N. 12.485/2011). SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO (SeAC). INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA. COMPETÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL PARA PROPOR ATOS NORMATIVOS DISPONDO SOBRE TELECOMUNICAÇÕES (CRFB, ART. 22, IV) RÁDIO E TELEVISÃO, INDEPENDENTEMENTE DA TECNOLOGIA UTILIZADA (CRFB, ART. 221 E ART. 222, §5º). LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DE RESTRIÇÕES À PROPRIEDADE CRUZADA (ART. 5º, *CAPUT* E §1º) E À VERTICALIZAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO AUDIOVISUAL (ART. 6º, I E II). VEDAÇÃO DO ABUSO DO PODER ECONÔMICO E DA CONCENTRAÇÃO EXCESSIVA DO MERCADO (CRFB, ART. 173, §4º E ART. 220, §5º). HIGIDEZ CONSTITUCIONAL DOS PODERES NORMATIVOS CONFERIDOS À ANCINE (ART. 9º, PARÁGRAFO ÚNICO; ART. 21 E ART. 22). NOVA FEIÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (CRFB, ART. 37, *CAPUT*). ACEPÇÃO PRINCIPIOLÓGICA OU FORMAL AXIOLÓGICA. EXISTÊNCIA DE PRINCÍPIOS INTELIGÍVEIS (ART. 3º) APTOS A LIMITAR A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA. CONSTITUCIONALIDADE DA RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS NAS ATIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO E EMPACOTAMENTO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL DE ACESSO CONDICIONADO (ART. 10, *CAPUT* E §1º). INEXISTÊNCIA DE RESERVA CONSTITUCIONAL PARA A IMPOSIÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO AO ESTRANGEIRO. VIABILIDADE DE DISTINÇÃO PREVISTA EM LEI FORMAL E PERTINENTE À CAUSA JURÍDICA DISCRIMINADORA. VALIDADE DA EXIGÊNCIA DE PRÉVIO CREDENCIAMENTO JUNTO À ANCINE PARA EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO E EMPACOTAMENTO (ART. 12), BEM COMO DA PROIBIÇÃO À DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO EMPACOTADO POR EMPRESA NÃO CREDENCIADA PELA AGÊNCIA (ART. 31, *CAPUT*, §§ 1º E 2º). REGULARIDADE JURÍDICA DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOLICITADAS PELA ANCINE PARA FINS DE FISCALIZAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS REGRAS LEGAIS (ART. 13). TÍPICOS DEVERES INSTRUMENTAIS INDISPENSÁVEIS AO EXERCÍCIO DA ORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA. PROPORCIONALIDADE DA POLÍTICA DE COTAS DE CONTEÚDO NACIONAL (ARTS. 16, 17, 18, 19, 20, 23). EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS JURÍDICO-POSITIVOS (CRFB, ARTS. 221 E 222, §3º) E OBJETIVOS MATERIAIS CONSISTENTES. MEDIDA ADEQUADA, NECESSÁRIA E PROPORCIONAL EM SENTIDO ESTRITO. CONSTITUCIONALIDADE DA FIXAÇÃO DE TEMPO MÁXIMO DE PUBLICIDADE COMERCIAL (ART. 24). DEVER DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR (CRFB, ART. 170, V). INCONSTITUCIONALIDADE DA PROIBIÇÃO DA OFERTA DE CANAIS QUE VEICULEM PUBLICIDADE COMERCIAL DIRECIONADA O PÚBLICO BRASILEIRO CONTRATADA NO EXTERIOR POR AGÊNCIA DE PUBLICIDADE ESTRANGEIRA (ART. 25). AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO MÍNIMA PARA A CRIAÇÃO DO REGIME DIFERENCIADO. ULTRAJE AO PRINCÍPIO GERAL DA ISONOMIA (CRFB, ART. 5º, *CAPUT*) ENQUANTO REGRA DE ÔNUS ARGUMENTATIVO. CONSTITUCIONALIDADE DA OUTORGA DO SeAC POR AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA SEM NECESSIDADE DE PRÉVIA LICITAÇÃO (ART. 29) NA FORMA DO ART. 21, XI, DA LEI MAIOR. OPÇÃO REGULATÓRIA SITUADA NOS LIMITES DA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA. VALIDADE DA IMPOSIÇÃO ÀS CONCESSIONÁRIAS DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS DO DEVER DE DISPONIBILIZAÇÃO GRATUITA DOS CANAIS DE SINAL ABERTO ÀS DISTRIBUIDORAS DO SeAC (ART. 32). COMPATIBILIDADE COM A SISTEMÁTICA CONSTITUCIONAL DO ICMS (CRFB, ART. 155, §2º, X, "d"). HIGIDEZ DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE AGENTE ECONÔMICO PERANTE A ANCINE EM RAZÃO DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CRIADAS PELA LEI (ART. 36). GARANTIA DE EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS. CONSTITUCIONALIDADE DO REGIME DE TRANSIÇÃO (ART. 37, §§ 1º, 5º, 6º, 7º e 11). INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. ACOMODAÇÃO OTIMIZADA ENTRE SEGURANÇA E MODERNIZAÇÃO. INAPLICABILIDADE À ESPÉCIE DA GARANTIA DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. SETOR ECONÔMICO DOTADO DE LIBERDADE DE PREÇOS.

1. A revisão judicial de marcos regulatórios editados pelo legislador requer uma postura de autocontenção em respeito tanto à investidura popular que caracteriza o Poder Legislativo quanto à complexidade técnica inerente aos temas a que o Poder Judiciário é chamado a analisar pela ótica estrita da validade jurídica.

2. A competência legislativa do Congresso Nacional para dispor sobre telecomunicações (CRFB, art. 22, IV) e para disciplinar os princípios constitucionais incidentes sobre a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão (CRFB, art. 221 e art. 222, §5º) confere autoridade ao Poder Legislativo para, *sponte propria*, criar ou modificar marcos regulatórios setoriais, no que estão abarcados poderes para adaptar as instituições vigentes de modo a garantir a efetividade das novas regras jurídicas.

3. *In casu*, os artigos 10, 12, 13, 19, § 3°, 21, 22, 25, §1°, 31, *caput,* 36 e 42 da Lei nº 12.485/11 se limitaram a indicar a autoridade do Estado encarregada de zelar pelo cumprimento da novel disciplina normativa aplicável ao serviço de acesso condicionado, em tudo harmônica com as regras de competência definidas na legislação até então vigente (MP nº 2.228-1/01), emanada do próprio Poder Executivo. Inexistência de vício formal de constitucionalidade a ponto de justificar a glosa judicial da Lei nº 12.485/11 com fulcro no art. 61, §1º, "e", da CRFB.

4. As diretrizes constitucionais antitruste (CRFB, arts. 173, §4º e 220, §5º), voltadas a coibir o abuso do poder econômico e a evitar a concentração excessiva dos mercados, permitem combater a ineficiência econômica e a injustiça comutativa que tendem a florescer em regimes de monopólio e oligopólio. No setor audiovisual, prestam-se também a promover a diversificação do conteúdo produzido, impedindo que o mercado se feche e asfixie a manifestação de novos entrantes.

5. *In casu*, as restrições à propriedade cruzada (art. 5º, *caput* e §1º), bem como a vedação à verticalização da cadeia de valor do audiovisual (art. 6º, I e II), todas introduzidas pela Lei nº 12.485/11, pretendem, de forma *imediata*, concretizar os comandos constitucionais inscritos no art. 170, §4º e 220, §5º, da Lei Maior; bem como realizam, de forma *mediata*, a dimensão objetiva do direito fundamental à liberdade de expressão e de informação, no que tem destaque o papel promocional do Estado no combate à concentração do poder comunicativo. Inexistência de ofensa material à Carta da República.

6. A moderna concepção do princípio da legalidade, em sua acepção principiológica ou formal axiológica, chancela a atribuição de poderes normativos ao Poder Executivo, desde que pautada por princípios inteligíveis (*intelligible principles*) capazes de permitir o controle legislativo e judicial sobre os atos da Administração.

7. *In casu*, os arts. 9º, parágrafo único, 21 e 22 da Lei nº 12.485/11, apesar de conferirem autoridade normativa à Agência Nacional do Cinema (ANCINE), estão acompanhados por parâmetros aptos a conformar a conduta de todas as autoridades do Estado envolvidas na disciplina do setor audiovisual brasileiro (*ex vi* do art. 3º da Lei do SeAC), impedindo que qualquer delas se transforme em órgão titular de um pretenso poder regulatório absoluto. Não ocorrência de violação material à Carta da República.

8. A Constituição de 1988 não estabeleceu qualquer regra jurídica que interdite a distinção entre brasileiro e estrangeiro, ao contrário do que acontece com a situação do brasileiro nato e do naturalizado, para a qual há explícita reserva constitucional acerca das hipóteses de tratamento diferenciado (CRFB, art. 12, §2º). Destarte, é juridicamente possível ao legislador ordinário fixar regimes distintos, desde que, em respeito ao princípio geral da igualdade (CRFB, art. 5º, *caput*), revele fundamento constitucional suficiente para a discriminação, bem como demonstre a pertinência entre o tratamento diferenciado e a causa jurídica distintiva.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800001

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9. *In casu*, o art. 10, *caput* e §1º, da Lei nº 12.485/11, ao restringir a gestão, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção inerentes à programação e ao empacotamento a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, representou típica interpretação legislativa evolutiva do comando constitucional encartado no art. 222, §2º, da Lei Maior, de todo condizente com os vetores axiológicos que informam, no plano constitucional, a atividade de comunicação de massa, dentre os quais a preservação da soberania e identidade nacionais, o pluralismo informativo e a igualdade entre os prestadores de serviço a despeito da tecnologia utilizada na atividade.

10. O poder de polícia administrativa manifesta-se tanto *preventiva* quanto *repressivamente*, traduzindo-se ora no consentimento prévio pela Administração Pública para o exercício regular de certas liberdades, ora no sancionamento do particular em razão do descumprimento de regras materiais aplicáveis à atividade regulada. Em qualquer caso, a ingerência estatal (fiscalizatória e punitiva) exsurge como garantia da efetividade da disciplina jurídica aplicável.

11. *In casu*, os arts. 12 e 13 da Lei nº 12.485/11 simplesmente fixam deveres instrumentais de colaboração das empresas para fins de permitir a atividade fiscalizatória da ANCINE quanto ao cumprimento das novas obrigações materiais a que estão sujeitos todos os agentes do mercado audiovisual. Já o art. 31, *caput*, §§1º e 2º, da Lei nº 12.485/11 consubstancia engenhosa estratégia do legislador para conduzir as empacotadoras ao credenciamento exigido pela nova disciplina normativa, bem como induzir o cumprimento das respectivas cotas de conteúdo nacional. Ausência de quaisquer vícios que justifiquem declaração de inconstitucionalidade do modelo regulatório.

12. A legitimidade constitucional de toda intervenção do Estado sobre a esfera jurídica do particular está condicionada à existência de uma finalidade lícita que a motive, bem como ao respeito ao postulado da proporcionalidade, cujo fundamento deita raízes na própria noção de princípios jurídicos como mandamentos de otimização (ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 116).

13. *In casu*, os arts. 16, 17, 18, 19, 20, 23 da Lei nº 12.485/11, ao fixarem "cotas de conteúdo nacional" para canais e pacotes de TV por assinatura, promovem a cultura brasileira e estimulam a produção independente, dando concretude ao art. 221 da Constituição e ao art. 6º da Convenção Internacional sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (Decreto nº 6.177/2007). A intervenção estatal revela-se, ademais, *(i) adequada*, quando relacionada ao fim a que se destina, *(ii) necessária,* quando cotejada com possíveis meios alternativos e *(iii)* proporcional em sentido estrito, quando sopesados os ônus e bônus inerentes à medida restritiva.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CASA CIVIL
IMPRENSA NACIONAL

MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
Presidente da República

ELISEU LEMOS PADILHA
Ministro de Estado Chefe da Casa Civil

PEDRO ANTONIO BERTONE ATAÍDE
Diretor-Geral da Imprensa Nacional

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

SEÇÃO 1
Publicação de atos normativos

SEÇÃO 2
Publicação de atos relativos a pessoal da Administração Pública Federal

SEÇÃO 3
Publicação de contratos, editais, avisos e ineditoriais

ALEXANDRE MIRANDA MACHADO
Coordenador-Geral de Publicação e Divulgação

HELDER KLEIST OLIVEIRA
Coordenador de Editoração e Divulgação Eletrônica dos Jornais Oficiais

A Imprensa Nacional não possui representantes autorizados para a comercialização de assinaturas impressas e eletrônicas

http://www.in.gov.br ouvidoria@in.gov.br
SIG, Quadra 6, Lote 800, CEP 70610-460, Brasília - DF
CNPJ: 04196645/0001-00
Fone: (61) 3441-9450

14. O art. 24 da Lei nº 12.485/11, que fixou limites máximos para a publicidade comercial na TV por assinatura, encontra-se em harmonia com o dever constitucional de proteção do consumidor (CRFB, art. 170, V), máxime diante do histórico quadro registrado pela ANATEL de reclamações de assinantes quanto ao volume de publicidade na grade de programação dos canais pagos.

15. O princípio constitucional da igualdade (CRFB, art. 5º, *caput*), enquanto regra de *ônus argumentativo*, exige que o tratamento diferenciado entre indivíduos seja acompanhado de causa jurídica suficiente para amparar a discriminação, cujo exame de consistência, embora preserve um espaço de discricionariedade legislativa, é sempre passível de aferição judicial (CRFB, art. 5º , XXXV).

16. *In casu*, o art. 25 da Lei nº 12.485/11 proíbe a oferta de canais que veiculem publicidade comercial direcionada ao público brasileiro contratada no exterior por agência de publicidade estrangeira, estabelecendo *(i)* uma completa exclusividade em proveito das empresas brasileiras (e não apenas preferência percentual), *(ii)* sem prazo para ter fim (*ex vi* do art. 41 da Lei do SeAC) e *(iii)* despida de qualquer justificação que indique a vulnerabilidade das empresas brasileiras de publicidade. Inconstitucionalidade do art. 25 da Lei nº 12.485/11 por violação ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, *caput*).

17. O dever constitucional de licitar (CRFB, art. 37, XXI) somente incide nas hipóteses em que o acesso de particulares a alguma situação jurídica de vantagem relacionada ao Poder Público não possa ser universalizada. Destarte, descabe cogitar de certame licitatório quando a contratação pública não caracterizar escolha da Administração e todo cidadão possa ter acesso ao bem pretendido. Ademais, no campo das telecomunicações, é certo que a Constituição admite a outorga do serviço mediante simples autorização (CRFB, art. 21, XI).

18. *In casu*, o art. 29 da Lei nº 12.485/11 viabiliza que a atividade de distribuição do serviço de acesso condicionado seja outorgada mediante autorização administrativa, sem necessidade de prévio procedimento licitatório, o que se justifica diante da nova e abrangente definição do SeAC (art. 2º, XXIII, da Lei nº 12.485/11), apta a abarcar todas as possíveis plataformas tecnológicas existentes (e não apenas cabos físicos e ondas de radiofrequência), bem como diante da qualificação *privada* recebida pela atividade no novo marco regulatório da comunicação audiovisual. Inexistência de ofensa material à Constituição de 1988.

19. O art. 32, §§ 2º, 13 e 14, da Lei nº 12.485/11, ao impor a disponibilidade gratuita dos canais de TV aberta às distribuidoras e às geradoras de programação da TV por assinatura, não ofende a liberdade de iniciativa nem os direitos de propriedade intelectual, porquanto o serviço de radiodifusão é hoje inteiramente disponibilizado aos usuários de forma gratuita. A Lei do SeAC apenas replicou, no âmbito do serviço de acesso condicionado, a lógica vigente na televisão aberta.

20. O art. 36 da Lei nº 12.485/11, ao permitir o cancelamento do registro de agente econômico perante a ANCINE por descumprimento de obrigações legais, representa garantia de eficácia das normas jurídicas aplicáveis ao setor, sendo certo que haveria evidente contradição ao se impedir o início da atividade sem o registro (por não preenchimento originário das exigências legais) e, ao mesmo tempo, permitir a continuidade de sua exploração quando configurada a perda superveniente da regularidade. Destarte, a possibilidade de cancelamento do registro é análoga à do seu indeferimento inicial, já chancelada nos itens 10 e 11 *supra*.

21. A existência de um regime jurídico de transição justo, ainda que que consubstancie garantia individual diretamente emanada do princípio constitucional da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima (CRFB, art. 5º, XXXVI), não impede a redefinição e a atualização dos marcos regulatórios setoriais, tão caras à boa ordenação da vida em sociedade.

22. *In casu*, o art. 37, §§ 6º, 7º e 11, da Lei nº 12.485/11, ao fixar regras sobre a *renovação* das outorgas após o fim do respectivo prazo original de vigência e regras pertinentes às *alterações subjetivas* sobre a figura do prestador do serviço, é constitucionalmente válido ante a inexistência, *ab initio*, de direito definitivo à renovação automática da outorga, bem como da existência de margem de conformação do legislador para *induzir* os antigos prestadores a migrem para o novo regime.

23. O art. 37, §§ 1º e 5º, da Lei nº 12.485/11, ao vedar o pagamento de indenização aos antigos prestadores do serviço em virtude das novas obrigações não previstas no ato de outorga original, não viola qualquer previsão constitucional, porquanto, em um cenário contratual e regulatório marcado pela liberdade de preços, descabe cogitar de qualquer indenização pela criação de novas obrigações legais (desde que constitucionalmente válidas). Eventuais aumentos de custos que possam surgir deverão ser administrados exclusivamente pelas próprias empresas, que tanto podem repassá-los aos consumidores quanto retê-los em definitivo. Impertinência da invocação do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos administrativos (CRFB, art. 37, XXI).

24. Conclusão. Relativamente à ADI 4679, julgo o pedido procedente em parte, apenas para declarar a inconstitucionalidade material do art. 25 da Lei nº 12.485/2011; relativamente às ADI 4747, 4756 e 4923, julgo os pedidos improcedentes.

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE 4.747 (2)

ORIGEM	: ADI - 4747 - SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL
PROCED.	: DISTRITO FEDERAL
RELATOR	**: MIN. LUIZ FUX**
REQTE.(S)	: ASSOCIACAO NEO TV
ADV.(A/S)	: MARCELO CAMA PROENCA FERNANDES (22071/DF, 22071/DF, 264115/SP)
INTDO.(A/S)	: PRESIDENTE DA REPÚBLICA
ADV.(A/S)	: ADVOGADO-GERAL DA UNIÃO
INTDO.(A/S)	: CONGRESSO NACIONAL
AM. CURIAE.	: INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICACAO SOCIAL
ADV.(A/S)	: BRÁULIO SANTOS RABELO DE ARAÚJO (259665/SP) E OUTRO(A/S)

Decisão: Após o voto do Ministro Luiz Fux (Relator), julgando improcedente o pedido formulado na ação direta, o julgamento foi suspenso. Falaram, pela requerente Associação NEOTV, o Dr. Marcelo Cama Proença Fernandes, OAB/DF 22.071; pela Advocacia-Geral da União, a Dra. Grace Maria Fernandes Mendonça, Secretária-Geral de Contencioso; pelo *amicus curiae* INTERVOZES - COLETIVO BRASIL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL, o Dr. Bráulio Santos Rabelo de Araújo, OAB/SP 259.665, e, pelo Ministério Público Federal, a Dra. Ela Wiecko Volkmer de Castilho, Vice-Procuradora-Geral da República. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 25.06.2015.

Decisão: Após os votos dos Ministros Edson Fachin, Roberto Barroso, Teori Zavascki e Rosa Weber, acompanhando o Relator pela improcedência da ação, pediu vista dos autos o Ministro Dias Toffoli. Presidência do Ministro Ricardo Lewandowski. Plenário, 05.08.2015.

Decisão: O Tribunal, por unanimidade e nos termos do voto do Relator, julgou improcedente o pedido formulado na ação direta. Ausentes, justificadamente, os Ministros Celso de Mello, Gilmar Mendes e Ricardo Lewandowski. Presidiu o julgamento a Ministra Cármen Lúcia. Plenário, 8.11.2017.

Ementa: DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. NOVO MARCO REGULATÓRIO DA TELEVISÃO POR ASSINATURA (LEI N. 12.485/2011). SERVIÇO DE ACESSO CONDICIONADO (SeAC). INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE VÍCIO DE INICIATIVA. COMPETÊNCIA DO CONGRESSO NACIONAL PARA PROPOR ATOS NORMATIVOS DISPONDO SOBRE TELECOMUNICAÇÕES (CRFB, ART. 22, IV) RÁDIO E TELEVISÃO, INDEPENDENTEMENTE DA TECNOLOGIA UTILIZADA (CRFB, ART. 221 E ART. 222, §5º). LEGITIMIDADE CONSTITUCIONAL DE RESTRIÇÕES À PROPRIEDADE CRUZADA (ART. 5º, *CAPUT* E §1º) E À VERTICALIZAÇÃO DA CADEIA DE VALOR DO AUDIOVISUAL (ART. 6º, I E II). VEDAÇÃO DO ABUSO DO PODER ECONÔMICO E DA CONCENTRAÇÃO EXCESSIVA DO MERCADO (CRFB, ART. 173, §4º E ART. 220, §5º). HIGIDEZ CONSTITUCIONAL DOS PODERES NORMATIVOS CONFERIDOS À ANCINE (ART. 9º, PARÁGRAFO ÚNICO; ART. 21 E ART. 22). NOVA FEIÇÃO DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE (CRFB, ART. 37, *CAPUT*). ACEPÇÃO PRINCIPIOLÓGICA OU FORMAL AXIOLÓGICA. EXISTÊNCIA DE PRINCÍPIOS INTELIGÍVEIS (ART. 3º) APTOS A LIMITAR A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA. CONSTITUCIONALIDADE DA RESTRIÇÃO À PARTICIPAÇÃO DE ESTRANGEIROS NAS ATIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO E EMPACOTAMENTO DE CONTEÚDO AUDIOVISUAL DE ACESSO CONDICIONADO (ART. 10, *CAPUT* E §1º). INEXISTÊNCIA DE RESERVA CONSTITUCIONAL PARA A IMPOSIÇÃO DE TRATAMENTO DIFERENCIADO AO ESTRANGEIRO. VIABILIDADE DE DISTINÇÃO PREVISTA EM LEI FORMAL E PERTINENTE À CAUSA JURÍDICA DISCRIMINADORA. VALIDADE DA EXIGÊNCIA DE PRÉVIO CREDENCIAMENTO JUNTO À ANCINE PARA EXPLORAÇÃO DAS ATIVIDADES DE PROGRAMAÇÃO E EMPACOTAMENTO (ART. 12), BEM COMO DA PROIBIÇÃO À DISTRIBUIÇÃO DE CONTEÚDO EMPACOTADO POR EMPRESA NÃO CREDENCIADA PELA AGÊNCIA (ART. 31, *CAPUT*, §§ 1º E 2º). REGULARIDADE JURÍDICA DA OBRIGAÇÃO DE PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES SOLICITADAS PELA ANCINE PARA FINS DE FISCALIZAÇÃO QUANTO AO CUMPRIMENTO DAS REGRAS LEGAIS (ART. 13). TÍPICOS DEVERES INSTRUMENTAIS INDISPENSÁVEIS AO EXERCÍCIO DA ORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA. PROPORCIONALIDADE DA POLÍTICA DE COTAS DE CONTEÚDO NACIONAL (ARTS. 16, 17, 18, 19, 20, 23). EXISTÊNCIA DE FUNDAMENTOS JURÍDICO-POSITIVOS (CRFB, ARTS. 221 E 222, §3º) E OBJETIVOS MATERIAIS CONSISTENTES. MEDIDA ADEQUADA, NECESSÁRIA E PROPORCIONAL EM SENTIDO ESTRITO. CONSTITUCIONALIDADE DA FIXAÇÃO DE TEMPO MÁXIMO DE PUBLICIDADE COMERCIAL (ART. 24). DEVER DE PROTEÇÃO AO CONSUMIDOR (CRFB, ART. 170, V). INCONSTITUCIONALIDADE DA PROIBIÇÃO DA OFERTA DE CANAIS QUE VEICULEM PUBLICIDADE COMERCIAL DIRECIONADA O PÚBLICO BRASILEIRO CONTRATADA NO EXTERIOR POR AGÊNCIA DE PUBLICIDADE ESTRANGEIRA (ART. 25). AUSÊNCIA DE MOTIVAÇÃO MÍNIMA PARA A CRIAÇÃO DO REGIME DIFERENCIADO. ULTRAJE AO PRINCÍPIO GERAL DA ISONOMIA (CRFB, ART. 5º, *CAPUT*) ENQUANTO REGRA DE ÔNUS ARGUMENTATIVO. CONSTITUCIONALIDADE DA OUTORGA DO SeAC POR AUTORIZAÇÃO ADMINISTRATIVA SEM NECESSIDADE DE PRÉVIA LICITAÇÃO (ART. 29) NA FORMA DO ART. 21, XI, DA

LEI MAIOR. OPÇÃO REGULATÓRIA SITUADA NOS LIMITES DA CONSTITUIÇÃO ECONÔMICA. VALIDADE DA IMPOSIÇÃO ÀS CONCESSIONÁRIAS DE RADIODIFUSÃO DE SONS E IMAGENS DO DEVER DE DISPONIBILIZAÇÃO GRATUITA DOS CANAIS DE SINAL ABERTO ÀS DISTRIBUIDORAS DO SeAC (ART. 32). COMPATIBILIDADE COM A SISTEMÁTICA CONSTITUCIONAL DO ICMS (CRFB, ART. 155, §2º, X, "d"). HIGIDEZ DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE AGENTE ECONÔMICO PERANTE A ANCINE EM RAZÃO DE DESCUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES CRIADAS PELA LEI (ART. 36). GARANTIA DE EFICÁCIA DAS NORMAS JURÍDICAS. CONSTITUCIONALIDADE DO REGIME DE TRANSIÇÃO (ART. 37, §§ 1º, 5º, 6º, 7º e 11). INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO A REGIME JURÍDICO. ACOMODAÇÃO OTIMIZADA ENTRE SEGURANÇA E MODERNIZAÇÃO. INAPLICABILIDADE À ESPÉCIE DA GARANTIA DO EQUILÍBRIO FINANCEIRO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO. SETOR ECONÔMICO DOTADO DE LIBERDADE DE PREÇOS.

1. A revisão judicial de marcos regulatórios editados pelo legislador requer uma postura de autocontenção em respeito tanto à investidura popular que caracteriza o Poder Legislativo quanto à complexidade técnica inerente aos temas a que o Poder Judiciário é chamado a analisar pela ótica estrita da validade jurídica.

2. A competência legislativa do Congresso Nacional para dispor sobre telecomunicações (CRFB, art. 22, IV) e para disciplinar os princípios constitucionais incidentes sobre a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão (CRFB, art. 221 e art. 222, §5º) confere autoridade ao Poder Legislativo para, *sponte propria*, criar ou modificar marcos regulatórios setoriais, no que estão abarcados poderes para adaptar as instituições vigentes de modo a garantir a efetividade das novas regras jurídicas.

3. *In casu*, os artigos 10, 12, 13, 19, § 3°, 21, 22, 25, §1°, 31, *caput,* 36 e 42 da Lei nº 12.485/11 se limitaram a indicar a autoridade do Estado encarregada de zelar pelo cumprimento da novel disciplina normativa aplicável ao serviço de acesso condicionado, em tudo harmônica com as regras de competência definidas na legislação até então vigente (MP nº 2.228-1/01), emanada do próprio Poder Executivo. Inexistência de vício formal de constitucionalidade a ponto de justificar a glosa judicial da Lei nº 12.485/11 com fulcro no art. 61, §1º, "e", da CRFB.

4. As diretrizes constitucionais antitruste (CRFB, arts. 173, §4º e 220, §5º), voltadas a coibir o abuso do poder econômico e a evitar a concentração excessiva dos mercados, permitem combater a ineficiência econômica e a injustiça comutativa que tendem a florescer em regimes de monopólio e oligopólio. No setor audiovisual, prestam-se também a promover a diversificação do conteúdo produzido, impedindo que o mercado se feche e asfixie a manifestação de novos entrantes.

5. *In casu*, as restrições à propriedade cruzada (art. 5º, *caput* e §1º), bem como a vedação à verticalização da cadeia de valor do audiovisual (art. 6º, I e II), todas introduzidas pela Lei nº 12.485/11, pretendem, de forma *imediata*, concretizar os comandos constitucionais inscritos no art. 170, §4º e 220, §5º, da Lei Maior; bem como realizam, de forma *mediata*, a dimensão objetiva do direito fundamental à liberdade de expressão e de informação, no que tem destaque o papel promocional do Estado no combate à concentração do poder comunicativo. Inexistência de ofensa material à Carta da República.

6. A moderna concepção do princípio da legalidade, em sua acepção principiológica ou formal axiológica, chancela a atribuição de poderes normativos ao Poder Executivo, desde que pautada por princípios inteligíveis (*intelligible principles*) capazes de permitir o controle legislativo e judicial sobre os atos da Administração.

7. *In casu*, os arts. 9º, parágrafo único, 21 e 22 da Lei nº 12.485/11, apesar de conferirem autoridade normativa à Agência Nacional do Cinema (ANCINE), estão acompanhados por parâmetros aptos a conformar a conduta de todas as autoridades do Estado envolvidas na disciplina do setor audiovisual brasileiro (*ex vi* do art. 3º da Lei do SeAC), impedindo que qualquer delas se transforme em órgão titular de um pretenso poder regulatório absoluto. Não ocorrência de violação material à Carta da República.

8. A Constituição de 1988 não estabeleceu qualquer regra jurídica que interdite a distinção entre brasileiro e estrangeiro, ao contrário do que acontece com a situação do brasileiro nato e do naturalizado, para a qual há explícita reserva constitucional acerca das hipóteses de tratamento diferenciado (CRFB, art. 12, §2º). Destarte, é juridicamente possível ao legislador ordinário fixar regimes distintos, desde que, em respeito ao princípio geral da igualdade (CRFB, art. 5º, *caput*), revele fundamento constitucional suficiente para a discriminação, bem como demonstre a pertinência entre o tratamento diferenciado e a causa jurídica distintiva.

9. *In casu*, o art. 10, *caput* e §1º, da Lei nº 12.485/11, ao restringir a gestão, a responsabilidade editorial e as atividades de seleção e direção inerentes à programação e ao empacotamento a brasileiros natos ou naturalizados há mais de 10 (dez) anos, representou típica interpretação legislativa evolutiva do comando constitucional encartado no art. 222, §2º, da Lei Maior, de todo condizente com os vetores axiológicos que informam, no plano constitucional, a atividade de comunicação de massa, dentre os quais a preservação da soberania e identidade nacionais, o pluralismo informativo e a igualdade entre os prestadores de serviço a despeito da tecnologia utilizada na atividade.

10. O poder de polícia administrativa manifesta-se tanto *preventiva* quanto *repressivamente*, traduzindo-se ora no consentimento prévio pela Administração Pública para o exercício regular de certas liberdades, ora no sancionamento do particular em razão do descumprimento de regras materiais aplicáveis à atividade regulada. Em qualquer caso, a ingerência estatal (fiscalizatória e punitiva) exsurge como garantia da efetividade da disciplina jurídica aplicável.

11. *In casu*, os arts. 12 e 13 da Lei nº 12.485/11 simplesmente fixam deveres instrumentais de colaboração das empresas para fins de permitir a atividade fiscalizatória da ANCINE quanto ao cumprimento das novas obrigações materiais a que estão sujeitos todos os agentes do mercado audiovisual. Já o art. 31, *caput*, §§1º e 2º, da Lei nº 12.485/11 consubstancia engenhosa estratégia do legislador para conduzir as empacotadoras ao credenciamento exigido pela nova disciplina normativa, bem como induzir o cumprimento das respectivas cotas de conteúdo nacional. Ausência de quaisquer vícios que justifiquem declaração de inconstitucionalidade do modelo regulatório.

12. A legitimidade constitucional de toda intervenção do Estado sobre a esfera jurídica do particular está condicionada à existência de uma finalidade lícita que a motive, bem como ao respeito ao postulado da proporcionalidade, cujo fundamento deita raízes na própria noção de princípios jurídicos como mandamentos de otimização (ALEXY, Robert. *Teoria dos Direitos Fundamentais*. Trad. Virgílio Afonso da Silva. São Paulo: Malheiros, 2011, p. 116).

13. *In casu*, os arts. 16, 17, 18, 19, 20, 23 da Lei nº 12.485/11, ao fixarem "cotas de conteúdo nacional" para canais e pacotes de TV por assinatura, promovem a cultura brasileira e estimulam a produção independente, dando concretude ao art. 221 da Constituição e ao art. 6º da Convenção Internacional sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (Decreto nº 6.177/2007). A intervenção estatal revela-se, ademais, *(i) adequada*, quando relacionada ao fim a que se destina, *(ii) necessária,* quando cotejada com possíveis meios alternativos e *(iii)* proporcional em sentido estrito, quando sopesados os ônus e bônus inerentes à medida restritiva.

14. O art. 24 da Lei nº 12.485/11, que fixou limites máximos para a publicidade comercial na TV por assinatura, encontra-se em harmonia com o dever constitucional de proteção do consumidor (CRFB, art. 170, V), máxime diante do histórico quadro registrado pela ANATEL de reclamações de assinantes quanto ao volume de publicidade na grade de programação dos canais pagos.

15. O princípio constitucional da igualdade (CRFB, art. 5º, *caput*), enquanto regra de *ônus argumentativo*, exige que o tratamento diferenciado entre indivíduos seja acompanhado de causa jurídica suficiente para amparar a discriminação, cujo exame de consistência, embora preserve um espaço de discricionariedade legislativa, é sempre passível de aferição judicial (CRFB, art. 5º , XXXV).

16. *In casu*, o art. 25 da Lei nº 12.485/11 proíbe a oferta de canais que veiculem publicidade comercial direcionada ao público brasileiro contratada no exterior por agência de publicidade estrangeira, estabelecendo *(i)* uma completa exclusividade em proveito das empresas brasileiras (e não apenas preferência percentual), *(ii)* sem prazo para ter fim (*ex vi* do art. 41 da Lei do SeAC) e *(iii)* despida de qualquer justificação que indique a vulnerabilidade das empresas brasileiras de publicidade. Inconstitucionalidade do art. 25 da Lei nº 12.485/11 por violação ao princípio constitucional da isonomia (CRFB, art. 5º, *caput*).

17. O dever constitucional de licitar (CRFB, art. 37, XXI) somente incide nas hipóteses em que o acesso de particulares a alguma situação jurídica de vantagem relacionada ao Poder Público não possa ser universalizada. Destarte, descabe cogitar de certame licitatório quando a contratação pública não caracterizar escolha da Administração e todo cidadão possa ter acesso ao bem pretendido. Ademais, no campo das telecomunicações, é certo que a Constituição admite a outorga do serviço mediante simples autorização (CRFB, art. 21, XI).

18. *In casu*, o art. 29 da Lei nº 12.485/11 viabiliza que a atividade de distribuição do serviço de acesso condicionado seja outorgada mediante autorização administrativa, sem necessidade de prévio procedimento licitatório, o que se justifica diante da nova e abrangente definição do SeAC (art. 2º, XXIII, da Lei nº 12.485/11), apta a abarcar todas as possíveis plataformas tecnológicas existentes (e não apenas cabos físicos e ondas de radiofrequência), bem como diante da qualificação *privada* recebida pela atividade no novo marco regulatório da comunicação audiovisual. Inexistência de ofensa material à Constituição de 1988.

19. O art. 32, §§ 2º, 13 e 14, da Lei nº 12.485/11, ao impor a disponibilidade gratuita dos canais de TV aberta às distribuidoras e às geradoras de programação da TV por assinatura, não ofende a liberdade de iniciativa nem os direitos de propriedade intelectual, porquanto o serviço de radiodifusão é hoje inteiramente disponibilizado aos usuários de forma gratuita. A Lei do SeAC apenas replicou, no âmbito do serviço de acesso condicionado, a lógica vigente na televisão aberta.

20. O art. 36 da Lei nº 12.485/11, ao permitir o cancelamento do registro de agente econômico perante a ANCINE por descumprimento de obrigações legais, representa garantia de eficácia das normas jurídicas aplicáveis ao setor, sendo certo que haveria evidente contradição ao se impedir o início da atividade sem o registro (por não preenchimento originário das exigências legais) e, ao mesmo tempo, permitir a continuidade de sua exploração quando configurada a perda superveniente da regularidade. Destarte, a possibilidade de cancelamento do registro é análoga à do seu indeferimento inicial, já chancelada nos itens 10 e 11 *supra*.

21. A existência de um regime jurídico de transição justo, ainda que que consubstancie garantia individual diretamente emanada do princípio constitucional da segurança jurídica e da proteção da confiança legítima (CRFB, art. 5º, XXXVI), não impede a redefinição e a atualização dos marcos regulatórios setoriais, tão caras à boa ordenação da vida em sociedade.

22. *In casu*, o art. 37, §§ 6º, 7º e 11, da Lei nº 12.485/11, ao fixar regras sobre a *renovação* das outorgas após o fim do respectivo prazo original de vigência e regras pertinentes às *alterações subjetivas* sobre a figura do prestador do serviço, é constitucionalmente válido ante a inexistência, *ab initio*, de direito definitivo à renovação automática da outorga, bem como da existência de margem de conformação do legislador para *induzir* os antigos prestadores a migrem para o novo regime.

23. O art. 37, §§ 1º e 5º, da Lei nº 12.485/11, ao vedar o pagamento de indenização aos antigos prestadores do serviço em virtude das novas obrigações não previstas no ato de outorga original, não viola qualquer previsão constitucional, porquanto, em um cenário contratual e regulatório marcado pela liberdade de preços, descabe cogitar de qualquer indenização pela criação de novas obrigações legais (desde que constitucionalmente válidas). Eventuais aumentos de custos que possam surgir deverão ser administrados exclusivamente pelas próprias empresas, que tanto podem repassá-los aos consumidores quanto retê-los em definitivo. Impertinência da invocação do equilíbrio econômico e financeiro dos contratos administrativos (CRFB, art. 37, XXI).

24. Conclusão. Relativamente à ADI 4679, julgo o pedido procedente em parte, apenas para declarar a inconstitucionalidade material do art. 25 da Lei nº 12.485/2011; relativamente às ADI 4747, 4756 e 4923, julgo os pedidos improcedentes.

Secretaria Judiciária
PATRÍCIA PEREIRA DE MOURA MARTINS
Secretária

Atos do Poder Legislativo

LEI Nº 13.595, DE 5 DE JANEIRO DE 2018

Altera a Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a reformulação das atribuições, a jornada e as condições de trabalho, o grau de formação profissional, os cursos de formação técnica e continuada e a indenização de transporte dos profissionais Agentes Comunitários de Saúde e Agentes de Combate às Endemias.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, as seguintes partes vetadas da Lei nº 13.595, de 5 de janeiro de 2018:

"Art. 1º O art. 2º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º e 2º:

'Art. 2º .....

§ 1º É essencial e obrigatória a presença de Agentes Comunitários de Saúde na estrutura de atenção básica de saúde e de Agentes de Combate às Endemias na estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental.

....."'

"Art. 2º O art. 3º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 3º .....

....."

"§ 2º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, é considerada atividade precípua do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação, a realização de visitas domiciliares rotineiras, casa a casa, para a busca de pessoas com sinais ou sintomas de doenças agudas ou crônicas, de agravos ou de eventos de importância para a saúde pública e consequente encaminhamento para a unidade de saúde de referência.

§ 3º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades típicas do Agente Comunitário de Saúde, em sua área geográfica de atuação:

I - a utilização de instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural;

II - o detalhamento das visitas domiciliares, com coleta e registro de dados relativos a suas atribuições, para fim exclusivo de controle e planejamento das ações de saúde;

III - a mobilização da comunidade e o estímulo à participação nas políticas públicas voltadas para as áreas de saúde e socioeducacional;

IV - a realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para acolhimento e acompanhamento:

a) da gestante, no pré-natal, no parto e no puerpério;

b) da lactante, nos seis meses seguintes ao parto;

c) da criança, verificando seu estado vacinal e a evolução de seu peso e de sua altura;

d) do adolescente, identificando suas necessidades e motivando sua participação em ações de educação em saúde, em conformidade com o previsto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800003

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

e) da pessoa idosa, desenvolvendo ações de promoção de saúde e de prevenção de quedas e acidentes domésticos e motivando sua participação em atividades físicas e coletivas;

f) da pessoa em sofrimento psíquico;

g) da pessoa com dependência química de álcool, de tabaco ou de outras drogas;

h) da pessoa com sinais ou sintomas de alteração na cavidade bucal;

i) dos grupos homossexuais e transexuais, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;

j) da mulher e do homem, desenvolvendo ações de educação para promover a saúde e prevenir doenças;

V - realização de visitas domiciliares regulares e periódicas para identificação e acompanhamento:

a) de situações de risco à família;

b) de grupos de risco com maior vulnerabilidade social, por meio de ações de promoção da saúde, de prevenção de doenças e de educação em saúde;

c) do estado vacinal da gestante, da pessoa idosa e da população de risco, conforme sua vulnerabilidade e em consonância com o previsto no calendário nacional de vacinação;

VI - o acompanhamento de condicionalidades de programas sociais, em parceria com os Centros de Referência de Assistência Social (Cras).

§ 4º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, desde que o Agente Comunitário de Saúde tenha concluído curso técnico e tenha disponíveis os equipamentos adequados, são atividades do Agente, em sua área geográfica de atuação, assistidas por profissional de saúde de nível superior, membro da equipe:

I - a aferição da pressão arterial, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

II - a medição de glicemia capilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, encaminhando o paciente para a unidade de saúde de referência;

III - a aferição de temperatura axilar, durante a visita domiciliar, em caráter excepcional, com o devido encaminhamento do paciente, quando necessário, para a unidade de saúde de referência;

IV - a orientação e o apoio, em domicílio, para a correta administração de medicação de paciente em situação de vulnerabilidade;

V - a verificação antropométrica.

§ 5º No modelo de atenção em saúde fundamentado na assistência multiprofissional em saúde da família, são consideradas atividades do Agente Comunitário de Saúde compartilhadas com os demais membros da equipe, em sua área geográfica de atuação:

I - a participação no planejamento e no mapeamento institucional, social e demográfico;

II - a consolidação e a análise de dados obtidos nas visitas domiciliares;

III - a realização de ações que possibilitem o conhecimento, pela comunidade, de informações obtidas em levantamentos socioepidemiológicos realizados pela equipe de saúde;

IV - a participação na elaboração, na implementação, na avaliação e na reprogramação permanente dos planos de ação para o enfrentamento de determinantes do processo saúde-doença;

V - a orientação de indivíduos e de grupos sociais quanto a fluxos, rotinas e ações desenvolvidos no âmbito da atenção básica em saúde;

VI - o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de ações em saúde;

VII - o estímulo à participação da população no planejamento, no acompanhamento e na avaliação de ações locais em saúde.' (NR)"

"Art. 3º O art. 4º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescido dos seguintes §§ 1º, 2º e 3º:

'Art. 4º .....

§ 1º São consideradas atividades típicas do Agente de Combate às Endemias, em sua área geográfica de atuação:

I - desenvolvimento de ações educativas e de mobilização da comunidade relativas à prevenção e ao controle de doenças e agravos à saúde;

II - realização de ações de prevenção e controle de doenças e agravos à saúde, em interação com o Agente Comunitário de Saúde e a equipe de atenção básica;

III - identificação de casos suspeitos de doenças e agravos à saúde e encaminhamento, quando indicado, para a unidade de saúde de referência, assim como comunicação do fato à autoridade sanitária responsável;

IV - divulgação de informações para a comunidade sobre sinais, sintomas, riscos e agentes transmissores de doenças e sobre medidas de prevenção individuais e coletivas;

V - realização de ações de campo para pesquisa entomológica, malacológica e coleta de reservatórios de doenças;

VI - cadastramento e atualização da base de imóveis para planejamento e definição de estratégias de prevenção e controle de doenças;

VII - execução de ações de prevenção e controle de doenças, com a utilização de medidas de controle químico e biológico, manejo ambiental e outras ações de manejo integrado de vetores;

VIII - execução de ações de campo em projetos que visem a avaliar novas metodologias de intervenção para prevenção e controle de doenças;

IX - registro das informações referentes às atividades executadas, de acordo com as normas do SUS;

X - identificação e cadastramento de situações que interfiram no curso das doenças ou que tenham importância epidemiológica relacionada principalmente aos fatores ambientais;

XI - mobilização da comunidade para desenvolver medidas simples de manejo ambiental e outras formas de intervenção no ambiente para o controle de vetores.

§ 2º É considerada atividade dos Agentes de Combate às Endemias assistida por profissional de nível superior e condicionada à estrutura de vigilância epidemiológica e ambiental e de atenção básica a participação:

I - no planejamento, execução e avaliação das ações de vacinação animal contra zoonoses de relevância para a saúde pública normatizadas pelo Ministério da Saúde, bem como na notificação e na investigação de eventos adversos temporalmente associados a essas vacinações;

II - na coleta de animais e no recebimento, no acondicionamento, na conservação e no transporte de espécimes ou amostras biológicas de animais, para seu encaminhamento aos laboratórios responsáveis pela identificação ou diagnóstico de zoonoses de relevância para a saúde pública no Município;

III - na necropsia de animais com diagnóstico suspeito de zoonoses de relevância para a saúde pública, auxiliando na coleta e no encaminhamento de amostras laboratoriais, ou por meio de outros procedimentos pertinentes;

IV - na investigação diagnóstica laboratorial de zoonoses de relevância para a saúde pública;

V - na realização do planejamento, desenvolvimento e execução de ações de controle da população de animais, com vistas ao combate à propagação de zoonoses de relevância para a saúde pública, em caráter excepcional, e sob supervisão da coordenação da área de vigilância em saúde.

§ 3º O Agente de Combate às Endemias poderá participar, mediante treinamento adequado, da execução, da coordenação ou da supervisão das ações de vigilância epidemiológica e ambiental.' (NR)"

"Art. 4º A Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 4º-A:

'Art. 4º-A. O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias realizarão atividades de forma integrada, desenvolvendo mobilizações sociais por meio da Educação Popular em Saúde, dentro de sua área geográfica de atuação, especialmente nas seguintes situações:

I - na orientação da comunidade quanto à adoção de medidas simples de manejo ambiental para o controle de vetores, de medidas de proteção individual e coletiva e de outras ações de promoção de saúde, para a prevenção de doenças infecciosas, zoonoses, doenças de transmissão vetorial e agravos causados por animais peçonhentos;

II - no planejamento, na programação e no desenvolvimento de atividades de vigilância em saúde, de forma articulada com as equipes de saúde da família;

III - (VETADO);

IV - na identificação e no encaminhamento, para a unidade de saúde de referência, de situações que, relacionadas a fatores ambientais, interfiram no curso de doenças ou tenham importância epidemiológica;

V - na realização de campanhas ou de mutirões para o combate à transmissão de doenças infecciosas e a outros agravos.'"

"Art. 6º O art. 5º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 5º .....

§ 1º Os cursos a que se refere o **caput** deste artigo utilizarão os referenciais da Educação Popular em Saúde e serão oferecidos ao Agente Comunitário de Saúde e ao Agente de Combate às Endemias nas modalidades presencial ou semipresencial durante a jornada de trabalho.

§ 2º O Agente Comunitário de Saúde e o Agente de Combate às Endemias deverão frequentar cursos bienais de educação continuada e de aperfeiçoamento.

....."

"Art. 7º O art. 6º da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 6º .....

.....

§ 2º É vedada a atuação do Agente Comunitário de Saúde fora da área geográfica a que se refere o inciso I do **caput** deste artigo."

.....

§ 5º Caso o Agente Comunitário de Saúde adquira casa própria fora da área geográfica de sua atuação, será excepcionado o disposto no inciso I do **caput** deste artigo e mantida sua vinculação à mesma equipe de saúde da família em que esteja atuando, podendo ser remanejado, na forma de regulamento, para equipe atuante na área onde está localizada a casa adquirida.' (NR)"

"Art. 10. O art. 9º-A da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 9º-A. .....

.....

§ 2º A jornada de trabalho de quarenta horas semanais exigida para garantia do piso salarial previsto nesta Lei deverá ser integralmente dedicada a ações e serviços de promoção da saúde, de vigilância epidemiológica e ambiental e de combate a endemias, em prol das famílias e comunidades assistidas, dentro dos respectivos territórios de atuação, e será distribuída em:

I - trinta horas semanais, para atividades externas de visitação domiciliar, execução de ações de campo, coleta de dados, orientação e mobilização da comunidade, entre outras;

II - dez horas semanais, para atividades de planejamento e avaliação de ações, detalhamento das atividades, registro de dados e formação e aprimoramento técnico.

....."

"Art. 12. A Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 9º-H:

'Art. 9º-H. Será concedida indenização de transporte ao Agente Comunitário de Saúde e ao Agente de Combate às Endemias que realizar despesas com locomoção para o exercício de suas atividades, conforme disposto em regulamento.'"

"Art. 13. O art. 14 da Lei nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, passa a vigorar com a seguinte redação:

'Art. 14. O gestor local do SUS responsável pela admissão dos profissionais de que trata esta Lei disporá sobre a criação dos cargos ou empregos públicos e demais aspectos inerentes à atividade, observadas as determinações desta Lei e as especificidades locais.' (NR)"

Brasília, 17 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER

LEI Nº 13.606, DE 9 DE JANEIRO DE 2018

Institui o Programa de Regularização Tributária Rural (PRR) na Secretaria da Receita Federal do Brasil e na Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional; altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, 8.870, de 15 de abril de 1994, 9.528, de 10 de dezembro de 1997, 13.340, de 28 de setembro de 2016, 10.522, de 19 de julho de 2002, 9.456, de 25 de abril de 1997, 13.001, de 20 de junho de 2014, 8.427, de 27 de maio de 1992, e 11.076, de 30 de dezembro de 2004, e o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal); e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu promulgo, nos termos do parágrafo 5º do art. 66 da Constituição Federal, as seguintes partes vetadas da Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018:

"Art. 2º O produtor rural pessoa física e o produtor rural pessoa jurídica que aderir ao PRR poderão liquidar os débitos de que trata o art. 1º desta Lei da seguinte forma:

.....

II - .....

a) 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício e dos encargos legais, incluídos os honorários advocatícios; e

....."

"Art. 3º O adquirente de produção rural ou a cooperativa que aderir ao PRR poderá liquidar os débitos de que trata o art. 1º desta Lei da seguinte forma:

.....

II - .....

a) 100% (cem por cento) das multas de mora e de ofício e dos encargos legais, incluídos os honorários advocatícios; e

....."

"Art. 8º No âmbito da Secretaria da Receita Federal do Brasil, o sujeito passivo, na condição de contribuinte ou sub-rogado, que aderir ao PRR, poderá liquidar o saldo consolidado de que trata o inciso II do **caput** do art. 2º e o inciso II do **caput** do art. 3º desta Lei com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), liquidando-se o saldo remanescente com parcelamento em até cento e setenta e seis meses.

§ 1º Na liquidação dos débitos na forma prevista no **caput** deste artigo, poderão ser utilizados créditos de prejuízos fiscais e de base de cálculo negativa da CSLL apurados até 31 de dezembro de 2015 e declarados até 29 de julho de 2016, próprios ou do responsável tributário ou corresponsável pelo débito, e de empresas controladora e controlada, de forma direta ou indireta, ou de empresas que sejam controladas direta ou indiretamente por uma mesma empresa, em 31 de dezembro de 2015, domiciliadas no País, desde que se mantenham nessa condição até a data da opção pela quitação.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º deste artigo, inclui-se também como controlada a sociedade na qual a participação da controladora seja igual ou inferior a 50% (cinquenta por cento), desde que exista acordo de acionistas que assegure, de modo permanente, a preponderância individual ou comum nas deliberações sociais e o poder individual ou comum de eleger a maioria dos administradores.

§ 3º Na hipótese de utilização dos créditos de que tratam os §§ 1º e 2º deste artigo, os créditos próprios deverão ser utilizados primeiro.

§ 4º O valor do crédito decorrente de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL será determinado por meio da aplicação das seguintes alíquotas:

I - 25% (vinte e cinco por cento) sobre o montante do prejuízo fiscal;

II - 20% (vinte por cento) sobre a base de cálculo negativa da CSLL, no caso das pessoas jurídicas de seguros privados, das pessoas jurídicas de capitalização e das pessoas jurídicas referidas nos incisos I, II, III, IV, V, VI, VII e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001;

III - 17% (dezessete por cento) sobre a base de cálculo negativa da CSLL, no caso das pessoas jurídicas referidas no inciso IX do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001; e

IV - 9% (nove por cento) sobre a base de cálculo negativa da CSLL, no caso das demais pessoas jurídicas.

§ 5º Na hipótese de indeferimento dos créditos a que se refere o **caput** deste artigo, no todo ou em parte, será concedido o prazo de trinta dias para que o sujeito passivo efetue o pagamento em espécie dos débitos amortizados indevidamente com créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL não reconhecidos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil.

§ 6º A falta do pagamento de que trata o § 5º deste artigo, ou o atraso superior a trinta dias, implicará a exclusão do devedor do PRR e o restabelecimento da cobrança dos débitos remanescentes.

§ 7º A utilização dos créditos na forma disciplinada no **caput** deste artigo extingue os débitos sob condição resolutória de sua ulterior homologação.

§ 8º A Secretaria da Receita Federal do Brasil dispõe do prazo de cinco anos para a análise dos créditos utilizados na forma prevista no **caput** deste artigo."

"Art. 9º O sujeito passivo, na condição de contribuinte ou sub-rogado, que aderir ao PRR no âmbito da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional para parcelar dívida total, sem reduções, igual ou inferior a R$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais) poderá liquidar o saldo consolidado de que trata o inciso II do **caput** do art. 2º e o inciso II do **caput** do art. 3º desta Lei com a utilização de créditos próprios de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL, apurados até 31 de dezembro de 2015 e declarados até 29 de julho de 2016, liquidando-se o saldo remanescente com parcelamento em até cento e setenta e seis meses.

Parágrafo único. Na liquidação dos débitos na forma prevista no **caput** deste artigo, aplica-se o disposto nos §§ 4º, 5º e 6º do art. 8º desta Lei."

"Art. 14. O art. 25 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 25. .....

.....

§ 12. Não integra a base de cálculo da contribuição de que trata o **caput** deste artigo a produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento, nem o produto animal destinado à reprodução ou criação pecuária ou granjeira e à utilização como cobaia para fins de pesquisas científicas, quando vendido pelo próprio produtor e por quem a utilize diretamente com essas finalidades e, no caso de produto vegetal, por pessoa ou entidade registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que se dedique ao comércio de sementes e mudas no País.

....." (NR)"

"Art. 15. O art. 25 da Lei nº 8.870, de 15 de abril de 1994, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 25. .....

I - 1,7% (um inteiro e sete décimos por cento) da receita bruta proveniente da comercialização da sua produção;'

.....

§ 6º Não integra a base de cálculo da contribuição de que trata o **caput** deste artigo a produção rural destinada ao plantio ou reflorestamento, nem o produto animal destinado à reprodução ou criação pecuária ou granjeira e à utilização como cobaia para fins de pesquisas científicas, quando vendido pelo próprio produtor e por quem a utilize diretamente com essas finalidades e, no caso de produto vegetal, por pessoa ou entidade registrada no Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento que se dedique ao comércio de sementes e mudas no País.

....."
(NR)"

"Art. 18. A Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 3º Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 27 de dezembro de 2018, das operações de crédito rural referentes a uma ou mais operações do mesmo mutuário, contratadas até 31 de dezembro de 2011 com bancos oficiais federais, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene e da Sudam, exceto as contratadas com recursos oriundos dos Fundos Constitucionais de Financiamento, observadas as seguintes condições:

....." (NR)

'Art. 3º-A O disposto no art. 3º desta Lei alcança as operações contratadas com bancos oficiais federais de crédito ou agências estaduais de desenvolvimento ou de fomento com recursos oriundos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), ainda que tenham sido baixadas em prejuízo.'

"Art. 4º .....

.....

'§ 4º Para as dívidas de que trata o **caput** deste artigo cujo devedor tenha natureza jurídica de pessoa jurídica ou que possua, por força da legislação tributária, registro no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ), os descontos de que trata o **caput** deste artigo serão concedidos sobre o valor consolidado da inscrição em dívida ativa da União, segundo seu enquadramento em uma das faixas de valores indicadas no Anexo IV desta Lei, devendo primeiro ser aplicado o correspondente desconto percentual e, em seguida, o respectivo desconto de valor fixo.

....." (NR)

'Art. 14. Sem prejuízo do disposto no § 3º do art. 195 da Constituição Federal, nas operações de renegociação e de repactuação e na concessão de descontos, rebates ou bônus de adimplência para liquidação, renegociação ou repactuação de dívidas de operações de crédito rural e de operações de bens de capital de que trata a Lei nº 12.096, de 24 de novembro de 2009, realizadas com instituições financeiras públicas federais, ficam afastadas até 27 de dezembro de 2018 as exigências de regularidade fiscal previstas no art. 62 do Decreto-Lei nº 147, de 3 de fevereiro de 1967, no § 1º do art. 1º do Decreto-Lei nº 1.715, de 22 de novembro de 1979, na alínea *b* do **caput** do art. 27 da Lei nº 8.036, de 11 de maio de 1990, e na Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002. (NR)'

'Art. 16. Fica o Poder Executivo autorizado a repactuar as dívidas dos empreendimentos familiares rurais, das agroindústrias familiares e das cooperativas de produção agropecuária, amparadas em Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP), nas modalidades pessoa física ou jurídica, com o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), originárias de operações contratadas até 31 de dezembro de 2012, observadas as seguintes condições:

.....

Parágrafo único. A repactuação de que trata o **caput** deste artigo também alcança operações contratadas com recursos oriundos do FNE ou do FNO, ou com recursos mistos desses fundos com outras fontes, relativas a empreendimentos localizados na área de abrangência da Sudene ou da Sudam.' (NR)'"

"Art. 19. A Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, passa a vigorar acrescida do Anexo IV, na forma do Anexo II desta Lei."

"Art. 25. A Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 20-B, 20-C, 20-D e 20-E:

'Art. 20-D. Sem prejuízo da utilização das medidas judicias para recuperação e acautelamento dos créditos inscritos, se houver indícios da prática de ato ilícito previsto na legislação tributária, civil e empresarial como causa de responsabilidade de terceiros por parte do contribuinte, sócios, administradores, pessoas relacionadas e demais responsáveis, a Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional poderá, a critério exclusivo da autoridade fazendária:

I - notificar as pessoas de que trata o **caput** deste artigo ou terceiros para prestar depoimentos ou esclarecimentos;

II - requisitar informações, exames periciais e documentos de autoridades federais, estaduais e municipais, bem como dos órgãos e entidades da Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios;

III - instaurar procedimento administrativo para apuração de responsabilidade por débito inscrito em dívida ativa da União, ajuizado ou não, observadas, no que couber, as disposições da Lei nº 9.784, de 29 de janeiro de 1999.'"

"Art. 27. A Lei nº 9.456, de 25 de abril de 1997, passa a vigorar com as seguintes alterações:

'Art. 10. .....

.....

V - multiplica, distribui, troca ou comercializa sementes, mudas e outros materiais propagativos no âmbito do disposto no art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, na qualidade de agricultores familiares ou por empreendimentos familiares que se enquadrem nos critérios da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

....." (NR)

'Art. 14-A. Ficam isentos de pagamento da taxa de pedido de proteção de cultivares os empreendimentos familiares rurais que se enquadrem nos critérios da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.'"

"Art. 28. Fica a União autorizada a conceder rebate de até R$ 12.000,00 (doze mil reais) por operação para a liquidação perante as cooperativas de crédito rural, relativo às operações de custeio e investimento efetuadas ao amparo do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), Grupos C , D e E, contratadas por intermédio de cooperativas de crédito rural centrais ou singulares, com recursos repassados pelas instituições financeiras oficiais, que, embora tenham sido liquidadas pelas cooperativas perante as respectivas instituições financeiras oficiais, não foram pagas pelos mutuários a elas, estando lastreadas em recursos próprios destas ou contabilizadas como prejuízo, observadas ainda as seguintes condições:

I - as operações tenham sido contratadas por intermédio de cooperativas de crédito rural central ou singular até 30 de junho de 2008;

II - as operações estivessem em situação de inadimplência em 22 de novembro de 2011;

III - a cooperativa não tenha recebido do agricultor e não seja avalista do título;

IV - a cooperativa comprove que o título objeto da liquidação teve origem nas operações referidas neste artigo.

§ 1º Fica a União autorizada a assumir os ônus decorrentes das disposições deste artigo com recursos destinados à equalização de encargos financeiros das operações efetuadas no âmbito do Pronaf, com risco da União ou desoneradas de risco pela União.

§ 2º As operações serão atualizadas pelos encargos de normalidade e corrigidas por juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (Selic) para títulos federais, a partir do débito praticado pela instituição financeira oficial, limitado o rebate ao valor descrito no **caput** deste artigo.

§ 3º Os recursos referentes ao rebate de que trata o **caput** deste artigo serão repassados pelo Tesouro Nacional às cooperativas segundo o disposto em regulamento.

§ 4º A cooperativa de crédito terá o prazo de noventa dias, a contar da publicação desta Lei, para requerer o rebate perante a Secretaria do Tesouro Nacional (STN), mediante comprovação do enquadramento de que tratam os incisos I, II, III, IV e V do **caput** deste artigo.

§ 5º A cooperativa de crédito rural terá o prazo de trinta dias, a contar do recebimento do recurso, para comprovar a quitação da dívida do agricultor."

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800005

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

"Art. 29. Fica autorizada a adoção das seguintes medidas de estímulo à liquidação de dívidas de operações efetuadas ao amparo do Programa de Cooperação Nipo-Brasileira para o Desenvolvimento dos Cerrados (Prodecer) - Fase III, cujo risco parcial ou integral seja do Tesouro Nacional, do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Banco do Nordeste do Brasil S.A.:

I - ajuste do saldo devedor para a data da liquidação, observado o disposto nos §§ lº e 2º do art. 1º da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, excluídas as operações contratadas ao amparo do § 6º do art. 5° da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e da Resolução nº 2.471 do Conselho Monetário Nacional (CMN), de 26 de fevereiro de 1998;

II - observância, para as operações contratadas ao amparo do § 6º do art. 5º da Lei nº 9.138, de 29 de novembro de 1995, e da Resolução nº 2.471 do CMN, de 26 de fevereiro de 1998, das seguintes condições complementares:

a) o saldo devedor da operação renegociada será atualizado pelo Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), desde a data da renegociação contratada, para o que será considerado como base de cálculo o valor contratado correspondente ao valor nominal dos Certificados do Tesouro Nacional (CTNs), emitidos na forma da Resolução n° 2.471 do CMN, de 26 de fevereiro de 1998;

b) o saldo devedor apurado na forma da alínea *a* deste inciso será acrescido dos juros contratuais calculados **pro rata die** entre o vencimento da parcela de juros anterior e a data de liquidação da operação;

c) os CTNs serão atualizados pelo IGP-M, acrescidos de juros calculados à taxa efetiva de 12% a.a. (doze por cento ao ano), considerado o valor dos títulos na data da contratação da operação, correspondente a 10,367% (dez inteiros e trezentos e sessenta e sete milésimos por cento) do valor nominal da operação renegociada;

d) o valor a ser considerado como saldo devedor atualizado, sobre o qual incidirá o percentual de rebate, corresponderá à diferença entre o saldo devedor calculado na forma definida na alínea *a* deste inciso, acrescido dos valores de que trata a alínea *b* deste inciso, e os valores dos CTNs, calculados na forma da alínea *c* deste inciso;

e) nas operações contratadas com recursos e risco da União, o mutuário deverá fornecer à Secretaria do Tesouro Nacional do Ministério da Fazenda a autorização para cancelamento dos respectivos CTNs;

f) nas operações contratadas com recursos e risco das instituições financeiras, do FNO ou do FNE, os CTNs seguirão os fluxos normais pactuados;

g) no caso de operações com juros em atraso que ainda não tenham sido inscritas em dívida ativa da União, será acrescido ao saldo devedor para liquidação o estoque de juros vencidos, atualizados com base no IGP-M;

h) na atualização do saldo devedor da operação de que trata o **caput** deste artigo, não será aplicado o teto do IGP-M a que se refere o inciso I do **caput** do art. 2º da Lei nº 10.437, de 25 de abril de 2002;

III - concessão de rebate para liquidação, até 27 de dezembro de 2018, independentemente do valor originalmente contratado, a ser concedido sobre o valor consolidado da dívida atualizada na forma definida nos incisos I e II do **caput** deste artigo, conforme o caso, segundo o enquadramento em uma das faixas de valores indicadas no Anexo IV da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016, devendo primeiro ser aplicado o correspondente desconto percentual e, em seguida, o respectivo desconto de valor fixo.

§ 1º Entende-se por valor consolidado da dívida de que trata o **caput** deste artigo o montante do débito atualizado até a data de liquidação.

§ 2º A contratação pelo gestor financeiro do FNE de uma nova operação de crédito para a liquidação do saldo devedor das operações do Programa, deverá observar as seguintes condições:

I - limite de crédito: até o valor suficiente para liquidação do saldo devedor das operações de que trata este artigo, apurado na forma dos incisos I, II e III do **caput** deste artigo, depois de aplicado o rebate de que trata o inciso III do **caput** deste artigo;

II - fonte de recursos: FNE;

III - riscos da operação: os aplicados para operações contratadas com recursos do FNE na data da publicação desta Lei;

IV - amortização da dívida: prestações anuais, iguais e sucessivas, fixado o vencimento da primeira parcela para 2021 e o vencimento da última parcela para 2030, estabelecido novo cronograma de amortização, sem a necessidade de estudo de capacidade de pagamento;

V - encargos financeiros: taxa efetiva de juros de 3,5% a.a. (três inteiros e cinco décimos por cento ao ano);

VI - amortização prévia de valor equivalente a 3% (três por cento) do saldo devedor atualizado, depois de aplicados os rebates de que trata o inciso III do **caput** deste artigo; e

VII - garantias: as mesmas constituídas nas operações que serão liquidadas com a contratação do novo financiamento, exceto pelos Certificados do Tesouro Nacional que serão resgatados na forma do inciso II do **caput** deste artigo.

§ 3º As disposições deste artigo aplicam-se às operações contratadas com recursos do FNE, inclusive àquelas reclassificadas ao amparo do art. 31 da Lei nº 11.775, de 17 de setembro de 2008, em substituição às disposições contidas nos arts. 1º e 2° da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016.

§ 4º Fica o FNE autorizado a assumir os custos decorrentes dos rebates de que trata este artigo.

§ 5º Os custos decorrentes do ajuste dos saldos devedores previsto neste artigo serão assumidos:

I - pelo FNE, relativamente à parcela amparada em seus recursos;

II - pelo Banco do Nordeste do Brasil S.A., relativamente à parcela amparada em outras fontes de recursos.

§ 6º As disposições deste artigo não se aplicam às operações contratadas por mutuários que tenham comprovadamente cometido desvio de finalidade de crédito, exceto se a irregularidade tiver sido sanada previamente à liquidação da dívida."

"Art. 30. Aplicam-se às operações efetuadas ao amparo do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (Procera), repactuadas ou não, desconto de 95% (noventa e cinco por cento), em substituição aos bônus de adimplência contratuais.

Parágrafo único. Os custos decorrentes dos benefícios concedidos nos termos deste artigo serão imputados aos Fundos Constitucionais de Financiamento e ao Tesouro Nacional, nas operações efetuadas com seus recursos, e ao Fundo Contábil do Procera, nos demais casos."

"Art. 31. Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 31 de dezembro de 2018, das operações de crédito rural contratadas até 30 de dezembro de 2015 no âmbito do Pronaf, observadas as seguintes condições:

I - nas operações contratadas até 31 de dezembro de 2006, o rebate será de 80% (oitenta por cento);

II - nas operações contratadas entre 1º de janeiro de 2007 e 31 de dezembro de 2011, o rebate será de 50% (cinquenta por cento);

III - nas operações contratadas entre 1º de janeiro de 2012 e 31 de dezembro de 2015, o rebate será de 40% (quarenta por cento).

§ 1º O rebate para liquidação será concedido sobre os saldos devedores que se enquadrem nos termos deste artigo, atualizados a partir da data da contratação da operação original com base nos encargos contratuais de normalidade, excluídos os bônus, sem o cômputo de multa, mora ou quaisquer outros encargos por inadimplemento ou honorários advocatícios, mesmo que tenham sido incorporados ou pactuados por meio de aditivos contratuais ou escrituras públicas de confissão, de assunção e de repactuação de dívidas.

§ 2º O Tesouro Nacional assumirá as despesas com os bônus na conta da subvenção econômica ao crédito rural.

§ 3º Os agentes financeiros terão até 30 de abril de 2019 para apresentar ao Tesouro Nacional os dados das operações liquidadas.

§ 4º O disposto no **caput** deste artigo não alcança operações contratadas nas áreas de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)."

"Art. 32. Fica autorizada a concessão de rebate para liquidação, até 31 de dezembro de 2018, das operações de crédito rural, incluídas as contratadas no âmbito do Pronaf entre 1º de janeiro de 2010 e 31 de dezembro de 2013 com o Banco do Nordeste do Brasil S.A. com recursos oriundos do FNE ou com recursos mistos do referido Fundo com outras fontes, relativas a empreendimentos de irrigação localizados na área de abrangência do Lago Sobradinho, que foram inadimplidas em decorrência dos efeitos de estiagem, observadas ainda as seguintes condições:

I - operações com valor originalmente contratado de até R$ 100.000,00 (cem mil reais) em uma ou mais operações do mesmo mutuário;

II - rebate de 95% (noventa e cinco por cento) sobre o saldo devedor atualizado."

"Art. 36. É permitida a renegociação de dívidas de operações de crédito rural de custeio e investimento contratadas até 31 de dezembro de 2016, lastreadas com recursos controlados do crédito rural, inclusive aquelas prorrogadas por autorização do CMN, contratadas por produtores rurais e por suas cooperativas de produção agropecuária em Municípios da área de atuação da Sudene e do Estado do Espírito Santo, observadas as seguintes condições:

I - os saldos devedores serão apurados com base nos encargos contratuais de normalidade, excluídos os bônus, rebates e descontos, sem o cômputo de multa, mora ou quaisquer outros encargos por inadimplemento, honorários advocatícios ou ressarcimento de custas processuais;

II - o reembolso deverá ser efetuado em prestações iguais e sucessivas, fixado o vencimento da primeira parcela para 2020 e o vencimento da última parcela para 2030, mantida a periodicidade da operação renegociada, sem a necessidade de estudo de capacidade de pagamento;

III - os encargos financeiros serão os mesmos pactuados na operação original;

IV - a amortização mínima em percentual a ser aplicado sobre o saldo devedor vencido apurado na forma do inciso I do **caput** deste artigo será de:

a) 2% (dois por cento) para as operações de custeio agropecuário;

b) 10% (dez por cento) para as operações de investimento;

V - o prazo de adesão será de até cento e oitenta dias, contado da data do regulamento de que trata o § 7º deste artigo;

VI - o prazo de formalização da renegociação será de até cento e oitenta dias após a adesão de que trata o inciso IV do **caput** deste artigo.

§ 1º As disposições de que trata este artigo aplicam-se aos financiamentos contratados com:

I - equalização de encargos financeiros pelo Tesouro Nacional, desde que as operações sejam previamente reclassificadas pela instituição financeira para recursos obrigatórios ou outra fonte não equalizável, admitida, a critério da instituição financeira, a substituição de aditivo contratual por "carimbo texto" para formalização da renegociação;

II - recursos do FNE, admitida, a critério da instituição financeira, a substituição de aditivo contratual por "carimbo texto" para formalização da renegociação.

§ 2º O enquadramento no disposto neste artigo fica condicionado à demonstração da ocorrência de prejuízo no empreendimento rural em decorrência de fatores climáticos, salvo no caso de municípios em que foi decretado estado de emergência ou de calamidade pública reconhecido pelo Governo Federal, após a contratação da operação e até a publicação desta Lei.

§ 3º No caso de operações contratadas por miniprodutores rurais e pequenos produtores rurais, inclusive aquelas contratadas por produtores amparados pela Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, a demonstração de ocorrência de prejuízo descrito no § 2º deste artigo poderá ser comprovada por meio de laudo grupal ou coletivo.

§ 4º As operações de custeio rural que tenham sido objeto de cobertura parcial das perdas pelo Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro), ou por outra modalidade de seguro rural, somente podem ser renegociadas mediante a exclusão do valor referente à indenização recebida pelo beneficiário, considerada a receita obtida.

§ 5º Não podem ser objeto da renegociação de que trata este artigo:

I - as operações cujo empreendimento financiado tenha sido conduzido sem a aplicação de tecnologia recomendada, incluindo inobservância do Zoneamento Agrícola de Risco Climático (ZARC) e do calendário agrícola para plantio da lavoura;

II - as operações contratadas por mutuários que tenham comprovadamente cometido desvio de crédito, exceto se a irregularidade tiver sido sanada previamente à renegociação da dívida;

III - as operações contratadas por grandes produtores nos Municípios pertencentes à região do Matopiba, conforme definição do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, exceto naqueles em que foi decretado estado de emergência ou de calamidade pública reconhecido pelo Governo Federal, após a contratação da operação e até a publicação desta Lei.

§ 6º Nos Municípios em que foi decretado estado de emergência ou de calamidade pública após 1º de janeiro de 2016 reconhecido pelo Governo Federal, fica dispensada a amortização mínima estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo.

§ 7º O CMN regulamentará as disposições deste artigo, no que couber, no prazo de trinta dias, incluindo condições alternativas para renegociação das operações de que trata o inciso III do § 5º deste artigo, exceto quanto às operações com recursos do FNE, nas quais caberá ao gestor dos recursos implementar as disposições deste artigo.

"Art. 37. Admite-se a reclassificação para o âmbito exclusivo do FNE das operações de crédito rural contratadas com recursos mistos do fundo com outras fontes, observadas as seguintes condições:

I - a reclassificação da operação para FNE não caracteriza novação da dívida, considerando-se a nova operação uma continuidade da operação renegociada;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800006

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - a nova operação de que trata este artigo ficará sob risco compartilhado na proporção de 50% (cinquenta por cento) para o agente financeiro e 50% (cinquenta por cento) para o FNE;

III - o saldo devedor da operação a ser reclassificada será atualizado nas condições de normalidade e, se for o caso, em condições mais adequadas a serem acordadas entre o agente financeiro e o respectivo mutuário;

IV - as operações reclassificadas terão, a partir da data da reclassificação, os encargos financeiros das operações de crédito rural do FNE, definidos em função da classificação atual do produtor rural;

V - aplicam-se às operações reclassificadas, cuja contratação original ocorreu até 31 de dezembro de 2016, as condições estabelecidas no art. 36 desta Lei."

"Art. 39. Para fins do disposto nos arts. 8ª e 9ª desta Lei, ficam reduzidas a zero as alíquotas do imposto de renda, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incidentes sobre a receita auferida pelo cedente com a cessão de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL para pessoas jurídicas controladas, controladoras ou coligadas.

§ 1ª Nos termos do **caput** deste artigo, ficam também reduzidas a zero as alíquotas do imposto de renda, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins incidentes sobre a receita auferida pela cessionária na hipótese dos créditos cedidos com deságio.

§ 2ª Não será computada na apuração da base de cálculo do imposto de renda, da CSLL, da Contribuição para o PIS/Pasep e da Cofins a parcela equivalente à redução do valor das multas, juros e encargo legal.

§ 3ª A variação patrimonial positiva decorrente da aplicação do disposto neste artigo será creditada à Reserva de Capital, na forma da alínea *a* do § 2ª do art. 38 do Decreto-Lei nº 1.598, de 26 de dezembro de 1977."

Brasília, 17 de abril de 2018; 197ª da Independência e 130ª da República.

MICHEL TEMER

"ANEXO II

(Anexo IV da Lei nº 13.340, de 28 de setembro de 2016)

Descontos a serem aplicados sobre o valor consolidado a ser liquidado nos termos do art. 4º

Faixas para enquadramento do valor consolidado da inscrição em dívida ativa da União	Desconto percentual	Desconto de valor fixo, após aplicação do desconto percentual
Até R$ 35.000,00	95%	-
De R$ 35.000,01 até R$ 200.000,00	90%	R$ 1.750,00
De R$ 200.000,01 até R$ 500.000,00	85%	R$ 11.750,00
De R$ 500.000,01 até R$ 1.000.000,00	80%	R$ 36.750,00
Acima de R$ 1.000.000,00	75%	R$ 76.750,00

"

Atos do Senado Federal

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Cássio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 3, DE 2018

Institui o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Reino da Arábia Saudita.

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É instituído, como serviço de cooperação interparlamentar, o Grupo Parlamentar de Amizade Brasil-Reino da Arábia Saudita, com a finalidade de incentivar e desenvolver as relações bilaterais entre seus Poderes Legislativos.

Art. 2º O Grupo Parlamentar será integrado por membros do Congresso Nacional que a ele livremente aderirem.

Art. 3º A cooperação interparlamentar dar-se-á por meio de:

I - visitas parlamentares;

II - seminários, simpósios, debates, conferências, estudos e encontros de natureza política, jurídica, social, tecnológica, científica, ambiental, cultural, educacional, econômica e financeira, indispensáveis à análise, à compreensão, ao encaminhamento e à solução de problemas;

III - intercâmbio de experiências parlamentares;

IV - outras atividades compatíveis com os objetivos do Grupo Parlamentar.

Parágrafo único. O Grupo Parlamentar poderá manter relações culturais, de intercâmbio e de cooperação técnica com entidades nacionais e estrangeiras.

Art. 4º O Grupo Parlamentar reger-se-á por seu regulamento interno ou, na falta deste, pela decisão da maioria absoluta de seus membros fundadores, respeitadas as disposições legais e regimentais em vigor.

Parágrafo único. Em caso de lacuna desta Resolução ou do regulamento interno do Grupo Parlamentar, aplicar-se-ão subsidiariamente as disposições do Regimento Comum do Congresso Nacional, do Regimento Interno do Senado Federal e do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, nessa ordem.

Art. 5º As atas das reuniões e os demais atos relativos às atividades do Grupo Parlamentar deverão ser publicados no Diário do Congresso Nacional.

Art. 6º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2018
Senador CÁSSIO CUNHA LIMA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Cássio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 4, DE 2018

Autoriza a República Federativa do Brasil a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de até US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É a República Federativa do Brasil autorizada a contratar operação de crédito externo com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) no valor de até US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito de que trata o caput destinam-se ao financiamento parcial do "Projeto de Apoio à Implementação do Novo Ensino Médio".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: República Federativa do Brasil;

II - credor: Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird);

III - valor: até US$ 250.000.000,00 (duzentos e cinquenta milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

IV - modalidade: empréstimo flexível com margem fixa;

V - prazo de desembolso: até 31 de dezembro de 2023, salvo se o credor conceder extensão desse prazo após anuência do Ministério da Fazenda;

VI - cronograma estimativo de desembolso: US$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2018; US$ 59.000.000,00 (cinquenta e nove milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2019; US$ 56.000.000,00 (cinquenta e seis milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2020; US$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2021; e US$ 45.000.000,00 (quarenta e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América) em 2022;

VII - amortização: prestação única com vencimento em 15 de dezembro de 2037;

VIII - taxa de juros: baseada na taxa Libor de 6 (seis) meses mais margem fixa de 1,65% a.a. (um inteiro e sessenta e cinco centésimos por cento ao ano), a ser paga em 15 de junho e em 15 de dezembro de cada ano;

IX - conversão: o devedor poderá solicitar conversão de moeda e de taxa de juros em qualquer momento durante a vigência do contrato, conforme disposto contratualmente;

X - comissão de compromisso: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o saldo não desembolsado do empréstimo;

XI - taxa de abertura de crédito: 0,25% a.a. (vinte e cinco centésimos por cento ao ano) sobre o montante total do empréstimo, financiada com recursos da própria operação de crédito;

XII - sobretaxa de exposição: 0,5% a.a. (cinco décimos por cento ao ano) sobre o produto do excedente ao limite padrão de exposição do País pela razão entre o saldo devedor da presente operação de crédito e todas as operações de crédito em que o devedor tiver contratado ou for garantidor junto ao credor com a cláusula de sobretaxa de exposição.

Parágrafo único. As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, e os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

Art. 3º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2018
Senador CÁSSIO CUNHA LIMA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Faço saber que o Senado Federal aprovou, e eu, Cássio Cunha Lima, Primeiro Vice-Presidente, no exercício da Presidência, nos termos do art. 48, inciso XXVIII, do Regimento Interno, promulgo a seguinte

R E S O L U Ç Ã O
Nº 5, DE 2018

Autoriza o Município de Santo André (SP) a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

O Senado Federal resolve:

Art. 1º É o Município de Santo André (SP) autorizado a contratar operação de crédito externo, com garantia da República Federativa do Brasil, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de até US$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América).

Parágrafo único. Os recursos da operação de crédito referida no caput destinam-se ao financiamento parcial do "Programa de Mobilidade Urbana Sustentável de Santo André".

Art. 2º A operação de crédito referida no art. 1º deverá ser realizada nas seguintes condições:

I - devedor: Município de Santo André (SP);

II - credor: Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID);

III - garantidor: República Federativa do Brasil;

IV - valor: até US$ 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de dólares dos Estados Unidos da América);

V - cronograma estimativo de desembolso: US$ 3.200.000,00 (três milhões e duzentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2017, US$ 6.300.000,00 (seis milhões e trezentos mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2018, US$ 6.650.000,00 (seis milhões, seiscentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2019, US$ 5.450.000,00 (cinco milhões, quatrocentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2020, US$ 2.650.000,00 (dois milhões, seiscentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2021 e US$ 750.000,00 (setecentos e cinquenta mil dólares dos Estados Unidos da América) em 2022;

VI - amortização: até 234 (duzentos e trinta e quatro) meses, além do prazo de carência de até 66 (sessenta e seis) meses;

VII - juros: taxa Libor para o dólar dos Estados Unidos da América de 3 (três) meses mais margem a ser definida pelo credor;

VIII - comissão de crédito: 0,75% a.a. (setenta e cinco centésimos por cento ao ano), aplicados sobre os saldos não desembolsados do empréstimo;

IX - encargo de inspeção e supervisão: até 1% (um por cento) do montante do empréstimo.

§ 1º As datas de pagamento do principal e dos encargos financeiros e as datas dos desembolsos previstos poderão ser alteradas em função da data de assinatura do contrato de empréstimo, e os montantes estimados dos desembolsos em cada ano poderão ser alterados conforme a execução contratual.

§ 2º É permitido ao mutuário, já devidamente autorizado por esta Resolução, com o consentimento formal do garantidor, observados os prazos e montantes mínimos requeridos no contrato de empréstimo, exercer a opção de conversão da taxa de juros para uma taxa de juros fixa ou qualquer outra opção aceita pelo BID no tocante a parte ou à totalidade dos saldos devedores sujeitos à taxa de juros baseada na Libor, bem como da moeda do empréstimo, no tocante ao desembolso ou a parte ou à totalidade do saldo devedor, para moeda de país não mutuário ou moeda local que o BID possa intermediar eficientemente.

§ 3º Para o exercício da opção referida no § 2º, é autorizada a cobrança dos custos incorridos pelo BID na sua realização, assim como o repasse ao devedor de eventuais ganhos decorrentes da conversão.

Art. 3º É a União autorizada a conceder garantia ao Município de Santo André (SP) na contratação da operação de crédito externo de que trata esta Resolução.

§ 1º O exercício da autorização prevista no caput é condicionado a que o Município de Santo André (SP) celebre contrato com a União para a concessão de contragarantias, sob a forma de vinculação das receitas de que tratam os arts. 156, 158 e 159, todos da Constituição Federal, e de outras garantias em direito admitidas, podendo o Governo Federal requerer as transferências de recursos necessários para cobertura dos compromissos honrados diretamente das contas centralizadoras da arrecadação do Município ou das transferências federais.

§ 2º Previamente à assinatura do contrato, o Ministério da Fazenda verificará e atestará a adimplência do Município de Santo André (SP) quanto aos pagamentos e prestações de contas de que trata o art. 10 da Resolução do Senado Federal nº 48, de 2007, bem como o cumprimento substancial das condições prévias ao primeiro desembolso.

Art. 4º O prazo máximo para o exercício da presente autorização é de 540 (quinhentos e quarenta) dias, contado a partir da entrada em vigor desta Resolução.

Art. 5º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Senado Federal, em 17 de abril de 2018
Senador CÁSSIO CUNHA LIMA
Primeiro Vice-Presidente do Senado Federal,
no exercício da Presidência

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800007

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Atos do Poder Executivo

DECRETO Nº 9.348, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Altera o Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014, que regulamenta a Lei nº 7.678, de 8 de novembro de 1988, que dispõe sobre a produção, circulação e comercialização do vinho e derivados da uva e do vinho.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso IV, da Constituição,

D E C R E T A :

Art. 1º O Anexo ao Decreto nº 8.198, de 20 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 26. O limite para a correção referida no art. 25 deve corresponder a uma elevação máxima de três por cento em álcool, volume por volume, na graduação alcoólica dos vinhos, à temperatura de vinte graus **Celsius**:

....." (NR)

Art. 2º Ficam revogados os seguintes dispositivos do Anexo ao Decreto nº 8.198, de 2014:

I - os incisos I e II do **caput** do art. 26; e

II - o art. 29.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 17 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Blairo Maggi

MINISTÉRIO DA DEFESA

DECRETO DE 17 DE ABRIL DE 2018

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 84, **caput**, inciso XXI, da Constituição, e na qualidade de Grão-Mestre da Ordem do Mérito Aeronáutico, resolve:

PROMOVER,

no Quadro Ordinário do Corpo de Graduados Efetivos da Ordem do Mérito Aeronáutico, ao grau de Grã-Cruz, o Tenente-Brigadeiro do Ar CARLOS DE ALMEIDA BAPTISTA JUNIOR.

Brasília, 17 de abril de 2018; 197º da Independência e 130º da República.

MICHEL TEMER
Joaquim Silva e Luna

Presidência da República

DESPACHOS DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MENSAGEM

Nº 190, de 17 de abril de 2018. Comunica ao Senado Federal que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei nº 56, de 2017 (nº 6.437, de 2016, na Câmara dos Deputados), transformado na Lei nº 13.595, de 5 de janeiro de 2018, acaba de promulgá-lo, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Nº 191, de 17 de abril de 2018. Comunica ao Senado Federal que, em face da rejeição pelo Congresso Nacional do veto parcial ao Projeto de Lei nº 165, de 2017 (nº 9.206, de 2017, na Câmara dos Deputados), transformado na Lei nº 13.606, de 9 de janeiro de 2018, acaba de promulgá-lo, motivo pelo qual restitui dois exemplares dos respectivos autógrafos.

Nº 192, de 17 de abril de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do nome do Senhor FERNANDO JOSÉ MARRONI DE ABREU, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Representante Permanente do Brasil junto à Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura - FAO e aos Organismos Internacionais Conexos, em Roma.

Nº 193, de 17 de abril de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do Senhor PAULO CORDEIRO DE ANDRADE PINTO, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Libanesa.

Nº 194, de 17 de abril de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do Senhor ALEXANDRE GUIDO LOPES PAROLA, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto à Organização Mundial do Comércio e a outras Organizações Econômicas, em Genebra.

Nº 195, de 17 de abril de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do Senhor ROGÉRIO SCARABEL BARBOSA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor José Carlos de Souza Abrahão.

Nº 196, de 17 de abril de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do Senhor SANDOVAL DE ARAÚJO FEITOSA NETO para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, na vaga decorrente do término do mandato do Senhor Reive Barros dos Santos.

Nº 197, de 17 de abril de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do Senhor DAVIDSON TOLENTINO DE ALMEIDA para exercer o cargo de Diretor da Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS, na vaga decorrente do término do mandato da Senhora Karla Santa Cruz Coelho.

Nº 198, de 17 de abril de 2018. Encaminhamento ao Senado Federal, para apreciação, do Senhor ADALBERTO TOKARSKI, para ser reconduzido ao cargo de Diretor da Agência Nacional de Transportes Aquaviários - ANTAQ.

CASA CIVIL

SECRETARIA ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO

PORTARIA Nº 242, DE 16 DE ABRIL DE 2018 (*)

Explicita as competências do Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário e promove a delegação e subdelegação, dentre outros, dos atos de celebração de contratações administrativas, convênios, demais ajustes e concessão de diárias e passagens.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições conferidas pelo caput e parágrafo único, inciso III, do art. 35 do Anexo I do Decreto nº 8.889, de 26 de outubro de 2016, considerando as competências materiais que lhe foram conferidas pelo mesmo art. 35 deste Decreto Regimental, aquelas atribuídas e delegadas pela Portaria nº 1.390, de 8 de julho de 2016, Portaria n.º 964, de 5 de outubro de 2017, essa última alterada pela Portaria n.º 1.031, de 13 de novembro de 2017, e a Portaria n.º 1.045, de 21 de novembro de 2017, todas da Casa Civil da Presidência da República, resolve:

Art. 1º Compete ao Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, sem prejuízo das demais atribuições conferidas pela legislação:

I - autorizar, na forma do art. 2º do Decreto n.º 7.689, de 2 de março de 2012, a celebração de novos contratos administrativos e a prorrogação dos contratos administrativos em vigor relativos às atividades de custeio, com valores inferiores a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

II - o ato específico de assinatura dos:

a) contratos administrativos, relativos a atividades de custeio do inciso I do caput do art. 1º, com valores iguais ou superiores a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais);

b) contratos administrativos de Assistência Técnica e Extensão Rural, com valores iguais ou superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

c) demais contratos administrativos, não enquadrados nas alíneas "a" e "b" do inciso II do caput do art. 1º, com valores iguais ou superiores a R$ 1.000.000,00 (um milhão de reais);

d) convênio, contratos de repasse e demais parcerias com órgãos ou entidades públicas, com valores iguais ou superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

e) acordos de cooperação, definidos pelo art. 2º, inciso VIII-A, da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, que envolvam bens econômicos com valores iguais ou superiores a R$ 10.000.000,00 (dez milhões de reais);

f) termos de execução descentralizada, independentemente de valor;

g) termos de fomento, termos de colaboração, contratos de repasse e termos de parceria, bem como termos aditivos, firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, independentemente de valor;

III - ratificar, independentemente de valor, os atos de dispensa e de inexigibilidade de licitação, observado o disposto no art. 26 da Lei nº 8.666/93;

IV - conceder diárias e passagens nas seguintes hipóteses:

a) deslocamento de servidor por prazo superior a 10 (dez) dias contínuos;

b) mais de quarenta diárias intercaladas por servidor no ano;

c) deslocamentos de mais de 10 (dez) pessoas para o mesmo evento; e

d) de viagens solicitadas com antecedência inferior a 10 (dez) dias da data prevista de partida.

§ 1º A competência do Secretário Especial de Agricultura Familiar do inciso II do caput do art. 1º estende-se às hipóteses de prorrogação de vigência e aditamento.

§ 2º A autorização de que trata o inciso I do caput do art. 1º em valor igual ou superior a R$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais) compete ao Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

§ 3º A celebração de contratos de locação e a prorrogação dos contratos de locação em vigor, com valor igual ou superior a R$ 10.000,00 (dez mil reais) por mês, serão autorizadas pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, observada a atualização desse valor mensal a cargo do Ministério de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

§ 4º As atividades de custeio são consideradas aquelas diretamente relacionadas às atividades comuns a todos os órgão e entidades da Administração Pública Federal que apoiam o desempenho das atividades institucionais, nos termos do art. 3º da Portaria n.º 249, de 13 de junho de 2012, do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, publicada no Diário Oficial da União n.º 114, de 14 de junho de 2012, Seção I, pág. 94.

§ 5º A concessão de diárias e passagens para os deslocamentos para o exterior, com ônus, serão autorizadas pelo Ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República.

Art. 2º Delegar e subdelegar ao Secretário-Adjunto competência para praticar os seguintes atos:

I - celebrar, prorrogar e aditivar, com valores iguais ou superiores a R$1.000.000,00 (um milhão de reais) e valores inferiores a R$10.000.000,00 (dez milhões de reais), desde que previamente submetidos à análise da Assessoria Jurídica, quando for o caso, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

a) contratos administrativos de Assistência Técnica e Extensão Rural;

b) convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica e demais ajustes congêneres com órgãos ou entidades públicas;

c) acordos de cooperação, definidos pelo art. 2º, inciso VIII-A, da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, que envolvam bens com os valores econômicos expressos pelo caput do inciso I do art. 2º.

II - quando a legislação admitir, em relação às parcerias das alíneas "b" e "c" do inciso I do caput do art. 2º, estipular e alterar a destinação e a forma do emprego de bens remanescentes, e, no caso de doação, alterar e extinguir os respectivos encargos; e

III - autorizar a interrupção de férias, quando houver necessidade de serviço.

§1º As celebrações dos instrumentos relacionados pelo art. 2º serão precedidas das análises e manifestações técnicas da unidade administrativa de origem, contemplando no mínimo os seguintes quesitos:

a) economicidade;

b) viabilidade técnica;

c) aderência às prioridades estratégicas estabelecidas pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário;

d) conformação com o Plano Anual de Contratações, ou, se for o caso, aprovadas pelo Comitê de Governança das Contratações, na forma do art. 4º da Portaria SEAD n.º 209, de 2 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União de 3 de abril de 2018, Seção 1, pág. 4; e

e) certificação e demonstração de atendimento a todas as recomendações feitas pela Assessoria Jurídica, ou a correspondente justificativa motivada quando não forem observadas.

§ 2º As unidades administrativas atenderão de forma tempestiva e conclusiva as exigências de que trata o art. 2º.

Art. 3º Delegar e subdelegar competência aos Subsecretários de Agricultura Familiar, de Desenvolvimento Rural, de Reordenamento Agrário e de Regularização Fundiária na Amazônia Legal para praticar os seguintes atos:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800008

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - no âmbito de suas respectivas competências regimentais:

a) celebrar, prorrogar e aditivar, com valores inferiores a R$1.000.000,00 (um milhão de reais), desde que previamente submetidos à análise da Assessoria Jurídica, quando for o caso, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

1. contratos administrativos, excetuados os que tenham por objeto atividades de custeio, definidas na forma do §4º do caput art. 1º e parágrafo único do caput do art. 4º;

2. convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica e demais ajustes congêneres com órgãos ou entidades públicas;

3. acordos de cooperação, definidos pelo art. 2º, inciso VIII-A, da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, que envolvam bens com os valores econômicos expressos pelo caput da alínea "a" do inciso I do art. 3º;

4. aprovar os planos de trabalho, projetos básicos e termos de referência dos atos previstos nos itens anteriores do inciso I do caput do art. 3º.

b) aprovar os planos de trabalho, termos de referência e projetos básicos dos termos de fomento, termos de colaboração, contratos de repasse e termos de parceria, firmados com entidades privadas sem fins lucrativos, bem como dos termos aditivos;

c) aprovar os planos de trabalho, ou instrumento equivalente, dos termos de execução descentralizada.

II - quando a legislação admitir, em relação às parcerias dos itens 2 e 3 da alínea "a" do inciso I do caput do art. 3º, estipular e alterar a destinação e a forma do emprego de bens remanescentes, e, na hipótese de doação, alterar e extinguir os respectivos encargos;

III - avaliar e aprovar a prestação de contas técnica de convênios, contratos de repasse, e acordos de cooperação técnica, mediante a demonstração da execução integral do objeto e o alcance dos resultados previstos no instrumento pactuado;

IV - avaliar o desempenho dos servidores lotados em suas respectivas Subsecretarias; e

V - autorizar como proponentes, por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, os deslocamentos dos propostos vinculados à sua Unidade, exceto os casos previstos no art. 1º, inciso IV, desta portaria, e aprovar em quaisquer dos casos as suas respectivas prestações de contas.

Art. 4º Delegar e subdelegar ao Subsecretário de Planejamento e Gestão competência para praticar os seguintes atos:

I - no âmbito da sua competência regimental, celebrar, prorrogar e aditivar, com valores até R$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), desde que previamente submetidos à análise da Assessor Jurídica, quando for o caso, em conformidade com a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993:

a) contratos administrativos, inclusive os decorrentes de dispensa e inexigibilidade de licitação, relativos às atividades de custeio do §4º do caput do art. 1º e parágrafo único do caput do art. 4º;

b) convênios, contratos de repasse, acordos de cooperação técnica e demais ajustes congêneres com órgãos ou entidades públicas;

c) acordos de cooperação, definidos pelo art. 2º, inciso VIII-A, da Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2014, que envolvam bens com os valores econômicos expressos pelo caput do inciso I do art. 4º;

d) aprovar planos de trabalho, projetos básicos e termos de referência dos atos previstos nas alíneas anteriores deste inciso I do caput do art. 4º.

II - avaliar e aprovar a prestação de contas de convênios e contratos de repasse, sob o aspecto financeiro, após avaliação e aprovação pelas áreas técnicas quanto ao cumprimento do objeto pactuado;

III - aplicar sanções contratuais, exceto a sanção de declaração de inidoneidade prevista no art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 1993;

IV - autorizar restituição de garantias contratuais;

V - autorizar a utilização de serviços de comunicação de voz, telefonia móvel e dados, por meio dos dispositivos do tipo celular, *tablet* e modem;

VI - autorizar, nos termos da Lei nº 9.327/96 e no exclusivo interesse do serviço e no exercício de atividades institucionais, a condução de veículos oficiais de transporte individual de passageiros, no âmbito da SEAD; e

VII - autorizar como proponente, por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, os deslocamentos dos propostos vinculados à sua Unidade, exceto os casos previstos no art. 1º, inciso IV, desta portaria, e aprovar em quaisquer dos casos suas respectivas prestações de contas.

Parágrafo único. O Subsecretário de Planejamento e Gestão, a par das hipóteses do art. 3º da Portaria n.º 249, de 13 de junho de 2012, definirá as demais que caracterizam atividade de custeio.

Art. 5º Ficam subdelegadas ao Chefe da Assessoria Jurídica e aos Delegados Federais do Desenvolvimento Agrário as competências do inciso VII do caput do art. 4º.

Art. 6º Delegar e subdelegar competência ao Chefe de Gabinete da Secretaria Especial para praticar os seguintes atos:

I - examinar previamente e encaminhar ao Secretário Especial os pedidos de cessão e requisição de servidores;

II - fixar as metas de desempenho institucional no âmbito da Secretaria Especial;

III - avaliar o desempenho dos servidores lotados no Gabinete do Secretário Especial;

IV - autorizar a participação de servidores da Secretaria Especial em conferências, cursos, treinamentos e outros similares que se realizarem no país, em consonância com a legislação de regência;

V - autorizar a utilização de serviços de comunicação de voz, telefonia móvel e dados, por meio dos dispositivos do tipo celular, *tablet* e modem, em casos excepcionais, conforme prevê art. 6º, §1º, inciso 7º, do Decreto 8.540, de 2015; e

VI - autorizar como proponente, por meio do Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP, os deslocamentos dos propostos vinculados à sua Unidade e dos dirigentes máximos das Subsecretarias de Planejamento e Gestão, Reordenamento Agrário, Agricultura Familiar, Desenvolvimento Rural, Chefe da Assessoria Jurídica e Delegacias Federais, exceto os casos previstos no art. 1º, inciso IV, desta portaria, e aprovar em quaisquer dos casos as suas respectivas prestações de contas.

Art. 7º Fica revogada a Portaria SEAD n.º 603, de 25 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União n.º 206, de 26 de outubro de 2017, Seção 1, página 2.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JEFFERSON CORITEAC

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 73, de 17-4-2018, Seção 1, páginas 7 e 8, com incorreção no original.

PORTARIA Nº 243, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Amplia os limites máximos de contrapartida nas transferências voluntárias de recursos no âmbito da Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário.

O SECRETÁRIO ESPECIAL DE AGRICULTURA FAMILIAR E DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, no uso das atribuições que lhe conferem o caput e o parágrafo único, inciso III, do art. 35 do Anexo I do Decreto n.º 8.889, de 26 de outubro de 2016, e tendo em vista o disposto no §2º do art. 74 da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, no art. 7º do Decreto nº 6.170, de 25 de julho de 2007, do art. 18, da Portaria Interministerial nº 424, de 30 de dezembro de 2018, resolve:

Art. 1º Os limites percentuais máximos de contrapartida financeira, nas transferências voluntárias de recursos para entidades públicas, contemplados pela Lei n.º 13.473, de 8 de agosto de 2017, que estabelece as diretrizes orçamentárias para o ano de 2018, desde que necessário para viabilizar a execução das ações desenvolvidas, esteja comprovada a disponibilidade orçamentária do parceiro e justificada motivadamente no caso concreto, poderão ser ampliados pelas unidades finalísticas:

I - até a porcentagem máxima de 50% (cinquenta por cento) do valor global da parceria, nas hipóteses de emendas parlamentares; e

II - até a porcentagem máxima de 20% (vinte por cento) do valor global da parceria, nos demais casos.

§ 1º A aplicação de percentual de contrapartida distinto da Lei de Diretrizes Orçamentária fica condicionada à manifestação fundamentada da unidade finalística quanto ao enquadramento e compatibilidade da porcentagem fixada com a capacidade financeira e operacional da entidade pública.

§ 2º A entidade pública no caso de ampliação da porcentagem máxima declarará por instrumento autônomo que a contrapartida fixada acima do limite legal não decorre de exigência unilateral da Administração Pública Federal, mas que considerou e atende principalmente os seus próprios interesses.

§ 3º As hipóteses de ampliação de contrapartida não abrangidas por essa portaria deverão ser admitidas e justificadas pelo Secretário Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, sem prejuízo do atendimento do §2º.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

JEFFERSON CORITEAC

SECRETARIA-GERAL

PORTARIA Nº 16, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO CHEFE DA SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, SUBSTITUTO, no uso das atribuições previstas no inciso I, do parágrafo único do art. 87 da Constituição Federal, no § 1° do art. 6 e §§ 1° e 4° do art. 7° do Decreto n° 7.689, de 2 de março de 2012, nos art. 14 e 18 da Instrução Normativa n° 3 de 11 de fevereiro de 2015 da então Secretaria de Logística e Tecnologia do então Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e considerando a Lei n° 13.502, de 1° de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Fica delegada ao Secretário-Executivo da Secretaria-Geral a competência de autorizar as despesas com diárias e passagens:

I - em viagens no território nacional;

II - deslocamento de servidores ou militares por prazo superior a dez dias consecutivos;

III - mais de quarenta dias intercalados por servidor por ano;

IV - deslocamento de mais de dez pessoas para o mesmo evento;

V - em deslocamento para o exterior, com ônus e

VI - deslocamento cuja proposta seja solicitada em prazo inferior a 10 (dez) dias da data prevista da partida, desde que formalizada e devidamente justificada.

Art. 2º As competências previstas nos incisos I, II, III IV e VI do art. 1° ficam delegadas às seguintes autoridades:

I - Secretário Especial do Programa de Parceria de Investimento;

II - Secretário Especial de Assuntos Estratégicos;

III - Secretário Especial de Comunicação Social;

V - Diretor-Presidente da Empresa de Planejamento e Logística; e

VI - Diretor-Presidente da Empresa Brasil de Comunicações.

Art. 3º As competências previstas nos incisos I, do art. 1°, também, ficam delegadas às seguintes autoridades:

I - Secretário de Administração;

II - Secretário de Controle Interno; e

III - Secretário Especial de Aquicultura e da Pesca.

Art. 4º Esta Portaria revoga a Portaria n° 6, de 14 de março de 2018.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM LIMA DE OLIVEIRA

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

SECRETARIA EXECUTIVA

PORTARIA Nº 599, DE 16 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO-EXECUTIVO DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no exercício da atribuição que lhe foi conferida pelo Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, nos termos do art. 52, inciso V, do Anexo I ao Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016; e do art. 2º da Portaria MAPA nº 2.462, de 12 de dezembro de 2017; viando à implementação do Plano de Integridade do MAPA, aprovado pela Portaria MAPA nº 2.310, de 11 de novembro de 2017; e considerando o disposto no Processo nº 21000.054235/2017-48, resolve:

Art. 1º Instituir o Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade para homologação anual da relação nominal das empresas do agronegócio premiadas com o Selo Agro+ Integridade.

Art. 2º O Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade será composto por 1(um) membro titular e 1 (um) membro suplente das seguintes instituições:

I - públicas:

a) Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

b) Empresa Brasileiro de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA

c) Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União - CGU

II - privadas:

a) Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade Social;

b) Alliance for Integrity;

c) Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil - CNA;

d) Confederação Nacional da Indústria - CNI;

e) Federação Brasileira dos Bancos - FEBRABAN; e

f) Bolsa de Valores do Brasil - B3.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800009

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§1º A presidência do Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade será exercida pelo MAPA, que além dos atos inerentes a boa e eficiente condução dos trabalhos, se manifestará somente nos casos de empate, exercendo voto de qualidade.

§2º Os membros do Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade serão indicados pelos dirigentes máximos de cada um das instituições relacionadas no caput.

§3º As instituições que compõem o Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade deverão observar, quando da indicação dos membros titulares e suplentes, a qualificação técnica nos assuntos relacionados ao tema integridade e a necessária idoneidade dos indicados.

§4º No prazo de 30 dias contados da publicação desta Portaria, por ato do Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno, deverá ser publicado os nomes dos membros titulares e suplentes do Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade e providenciada a divulgação na página oficial do MAPA na rede mundial de computadores.

§5º A atuação no âmbito do Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade não enseja remuneração ou retribuição pecuniária de qualquer espécie para os seus membros, sendo considerada atividade de relevante interesse público, devendo os titulares e suplentes guardarem sigilo das informações que tiverem acesso a partir dos dados fornecidos pelas empresas pleiteantes ao Selo.

Art. 3º Compete ao Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade:

I - homologar a relação de empresas do agronegócio a ser premiada com o Selo Agro+ Integridade, com base nos relatórios de avaliação apresentados pela Secretaria-Executiva do Comitê Gestor (SECG);

II - aprovar as minutas anuais para regulamentação do Selo Agro+ Integridade do exercício seguinte, bem como as alterações porventura necessárias no regulamento vigente;

III - promover a divulgação do Selo Agro+ Integridade no seu âmbito de atuação e contribuir para o alcance de seus objetivos; e

IV - dirimir dúvidas e deliberar sobre casos omissos.

Art. 4º O Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade reunir-se-á:

I - ordinariamente, uma vez por ano, conforme convocação da SECG, para conhecer dos relatórios de avaliação das empresas inscritas e deliberar sobre as empresas do agronegócio que serão premiadas com o Selo Agro+ Integridade no respectivo exercício; e

II - extraordinariamente:

a) no prazo de 45 dias, na qualidade de reunião inaugural dos trabalhos, quando devem ser apresentadas as sugestões previstas no parágrafo único do art. 2º da Portaria 2.462, de 12/12/2017;

b) se necessário, para os casos de suspensão do direito do uso da marca pelas empresas premiadas, conforme arts. 18 e 19 do Anexo da Portaria MAPA nº 2.462, de 12/12/2017; e

c) a qualquer tempo, para tratar de assuntos considerados urgentes e relevantes, especialmente no caso de julgamento de recursos.

Parágrafo único. O pedido de convocação de reunião extraordinária será efetivado pela SECG, de ofício ou a pedido dos membros, que dará encaminhamento ao tema junto aos demais membros do Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade destacando a relevância e urgência da matéria.

Art. 5º Fica instituída Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade (SECG), com responsabilidade precípua de assegurar todo o suporte logístico e técnico para o bom funcionamento do Comitê Gestor.

§1º Fica incumbida à Assessoria Especial de Controle Interno do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (AECI/GM) o encargo de Secretaria-Executiva do Comitê Gestor e, ainda, de assegurar o sigilo das informações que tiver acesso a partir dos dados fornecidos pelas empresas pleiteantes ao Selo.

§2º A Secretaria de Defesa Agropecuária deverá prestar o apoio necessário à atuação da SECG no que se refere à avaliação do cumprimento dos requisitos de habilitação previstos alínea "f" do inciso I; e da alínea "b" do inciso III, ambas do art. 3º do anexo da Portaria MAPA nº 2.462, de 12/12/2017.

§3º A Comissão de Desenvolvimento Sustentável do Agronegócio - CDSA instituída por meio da Portaria MAPA nº 171, de 30 de agosto de 2016, por intermédio de seus participantes, deverá prestar o apoio necessário à atuação da SECG no que se refere à aferição do cumprimento dos requisitos de avaliação previstos nos itens 1, 2 e 3 da alínea "a" do inciso V do art. 3º do anexo da Portaria MAPA nº 2.462, de 12/12/2017.

Art. 6º À Secretaria-Executiva do Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade compete:

I - analisar anualmente as inscrições recebidas para participação no Selo Agro+ Integridade, verificando o cumprimento dos requisitos de admissibilidade, seja sobre a ótica da avaliação ou habilitação;

II - avaliar a suficiência das informações e documentos apresentados referentes às medidas de responsabilidade social, sustentabilidade e integridade implementadas e produzir os relatórios previstos de aprovação e rejeição, previstos no regulamento vigente, para fins de apresentação ao Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade, para homologação;

III - prestar apoio técnico e administrativo aos trabalhos do Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade, propondo inclusive o calendário anual de reuniões;

IV - levar ao conhecimento do Comitê Gestor do Selo Agro+ Integridade quaisquer fatos ou assuntos que tenham impacto sobre o Selo Agro+ Integridade, acompanhados de informações ou estudos que subsidiem o processo decisório do Comitê;

V - responder às solicitações de informações e aos questionamentos em relação ao Selo Agro+ Integridade; e

VI - criar e alimentar a parte do sítio eletrônico do MAPA destinado às publicações referentes ao Selo Agro+ Integridade.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

EUMAR ROBERTO NOVACKI

SECRETARIA DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO

INSTRUÇÃO NORMATIVA CONJUNTA SDA/SMC Nº 1, DE 16 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE DEFESA AGROPECUÁRIA E O SECRETÁRIO DE MOBILIDADE SOCIAL, DO PRODUTOR RURAL E DO COOPERATIVISMO, AMBOS DO MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO, no uso das atribuições que lhes conferem os arts. 18, 25 e 53 do Anexo I do Decreto nº 8.852, de 20 de setembro de 2016, tendo em vista o disposto na Lei n° 7.802, de 11 de julho de 1989, na Lei nº 10.831, de 23 de dezembro de 2003, no Decreto n° 4.074, de 4 de janeiro de 2002, no Decreto 6.323, de 27 de dezembro de 2007, no art. 7º do Anexo I da Instrução Normativa Conjunta nº 01, de 24 de maio de 2011, e o que consta do Processo SEI nº 21000.031197/2017-55, resolvem:

Art. 1° A Instrução Normativa Conjunta SDA/SDC nº 2, de 12 de julho de 2013, passa a vigorar com as seguintes alterações:

ANEXO II

30			
Agentes microbiológicos de controle: *Beauveria bassiana*, isolado IBCB 66* + *Metarhizium anisopliae*, isolado IBCB 425*			
Classificações Taxonômicas			
Beauveria bassiana: Eukaryota (Super-reino); Fungi (Reino); Ascomycota (Divisão); Pezizomycotina (Subdivisão); Sordariomycetes (Classe); Hypocreales (Ordem); Cordycipitaceae (Família); *Beauveria* (Gênero); *Beauveria bassiana* (Espécie).			
Metarhizium anisopliae: Eucaryota (Super-reino); Fungi (Reino); Ascomycota (Divisão); Pezizomycotina (Subdivisão); Sordariomycetes (Classe); Hypocreomycetidae (Subclasse); Hypocreales (Ordem); Clavicipitacea (Família); *Metarhizium* (Gênero); *Metarhizium anisopliae* (Espécie).			
Composição			
Ingredientes ativos**			
Descrição		Mínimo	Máximo
Beauveria bassiana, IBCB 66		4 x 10^3 UFC*** por mililitro ou grama de produto formulado	2 x 10^5 UFC*** por mililitro ou grama de produto formulado
Metarhizium anisopliae, IBCB 425		4 x 10^3 UFC*** por mililitro ou grama de produto formulado	2 x 10^5 UFC*** por mililitro ou grama de produto formulado
Outros ingredientes**			
Nome	CAS	Função	Descrição, requisitos de composição e condições de uso
Ácido fosfórico	7664-38-2	Regulador de acidez/ Acidulante	Desde que tenha concentração máxima de 1,5% (um e meio por cento) no produto formulado.
Açúcar	57-50-1	Nutriente (substrato nutritivo)	Desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica. Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*.
Água	-----	Veículo	Desde que isenta de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
Bentonita	1302-78-9	Veículo/ Agente de suspensão	Desde que tenha concentração máxima de 20% (vinte por cento) no produto formulado.
Calcário	1317-65-3	Veículo	Desde que livre de asbesto, e que o conteúdo de sílica cristalina seja menor que 1% (um por cento) no produto formulado.
Carboximetilcelulose sódica	9004-32-4	Espessante/ Emulsificante/ Estabilizante	-----
Caulim	1332-58-7	Diluente sólido/ Veículo	Desde que livre de asbesto, e que o conteúdo de sílica cristalina seja menor que 1% (um por cento) no produto formulado.
Caulinita	1318-74-7	Diluente sólido/ Veículo	-----
Dióxido de silício	7631-86-9	Diluente sólido/ Veículo/ Agente antiaglomerante/ Dispersante	Desde que livre de sílica cristalina e que tenha concentração máxima de 10% (dez por cento) no produto formulado.
Extrato de malte	80002-48-0	Nutriente (substrato nutritivo)/ Modificador de textura	Desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
			Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*.
Gipsita	13397-24-5	Diluente sólido/ Veículo	-----
Glicerina	56-81-5	Espessante/ Emulsificante/ Estabilizante/ Veículo	-----
Goma arábica	9000-01-5	Espessante/ Emulsificante/ Estabilizante/ Agente de suspensão/ Surfactante/ Agente de dispersão	-----
Goma xantana	11138-66-2	Espessante/ Emulsificante/ Estabilizante/ Agente de suspensão	-----
Grãos de arroz, milho, soja, trigo, milheto e sorgo	-----	Veículo	Inteiros, quebrados ou moídos desde que esterilizados e isentos de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
Hidróxido de sódio	1310-73-2	Regulador de acidez	-----
Lactose	63-42-3	Veículo/ Diluente	-----
Lecitina	8002-43-5	Dispersante/ Emulsificante/ Agente solubilizante	-----
Lignosulfonato de sódio	8061-51-6	Dispersante/ Surfactante / Emulsificante / Agente quelante	Desde que tenha concentração máxima de 15% (quinze por cento) no produto formulado.
Maltodextrina	9050-36-6	Veículo/ Diluente/ Aglutinante	Desde que tenha concentração máxima de 23% (vinte e três por cento) no produto formulado.
Metilparabeno	99-76-3	Conservante	Desde que tenha concentração máxima de 0,3% (zero vírgula três por cento) no produto formulado.
Óleo de girassol	8001-21-6	Diluente/ Veículo/ Solvente/ Emulsificante	-----
Óleo de milho	8001-30-7	Veículo/ Solvente	Desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
Óleo de soja	8001-22-7	Veículo/ Solvente	Desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
Peptona	73049-73-7	Nutriente (substrato nutritivo)/ Emulsificante	Desde que isento de componentes não autorizados nos regulamentos da produção orgânica.
			Autorizado nas formulações na concentração de *quantum satis*.
Polissorbato 20	9005-64-5	Emulsificante/ Estabilizante/ Dispersante/ Solubilizante/ Umectante/ Surfactante (tensoativo)	Desde que tenha concentração máxima de 20% (quinze por cento) no produto formulado.
Sílica gel	63231-67-4	Antiaglomerante/ Antiespumante	Desde que tenha concentração máxima de 10% (dez por cento) de SiO_2 (Dióxido de silício) no produto formulado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800010

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Silicato de magnésio	1343-88-0	Antiaglomerante/ Dispersante	Desde que tenha concentração máxima de 10% (dez por cento) de SiO_2 (Dióxido de silício) no produto formulado.
Silicato de magnésio hidratado	1343-90-4	Diluente sólido	Desde que tenha concentração máxima de 10% (dez por cento) de SiO_2 (Dióxido de silício) no produto formulado.
Sulfato de sódio	7757-82-6	Diluente sólido/ Veículo	-----
Sorbitol	50-70-4	Emulsificante/ Estabilizante/ Espessante/ Umectante / Veículo/ Diluente	-----
Terra diatomácea	61790-53-2	Diluente sólido/ Veículo	Desde que tenha concentração máxima de 10% (dez por cento) de SiO_2 (Dióxido de silício) no produto formulado.
Classe de uso	Inseticida microbiológico		
Tipo de formulação	Concentrado emulsionável (EC) ou suspensão concentrada (SC) ou pó molhável (WP) ou granulado dispersível (WG)		
Indicação de uso			
Alvo biológico 1: *Deois flavopicta* (Cigarrinha-das-pastagens; Cigarrinha-dos-capinzais)			
Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico. Eficiência agronômica comprovada em pastagens de capim braquiária(*Brachiaria decumbens*). Dose de 2 x 10^7 UFC/ha de *Metarhizium anisopliae* mais 2 x 10^7 UFC/ha de *Beauveria bassiana*. Monitorar a presença de ninfas na pastagem, após as primeiras chuvas. Iniciar a aplicação após a detecção da praga (espumas com ninfas na base das touceiras). Realizar uma única aplicação com volume de calda de 200 litros por hectare.			
Alvo biológico 2: *Euschistus heros* (Percevejo marrom)			
Em todas as culturas com ocorrência do alvo biológico. Eficiência agronômica comprovada para a cultura da soja (*Glycine max*). Dose de 3 x 10^7 UFC/ha de *Metarhizium anisopliae* mais 3 x 10^7 UFC/ha de *Beauveria bassiana*. Realizar 2 aplicações, em intervalo de 7 dias, usando volume de calda de 200 litros por hectare. Inspecionar periodicamente a lavoura com batida de pano após o florescimento e pulverizar quando forem encontrados quatro percevejos maiores que cinco milímetros por batida de pano, na produção de grãos, ou dois percevejos maiores que cinco milímetros por batida de pano na produção de sementes.			

*Identificação da coleção de depósito dos agentes microbiológicos: Coleção de Microrganismos Entomopatogênicos "Oldemar Cardim Abreu", Laboratório de Controle Biológico, Centro Experimental do Instituto Biológico, Campinas, SP (IBCB).

**Os produtos formulados deverão conter, obrigatoriamente, a mesma concentração de Beauveria bassiana (IBCB 66) e de Metarhizium anisopliae (IBCB 425), e poderão conter um ou mais dos "Outros ingredientes".

*** UFC: Unidades Formadoras de Colônia.

Obs.: Para a submissão de registro com base nessa especificação de referência, devem ser apresentados: certificado de análise com quantificação dos agentes microbiológicos de controle em UFC; certificado de classificação taxonômica obtido junto à instituição de ensino ou pesquisa, comprovando a identidade de cada agente microbiológico de controle; identificação da coleção de depósito dos agentes microbiológicos de controle; e teste de estabilidade de prateleira, que comprove a validade do produto formulado." (NR)

Art. 2º Esta Instrução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

LUIS EDUARDO PACIFICI RANGEL
Secretário de Defesa Agropecuária

JOSÉ RODRIGUES PINHEIRO DÓRIA
Secretário de Mobilidade Social, do Produtor Rural e do Cooperativismo



Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO PARANÁ E SANTA CATARINA

ATO Nº 2.898, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 53516.001495/2018-88.

Outorga autorização para uso de radiofrequência à UMUSEG VIGILANCIA E SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 12.670.226/0001-89, associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

CELSO FRANCISCO ZEMANN
Gerente

GERÊNCIA REGIONAL NOS ESTADOS DO CEARÁ, RIO GRANDE DO NORTE E PIAUÍ

ATO Nº 2.865, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Outorga autorização para uso de radiofrequência(s) à(ao) VIG VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.668.768/0001-09 associada à autorização para exploração do Serviço Limitado Privado.

GILBERTO STUDART GURGEL NETO
Gerente

SUPERINTENDÊNCIA DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO

ATO Nº 2.833, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Altera o Plano Básico de Distribuição de Canais de Televisão Digital - PBTVD. Proc. 53500.013962/2018-91. Este Ato entra em vigor na data de publicação deste extrato no D.O.U, sua íntegra estará disponível no portal da Anatel.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

CONSULTA PÚBLICA Nº 10, DE 12 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE OUTORGA E RECURSOS À PRESTAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 156 do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 612, de 29 de abril de 2013, pelo art. 42 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 67 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997, submete a comentários e sugestões do público geral, constante dos autos do processo nº 53500.013958/2018-23, a proposta de alteração dos Planos Básicos de Distribuição de Canais de Retransmissão de TV - PBRTV e de Televisão Digital - PBTVD.O texto completo da proposta estará disponível na Biblioteca da Anatel, no endereço subscrito e na página da Anatel na Internet, no endereço eletrônico http://sistemas.anatel.gov.br/sacp, a partir das 14h da data da publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

As contribuições e sugestões fundamentadas e devidamente identificadas devem ser encaminhadas por meio do formulário eletrônico do Sistema Interativo de Acompanhamento de Consulta Pública (SACP), indicado no parágrafo anterior, relativo a esta Consulta Pública, até às 24 horas do dia 29 de abril de 2018.

VITOR ELISIO GOES DE OLIVEIRA MENEZES
Superintendente

SECRETARIA DE RADIODIFUSÃO

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 12 DE ABRIL DE 2018

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso da competência que lhe foi delegada por meio da Portaria MCTIC nº 2881, publicada no D.O.U. de 05 de junho de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de suspensão, que por este ato fica convertida em multa.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53532.003436/2013	Prefeitura Municipal De Bom Conselho	RTV	Bom Conselho	PE	Multa	1.999,07	Art. 27 do Decreto n° 5.371/2005	Portaria DECEF n° 681, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013
53504.001454/2013	Alpha Fm Ltda	FM	Osasco	SP	Multa	26.812,73	Art. 38, alínea "e", e art. 71, § 2º, ambos da Lei nº 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 899, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013
53504.008626/2014	Rádio Estereosom De Limeira Ltda	FM	Limeira	SP	Multa	13.305,84	Art. 71, § 2º da Lei n° 4.117/1962.	Portaria DECEF n° 917, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

A DIRETORA DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO EDUCATIVA, COMUNITÁRIA E DE FISCALIZAÇÃO, no uso das atribuições que lhe confere o Anexo III, artigo 77, § 2º, X do Regimento Interno da Secretaria de Radiodifusão, aprovado pela Portaria MCTIC nº 1.729, de 31 de março de 2017, e tendo em vista o que consta nos processos abaixo, resolve:

Art. 1º Aplicar às Entidades abaixo relacionadas a penalidade de multa e/ou advertência.

Art. 2º Estas Portarias entram em vigor na data de suas publicações.

N° do Processo	Entidade	Serviço	Município	UF	Sanção	Valor (R$)	Enquadramento Legal	Portaria	Embasamento da Portaria de Multa
53900.002829/2015	Associação Majorense De Rádio Difusão Comunitária	RADCOM	Major Gercino	SC	Multa	799,63	Art. 40, inciso VI do Decreto n° 2.615/1998	Portaria DECEF n° 551, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.008996/2015	Associação Comunitária De Comunicação, Cultural E Social De Capanema	RADCOM	Capanema	MG	Multa	1.599,26	Art. 40, inciso VI do Decreto n° 2.615/1998	Portaria DECEF n° 594, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.010675/2015	Associação Comunitária Dos Moradores Da Cidade De Oliveira Dos Brejinhos	RADCOM	Oliveira dos Brejinhos	BA	Multa	799,63	Art. 40, inciso VI do Decreto n° 2.615/1998	Portaria DECEF n° 595, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53524.007478/2013	Fundação Cultural Mangabeiras	TVE	Betim	MG	Multa	2.427,45	Art. 13, Parágrafo Único, do Decreto-Lei nº 236/1967.	Portaria DECEF n° 650, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53504.002609/2013	Universidade Santa Cecília - Unisanta	TVE	São Vicente	SP	Multa	4.569,31	Art. 13, Parágrafo Único, do Decreto-Lei nº 236/1967	Portaria DECEF n° 655, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53539.001268/2013	Fundação Massaranduba	RADCOM	Massaranduba	PB	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998 .	Portaria DECEF n° 679, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53536.000137/2013	Rádio Milênio Fm Ltda	FM	Santana do Ipanema	AL	Multa	9.595,56	Art. 5°, parágrafo único, da Portaria nº 26/1996 e o item II, da Portaria MC nº 160/1987.	Portaria DECEF n° 680, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53560.000608/2015	Associação Comunitária Jaime Henrique Eugênio	RADCOM	Milagres	CE	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998 .	Portaria DECEF n° 685, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53900.004433/2014	Associacao Comunitaria Remanso	RADCOM	Quixerabomim	CE	Multa	456,93	Art. 40, XXIX, do Decreto n° 2.615/1998	Portaria DECEF n° 719, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53516.001150/2015	Nova Frequência Ltda	OM	Maringá	PR	Advertência		Art. 5°, parágrafo único, da Portaria n° 26/1996.	Portaria DECEF n° 735, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53563.000443/2015	Fundação Santa Luzia De Mossoró	OM	Mossoró	RN	Advertência		Art. 5°, parágrafo único, da Portaria n° 26/1996.	Portaria DECEF n° 746, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53563.000467/2015	Associação De Radiodifusão Comunitária De Janduís	RADCOM	Janduís	RN	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998 .	Portaria DECEF n° 749, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53563.000461/2015	Fundação Elizabete Elita De Lima	RADCOM	Caraúbas	RN	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998 .	Portaria DECEF n° 750, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53563.000469/2015	Associação Comunitária De Radiodifusão De Campo Grande	RADCOM	Augusto Severo	RN	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998	Portaria DECEF n° 752, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53524.002883/2013	Associação Creche Lar Da Criança Feliz (Rádio Tropical Fm)	RADCOM	Paineiras	MG	Multa	1.827,73	Art. 40, XIX do Decreto nº 2.615/1998 c/c os itens 21.3 e 21.3.1 da Norma 01/2011, aprovada pela Portaria MC 462/2011	Portaria DECEF n° 900, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53524.009376/2013	Fundação Cultural Mangabeiras	TVE	Betim	MG	Multa	2.427,45	Parágrafo único do art. 13 do Decreto nº 236/1967.	Portaria DECEF n° 902, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53539.000249/2015	Empresa De Comunicações Da Paraíba Ltda	FM	Areia	PB	Advertência		Art. 5°, parágrafo único, da Portaria n° 26/1996.	Portaria DECEF n° 972, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013
53520.000007/2015	Associacao Riosulense De Cultura E Radiodifusao Comunitaria Jovem Rio	RADCOM	Rio do Sul	SC	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998	Portaria DECEF n° 1025, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53545.000260/2015	Associação Movimento Comunitário Rádio Educativa Fm De Cuiabá	RADCOM	Cuiabá	MT	Multa	1.068,64	Art. 40, XIX, do Decreto n° 2.615/1998	Portaria DECEF n° 1048, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011
53520.000005/2015	Associação Comunitária De Radiodifusão Amigos Da População	RADCOM	Santa Rosa de Lima	SC	Multa	571,16	Art. 40, XXII, do Decreto n° 2.615/1998	Portaria DECEF n° 1049, de 12/04/2018	Portaria MC n° 112/2013 Portaria MC n° 562/2011

INEZ JOFFILY FRANÇA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800012

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RETIFICAÇÃO

Nas Portarias de 11 de abril de 2018, do Departamento de Radiodifusão Educativa, Comunitária e de Fiscalização, publicada no D.O.U de 13 de abril de 2018, seção 1, página 40, 3ª linha da tabela, onde se lê: Portaria DECEF nº 1949, de 11/04/2018, Leia-se: Portaria DECEF nº 1955, de 11/04/2018.

DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL

PORTARIA Nº 1.875-SEI, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.010321/2018-71, resolve:

Art. 1º Consignar ao SM COMUNICAÇÕES LTDA. autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de NOSSA SENHORA DO SOCORRO /SE, o canal 22 (vinte e dois), correspondente à faixa de frequência de 518 a 524 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.877-SEI, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.011000/2018-93, resolve:

Art. 1º Consignar à SM COMUNICAÇÕES LTDA. autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de SÃO CRISTÓVÃO/SE, o canal 30 (trinta), correspondente à faixa de frequência de 566 a 572 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.884-SEI, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.010381/2018-93, resolve:

Art. 1º Consignar à FSM COMUNICAÇÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Nossa Senhora do Socorro/SE, o canal 50 (cinquenta), correspondente à faixa de frequência de 686 a 692 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.895-SEI, DE 9 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 1º, da Portaria nº 1.041, de 6 de março de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.015004/2018-41, resolve:

Art. 1º Consignar à SF SERVIÇOS DE COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Marechal Deodoro/AL, o canal 15 (quinze), correspondente à faixa de frequência de 476 a 482 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.900-SEI, DE 9 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.009270/2018-34, resolve:

Art. 1º Consignar à SM COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Areia Branca/SE, o canal 50 (cinquenta), correspondente à faixa de frequência de 686 a 692 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese de outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal em tecnologia analógica, realizar o desligamento antecipado do referido canal.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.904-SEI, DE 9 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº01250.013522/2018-20, resolve:

Art. 1º Consignar à SM COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de João Pessoa/PB, o canal 49 (quarenta e nove), correspondente à faixa de frequência de 680 a 686 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo Decreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º A execução do Serviço deverá se iniciar na data do desligamento do sinal analógico na referida localidade, conforme cronograma definido pelo Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações, ressalvada a hipótese da entidade comprovar por estudo de viabilidade, apresentado juntamente com o projeto técnico de instalação da estação neste Ministério, que não interferirá em outra entidade outorgada, com utilização do mesmo canal.

Parágrafo único. Caso fique comprovada a viabilidade referida no caput, a autorização de uso de radiofrequência deverá ser emitida pela Anatel em data anterior ao desligamento do sinal analógico.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

PORTARIA Nº 1.927-SEI, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso das atribuições que lhe confere o Art. 2º, da Portaria nº 1.862, de 6 de abril de 2017, e observado o disposto no art. 7º do Decreto nº 5.820, de 29 de junho de 2006, bem como o que consta no Processo nº 01250.012026/2018-59, resolve:

Art. 1º Consignar à SM COMUNICAÇÕES LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, na localidade de Belém/PA, o canal 40 (quarenta), correspondente à faixa de frequência de 626 a 632 MHz, para transmissão digital do mesmo serviço e na mesma localidade, no âmbito do Sistema Brasileiro de Televisão Digital Terrestre.

Art. 2º A presente consignação reger-se-á pelas disposições do Código Brasileiro de Telecomunicações, leis subsequentes e seus regulamentos, bem como pelo ecreto nº 5.820, de 2006.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 130-SEI, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.076817/2017-26, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 1.480/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 11 de dezembro de 2017, da frequência 900 KHz, outorgada à Fundação Santa'ana, para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Ponta Grossa, estado do Paraná.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 479-SEI, DE 27 DE MARÇO DE 2018

O DIRETOR DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 2º, Portaria n.º 2.771, de 23 de maio de 2017, publicada no Diário Oficial da União - D.O.U. de 29 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 7º do Decreto n.º 8.139, de 7 de novembro de 2013, assim como no art. 7º da Portaria n.º 127, de 12 de março de 2014 e, ainda, o que consta do Processo n.º 01250.075520/2017-43, invocando as razões constantes da Nota Técnica n.º 6.152/2018/SEI-MCTIC, resolve homologar a devolução à União, a partir de 05 de dezembro de 2017, da frequência 1450 KHz, outorgada à Rádio Difusora de Guararapes Ltda., para a execução do serviço de radiodifusão sonora em onda média, no município de Guararapes, estado de São Paulo.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

DESPACHO Nº 656-SEI, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE RADIODIFUSÃO COMERCIAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 1º, inciso II, da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, e o que consta do processo n.º 53000.038107/2008-52, resolve acolher o disposto na Nota Técnica n.º 8289/2018/SEI-MCTIC, invocando seus fundamentos como razão desta decisão, para indeferir o requerimento de mudança de canal e aumento de potência interposto pela CEBELWAM COMUNICAÇÃO E CONSULTORIA LTDA, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada, no município de Regeneração, estado do Piauí.

SAMIR AMANDO GRANJA NOBRE MAIA

COORDENAÇÃO-GERAL DE OUTORGAS

DESPACHO Nº 322-SEI, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.064844/2017-56, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da A. B. G. COMUNICAÇÕES LTDA, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de CAMPINAS, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 22 (vinte e dois), nos termos da Nota Técnica nº 4706/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 328-SEI, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.072361/2017-25, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da TELEVISÃO CIDADE MODELO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter secundário, no município de ITU, estado de SÃO PAULO, utilizando o canal digital nº 40 (quarenta), nos termos da Nota Técnica nº 4771/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 416-SEI, DE 6 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.013649/2018-49, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da SHOP TOUR TV LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de GUARATINGUETÁ, estado de São Paulo, utilizando o canal digital nº 25 (vinte e cinco), nos termos da Nota Técnica nº 5827/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE DE OLIVEIRA BARROS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800013

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO Nº 437-SEI, DE 6 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.011495/2018-51, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO ITAPOAN S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de UTINGA, estado da BAHIA, utilizando o canal digital nº 21 (vinte e um), nos termos da Nota Técnica nº 5725/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 475-SEI, DE 5 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.075318/2017-11, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da NOSSO LAR SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de PALMEIRA, estado do PARANÁ, utilizando o canal digital nº 33 (trinta e três), nos termos da Nota Técnica nº 6485/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 476-SEI, DE 9 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.057463/2017-11, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO E TELEVISÃO IGUAÇU S/A, autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, ancilar ao Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, em caráter primário, no município de GUARATUBA, estado do PARANÁ, utilizando o canal 39 (trinta e nove), nos termos da Nota Técnica nº 6418/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 557-SEI, DE 6 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.057445/2017-39, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da TELEVISÃO TIBAGI LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de COLORADO, estado do Paraná, utilizando o canal digital nº 39 (trina e nove, nos termos da Nota Técnica nº 7199/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 568-SEI, DE 6 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso II, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 53000.043323/2013-87, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos de EMPREENDIMENTOS RADIODIFUSÃO CABO FRIO S.A., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter primário, no município de MACAÉ, estado do Rio de Janeiro, utilizando o canal digital nº 36 (trinta e seis), nos termos da Nota Técnica nº 7252/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

DESPACHO Nº 598-SEI, DE 11 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 3º, inciso III, da Portaria nº 1.729, de 31 de março de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 04 de abril de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.010061/2018-33, resolve autorizar a alteração de características técnicas para utilização em tecnologia digital da estação da NOSSO LAR SERVIÇOS DE RADIODIFUSÃO LTDA., autorizatária do Serviço de Retransmissão de Televisão, em caráter secundário, no município de LARANJEIRAS, estado de SERGIPE, utilizando o canal nº 44 (quarenta e quatro), nos termos da Nota Técnica nº 7561/2018/SEI-MCTIC.

ALEXANDRE MIRANDA FREIRE
DE OLIVEIRA BARROS

COORDENAÇÃO-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL

DESPACHO Nº 394-SEI, DE 28 DE ABRIL DE 2017

O COORDENADOR-GERAL DE TELEVISÃO DIGITAL, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no art. 1º da Portaria nº 522, de 1º de fevereiro de 2017, publicado no Diário Oficial da União em 03 de março de 2017, e considerando o que consta no processo nº 53000.013906/2010-31, resolve aprovar o local de instalação da estação digital e a utilização dos equipamentos da FUNDAÇÃO DE TELEDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ - FUNTELC, concessionária do Serviço de Radiodifusão de Sons e Imagens, com fins exclusivamente educativos, no município de FORTALEZA-CE, utilizando o canal digital 28 (vinte e oito), nos termos da Nota Técnica nº 7382/2017/SEI-MCTIC.

WILLIAM IVO KOSHEVNIKOFF ZAMBELLI

COORDENAÇÃO-GERAL PÓS DE OUTORGAS

PORTARIA Nº 1.080-SEI, DE 29 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX do § 4º do art. 77 da Portaria n.º 1.729, de 31 de março de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 04 de abril de 2017, e tendo em vista o que consta do Processo nº 53000.044426/2013-64, invocando as razões presentes da Nota Técnica nº 21179/2014/SEI-MC, resolve:

Art. 1º Homologar, nos termos da Portaria no 366, de 14 de agosto de 2012, publicada no Diário Oficial da União de 15 de agosto de 2012, a operação efetuada pela Televisão Itapoan Sociedade Anônima, executante do serviço de retransmissão de televisão, em caráter primário, no município de Itamaraju, estado de Bahia, utilizando o canal 8 (oito), consistente na alteração da geradora cedente da sua programação, que passará a ser a TV Cabrália Ltda, concessionária do serviço de radiodifusão de sons e imagens, no município de Itabuna, estado de Bahia.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

DESPACHO Nº 1.751-SEI, DE 19 DE OUTUBRO DE 2017

A COORDENADORA-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, SUBSTITUTA, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.056176/2017-93, nos termos da Nota Técnica nº 23739/2017/SEI-MCTIC, resolve retificar o Despacho nº 1627/2017/SEI-MC, que aprovou o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da RÁDIO MARATAN LTDA - ME, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Santana do Livramento-RS, utilizando o canal n.º 300 (trezentos), classe A4, de forma a substituir a informação das Coordenadas Geográficas da estação transmissora para 30°S 53' 53,50" e 55°W 31' 05,50", grafadas erroneamente como 30°S 53' 53,50" e 51°W 31' 05,50".

LIDIANE COLOUNA DE OLIVEIRA

DESPACHO Nº 583-SEI, DE 6 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE PÓS-OUTORGAS, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no Anexo III, art. 77, § 4º, inciso III, da Portaria n.° 1.729, de 31 de março de 2017, e considerando o que consta no processo n.º 01250.014038/2018-18, resolve aprovar o local de instalação da estação e a utilização dos equipamentos, da FUNDAÇÃO EMISSORA RURAL A VOZ DO SÃO FRANCISCO, permissionária do serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada no município de Petrolina-PE, utilizando o canal n.º 276 (duzentos e setenta e seis), classe A1, nos termos da Nota Técnica n.º 7408/2018/SEI-MCTIC.

ALTAIR DE SANTANA PEREIRA

SECRETARIA DE POLÍTICA DIGITAL

COMITÊ DA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 21, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Credenciamento da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) - unidades Núcleo de Tecnologia da Informação do Instituto de Computação e Departamento de Engenharia Elétrica - como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no inciso I e II do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta nos Processos MCTIC n° 01250.008948/2016-08, de 16 de Dezembro de 2016, e 01250.028556/2017-38, de 17 de Maio de 2017, resolve:

Art. 1º Credenciar a Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT), CNPJ nº 33.004.540/0001-00, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no inciso I e II do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

§ 1° A Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) possui as seguintes unidades capacitadas a receberem os benefícios previstos no caput deste artigo:

a) Núcleo de Tecnologia da Informação do Instituto de Computação;

b) Departamento de Engenharia Elétrica.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THIAGO CAMARGO LOPES
Secretário-Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 22, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Credenciamento do Instituto Ânima Sociesc de Inovação, Pesquisa e Cultura - Filial 2 Joinville como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC n° 01250.015472/2017-34, de 17/03/2017, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Ânima Sociesc de Inovação, Pesquisa e Cultura - Filial 2 Joinville, CNPJ Nº 07.749.605/0005-52, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THIAGO CAMARGO LOPES
Secretário-Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 23, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Credenciamento do Instituto Ânima Sociesc de Inovação, Pesquisa e Cultura - Matriz como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC n° 01250.015460/2017-18, de 17/03/2017, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto Ânima Sociesc de Inovação, Pesquisa e Cultura - Matriz, CNPJ Nº 07.749.605/0001-29, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800014

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THIAGO CAMARGO LOPES
Secretário-Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 24, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Credenciamento da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), unidade Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami (LIKA) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no inciso I e II do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC n° 01250.029132/2017-91 , de 19/05/2017, resolve:

Art. 1º Credenciar a Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), unidade Laboratório de Imunopatologia Keizo Asami (LIKA), CNPJ nº 24.134.488/0001-08, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no inciso I e II do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

§ 1° A Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) também possui as seguintes unidades capacitadas a receberem os benefícios previstos no caput deste artigo:

a) Centro de Informática (CIN), anteriormente credenciada por meio da Resolução CATI Nº 050/2007;

b) Departamento de Engenharia Elétrica e Sistema de Potência (DEESP), anteriormente credenciada por meio da Resolução CATI Nº 050/2007;

c) Departamento de Eletrônica e Sistemas (EE), anteriormente credenciada por meio da Resolução CATI Nº 050/2007; e

d) Departamento de Física, anteriormente credenciada por meio da Resolução CATI Nº 050/2007.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução revoga a Resolução CATI Nº 050/2007.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THIAGO CAMARGO LOPES
Secretário-Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 25, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Credenciamento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), unidade Instituto de Física, como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC n° 01250.035862/2017-21, de 19/06/2017, resolve:

Art. 1º Credenciar a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), unidade Instituto de Física, CNPJ nº 92.969.856/0001-98, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

§ 1° A Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) também possui as seguintes unidades capacitadas a receberem os benefícios previstos no caput deste artigo:

a) Instituto de Informática - INF, anteriormente credenciada por meio da Resolução CATI Nº 026/2007;

b) Departamento de Engenharia Elétrica - ELETRO, anteriormente credenciada por meio da Resolução CATI Nº 026/2007; e

c) Instituto de Química - IQ, anteriormente credenciada por meio da Resolução CATI Nº 026/2007.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução revoga a Resolução CATI Nº 026/2007.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THIAGO CAMARGO LOPES
Secretário-Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 26, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Credenciamento da Universidade de Pernambuco (UPE), unidade Escola Politécnica de Pernambuco - POLI como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no inciso I e II do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC n° 01250.040034/2017-12 , de 06/07/2017, resolve:

Art. 1º Credenciar a Universidade de Pernambuco (UPE), unidade Escola Politécnica de Pernambuco - POLI, CNPJ nº 11.022.597/0001-91, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no inciso I e II do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

§ 1° A Universidade de Pernambuco (UPE) também possui a seguinte unidade capacitada a receber os benefícios previstos no caput deste artigo:

a) Departamento de Sistemas Computacionais - DSC, anteriormente credenciada por meio da Resolução CATI Nº 013/2007.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução revoga a Resolução CATI Nº 013/2007.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THIAGO CAMARGO LOPES
Secretário-Executivo do Comitê

RESOLUÇÃO Nº 27, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Credenciamento do Instituto de Pesquisas Eldorado - Unidade Manaus (ELDORADO MANAUS) como instituição habilitada à execução de atividades de pesquisa e desenvolvimento, para os fins previstos no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991 e suas alterações.

O Comitê da Área de Tecnologia da Informação - CATI, tendo em vista o disposto no art. 31 do Decreto n° 5.906, de 26 de setembro de 2006, e considerando o que consta no Processo MCTIC n° 01250.003952/2018-33 , de 24/01/2018, resolve:

Art. 1º Credenciar o Instituto de Pesquisas Eldorado - Unidade Manaus (ELDORADO MANAUS), CNPJ nº 02.437.460/0005-30, para executar atividades de pesquisa e desenvolvimento nos termos do disposto no inciso I do § 1º do art. 11 da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações.

Art. 2º A Instituição credenciada deverá atender às seguintes condições:

I - na execução das atividades de pesquisa e desenvolvimento - P&D em convênios com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, o repasse a terceiros deve ficar limitado apenas à realização de atividades de natureza complementar ou aos serviços não disponíveis na instituição, quando devidamente justificáveis;

II - as atividades de pesquisa e desenvolvimento em tecnologias da informação previstas nos convênios e seus termos aditivos, celebrados com empresas beneficiárias dos incentivos da Lei nº 8.248, de 1991, e suas alterações, deverão ser executadas na unidade indicada, utilizando seus recursos humanos e materiais, salvo nos casos devidamente justificáveis;

III - demonstrar, a qualquer tempo, a manutenção do cumprimento dos requisitos exigidos para credenciamento.

Art. 3º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

THIAGO CAMARGO LOPES
Secretário-Executivo do Comitê

Ministério da Cultura

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES

PORTARIA Nº 123, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Institui o Grupo de Trabalho com a finalidade de revisar a Instrução Normativa nº 01, de 25 de março de 2015, que estabelece procedimentos administrativos a serem observados pela Fundação Cultural Palmares nos processos de licenciamento ambiental dos quais participe.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES, no uso de suas atribuições conferidas pelo Decreto n.º 6.853/2009, de 15 de maio de 2009 e Decreto de 10 de junho de 2016 da Presidência da República, publicado no Diário Oficial da União de 13 de junho de 2016, tendo em vista a Portaria Interministerial nº 60, de 24 de março de 2015 e,

Considerando que o acompanhamento de processos de licenciamento ambiental de empreendimentos que impactam comunidades remanescentes de quilombo (CRQ) é uma das principais atividades finalísticas desta Fundação Cultural Palmares (FCP);

Considerando a necessidade de formalizar a responsabilização do empreendedor quanto à garantia das condições logísticas e operacionais, incluindo o custeio de despesas com transporte (aéreo e ou terrestre) e hospedagem, tanto dos membros das comunidades quilombolas afetadas quanto dos técnicos desta FCP, sempre que houver a necessidade de realização de atividade de campo afeita ao processo de licenciamento do empreendimento/atividade da qual é responsável, a exemplo de reuniões informativas e consultas;

Considerando a urgência de efetiva delimitação do papel a ser desempenhado pelas consultorias ambientais especializadas, que, devem seguir as orientações norteadoras estatuídas no Termo de Referência Específico (Anexo II - C, da Portaria Interministerial nº 60/2015) para a elaboração dos estudos socioambientais do componente quilombola;

Considerando a necessidade de detalhamento do conteúdo do Termo de Referência Específico; e

Considerando, em suma, a necessidade de esmiuçar as atividades e os fluxos de trabalho, incluindo a realização de consultas às comunidades remanescentes de quilombo afetadas por empreendimentos/atividades, conduzidos por esta FCP, como órgão envolvido, nos processos de licenciamento ambiental, resolve:

Art. 1º Instituir o Grupo de Trabalho responsável pela revisão da Instrução Normativa FCP nº 1, de 25 de março de 2015.

Art. 2° O Grupo de Trabalho - GT será formado por servidores da Fundação Cultural Palmares, pertencentes ao Gabinete da Presidência, à Procuradoria Federal na FCP e ao Departamento de Proteção ao Patrimônio Afro-Brasileiro.

Parágrafo Único. Serão, ao menos, dois servidores de cada uma dessas áreas, indicados formalmente por suas respectivas chefias.

Art.3° O prazo de duração do Grupo de Trabalho é de 120 (cento e vinte) dias, podendo ser renovado por igual período.

ERIVALDO OLIVEIRA DA SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800015

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA

PORTARIA Nº 270, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar o(s) projeto(s) cultural(is), relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual(is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
180995 - Festival de Cirandas de Manacapuru 2018
AMAZON FEIRAS, EVENTOS, PUBLICIDADES E PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 21.959.251/0001-78
Processo: 01400006209201874
Cidade: Manaus - AM;
Valor Aprovado: R$ 2.664.000,00
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/10/2018
Resumo do Projeto: Realização do Festival de Cirandas de Manacapuru 2018, através das Associações constituídas em Manacapuru: Grêmio Recreativo e Folclórico Ciranda Flor Matizada, Associação Folclórica Unidos dos Bairros - Ciranda Tradicional, e Grupo Recreativo e Folclórico Guerreiros Mura da Liberdade. As apresentações serão realizadas no "CIRANDÓDROMO", no Parque do Ingá, em Manacapuru. As Cirandas adaptaram-se aos novos tempos, buscando mostrar através da manifestação popular, a história de seu povo, sua origem e suas lendas, com novas músicas e ritmos. O Festival de Cirandas de Manacapuru estará completando 22 anos em 2018.

180961 - GLOBAL GOALS: CHEGOU A HORA DE MUDAR O MUNDO
Bairro da Juventude dos Padres Rogacionista
CNPJ/CPF: 83.652.198/0001-15
Processo: 01400005956201895
Cidade: Criciúma - SC;
Valor Aprovado: R$ 610.000,00
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização de um programa cultural com oficinas de teatro, dança, artes plásticas e música, abordando de forma técnica e lúdica a transversalidade da culturae desenvolvimento social e humano de jovens de áreas de vulnerabilidade social. O programa será desenvolvido com crianças e adolescentes, cujos participantes serão responsáveis pela idealização, produção e atuaçãodos espetáculos artísticos que serão apresentados ao final do projeto em evento cultural com duração de uma semana. Para tanto, receberão treinamento de profissionais de diversos segmentos culturais, a fim de estimular nestes jovens o interesse pela produção artística para o futuro.

180947 - Rio de Trupes
OROBORO SERVICOS E PROJETOS CULTURAIS - ME
CNPJ/CPF: 04.613.777/0001-82
Processo: 01400005911201811
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 268.835,78
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Sequência de oito finais de semana de apresentações teatrais (artes cênicas) e de música popular cantada gratuitas em praças públicas de oito municípios citados no plano de distribuição, que estejam relacionados com a Rodovia Presidente Dutra. A cada dia de apresentação haverá, além da programação de espetáculos teatrais e bandas musicais que se revezam na programação, a apresentação teatral de um grupo local convidado.

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
180958 - Bandanejo Cultural e Artístico
Reginatto Shows e Eventos LTDA
CNPJ/CPF: 13.343.019/0001-82
Processo: 01400005951201862
Cidade: Xaxim - SC;
Valor Aprovado: R$ 1.850.586,00
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 06/12/2018
Resumo do Projeto: O Projeto visa a realização de eventos culturais, oferecendo atividades de entretenimento gratuitas, com apresentações de Música Instrumental, serão realizados 5 dias de eventos.

180974 - Natal nos Caminhos de Pedra
Associação Caminhos de Pedra
CNPJ/CPF: 02.013.283/0001-31
Processo: 01400006050201898
Cidade: Bento Gonçalves - RS;
Valor Aprovado: R$ 293.330,00
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Realização da programação cultural do Natal nos Caminhos de Pedra, com apresentações de música instrumental, grupos folclóricos de dança, corais, intervenções cênicas e espetáculos teatrais. Trata-se de um evento multicultural, com atividades voltadas para a comunidade e para os turistas que visitam a Serra Gaúcha.

180934 - Percursos
ORQUESTRA CONTEMPORANEA DE OLINDA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 16.704.673/0001-62
Processo: 01400005860201827
Cidade: Olinda - PE;
Valor Aprovado: R$ 19.999,32
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 15/08/2018
Resumo do Projeto: Apresentação do percussionista Gilú Amaral com seu espetáculo solo "Percursos", que é um passeio pelas fases musicais de sua carreira de mais de vinte anos. São solos que se iniciam ao som dos primeiros e rústicos instrumentos. Percussão brasileira com Berimbáu, Pandeiro e Caxixi e a africana com Ngoma e Ngoni entre outros. O artista irá ministrar oficina gratuita no mesmo local do show, intitulada: "Orquestração Percussiva". As duas atividade são gratuitas e com entrada franca, sujeita a lotação dos Espaços do BNB, que é o patrocinador do projeto.

180926 - Sons da Vida
Instituto Nacional Dandara Capoeira Arte e Cultura
CNPJ/CPF: 22.215.285/0001-10
Processo: 01400005787201893
Cidade: Paranaguá - PR;
Valor Aprovado: R$ 331.233,90
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto "Sons da Vida" consiste em oficinas de música gratuitas para crianças, jovens e adultos.

180929 - Vozes do Pequeno Príncipe II
CGC-CSA CONSULTORIA E ASSESSORIA LTDA - ME
CNPJ/CPF: 07.981.568/0001-80
Processo: 01400005793201841
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.653.133,00
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto pretende possibilitar a funcionários e voluntários do Complexo Pequeno Príncipe a continuidade do desenvolvimento de suas expressões artísticas por meio da participação no coral Pequeno Príncipe. O coral fará apresentações gratuitas em Curitiba e região metropolitana, incluindo apresentaçõescom encenação teatral musicada inédita e projeção mapeada.

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
180996 - Exposição Temática Beatles
OLELE MUSIC LTDA ME
CNPJ/CPF: 03.235.152/0001-61
Processo: 01400006210201807
Cidade: Porto Alegre - RS;
Valor Aprovado: R$ 445.751,20
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/10/2018
Resumo do Projeto: Exposição Temática Beatles Este projeto visa realizar uma Exposição Temática sobre os Beatles, referente ao Disco icônico dos Beatles que em 2017 completa 50 anos,inspirado nos elementos que tornaram este o mais importante trabalho musical dos garotos deLiverpool.Uma exposição temática totalmente ambientada na capa do disco "Sgt. Pepper`s Lonely Hearts Club Band", onde as pessoas entraram em umlocal fechado como se estivessem entrando na capa do disco, lá dentro encontrarão todos os personagens que integram esta arte, também teremosdiversas telas de LED onde ficarão passando videoclipes das músicas deste famoso disco. Além da exposição estaremos proporcionando uma palestra com o Jornalista Nelson Motta, grande conhecedor deste movimento musical. O evento será aberto sem cobrança de ingresso.

180912 - Narrativas - Conectando as Pessoas, suas Trajetórias, e o Futuro
Joyce Izauri de Jesus Venturini
CNPJ/CPF: 335.727.578-35
Processo: 01400005752201854
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 202.072,50
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: "Narrativas" trata de apresentar em uma exposição, a criação e produção de uma coletânea de podcast's com as histórias e estórias dos nossos mais velhos, além da digitalização e arquivo de seus acervos pessoais, e a criação de um livro digital que transpõe para a cultura digital a trajetória dessas pessoas. Nosso trabalho colabora para registro e memória dos acúmulos valiosos dos idosos, que em geral se perdem no tempo e espaço frenético do cotidiano. Um projeto que conecta patrimônio cultural material e imaterial, com as novas tecnologias em multimídia.

180994 - Santana de Parnaíba - Imagens, historias e tradições
Monte Barão Ecoturismo e Aventuras LTDA
CNPJ/CPF: 07.934.306/0001-64
Processo: 01400006171201830
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Aprovado: R$ 54.025,31
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O produto cultural deste projeto é uma exposição fotográfica, que integre a cultura, as tradições, histórias e a natureza da cidade de Santana de Parnaíba no Estado de São Paulo, considerando o contexto cultural e apelos turísticos da mesma. Destacando o movimento bandeirista, as belezas naturais, riquezas culturais e tradições, incluindo festas populares desta bela região, entre outras descobertas que faremos na pesquisa do projeto. Se aventurar pelo Centro Histórico da Santana de Parnaíba é viajar no tempo. A cidade, ponto importantíssimo da Rota Histórica dos Bandeirantes, devido a sua localização estratégica, no vale do rio Tietê, se tornou ponto de partida dos bandeirantes que seguiam para o oeste. A cidade ainda carrega sua história e tradições em suas ruas de paralelepípedo, na arquitetura histórica de seus edifícios e na história de seu povo.

181000 - ZOZIMO BARROZO DO AMARAL - ENQUANTO HOUVER CHAMPANHE HA ESPERANCA
EMPORIO EMPREENDIMENTO ARTISTICOS E CULTURAIS LTDA - ME
CNPJ/CPF: 03.463.784/0001-82
Processo: 01400006261201821
Cidade: Poá - SP;
Valor Aprovado: R$ 1.524.535,84
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto tem por objetivo a elaboração e realização de uma exposição sobre a história do Rio de Janeiro entre os anos 1960 e 1990, narrada através das notas da coluna de Zózimo Barrozo do Amaral, um dos mais prestigiosos jornalistas do Brasil na segunda metade do século XX. Essa história será cronologicamente revelada por meio de notas e furos jornalísticos, registros de renomados fotógrafos, depoimentos de personagens que viveram os anos dourados do Rio de Janeiro, em meio à efervescência intelectual, política e artística da cidade. Os produtos resultantes desta mostra, além da exposição, serão um ciclo de 06 (seis) palestras e uma série de 06 (seis) encontros gastronômicos, ambos relacionados à temática expositiva.

ÁREA: 5 PATRIMÔNIO CULTURAL (Artigo 18 , § 1º)
180917 - Restauração da Igreja Matriz São Josafat
Instituto Arquibrasil
CNPJ/CPF: 07.777.407/0001-79
Processo: 01400005762201890
Cidade: Curitiba - PR;
Valor Aprovado: R$ 1.880.384,72
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Restauração da Igreja Matriz São Josafat, localizada em Prudentópolis PR. A edificação e seu acervo de arte sacra é tombado pelo Estado desde 1979. Serão também restaurados os elementos da área externa - Campanário, Capela de Benção da Água, Gruta e Memorial ao Sagrado Coração de Jesus.

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
180989 - Fevereiros
DEBE CONSULTORIA E PRODUÇÕES LTDA
CNPJ/CPF: 07.045.026/0001-03
Processo: 01400006165201882
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 285.000,29
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 13/11/2018
Resumo do Projeto: Fevereiros é um livro que apresentará as informações de pesquisa, a íntegra das entrevistas e os registros fotográficos realizados para o documentário homônimo, dirigido por Marcio Debellian. O livro contará com textos inéditos do diretor e de pesquisadores ligados ao universo do samba, contextualizando os assuntos dentro de uma perspectiva histórica. A tiragem será de 3000 exemplares do livro, com o DVD do filme encartado. O documentário partiu da homenagem da Mangueira a Maria Bethânia em 2016, quando a Escola foi campeã do Carnaval e percorreu uma viagem entre Rio de Janeiro e Bahia, participando do ambiente familiar e religioso da cantora, além de registrar as festas da sua cidade natal, Santo Amaro, conhecer o universo que inspirou o enredo, e apontar influências do recôncavo no surgimento do samba carioca. Os croquis criados pelo carnavalesco da Mangueira, Leandro Vieira, também estarão encartados no livro.

180954 - HISTÓRIA E MEMORIA DAS MULHERES MIGRANTES
Asssociação dos Produtores Culturais de MAto Grosso
CNPJ/CPF: 04.793.249/0001-52
Processo: 01400005921201856
Cidade: Cuiabá - MT;
Valor Aprovado: R$ 676.449,00
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O livro História e Memoria das Mulhres Migrantes contará com depoimentos das mulheres sobre a importância de suas lembranças e tradições relacionadas a suas histórias na formação cultural do município de Lucas do Rio Verde. Com textos de Maria Cristina Rodrigues Fernandes e imagens de Mario Friedlander, todo o material também será disponibilizado em formato e-pub e prevê a relização de uma exposição fotográfica.

180914 - LIVRO - COZINHAS DO BRASIL
ALESSANDRA RASO ARAMUNI
CNPJ/CPF: 770.392.976-04
Processo: 01400005755201898
Cidade: Nova Lima - MG;
Valor Aprovado: R$ 327.364,28
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: Este projeto consite na edição de um livro de fotografias, histórias e costumes da culinária de vários estados brasileiro. Além da edição do livro, teremos círculos de leitura e debate sobre o tema.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800016

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

180993 - O Rio de Janeiro através da pintura (título provisório)
Barléu Edições Ltda.
CNPJ/CPF: 05.246.975/0001-18
Processo: 01400006170201895
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Aprovado: R$ 397.460,00
Prazo de Captação: 18/04/2018 à 31/12/2018
Resumo do Projeto: O projeto consiste na edição de um livro reunindo pinturas e fotografias da cidade do Rio de Janeiro desde o século XIX até os dias atuais. O projeto prevê também a realização de uma palestra com o organizador do livro.

PORTARIA Nº 271, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a redução de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da Lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
177571 - Ampliação Cultural do Centro de Formação Divina Providência
CENTRO DE FORMACAO DIVINA PROVIDENCIA
CNPJ/CPF: 06.944.488/0001-91
Cidade: Encruzilhada do Sul - RS;
Valor Reduzido: R$ 5.350,00
Valor total atual: R$ 3.112.154,34

178018 - CIRANDA CULTURAL CANDIOTENSE
C&C Gestão e Produção de Ações Culturais Ltda
CNPJ/CPF: 13.683.007/0001-05
Cidade: Bagé - RS;
Valor Reduzido: R$ 41.230,00
Valor total atual: R$ 126.323,40

177172 - Circuito Cultural - 2018
O Trem - Companhia de Teatro
CNPJ/CPF: 07.980.065/0001-90
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 6.887,48
Valor total atual: R$ 394.590,40

177681 - ECOVIVER TEATRO 2018
Instituto para o Desenvolvimento Sustentável - INDES
CNPJ/CPF: 07.581.967/0001-53
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 25.561,64
Valor total atual: R$ 3.381.171,38

176958 - Mentes Brilhantes
COOPERATIVA DOS PRODUTORES CULTURAIS DO ESTADO DE SAO PAULO - COOPCESP
CNPJ/CPF: 18.659.166/0001-80
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 381.260,00
Valor total atual: R$ 1.221.615,00

176551 - Natal Felicidade 2017 - Artes Cênicas e Música Instrumental nos Campos da Serra
CAMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS
CNPJ/CPF: 84.958.248/0001-50
Cidade: Lages - SC;
Valor Reduzido: R$ 69.285,48
Valor total atual: R$ 1.232.911,12

175950 - PLANO ANUAL CINE THEATRO BRASIL 2018
ASSOCIACAO CINE THEATRO BRASIL - VALLOUREC
CNPJ/CPF: 09.207.902/0001-78
Cidade: Belo Horizonte - MG;
Valor Reduzido: R$ 681.556,07
Valor total atual: R$ 5.694.030,21

ÁREA: 3 MÚSICA (Artigo 18 , § 1º)
178347 - Orquestra Latônica Mineira - TUM TUM PÁ
jose aparecido da silva costa
CNPJ/CPF: 045.094.496-40
Cidade: Abadia dos Dourados - MG;
Valor Reduzido: R$ 17.280,00
Valor total atual: R$ 384.360,00

ÁREA: 4 ARTES VISUAIS (Artigo 18 , § 1º)
177100 - Exposição Um plano real: atualização tecnológica e projeto de acessibilidade
Fundação Fernando Henrique Cardoso
CNPJ/CPF: 11.597.112/0001-98
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 1.222.722,99
Valor total atual: R$ 1.291.364,97

ÁREA: 6 HUMANIDADES (Artigo 18 , § 1º)
171545 - Coleção MENINO JOÃO
DANIELA REZENDE SEIXO DE BRITO MENDES FERNANDES
CNPJ/CPF: 587.094.601-87
Cidade: Goiânia - GO;
Valor Reduzido: R$ 26.466,00
Valor total atual: R$ 396.990,00

177820 - Livro Nova Friburgo 200 Anos - Da Memória do Passado ao Projeto de Futuro
NOVAS DIRECOES EMPREENDIMENTOS CULTURAIS LTDA - EPP
CNPJ/CPF: 28.939.445/0001-50
Cidade: Rio de Janeiro - RJ;
Valor Reduzido: R$ 25.000,00
Valor total atual: R$ 419.125,00

ANEXO II

180152 - Revista Morashá
INSTITUTO MORASHÁ DE CULTURA
CNPJ/CPF: 04.618.953/0001-79
Cidade: São Paulo - SP;
Valor Reduzido: R$ 171.234,96
Valor total atual em: R$ 735.126,00

PORTARIA Nº 272, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA, no uso das atribuições legais, que lhe confere a Portaria nº 1317, de 01 de julho de 2016 e o art. 4º da Portaria nº 120, de 30 de março de 2010, resolve:

Art. 1.º - Aprovar a complementação de valor em favor do(s) projeto(s) cultural(is) relacionado(s) no(s) anexo(s) desta Portaria, para o(s) qual (is) o(s) proponente(s) fica(m) autorizado(s) a captar recursos, mediante doações ou patrocínios, na forma prevista no § 1º do artigo 18 e no artigo 26 da lei n.º 8.313, de 23 de dezembro de 1991, alterada pela Lei nº 9.874, de 23 de novembro de 1999.

Art. 2.º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ PAULO SOARES MARTINS

ANEXO I

ÁREA: 1 ARTES CÊNICAS (Artigo 18 , § 1º)
159285 - Vitrine Cultural & Gastronômica 2016
MAGMA - Cultura, Turismo e Eventos Ltda
CNPJ/CPF: 06.126.184/0001-17
Cidade: Florianópolis - SC;
Valor Complementado: R$ 600.280,00
Valor total atual: R$ 1.817.800,00

RETIFICAÇÃO

Na portaria nº 0781 de 21/12/2017, publicada no DOU de 22/12/2017, Seção 1, referente ao Projeto Panorâmica (nome provisório) - Pronac: 17-8873.

Onde se lê: BELLANI CULTURAL LTDA - ME

Leia-se: BRAHMI CULTURAL LTDA -ME

SECRETARIA DO AUDIOVISUAL

PORTARIA Nº 52, DE 16 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 11, de 27 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1° - Tornar público o resultado dos recursos interpostos conforme Anexo I (resultado dos recursos interpostos) e o resultado final da 4ª reunião de qualificação conforme Anexo II (projetos qualificados em caráter final) e Anexo III (projetos não qualificados em caráter final) do referido Edital.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

Resultado dos recursos interpostos:

Número de Inscrição	Nome do Evento	Empresa Proponente	UF	Categoria	Decisão do Recurso
on-589259388	7º FECIN - Festival de TV e Cinema do Interior do Espírito Santo	Caju Produções LTDA ME	ES	B	Deferido pedido de ajuste e reanálise
on-155149748	4° Cine.Ema - Festival de Cinema Ambiental do Espírito Santo com Itinerância e Seminário de Mercado Audiovisual Ambiental	Caju Produções LTDA ME	ES	C	Deferido pedido de ajuste e reanálise
on-885489309	Panorama Internacional Coisa de Cinema	Coisa de Cinema - Cinema e Vídeo	BA	A	Deferido pedido de ajuste e reanálise

ANEXO II

Projetos qualificados em caráter final:

Número de Inscrição	Nome do Evento	Empresa Proponente	UF	Categoria	Valor aprovado pela Comissão
on-1287009516	7ª Mostra Ecofalante de Cinema Ambiental	Daniela de Oliveira Cyrino Guariba - ME	SP	C	R$ 100.000,00

ANEXO III

Projetos não qualificados em caráter final:

Número de Inscrição	Nome do Evento	Empresa Proponente	UF	Categoria
on-371069337	BRASIL VAG (VIRTUAL ANIMATION GAMES)	SOL EDITORAÇÃO LTDA	MG	C

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800017

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 54, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 11 do Anexo I do Decreto nº 8.837, de 17 de agosto de 2016, e, tendo em vista o disposto no Edital nº 11, de 27 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1° - Tornar pública a desistência do projeto abaixo identificado (Anexo I), qualificado conforme resultado final da 2ª reunião de qualificação, publicado no Diário Oficial da União nº 67, de 9 de abril de 2018, seção 1, página 41.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO BATISTA DA SILVA

ANEXO I

Número de Inscrição	Nome do Evento	Empresa Proponente	UF	Categoria
on-1257865004	Ciranda de Filmes	Aiuê Produtora e Editora Ltda ME	SP	C

Ministério da Defesa

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA NORMATIVA Nº 16/MD, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Aprova a Diretriz de Atendimento Pré-Hospitalar Tático do Ministério da Defesa para regular a atuação das classes profissionais, a capacitação, os procedimentos envolvidos e as situações previstas para a atividade.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso das atribuições que lhe confere o Decreto, de 26 de fevereiro de 2018, e no uso das atribuições que lhe confere o inciso I do parágrafo único do art. 87 da Constituição; tendo em vista o disposto nos incisos II, III, VI, IX e XI do art. 31 da Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017; nos incisos I, IV, VI e VII do art. 23 do Anexo I do Decreto nº 8.978, de 1º de fevereiro de 2017; na Portaria Normativa nº 66/MD, de 14 de novembro de 2016; e considerando o que consta do Processo nº 60310.000497/2017-41, resolve:

CAPÍTULO I

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º Fica aprovada a Diretriz de Atendimento Pré-Hospitalar Tático do Ministério da Defesa para regular a atuação das classes profissionais, a capacitação, os procedimentos envolvidos e as situações previstas para a atividade.

§ 1º O objeto do Atendimento Pré-Hospitalar Tático é a manutenção da vida do ser humano em emprego operacional, operação real ou de adestramento, ações militares de vigilância de fronteira, ações militares de operações de Garantia da Lei e da Ordem, ações relacionadas às atribuições subsidiárias das Forças Armadas, missões de paz e instrução.

§ 2º Atendimento Pré-Hospitalar Tático consiste no atendimento à vítima, em um ambiente tático, nas atividades militares, com o emprego de um conjunto de manobras e procedimentos emergenciais, baseados em conhecimentos técnicos de suporte de vida básicos e avançados, para serem aplicados nas vítimas ou em si mesmos, por indivíduos previamente treinados, com o objetivo de salvaguardar a vida humana e prover a estabilização para a evacuação até o suporte médico adequado.

§ 3º O Atendimento Pré-Hospitalar Tático é exercido privativamente pelo Médico, pelo Enfermeiro, pelo Técnico de Enfermagem e pelos militares com a formação complementar no Atendimento Pré-Hospitalar Tático, previamente capacitados em Atendimento Pré-Hospitalar, de acordo com as normas em vigor.

§ 4º Os profissionais de que trata o § 3º deverão agir com o melhor de sua capacidade profissional e sem discriminação de qualquer natureza, quando não houver a possibilidade de atendimento imediato em unidade médica compatível com as necessidades.

CAPÍTULO II

PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS

Art. 2º Os procedimentos do Atendimento Pré-Hospitalar Tático, considerados de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediatas, em pacientes graves com risco de morte, deverão ser executados somente nas situações previstas no § 1º do art. 1º.

Parágrafo único. Os procedimentos de Atendimento Pré-Hospitalar Tático, para os efeitos desta Portaria Normativa, são caracterizados por quaisquer dos seguintes atos:

I - aplicação de torniquete;

II - garantia de vias aéreas;

III - descompressão torácica com agulha;

IV - acesso venoso periférico;

V - acesso intraósseo; e

VI - prescrição tática.

CAPÍTULO III

ELEMENTOS CAPACITADOS EM ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO

Art. 3º Os elementos capacitados serão divididos em três níveis de atuação:

I - Nível I: Médicos e Enfermeiros;

II - Nível II: profissionais de saúde, técnicos de enfermagem, elementos de Operações Especiais e Operadores de Busca e Salvamento da Marinha, do Exército e da Aeronáutica; e

III - Nível III: Socorristas Táticos.

Art. 4º Os procedimentos constantes no art. 2º visam a garantir a salvaguarda da vida humana e a estabilização das baixas, cabendo aos elementos de cada nível de atuação, as seguintes atribuições, de acordo com a necessidade e sua capacitação:

I - executar ações de Atendimento Pré-Hospitalar Tático;

II - participar da equipe de saúde em atividades militares;

III - participar da orientação, prevenção e controle sistemático de infecções relacionadas às atividades militares;

IV - prevenção e controle sistemático de danos que possam ser causados durante a assistência do Atendimento Pré-Hospitalar Tático; e

V - execução do controle da dor.

CAPÍTULO IV

CAPACITAÇÃO

Art. 5º A capacitação em Atendimento Pré-Hospitalar Tático atenderá às normas constantes nesta Portaria Normativa.

Art. 6º Os programas de educação continuada das equipes de saúde e militares capacitados em Atendimento Pré-Hospitalar Tático seguem um enfoque de atendimento tático, somado à gestão da atenção pré-hospitalar tática, em acordo com as diretrizes do Ministério da Defesa e alicerçadas nos Centros formadores afetos à área.

Art. 7º São requisitos gerais para os elementos do Atendimento Pré-Hospitalar Tático:

I - equilíbrio emocional e autocontrole;

II - disposição para cumprir ações orientadas;

III - capacidade física e mental para a atividade;

IV - iniciativa e facilidade de comunicação;

V - destreza manual e física para trabalhar em ambientes táticos diversos;

VI - capacidade de trabalhar em equipe; e

VII - disponibilidade para a capacitação e para a recertificação periódica.

Art. 8º Os procedimentos abrangidos por esta Portaria Normativa deverão contemplar o Suporte Básico de Vida no Trauma e os procedimentos Suporte Avançado de Vida restritos aos descritos no parágrafo único do art. 2º.

Parágrafo único. Os socorristas táticos, para serem capacitados em procedimentos dos incisos I e II do parágrafo único do art. 2º, deverão ter formação em Primeiros Socorros, em seu nível de atuação.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Cabe ao Ministério da Defesa editar normas específicas para regular as atividades de capacitação e atribuições próprias do Atendimento Pré-Hospitalar Tático.

Art. 10. A competência fiscalizadora do Ministério da Defesa abrange o controle dos procedimentos especificados no parágrafo único do art. 2º.

Parágrafo único. Caberá aos profissionais da área de saúde capacitados e designados para a missão específica supervisionarem o Atendimento Pré-Hospitalar Tático realizado pelos elementos capacitados, de acordo com os três níveis de atuação, descritos no art. 3º.

Art. 11. Os cursos ou estágios de capacitação em Atendimento Pré-Hospitalar Tático serão providos pelas Forças Singulares, observadas suas peculiaridades e pelo Centro Conjunto de Medicina Operativa das Forças Armadas, quando ativado.

Parágrafo único. O Currículo Mínimo Nacional para os cursos ou estágios de capacitação em Atendimento Pré-Hospitalar Tático, de acordo com o nível estabelecido, está disposto no Anexo a esta Portaria Normativa.

Art. 12. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

ANEXO

ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO
CURRÍCULO MÍNIMO NACIONAL

A. MAPA FUNCIONAL - Atendimento Pré-Hospitalar Tático Nível I

COMPETÊNCIA PRINCIPAL: Planejar o apoio, capacitar elementos de Atendimento Pré-Hospitalar Tático e prestar suporte básico e avançado de vida em situação tática.	
UNIDADES DE COMPETÊNCIA	ELEMENTOS DE COMPETÊNCIA
1. Avaliar o cenário	Analisar a situação.
	Estabelecer a segurança.
	Quantificar as vítimas.
	Solicitar apoio.
2. Realizar a extricação	Realizar as técnicas de retirada das vítimas.
3. Abordar a vítima	Realizar a biossegurança.
	Realizar a abordagem das vítimas.
	Estabilizar as lesões.
4. Realizar a evacuação de vítima	Realizar cuidados para a evacuação aeromédica.
	Realizar cuidados para evacuação por meios diversos.
5. Procedimentos de Atendimento Pré-Hospitalar Tático	Realizar os procedimentos básicos e avançados de suporte de vida em situações táticas.
	Conhecer os protocolos de prescrição tática.
6. Inteligência Médica	Realizar o levantamento de dados e as atividades de Inteligência Médica em operações militares.
7. Planejamento Médico Tático	Realizar o planejamento de apoio de saúde em operações militares.
	Conhecer os protocolos de atendimento, de prescrição tática e a padronização de material.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS

Objetivos da aprendizagem.

1. AVALIAR O CENÁRIO E ESTABELECER SEGURANÇA (4h)
- Analisar a situação;
- Identificar os níveis de ameaças;
- Estabelecer rotas de acesso ou zona de reunião;
- Aplicar as técnicas de ações imediatas;
- Estabelecer os números de vítimas; e
- Estabelecer comunicação com o escalão superior.

2. REALIZAR A EXTRICAÇÃO DA VÍTIMA (4h)
- Escolher a técnica de retirada de acordo com o ambiente operacional; e
- Realizar as técnicas transportes de emergência (arrasto; mochila, de bombeiro etc).

3. ABORDAR A VÍTIMA (4h)
- Conter hemorragias;
- Avaliar e desobstruir vias aéreas;
- Avaliar padrões respiratórios;
- Estabilizar as lesões; e
- Reavaliar a vítima.

4. REALIZAR A EVACUAÇÃO DA VÍTIMA (4h)
- Conhecer os meios de evacuação;
- Realizar cuidados em evacuação aeromédica; e
- Realizar cuidados em evacuação com outros meios (terrestres, fluviais, navais etc).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800018

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

5. PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO (4H)
- Realizar os procedimentos básicos e avançados de suporte de vida em situações táticas; e
- Prescrição em cenário tático de acordo com protocolos estabelecidos.
6. INTELIGÊNCIA MÉDICA (4H)
- Levantamento de dados e atividades de Inteligência Médica em operações militares.
7. PLANEJAMENTO MÉDICO TÁTICO (4H)
- Planejamento de apoio de saúde em operações militares; e
- Protocolos de atendimento, de prescrição tática e padronização de material.
8. EXERCÍCIO FINAL (20h)
Carga Horária Total (48h)
9. PERFIL REQUERIDO
a) Atitudes:
- Equilíbrio emocional, autocontrole, disciplina, iniciativa, cooperação, comunicabilidade, meticulosidade, zelo, adaptabilidade e auto aperfeiçoamento.
b) Capacidades físicas e motoras:
- Resistência física e destreza manual.
c) Capacidades cognitivas:
- Raciocínio lógico.
d) Ser oficial médico ou enfermeiro.
10. RECERTIFICAÇÃO
A cada três anos.
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO
B. MAPA FUNCIONAL - Atendimento Pré-Hospitalar Tático Nível II

COMPETÊNCIA PRINCIPAL: Prestar suporte básico e avançado de vida a militar em situação tática.	
UNIDADES DE COMPETÊNCIA	ELEMENTOS DE COMPETÊNCIA
1. Avaliar o cenário	Analisar a situação.
	Estabelecer a segurança.
	Quantificar as vítimas.
	Solicitar apoio.
2. Realizar a extricação	Realizar as técnicas de retirada das vítimas.
3. Abordar a vítima	Realizar a biossegurança.
	Realizar a abordagem das vítimas.
	Estabilizar as lesões.
4. Realizar a evacuação de vítima	Realizar cuidados para a evacuação aeromédica.
	Realizar cuidados para evacuação por meios diversos.
5. Procedimentos de Atendimento Pré-Hospitalar Tático	Realizar os procedimentos básicos e avançados de suporte de vida em situações táticas.
	Conhecer os protocolos de prescrição tática.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Objetivos da aprendizagem.
1. AVALIAR O CENÁRIO E ESTABELECER SEGURANÇA (4h)
- Analisar a situação;
- Identificar os níveis de ameaças;
- Estabelecer rotas de acesso ou zona de reunião;
- Aplicar as técnicas de ações imediatas;
- Estabelecer os números de vítimas; e
- Estabelecer comunicação com o Escalão Superior.
2. REALIZAR A EXTRICAÇÃO DA VÍTIMA (8h)
- Escolher a técnica de retirada de acordo com o ambiente operacional; e
- Realizar as técnicas transportes de emergência (arrasto; mochila, de bombeiro etc).
3. ABORDAR A VÍTIMA (8h)
- Conter hemorragias;
- Avaliar e desobstruir vias aéreas;
- Avaliar padrões respiratórios;
- Estabilizar as lesões; e
- Reavaliar a vítima.
4. REALIZAR A EVACUAÇÃO DA VÍTIMA (8h)
- Conhecer os meios de evacuação;
- Realizar cuidados em uma evacuação aeromédica; e
- Realizar cuidados uma evacuação com outros meios (terrestres, fluviais, navais etc).
5. PROCEDIMENTOS DE ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO (12h)
- Realizar os procedimentos básicos e avançados de suporte de vida em situações táticas; e
- Prescrição em cenário tático de acordo com protocolos estabelecidos.
6. EXERCÍCIO FINAL (20h)
Carga Horária Total (60h)
7. PERFIL REQUERIDO
a) Atitudes:
- Equilíbrio emocional, autocontrole, disciplina, iniciativa, cooperação, comunicabilidade, meticulosidade, zelo, adaptabilidade e auto aperfeiçoamento.
b) Capacidades físicas e motoras:
- Resistência física e destreza manual.
c) Capacidades cognitivas:
- Raciocínio lógico.
d) Ser oficial, suboficial/subtenente, sargento ou cabo de carreira, da área de saúde, ou de Operações Especiais, ou Operador de Busca e Salvamento.
8. RECERTIFICAÇÃO
A cada três anos.
ATENDIMENTO PRÉ-HOSPITALAR TÁTICO
C. MAPA FUNCIONAL - Atendimento Pré-Hospitalar Tático Nível III

COMPETÊNCIA PRINCIPAL: Prestar o primeiro atendimento em situação tática.	
UNIDADES DE COMPETÊNCIA	ELEMENTOS DE COMPETÊNCIA
1. Avaliar o cenário	Analisar a situação.
	Estabelecer a segurança.
	Quantificar as vítimas.
	Solicitar apoio.
2. Realizar a extricação	Realizar as técnicas de retirada das vítimas.
3. Abordar a vítima	Realizar a biossegurança.
	Realizar a abordagem das vítimas.
	Estabilizar as lesões.
4. Realizar a evacuação de vítima	Realizar cuidados para a evacuação aeromédica.
	Realizar cuidados para evacuação por meios diversos.

ORIENTAÇÕES METODOLÓGICAS
Objetivos da aprendizagem.
1. AVALIAR O CENÁRIO E ESTABELECER SEGURANÇA (8h)
- Analisar a situação;
- Identificar os níveis de ameaças;
- Estabelecer rotas de acesso ou zona de reunião;
- Aplicar as técnicas de ações imediatas;
- Estabelecer os números de vítimas; e
- Estabelecer comunicação com o escalão superior.
2. REALIZAR A EXTRICAÇÃO DA VÍTIMA (4h)
- Escolher a técnica de retirada de acordo com o ambiente operacional; e
- Realizar as técnicas transportes de emergência (arrasto; mochila, de bombeiro etc).
3. ABORDAR A VÍTIMA (4h)
- Conter hemorragias;
- Avaliar e desobstruir vias aéreas; e
- Estabilizar as lesões.
4. REALIZAR A EVACUAÇÃO DA VÍTIMA (4h)
- Conhecer os meios de evacuação (aéreos, terrestres, fluviais, navais etc).
5. EXERCÍCIO FINAL (20h)
Carga Horária Total (40h)
6. PERFIL REQUERIDO
a) Atitudes:
- Equilíbrio emocional, autocontrole, disciplina, iniciativa, cooperação, comunicabilidade, meticulosidade, zelo, adaptabilidade e auto aperfeiçoamento.
b) Capacidades físicas e motoras:
- Resistência física e destreza manual.
c) Capacidades cognitivas:
- Raciocínio lógico.
d) Ser oficial ou praça.
7. RECERTIFICAÇÃO
A cada três anos.

PORTARIA NORMATIVA Nº 17/MD, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Estabelece as normas de funcionamento da Autoridade Certificadora de Defesa - AC Defesa.

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto, de 26 de fevereiro de 2018, o art. 87, parágrafo único, inciso I, da Constituição, tendo em vista o disposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e considerando o que consta no Processo nº 60586.000268/2017-96, resolve:

Art. 1º Esta Portaria Normativa estabelece as normas de funcionamento da Autoridade Certificadora de Defesa (AC Defesa).

Art. 2º O Ministério da Defesa constitui-se autoridade certificadora, sob a denominação AC Defesa, atendendo aos padrões estabelecidos pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil para prover autenticidade, confidencialidade, integridade, não repúdio e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, por intermédio de certificados digitais.

CAPITULO I
FINALIDADE

Art. 3º Esta Portaria Normativa tem por finalidade estabelecer as normas de funcionamento da AC Defesa, visando à sua padronização e operacionalização.

CAPÍTULO II
ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Art. 4º A AC Defesa tem a seguinte estrutura organizacional:

I - Chefia;
II - Coordenação;
III - Autoridade Certificadora Principal - ACP;
IV - Autoridade Certificadora Reserva - ACR;
V - Autoridade de Registro - AR;
VI - Equipe de Administração;
VII - Equipe de Desenvolvimento; e
VIII - Agentes de Registro Remotos - ARR.

§ 1º A gestão das atividades da AC Defesa será coordenada pelo Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber).

§ 2º A Chefia da AC Defesa funcionará no ComDCiber.

§ 3º A Coordenação da AC Defesa funcionará junto à instalação da ACP, vinculada técnica e operacionalmente à Chefia da AC Defesa.

§ 4º A ACP funcionará em Organização Militar (OM) sediada no Comando do Exército, vinculada técnica e operacionalmente à Coordenação da AC Defesa.

§ 5º A ACR funcionará em OM sediada no Comando da Marinha, vinculada técnica e operacionalmente à Coordenação da AC Defesa.

§ 6º A AR funcionará em OM sediada no Comando da Aeronáutica, vinculada técnica e operacionalmente à Coordenação da AC Defesa.

§ 7º A Equipe de Administração funcionará na instalação da ACP, vinculada técnica e operacionalmente à Coordenação da AC Defesa.

§ 8º A Equipe de Desenvolvimento funcionará na instalação da ACP, vinculada técnica e operacionalmente à Coordenação da AC Defesa.

§ 9º Os ARR funcionarão na Administração Central do MD e em OM dos Comandos das Forças Singulares, vinculados tecnicamente à AR.

§ 10. As estruturas da AC Defesa serão subordinadas administrativamente às suas OM sede.

CAPÍTULO III
PESSOAL DA AC DEFESA

Art. 5º A constituição da AC Defesa não acarretará criação de cargos ou percepção de gratificações nas estruturas regimentais do Ministério da Defesa (MD) e dos Comandos das Forças Singulares.

Art. 6º A designação de pessoal para atuar na AC Defesa compete a cada Força Singular, cabendo a ela as ações necessárias à manutenção do efetivo para o funcionamento da AC Defesa.

Art. 7º O período mínimo desejável de permanência do pessoal designado para a AC Defesa, excetuando-se a Chefia e os ARR, será de quatro anos, permitidas prorrogações anuais.

Parágrafo único. O militar designado para a AC Defesa deve ser devidamente capacitado para exercer suas funções e a responsabilidade pela capacitação específica é da própria AC Defesa.

Art. 8º O pessoal da AC Defesa não poderá ser utilizado em tarefa, atividade, função, ou serviço distinto dos previstos para o desempenho de suas atribuições funcionais.

Parágrafo único. Excluem-se do previsto no caput deste artigo a Chefia e os ARR.

CAPÍTULO IV
COMPETÊNCIAS

Art. 9º Compete à AC Defesa:

I - atender ao disposto no item "Obrigações da AC Defesa" previsto na Declaração de Práticas de Certificação (DPC) da AC Defesa;

II - propor a atualização desta norma de funcionamento, submetendo-a à apreciação do Comitê Gestor da AC Defesa (CG AC Defesa); e

III - propor as atualizações da DPC, da Política de Segurança - PS, da Análise de Risco, do Plano de Continuidade do Negócio - PCN e do Plano de Extinção da AC Defesa, submetendo-as à apreciação do CG AC Defesa.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800019

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 10. Compete à Chefia da AC Defesa, ouvido o CG AC Defesa:

I - supervisionar a gestão dos riscos de operação da AC Defesa;

II - gerir os recursos necessários à operação da AC Defesa;

III - zelar pela qualidade dos produtos da AC Defesa;

IV - gerenciar o relacionamento entre as partes diretamente envolvidas na AC Defesa;

V - realizar as tratativas de recursos orçamentários e humanos junto aos Comandos Militares e à Secretaria-Geral do Ministério da Defesa (SG/MD);

VI - conduzir tarefas relacionadas ao estabelecimento e às definições dos processos da AC Defesa;

VII - apreciar a proposta orçamentária de custeio da AC Defesa e encaminhá-la ao CG AC Defesa para o prosseguimento de sua tramitação; e

VIII - propor ao CG AC Defesa normas complementares para detalhar o funcionamento, competências das unidades e atribuições dos integrantes da AC Defesa.

Art. 11. Compete à Coordenação da AC Defesa:

I - gerir os riscos de operação da AC Defesa;

II - promover a integração dos membros das equipes da AC Defesa;

III - desenvolver canais de comunicações efetivos entre as equipes da AC Defesa;

IV - contribuir para a qualidade dos produtos da AC Defesa; e

V - gerenciar o relacionamento entre as partes diretamente envolvidas na operação da AC Defesa, dentro de sua esfera de atribuições.

Art. 12. Compete à ACP atender ao disposto no item "Obrigações da AC Defesa" previsto na DPC da AC Defesa.

Art. 13. Compete à ACR atender ao disposto no item "Obrigações da AC Defesa" previsto na DPC da AC Defesa.

Art. 14. Compete à AR atender ao disposto no item "Obrigações da AR" previsto na DPC da AC Defesa.

Art. 15. Compete à Equipe de Administração:

I - assessorar o Coordenador da AC Defesa em relação às auditorias do Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI);

II - coordenar a gestão do pessoal da AC Defesa;

III - coordenar as atividades de capacitação do pessoal da AC Defesa, assegurando o seu contínuo adestramento e aperfeiçoamento;

IV - auxiliar na elaboração dos contratos de aquisição de sua responsabilidade e acompanhar a execução de todos os contratos relacionados à AC Defesa;

V - elaborar a proposta orçamentária anual da AC Defesa e encaminhá-la, via Coordenação, à Chefia para apreciação e prosseguimento de sua tramitação; e

VI - controlar o orçamento da AC Defesa.

Art. 16. Compete à Equipe de Desenvolvimento:

I - publicar e manter atualizada em página da AC Defesa na rede mundial de computadores a sua DPC e as suas Políticas de Certificado (PC);

II - desenvolver aplicações para uso na AC Defesa;

III - realizar a manutenção de aplicações utilizadas na AC Defesa;

IV - desenvolver Interfaces de Programação de Aplicações (IPA) compatíveis com os certificados da AC Defesa;

V - realizar a manutenção das IPA por ela desenvolvidas;

VI - desenvolver programas controladores para dispositivos compatíveis com o emprego dos certificados da AC Defesa;

VII - realizar a manutenção dos programas controladores de dispositivos por ela desenvolvidos; e

VIII - participar da elaboração e coordenação dos treinamentos na modalidade Ensino a Distância (EAD) necessários ao contínuo adestramento e aperfeiçoamento do pessoal da AC Defesa.

Art. 17. Compete à Administração Central do Ministério da Defesa e às OM detentoras de ARR propiciar condições para a operação desse serviço em sua localidade, dentre elas:

I - deslocamentos do ARR para atendimento a autoridades;

II - acesso à rede mundial de computadores para comunicação com a AR;

III - horários para atendimento ao público, por agendamento prévio; e

IV - envio de documentação para a AR.

CAPÍTULO V

ATRIBUIÇÕES DOS DIRIGENTES

Art. 18. Ao Chefe da AC Defesa incumbe:

I - manter contato com entidades civis e governamentais no tocante a assuntos de interesse da AC Defesa;

II - submeter ao ITI propostas de atualização da documentação dos processos relacionados ao ciclo de vida do certificado da AC Defesa;

III - apresentar ao CG AC Defesa as propostas de modificações não relacionadas aos processos de certificação;

IV - garantir que o pessoal sob sua subordinação compreenda e desempenhe a obrigação de proteger as informações da AC Defesa;

V - supervisionar a gestão dos riscos de operação da AC Defesa;

VI - gerir os recursos necessários à operação da AC Defesa;

VII - zelar pela qualidade dos produtos da AC Defesa;

VIII - gerenciar o relacionamento entre as partes diretamente envolvidas na AC Defesa;

IX - realizar as tratativas de recursos orçamentários e humanos junto aos Comandos Militares e à SG/MD;

X - conduzir tarefas relacionadas ao estabelecimento e às definições dos processos da AC Defesa;

XI - propor ao CG AC Defesa os horários de expediente nas instalações da AC Defesa; e

XII - representar legalmente o MD junto ao ITI.

Art. 19. Ao Coordenador da AC Defesa incumbe:

I - promover a integração dos membros das equipes da AC Defesa;

II - desenvolver canais de comunicações efetivos;

III - contribuir para a qualidade dos produtos da AC Defesa;

IV - reportar ao Chefe da AC Defesa, informando-o sobre o andamento dos trabalhos;

V - encaminhar ao Chefe da AC Defesa as propostas de mudanças nos produtos ou processos;

VI - assessorar e assistir diretamente o Chefe da AC Defesa;

VII - coordenar, acompanhar e supervisionar os trabalhos das unidades da estrutura organizacional da AC Defesa que lhe são subordinadas;

VIII - gerenciar o relacionamento entre as partes diretamente envolvidas na operação da AC Defesa, dentro de sua esfera de atribuições;

IX - representar legalmente o MD junto ao ITI no impedimento do Chefe da AC Defesa; e

X - gerir os riscos de operação da AC Defesa.

Art. 20. Ao Chefe da ACP incumbe:

I - gerenciar o cumprimento da PS da AC Defesa por parte de seus subordinados;

II - identificar os desvios de segurança praticados e zelar pela adoção das medidas corretivas apropriadas;

III - gerenciar a execução dos processos relacionados ao ciclo de vida do certificado e à legislação da ICP-Brasil;

IV - coordenar a segurança, no nível físico e lógico, dos ativos de informação e de processamento da AC Defesa relacionados com a sua área de atuação;

V - garantir que o pessoal sob sua supervisão compreenda e desempenhe a obrigação de proteger as informações da AC Defesa;

VI - assessorar e assistir diretamente o Coordenador da AC Defesa; e

VII - coordenar, acompanhar e supervisionar os trabalhos da ACP.

Art. 21. Ao Chefe da ACR incumbe as mesmas atribuições do chefe da ACP, na sua esfera de atuação.

Art. 22. Ao Chefe da AR incumbe:

I - gerenciar o cumprimento da PS da AC Defesa por parte de seus subordinados;

II - identificar os desvios de segurança praticados e zelar pela adoção das medidas corretivas apropriadas;

III - coordenar a segurança, no nível físico e lógico, dos ativos de informação e de processamento da AC Defesa relacionados com a sua área de atuação;

IV - garantir que o pessoal sob sua supervisão compreenda e desempenhe a obrigação de proteger as informações da AC Defesa;

V - manter atualizada a relação de ARR titulares e suplentes, informando oportunamente as necessidades de trocas ou reposição de pessoal;

VI - coordenar a formação e atualização do pessoal interno da AR e de ARR;

VII - assessorar e assistir diretamente o Coordenador da AC Defesa; e

VIII - coordenar, acompanhar e supervisionar os trabalhos da AR e dos ARR.

Art. 23. Ao Chefe da Equipe de Administração incumbe:

I - assessorar e assistir diretamente o Coordenador da AC Defesa;

II - coordenar, acompanhar e supervisionar os trabalhos da Equipe de Administração;

III - coordenar as tarefas de preparativos iniciais de processos de aquisições e contratações da AC Defesa;

IV - controlar o efetivo da AC Defesa, reportando com oportunidade ao Coordenador as necessidades de substituição ou reposição de claros de pessoal;

V - gerenciar o cumprimento da PS da AC Defesa por parte de seus subordinados; e

VI - identificar os desvios de segurança praticados e zelar pela adoção das medidas corretivas apropriadas.

Art. 24. Ao Chefe da Equipe de Desenvolvimento incumbe:

I - assessorar e assistir diretamente o Coordenador da AC Defesa;

II - coordenar, acompanhar e supervisionar os trabalhos da Equipe de Desenvolvimento;

III - gerenciar o cumprimento da PS da AC Defesa por parte de seus subordinados;

IV - gerenciar as atualizações tecnológicas necessárias para a operação da AC Defesa;

V - definir a formação necessária a cada cargo técnico da AC Defesa; e

VI - identificar os desvios de segurança praticados e zelar pela adoção das medidas corretivas apropriadas.

Art. 25. Aos ARR incumbe:

I - atender rigorosamente o que prescrevem as normas da ICP-Brasil na sua esfera de ação; e

II - reportar à Chefia da AR os dias e horários disponíveis em sua OM para as atividades de solicitação e entrega de certificados, bem como qualquer assunto que possa impactar em suas atividades.

CAPÍTULO VI

EMISSÃO DE CERTIFICADOS DIGITAIS

Art. 26. A emissão de certificados digitais observará:

I - as prioridades de uso definidas pelo CG AC Defesa;

II - a disponibilidade de ARR na localidade;

III - o agendamento prévio; e

IV - outros fatores definidos pela Chefia da AC Defesa.

CAPÍTULO VII

CANAIS DE COMUNICAÇÃO

Art. 27. Serão estabelecidos canais técnicos de comunicação direta entre:

I - a Chefia da AC Defesa e a SG/MD e os Estados-Maiores das Forças Singulares;

II - a Chefia e a Coordenação da AC Defesa;

III - a Coordenação e as ACP, ACR, AR, Equipe de Administração e Equipe de Desenvolvimento;

IV - a AR e os ARR; e

V - as OM sede das instalações da AC Defesa.

CAPÍTULO VIII

DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 28. O Secretário-Geral do MD poderá editar normas complementares para detalhar o funcionamento, competências das unidades e as atribuições dos integrantes da AC Defesa.

Art. 29. Os casos omissos serão dirimidos pelo Secretário-Geral do MD por proposta do Comitê Gestor da AC Defesa.

Art. 30. Ficam revogadas:

I - a Portaria nº 1.703/MD, de 26 de junho de 2012;

II - a Portaria nº 3.004/MD, de 14 de novembro de 2012; e

III - a Portaria nº 2.212/MD, 1º de setembro de 2014.

Art. 31. Esta Portaria Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

PORTARIA Nº 1.409/GM/MD, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DA DEFESA, Interino, no uso das atribuições que lhe conferem o Decreto de 26 de fevereiro de 2018, o inciso IV do parágrafo único do art. 87 da Constituição, os arts. 11 e 12 do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, o art. 4º do Decreto nº 7.689, 2 de março de 2012, o § 2º do art. 1º da Portaria nº 17/MPDG, de 7 de fevereiro de 2018, e tendo em vista o que consta no Processo Administrativo nº 60542.000004/2018-20, resolve:

Art. 1º Subdelegar competência às autoridades a seguir especificadas para, excepcionalmente, em situações pontuais de relevância e urgência, por ato fundamentado, autorizar novas contratações referentes à locação de veículos, máquinas e equipamentos:

I - aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, no âmbito dos respectivos Comandos;

II - ao Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, no âmbito do respectivo órgão e da Representação do Brasil na Junta Interamericana de Defesa (RBJID); e

III - ao Secretário-Geral do Ministério da Defesa, no âmbito da administração central do Ministério da Defesa, do Hospital das Forças Armadas (HFA) e da Escola Superior de Guerra (ESG).

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 3.054/GM/MD, de 10 de agosto de 2017.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOAQUIM SILVA E LUNA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800020

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

COMANDO DA AERONÁUTICA

DEPARTAMENTO DE CONTROLE DO ESPAÇO AÉREO

PORTARIA DECEA Nº 84/JJAER, DE 5 DE ABRIL DE 2018
(Publicada no DOU 17/4/2018)

ANEXO C (*)

Modelo de Ficha de Comunicação de Infração de Tráfego Aéreo
MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
Órgão Regional xxxxxx
FICHA DE COMUNICAÇÃO DE INFRAÇÃO DE TRÁFEGO AÉREO

1 - DADOS CADASTRAIS PARA NOTIFICAÇÃO			
NOME COMPLETO / RAZÃO SOCIAL			
ENDEREÇO			
BAIRRO	CIDADE	UF	CEP
CPF/CNPJ	CÓDIGO ANAC PILOTO (SE APLICÁVEL)		

AERONAVE (SE APLICÁVEL)	MATRÍCULA DA AERONAVE (SE APLICÁVEL)	
NOME DO AERÓDROMO /OPEA (SE APLICÁVEL)	INDICATIVO DE LOCALIDADE (SE APLICÁVEL)	TIPO DE AERÓDROMO/ OPEA (SE APLICÁVEL)

2 - OCORRÊNCIA		
DATA	HORA (SE APLICÁVEL)	LOCAL
Descrição e enquadramento detalhado da Ocorrência		

3 - DADOS CONSTANTES DA MSG ITA/ MSG DE COMUNICAÇÃO DE INFRAÇÃO
ITA / / - A/ ; B/ ; C/ ; D/ ; E/ ; F/ ; G/ ; H/ ; I/ ; J/ ; K/ ; L/ .

Local e data
Elaborado por: Aprovado:

Assinatura do Servidor ou Militar	Assinatura do Chefe da Divisão de Operações do Órgão Regional
Cargo	Cargo
Idt	Idt

PROCINV Nº (NUP OFÍCIO)

(*)N. da Coejo: Republicado por ter saído no DOU de 17-4-2018, Seção 1, página 16, com incorreção.

INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA

PORTARIAS DE 5 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 7-T/DGCEA, de 2 de janeiro de 2018, combinada com o previsto no art. 122 do Anexo I a Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015, resolve:

Nº 60/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto SIERRA WHISKEY VICTOR ROMEU, situado no Município de Penalva, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67210.000886/2014-09. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 61/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA ÁGUA FRIA, situado no Município de Crixás, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67280.002990/2013-15. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 62/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA RECANTO, situado no Município de Jateí, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.007936/2013-02. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 63/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA REDENÇÃO, situado no Município de Piracicaba, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.003818/2013-17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 64/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA CAMPO ALEGRE, situado no Município de Cerqueira César, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.000200/2013-03. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 65/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO SEBASTIÃO, situado no Município de Aparecida do Rio Doce, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.020535/2014-83. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 66/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA MARIA, situado no Município de Flores de Goiás, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67280.003059/2013-54. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 67/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo AGROPESP, situado no Município de Tapurah, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040422/2013-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 68/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOAQUIM, situado no Município de Jardim, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.004023/2013-26. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 69/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA IROHY, situado no Município de Biritiba Mirim, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.004160/2013-61. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 70/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA JAURU, situado no Município de Nova Alvorada do Sul, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.000211/2013-85. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 71/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA DA COXILHA, situado no Município de Camaquã, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67270.015582/2015-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 72/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo ASSIS, situado no Município de Assis, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.027758/2014-61. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 73/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA PIRAY, situado no Município de Sete Quedas, no Estado do Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.002676/2013-71. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 74/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA MATA SERENA, situado no Município de São Domingos, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67280.003059/2013-54. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 75/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA FLORESTA, situado no Município de Santo Antônio da Barra, no Estado do Goiás - GO. Processo nº 67280.040181/2014-92. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 76/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo GUARATUBA, situado no Município de Guaratuba, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67613.036193/2015-94. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 77/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA RIO PRETO, situado no Município de Guararapes, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67613.015220/2014-12. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 78/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SANTA HELENA, situado no Município de Pindamonhangaba, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67260.000339/2013-49. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 79/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo TERRA VISTA, situado no Município de Porto Seguro, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.024681/2013-19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 80/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo BARRA, situado no Município de Barra, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.019119/2014-46. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br/aga).

RICARDO DA SILVA MIRANDA Ten Cel Av

PORTARIAS DE 9 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 7-T/DGCEA, de 2 de janeiro de 2018, combinada com o previsto no art. 122 do Anexo I a Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015, resolve:

Nº 81/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo CARLOS RUHL, situado no Município de Cruz Alta, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67613.038356/2014-92. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 82/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo SENTO SÉ, situado no Município de Sento Sé, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.000114/2013-69. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 83/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo VIRGÍLIO TÁVORA, situado no Município de Sobral, no Estado do Ceará - CE. Processo nº 67228.005865/2013-71. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 84/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo DOM ELISEU, situado no Município de Dom Eliseu, no Estado do Pará - PA. Processo nº 67210.021905/2013-41. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 85/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800021

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

FAZENDA TRAVESSÃO, situado no Município de Vila Bela da Santíssima Trindade, no Estado do Mato Grosso - MT. Processo nº 67280.040981/2013-22. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 86/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo BOM JESUS DA LAPA, situado no Município de Bom Jesus da Lapa, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.001755/2013-31. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 87/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA MUTUM, situado no Município de Anaurilândia, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.016487/2012-02. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 88/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA COLORADO, situado no Município de Britânia, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67280.003147/2013-56. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 89/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA BUSATO I, situado no Município de São Desidério, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.024757/2013-06. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 90/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA WARPOL, situado no Município de São Desidério, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.024765/2013-44. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 91/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo ABA, situado no Município de Barreiras, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.024763/2013-55. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 92/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA HORITA, situado no Município de São Desidério, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.024760/2013-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 93/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo SEROPÉDICA, situado no Município de Seropédica, no Estado do Rio de Janeiro - RJ. Processo nº 67617.008843/2014-91. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 94/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA CONFIANÇA, situado no Município de Baixa Grande do Ribeiro, no Estado de Piauí - PI. Processo nº 67614.012810/2014-75. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 95/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA VIVIANE, situado no Município de Dueré, no Estado de Tocantins - TO. Processo nº 67612.021572/2014-17. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 96/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo MONTE ALTO, situado no Município de Monte Alto, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67612.009160/2014-09. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 97/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Heliponto (PBZPH) para o Heliponto FAZENDA SANTO ANTÔNIO, situado no Município de Matinha, no Estado do Maranhão - MA. Processo nº 67210.000886/2014-09. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 98/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo OURO FINO, situado no Município de Ouro Fino, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67612.012862/2014-61. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 99/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA CAPÃO SECO, situado no Município de Formiga, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.000217/2014-71. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 100/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA VALE DOS SONHOS, situado no Município de Palestina de Goiás, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67612.011980/2013-71. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br/aga).

RICARDO DA SILVA MIRANDA Ten Cel Av

PORTARIAS DE 11 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO INSTITUTO DE CARTOGRAFIA AERONÁUTICA, no uso de suas atribuições, de acordo com a delegação de competência contida na Portaria DECEA nº 7-T/DGCEA, de 2 de janeiro de 2018, combinada com o previsto no art. 122 do Anexo I a Portaria nº 957/GC3, de 9 de julho de 2015, resolve:

Nº 101/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo JUSCELINO KUBITSCHEK, situado no Município de Teófilo Otoni, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.026701/2013-40. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 102/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo IBOTIRAMA, situado no Município de Ibotirama, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.000126/2013-93. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 103/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo CARINHANHA, situado no Município de Carinhanha, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.000088/2013-79. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 104/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo MACAÚBAS, situado no Município de Macaúbas, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.014291/2014-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 105/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo BURITIRAMA, situado no Município de Buritirama, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.019118/2014-00. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 106/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo PIRITIBA, situado no Município de Piritiba, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.014298/2014-25. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 107/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo CANUDOS, situado no Município de Canudos, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.014284/2014-10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 108/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo PIATÃ, situado no Município de Piatã, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.021143/2014-45. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 109/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo REMANSO, situado no Município de Remanso, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.014301/2014-19. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 110/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo PRESIDENTE CASTRO PINTO, situado no Município de João Pessoa, no Estado da Paraíba - PB. Processo nº 67220.021843/2014-30. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 111/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo EUCLIDES DA CUNHA, situado no Município de Euclides da Cunha, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.001758/2013-74. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 112/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo VALENTE, situado no Município de Valente, no Estado da Bahia - BA. Processo nº 67220.019120/2014-71. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 113/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo ÁGUAS CLARAS, situado no Município de Viamão, no Estado do Rio Grande do Sul - RS. Processo nº 67613.020964/2015-21. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 114/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo CENTRO NACIONAL DE PARAQUEDISMO, situado no Município de Boituva, no Estado de São Paulo - SP. Processo nº 67617.021119/2014-52. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 115/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo ENTRE RIOS, situado no Município de Guarapuava, no Estado do Paraná - PR. Processo nº 67270.011537/2015-81. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 116/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo PÚBLICO DE BONITO, situado no Município de Bonito, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.009248/2012-98. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 117/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA ITAÚ, situado no Município de Água Clara, no Estado de Mato Grosso do Sul - MS. Processo nº 67260.011069/2013-00. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 118/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA CIFRÃO, situado no Município de Pedra Preta, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.000415/2015-11. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 119/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA GENIPAPO, situado no Município de Várzea da Palma, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.011555/2014-39. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 120/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo CIRILO QUEIROZ, situado no Município de Almenara, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.007950/2015-06. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 121/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA SÃO JOSÉ, situado no Município de Cáceres, no Estado de Mato Grosso - MT. Processo nº 67615.036751/2012-59. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 122/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA VALE VERDE, situado no Município de Comendador Gomes, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.015850/2015-45. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 123/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FURNASPARK RESORT, situado no Município de Formiga, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.003955/2014-71. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800022

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Nº 124/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo SERRA DO CIPÓ, situado no Município de Jaboticatubas, no Estado de Minas Gerais - MG. Processo nº 67240.017256/2014-16. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nº 125/ICA - Aprovar o Plano Básico de Zona de Proteção de Aeródromo (PBZPA) e o Plano de Zona de Proteção de Procedimentos de Navegação Aérea (PZPPNA) para o Aeródromo FAZENDA CIMAL, situado no Município de Aporé, no Estado de Goiás - GO. Processo nº 67280.040316/2013-39. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

O inteiro teor das Portarias acima e seus anexos constituem arquivos em mídia digital que são disponibilizados no Portal AGA do DECEA na rede mundial de computadores (www.decea.gov.br/aga).

RICARDO DA SILVA MIRANDA Ten Cel Av

COMANDO DA MARINHA

DIRETORIA-GERAL DE NAVEGAÇÃO
DIRETORIA DE PORTOS E COSTAS

PORTARIA Nº 131/DPC, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Altera as Normas da Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras - NORMAM-08/DPC (1a Revisão).

O DIRETOR DE PORTOS E COSTAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Portaria no 156, do Comandante da Marinha, de 3 de junho de 2004, e de acordo com o contido no artigo 4o da Lei no 9.537, de 11 de dezembro de 1997 (Lei de Segurança do Tráfego Aquaviário - Lesta), resolve:

Art. 1º Alterar as "Normas da Autoridade Marítima para Tráfego e Permanência de Embarcações em Águas Jurisdicionais Brasileiras" - NORMAM-08/DPC (1a Revisão), aprovada pela Portaria no 65/DPC, de 26 de março de 2013, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 28 de março de 2013, alterada pela Portaria no 4/DPC, de 14 de janeiro de 2014, publicada no DOU de 16 de janeiro de 2014 (1a Modificação); pela Portaria no 49/DPC, de 10 de março de 2015, publicada no DOU de 13 de março de 2015 (2a Modificação); pela Portaria no 135/DPC, de 4 de maio de 2016, publicada no DOU de 9 de maio de 2016 (3a Modificação); pela Portaria no 381/DPC, de 28 de novembro de 2017, publicada no DOU de 30 de novembro de 2016 (4a Modificação); e pela Portaria no 306/DPC, de 30 de outubro de 2017, publicada no DOU de 1o de novembro de 2017 (5a Modificação); pela Portaria no 7/DPC, de 10 de janeiro de 2018, publicada no DOU de 15 de janeiro de 2018 (6a Modificação) conforme abaixo especificado. Esta alteração é denominada 7a Modificação.

I - No Capítulo 2 - "ENTRADA, DESPACHO E SAÍDA DE EMBARCAÇÕES":

a) Na Seção I - "PROCEDIMENTOS PARA DESPACHO DE EMBARCAÇÕES"

1. No item 0209 - "DESPACHO POR PERÍODO PARA EMBARCAÇÕES DE PESCA":

1.1 Na alínea c) "Saída da embarcação":

1.1.1 Na subalínea I) "Passe de Saída por Período"

1.1.1.1 Incluir segundo parágrafo com o seguinte texto:

"O OD deverá reduzir a validade do despacho por período para as embarcações pesqueiras que tenham infringido a proibição de pescar, navegar ou se aproximar a menos de quinhentos metros das plataformas de petróleo, incluindo o seu dispositivo de embarcações.";

II - No Capítulo 3 - "TRÁFEGO DE EMBARCAÇÕES":

a) Na Seção II - "INFORMAÇÕES SOBRE O TRÁFEGO":

1. No item 0313 - "RESTRIÇÕES À PESCA E À NAVEGAÇÃO NAS ÁREAS DE SEGURANÇA DE PLATAFORMAS DE PETRÓLEO E DEMAIS UNIDADES OFFSHORE":

1.1 Incluir após o terceiro parágrafo o seguinte texto:

"A Autoridade Marítima, após realizar a análise qualitativa dos dados, encaminhará as denúncias recebidas à Autoridade Policial e ao Órgão Federal controlador da atividade pesqueira, para adoção de sanções cabíveis.

A CP/DL/AG deverá reduzir a validade do despacho por período para as embarcações pesqueiras infratoras.";

III - No Capítulo 4 - "PERMANÊNCIA EM AJB":

a) Na Seção IV - "SITUAÇÕES ESPECIAIS DE PERMANÊNCIA":

1. No item 0408 - "EMBARCAÇÃO FORA DE OPERAÇÃO":

1.1 Na alínea e):

1.1.1 No terceiro parágrafo:

1.1.1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"Após a análise satisfatória da documentação, a CP/DL realizará perícia técnica prévia na embarcação, com o objetivo de confirmar a sua condição para o regime laid-up. Em seguida, a CP/DL emitirá o Certificado de Embarcação Fora de Operação, conforme o Anexo 4-A, quando a embarcação estará autorizada a permanecer nessa condição por um determinado período.";

1.1.2 No quinto parágrafo:

1.1.2.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"Durante o período de condição laid-up, a CP/DL realizará perícias periódicas na embarcação, a cada seis meses, e antes do retorno da mesma a sua condição normal de operação.";

1.1.3 No último parágrafo:

1.1.3.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"As perícias para condição laid-up serão indenizadas pela empresa requerente, conforme os valores previstos no Anexo 4-B desta norma.";

1.2 Na alínea f):

1.2.1 Após o segundo parágrafo:

1.2.1.1 Substituir o texto pelo seguinte:

"Após a análise satisfatória da documentação, a DPC autorizará a CP/DL da jurisdição a realizar perícia técnica prévia na embarcação, com o objetivo de confirmar a sua condição para o regime laid-up. A CP/DL informará a DPC o resultado da perícia prévia. Em seguida, caso o processo seja satisfatório, a DPC autorizará a CP/DL a emitir o Certificado de Embarcação Fora de Operação, conforme o Anexo 4-A, quando a embarcação estará autorizada a permanecer nessa condição por um determinado período. A autorização para uma embarcação de bandeira estrangeira permanecer na condição laid-up se restringe à competência da Autoridade Marítima Brasileira, não eximindo o responsável pela embarcação das obrigações perante os demais órgãos governamentais envolvidos com a atividade em questão, em especial a Receita Federal do Brasil.

Durante o período de condição laid-up, a CP/DL realizará perícias periódicas na embarcação, a cada seis meses, e antes do retorno da mesma a sua condição normal de operação.

As perícias para condição laid-up serão indenizadas pela empresa requerente, conforme os valores previstos no Anexo 4-B desta norma.";

IV - No Anexo 3-F - "DENÚNCIA DE INVASÃO NA ÁREA DE SEGURANÇA DE PLATAFORMA DE PETRÓLEO E DEMAIS UNIDADES OFFSHORE":

a) Na observações:

1. Incluir como item 3 o seguinte texto:

"3) Não deixar campos em branco. Usar uma das seguintes expressões: NÃO APLICÁVEL, NÃO IDENTIFICADO ou NÃO OBTIDO (Don't leave fields blank. Use one of the following expressions: NOT APPLICABLE / NOT IDENTIFIED or NOT ACQUIRED)";

b) No campo de assinatura:

1. Substituir pelo seguinte texto:

"Assinatura do Representante da Embarcação / Plataforma (Signature of Vessel/Platform's Representative) Nome e CPF (Name and document)"

V - No Anexo 4-B - "TABELA DE INDENIZAÇÕES":

a) Na tabela:

1. Incluir como item 9 o seguinte texto:

1.1 Na coluna "VISTORIA / SERVIÇO":

"9 - Retirada de Exigências da vistoria ou perícia (prévia, periódica, e de retorno à condição normal de operação) para condição laid-up de embarcação de apoio marítimo (bandeiras brasileira e/ou estrangeira)."; e

1.2 Na coluna "INDENIZAÇÃO":

"R$ 325,00".

Art. 2o Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação em DOU.

Vice-Alte WILSON PEREIRA DE LIMA FILHO

Ministério da Educação

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO AMAZONAS

PORTARIAS DE 13 DE ABRIL DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS, usando das atribuições estatutárias, conferidas por Decreto de 14 de junho de 2017, publicado no Diário Oficial da União de 16 de junho de 2017, resolve:

N° 859 - RETIFICAR os termos da Portaria GR nº 810, de 04/04/2018, publicada no DOU em 09/04/2018, que trata da homologação do resultado final do processo seletivo objeto do Edital de Seleção nº 094, de 29.12.17, publicado no D.O.U. em 02.01.2018, retificado no DOU em 08.01.2018, 09.01.2018, 11.01.2018, 22.01.2018, 20.02.2018, conforme segue:
Onde se lê:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Faculdade de Estudos Sociais - FES	Economia ou Administração de Empresas	Auxiliar, Nível 1, 40h	Jane Márcia Pinto Moura	1º
			Alcimar de Lima Marques Filho	2º
			Wanessa da Costa Nascimento	3º
			Glauco Cruz Pinto	4º

Leia-se corretamente:

Unidade	Área	Classe/ Padrão/ Carga Horária	Candidato	Classificação
Faculdade de Estudos Sociais - FES	Economia ou Administração de Empresas	Auxiliar com especialização, Nível 1, 40h	Jane Márcia Pinto Moura	1º
			Alcimar de Lima Marques Filho	2º
			Wanessa da Costa Nascimento	3º
			Glauco Cruz Pinto	4º

N° 860 - I - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 093/2017, de 29/12/2017, publicado no DOU em 02/01/2018, retificado no DOU em 09/01/2018, 11/01/2018, 15/01/2018 e 08/02/2018, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Área	Cargo/ Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato
Faculdade de Tecnologia	Engenharia Química	Adjunto A, Nível 1	Dedicação Exclusiva	Não houve candidato aprovado.

II - ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800023

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

N° 861 - I - HOMOLOGAR o resultado do Concurso Público para provimento de cargos da Carreira de Magistério Superior da Fundação Universidade do Amazonas, objeto do Edital n.º 093/2017, de 29/12/2017, publicado no DOU em 02/01/2018, retificado no DOU em 09/01/2018, 11/01/2018, 15/01/2018 e 08/02/2018, por Unidade, Área de Conhecimento, Classe/Padrão, Carga Horária e Ordem de Classificação dos candidatos, conforme abaixo:

Unidade	Área	Cargo/ Classe/ Nível	Regime de Trabalho	Candidato
Faculdade de Medicina	Saúde Coletiva	Auxiliar com Especialização, Nível 1	20h	Thiago Fernandes dos Santos.
	Neurocirurgia	Auxiliar com Especialização, Nível 1	20h	Robson Luis Oliveira de Amorim
	Anestesiologia	Auxiliar com Especialização, Nível 1	20h	Paulo Gabriel Melo Brandão

II - ESTABELECER o prazo de validade do concurso em 02 (dois) anos, contado a partir da data de publicação da respectiva homologação, podendo ser prorrogado por igual período.

SYLVIO MÁRIO PUGA FERREIRA

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ

ATO Nº 562, DE 16 DE ABRIL DE 2018

O REITOR DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais; Resolve:

Prorrogar o prazo de validade do Concurso Público de Provas e Títulos, objeto do Edital n°. 01/2017 - UFPI, para o provimento de vagas docentes da Carreira do Magistério Superior nos Campi "Ministro Reis Velloso", na cidade de Parnaíba - PI, e no Centro de Ciências da Natureza, do Campus "Ministro Petrônio Portela", na cidade de Teresina - PI, de acordo com as disposições preliminares, gerais e aplicáveis à espécie, e às normas contidas no edital em referência. (considerando o Edital n°. 01/2017 - UFPI, publicado no D.O.U. de 20.01.2017; a Homologação publicada no D.O.U. de 08/05/2017; o MEMORANDO ELETRÔNICO N°. 10/2018 - DPC/SRH).

JOSÉ ARIMATÉIA DANTAS LOPES

CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

PORTARIA Nº 19, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DO CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais e, considerando o Edital nº 02/2018-CCHL, de 07.02.2018, publicado no DOU em 09.02.2018, o processo nº 23111.032203/17-60 e as Leis Nº 8.745/93; 9.849/99 e 10.667/2003, publicadas em 10.12.93; 27.10.99 e 15.05.2003, respectivamente, resolve:

19 - Homologar o resultado final do processo Seletivo para contratação de Professor Substituto para a Coordenação de Letras Vernáculas, correspondente a Classe Auxiliar, Nível I, em Regime de Tempo Integral - TI - 40 (quarenta) horas semanais, Centro de Ciências Humanas e Letras, do Campus Ministro Petrônio Portela, na cidade de Teresina-PI, considerando classificados para a área de Literaturas de Língua Portuguesa os candidatos Jessica Catharinne Barbosa de Carvalho (1º lugar); Dheiky do Rego Monteiro Rocha (2º lugar); Wilma Avelino de Carvalho (3º lugar); Sueleny Ribeiro Carvalho (4º lugar); Lívia Maria da Costa Carvalho (5º lugar); Ella Ferreira Bispo (6º lugar); Samara Liz Silva Machado (7º lugar) e Geisiane Dias Queiroz (8º lugar), aprovando para contratação o primeiro lugar e o segundo lugar, e considerando classificados para a área de Língua Portuguesa/Linguística os candidatos Joana Darc Rodrigues da Costa (1º lugar); Bruno Diego de Resende Castro (2º lugar); Tarcilane Fernandes da Silva (3º lugar) e Francisca Verônica Castro Oliveira (4º lugar), aprovando para contratação o primeiro lugar.

CARLOS SAIT PEREIRA DE ANDRADE

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA

PORTARIA Nº 261, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Exclui, por decisão da CTAA, avaliadores do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis.

A DIRETORA DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR SUBSTITUTA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 32 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e no Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017, e no art. 35 da Portaria Normativa nº 19, de 13 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º Ficam excluídos do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis, a pedido, os seguintes avaliadores, por CPF: 292.446.926-00; 068.123.758-96; 078.799.668-89; 402.891.681-04; 203.408.938-34; 191.988.097-68; 164.808.720-53; 036.193.669-93; 141.317.904-59; 647.816.311-34; 939.139.157-53; 109.118.554-91; 351.547.216-91; 061.138.378-07; 865.031.708-15; 022.219.117-17; 063.925.668-64; 096.179.819-04; 276.792.288-50; 445.081.310-34.

Art. 2º Ficam excluídos do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - BASis, pelo prazo de três anos, os seguintes avaliadores, por CPF: 018.623.758-87; 628.446.527-00; 175.296.034-34; 467.322.764-68; 182.756.995-68; 841.563.509-59; 224.575.853-68; 217.089.408-04; 109.164.311-34; 575.456.268-34; 602.861.646-04; 062.885.518-48; 031.664.458-70; 519.282.134-72; 526.689.249-87; 152.014.149-15; 323.368.706-06; 117.326.738-70; 550.775.878-68; 042.480.401-82; 262.961.328-32; 230.519.571-00; 134.106.818-84; 633.794.570-00; 594.186.807-34; 303.347.130-72; 175.356.958-33; 495.691.551-91; 388.848.109-06; 532.242.307-97; 096.783.518-62; 035.819.108-45; 322.325.860-49; 076.990.488-22; 295.634.967-87; 552.140.106-72; 431.406.960-00; 523.708.528-87; 459.620.226-53; 194.284.348-84; 511.694.280-53; 635.762.528-00; 138.683.810-15; 459.620.226-53; 275.732.149-87; 290.554.079-68; 619.118.367-49; 519.766.769-91; 162.160.028-99; 120.364.818-92; 529.776.500-59; 071.154.902-87; 057.032.498-05.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

SUELI MACEDO SILVEIRA

RETIFICAÇÃO

Nas informações constantes no preâmbulo da Portaria nº 254, de 11 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, Nº 70, seção 1, página 44, de 12 de abril de 2018, conforme se segue:

Onde se lê:

"...conferidas pelo IV do Art. 16 do Anexo I do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007..."

Leia-se:

"...conferidas pelo VI do Art. 16 do Anexo I do Decreto nº 6.317, de 20 de dezembro de 2007..."

Ministério da Fazenda

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA FAZENDÁRIA

SECRETARIA EXECUTIVA

ATO COTEPE/ICMS 25, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Divulga planilha eletrônica com informações gerais do regime da substituição tributária relativas ao Estado de São Paulo

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições e considerando o disposto na cláusula terceira do Convênio ICMS 18/17, de 7 de abril de 2017, por este ato, torna público:

Art. 1º Fica divulgada a planilha eletrônica - versão 0009 - com informações acerca da substituição tributária relativas às operações internas realizadas no Estado de São Paulo e nas operações interestaduais a ele destinadas.

Parágrafo único. O documento referido no caput estará disponível no Portal Nacional da Substituição Tributária (www.confaz.fazenda.gov.br) identificado como "Planilha Eletrônica Substituição Tributária - versão 0009 - SP" e terá como chave de codificação digital a sequência 85571626f59e56745e4d5cb05fc9e782, obtida com a aplicação do algoritmo MD5 - "Message Digest 5.".

Art. 2º Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, com efeitos a partir de 1º de maio de 2018.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

DESPACHO 58, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Publica Protocolo celebrado entre os Estados e o Distrito Federal.

O Secretário-Executivo do Conselho Nacional de Política Fazendária - CONFAZ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso IX, do art. 5º do Regimento desse Conselho, e em cumprimento ao disposto nos artigos 39 e 40 desse mesmo diploma, faz publicar o seguinte Protocolo ICMS celebrado entre as Secretarias de Fazenda, Finanças ou Tributação dos Estados, que recebeu manifestação favorável na 170ª Reunião Ordinária da COTEPE/ICMS:

PROTOCOLO ICMS Nº 29/18, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Altera o Protocolo ICMS 64/15, que dispõe sobre remessas de petróleo bruto para formação de lote para posterior exportação

Os Estados do Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo, neste ato representados pelos seus respectivos Secretários de Fazenda, considerando o disposto nos arts. 102 e 199 do Código Tributário Nacional (Lei nº 5.172, de 25 de outubro de 1966), resolvem celebrar o seguinte:

PROTOCOLO

Cláusula primeira Ficam acrescentados os seguintes estabelecimentos ao Anexo Único do Protocolo ICMS 64/15, de 18 de setembro de 2015, com a seguinte redação:

NOME DA EMPRESA	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA	10.456.016/0034-25	87.271.250
SHELL BRASIL PETRÓLEO LTDA	10.456.016/0039-30	87.333.248

Cláusula segunda Ficam excluídos do Anexo Único do Protocolo ICMS 64/15 os seguintes estabelecimentos:

NOME DA EMPRESA	CNPJ	INSCRIÇÃO ESTADUAL
BG E&P BRASIL LTDA	02.681.185/0012-25	86.910.667
BG E&P BRASIL LTDA	02.681.185/0013-06	86.910.632
BG E&P BRASIL LTDA	02.681.185/0014-97	86.911.914

Cláusula terceira Este protocolo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

BRUNO PESSANHA NEGRIS

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800024

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 1ª REGIÃO FISCAL

ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA-PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO ALF/BSB Nº 33, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O DELEGADO ADJUNTO DA ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASILIA - PRESIDENTE JUSCELINO KUBITSCHEK, no uso de suas atribuições e de acordo com a competência conferida pelo art. 11, § 3º da Instrução Normativa SRF nº 338, de 7 de julho de 2003, atendendo ao que consta do processo nº 10111.720241/2018-11, e com fundamento no art. 131 combinado com o art. 124 do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 05/02/2009, declara:

Face à dispensa do pagamento de tributos, por efeito de depreciação, e após a publicação do presente ato no Diário Oficial da União, acha-se liberado, para fins de transferência, o veículo marca Jeep, modelo Wrangler, ano 2008, cor azul, chassi 1J4FA24178L525972, desembaraçada pela Declaração de Importação nº 14/1940919-2, de 08/10/2014, pela Alfândega no Porto do Rio de Janeiro, de propriedade do Sr. Paul David Wilke, CPF nº 706.462.211-40.

Este Ato Declaratório somente produzirá efeitos perante o Departamento de Trânsito quando acompanhado de cópia da sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIS EMILIO VINUEZA MARTINS

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 3ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 30, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento do benefício de redução do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM FORTALEZA - CE, no uso das atribuições que lhe conferem o §7º do art. 270, atividade "de benefícios fiscais", c/c com o inciso VIII do art. 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil-RFB, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 11.10.2017, seção 1, página 22, e de acordo com os arts. 59 e 60 da Instrução Normativa SRF nº 267 de 23 de dezembro de 2002, e considerando, ainda, o contido no processo nº 13308.720.109/2017-19, declara:

Art. 1º Que a empresa VICUNHA TEXTIL S/A, CNPJ: 07.332.190/0001-93, com domicílio na Rod. Doutor Mendel Steinbruch, S/N, Bloco 1, Setor SI, Distrito Industrial, Maracanaú-CE, CEP: 61939-210, faz jus à redução do imposto de renda, e adicionais não restituíveis, calculados com base no lucro da exploração, relativamente ao empreendimento de que trata o Laudo Constitutivo nº 0066/2017, expedido pelo Ministério da Integração Nacional, na forma a seguir discriminada:

I - Pessoa Jurídica beneficiária da redução VICUNHA TEXTIL S/A;

II - CNPJ da unidade produtiva: 07.332.190/0010-84;

III - Endereço da Unidade Produtora: Rua Central 03, 576, Distrito Industrial, Maracanaú-CE, CEP 61939-070;

IV - Fundamento legal para reconhecimento do direito: art. 1º da Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, em conformidade com o estabelecido no Decreto nº 4.213, de 26 de abril de 2002 e com o Regulamento dos Incentivos Fiscais;

V - Condição onerosa atendida: Modernização Total de empreendimento na área de atuação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE;

VI - Setor prioritário considerado: Indústria de Transformação - Têxtil, Decreto 4.213, art. 2º, inciso VI, alínea a;

VII - Atividade objeto da redução: Fabricação de Fios;

VIII - Capacidade Instalada atual (anual): 23.400 toneladas/ano;

IX - Capacidade Incentivada: 100% da capacidade instalada;

X - Percentual de redução do Imposto de Renda e adicionais não restituíveis: 75%

(setenta e cinco por cento);

XI - Início do prazo de fruição do benefício: 01/01/2017;

XII - Prazo total de fruição: 10 anos;

XIII - Término do prazo de fruição do benefício:31/12/2026.

Art. 2º A fruição do benefício fica submetida ao cumprimento pela empresa das exigências relacionadas no Laudo Constitutivo nº 0066/2017, Anexo I, bem assim, das obrigações constantes do Anexo II e das demais normas regulamentares.

Art. 3º Publique-se no Diário Oficial da União e Cientifique-se a interessada do presente ADE.

CLÁUDIO HENRIQUE GOMES DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 4ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento de co-habilitação para operar Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDE), de que trata a Instrução Normativa SRF n.º 758/2007.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa RFB n.º 758, de 25 de julho de 2007, e alterações, e considerando o que está contido no processo nº 13.433.720.287/2018-87, declara:

Art. 1º CO-HABILITADA a empresa JPW - ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, CNPJ n.º 12.580.932/0001-30, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n.º 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto n.º 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB n.º 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações, considerando para tal ter sido contratada, pela empresa titular do projeto - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, CNPJ n.º 33.541.368/0001-16, para prestar serviços de obras de construção civil, relacionados à execução do projeto aprovado pela Portaria (SPDEMME) n.º 195/2014, de 29 de julho de 2014, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. n.º 144, de 30 de julho de 2014, a qual, mencione-se, está habilitada no REIDI por intermédio do ADE n.º 284, emitido pela DRF/REC/PE em 11 de dezembro de 2014 e publicado no D.O.U. n.º 241, de 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura (Lei n.º 11.488/2007, art. 5º c/c art. 4º, parágrafo único do Decreto n.º 6.144/2007). Ressalte-se que os benefícios do REIDI só poderão ser usufruídos contados na data da habilitação/co-habilitação da pessoa jurídica pleiteante.

Art. 3º A presente co-habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Reconhecimento de co-habilitação para operar Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDE), de que trata a Instrução Normativa SRF n.º 758/2007.

O DELEGADO SUBSTITUTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MOSSORÓ, no uso das atribuições que lhe confere o Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria do Ministério da Fazenda nº 430, de 09 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 11, caput, da Instrução Normativa RFB n.º 758, de 25 de julho de 2007, e alterações, e considerando o que está contido no processo nº 13.433.720.319/2018-44, declara:

Art. 1º CO-HABILITADA a empresa JPW - ENGENHARIA ELÉTRICA LTDA, CNPJ n.º 12.580.932/0001-30, para operar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), instituído pela Lei n.º 11.488/2007 e regulamentado pelo Decreto n.º 6.144/2007, consoante o disposto no artigo 11, da Instrução Normativa RFB n.º 758, de 25 de julho de 2007, publicada no D.O.U. de 27 de julho de 2007, com suas alterações, considerando para tal ter sido contratada, pela empresa titular do projeto - COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO, CNPJ n.º 33.541.368/0001-16, para prestar serviços de obras de construção civil, relacionados à execução do projeto aprovado pela Portaria (SPDEMME) n.º 195/2014, de 29 de julho de 2014, do Ministério de Minas e Energia, publicada no D.O.U. n.º 144, de 30 de julho de 2014, a qual, mencione-se, está habilitada no REIDI por intermédio do ADE n.º 284, emitido pela DRF/REC/PE em 11 de dezembro de 2014 e publicado no D.O.U. n.º 241, de 12 de dezembro de 2014.

Art. 2º Os benefícios do REIDI poderão ser usufruídos nas aquisições e importações realizadas no período de 05 (cinco) anos contados da data da habilitação da pessoa jurídica titular do projeto de infraestrutura (Lei n.º 11.488/2007, art. 5º c/c art. 4º, parágrafo único do Decreto n.º 6.144/2007). Ressalte-se que os benefícios do REIDI só poderão ser usufruídos contados na data da habilitação/co-habilitação da pessoa jurídica pleiteante.

Art. 3º A presente co-habilitação poderá ser cancelada "ex officio" pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime.

Art. 4º Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

WYLLO MARQUES FERREIRA JUNIOR

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RECIFE

SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 46, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Declara e Comunica a Inaptidão de empresa no CNPJ, nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 (publicada no D.O.U. de 09/05/2016).

A CHEFE DO SERVIÇO DE FISCALIZAÇÃO DA DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RECIFE - PE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 6º, inciso V, da Portaria DRF Recife nº 279, de 18/12/2014, publicada no Diário Oficial da União de 22 de dezembro de 2014, e considerando o estabelecido nos arts. 12, 40, inciso II, e 42, inciso II e § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 06 de maio de 2016 e, tendo em vista o que consta no processo administrativo fiscal n° 10469.721802/2018-41, resolve:

Art. 1°. Declarar INAPTA perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica a empresa PINHEIRO IND E COM E RENOVADORA DE PNEUS LTDA - CNPJ 40.809.675/0001-09, por não ter sido localizada em seu endereço cadastral no CNPJ.

Art. 2°. Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação, produzindo os efeitos constantes dos arts. 45, 46 e 47 da supracitada Instrução Normativa.

CRISTIANE SANGREMAN LIMA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 6ª REGIÃO FISCAL

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM DIVINÓPOLIS

SEÇÃO DE ORIENTAÇÃO E ANÁLISE TRIBUTÁRIA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Exclui do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional) de que trata a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, a pessoa jurídica que menciona.

A AUDITORA-FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL, no uso da atribuição que lhe confere a alínea "b" do inciso I do art. 6º da Lei nº 10.593, de 6 de dezembro de 2002 e tendo em vista o disposto no art. 29, 31 e 33 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, com a regulamentação dada pela Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, e o contido no processo administrativo nº 10665.720550/2018-16, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional, a empresa PJS CENTRAL DE SERVIÇOS LTDA, CNPJ 11.300.615/0001-50, com fundamento no artigo 29, inciso IV, da Lei Complementar nº 123, de 2006, por ter sido constatado, em procedimento fiscal, que a sua constituição ocorreu por interpostas pessoas.

Art. 2º Os efeitos da exclusão do Simples Nacional dar-se-á a partir de 01/01/2014, ficando o contribuinte impedido de optar pelo regime diferenciado e favorecido pelos próximos 3 (três) anos-calendário seguintes (2015, 2016 e 2017), como estabelecido no art. 31, inciso II, c/c art. 29, §1º, da Lei Complementar nº 123, de 2006.

Art. 3º A fim de assegurar o contraditório e a ampla defesa, é facultado à pessoa jurídica, por meio do seu representante legal ou procurador, apresentar impugnação, por escrito, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da ciência deste Ato Declaratório Executivo (ADE), a qual deve ser dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento em Belo Horizonte/MG, e protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e art. 109 da Resolução CGSN nº 94, de 2011, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972 - Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Art. 4º Este ADE se tornará efetivo e a exclusão tornar-se-á definitiva se não houver apresentação de impugnação no prazo de que trata o art. 3º, ou, se houver, após decisão desfavorável e definitiva na esfera administrativa (art. 75, §3º da Resolução CGSN nº 94, de 2011).

RENATA AKEMI DE CARVALHO SATO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800025

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 7ª REGIÃO FISCAL
DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAÉ

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Declara a concessão de habilitação para empresa operar o Regime Aduaneiro de Depósito Especial (DE).

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM MACAÉ - RJ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 336 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, e tendo em vista o disposto no artigo 8º da Instrução Normativa SRF nº 386, de 14 de janeiro de 2004, assim como o que consta nos autos do processo nº 10733.720003/2017-07, declara:

Fica a empresa HALLIBURTON PRODUTOS LTDA, habilitada a operar o Regime Aduaneiro de Depósito Especial (DE), de que trata a Instrução Normativa SRF nº 386, de 14 de janeiro de 2004, no estabelecimento situado à AVENIDA PREFEITO ARISTEU FERREIRA DA SILVA, Nº 1.000 - PARTE - NOVO CAVALEIRO - MACAÉ/RJ. - CNPJ 16.328.932/0010-99 (FILIAL).

A presente habilitação é concedida em caráter precário, podendo ser suspensa ou cancelada na forma da IN-SRF 386/04, de 14/01/2004 (além de aplicação de penalidades específicas em caso de infração aos preceitos legais);

A presente habilitação é concedida para o contribuinte exercer as atividades de PESQUISA, PROSPECÇÃO E EXPLORAÃO DE RECURSOS MINERAIS (art. 2º, Inciso IV da IN-SRF 386/04);

Este Ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

FABIO DE ABREU RODRIGUES

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 48, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Concede, à pessoa jurídica que menciona, habilitação para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (Recine) de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO- I, no exercício das atribuições definidas pelo artigo 336, do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no DOU de 10 de outubro de 2017, tendo em vista o disposto no artigo 10, caput da Instrução Normativa nº 1.446, de 17 de fevereiro de 2014, publicada no D.O.U. de 18 de fevereiro de 2014 e considerando o que consta do dossiê nº 10010.022593/0118-92, resolve:

Art. 1º - Habilitar a empresa abaixo identificada para operar no Regime Especial de Tributação para Desenvolvimento da Atividade de Exibição Cinematográfica (RECINE), instituído pela Lei nº 12.599/2012 e regulamentado pelo Decreto nº 7.729/2012, consoante o disposto no artigo 10, caput, da Instrução Normativa nº 1.446/2014, nos termos do Despacho 444, da Superintendente de Desenvolvimento Econômico da ANCINE, publicado no DOU de 19 de dezembro de 2017.

INTERESSADO: CINEMAIS CINEMAS LTDA

CNPJ Nº 03.868.869/0001-40

PROJETO: CONSTRUÇÃO - CINEMAIS ALTAMIRA - SHOPPING SERRA DOURADA

ENQUADRAMENTO: CONSTRUÇÃO OU IMPLANTAÇÃO DE NOVOS COMPLEXOS DE EXIBIÇÃO CINEMATOGRÁFICA

OBJETO: Refere-se a construção do complexo CINEMAIS ALTAMIRA - SHOPPING SERRA DOURADA, localizado à AVENIDA NOVA ALTAMIRA Nº 1851, BELA VISTA, CEP: 68.378-329, ALTAMIRA, PA.

Art. 2º - A suspensão de que trata o art. 2º da IN 1.446/2014 pode ser usufruída nas aquisições e importações de bens e materiais listados no Anexo ao Decreto nº 7.729/2012 vinculadas ao projeto aprovado e realizadas entre a data da habilitação ao regime e 31 de dezembro de 2019.

Art. 3º - A presente habilitação poderá ser cancelada de ofício pela Autoridade Fiscal em caso de inobservância, por parte da beneficiária, de quaisquer dos requisitos que condicionaram a concessão do regime, conforme artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 1.446/2014.

Art. 4º - Pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da conclusão do projeto de modernização ou do início da operação das salas de exibição, fica vedada a destinação dos complexos e dos equipamentos audiovisuais, adquiridos com benefício fiscal, em fins diversos dos previstos nos projetos credenciados ou aprovados pela ANCINE (art. 15 da Lei nº 12.599/2012).

Art. 5º - Este Ato Declaratório Executivo produzirá efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial da União

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 49, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Declara ANULADA a inscrição de CPF constante do presente ADE.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 10 de outubro de 2017, com fundamentos nos artigos 17, 18 e 19 da Instrução Normativa SRF Nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015, D.O.U. 19/02/2015, e pelas informações que consta no processo administrativo, declara:

Art. 1º - A ANULAÇÃO da inscrição, abaixo especificada, no Cadastro Pessoa Física, por motivo de fraude:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	TITULAR	CPF
12448.728467/2017-02	SEBASTIÃO FERNANDO FERRAZ DO NASCIMENTO	061.508.627-71

Art. 2º - Este ATO DECLARATORIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 50, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Declara ANULADA a inscrição de CPF constante do presente ADE.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 10 de outubro de 2017, com fundamentos nos artigos 17, 18 e 19 da Instrução Normativa SRF Nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015, D.O.U. 19/02/2015, e pelas informações que consta no processo administrativo, declara:

Art. 1º - A ANULAÇÃO da inscrição, abaixo especificada, no Cadastro Pessoa Física, por motivo de fraude:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	TITULAR	CPF
12448.728466/2017-50	ROSEMARY SANTOS MENDES	061.536.677-59

Art. 2º - Este ATO DECLARATORIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 54, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Declara ANULADA a inscrição de CPF constante do presente ADE.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 10 de outubro de 2017, com fundamentos nos artigos 17, 18 e 19 da Instrução Normativa SRF Nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015, D.O.U. 19/02/2015, e pelas informações que consta no processo administrativo, declara:

Art. 1º - A ANULAÇÃO da inscrição, abaixo especificada, no Cadastro Pessoa Física, por motivo de fraude:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	TITULAR	CPF
12448.728463/2017-16	RENAN COBALEA	061.544.437-73

Art. 2º - Este ATO DECLARATORIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 55, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Declara ANULADA a inscrição de CPF constante do presente ADE.

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal, aprovado pela Portaria MF n° 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 10 de outubro de 2017, com fundamentos nos artigos 17, 18 e 19 da Instrução Normativa SRF Nº 1548, de 13 de fevereiro de 2015, D.O.U. 19/02/2015, e pelas informações que consta no processo administrativo, declara:

Art. 1º - A ANULAÇÃO da inscrição, abaixo especificada, no Cadastro Pessoa Física, por motivo de fraude:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	TITULAR	CPF
12448.728472/2017-15	VICTOR ARAUJO BRAGA	061.537.157-45

Art. 2º - Este ATO DECLARATORIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 58, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Promove a nulidade de ofício do ato cadastral da pessoa jurídica perante o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ).

A DELEGADA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO RIO DE JANEIRO I, no uso de suas atribuições, definidas no Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 9 de outubro de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 11 de outubro de 2017, e com base nas disposições contidas na Instrução Normativa RFB nº 1.634, de 6 de maio de 2016, que rege o Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, resolve:

Art.1º - DECLARAR NULAS as inscrições no Cadastro Nacional das Pessoas Jurídicas (CNPJ) das entidades abaixo, conforme artigo 35, II ("deve ser declarada a nulidade do ato cadastral no CNPJ quando for constatado vício no ato cadastral"), e parágrafos, da Instrução Normativa RFB nº 1.634/2016:

PROCESSO ADMINISTRATIVO	INSCRIÇÃO CNPJ	NOME EMPRESARIAL
12448.723169/2015-56	19.615.727/0001-01	CARLOS ROBERTO DE SOUZA 36391638772
12448.725149/2017-81	11.794.602/0001-84	RODRIGO DE SOUZA FURTADO 04809982726
12448.725753/2015-46	15.575.074/0001-23	ARLINDA PEREIRA BARBOSA 54870240653
12448.725782/2017-70	24.609.649/0001-72	HUGO LEONARDO LIRA DA SILVA 05692155796
12448.728439/2017-87	19.456.116/0001-68	MARCELO DE ABREU DA SILVA 05317590752
13951.720314/2017-81	12.786.473/0001-45	MARCOS ANTONIO COELHO 52761452968

Art.2º - Este ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO entrará em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

MÔNICA PAES BARRETO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800026

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR NO RIO DE JANEIRO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 31, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Declara habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural (Repetro-Sped) a pessoa jurídica que menciona.

O DELEGADO ADJUNTO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - Decex, no uso da competência prevista no art. 6º, caput, da Instrução Normativa RFB nº 1.781, de 29 de dezembro de 2017, declara:

Art. 1º Fica habilitada a utilizar o regime aduaneiro especial de utilização econômica destinado a bens a serem utilizados nas atividades de exploração, desenvolvimento e produção de petróleo e de gás natural, denominado Repetro-Sped, em razão de o dossiê digital de atendimento nº 10010.037216/1217-93, com fulcro nos artigos 4º, § 1º, inciso II, alínea "a", 5º e 6º, caput, e §§ 5º e 6º, da IN RFB nº 1.781/2017, a pessoa jurídica contratada para prestação de serviços SCHLUMBERGER SERVIÇOS DE PETRÓLEO LTDA, CNPJ (matriz) nº 32.319.931/0001-43, extensivo, também, para todas as filiais, que emitem NF-e, mencionadas em fl. 29/30 do referido dossiê até os termos finais constantes no ADE nº 09/2018 desta Delegacia , devendo ser observado o disposto na citada Instrução Normativa, em especial nos artigos 1º a 3º.

Art. 2º A operadora contratante, indicadora da pessoa jurídica habilitada, é STATOIL BRASIL ÓLEO E GÁS LTDA, CNPJ (matriz) nº 04.028.583/0001-10.

Art. 3º No caso de descumprimento do regime aplica-se o disposto no art. 311 do Decreto nº 6.759/09, e a multa prevista no art. 72, inciso I, da Lei nº 10.833/03, sem prejuízo de outras penalidades cabíveis.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 32, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - Decex, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10715.723261/2017-55, resolve:

Art. 1º - Autorizar a transferência de propriedade dos bens constantes da DI nº 17/2078869-5, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FACULDADES CATÓLICAS - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC-RIO, CNPJ 33.555.921/0001-70, para a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN, CNPJ 24.365.710/0001-83.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 33, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Autoriza a transferência de propriedade de mercadorias importadas.

O DELEGADO ADJUNTO DA DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE COMÉRCIO EXTERIOR - Decex, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 302 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 203, de 14 de maio de 2012, e considerando o disposto no art. 124, parágrafo único, inciso I, do Regulamento Aduaneiro, aprovado pelo Decreto nº 6.759, de 6 de fevereiro de 2009, e o que consta no processo administrativo nº 10010.008209/0318-74, resolve:

Art. 1º - Autorizar a transferência de propriedade dos bens constantes da DI nº 18/0476178-0, com a isenção de tributos prevista na Lei nº 8.010/1990, da FACULDADES CATÓLICAS - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO DE JANEIRO - PUC-RIO, CNPJ 33.555.921/0001-70, para a UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE - UFRN, CNPJ 24.365.710/0001-83.

Art. 2º - Este ato declaratório entra em vigor na data de sua publicação.

RUY AFONSO LOPES SALDANHA

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 8ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 18, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Prorroga o Alfandegamento do Recinto que menciona

O SUPERINTENDENTE REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 8ª REGIÃO FISCAL, no uso de suas atribuições regimentais e da competência definida no inciso II do artigo 26 da Portaria RFB nº 3.518, de 30 de setembro de 2011, nos termos e condições dessa mesma norma e à vista do que consta do processo nº 11128.727859/2014-53, declara:

Art. 1º. Fica alterado o item 1 do Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 14, de 10 de abril de 2015, publicado no D.O.U. de 16 de abril de 2015 e retificado no D.O.U. de 04 de maio de 2015, que passa a viger com a seguinte redação:

"1. Fica prorrogado, a título permanente e em caráter precário, até 23 de setembro de 2018, ou até que se encerre o respectivo certame licitatório ou ocorra a eventual declaração de inexigibilidade de licitação da área em questão, o que ocorrer primeiro, o alfandegamento de 26 Tanques de nºs. 443.301 a 443.305, 443.307 a 443.310, 631.501, 631.503, 631.601, 631.603, 631.803 a 631.805, 347.001 a 347.006 e 349.001 a 349.004, e suas respectivas tubovias, implantados na Instalação Portuária situada na Rua Albert Schweitzer, nº 197 - Alemoa - Santos/SP, administrada pela empresa PETROBRÁS TRANSPORTE S/A - TRANSPETRO, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.709.449/0031-74, numa área total de 255.569 m², arrendada ao beneficiário por meio do CONTRATO DE TRANSIÇÃO DIPRE-DIREM/02.2018, celebrado com a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP em 23 de março de 2018, os quais se destinam à movimentação e armazenagem de petróleo e seus derivados, álcool e biocombustíveis, em operações de importação e de exportação."

Art. 2º. Permanecem inalteradas e em vigor as demais disposições contidas no Ato Declaratório Executivo SRRF08 nº 14, de 10 de abril de 2015, ora alterado.

Art. 3º. Este ato entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União, produzindo efeitos a partir de 28 de março de 2018.

JOSÉ GUILHERME ANTUNES DE VASCONCELOS

EQUIPE REGIONAL DO SIMPLES NACIONAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 2, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Declara excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (simples nacional), a pessoa jurídica que menciona.

O AUDITOR FISCAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL em exercício na EQUIPE REGIONAL DO SIMPLES NACIONAL, no uso da atribuição que lhe foi delegada conforme o art. 1º da Portaria n.º 32, de 06 de fevereiro de 2018, e tendo em vista o disposto nos arts. 28, 29 e 33 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos arts. 75 e 76 da Resolução CGSN nº 94, de 29 de novembro de 2011, declara:

Art. 1º Fica excluída do Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Simples Nacional), a partir de primeiro de janeiro de 2014, a pessoa jurídica CRISTALEIRA BRUXELAS IND. E COM. EIRELI - EPP, CNPJ 05.636.101/0001-00, em razão de ter incorrido nas hipóteses de vedação previstas nos incisos II do artigo 3º e nas hipóteses de exclusão previstas nos incisos II, V, VIII, XI, XII e §§ 1º e 2º, do artigo 29, inciso II do artigo 30, todos da Lei Complementar nº 123/2006, nos termos do processo administrativo nº 16095.720010/2018-21.

Art. 2º Nos termos do § 2º do art. 32 da LC n.º 123/2006, fica facultada ao sujeito passivo à opção pelo recolhimento do Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido na forma do lucro presumido ou lucro real trimestral ou anual, no prazo de 05 dias da publicação deste ADE.

Art. 3º A pessoa jurídica poderá apresentar, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da publicação deste Ato Declaratório Executivo (ADE), impugnação dirigida ao Delegado da Receita Federal do Brasil de Julgamento, protocolada na unidade da Secretaria da Receita Federal do Brasil de sua jurisdição, conforme disposto no art. 39 da Lei Complementar nº 123, de 2006, e nos termos do Decreto nº 70.235, de 6 de março de 1972, Processo Administrativo Fiscal (PAF).

Parágrafo único. Não havendo apresentação de impugnação no prazo de que trata este artigo, a exclusão tornar-se-á definitiva, nos termos do artigo 75, § 4º da Resolução CGSN n.º 94, de 29 de novembro de 2011.

Art. 4º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO LESSA DE SIQUEIRA

DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 5, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Declara habilitação no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), instituído pela Lei Nº 11.488, de 15 de junho de 2007, alterada pela Lei nº 11.727, de 23 de junho de 2008, pela Lei nº 11.933, de 28 de abril de 2009, pela Lei nº 12.249, de 11 de junho de 2010, pela Lei nº 12.995, de 18 de junho de 2014, e pela Lei nº 13.043, de 13 de novembro de 2014.

O DELEGADO DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL EM RIBEIRÃO PRETO - SP, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 340 do Regimento Interno da Secretaria da Receita Federal do Brasil, aprovado pela Portaria MF nº 430, de 09 de outubro de 2017, publicada no D.O.U. de 11/10/2017, e considerando-se o disposto no artigo 11 da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, com a redação conferida pelas alterações posteriores, e face ao que consta no processo administrativo nº 13804.720578/2018-18, resolve:

I - Habilitar no Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infra-Estrutura (REIDI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007, com a redação conferida pelas alterações posteriores, a pessoa jurídica RAIZEN BIOGAS LTDA, CNPJ n° 25.201.024/0001-30, titular de projeto de Geração de Energia Elétrica da Central Geradora Termelétrica denominada UTE Biogás Bonfim, cadastrado com o Código Único do Empreendimento de Geração - CEG: UTE.AI.SP.035109-1.01, com previsão de término para 30 de abril de 2019.

II - Vincular o presente ADE ao projeto constante do Anexo da Portaria nº 39, de 02 de fevereiro de 2018, da Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Energético do Ministério de Minas e Energia, conforme estabelece o art. 8º da Instrução Normativa RFB nº 758, de 25 de julho de 2007.

III - Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação.

GLAUCO PETER ALVAREZ GUIMARÃES

DELEGACIA ESPECIAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DE ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA EM SÃO PAULO

RETIFICAÇÃO

No Ato Declaratório Executivo DERAT/São Paulo Nº 12 de 08/03/2018, publicado no DOU de 26/03/2018, Seção 1, página 49 e 50: Onde se lê: "Nome do Projeto: Reforços na Subestação Aparecida (21º Termo Aditivo ao Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão CTEEP nº 008/2000, de 300 de maio de 2017- Resolução Normativa ANEEL nº 443, de 2011)", Leia-se: "Nome do Projeto: "Nome do Projeto: Reforços na Subestação Norte (21º Termo Aditivo ao Contrato de Conexão às Instalações de Transmissão CTEEP nº 008/2000, de 30 de maio de 2017- Resolução Normativa ANEEL nº 443, de 2011)"

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA 9ª REGIÃO FISCAL

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 6, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Concede regime especial de Substituição Tributária.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o decidido no processo nº 10920.720670/2018-55, declara:

Art. 1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa SCHULTZ COMPRESSORES S/A, CNPJ nº 23.635.798/0001-43, e o estabelecimento da empresa WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A, CNPJ nº 07.175.725/0010-50, na condição de SUBSTITUÍDO.

Art. 2º A responsabilidade aplica-se exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais são remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/Tipi	Alíquota
Motor Monofásico	8501.40.19	10%
Motor trifásico até 1 CV	8501.51.10	5%

Art. 3º Os produtos constantes da cláusula segunda serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão de IPI e utilizados para a industrialização dos produtos a seguir relacionados ou, no caso de substituto equiparado a industrial, para revenda:

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800027

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Descrição do Produto	Finalidade	Código/Tipi	Alíquota
Compressor Pistão	Industrialização	8414.80.11	0%
Compressos Diafragma / Portátil	Industrialização	8414.80.19	0%
Compresso Parafuso	Industrialização	8414.80.12	0%

Art. 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Art. 5º. O presente regime terá validade por tempo indeterminado, enquanto não ocorrer as hipóteses previstas no Art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Art. 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE SRRF09 nº 06, de 11/04/2018", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

ATO DECLARATÓRIO EXECUTIVO Nº 7, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Concede regime especial de Substituição Tributária.

O SUPERINTENDENTE DA SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NA 9ª REGIÃO FISCAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 3º da Instrução Normativa da Secretaria da Receita Federal nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, e tendo em vista o decidido no processo nº 19985.720869/2018-01, declara:

Art. 1º Fica concedido o Regime Especial de Substituição Tributária do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), de que trata a Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, sendo identificado na condição de SUBSTITUTO o estabelecimento da empresa COBERTURA NACIONAL LTDA, CNPJ nº 80.359.250/0001-51, e o estabelecimento da empresa ARCELORMITTAL BRASIL S/A, CNPJ nº 17.469.701/0106-44, na condição de SUBSTITUÍDO.

Art. 2º A responsabilidade aplica-se exclusivamente, aos produtos abaixo relacionados, os quais são remetidos com suspensão do IPI pelo SUBSTITUÍDO ao SUBSTITUTO:

Descrição do Produto	Código/Tipi	Alíquota
Produtos laminados planos de ferro e aço não ligado, de largura igual ou superior a 600mm, folheados, chapeados ou revestidos		
- Outros - De espessura inferior a 4,75mm	7210.49.10	5%
- revestidos de ligas de alumínio-zinco	7210.61.00	5%
- Pintados ou envernizados	7210.70.10	5%

Art. 3º Os produtos constantes da cláusula segunda serão recebidos pelo SUBSTITUTO com suspensão de IPI e utilizados para a industrialização dos produtos a seguir relacionados ou, no caso de substituto equiparado a industrial, para revenda:

Descrição do Produto	Finalidade	Código/Tipi	Alíquota
TELHA TRAPEZOIDAL 100 - GALVALUME TELHA TRAPEZOIDAL 100 - PRÉ PINTADA TELHA TRAPEZOIDAL 100 - PÓS-PINTADA TELHA TRAPEZOIDAL 40 - GALVALUME TELHA TRAPEZOIDAL 40 - PRÉ PINTADA TELHA TRAPEZOIDAL 40 - PÓS-PINTADA TELHA TRAPEZOIDAL 35 - GALVALUME TELHA TRAPEZOIDAL 35 - PRÉ PINTADA TELHA TRAPEZOIDAL 35 - PÓS-PINTADA TELHA TRAPEZOIDAL 25 - GALVALUME TELHA TRAPEZOIDAL 25 - PRÉ PINTADA TELHA TRAPEZOIDAL 25 - PÓS-PINTADA TELHA ONDULADA 17 - GALVALUME TELHA ONDULADA 17 - PRÉ-PINTADA TELHA ONDULADA 17 - PÓS-PINTADA TELHA TERMO-ACÚSTICA -GALVALUME TELHA TERMO-ACÚSTICA - PRÉ-PINTADA TELHA TERMO-ACÚSTICA - PÓS-PINTADA	Construção Civil	7308.90.90	0%

Art. 4º. Este ADE não convalida a classificação fiscal, bem como a correspondente alíquota, dos produtos mencionados nos artigos 2º e 3º.

Art. 5º. O presente regime terá validade por tempo indeterminado, enquanto não ocorrer as hipóteses previstas no Art. 10 da Instrução Normativa RFB nº 1.081, de 4 de novembro de 2010, podendo ser, a qualquer tempo, alterado a pedido ou de ofício ou, ainda, ser cancelado a pedido.

Art. 6º. Na Nota Fiscal de saída do contribuinte substituído deverá constar a expressão: "Saída com suspensão do IPI - ADE SRRF09 nº 07, de 11/04/2018", sendo vedado o destaque do imposto suspenso bem como a sua utilização como crédito.

Art. 7º Este Ato Declaratório Executivo entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

LUIZ BERNARDI

SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS

RETIFICAÇÃO

Na publicação da Circular Susep nº 561, de 22 de dezembro de 2017, publicada no D.O.U de 29 de dezembro de 2017, Seção 1, páginas 71 e 72, excluir o item IV do Anexo XIII, considerando que o trecho em questão está disposto no art. 3º do Anexo XII desta Circular.

DIRETORIA DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS

PORTARIA Nº 851, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, considerando o disposto no inciso III do artigo 4º da Lei Complementar n. 126, de 15 de janeiro de 2007, com base no artigo 18 do Anexo I da Resolução CNSP n. 330, de 9 de dezembro de 2015 e o que consta do Processo Susep n. 15414.616820/2017-80, resolve:

Art. 1º Cadastrar MS AMLIN AG, sociedade organizada e existente de acordo com as leis da Confederação Suíça, como ressegurador eventual, nos termos do inciso VII do artigo 2º da Resolução CNSP n. 168, de 17 de dezembro de 2007.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 852, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.608059/2018-93, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de PRUDENTIAL DO BRASIL SEGUROS DE VIDA S.A., CNPJ n. 33.061.813/0001-40, com sede na cidade do Rio de Janeiro - RJ, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 2 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 853, DE 17 DE ABRIL DE 2018

DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.609209/2018-86, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de UNIÃO SEGURADORA S.A. - VIDA E PREVIDÊNCIA, CNPJ n. 95.611.141/0001-57, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado na reunião do conselho de administração realizada em 7 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

PORTARIA Nº 854, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR DE ORGANIZAÇÃO DO SISTEMA DE SEGUROS PRIVADOS DA SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, no uso da competência delegada pelo Superintendente da Susep, por meio da Portaria n. 6.523, de 20 de maio de 2016, tendo em vista o disposto na alínea a do artigo 36 do Decreto-Lei n 73, de 21 de novembro de 1966 e o que consta do processo Susep 15414.609207/2018-97, resolve:

Art. 1º Aprovar a eleição de administradores de UNIÃO SEGURADORA S.A. - VIDA E PREVIDÊNCIA, CNPJ n. 95.611.141/0001-57, com sede na cidade de Porto Alegre - RS, conforme deliberado na assembleia geral extraordinária realizada em 7 de março de 2018.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO AUGUSTO CAMACHO ROCHA

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, QUALIDADE E TECNOLOGIA

DIRETORIA DE METROLOGIA LEGAL

PORTARIA Nº 52, DE 16 DE ABRIL DE 2018

3º aditivo à Portaria Inmetro/Dimel nº 376, de 20 de dezembro de 2011.

O diretor de Metrologia Legal do Instituto Nacionalde Metrologia, Qualidade e Tecnologia - Inmetro, no exercício da delegação de competência outorgada pelo Senhor Presidente do Inmetro, por meio da Portaria Inmetro nº 257, de 12 de novembro de 1991, conferindo-lhe as atribuições dispostas no subitem 4.1, alínea "b", da regulamentação metrológica aprovada pela Resolução nº 08, de 22 de dezembro de 2016, do Conmetro.

De acordo com o Regulamento Técnico Metrológico de cronotacógrafos, aprovado pela Portaria Inmetro nº 201/2004:

E considerando o constante do processo Inmetro nº 52600.102114/2017 e do Sistema Orquestra nº 1080845, resolve:

Autorizar a alteração da versão dosoftware (6.7) e da nova diagramação das informações contidas na etiqueta de inscrições obrigatórias do modelo BVDR, de cronotacógrafo, marca Continental, e condições de autorização especificadas na íntegra da portaria.

Nota: A íntegra da portaria encontra-se disponível no sítio do Inmetro: http://www.inmetro.gov.br/pam/

RAIMUNDO ALVES DE REZENDE

RETIFICAÇÕES

No art. 1º da Portaria Inmetro/Dimel nº 213, de 14 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 21 de novembro de 2016, página 100, seção 1, onde se lê: "... Marca Radwag ...", leia-se: "... Marca PRIX ..."

No item 3 - IDENTIFICAÇÃO DO MODELO da Portaria Inmetro/Dimel nº 213/2016, publicada no Diário Oficial da União de 21/11/2016, página 100, seção 1, onde se lê: "... Marca Radwag ...", leia-se: "... Marca PRIX ..."

SECRETARIA DE AQUICULTURA E PESCA

PORTARIA Nº 657-SEI, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Suspender, de ofício, a Autorização de Pesca da embarcação DIEGO LUCAS de propriedade de Cicero Evandro Antunes Vieira, por 60(sessenta) dias corridos, a partir da data de publicação desta portaria

O SECRETÁRIO DE AQUICULTURA E PESCA, DO MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, COMÉRCIO EXTERIOR E SERVIÇOS, no uso da atribuição que lhe confere o art. 15 do Decreto n.º 9.067, de 31 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no inciso IX, do art. 12, da Lei n.º 13.502, de 1º de novembro de 2017, nos incisos I e X, do art. 3º da Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009, na Instrução Normativa SEAP/PR n.º 3, de 12 de maio de 2004, na Portaria Ibama n.º 95, de 22 de agosto de 1997, na Instrução Normativa Interministerial MPA-MMA n.º 10, de 10 de junho de 2011 e na Instrução Normativa MPA n.º 20 de 10 de setembro de 2014, CONSIDERANDO o constante dos autos do processo nº 21052.018880/2001-24, resolve:

Art. 1º Suspender, de ofício, a Autorização de Pesca na modalidade de permissionamento arrasto de fundo duplo (camarão rosa) e arrasto de fundo (camarão cristalino), código: 3.03.001, litoral Sudeste/Sul, para a embarcação DIEGO LUCAS de propriedade de Cicero Evandro Antunes Vieira, inscrita no RGP sob o n.º SP-0015954-0 e na autoridade marítima sob o n.º 401-0113979, por 60(sessenta) dias corridos, a partir da data de publicação desta portaria.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data da sua publicação.

DAYVSON FRANKLIN DE SOUZA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800028

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Integração Nacional

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 158, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Agrolândia/SC, para execução de ações de Defesa Civi.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Agrolândia/SC, no valor de R$ 2.914.000,00 (dois milhões novecentos e quatorze mil reais), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000861/2017-71.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000405, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 159, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Conceição do Araguaia/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Conceição do Araguaia/PA, no valor de R$ 1.702.408,22 (um milhão, setecentos e dois mil quatrocentos e oito reais e vinte e dois centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000942/2017-71.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000352, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

PORTARIA Nº 160, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Autoriza a transferência de recursos ao Município de Conceição do Araguaia/PA, para execução de ações de Defesa Civil.

O MINISTRO DE ESTADO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 87, parágrafo único, inciso IV da Constituição Federal, e o art. 45, inciso VIII, da Lei n. 13.502, de 1º de novembro de 2017, e tendo em vista o disposto na Lei n. 12.340, de 1º de dezembro de 2010, Lei n. 12.608, de 10 de abril de 2012 e no Decreto n. 7.257, de 4 de agosto de 2010, resolve:

Art. 1º Autorizar o repasse de recursos ao Município de Conceição do Araguaia/PA, no valor de R$ 1.702.408,22 (um milhão, setecentos e dois mil quatrocentos e oito reais e vinte e dois centavos), para a execução de ações de recuperação, descritas no Plano de Trabalho integrante do processo n. 59053.000942/2017-71.

Art. 2º Os recursos necessários para a execução do objeto, a título de Transferência Obrigatória, conforme legislação vigente, correrão à conta da dotação orçamentária, consignada no Orçamento Geral da União, para o Ministério da Integração Nacional, Nota de Empenho n. 2017NE000352, Programa de Trabalho: 06.182.2040.22BO.0001; Natureza de Despesa: 4.4.40.42; Fonte: 0100; UG: 530012.

Art. 3º O Plano de Trabalho foi analisado e aprovado pela área técnica competente, com cronograma de desembolso previsto para liberação dos recursos em duas parcelas nos termos do art. 14 da Portaria 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 4º A liberação dos recursos da União somente será efetuada após atendimento, pelo ente federado, do disposto no § 2º do art. 13 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 5º Considerando a natureza e o volume de ações a serem implementadas, o prazo de execução das obras e serviços é de 365 dias, a partir da publicação desta portaria no Diário Oficial da União - D.O.U.

Art. 6º A utilização, pelo ente beneficiário, dos recursos transferidos está vinculada, exclusivamente, à execução das ações especificadas no art. 1° desta Portaria e no Plano de Trabalho aprovado, devendo obedecer ao disposto no Decreto n. 7.983, de 8 de abril de 2013.

Art. 7º O proponente deverá apresentar prestação de contas final no prazo de 30 dias contados do término da vigência ou do último pagamento efetuado, quando este ocorrer em data anterior ao encerramento da vigência, nos termos do art. 21 da Portaria MI n. 624, de 23 de novembro de 2017.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ANTÔNIO DE PÁDUA DE DEUS ANDRADE

SECRETARIA NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL

PORTARIA Nº 107, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Reconhece situação de emergência em municípios do Governo do Estado do Piauí.

O SECRETÁRIO NACIONAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria Ministerial nº 1.763-A, de 07 de novembro de 2008, publicada no Diário Oficial da União, Seção 2, de 23 de dezembro de 2008.

Considerando o Decreto nº 17.705, de 10 de abril de 2018, do Governo do Estado do Piauí/PI, considerando ainda as demais informações constantes no processo nº 59051.005351/2018-91, resolve:

Art. 1º Reconhecer, em decorrência de Rompimento/colapso de barragens, COBRADE: 2.4.2.0.0 a situação de emergência nos municípios listados na tabela.

N°	MUNÍCIPIOS
1	Barras
2	Batalha
3	Cabeceiras do Piauí
4	Esperantina
5	José de Freitas
6	Lagoa Alegre

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RENATO NEWTON RAMLOW

Ministério da Justiça

COMISSÃO DE ANISTIA

PAUTA DA 7ª SESSÃO DE TURMA A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 24 de abril de 2018, a partir das 09h00, no Edifício Sede, Sala 328, do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á sessão da Comissão de Anistia.

I - Processos com observância da ordem cronológica de protocolo - Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	1.2002.01.12287	A	ELIAS FARIAS DA SILVA	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO
	2.2002.01.13276	A	CARLOS DANIEL DAMASCENO *POST MORTEM*	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
	3.2003.01.18557	R A	HILDA TEREZA PEREIRA GARCIA JOSÉ GARCIA *POST MORTEM*	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
	4.2004.01.39990	A	ROBERTO MARQUES PORTO ALEGRE DE ALMEIDA *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
	5.2004.01.42307	A	WILSON CAMPOS DE ALMEIDA FILHO	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	PROTOCOLO
	6.2005.01.51850	A	MARIA DO SOCORRO GOMES COELHO	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
	7.2006.01.52567	A	JOSE JAIME ROLIM *POST MORTEM*	AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA	PROTOCOLO
	8.2006.01.53161	A	MARIO DIAS AGUIAR	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	PROTOCOLO
	9.2006.01.53371	A	WANDERLEY DA MATTA LOUBAK	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	PROTOCOLO
	10.2006.01.53430	A	OTACILIO DE MELO SILVA	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO
	11.2006.01.53476	A	AVONI DE MESQUITA *POST MORTEM*	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PROTOCOLO

	12.2006.01.53796	R A	NELICE DA CUNHA NEPOMUCENO LUIZ DA COSTA NEPOMUCENO *POST MORTEM*	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PROTOCOLO
	13.2006.01.53912	A	FRANCISCO DE ASSIS E SILVA	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
	14.2006.01.54113	A	CLAUDIO CARMINATI	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PROTOCOLO
	15.2006.01.54126	A	RENILDO FERNANDO MACHADO	AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA	PROTOCOLO

II - Processos incluídos em Bloco: Praças da Fab - Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	16.2004.01.44885	R A	IVALSON LUIS PORTELA MAIA WALTER DA SILVA MAIA *POST MORTEM*	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	17.2004.01.48617	A	JACI VAZ DE OLIVEIRA	AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	18.2004.01.48826	R A	CILEA VENERANDO GONCALVES ANTONIO GLAUCIO FARIS GOMES *POST MORTEM*	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	19.2004.01.48841	A	CELIO ROBERTO UTRINI DOS SANTOS	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	20.2005.01.49626	R A	DANUTA KAROLSKI CAETANO SEBASTIÃO CAETANO *POST MORTEM*	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	21.2005.01.50186	A	JULIO DO CARMO TONI *POST MORTEM*	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	22.2005.01.50613	A	JOSE REINAN ALVES RODRIGUES	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	23.2005.01.51625	A	ALMINTRO ANTONIO DE ALMEIDA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	24.2005.01.51665	A	SYLVIO DE CARVALHO COSTA	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	25.2005.01.51893	A	ATAIDE ALVES DE SOUZA	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	26.2005.01.52210	R A	MARTA DE BARROS COSTA ALCIDES DOS SANTOS COSTA *POST MORTEM*	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	27.2005.01.52223	A	ELIAS LEITE DOS SANTOS	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	28.2005.01.52250	A	DARCI DE GOES	AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	29.2005.01.52251	A	ROBERTO MOROSI	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO PRAÇAS DA FAB5
	30.2005.01.52252	A	ALTIVO FLORIANO MARTINS JUNIOR *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	31.2006.01.52269	A	JONAS FRANCISCO THOME	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	32.2006.01.52281	A	MILTON NOVATO DE CARVALHO	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	33.2006.01.52285	A	ANTONIO BERTA DE MOURA	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	34.2006.01.52305	A	JOSE DA CRUZ	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	35.2006.01.52524	R A	IVONETE ALVES DOS SANTOS DJALMA MARTINS DOS SANTOS *POST MORTEM*	AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	36.2006.01.52702	A	EVERALDO GOMES DO ROSARIO	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	37.2006.01.53493	A	DOMINGOS DE ARAUJO LIMA	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	38.2006.01.53507	A	ANTONIO FERNANDES	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	BLOCO PRAÇAS DA FAB

A - ANISTIANDO
R - REQUERENTE

PAULO HENRIQUE KUHN

PAUTA DA 3ª SESSÃO PLENÁRIA A SER REALIZADA EM 25 DE ABRIL DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 25 de abril de 2018, a partir das 13h00, no Edifício Sede, Sala 304, do Ministério da Justiça, Brasília/DF, realizar-se-á sessão da Comissão de Anistia

I - Processos para cumprimento de decisão judicial:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	1.2005.01.50418	A	JOSÉ ROBERTO MICHELAZZO	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	DECISÃO JUDICIAL
	2.2005.01.52246	A	EDSON BENIGNO LUNA DE SA	WALTER BARBOSA VITOR VISTAS RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	DECISÃO JUDICIAL

II - Processos com observância da ordem cronológica de protocolo - Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	3.2001.01.00126	A	JOAO MENDES DE REZENDE	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
	4.2001.02.00806	A	JOAO CARLOS DA LUZ	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
	5.2001.01.00826	A	HENRIQUE OSWALDO GUIMARAES	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
	6.2001.01.00879	A	OCTAVIO EDUARDO GUINLE	MARIA THERESA NICHELE REGINATTO	PROTOCOLO
	7.2001.04.01192	A	ATAIDE SIMONI PEREIRA	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	PROTOCOLO
	8.2001.04.01348	A	JOSE INACIO DE OLIVEIRA	PAULO LOPO SARAIVA	PROTOCOLO
	9.2001.02.01573	A	ADHERBAL FORTES DE SA JUNIOR	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	PROTOCOLO
	10.2001.01.01645	R A	DONIVIL PADILHA VERGILINA DA COSTA PADILHA *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
	11.2001.02.01720	A	EDUARDO GUILHERME FERREIRA OLIVIER	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
	12.2001.02.01890	A	LUIZ SERGIO DE ALMEIDA DIAS	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO
	13.2001.01.01919	R A	THEREZINHA LEME DE GOES CALDEIRA ISRAEL GOMES CALDEIRA *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PROTOCOLO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800030

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	14.2001.02.01929	A	ANTONIO CARLOS NEUMANN MEDINA	AMANDA FLÁVIO DE OLIVEIRA	PROTOCOLO
	15.2001.02.02239	R A	CELIA REGINA CARDOZO DOS CRISTAOS PAULO JOSÉ CARDOZO *POST MORTEM*	HENRIQUE DE ALMEIDA CARDOSO	PROTOCOLO
	16.2001.01.02433	A	JOSE UBALDO LIBERATO	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO
	17.2001.01.05194	A	OTAIR LOPES DE SOUSA	MARIA VITÓRIA BARROS E SILVA SARAIVA	PROTOCOLO
	18.2001.01.05207	A	CLAUDIONOR DA COSTA CARVALHO	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	PROTOCOLO
	19.2001.01.05305	A	LAERCIO BEZERRA DE MELO	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	PROTOCOLO
	20.2001.01.05565	A	SENO DRESSLER	MARIA VITÓRIA BARROS E SILVA SARAIVA	PROTOCOLO

A - ANISTIANDO
R - REQUERENTE

PAULO HENRIQUE KUHN

PAUTA DA 6ª SESSÃO DE TURMA A SER REALIZADA EM 24 DE ABRIL DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 24 de abril de 2018, a partir das 09h00, no Edifício Sede, Sala 304, do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á sessão da Comissão de Anistia.

I - Processos para cumprimento de decisão judicial:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	1.2008.01.63051	A	JERRY JEFERSON ROSA	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	DECISÃO JUDICIAL
	2.2010.01.67155	A	ANTONIO CARLOS SANTANNA	PAULO LOPO SARAIVA	DECISÃO JUDICIAL
	3.2012.01.70906	A	PAULO ROBERTO PACHECO GUERRA	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	DECISÃO JUDICIAL

II - Processos com observância da ordem cronológica de protocolo - Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	4.2002.01.13039	A	RENE BERNARDINO QUADROS	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	PROTOCOLO
	5.2003.01.20875	R A	JUSSARA DOS SANTOS FELDMANN NERY GOMES DOS SANTOS *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PROTOCOLO
	6.2003.01.27558	R A	IOLANDA MARIA BORGES ROMOLO SEGALLA *POST MORTEM*	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	PROTOCOLO
	7.2003.01.28803	A	JACIRA GONCALVES BORGES DA FONSECA	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	PROTOCOLO
	8.2003.01.37257	A	LUIZ CARLOS FERNANDES DA SILVA	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	PROTOCOLO
	9.2004.02.47072	A	EZEQUIAS FRANCISCO DE OLIVEIRA	PAULO LOPO SARAIVA	PROTOCOLO
	10.2004.02.47219	A	JOEL CARVALHO DE OLIVEIRA FILHO	LUIS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO	PROTOCOLO
	11.2004.01.48012	R A	TEREZA BOTELHO DIAS EJAY DIAS *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PROTOCOLO
	12.2005.01.49486	A	NATAN CANDIDO SANTOS	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	PROTOCOLO
	13.2005.01.49971	A	JOSE CARLOS BALMA	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	PROTOCOLO
	14.2005.01.50932	A	ROVELSON BATISTA MOREIRA	PAULO LOPO SARAIVA	PROTOCOLO
	15.2005.01.51286	A	JORGE BARBOSA	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	PROTOCOLO
	16.2005.01.51484	A	JOSE DE ANCHIETA MARTINS	PAULO LOPO SARAIVA	PROTOCOLO
	17.2005.01.51657	R A	CASSILDA LANUSIA SOUSA ARAUJO EVERALDO SOUZA *POST MORTEM*	PAULO LOPO SARAIVA	PROTOCOLO
	18.2005.01.52148	A	VERA LUCIA DE FREITAS OLIVEIRA	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PROTOCOLO

III - Processos incluídos em Bloco: Praças da FAB - Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	19.2002.01.06900	R A	CARLOS ANTONIO VIEIRA SANTA ANNA ANTÔNIO CARLOS DA SILVA SANTA ANNA *POST MORTEM*	LUIS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	20.2003.01.17356	A	GILDO SILVEIRA GHELLI	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	21.2003.01.18699	A	PAULO CESAR TEMPONE DOS SANTOS *POST MORTEM*	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	22.2003.01.18705	A	PEDRO MONTEIRO DE BRITO FILHO	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	23.2003.01.19721	R A	RENATA DOS SANTOS ROSSI JOSÉ ROSSI *POST MORTEM*	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	24.2003.01.20178	R A	NADIA MARIA DUPONT LOPES JOÃO LOPES *POST MORTEM*	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	25.2003.01.24428	A	SERGIO MONTEIRO DE ARAUJO	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	26.2003.01.24919	A	JARBAS CALADO DE ARAUJO	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	27.2003.01.26903	A	AMIRIS NEVES PEREIRA	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	28.2003.01.29510	A	JOSELETE SOARES	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	29.2004.01.39828	A	LUIZ CARLOS BARANOWSKYJ	LUIS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	30.2004.01.41119	R A	MARIETA MARQUES IGNACIO EURI FRANCISCO IGNACIO *POST MORTEM*	LUIS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	31.2004.01.41137	R A	MARIA NILDA FREIRE DE MOURA LUIZ PEREIRA DE MOURA *POST MORTEM*	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	32.2004.01.41434	R A	ANA GOMES DO NASCIMENTO AVANILDO GABRIEL DO NASCIMENTO *POST MORTEM*	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	33.2004.01.42020	A	JOAO BATISTA DA ROCHA	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	34.2004.01.42030	A	BENEDITO MESSIAS DA SILVA LEMOS	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800031

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	35.2004.01.45632	A	ALCINDO DA SILVA CARVALHO	LUIS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	36.2006.01.54082	A	LUIZ GERALDO SORIANO *POST MORTEM*	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	37.2006.01.54093	R A	RUTH PACHECO DE MENDONCA LAERTE FURTADO DE MENDONÇA *POST MORTEM*	WALDIR JOÃO FERREIRA DA SILVA JUNIOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	38.2006.01.54226	R A	IRENE TEREZINHA DE OLIVEIRA WILSON CARDOSO ALVES *POST MORTEM*	LUIS ANTÔNIO CAMARGO DE MELO	BLOCO PRAÇAS DA FAB

A - ANISTIANDO
R - REQUERENTE

PAULO HENRIQUE KUHN

PAUTA DA 9ª SESSÃO DE TURMA A SER REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 26 de abril de 2018, a partir das 09h00, no Edifício Sede, Sala 328, do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á sessão da Comissão de Anistia.

I - Processos com observância da ordem cronológica de protocolo - Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	1.2004.01.48330	A	ROGERIO MOREIRA DA SILVA	BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO	PROTOCOLO
	2.2005.01.52016	A	JORGE DOMINGOS DE OLIVEIRA SILVA	BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO	PROTOCOLO
	3.2005.01.52199	R A	CLEUZA PENHA DE FREITAS CARVALHO CLOVIS CARRILHO DE FREITAS *POST MORTEM*	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PROTOCOLO
	4.2006.01.52296	A	OSMAR BELLARMINO MARQUES	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	PROTOCOLO
	5.2006.01.53538	A	MARIA LUIZA DA VICTORIA NOGUEIRA	BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO	PROTOCOLO
	6.2006.01.54726	R A	VERA REGINA HORN DOS SANTOS WALTER HEINRICH WILLY HORN *POST MORTEM*	WALTER BARBOSA VITOR	PROTOCOLO

II - Processos incluídos em Bloco: Grupo dos Onze - Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	7.2003.01.23039	R A	MARIA MARILENE FURLANETTO LUIZ COTICA *POST MORTEM*	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO GRUPO DOS ONZE
	8.2003.01.31249	A	ATILIO CASANOVA	BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO	BLOCO GRUPO DOS ONZE
	9.2003.01.34111	A	ARCIBALDO PARIZOTTO	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO GRUPO DOS ONZE
	10.2006.01.52925	A	ANGELO DOMINGOS RECH	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO GRUPO DOS ONZE
	11.2006.01.53395	A	JOAQUIM GONCALVES PADILHA	GUSTAVO GONÇALVES UNGARO	BLOCO GRUPO DOS ONZE
	12.2006.01.53508	A	CELSO CORREA FERREIRA	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO GRUPO DOS ONZE
	13.2006.01.53894	A	MAXIMILIANO FAGUNDES DO SANTOS	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO GRUPO DOS ONZE
	14.2006.01.54572	A	GASTAO DEODATO DOS SANTOS PAZ	GUSTAVO GONÇALVES UNGARO	BLOCO GRUPO DOS ONZE
	15.2006.01.55497	A	ERCILIO FARIAS *POST MORTEM*	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO GRUPO DOS ONZE
	16.2007.01.57660	A	JOAO TIAGO DE ALMEIDA *POST MORTEM*	GUSTAVO GONÇALVES UNGARO	BLOCO GRUPO DOS ONZE
	17.2007.01.58895	R A	CRISTIANE FILOMENA COSTA PEREIRA NELSINO NUNES DA COSTA *POST MORTEM*	BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO	BLOCO GRUPO DOS ONZE
	18.2007.01.60296	A	WERNO HEINRICHS	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO GRUPO DOS ONZE

III - Processos incluídos em Bloco: Praças da FAB - Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	19.2004.01.42520	A	JOSE DA SILVA GOMES	BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	20.2004.01.44181	R A	GERMANA COELHO DE ALMEIDA JOSÉ BRASILINO COELHO *POST MORTEM*	GUSTAVO GONÇALVES UNGARO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	21.2004.01.44190	A	MARIVALDO DE OLIVEIRA COSTA	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	22.2004.01.45630	A	FRANCISCO ANDRADE DE ARAUJO	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	23.2004.01.46202	A	GUARACY MODESTO DIAS	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	24.2005.01.51970	R A	CREMILDA FERNANDES DOS SANTOS PORTO FRANCISCO CORDEIRO PORTO *POST MORTEM*	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	25.2006.01.52383	R A	MARIA LUIZA RODRIGUES REIS LUIZ EPAMINONDAS REIS *POST MORTEM*	GUSTAVO GONÇALVES UNGARO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	26.2006.01.52707	A	TEODOLO DE SANTIAGO FILHO	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	27.2006.01.52710	A	EDUARDO MONTEIRO DE AVIS	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	28.2006.01.52757	A	RONALDO FERREIRA BRAGA	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	29.2006.01.53107	A	EMILDO RANGEL ALVES	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	30.2006.01.53298	R A	JORGETE BESSA DA SILVEIRA JOSÉ AMARO DA SILVEIRA *POST MORTEM*	MARCOS GERHARDT LINDENMAYER	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	31.2006.01.53364 APENSO AO 2006.01.53465	A	CARLOS ALBERTO MACHADO *POST MORTEM*	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	32.2006.01.53386	A	CLAINTON TARCIO GUIMARAES	GUSTAVO GONÇALVES UNGARO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	33.2006.01.53419 APENSO AO 2006.01.54026	A	LUIZ TAIDU GOMES	BRUNO LEONARDO GUIMARÃES GODINHO	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	34.2006.01.53420	A	NORBERTO PUSCH	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	35.2006.01.53437	A	MARCOS DA CONCEICAO EPIFANIO	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	36.2006.01.53459	A	NILTON FERREIRA DE CAMPOS	WALTER BARBOSA VITOR	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	37.2006.01.54092	A	DINOMAR PAZ DIAS SILVA	RITA MARIA DE MIRANDA SIPAHI	BLOCO PRAÇAS DA FAB
	38.2006.01.54115	A	MANOEL JOAQUIM VIANA VIEIRA	ENEÁ DE STUTZ E ALMEIDA	BLOCO PRAÇAS DA FAB

A - ANISTIANDO
R - REQUERENTE

PAULO HENRIQUE KUHN

PAUTA DA 8ª SESSÃO DE TURMA A SER REALIZADA EM 26 DE ABRIL DE 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DE ANISTIA do Ministério da Justiça, criada pelo artigo 12, da Lei nº 10.559, de 13 de novembro de 2002, torna público a todos os interessados e aos que virem a presente PAUTA, ou dela conhecimento tiverem, que no dia 26 de abril de 2018, a partir das 09h00, no Edifício Sede, Sala 304, do Ministério da Justiça, sito na Esplanada dos Ministérios, Bloco T, Brasília, DF, realizar-se-á sessão da Comissão de Anistia.

I - Processos com observância da ordem cronológica de protocolo - Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	1.2001.01.02849	A	RAIMUNDO ARAUJO *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PROTOCOLO
	2.2004.01.40475	R A	MARIA ANGELA DE OLIVEIRA JOSÉ ANTONIO CARDOSO *POST MORTEM*	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	PROTOCOLO
	3.2004.01.44555	R A	ALINE DO NASCIMENTO BARBOSA SARAIVA EGBERTO BEZERRA BARBOSA *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	PROTOCOLO
	4.2004.01.46571	A	JOSE ALDEMIR TEIXEIRA NUNES	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	PROTOCOLO
	5.2004.02.47244	A	LUIZ ANTONIO DUARTE DE LIMA	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	PROTOCOLO

II - Processos incluídos em Bloco: Guerrilha do Araguaia - Portaria nº 652, de 04 de agosto de 2017:

N°	REQUERIMENTO	TIPO	NOME	CONSELHEIRO RELATOR	MOTIVO
	6.2002.01.10979	A	MANOEL FERREIRA *POST MORTEM*	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	7.2002.01.10994	A	ANGELO LOPES DE SOUZA *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	8.2004.01.46165	R A	AGENORA ALVES LEITE DE MELO JOÃO BATISTA DE MELO *POST MORTEM*	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	9.08000.025952/2015-32 (2015.01.75155)	A	RAIMUNDA LEITE DE MELO	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	10.08000.025953/2015-87 (2015.01.75156)	A	RONE BATISTA LEITE DE MELO	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	11.08000.025954/2015-21 (2015.01.75162)	A	JOAO EDINOR LEITE DE MELO	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	12.2004.01.47129	A	FRANCISCO ALMEIDA DA SILVA	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	13.2005.01.51602	R A	AFONSO PEREIRA DE ALENCAR JOÃO BATISTA DE ALMEIDA *POST MORTEM*	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	14.2005.01.51642	A	JOSE VIEIRA SILVA	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	15.08000.036804/2015-43 (2015.01.75649)	A	ANETE DA SILVA SOUZA	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	16.2005.01.51649	R A	TALMO JOSE SOLINO FONSECA ORLANDO SOLINO *POST MORTEM*	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	17.2005.01.51671	A	MARCIANO MARIANO PEREIRA DE ASSUNCÃO	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	18.2005.01.51672 APENSO AO 08000.035672/2016-13 (2016.01.76316)	R A	ANA MARIA RODRIGUES DE SOUZA RAIMUNDO MARTINS DE SOUZA *POST MORTEM*	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	19.2005.01.51700	A	MARGARIDA FERREIRA FELIX *POST MORTEM*	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	20.2005.01.51756	A	PEDRO RODRIGUES PERREIRA	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	21.2005.01.51760	R A	JOSE UBIRATAN ALBUQUERQUE DA ROCHA ULDARICO RODRIGUES DA ROCHA *POST MORTEM*	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	22.2005.01.52243	A	TAGORIS DIAS DE OLIVEIRA	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	23.2006.01.52394	A	IRANI DOS SANTOS SOUZA	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	24.2006.01.52590	R A	SANTINA SOARES FARIAS MANOEL NONATO FARIAS *POST MORTEM*	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	25.2006.01.52591	R A	ANDRELINO FERREIRA DOS SANTOS FRANCISCO FERREIRA DOS SANTOS *POST MORTEM*	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	26.2006.01.53055 APENSO AO 2006.01.55399	R A	ELISABETH DE JESUS COSTA E OUTROS JOÃO TEODORIO DA COSTA *POST MORTEM*	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO VISTAS ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	27.2006.01.53079	A	LUZIMAR CASTRO	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	28.2006.01.53096	R A	ADELMIR RODRIGUES FERREIRA RAIMUNDO FERREIRA SILVA *POST MORTEM*	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	29.2006.01.53766	R A	BOMFIM PEREIRA DA SILVA JOÃO PEREIRA DA SILVA *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	30.2006.01.55352	R A	EDILSE ALVES DE OLIVEIRA ABEL RORIGUES DA SILVA *POST MORTEM*	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	31.2006.01.55374	R A	CICERA GUEDES LIMA JOSÉ GUEDES DA SILVA *POST MORTEM*	PAULO LOPO SARAIVA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	32.2006.01.55376	R A	MARIA DA SOLIDADE DIAS PEDRO PINHEIRO DIAS *POST MORTEM*	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	33.2006.01.55385 APENSO AO 2014.01.74086	R A	MANOEL MATIAS DE OLIVEIRA PEDRO MATIAS DE OLIVEIRA *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	34.2007.01.56544	A	JARDELINA DA SILVA PINHEIRO	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	35.2007.01.56605	A	RAIMUNDO JOSE DA SILVA RODRIGUES	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN VISTAS ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	36.2007.01.56673	R A	SELCI MARLENE CANCIAN SMANIOTTO ALBINO CANCIAN *POST MORTEM*	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	37.2007.01.56674	R A	NEUSA DIAS DA SILVA DONARCIANO ANDRADE DA SILVA *POST MORTEM*	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	38.2007.01.56679	A	FRANCISCO DOS SANTOS	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	39.2007.01.56685	R A	ELIZABETH ACEVEDO E OUTROS OCTACILIO AZEVEDO *POST MORTEM*	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	40.2007.14.58585	A	JOSE RAIMUNDO SOARES SILVA	JOÃO VITOR RODRIGUES LOUREIRO	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	41.2007.01.59029	A	BELCHIOR PEREIRA DE BRITO	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN VISTAS ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA
	42.2007.01.60313	A	LEONTINO COLLA	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO	BLOCO GUERRILHA DO ARAGUAIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800033

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	43.2013.01.72316	A	JOSE BENTO BEZERRA	PAULO LOPO SARAIVA VISTAS ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO ARAGUAIA	GUERRILHA DO
	44.2014.01.73696	R A	NILVA LEITE NASCIMENTO DE SOUZA EUCLIDES DE SOUZA LEITE *POST MORTEM*	ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO ARAGUAIA	GUERRILHA DO
	45.2014.01.74074	A	ARAO LOPES SOUSA	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN VISTAS ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO ARAGUAIA	GUERRILHA DO
	46.2014.01.74114	A	MANOEL VICENTE FERREIRA	FERNANDO FERREIRA BALTAR NETO VISTAS ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO ARAGUAIA	GUERRILHA DO
	47.08000.008345/2015-16 (2015.01.74736)	A	ANTONIO CAETANO DE ALMEIDA	TARCÍSIO GABRIEL DALCIN VISTAS ANA MARIA LIMA DE OLIVEIRA BAIA	BLOCO ARAGUAIA	GUERRILHA DO

A - ANISTIANDO
R - REQUERENTE

PAULO HENRIQUE KUHN

SECRETARIA NACIONAL DE JUSTIÇA

DEPARTAMENTO DE MIGRAÇÕES

PORTARIAS DE 17 DE ABRIL DE 2018

O SECRETÁRIO NACIONAL DE JUSTIÇA, DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA, no uso da competência delegada pela Portaria nº 570, de 11 de maio de 2016, publicada no Diário Oficial da União de 12 de maio de 2016, resolve:

Nº 60 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "b", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 67, da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ALEXANDER ZHEBIT - V221989-D, natural da Rússia, nascido em 25 de julho de 1950, filho de Adam Zhebit e de Zinaida Zhebit, residente no Estado do Rio de Janeiro(Processo nº 08460.008797/2017-34);

CHEN TSAI O - Y270397-Q, natural da China, nascida em 05 de março de 1960, filha de Chen Tien Lai e de Chen Wang Cha, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08506.005932/2017-16);

EISSA ABD EL HAMID ABD LATIF SOULTAN - V461345-J, natural do Egito, nascido em 11 de outubro de 1974, filho de Abd El Hamid Abd El Latif El Sayed Soultan e de Fathia Mohamed El Sayed Soultain, residente no Estado do Rio Grande do Sul(Processo nº 08444.000493/2017-27);

HSU CHING YAO - V401577-Y, natural da China, nascido em 15 de junho de 1965, filho de Hsu Hsin Tu e de Hsu Shih Mei, residente no Estado do Rio de Janeiro(Processo nº 08458.004351/2017-80);

HUSSEIN HASSAN AWELE - V320963-T, natural do Líbano, nascido em 10 de outubro de 1966, filho de Hassan Awele e de Badir Komte, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08389.006528/2017-43);

LEE MING YANN - Y229094-T, natural da China, nascida em 30 de agosto de 1955, filha de Lee Hui Ju e de Lee Shen Chin Chih, residente no Estado do Mato Grosso do Sul(Processo nº 08339.009174/2015-12);

JAMIL ILYAS - V028469-I, natural da Síria, nascido em 08 de março de 1958, filho de Isber Ilyas e de Namnoun Ilyas, residente no Estado do Paraná(Processo nº 08390.001562/2017-92);

MARIA ISABEL GALDAMES PORTUS - V122623-K, natural do Chile, nascida em 09 de agosto de 1946, filha de Hector Edgardo Galdames Rojas e de Lidia Celia Portus Herrera, residente no Estado do Amazonas(Processo nº 08240.015972/2016-53); e

SANIN DARIO AGUILERA PARDO - V151541-9, natural da Colômbia, nascido em 02 de julho de 1965, filho de Lelio Aguilera Ruiz e de Alicia Pardo, residente no Estado de São Paulo(Processo nº 08514.301402/2016-16).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

Nº 61 CONCEDER a nacionalidade brasileira, por naturalização, às pessoas abaixo relacionadas, nos termos do artigo 12, II, "a", da Constituição Federal, e em conformidade com o artigo 65, da Lei nº 13.445/2017, regulamentada pelo Decreto nº 9.199/2017, a fim de que possam gozar dos direitos outorgados pela Constituição e leis do Brasil:

ABDULLAH KHAN - V905919-E, natural do Paquistão, nascido em 16 de fevereiro de 1987, filho de Yar Gul Khan e de Asal Bibi, residente no Estado do Rio Grande do Sul (Processo nº 08444.301611/2016-31);

CAMARA MAMADOU BANA - V418844-X, natural da Guiné, nascido em 02 de agosto de 1980, filho de Camara Dioubamoudou e de Conde Bana, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.010087/2017-92);

ESPAGNE FENE - V875577-I, natural da República do Haiti, nascido em 10 de janeiro de 1982, filho de Edner Fene e de Iclide Felix, residente no Estado do Amazonas (Processo nº 08240.009359/2016-05);

GHAITH JANOUDY PENAFORTE - G067174-R, natural da Síria, nascido em 01 de janeiro de 1986, filho de Ehsan Mostafa Janoudy e de Aisha Fouad Zidan, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08255.000837/2017-25);

HELVER STEVE DAVILA PORTOCARRERO - V488427-7, natural do Peru, nascido em 27 de junho de 1996, filho de Helver Davila Becerril e de Lilia Portocarrero Sanchez, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.020585/2017-43);

JORGE MIGUEL LOZADA BRITO - G110015-V, natural do Peru, nascido em 28 de julho de 1991, filho de Jorge Miguel Tavara Luzquinos e de Rosa Maria Lozada Abanto, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.006730/2017-00);

KHALED KAMAL AHMED HUSSEIN - V597179-T, natural da República Árabe do Egito, nascido em 28 de março de 1984, filho de Kamal Ahmed Hussein Ghorab e de Mahdia Mostafa Ismail Kalifa, residente no Distrito Federal (Processo nº 08280.010248/2017-48);

LANDER KINSONGA MBELE SIMAO - V161202-P, natural da Angola, nascido em 03 de janeiro de 1972, filho de Miguel Simão Dialo e de Nsimba Paulina, residente no Estado do Rio de Janeiro (Processo nº 08460.008076/2017-24);

NATHALIE MAZUNDA MATSHANGA - G180938-F, natural do Congo, nascida em 06 de setembro de 1981, filha de Mazunda Muela e de Tshanga Mbelo, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.003576/2017-14);

NAWFALE HASSOUTE - G061712-I, natural do Marrocos, nascido em 02 de fevereiro de 1983, filho de El Houssaine Ben Ettaybi e de Mina Bent Abdellah, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08506.006261/2017-19);

NDEYE FATOU NDIAYE - G094496-2, natural do Senegal, nascida em 04 de setembro de 1983, filha de Bassirou Ndiaye e de Adama Mboup, residente no Estado do Mato Grosso (Processo nº 08320.005434/2017-41);

OSVALDO AUGUSTO NANCASSA - V415001-O, natural da Guiné- Bissau, nascido em 04 de dezembro de 1984, filho de Augusto Nancassa e de Alda Nagelim, residente no Estado do Tocantins (Processo nº 08297.300476/2016-47);

PAOLA ANDREA CESARE MASIERO - V180370-Y, natural do Peru, nascida em 27 de agosto de 1977, filha de Jose Cesare Gutierrez e de Elisa Andrea Sifuentes Gonzales, residente no Estado da Bahia (Processo nº 08260.000723/2017-14);

RANA ABOSALEM - G146812-V, natural da Síria, nascida em 10 de abril de 1985, filha de Jamal Abu Salem e de Rowida Bakir, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08505.324661/2016-24);

TANIA AJO PUPO - G008795-Q, natural de Cuba, nascida em 25 de junho de 1962, filha de Rugerdo Enrique Ajo Rodriguez e de Ana Pupo Mastrapa, residente no Estado de São Paulo (Processo nº 08212.004959/2017-97);

THOMAS ESTEVES - V364541-B, natural da França, nascido em 10 de junho de 1995, filho de Rui Manuel Esteves e de Silvia Maria Lourenço Matos Costa Esteves, residente no Estado de Minas Gerais (Processo nº 08354.004474/2017-89); e

YURI BRUNELLO - V464935-K, natural da Itália, nascido em 26 de maio de 1976, filho de Arnaldo Brunello e de Marilena Greco, residente no Estado do Ceará (Processo nº 08270.016060/2017-22).

As pessoas referidas nesta Portaria deverão comparecer perante a Justiça Eleitoral para o devido cadastramento, nos termos do Art. 231 do Decreto nº 9.199/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445/2017.

LUIZ PONTEL DE SOUZA

DEPARTAMENTO DE POLÍTICAS DE JUSTIÇA

PORTARIA Nº 56, DE 16 DE ABRIL DE 2018

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve classificar:

Título: GAL*GUN 2 (Reino Unido - 2018)
Produtor(es): PQUBE LIMITED
Distribuidor(es): TBC
Classificação Pretendida: não recomendado para menores de dezesseis anos
Categoria: Tiro em Primeira Pessoa
Plataforma: PlayStation 4/Nintendo Switch
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: não recomendado para menores de dezesseis anos
Contém: Conteúdo Sexual
Processo: 08017.000040/2018-11
Requerente: BRYCE HSIAO

Título: MAGICADEMIA - POÇÕES MÁGICAS (Brasil - 2018)
Produtor(es): SUPERNOVA GAMES LTDA - ME
Distribuidor(es): PLAYMOVE INDÚSTRIA E COMÉRCIO S/A.
Classificação Pretendida: Livre
Categoria: Educacional
Plataforma: PlayTable
Tipo de Material Analisado: Sinopse e Vídeo
Classificação Atribuída: Livre
Processo: 08017.000393/2018-11
Requerente: SUPERNOVA GAMES LTDA - ME

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA

DESPACHO DE 17 DE ABRIL DE 2018

Despacho nº 53/2018/COCIND/DPJUS/SNJ
Processo MJ nº: 08017.000235/2018-61
Filme: "TODOS OS PAULOS DO MUNDO" - Reconsideração
Requerente: SET - Serviços Empresariais Ltda. - EPP
Classificação Pretendida: livre

O Diretor, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto nos artigos 21, Inciso XVI, e 220, parágrafo 3º, Inciso I, da Constituição Federal e artigo 74 da Lei 8.069, de 13 de julho de 1990, com base na Portaria SNJ nº 08, de 06 de julho de 2006, publicada no DOU de 07 de julho de 2006, aprovando o Manual da Nova Classificação Indicativa e na Portaria nº 368 de 11 de fevereiro de 2014, publicada no DOU de 12 de fevereiro de 2014, resolve:

Indeferir o pedido de reconsideração do trailer, mantendo sua classificação de "não recomendado para menores de catorze anos", referendando-se a classificação outrora atribuída, reiterando a importância para a obra, dos blocos temáticos de violência, nudez e drogas lícitas.

GERALDO LUIZ NUGOLI COSTA
Diretor

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800034

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério da Saúde

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 886, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
BA	ALAGOINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11325698000118005	34870014	85.000,00	85.000,00	10302201585350029
BA	ITARANTIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITARANTIM	13952632000118004	34870013	80.000,00	80.000,00	10302201585350029
BA	UNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNA	12006019000118001	34870013	80.000,00	80.000,00	10302201585350029
BA	VARZEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	11734374000118004	34870014	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
CE	JAGUARIBARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARIBARA	09687509000118001	20830008	80.000,00	80.000,00	10302201585350023
ES	ANCHIETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14051123000118005	38010003	170.000,00	170.000,00	10302201585350032
ES	IRUPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10873273000118001	38010003	180.000,00	180.000,00	10302201585350032
GO	ITAGUARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ITAGUARU	11352368000118001	36720011 30380010	30.000,00 150.000,00	180.000,00	10302201585350052 10302201585350052
GO	JANDAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10472663000118002	28340010	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
GO	PADRE BERNARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10593919000118001	37550016	180.000,00	180.000,00	10302201585350050
GO	TRINDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRINDADE	11329685000118001	32650010	180.000,00	180.000,00	10302201585350052
MG	ALEM PARAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ALEM PARAIBA	19306957000118003	19280002	80.000,00	80.000,00	10302201585350031
MG	ATALEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11491439000118011	22150009	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	BELO VALE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELO VALE	13481854000118001	19280002	80.000,00	80.000,00	10302201585350031
MG	CACHOEIRA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11300562000118001	22150009	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	JORDANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - JORDANIA	11917297000118001	31860007	180.000,00	180.000,00	10302201585350031
MG	LIBERDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LIBERDADE-MG	14066895000118005	29380005	80.000,00	80.000,00	10302201585350031
MG	MANTENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11769125000118001	19280002	80.000,00	80.000,00	10302201585350031
MG	NOVA BELEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12819020000118003	29380005	85.000,00	85.000,00	10302201585350031
MG	NOVO ORIENTE DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO ORIENTE DE MINAS	12365004000118001	23680002	85.000,00	85.000,00	10302201585350031
MG	SANTA LUZIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA	11285036000118009	24780019	85.000,00	85.000,00	10302201585350031
MG	SANTA RITA DE IBITIPOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11405804000118001	27630007	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	SAO JOAO DO MANTENINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO MANTENINHA	12373674000118002	27630007	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	SAO JOSE DA LAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13611913000118004	24780019	80.000,00	80.000,00	10302201585350031
MG	SILVIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11330764000118001	24770011	85.000,00	85.000,00	10302201585350031
MT	GENERAL CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13968133000118005	25470001	170.000,00	170.000,00	10302201585350051
MT	PARANAITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13898131000118008	29360004	170.000,00	170.000,00	10302201585350051
PA	MOJU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19296848000118001	23850006	160.000,00	160.000,00	10302201585350015
PA	PARAUAPEBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAUAPEBAS	12581232000118004	36920011	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	SAO JOAO DE PIRABAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DE PIRABAS	09635649000118001	23850006	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PE	CUMARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11319452000118006	37470005	80.000,00	80.000,00	10302201585350026
PR	CIDADE GAUCHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CIDADE GAUCHA	09178266000118001	30840005	170.000,00	170.000,00	10302201585350041
PR	QUITANDINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10401869000118006	19700010	180.000,00	180.000,00	10302201585350041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800035

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	CONCEICAO DE MACABU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DE MACABU	08640219000118001	23970003	80.000,00	80.000,00	10302201585350033
RN	IPANGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPANGUACU	13070236000118004	30490006	170.000,00	170.000,00	10302201585350024
RN	JUNDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14034776000118001	37420003	85.000,00	85.000,00	10302201585350024
RN	SENADOR GEORGINO AVELINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN	12268522000118002	37420003	85.000,00	85.000,00	10302201585350024
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA	13464636000118002	11240011	170.000,00	170.000,00	10302201585350238
RS	MACAMBARA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	12200704000118001	28580016	80.000,00	80.000,00	10302201585350043
RS	SANTA VITORIA DO PALMAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA VITORIA DO PALMAR - RS	10496697000118004	19860005	170.000,00	170.000,00	10302201585350043
RS	TAPES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11722887000118001	19860005	180.000,00	180.000,00	10302201585350043
SE	SIMAO DIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUNICIPIO DE SIMAO DIAS	11634081000118009	29080006	80.000,00	80.000,00	10302201585350028
SP	CERQUILHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	15502929000118001	37770002	340.000,00	340.000,00	10302201585350035
SP	DIVINOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVINOLANDIA	11747530000118003	22950023	80.000,00	80.000,00	10302201585350035
SP	EMBU DAS ARTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE EMBU DAS ARTES	17299621000118005	32280001	340.000,00	340.000,00	10302201585353533
SP	IGARATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12265367000118003	37090003	85.000,00	85.000,00	10302201585350035
SP	ITIRAPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITIRAPINA	12317964000118014	15990003	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	MARILIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARILIA	14278219000118001	28050006	85.000,00	85.000,00	10302201585350035
SP	NAZARE PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZARE PAULISTA	12774639000118004	37090003	80.000,00	80.000,00	10302201585350035
SP	NOVA LUZITANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA LUZITANIA	13871396000118002	31350011	85.000,00	85.000,00	10302201585350035
SP	OURINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13892215000118005	28120025	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	OURINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13892215000118015	28120025	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	PEDERNEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDERNEIRAS	12218875000118004	28050006	80.000,00	80.000,00	10302201585350035
SP	PORTO FERREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO FERREIRA	11204937000118002	28050006	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	QUELUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13060217000118008	17990006	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	ROSANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14062386000118006	28070001	80.000,00	80.000,00	10302201585350035
SP	SALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11297631000118003	33460003	180.000,00	180.000,00	10302201585350035
TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	11439826000118001	26910002	170.000,00	170.000,00	10302201585350017
TO	MIRANORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13414643000118002	26910002	180.000,00	180.000,00	10302201585350017
TOTAL			59 PROPOSTAS			8.160.000,00	

PORTARIA Nº 887, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	NOVO AIRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO AIRAO	13889703000118001	37940010	170.000,00	170.000,00	10302201585350013
BA	SANTA BARBARA	FUMSAUDE - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA BARBARA	12082480000118010	36940014	170.000,00	170.000,00	10302201585350029
BA	SAO JOSE DO JACUIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11429695000118001	37720008	180.000,00	180.000,00	10302201585350029
CE	BARBALHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARBALHA	11740887000118001	20830008	85.000,00	85.000,00	10302201585350023

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800036

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	ITAGUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUARI	11200941000118018	29270016	85.000,00	85.000,00	10302201585350052
GO	ITUMBIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITUMBIARA - FMS	04394796000118001	31030002 32650010	75.000,00 85.000,00	160.000,00	10302201585350052 10302201585350052
GO	MONTIVIDIU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11269276000118001	28340010	170.000,00	170.000,00	10302201585350052
MG	BOA ESPERANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11434342000118001	24770011	80.000,00	80.000,00	10302201585350031
MG	BRASILIA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11385910000118006	37130004	180.000,00	180.000,00	10302201585350031
MG	CAPELA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPELA NOVA	13577141000118001	19280002	80.000,00	80.000,00	10302201585350031
MG	CAPINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINOPOLIS - MG	13064891000118004	29380005	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	CARMO DO PARANAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARMO DO PARANAIBA - MG	11926064000118003	37680013	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	MONTEZUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11267314000118001	37430008	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	PARAISOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12153728000118006	22150009	170.000,00	170.000,00	10302201585350031
MG	PEQUERI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12923384000118001	19280002	80.000,00	80.000,00	10302201585350031
MG	SABINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11263461000118005	24780019	85.000,00	85.000,00	10302201585350031
MG	SAO JOSE DO GOIABAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13681931000118003	19280002	80.000,00	80.000,00	10302201585350031
MT	SAO JOSE DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO XINGU	14221522000118004	28250005	80.000,00	80.000,00	10302201585350051
PA	BANNACH	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11381413000118006	23850006	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	BELTERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELTERRA	11186410000118001	36970003	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	CAMETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11311333000118001	21520007	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	CAPITAO POCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CAPITAO POCO	11488124000118002	36970003	170.000,00	170.000,00	10302201585350015
PA	MARABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA	18478187000118007	36920011	340.000,00	340.000,00	10302201585350015
PA	SAO FELIX DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14051642000118002	26780010	85.000,00	85.000,00	10302201585350015
PB	PEDRAS DE FOGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10490987000118001	27160003	170.000,00	170.000,00	10302201585350025
PE	ITAPETIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPETIM	11402511000118001	36860009	80.000,00	80.000,00	10302201585350026
RJ	AREAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06810909000118003	37070017	180.000,00	180.000,00	10302201585353277
RJ	DUAS BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUAS BARRAS	13034389000118004	28810007	170.000,00	170.000,00	10302201585350033
RJ	TRES RIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11405835000118001	26160021	180.000,00	180.000,00	10302201585353361
RN	BENTO FERNANDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BENTO FERNANDES	11842621000118002	30540008	170.000,00	170.000,00	10302201585350024
RN	SAO JOAO DO SABUGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO SABUGI - RN	12035174000118001	37420003	85.000,00	85.000,00	10302201585350024
RN	TIBAU DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIBAU DO SUL-RN	11863962000118004	30490006	170.000,00	170.000,00	10302201585350024
RS	CERRO GRANDE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CERRO GRANDE DO SUL	11712396000118001	28580016	80.000,00	80.000,00	10302201585350043
RS	COXILHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COXILHA	12360135000118002	28580016	80.000,00	80.000,00	10302201585350043
RS	MANOEL VIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MANOEL VIANA	12200570000118002	28580016	80.000,00	80.000,00	10302201585350043
RS	PEDRO OSORIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PEDRO OSORIO - RS	13556480000118006	28580016	80.000,00	80.000,00	10302201585350043
RS	SALTO DO JACUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO DO JACUI	12193806000118003	21720003	85.000,00	85.000,00	10302201585350043
RS	SAO LOURENCO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LOURENCO DO SUL	13931745000118005	36610013	180.000,00	180.000,00	10302201585350043
SC	BOTUVERA	FUNDO MUN ICIPAL DE SAUDE DE BOTUVERA	11960753000118001	18810010	85.000,00	85.000,00	10302201585350042
SP	CAPELA DO ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAPELA DO ALTO	13869546000118001	37090003	160.000,00	160.000,00	10302201585350035
SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12240956000118006	37460001	80.000,00	80.000,00	10302201585350035
SP	IBITINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IBITINGA	11976658000118008	23660015	250.000,00	250.000,00	10302201585350035
SP	ITIRAPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITIRAPINA	12317964000118009	15990003	80.000,00	80.000,00	10302201585350035
SP	LAGOINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13816380000118001	22950023	85.000,00	85.000,00	10302201585350035
SP	MARABA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA PAULISTA	13851503000118003	31350011	80.000,00	80.000,00	10302201585350035
SP	MATAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATAO	12225804000118011	23660015	170.000,00	170.000,00	10302201585350035
SP	MATAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATAO	12225804000118012	31350011	80.000,00	80.000,00	10302201585350035
SP	MOGI DAS CRUZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES	12336008000118008	28050006	340.000,00	340.000,00	10302201585350035
SP	TUIUTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUIUTI	13993364000118003	17990006	80.000,00	80.000,00	10302201585350035
TO	DUERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUERE	13973552000118006	26910002	80.000,00	80.000,00	10302201585350017
TO	GUARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11295419000118002	26930008	180.000,00	180.000,00	10302201585350017
TO	ITACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITACAJA	11372183000118006	36950003	170.000,00	170.000,00	10302201585350017
TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DE SITIO NOVO DO TOCANTINS	11262636000118001	26930008	85.000,00	85.000,00	10302201585350017
TOTAL			53 PROPOSTAS			7.265.000,00	

PORTARIA Nº 888, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800037

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	ACRELANDIA	1201FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACRELANDIA	36000191390201800	30480001 37800002 36400010 37900004 30360020	100.000,00 100.000,00 100.000,00 100.000,00 200.000,00	1.650.000,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				29130018 24240009 29140009 30720012	200.000,00 200.000,00 300.000,00 350.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	ASSIS BRASIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000193783201800	29140009 29130018 38480016 30720012	83.563,00 100.000,00 100.000,00 100.000,00	783.563,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				37800002 37900004 24240009 30480001	100.000,00 100.000,00 100.000,00 100.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	BRASILEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000194608201800	36400010 37800002 30360020	59.000,00 100.000,00 200.000,00	2.759.000,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				29140009 30720012 37900004	200.000,00 200.000,00 200.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				29130018 30480001 38480002 38480016	400.000,00 400.000,00 500.000,00 500.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250154 10122201545250012
AC	BUJARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000177713201800	30480001 37800002 30360020	100.000,00 100.000,00 100.000,00	1.150.000,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				24240009 38480016 37900004 29140009	150.000,00 200.000,00 200.000,00 300.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	BUJARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000177716201800	29130018	102.600,00	102.600,00	10122201545250012
AC	BUJARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000194789201800	29130018	47,00	47,00	10122201545250012
AC	CAPIXABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPIXABA	36000191392201800	37800002 29130018 30720012 24240009	100.000,00 100.000,00 100.000,00 150.000,00	1.189.833,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				30480001 29140009 37900004 30360020	150.000,00 189.833,00 200.000,00 200.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000187746201800	30720012 30480001 37800002 36400010	100.000,00 200.000,00 200.000,00 200.000,00	3.392.271,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				30360020 29130018 24240009 37900004 29140009	450.000,00 500.000,00 542.271,00 600.000,00 600.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	EPITACIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169975201800	29140009 37800002 24240009 30360020	100.000,00 120.000,00 200.000,00 200.000,00	1.720.000,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				30480001 30720012 29130018 37900004	200.000,00 300.000,00 300.000,00 300.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	FEIJO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000187878201800	30360020 37800002 24240009 30480001	100.000,00 120.000,00 200.000,00 200.000,00	2.465.000,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				36400010 38480016 29130018 29140009 37900004	200.000,00 200.000,00 250.000,00 400.000,00 795.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800038

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000193804201800	37030003 30360020 30480001 30720012	50.000,00 100.000,00 100.000,00 100.000,00	850.000,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				38480016 37800002 37900004 29140009 36400010	100.000,00 100.000,00 100.000,00 100.000,00 100.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000193805201800	29130018	90.000,00	90.000,00	10122201545250012
AC	JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000194790201800	29130018	9.000,00	9.000,00	10122201545250012
AC	MANCIO LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANCIO LIMA	36000191099201800	37800002 29130018 30360020 24240009 30480001	120.000,00 150.000,00 150.000,00 150.000,00 150.000,00	1.833.685,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				37030003 37900004 38480016 29140009 36400010	150.000,00 200.000,00 200.000,00 213.685,00 350.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	MANCIO LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANCIO LIMA	36000194803201800	29130018	49.000,00	49.000,00	10122201545250012
AC	MANCIO LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANCIO LIMA	36000194975201800	29130018	999,00	999,00	10122201545250012
AC	MANOEL URBANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANOEL URBANO	36000188762201800	30480001 30360020 29140009	7.800,00 50.000,00 100.000,00	807.800,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				37900004 29130018 24240009 36400010	100.000,00 150.000,00 200.000,00 200.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	MANOEL URBANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANOEL URBANO	36000194806201800	29130018	28.000,00	28.000,00	10122201545250012
AC	MANOEL URBANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANOEL URBANO	36000194809201800	30480001	42.527,00	42.527,00	10122201545250012
AC	MARECHAL THAUMATURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000187626201800	30480001 37800002 24240009	100.000,00 120.000,00 250.000,00	1.620.000,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				37900004 29130018 36400010	300.000,00 350.000,00 500.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	PLACIDO DE CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171328201800	30720012 37900004 29130018 30480001 24240009 37800002	100.000,00 300.000,00 300.000,00 300.000,00 400.000,00 527.000,00	1.927.000,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	PORTO ACRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184820201800	37800002 36400010	130.000,00 136.135,00 150.000,00 150.000,00 150.000,00	1.994.112,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				24240009 37900004 38480016			
				30360020 30720012 30480001 29130018 37030003	177.977,00 200.000,00 250.000,00 250.000,00 400.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	PORTO WALTER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188163201800	30480001 37800002 29130018	50.000,00 52.721,00 150.000,00	852.721,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				37900004 36400010 24240009	200.000,00 200.000,00 200.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	RIO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169888201800	37800002 30480001	150.000,00 350.000,00	3.505.532,00	10122201545250012 10122201545250012
				37900004 30720012 37030003 29130018	486.136,00 500.000,00 847.271,00 1.172.125,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	RODRIGUES ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191849201800	30360020 29130018 30480001	100.000,00 150.000,00 150.000,00	1.668.820,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				29140009 37900004 37800002 24240009 36400010	168.820,00 200.000,00 200.000,00 200.000,00 500.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	SANTA ROSA DO PURUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA ROSA DO PURUS -AC	36000186211201800	37030003 29130018 37900004	50.000,00 100.000,00 100.000,00	550.000,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				37800002 24240009 30480001	100.000,00 100.000,00 100.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	SENA MADUREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SENA MADUREIRA	36000189447201800	37800002 30480001 30720012	200.000,00 200.000,00 300.000,00	2.900.000,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				37900004 24240009 29130018 36400010	500.000,00 500.000,00 500.000,00 700.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	SENADOR GUIOMARD	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000183498201800	24240009 30480001 30720012	150.000,00 200.000,00	2.906.136,00	10122201545250012 10122201545250012

				37800002	200.000,00 220.000,00 300.000,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				30360020 37900004 29130018 38480016 29140009	300.000,00 300.000,00 450.000,00 786.136,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	TARAUACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TARAUACA	36000170114201800	36400010 30480001 30720012	200.000,00 250.000,00 300.000,00	2.782.661,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				24240009 29130018 37900004 29140009	300.000,00 300.000,00 705.000,00 727.661,00		10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
AC	XAPURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000194201201800	30360020 30720012 37900004	100.000,00 150.000,00 200.000,00	1.764.999,00	10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012 10122201545250012
				30480001 29130018 37030003	200.000,00 474.999,00 640.000,00		10122201545250012 10122201545250012
AC	XAPURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000194810201800	37800002	15.432,00	15.432,00	10122201545250012
AM	ALVARAES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVARAES	36000175018201800	37940002 34960002 16220001	150.000,00 224.000,00 300.000,00	674.000,00	10122201545250013 10122201545250013 10122201545250013
AM	AMATURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000172540201800	38070009 16190003	200.000,00 200.000,00	400.000,00	10122201545250013 10122201545250013
AM	ANAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAMA-AM	36000178024201800	38070009	100.000,00	100.000,00	10122201545250013
AM	ANAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAMA-AM	36000178026201800	16190003	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	ANORI	PREFEITURA DE ANORI / FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170794201800	16220001 11470010	200.000,00 400.000,00	600.000,00	10122201545250013 10122201545250177
AM	APUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APUI	36000172140201800	16190003	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	APUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APUI	36000172211201800	16220001	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	ATALAIA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ATALAIA DO NORTE	36000169750201800	38070009 34960002	182.000,00 250.000,00	432.000,00	10122201545250013 10122201545250013
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	36000180816201800	34960002	300.000,00	300.000,00	10122201545250013
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	36000180824201800	16220001	400.000,00	400.000,00	10122201545250013
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	36000180829201800	37940002	250.000,00	250.000,00	10122201545250013
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	36000180833201800	11470005	650.000,00	650.000,00	10122201545250180
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	36000180840201800	38070009	300.000,00	300.000,00	10122201545250013
AM	BARCELOS	PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELOS/SEMSA/FMS	36000189597201800	37940002 16220001 34960002	132.271,00 200.000,00 350.000,00	682.271,00	10122201545250013 10122201545250013 10122201545250013
AM	BARREIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172391201800	38070009 16190003	200.000,00 200.000,00	400.000,00	10122201545250013 10122201545250013
AM	BOA VISTA DO RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000174135201800	16220001	500.000,00	500.000,00	10122201545250013
AM	BOCA DO ACRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000193734201800	16190003	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	BORBA	PMB/SEMSA/FMS	36000177578201800	16220001	300.000,00	300.000,00	10122201545250013
AM	CAAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAAPIRANGA-AM	36000193017201800	16220001	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	CAAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAAPIRANGA-AM	36000195431201800	34960002	250.000,00	250.000,00	10122201545250013
AM	CARAUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172454201800	11470011 34960002 37940002	127.632,00 150.000,00 250.000,00	2.122.344,00	10122201545250190 10122201545250013 10122201545250013 10122201545250013
				16190003 24180006	600.000,00 994.712,00		10122201545250013
AM	CAREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO CAREIRO	36000169654201800	34960002 11470012 16220001	300.000,00 400.000,00 422.271,00	1.122.271,00	10122201545250013 10122201545250191 10122201545250013
AM	CAREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO CAREIRO	36000195582201800	37940002	250.000,00	250.000,00	10122201545250013
AM	CODAJAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CODAJAS	36000187915201800	16190003	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	EIRUNEPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EIRUNEPE	36000178977201800	34960002 16220001 38070009	200.000,00 340.000,00 500.000,00	1.040.000,00	10122201545250013 10122201545250013 10122201545250013
AM	ENVIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000189415201800	16220001 37940002 34960002 16190003	100.000,00 200.000,00 200.000,00 500.000,00	1.000.000,00	10122201545250013 10122201545250013 10122201545250013 10122201545250013
AM	FONTE BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181396201800	34960002	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	FONTE BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184645201800	16190003	250.000,00	250.000,00	10122201545250013
AM	FONTE BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184833201800	16220001	300.000,00	300.000,00	10122201545250013
AM	FONTE BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184839201800	38070009	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	GUAJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAJARA (AM)	36000192702201800	16220001	100.000,00	100.000,00	10122201545250013
AM	GUAJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAJARA (AM)	36000192703201800	38070009 16190003	200.000,00 200.000,00	400.000,00	10122201545250013 10122201545250013
AM	HUMAITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE HUMAITA - AMAZONAS	36000172417201800	16220001	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	HUMAITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE HUMAITA - AMAZONAS	36000172418201800	34960002	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	IPIXUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000175212201800	34960002 38070009 16190003	186.136,00 200.000,00 500.000,00	886.136,00	10122201545250013 10122201545250013 10122201545250013
AM	IRANDUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRANDUBA	36000182526201800	38070009 16220001	200.000,00 200.000,00	400.000,00	10122201545250013 10122201545250013
AM	ITAMARATI	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITAMARATI	36000191823201800	38070009 34960002 16220001	200.000,00 226.000,00 500.000,00	926.000,00	10122201545250013 10122201545250013 10122201545250013
AM	ITAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA-AM	36000171874201800	16220001	300.000,00	300.000,00	10122201545250013
AM	JAPURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURA	36000183181201800	38070009 37940002	100.000,00 250.000,00	350.000,00	10122201545250013 10122201545250013

AM	JURUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JURUA-AM	36000170316201800	38070009 34960002	200.000,00 250.000,00	450.000,00	10122201545250013 10122201545250013
AM	JURUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JURUA-AM	36000182838201800	16190003 16220001	200.000,00 300.000,00	500.000,00	10122201545250013 10122201545250013
AM	JUTAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUTAI - AM	36000170214201800	38070009	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	LABREA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LABREA-AM	36000181760201800	34960002 37940002 16220001 16190003	250.000,00 250.000,00 300.000,00 750.000,00	1.550.000,00	10122201545250013 10122201545250013 10122201545250013 10122201545250013
AM	MANACAPURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000177321201800	24180006	697.356,00	697.356,00	10122201545250013
AM	MANAQUIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176161201800	38070009 16190003	200.000,00 400.000,00	600.000,00	10122201545250013 10122201545250013
AM	MANICORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANICORE	36000177422201800	16220001	300.000,00	300.000,00	10122201545250013
AM	MARAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MARAA-AM	36000173114201800	16190003 34960002	200.000,00 250.000,00	450.000,00	10122201545250013 10122201545250013
AM	NHAMUNDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171685201800	34960002	250.000,00	250.000,00	10122201545250013
AM	NOVA OLINDA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA OLINDA DO NORTE	36000169667201800	38070009 16190003	200.000,00 500.000,00	700.000,00	10122201545250013 10122201545250013
AM	NOVO AIRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO AIRAO	36000172022201800	34960002	500.000,00	500.000,00	10122201545250013
AM	NOVO AIRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO AIRAO	36000172107201800	16220001	100.000,00	100.000,00	10122201545250013
AM	NOVO ARIPUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO ARIPUANA	36000181689201800	16190003	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	PAUINI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAUINI	36000169925201800	38070009 16190003 34960002	150.000,00 200.000,00 200.000,00	550.000,00	10122201545250013 10122201545250013 10122201545250013
AM	RIO PRETO DA EVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DO MUNICPIO DE RIO PRETO DA EVA	36000169970201800	34960002	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA ISABEL DO RIO NEGRO	36000172196201800	34960002	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174256201800	34960002	250.000,00	250.000,00	10122201545250013
AM	SILVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170399201800	16220001	100.000,00	100.000,00	10122201545250013
AM	TAPAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TAPAUA	36000182552201800	38070009	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	TAPAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TAPAUA	36000182560201800	34960002	250.000,00	250.000,00	10122201545250013
AM	TAPAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TAPAUA	36000182566201800	37940002	250.000,00	250.000,00	10122201545250013
AM	TEFE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / TEFE-AM	36000169555201800	16190003	500.000,00	500.000,00	10122201545250013
AM	UARINI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/ UARINI-AM	36000170384201800	34960002	250.000,00	250.000,00	10122201545250013
AM	URUCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE URUCARA	36000172018201800	16190003	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	URUCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE URUCARA	36000172021201800	38070009	200.000,00	200.000,00	10122201545250013
AM	URUCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE URUCARA	36000172034201800	34960002	100.000,00	100.000,00	10122201545250013
AM	URUCURITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUCURITUBA	36000183908201800	34960002 37940002	100.000,00 250.000,00	350.000,00	10122201545250013 10122201545250013
AP	AMAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMAPA	36000185623201800	30600001 11350016 30450001 20470012	100.000,00 300.000,00 300.000,00 400.000,00	1.100.000,00	10122201545250395 10122201545250016 10122201545250395 10122201545250016
AP	AMAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMAPA	36000185678201800	37220016	40.000,00	40.000,00	10122201545250016
AP	AMAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMAPA	36000185682201800	37220016	3.000,00	3.000,00	10122201545250016
AP	CALCOENE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CALCOENE	36000185939201800	11350016 30600007 37220016	100.000,00 300.000,00 800.000,00	1.200.000,00	10122201545250016 10122201545250016 10122201545250016
AP	CUTIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUTIAS DO ARAGUARI	36000185757201800	30600005 37870005 30450003	49.381,00 150.000,00 270.637,00	470.018,00	10122201545250398 10122201545250016 10122201545250398
AP	FERREIRA GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FERREIRA GOMES - AP	36000181622201800	11350016 30450004	81.165,00 800.000,00	881.165,00	10122201545250016 10122201545250399
AP	ITAUBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAUBAL	36000178351201800	30450008 29190007 37870005	100.000,00 150.000,00 450.000,00	700.000,00	10122201545250400 10122201545250016 10122201545250016
AP	LARANJAL DO JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJAL DO JARI	36000180183201800	26760001 20470012 29190007	150.000,00 300.000,00 500.000,00	2.950.000,00	10122201545250016 10122201545250016 10122201545250016
				30600010 37870005	1.000.000,00 1.000.000,00		10122201545250401 10122201545250016
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	36000178987201800	29190007	500.000,00	500.000,00	10122201545250016
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	36000178991201800	26760001	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250016
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	36000178995201800	30600012	1.500.000,00	1.500.000,00	10122201545250402
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	36000178998201800	11350016	280.136,00	280.136,00	10122201545250016
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	36000191634201800	30450011	2.000.000,00	2.000.000,00	10122201545250402
AP	MAZAGAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000185772201800	11350016 37870005 29190007 26760001	100.000,00 108.000,00 600.000,00 800.000,00	1.608.000,00	10122201545250016 10122201545250016 10122201545250016 10122201545250016
AP	MAZAGAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000185777201800	37870005	800,00	800,00	10122201545250016
AP	OIAPOQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OIAPOQUE	36000194309201800	20470012 11350016 30450015	150.000,00 200.000,00 235.000,00	1.385.000,00	10122201545250016 10122201545250016 10122201545250404
				30600007 26760001	300.000,00 500.000,00		10122201545250016 10122201545250016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800041

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AP	PEDRA BRANCA DO AMAPARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177407201800	11350016 26760001 30600007 37220016	100.000,00 100.000,00 200.000,00 400.000,00	800.000,00	10122201545250016 10122201545250016 10122201545250016 10122201545250016
AP	PORTO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO GRANDE	36000190029201800	26760001	1.035.000,00	1.035.000,00	10122201545250016
AP	PORTO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO GRANDE	36000190036201800	36960007	385.298,00	385.298,00	10122201545250016
AP	PRACUUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PRACUUBA	36000185005201800	26760001	300.000,00	300.000,00	10122201545250016
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	36000175519201800	36960007	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250016
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	36000175529201800	20470012	700.000,00	700.000,00	10122201545250016
AP	SERRA DO NAVIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRA DO NAVIO	36000185902201800	29190007 30450018 37870005	100.000,00 200.000,00 250.000,00	550.000,00	10122201545250016 10122201545250394 10122201545250016
AP	TARTARUGALZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TARTARUGALZ-INHO- FMST	36000185838201800	30600007 30450022	300.000,00 629.000,00	929.000,00	10122201545250016 10122201545250408
AP	VITORIA DO JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORIA DO JARI	36000188144201800	20470012 30600016 26760001	200.000,00 200.000,00 300.000,00	1.859.341,00	10122201545250016 10122201545250409 10122201545250016
				36960007 37220016	559.341,00 600.000,00		10122201545250016 10122201545250016
AP	VITORIA DO JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORIA DO JARI	36000188314201800	29190007	92.790,00	92.790,00	10122201545250016
PA	ALENQUER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALENQUER	36000173691201800	37960011	150.000,00	150.000,00	10122201545250015
PA	ALMEIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000183772201800	30820001 32140003 21520005 30550009	165.000,00 700.000,00 966.136,00 1.000.000,00	2.831.136,00	10122201545250257 10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
PA	ALTAMIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171369201800	22630007	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	ANAJAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAJAS	36000190397201800	22630007 31880002	100.000,00 314.000,00	414.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	ANANINDEUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178164201800	33390014 37960011 36920002	250.000,00 300.000,00 500.000,00	1.050.000,00	10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
PA	ANAPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAPU	36000187453201800	30550009	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	ANAPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAPU	36000187456201800	11420001	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	ANAPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAPU	36000187458201800	36920002	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	ANAPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAPU	36000187461201800	22630007	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	AUGUSTO CORREA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169631201800	37640001	250.000,00	250.000,00	10122201545250015
PA	AUGUSTO CORREA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182251201800	37960011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	AUGUSTO CORREA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182260201800	11420001	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	AVEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AVEIRO	36000175371201800	22630007 32600001 32140003	100.000,00 150.000,00 200.000,00	450.000,00	10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
PA	BAGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAGRE	36000174660201800	30820002	150.000,00	150.000,00	10122201545250265
PA	BANNACH	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184084201800	31880002	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	BANNACH	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184087201800	11420001	200.000,00	200.000,00	10122201545250015
PA	BANNACH	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184094201800	37640001	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	BANNACH	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184098201800	36970011	55.000,00	55.000,00	10122201545250015
PA	BARCARENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARCARENA	36000183817201800	30550009	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250015
PA	BARCARENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARCARENA	36000183826201800	36920002	200.000,00	200.000,00	10122201545250015
PA	BARCARENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARCARENA	36000183831201800	23850007	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250015
PA	BENEVIDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182906201800	22630007 31880002	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	BOM JESUS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176576201800	31880002	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	BRAGANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000179398201800	33390014 22630007	50.000,00 100.000,00	150.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	BRAGANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000179400201800	33390011	500.000,00	500.000,00	10122201545250274
PA	BRAGANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184685201800	36920003	250.000,00	250.000,00	10122201545250015
PA	BRASIL NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173644201800	11420001 36920002	400.000,00 500.000,00	900.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	BREJO GRANDE DO ARAGUA-IA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJO GRANDE DO ARAGUAIA	36000173170201800	36920002	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	BREU BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREU BRANCO	36000179026201800	30820005	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250277
PA	BREU BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREU BRANCO	36000187253201800	36920003	500.000,00	500.000,00	10122201545250015
PA	BREU BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREU BRANCO	36000187319201800	37960011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	BREVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171006201800	37960011	200.000,00	200.000,00	10122201545250015
PA	BUJARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BUJARU	36000178512201800	23850007	150.000,00	150.000,00	10122201545250015
PA	BUJARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BUJARU	36000178524201800	37960011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	CACHOEIRA DO ARARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CACHOEIRA DO ARARI	36000179129201800	36920003 22630007	50.000,00 100.000,00	150.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	CACHOEIRA DO PIRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000190807201800	23850007	350.000,00	350.000,00	10122201545250015
PA	CAMETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000194431201800	31880002	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	CAMETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000194432201800	22630007	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	CANAA DOS CARAJAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANAA DOS CARAJAS	36000187100201800	30820010	200.000,00	200.000,00	10122201545250283
PA	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181756201800	32140003 30820011 36920003	150.000,00 250.000,00 300.000,00	700.000,00	10122201545250015 10122201545250284 10122201545250015
PA	CAPITAO POCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CAPITAO POCO	36000174118201800	30550009 37640001	200.000,00 500.000,00	700.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	COLARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COLARES	36000186467201800	37960011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	36000185578201800	31880002 37960011 32600001	100.000,00 200.000,00 300.000,00	1.900.000,00	10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
				37640001 30550009	300.000,00 1.000.000,00		10122201545250015 10122201545250015
PA	CONCORDIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCORDIA DO PARA	36000171360201800	22630007 31880002 21520005 11420001	100.000,00 100.000,00 180.113,00 300.000,00	680.113,00	10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
PA	CUMARU DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUMARU DO NORTE	36000172856201800	22630007	100.000,00	100.000,00	10122201545250015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800042

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	CURRALINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CURRALINHO	36000184439201800	31880002	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	CURUCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUCA	36000182434201800	33390013	50.000,00	50.000,00	10122201545250015
PA	CURUCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUCA	36000182443201800	30820013	235.000,00	235.000,00	10122201545250295
PA	CURUCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUCA	36000182448201800	32140003	150.000,00	150.000,00	10122201545250015
PA	DOM ELISEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171853201800	31880002 22630007 37960011 37640001	100.000,00 100.000,00 100.000,00 200.000,00	2.282.000,00	10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
				30820014 11420001 21520005	282.000,00 500.000,00 1.000.000,00		10122201545250296 10122201545250015 10122201545250015
PA	ELDORADO DOS CARAJAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177426201800	37960011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	ELDORADO DOS CARAJAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178588201800	31880002	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	FARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FARO	36000172830201800	31880002	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	FARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FARO	36000177210201800	37960011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTA DO ARAGUAIA	36000181670201800	31880002	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTA DO ARAGUAIA	36000181675201800	11420001	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	IGARAPE-ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172306201800	22630007	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	IGARAPE-MIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGARAPE MIRI	36000176312201800	37640001	400.000,00	400.000,00	10122201545250015
PA	INHANGAPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - INHANGAPI	36000176802201800	33390013	500.000,00	500.000,00	10122201545250015
PA	IPIXUNA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIXUNA DO PARA	36000185372201800	22630007 37640001 21520005	100.000,00 200.000,00 500.000,00	800.000,00	10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
PA	IRITUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRITUIA	36000179105201800	33390013	200.000,00	200.000,00	10122201545250015
PA	IRITUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRITUIA	36000179107201800	31880002	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	ITAITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAITUBA	36000170294201800	31880002	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	ITUPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175853201800	36920003 22630007	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	JACUNDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188621201800	37960011 22630007	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	LIMOEIRO DO AJURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LIMOEIRO DO AJURU	36000171438201800	22630007 37960011 37640001	100.000,00 150.000,00 175.000,00	425.000,00	10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
PA	MAE DO RIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAE DO RIO	36000175336201800	30820018	500.000,00	500.000,00	10122201545250314
PA	MAGALHAES BARATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAGALHAES BARATA	36000177174201800	31880002	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	MAGALHAES BARATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAGALHAES BARATA	36000177175201800	22630007	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	MARACANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARACANA	36000170439201800	34920010	400.000,00	400.000,00	10122201545250015
PA	MARITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARITUBA	36000175503201800	36920003	400.000,00	400.000,00	10122201545250015
PA	MEDICILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MEDICILANDIA	36000176748201800	37960011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	MELGACO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169239201800	37960011 31880002 34920010	100.000,00 150.136,00 600.000,00	850.136,00	10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
PA	MOCAJUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MOCAJUBA	36000185702201800	22630007	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	MOJU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176778201800	36970011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	MOJU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181720201800	34920010	400.000,00	400.000,00	10122201545250015
PA	MUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000195330201800	37960011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171622201800	37960011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	NOVA IPIXUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173477201800	22630007 31880002	100.000,00 222.000,00	322.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	NOVA TIMBOTEUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TIMBOTEUA	36000177148201800	37640001	125.000,00	125.000,00	10122201545250015
PA	NOVA TIMBOTEUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TIMBOTEUA	36000177149201800	37960011	150.000,00	150.000,00	10122201545250015
PA	NOVA TIMBOTEUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TIMBOTEUA	36000177150201800	22630007	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	NOVA TIMBOTEUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TIMBOTEUA	36000177158201800	30550009	200.000,00	200.000,00	10122201545250015
PA	NOVA TIMBOTEUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA TIMBOTEUA	36000177160201800	31880002	400.000,00	400.000,00	10122201545250015
PA	NOVO PROGRESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO PROGRESSO	36000173043201800	22630007 37960011 36920002	100.000,00 100.000,00 100.000,00	300.000,00	10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
PA	NOVO REPARTIMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175014201800	31880002	400.000,00	400.000,00	10122201545250015
PA	OEIRAS DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OEIRAS DO PARA	36000181472201800	22630007 37960011 31880002	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
PA	OURILANDIA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURILANDIA DO NORTE	36000185377201800	22630007	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	OURILANDIA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURILANDIA DO NORTE	36000193542201800	37640001	250.000,00	250.000,00	10122201545250015
PA	PACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178932201800	11420001 31880002	200.000,00 500.000,00	700.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	PARAGOMINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGOMINAS	36000184174201800	33390014	50.000,00	50.000,00	10122201545250015
PA	PARAUAPEBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAUAPEBAS	36000174781201800	11420001	950.000,00	950.000,00	10122201545250015
PA	PAU D'ARCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176230201800	32140003	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250015
PA	PEIXE-BOI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PEIXE - BOI	36000185606201800	22630007	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	PICARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191884201800	36920002	122.271,00	122.271,00	10122201545250015
PA	PICARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191886201800	32140003	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	PLACAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLACAS	36000183255201800	32140003	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	PONTA DE PEDRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTA DE PEDRAS	36000170084201800	31880002	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	PONTA DE PEDRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTA DE PEDRAS	36000173557201800	37640001	250.000,00	250.000,00	10122201545250015
PA	PONTA DE PEDRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTA DE PEDRAS	36000173561201800	22630007	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	PORTO DE MOZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO DE MOZ	36000179514201800	37960011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	PRIMAVERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRIMAVERA	36000176715201800	22630007	400.000,00	400.000,00	10122201545250015

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800043

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	PRIMAVERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRIMAVERA	36000185194201800	32600001	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	QUATIPURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE QUATIPURU	36000171655201800	37640001	200.000,00	200.000,00	10122201545250015
PA	REDENCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173652201800	32600001 37960011 30550009 11420001	150.000,00 300.000,00 300.000,00 350.000,00	1.100.000,00	10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
PA	RIO MARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172340201800	37960011 11420001	100.000,00 300.000,00	400.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	RONDON DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RONDON DO PARA	36000187418201800	33390013	330.000,00	330.000,00	10122201545250015
PA	RUROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUROPOLIS	36000172550201800	11420001 32140003	300.000,00 386.136,00	686.136,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	SALINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALINOPOLIS	36000182763201800	21520005	800.000,00	800.000,00	10122201545250015
PA	SALVATERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174487201800	32600001	200.000,00	200.000,00	10122201545250015
PA	SANTA BARBARA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA BARBARA DO PARA - FMSSBP	36000181197201800	36920003	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	SANTA IZABEL DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ISABEL DO PARA	36000187079201800	37960011	150.000,00	150.000,00	10122201545250015
PA	SANTA LUZIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA DO PARA	36000181420201800	37960011	150.000,00	150.000,00	10122201545250015
PA	SANTA LUZIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA DO PARA	36000181422201800	37640001	250.000,00	250.000,00	10122201545250015
PA	SANTA MARIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO PARA	36000194362201800	30550009	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171487201800	37640001	25.000,00	25.000,00	10122201545250015
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171495201800	37640001	25.000,00	25.000,00	10122201545250015
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171525201800	37640001	25.000,00	25.000,00	10122201545250015
PA	SANTANA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171533201800	37640001	25.000,00	25.000,00	10122201545250015
PA	SANTO ANTONIO DO TAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO TAUA	36000190711201800	31880002	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	SANTO ANTONIO DO TAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO TAUA	36000190712201800	22630007	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	SAO CAETANO DE ODIVELAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CAETANO DE ODIVELAS	36000191223201800	37960011 30820022 36920003	150.000,00 200.000,00 200.000,00	550.000,00	10122201545250015 10122201545250366 10122201545250015
PA	SAO DOMINGOS DO CAPIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS DO CAPIM	36000175268201800	37960011 33390013 30550009	100.000,00 200.000,00 500.000,00	800.000,00	10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
PA	SAO FELIX DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182296201800	37960011	150.000,00	150.000,00	10122201545250015
PA	SAO FRANCISCO DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO PARA	36000177187201800	36920003	50.000,00	50.000,00	10122201545250015
PA	SAO FRANCISCO DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO PARA	36000177188201800	34920010	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	SAO JOAO DA PONTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DA PONTA	36000169573201800	37960011 34920010	136.136,00 200.000,00	336.136,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	SAO JOAO DE PIRABAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DE PIRABAS	36000171631201800	33390013	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	SAO JOAO DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO ARAGUAIA	36000177794201800	37960011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	SAO MIGUEL DO GUAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175201201800	37640001	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	SAO SEBASTIAO DA BOA VISTA	PMSSBV - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000180282201800	37960011 34920010	100.000,00 500.000,00	600.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	SAPUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAPUCAIA	36000176515201800	36970011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	SOURE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOURE	36000183037201800	31880002	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	TAILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000190381201800	36970011	200.000,00	200.000,00	10122201545250015
PA	TAILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000190382201800	31880002	150.000,00	150.000,00	10122201545250015
PA	TERRA ALTA	TERRA ALTA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000193541201800	37960011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	TERRA ALTA	TERRA ALTA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000193543201800	36920003	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
PA	TERRA ALTA	TERRA ALTA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000193544201800	22630007	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	TERRA ALTA	TERRA ALTA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000193546201800	31880002	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	TOME-ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000183491201800	31880002 11420001	100.000,00 300.000,00	400.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	TRACUATEUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRACUATEUA	36000177742201800	31880002 33390013	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	TUCUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169632201800	37960011 32600001 36970011	150.000,00 200.000,00 300.000,00	650.000,00	10122201545250015 10122201545250015 10122201545250015
PA	TUCUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192606201800	37640001	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	TUCURUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175065201800	31880002 11420001	500.000,00 950.000,00	1.450.000,00	10122201545250015 10122201545250015
PA	URUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUARA	36000192109201800	32600001	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250015
PA	URUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUARA	36000193931201800	11420001	500.000,00	500.000,00	10122201545250015
PA	URUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUARA	36000193940201800	32140003	1.500.000,00	1.500.000,00	10122201545250015
PA	VISEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VISEU	36000182656201800	23850007	310.000,00	310.000,00	10122201545250015
PA	VISEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VISEU	36000182659201800	37960011	100.000,00	100.000,00	10122201545250015
PA	XINGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171965201800	37960011	300.000,00	300.000,00	10122201545250015
RO	ALTA FLORESTA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175399201800	20480011	200.000,00	200.000,00	10122201545250011
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS	36000180806201800	37080007	161.136,00	161.136,00	10122201545250011
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS	36000184602201800	29170004	20.000,00	20.000,00	10122201545250011
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE DOS PARECIS	36000184904201800	20480011	200.000,00	200.000,00	10122201545250011
RO	ALTO PARAISO	FUNDO MUNICPAL DE SAUDE DE ALTO PARAISO	36000174350201800	26330009	150.000,00	150.000,00	10122201545250011
RO	ALTO PARAISO	FUNDO MUNICPAL DE SAUDE DE ALTO PARAISO	36000174352201800	24200003	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250126
RO	ALVORADA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVORADA DO OESTE	36000185892201800	37060004 30960005 37250012 37080007	30.000,00 100.000,00 100.000,00 100.000,00	930.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
				20480011 29170004 34990003	150.000,00 200.000,00 250.000,00		10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800044

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	BURITIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITIS	36000177213201800	37250012 37080007	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250011 10122201545250011
RO	BURITIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITIS	36000184771201800	29170004 20480011	134.827,00 200.000,00	334.827,00	10122201545250011 10122201545250011
RO	CABIXI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000190452201800	37080007 37060004	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250011 10122201545250011
RO	CACAULANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACAULANDIA	36000179484201800	37060004 29470002	16.000,00 100.000,00	116.000,00	10122201545250011 10122201545250011
RO	CACOAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACOAL	36000177001201800	34300005 34990003	250.000,00 286.136,00	536.136,00	10122201545250011 10122201545250011
RO	CAMPO NOVO DE RONDONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO NOVO DE RONDONIA	36000174421201800	37080007	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	CAMPO NOVO DE RONDONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO NOVO DE RONDONIA	36000174442201800	37060004	200.000,00	200.000,00	10122201545250011
RO	CANDEIAS DO JAMARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANDEIAS DO JAMARI	36000189898201800	37250012 37080007	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250011 10122201545250011
RO	CASTANHEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170645201800	30960005 29170004 20480011	100.000,00 150.000,00 200.000,00	450.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	CEREJEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CEREJEIRAS - RO	36000192517201800	30960005	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	CEREJEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CEREJEIRAS - RO	36000192519201800	29170004	200.000,00	200.000,00	10122201545250011
RO	CEREJEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CEREJEIRAS - RO	36000192521201800	37250012	200.000,00	200.000,00	10122201545250011
RO	CEREJEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CEREJEIRAS - RO	36000192522201800	29470002	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	CEREJEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CEREJEIRAS - RO	36000192523201800	20480011	200.000,00	200.000,00	10122201545250011
RO	CHUPINGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000180335201800	29170004 37060004 29470002	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	COLORADO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175260201800	20480011	300.000,00	300.000,00	10122201545250011
RO	CORUMBIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000183840201800	37080007 29170004 37060004	100.000,00 150.000,00 150.000,00	400.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	COSTA MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176835201800	30960005	500.000,00	500.000,00	10122201545250011
RO	COSTA MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176837201800	37060004	200.000,00	200.000,00	10122201545250011
RO	COSTA MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176839201800	37250012	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	COSTA MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176841201800	29170004	250.000,00	250.000,00	10122201545250011
RO	CUJUBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUJUBIM	36000169388201800	37250012 29170004 37060004 37080007	100.000,00 200.000,00 250.000,00 500.000,00	1.050.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	ESPIGAO D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPIGAO DO OESTE (FMS)	36000179953201800	37060004	256.136,00	256.136,00	10122201545250011
RO	ESPIGAO D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPIGAO DO OESTE (FMS)	36000179956201800	37080007	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	36000174436201800	26330009 29170004 37080007	100.000,00 100.000,00 150.000,00	750.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
				37060004 29470002	200.000,00 200.000,00		10122201545250011 10122201545250011
RO	GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOVERNADOR JORGE TEIXEIRA	36000180211201800	26330009	22.500,00	22.500,00	10122201545250011
RO	GUAJARA-MIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192640201800	37080007 37250012 20480011	100.000,00 100.000,00 150.000,00	1.050.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
				29170004 34990003 29470002	200.000,00 250.000,00 250.000,00		10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	ITAPUA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPUA DO OESTE - RO	36000169490201800	37080007	250.000,00	250.000,00	10122201545250011
RO	ITAPUA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPUA DO OESTE - RO	36000172352201800	29170004	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	MINISTRO ANDREAZZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MINISTRO ANDREAZZA	36000183117201800	37080007 37250012 34990003	100.000,00 100.000,00 250.000,00	450.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	MIRANTE DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRANTE DA SERRA	36000188861201800	37060004	500.000,00	500.000,00	10122201545250011
RO	MIRANTE DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRANTE DA SERRA	36000188968201800	30960005	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	MONTE NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE NEGRO	36000174315201800	37250012 29170004 24200010	100.000,00 136.136,00 150.000,00	386.136,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILNDIA D'OESTE - RO.	36000177655201800	37060004 37250012 20480011	100.000,00 100.000,00 150.000,00	770.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
				34990003 37080007	200.000,00 220.000,00		10122201545250011 10122201545250011
RO	NOVA BRASILANDIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA BRASILNDIA D'OESTE - RO.	36000177657201800	29170004	500.000,00	500.000,00	10122201545250011
RO	NOVA MAMORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA MAMORE	36000173690201800	29170004 37250012 20480011	100.000,00 100.000,00 150.000,00	1.450.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
				37080007 34990003 37060004	150.000,00 300.000,00 650.000,00		10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	NOVA UNIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA UNIAO	36000187176201800	37080007	100.500,00	100.500,00	10122201545250011
RO	NOVA UNIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA UNIAO	36000187181201800	37060004	200.000,00	200.000,00	10122201545250011
RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174368201800	37080007	250.000,00	250.000,00	10122201545250011
RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175693201800	29170004	150.000,00	150.000,00	10122201545250011

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800045

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000179237201800	37060004	11.000,00	11.000,00	10122201545250011
RO	NOVO HORIZONTE DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192671201800	28180014	300.000,00	300.000,00	10122201545253744
RO	OURO PRETO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO DO OESTE	36000171110201800	24200010	165.000,00	165.000,00	10122201545250011
RO	OURO PRETO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRETO DO OESTE	36000171180201800	20480011	216.136,00	216.136,00	10122201545250011
RO	PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARECIS	36000192501201800	20480011	190.310,00	190.310,00	10122201545250011
RO	PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARECIS	36000192502201800	29170004	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARECIS	36000192503201800	30960005	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARECIS	36000192504201800	37080007	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182183201800	37060004	150.000,00	150.000,00	10122201545250011
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182187201800	29170004	150.000,00	150.000,00	10122201545250011
RO	PIMENTEIRAS DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000185699201800	34990003	45.000,00	45.000,00	10122201545250011
RO	PORTO VELHO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE	36000184356201800	34300004	3.586.136,00	3.586.136,00	10122201545250011
RO	PORTO VELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184092201800	37080007 34300004	210.000,00 500.000,00	710.000,00	10122201545250011 10122201545250011
RO	PRESIDENTE MEDICI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177065201800	29170004	200.000,00	200.000,00	10122201545250011
RO	PRIMAVERA DE RONDONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRIMAVERA DE RONDONIA	36000179801201800	37060004 29170004 20480011	150.000,00 189.888,00 200.000,00	539.888,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	RIO CRESPO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE RIO CRESPO	36000177044201800	37250012	72.000,00	72.000,00	10122201545250011
RO	RIO CRESPO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE RIO CRESPO	36000177048201800	29170004	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	RIO CRESPO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE RIO CRESPO	36000177052201800	37080007	150.000,00	150.000,00	10122201545250011
RO	RIO CRESPO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE RIO CRESPO	36000178826201800	30960005	174.000,00	174.000,00	10122201545250011
RO	ROLIM DE MOURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173346201800	37080008	600.000,00	600.000,00	10122201545250011
RO	ROLIM DE MOURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176534201800	30960005 37250012 29170004	100.000,00 100.000,00 200.000,00	400.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	SANTA LUZIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192457201800	37060004	300.000,00	300.000,00	10122201545250011
RO	SANTA LUZIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192459201800	20480011	200.000,00	200.000,00	10122201545250011
RO	SANTA LUZIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192460201800	29470002	200.000,00	200.000,00	10122201545250011
RO	SANTA LUZIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192461201800	34990003	250.000,00	250.000,00	10122201545250011
RO	SANTA LUZIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192466201800	30960005	73.000,00	73.000,00	10122201545250011
RO	SAO FELIPE D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FELIPE D'OESTE	36000174802201800	37060004 37080007 34990003	100.000,00 100.000,00 300.000,00	500.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	SAO FRANCISCO DO GUAPORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172368201800	37060004	300.000,00	300.000,00	10122201545250011
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO GUAPORE	36000192560201800	37250012	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO GUAPORE	36000192562201800	37060004	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO GUAPORE	36000192563201800	34300005	250.000,00	250.000,00	10122201545250011
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO GUAPORE	36000192564201800	34990003	250.000,00	250.000,00	10122201545250011
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO GUAPORE	36000192565201800	20480011	150.000,00	150.000,00	10122201545250011
RO	SERINGUEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERINGUEIRAS	36000188036201800	37060004 37250012 26330009	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	TEIXEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEIXEIRPOLIS	36000180705201800	29170004 37060004	100.000,00 450.000,00	550.000,00	10122201545250011 10122201545250011
RO	THEOBROMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE THEOBROMA	36000189659201800	37250012	90.000,00	90.000,00	10122201545250011
RO	THEOBROMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE THEOBROMA	36000189661201800	29170004	100.000,00	100.000,00	10122201545250011
RO	THEOBROMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE THEOBROMA	36000189664201800	37060004	280.000,00	280.000,00	10122201545250011
RO	THEOBROMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE THEOBROMA	36000189666201800	37080007	150.000,00	150.000,00	10122201545250011
RO	URUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175100201800	29170004 37080007 37060004	50.000,00 100.000,00 100.000,00	250.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	VALE DO ANARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000190854201800	37080007 37250012 29170004 37060004	100.000,00 100.000,00 200.000,00 200.000,00	600.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011 10122201545250011
RO	VALE DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DO PARAISO	36000171066201800	30960005 37080007	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250011 10122201545250011
RO	VALE DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DO PARAISO	36000171214201800	29170004 37060004	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250011 10122201545250011
RO	VILHENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172818201800	20480011 34990003 26330013	500.000,00 500.000,00 1.000.000,00	2.000.000,00	10122201545250011 10122201545250011 10122201545250121
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA	36000169764201800	22820003	7.386.136,00	7.386.136,00	10122201545250238
RR	BONFIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BONFIM	36000192777201800	38040002	200.185,00	200.185,00	10122201545250239
RR	CANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTA	36000191418201800	38040004	200.000,00	200.000,00	10122201545250240
RR	CARACARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE / MUNICIPIO DE CARACARAI	36000172556201800	23700004	450.000,00	450.000,00	10122201545250014
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	36000191408201800	38040003	183.951,00	183.951,00	10122201545250243
RR	MUCAJAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUCAJAI	36000175588201800	26700004	300.000,00	300.000,00	10122201545250014
RR	MUCAJAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUCAJAI	36000175593201800	23700004	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250014
RR	NORMANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NORMANDIA	36000181664201800	23700004	250.000,00	250.000,00	10122201545250014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	36000173703201800	26700004	143.136,00	143.136,00	10122201545250014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	36000173704201800	23700004	300.000,00	300.000,00	10122201545250014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	36000173705201800	37450011	300.000,00	300.000,00	10122201545250014
RR	SAO LUIZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LUIZ	36000191410201800	38040001	200.000,00	200.000,00	10122201545250249
TO	AGUIARNOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172040201800	36950001	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	ALIANCA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169746201800	37750005	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	ALIANCA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169751201800	29310004	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	ALMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMAS	36000171295201800	30860003	300.000,00	300.000,00	10122201545250017
TO	ALMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMAS	36000171298201800	30680002	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	ALMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMAS	36000171301201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800046

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

TO	ALMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMAS	36000171303201800	26900005	110.000,00	110.000,00	10122201545250017
TO	ALVORADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVORADA	36000187363201800	29310004 24290004	200.000,00 200.000,00	400.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	ANANAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANANAS	36000188665201800	24290004	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	ANANAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANANAS	36000188670201800	24290006	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	ANGICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191520201800	26900005	180.000,00	180.000,00	10122201545250017
TO	APARECIDA DO RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA DO RIO NEGRO	36000172914201800	26910006	80.000,00	80.000,00	10122201545250017
TO	ARAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169721201800	29310004	250.000,00	250.000,00	10122201545250017
TO	ARAGUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172566201800	24290004 29310004	100.000,00 300.000,00	400.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	ARAGUATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181476201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	ARAPOEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182939201800	36950001	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	ARRAIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARRAIAS	36000174031201800	29310004	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	AUGUSTINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUGUSTINOPOLIS	36000171359201800	37750005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	AURORA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURORA DO TOCANTINS - TO	36000169313201800	37750005	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	AXIXA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AXIXA DO TOCANTINS	36000173007201800	29310004	250.000,00	250.000,00	10122201545250017
TO	BABACULANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172748201800	36950001	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	BABACULANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172750201800	29310004	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	BABACULANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172751201800	24290004	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	BABACULANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172753201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BANDEIRANTES DO TOCANTINS	36000173213201800	26900005	180.000,00	180.000,00	10122201545250017
TO	BANDEIRANTES DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BANDEIRANTES DO TOCANTINS	36000173226201800	24290004	116.500,00	116.500,00	10122201545250017
TO	BARRA DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO OURO	36000172758201800	26900005	120.000,00	120.000,00	10122201545250017
TO	BARRA DO OURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA DO OURO	36000172759201800	30860003	300.000,00	300.000,00	10122201545250017
TO	BARROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARROLNDIA - TO	36000172541201800	30680002	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	BARROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARROLNDIA - TO	36000172542201800	26900005	120.000,00	120.000,00	10122201545250017
TO	BARROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARROLNDIA - TO	36000172544201800	30860003	300.000,00	300.000,00	10122201545250017
TO	BOM JESUS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S. DE BOM JESUS DO TOCANTINS - TO	36000171669201800	26900005	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	BOM JESUS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S. DE BOM JESUS DO TOCANTINS - TO	36000171675201800	30680002	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	BRASILANDIA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173084201800	37750005 26900005	80.000,00 200.000,00	280.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	BREJINHO DE NAZARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188916201800	36950001	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	BREJINHO DE NAZARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188918201800	29310004	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	BURITI DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172139201800	37750005 26900005	120.000,00 200.000,00	320.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	CACHOEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172740201800	24290004	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	CACHOEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172743201800	26900005	120.000,00	120.000,00	10122201545250017
TO	CACHOEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172745201800	23590008	136.136,00	136.136,00	10122201545250017
TO	CARIRI DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARIRI DO TOCANTINS	36000172291201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	CARIRI DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARIRI DO TOCANTINS	36000172292201800	29310004	172.271,00	172.271,00	10122201545250017
TO	CARIRI DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARIRI DO TOCANTINS	36000172296201800	24290004	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	CARMOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174535201800	29180001 24290004	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	CARRASCO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARRASCO BONITO - FMSCB	36000173575201800	24290004	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	CARRASCO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARRASCO BONITO - FMSCB	36000173583201800	29180001	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	CASEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASEARA	36000172537201800	29310004	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	CASEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASEARA	36000172538201800	30680002	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	CASEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASEARA	36000172539201800	36950001	300.000,00	300.000,00	10122201545250017
TO	CENTENARIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170844201800	29310004	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	CHAPADA DA NATIVIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADA DA NATIVIDADE	36000172130201800	26900005 29180001 37750005	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250017 10122201545250017 10122201545250017
TO	CHAPADA DE AREIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADA DE AREIA	36000170259201800	30680002	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	COLINAS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173758201800	37750005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	COLINAS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182413201800	30680003 24290006	100.000,00 400.000,00	500.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	COLMEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000170713201800	30680002	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	COMBINADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174109201800	26900005	80.000,00	80.000,00	10122201545250017
TO	COMBINADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174113201800	30860003	300.000,00	300.000,00	10122201545250017
TO	COUTO MAGALHAES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181569201800	26910006 29180001	80.000,00 150.000,00	230.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	CRISTALANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALANDIA	36000188990201800	30680002	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	CRISTALANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALANDIA	36000188996201800	29310004	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	CRISTALANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALANDIA	36000189027201800	36950001	250.000,00	250.000,00	10122201545250017
TO	CRISTALANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRISTALANDIA	36000189029201800	26900005	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	CRIXAS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRIXAS-TO	36000190183201800	37750005	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	DARCINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DARCINOPOLIS	36000169366201800	29310004 24290004	150.000,00 150.000,00	300.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	DIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172069201800	37750005	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	36000176770201800	26930009	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVINOPOLIS DO TOCANTINS	36000176990201800	26910006	70.000,00	70.000,00	10122201545250017
TO	DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172529201800	36950001	250.000,00	250.000,00	10122201545250017
TO	DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172530201800	26900005	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	DOIS IRMAOS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172531201800	29180001	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	DUERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DUERE	36000186234201800	26910006 24290006	46.063,00 100.000,00	146.063,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	ESPERANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169443201800	26900005	180.000,00	180.000,00	10122201545250017

TO	ESPERANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169448201800	24290004	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	FATIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FATIMA	36000178536201800	37750005	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	FIGUEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIGUEIROPOLIS	36000175496201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	FILADELFIA	FUNDO MUNICUIPAL DE SAUDE	36000169250201800	24290004 30860003	100.000,00 300.000,00	400.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	FORMOSO DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE FORMOSO DO ARAGUAIA	36000177646201800	29310004 29180001	150.000,00 200.000,00	350.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	FORTALEZA DO TABOCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170830201800	37750005	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	GOIANORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171569201800	26910006 24290004	150.000,00 200.000,00	350.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	GOIATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000185367201800	24290006	75.000,00	75.000,00	10122201545250017
TO	GUARAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170512201800	29310004	500.000,00	500.000,00	10122201545250017
TO	IPUEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177192201800	29310004 37750005	100.000,00 250.000,00	350.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	ITACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITACAJA	36000169720201800	29180001	80.000,00	80.000,00	10122201545250017
TO	ITACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITACAJA	36000170323201800	37750005	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	ITAGUATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUATINS	36000169322201800	29180001	300.000,00	300.000,00	10122201545250017
TO	ITAPORA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177002201800	30680002 26900005 26930009	100.000,00 150.000,00 200.000,00	450.000,00	10122201545250017 10122201545250017 10122201545250017
TO	JAU DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAU DO TOCANTINS	36000177496201800	36950001	250.000,00	250.000,00	10122201545250017
TO	JAU DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAU DO TOCANTINS	36000177498201800	26910006	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	JUARINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171764201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	JUARINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171778201800	36950001	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	LAGOA DA CONFUSAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA DA CONFUSAO	36000180524201800	36950001	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	LAGOA DA CONFUSAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA DA CONFUSAO	36000180534201800	30860003	300.000,00	300.000,00	10122201545250017
TO	LAGOA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188179201800	30680002	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	LAGOA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188182201800	26900005	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	LAGOA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188183201800	29310004	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	LAJEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAJEADO DO TOCANTINS-TO	36000190810201800	30680002 37750005 29180001	100.000,00 150.000,00 150.000,00	400.000,00	10122201545250017 10122201545250017 10122201545250017
TO	LIZARDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172199201800	26900005	80.000,00	80.000,00	10122201545250017
TO	LUZINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZINOPOLIS	36000173169201800	26900005 37750005	150.000,00 152.000,00	302.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	LUZINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZINOPOLIS	36000173506201800	37750005	390,00	390,00	10122201545250017
TO	LUZINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUZINOPOLIS	36000173509201800	37750005	2,00	2,00	10122201545250017
TO	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	36000178502201800	29310004	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	36000178506201800	37750005	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	36000178510201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARIANOPOLIS DO TOCANTINS	36000178539201800	36950001	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	MATEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000180539201800	29310004	250.000,00	250.000,00	10122201545250017
TO	MAURILANDIA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAURILANDIA DO TOCANTINS	36000169272201800	37750005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	MIRACEMA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175650201800	30860003	386.136,00	386.136,00	10122201545250017
TO	MIRANORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181713201800	29180001	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	MIRANORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182306201800	26900005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	MONTE DO CARMO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE DO CARMO	36000172520201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	MONTE DO CARMO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE DO CARMO	36000172522201800	30680002	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	MONTE DO CARMO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE DO CARMO	36000172523201800	26910006	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	MURICILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173233201800	24290004	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	NATIVIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATIVIDADE	36000192270201800	37750005	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	NATIVIDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATIVIDADE	36000194503201800	30680002	276.136,00	276.136,00	10122201545250017
TO	NAZARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172819201800	24290004 26900005 29310004 37750005	100.000,00 180.000,00 200.000,00 200.000,00	680.000,00	10122201545250017 10122201545250017 10122201545250017 10122201545250017
TO	NOVA OLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188777201800	24290004	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	NOVA ROSALANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ROSALANDIA	36000173891201800	29310004	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	NOVA ROSALANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ROSALANDIA	36000173899201800	30680002	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	NOVO ACORDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVO ACORDO TO	36000175402201800	36950001	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	NOVO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO ALEGRE	36000171261201800	30860003	300.000,00	300.000,00	10122201545250017
TO	OLIVEIRA DE FATIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OLIVEIRA DE FATIMA	36000177664201800	37750005	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	PALMEIRANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174960201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	PALMEIRAS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171897201800	29310004	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	PAU D'ARCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAU DARCO - TO	36000169393201800	24290004	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	PEDRO AFONSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRO AFONSO	36000172153201800	26930009	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	PEIXE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEIXE	36000177019201800	29310004	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	PEIXE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEIXE	36000177021201800	26900005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	PEIXE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEIXE	36000177024201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	PEIXE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEIXE	36000177026201800	37750005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	PEIXE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEIXE	36000177028201800	30680002	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	PEIXE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEIXE	36000177082201800	23590008	590.582,00	590.582,00	10122201545250017
TO	PEQUIZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184730201800	29180001 24290004	100.000,00 300.000,00	400.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	PINDORAMA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000186283201800	37750005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017

TO	PINDORAMA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000186284201800	29310004	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	PINDORAMA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000186285201800	29180001	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	PIRAQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAQUE	36000173531201800	26900005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	PIUM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIUM	36000169699201800	26930009	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	PIUM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIUM	36000172534201800	29310004	300.000,00	300.000,00	10122201545250017
TO	PONTE ALTA DO BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172236201800	29180001	57.184,00	57.184,00	10122201545250017
TO	PONTE ALTA DO BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172241201800	36950001	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	PONTE ALTA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTE ALTA DO TOCANTINS	36000180943201800	37750005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO ALEGRE DO TOCANTINS	36000177053201800	37750005	250.000,00	250.000,00	10122201545250017
TO	PORTO NACIONAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO NACIONAL	36000178232201800	36950001	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	PRAIA NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRAIA NORTE - TO	36000181608201800	26900005	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	PRAIA NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRAIA NORTE - TO	36000181609201800	26910006	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	PRAIA NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRAIA NORTE - TO	36000181610201800	29180001	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	PRAIA NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRAIA NORTE - TO	36000181611201800	29310004	250.000,00	250.000,00	10122201545250017
TO	PRESIDENTE KENNEDY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172546201800	30680002	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	PRESIDENTE KENNEDY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172547201800	37750005	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	PRESIDENTE KENNEDY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172548201800	26910006	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	PUGMIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PUGMIL TO	36000177503201800	29310004	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	PUGMIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PUGMIL TO	36000177504201800	30860003	300.000,00	300.000,00	10122201545250017
TO	RIACHINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000187715201800	37750005	300.000,00	300.000,00	10122201545250017
TO	RIO DA CONCEICAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DA CONCEICAO-TO	36000169226201800	37750005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	RIO DOS BOIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS BOIS	36000176931201800	36950001	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	RIO DOS BOIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS BOIS	36000176940201800	26930009	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	RIO DOS BOIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS BOIS	36000176942201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	RIO DOS BOIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO DOS BOIS	36000176945201800	37750005	30.740,00	30.740,00	10122201545250017
TO	RIO SONO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000183063201800	29180001	300.000,00	300.000,00	10122201545250017
TO	RIO SONO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000183066201800	37750005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	SAMPAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAMPAIO	36000171448201800	37750005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	SANDOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANDOLANDIA - FMS	36000178117201800	24290004 26900005 37750005	100.000,00 120.000,00 200.000,00	420.000,00	10122201545250017 10122201545250017 10122201545250017
TO	SANTA MARIA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS	36000174732201800	37750005	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	SANTA ROSA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ROSA DO TOCANTINS	36000177198201800	37750005	250.000,00	250.000,00	10122201545250017
TO	SANTA TEREZA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DO TOCANTINS	36000175387201800	37750005	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DO TOCANTINS	36000173546201800	29310004 26900005 24290004	100.000,00 120.000,00 150.000,00	370.000,00	10122201545250017 10122201545250017 10122201545250017
TO	SAO BENTO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BENTO DO TOCANTINS	36000185582201800	26900005	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	SAO BENTO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BENTO DO TOCANTINS	36000185593201800	30860003	300.000,00	300.000,00	10122201545250017
TO	SAO BENTO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BENTO DO TOCANTINS	36000185595201800	29310004	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	SAO FELIX DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178913201800	26910006 29180001	86.136,00 100.000,00	186.136,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	SAO MIGUEL DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO TOCANTINS	36000169339201800	26900005 37750005	180.000,00 300.000,00	480.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	SAO SALVADOR DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SAO SALVADOR DO TOCANTINS	36000171392201800	37750005	83.000,00	83.000,00	10122201545250017
TO	SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO TOCANTINS	36000174202201800	29180001 26900005 30860003	100.000,00 165.350,00 300.000,00	565.350,00	10122201545250017 10122201545250017 10122201545250017
TO	SILVANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178201201800	26900005 26910006 29310004	100.000,00 100.000,00 100.000,00	800.000,00	10122201545250017 10122201545250017 10122201545250017
				37750005 29180001 26930009	150.000,00 150.000,00 200.000,00		10122201545250017 10122201545250017 10122201545250017
TO	SITIO NOVO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DE SITIO NOVO DO TOCANTINS	36000172500201800	26900005 29310004 30860003	200.000,00 200.000,00 300.000,00	700.000,00	10122201545250017 10122201545250017 10122201545250017
TO	SUCUPIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUCUPIRA	36000175489201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	TAGUATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	36000170162201800	37750005	151.137,00	151.137,00	10122201545250017
TO	TAGUATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	36000173354201800	30860003	370.000,00	370.000,00	10122201545250017
TO	TAIPAS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAIPAS DO TOCANTINS	36000174136201800	30860003	243.000,00	243.000,00	10122201545250017
TO	TALISMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TALISMA	36000181270201800	29310004	200.000,00	200.000,00	10122201545250017
TO	TALISMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TALISMA	36000181275201800	26900005	120.000,00	120.000,00	10122201545250017
TO	TALISMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TALISMA	36000181295201800	36950001	149.930,00	149.930,00	10122201545250017
TO	TOCANTINIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOCANTINIA	36000177747201800	29180001 37750005	150.000,00 200.000,00	350.000,00	10122201545250017 10122201545250017
TO	TUPIRAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177080201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	TUPIRAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177096201800	24290004	100.000,00	100.000,00	10122201545250017

TO	TUPIRATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TUPIRATINS - TO	36000183860201800	26910006	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	TUPIRATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TUPIRATINS - TO	36000183861201800	26930009	160.000,00	160.000,00	10122201545250017
TO	TUPIRATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TUPIRATINS - TO	36000183868201800	37750005	83.000,00	83.000,00	10122201545250017
TO	TUPIRATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TUPIRATINS - TO	36000188213201800	26900005	62.511,00	62.511,00	10122201545250017
TO	WANDERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WANDERLANDIA - TO	36000171645201800	29180001	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	WANDERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WANDERLANDIA - TO	36000171650201800	26900005	100.000,00	100.000,00	10122201545250017
TO	WANDERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WANDERLANDIA - TO	36000171659201800	29310004	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	WANDERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WANDERLANDIA - TO	36000171662201800	24290004	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TO	XAMBIOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171748201800	29180001	150.000,00	150.000,00	10122201545250017
TOTAL			571 PROPOSTAS			225.959.045,00	

PORTARIA Nº 890, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	PORTO ACRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11812868000118003	30480004	209.950,00	209.950,00	10301201585810012
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	11622855000118006	11470004 30760003 33980010	23.975,00 40.025,00 61.990,00	125.990,00	10301201585810180 10301201585810013 10301201585810013
AM	BOA VISTA DO RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11874038000118008	29090003	199.995,00	199.995,00	10301201585810013
AM	CANUTAMA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CANUTAMA	09601841000118003	29090003	199.980,00	199.980,00	10301201585810013
AM	JAPURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPURA	12245586000118006	29090003	200.000,00	200.000,00	10301201585810013
AM	LABREA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LABREA-AM	07783123000118001	29100007	220.000,00	220.000,00	10301201585810013
AM	MANICORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANICORE	13583393000118012	29100007	180,00	180,00	10301201585810013
AM	MANICORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANICORE	13583393000118016	29100007	70,00	70,00	10301201585810013
AM	MARAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MARAA-AM	13342490000118006	29090003	72.000,00	72.000,00	10301201585810013
AM	MARAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MARAA-AM	13342490000118007	29090003	72.000,00	72.000,00	10301201585810013
AM	PAUINI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAUINI	12726459000118002	29100007	210.000,00	210.000,00	10301201585810013
AM	PAUINI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAUINI	12726459000118003	29090003	9.940,00	9.940,00	10301201585810013
AM	SAO PAULO DE OLIVENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12093683000118001	29100007	210.000,00	210.000,00	10301201585810013
AM	TAPAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TAPAUA	13851846000118005	29090003	9.990,00	9.990,00	10301201585810013
AM	TAPAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TAPAUA	13851846000118006	29090003 29100007 30760003	10,00 16.000,00 51.060,00	67.070,00	10301201585810013 10301201585810013 10301201585810013
AM	URUCURITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUCURITUBA	11863309000118001	29100007	239.980,00	239.980,00	10301201585810013
AM	URUCURITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUCURITUBA	11863309000118002	33980010	249.980,00	249.980,00	10301201585810013
AP	AMAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE AMAPA	11739074000118002	37480006	400.000,00	400.000,00	10301201585810016
AP	ITAUBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAUBAL	13750982000118012	26760004	100.000,00	100.000,00	10301201585810016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800050

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AP	LARANJAL DO JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJAL DO JARI	11707402000118004	37480006	136.000,00	136.000,00	10301201585810016
AP	LARANJAL DO JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJAL DO JARI	11707402000118007	37480006	125.000,00	125.000,00	10301201585810016
AP	LARANJAL DO JARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJAL DO JARI	11707402000118011	37480006	49.930,00	49.930,00	10301201585810016
AP	PORTO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO GRANDE	11844616000118004	37480006	120.000,00	120.000,00	10301201585810016
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	11193442000118002	29190009 11350013	99.970,00 100.000,00	199.970,00	10301201585810016 10301201585810016
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	11193442000118007	29190009	400.020,00	400.020,00	10301201585810016
PA	ABAETETUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABAETE-TUBA	12282048000118010	22630005 30870013	100.000,00 107.790,00	207.790,00	10301201585810015 10301201585810015
PA	ANANINDEUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11948192000118001	33390016	84.990,00	84.990,00	10301201585810015
PA	AUGUSTO CORREA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12381567000118006	23850008	100.000,00	100.000,00	10301201585810015
PA	AVEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AVEIRO	17838403000118001	34910002 30550006	199.925,00 200.000,00	399.925,00	10301201585810015 10301201585810015
PA	CONCORDIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCOR-DIA DO PARA	07234361000118005	30870001	188.000,00	188.000,00	10301201585810015
PA	CURUCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURUCA	11674805000118004	34920008	234.190,00	234.190,00	10301201585810015
PA	FLORESTA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTA DO ARAGUAIA	12652705000118004	26780009	170.000,00	170.000,00	10301201585810015
PA	JACUNDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11528843000118005	23850008	245.990,00	245.990,00	10301201585810015
PA	MAE DO RIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAE DO RIO	12051023000118004	34910002	299.980,00	299.980,00	10301201585810015
PA	MONTE ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401857000118001	22630005	199.980,00	199.980,00	10301201585810015
PA	NOVA ESPERANCA DO PIRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11479091000118002	23850008	200.000,00	200.000,00	10301201585810015
PA	NOVO PROGRESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO PRO-GRESSO	11287726000118007	34910002	250.050,00	250.050,00	10301201585810015
PA	PACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11664446000118003	34910002	190.000,00	190.000,00	10301201585810015
PA	PAU D'ARCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09647690000118002	34910002	50.000,00	50.000,00	10301201585810015
PA	PONTA DE PEDRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTA DE PEDRAS	11797106000118001	30870020	40.000,00	40.000,00	10301201585810015
PA	RONDON DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RONDON DO PARA	12826879000118002	30550002	200.000,00	200.000,00	10301201585810015
PA	SANTA BARBARA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA BARBARA DO PARA - FMSSBP	17860920000118001	34910002	200.000,00	200.000,00	10301201585810015
PA	SANTA IZABEL DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA IS-ABEL DO PARA	11745308000118009	33390016	88.370,00	88.370,00	10301201585810015
PA	SANTA IZABEL DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA IS-ABEL DO PARA	11745308000118011	34920008	249.970,00	249.970,00	10301201585810015
PA	SANTA MARIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DO PARA	11481192000118002	26780009	170.000,00	170.000,00	10301201585810015
PA	SAO CAETANO DE ODIVELAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CAE-TANO DE ODIVELAS	12082788000118003	36970002	50.000,00	50.000,00	10301201585810015
PA	SAO CAETANO DE ODIVELAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CAE-TANO DE ODIVELAS	12082788000118006	34910002	99.980,00	99.980,00	10301201585810015
PA	TERRA SANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA SANTA	11870266000118010	34920008	199.990,00	199.990,00	10301201585810015
PA	TRACUATEUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRACUA-TEUA	11739590000118001	21520006 36970002	104.000,00 150.000,00	254.000,00	10301201585810015 10301201585810015
PA	TUCUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11234776000118002	22630005	200.000,00	200.000,00	10301201585810015
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALE-GRE DOS PARECIS	11913577000118002	37080006	50.000,00	50.000,00	10301201585810011
RO	ALTO ALEGRE DOS PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALE-GRE DOS PARECIS	11913577000118005	37080006	50.000,00	50.000,00	10301201585810011
RO	ARIQUEMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07582909000118004	37250005	250.000,00	250.000,00	10301201585810011
RO	BURITIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITIS	11079071000118001	37250005 26330010	150.000,00 200.000,00	350.000,00	10301201585810011 10301201585810011
RO	CACOAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACOAL	19112323000118001	37250005	49.900,00	49.900,00	10301201585810011
RO	CORUMBIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15246041000118001	26330010	100.000,00	100.000,00	10301201585810011
RO	COSTA MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	22004126000118002	29470003	180.021,00	180.021,00	10301201585810011
RO	CUJUBIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUJUBIM	11485023000118003	26330010	199.950,00	199.950,00	10301201585810011
RO	ITAPUA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPUA DO OESTE - RO	11264342000118001	29470003	125.000,00	125.000,00	10301201585810011
RO	OURO PRETO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO PRE-TO DO OESTE	13705838000118008	24200008	149.955,00	149.955,00	10301201585810011
RO	PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARECIS	23045893000118003	29470003	118.000,00	118.000,00	10301201585810011
RO	PRESIDENTE MEDICI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08460326000118001	26330010	300.000,00	300.000,00	10301201585810011
RO	THEOBROMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE THEOBRO-MA	11328835000118003	24200008	100.000,00	100.000,00	10301201585810011
RR	ALTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALE-GRE	15713230000118003	11240018	135.000,00	135.000,00	10301201585810237
RR	ALTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALE-GRE	15713230000118004	11240018	88.745,00	88.745,00	10301201585810237
RR	ALTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALE-GRE	15713230000118006	11240018	71.000,00	71.000,00	10301201585810237
RR	CANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTA	11856913000118001	29200010	150.000,00	150.000,00	10301201585810240
RR	CANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTA	11856913000118002	29200010	150.000,00	150.000,00	10301201585810240
RR	CANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTA	11856913000118003	29200010	150.000,00	150.000,00	10301201585810240
RR	CANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTA	11856913000118009	23700002	198.000,00	198.000,00	10301201585810014
RR	CANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTA	11856913000118022	38040016	50.000,00	50.000,00	10301201585810240
RR	CAROEBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CAROEBE	15668251000118001	23700002	130.000,00	130.000,00	10301201585810014
RR	CAROEBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CAROEBE	15668251000118002	23700002	130.000,00	130.000,00	10301201585810014
RR	CAROEBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CAROEBE	15668251000118003	23700002	63.500,00	63.500,00	10301201585810014
RR	CAROEBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CAROEBE	15668251000118005	23700002	16.500,00	16.500,00	10301201585810014
RR	MUCAJAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUCAJAI	09344140000118001	38040013	150.000,00	150.000,00	10301201585810244
RR	MUCAJAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUCAJAI	09344140000118002	38040013	74.410,00	74.410,00	10301201585810244
RR	MUCAJAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MUCAJAI	09344140000118004	38040013	76.390,00	76.390,00	10301201585810244
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	11513131000118002	23700002	68.000,00	68.000,00	10301201585810014

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800051

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	11513131000118006	37630001	135.000,00	135.000,00	10301201585810014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	11513131000118009	30300005	68.000,00	68.000,00	10301201585810014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	11513131000118010	30300005	68.000,00	68.000,00	10301201585810014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	11513131000118014	30300005	60.000,00	60.000,00	10301201585810014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	11513131000118015	37630001	68.000,00	68.000,00	10301201585810014
RR	SAO LUIZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO LUIZ	11812717000118002	38040012	159.415,00	159.415,00	10301201585810249
TO	BOM JESUS DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S. DE BOM JESUS DO TOCANTINS - TO	12502305000118002	30680004	100.000,00	100.000,00	10301201585810017
TO	CARIRI DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARIRI DO TOCANTINS	12308833000118001	30680004	199.990,00	199.990,00	10301201585810017
TO	CARMOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13397778000118001	30680004	150.000,00	150.000,00	10301201585810017
TO	ITACAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITACAJA	11372183000118007	26930011	150.000,00	150.000,00	10301201585810017
TO	ITAPORA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11231139000118003	26930011	130.000,00	130.000,00	10301201585810017
TO	LAJEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAJEADO DO TOCANTINS-TO	11952334000118001	30680004 26910001	50.000,00 120.000,00	170.000,00	10301201585810017 10301201585810017
TO	MIRANORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13414643000118003	26930011	150.000,00	150.000,00	10301201585810017
TO	MONTE SANTO DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE SANTO DO TOCANTINS	12830142000118001	26930011	200.000,00	200.000,00	10301201585810017
TO	NOVO ACORDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVO ACORDO TO	11383855000118002	37750006	150.000,00	150.000,00	10301201585810017
TO	PALMEIROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMEIROPOLIS	13936229000118002	30680004	100.000,00	100.000,00	10301201585810017
TO	PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANA TOCANTINS	13108698000118001	30680004	200.000,00	200.000,00	10301201585810017
TO	PIRAQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAQUE	12482837000118001	30680004	150.000,00	150.000,00	10301201585810017
TO	SANTA MARIA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO TOCANTINS	11783200000118001	26910001	188.000,00	188.000,00	10301201585810017
TO	SANTA RITA DO TOCANTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA RITA DO TOCANTINS	11230123000118001	23590006	120.000,00	120.000,00	10301201585810017
TO	TALISMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TALISMA	13111001000118001	29180002	150.000,00	150.000,00	10301201585810017
TO	TOCANTINIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOCANTINIA	11382032000118001	30680004	149.310,00	149.310,00	10301201585810017
TO	TUPIRATINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TUPIRATINS - TO	13672489000118005	29310002	100.000,00	100.000,00	10301201585810017
TOTAL			102 PROPOSTAS			15.241.336,00	

PORTARIA Nº 891, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de Centro de Atenção Psicossocial.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CENTRO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AM	PARINTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11429713000118005	37940007	1.313.000,00	1.313.000,00	10302201520B00013
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA	13464636000118003	11240015	1.313.000,00	1.313.000,00	10302201520B00238
TOTAL			2 PROPOSTAS			2.626.000,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800052

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 892, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de ampliação.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 7º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 8º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE AMPLIAÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	EPITACIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19023249000118002	29140008	399.942,00	399.942,00	10301201585810012
AL	ANADIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12306877000118003	27260001	99.895,00	99.895,00	10301201585810027
AL	JACARE DOS HOMENS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACARE DOS HOMENS	12342368000118001	27260001	331.793,00	331.793,00	10301201585810027
AL	JACARE DOS HOMENS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACARE DOS HOMENS	12342368000118002	27260001	331.207,00	331.207,00	10301201585810027
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11185701000118009	29730014	239.988,00	239.988,00	10301201585810027
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11185701000118010	29730014 13040007	6,00 200.000,00	200.006,00	10301201585810027 10301201585810027
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11185701000118011	29730014 37400002	6,00 200.000,00	200.006,00	10301201585810027 10301201585810027
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11185701000118012	37400002	169.978,00	169.978,00	10301201585810027
AL	PALMEIRA DOS INDIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11185701000118013	37400002	130.019,00	130.019,00	10301201585810027
AL	POCO DAS TRINCHEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11252928000118001	27260001	300.000,00	300.000,00	10301201585810027
AP	FERREIRA GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FERREIRA GOMES - AP	11850721000118001	37480006	182.980,00	182.980,00	10301201585810016
AP	SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA	11193442000118006	37480006	399.942,00	399.942,00	10301201585810016
AP	TARTARUGALZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TARTARUGALZINHO- FMST	13991993000118003	30450020	726.000,00	726.000,00	10301201585810408
BA	AMARGOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMARGOSA	97553416000118004	13310003	199.982,00	199.982,00	10301201585811936
BA	AMARGOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMARGOSA	97553416000118005	13310003	162.196,00	162.196,00	10301201585811936
BA	BOA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11896996000118001	30910007	398.629,00	398.629,00	10301201585810029
BA	BONINAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS	13066068000118005	31660001	149.999,00	149.999,00	10301201585810029
CE	CARIUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARIUS	11345723000118001	20250012	549.988,00	549.988,00	10301201585811028
ES	ATILIO VIVACQUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14355640000118003	20290005	399.896,00	399.896,00	10301201585810032
ES	BOM JESUS DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO NORTE	14073463000118004	20290005	499.978,00	499.978,00	10301201585810032
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DA PALHA	13932227000118008	37620006	219.997,00	219.997,00	10301201585810032
GO	ALTO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	11154875000118001	37210009	229.986,00	229.986,00	10301201585810052
GO	BELA VISTA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08083086000118005	29270013	119.989,00	119.989,00	10301201585810052
GO	CACHOEIRA DOURADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRA DOURADA GOIAS	07445626000118004	19550016	249.997,00	249.997,00	10301201585810052
GO	FORMOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11661424000118001	32650011	199.998,00	199.998,00	10301201585810052
GO	PIRACANJUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIRA	01753396000118002	29270013	119.995,00	119.995,00	10301201585810052
GO	SANTA TEREZINHA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11899105000118001	37040002 19600006	100.000,00 179.980,00	279.980,00	10301201585810052 10301201585810052
MA	SAO ROBERTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO ROBERTO DO MARANHAO	11419994000118002	24360008	149.999,00	149.999,00	10301201585810021
MG	MATERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATERLANDIA	13553792000118001	27650004	139.990,00	139.990,00	10301201585810031
MG	MATO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATO VERDE-MG	14575987000118001	22150008	230.210,00	230.210,00	10301201585810031
MG	SANTA CRUZ DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CRUZ DE MINAS	14155474000118001	14110008	349.990,00	349.990,00	10301201585810031
MG	SAO JOAQUIM DE BICAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11146771000118002	24770013	249.935,00	249.935,00	10301201585810031
MG	TOMBOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	01425266000118008	27640014	149.988,00	149.988,00	10301201585810031
MG	VARZELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11196500000118001	27640014	75.656,00	75.656,00	10301201585810031
MG	VIEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VIEIRAS	12127000000118001	14110008	244.990,00	244.990,00	10301201585810031
MS	JARDIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11891451000118003	38430001	249.994,00	249.994,00	10301201585810054

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800053

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PA	CUMARU DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUMARU DO NORTE	11406652000118004	34920008	99.985,00	99.985,00	10301201585810015
PA	MARABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA	18478187000118005	34910002	609.978,00	609.978,00	10301201585810015
PA	SANTA LUZIA DO PARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA DO PARA	11935648000118005	34910002	199.997,00	199.997,00	10301201585810015
PA	SANTAREM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS	17556659000118002	36970002 33390016	79.988,00 169.988,00	249.976,00	10301201585810015 10301201585810015
PB	CACIMBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACIMBAS	10541009000118001	12710017 20280006	99.982,00 100.000,00	199.982,00	10301201585810025 10301201585810025
PB	CONGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CONGO - PARAIBA	11436548000118001	20280006	99.991,00	99.991,00	10301201585810025
PB	JUNCO DO SERIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUNCO DO SERIDO-PB	13069201000118003	20280006 12710017	39.639,00 100.000,00	139.639,00	10301201585810025 10301201585810025
PB	PEDRA LAVRADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRA LAVRADA	08932293000118001	24500012	199.982,00	199.982,00	10301201585810025
PE	ITAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITAIBA	11826158000118013	37820001	362.991,00	362.991,00	10301201585810026
PE	PETROLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06914894000118009	37890006	248.710,00	248.710,00	10301201585810026
PE	PETROLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06914894000118010	37890006	248.710,00	248.710,00	10301201585810026
PR	APUCARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APUCARANA	02575748000118001	28440010	199.782,00	199.782,00	10301201585810041
PR	CAMPO DO TENENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10411489000118001	37050006	99.956,00	99.956,00	10301201585810041
PR	CORBELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	09311360000118001	31760004	579.988,00	579.988,00	10301201585810041
PR	JANDAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANDAIA DO SUL	09022372000118003	36500005	99.983,00	99.983,00	10301201585810041
PR	SULINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09004299000118001	22810003	166.977,00	166.977,00	10301201585810041
RJ	CARAPEBUS	FUNDO MUN ICIPAL DE SAUDE	08361606000118007	37490016 15040002	300.000,00 450.000,00	750.000,00	10301201585810033 10301201585810033
RO	CACOAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACOAL	19112323000118002	37250005	297.996,00	297.996,00	10301201585810011
RO	COSTA MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	22004126000118001	29470003	319.979,00	319.979,00	10301201585810011
RO	SAO MIGUEL DO GUAPORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO GUAPORE	09536254000118002	26330010	299.982,00	299.982,00	10301201585810011
RR	AMAJARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMAJARI	12322548000118001	30300005	399.942,00	399.942,00	10301201585810014
RR	CANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTA	11856913000118004	29200010	699.976,00	699.976,00	10301201585810240
RR	UIRAMUTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE UIRAMUTA	12409570000118001	33960018	231.992,00	231.992,00	10301201585810014
RS	IGREJINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGREJINHA	12121651000118001	36660006 19830003	100.000,00 199.976,00	299.976,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	NAO-ME-TOQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - NAO-ME-TOQUE	11870064000118003	11170003	99.983,00	99.983,00	10301201585810043
RS	NOVA BRESCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA BRESCIA	12096340000118003	21720002	116.132,00	116.132,00	10301201585810043
RS	PASSO FUNDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE PASSO FUNDO	12343387000118002	30670009	399.997,00	399.997,00	10301201585810043
RS	RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO GRANDE	12094476000118012	30670009	159.983,00	159.983,00	10301201585810043
RS	SAO JORGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12435025000118002	32980002	99.983,00	99.983,00	10301201585810043
SC	CORDILHEIRA ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORDILHEIRA ALTA	11427163000118001	37860007	199.988,00	199.988,00	10301201585810042
SC	MAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAREMA	11900561000118003	18810009 37860007	99.993,00 100.000,00	199.993,00	10301201585810042 10301201585810042
SC	SANTIAGO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTIAGO DO SUL	13019421000118001	29060003	119.974,00	119.974,00	10301201585810042
SE	ITAPORANGA D'AJUDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11382690000118008	26080005	109.992,00	109.992,00	10301201585810028
SP	CAIUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAIUA	14197095000118002	33600007	199.975,00	199.975,00	10301201585810035
SP	CRUZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10394007000118006	31350009 37590001	1.273,00 300.000,00	301.273,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	DOBRADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12227267000118001	31350009	89.976,00	89.976,00	10301201585810035
SP	ELISIARIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ELISIARIO - SP	11738284000118001	15990004	99.928,00	99.928,00	10301201585810035
SP	GUAIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07639752000118008	19970020	398.535,00	398.535,00	10301201585810035
SP	LEME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEME/SP	12298037000118002	10660001	149.988,00	149.988,00	10301201585810035
SP	MOGI DAS CRUZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES	12336008000118009	30470002	399.977,00	399.977,00	10301201585810035
SP	RIFAINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIFAINA	13787359000118001	38660006	199.975,00	199.975,00	10301201585810035
SP	SANTA CRUZ DA CONCEICAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CRUZ DA CONCEICAO	97552000000118004	27960003	99.980,00	99.980,00	10301201585810035
SP	SANTO ANDRE	FUNDO MUNICIPAL - SAUDE	11243645000118001	28200012	249.400,00	249.400,00	10301201585810035
SP	SAO CARLOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	64924665000118001	27960003	199.948,00	199.948,00	10301201585810035
SP	SAO MIGUEL ARCANJO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11341134000118002	25380004	99.974,00	99.974,00	10301201585810035
SP	TACIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACIBA	14239467000118011	27960003	153.365,00	153.365,00	10301201585810035
SP	TARUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TARUMA	11685364000118002	37590001 32080004	200.000,00 222.268,00	422.268,00	10301201585810035 10301201585810035
TO	AGUIARNOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11291331000118002	26910001	179.320,00	179.320,00	10301201585810017
TO	ARAGOMINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAGOMINAS	12616343000118002	26910001	179.973,00	179.973,00	10301201585810017
TO	ARAGUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12035302000118001	30680004	149.798,00	149.798,00	10301201585810017
TO	CARRASCO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARRASCO BONITO - FMSCB	11740122000118006	26900003	86.131,00	86.131,00	10301201585810017
TOTAL			87 PROPOSTAS			21.605.397,00	

PORTARIA Nº 893, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800054

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
CE	MISSAO VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MISSAO VELHA	11867762000118001	20830008	84.990,00	84.990,00	10302201585350023
MG	PATOS DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PATOS DE MINAS	13918415000118002	37430008	299.930,00	299.930,00	10302201585350031
MG	PRATINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRATINHA	11905183000118007	30330017	99.920,00	99.920,00	10302201585350031
PE	AGUA PRETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10316445000118003	36860009	200.000,00	200.000,00	10302201585350026
SP	MOGI DAS CRUZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MOGI DAS CRUZES	12336008000118004	30470004	299.980,00	299.980,00	10302201585350035
SP	SANTA ISABEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13048451000118010	31350011	90.000,00	90.000,00	10302201585350035
TOTAL			6 PROPOSTAS			1.074.820,00	

PORTARIA Nº 894, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal, descrito no anexo a esta Portaria, a receber recursos financeiros de capital destinados à execução de obras de construção.

Art. 2º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde.

Art. 3º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Monitoramento de Obras Fundo a Fundo (SISMOB), disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde www.fns.saude.gov.br.

Art. 4º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 5º O Estado, Município ou Distrito Federal habilitado deverá informar periodicamente a situação de execução da proposta habilitada no SISMOB, nos termos da Portaria de Consolidação nº 06/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, TITULO IX, DO FINACIAMENTO FUNDO A FUNDO PARA EXECUÇÃO DE OBRAS, Arts. 1104 a 1120.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS À EXECUÇÃO DE OBRAS FUNDO A FUNDO DE CONSTRUÇÃO

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	EPITACIOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19023249000118003	30720018	726.000,00	726.000,00	10301201585810158
AC	MANCIO LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANCIO LIMA	12158466000118003	38480015	726.000,00	726.000,00	10301201585810161
AC	MANOEL URBANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANOEL URBANO	12289482000118002	36400002	726.000,00	726.000,00	10301201585810012
AC	PORTO WALTER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11803737000118002	30360005	726.000,00	726.000,00	10301201585810012
AC	RODRIGUES ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11591240000118003	36400002	726.000,00	726.000,00	10301201585810012
AL	DOIS RIACHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - DOIS RIACHOS - FMSDR	11415703000118002	30740005	663.000,00	663.000,00	10301201585810027
AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE OLHO D'AGUA DAS FLORES	11438291000118001	13040007	663.000,00	663.000,00	10301201585810027

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800055

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AL	OLIVENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OLIVENCA	11248030000118002	30740013	663.000,00	663.000,00	10301201585810027
AL	PENEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11286018000118003	29730014	743.000,00	743.000,00	10301201585810027
AL	PILAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11405124000118001	36840001	663.000,00	663.000,00	10301201585810027
AL	PORTO REAL DO COLEGIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO REAL DO COLEGIO	11698613000118001	27260001	663.000,00	663.000,00	10301201585810027
AL	SAO JOSE DA LAJE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO JOSE DA LAJE	11538959000118004	30740015	663.000,00	663.000,00	10301201585810027
AM	AUTAZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUTAZES-AM	11622855000118003	11470004	726.000,00	726.000,00	10301201585810180
AM	BOA VISTA DO RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11874038000118006	11470006	726.000,00	726.000,00	10301201585810185
AM	CAREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO CAREIRO	12698436000118005	33980010	726.000,00	726.000,00	10301201585810013
AM	CAREIRO DA VARZEA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DO CAREIRO DA VARZEA	13701515000118008	30760003	726.000,00	726.000,00	10301201585810013
AM	TAPAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TAPAUA	13851846000118002	29100007	814.000,00	814.000,00	10301201585810013
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000118007	26750013	1.042.000,00	1.042.000,00	10301201585810016
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000118008	26750013	726.000,00	726.000,00	10301201585810016
AP	MACAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MACAPA	18604334000118010	11350011	726.000,00	726.000,00	10301201585810402
BA	CASTRO ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11077024000118001	34770008	743.000,00	743.000,00	10301201585812016
BA	QUIXABEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUIXABEIRA	12761477000118001	17180005 27410002	13.000,00 650.000,00	663.000,00	10301201585810029 10301201585810029
BA	SAO FELIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11734348000118002	37700004 36940013 30910007	63.000,00 100.000,00 500.000,00	663.000,00	10301201585810029 10301201585810029 10301201585810029
CE	BARRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRO	12675634000118002	30310002	663.000,00	663.000,00	10301201585810023
CE	CAMPOS SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS SALES	11430761000118005	37330007	663.000,00	663.000,00	10301201585810023
CE	FARIAS BRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FARIAS BRITO	10243406000118002	24370006	663.000,00	663.000,00	10301201585810023
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000118023	28310009	1.041.000,00	1.041.000,00	10301201585810053
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000118025	37910004 37910007	291.000,00 750.000,00	1.041.000,00	10301201585810053 10301201585810053
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000118028	26620019	1.041.000,00	1.041.000,00	10301201585817372
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000118031	25510005	813.000,00	813.000,00	10301201585810050
DF	BRASILIA	FUNDO DE SAUDE DO DISTRITO FEDERAL	12116247000118033	25510005	1.011.000,00	1.011.000,00	10301201585810050
ES	MARATAIZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARATAIZES	14758660000118001	37620006	750.000,00	750.000,00	10301201585810032
ES	NOVA VENECIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14785598000118003	37620006	750.000,00	750.000,00	10301201585810032
ES	PANCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PANCAS	11125915000118003	38010001	750.000,00	750.000,00	10301201585810032
ES	SANTA TERESA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TERESA	14491945000118009	24910007	750.000,00	750.000,00	10301201585810032
ES	VILA VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VILA VELHA - F M S	12157728000118001	28990001	1.076.000,00	1.076.000,00	10301201585810032
GO	LUZIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07556717000118001	32570004	725.000,00	725.000,00	10301201585810052
GO	RIALMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10459591000118001	31030001 30380009 20210008	75.000,00 150.000,00 500.000,00	725.000,00	10301201585810052 10301201585810052 10301201585810052
MG	CONTAGEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14237130000118007	37340007	1.076.000,00	1.076.000,00	10301201585810031
MG	ESMERALDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESMERALDAS	21432290000118005	29940004	750.000,00	750.000,00	10301201585810031
MG	ITUIUTABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	97529530000118006	27690009	750.000,00	750.000,00	10301201585810031
MG	MONTES CLAROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11495687000118003	27690009	750.000,00	750.000,00	10301201585810031
MG	NAQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	21650849000118002	27630008	750.000,00	750.000,00	10301201585810031
MG	NOVA SERRANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE NOVA SERRANA	00456832000118001	37340007	750.000,00	750.000,00	10301201585810031
MG	NOVA SERRANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE NOVA SERRANA	00456832000118002	24780018 37340007	170.000,00 580.000,00	750.000,00	10301201585810031 10301201585810031
MG	PONTE NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTE NOVA	02926388000118006	37140011	750.000,00	750.000,00	10301201585810031
MG	PONTE NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTE NOVA	02926388000118007	27640014	750.000,00	750.000,00	10301201585810031
MG	TUPACIGUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14819606000118005	27680006	750.000,00	750.000,00	10301201585810031
PA	ABAETETUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABAETETUBA	12282048000118006	30870013	814.000,00	814.000,00	10301201585810015
PB	PICUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08619650000118002	12710017	663.000,00	663.000,00	10301201585810025
PB	QUEIMADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11162629000118001	27160002	663.000,00	663.000,00	10301201585810025
PE	BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DO BONITO	08763979000118004	12180003	663.000,00	663.000,00	10301201585811588
PE	CARUARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11371082000118006	28840007	663.000,00	663.000,00	10301201585810026
PE	CUSTODIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10298546000118003	10740003	951.000,00	951.000,00	10301201585810026
PE	FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORES	10392023000118006	27190011	663.000,00	663.000,00	10301201585810026
PE	JOAO ALFREDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO ALFREDO	10599648000118001	10740003	663.000,00	663.000,00	10301201585810026
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07868234000118001	37470004	663.000,00	663.000,00	10301201585810026
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07868234000118003	32990007	663.000,00	663.000,00	10301201585810026
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07868234000118004	37260008	663.000,00	663.000,00	10301201585810026
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07868234000118005	37260008	663.000,00	663.000,00	10301201585810026
PE	PETROLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06914894000118004	30320013	663.000,00	663.000,00	10301201585811689
PE	PETROLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06914894000118005	30320013	663.000,00	663.000,00	10301201585811689
PE	PETROLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06914894000118006	37890006	663.000,00	663.000,00	10301201585810026
PE	PETROLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06914894000118007	23920011	663.000,00	663.000,00	10301201585810026
PE	PETROLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06914894000118008	23920011	663.000,00	663.000,00	10301201585810026
PE	SALGUEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10233967000118016	30320008	663.000,00	663.000,00	10301201585811701
PI	PIMENTEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11955506000118001	11680008	663.000,00	663.000,00	10301201585810022
PR	CASCAVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASCAVEL	09051532000118004	32200010	1.071.000,00	1.071.000,00	10301201585810041
PR	CASCAVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASCAVEL	09051532000118005	30950010	836.000,00	836.000,00	10301201585810041
PR	CASCAVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASCAVEL	09051532000118006	30950010	1.040.000,00	1.040.000,00	10301201585810041
RJ	PETROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11129492000118002	23970002	750.000,00	750.000,00	10301201585810033

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800056

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	RESENDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/SUS DO MUNICIPIO DE RESENDE	11800731000118012	32680010	750.000,00	750.000,00	10301201585810033
RN	BAIA FORMOSA	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE DE BAIA FORMOSA	13851527000118001	30540007	663.000,00	663.000,00	10301201585810024
RO	BURITIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITIS	11079071000118002	30960002	726.000,00	726.000,00	10301201585810011
RR	ALTO ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO ALEGRE	15713230000118002	11240018	726.000,00	726.000,00	10301201585810237
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA	13464636000118001	30660024	1.012.000,00	1.012.000,00	10301201585810238
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA	13464636000118004	11240014	1.012.000,00	1.012.000,00	10301201585810238
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA	13464636000118005	11240014	1.012.000,00	1.012.000,00	10301201585810238
RR	BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA	13464636000118006	30660023	726.000,00	726.000,00	10301201585810238
RR	BONFIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BONFIM	11958876000118002	29200009	726.000,00	726.000,00	10301201585810239
RR	BONFIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BONFIM	11958876000118007	11240021	726.000,00	726.000,00	10301201585810239
RR	CANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANTA	11856913000118005	11240022	726.000,00	726.000,00	10301201585810240
RR	IRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA	11849562000118004	33960016	726.000,00	726.000,00	10301201585810014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	11513131000118003	23700002	1.042.000,00	1.042.000,00	10301201585810014
RR	PACARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PACARAIMA	11513131000118004	37630001	726.000,00	726.000,00	10301201585810014
RS	MARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11731852000118001	28630002	746.000,00	746.000,00	10301201585810043
RS	NOVA SANTA RITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11922360000118005	28670011	746.000,00	746.000,00	10301201585810043
RS	SAPUCAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11413810000118002	36850012 28620009	36.000,00 800.000,00	836.000,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	TAQUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - TAQUARI	10567506000118001	19860004	746.000,00	746.000,00	10301201585810043
RS	TRES DE MAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11840173000118001	36610018	746.000,00	746.000,00	10301201585810043
SC	ORLEANS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS	03230443000118003	19730009	746.000,00	746.000,00	10301201585814584
SP	FRANCISCO MORATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11143383000118001	23660012 25310009 31600002 25200016	100.000,00 200.000,00 241.000,00 300.000,00	841.000,00	10301201585810035 10301201585810035 10301201585810035 10301201585810035
SP	TAUBATE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10480722000118006	37460004 25380004	45.000,00 1.000.000,00	1.045.000,00	10301201585810035 10301201585810035
TOTAL			93 PROPOSTAS			71.404.000,00	

PORTARIA Nº 895, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AC	RIO BRANCO	FUNDO ESTADUAL DE SAUDE - FUNDES	07458465000118010	37030002	138.000,00	138.000,00	10302201585350012
MT	DIAMANTINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11939906000118003	29360004	150.000,00	150.000,00	10302201585350051
MT	PRIMAVERA DO LESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRIMAVERA DO LESTE	14140751000118004	38050006	500.000,00	500.000,00	10302201585350051
PA	CONCEICAO DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONCEICAO DO ARAGUAIA	17453467000118006	36920011	199.920,00	199.920,00	10302201585350015
PE	SANTA TEREZINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12071117000118001	36860009	100.000,00	100.000,00	10302201585350026
PE	TUPARETAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11293112000118004	37470005	199.950,00	199.950,00	10302201585350026

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800057

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RJ	CACHOEIRAS DE MACACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRAS DE MACACU	13817576000118009	35780002	29.960,00	29.960,00	10302201585353286
RJ	MIRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRACEMA	36285484000118006	27780002	28.435,00	28.435,00	10302201585350033
RN	BENTO FERNANDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BENTO FERNANDES	11842621000118003	30540008 37840004	20.000,00 120.000,00	140.000,00	10302201585350024 10302201585350024
RN	SAO MIGUEL DO GOSTOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11403013000118002	37840004	160.000,00	160.000,00	10302201585350024
SC	BLUMENAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BLUMENAU	07821223000118001	38240002	199.911,00	199.911,00	10302201585350001
SC	BLUMENAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BLUMENAU	07821223000118004	38240002	99.450,00	99.450,00	10302201585350001
SC	BOMBINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10606509000118010	29060004	100.000,00	100.000,00	10302201585350042
SP	IBIUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIUNA	15822319000118005	28050006	200.000,00	200.000,00	10302201585350035
SP	MACATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11240557000118002	28050006	45.000,00	45.000,00	10302201585350035
SP	PORTO FELIZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12372408000118004	37770002	140.000,00	140.000,00	10302201585350035
SP	SAO VICENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO VICENTE	11899413000118006	36900010	9.970,00	9.970,00	10302201585353935
SP	TATUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11194221000118001	25340006	200.000,00	200.000,00	10302201585350035
SP	TUPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11845813000118004	32280014	40.000,00	40.000,00	10302201585353982
TOTAL			19 PROPOSTAS			2.680.596,00	

PORTARIA Nº 896, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
ES	AGUA DOCE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA DOCE DO NORTE	14813806000118004	28990001	7.980,00	7.980,00	10301201585810032
ES	ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALEGRE	13571334000118003	14130005	100.000,00	100.000,00	10301201585810032
ES	ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALEGRE	13571334000118005	30930009	100.000,00	100.000,00	10301201585810032
ES	ALTO RIO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14395805000118001	32640007	137.000,00	137.000,00	10301201585810032
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14700048000118005	27720008	149.990,00	149.990,00	10301201585810032
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14700048000118007	14130005	100.000,00	100.000,00	10301201585810032
ES	BARRA DE SAO FRANCISCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14700048000118008	32640007	100.000,00	100.000,00	10301201585810032
ES	BOM JESUS DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO NORTE	14073463000118003	37620007	200.000,00	200.000,00	10301201585813209
ES	DIVINO DE SAO LOURENCO	PMDSL - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10593310000118011	14130005	100.000,00	100.000,00	10301201585810032
ES	DORES DO RIO PRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10666803000118038	38580005	170.000,00	170.000,00	10301201585810032
ES	IBITIRAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBITIRAMA	14699505000118002	27720008 14130005	99.995,00 100.000,00	199.995,00	10301201585810032 10301201585810032
ES	IRUPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10873273000118002	32640007	99.980,00	99.980,00	10301201585810032
ES	JAGUARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARE	11822633000118004	14130005	33.160,00	33.160,00	10301201585810032
ES	MIMOSO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10551277000118002	14130005	100.000,00	100.000,00	10301201585810032
ES	MONTANHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTANHA	14829961000118003	27720008	100.000,00	100.000,00	10301201585810032
ES	MUNIZ FREIRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14674999000118004	32640007	100.000,00	100.000,00	10301201585810032
ES	MUQUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MUQUI	15396287000118001	38580005	400.000,00	400.000,00	10301201585810032
ES	NOVA VENECIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14785598000118004	27720008	149.930,00	149.930,00	10301201585810032
ES	PIUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIUMA	14801768000118007	27720008	31.450,00	31.450,00	10301201585810032
ES	PIUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIUMA	14801768000118011	27720008	25.450,00	25.450,00	10301201585810032
ES	PIUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIUMA	14801768000118015	27720008	13.900,00	13.900,00	10301201585810032

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800058

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ES	PIUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIUMA	14801768000118020	27720008 14130005	120,00 5.590,00	5.710,00	10301201585810032 10301201585810032
ES	RIO BANANAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BANANAL	11429173000118002	27740002	130.000,00	130.000,00	10301201585810032
ES	RIO BANANAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BANANAL	11429173000118003	27740002	50.000,00	50.000,00	10301201585810032
ES	RIO NOVO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO NOVO DO SUL	14004319000118016	14130005	100.000,00	100.000,00	10301201585810032
ES	SANTA MARIA DE JETIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MARIA DE JETIBA	13917262000118006	14130005	159.500,00	159.500,00	10301201585810032
ES	SANTA TERESA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TERESA	14491945000118005	37620005	105.000,00	105.000,00	10301201585813259
ES	SANTA TERESA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TERESA	14491945000118008	37620005	190.000,00	190.000,00	10301201585813259
ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS DO NORTE	13953742000118003	27740002	200.000,00	200.000,00	10301201585810032
ES	SAO DOMINGOS DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO DOMINGOS DO NORTE	13953742000118004	37620008	168.500,00	168.500,00	10301201585813260
ES	SAO GABRIEL DA PALHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DA PALHA	13932227000118010	14130008	100.000,00	100.000,00	10301201585810032
ES	SAO ROQUE DO CANAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14734122000118026	27720008	100.000,00	100.000,00	10301201585810032
ES	SAO ROQUE DO CANAA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14734122000118031	38010001	9.970,00	9.970,00	10301201585810032
ES	VARGEM ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	14645035000118002	38580005	170.000,00	170.000,00	10301201585810032
ES	VARGEM ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	14645035000118005	32640007	100.000,00	100.000,00	10301201585810032
ES	VENDA NOVA DO IMIGRANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14744834000118007	14130005	100.000,00	100.000,00	10301201585810032
ES	VILA VALERIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VILA VALERIO	14019295000118005	32640007	240.000,00	240.000,00	10301201585810032
ES	VILA VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VILA VELHA - F M S	12157728000118003	28990001	1.424.000,00	1.424.000,00	10301201585810032
ES	VILA VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VILA VELHA - F M S	12157728000118004	20290005	500.000,00	500.000,00	10301201585810032
MG	ABADIA DOS DOURADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABADIA DOS DOURADOS	12498121000118008	24830002	39.990,00	39.990,00	10301201585810031
MG	ABAETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11943989000118003	32300010	199.900,00	199.900,00	10301201585810031
MG	AGUAS FORMOSAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS FORMOSAS	11481957000118004	27630008	190.000,00	190.000,00	10301201585810031
MG	AIMORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	97520031000118001	30560004	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	ALMENARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11486972000118001	27640014	150.000,00	150.000,00	10301201585810031
MG	ALPINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11970098000118004	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	ALTO RIO DOCE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO RIO DOCE	11242596000118001	24820001	99.940,00	99.940,00	10301201585810031
MG	AMPARO DO SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - AMPARO DO SERRA MG	13050914000118004	30630010	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	AMPARO DO SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - AMPARO DO SERRA MG	13050914000118006	30630010	10.000,00	10.000,00	10301201585810031
MG	ARAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPORA	11409354000118003	20180010	59.990,00	59.990,00	10301201585810031
MG	ARAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPORA	11409354000118004	24830002	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	AREADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AREADO	11316261000118001	29760007	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	BAEPENDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11391585000118002	14050007	60.000,00	60.000,00	10301201585810031
MG	BAMBUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAMBUI	21505966000118001	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	BANDEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE BANDEIRA - MG	12509104000118001	29380007	99.950,00	99.950,00	10301201585810031
MG	BANDEIRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12361991000118002	31550008	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	BERILO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/BERILO PREFEITURA	11461867000118005	27540004	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	BOA ESPERANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11434342000118005	29760007	189.990,00	189.990,00	10301201585810031
MG	BOM DESPACHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00390877000118007	29380007	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	BOM JESUS DO GALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO GALHO	13309424000118003	30560004	139.890,00	139.890,00	10301201585810031
MG	BONFIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BONFIM	12021377000118001	32300010	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	BOTELHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOTELHOS	12899280000118005	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	BRASILANDIA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNIC. DE BRASILANDIA DE MINAS	11993669000118009	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	BRUMADINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE BRUMADINHO	14208587000118001	37010009	200.000,00	200.000,00	10301201585810031
MG	BURITIZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BURITIZEIRO	12134901000118004	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	CABECEIRA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABECEIRA GRANDE-MG	11969673000118003	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	CABO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	16774380000118003	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	CAETANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAETANOPOLIS	13029783000118009	32300010	99.960,00	99.960,00	10301201585810031
MG	CAMANDUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10677325000118002	27550005	18.000,00	18.000,00	10301201585810031
MG	CAMANDUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10677325000118028	22150008	18.000,00	18.000,00	10301201585810031
MG	CAMPANHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA CAMPANHA	11398095000118002	29380007	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	CAMPO DO MEIO	FUNDO MJNICIPAL DE SAUDE	11192210000118002	31550008 27550005	49.965,00 100.000,00	149.965,00	10301201585810031 10301201585810031
MG	CAMPO FLORIDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11277550000118010	37680012	45.000,00	45.000,00	10301201585810031
MG	CAPINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINOPOLIS - MG	13064891000118003	30630010	199.960,00	199.960,00	10301201585810031
MG	CAPITAO ANDRADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11263416000118004	19280013	99.950,00	99.950,00	10301201585810031
MG	CARANGOLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12041234000118001	33510023	10.470,00	10.470,00	10301201585810031
MG	CARANGOLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12041234000118002	33510023	16.510,00	16.510,00	10301201585810031
MG	CARANGOLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12041234000118003	33510023	16.080,00	16.080,00	10301201585810031
MG	CARANGOLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12041234000118005	33510023	13.930,00	13.930,00	10301201585810031
MG	CARANGOLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12041234000118007	33510023	8.940,00	8.940,00	10301201585810031
MG	CARANGOLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12041234000118008	33510023	9.030,00	9.030,00	10301201585810031
MG	CARLOS CHAGAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARLOS CHAGAS	03023174000118009	30560004	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	CARMO DA CACHOEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10431175000118002	24770013	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	CARMO DO PARANAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARMO DO PARANAIBA - MG	11926064000118002	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031

MG	CARMO DO RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13751757000118004	24770013 30630010	9.980,00 115.000,00	124.980,00	10301201585810031 10301201585810031
MG	CARVALHOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	21457298000118006	22150008 30330019	50.000,00 100.000,00	150.000,00	10301201585810031 10301201585810031
MG	CEDRO DO ABAETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11615858000118001	32300010	103.067,00	103.067,00	10301201585810031
MG	CLARO DOS POCOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CLARO DOS POCOES	12846844000118008	37430007 30630010	100.000,00 115.000,00	215.000,00	10301201585810031 10301201585810031
MG	CONCEICAO DE IPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13268575000118004	30560004	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	CORACAO DE JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11268861000118005	29380007 19280013	61.000,00 100.000,00	161.000,00	10301201585810031 10301201585810031
MG	CORDISLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11396057000118001	37510006 29380007	79.980,00 100.000,00	179.980,00	10301201585810031 10301201585810031
MG	CORREGO NOVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11299745000118002	14050007	79.400,00	79.400,00	10301201585810031
MG	DIVISA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIVISA NOVA	11843944000118002	24770013	40.000,00	40.000,00	10301201585810031
MG	DOM CAVATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19405762000118001	30560004	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	DOM VICOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11926583000118001	37340007	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	DORESOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DORESOPOLIS	13589190000118001	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	ENGENHEIRO CALDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENGENHEIRO CALDAS	97549976000118006	27650004	80.000,00	80.000,00	10301201585810031
MG	ESMERALDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESMERALDAS	21432290000118004	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	ESMERALDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESMERALDAS	21432290000118006	27550005	149.990,00	149.990,00	10301201585810031
MG	ESPINOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPINOSA	10540610000118003	30330015	99.940,00	99.940,00	10301201585810031
MG	FORMOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FORMOSO-MG	13582860000118002	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	FORTALEZA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11788739000118003	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	FRANCISCO BADARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11422552000118005	27540004	200.000,00	200.000,00	10301201585810031
MG	FRANCISCO DUMONT	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11440496000118001	30330015	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	FRANCISCOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11402809000118001	30560004	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	FREI GASPAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11366162000118001	30560004	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	FRUTAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10428106000118005	38200005 37140011	9.000,00 100.000,00	109.000,00	10301201585810031 10301201585810031
MG	GUARANESIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARANESIA	12356128000118002	27550005	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	GUARDA-MOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARDA MOR	12320877000118012	24830002	200.000,00	200.000,00	10301201585810031
MG	GUARDA-MOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE GUARDA MOR	12320877000118016	30630010	10.000,00	10.000,00	10301201585810031
MG	GUAXUPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19111832000118001	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	GUIMARANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11224321000118006	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	GURINHATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12028440000118007	24770013	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	IBERTIOGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBERTIOGA	13386787000118001	14110008	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	IGUATAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11821317000118001	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	ILICINEA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILICINEA	13892440000118002	29940004	109.960,00	109.960,00	10301201585810031
MG	INHAPIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11914796000118002	30560004	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	ITAIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11423338000118005	30560004	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	ITAMOGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14432445000118007	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	ITUETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11826699000118002	30560004	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	JAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	97552158000118001	27590006	99.990,00	99.990,00	10301201585810031
MG	JANAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	15462027000118004	27590006	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	JANUARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANUARIA	13374367000118007	27640014	5.000,00	5.000,00	10301201585810031
MG	JAPONVAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAPONVAR	11409840000118003	27590006	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	JAPONVAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAPONVAR	11409840000118004	14110008	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	JENIPAPO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11422618000118002	30560004	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	JEQUITAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JEQUITAI	11695652000118003	38200005	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	JEQUITAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JEQUITAI	11695652000118004	29380007	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	JEQUITINHONHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10425217000118005	30560004	150.000,00	150.000,00	10301201585810031
MG	JOAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JOAIMA	13552581000118001	30560004	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	JOAO PINHEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAO PINHEIRO	12136070000118001	38200005	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	JOAQUIM FELICIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOAQUIM FELICIO	11410927000118002	29380007	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	LAGAMAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGAMAR	13199207000118004	29380007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	LAGOA DA PRATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PMLP	13539516000118003	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	LAGOA FORMOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA FORMOSA	11333479000118001	19280014	200.000,00	200.000,00	10301201585812771
MG	LARANJAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJAL	12563245000118003	36820020	125.000,00	125.000,00	10301201585810031
MG	LIBERDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LIBERDADE-MG	14066895000118004	29380007	59.990,00	59.990,00	10301201585810031
MG	LONTRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LONTRA	11905263000118001	29380007	99.955,00	99.955,00	10301201585810031
MG	MACHADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10521537000118003	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	MADRE DE DEUS DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE MADRE DE DEUS DE MINAS	11890482000118014	27550005	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	MANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12050997000118001	20180010	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	MANHUMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANHUMIRIM	21489972000118001	30630010	199.990,00	199.990,00	10301201585810031
MG	MARTINHO CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	00468576000118001	29760007	190.000,00	190.000,00	10301201585810031
MG	MEDEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MEDEIROS	11260730000118002	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	MESQUITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MESQUITA	13566066000118002	30560004	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	MOEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MOEMA	11302335000118003	32300010	150.000,00	150.000,00	10301201585810031
MG	MURIAE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11273981000118002	29750002	169.990,00	169.990,00	10301201585810031
MG	NANUQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NANUQUE/MG	11385745000118003	27590006	99.970,00	99.970,00	10301201585810031
MG	NAZARENO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZARENO/MG	22860174000118004	24820001	169.900,00	169.900,00	10301201585810031
MG	NOVA ERA	MUNICIPIO DE NOVA ERA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10421210000118008	14080004	100.000,00	100.000,00	10301201585810031

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800060

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MG	NOVA LIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11181004000118001	27690001	199.975,00	199.975,00	10301201585810031
MG	OLHOS-D'AGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11682032000118001	38200005	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	PAINS	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE	11193359000118001	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	PARAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAGUACU	13423958000118002	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	PARAISOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12153728000118009	27550005	80.000,00	80.000,00	10301201585810031
MG	PATOS DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PATOS DE MINAS	13918415000118004	14110008	200.000,00	200.000,00	10301201585810031
MG	PERDIZES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12426141000118004	20180010	99.995,00	99.995,00	10301201585810031
MG	PIEDADE DE CARATINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	19103450000118010	30560004	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	PIEDADE DOS GERAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11248925000118001	29380007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	PINTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11346711000118005	33510023	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	POCO FUNDO	MUNICIPIO DE POCO FUNDO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10502158000118007	24820001	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	POCO FUNDO	MUNICIPIO DE POCO FUNDO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10502158000118008	24820001	69.965,00	69.965,00	10301201585810031
MG	POCO FUNDO	MUNICIPIO DE POCO FUNDO - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10502158000118009	24820001	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	PONTO CHIQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12014686000118002	38200005	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	PONTO DOS VOLANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11331987000118008	29380007	10.000,00	10.000,00	10301201585810031
MG	PORTEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTEIRINHA	13661594000118011	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	POTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POTE	13160378000118032	30560004	40.000,00	40.000,00	10301201585810031
MG	PRESIDENTE JUSCELINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE JUSCELINO	19188584000118001	32300010	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	RESSAQUINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RESSAQUINHA	11371282000118009	27640014	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	RIO ESPERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO ESPERA	13407368000118006	27630008	17.900,00	17.900,00	10301201585810031
MG	RUBELITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUBELITA	11759447000118001	14110008	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	SABINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11263461000118001	32300010	120.000,00	120.000,00	10301201585810031
MG	SANTA LUZIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA	11285036000118006	30330015	150.000,00	150.000,00	10301201585810031
MG	SANTA LUZIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA	11285036000118007	29380007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	SANTA RITA DE IBITIPOCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11405804000118004	36820020	39.950,00	39.950,00	10301201585810031
MG	SANTA RITA DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA RITA DE MINAS	13803092000118005	30560004	49.930,00	49.930,00	10301201585810031
MG	SANTA RITA DO SAPUCAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11402231000118003	22150008	350.000,00	350.000,00	10301201585810031
MG	SANTANA DO GARAMBEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA DO GARAMBEU	13487498000118002	27630008	189.850,00	189.850,00	10301201585810031
MG	SAO BENTO ABADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO BENTO ABADE	11417993000118001	29380007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	SAO FRANCISCO DO GLORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DO GLORIA	13103736000118007	27640014 14110008	99.895,00 100.000,00	199.895,00	10301201585810031 10301201585810031
MG	SAO GERALDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GERALDO	14073730000118008	29940004	40.000,00	40.000,00	10301201585810031
MG	SAO JOAO DA PONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11266445000118001	33510023	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	SAO JOAO DO ORIENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO ORIENTE	21577484000118006	27640014	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	SAO JOAO DO ORIENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO ORIENTE	21577484000118007	30560004	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	SAO MIGUEL DO ANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MIGUEL DO ANTA	13604395000118005	14110008	199.970,00	199.970,00	10301201585810031
MG	SAO PEDRO DOS FERROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PEDRO DOS FERROS	23411997000118003	27650004	80.000,00	80.000,00	10301201585810031
MG	SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DA BELA VISTA	11819672000118001	29380007	49.940,00	49.940,00	10301201585810031
MG	SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DA VARGEM ALEGRE	11688335000118003	27650004	80.000,00	80.000,00	10301201585810031
MG	SAO SEBASTIAO DO ANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12740484000118004	14050007	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	SENHORA DOS REMEDIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12458069000118005	27640014	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	SERRA DO SALITRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MUNICIPIO DE SERRA DO SALITRE	11272506000118004	30330019	99.980,00	99.980,00	10301201585810031
MG	SERRANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRANIA	11402407000118001	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	TRES MARIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11084358000118009	38200005	150.000,00	150.000,00	10301201585810031
MG	TRES PONTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TRES PONTAS	11132325000118002	29760007	50.000,00	50.000,00	10301201585810031
MG	VARJAO DE MINAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11920340000118005	20180010	150.000,00	150.000,00	10301201585810031
MG	VARZELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11196500000118002	27640014	24.300,00	24.300,00	10301201585810031
MG	VISCONDE DO RIO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	15826980000118001	36820020	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
MG	VOLTA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VOLTA GRANDE	14038148000118001	27650004	100.000,00	100.000,00	10301201585810031
RJ	APERIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APERIBE	02934539000118004	32680010	150.000,00	150.000,00	10301201585810033
RJ	ARMACAO DOS BUZIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARMACAO DOS BUZIOS	11962794000118001	13100020	500.000,00	500.000,00	10301201585810033
RJ	ITAPERUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	39215827000118001	28810006	132.000,00	132.000,00	10301201585810033
RJ	MIRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRACEMA	36285484000118008	23970002	60.000,00	60.000,00	10301201585810033
RJ	MIRACEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRACEMA	36285484000118016	15040002	60.000,00	60.000,00	10301201585810033
RJ	PARAIBA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAIBA DO SUL - RJ	22959877000118001	23970002	250.000,00	250.000,00	10301201585810033
RJ	PORCIUNCULA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12097798000118012	28810006	61.660,00	61.660,00	10301201585810033
RJ	PORCIUNCULA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12097798000118013	32680010	61.660,00	61.660,00	10301201585810033
RJ	PORCIUNCULA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	12097798000118017	28810006	6.680,00	6.680,00	10301201585810033
RJ	RESENDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE/SUS DO MUNICIPIO DE RESENDE	11800731000118014	32680010 28810006	50.000,00 190.000,00	240.000,00	10301201585810033 10301201585810033
RJ	RIO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO	12116187000118003	28810006 23970002 26160015	100.000,00 150.000,00 360.000,00	610.000,00	10301201585810033 10301201585810033 10301201585810033
RJ	SAO FRANCISCO DE ITABAPOANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11389542000118001	28810006	100.000,00	100.000,00	10301201585810033

RJ	SAO GONCALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO	11884903000118007	38620005	363.850,00	363.850,00	10301201585813346
RJ	SAO JOSE DE UBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO JOSE DE UBA	12598712000118001	28810006	100.000,00	100.000,00	10301201585810033
RJ	SAO JOSE DE UBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO JOSE DE UBA	12598712000118002	15040002	107.220,00	107.220,00	10301201585810033
RJ	SAPUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAPUCAIA	02911953000118004	27780001	100.000,00	100.000,00	10301201585810033
RJ	SUMIDOURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SUMIDOURO	13828365000118014	26160015	39.300,00	39.300,00	10301201585810033
RJ	TERESOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TERESOPOLIS	11274201000118003	28810006	189.940,00	189.940,00	10301201585810033
RJ	VARRE-SAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE VARRE-SAI	07900983000118002	28810006	50.000,00	50.000,00	10301201585810033
SP	ADAMANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ADAMANTINA	13868910000118003	30940004	50.000,00	50.000,00	10301201585810035
SP	AGUAS DA PRATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11540420000118005	25340004	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	AGUAS DE LINDOIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS DE LINDOIA	11858657000118002	23660012	19.980,00	19.980,00	10301201585810035
SP	AGUAS DE SAO PEDRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS DE SAO PEDRO	11732177000118005	10660001	70.000,00	70.000,00	10301201585810035
SP	ALFREDO MARCONDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALFREDO MARCONDES	15414921000118001	15930001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	ALVARES MACHADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVARES MACHADO	11109743000118017	30940004	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	ALVINLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVINLANDIA	12428129000118002	28150001	10.000,00	10.000,00	10301201585810035
SP	AMERICANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMERICANA	13868995000118001	15930001 37460004 37610001 10660001	100.000,00 100.000,00 150.000,00 199.940,00	549.940,00	10301201585810035 10301201585810035 10301201585810035 10301201585810035
SP	AMPARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMPARO	07443791000118008	25200016	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	ANDRADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12442399000118004	25310009	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	ANHEMBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANHEMBI	12253547000118003	10660001	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	APIAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11401241000118001	37300008 37590001	20.000,00 180.000,00	200.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	ARACATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACATUBA	11834275000118001	31340001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	ARACATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACATUBA	11834275000118005	10660001	300.000,00	300.000,00	10301201585810035
SP	ARACATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACATUBA	11834275000118006	38660003	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	ARACATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARACATUBA	11834275000118007	22950012	250.000,00	250.000,00	10301201585813397
SP	ARAMINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAMINA	11370241000118008	18180005	120.000,00	120.000,00	10301201585810035
SP	ARARAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13776613000118014	25340004	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	AREIOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11187109000118007	33460002	4.400,00	4.400,00	10301201585810035
SP	AREIOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11187109000118008	33460002	4.940,00	4.940,00	10301201585810035
SP	ARIRANHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARIRANHA - SP	11089768000118004	37610001	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	ARIRANHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARIRANHA - SP	11089768000118006	15990004	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	ARIRANHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARIRANHA - SP	11089768000118007	15810006	99.920,00	99.920,00	10301201585810035
SP	ARTUR NOGUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ARTUR NOGUEIRA	12012065000118002	30440005 23660012	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	ARUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARUJA	12828423000118001	37460004	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	ATIBAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13901091000118010	15270014	109.950,00	109.950,00	10301201585810035
SP	AURIFLAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURIFLAMA	13802705000118006	31350009	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	AURIFLAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURIFLAMA	13802705000118007	31350009	400,00	400,00	10301201585810035
SP	AURIFLAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURIFLAMA	13802705000118008	31350009	7.200,00	7.200,00	10301201585810035
SP	AURIFLAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURIFLAMA	13802705000118009	31350009	2.000,00	2.000,00	10301201585810035
SP	BARAO DE ANTONINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARAO DE ANTONINA	11309773000118006	28150001	50.000,00	50.000,00	10301201585810035
SP	BARBOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARBOSA	12403394000118001	30440005	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	BARIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARIRI	12212926000118011	37160005 33460002	20,00 10.000,00	10.020,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	BARRA BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA BONITA	14051649000118008	28150001 25320001	20.000,00 100.000,00	120.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	BARRA BONITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRA BONITA	14051649000118009	33460002	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	BASTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BASTOS	11892520000118003	30440005	99.950,00	99.950,00	10301201585810035
SP	BASTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BASTOS	11892520000118004	28050005	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	BAURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAURU	13824844000118001	10660001 37610001 33460002	149.970,00 150.000,00 200.000,00	499.970,00	10301201585810035 10301201585810035 10301201585810035
SP	BILAC	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BILAC	12433127000118006	23660012	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	BILAC	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BILAC	12433127000118007	37610001	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	BIRIGUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12623139000118007	28090002	170.000,00	170.000,00	10301201585810035
SP	BIRIGUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12623139000118008	28130009	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	BOA ESPERANCA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA ESPERANCA DO SUL	12013935000118013	37160005 27960003	30.000,00 75.000,00	105.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	BORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BORA	12117985000118005	31340001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	BRAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAUNA	11208075000118013	27960003	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	BRAUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAUNA	11208075000118015	25310009	10.000,00	10.000,00	10301201585810035
SP	BRODOWSKI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11480152000118019	27960003	99.920,00	99.920,00	10301201585810035
SP	BURITIZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITIZAL	11370141000118001	38660006	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	CABRALIA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABRALIA PAULISTA	13746122000118002	30440005 37160005	44.935,00 80.000,00	124.935,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	CACHOEIRA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12072954000118009	31350009	50.000,00	50.000,00	10301201585810035

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800062

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	CAMPOS NOVOS PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DA ESTANCIA CILIMATICA DE CAMPOS NOVOS PAULISTA	12773639000118002	30640005	101.990,00	101.990,00	10301201585810035
SP	CANANEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANANEIA	13787385000118013	15990004	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	CANDIDO RODRIGUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANDIDO RODRIGUES	11847187000118001	25320001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	CAPAO BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11179202000118006	33460002	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	CAPELA DO ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAPELA DO ALTO	13869546000118004	28090002	140.070,00	140.070,00	10301201585810035
SP	CESARIO LANGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CESARIO LANGE	11935879000118004	37590001	9.950,00	9.950,00	10301201585810035
SP	CESARIO LANGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CESARIO LANGE	11935879000118005	37590001 37610001 28010002	50,00 10.000,00 180.000,00	190.050,00	10301201585810035 10301201585810035 10301201585810035
SP	CHARQUEADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHARQUEADA	11432559000118003	10660001	29.890,00	29.890,00	10301201585810035
SP	CLEMENTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CLEMENTINA	12098397000118004	27960003	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	CONCHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11146159000118004	23660012	60.000,00	60.000,00	10301201585810035
SP	COROADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11141919000118001	18180005	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	COROADOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11141919000118002	28050005	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	COSMOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18692355000118001	37610001 30440005 15270014	149.950,00 200.000,00 250.000,00	599.950,00	10301201585810035 10301201585810035 10301201585810035
SP	COTIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11997758000118005	25340004	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	EMBU DAS ARTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE EMBU DAS ARTES	17299621000118010	25200016	300.000,00	300.000,00	10301201585810035
SP	EMBU DAS ARTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE EMBU DAS ARTES	17299621000118014	37460004	99.985,00	99.985,00	10301201585810035
SP	EMBU DAS ARTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE EMBU DAS ARTES	17299621000118015	27990008	180.000,00	180.000,00	10301201585810035
SP	EMBU-GUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11408997000118002	30890005 37370006	109.980,00 190.000,00	299.980,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	ENGENHEIRO COELHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11258819000118004	37090002	50.000,00	50.000,00	10301201585810035
SP	ESPIRITO SANTO DO PINHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPIRITO SANTO DO PINHAL	13911925000118009	25380004	300.000,00	300.000,00	10301201585810035
SP	ESTRELA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTRELA DO NORTE	13873601000118002	19970020	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	ESTRELA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTRELA D'OESTE	12779945000118003	23660012	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EUCLIDES DA CUNHA PAULISTA	13231757000118001	33600007	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	FARTURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FARTURA	12227461000118007	30640005	170.000,00	170.000,00	10301201585810035
SP	FERNANDO PRESTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FERNANDO PRESTES - SP	11580190000118002	15990004 15810006	20.000,00 100.000,00	120.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	FERNANDOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE FERNANDOPOLIS	11846960000118001	37730014 30440005	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	FERRAZ DE VASCONCELOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12240956000118007	31600002	250.000,00	250.000,00	10301201585810035
SP	FRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCA	11827962000118004	30470002	199.970,00	199.970,00	10301201585810035
SP	FRANCISCO MORATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11143383000118003	37350005	599.940,00	599.940,00	10301201585810035
SP	FRANCO DA ROCHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCO DA ROCHA	11737272000118001	37460004	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	GABRIEL MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GABRIEL MONTEIRO	12488907000118002	30940004	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	GALIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GALIA	12218868000118005	33460002	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	GARCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GARCA	97519019000118003	28150001 33460002	69.950,00 90.000,00	159.950,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	GUAICARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAICARA	11835151000118003	28150001	70.000,00	70.000,00	10301201585810035
SP	GUAIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07639752000118002	30440005	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	GUARIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	07542743000118007	23660012	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	GUARUJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARUJA	11814454000118003	27990008	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	HORTOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13843145000118001	25200016	300.000,00	300.000,00	10301201585810035
SP	IBIRAREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11349864000118002	37350005	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	IBITINGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IBITINGA	11976658000118002	31340001	99.960,00	99.960,00	10301201585810035
SP	IGARACU DO TIETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ESTANCIA TURISTICA DE IGARACU DO TIETE	13880605000118002	33460002	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	IGARATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12265367000118006	30890005	33.950,00	33.950,00	10301201585810035
SP	ILHA SOLTEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILHA SOLTEIRA	11775763000118004	25340004	10.000,00	10.000,00	10301201585810035
SP	ILHABELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13885112000118002	30890005	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	INDAIATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAU	14364993000118001	25320001 30440005	100.000,00 300.000,00	400.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	INDIAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12258628000118012	25310009	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	INUBIA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13837736000118002	23660012	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	IPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12186703000118004	32080004	120.000,00	120.000,00	10301201585810035
SP	IRACEMAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMAPOLIS	11937255000118008	23660012	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	IRACEMAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMAPOLIS	11937255000118009	23660012	99.990,00	99.990,00	10301201585810035
SP	IRAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRAPUA - SP	11580178000118002	31340001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	ITANHAEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITANHAEM	13889813000118005	31350009 37590001	90.000,00 200.000,00	290.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	ITAPECERICA DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12440891000118001	37160005	79.960,00	79.960,00	10301201585810035
SP	ITAPEVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13694379000118004	28130009	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	ITAPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPORANGA	11930253000118022	33460002 27960003	9.980,00 50.000,00	59.980,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	ITAPUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPUI	11886342000118003	18180005	99.990,00	99.990,00	10301201585810035
SP	ITARARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITARARE	13820532000118007	33460002	50.000,00	50.000,00	10301201585810035
SP	ITARARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITARARE	13820532000118010	33460002	50.000,00	50.000,00	10301201585810035
SP	ITU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11192194000118002	10660001	99.960,00	99.960,00	10301201585810035

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800063

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	JABOTICABAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JABOTICABAL	11472243000118007	15810006	41.880,00	41.880,00	10301201585810035
SP	JABOTICABAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JABOTICABAL	11472243000118009	37590001	59.940,00	59.940,00	10301201585810035
SP	JALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JALES	13841190000118001	30440005 38660003	100.000,00 199.970,00	299.970,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	JOSE BONIFACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOSE BONIFACIO	13761577000118004	31340001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	JOSE BONIFACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOSE BONIFACIO	13761577000118005	30440005	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	JUMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUMIRIM	12075708000118013	37120006	99.935,00	99.935,00	10301201585810035
SP	JUMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUMIRIM	12075708000118014	37120006 23660012	50,00 100.000,00	100.050,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	JUNDIAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13875759000118001	25320001 37290004	200.000,00 216.136,00	416.136,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	JUQUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13840888000118013	37590001	179.940,00	179.940,00	10301201585810035
SP	LAVINIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LAVINIA	11859666000118004	28010002	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	LAVRINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12286276000118008	30890005	110.000,00	110.000,00	10301201585810035
SP	LEME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEME/SP	12298037000118003	28150001	79.960,00	79.960,00	10301201585810035
SP	LIMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11396895000118027	37300008	168.340,00	168.340,00	10301201585810035
SP	LUCELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07649698000118006	28090002	130.000,00	130.000,00	10301201585810035
SP	LUIZIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZIANIA	11997351000118001	37160005 28150001	80.000,00 80.000,00	160.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	MACAUBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACAUBAL	13790889000118001	30940004	99.990,00	99.990,00	10301201585810035
SP	MACEDONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACEDONIA	14007105000118001	28150001	50.000,00	50.000,00	10301201585810035
SP	MAGDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MAGDA-SP	12137484000118003	31340001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	MAGDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MAGDA-SP	12137484000118004	28180002	10.000,00	10.000,00	10301201585810035
SP	MAGDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MAGDA-SP	12137484000118005	28180002	190.000,00	190.000,00	10301201585810035
SP	MANDURI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDURI	13752702000118001	27960003	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	MARABA PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARABA PAULISTA	13851503000118001	31340001 37120006	99.950,00 100.000,00	199.950,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	MARIAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARIAPOLIS	11933040000118001	23660012	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	MATAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATAO	12225804000118007	37300008	170.000,00	170.000,00	10301201585810035
SP	MATAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATAO	12225804000118014	28180002	20.000,00	20.000,00	10301201585810035
SP	MATAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATAO	12225804000118016	15990004	10.000,00	10.000,00	10301201585810035
SP	MAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13848859000118007	15930001	299.994,00	299.994,00	10301201585810035
SP	MINEIROS DO TIETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MINEIROS DO TIETE	12023090000118003	28090002	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	MIRASSOL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11215408000118002	18180005	20.700,00	20.700,00	10301201585810035
SP	MONTE CASTELO	FUNDO MUNICIPAL DE MONTE CASTELO	13860785000118020	30940004	9.950,00	9.950,00	10301201585810035
SP	MONTE MOR	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE MONTE MOR	11898978000118003	30440005	20.000,00	20.000,00	10301201585810035
SP	MURUTINGA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MURUTINGA DO SUL	11930561000118013	31340001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	NARANDIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12432240000118006	25310009	149.910,00	149.910,00	10301201585810035
SP	NOVA GUATAPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14490982000118031	30940004	9.980,00	9.980,00	10301201585810035
SP	NOVAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVAIS	12381417000118004	37610001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	NOVO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE	11873980000118005	31340001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	NOVO HORIZONTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE	11873980000118006	25200016	199.970,00	199.970,00	10301201585810035
SP	PALMITAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10413777000118003	17990008	170.000,00	170.000,00	10301201585810035
SP	PALMITAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10413777000118005	33460002	170.000,00	170.000,00	10301201585810035
SP	PALMITAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10413777000118006	17990008	19.930,00	19.930,00	10301201585810035
SP	PALMITAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10413777000118007	33460002	30.000,00	30.000,00	10301201585810035
SP	PARAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAPUA	11843243000118010	37370006	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	PARAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAPUA	11843243000118012	30940004	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	PARISI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARISI	13842974000118004	31340001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	PATROCINIO PAULISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11775935000118002	23660012	99.945,00	99.945,00	10301201585810035
SP	PAULICEIA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULICEIA	14002965000118010	30940004	10.000,00	10.000,00	10301201585810035
SP	PAULINIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULINIA	11934398000118002	25200016	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	PAULO DE FARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PAULO DE FARIA	14069729000118001	30440005	99.960,00	99.960,00	10301201585810035
SP	PEDERNEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDERNEIRAS	12218875000118011	31600002	9.860,00	9.860,00	10301201585810035
SP	PEDRA BELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRA BELA	11139310000118009	37090002	20.000,00	20.000,00	10301201585810035
SP	PEDRA BELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRA BELA	11139310000118010	23660012	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	PENAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PENAPOLIS	12012877000118005	25340004	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	PENAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PENAPOLIS	12012877000118008	33460002 25340004	10.000,00 50.000,00	60.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	PEREIRA BARRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEREIRA BARRETO	12124364000118003	31340001 30440005	89.130,00 100.000,00	189.130,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	PIEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13800601000118006	28090002	189.920,00	189.920,00	10301201585810035
SP	PINDORAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINDORAMA	11861752000118001	15990004 25200016	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	PIRANGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - PIRANGI	11955619000118004	15930001 37730014	99.990,00 100.000,00	199.990,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	PLANALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA CIDADE DE PLANALTO	11734171000118005	37160005	80.000,00	80.000,00	10301201585810035

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800064

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SP	POA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA ESTANCIA HIDROMINERAL DE POA	11500073000118001	37460004	199.850,00	199.850,00	10301201585810035
SP	PORTO FELIZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12372408000118003	28090002	130.000,00	130.000,00	10301201585810035
SP	POTIRENDABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13819884000118002	25320001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	PRADOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13870703000118003	31350009	40.000,00	40.000,00	10301201585810035
SP	PROMISSAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13261761000118007	28050005	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	RANCHARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11110540000118001	33460002	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	REDENCAO DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11340121000118002	30890005	110.000,00	110.000,00	10301201585810035
SP	REGENTE FEIJO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE REGENTE FEIJO	15538451000118002	27960003	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	RIBEIRAO PIRES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO PIRES	12928308000118004	37460004	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	11211126000118001	19970020	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	11211126000118003	37460004	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	RIO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO CLARO	11211126000118005	15990004	216.170,00	216.170,00	10301201585810035
SP	ROSEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11173215000118002	31350009 15270014	90.000,00 99.950,00	189.950,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	RUBINEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RUBINEIA	12293160000118020	37610001	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	SALTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12021851000118007	23660012 10660001	99.995,00 200.000,00	299.995,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	SANTA ADELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ADELIA	11915549000118006	25320001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	SANTA ALBERTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ALBERTINA	14161147000118001	37160005 23660012	79.950,00 100.000,00	179.950,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	SANTA ERNESTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11858604000118058	37090002	50.000,00	50.000,00	10301201585810035
SP	SANTA ERNESTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11858604000118059	37090002	19.770,00	19.770,00	10301201585810035
SP	SANTA RITA DO PASSA QUATRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11923280000118004	28010002 25340004	70.000,00 100.000,00	170.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	SANTA ROSA DE VITERBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11147134000118001	15990004	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	SANTANA DE PARNAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTANA DE PARNAIBA	15383468000118003	37370006	379.995,00	379.995,00	10301201585810035
SP	SANTO ANASTACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANASTACIO	11950866000118004	19970020	109.995,00	109.995,00	10301201585810035
SP	SANTOPOLIS DO AGUAPEI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE SANTOPOLIS DO AGUAPEI	12270821000118002	31340001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	SAO BENTO DO SAPUCAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO BENTO DO SAPUCAI	13875252000118002	30890005	110.000,00	110.000,00	10301201585810035
SP	SAO BERNARDO DO CAMPO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13961905000118001	37460004	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	SAO JOAO DA BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DA BOA VISTA	12143206000118003	38660006	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	SAO JOSE DOS CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DOS CAMPOS	12998458000118002	25200016	300.000,00	300.000,00	10301201585810035
SP	SAO MANUEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11206149000118006	33460002	4.670,00	4.670,00	10301201585810035
SP	SAO PEDRO	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE	13752286000118001	27990008	200.000,00	200.000,00	10301201585810035
SP	SAO ROQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO ROQUE	11348758000118003	37770001	10.000,00	10.000,00	10301201585810035
SP	SAO SEBASTIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO	11817180000118005	36900001	169.800,00	169.800,00	10301201585810035
SP	SAO SIMAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11299703000118003	15990004 15810006	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	SAO VICENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO VICENTE	11899413000118004	25200016	118.255,00	118.255,00	10301201585810035
SP	SEBASTIANOPOLIS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SEBASTIANOPOLIS DO SUL	10471096000118001	28050005	99.980,00	99.980,00	10301201585810035
SP	SERRA NEGRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14499793000118007	15270014 37090002	100.000,00 170.000,00	270.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	SUZANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUZANO	11141906000118006	28050005	49.910,00	49.910,00	10301201585810035
SP	SUZANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SUZANO	11141906000118007	37460004 25340004	50.000,00 100.000,00	150.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	TACIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACIBA	14239467000118009	30940004	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	TAIACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - TAIACU	11655315000118005	18180005	120.000,00	120.000,00	10301201585810035
SP	TAPIRATIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAPIRATIBA	12033178000118002	31340001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	TAQUARITUBA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	11920803000118005	25340004	147.000,00	147.000,00	10301201585810035
SP	TAQUARIVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAQUARIVAI	12518685000118001	28010002	149.970,00	149.970,00	10301201585810035
SP	TATUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11194221000118003	37460004	150.000,00	150.000,00	10301201585810035
SP	TAUBATE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10480722000118007	37460004 32080004	55.000,00 300.000,00	355.000,00	10301201585810035 10301201585810035
SP	TEODORO SAMPAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEODORO SAMPAIO	12362507000118001	31340001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	TRABIJU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	16724258000118002	28050005	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	UBARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UBARANA - SP	12800053000118004	31340001	100.000,00	100.000,00	10301201585810035
SP	VOTORANTIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11209472000118003	23560006	191.900,00	191.900,00	10301201585810035
SP	VOTORANTIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11209472000118004	23560006	148.100,00	148.100,00	10301201585810035
SP	VOTUPORANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VOTUPORANGA	11966608000118009	30440005 32080004 28180002	100.000,00 190.000,00 200.000,00	490.000,00	10301201585810035 10301201585810035 10301201585810035
TOTAL			434 PROPOSTAS			53.872.652,00	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800065

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 897, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PR	ABATIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ABATIA	36000179108201800	28430002 29110002 22810001	100.000,00 100.000,00 134.963,00	334.963,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	ADRIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ADRIANOPOLIS	36000171589201800	37050005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ADRIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ADRIANOPOLIS	36000171594201800	37710012	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMIRANTE TAMANDARE	36000170203201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMIRANTE TAMANDARE	36000170216201800	38090003	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMIRANTE TAMANDARE	36000170225201800	29110002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	ALTAMIRA DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTAMIRA DO PARANA	36000177808201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ALTO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ALTO PARANA	36000174693201800	19630010 30920007	100.000,00 250.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	ALTO PIQUIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173668201800	31760003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ALTO PIQUIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173675201800	28740011	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	ALTO PIQUIRI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173710201800	28410011	232.423,00	232.423,00	10122201545250041
PR	ALVORADA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ALVORADA DO SUL - PR	36000173128201800	28410011 19700009	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	AMAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000190945201800	32200011	350.000,00	350.000,00	10122201545250041
PR	AMPERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMPERE	36000169830201800	33090022	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	AMPERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMPERE	36000195502201800	28420006	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	ANAHY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ANAHY	36000169574201800	31760003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ANAHY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ANAHY	36000169575201800	32200011	237.000,00	237.000,00	10122201545250041
PR	ANAHY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE ANAHY	36000169581201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ANDIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ANDIRA	36000171005201800	30840012 28420006	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	ANTONINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONINA	36000171413201800	30730001 38090003 30840011 37050005	100.000,00 150.000,00 150.000,00 200.000,00	600.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	APUCARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APUCARANA	36000184725201800	28740011 30410014	250.000,00 400.000,00	650.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	ARAPONGAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPONGAS	36000182952201800	37050005	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	ARAPONGAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPONGAS	36000193407201800	37050005	900.000,00	900.000,00	10122201545250041
PR	ARAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPUA	36000177492201800	38090003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ARARUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARUNA	36000176552201800	18760017	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	ARARUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARUNA	36000176553201800	30950008	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ARARUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARUNA	36000176555201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ARAUCARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAUCARIA	36000181516201800	28740011 29110002 28440011 37710012 18760017	100.000,00 100.000,00 200.000,00 500.000,00 500.000,00	1.400.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	ARIRANHA DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE ARIRANHA DO IVAI	36000177493201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ASSAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178077201800	36800009	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	ASSAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178130201800	23990002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800066

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	ASSIS CHATEAUBRIAND	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170098201800	38090003	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	ASTORGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ASTORGA	36000175463201800	28420006	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	ATALAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ATALAIA-PR	36000174441201800	23990002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ATALAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ATALAIA-PR	36000174444201800	30920007	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ATALAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ATALAIA-PR	36000174446201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ATALAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ATALAIA-PR	36000174448201800	28410011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	BALSA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BALSA NOVA	36000170312201800	37050005 22810001	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	BARBOSA FERRAZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARBOSA FERRAZ	36000179878201800	28740011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	BARBOSA FERRAZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARBOSA FERRAZ	36000179882201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BARBOSA FERRAZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARBOSA FERRAZ	36000179885201800	18760017	400.000,00	400.000,00	10122201545250041
PR	BARRA DO JACARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188445201800	30840012 28740011	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	BARRACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRACAO	36000170936201800	38140005	60.000,00	60.000,00	10122201545250041
PR	BARRACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRACAO	36000170977201800	28440011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BARRACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRACAO	36000171009201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BARRACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRACAO	36000171065201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BARRACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRACAO	36000171099201800	23990002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	BARRACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRACAO	36000171141201800	28430002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	BARRACAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRACAO	36000171170201800	19630010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BELA VISTA DA CAROBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELA VISTA DA CAROBA	36000170087201800	28430002 19630010 31760003	100.000,00 130.000,00 150.000,00	380.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	BELA VISTA DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELA VISTA DO PARAISO - PR	36000169958201800	36800009 28420006	250.000,00 300.000,00	550.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	BITURUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BITURUNA	36000171801201800	28450003	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	BOA ESPERANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - BOA ESPERANCA	36000170111201800	28490004 38090003 18740007	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	BOA ESPERANCA DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170305201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VENTURA DE SAO ROQUE	36000175372201800	19630010	120.000,00	120.000,00	10122201545250041
PR	BOA VENTURA DE SAO ROQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VENTURA DE SAO ROQUE	36000175376201800	19700011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA DA APARECIDA	36000169338201800	37710012	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA DA APARECIDA	36000169344201800	31760003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA DA APARECIDA	36000169348201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	BOA VISTA DA APARECIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VISTA DA APARECIDA	36000169349201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BOCAIUVA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOCAIUVA DO SUL	36000186730201800	37050005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BOM JESUS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO SUL	36000185128201800	22810001	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	BOM JESUS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO SUL	36000185132201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BOM JESUS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM JESUS DO SUL	36000185133201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BOM SUCESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182915201800	37710012	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	BOM SUCESSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182917201800	18740007	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	BOM SUCESSO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM SUCESSO DO SUL	36000170381201800	19630010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BOM SUCESSO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOM SUCESSO DO SUL	36000170396201800	33090022	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	BORRAZOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BORRAZOPOLIS	36000184945201800	28740011	400.000,00	400.000,00	10122201545250041
PR	BRAGANEY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-MUNICIPIO DE BRAGANEY	36000169595201800	32200011	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	BRAGANEY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-MUNICIPIO DE BRAGANEY	36000169598201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	BRASILANDIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000182652201800	28440011 31760003 38090003	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	CAFEARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAFEARA	36000183929201800	38090003 28740011	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	CAFELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAFELANDIA	36000179985201800	28490004 30920007 30950008	100.000,00 250.000,00 350.000,00	700.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	CAFELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAFELANDIA	36000192894201800	18760014	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	CAFEZAL DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAFEZAL DO SUL	36000171366201800	31760003 37050005 32200011	100.000,00 100.000,00 100.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	CALIFORNIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171743201800	22810001	170.700,00	170.700,00	10122201545250041
PR	CALIFORNIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171745201800	36800009	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	CAMBARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171297201800	18760017 28430002	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800067

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	CAMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000186772201800	30920007 18670008	100.000,00 800.000,00	900.000,00	10122201545250041 10122201545254062
PR	CAMBIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178958201800	18760017	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	CAMBIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178961201800	37710012	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	CAMBIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178963201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CAMBIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178967201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CAMPINA DA LAGOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176463201800	38140005 32200011	70.000,00 400.000,00	470.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	CAMPINA DA LAGOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000193399201800	18760014	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	CAMPINA DO SIMAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA DO SIMAO	36000175616201800	33090022 30950008	100.000,00 320.000,00	420.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL	36000174163201800	28450003	400.000,00	400.000,00	10122201545250041
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL	36000174169201800	37710012	350.000,00	350.000,00	10122201545250041
PR	CAMPINA GRANDE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE DO SUL	36000174172201800	28420006	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	CAMPO DO TENENTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172905201800	18760017 28440011	150.000,00 200.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	CAMPO LARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO LARGO	36000170434201800	30840012 37050005 19700011	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	CAMPO MAGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO MAGRO	36000176750201800	38140005 29110002 30410014 30920007 37050005 28470009	80.000,00 100.000,00 100.000,00 250.000,00 300.000,00 300.000,00	1.130.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	CAMPO MOURAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188586201800	18760017	700.000,00	700.000,00	10122201545250041
PR	CANDIDO DE ABREU	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CANDIDO DE ABREU	36000180301201800	28740011 30410014 36800009	100.000,00 150.000,00 250.000,00	500.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	CANDOI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CANDOI	36000169838201800	28490004 30920007 33090022	100.000,00 100.000,00 136.271,00	336.271,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	CANTAGALO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169761201800	28490004 30950008 19700011	100.000,00 200.000,00 200.000,00	500.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173607201800	19630010	450.000,00	450.000,00	10122201545250041
PR	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173635201800	32200011	242.000,00	242.000,00	10122201545250041
PR	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173680201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	36000172229201800	19680018	500.000,00	500.000,00	10122201545254076
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	36000172243201800	38090003	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	36000176896201800	32200011	351.000,00	351.000,00	10122201545250041
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	36000176905201800	31760003	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	36000176910201800	18760017	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CAPITAO LEONIDAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPITAO LEONIDAS MARQUES	36000176912201800	30920007	172.271,00	172.271,00	10122201545250041
PR	CARLOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000183258201800	28420006 28740011 38140005	100.000,00 150.000,00 390.000,00	640.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	CASCAVEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASCAVEL	36000191011201800	30920007	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	CASTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175194201800	29110002	230.000,00	230.000,00	10122201545250041
PR	CENTENARIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CENTENARIO DO SUL	36000180308201800	28450005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CENTENARIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CENTENARIO DO SUL	36000180316201800	28410011	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	CENTENARIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CENTENARIO DO SUL	36000180320201800	28740011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	CENTENARIO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CENTENARIO DO SUL	36000195211201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CERRO AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO AZUL	36000187951201800	19630010	120.000,00	120.000,00	10122201545250041
PR	CEU AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CEU AZUL	36000179832201800	28450005 28490004 28450003	100.000,00 100.000,00 200.000,00	400.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	CHOPINZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000185251201800	36500011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	CHOPINZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000185255201800	28450003	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	CHOPINZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000185257201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CHOPINZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000185261201800	19630010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CIANORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181164201800	28490004	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	CIDADE GAUCHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CIDADE GAUCHA	36000170183201800	20520010 30730001 28490004	100.000,00 100.000,00 100.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	CLEVELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CLEVELANDIA	36000171034201800	37020016	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	CLEVELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CLEVELANDIA	36000171039201800	19630010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CLEVELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CLEVELANDIA	36000171041201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	CLEVELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CLEVELANDIA	36000171048201800	28430002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	CLEVELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CLEVELANDIA	36000171055201800	28490004	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	CLEVELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CLEVELANDIA	36000171058201800	28450003	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	COLOMBO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191319201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	COLORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171153201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800068

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	COLORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192229201800	28420006	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	CONGONHINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175170201800	20520010 30920007 36800009 22810001	100.000,00 150.000,00 250.000,00 250.000,00	750.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	CONSELHEIRO MAIRINCK	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONSELHEIRO MAIRINCK	36000185494201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CONTENDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CONTENDA	36000171225201800	28430002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	CONTENDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CONTENDA	36000171312201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CORBELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000172333201800	23990002 37710012 38140005 28410011	100.000,00 100.000,00 160.000,00 200.000,00	560.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	CORNELIO PROCOPIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174367201800	36800009	500.000,00	500.000,00	10122201545250041
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES	36000174611201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES	36000174627201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES	36000174655201800	19630010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CORONEL DOMINGOS SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CORONEL DOMINGOS SOARES	36000174674201800	28420006	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CORONEL VIVIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL VIVIDA	36000182922201800	23990002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	CORONEL VIVIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL VIVIDA	36000182925201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CORONEL VIVIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL VIVIDA	36000182927201800	19630010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CORUMBATAI DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188742201800	23990002	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	CORUMBATAI DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188753201800	18760017	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CRUZ MACHADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170732201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CRUZEIRO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZEIRO DO IGUACU	36000176085201800	31760003	136.136,00	136.136,00	10122201545250041
PR	CRUZEIRO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZEIRO DO IGUACU	36000176094201800	19630010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CRUZEIRO DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZEIRO DO OESTE	36000177845201800	28450003 19700011	200.000,00 300.000,00	500.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZEIRO DO SUL	36000175980201800	23990002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZEIRO DO SUL	36000175984201800	28740011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZEIRO DO SUL	36000175987201800	19630010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CRUZMALTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CRUZMALTINA	36000173069201800	38090003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	CURITIBA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	36000195134201800	37050005	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	CURIUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURIUVA	36000176866201800	37710012	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	CURIUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURIUVA	36000177782201800	28470009	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	CURIUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CURIUVA	36000190153201800	38090004	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	DIAMANTE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DIAMANTE DO NORTE	36000182012201800	28490004 23990002	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	DOURADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOURADINA	36000173622201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	DOURADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOURADINA	36000173624201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	DOURADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOURADINA	36000173629201800	37710012	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	DOURADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOURADINA	36000173631201800	31760003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	DOUTOR CAMARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOUTOR CAMARGO	36000174288201800	28420006 28490004 28740011	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	DOUTOR CAMARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOUTOR CAMARGO	36000174550201800	28410011	60.000,00	60.000,00	10122201545250041
PR	DOUTOR ULYSSES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOUTOR ULYSSES	36000190749201800	30950008 22810001	150.000,00 150.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	ENEAS MARQUES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171737201800	28430002	4.000,00	4.000,00	10122201545250041
PR	ENGENHEIRO BELTRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENGENHEIRO BELTRAO	36000175408201800	18760017	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	ENGENHEIRO BELTRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENGENHEIRO BELTRAO	36000175423201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ENGENHEIRO BELTRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENGENHEIRO BELTRAO	36000175445201800	28410011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	ENGENHEIRO BELTRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENGENHEIRO BELTRAO	36000175548201800	30730001	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	ENGENHEIRO BELTRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENGENHEIRO BELTRAO	36000175591201800	30950008	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ENGENHEIRO BELTRAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ENGENHEIRO BELTRAO	36000175599201800	28740011	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	ESPERANCA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPERANCA NOVA	36000182317201800	36500011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	ESPIGAO ALTO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESPIGAO ALTO DO IGUACU	36000169302201800	33090022	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	FAROL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FAROL	36000170649201800	28490004 18740007	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	FAXINAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FAXINAL	36000190692201800	28410011 38140005 38090003	30.000,00 120.000,00 250.000,00	400.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	FAXINAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FAXINAL	36000190703201800	28410011 28470009	70.000,00 250.000,00	320.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	FAZENDA RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176497201800	30840012	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FENIX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FENIX	36000190699201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800069

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	FENIX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FENIX	36000190700201800	28740011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	FENIX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FENIX	36000190701201800	29110002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	FENIX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FENIX	36000190702201800	30920007	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	FERNANDES PINHEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE FERNANDES PINHEIRO	36000169486201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLOR DA SERRA DO SUL	36000169744201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLOR DA SERRA DO SUL	36000169747201800	19700011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLOR DA SERRA DO SUL	36000169758201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLOR DA SERRA DO SUL	36000169760201800	19630010	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	FLOR DA SERRA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLOR DA SERRA DO SUL	36000169763201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FLORAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORAI	36000174309201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FLORAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORAI	36000174316201800	37050005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FLORAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORAI	36000174319201800	18740007	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	FLORESTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTA	36000181035201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FLORESTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTA	36000181038201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FLORESTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTA	36000181043201800	30920007	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	FLORESTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTOPOLIS	36000178262201800	18760017	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	FLORESTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTOPOLIS	36000178265201800	19700011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FLORESTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTOPOLIS	36000178270201800	28410011	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	FLORESTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTOPOLIS	36000178274201800	28420006	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	FLORESTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTOPOLIS	36000178275201800	28440011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FLORESTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTOPOLIS	36000178277201800	19700009	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FLORESTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTOPOLIS	36000178282201800	28430002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FLORESTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORESTOPOLIS	36000178284201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FLORIDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORIDA	36000179133201800	28410011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	FORMOSA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173441201800	31760003 20520010 38090003 23990002 30920007	100.000,00 100.000,00 100.000,00 150.000,00 150.000,00	600.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	FOZ DO JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FOZ DO JORDAO	36000170149201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	FOZ DO JORDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FOZ DO JORDAO	36000170180201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	FRANCISCO ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCISCO ALVES	36000169377201800	38090003	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	FRANCISCO ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRANCISCO ALVES	36000169391201800	31760003	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	GENERAL CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GENERAL CARNEIRO	36000185222201800	37020013	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GENERAL CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GENERAL CARNEIRO	36000185223201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GENERAL CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GENERAL CARNEIRO	36000185225201800	37710012	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	GENERAL CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GENERAL CARNEIRO	36000185227201800	28450003	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	GOIOERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GOIOERE	36000183751201800	18740007	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	GOIOERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GOIOERE	36000184081201800	32200011	170.000,00	170.000,00	10122201545250041
PR	GOIOXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170206201800	38090003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GOIOXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170241201800	28430002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GOIOXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170274201800	33090022	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	GOIOXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170284201800	30920007	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	GOIOXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170366201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GOIOXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170388201800	30730001	86.568,00	86.568,00	10122201545250041
PR	GRANDES RIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GRANDES RIOS	36000175281201800	30920007 38090003 30950008	100.000,00 100.000,00 200.000,00	400.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	GUAIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAIRA	36000174606201800	29110002 31760003 30950008	100.000,00 100.000,00 300.000,00	500.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	GUAIRACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176238201800	18760017	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	GUAIRACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176266201800	28440011	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	GUAIRACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176268201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GUAIRACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176272201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GUAIRACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176307201800	37050005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GUAMIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAMIRANGA - PR	36000169807201800	33090022	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	GUAMIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUAMIRANGA - PR	36000169811201800	23990002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GUAPIRAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000179567201800	28440011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GUAPOREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178422201800	30730001 28490004	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041

PR	GUARANIACU	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GUARANIACU	36000192819201800	31760003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GUARANIACU	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GUARANIACU	36000192822201800	28450003	400.000,00	400.000,00	10122201545250041
PR	GUARANIACU	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GUARANIACU	36000192825201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GUARANIACU	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GUARANIACU	36000192826201800	19680024	200.000,00	200.000,00	10122201545254144
PR	GUARANIACU	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE GUARANIACU	36000192829201800	22810001	155.000,00	155.000,00	10122201545250041
PR	GUARAPUAVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175267201800	28410011	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	GUARAQUECABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - GUARAQUECABA	36000172584201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	GUARATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARATUBA	36000170511201800	30730001 30920007 28420006 22810001 28440011	100.000,00 100.000,00 130.000,00 200.000,00 200.000,00	730.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	HONORIO SERPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181315201800	28430002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	HONORIO SERPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181318201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	HONORIO SERPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181319201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	IBAITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBAITI	36000171377201800	37050005	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	IBAITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBAITI	36000171394201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	IBAITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBAITI	36000171407201800	28430002	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	IBAITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBAITI	36000171419201800	28440011	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	IBEMA	IBEMA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169859201800	23990002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	IBEMA	IBEMA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169863201800	33090022	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	IBIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175076201800	28430002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	ICARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171449201800	28490004 36500011 38090003 23990002	100.000,00 100.000,00 150.000,00 150.000,00	500.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	ICARAIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171455201800	30950008	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	IGUARACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178446201800	23990002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	IGUARACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178454201800	19700009	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	IGUARACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178459201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	IGUARACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178469201800	18740007	101.966,00	101.966,00	10122201545250041
PR	IGUATU	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IGUATU	36000182008201800	28420006	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	IMBAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBAU - PARANA	36000180377201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	IMBITUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173501201800	19700011	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	INACIO MARTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177871201800	30410014 28440011	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	INAJA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INAJA PARANA	36000171834201800	28410011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	INDIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE INDIANOPOLIS	36000175442201800	20520010 30730001 28490004	100.000,00 100.000,00 100.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	IPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPORA	36000182764201800	23990002	400.000,00	400.000,00	10122201545250041
PR	IRACEMA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRACEMA DO OESTE	36000174143201800	38090003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	IRATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184313201800	28470009 29110002 28440011 31760003	100.000,00 100.000,00 149.270,00 200.000,00	549.270,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	IRETAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IRETAMA	36000180905201800	28490004 38140005 38090004 28440011	100.000,00 150.000,00 150.000,00 150.000,00	550.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	ITAGUAJE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUAJE	36000173638201800	23990002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ITAIPULANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAIPULANDIA	36000180879201800	23990002 28490004 28440011 22810001	100.000,00 100.000,00 100.000,00 250.000,00	550.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	ITAMBARACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174911201800	20520010 28420006 28740011 23990002 36800009	100.000,00 100.000,00 100.000,00 150.000,00 250.000,00	700.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	ITAMBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000180978201800	28440011 28410011	150.000,00 200.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	ITAPEJARA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169794201800	19630010	130.000,00	130.000,00	10122201545250041
PR	ITAPERUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPERUCU	36000169281201800	30840012 28420006 38090003 37710012 38140005	100.000,00 200.000,00 200.000,00 350.000,00 400.000,00	1.250.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	ITAPERUCU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPERUCU	36000169306201800	37050005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	ITAUNA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAUNA DO SUL - PR	36000171117201800	23990002 28490004 37050005 30920007 28740011	100.000,00 100.000,00 100.000,00 100.000,00 100.000,00	500.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IVAI - PR	36000180051201800	30410014	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	IVAIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IVAIPORA	36000175846201800	19700009 18740007	200.000,00 300.000,00	500.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	IVATE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000195616201800	30950008	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	IVATE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000195623201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	IVATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174499201800	30920007	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	JABOTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000186712201800	28440011 38090003 30730001	100.000,00 100.000,00 100.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800071

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	JACAREZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188045201800	29110002 38140005	100.000,00 300.000,00	400.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	JACAREZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188160201800	30840012	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	JAGUAPITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUAPITA	36000179138201800	36800009	500.000,00	500.000,00	10122201545250041
PR	JAGUARIAIVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARIAVA	36000173764201800	30410014 28470009	200.000,00 650.000,00	850.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	JANDAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANDAIA DO SUL	36000172049201800	36800009	600.000,00	600.000,00	10122201545250041
PR	JANDAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANDAIA DO SUL	36000172051201800	28420006	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	JANDAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANDAIA DO SUL	36000172054201800	28410011	61.136,00	61.136,00	10122201545250041
PR	JANDAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANDAIA DO SUL	36000194329201800	28740011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	JANIOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANIOPOLIS	36000180870201800	28490004 23990002 18760017 32200011	34.000,00 100.000,00 200.000,00 350.000,00	684.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	JANIOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JANIOPOLIS	36000182201201800	28410011	21.000,00	21.000,00	10122201545250041
PR	JAPIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184222201800	28440011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	JAPURA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JAPURA	36000189645201800	28410011 28490004 22810001 18740007 18760017	100.000,00 100.000,00 150.000,00 200.000,00 200.000,00	750.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	JARDIM ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARDIM ALEGRE	36000181074201800	30950008	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	JARDIM ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARDIM ALEGRE	36000181077201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	JARDIM OLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARDIM OLINDA	36000188881201800	28740011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	JARDIM OLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARDIM OLINDA	36000188894201800	23990002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	JARDIM OLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARDIM OLINDA	36000188897201800	28410011	21.144,00	21.144,00	10122201545250041
PR	JATAIZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000179770201800	36800009	400.000,00	400.000,00	10122201545250041
PR	JESUITAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - JESUITAS	36000179765201800	28440011 37710012 38090003	100.000,00 100.000,00 200.000,00	400.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	JUNDIAI DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000169520201800	37710012 30840012	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	JURANDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000179948201800	28410011 18740007	250.000,00 400.000,00	650.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	JURANDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182750201800	23990002 28490004	28.000,00 100.000,00	128.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	JUSSARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUSSARA	36000184543201800	31760003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	JUSSARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUSSARA	36000184549201800	28410011	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	JUSSARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUSSARA	36000184551201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	KALORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE KALORE	36000177506201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	LAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176744201800	30920007 30410014	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	LARANJAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LARANJAL	36000177208201800	28450003	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	LARANJAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LARANJAL	36000178869201800	23990002	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	LARANJEIRAS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJEIRAS DO SUL	36000172935201800	28430002	500.000,00	500.000,00	10122201545250041
PR	LARANJEIRAS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJEIRAS DO SUL	36000173013201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	LARANJEIRAS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LARANJEIRAS DO SUL	36000173016201800	28420006	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	LEOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE LEOPOLIS	36000188404201800	28410011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	LIDIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LIDIANOPOLIS	36000171605201800	36800009	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	LINDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LINDOESTE	36000170694201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	LINDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LINDOESTE	36000170706201800	32200011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	LOANDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176803201800	32200011	800.000,00	800.000,00	10122201545250041
PR	LOANDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176806201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	LOANDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000195577201800	37050005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	LOBATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172648201800	18740007	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188265201800	23990002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	LUIZIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUIZIANA	36000176762201800	28490004 23990002	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	LUPIONOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUPIONOPOLIS	36000190724201800	28740011 23990002	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	MALLET	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188609201800	28420006 19700009	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	MAMBORE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000179604201800	28490004 30840011	100.000,00 346.000,00	446.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	MANDAGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDAGUACU	36000178489201800	37050005 18740007	102.271,00 200.000,00	302.271,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	MANDIRITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDIRITUBA	36000174213201800	30920007	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MANDIRITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDIRITUBA	36000174758201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MANDIRITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDIRITUBA	36000174779201800	28740011	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	MANDIRITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDIRITUBA	36000174784201800	19630010	120.000,00	120.000,00	10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800072

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	MANDIRITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDIRITUBA	36000174788201800	38140005	592.000,00	592.000,00	10122201545250041
PR	MANDIRITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDIRITUBA	36000174789201800	37710012	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	MANDIRITUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANDIRITUBA	36000175394201800	37050005	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	MANFRINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANFRINOPOLIS	36000170613201800	19630010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MANGUEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170589201800	37020013 30410014 28430002	155.000,00 175.000,00 200.000,00	530.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	MANOEL RIBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MANOEL RIBAS	36000188708201800	28450003	125.000,00	125.000,00	10122201545250041
PR	MARECHAL CANDIDO RONDON	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175872201800	28420006	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	MARIA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARIA HELENA	36000187234201800	19700011	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	MARIA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARIA HELENA	36000187238201800	37710012	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MARIALVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176607201800	18740007	400.000,00	400.000,00	10122201545250041
PR	MARIALVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176611201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MARIALVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176614201800	28410011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MARILANDIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICPIO DE MARILANDIA DO SUL	36000174964201800	28410011 28440011 29110002 36800009	100.000,00 100.000,00 100.000,00 250.000,00	550.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	MARILENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARILENA	36000187684201800	28410011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MARILENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARILENA	36000187693201800	30730001	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	MARILENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARILENA	36000187694201800	23990002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	MARILENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARILENA	36000187696201800	28740011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MARILUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172702201800	28490004 36500011	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	MARIOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172141201800	37020013	350.000,00	350.000,00	10122201545250041
PR	MARIOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172148201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	MARIOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172152201800	19630010	65.617,00	65.617,00	10122201545250041
PR	MARIPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARIPA	36000169822201800	31760003	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	MARMELEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MARMELEIRO	36000171035201800	29110002 37710012 37020013	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	MARQUINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170648201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	MARUMBI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARUMBI	36000174930201800	20520010 28410011 38090003	100.000,00 150.000,00 200.000,00	450.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	MATELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATELANDIA	36000183146201800	23990002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	MATELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATELANDIA	36000183148201800	31760003	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	MATELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MATELANDIA	36000183151201800	28450003	400.000,00	400.000,00	10122201545250041
PR	MATINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174533201800	30730001 38140005	100.000,00 120.000,00	220.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	MATO RICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MATO RICO	36000175243201800	38090003	136.136,00	136.136,00	10122201545250041
PR	MAUA DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MAUA DA SERRA	36000171880201800	30920007	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MAUA DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MAUA DA SERRA	36000171881201800	38140005	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	MAUA DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MAUA DA SERRA	36000171885201800	36800009	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	MAUA DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MAUA DA SERRA	36000171886201800	28740011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MAUA DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MAUA DA SERRA	36000194095201800	28410011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	MEDIANEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MEDIANEIRA	36000185184201800	28490004 22810001	100.000,00 152.337,00	252.337,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	MERCEDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177823201800	28450005 31760003 38090003	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	MIRADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173664201800	28490004	122.271,00	122.271,00	10122201545250041
PR	MIRASELVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MIRASELVA	36000192259201800	18670024	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	MISSAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MISSAL	36000180592201800	28440011 31760003 23990002	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	MOREIRA SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000179902201800	28490004 36500011	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	MORRETES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000187967201800	29110002 37710012 30840011 28420006	100.000,00 100.000,00 108.135,00 500.000,00	808.135,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	MUNHOZ DE MELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172767201800	18760017 20520010 22810001	100.000,00 100.000,00 152.000,00	352.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	NOVA AMERICA DA COLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA AMERICA DA COLINA	36000176075201800	20520010 28450003 36800009	100.000,00 125.000,00 250.000,00	475.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	NOVA AURORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO M UNICIPIO DE NOVA AURORA	36000173106201800	19630010	130.000,00	130.000,00	10122201545250041
PR	NOVA AURORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO M UNICIPIO DE NOVA AURORA	36000173431201800	38140005 31760003	60.000,00 100.000,00	160.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	NOVA AURORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO M UNICIPIO DE NOVA AURORA	36000183818201800	23990002	176.091,00	176.091,00	10122201545250041
PR	NOVA CANTU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178369201800	23990002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	NOVA CANTU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178486201800	38140005	220.000,00	220.000,00	10122201545250041
PR	NOVA CANTU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178490201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800073

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	NOVA CANTU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178493201800	28450003	125.000,00	125.000,00	10122201545250041
PR	NOVA ESPERANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ESPERANCA	36000174023201800	29110002 28420006 18740007	100.000,00 200.000,00 400.000,00	700.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	36000169804201800	20520010	99.000,00	99.000,00	10122201545250041
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	36000169815201800	37020013	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	36000169829201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ESPERANCA DO SUDOESTE	36000169855201800	38090003	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	NOVA LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA LONDRINA	36000171314201800	28490004	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	NOVA LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA LONDRINA	36000171327201800	28430002	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	NOVA LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA LONDRINA	36000171403201800	28410011	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	NOVA LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA LONDRINA	36000171417201800	19700009	236.136,00	236.136,00	10122201545250041
PR	NOVA LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA LONDRINA	36000171433201800	18760017	83.458,00	83.458,00	10122201545250041
PR	NOVA LONDRINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA LONDRINA	36000171920201800	28740011 30920007	100.000,00 300.000,00	400.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	NOVA OLIMPIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174061201800	28740011 38090004 30730001	50.000,00 50.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	NOVA PRATA DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PRATA DO IGUACU	36000169474201800	19630010	146.136,00	146.136,00	10122201545250041
PR	NOVA PRATA DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PRATA DO IGUACU	36000169476201800	38090004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	NOVA PRATA DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PRATA DO IGUACU	36000169488201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	NOVA PRATA DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PRATA DO IGUACU	36000169496201800	37020013	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	NOVA SANTA BARBARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000180179201800	23990002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	NOVA SANTA ROSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173971201800	28450005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	NOVO ITACOLOMI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO ITACOLOMI	36000170560201800	38090003	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	NOVO ITACOLOMI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO ITACOLOMI	36000170563201800	28440011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	OURIZONA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURIZONA	36000176924201800	28410011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	OURO VERDE DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177025201800	19700011	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	PAICANDU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAICANDU	36000176138201800	28490004 30920007 18740007	100.000,00 350.000,00 400.000,00	850.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	PALMAS	PALMAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173127201800	28430002	486.135,00	486.135,00	10122201545250041
PR	PALMAS	PALMAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173148201800	33090022	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	PALMAS	PALMAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173156201800	19630010	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	PALMAS	PALMAS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173160201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PALMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174957201800	38140005 29110002	120.000,00 250.000,00	370.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	PALMITAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE PALMITAL PARANA	36000183849201800	20520010 38090004	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	PALOTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALOTINA	36000173065201800	19680022	500.000,00	500.000,00	10122201545254260
PR	PALOTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALOTINA	36000173071201800	31760003	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	PALOTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALOTINA	36000173078201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PALOTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALOTINA	36000173109201800	30950008	500.000,00	500.000,00	10122201545250041
PR	PALOTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALOTINA	36000173111201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PARAISO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MUNICIPIO DE PARAISO DO NORTE	36000178387201800	37050005 29110002 30920007	100.000,00 150.000,00 600.000,00	850.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	PARANACITY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PARANACITY	36000181959201800	28440011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	PARANACITY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PARANACITY	36000181960201800	30920007	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	PARANACITY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PARANACITY	36000181962201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PARANACITY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PARANACITY	36000181963201800	18740007	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PARANACITY	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PARANACITY	36000181964201800	28490004	63.788,00	63.788,00	10122201545250041
PR	PARANAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANAGUA	36000178216201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PARANAVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE PARANAVAI	36000173236201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PARANAVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE PARANAVAI	36000195304201800	37050005	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	PATO BRAGADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PATO BRAGADO	36000171016201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800074

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	PATO BRAGADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PATO BRAGADO	36000171064201800	31760003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PAULA FREITAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULA FREITAS	36000174214201800	28450003	125.000,00	125.000,00	10122201545250041
PR	PAULA FREITAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULA FREITAS	36000174216201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PEABIRU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEABIRU	36000170691201800	18760017	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	PEABIRU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEABIRU	36000170707201800	37050005	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	PEABIRU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEABIRU	36000170754201800	32200011	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	PEABIRU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEABIRU	36000170757201800	30950008	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PEROBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172612201800	28440011 38090003 28740011	100.000,00 150.000,00 150.000,00	400.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	PEROLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEROLA	36000185163201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PEROLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEROLA	36000188485201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PEROLA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEROLA D'OESTE	36000175296201800	19630010	180.000,00	180.000,00	10122201545250041
PR	PEROLA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEROLA D'OESTE	36000175468201800	28450005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PIEN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174687201800	37020013 38140005	100.000,00 450.000,00	550.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	PIEN	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000195488201800	37050005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PINHAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHAIS	36000190006201800	29110002	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	PINHAL DE SAO BENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171994201800	38090003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PINHAL DE SAO BENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172006201800	33090022	180.000,00	180.000,00	10122201545250041
PR	PINHAL DE SAO BENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172028201800	28490004	125.000,00	125.000,00	10122201545250041
PR	PINHAL DE SAO BENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172038201800	19630010	207,00	207,00	10122201545250041
PR	PINHALAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178622201800	28440011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PINHALAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178625201800	28450003	125.000,00	125.000,00	10122201545250041
PR	PINHALAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178628201800	30840011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PINHALAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178632201800	33090022	130.000,00	130.000,00	10122201545250041
PR	PINHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181328201800	37710012 28490004	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	PIRAI DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000186956201800	37710012	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PIRAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRAQUARA	36000179144201800	29110002 19700011	150.000,00 200.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	PITANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE PITANGA PARANA	36000184302201800	30920007 23990002 28740011 38140005	100.000,00 150.000,00 150.000,00 195.000,00	595.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	PITANGUEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000183674201800	30730001 28740011	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	PLANALTINA DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000183095201800	28440011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PLANALTINA DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000183109201800	37050005	180.000,00	180.000,00	10122201545250041
PR	PLANALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO	36000175187201800	28490004 29110002	100.000,00 205.000,00	305.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	PLANALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTO	36000179667201800	19630010	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	PONTAL DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTAL DO PARANA	36000179222201800	22810001	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	PONTAL DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTAL DO PARANA	36000179344201800	28440011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PONTAL DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTAL DO PARANA	36000179347201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PORECATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORECATU	36000169505201800	28440011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PORECATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORECATU	36000170443201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PORECATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORECATU	36000170549201800	38090003	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	PORECATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORECATU	36000182188201800	28420006	400.000,00	400.000,00	10122201545250041
PR	PORECATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORECATU	36000194588201800	18670024	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	PORTO BARREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO BARREIRO	36000169426201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PORTO BARREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO BARREIRO	36000169444201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	PORTO BARREIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO BARREIRO	36000169461201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PORTO RICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO RICO - PR	36000184016201800	28450005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PORTO RICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO RICO - PR	36000184031201800	18760017	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PORTO RICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO RICO - PR	36000184040201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PORTO RICO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO RICO - PR	36000184055201800	28740011	23.850,00	23.850,00	10122201545250041
PR	PORTO VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184167201800	30920007	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	PRADO FERREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PRADO FERREIRA	36000184320201800	28410011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182910201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PRESIDENTE CASTELO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182914201800	18740007	128.775,00	128.775,00	10122201545250041
PR	PRIMEIRO DE MAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172512201800	30920007	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	PRIMEIRO DE MAIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172514201800	33090022	120.000,00	120.000,00	10122201545250041
PR	PRUDENTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRUDENTOPOLIS / PR	36000175579201800	28440011 22810001 19680019	100.000,00 200.000,00 600.000,00	900.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545254296
PR	PRUDENTOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRUDENTOPOLIS / PR	36000195090201800	37050005	200.000,00	200.000,00	10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800075

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	QUARTO CENTENARIO	QUARTO CENTENARIO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176134201800	23990002 38090003 31760003 28490004	100.000,00 100.000,00 100.000,00 100.000,00	400.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	QUATIGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUATIGUA	36000172013201800	28430002 30840012	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	QUATRO BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUATRO BARRAS	36000181344201800	37710012	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	QUEDAS DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEDAS DO IGUACU	36000183769201800	19680020	750.271,00	750.271,00	10122201545254301
PR	QUEDAS DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEDAS DO IGUACU	36000183771201800	28420006	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	QUEDAS DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEDAS DO IGUACU	36000183774201800	37710012	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	QUEDAS DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEDAS DO IGUACU	36000183778201800	29110002	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	QUEDAS DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUEDAS DO IGUACU	36000183780201800	28430002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	QUERENCIA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUERENCIA DO NORTE - PR	36000180556201800	28740011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	QUERENCIA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUERENCIA DO NORTE - PR	36000180557201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	QUERENCIA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUERENCIA DO NORTE - PR	36000180558201800	37050005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	QUINTA DO SOL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUINTA DO SOL	36000172007201800	28410011 30920007 18740007	150.000,00 250.000,00 300.000,00	700.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	QUITANDINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173972201800	28440011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	RAMILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RAMILANDIA	36000173437201800	28490004 31760003	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	RANCHO ALEGRE D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182310201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	REALEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE REALEZA	36000171219201800	19630010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	REBOUCAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170975201800	19700011 31760003 29110002 28440011 28470009	100.000,00 100.000,00 100.000,00 250.000,00 450.000,00	1.000.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	RENASCENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RENASCENCA	36000170397201800	33090022	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	RENASCENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RENASCENCA	36000170406201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	RESERVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RESERVA - PR	36000172564201800	30840012	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	RESERVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE RESERVA - PR	36000172587201800	30950008	130.000,00	130.000,00	10122201545250041
PR	RESERVA DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RESERVA DO IGUACU	36000170781201800	30920007	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	RIBEIRAO CLARO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE (FMS)	36000183850201800	28430002	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	RIBEIRAO DO PINHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO DO PINHAL	36000175270201800	20520010 28450005 28420006	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	RIO AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE RIO AZUL	36000170285201800	28450003 31760003 28420006	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	RIO BOM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BOM	36000175124201800	28410011 38090003 37710012	30.000,00 100.000,00 100.000,00	230.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	RIO BONITO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO DO IGUACU	36000176073201800	29110002	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	RIO BONITO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO DO IGUACU	36000176102201800	30410014	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	RIO BONITO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO DO IGUACU	36000176131201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	RIO BONITO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BONITO DO IGUACU	36000176166201800	28420006	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	RIO BRANCO DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BRANCO DO IVAI	36000177500201800	38090003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	RIO BRANCO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BRANCO DO SUL	36000183783201800	38090004 28420006	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173564201800	28740011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173581201800	37710012	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182100201800	19700009	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182103201800	28420006	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	ROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROLANDIA	36000179648201800	28740011 28410011 19700011 36800009	143.066,00 150.000,00 191.000,00 500.000,00	984.066,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	ROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROLANDIA	36000179737201800	19700011	109.000,00	109.000,00	10122201545250041
PR	ROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ROLANDIA	36000191430201800	18760014	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	RONCADOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000179159201800	28450005	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	RONDON	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174192201800	28410011 29110002 30920007	150.000,00 200.000,00 300.000,00	650.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	ROSARIO DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177495201800	30920007	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SABAUDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SABAUDIA	36000184132201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SABAUDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SABAUDIA	36000184137201800	28410011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	SALGADO FILHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALGADO FILHO	36000171828201800	28430002	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	SALGADO FILHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALGADO FILHO	36000171919201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800076

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	SALGADO FILHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALGADO FILHO	36000171940201800	28490004	130.000,00	130.000,00	10122201545250041
PR	SALGADO FILHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALGADO FILHO	36000171964201800	38140005	135.000,00	135.000,00	10122201545250041
PR	SALGADO FILHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALGADO FILHO	36000182282201800	19630010	8.351,00	8.351,00	10122201545250041
PR	SALTO DO LONTRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO DO LONTRA	36000170978201800	36500011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	SALTO DO LONTRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO DO LONTRA	36000171033201800	33090023	470.000,00	470.000,00	10122201545254328
PR	SALTO DO LONTRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO DO LONTRA	36000171085201800	28430002	500.000,00	500.000,00	10122201545250041
PR	SALTO DO LONTRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO DO LONTRA	36000171109201800	28490004	120.000,00	120.000,00	10122201545250041
PR	SALTO DO LONTRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTO DO LONTRA	36000176227201800	23990002	115.150,00	115.150,00	10122201545250041
PR	SANTA AMELIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA AMELIA	36000170269201800	28430002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTA CECILIA DO PAVAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177811201800	36800009	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	SANTA CECILIA DO PAVAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184651201800	20520010 30730001 29110002	100.000,00 100.000,00 100.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	36000175009201800	28490004 37050005 18760017	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CRUZ DE MONTE CASTELO	36000175012201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTA FE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000193816201800	23990002 28490004 22810001 30920007	8.829,00 100.000,00 200.000,00 300.000,00	608.829,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171101201800	22810001	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171107201800	23990002	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171113201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTA INES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173358201800	28740011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTA ISABEL DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ISABEL DO IVAI	36000184193201800	28490004 30950008 20520010 37050005 30920007 28410011	87.667,00 100.000,00 100.000,00 200.000,00 200.000,00 300.000,00	987.667,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA IZABEL DO OESTE	36000170007201800	28450003	670.952,00	670.952,00	10122201545250041
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA IZABEL DO OESTE	36000170014201800	28490004	125.000,00	125.000,00	10122201545250041
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA IZABEL DO OESTE	36000170027201800	19630010	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA IZABEL DO OESTE	36000170043201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTA IZABEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA IZABEL DO OESTE	36000170078201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTA LUCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUCIA	36000172242201800	38090003	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	SANTA LUCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUCIA	36000172257201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTA LUCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUCIA	36000172282201800	19630010	137.513,00	137.513,00	10122201545250041
PR	SANTA MARIA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE	36000173209201800	22810001	135.000,00	135.000,00	10122201545250041
PR	SANTA MARIA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE	36000173235201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTA MARIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170690201800	28430002 38140005	200.000,00 400.000,00	600.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	SANTA MONICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA MONICA	36000170296201800	20520010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTA TEREZA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DO OESTE	36000171493201800	28420006	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTA TEREZA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DO OESTE	36000171530201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	36000184048201800	31760003	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA DE ITAIPU	36000184064201800	37710012	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTANA DO ITARARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMDES	36000173192201800	29110002	116.000,00	116.000,00	10122201545250041
PR	SANTO ANTONIO DA PLATINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192977201800	30840011	350.000,00	350.000,00	10122201545250041
PR	SANTO ANTONIO DO CAIUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO CAIUA	36000175609201800	18740007	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	SANTO ANTONIO DO CAIUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SANTO ANTONIO DO CAIUA	36000175629201800	28410011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTO ANTONIO DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO PARAISO	36000182778201800	23990002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTO ANTONIO DO PARAISO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO DO PARAISO	36000182783201800	28470009	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SANTO ANTONIO DO SUDOESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170966201800	28440011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAO CARLOS DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO CARLOS DO IVAI	36000174430201800	28410011 30840012 28420006 18740007	100.000,00 100.000,00 180.000,00 200.000,00	580.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	SAO JERONIMO DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JERONIMO DA SERRA	36000193976201800	18670023	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAO JERONIMO DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JERONIMO DA SERRA	36000194196201800	18760017	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	SAO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO SAO JOAO PR	36000170642201800	37020013	150.000,00	150.000,00	10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800077

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	SAO JOAO DO CAIUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO CAIUA	36000191189201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAO JOAO DO CAIUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO CAIUA	36000191190201800	30730001	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	SAO JOAO DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000179794201800	18740007	17.337,00	17.337,00	10122201545250041
PR	SAO JOAO DO TRIUNFO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO TRIUNFO	36000170049201800	29110002 19700011	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	SAO JORGE DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-SAO JORGE DO IVAI	36000172826201800	18740007	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JORGE DO PATROCINIO - PR	36000169433201800	31760003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JORGE DO PATROCINIO - PR	36000169453201800	37710012	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JORGE DO PATROCINIO - PR	36000169454201800	28440011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAO JORGE DO PATROCINIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JORGE DO PATROCINIO - PR	36000171404201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAO JORGE D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JORGE D OESTE	36000176133201800	19630010	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	SAO JORGE D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JORGE D OESTE	36000178769201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAO JOSE DA BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DA BOA VISTA (FMS)	36000170121201800	20520010 38140005 36800009	100.000,00 100.000,00 300.000,00	500.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	SAO JOSE DAS PALMEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DAS PALMEIRAS	36000184983201800	31760003 20520010	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170498201800	28440011	500.000,00	500.000,00	10122201545250041
PR	SAO JOSE DOS PINHAIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170522201800	19700009	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	SAO MANOEL DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO MANOEL DO PARANA	36000176022201800	30950008 28490004	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	SAO MATEUS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182509201800	28420006	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	SAO MATEUS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182559201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAO MATEUS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182575201800	28470009	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	SAO MATEUS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191910201800	30950008	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAO MIGUEL DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172175201800	37020013	350.000,00	350.000,00	10122201545250041
PR	SAO MIGUEL DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172178201800	28450005	500.000,00	500.000,00	10122201545250041
PR	SAO MIGUEL DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172181201800	19680021	561.000,00	561.000,00	10122201545254363
PR	SAO PEDRO DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PEDRO DO IGUACU	36000192211201800	28490004 28420006	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	SAO PEDRO DO IVAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PEDRO DO IVAI	36000174776201800	28410011 38090003 36800009	100.000,00 150.000,00 300.000,00	550.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	SAO PEDRO DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PEDRO DO PARANA	36000177127201800	28410011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DA AMOREIRA	36000190832201800	22810001	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	SAO TOME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO TOME	36000186197201800	28410011 30950008 20520010 30730001 18760017	100.000,00 100.000,00 100.000,00 150.000,00 150.000,00	600.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	SAO TOME	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO TOME	36000187327201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SAPOPEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182212201800	18760017 28430002	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	SARANDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SARANDI	36000191765201800	30920007 28410011	400.000,00 400.000,00	800.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	SAUDADE DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDADE DO IGUACU	36000178729201800	33090022	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	SAUDADE DO IGUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAUDADE DO IGUACU	36000188805201800	37020013	120.000,00	120.000,00	10122201545250041
PR	SENGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170192201800	28420006 28450003	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	SENGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170198201800	37710012	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SERTANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTANOPOLIS	36000175112201800	36800009	400.000,00	400.000,00	10122201545250041
PR	SERTANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTANOPOLIS	36000175115201800	38090004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SERTANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTANOPOLIS	36000175119201800	28420006	106.000,00	106.000,00	10122201545250041
PR	SERTANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTANOPOLIS	36000175120201800	28440011	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	SERTANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTANOPOLIS	36000175122201800	18760017	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SERTANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERTANOPOLIS	36000194327201800	28420006	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	SIQUEIRA CAMPOS	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SIQUEIRA CAMPOS	36000188245201800	37050005	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	SULINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170566201800	19630010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	SULINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170571201800	33090022	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	SULINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000170587201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	TAMARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - TAMARANA	36000171691201800	19700009	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	TAMARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - TAMARANA	36000171694201800	28420006	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	TAMARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - TAMARANA	36000171696201800	36800009	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	TAMBOARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAMBOARA	36000181013201800	28490004	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	TAPEJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAPEJARA	36000173919201800	28490004 18760017	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250041 10122201545250041

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800078

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PR	TEIXEIRA SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000180649201800	37050005 28450003 30410014	100.000,00 114.135,00 125.000,00	339.135,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	TELEMACO BORBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - TELEMACO BORBA	36000185687201800	37710012	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	TERRA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA BOA	36000179671201800	30920007	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	TERRA RICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA RICA	36000178975201800	28410011	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	TERRA RICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA RICA	36000179909201800	28490004	30.000,00	30.000,00	10122201545250041
PR	TIBAGI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE TIBAGI	36000170876201800	28490004 28430002 28740011 29110002 38140005	100.000,00 150.000,00 150.000,00 220.000,00 300.000,00	920.000,00	10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041 10122201545250041
PR	TIJUCAS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIJUCAS DO SUL	36000176301201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	TUNAS DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000179489201800	23990002 22810001	200.000,00 250.000,00	450.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	TUNEIRAS DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNEIRAS DO OESTE	36000175522201800	28490004 28740011	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	TUPASSI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUPASSI	36000183999201800	38090003 20520010	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	TUPASSI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUPASSI	36000184003201800	31760003	80.000,00	80.000,00	10122201545250041
PR	TURVO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICPO DE TURVO	36000170023201800	28740011	250.000,00	250.000,00	10122201545250041
PR	UMUARAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMUARAMA	36000186308201800	19700009	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	UMUARAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMUARAMA	36000189699201800	29110002	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	UMUARAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMUARAMA	36000189701201800	28740011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	UMUARAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMUARAMA	36000189703201800	31760003	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	UNIAO DA VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	36000177986201800	19630010	120.000,00	120.000,00	10122201545250041
PR	UNIAO DA VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	36000177989201800	28440011	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	UNIAO DA VITORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	36000177990201800	30730001	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	UNIFLOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNIFLOR	36000170418201800	18740007	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	URAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171938201800	28740011 36800009	100.000,00 236.136,00	336.136,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	VENTANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VENTANIA	36000192962201800	18760014	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	VERA CRUZ DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VERA CRUZ DO OESTE	36000188566201800	23990002 28420006	150.000,00 300.000,00	450.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	VERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - VERE	36000181049201800	36500011	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	VERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - VERE	36000181051201800	37020013	300.000,00	300.000,00	10122201545250041
PR	VERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - VERE	36000181053201800	19630010	130.000,00	130.000,00	10122201545250041
PR	VERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - VERE	36000193834201800	19630010	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	VIRMOND	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE VIRMOND	36000170525201800	37020013	100.000,00	100.000,00	10122201545250041
PR	VIRMOND	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE VIRMOND	36000170545201800	33090022	150.000,00	150.000,00	10122201545250041
PR	VITORINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORINO	36000169941201800	37020016	170.000,00	170.000,00	10122201545250041
PR	VITORINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VITORINO	36000169942201800	33090022	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
PR	WENCESLAU BRAZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WENCESLAU BRAZ	36000173599201800	29110002 38090003	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250041 10122201545250041
PR	WENCESLAU BRAZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE WENCESLAU BRAZ	36000191594201800	28420006	200.000,00	200.000,00	10122201545250041
TOTAL			654 PROPOSTAS			148.297.598,00	

PORTARIA Nº 898, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800079

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
PR	ALMIRANTE TAMANDARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALMIRANTE TAMANDARE	10513064000118002	22810003	499.995,00	499.995,00	10301201585810041
PR	CAMPO LARGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO LARGO	09209932000118002	18740012	200.000,00	200.000,00	10301201585814069
PR	CAPANEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09157931000118001	28430004	100.000,00	100.000,00	10301201585810041
PR	CIANORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09263750000118001	30410012	150.000,00	150.000,00	10301201585810041
PR	CORNELIO PROCOPIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09342351000118002	28470008	119.990,00	119.990,00	10301201585810041
PR	CURITIBA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	13792329000118002	28440010	399.940,00	399.940,00	10301201585810041
PR	GUAPOREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08819126000118001	36500005	150.000,00	150.000,00	10301201585810041
PR	INACIO MARTINS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09532702000118001	30410012	100.000,00	100.000,00	10301201585810041
PR	LOANDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09136850000118001	30950010	100.000,00	100.000,00	10301201585810041
PR	MANGUEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11009603000118001	28430004 30410012	100.000,00 175.000,00	275.000,00	10301201585810041 10301201585810041
PR	MATINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10951061000118011	30950010	100.000,00	100.000,00	10301201585810041
PR	MISSAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MISSAL	09077055000118002	36500005	100.000,00	100.000,00	10301201585810041
PR	ORTIGUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09324615000118006	28470008	10.000,00	10.000,00	10301201585810041
PR	PEROBAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09223195000118001	36500005	149.970,00	149.970,00	10301201585810041
PR	PEROLA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEROLA	09350598000118001	28440010	99.980,00	99.980,00	10301201585810041
PR	QUATRO BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE QUATRO BARRAS	08862606000118001	37710008	186.990,00	186.990,00	10301201585810041
PR	QUITANDINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10401869000118007	37050006	199.990,00	199.990,00	10301201585810041
PR	RIO AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE RIO AZUL	09423744000118003	28450006	8.780,00	8.780,00	10301201585810041
PR	RIO AZUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE RIO AZUL	09423744000118007	28450006	49.510,00	49.510,00	10301201585810041
PR	SANTA MARIA DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE SANTA MARIA DO OESTE	10644621000118001	30410012	100.000,00	100.000,00	10301201585810041
PR	SENGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09271085000118001	30840002 28450006	179.970,00 250.000,00	429.970,00	10301201585810041 10301201585810041
PR	TAPEJARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAPEJARA	08896068000118003	36500005	100.000,00	100.000,00	10301201585810041
PR	TERRA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA BOA	09343691000118001	36500005	100.000,00	100.000,00	10301201585810041
PR	TERRA ROXA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA ROXA	09289387000118004	31760004	120.000,00	120.000,00	10301201585810041
PR	TRES BARRAS DO PARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TRES BARRAS DO PARANA	09185764000118002	32200010	14.500,00	14.500,00	10301201585810041
PR	TUNEIRAS DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUNEIRAS DO OESTE	09053493000118002	36500005	150.000,00	150.000,00	10301201585810041
PR	UNIFLOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UNIFLOR	08600424000118001	30840002	179.970,00	179.970,00	10301201585810041
RS	ALVORADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALVORADA	14069503000118009	28650009	121.110,00	121.110,00	10301201585810043
RS	ARAMBARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAMBARE	12433016000118001	36610018	99.960,00	99.960,00	10301201585810043
RS	ARARICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARARICA	11635124000118004	20230004	60.000,00	60.000,00	10301201585810043
RS	ARATIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARATIBA	12200790000118006	36610018	10.000,00	10.000,00	10301201585810043
RS	AUGUSTO PESTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AUGUSTO PESTANA	12250562000118002	36660006	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	BAGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11821226000118005	20980009	160.000,00	160.000,00	10301201585810043
RS	BAGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11821226000118008	36850012	150.000,00	150.000,00	10301201585810043
RS	BALNEARIO PINHAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO BALNEARIO PINHAL	11468991000118010	21720002	120.000,00	120.000,00	10301201585810043
RS	BENJAMIN CONSTANT DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12065923000118006	28670011	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	BOM JESUS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11931808000118001	36660006	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	BOZANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOZANO	12320813000118001	36660006	98.600,00	98.600,00	10301201585810043
RS	CANELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12013178000118002	21720002	299.985,00	299.985,00	10301201585810043
RS	CAPITAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAPITAO	12652391000118001	20230004	99.930,00	99.930,00	10301201585810043
RS	CERRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO GRANDE	13690762000118002	36660006	120.000,00	120.000,00	10301201585810043
RS	CERRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO GRANDE	13690762000118003	36660006	7.500,00	7.500,00	10301201585810043
RS	CERRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO GRANDE	13690762000118004	36660006	3.250,00	3.250,00	10301201585810043
RS	CERRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO GRANDE	13690762000118005	36660006	1.500,00	1.500,00	10301201585810043
RS	CERRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO GRANDE	13690762000118006	36660006	1.200,00	1.200,00	10301201585810043
RS	CERRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO GRANDE	13690762000118007	36660006	2.900,00	2.900,00	10301201585810043
RS	CERRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO GRANDE	13690762000118008	36660006	10.500,00	10.500,00	10301201585810043
RS	CERRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO GRANDE	13690762000118009	36660006	700,00	700,00	10301201585810043
RS	CERRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO GRANDE	13690762000118010	36660006	680,00	680,00	10301201585810043
RS	CERRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO GRANDE	13690762000118011	36660006	200,00	200,00	10301201585810043
RS	CERRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO GRANDE	13690762000118012	36660006	1.400,00	1.400,00	10301201585810043
RS	CERRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CERRO GRANDE	13690762000118013	36660006	170,00	170,00	10301201585810043
RS	CHUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11589184000118001	21720002	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	CHUVISCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11342353000118008	37930001	49.980,00	49.980,00	10301201585810043
RS	CIDREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CIDREIRA	13417345000118002	28620009	130.000,00	130.000,00	10301201585810043
RS	CRUZALTENSE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CRUZALTENSE	11991560000118002	36660006	10.000,00	10.000,00	10301201585810043
RS	CRUZEIRO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CRUZEIRO DO SUL	12135145000118002	19840011	100.000,00	100.000,00	10301201585810043

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800080

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	ELDORADO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ELDORADO DO SUL	10401625000118008	20230004	50.000,00	50.000,00	10301201585810043
RS	ELDORADO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ELDORADO DO SUL	10401625000118009	20230004	10.000,00	10.000,00	10301201585810043
RS	ERVAL SECO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE ERVAL SECO	12113283000118001	20770004	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	ESTRELA VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12027770000118001	32980002	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	GARIBALDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GARIBALDI	11427873000118001	28630002	50.000,00	50.000,00	10301201585810043
RS	GENTIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GENTIL-RS	12294570000118002	36660006	99.945,00	99.945,00	10301201585810043
RS	GRAMADO	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FMS	11796566000118005	19830003	99.970,00	99.970,00	10301201585810043
RS	IBIACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIACA RS	12053497000118002	36660006	10.000,00	10.000,00	10301201585810043
RS	IBIRAPUITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIRAPUITA - RS	12140873000118005	36850012	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	IJUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IJUI	12450156000118003	37930009	100.000,00	100.000,00	10301201585814904
RS	INHACORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DO MUNICIPIO DE INHACORA	11861632000118001	19840011	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	ITATIBA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITATIBA DO SUL	12043944000118002	30670009	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	JABOTICABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JABOTICABA- RS	11978948000118002	20230004	150.000,00	150.000,00	10301201585810043
RS	JOIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JOIA	11681927000118004	36660006	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	LAGOA VERMELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA VERMELHA	12066913000118003	19840011	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	LAJEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10502833000118002	36610018	250.000,00	250.000,00	10301201585810043
RS	LINHA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LINHA NOVA	14133259000118001	21720002	120.000,00	120.000,00	10301201585810043
RS	MANOEL VIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MANOEL VIANA	12200570000118006	29220004	80.000,00	80.000,00	10301201585810043
RS	MAQUINE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MAQUINE	11997674000118001	36660006	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	MARCELINO RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA DE MARCELINO RAMOS	11731321000118001	21720002	119.990,00	119.990,00	10301201585810043
RS	MOSTARDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS	11958524000118008	28640006	50.000,00	50.000,00	10301201585810043
RS	MOSTARDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSTARDAS	11958524000118009	28640006	50.000,00	50.000,00	10301201585810043
RS	MUCUM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12440909000118001	31730006	125.000,00	125.000,00	10301201585810043
RS	MULITERNO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11270405000118004	20230004	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	NICOLAU VERGUEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11920079000118005	20230004	150.000,00	150.000,00	10301201585810043
RS	NOVA BASSANO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA BASSANO	12153799000118003	36660006	9.900,00	9.900,00	10301201585810043
RS	NOVA PETROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA PETROPOLIS	11898805000118007	36660006	189.950,00	189.950,00	10301201585810043
RS	PANTANO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE DE PANTANO GRANDE	10542928000118002	19860004	40.000,00	40.000,00	10301201585810043
RS	PAULO BENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO BENTO - RS	11979091000118010	19840011	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	PEJUCARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEJUCARA	11822817000118003	19840011	10.000,00	10.000,00	10301201585810043
RS	PINHAL DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHAL DA SERRA	11258349000118005	20230004	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	PROTASIO ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PROTASIO ALVES	14097516000118005	19840011	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	REDENTORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE REDENTORA	97531256000118003	36660006	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	RIO DOS INDIOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MUNICIPIO DE RIO DOS INDIOS - RS	11869486000118001	32980002	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	RIO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO GRANDE	12094476000118011	28620009	120.000,00	120.000,00	10301201585810043
RS	RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO PARDO	12389111000118003	30770003	120.000,00	120.000,00	10301201585810043
RS	RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO PARDO	12389111000118007	28620009	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	RIO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO PARDO	12389111000118008	30770003	4.950,00	4.950,00	10301201585810043
RS	SAGRADA FAMILIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12430586000118003	28630002	149.995,00	149.995,00	10301201585810043
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SANTA MARGARIDA DO SUL RS	12423234000118012	20230004	50.000,00	50.000,00	10301201585810043
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SANTA MARGARIDA DO SUL RS	12423234000118019	36850012	120.000,00	120.000,00	10301201585810043
RS	SANTA MARGARIDA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SANTA MARGARIDA DO SUL RS	12423234000118021	36850012 20230004	29.990,00 50.000,00	79.990,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	SANTA MARIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - SECRETARIA DE MUNICIPIO DA SAUDE	12964512000118003	36850012	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	SANT'ANA DO LIVRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-SECRETARIA MUNICIPAL DA SAUDE DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO	12094007000118001	19840011 28650009 21720002	99.990,00 180.000,00 180.000,00	459.990,00	10301201585810043 10301201585810043 10301201585810043
RS	SANTIAGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTIAGO	12140172000118003	36850012	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	SANTO ANGELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - MUNICIPIO DE SANTO ANGELO - RS	10836490000118002	36850012	39.900,00	39.900,00	10301201585810043
RS	SANTO EXPEDITO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO EXPEDITO DO SUL	11920726000118001	20230004	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	SAO FRANCISCO DE PAULA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11971665000118004	36660006	9.950,00	9.950,00	10301201585810043
RS	SAO GABRIEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12340821000118002	36660006	10.000,00	10.000,00	10301201585810043
RS	SAO JOSE DO HORTENCIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11235057000118016	21720002 20230004	20.000,00 150.000,00	170.000,00	10301201585810043 10301201585810043
RS	SAO JOSE DO INHACORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12149227000118015	36660006	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	SAO JOSE DOS AUSENTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DOS AUSENTES	12437956000118006	36610018	40.000,00	40.000,00	10301201585810043
RS	SAO LEOPOLDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12625868000118002	32980002	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	SAO PAULO DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO PAULO DAS MISSOES	12202854000118005	19860004	190.000,00	190.000,00	10301201585810043
RS	SAO PEDRO DAS MISSOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12030337000118001	36660006	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	SAPUCAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11413810000118004	19830003	220.000,00	220.000,00	10301201585810043

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800081

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RS	SAPUCAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11413810000118005	36850012	64.000,00	64.000,00	10301201585810043
RS	SAPUCAIA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11413810000118008	36610018	690,00	690,00	10301201585810043
RS	SARANDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SARANDI-RS	12123475000118013	28620009	139.980,00	139.980,00	10301201585810043
RS	TAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11940346000118005	19840011	99.990,00	99.990,00	10301201585810043
RS	TOROPI	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	12219714000118003	20230004	100.000,00	100.000,00	10301201585810043
RS	TUPANDI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TUPANDI	12200907000118001	21720002	120.000,00	120.000,00	10301201585810043
RS	VISTA ALEGRE DO PRATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11878143000118002	21720002	99.990,00	99.990,00	10301201585810043
SC	APIUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APIUNA	11195905000118003	29060003	125.000,00	125.000,00	10301201585810042
SC	BANDEIRANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BANDEIRANTE	11290422000118001	28520014	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	CHAPADAO DO LAGEADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11395609000118010	29060003	69.980,00	69.980,00	10301201585810042
SC	DONA EMMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DONA EMMA	10416064000118001	37860007 28520014	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10301201585810042 10301201585810042
SC	FRAIBURGO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FRAIBURGO	10496741000118001	29250001	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	GARUVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11303923000118005	23840003	99.920,00	99.920,00	10301201585810042
SC	GOVERNADOR CELSO RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOV CELSO RAMOS	08857731000118003	29060003	129.930,00	129.930,00	10301201585810042
SC	HERVAL D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HERVAL D OESTE	17799033000118001	28520014	200.000,00	200.000,00	10301201585810042
SC	ILHOTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ILHOTA	10788473000118005	37860007	99.940,00	99.940,00	10301201585810042
SC	IMBUIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IMBUIA	02666499000118002	37860007	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	IOMERE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IOMERE - FMS - IOMERE	10423190000118001	28520014	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	ITAPIRANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRANGA	11356676000118007	29060003	99.990,00	99.990,00	10301201585810042
SC	JAGUARUNA	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE	01746653000118002	23840003	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	LAGES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGES	11840546000118013	28530005	23.700,00	23.700,00	10301201585810042
SC	ORLEANS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS	03230443000118001	28520014	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	PONTE SERRADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PONTE SERRADA	11696615000118005	29060003	35.000,00	35.000,00	10301201585810042
SC	POUSO REDONDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE POUSO REDONDO	12321353000118003	28520014	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	SALTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTINHO	11444466000118002	37860007	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	SALTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SALTINHO	11444466000118003	28520014	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	SAO JOAQUIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAQUIM-SC	17932766000118003	23840003	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
SC	SAO MIGUEL DA BOA VISTA	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SAO MIGUEL DA BOA VISTA-FMS	11463599000118005	28520014	100.000,00	100.000,00	10301201585810042
TOTAL			141 PROPOSTAS			14.711.790,00	

PORTARIA Nº 901, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita Municípios a receberem recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB)

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Município descrito no anexo a esta Portaria a receber recursos referentes ao incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB).

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação das emendas parlamentares para incremento temporário do Piso da Atenção Básica (PAB), observando o disposto no Capítulo II da Portaria nº 565, de 9 de março de 2018.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde.

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em até seis parcelas, em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

Entes Habilitados para Recebimento de recurso de emenda para incremento temporário do componente de custeio do Piso de Atenção Básica (PAB)

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	ABADIA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000185082201800	28350005	300.000,00	300.000,00	10122201545250052
GO	ABADIA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000185086201800	28330008	57.271,00	57.271,00	10122201545250052
GO	ABADIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABADIANIA	36000176619201800	32570005	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	ADELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS - ADELANDIA	36000171277201800	14780006	150.000,00	150.000,00	10122201545250052
GO	AGUA FRIA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182907201800	37040011	175.000,00	175.000,00	10122201545250052
GO	ALOANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000171925201800	28350005	100.000,00	100.000,00	10122201545250052

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800082

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO PARAISO	36000174683201800	32570005	104.000,00	104.000,00	10122201545250052
GO	AMARALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - AMARALINA	36000171725201800	28330008	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	APARECIDA DO RIO DOCE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA DO RIO DOCE	36000171203201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	ARACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000186238201800	14780006 28330008	100.000,00 105.000,00	205.000,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	ARUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARUANA	36000190814201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	AURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURILANDIA	36000172491201800	29690013	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	AURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURILANDIA	36000172494201800	28330008	195.000,00	195.000,00	10122201545250052
GO	AURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURILANDIA	36000172497201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	BALIZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176015201800	19600001 14780006	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	BARRO ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRO ALTO	36000186085201800	30700003	290.000,00	290.000,00	10122201545250052
GO	BARRO ALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRO ALTO	36000186086201800	30700003	10.000,00	10.000,00	10122201545250052
GO	BOM JARDIM DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000185539201800	28340002	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	BONFINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000186172201800	14780006 30700003	54.420,00 300.000,00	354.420,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	BRAZABRANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRAZABRANTES	36000171571201800	32570005	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	BURITI ALEGRE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITI ALEGRE	36000171763201800	29690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	CABECEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABECEIRAS	36000177698201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	CACHOEIRA ALTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191490201800	29690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	CACHOEIRA DOURADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRA DOURADA GOIAS	36000183958201800	29690012	90.000,00	90.000,00	10122201545250052
GO	CACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACU	36000181210201800	29690013 14780006	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	CAIAPONIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188014201800	28350005	400.000,00	400.000,00	10122201545250052
GO	CAMPO ALEGRE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - C. A. DE GOIAS	36000174945201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	CAMPO LIMPO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000189264201800	14780006	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	CAMPO LIMPO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000189436201800	32570005	150.000,00	150.000,00	10122201545250052
GO	CAMPOS BELOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAMPOS BELOS GO	36000177153201800	36720010	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	CAMPOS BELOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE CAMPOS BELOS GO	36000177156201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	CAMPOS VERDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192527201800	30810022	300.000,00	300.000,00	10122201545250052
GO	CAMPOS VERDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192528201800	37040011	350.000,00	350.000,00	10122201545250052
GO	CAMPOS VERDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192529201800	36720010	250.000,00	250.000,00	10122201545250052
GO	CAMPOS VERDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000192530201800	19600001	61.486,00	61.486,00	10122201545250052
GO	CASTELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASTELANDIA	36000184090201800	28350005	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	CASTELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASTELANDIA	36000184105201800	28340002	130.000,00	130.000,00	10122201545250052
GO	CEZARINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000190120201800	14780006	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	CIDADE OCIDENTAL	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CIDADE OCIDENTAL	36000173253201800	19600001	386.136,00	386.136,00	10122201545250052
GO	CIDADE OCIDENTAL	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CIDADE OCIDENTAL	36000173667201800	30700003	300.000,00	300.000,00	10122201545250052
GO	CIDADE OCIDENTAL	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CIDADE OCIDENTAL	36000173670201800	28350005	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	COLINAS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177168201800	25510004	415.000,00	415.000,00	10122201545250050
GO	COLINAS DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191665201800	29690013	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	CORUMBA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173508201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	CORUMBAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188998201800	29690013	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	CROMINIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CROMINIA	36000185994201800	28330008	160.000,00	160.000,00	10122201545250052
GO	CUMARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CUMARI	36000174363201800	28350005	278.164,00	278.164,00	10122201545250052
GO	DAMIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172412201800	29690012	81.785,00	81.785,00	10122201545250052
GO	DAMOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000180632201800	30810022 14780006	68.782,00 200.000,00	268.782,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	DIORAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - DIORAMA	36000188353201800	30700003	111.885,00	111.885,00	10122201545250052
GO	DIVINOPOLIS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000187025201800	14780006 37040011	41.684,00 100.000,00	141.684,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	DOVERLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DOVERLANDIA	36000179639201800	29690012	150.000,00	150.000,00	10122201545250052
GO	FIRMINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIRMINOPOLIS	36000177769201800	29690013	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	FIRMINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FIRMINOPOLIS	36000177770201800	28330008	290.000,00	290.000,00	10122201545250052
GO	FLORES DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176303201800	37040011	150.000,00	150.000,00	10122201545250052
GO	GAMELEIRA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAMELEIRA DE GOIAS	36000171999201800	14780006 19600001 36720010	100.000,00 100.000,00 150.000,00	350.000,00	10122201545250052 10122201545250052 10122201545250052
GO	GAMELEIRA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAMELEIRA DE GOIAS	36000191440201800	29690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	GOIANIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOIANIRA	36000194008201800	29690012	300.000,00	300.000,00	10122201545250052
GO	GOUVELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOUVELANDIA	36000187987201800	36720010 28330008	105.654,00 200.000,00	305.654,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	GUARANI DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172471201800	37040011	301.100,00	301.100,00	10122201545250052
GO	GUARINOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARINOS	36000193362201800	28330008	300.000,00	300.000,00	10122201545250052
GO	HIDROLINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE HIDROLINA	36000172839201800	25510004	400.000,00	400.000,00	10122201545250050
GO	INDIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181301201800	14780006	20.000,00	20.000,00	10122201545250052
GO	INHUMAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INHUMAS	36000172063201800	31030003	200.000,00	200.000,00	10122201545250052

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800083

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	ITAGUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAGUARI	36000170704201800	29690013 14780006	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	ITAGUARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - ITAGUARU	36000179416201800	29690013 14780006	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	ITAPACI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPACI	36000172464201800	25510004	100.000,00	100.000,00	10122201545250050
GO	ITAPIRAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPIRAPUA	36000181123201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	ITARUMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175218201800	28340002	150.000,00	150.000,00	10122201545250052
GO	JARAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - JARAGUA	36000178682201800	30700003	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	LAGOA SANTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176342201800	28340002	150.000,00	150.000,00	10122201545250052
GO	LEOPOLDO DE BULHOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEOPOLDO DE BULHOES	36000181429201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	LEOPOLDO DE BULHOES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LEOPOLDO DE BULHOES	36000193946201800	29690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	LUZIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182261201800	25510004	400.000,00	400.000,00	10122201545250050
GO	MAIRIPOTABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAIRIPOTABA GOIAS	36000194058201800	29690013 19600001	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	MAMBAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAMBAI - GO	36000169652201800	37210008 37040011	168.137,00 350.000,00	518.137,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	MARA ROSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MARA ROSA (FMS)	36000193752201800	28330008	154.000,00	154.000,00	10122201545250052
GO	MAURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAURILANDIA	36000171000201800	28340002	150.000,00	150.000,00	10122201545250052
GO	MAURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAURILANDIA	36000171142201800	28350005	264.963,00	264.963,00	10122201545250052
GO	MOIPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MOIPORA GOIAS	36000187364201800	28350005	146.000,00	146.000,00	10122201545250052
GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE ALEGRE DE GOIAS	36000174050201800	37040011 36720010 30700003	40.000,00 200.000,00 250.000,00	490.000,00	10122201545250052 10122201545250052 10122201545250052
GO	NEROPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NEROPOLIS - FMS	36000179875201800	28350005	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	NOVA AMERICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178711201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	NOVA AURORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191880201800	29690013	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	NOVA GLORIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000173938201800	14780006	150.000,00	150.000,00	10122201545250052
GO	NOVA IGUACU DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA IGUACU DE GOIAS	36000175169201800	25510004	100.000,00	100.000,00	10122201545250050
GO	NOVA ROMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ROMA	36000172763201800	29690013	77.500,00	77.500,00	10122201545250052
GO	NOVA VENEZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VENEZA	36000190618201800	19600001	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	NOVO PLANALTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO PLANALTO	36000170872201800	36720010	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	OURO VERDE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OURO VERDE	36000192178201800	29690013	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	PALMELO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMELO	36000190071201800	28350005	50.000,00	50.000,00	10122201545250052
GO	PALMINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PALMINOPOLIS	36000190133201800	14780006	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	PEROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000190046201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	PETROLINA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000190103201800	19600001 14780006	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	PIRANHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRANHAS	36000175961201800	19600001 14780006	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	PIRENOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRENOPOLIS	36000184228201800	19600001 31030003	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10122201545250052 10122201545250052
GO	PIRES DO RIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE PIRES DO RIO	36000191709201800	29690013	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	PLANALTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PLANALTINA-GO	36000172933201800	19600001	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	PORTELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172911201800	37040011	50.000,00	50.000,00	10122201545250052
GO	PROFESSOR JAMIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PROFESSOR JAMIL	36000190325201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	QUIRINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - QUIRINOPOLIS	36000184005201800	37040011	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	RIO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000195290201800	36720012	150.000,00	150.000,00	10122201545250052
GO	RUBIATABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176805201800	30700003	400.000,00	400.000,00	10122201545250052
GO	SANTA CRUZ DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS - SANTA CRUZ DE GOIAS	36000191951201800	29690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	SANTA FE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA FE DE GOIAS	36000177935201800	28330008	290.000,00	290.000,00	10122201545250052
GO	SANTA ISABEL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ISABEL	36000177466201800	29690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	SANTA RITA DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171863201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	SANTA RITA DO NOVO DESTINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA RITA DO NOVO DESTINO	36000169849201800	30700003	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	SANTA ROSA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ROSA DE GOIAS	36000175902201800	14780006	10.000,00	10.000,00	10122201545250052
GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DE GOIAS - FMS	36000186293201800	29690012	150.000,00	150.000,00	10122201545250052
GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DE GOIAS - FMS	36000186296201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	SANTO ANTONIO DA BARRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191677201800	29690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000193496201800	28310006	500.000,00	500.000,00	10122201545255630
GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000193554201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000193555201800	25510004	400.000,00	400.000,00	10122201545250050
GO	SAO FRANCISCO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DE GOIAS	36000170488201800	29690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	SAO FRANCISCO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DE GOIAS	36000170490201800	30700003	200.000,00	200.000,00	10122201545250052

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800084

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	SAO FRANCISCO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO FRANCISCO DE GOIAS	36000170491201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	SAO MIGUEL DO PASSA QUATRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177379201800	28350005	368.600,00	368.600,00	10122201545250052
GO	SAO SIMAO	SAO SIMAO-FMS FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000180690201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	SIMOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIMOLANDIA - GO	36000172791201800	37040011 28330008 36720010	66.500,00 195.000,00 200.000,00	461.500,00	10122201545250052 10122201545250052 10122201545250052
GO	SIMOLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SIMOLANDIA - GO	36000191488201800	29690013	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	SITIO D'ABADIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169626201800	37040011	171.000,00	171.000,00	10122201545250052
GO	SITIO D'ABADIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191491201800	29690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	TEREZOPOLIS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191703201800	29690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	TRES RANCHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000187846201800	28350005	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	TURVELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181685201800	31030003	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	URUACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUACU	36000173811201800	28350005	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545250052
GO	URUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUANA	36000174480201800	29690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	URUTAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUTAI-GO	36000191420201800	14780006	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	URUTAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUTAI-GO	36000191421201800	28350005	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	URUTAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUTAI-GO	36000191422201800	29690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	VALPARAISO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182759201800	30700003	200.000,00	200.000,00	10122201545250052
GO	VARJAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARJAO	36000172265201800	29690012	100.000,00	100.000,00	10122201545250052
GO	VIANOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL SAUDE DE VIANOPOLIS	36000183585201800	30700003	500.000,00	500.000,00	10122201545250052
GO	VILA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175470201800	37040011	163.836,00	163.836,00	10122201545250052
GO	VILA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175475201800	36720010	150.000,00	150.000,00	10122201545250052
GO	VILA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175483201800	14780006	136.136,00	136.136,00	10122201545250052
MS	AGUA CLARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA CLARA-MS	36000185302201800	29150007	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	AGUA CLARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUA CLARA-MS	36000193800201800	21700005	200.000,00	200.000,00	10122201545255199
MS	ALCINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALCINOPOLIS	36000191021201800	28380020	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	ALCINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALCINOPOLIS	36000195439201800	38430002	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	AMAMBAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AMAMBAI	36000189674201800	14510001 37830002	250.000,00 350.000,00	600.000,00	10122201545250054 10122201545250054
MS	ANASTACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DO MUNICIPIO DE ANASTACIO	36000178120201800	21700006 37830002 14510001	100.000,00 200.000,00 200.000,00	500.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	ANASTACIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS DO MUNICIPIO DE ANASTACIO	36000194565201800	38430002	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	ANAURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANAURILANDIA	36000183005201800	21700006	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	ANTONIO JOAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANTONIO JOAO - MS	36000177203201800	38160003 28380020 37690009	218.972,00 300.000,00 300.000,00	818.972,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	APARECIDA DO TABOADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181663201800	21700006 37690009 29150007	100.000,00 250.000,00 300.000,00	650.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	AQUIDAUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AQUIDAUANA	36000171747201800	37830002 14510001	200.000,00 200.000,00	400.000,00	10122201545250054 10122201545250054
MS	ARAL MOREIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAL MOREIRA	36000191575201800	37830002 14510001	150.000,00 150.000,00	300.000,00	10122201545250054 10122201545250054
MS	BANDEIRANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BANDEIRANTES MS	36000177599201800	28380020	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	BANDEIRANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BANDEIRANTES MS	36000177600201800	14510001	172.271,00	172.271,00	10122201545250054
MS	BANDEIRANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BANDEIRANTES MS	36000177601201800	37830002	172.271,00	172.271,00	10122201545250054
MS	BATAGUASSU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000190361201800	21700006	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	BATAGUASSU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000190362201800	38160003	300.000,00	300.000,00	10122201545250054
MS	BATAYPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BATAYPORA-MS	36000179457201800	14510001	150.000,00	150.000,00	10122201545250054
MS	BATAYPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BATAYPORA-MS	36000179458201800	29150007	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	BATAYPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BATAYPORA-MS	36000179460201800	21700006	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	BATAYPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BATAYPORA-MS	36000179461201800	37830002	576,00	576,00	10122201545250054
MS	BELA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BELA VISTA - MS	36000172734201800	21700006 29150007	100.000,00 300.000,00	400.000,00	10122201545250054 10122201545250054
MS	BODOQUENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BODOQUENA	36000177568201800	14510001	175.000,00	175.000,00	10122201545250054
MS	BODOQUENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BODOQUENA	36000177569201800	37830002	175.000,00	175.000,00	10122201545250054
MS	BODOQUENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BODOQUENA	36000177577201800	21700006	51.000,00	51.000,00	10122201545250054
MS	BONITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000179049201800	21700006	150.000,00	150.000,00	10122201545250054
MS	BRASILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000188560201800	21700006	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	CAMAPUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172295201800	29150007	300.000,00	300.000,00	10122201545250054
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000180204201800	28380020	786.000,00	786.000,00	10122201545250054
MS	CAMPO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000180215201800	38160003	500.000,00	500.000,00	10122201545250054
MS	CARACOL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FMS CARACOL MS	36000184574201800	29150007	186.271,00	186.271,00	10122201545250054
MS	CASSILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CASSILANDIA-MS	36000181377201800	37690009 21700006 28380020 38160003	150.000,00 200.000,00 200.000,00 395.000,00	945.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	CORGUINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORGUINHO	36000176135201800	38160003 21700006	250.000,00 250.000,00	500.000,00	10122201545250054 10122201545250054

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800085

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	CORONEL SAPUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL SAPUCAIA	36000188031201800	37690009 37830002 14510001 38030001	150.000,00 175.000,00 175.000,00 300.000,00	800.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	COSTA RICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COSTA RICA-MS	36000176014201800	21700006 38160003	100.000,00 600.000,00	700.000,00	10122201545250054 10122201545250054
MS	COXIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COXIM-MS	36000192742201800	37690009 37830002 14510001	100.000,00 150.000,00 150.000,00	400.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	DEODAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DEODAPOLIS-MS	36000176097201800	14510001 37830002 28380020 21700006 38160003	150.000,00 150.000,00 200.000,00 400.000,00 500.000,00	1.400.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOIS IRMAOS DO BURITI	36000183540201800	38160003	500.000,00	500.000,00	10122201545250054
MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOIS IRMAOS DO BURITI	36000183543201800	21700006	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOIS IRMAOS DO BURITI	36000183545201800	29150007	300.000,00	300.000,00	10122201545250054
MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOIS IRMAOS DO BURITI	36000183547201800	37830002	225.000,00	225.000,00	10122201545250054
MS	DOIS IRMAOS DO BURITI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE DOIS IRMAOS DO BURITI	36000183553201800	14510001	220.000,00	220.000,00	10122201545250054
MS	DOURADINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169780201800	28380020	150.000,00	150.000,00	10122201545250054
MS	ELDORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177604201800	14510001	175.000,00	175.000,00	10122201545250054
MS	ELDORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177612201800	37830002	21.000,00	21.000,00	10122201545250054
MS	ELDORADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177613201800	21700006	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	FATIMA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FATIMA DO SUL	36000178684201800	21700006 38160003	153.430,00 500.000,00	653.430,00	10122201545250054 10122201545250054
MS	FATIMA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FATIMA DO SUL	36000186401201800	37690009	250.000,00	250.000,00	10122201545250054
MS	IGUATEMI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IGUATEMI	36000188108201800	21700006 37830002	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250054 10122201545250054
MS	INOCENCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000187436201800	21700006 29150007 38030001	100.000,00 200.000,00 300.000,00	600.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	ITAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITAPORA	36000190287201800	21700006 38030001	100.000,00 300.000,00	400.000,00	10122201545250054 10122201545250054
MS	ITAQUIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173837201800	21700006	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	ITAQUIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173975201800	14510001	150.000,00	150.000,00	10122201545250054
MS	ITAQUIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173979201800	37830002	150.000,00	150.000,00	10122201545250054
MS	ITAQUIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173983201800	38160003	300.000,00	300.000,00	10122201545250054
MS	ITAQUIRAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173986201800	38030001	300.000,00	300.000,00	10122201545250054
MS	IVINHEMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IVINHEMA	36000180470201800	21700006	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	JAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191332201800	37830002	150.000,00	150.000,00	10122201545250054
MS	JAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191335201800	14510001	150.000,00	150.000,00	10122201545250054
MS	JARAGUARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JARAGUARI	36000189484201800	21700006 37830002 14510001	100.000,00 150.000,00 150.000,00	400.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	JARDIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000186573201800	37690009	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	JARDIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000186580201800	21700006	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	JARDIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000186583201800	29150007	300.000,00	300.000,00	10122201545250054
MS	JATEI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JATEI	36000176063201800	29150007 38160003	200.000,00 300.000,00	500.000,00	10122201545250054 10122201545250054
MS	JUTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000182777201800	29150007	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	JUTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000182781201800	38030001	300.000,00	300.000,00	10122201545250054
MS	LADARIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182609201800	37830002 14510001	150.000,00 150.000,00	300.000,00	10122201545250054 10122201545250054
MS	LAGUNA CARAPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGUNA CARAPA	36000188313201800	38030001	300.000,00	300.000,00	10122201545250054
MS	MARACAJU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000189239201800	14510001 37830002 38030001 21700006	150.000,00 150.000,00 400.000,00 500.000,00	1.200.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	MIRANDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172882201800	21700006 37830002 14510001 37690009	100.000,00 150.000,00 150.000,00 200.000,00	600.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	NIOAQUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NIOAQUE	36000169621201800	14510001 37830002 29150007	175.000,00 175.000,00 200.000,00	550.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	NOVA ALVORADA DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ALVORADA DO SUL	36000185927201800	21700006 37830002 14510001 38030001	100.000,00 200.000,00 200.000,00 300.000,00	800.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	NOVO HORIZONTE DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO HORIZONTE DO SUL	36000182474201800	14510001 37830002 38030001	150.000,00 150.000,00 300.000,00	600.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	PARAISO DAS AGUAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO DAS AGUAS - MS	36000182384201800	21700006	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	PARAISO DAS AGUAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAISO DAS AGUAS - MS	36000195642201800	38430002	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	PARANAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANAIBA	36000180933201800	38430002	400.000,00	400.000,00	10122201545250054
MS	PARANAIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANAIBA	36000181030201800	21700006	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	PARANHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANHOS	36000177872201800	21700006 37830002 14510001 29150007	150.000,00 175.000,00 175.000,00 200.000,00	700.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	PEDRO GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000178646201800	14510001 37830002 29150007	150.000,00 150.000,00 200.000,00	500.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800086

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MS	PEDRO GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000181127201800	21700006	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	PONTA PORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173632201800	21700006 38160003	100.000,00 800.000,00	900.000,00	10122201545250054 10122201545250054
MS	PORTO MURTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177593201800	37690009	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	PORTO MURTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177594201800	37830002	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	PORTO MURTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177595201800	21700006	20.000,00	20.000,00	10122201545250054
MS	PORTO MURTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177596201800	14510001	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	RIO BRILHANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - RIO BRILHANTE MS	36000193812201800	14510001	225.000,00	225.000,00	10122201545250054
MS	RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO NEGRO MS	36000183202201800	21700006	100.000,00	100.000,00	10122201545250054
MS	ROCHEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174098201800	29150007	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	SANTA RITA DO PARDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE-FMS	36000187962201800	28380020 21700006 38160003	64.363,00 100.000,00 500.000,00	664.363,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	SAO GABRIEL DO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GABRIEL DO OESTE	36000185379201800	21700006	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	SELVIRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184570201800	21700006 37830002 14510001	100.000,00 150.000,00 150.000,00	400.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	SETE QUEDAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000176478201800	29150007	300.000,00	300.000,00	10122201545250054
MS	SIDROLANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SIDROLANDIA-MS	36000169324201800	21700006 37690009 37830002 14510001 38030001	100.000,00 200.000,00 250.000,00 250.000,00 300.000,00	1.100.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	SONORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174878201800	21700006 37830002 14510001	100.000,00 150.000,00 150.000,00	400.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	TACURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACURU-MS	36000181285201800	14510001 37830002 38160003	150.000,00 150.000,00 500.000,00	800.000,00	10122201545250054 10122201545250054 10122201545250054
MS	TERENOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000183596201800	28380020	200.000,00	200.000,00	10122201545250054
MS	VICENTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VICENTINA MS	36000178209201800	37830002	150.000,00	150.000,00	10122201545250054
MS	VICENTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VICENTINA MS	36000178224201800	14510001	150.000,00	150.000,00	10122201545250054
MT	ACORIZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ACORIZAL	36000169657201800	31010006	100.000,00	100.000,00	10122201545250051
MT	ALTO BOA VISTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO BOA VISTA	36000175147201800	25500003	500.000,00	500.000,00	10122201545255281
MT	ALTO PARAGUAI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175563201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	ARAPUTANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPUTANGA	36000182496201800	31010006 37920003	200.000,00 250.000,00	450.000,00	10122201545250051 10122201545250051
MT	BARAO DE MELGACO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARAO DE MELGACO	36000170401201800	25500004	638.700,00	638.700,00	10122201545255291
MT	BRASNORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000184072201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	CACERES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000183994201800	31010006	100.000,00	100.000,00	10122201545250051
MT	CAMPINAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINAPOLIS	36000176292201800	25500005	100.000,00	100.000,00	10122201545255297
MT	CAMPINAPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINAPOLIS	36000176330201800	31010006	100.000,00	100.000,00	10122201545250051
MT	CAMPO NOVO DO PARECIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO NOVO DO PARECIS/MT	36000171460201800	25500006	800.000,00	800.000,00	10122201545255298
MT	CAMPO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO VERDE	36000184513201800	31010006	500.000,00	500.000,00	10122201545250051
MT	CANABRAVA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANABRAVA DO NORTE	36000178508201800	25500013	242.271,00	242.271,00	10122201545250051
MT	CANARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANARANA	36000171492201800	31010006 25500007	250.000,00 350.000,00	600.000,00	10122201545250051 10122201545255302
MT	CARLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARLINDA - MT	36000174597201800	30970008	200.000,00	200.000,00	10122201545250051
MT	CARLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARLINDA - MT	36000181256201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	CARLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CARLINDA - MT	36000181257201800	25930004	300.000,00	300.000,00	10122201545250051
MT	COCALINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181651201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	COLIDER	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE COLIDER	36000182637201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	COLNIZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COLNIZA - MT	36000184158201800	25500013 31010006	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250051 10122201545250051
MT	COMODORO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COMODORO	36000176856201800	31010006 30970008	150.000,00 150.000,00	300.000,00	10122201545250051 10122201545250051
MT	CONFRESA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CONFRESA	36000193086201800	25930004	400.000,00	400.000,00	10122201545250051
MT	CONQUISTA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181813201800	25930004 31010006	100.000,00 150.000,00	250.000,00	10122201545250051 10122201545250051
MT	DENISE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE DENISE-MT	36000175558201800	31010006 30970008	95.001,00 100.000,00	195.001,00	10122201545250051 10122201545250051
MT	DOM AQUINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174292201800	30970008	200.000,00	200.000,00	10122201545250051
MT	DOM AQUINO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174376201800	25500012	300.000,00	300.000,00	10122201545255318
MT	FIGUEIROPOLIS D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171942201800	31010006	59.000,00	59.000,00	10122201545250051
MT	GAUCHA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GAUCHA DO NORTE	36000185435201800	30970008	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	GENERAL CARNEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000195153201800	37920003	200.000,00	200.000,00	10122201545250051
MT	GLORIA D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000175087201800	25500013 31010006 30970008	100.000,00 100.000,00 201.574,00	401.574,00	10122201545250051 10122201545250051 10122201545250051
MT	IPIRANGA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IPIRANGA DO NORTE	36000174282201800	30970008	300.000,00	300.000,00	10122201545250051
MT	ITANHANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000169321201800	30970008	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	ITAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITAUBA	36000187559201800	28250004	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	ITAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITAUBA	36000187587201800	25930004	200.000,00	200.000,00	10122201545250051

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800087

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	ITAUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ITAUBA	36000187840201800	30970008	160.000,00	160.000,00	10122201545250051
MT	JACIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181311201800	30970008	100.000,00	100.000,00	10122201545250051
MT	JANGADA	FUNDO MUNICIPAL SAUDE DE JANGADA	36000172048201800	31010006	75.000,00	75.000,00	10122201545250051
MT	JAURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAURU	36000176574201800	31010006	98.000,00	98.000,00	10122201545250051
MT	JURUENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JURUENA	36000175995201800	28250004 25930004	200.000,00 200.000,00	400.000,00	10122201545250051 10122201545250051
MT	JUSCIMEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172090201800	25500015	537.142,00	537.142,00	10122201545255335
MT	LAMBARI D'OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAMBARI D'OESTE	36000171584201800	25500013 31010006 30970008	100.000,00 200.000,00 250.000,00	550.000,00	10122201545250051 10122201545250051 10122201545250051
MT	LUCAS DO RIO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000183287201800	25930004	300.000,00	300.000,00	10122201545250051
MT	LUCIARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LUCIARA	36000189686201800	25500013	50.000,00	50.000,00	10122201545250051
MT	NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOSSA SENHORA DO LIVRAMENTO	36000174852201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	NOVA BANDEIRANTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA BANDEIRANTES	36000174384201800	25930004 37920002 31010006	200.000,00 200.000,00 200.000,00	600.000,00	10122201545250051 10122201545250051 10122201545250051
MT	NOVA CANAA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA CANAA DO NORTE	36000171130201800	25500013 25930004	150.000,00 200.000,00	350.000,00	10122201545250051 10122201545250051
MT	NOVA LACERDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	36000173502201800	31010006 25500017	150.000,00 661.000,00	811.000,00	10122201545250051 10122201545255350
MT	NOVA MARILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000174254201800	30970008	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	NOVA NAZARE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA NAZARE	36000174692201800	37920002	200.000,00	200.000,00	10122201545250051
MT	NOVA OLIMPIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000178334201800	30970008	200.000,00	200.000,00	10122201545250051
MT	NOVA SANTA HELENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE NOVA SANTA HELENA	36000183704201800	31010006	100.000,00	100.000,00	10122201545250051
MT	NOVA XAVANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA XAVANTINA	36000181431201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	NOVA XAVANTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA XAVANTINA	36000181435201800	30970008	300.000,00	300.000,00	10122201545250051
MT	NOVO MUNDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191938201800	37920003	200.000,00	200.000,00	10122201545250051
MT	NOVO SANTO ANTONIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO SANTO ANTONIO	36000182828201800	25500013	250.000,00	250.000,00	10122201545250051
MT	NOVO SAO JOAQUIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVO SAO JOAQUIM	36000174140201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	PEIXOTO DE AZEVEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000180962201800	31010006	300.000,00	300.000,00	10122201545250051
MT	PLANALTO DA SERRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000186101201800	31010006	100.000,00	100.000,00	10122201545250051
MT	POCONE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000172160201800	31010006 28250004	37.000,00 400.000,00	437.000,00	10122201545250051 10122201545250051
MT	PONTES E LACERDA	PMPL - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191149201800	30970008	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	PONTES E LACERDA	PMPL - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000191354201800	31010006	500.000,00	500.000,00	10122201545250051
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO ALEGRE DO NORTE	36000180755201800	30970008	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO ALEGRE DO NORTE	36000181085201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	PORTO ESPERIDIAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171619201800	30970008	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	PORTO ESTRELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO ESTRELA	36000175564201800	31010006 25930004 30970008	83.100,00 100.000,00 200.000,00	383.100,00	10122201545250051 10122201545250051 10122201545250051
MT	POXOREO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181205201800	25500013	130.000,00	130.000,00	10122201545250051
MT	POXOREO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000181245201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	QUERENCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182033201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	QUERENCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182035201800	28250004	200.000,00	200.000,00	10122201545250051
MT	QUERENCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182036201800	37920002	200.000,00	200.000,00	10122201545250051
MT	QUERENCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182040201800	25930004	500.000,00	500.000,00	10122201545250051
MT	RIBEIRAO CASCALHEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIBEIRAO CASCALHEIRA	36000170518201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	RIO BRANCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO BRANCO	36000176184201800	30970008	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	RONDONOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000182112201800	37920002	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	ROSARIO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000179252201800	31010006 37920003 25500019	91.700,00 150.000,00 150.000,00	391.700,00	10122201545250051 10122201545250051 10122201545255391
MT	SANTA CRUZ DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CRUZ DO XINGU	36000180417201800	25500020	300.000,00	300.000,00	10122201545255392
MT	SANTA RITA DO TRIVELATO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA RITA DO TRIVELATO	36000178353201800	30970008 28250004 25930004	3.000,00 150.000,00 200.000,00	353.000,00	10122201545250051 10122201545250051 10122201545250051
MT	SANTA TEREZINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZINHA	36000177137201800	28250004 25500013	150.000,00 300.000,00	450.000,00	10122201545250051 10122201545250051
MT	SAO FELIX DO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SADE	36000181397201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	SAO JOSE DO XINGU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO XINGU	36000176325201800	31010006	100.000,00	100.000,00	10122201545250051
MT	SAO JOSE DOS QUATRO MARCOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000177151201800	31010006 25500021	150.000,00 900.000,00	1.050.000,00	10122201545250051 10122201545255378
MT	SAPEZAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000173317201800	25930004	500.000,00	500.000,00	10122201545250051
MT	TANGARA DA SERRA	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE	36000172158201800	25500013	800.000,00	800.000,00	10122201545250051
MT	TANGARA DA SERRA	FUNDO MUNCIPAL DE SAUDE	36000191621201800	29680002	500.000,00	500.000,00	10122201545250051
MT	TAPURAH	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAPURAH	36000170169201800	31010006 25930004	100.000,00 400.000,00	500.000,00	10122201545250051 10122201545250051
MT	TERRA NOVA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA NOVA DO NORTE	36000173243201800	31010006	280.000,00	280.000,00	10122201545250051
MT	TERRA NOVA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TERRA NOVA DO NORTE	36000173259201800	28250004	15.000,00	15.000,00	10122201545250051
MT	TORIXOREU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - F.M.S.	36000177743201800	31010006	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	VALE DE SAO DOMINGOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VALE DE SAO DOMINGOS - MT	36000174523201800	31010006 30970008	150.000,00 280.600,00	430.600,00	10122201545250051 10122201545250051

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800088

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

MT	VARZEA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VARZEA GRANDE	36000180565201800	31010006	570.000,00	570.000,00	10122201545250051
MT	VERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VERA	36000180566201800	25500025	1.000.000,00	1.000.000,00	10122201545255412
MT	VILA BELA DA SANTISSIMA TRINDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	36000171028201800	31010006 37920002	200.000,00 250.000,00	450.000,00	10122201545250051 10122201545250051
MT	VILA RICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VILA RICA - MT	36000176976201800	28250004	150.000,00	150.000,00	10122201545250051
MT	VILA RICA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VILA RICA - MT	36000177015201800	30970008	100.000,00	100.000,00	10122201545250051
TOTAL			329 PROPOSTAS			86.528.281,00	

PORTARIA Nº 900, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
GO	ABADIA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08654446000118001	29350001	84.995,00	84.995,00	10301201585810052
GO	ABADIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ABADIANIA	08278171000118003	31030001	99.990,00	99.990,00	10301201585810052
GO	AGUAS LINDAS DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AGUAS LINDAS DE GOIAS	07460294000118008	29350001	158.000,00	158.000,00	10301201585810052
GO	ALTO PARAISO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTO PARAISO	07720960000118005	29350001	120.000,00	120.000,00	10301201585810052
GO	AMARALINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - AMARALINA	11208239000118001	38000009	150.000,00	150.000,00	10301201585810052
GO	APARECIDA DO RIO DOCE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA DO RIO DOCE	11207314000118001	30380009	109.990,00	109.990,00	10301201585810052
GO	APARECIDA DO RIO DOCE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA DO RIO DOCE	11207314000118002	38000009	189.980,00	189.980,00	10301201585810052
GO	APARECIDA DO RIO DOCE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE APARECIDA DO RIO DOCE	11207314000118004	29270013	8.000,00	8.000,00	10301201585810052
GO	ARACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	24810277000118005	29350001	84.940,00	84.940,00	10301201585810052
GO	ARAGOIANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAGOIANIA	11327382000118001	37210009	149.950,00	149.950,00	10301201585810052
GO	AURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURILANDIA	11291065000118001	29350001	170.000,00	170.000,00	10301201585810052
GO	AURILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AURILANDIA	11291065000118002	19600006	100.000,00	100.000,00	10301201585810052
GO	BELA VISTA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08083086000118003	31030001	150.000,00	150.000,00	10301201585810052
GO	BRITANIA	BRITANIA - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09332615000118001	38000009 30380009	60.000,00 120.000,00	180.000,00	10301201585810052 10301201585810052
GO	BURITINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITINOPOLIS	11534361000118001	29350001	169.990,00	169.990,00	10301201585810052
GO	BURITINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITINOPOLIS	11534361000118002	19550016	199.985,00	199.985,00	10301201585810052
GO	BURITINOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BURITINOPOLIS	11534361000118003	28330016	99.990,00	99.990,00	10301201585810052
GO	CABECEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CABECEIRAS	08351513000118001	28330016	57.135,00	57.135,00	10301201585810052
GO	CACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACU	03381462000118005	28340003	10.000,00	10.000,00	10301201585810052
GO	CAMPOS VERDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11263318000118001	29350001	85.000,00	85.000,00	10301201585810052
GO	CATALAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - CATALAO	03532661000118001	38000009	250.000,00	250.000,00	10301201585810052
GO	CROMINIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CROMINIA	11435485000118002	37210009	200.000,00	200.000,00	10301201585810052
GO	EDEIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE EDEIA-GO	08033825000118004	29350001	170.000,00	170.000,00	10301201585810052
GO	FORMOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	09105181000118001	29350001	85.000,00	85.000,00	10301201585810052
GO	GUARAITA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11284175000118013	32650011	200.000,00	200.000,00	10301201585810052
GO	GUARANI DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11310264000118001	36720009	199.995,00	199.995,00	10301201585810052

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800089

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

GO	ISRAELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ISRAELANDIA	10564533000118001	30380009	100.000,00	100.000,00	10301201585810052
GO	JAUPACI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08097819000118001	37210009 30380009 19550016	100.000,00 120.000,00 200.000,00	420.000,00	10301201585810052 10301201585810052 10301201585810052
GO	MINACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10589186000118005	31030001	150.000,00	150.000,00	10301201585810052
GO	MINEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MINEIROS	11924138000118003	30380009	160.000,00	160.000,00	10301201585810052
GO	MINEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MINEIROS	11924138000118004	31030001	150.000,00	150.000,00	10301201585810052
GO	MONTE ALEGRE DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTE ALEGRE DE GOIAS	09526201000118001	20210008	407.970,00	407.970,00	10301201585810052
GO	MORRINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MORRINHOS	11870726000118005	29350001	50.000,00	50.000,00	10301201585810052
GO	MORRINHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE MORRINHOS	11870726000118007	29350001	120.000,00	120.000,00	10301201585810052
GO	NOVA CRIXAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE NOVA CRIXAS	11307617000118001	38000009	99.440,00	99.440,00	10301201585810052
GO	NOVA CRIXAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE NOVA CRIXAS	11307617000118002	19600006	99.960,00	99.960,00	10301201585810052
GO	NOVA ROMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA ROMA	11692044000118002	37040002	20.000,00	20.000,00	10301201585810052
GO	NOVO GAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10936853000118002	29350001	170.000,00	170.000,00	10301201585810052
GO	PANAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	11244505000118001	29350001	170.000,00	170.000,00	10301201585810052
GO	PORTELANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	22732193000118002	37040002	50.000,00	50.000,00	10301201585810052
GO	RIALMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10459591000118002	31030001	25.000,00	25.000,00	10301201585810052
GO	RIO VERDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	06190522000118004	28340003	600.000,00	600.000,00	10301201585810052
GO	RUBIATABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11279755000118001	30700004	200.000,00	200.000,00	10301201585810052
GO	SANTA ROSA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA ROSA DE GOIAS	11087455000118001	30380009	159.960,00	159.960,00	10301201585810052
GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DE GOIAS - FMS	06070954000118004	38000009	70.000,00	70.000,00	10301201585810052
GO	SANTA TEREZA DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TEREZA DE GOIAS - FMS	06070954000118007	38000009	40.000,00	40.000,00	10301201585810052
GO	SAO LUIS DE MONTES BELOS	FUNDO MUN.DE SAUDE DE SAO LUIS DE MONTES BELOS	10581764000118002	29350001	170.000,00	170.000,00	10301201585810052
GO	TAQUARAL DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - TAQUARAL	10496025000118001	31030001	100.000,00	100.000,00	10301201585810052
GO	URUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE URUANA	11163358000118007	37210009	60.000,00	60.000,00	10301201585810052
GO	VALPARAISO DE GOIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	04786328000118007	32570004	300.000,00	300.000,00	10301201585810052
GO	VILA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11839890000118006	32570004	134.000,00	134.000,00	10301201585810052
GO	VILA PROPICIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VILA PROPICIO	11304444000118002	37040002	9.920,00	9.920,00	10301201585810052
MS	AQUIDAUANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE AQUIDAUANA	04589955000118002	30690003	85.000,00	85.000,00	10301201585810054
MS	CHAPADAO DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHAPADAO DO SUL-MS	14004655000118005	30690003	63.200,00	63.200,00	10301201585810054
MS	CORONEL SAPUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL SAPUCAIA	13022375000118006	14450005	10.000,00	10.000,00	10301201585810054
MS	CORONEL SAPUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL SAPUCAIA	13022375000118008	14450005	6.000,00	6.000,00	10301201585810054
MS	CORONEL SAPUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL SAPUCAIA	13022375000118010	14450005	3.200,00	3.200,00	10301201585810054
MS	CORONEL SAPUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL SAPUCAIA	13022375000118013	14450005	1.520,00	1.520,00	10301201585810054
MS	CORONEL SAPUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL SAPUCAIA	13022375000118014	14450005	900,00	900,00	10301201585810054
MS	CORONEL SAPUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL SAPUCAIA	13022375000118016	14450005	700,00	700,00	10301201585810054
MS	CORONEL SAPUCAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CORONEL SAPUCAIA	13022375000118018	14450005	240,00	240,00	10301201585810054
MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11417787000118017	30690003	26.700,00	26.700,00	10301201585810054
MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11417787000118018	30690003	8.270,00	8.270,00	10301201585810054
MS	GUIA LOPES DA LAGUNA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11417787000118019	38030006	57.900,00	57.900,00	10301201585810054
MS	JAPORA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11179976000118004	38430001	100.000,00	100.000,00	10301201585810054
MS	PARANHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARANHOS	11864713000118007	28380019 30690003	40.000,00 80.000,00	120.000,00	10301201585810054 10301201585810054
MS	RIO NEGRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO NEGRO MS	12144238000118001	28380019	99.990,00	99.990,00	10301201585810054
MS	TERENOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11161074000118001	30690003	84.970,00	84.970,00	10301201585810054
MS	VICENTINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE VICENTINA MS	12459740000118009	14450005	199.940,00	199.940,00	10301201585810054
MT	AGUA BOA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11802719000118006	29360003	190.000,00	190.000,00	10301201585810051
MT	ALTO ARAGUAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12545842000118006	37920005	60.000,00	60.000,00	10301201585810051
MT	ARAGUAIANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAGUAIANA	14378410000118008	29360003	10.000,00	10.000,00	10301201585810051
MT	CANABRAVA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANABRAVA DO NORTE	14117983000118002	28250008	150.000,00	150.000,00	10301201585810051
MT	JUINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	14003786000118001	28250008	185.910,00	185.910,00	10301201585810051
MT	PORTO ALEGRE DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO ALEGRE DO NORTE	14362357000118001	38050005	349.970,00	349.970,00	10301201585810051
MT	ROSARIO OESTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11412592000118001	29360003	200.000,00	200.000,00	10301201585810051
TOTAL			76 PROPOSTAS			9.533.600,00	

PORTARIA Nº 902, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Estado, Município ou Distrito Federal a receber recursos destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para estabelecimentos de saúde.

O MINISTRO DE ESTADO DA SAÚDE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e

Considerando a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993, e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências;

Considerando a Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2018;

Considerando o Decreto nº 1.232, de 30 de agosto de 1994, que dispõe sobre as condições e a forma de repasse regular e automático de recursos do Fundo Nacional de Saúde para os Fundos de Saúde Estaduais, Municipais e do Distrito Federal;

Considerando o Decreto nº 7.507, de 27 de junho de 2011, que dispõe sobre a movimentação de recursos federais transferidos a Estados, Distrito Federal e Municípios, em decorrência das leis citadas;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800090

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do SUS;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria GM/MS 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 03 de outubro de 2017, que trata da consolidação das normas sobre as políticas de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria nº 565, de 9 de março de 2018, que regulamenta a aplicação das emendas parlamentares que adicionarem recursos ao SUS no exercício de 2018, para incremento do Teto de Média e Alta Complexidade e do Piso de Atenção Básica, com base no disposto no art. 38, § 6º, inciso II da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, e dá outras providências, resolve:

Art. 1º Fica habilitado o Estado, Município ou Distrito Federal descrito no anexo a esta Portaria, a receber os recursos federais destinados à aquisição de equipamentos e material permanente para estabelecimentos de saúde.

Art. 2º Os recursos tratados nesta Portaria referem-se à aplicação de emendas parlamentares ao orçamento do Ministério da Saúde.

Art. 3º Os recursos desta Portaria serão organizados e transferidos na forma do Bloco de Investimento na Rede de Serviços Públicos de Saúde, nos termos do anexo

Art. 4º As propostas de que tratam essa portaria serão processadas no Sistema de Cadastro de Propostas Fundo a Fundo, disponível no sítio eletrônico do Fundo Nacional de Saúde - www.fns.saude.gov.br.

Art. 5º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para as transferências de recursos estabelecidos nesta Portaria aos respectivos Fundos de Saúde, em parcela única e em conformidade com os processos de pagamento instruídos, após atendidas as condições previstas para essa modalidade de transferência.

Art. 6º A prestação de contas sobre a aplicação dos recursos será realizada por meio do Relatório Anual de Gestão - RAG do respectivo ente federativo beneficiado.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GILBERTO OCCHI

ANEXO

ENTES HABILITADOS A RECEBEREM RECURSOS FEDERAIS DESTINADOS A AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES

UF	MUNICÍPIO	ENTIDADE	Nº DA PROPOSTA	CÓD. EMENDA	VALOR POR PARLAMENTAR (R$)	VALOR TOTAL DA PROPOSTA (R$)	FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
AL	ARAPIRACA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ARAPIRACA	21013754000118001	36840001	300.000,00	300.000,00	10301201585810027
AL	BRANQUINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BRANQUINHA	11159820000118002	27260001	300.000,00	300.000,00	10301201585810027
AL	CAJUEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAJUEIRO	11436366000118001	37400002 29730014	250.000,00 500.000,00	750.000,00	10301201585810027 10301201585810027
AL	CAPELA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11203936000118001	37400002	250.000,00	250.000,00	10301201585810027
AL	COQUEIRO SECO	FUNDO DE SAUDE MUNICIPAL DE COQUEIRO SECO	11463225000118001	13040007	250.000,00	250.000,00	10301201585810027
AL	DOIS RIACHOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - DOIS RIACHOS - FMSDR	11415703000118001	30740005	16.970,00	16.970,00	10301201585810027
AL	FLEXEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11895474000118001	27260001	399.960,00	399.960,00	10301201585810027
AL	INHAPI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INHAPI	11183264000118001	29730014	187.000,00	187.000,00	10301201585810027
AL	JACUIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACUIPE	12584054000118001	29730014	150.000,00	150.000,00	10301201585810027
AL	OLHO D'AGUA DAS FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE OLHO D'AGUA DAS FLORES	11438291000118003	29070007	499.980,00	499.980,00	10301201585810027
AL	PASSO DE CAMARAGIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PASSO DE CAMARAGIBE	11408429000118004	27260001	250.040,00	250.040,00	10301201585810027
AL	PENEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11286018000118002	29730014	107.000,00	107.000,00	10301201585810027
AL	PENEDO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11286018000118004	36840001	125.000,00	125.000,00	10301201585810027
AL	PIRANHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRANHAS	11197317000118002	29730014	150.000,00	150.000,00	10301201585810027
AL	PORTO DE PEDRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11652985000118002	36840001	9.900,00	9.900,00	10301201585810027
AL	TAQUARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAQUARANA	12876649000118002	27260001	50.000,00	50.000,00	10301201585810027
AL	TAQUARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAQUARANA	12876649000118004	27260001	50.000,00	50.000,00	10301201585810027
AL	TAQUARANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAQUARANA	12876649000118005	27260001	19.960,00	19.960,00	10301201585810027
BA	ANAGE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11076656000118001	24700002 27420002	130.000,00 300.000,00	430.000,00	10301201585810029 10301201585810029
BA	ANGICAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGICAL	09306394000118001	37700004	50.000,00	50.000,00	10301201585810029
BA	ANGUERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ANGUERA	12755472000118001	37700004	100.000,00	100.000,00	10301201585810029
BA	ANTONIO GONCALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE ANTONIO GONCALVES	10645987000118004	27370012	59.970,00	59.970,00	10301201585810029
BA	CANAVIEIRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CANAVIEIRAS	12744741000118003	38120013	50.000,00	50.000,00	10301201585812002
BA	CARAIBAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	10410738000118003	37700004	100.000,00	100.000,00	10301201585810029
BA	CHORROCHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CHORROCHO	13938013000118002	36940013	100.000,00	100.000,00	10301201585810029
BA	CICERO DANTAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CICERO DANTAS	11642796000118001	37700004	100.000,00	100.000,00	10301201585810029
BA	IBIPITANGA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IBIPITANGA	11500259000118001	27420002	100.000,00	100.000,00	10301201585810029
BA	IBIRATAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUNSAUDE	11415500000118002	27460003	50.000,00	50.000,00	10301201585810029
BA	INHAMBUPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE INHAMBUPE	12092015000118001	37700004	150.000,00	150.000,00	10301201585810029
BA	IRAQUARA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE IRAQUARA	11343822000118002	28790017	180.000,00	180.000,00	10301201585810029
BA	LAGOA REAL	FMS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA REAL	11258922000118001	27460003	150.000,00	150.000,00	10301201585810029
BA	LAJE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAJE	11714799000118001	24700002	119.970,00	119.970,00	10301201585810029
BA	MARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE MARAU	12162890000118001	37700004	200.000,00	200.000,00	10301201585810029
BA	MIRANGABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11042920000118008	27460003	209.940,00	209.940,00	10301201585810029
BA	MORRO DO CHAPEU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	10822771000118004	27410002	17.530,00	17.530,00	10301201585810029
BA	NOVA VICOSA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NOVA VICOSA	11756421000118004	17180005	164.990,00	164.990,00	10301201585810029
BA	OLINDINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OLINDINA	12300484000118002	37700004	100.000,00	100.000,00	10301201585810029
BA	PAULO AFONSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PAULO AFONSO	08704475000118002	37700004	99.975,00	99.975,00	10301201585810029
BA	PINDOBACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINDOBACU	10695688000118006	30910007	100.000,00	100.000,00	10301201585810029
BA	PINTADAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINTADAS	13527054000118002	37380006	99.980,00	99.980,00	10301201585810029
BA	PIRIPA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRIPA	11825467000118009	37520003	10.000,00	10.000,00	10301201585810029
BA	PIRITIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE- PIRITIBA-BA	11412164000118009	30910007	249.850,00	249.850,00	10301201585810029
BA	PORTO SEGURO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	08257417000118002	37700004	9.990,00	9.990,00	10301201585810029
BA	PRESIDENTE DUTRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRESIDENTE DUTRA BAHIA FUMSAUDE	13786304000118001	27460003	106.270,00	106.270,00	10301201585810029

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800091

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BA	PRESIDENTE TANCREDO NEVES	FUNDO MUNICIPAL DA SAUDE - FUMSAUDE	11694694000118003	27380010	9.960,00	9.960,00	10301201585810029
BA	RIACHO DE SANTANA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIACHO DE SANTANA - FMS	13885912000118002	37700004	100.000,00	100.000,00	10301201585810029
BA	SANTA TERESINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA TERESINHA	11671933000118004	37700004	150.000,00	150.000,00	10301201585810029
BA	SAO FELIPE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11734348000118001	37700004	36.960,00	36.960,00	10301201585810029
BA	SAO FELIX DO CORIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11418700000118001	37700004	100.000,00	100.000,00	10301201585810029
BA	SOUTO SOARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOUTO SOARES	10367025000118005	24700002	9.970,00	9.970,00	10301201585810029
BA	TANQUINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TANQUINHO - FMS	13032954000118005	31660001	19.970,00	19.970,00	10301201585810029
BA	TAPEROA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAPEROA	11959776000118001	27420002	386.000,00	386.000,00	10301201585810029
BA	TEOFILANDIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TEOFILANDIA	12404015000118002	24700002	9.980,00	9.980,00	10301201585810029
BA	TERRA NOVA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	11449996000118003	27420002	210.000,00	210.000,00	10301201585810029
BA	TREMEDAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11318543000118001	24700002	199.980,00	199.980,00	10301201585810029
BA	UMBURANAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE UMBURANAS	13102378000118003	30910007	49.990,00	49.990,00	10301201585810029
BA	VALENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	11159883000118002	27460003	300.000,00	300.000,00	10301201585810029
BA	VALENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	11159883000118003	13550001	300.000,00	300.000,00	10301201585810029
BA	VALENCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FUMSAUDE	11159883000118004	37700004	200.000,00	200.000,00	10301201585810029
CE	ALCANTARAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALCANTARAS - FMS	12138360000118006	32700009	190.000,00	190.000,00	10301201585810023
CE	BARRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRO	12675634000118001	30310002	37.000,00	37.000,00	10301201585810023
CE	BATURITE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BATURITE	10241072000118001	37330007	170.000,00	170.000,00	10301201585810023
CE	CAMPOS SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS SALES	11430761000118003	24370006	59.980,00	59.980,00	10301201585810023
CE	CAMPOS SALES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPOS SALES	11430761000118004	37330007	26.980,00	26.980,00	10301201585810023
CE	FARIAS BRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FARIAS BRITO	10243406000118003	24370006	155.000,00	155.000,00	10301201585810023
CE	GUARACIABA DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GUARACIABA DO NORTE	13858795000118003	20700002	500.000,00	500.000,00	10301201585810023
CE	IBIAPINA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE IBIAPINA	10175160000118003	20250015	249.990,00	249.990,00	10301201585811062
CE	JAGUARETAMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAGUARETAMA	11285246000118002	20250016	500.000,00	500.000,00	10301201585811081
CE	MADALENA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MADALENA	11413402000118002	20700002	110.000,00	110.000,00	10301201585810023
CE	MISSAO VELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MISSAO VELHA	11867762000118002	24420003	199.990,00	199.990,00	10301201585810023
CE	PARAMOTI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAMOTI	11418581000118001	24420003	200.000,00	200.000,00	10301201585810023
CE	SAO GONCALO DO AMARANTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO GONCALO DO AMARANTE	12045640000118001	20250020	499.700,00	499.700,00	10301201585811151
CE	SOBRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOBRAL	11407563000118006	37330007	200.000,00	200.000,00	10301201585810023
CE	SOBRAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOBRAL	11407563000118009	32700007	1.152.200,00	1.152.200,00	10301201585810023
CE	TABULEIRO DO NORTE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TABULEIRO DO NORTE	11428432000118001	20250021	499.970,00	499.970,00	10301201585811158
MA	SAO ROBERTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO ROBERTO DO MARANHAO	11419994000118001	24360008	250.025,00	250.025,00	10301201585810021
MA	SAO ROBERTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO ROBERTO DO MARANHAO	11419994000118003	24360008	99.975,00	99.975,00	10301201585810021
PB	ALAGOINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALAGOINHA	11757032000118002	20280006	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	AREIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11268285000118002	37390004	84.985,00	84.985,00	10301201585810025
PB	AREIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11268285000118003	20280006	99.985,00	99.985,00	10301201585810025
PB	ASSUNCAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11383748000118001	27160002	41.000,00	41.000,00	10301201585810025
PB	BAIA DA TRAICAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BAIA DA TRAICAO-PB	13923732000118001	38470012	299.995,00	299.995,00	10301201585810025
PB	BANANEIRAS	BANANEIRAS - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18730452000118002	37740016	472.960,00	472.960,00	10301201585810025
PB	BOA VENTURA	FUNCO MUNICIPAL DE SAUDE DE BOA VENTURA	10570295000118001	24500012	200.000,00	200.000,00	10301201585810025
PB	BORBOREMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BORBOREMA	11594451000118001	12710017	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	BREJO DOS SANTOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BREJO DOS SANTOS	18000776000118001	12710017	99.990,00	99.990,00	10301201585810025
PB	CACIMBA DE DENTRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACIMBA DE DENTRO	12011663000118001	12710017	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	CALDAS BRANDAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CALDAS BRANDAO	11238753000118001	20280006	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	CAMALAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAMALAU	11417610000118002	37390004	84.980,00	84.980,00	10301201585810025
PB	CAMPINA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE	24513574000118003	35300007	50.000,00	50.000,00	10301201585811392
PB	CAMPINA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE	24513574000118005	35300007	125.000,00	125.000,00	10301201585811392
PB	CAMPINA GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPINA GRANDE	24513574000118006	35300007	125.000,00	125.000,00	10301201585811392
PB	CASSERENGUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12431437000118001	20280006	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	CATINGUEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12401524000118001	20280006	99.960,00	99.960,00	10301201585810025
PB	CUITE DE MAMANGUAPE	CUITE DE MAMANGUAPE FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13099820000118002	27110005	250.000,00	250.000,00	10301201585810025
PB	FAGUNDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE FAGUNDES PB	11307940000118001	20280006 12710017	100.000,00 100.000,00	200.000,00	10301201585810025 10301201585810025
PB	ITAPOROROCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12099621000118002	27160002	190.000,00	190.000,00	10301201585810025
PB	JACARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JACARAU	10486210000118001	24500012	69.975,00	69.975,00	10301201585810025
PB	JURU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10538747000118002	12710017	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	LIVRAMENTO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11188530000118001	12770012	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	MAE D'AGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MAE D AGUA	03627760000118001	20280006	99.920,00	99.920,00	10301201585810025
PB	MARI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11400094000118001	20280006	200.000,00	200.000,00	10301201585810025
PB	MARIZOPOLIS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11404727000118002	20280006	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	MASSARANDUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10948421000118002	29460005	60.000,00	60.000,00	10301201585810025

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800092

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PB	MONTEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONTEIRO	11214763000118001	29460005	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	NATUBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NATUBA	17975221000118003	20280006	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	NAZAREZINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE NAZAREZINHO	12445365000118001	27110005	199.995,00	199.995,00	10301201585810025
PB	NOVA FLORESTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18517489000118002	12710017	83.800,00	83.800,00	10301201585810025
PB	NOVA FLORESTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	18517489000118004	12710017	69.640,00	69.640,00	10301201585810025
PB	PATOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11242822000118001	38470012	199.995,00	199.995,00	10301201585810025
PB	PEDRA BRANCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRA BRANCA	12051399000118001	20280006	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	PEDRA LAVRADA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRA LAVRADA	08932293000118003	27110005	199.990,00	199.990,00	10301201585810025
PB	SANTA CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA CRUZ - PB	11181651000118002	12710017	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	SANTA LUZIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTA LUZIA	10425754000118001	37390004 20280006	84.995,00 100.000,00	184.995,00	10301201585810025 10301201585810025
PB	SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOAO DO RIO DO PEIXE	17648806000118002	27110005	149.990,00	149.990,00	10301201585810025
PB	SAO JOSE DO BREJO DO CRUZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11879377000118002	27110005	94.225,00	94.225,00	10301201585810025
PB	SAO JOSE DOS CORDEIROS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DOS CORDEIROS - PB	13491027000118001	12710017	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	SAO JOSE DOS RAMOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DOS RAMOS	11227813000118001	20280006	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	SAO MIGUEL DE TAIPU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11601645000118001	12710017	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE SAO SEBASTIAO DE LAGOA DE ROCA	11143891000118001	37390004	84.985,00	84.985,00	10301201585810025
PB	SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO SEBASTIAO DO UMBUZEIRO	11364289000118001	12710017	100.000,00	100.000,00	10301201585810025
PB	SERRARIA	SSFUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SERRARIA - PB	12011652000118002	29460005	80.000,00	80.000,00	10301201585810025
PB	SOLEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOLEDADE	02182502000118001	20280006	50.000,00	50.000,00	10301201585810025
PB	SOLEDADE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SOLEDADE	02182502000118004	20280006	50.000,00	50.000,00	10301201585810025
PB	TACIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACIMA	11907806000118001	29460005	60.000,00	60.000,00	10301201585810025
PB	TACIMA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACIMA	11907806000118003	20280006	99.995,00	99.995,00	10301201585810025
PB	TAVARES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TAVARES	10598364000118001	29460005	60.000,00	60.000,00	10301201585810025
PE	AGRESTINA	AGRESTINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10225695000118005	38080013	237.000,00	237.000,00	10301201585810026
PE	ALTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ALTINHO	08470342000118016	37670010	499.890,00	499.890,00	10301201585810026
PE	CABO DE SANTO AGOSTINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO CABO DE SANTO AGOSTINHO	11168783000118007	30530012	600.000,00	600.000,00	10301201585810026
PE	CACHOEIRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CACHOEIRINHA	10234992000118001	27180006	100.000,00	100.000,00	10301201585810026
PE	CAETES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAETES	12398801000118004	23550013 23550012	100.000,00 200.000,00	300.000,00	10301201585811597 10301201585811597
PE	CAMARAGIBE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	41230038000118014	37260008	162.000,00	162.000,00	10301201585810026
PE	CAMOCIM DE SAO FELIX	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMOCIM DE SAO FELIX	11870137000118001	32990007	300.000,00	300.000,00	10301201585810026
PE	CUMARU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11319452000118002	27230014	80.000,00	80.000,00	10301201585810026
PE	FLORES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE FLORES	10392023000118007	27190011 28850012	6.980,00 250.000,00	256.980,00	10301201585810026 10301201585810026
PE	FLORESTA	FLORESTA FUNDO MUNICPAL DE SAUDE	10965708000118003	30320009 37820001	11.271,00 632.899,00	644.170,00	10301201585810026 10301201585810026
PE	JUCATI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JUCATI	10635804000118006	32990007	299.980,00	299.980,00	10301201585810026
PE	LAGOA DO CARRO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11326603000118010	30530012	20.000,00	20.000,00	10301201585810026
PE	MIRANDIBA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MIRANDIBA	09096662000118002	10740003	50.000,00	50.000,00	10301201585810026
PE	OLINDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE OLINDA	09131029000118005	27230014	399.900,00	399.900,00	10301201585810026
PE	OROCO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11166049000118001	30320012	120.000,00	120.000,00	10301201585811676
PE	PARNAMIRIM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARNAMIRIM	12238888000118003	30320009	170.000,00	170.000,00	10301201585810026
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07868234000118006	27230014	270.000,00	270.000,00	10301201585810026
PE	PAUDALHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	07868234000118011	32990007	3.270,00	3.270,00	10301201585810026
PE	PRIMAVERA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PRIMAVERA	10291345000118005	30530012	250.000,00	250.000,00	10301201585810026
PE	QUIXABA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	35667229000118001	10740003	150.000,00	150.000,00	10301201585810026
PE	RIO FORMOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO RIO FORMOSO	11286235000118002	30530012	250.000,00	250.000,00	10301201585810026
PE	SAO JOSE DO EGITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SAO JOSE DO EGITO	11503081000118003	10740003	99.910,00	99.910,00	10301201585810026
PE	SERTANIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10373890000118002	30320009 38080013	84.980,00 300.000,00	384.980,00	10301201585810026 10301201585810026
PE	SIRINHAEM	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11356210000118001	30530012	250.000,00	250.000,00	10301201585810026
PE	TACARATU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TACARATU	09188937000118006	30320009	169.980,00	169.980,00	10301201585810026
PE	TORITAMA	TORITAMA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11073548000118001	38080013	600.000,00	600.000,00	10301201585810026
PE	VERTENTE DO LERIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE - FMS	69902112000118007	38080013	200.000,00	200.000,00	10301201585810026
PI	ACAUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11247157000118001	30320011	119.990,00	119.990,00	10301201585810766
PI	BARRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE BARRAS-PI	12493139000118006	30650008	103.990,00	103.990,00	10301201585810022
PI	BURITI DOS MONTES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11490237000118002	12460006	100.000,00	100.000,00	10301201585810022
PI	CAJUEIRO DA PRAIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE CAJUEIRO DA PRAIA	10423482000118001	30660017	100.000,00	100.000,00	10301201585810806
PI	CAMPO MAIOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO MAIOR	11753492000118004	30650008	60.000,00	60.000,00	10301201585810022
PI	CAMPO MAIOR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAMPO MAIOR	11753492000118005	30650008	50.000,00	50.000,00	10301201585810022
PI	CANAVIEIRA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11672899000118001	37880002	200.000,00	200.000,00	10301201585810022
PI	CAPITAO DE CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11613441000118007	30650008	19.995,00	19.995,00	10301201585810022
PI	CAPITAO DE CAMPOS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11613441000118011	30650008	80.000,00	80.000,00	10301201585810022
PI	COCAL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13737800000118002	12460006	100.000,00	100.000,00	10301201585810022
PI	COCAL DE TELHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE COCAL DE TELHA - PIAUI	13836692000118004	30650008	240.000,00	240.000,00	10301201585810022
PI	COCAL DOS ALVES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	13829463000118002	32180005	300.000,00	300.000,00	10301201585810022
PI	MONSENHOR GIL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MONSENHOR GIL	11980140000118001	12460006	100.000,00	100.000,00	10301201585810022

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800093

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PI	PARNAGUA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARNAGUA-PI	11956493000118002	30650008	159.980,00	159.980,00	10301201585810022
PI	RIO GRANDE DO PIAUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE RIO GRANDE DO PIAUI	23108191000118001	12460006	299.960,00	299.960,00	10301201585810022
PI	SAO GONCALO DO GURGUEIA	FUNDO MUN. DE SAUDE DE SAO GONCALO DO GURGUEIA	07797282000118001	30650008	200.000,00	200.000,00	10301201585810022
PI	URUCUI	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11571212000118004	37880002	199.970,00	199.970,00	10301201585810022
RN	ACU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11642164000118002	38060010	150.000,00	150.000,00	10301201585810024
RN	CRUZETA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11268314000118001	24090008	199.960,00	199.960,00	10301201585810024
RN	EXTREMOZ	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11362487000118002	37420004	120.000,00	120.000,00	10301201585810024
RN	FERNANDO PEDROZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11326830000118002	21230019	60.000,00	60.000,00	10301201585810024
RN	GOIANINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOIANINHA	12256410000118002	21230019	250.000,00	250.000,00	10301201585810024
RN	GOVERNADOR DIX-SEPT ROSADO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE GOV. DIX SEPT ROSADO	14684811000118005	37420004	20.000,00	20.000,00	10301201585810024
RN	IELMO MARINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11463911000118005	37420004	120.000,00	120.000,00	10301201585810024
RN	IELMO MARINHO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11463911000118006	37420004	29.950,00	29.950,00	10301201585810024
RN	JOSE DA PENHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE JOSE DA PENHA	12652881000118006	38060010	10.000,00	10.000,00	10301201585810024
RN	LAGOA DE PEDRAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAGOA DE PEDRAS	11674326000118004	24090008	200.000,00	200.000,00	10301201585810024
RN	LAJES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE LAJES	11955493000118005	38060010	149.990,00	149.990,00	10301201585810024
RN	LUIS GOMES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	12268029000118004	20330006 38060010	80.000,00 140.000,00	220.000,00	10301201585810024 10301201585810024
RN	NISIA FLORESTA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11736676000118002	24480020	199.850,00	199.850,00	10301201585810024
RN	PARAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PARAU-RN	13424573000118001	38060010	149.975,00	149.975,00	10301201585810024
RN	PORTO DO MANGUE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PORTO DO MANGUE - RN	12193377000118001	38060010	150.000,00	150.000,00	10301201585810024
RN	PUREZA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PUREZA-RN	11924499000118010	24480020	6.850,00	6.850,00	10301201585810024
RN	SANTO ANTONIO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SANTO ANTONIO	12569702000118008	38060010	150.000,00	150.000,00	10301201585810024
RN	SERRINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SERRINHA	18007064000118002	38060010	150.000,00	150.000,00	10301201585810024
RN	SERRINHA DOS PINTOS	FUNDO DE SAUDE DO MUNICIPIO DE SERRINHA DOS PINTOS	10275997000118005	24090008	59.935,00	59.935,00	10301201585810024
RN	TABOLEIRO GRANDE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	10277035000118004	20330006	49.980,00	49.980,00	10301201585810024
RN	TENENTE ANANIAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11398767000118002	24090008	249.990,00	249.990,00	10301201585810024
RN	TIBAU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DO MUNICIPIO DE TIBAU/RN	12745010000118005	24090008	49.950,00	49.950,00	10301201585810024
RN	TIBAU DO SUL	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TIBAU DO SUL-RN	11863962000118007	38060010	149.990,00	149.990,00	10301201585810024
RN	TRIUNFO POTIGUAR	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11334360000118003	37840018	100.000,00	100.000,00	10301201585810024
SE	CAMPO DO BRITO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11266975000118002	26080005	200.000,00	200.000,00	10301201585810028
SE	ESTANCIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ESTANCIA/SE	11816665000118002	22460011 26080005	80.000,00 249.990,00	329.990,00	10301201585810028 10301201585810028
SE	GRACHO CARDOSO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11582140000118002	29080005 27320005	50.000,00 176.135,00	226.135,00	10301201585810028 10301201585810028
SE	ITABAIANINHA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11261188000118004	22460011	160.000,00	160.000,00	10301201585810028
SE	ITAPORANGA D'AJUDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11382690000118006	22460011	49.980,00	49.980,00	10301201585810028
SE	ITAPORANGA D'AJUDA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11382690000118007	26080005 22460011	90.000,00 110.000,00	200.000,00	10301201585810028 10301201585810028
SE	JAPOATA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE JAPOATA	11367566000118002	29080005	186.100,00	186.100,00	10301201585810028
SE	NOSSA SENHORA DE LOURDES	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11512469000118001	29080005	150.000,00	150.000,00	10301201585810028
SE	PEDRINHAS	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PEDRINHAS	11701954000118004	29790012 27320005	36.000,00 80.000,00	116.000,00	10301201585810028 10301201585810028
SE	PINHAO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PINHAO	11336033000118008	22460011 29790012	79.950,00 100.000,00	179.950,00	10301201585810028 10301201585810028
SE	PROPRIA	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11478938000118002	22460011	239.980,00	239.980,00	10301201585810028
SE	ROSARIO DO CATETE	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE	11370682000118004	22460011	80.000,00	80.000,00	10301201585810028
SE	TOBIAS BARRETO	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOBIAS BARRETO	11388708000118004	22460011	160.000,00	160.000,00	10301201585810028
SE	TOMAR DO GERU	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE TOMAR DO GERU	11412389000118001	22460011	79.930,00	79.930,00	10301201585810028
TOTAL			209 PROPOSTAS			34.935.685,00	

RETIFICAÇÃO

No Art. 1º da Portaria nº 840/GM/MS, de 28 de março de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 62, de 2 de abril de 2018, Seção 1, página 81;
ONDE SE LÊ:

Proposta SAIPS: 14.931	Hospital	Nº leitos
CNES: 2568373	APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - União da Vitória/PR	
Leito: 26.02 UCINCO		04

LEIA-SE:

Proposta SAIPS: 14.931	Hospital	Nº leitos
CNES: 2568373	APMI - Associação de Proteção à Maternidade e à Infância - União da Vitória/PR	
Leito: 28.02 UCINCo		04

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800094

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA

CONSULTA PÚBLICA Nº 506, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MS/GM nº 1.162, de 12 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 44, VIII, aliado ao art. 53, III, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, em Anexo.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões à proposta de monografia de vacina rotavírus humano (atenuada), para inclusão na Farmacopeia Brasileira, conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=37913

§1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Coordenação da Farmacopeia-COFAR, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.735311/2015-42
Assunto: Proposta de monografia de vacina rotavírus humano (atenuada) para inclusão na Farmacopeia Brasileira
Agenda Regulatória 2017-2020: Subtema 12.1
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Coordenação da Farmacopeia - COFAR
Relator: William Dib

CONSULTA PÚBLICA Nº 507, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O Diretor-Presidente Substituto da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso da atribuição que lhe confere a Portaria MS/GM nº 1.162, de 12 de maio de 2017, tendo em vista o disposto no art. 44, VIII, aliado ao art. 53, III, do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC n° 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve submeter à consulta pública, para comentários e sugestões do público em geral, proposta de ato normativo, em Anexo.

Art. 1º Fica estabelecido o prazo de 30 (trinta) dias para envio de comentários e sugestões ao texto da monografia de Peumus boldus Molina [folha], conforme Anexo.

Parágrafo único. O prazo de que trata este artigo terá início 7 (sete) dias após a data de publicação desta Consulta Pública no Diário Oficial da União.

Art. 2º A proposta de ato normativo estará disponível na íntegra no portal da Anvisa na internet e as sugestões deverão ser enviadas eletronicamente por meio do preenchimento de formulário específico, disponível no endereço: http://formsus.datasus.gov.br/site/formulario.php?id_aplicacao=38399

§ 1º As contribuições recebidas são consideradas públicas e estarão disponíveis a qualquer interessado por meio de ferramentas contidas no formulário eletrônico, no menu "resultado", inclusive durante o processo de consulta.

§ 2º Ao término do preenchimento do formulário eletrônico será disponibilizado ao interessado número de protocolo do registro de sua participação, sendo dispensado o envio postal ou protocolo presencial de documentos em meio físico junto à Agência.

§ 3º Em caso de limitação de acesso do cidadão a recursos informatizados será permitido o envio e recebimento de sugestões por escrito, em meio físico, durante o prazo de consulta, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Coordenação da Farmacopeia - COFAR, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

§ 4º Excepcionalmente, contribuições internacionais poderão ser encaminhadas em meio físico, para o seguinte endereço: Agência Nacional de Vigilância Sanitária/Assessoria de Assuntos Internacionais - AINTE, SIA trecho 5, Área Especial 57, Brasília-DF, CEP 71.205-050.

Art. 3º Findo o prazo estipulado no art. 1º, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária promoverá a análise das contribuições e, ao final, publicará o resultado da consulta pública no portal da Agência.

Parágrafo único. A Agência poderá, conforme necessidade e razões de conveniência e oportunidade, articular-se com órgãos e entidades envolvidos com o assunto, bem como aqueles que tenham manifestado interesse na matéria, para subsidiar posteriores discussões técnicas e a deliberação final da Diretoria Colegiada.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

PROPOSTA EM CONSULTA PÚBLICA
Processo nº: 25351.908879/2018-18
Assunto: Proposta de revisão da monografia de Peumus boldus Molina [folha]
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema nº 12.1 - Compêndios da Farmacopeia Brasileira.
Regime de Tramitação: Comum
Área responsável: Coordenação da Farmacopeia - COFAR/GGMED
Relator: William Dib

DIRETORIA COLEGIADA

DESPACHO Nº 84, DE 17 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe confere o art. 15, III e IV da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, aliado ao disposto no art. 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme fluxo aprovado em reunião realizada em 1º de novembro de 2016 e eu, Diretor-Presidente Substituto , determino a sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

Processo: 25351.912456/2018-01
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema nº 12.1 - Compêndios da Farmacopeia Brasileira
Assunto: Proposta de iniciativa sobre o Segundo Suplemento do Formulário de Fitoterápicos da Farmacopeia Brasileira 1ª edição
Área responsável: COFAR/GGMED
Diretor Relator: Willian Dib

DESPACHO Nº 85, DE 17 DE ABRIL DE 2018

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, no uso das atribuições que lhe conferem os inciso III e IV, do art. 15, da Lei nº 9.782, de 26 de janeiro de 1999, bem como o disposto no 53, IX, §§ 1º e 3º do Regimento Interno aprovado nos termos do Anexo I da Resolução da Diretoria Colegiada - RDC nº 61, de 3 de fevereiro de 2016, resolve aprovar proposta de iniciativa em Anexo bem como dar conhecimento e publicidade ao processo de elaboração de proposta de atuação regulatória da Agência, conforme fluxo aprovado em reunião realizada em 1º de novembro de 2016 e eu, Diretor-Presidente Substituto, determino a sua publicação.

FERNANDO MENDES GARCIA NETO

ANEXO

Processo nº: 25351.912637/2018-29
Agenda Regulatória 2017-2020: Tema n. 12.1
Assunto: Proposta de iniciativa sobre revisão da monografia de oxigênio da Farmacopeia Brasileira
Área responsável: COFAR/GGMED
Diretor Relator: William Dib

RETIFICAÇÃO

No Aresto n° 1.094, de 5 de abril de 2018, publicado no Diário Oficial da União n° 67, de 9 de abril de 2018, seção 1, pág. 94,

Onde se lê:

"Empresa: Grossmed Comercial de Produtos Médicos Ltda
CNPJ: 05.022.522/0001-08
Processo: 25351222790200899
Expediente: 1203510/16-6

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 460/2018 - CRTPS/Diare."

Leia-se:

"Empresa: Grossmed Comercial de Produtos Médicos Ltda
CNPJ: 05.022.522/0001-08
Processo: 25351222790200899
Expediente: 1203510/16-6

Decisão: A Diretoria Colegiada decidiu, por unanimidade, CONHECER e NEGAR provimento ao recurso, acompanhando a posição da relatoria que acata o parecer 460/2017 - CRTPS/Diare."

SECRETARIA DE ATENÇÃO À SAÚDE

PORTARIA CONJUNTA Nº 12, DE 11 DE ABRIL DE 2018

Aprova o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas da Mucopolissacaridose do tipo I.

O SECRETÁRIO DE ATENÇÃO À SAÚDE e o SECRETÁRIO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INSUMOS ESTRATÉGICOS, no uso de suas atribuições,

Considerando a necessidade de se estabelecerem parâmetros sobre a mucopolissacaridose do tipo I no Brasil e diretrizes nacionais para diagnóstico, tratamento e acompanhamento dos indivíduos com esta doença;

Considerando que os protocolos clínicos e diretrizes terapêuticas são resultado de consenso técnico-científico e são formulados dentro de rigorosos parâmetros de qualidade e precisão de indicação;

Considerando a Portaria nº 298/GM/MS, de 09 de fevereiro de 2018, que inclui no Regulamento Técnico do Sistema Nacional de Transplantes e compatibiliza na Tabela de Procedimentos, Medicamentos, Órteses, Próteses e Materiais Especiais do SUS a indicação de transplante mieloablativo alogênico aparentado e não aparentado de células-tronco hematopoéticas para tratamento da mucopolissacaridose dos tipos I e II e e amplia a faixa etária para indicação de transplante mieloablativoalogênico aparentado para tratamento da doença falciforme;

Considerando os registros de deliberação Nº 275/2017,Nº 303/2017 e Nº 310/2017 e os relatórios de recomendação Nº 293 - Julho/2017, Nº 321 - Novembro/2017 e Nº 329 - Janeiro/2018 da Comissão Nacional de Incorporação de Tecnologias no SUS (CONITEC), a busca e avaliação da literatura; e

Considerando a avaliação técnica do Departamento de Gestão e Incorporação de Tecnologias em Saúde (DGITS/SCTIE/MS), do Departamento de Assistência Farmacêutica e Insumos Estratégicos (DAF/SCTIE/MS) e do Departamento de Atenção Especializada e Temática (DAET/SAS/MS), resolvem:

Art. 1º Fica aprovado o Protocolo Clínico e Diretrizes Terapêuticas - Mucopolissacaridose do tipo I.

Parágrafo único. O Protocolo objeto deste artigo, que contém o conceito geral da mucopolissacaridose do tipo I, critérios de diagnóstico, critérios de inclusão e de exclusão, tratamento e mecanismos de regulação, controle e avaliação, disponível no sítio http://portalms.saude.gov.br/protocolos-e-diretrizes, é de caráter nacional e deve ser utilizado pelas Secretarias de Saúde dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na regulação do acesso assistencial, autorização, registro e ressarcimento dos procedimentos correspondentes.

Art. 2º É obrigatória a cientificação do paciente, ou de seu responsável legal, dos potenciais riscos e efeitoscolaterais relacionados ao uso de procedimento ou medicamento preconizados para o tratamento da mucopolissacaridose do tipo I.

Art. 3º Os gestores estaduais, distrital e municipais do SUS, conforme a sua competência e pactuações, deverão estruturar a rede assistencial, definir os serviços referenciais e estabelecer os fluxos para o atendimento dos indivíduos com essa doença em todas as etapas descritas no Anexo desta Portaria.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO
Secretário de Atenção à Saúde

MARCO ANTÔNIO DE ARAÚJO FIREMAN
Secretário de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos

PORTARIA Nº 397, DE 9 DE ABRIL DE 2018

Atualiza a habilitação da Maternidade Professor Jose Maria de Magalhães Neto do Município de Salvador - BA como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em GAR - Tipo 2.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 216/SAS/MS, de 25 de junho de 2009, que habilita a unidade Hospitalar Maternidade Professor José Maria de Magalhães Neto - SESAB - Salvador/BA, como integrante do sistema estadual de referência hospitalar para atendimento à Gestante de Alto Risco;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800095

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 3.060/GM/MS, de 21 de dezembro de 2011, que aprova a Etapa I do Plano de Ação da Rede Cegonha do Estado do da Bahia e aloca recursos financeiros para sua implementação;

Considerando a Portaria nº 889/SAS/MS, de 8 de agosto de 2013, que inclui habilitações na Tabela de Habilitações do Sistema de Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e inclui incentivos na Tabela de Incentivos às Redes no SCNES;

Considerando Anexo II - Rede Cegonha - da Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando o Título III - das Diretrizes de organização da Atenção à Saúde na Gestação de Alto Risco - do Capítulo IV do Anexo II da Portaria de Consolidação n° 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução nº 318/2011, de 06 de dezembro de 2011, da Comissão Intergestores Bipartite do Estado da Bahia; e

Considerando a avaliação técnica da Coordenação-Geral de Saúde das Mulheres - CGSMU/DAPES/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica atualizada a habilitação do estabelecimento de saúde a seguir descrito, como Referência Hospitalar na Atenção à Saúde em GAR - Tipo 2:

BAHIA

Município	Salvador/BA
Estabelecimento de Saúde	Maternidade Professor Jose Maria de Magalhães Neto
CNES	3956369
Nível de Referência	Tipo 2
Código de Habilitação	14.14
Nº de leitos GAR	80

Parágrafo único. O estabelecimento de saúde está sujeito à avaliação por técnicos da Secretaria de Atenção à Saúde (SAS/MS) e, no caso de descumprimento dos requisitos estabelecidos nas mencionadas Portarias, poderá ter suspensos os efeitos de sua habilitação.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à dezembro/2017.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 401, DE 9 DE ABRIL DE 2018

Defere, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Comunidade Terapêutica Gênesis, com sede em Rio Verde (GO).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a Nota Técnica nº 121/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.209612/2013-10, que concluiu, na fase recursal, pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei n° 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida, em grau de Reconsideração, a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela execução de ações exclusivamente de promoção da saúde voltadas para pessoas com transtornos decorrentes de uso, abuso ou dependência de drogas, desde que comprovem a aplicação de, no mínimo, 20% (vinte por cento) de sua receita bruto em ações de gratuidade, em conformidade com o art. 8-B da Lei 12.101, de 2009, da Comunidade Terapêutica Gênesis, CNPJ nº 00.252.574/0001-57, com sede em Rio Verde (GO).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Fica sem efeito a Portaria 1.691/SAS/MS, de 24 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 226, de 25 de novembro de 2016, Seção 1, página 39.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 405, DE 10 DE ABRIL DE 2018.

Remaneja recurso do limite financeiro anual do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, destinado ao custeio da Nefrologia no Estado de Minas Gerais.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde, e

Considerando o Ofício nº 4, de 7 de fevereiro de 2018, da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, resolve:

Art. 1º Fica remanejado recurso do limite financeiro anual do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde da Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar, do Componente Fundo de Ações Estratégicas e Compensação - FAEC, no valor de R$ 1.459.189,20 (um milhão, quatrocentos e cinquenta e nove mil, cento e oitenta e nove reais e vinte centavos), da Gestão Municipal de Saúde de Paracatu/MG (IBGE 314700), para a Gestão Estadual de Saúde de Minas Gerais (IBGE 310000), destinado ao custeio da Nefrologia.

Art. 2º O remanejamento não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art. 3º O Fundo Nacional de Saúde adotará as medidas necessárias para a transferência do valor mensal para o Fundo Municipal de Saúde e Fundo Estadual de Saúde até o limite estabelecido, após a apuração da produção no Banco de dados do Sistema de Informação Ambulatorial.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros na competência novembro 2017.

Art. 5º Fica sem efeito Portaria nº 136/SAS/MS, de 2 de janeiro de 2018, publicada no Diário Oficial da União nº 25, de 05 de fevereiro de 2018, Seção 1, páginas 70 e 71.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 406, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CORAÇÃO: 24.11

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 03 99 PR 24
II - denominação: Irmandade Santa Casa de Misericórdia de Curitiba
III - CNPJ: 76.613.835/0001-89
IV - CNES: 0015334
V - endereço: Praça Rui Barbosa, nº 694, Bairro: Centro, Curitiba/PR, CEP: 80.010-030.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 41 04 PR 05
II - denominação: Instituto de Neurologia de Curitiba
III - CNPJ: 00.942.063/0001-67
IV - CNES: 3160408
V - endereço: Rua Jeremias Maciel Perretto, nº 300, Bairro: Campo Comprido, Curitiba/PR, CEP: 81.210-310.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de coração à equipe de saúde a seguir identificada:

CORAÇÃO: 24.11

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 03 99 PR 26
II - responsável técnico: Marcely Gimenes Bonatto, cardiologista, CRM 29594;
III - membro: Francisco Diniz Affonso da Costa, cirurgião cardíaco, CRM 8448;
IV - membro: Marcelo Martins Baviera, anestesiologista, CRM 28346;
V - membro: Belize Keiko Arai, anestesiologista, CRM 28065;
VI - membro: Marisa Pizzichini de Paula, anestesiologista, CRM 10052;
VII - membro: Claudinei Collatusso, cirurgião cardíaco, CRM 19994;
VIII - membro: Daniele de Fátima Fornazari Collatusso, cirurgiã cardiovascular, CRM 24385;
IX - membro: Ruy Fernando Kuenzer Caetano da Silva, cirurgião torácico, CRM 22680.

Art. 4° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de válvula cardíaca humana à equipe de saúde a seguir identificada:

VÁLVULA CARDÍACA: 24.23

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 41 10 PR 07
II - responsável técnico: Francisco Diniz Affonso da Costa, cirurgião cardíaco, CRM 8448;
III - membro: Claudinei Colatusso, cirurgião cardíaco, CRM 19994;
IV - membro: Andrea Dumsch de Aragon Ferreira, cirurgiã cardíaco,
CRM 13612;
V - membro: Daniele de Fátima Fornazari Colatusso, cirurgiã cardíaco, CRM 24385;
VI - membro: Rafael Luiz Marchetti, cardiologista, CRM 27361

Art. 5° As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de um ano a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 6° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 407, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano aos estabelecimentos de saúde a seguir identificados:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARANÁ

I - Nº do SNT: 2 11 03 PR 03
II - denominação: Hospital Barigui de Oftalmologia
III - CNPJ: 74.062.019/0001-07
IV - CNES: 3087727
V - endereço: Rua Candido Hartmann, nº 1.712, Bairro: Merces, Curitiba/PR, CEP: 80.710-570.

I - Nº do SNT: 2 11 02 PR 05
II - denominação: Provisão - Hospital de Olhos de Maringá
III - CNPJ: 02.438.461/0001-76
IV - CNES: 2586452
V - endereço: Avenida XV de novembro, nº 1232, Bairro: Centro, Maringá/PR, CEP: 87.013-230.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800096

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PARANÁ

I - Nº do SNT 1 11 03 PR 04
II - responsável técnico: Pedro Modesto Piccoli, oftalmologista, CRM 5068;
III - membro: Artur Jose Schmitt, oftalmologista, CRM 18902;
IV - membro: Vanessa Maria Dabul, oftalmologista, CRM 16589;
V - membro: Andreza Hintz, oftalmologista, CRM 19354;
VI - membro: Fernanda Veronica Ribeiro Piccoli Schmitt, oftalmologista, CRM 20914;
VII - membro: Marina Carvalho Gulin, oftalmologista, CRM 27019.

I - Nº do SNT 1 11 02 PR 11
II - responsável técnico: Edna Emília Gomes da Motta Almodim , oftalmologista, CRM 7500;
III - membro: Leonardo Tamada Okimoto oftalmologista, CRM 24059;
IV - membro: Rodrigo Carvalho de Oliveira, oftalmologista, CRM 32575;
V - membro: Flavia Motta Almodin Camin, oftalmologista, CRM 34627.

Art. 3° As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de dois anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 4° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 408, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Concede autorização e renovação de autorização a estabelecimentos e equipes de saúde para retirada e transplante de órgãos.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando o disposto na Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, no Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, e tudo que diz respeito à concessão de autorização a equipes especializadas e estabelecimentos de saúde para a retirada e realização de transplantes ou enxertos de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

RETIRADA DE ÓRGÃOS E TECIDOS: 24.20

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT: 2 11 18 RJ 03
II - denominação: Hospital Barra Day - UTI Rio Serviços Médicos
III - CNPJ: 08.886.771/0002-59
IV - CNES: 6121705
V - endereço: Rua Conde de Porto Alegre, nº 271, Bairro: 25 de agosto, Duque de Caxias/RJ, CEP: 25.070-350.

Art. 2° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PERNAMBUCO

I - Nº do SNT: 2 11 06 AL 01
II - denominação: Hospital de Olhos Santa Luzia
III - CNPJ: 41.044.009/0001-81
IV - CNES: 2354888
V - endereço: Estrada do Encanamento, nº 909, Bairro: Casa Forte, Recife/PE, CEP: 52.070-000.

Art. 3° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e alogênico não aparentado ao estabelecimento de saúde a seguir identificado:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

MINAS GERAIS

I - Nº do SNT: 2 21 99 MG 14
II - denominação: Hospital das Clínicas da Universidade Federal de Minas Gerais
III - CNPJ: 15.126.437/0015-49
IV - CNES: 0027049
V - endereço: Avenida Alfredo Balena nº 110, Bairro: Santa Efigênia, Belo horizonte/MG, CEP: 30.130-100.

Art. 4° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 11 18 RJ 06
II - responsável técnico: Leila de Castro Morais, oftalmologista, CRM 52923435;

I - Nº do SNT 1 11 18 RJ 08
II - responsável técnico: Sérgio Kandelman, oftalmologista, CRM 5200551856;

I - Nº do SNT 1 11 18 RJ 09
II - responsável técnico: Ana Carolina Vieira Medina Coeli, oftalmologista, CRM 52739588;

Art. 5° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de tecido músculo esquelético às equipes de saúde a seguir identificadas:

TECIDO MÚSCULO ESQUELÉTICO: 24.22

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 12 18 RJ 07
II - responsável técnico: Arthur Shioji Ferradosa, ortopedista e traumatologista, CRM 52721085.

SÃO PAULO

I - Nº do SNT 1 12 18 SP 15
II - responsável técnico: Fellipe Takatsu, ortopedista e traumatologista, CRM 157307.

Art. 6° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 18 SP 14
II - responsável técnico: Sérgio Costa Fortier, hematologista e hemoterapeuta, CRM 122585;

Art. 7° Fica concedida autorização para realizar retirada e transplante de medula óssea autogênico, alogênico aparentado e não aparentado à equipe de saúde a seguir identificada:

MEDULA ÓSSEA AUTOGÊNICO: 24.01

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO APARENTADO: 24.02

MEDULA ÓSSEA ALOGÊNICO NÃO APARENTADO: 24.03

SÃO PAULO

I - Nº do SNT: 1 21 18 SP 13
II - responsável técnico: Andreza Alice Feitosa Ribeiro, hematologista e hemoterapeuta, CRM 63404;

Art. 8° Fica concedida renovação de autorização para realizar retirada e transplante de tecido ocular humano às equipes de saúde a seguir identificadas:

CÓRNEA/ESCLERA: 24.07

PERNAMBUCO

I - Nº do SNT 1 11 98 PE 01
II - responsável técnico: João Eudes Tavares, oftalmologista, CRM 5125;
III - membro: Cecília Sales Pires Mafra, oftalmologista, CRM 14860;
IV - membro: Adriana Pecorare Xavier, oftalmologista, CRM 14398;
V - membro: Manuela Maria Valença Cordeiro Barbosa, oftalmologista, CRM 14715;
VI - membro: Elisa Martins Barbosa de Vasconcelos, oftalmologista, CRM 24368;
VII - membro: Natália Silva de Mesquita Parente, oftalmologista, CRM 17993.

RIO GRANDE DO SUL

I - Nº do SNT 1 11 02 RS 22
II - responsável técnico: Marcus Brun Valenti, oftalmologista, CRM 11696;
III - membro: Gino Francisco Neira Del Ben, oftalmologista, CRM 19034;

I - Nº do SNT 1 11 08 RS 02
II - responsável técnico: Thomaz Rigon, oftalmologista, CRM 38111;
III - membro: Claudia Gallicchio Domingues, oftalmologista, CRM 21614;
IV - membro: Leticia Frossard de Assis Bocchese, oftalmologista, CRM 34683.

Art. 9° As autorizações e renovações de autorizações concedidas por meio desta Portaria - para equipes especializadas e estabelecimentos de saúde - terão validade de quatro anos a contar desta publicação, em conformidade com o estabelecido nos §§ 4º, 5º, 6º, 7° e 8º do art. 11 do Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017.

Art. 10 Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 409, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Inclui membro em equipe de transplante.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, que dispõe sobre a remoção de órgãos, tecidos e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando o Decreto nº 9.175, de 18 de outubro de 2017, que regulamenta a Lei nº 9.434, de 4 de fevereiro de 1997, para tratar da disposição de órgãos, tecidos, células e partes do corpo humano para fins de transplante e tratamento;

Considerando da Portaria de Consolidação nº 4/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os sistemas e os subsistemas do Sistema Único de Saúde; e

Considerando a manifestação favorável da respectiva Secretaria Estadual de Saúde/Central de Notificação, Captação e Distribuição de Órgãos em cujos âmbitos de atuação se encontram as equipes especializadas e estabelecimentos de saúde, resolve:

Art. 1º Fica incluído na equipe de transplante habilitada pela Portaria nº 943/SAS/MS, de 8 de agosto de 2016, publicada no Diário Oficial da União nº 152, de 9 de agosto de 2016, seção 1, página 32, o membro a seguir:

CORAÇÃO: 24.11

RIO DE JANEIRO

I - Nº do SNT 1 03 07 RJ 21
II - membro: Rafael Borges Gomes, cirurgião cardiovascular, CRM 52816000.

Art. 2° Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 411, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Habilita o Hospital São João Batista, como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia e desabilita a Nefron Pratense como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia, no Município de Nova Prata/RS.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria de Consolidação nº 2/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as políticas nacionais de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800097

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Considerando a Portaria nº 3.992, de 28 de dezembro de 2017, que altera a Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços públicos de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Resolução - RDC nº.11, de 13 de março de 2014, que dispõe sobre os requisitos de boas práticas para o funcionamento dos serviços de diálise;

Considerando a manifestação da Secretaria de Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, bem como a Resolução nº 404, de 04 de setembro de 2017, da Comissão intergestores Bipartite, e

Considerando a avaliação da Secretaria de Atenção à Saúde do Departamento de Atenção Especializada e Temática - Coordenação-Geral de Atenção Especializada, resolve:

Art. 1º Fica desabilitada como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia, código 15.01, o estabelecimento de saúde a seguir descrito:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF/GESTÃO
03.814.719/0001-54	2240688	NEFRON PRATENSE /NOVA PRATA/RS/MUNICIPAL

Art. 2º Fica habilitado como Unidade de Assistência de Alta Complexidade em Nefrologia com hemodiálise e diálise peritoneal, códigos 15.04 e 15.05, o estabelecimento de saúde a seguir descrito:

CNPJ	CNES	Nome /Razão Social/Município/UF
91.616.805/0001-10	2241161	HOSPITAL SAO JOAO BATISTA/NOVA PRATA/RS/MUNICIPAL

Art. 3º A habilitação não acarretará impacto financeiro para o Ministério da Saúde.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 416, DE 12 DE ABRIL DE 2018

Habilita a Santa Casa - Tupã (SP) e desabilita o Hospital São Francisco - Tupã (SP), como Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Colo do Útero SRC.

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Portaria de Consolidação nº 3/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre as redes do Sistema Único de Saúde;

Considerando a Seção XIII - Dos Critérios de Qualificação das Unidade de Terapia Intensiva Coronariana (UCO) para receberem o Custeio Diferenciado de 800 Reais da Portaria de Consolidação nº 6/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde do Sistema Único de Saúde;

Considerando a manifestação favorável da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo e a aprovação no âmbito da Comissão Intergestores Bipartite, por meio das Deliberações CIB-SP nº 87, de 08 de dezembro de 2016 e nº 08 de 19 de fevereiro de 2018;

Considerando a avaliação da Coordenação-Geral de Atenção Especializada do Departamento de Atenção Especializada e Temática da Secretaria de Atenção à Saúde - CGAE/DAET/SAS/MS, resolve:

Art. 1º Fica desabilitado o Hospital São Francisco como Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Colo do Útero SRC (código 17.19).

Estabelecimento	CNES	Habilitação	CNPJ
Hospital São Francisco - Tupã/SP	2080672	SRC Tipo II	54.722.822/0001-05

Art. 2º Fica habilitada a Santa Casa de Misericórdia de Tupã/SP como Serviço de Referência para Diagnóstico de Câncer de Colo do Útero SRC (código 17.19).

Estabelecimento	CNES	Habilitação	CNPJ
Santa Casa - Tupã/SP	2080664	SRC Tipo II	72.547.623/0001-90

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 418, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Defere a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Rita do Passa Quatro, com sede em Santa Rita do Passa Quatro (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 277/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.054544/2018-50, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Concessão do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Santa Rita do Passa Quatro, CNPJ nº 56.927.809/0001-18, com sede em Santa Rita do Passa Quatro (SP).

Parágrafo único. A Concessão terá validade pelo período de 3 (três) anos a contar da data de publicação no Diário Oficial da União - DOU.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

PORTARIA Nº 419, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Defere a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, da Casa da Criança Betinho Lar Espírita para Excepcionais, com sede em São Paulo (SP).

O Secretário de Atenção à Saúde, no uso de suas atribuições,

Considerando a Lei n° 12.101, de 27 de novembro de 2009 e suas alterações, que dispõe sobre a certificação das entidades beneficentes de assistência social, regulamentada pelo Decreto nº 8.242, de 23 de maio de 2014;

Considerando a Portaria nº 2.500/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que dispõe sobre a elaboração, a proposição, a tramitação e a consolidação de atos normativos no âmbito do Ministério da Saúde;

Considerando a competência prevista no art. 142 da Portaria de Consolidação nº 1/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde; e

Considerando o Parecer Técnico nº 274/2018-CGCER/DCEBAS/SAS/MS, constante do Processo nº 25000.001494/2018-16, que concluiu pelo atendimento dos requisitos constantes da Lei nº 12.101 de 27 de novembro de 2009, suas alterações e demais legislações pertinentes, resolve:

Art. 1º Fica deferida a Renovação do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social, pela prestação anual de serviços ao SUS no percentual mínimo de 60% (sessenta por cento), da Casa da Criança Betinho Lar Espírita para Excepcionais, CNPJ nº 62.827.860/0001-50, com sede em São Paulo (SP).

Parágrafo único. A Renovação tem validade pelo período de 26 de agosto de 2018 à 25 de agosto de 2021.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO DE ASSIS FIGUEIREDO

SECRETARIA DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE

PORTARIA Nº 159, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Altera o Anexo da Portaria nº 560/SGTES/MS, de 26 de dezembro de 2016, que divulga a lista dos nomes e respectivos registros únicos de médicos intercambistas participantes do Projeto Mais Médicos para

O SECRETÁRIO DE GESTÃO DO TRABALHO E DA EDUCAÇÃO NA SAÚDE, no uso da atribuição que lhe confere o art. 56, do Anexo I do Decreto nº 8.901, de 10 de novembro de 2016, e das atribuições pertinentes ao Projeto Mais Médicos para o Brasil, nos termos do art. 16, § 3º, da Lei nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, do art. 1º, § 1º, do Decreto nº 8.126, de 22 de outubro de 2013, e dos arts. 6º e 7º da Portaria nº 2.477/GM/MS, de 22 de outubro de 2013, resolve:

Art. 1º O Anexo da Portaria nº 560/SGTES/MS, de 26 de dezembro de 2016, passa a vigorar com as alterações constantes no anexo desta portaria.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ROGÉRIO LUIZ ZERAIK ABDALLA

ANEXO

PROCESSO	NOME	RMS	UF	MUNICÍPIO
25000.193213/2016-72	LEANDRIS ALMIRA CUENCA	2301232	CE	PENTECOSTE

Ministério das Cidades

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

No preâmbulo da Portaria nº 269, de 13 de abril de 2018, publicada no DOU de 16 de abril de 2018, Seção 1, página 44, onde se lê: "art. 25 da Medida Provisória nº 782, de 31 de maio de 2017", leia-se: "Lei nº 13.502, de 1º de novembro de 2017"; e no caput do art. 2º, onde se lê: "48 horas", leia-se: "2 (dois) dias úteis".

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800098

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério de Minas e Energia

GABINETE DO MINISTRO

RETIFICAÇÃO

Na Portaria MME nº 121, de 4 de abril de 2018, publicada no Diário Oficial da União, de 6 de abril de 2018, seção 1, páginas 156 e 157, no art. 3º, onde se lê: "§ 4º ... nos termos do § 2º, ...", leia-se: "§ 4º ... nos termos do § 3º, ..."; e onde se lê: "§ 5º ... nos termos do § 2º, ...", leia-se: "§ 5º ... nos termos do § 3º, ...".

AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA

RESOLUÇÃO HOMOLOGATÓRIA Nº 2.384, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O DIRETOR-GERAL DA ANEEL, com base no art. 16, IV, do Regimento Interno da ANEEL, resolve:

Processo nº 48500.001364/2018-30. Interessados: Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto Ltda - CERRP, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, Energisa Sul-Sudeste Distribuidora de Energia S.A - ESS, Companhia Paulista de Força e Luz - CPFL Paulista, concessionárias e permissionárias de distribuição, consumidores, usuários e agentes do Setor. Objeto: Homologa o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2018 da Cooperativa de Eletrificação Rural da Região de São José do Rio Preto Ltda - CERRP, a vigorar a partir de 15 de abril de 2018, e dá outras providências. A íntegra desta Resolução e de seus anexos estão juntados aos autos e disponíveis no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

ROMEU DONIZETE RUFINO

RETIFICAÇÃO

Na íntegra da Resolução Homologatória n. 2.313, de 17 de outubro de 2017, com resumo publicado no DOU n. 202, de 20 de outubro de 2017, Seção 1, página 179, constante do Processo n. 48500.005482/2016-55, incluir na tabela 1 as tarifas de distribuição no Subgrupo A2 que foram disponibilizadas no endereço eletrônico http://www.aneel.gov.br/biblioteca/.

SUPERINTENDÊNCIA DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE GERAÇÃO

DESPACHOS DE 16 DE ABRIL DE 2018

Nº 837 - Processos nº 48500.000252/2015-19, 48500.000248/2015-51, 48500.000247/2015-14, 48500.000259/2015-31, 48500.000409/2015-14 e 48500.000429/2015-87. Interessados: Alupar Investimento S/A e Tradener Ltda. Decisão: (i) determinar que a Alupar Investimento S/A adeque as vazões de projeto dos vertedouros da PCH COR 232, PCH COR 207, PCH COR 194 e PCH COR 174, sendo que estas vazões não poderão ser inferiores as vazões de projeto, respectivamente, da UHE Corumbá III, PCH COR 223, PCH COR 201 e PCH COR 181, acrescidas das vazões correspondentes aos incrementais de área de drenagem entre os aproveitamentos, conforme análise que consta da Nota Técnica nº 159/2018-SCG/ANEEL; (ii) determinar que a Tradener Ltda. adeque as vazões de projeto dos vertedouros da PCH 108 e PCH 125 para as vazões correspondentes à cheia decamilenar, conforme consta da Nota Técnica nº 159/2018-SCG/ANEEL; (iii) o atendimento aos itens (i) e (ii) deve ocorrer mediante a reapresentação dos respectivos Projetos Básicos e Sumários Executivos devidamente adequados; (iv) notificar a Alupar Investimento S/A e a Tradener Ltda. de que, caso não cumpram o disposto nos itens (i) e (ii) respectivamente, haverá declaração de não adequabilidade dos Projetos Básicos e Sumários Executivos referentes à PCH COR 232, PCH COR 207, PCH COR 194, PCH COR 174, PCH 108 e PCH 125, o que implicará na disponibilização destes eixos para quaisquer interessados, conforme §2º do Art. 12 da Resolução Normativa nº 673, de 4 de agosto de 2015.

Nº 838 - Processos nº 48500.005592/2016-17. Interessada: Bela Vista Energética S.A. Decisão: alterar, a pedido da interessada, a denominação da Usina Termelétrica Ceni, outorgada pela Resolução Autorizativa nº 6.485, de 11 de julho de 2017, c/c Resolução Autorizativa nº.6.865, de 20 de fevereiro de 2018, de titularidade da empresa BVE - Bela Vista Energética S.A., para UTE BVE.

Nº 839 - Processo nº 48500.004946/2017-97. Interessado: KL Serviços de Engenharia. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 3.092 de 21 de setembro de 2017, referente à UFV Malhada I, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração UFV.RS.RN.037890-9.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 33.930 kW para 33.300 kW, localizada no município de Assú, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 840 - Processo nº 48500.004945/2017-97. Interessado: KL Serviços de Engenharia. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 3.093 de 21 de setembro de 2017, referente à UFV Malhada II, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração FV.RS.RN.037891-7.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 30.530 kW para 29.970 kW, localizada no município de Assú, no estado do Rio Grande do Norte.

Nº 841 - Processo nº 48500.004944/2017-97. Interessado: KL Serviços de Engenharia. Decisão: Alterar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 3.094 de 21 de setembro de 2017, referente à UFV Malhada III, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração UFV.RS.RN.037892-5.01, a fim de contemplar a alteração da Potência Instalada, de 54.280 kW para 49.950 kW, localizada no município de Assú, no estado do Rio Grande do Norte.

A íntegra destes Despachos consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HÉLVIO NEVES GUERRA
Superintendente

DESPACHO Nº 844, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Processo nº 48500.004941/2017-97. Interessado: KL Serviços de Engenharia. Decisão: Revogar o Despacho de Recebimento do Requerimento de Outorga (DRO) nº 3.097, de 21 de setembro de 2017, referente ao Registro de Requerimento de Outorga (DRO) da UFV Malhada VI, cadastrada sob o Código Único de Empreendimentos de Geração (CEG) UFV.RS.RN.037895-0.01, de titularidade da KL Serviços de Engenharia, inscrita no CNPJ nº 06.022.644/0001-67, localizada no município de Assú, no estado do Rio Grande do Norte.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e encontra-se disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

HELVIO NEVES GUERRA
Superintendente

RETIFICAÇÃO

Na íntegra e no resumo do Despacho nº 762, publicado no DOU, de 13 de abril de 2018, seção 1, p. 79, edição nº 71, constante do Processo nº 48500.005661/2016-92, onde se lê "(UTE) Santana do Araguaia", leia-se "(UTE) Santana do Araguaia - CEPA", e, onde se lê: "da empresa Soenergy Sistemas Internacionais de Energia S.A.", leia-se: "das empresas Soenergy Sistemas Internacionais de Energia S.A. e Guascor do Brasil Ltda.".

SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO TARIFÁRIA

DESPACHO Nº 866, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Processo n. 48500.004583/2017-90. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas referentes ao encargo da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para o mês de FEVEREIRO de 2018. Prazo para recolhimento: até o dia 10 de MAIO de 2018.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

DESPACHO Nº 867, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Processo n. 48500.005561/2017-47. Interessados: Concessionárias de transmissão, consumidores livres e autoprodutores e Eletrobrás. Decisão: Fixar os valores das quotas de custeio referentes ao Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA, para o mês de JUNHO de 2018. Prazo para recolhimento: até o dia 10 de MAIO de 2018.

A íntegra deste Despacho está juntada aos autos e estará disponível no endereço eletrônico www.aneel.gov.br/biblioteca.

DAVI ANTUNES LIMA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

DESPACHO Nº 831, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 48500.002011/2017-76. Interessados: Celesc Distribuição S.A. - CELESC-D. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 688.349,56 (seiscentos e oitenta e oito mil, trezentos e quarenta e noventa reais e cinquenta e seis centavos), referente à realização do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento, código PD-5697-1108/2010; e (ii) declarar o encerramento deste projeto.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

DESPACHO Nº 832, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 48500.001333/2018-89. Interessados: Companhia Energética de Pernambuco - Celpe. Decisão: (i) reconhecer o total de R$ 9.456.623,90 (nove milhões, quatrocentos e cinquenta e seis mil, seiscentos e vinte e três reais e noventa centavos), referente à realização do Projeto de Eficiência Energética, código PE-0043-0048/2013; e (ii) declarar o encerramento deste projeto.

A íntegra deste Despacho consta dos autos e estará disponível em www.aneel.gov.br/biblioteca.

AILSON DE SOUZA BARBOSA
Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO DOS SERVIÇOS DE DISTRIBUIÇÃO

DESPACHO Nº 829, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Processo nº: 48500.003673/2011-78. Decisão: publicar a tabela de referência elaborada pela ELETROBRAS com os custos diretos, em R$, do ramal de conexão, do kit de instalação interna e do padrão de entrada, para o cálculo da subvenção econômica com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, para as instalações realizadas no período de 1º de abril a 30 de junho de 2018.

A íntegra deste Despacho e seu anexo estarão disponíveis em www.aneel.gov.br/biblioteca.

CARLOS ALBERTO CALIXTO MATTAR
Superintendente

AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS

DIRETORIA II

SUPERINTENDÊNCIA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

DESPACHO Nº 492, DE 17 DE ABRIL DE 2018

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo 48610.007754/2013-61, resolve:

Alterar o nome da Instituição e da Unidade de Pesquisa credenciada sob o nº 071/2014, originalmente denominadas Instituto Sintef do Brasil, CNPJ nº 13.179.406/0001-25, que passam a ser denominadas Instituto ISDB Flowtech.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

LUCIANA MARIA SOUZA DE MESQUITA

DESPACHO Nº 493, DE 17 DE ABRIL DE 2018

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo nº 48610.002461/2018-01, resolve:

Aprovar o credenciamento nº 0796/2018 da Unidade de Pesquisa LACRO - Laboratório de Cromatografia, vinculada à Universidade Federal Fluminense - UFF, CNPJ nº 28.523.215/0001-06.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

LUCIANA MARIA SOUZA DE MESQUITA

DESPACHO Nº 494, DE 17 DE ABRIL DE 2018

A SUPERINTENDENTE-ADJUNTA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DA AGÊNCIA NACIONAL DO PETRÓLEO, GÁS NATURAL E BIOCOMBUSTÍVEIS - ANP, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria ANP nº 254, de 8 de julho de 2014, e no que consta no processo 48610.009260/2014-01, resolve:

Aprovar a alteração do nome da unidade de pesquisa Centro de Ciências Exatas e Tecnologia, credenciada sob o nº 568/2015, vinculada à FUNDACAO UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL - UCS, CNPJ nº 88.648.761/0001-03, que passa a ser denominada unidade de pesquisa Área do Conhecimento de Ciências Exatas e Engenharias.

A íntegra deste despacho consta dos autos e estará disponível na página de legislação da ANP em www.anp.gov.br/wwwanp/legislacao.

LUCIANA MARIA SOUZA DE MESQUITA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800099

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CENTRAIS ELÉTRICAS BRASILEIRAS S/A

BALANÇO PATRIMONIAL (*)

COMPANHIA ABERTA - CNPJ Nº 00.001.180/0001-26

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2017

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

Wilson Ferreiar Junior
Presidente da Eletrobras

O ano de 2017 foi marcado por profundas mudanças na Eletrobras. Em 21 de agosto de 2017, o Ministério de Minas e Energia anunciou ao mercado a intenção de democratizar o capital da Eletrobras. Este fato foi o grande destaque de 2017 e, certamente, vai monopolizar a atenção de nossos públicos de interesse durante 2018, em especial acionistas, investidores, empregados e imprensa. A democratização do capital da empresa é o caminho natural para garantir que as transformações iniciadas no Plano Diretor de Negócios e Gestão 2017-2021 e reafirmadas no "Desafio 22: Excelência Sustentável", o PDNG 2018-2022, sejam, de fato, sustentáveis ao longo do tempo.

Norteado pelo Plano Estratégico 2015-2030 (PE 2015-2030), o PDNG 2018-2022 manteve três pilares estratégicos do PDNG anterior: Governança e Conformidade; Disciplina Financeira; e Excelência Operacional. A esses, foram adicionados mais dois pilares, acrescentados pela administração da empresa por serem considerados temas relevantes no momento de transformação por que passa a Eletrobras: Valorização das Pessoas e Atuação Sustentável. Este último surge como contribuição da Eletrobras para a implementação da Agenda 2030 no Brasil, por meio da priorização de alguns Objetivos do Desenvolvimento Sustentável ("ODS").

O acerto do PDNG 2017-2021, que justifica a sua continuação no Desafio 22, se traduz em números. A companhia saiu de uma relação Dívida Líquida/Ebitda ajustado de 6,7 em dezembro de 2016 para 3,7 em dezembro de 2017, e mantém a meta de reduzi-la para menos de três no fim de 2018. Destaca-se em 2017 a implementação do Plano de Aposentadoria Extraordinária e Plano de Demissão Voluntária Extraordinário da CGTEE a partir do qual desligamos 2.055 pessoas (84% da meta), representando uma economia anual esperada de 855 milhões (90% da meta). Também realizamos um corte de 758 funções gratificadas, o que trouxe mais de R$ 74 milhões de redução de custos associados em 2017.

Além da redução de custos, o PDNG atingiu importantes avanços em nossa governança, como a criação de um canal de denúncias externo, unificado e independente, que começou a operar em agosto de 2017, reforçando a conformidade da companhia.

Outro avanço a destacar foi a aprovação, pelo Conselho de Administração, do início da reestruturação societária entre as empresas Eletrosul e CGTEE, visando à obtenção de sinergia operacional, tributária, econômica e financeira.

Também prevista no PDNG 2018-2022, a privatização de nossas empresas distribuidoras de energia foi preparada. Em 2018, as empresas Eletrobras Distribuição Amazonas, Acre, Roraima, Rondônia, Alagoas e Piauí serão privatizadas, permitindo à Eletrobras manter seu foco em geração e transmissão. A venda de participações em Sociedades de Propósito Específico (SPEs) também foi preparada, com a dação em pagamento de participações das subsidiárias à holding e expectativa de ocorrência do leilão de venda ainda no primeiro semestre de 2018.

Ao longo de 2017, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("Procel") – do governo federal e executado pela Eletrobras – iniciou a execução do seu primeiro Plano de Aplicação de Recursos, que abrange os segmentos educacional, industrial, de edificações, iluminação pública, gestão energética municipal e saneamento ambiental, além de prever ações de divulgação de informações e desenvolvimento do Selo Procel de Economia de Energia.

Demos ainda um importante passo a fim de aprimorar nossas práticas de governança corporativa em atendimento à Lei nº 13.303/16, ("Lei de Responsabilidade das Estatais") e ao Decreto nº 8.945/16, ao promover uma reforma integral do estatuto social da Eletrobras, bem como o estabelecimento de política de alçada única, para todo o grupo.

Dezembro de 2017 marcou a entrada em operação do primeiro bipolo do sistema de transmissão de Belo Monte, com dois meses de antecedência frente ao prazo estipulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("Aneel"). Com 2,1 mil km de extensão, o empreendimento, responsabilidade da Belo Monte Transmissora de Energia S.A., é uma linha de ultra-alta tensão em corrente contínua, ligando a subestação de Xingu (PA) à subestação de Estreito (MG), e tem capacidade de transmitir até 4 mil MW.

A malha de linhas de transmissão da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2017, agregou mais 1.475 km de linhas de transmissão corporativas e em parceria a seu parque transmissor.

No total de investimentos, a Eletrobras realizou R$ 1,6 bilhão, sendo R$ 1,0 bilhão em investimentos corporativos e R$ 0,6 bilhão através de participações em Sociedades de Propósito Específico (SPEs).

Já em geração, em 2017, a Eletrobras, por meio de investimentos corporativos ou através de SPEs, investiu R$ 2,5 bilhões, sendo R$ 1,5 bilhão relacionado a investimentos em SPEs.

Um dos destaques foi a entrada em operação da usina térmica Mauá 3, no Amazonas, cuja capacidade instalada é 591 MW.

Além disso, foram investidos R$ 167 milhões em pesquisa, infraestrutura e qualidade ambiental.

Em relação aos destaques nas ações socioambientais, podemos ressaltar a assinatura da Carta Aberta "Setor Privado Apoia a Precificação de Carbono no Brasil". Trata-se de documento de apoio do setor privado à precificação de carbono, elaborada pela Iniciativa Empresarial em Clima, com apoio da *Carbon Pricing Leadership Coalition* (CPLC), do Banco Mundial. Destacamos também a adesão ao "Posicionamento sobre mecanismos de precificação de carbono", documento lançado em 2016 pela Iniciativa Empresarial em Clima.

Os resultados obtidos foram reconhecidos no mercado. Em novembro, a Eletrobras obteve a Certificação do Indicador de Governança - IG-SEST Nível 1 (nível de excelência). O indicador é uma inovação desenvolvida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais para trazer mais efetividade e transparência no acompanhamento das boas práticas de governança pelas empresas estatais.

Todos esses resultados e reconhecimentos alcançados foram possíveis graças ao comprometimento de nossos empregados, que se engajaram nesse processo de transformação da companhia. Além deles, nossos demais *stakeholders* acreditaram nos planos da administração e deram todo o apoio para que pudéssemos trabalhar e apresentar os dados que estão neste relatório. Ao tempo em que agradecemos esse apoio e esse engajamento, destacamos que eles são primordiais para a superação dos desafios que se apresentam em 2018.

José Guimarães Monforte
Presidente do Conselho de Administração

Em novembro de 2017, a Eletrobras obteve a Certificação do Indicador de Governança - IG-SEST Nível 1 (nível de excelência), uma inovação desenvolvida pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ("SEST"), para trazer mais efetividade e transparência no acompanhamento das boas práticas de governança pelas empresas estatais federais.

Em março de 2018, presenciamos a certificação da Eletrobras no Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão. A certificação foi obtida após o atendimento às seis medidas obrigatórias – aprimoramentos ao conteúdo do Formulário de Referência; instalação de Área de Compliance, Controles Internos e Riscos; Auditoria Interna e Comitê de Auditoria Estatutário; Política de Transações com Partes Relacionadas; Requisitos Mínimos para Indicação de Administradores; Análise do Perfil do Titular da Área de Compliance e da Auditoria Interna – e obtenção de 50 em 60 pontos possíveis nas medidas opcionais.

Esses dois exemplos vigorosos, que fortalecem a governança da Eletrobras e protegem-na de práticas que possam colocar em dúvida a sua integridade, mostram que o trabalho que vem sendo realizado na empresa, tanto por parte dos colaboradores, quanto por parte da Diretoria Executiva e também do Conselho de Administração, tem sido feito com excelência e compromisso com o resultado.

As duas certificações, também, são parte de algo maior: o "Desafio 21: Excelência Sustentável", o Plano Diretor de Negócios e Gestão 2017-2021, e sua evolução natural, o "Desafio 22", PDNG que compreende o período 2018-2022.

De fato, a busca pelo fortalecimento da governança da companhia tem sido quase uma obsessão para este Conselho, que apoia ativamente a Diretoria Executiva da Eletrobras em seu trabalho de recuperação da companhia.

O reconhecimento do mercado é fundamental para o resgate de nossa credibilidade. Isso se reflete também no aumento de nosso valor de mercado, na redução de nosso endividamento, na redução de custos e na melhoria operacional da Eletrobras. Reflete-se, ainda, nas demais empresas controladas pela Holding, hoje trabalhando de forma integrada.

Todas as mudanças pelas quais a empresa passou no último ano prepararam-na, também, para enfrentar o grande desafio da desestatização, proposto por seu acionista majoritário, o governo federal, em agosto de 2017.

De fato, consideramos que o modelo proposto pelo governo é o único capaz de garantir que as mudanças implementadas na Eletrobras sejam sustentáveis no tempo. Mais que isso, é o único caminho possível para permitir que a Eletrobras volte a investir e não perca sua relevância no cenário nacional. Caso aprovada pelo Congresso Nacional, a desestatização vai transformar a Eletrobras numa grande corporação mundial, que permitirá aos brasileiros voltarem a sentir orgulho desta grande empresa.

Há muito trabalho pela frente, mas os desafios superados em 2017 provam que a companhia é capaz de responder com coragem, agilidade e eficiência às mudanças exigidas pelo espírito do tempo.

2. PERFIL DA ELETROBRAS

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. ("Eletrobras" ou "Companhia"), constituída pela Lei nº 3.890-A, datada de 11 de junho de 1962, sob a forma de sociedade por ações de capital misto, tem como atribuição a promoção de estudos, projetos de construção e operação de usinas de geração, linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração dos atos de comércio decorrentes dessas atividades, como a comercialização de energia elétrica, fazendo com que a Eletrobras passasse a contribuir decisivamente para a expansão da oferta de energia elétrica e o desenvolvimento do país.

Alinhada à "Lei de criação da Eletrobras" e na "Lei das Estatais" que define a função social das empresas públicas ou sociedades de economia mista, a companhia é responsável pela administração de programas de governo voltados para o desenvolvimento do setor elétrico, como o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("Procel"), o Programa Nacional de Universalização do Acesso e Uso da Energia Elétrica ("Luz para Todos") e o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa").

Até abril de 2017, a Eletrobras também foi a responsável pela gestão dos fundos governamentais setoriais denominados Reserva Global de Reversão ("RGR"), Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") e Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), conforme Medida Provisória nº 735/16 convertida na Lei nº 13.360/16 a qual estabeleceu que, a partir de 1º de maio de 2017, os referidos fundos seriam transferidos para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

Além disso, a Eletrobras exerce importante papel na integração energética da América Latina, sendo o agente do governo responsável pelos projetos binacionais como Itaipu e interligações fronteiriças com Argentina (Estação Conversora de Uruguaiana) e Paraguai (estação Conversora de Rivera) além de promover um papel de apoio em pesquisas de interesse do setor elétrico, realizado através do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica ("Cepel").

A Eletrobras, em 31 de dezembro de 2017, atingiu a capacidade instalada de 48.134 MW em empreendimentos de geração, o que representa 31% dos 157.370 MW instalados no Brasil. Desse total, 66% é composto de empreendimentos de propriedade integral do sistema Eletrobras, 17% de empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPEs) e 17% de empreendimentos em propriedade compartilhada, incluindo aqui metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW), que representa 15% do total.

Cerca de 95% da capacidade instalada da Eletrobras provém de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa ("GEE"), contribuindo de forma decisiva para que a matriz elétrica brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Do total de capacidade instalada alavancada em empreendimentos com baixa emissão de gases de efeito estufa em relação à capacidade do Brasil, em 31 de dezembro de 2017, 40% pertencem à Eletrobras.

Em Transmissão, a Eletrobras atingiu, em 31 de dezembro de 2017, em malha de linhas de transmissão das empresas Eletrobras o total aproximado de 71.684 km. Desse total, (i) 6.823 km são corporativas; (ii) 57.010 km são corporativas sob Regime de O&M; (iii) 7.851 km são correspondentes à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pelas empresas Eletrobras por meio de Sociedades de Propósito Específico. Considerando apenas a rede básica do Sistema Interligado Nacional, ou seja, as tensões de ±800, 750, ±600, 525/500, 345 e 230 kV, a Eletrobras é responsável por 64.944 km de linhas de transmissão, o que representa cerca de 49% do total das linhas de transmissão do Brasil nas referidas tensões.

A Eletrobras é responsável ainda por 66 subestações corporativas com capacidade de transformação de 44.337 MVA, além de mais 233 subestações renovadas nos termos da Lei nº 12.783/13 com 197.326 MVA de capacidade de transformação e ainda 21.302 MVA via SPEs, totalizando 250.493 MVA total.

No que tange ao segmento de distribuição, recentemente, durante a Assembleia de Acionistas realizada em fevereiro de 2018, foi aprovada a venda das seis Distribuidoras e assunção dos direitos da Amazonas Energia, Eletroacre, Ceron, Boa Vista Energia referentes à Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") e a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"). As empresas distribuidoras atenderam, em 31 de dezembro de 2017, 4,4 milhões de consumidores, 252,3 mil km de rede de distribuição e 476 municípios.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800100

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

No exterior, a empresa atua prioritariamente em projetos de integração regional e de geração de energia renovável no continente latino-americano.

Nossos Compromissos Voluntários

Em 2017, a empresa reafirmou o compromisso com os Direitos Humanos fazendo parte de outras iniciativas relacionadas com o tema, como o Pacto Global da ONU, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres ("SNPM"), vinculada à Secretaria de Governo da Presidência da República, os Princípios de Empoderamento das Mulheres – iniciativa conjunta da ONU Mulheres e Pacto Global e o Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

Além disso, a Eletrobras é participante do Programa Nacional de Voluntariado ("Viva Voluntário"), lançado pelo Governo Federal em 2017.

A partir dos compromissos voluntários assumidos, ações voltadas para a cidadania, direitos humanos, inclusão, empoderamento da mulher e diversidade se solidificam na estratégia da Empresa.

Em 2017 a Eletrobras participou do Núcleo de Articulação Intersetorial da Iniciativa Diálogo Empresas e Povos Indígenas, que produziu a Proposta de Diretrizes Brasileiras de Boas Práticas Corporativas com Povos Indígenas.

A Eletrobras, consciente do seu compromisso de apoiar as políticas públicas, endossa a adesão do Brasil aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável ("ODS") – aprovados, em 2015, na Cúpula das Nações Unidas sobre o Desenvolvimento Sustentável. Demanda resultante da Rio+20, os ODS devem orientar as políticas nacionais e as atividades de cooperação internacional nos próximos quinze anos, sucedendo e atualizando os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ("ODM").

A empresa se compromete a observar os 17 objetivos para desenvolvimento sustentável estabelecidos no documento "Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável". Além de serem referências nas políticas corporativas, a Eletrobras incorporou os ODS no seu Plano Diretor de Negócios e Gestão – PDNG 2018-2022, com o estabelecimento de ações e metas para todas as suas empresas.

No intuito de buscar uma priorização para as empresas Eletrobras no ciclo do PDNG 2018-2022, os ODS foram enquadrados em duas perspectivas: correlação com os projetos e programas existentes, e com o Plano Estratégico das Empresas Eletrobras - PE-2015/2030. Como resultado, foram selecionados 8 (oito) ODS que mostraram maior aderência com a atual estratégia da companhia, seja ela praticada por meio de projetos e programas existentes ou estabelecida no Plano Estratégico 2015/2030.

Importante salientar que foi utilizada a metodologia AHP – *"Analytic Hierarchy Process"*, para hierarquizar e priorizar os 5 (cinco) ODS mais representativos em importância para a Eletrobras dentre os 8 (oito) ODS selecionados anteriormente.

A seguir são listados os ODS hierarquizados conforme metodologia AHP:



Em 2017, reafirmamos nosso compromisso com os Direitos Humanos fazendo parte de outras iniciativas relacionadas com o tema, como o Pacto Global da ONU, o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres do Ministério da Justiça e Cidadania – SPM/MJC, os Princípios de Empoderamento das Mulheres – iniciativa conjunta da ONU Mulheres e Pacto Global e o Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes.

A Eletrobras busca incorporar o desafio da promoção da igualdade de oportunidades para todas as pessoas, através de ações práticas nas suas atividades internas, tais como treinamentos que visam ao esclarecimento de conceitos relacionados ao tema, promoção da equidade de gênero e raça nas campanhas publicitárias organizacionais e a manutenção do "Canal de Gênero", instrumento que viabiliza denúncias e reclamações a respeito do tema. Este é um compromisso também expresso no "Código de Ética e de Conduta das Empresas Eletrobras" e na "Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras".

2.1. Planejamento Estratégico

O Planejamento Estratégico da Eletrobras foi desenvolvido visando identificar tendências, riscos e incertezas relacionados aos seus negócios. Os estudos que embasaram as estimativas e que orientaram esse planejamento consideraram expectativas atuais e referentes a eventos futuros, além de tendências financeiras e não financeiras para um horizonte temporal de 15 anos.

No ano de 2017, a Eletrobras manteve seu alinhamento ao Plano Estratégico 2015-2030. Visando o cumprimento de sua Missão e o alcance de sua Visão de Futuro, a Eletrobras manteve a orientação de sua atuação no portfólio de negócios através de 5 diretrizes estratégicas: Desempenho Econômico-Financeiro Superior, Expansão Sustentável, Eficiência Operacional, Excelência em Pessoas e Cultura de Excelência e Readequação do Modelo de Negócios, Governança e Gestão.



Missão: Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável;

Visão 2030: Estar entre as 3 maiores empresas globais de energia limpa e entre as 10 maiores do mundo em energia elétrica, com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse;

Valores: Ética e transparência, foco em resultados; valorização e comprometimento das pessoas; empreendedorismo e inovação e sustentabilidade.

Como desdobramento do Plano Estratégico 2015-2030, é elaborado anualmente o Plano Diretor de Negócio e Gestão ("PDNG"). Com horizonte de cinco anos, este documento tem por objetivo apresentar uma proposta de enfrentamento aos desafios impostos pelo contexto atual do país e do setor elétrico.

Em 2017, a Eletrobras intensificou seus esforços visando à realização das metas previstas em seu PDNG 2017-2021, superou desafios e obteve resultados importantes relacionados aos 3 Pilares Estratégicos definidos como prioridade para o quinquênio 2017 - 2021: Governança e Conformidade, Excelência Operacional e Disciplina Financeira.

Em relação aos projetos definidos no PDNG 2017-2021, a Eletrobras obteve os seguintes resultados:

Governança e Conformidade – Realizações

- Implementação de canal de denúncias independente;
- Melhorias no Programa Eletrobras 5 Dimensões, abordado no item 4.9
- Estabelecimento de processo de *due dilligence* para fornecedores críticos;
- Criação de Comitê e área de Segurança da Informação;
- Implementação de gerenciamento e tratamento de denúncias de forma centralizada;
- Obtenção da certificação do indicador de governança – IG/SEST – Nível 1 (Excelência);
- Alterações no Estatuto social da Holding e subsidiárias conforme Lei nº 13.303/16;
- Política de alçadas para as empresas Eletrobras; e
- Aprovação da Política de Transações com Partes Relacionadas.

Excelência Operacional – Realizações

- Reestruturação organizacional - redução de 758 funções gratificadas, superando a meta em 29% e economia de R$ 74,3 milhões/ano, superando a meta em 10%;
- 2.055 adesões ao Plano de Aposentadoria Extraordinário ("PAE"), resultando numa economia anual estimada de R$ 826 milhões;
- Início da operação do Centro de Serviços Compartilhados ("CSC") em março/18;
- Implantação do PRO-ERP em duas ondas no ano de 2018;
- Ganhos acumulados com atuação na Comercialização de Energia de R$ 287,9 milhões; e
- Atuação integrada das empresas Eletrobras na discussão com a ANEEL acerca da revisão tarifária de Geração e Transmissão.

Disciplina Financeira – Realizações

- Redução da Dívida Líquida/Ebitda Gerencial de 6,7 em 2016 para 3,7 em 2017;
- Conclusão da modelagem para a venda da participação em 70 SPEs totalizando um montante de R$ 2,5 bilhões em valor contábil;
- Preparação para privatização das 6 empresas distribuidoras, as quais tiveram a venda aprovada na 170ª AGE realizada em fevereiro de 2018;
- Aprovação do Conselho de Administração para início dos estudos de reestruturação societária entre Eletrosul e CGTEE;
- Adesão ao novo REFIS - Programa de Recuperação Fiscal e aperfeiçoamento do processo de compensação de tributos federais geraram um benefício de R$ 1.831 milhões; e
- Aprovação da proposta de desestatização da Eletrobras pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos ("CPPI").

Plano Diretor de Negócios e Gestão 2018 a 2022

Em dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Eletrobras, em reunião realizada em 15 de dezembro de 2017, aprovou o novo Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2018 a 2022 ("PDNG 2018-2022"), o qual contempla metas e projetos para o alcance dos objetivos estratégicos, mantendo o alinhamento com a Identidade Empresarial da Eletrobras – Missão, Visão 2030 e Valores bem como apresenta algumas atualizações em relação ao PDNG 2017-2021.

O novo Plano Diretor de Negócios e Gestão para o período de 2018 a 2022 ("PDNG 2018-2022) prevê 5 macro estratégias desmembradas em 28 iniciativas com foco na Sustentabilidade Empresarial através da disciplina financeira, excelência operacional, governança e conformidade, valorização da pessoas e atuação sustentável.

Para o enfrentamento dos desafios que ainda persistem para o próximo quinquênio, o PDNG 2018-2022, à semelhança do seu antecessor, considera como prioritários os mesmos três pilares estratégicos: Governança e Conformidade, Disciplina Financeira e Excelência Operacional. Entretanto, em face do Programa de Aposentadoria Extraordinária ("PAE"), que promoveu o desligamento de empregados em 2017 e do início da implantação do Centro de Serviços Compartilhado e do Sistema de Gestão Integrado ("ERP") único, a Companhia entende como relevante a priorização de projetos relacionados à gestão de pessoas, o que resultou na inclusão do quarto pilar "Valorização das Pessoas" no PDNG 2018-2022.

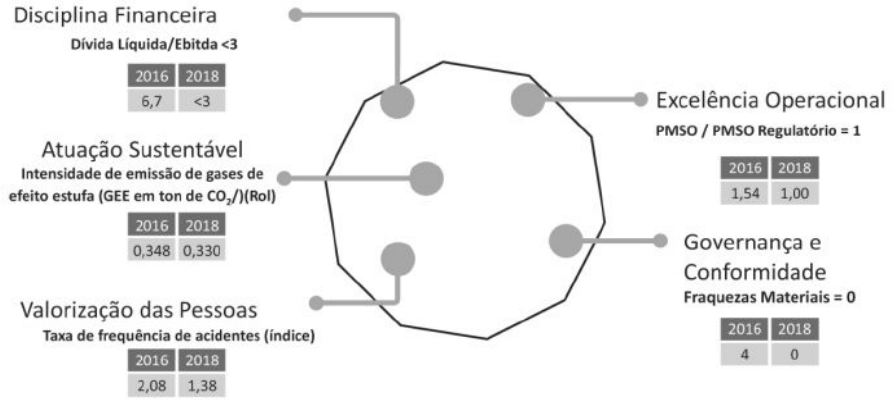
continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800101

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Além disso, em consonância com as diretrizes estratégicas de atuação estabelecidas no Planejamento Estratégico 2015-2030 e do alinhamento pretendido com a Agenda 2030 lançada pela ONU – Organização das Nações Unidas, adotada pelo Governo Brasileiro, a Companhia criou o quinto pilar "Atuação Sustentável" que deverá abrigar os projetos relacionados ao tema sustentabilidade.



1. Governança e Conformidade – iniciativas que visam melhorar o processo de tomada de decisões, aumentando a transparência perante o mercado e a confiança de investidores, através de alinhamento estratégico, transparência de informações, conformidade, aprimoramento de controles internos, gestão de riscos, equidade de tratamento aos acionistas e partes interessadas, prestação de contas e responsabilidade corporativa. Possui 4 iniciativas associadas:

1. Consolidação do Programa Eletrobras 5 Dimensões;
2. Melhoria Contínua do Ambiente de Controles Internos;
3. Implementar ações para listagem em Índices e obtenção de selos de Governança Corporativa; e
4. Preparação para Democratização de Capital da Eletrobras Holding. O Ministério de Minas e Energia ("MME") propôs ao Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República ("CPPI"), a desestatização da Eletrobras, através da denominada "democratização do capital", em agosto de 2017. De acordo com a recomendação do MME, no Projeto de Lei, divulgado em janeiro de 2018 a democratização do capital da Eletrobras deverá ocorrer, principalmente, por meio de aumento de capital por subscrição pública de ações ordinárias, sem que o Governo Federal (direta ou indiretamente por meio de empresa por ele controlada) subscreva novas ações nesse processo, diluindo sua participação acionária. Em complemento, foi aprovada, em março de 2018, a Resolução nº 30 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência ("Resolução CPPI 30") de 19 de março de 2018, que trata da execução e do acompanhamento do processo de desestatização da Centrais Elétricas Brasileiras – Eletrobras.

2. Disciplina Financeira – iniciativas que visam diminuir dívida líquida e bruta da Eletrobras, por meio de privatizações, desmobilização de ativos operacionais e não operacionais, aprimoramento da gestão técnica e econômico-financeira dos empreendimentos com adequação da estrutura financeira da Empresa. Possui 9 estratégias associadas:

1. Privatização das Distribuidoras.
2. Venda de Imóveis Administrativos;
3. Venda de Participações em Sociedades de Propósito Específico ("SPEs");
4. Reestruturação Societária visando aproveitamento de crédito fiscal;
5. Otimização Tributária;
6. Empréstimo Compulsório;
7. Fundos de Previdência das Empresas Eletrobras;
8. Orçamento Base Zero; e
9. Estratégia para Carteira de Ações, detidas pela Eletrobras, em Coligadas.

3. Excelência Operacional – iniciativas que buscam, por intermédio do constante aperfeiçoamento dos processos da empresa, integrar e melhorar a tomada de decisão com adoção das melhores práticas, mais eficientes e, acima de tudo, alinhadas à remuneração regulatória aprovada para a companhia. Possui 8 estratégias associadas:

1. Reestruturação Organizacional;
2. Implantação do PRO-ERP;
3. Centro de Serviços Compartilhados ("CSC");
4. Redução de Custos de Pessoal;
5. Estratégia Regulatória para Geração e Transmissão;
6. Comitê de Comercialização de Energia Elétrica;
7. Plano de Retomada das Obras da Usina Nuclear de Angra 3; e
8. Modernização e Automação de Instalações de Geração e Transmissão.

4. Atuação Sustentável – iniciativas que mostram o alinhamento da companhia aos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável, lançado pela ONU em 2015, na Agenda 2030. Essas iniciativas apresentam uma proposta de atuação equilibrada, mesclando consciência e responsabilidade socioeconômica e ambiental em todas as etapas das atividades da empresa, procurando criar valor para todas as partes interessadas. Possui 4 estratégias associadas:

1. Compromisso com a Agenda 2030;
2. Prospectar Oportunidades via *"Green Bond"*;
3. Metodologia para medir resultado de projetos de P&D+I (Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação); e
4. Implementação de Relato Integrado;

5. Valorização das Pessoas – iniciativas que visam criar um ambiente de meritocracia, por meio do reconhecimento e da valorização da qualificação e da competência do colaborador e de mobilidade interna, que será necessário para a empresa obter melhor desempenho e resultados satisfatórios, num período de mudanças organizacionais relevantes tais como o Centro de Serviços Compartilhados e a implantação de um Sistema de Gestão Integrado único. Possui 3 estratégias associadas:

1. Dimensionamento quali-quantitativo de pessoal;
2. Aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Desempenho; e
3. Banco de Talentos e Oportunidades.

Sustentada por esses cinco pilares encontra-se a Ambição Estratégica do Sistema Eletrobras:

"Potencializar vantagens competitivas em Geração, Transmissão e Comercialização, atingindo sustentabilidade empresarial reconhecida por todas as partes interessadas."

Investimentos

O PDNG 2018-2022 prevê investimentos nos segmentos de geração, transmissão, distribuição e infraestrutura e outros que, no quinquênio, totalizam cerca de R$ 19,75 bilhões, dos quais R$ 14,2 bilhões representam investimentos corporativos e R$ 5,5 bilhões em SPE, conforme tabela a seguir. Os investimentos em distribuição são decorrentes do prazo previsto para conclusão do processo de privatização e/ou encerramento das atividades de distribuição.

Observa-se que, deste total, cerca de R$ 12,4 bilhões (63%) estão previstos para a expansão, ampliação e manutenção do parque de usinas e linhas de transmissão novos e já contratados de empreendimentos corporativos, e R$ 260 milhões (1,3%) para distribuição de energia.

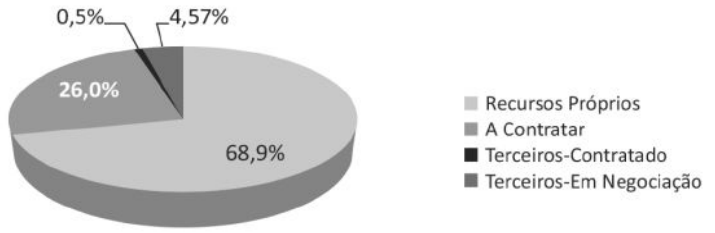
Para infra-estrutura serão investidos R$ 1,5 bilhão. No que se refere aos investimentos em SPEs, de cerca de R$ 5,5 bilhões serão investidos no período de 2018-2022, sendo cerca de R$ 4,8 bilhões direcionados ao segmento de geração.

O cenário aprovado para o quinquênio prevê majoritariamente investimentos em projetos existentes e/ou em contratação, com exceção apenas para negócios que foram considerados estratégicos para a Companhia.

R$ mil

		2018	2019	2020	2021	2022	2018-2022
Corporativo	**Total**	**4.381.824**	**3.093.866**	**2.490.297**	**2.205.130**	**2.067.960**	**14.239.077**
Geração	**Total Geração**	**1.321.200**	**968.469**	**1.055.100**	**938.026**	**874.251**	**5.157.046**
	Manutenção	745.079	705.075	677.592	601.472	605.386	3.334.604
	Construção	494.957	212.047	341.296	320.152	251.637	1.620.090
	Ampliação	81.163	51.346	36.212	16.402	17.228	202.352
Transmissão	**Total Transmissão**	**2.367.401**	**1.857.587**	**1.184.075**	**994.385**	**896.433**	**7.299.881**
	Manutenção	508.333	675.321	596.755	536.831	455.869	2.773.109
	Construção	238.844	376.288	23.713	–	–	638.846
	Ampliação	1.620.224	805.978	563.607	457.554	440.564	3.887.926
Infraestrutura e outros		433.690	267.810	251.121	272.718	297.277	1.522.617
Distribuição		259.533	–	–	–	–	259.533
SPE	**Total**	**1.825.827**	**688.084**	**677.392**	**898.108**	**1.427.784**	**5.517.195**
Geração	**Total Geração**	**1.489.884**	**389.110**	**639.353**	**890.725**	**1.427.784**	**4.836.855**
	Manutenção	142.122	–	–	–	–	142.122
	Construção	1.208.500	342.707	589.063	839.573	1.096.998	4.076.841
	Ampliação	139.262	46.403	50.290	51.151	330.786	617.892
Transmissão	**Total Transmissão**	**335.943**	**298.974**	**38.039**	**7.383**	**–**	**680.340**
	Manutenção	103.127	–	–	–	–	103.127
	Construção	174.145	58.359	7.941	7.383	–	247.828
	Ampliação	58.671	240.616	30.098	–	–	329.385
Total de investimentos Eletrobras		**6.207.651**	**3.781.950**	**3.167.689**	**3.103.238**	**3.495.744**	**19.756.272**

Fonte de Recursos 2018-2022



As fontes para financiamento dos investimentos em geração e transmissão corporativos e através de SPEs no período de 2018 a 2022, cujo montante é de R$ 17,9 bilhões, são compostas por 68,9% de Recursos Próprios, 26% de Recursos de Terceiros à contratar, 4,6% recursos de terceiros em negociação e 0,5% recurso de terceiro já contratado.

Em 2017, o Sistema Eletrobras realizou um total de R$ 5,2 bilhões, o que corresponde a 58% do orçamento de investimento orçado para o ano conforme PDNG 2018-2022, sendo R$ 3,05 bilhões corporativos distribuídos conforme tabela abaixo.

Como principais projetos, cita-se a Implantação de Angra III, em que houve frustração de 57,6% na realização em relação a 2016, principalmente pelo fato de a empresa continuar com dificuldades de revisão tarifária de Angra.

No tocante à Implantação Parques Eólicos de Geração de Energia Elétrica no Nordeste (Chesf), destaca-se um incremento de 244,9% de realização em relação a 2016, para a conclusão de parque eólico composto de 14 unidades geradoras, concluído em dezembro de 2017, com autorização para a comercialização de energia elétrica e previsão para janeiro de 2018.

Natureza dos Investimentos (R$ mil)	Orçado 2017	%	Realizado 2017	2016	2015	2014	2013
Investimentos Corporativos							
Geração	1.770.333	43,1%	762.395	1.092,34	2.162,98	2.182,88	2.630,91
Transmissão	1.331.329	58,1%	772.957	1.204,92	1.855,35	2.111,04	2.281,84
Distribuição	1.770.168	26,4%	467.296	861,15	791,2	577,46	741,17
Manutenção - Geração	493.484	42,1%	207.803	201,16	330,97	393,75	427,4
Manutenção - Transmissão	341.168	80,2%	273.508	315,62	405,51	477,95	472,21
Manutenção - Distribuição	397.942	100,0%	397.942	274,78	212,19	151,35	204,38
Outros*	411.192	40,8%	167.698	265,59	301,33	370,1	501,16
Subtotal	**6.515.617**	**46,80%**	**3.049.599**	**4.215,50**	**6.059,52**	**6.264,54**	**7.259,06**
Inversões Financeiras em SPEs							
Geração	1.801.660	85,6%	1.542.212	3.450,52	3.181,30	3.703,65	3.219,39
Transmissão	636.389	97,7%	621.801	1.044,92	1.153,99	1.437,14	745,32
Subtotal	2.438.049	88,76%	2.164.013	4.495,44	4.334,29	5.140,79	3.964,71
TOTAL GERAL	**8.953.666**	**58,23%**	**5.213.612**	**8.710,99**	**10.393,31**	**11.405,33**	**11.223,77**

* Pesquisa, Infraestrutura, Qualidade Ambiental.

Quanto aos investimentos em parcerias destacamos Implantação da UHE Belo Monte, num total de R$ 0,58 bilhão, equivalente a 26,7% do total investido em 2017; UHE Jirau no valor de R$ 0,20 bilhão ou 9,2% do realizado; UHE São Manoel no valor de R$ 0,23 bilhão ou 10,8% do realizado; e UHE Belo Monte – Belo Monte Transmissora de Energia S/A, cujo investimento foi de R$ 0,38 bilhão, representando 17,7% dos Investimentos em Parcerias em 2017.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800102

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Empresas Eletrobras	Valor do Investimento em SPEs (R$ mil)			
	2017		2016	
	Geração	Transmissão	Geração	Transmissão
Eletrobras	173.700	0	600.000	0
Eletronorte	392.382	197.225	890.193	392.039
Chesf	522.499	0	875.106	735
Furnas	313.393	423.196	678.713	649.741
Eletrosul	140.237	1.380	406.503	2.400
Total	**1.542.212**	**621.801**	**3.450.516**	**1.044.915**

2.2. Estrutura Societária

Atuamos como uma empresa Holding que controla grande parte dos sistemas de geração e transmissão de energia elétrica do Brasil por intermédio das subsidiárias CGTEE, Chesf, Eletronorte, Eletronuclear, Eletrosul, Furnas e Amazonas GT. Além de principal acionista dessas empresas, a Eletrobras, em nome do governo brasileiro, detém metade do capital de Itaipu Binacional. A Holding também desenvolve projetos de P&D+I, realiza serviços tecnológicos e laboratoriais especializados por meio do Cepel e controla a Eletropar. Essa última tem como objetivo a busca constante pela eficiência operacional no desempenho de sua atividade e a manutenção de sua posição acionária nas empresas das quais participa. Além disso, atua na área de distribuição de energia por meio das empresas Amazonas Energia, Eletroacre, Boa Vista Energia, Ceron, Cepisa e Ceal.

Ao longo de 2017, os principais eventos societários que impactaram os investimentos da Companhia e suas controladas estão detalhados a seguir:

- A Eletrobras realizou diversos aportes na SPE Norte Energia, proporcional a sua participação acionária de 15%, os quais totalizaram R$ 173 milhões; e
- Em dezembro de 2017, a Eletrosul transferiu à Eletrobras, em caráter irrevogável e irretratável, a proporção de 99,99% das ações ordinárias das SPEs Eólica Chuí IX, Eólica Hermenegildo I, II e III. Na mesma data, a Eletrosul também transferiu à Eletrobras 605.788.000 ações ordinárias e 29.400.000 ações preferenciais da SPE Santa Vitória do Palmar Holding. Tal transferência se deu dentro do processo de dação em pagamento conforme estabelecido no antigo PDNG 2017-2021.

A tabela abaixo indica o valor de transferência das SPEs, que foi abatido do saldo de dívida que a Eletrosul possui junto à Eletrobras.

SPEs Transferidas em 29/12/2017	
Chuí Holding	R$ 410.055.875,00
Santa Vitoria Holding	R$ 176.436.860,00
Hermenegildo I	R$ 121.704.368,00
Hermenegildo II	R$ 128.617.521,00
Hermenegildo III	R$ 88.429.231,00
Chuí IX	R$ 31.785.297,00
Total	**R$ 957.029.152,00**

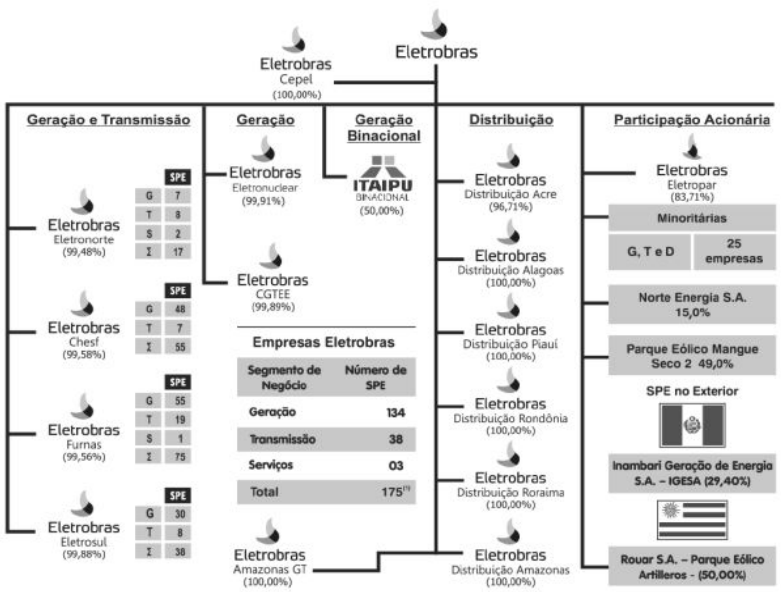
- Cabe mencionar que, em 31 de dezembro de 2017, estava ocorrendo o período de adesão à OPA da Energisa MT, e a Eletrobras decidiu aderir à operação. O Leilão da OPA foi realizado em 16/01/2018, ocasião em que a Eletrobras vendeu para a Energisa S.A. 1.168.717 ações ordinárias e 30.945.402 ações preferenciais da Energisa MT, ao preço de R$ 8,60 por cada tipo de ação, o que totalizou 32.114.119 ações, equivalentes a R$ 276.181.423,40.

Num segundo momento, conforme permitido pelo Edital, no Leilão da OPA da Energisa MT, realizado em fevereiro de 2018, a Eletrobras vendeu 10.255.310 ações preferenciais da Energisa MT, ao preço de R$ 8,63 (R$ 8,60 atualizado pela Taxa SELIC até essa data) por cada tipo de ação, totalizando R$ 88.503.325,30. A liquidação financeira ocorreu no dia 07 de fevereiro de 2018.

Após essa venda, a participação da Eletrobras passou a ser de 940.000 ações ordinárias e 3.559.000 ações preferenciais, equivalentes a, respectivamente, 1,28% e 2,55% do capital social de cada espécie, totalizando 4.499.000 ações, o que representa 2,11% do capital social total da Energisa MT.

A Eletropar participou do leilão de oferta pública de aquisição de ações ordinárias de emissão da CPFL Energia S.A. para alienação de sua participação. O leilão foi realizado em novembro de 2017, com a venda da totalidade de ações que a Eletropar possuía da CPFL, ou seja, 1.802.104, obtendo o montante de R$ 49,9 milhões.

A Companhia ainda possui participação em 175 SPEs no Brasil, sendo 134 de geração e 38 de transmissão, em sua maioria com participação até 49% do capital social, e mais 2 SPEs no exterior, além de participações minoritárias em 25 empresas de energia elétrica, conforme figura abaixo.



(1) O quantitativo de SPEs está levando em consideração as participações diretas e indiretas em SPE, e desconsiderando as Sociedades de Propósito Especifico que participam em mais de uma Empresa Eletrobras, diferentemente dos quantitativos considerados nos quadros de cada empresa.
(2) Os empreendimentos de geração eólica Serra do Mel I, II e III foram desconsiderados da contagem de SPEs, visto que se tratam de consórcios.

Conforme o antigo PDNG 2017-2021, uma das metas em Disciplina Financeira é o desinvestimento em SPEs que tem por objetivo promover a quitação de dívidas dessas controladas com a Eletrobras, que poderá manter os ativos que vier a receber por quitação de dívidas para atingir a meta de diminuir a alavancagem consolidada. Nesse sentido, o Conselho de Administração da Companhia aprovou, em 2018, a transferência para Eletrobras holding e alienação de 70 participações acionárias detidas pelas subsidiárias – Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("Chesf"), Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), em Sociedades de Propósito Específico ("SPEs").

A operação de alienação das participações societárias da Eletrobras em Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") detidas pelas subsidiárias está em andamento e se dará em formato de leilão previsto para ser realizado no primeiro semestre de 2018.

3. PANORAMA ECONÔMICO-SETORIAL E REGULATÓRIO

3.1. Panorama Econômico-Setorial

Em 2017, o PIB fechou o ano de 2017 com crescimento de 1,0%, sua primeira alta após dois anos de retração. Segundo a ótica da oferta, o resultado foi influenciado pelos setores agropecuário, que cresceu 13% em relação ao ano anterior, com destaque para as safras de soja e milho; de serviços também apresentou crescimento de 0,3% no ano; e o setor da indústria ficou estagnado após a queda dos últimos anos. No âmbito da demanda, o crescimento de 1% do consumo interno das famílias em 2017 teve influência positiva no PIB, contribuindo para a recuperação da economia e estimulando o setor de serviços novamente.

A inflação medida pela variação do IPCA alcançou 2,95% em 2017 (contra 6,29% em 2016), permanecendo abaixo do piso da meta estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no âmbito do regime de metas para a inflação. Contribuiu para a desvalorização do IPCA em 2017 a redução nos preços dos alimentos e bebidas. O Índice Geral de Preços IGP-DI, que se caracteriza pela maior volatilidade quando comparado ao IPCA, terminou o ano com deflação de 0,42% em 2017 (7,15% em 2016). Esta queda se deu, sobretudo, pelos preços dos produtos agropecuários no atacado e dos alimentos no varejo.

A balança comercial registrou superávit recorde de US$67,1 bilhões em 2017, ante US$ 47,7 bilhões do ano anterior. Apesar do aparente bom resultado, tanto exportações quanto importações apresentaram movimentos de crescimento em 2017. Segundo o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços, as exportações brasileiras em 2017 aumentaram 17% na comparação com 2016, quando somaram US$ 217,8 bilhões, em função, principalmente, do crescimento dos preços das *commodities*.

O setor de energia elétrica apresentou consumo total 463.948 GWh até dezembro de 2017, o que representa um aumento de 0,8% em comparação com 2016, segundo a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"). Segundo a EPE, o clima e ciclo de faturamento fizeram consumo da classe residencial crescer 0,3% no mês, a classe comercial apresentou alta de 1,4% com crescimento em todas as regiões. O Consumo industrial aumentou 4,4% em dezembro, com destaque para os setores metalúrgico com alta de 11,0%, fabricação de produtos de borracha e plástico, apresentou alta de 6,8% e automotivo, alta 6,6%. Em 2017, todas as classes apresentaram aumento no consumo de energia sendo: industrial +1,3%, residencial +0,8% e comercial +0,3%. Quanto à regiões geográfica, exceto pelo Nordeste, que apresentou queda de 0,1% no consumo de energia, a região norte apresentou aumento de 0,6%, o sudeste aumento de 0,3%, o centro-oeste aumento de 1,9% e o sul aumentou 3,0% em comparação com o ano de 2016.

3.2. Panorama Regulatório

Eletrobras

O destaque no ano de 2017 seu deu por conta da intensão do Ministério de Minas e Energia de desestatização da Eletrobras. A Decisão foi aprovada pelo Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos ("CPPI"). Além disso, em janeiro de 2018 foi encaminhado ao Congresso Nacional, o Projeto de Lei que dispõe sobre a desestatização e modelagem de venda da Eletrobras, além de alterar as Leis nº 10.438 de 26 de abril de 2002, a Lei nº 9.991 de 24 de julho de 2000 e a Lei nº 5.899 de 5 de julho de 1973. O conteúdo do projeto de Lei na íntegra pode ser acessado no site do Ministério de Minas e Energia.

Em março de 2018, foi aprovada a Resolução nº 30 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência ("Resolução CPPI 30") de 19 de março, que trata da execução e do acompanhamento do processo de desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras.

É importante destacar que, a efetivação da operação em referência ainda depende de outras autorizações governamentais, avaliação das autorizações legais e regulatórias que serão necessárias, avaliação do modelo a ser adotado e observância dos procedimentos específicos, por ser tratar de sociedade de economia mista, de capital aberto, com ações listadas na Bolsa de São Paulo (B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão), de Nova York (NYSE) e Madri (Latibex), além da avaliação quanto às obrigações contratuais assumidas pela companhia.

- **Medida Provisória nº 814 de 28 de dezembro de 2017**, que altera a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, que dispõe sobre os serviços de energia elétrica nos Sistemas Isolados, e a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, que dispõe sobre a expansão da oferta de energia elétrica emergencial, recomposição tarifária extraordinária, cria o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("Proinfa") e a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e dispõe sobre a universalização do serviço público de energia elétrica. A referida medida revoga o artigo 31 da Lei nº 10.848/04, que excluía a Eletrobras e suas controladas – Furnas, Companhia Hidroelétrica do São Francisco ("Chesf"), Eletronorte, Eletrosul e a Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica ("CGTEE") – do Programa Nacional de Desestatização.

Geração

- Em julho de 2017, o Ministério de Minas e Energia, através do Processo nº 48000.001405/2016-67 divulgou a Nota Técnica nº 05 a qual sugere uma série de medidas legais que viabilizem o futuro do setor elétrico com sustentabilidade no longo prazo. O novo marco regulatório traz aprimoramentos ao setor conforme abaixo:

1. Decisões que orientam a reforma a elementos de coesão: pacotes de medidas política perenes;
2. Flexibilidade do modelo do setor elétrico: permite destravamento do modelo e gerenciamento dinâmico dos riscos sistêmicos e comerciais;
3. Alocação adequada de custos entre agentes: correção e racionalização de subsídios; e
4. Medidas de Sustentabilidade: propostas de desjudicialização e distribuição de renda dos ativos do setor.

- Através da Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/17, no âmbito do processo de reajuste anual, foram homologadas as receitas anuais de geração das usinas hidrelétricas cujas concessões forma renovadas em 2013 ("RAGs"), conforme Lei nº 12.783/13. Foi verificada uma variação média de 0,6%, para as usinas da Eletrobras, entre a RAG do ciclo 2016-2017 e a RAG do ciclo 2017-2018, conforme tabela a seguir:

continua

continuação

Empresa	Usina	RAG Ciclo 2016-2017* (R$)	RAG Ciclo 2017-2018** (R$)	Variação (%)
Chesf	Boa Esperança	50.423.649,95	48.803.465,48	-0,03
	Complexo Paulo Afonso	540.592.583,98	527.311.662,31	-0,03
	Funil - BA	6.140.599,05	8.912.943,13	0,45
	Itaparica (Luiz Gonzaga)	209.243.762,78	212.288.732,81	0,02
	Pedra	3.845.827,91	3.681.606,84	-0,04
	Xingó	398.752.712,87	405.546.778,14	0,02
Eletronorte	Coaracy Nunes	12.073.482,02	11.254.603,33	-0,07
Furnas	Corumbá I	59.886.985,42	60.753.170,19	0,01
	Estreito (L.C. Barreto)	133.063.582,42	148.407.001,86	0,12
	Funil - RJ	28.961.571,79	28.006.827,58	-0,03
	Furnas	227.449.454,35	212.604.018,19	-0,07
	Marimbondo	187.616.445,02	202.562.410,10	0,08
	Porto Colômbia	45.383.282,51	44.206.525,56	-0,03
Total Eletrobras		1.903.433.940,07	1.914.339.746	0,006

* Dados da Resolução Homologatória nº 2.107/16
** Dados da Resolução Homologatória nº 2.265/17

Transmissão

Ao longo do ano de 2017 ocorreram modificações importantes no ambiente regulatório que impactaram diretamente o negócio de transmissão, dentre as quais destacam-se:

A Resolução Homologatória nº 2.258/17 estabeleceu as Receitas Anuais Permitidas - ("RAPs") para as concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica para o ciclo 2017-2018 (01/07/2017 a 30/06/2018). Além da correção pela inflação, o aumento das ("RAPs") se deu por conta da entrada em operação de reforços e melhorias autorizados, e, sobretudo, devido ao início do pagamento das indenizações previstas na Resolução Normativa nº 762/17, dos ativos reversíveis ainda não amortizados previstos no art. 15º, § 2º, da Lei nº 12.783/13. Em 31/12/17, a RAP das empresas Eletrobras foi de aproximadamente R$ 11,2 bilhões, conforme tabela a seguir, representando um aumento de 174% em relação a 2016.

Empresa	RAP 2017 (R$ milhões)
Chesf	3.147,54
Eletronorte	1.946,65
Eletrosul	1.382,64
Furnas	4.720,11
Amazonas GT	46,86
Total	**11.243,81**

Em 2017, visando aumentar a atratividade necessária para investimentos no setor, a ANEEL estabeleceu novas condições para os leilões de transmissão. Houve mudanças nas condições de execução e devolução das garantias de fiel cumprimento. O prazo mínimo para a execução progressiva das garantias por atraso no cronograma do empreendimento passou de 60 para 90 dias. Além disso, foi extinta a execução por atraso nos marcos de apresentação do projeto básico, de obtenção das licenças ambientais e de aquisição e entrega de equipamento.

- Resolução Normativa nº 758/17 – Estabeleceu as condições gerais para a incorporação das Demais Instalações de Transmissão ("DIT") no Ativo Imobilizado das concessionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica. Com a transferência das referidas instalações estima-se para as empresas Eletrobras, uma perda de RAP de R$ 22 milhões e uma indenização a ser recebida da ordem de R$ 49 milhões.
- Resolução Normativa nº 762/17 – Definiu os procedimentos e critérios a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida ("RAP") de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/13, em consonância com a Portaria MME nº 120/16. Segundo o normativo, os ativos previstos no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/13 (ativos considerados não depreciados existentes em 31 de maio de 2000), passam a compor a Base de Remuneração Regulatória ("BRR") das concessionárias de transmissão de energia elétrica. O custo de capital das transmissoras, composto por parcelas de remuneração e quota de reintegração regulatória, relativo à BRR mencionada, passou a compor as respectivas Receitas Anuais Permitidas ("RAP"), no ciclo tarifário iniciado em 1º de julho de 2017, tendo dois componentes: (i) econômico – o custo de capital dos ativos com vida útil residual em 1º de julho de 2017, a ser recebido pelo prazo remanescente de vida útil dos mesmos; e (ii) financeiro – o custo de capital não incorporado desde 1º de janeiro de 2013 até 30 de junho de 2017, a ser recebido no prazo de 08 ciclos tarifários.

Ocorre que em 10 de abril de 2017 foi proferida decisão de antecipação de tutela pelo juízo da 5ª Vara Federal do Distrito Federal, determinando que a ANEEL exclua a componente financeira da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão (TUST). Em razão dessa decisão, a ANEEL emitiu o Despacho nº 1.779/17, mediante o qual deu cumprimento à mesma, estendendo sua aplicação a todos os usuários do sistema de transmissão. Os efeitos da referida decisão liminar já foram aplicados ao processo de homologação do reajuste anual da RAP para o ciclo tarifário 2017-2018, e perdurarão para os ciclos tarifários futuros enquanto vigorar a decisão judicial.

- Despacho nº 3.577/17 – Aprova o Plano de Transferência apresentado pela Eletrosul como alternativa à extinção da concessão delegada pelo Contrato de Concessão nº 1/2015-ANEEL, observado o seguinte: (i) participação da Eletrosul como acionista da Sociedade de Propósito Específico - SPE a ser criada pela *Shanghai Electric Power Transmission & Distribuition Co. Ltd.* limitada ao montante investido até a transferência do controle após a constituição da SPE, sendo que tal limitação durará entre a celebração do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e a emissão de todos os respectivos Termos de Liberação Definitivos ("TLDs") e liberação pela ANEEL da Garantia de Fiel Cumprimento.
- Despachos nºs 4.279/17, 4.280/17, 4.281/17 e 4.282/17 – Tais normativos encaminham ao Ministério de Minas e Energia ("MME") proposta de declaração de caducidade dos Contratos de Concessão nº 5/07, nº 15/12, nº 18/11 e nº 19/11, respectivamente, celebrados com a Chesf, nos termos do art. 38 da Lei nº 8.987/95, e determina a aplicação das sanções contratuais cabíveis.
- No ano de 2017 a ANEEL instaurou 08 Audiências Públicas e 03 Consultas Públicas ("CP") relativas ao segmento de transmissão de energia elétrica. Destacamos aqui a Audiência Pública ("AP") nº 41/17 e a Consulta Pública ("CP") nº 12/17, tendo em vista a relevância dos temas e potenciais impactos para as transmissoras Eletrobras.

Visto que em julho de 2018 deverá ser homologada a Revisão Tarifária das transmissoras de energia elétrica, cujos contratos de concessão foram prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/13, foi instaurada a AP nº 41/17 que trata do aprimoramento da proposta de regulamentação da revisão periódica das Receitas Anuais Permitidas ("RAP") das instalações de transmissão de energia elétrica, especificamente em relação às regras para apuração da Base de Remuneração Regulatória ("BRR") e de Outras Receitas.

Importante destacar aqui a participação efetiva das empresas Eletrobras em todas as fases do debate com o envio de contribuições estruturadas e fundamentadas de modo a subsidiar a discussão de um modelo que melhor represente os serviços prestados pelas transmissoras de energia, uma vez que, o processo de revisão periódica é fundamental para o equilíbrio econômico e financeiro das concessionárias de transmissão de energia elétrica e constitui oportunidade para o estabelecimento de uma remuneração justa e adequada.

Assim, buscando uma representação adequada e justa para os seus serviços prestados, seu papel no Sistema Interligado Nacional ("SIN") e o ambiente em que atuam, as empresas Eletrobras, em contribuição conjunta, apresentaram propostas à consulta.

Quanto à CP nº 12/17, instaurada em 11 de outubro de 2017, a mesma trata do aprimoramento da regulamentação do serviço público de transmissão de energia elétrica associada às instalações de transmissão em corrente contínua, principalmente no que diz respeito à definição de Funções de Transmissão próprias ao sistema.

A regulamentação do tema é de grande relevância para a Eletrobras, dado o impacto financeiro observado devido à aplicação de descontos elevados de Parcela Variável ("PV") aos sistemas de transmissão em corrente contínua, visto que o mesmo não possui regulamentação própria e está sendo tratado por analogia com sistemas em corrente alternada.

A Eletrobras tem exercido papel ativo na busca da regulamentação adequada às peculiaridades técnicas e operacionais dos sistemas de corrente contínua, tendo encaminhado à ANEEL proposta de alteração das Resoluções Normativas nº 191/05, nº 669/16 e nº 729/16.

A regulamentação dos sistemas de transmissão em corrente contínua terá continuidade em 2018.

Distribuição

No segmento de distribuição, mereceu destaque o avanço dos estudos para que pudessem ser privatizadas as empresas distribuidoras - Companhia de Eletricidade do Acre – Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. – Ceron, Amazonas Distribuidora de Energia S.A. – Amazonas Energia, Boa Vista Energia S.A. - Boa Vista Energia, Companhia Energética de Alagoas - Ceal e Companhia Energética do Piauí – Cepisa, conforme decisão da 165ª Assembleia Geral Extraordinária ("AGE").

Em dezembro, foi publicada a Portaria nº 468 do Ministério de Minas e Energia ("MME"), de 4 de dezembro de 2017, que prorroga o prazo estabelecido pelas Portarias MME nº 420, nº 421, nº 422, nº 423, nº 424 e nº 425, de 3 de agosto de 2016, para a prestação de serviços temporários de distribuição, nos termos e condições estabelecidos na Portaria MME nº 388, de 26 de julho de 2016, pelas Distribuidoras para até a assunção de novo concessionário ou até 31 de julho de 2018, o que ocorrer primeiro.

Nesse sentido, a 169ª AGE, ocorrida no dia 28 de dezembro de 2017, aprovou a retificação do item 7.9 da decisão da 165ª AGE, e prorrogou o prazo para assinatura do contrato de transferência do controle acionário detido pela Eletrobras nas distribuidoras referidas acima, desde que ocorra até 31 de julho de 2018.

Através da Resolução nº 20 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos da Presidência da República, a modelagem para o processo de venda das distribuidoras foi definida assim como regras e prazos estabelecidos. Todos os estudos referentes às distribuidoras estão disponíveis em nosso site.

- Em 28/09/2017 foi publicado no Diário Oficial da União ("DOU") a Resolução Homologatória da Aneel Nº 2.306 DE 26 DE SETEMBRO DE 2017, que homologou o resultado do Reajuste Tarifário Anual de 2017, as Tarifas de Energia – TE e as Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição – TUSD referentes à Companhia Energética de Alagoas – CEAL.

O reajuste contemplou as flexibilizações previstas na Audiência Pública da ANEEL nº 32/2017, no entanto, o art. 6º da resolução supracitada homologou o valor de R$ 113.562.362,10 (cento e treze milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, trezentos e sessenta e dois reais e dez centavos) referente ao diferimento dos valores de Parcela B e Perdas não Técnicas, o qual deverá ser considerado no processo tarifário seguinte, atualizado pela SELIC.

Índice de Reajuste Tarifário – IRT 2017	Eletroacre	Ceal	Amazonas Energia	Cepisa	Ceron	Boa Vista
IRT Econômico	7,40%	11,65%	18,31%	14,69%	2,07%	35,46%
Parcela A	-0,20%	7,62%	8,24%	11,58%	0,08%	13,94%
Parcela B	7,60%	4,03%	10,07%	3,11%	1,99%	21,53%
Componentes Financeiros	2,67%	9,95%	0%	13,11%	0,89%	-4,88%
IRT Total	10,07%	21,60%	18,31%	27,80%	2,96%	30,58%
Diferimento	0%	8,17%	-5,98%	-8,51%	0%	-18,59%
Efeito Médio Consumidor Cativo	1,51%	21,60%	17,13%	27,63%	8,27%	35,26%

- Em 31 de março de 2017, foi publicado no Diário Oficial da União, a Resolução Homologatória nº 2.214 de 28 de março de 2017, a qual republicou as tarifas das distribuidoras, de forma a prover a reversão da previsão do Encargo de Energia de Reserva ("EER") da central geradora UTN Almirante Álvaro Alberto – Unidade III (Angra III).
- Em 1º de setembro de 2017, foi publicada a Portaria MME nº 346/17, que a altera a Portaria MME nº 388/16, e prevê que no processo tarifário do ano de 2017, a ANEEL deverá flexibilizar, de forma transitória, os parâmetros regulatórios referentes aos custos operacionais e às perdas não técnicas, com o objetivo de permitir o equilíbrio econômico da Concessão a ser licitada nos termos do art. 8º da Lei nº 12.783/13. Conforme estabelecido pela Diretoria da ANEEL, no âmbito da Audiência Pública 32/2017, essa flexibilização adotou a média entre o valor regulatório dos custos operacionais no processo de 2016 e o custo real incorrido pelas Distribuidoras Designadas da Eletrobras no mesmo período, o que implicou no incremento de R$ 515.300.533,00, ao custo operacional presente na Parcela B.

Mais informações sobre regulação do setor elétrico podem ser encontradas no site da ANEEL.

4. GOVERNANÇA CORPORATIVA

Ética, transparência, equidade, prestação de contas e responsabilidade corporativa são os princípios que norteiam as nossas práticas de governança corporativa.

Os requisitos e funções dos órgãos de governança estão estabelecidos no Estatuto Social da companhia e nos respectivos Regimentos Internos, além da observância da legislação aplicável.

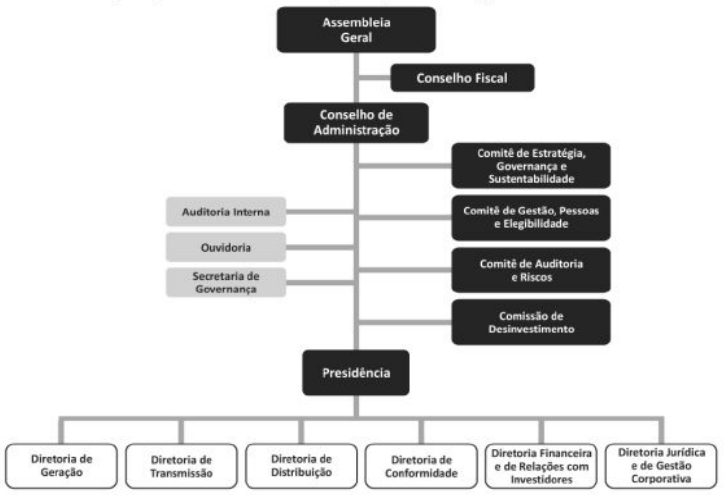
continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800104

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

O modelo de governança corporativa da Eletrobras conta com a Assembleia Geral de Acionistas, Conselho de Administração ("CAE"), Conselho Fiscal ("CF") e Diretoria Executiva ("DE"), conforme figura abaixo.



Em janeiro de 2017, foi criada a Comissão Interna Transitória de Elegibilidade ("CITE"), nos termos dos artigos 14 e 64, § 1º, do Decreto nº 8.945/16 para opinar de forma a auxiliar os acionistas na indicação de Administradores e Conselheiros Fiscais sobre o preenchimento dos requisitos e ausência de vedações para as respectivas eleições, com abrangência para a Eletrobras holding e todas as suas controladas.

Assim sendo, para toda indicação a cargos de conselheiros e diretores das empresas Eletrobras deve ser feita, previamente, uma avaliação pela área de integridade sobre a situação de conformidade dos indicados, assim como consultas à Ouvidoria das Empresas Eletrobras e ao Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade, que substituiu a CITE, em 26 de maio de 2017.

Em 2017, demos ainda um importante passo a fim de aprimorar nossas práticas de governança corporativa em atendimento à Lei nº 13.303/16, ("Lei das Estatais") e ao Decreto nº 8.945/16, ao promover uma reforma integral do estatuto social da Eletrobras, bem como outros instrumentos de governança – Manual do Conselheiro de Administração Representante, Manual do Conselheiro Fiscal Representante, Regimento Interno do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e dos Comitês do CAE, além da divulgação da Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa, dentre outros.

Dentre os destaques das alterações do Estatuto Social destacamos:

- ✓ Adequação aos requisitos da "Lei das Estatais" e sua regulamentação;
- ✓ Institucionalização no estatuto de critérios e vedações objetivas para escolha de administradores - Política de Indicação das empresas Eletrobras;
- ✓ O Conselho de Administração contará com 30% de membros independentes em sua composição;
- ✓ Instalação e funcionamento do Comitê de Auditoria e Riscos;
- ✓ Comitê de Auditoria e Riscos e Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade, único, com escopo de atuação abrangendo as empresas controladas;
- ✓ Instituição de Política de Alçadas única para as empresas Eletrobras;
- ✓ Aumento de 1 conselheiro na composição do Conselho de Administração com indicação de 7 membros pelo MME dentre os quais dois deverão atender aos requisitos definidos para membros do Comitê de Auditoria, conforme Lei das Estatais e sua regulamentação;
- ✓ Requisitos para o Comitê de Auditoria: Independência da Administração e experiência profissional compatível com o cargo;
- ✓ Inclusão de atribuições do Conselho de Administração:
- ✓ Deliberar sobre os acordos de acionistas a serem firmados pela Eletrobras, suas subsidiárias ou controladas, antes de sua assinatura;
- ✓ Aprovar o regulamento de pessoal e estabelecer quantitativo de funções de confiança da Administração superior, bem como aprovar o quantitativo máximo de pessoal e a realização de concurso público, da Eletrobras e de suas controladas;
- ✓ Aprovar políticas corporativas, sendo as mesmas ratificadas pelos Conselhos de Administração de suas controladas.
- ✓ Avaliação de desempenho dos administradores, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros dos Comitês conforme metodologia elaborada pela Eletrobras a ser aplicada também em suas empresas; e
- ✓ Institucionalização no estatuto de práticas de integridade, gestão de riscos e controles internos.

O Estatuto da Eletrobras dispõe sobre situações de conflito de interesse, segundo o qual é vedado ao administrador deliberar sobre matéria conflitante com seus interesses ou relativa a terceiros sob sua influência, nos termos do art. 156 da Lei nº 6.404, de 1976. Nessa hipótese, deverá registrar em ata a divergência e eximir-se de discutir o tema.

Para evitar possíveis conflitos e a utilização de informações confidenciais e estratégicas, o Presidente e os diretores não poderão exercer funções de direção, administração ou consultoria em empresas de economia privada, concessionárias de serviços públicos de energia elétrica ou em empresas de direito privado ligadas de qualquer forma ao setor elétrico, salvo nas subsidiárias, controladas, sociedades de propósito específico e empresas concessionárias sob controle dos Estados, em que a Eletrobras tenha participação acionária, onde poderão exercer cargos nos Conselhos de Administração e Fiscal, observadas as disposições da Lei nº 9.292, de 12 de julho de 1996, quanto ao recebimento de remuneração.

A Eletrobras desenvolve e atualiza continuamente instrumentos para o fortalecimento da governança corporativa, conforme abaixo, tendo como principal gestor destes instrumentos a área de Governança Corporativa, todos disponíveis no website da companhia.

- Estatuto Social
- Regimento Interno do CAE
- Regimento Interno do CF
- Regimento Interno dos Comitês
- Carta Anual de Políticas Públicas e de Governança Corporativa
- Código das Práticas de Governança Corporativa da Eletrobras
- Código de Ética
- Diretrizes Antitruste
- Política de Transação entre Partes Relacionadas
- Política de Indicações na *holding* e nas Controladas, Coligadas, Fundações e Associações das Empresas Eletrobrás
- Manual de Divulgação e Uso de Informações Relevantes e Política de Negociação de Valores Mobiliários de Emissão da Eletrobras
- Manual do Conselheiro de Administração Representante das Empresas Eletrobras
- Manual do Conselheiro Fiscal Representante da Eletrobras
- Manual para Participação em Assembleias de Acionistas da Eletrobras
- Manual do Programa Anticorrupção das Empresas Eletrobras
- Plano Estratégico das Empresas Eletrobras
- Políticas das Empresas Eletrobras

Os administradores, conselheiros fiscais e membros dos comitês seguem os requisitos e vedações impostas pela Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016 que a regulamentou, sem prejuízo do que a este respeito dispõe a legislação vigente e o Estatuto Social da companhia.

Avaliação de Desempenho da Administração

A Eletrobras realiza anualmente, desde 2013, a avaliação de desempenho individual e coletiva do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, como forma de garantir que os conselheiros e diretores exerçam suas atividades de forma alinhada à estratégia da companhia. A metodologia se tornou única para todas as empresas Eletrobras. Os resultados são pontuados e consolidados em um relatório e os respondentes participam de reunião de *feedback*. No início de cada ano é estabelecido o plano de trabalho da avaliação de desempenho mediante deliberação da Diretoria e do Conselho de Administração, que aprovam o cronograma da avaliação, no qual estão estipulados os prazos e as responsabilidades previstos para cada etapa do processo.

Os diretores e conselheiros realizam a sua autoavaliação e a avaliação de seu respectivo órgão. Os conselheiros avaliam também a Diretoria Executiva como órgão. Em 2017, foi realizada a primeira avaliação de desempenho do Conselho Fiscal, e está prevista para 2018 a avaliação de desempenho contemplando os Comitês do Conselho de Administração, o que evidencia a melhoria contínua das práticas de governança.

A Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 ("Lei das Estatais") e o seu decreto regulamentador, Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, trouxeram um novo perfil para os candidatos a cargos de administrador e conselheiro fiscal. Entre outras questões, foi estabelecido que os administradores e conselheiros fiscais das empresas estatais devem participar de treinamentos específicos sobre temas relevantes relacionados às suas atividades.

A partir dessa necessidade, a Eletrobras lançou, em 2017, o "Programa de Aprimoramento para Conselheiros e Diretores Eletrobras" que envolve várias ações educacionais para atender aos públicos da *Holding*, empresas controladas, coligadas e das SPEs, visando ao desenvolvimento dos conselheiros de administração, conselheiros fiscais e diretores de forma consistente e continuada. Esse programa trata de ciclos de palestras, congressos anuais, cursos presenciais e *on-line* e teve início com o curso "Conselho Fiscal na Prática", para conselheiros fiscais. Na sequência, foi realizada a palestra "Responsabilidades dos Conselheiros" para conselheiros de administração e fiscais representantes da Eletrobras em suas controladas e coligadas, durante o Encontro dos Conselheiros 2017.

Adicionalmente foi feito um treinamento voltado para os conselheiros de administração e fiscais representantes da Eletrobras em suas controladas e coligadas. O encontro abordou palestras sobre as responsabilidades dos conselheiros, instrumentos da governança, programa de treinamentos e desenvolvimento dos conselheiros.

4.1. Assembleias Gerais de Acionistas

Em 2017, realizou-se em conjunto 01 (uma) Assembleia Geral Ordinária e 01 (uma) Assembleia Geral Extraordinária que aprovaram: as Demonstrações Financeiras Completas referentes ao exercício social de 2016, a destinação do resultado do exercício; a eleição de 08 (oito) membros do Conselho de Administração e de 5 (cinco) membros e suplentes do Conselho Fiscal e respectivos suplentes; a remuneração global dos Administradores e dos membros efetivos do Conselho Fiscal; e a aprovação da alteração estatutária, com as modificações sugeridas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ("SEST") e pela Secretaria do Tesouro Nacional ("STN").

Adicionalmente, em 2017, foram realizadas mais 02 (duas) Assembleias Gerais Extraordinárias que aprovaram, principalmente, os seguintes assuntos: aprovação da reforma do estatuto social da Eletrobras nos termos da Proposta da Administração, com as modificações sugeridas pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ("SEST") e pela Secretaria do Tesouro Nacional ("STN"); aprovação da retificação do item 7.9 da decisão da 165ª Assembleia Geral Extraordinária, de 22 de julho de 2016, para prorrogar o prazo para assinatura do contrato de transferência do controle acionário detido pela Eletrobras nas distribuidoras denominadas Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre, Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron, Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmD, Boa Vista Energia S.A. - Bovesa, Companhia Energética de Alagoas - Ceal e Companhia Energética do Piauí - Cepisa, desde que ocorra até 31 de julho de 2018.

4.2. Direito dos Acionistas

A Eletrobras, por meio da sua "Política de Distribuição de Dividendos", tem como propósito estabelecer as regras e os procedimentos relativos à matéria, de maneira transparente e de acordo com os dispositivos legais, estatutários e demais regulamentos internos. A decisão de distribuição de dividendos e demais proventos levará em consideração diversos fatores e variáveis, tais como os resultados da Companhia, sua condição financeira, necessidade de caixa, perspectivas futuras dos mercados de atuação atuais e potenciais, oportunidades de investimento existentes, manutenção e expansão da capacidade produtiva. Essa "Política de Distribuição de Dividendos" da Eletrobras busca garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos da Companhia, tendo como premissas a necessidade de flexibilidade e solidez financeira para a manutenção de seus negócios.

De acordo com nosso Estatuto Social, em cada exercício, será obrigatória a distribuição de dividendo não inferior a vinte e cinco por cento do lucro líquido, ajustado nos termos da Lei, observada a referida Política de Distribuição de Dividendos da Eletrobras. Os valores dos dividendos e dos juros pagos ou creditados a título de remuneração sobre o capital próprio, devidos aos acionistas, sofrerão incidência de encargos financeiros, a partir do encerramento do exercício social até o dia do efetivo recolhimento ou pagamento, sem prejuízo da incidência de juros moratórios, quando esse recolhimento não se verificar na data fixada pela Assembleia Geral.

Em conformidade com a legislação vigente e com o Estatuto Social da Eletrobras, no dia 19 de dezembro de 2017, houve pagamento dos Juros Sobre o Capital Próprio ("JCP"), relativos ao exercício de 2016, às pessoas físicas e jurídicas registradas como proprietários ou usufrutuários de ações preferenciais classes "A" e "B" ("PNA" e "PNB", respectivamente) na data-base de 28 de abril de 2017, conforme abaixo:

JCP		
Classe	**Principal (R$)**	**Valor Atualizado (R$)**
	31.12.2016	**19.12.2017**
PNA	2,17825658673	2,38969340156
PNB	1,63369244005	1,79227005117

Os valores da tabela foram atualizados pela Taxa Referencial do Sistema de Liquidação e Custódia – Selic, divulgada pelo Banco Central do Brasil.

4.3. Conselho de Administração

O **Conselho de Administração da Eletrobras** ("CAE") é um órgão de deliberação colegiada da Eletrobras e será integrado por 11 (onze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, que designará dentre eles o Presidente, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas. O CAE é responsável pela fixação de diretrizes fundamentais da administração, por iniciativa dos seus membros, ou a ele propostas pela Diretoria Executiva para fins de exame e deliberação, bem como pelo controle superior da Eletrobras, pela fiscalização da observância das diretrizes por ele fixadas, acompanhamento da execução dos programas aprovados e verificação dos resultados obtidos. Ao Conselho de Administração cabe determinar as diretrizes que deverão ser seguidas pela Diretoria da empresa na execução de seu plano de negócios, sempre sob a supervisão do Conselho Fiscal.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800105

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

O colegiado compõe-se de sete conselheiros indicados pelo Ministro de Estado de Minas e Energia; um conselheiro indicado pelo Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; um membro indicado pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias; e outro, pelos acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais, de emissão da Eletrobras que representem, no mínimo, dez por cento do capital social e um conselheiro eleito como representante dos empregados.

O Conselheiro representante dos empregados é eleito para um prazo de gestão de 2 (dois) anos, a contar da data da posse de acordo com o estatuto social da Empresa, e tem as mesmas funções dos demais Conselheiros de Administração, sendo-lhe legalmente vedado apenas participar de quaisquer discussões e/ou deliberações de natureza trabalhista, por se configurar conflito de interesse com o Tema.

Não participará das discussões e deliberações sobre assuntos que envolvam relações sindicais, remuneração, benefícios e vantagens, inclusive matérias de previdência complementar e assistenciais, hipóteses em que fica configurado o conflito de interesse, conforme o art. 2º, § 3º, da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010 e art. 8º da Portaria nº 026 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão ("MPOG").

Conforme disposto no Estatuto Social, o Presidente da Eletrobras será escolhido dentre os membros do Conselho de Administração, não podendo a mesma pessoa ocupar os cargos de Presidente da companhia e Presidente do Conselho de Administração.

Para garantir o alinhamento dos entendimentos dos órgãos da administração da companhia, em 2017 foram realizadas 2 reuniões conjuntas entre o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal. Além disso, sempre que necessário, o Conselho Fiscal convoca a Diretoria para participar de suas reuniões, seja para prestar esclarecimentos, seja para o recebimento de instruções, que posteriormente são implementadas pela Diretoria em suas atividades cotidianas.

As regras para o funcionamento deste colegiado são definidas em Regimento Interno. Todos os conselheiros têm os mesmos deveres, não podendo, ainda que para a defesa dos interesses de quem os elegeu, faltar a esses deveres.

O Conselho de Administração conta com três comitês, que têm por finalidade assessorá-lo mediante análise, acompanhamento e recomendação sobre questões específicas de cada área: Comitê de Estratégia, Governança e Sustentabilidade; Comitê de Auditoria e Riscos; e Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade, que em 2017 realizaram, respectivamente, 2, 4 e 1 reuniões, sendo os dois últimos previstos pelo Estatuto Social da Eletrobras. Cada comitê possui três vagas para conselheiros de administração, tendo suas atribuições dispostas em regimento interno.

Comitês	Data da Criação	Membros*	Objetivos
Estratégia, Governança e Sustentabilidade	26.05.17	Edvaldo Luís Risso José Guimarães Monforte Carlos Eduardo Rodrigues Pereira	Assessorar o Conselho de Administração, compreendendo, mas não se limitando, à análise e emissão de recomendações sobre estratégias a serem adotadas pela Companhia sobre os negócios da Companhia, sobre a política de sustentabilidade que a empresa deve adotar e sobre as práticas de governança, a fim de conferir maior eficiência às decisões do Conselho.
Gestão, Pessoas e Elegibilidade	26.05.17	Carlos Eduardo Rodrigues Pereira Vicente Falconi Campos Esteves Pedro Colnago Jr.	Assessorar o Conselho de Administração, compreendendo, mas não se limitando, à análise e emissão de recomendações sobre riscos e estratégias a serem adotadas pela Companhia, concernentes à gestão de pessoas e à elegibilidade de membros da administração e conselheiros fiscais, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às decisões do Conselho.
Auditoria e Riscos	26.05.17	Ariosto Antunes Culau José Guimarães Monforte José Pais Rangel	Assessorar o Conselho de Administração, compreendendo, mas não se limitando, à análise e emissão de recomendações sobre riscos e estratégias a serem adotadas pela Companhia, concernentes a controles internos, auditoria, gestão de riscos e gestão financeira, a fim de conferir maior eficiência às decisões do Conselho.

* membros em 31.12.2017

Além disso, foi criada a Comissão de Desinvestimento que tem o objetivo de apoiar o Conselho de Administração nas decisões de venda de suas participações em empresas e possui três conselheiros de administração e dois empregados. Em 2017, foram iniciados estudos para o processo de desinvestimento. Para 2018, portanto, pretende-se proceder à alienação da participação da Eletrobras em 70 Sociedades de Propósito Específico ("SPEs").

Os Conselhos de Administração das empresas controladas contam com 02 (dois) diretores da *Holding* dentre seus membros, sendo 01 (um) deles o Presidente do Conselho. Nas distribuidoras, o cargo de Presidente do Conselho é ocupado pelo Diretor de Distribuição da *Holding*.

O Manual dos Conselheiros de Administração Representantes das Empresas Eletrobras, assim como os demais instrumentos de gestão e governança, entregues aos conselheiros e disponíveis no *website* da Eletrobras, informam, entre outros, os deveres e responsabilidades dos conselheiros, observando sempre as atribuições que lhe são conferidas em lei, no Estatuto Social, no Regimento Interno do Conselho, quando houver, e nas demais normas internas da companhia.

Apresentamos a seguir a relação de conselheiros e respectivos mandato e participação de cada conselheiro em 2017:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	MANDATO	PARTICIPAÇÃO (%)*
Ariosto Antunes Culau	28.04.17 à AGO de 2019	100
Carlos Eduardo Rodrigues Pereira	25.07.16 à AGO de 2019	100
Edvaldo Luís Risso	28.04.17 à AGO de 2019	100
Esteves Pedro Colnago Júnior	28.04.17 à AGO de 2019	95
José Guimarães Monforte (Presidente)	28.04.17 à AGO de 2019	100
José Pais Rangel	28.04.17 à AGO de 2019	100
Vicente Falconi Campos	28.04.17 à AGO de 2019	95
Wilson Pinto Ferreira Jr.	28.04.17 à AGO de 2019	100

*Faltas são computadas nos casos de férias, licença ou ausências não justificadas.

4.4. Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da Eletrobras funciona de modo permanente e exerce a função de fiscalizar as ações dos administradores e opinar sobre as contas da companhia, sendo suas competências estabelecidas no Estatuto Social e regras para funcionamento definidas em Regimento Interno. O Conselho Fiscal está devidamente adequado às exigências da *Securities and Exchange Commission ("SEC")* para atuar como Comitê de Auditoria desde 2006, tendo entre os membros um especialista financeiro. Cabe ao Conselho Fiscal fiscalizar os atos de gestão dos administradores, especialmente em relação à gestão orçamentária, financeira e patrimonial da companhia.

Compõe-se por cinco membros e respectivos suplentes, eleitos por Assembleia Geral, com prazo de atuação de dois anos, permitidas, no máximo duas reconduções consecutivas, sendo: três indicados pelo acionista majoritário (sendo um indicado pelo Ministério da Fazenda, que representa o Tesouro Nacional); um membro indicado pelos acionistas minoritários detentores de ações ordinárias; e outro, pelos acionistas minoritários, detentores de ações preferenciais.

O Conselho Fiscal realiza reuniões ordinárias, mensalmente, e extraordinárias, sempre que necessário. Em 2017, foram realizadas 14 reuniões e a frequência de cada conselheiro fiscal foi de 100%.

O Conselho Fiscal, sempre que necessário, convoca a Diretoria para participar de suas reuniões, seja para prestar esclarecimentos, seja para o recebimento de instruções, que posteriormente são implementadas pela Diretoria em suas atividades cotidianas. Da mesma forma, também participa de reuniões conjuntas com o Conselho de Administração, quando assim requisitado.

Apresentamos a seguir a relação de conselheiros e respectivos mandatos e participação de cada membro titular do Conselho Fiscal:

CONSELHO FISCAL	MANDATO	PARTICIPAÇÃO (%)
Agnes Maria de Aragão da Costa	28.04.17 à AGO de 2019	100
José Wanderley Uchôa Barreto	28.04.17 à AGO de 2019	100
Márcio Coelho Leão	06.10.17 à AGO de 2019	100
Patrícia Valente Stierli (Especialista Financeiro)	28.04.17 à AGO de 2019	100
Ronaldo Dias	28.04.17 à AGO de 2019	100

4.5. Diretoria Executiva

À Diretoria Executiva compete a gestão dos negócios da Eletrobras, seguindo as diretrizes estratégicas estabelecidas pelo Conselho de Administração, com funções definidas em seu Estatuto Social.

Composta por sete membros, incluindo o Presidente, possui suas funções estabelecidas no Estatuto Social da companhia. A Diretoria Executiva da Eletrobras é composta por sete diretorias: Presidência, Diretoria Jurídica e de Gestão Corporativa, Diretoria de Geração, Diretoria de Distribuição, Diretoria Financeira e de Relações com Investidores, Diretoria de Transmissão e Diretoria de Conformidade.

Todos os Diretores são eleitos pelo Conselho de Administração, com prazo de gestão unificado de dois anos, sendo permitidas, no máximo, três reconduções consecutivas, sendo que o Diretor-Presidente é eleito dentre os membros do Conselho de Administração, excluído o Presidente do Conselho e não existe plano de sucessão. As reuniões semanais são dedicadas à condução dos negócios da Eletrobras e das demais empresas Eletrobras, com base nas orientações estratégicas do Conselho de Administração. A Diretoria Executiva se reúne ordinariamente todas as semanas, ou quando for convocada pela maioria de seus diretores ou pelo Presidente, tendo sido realizadas 58 reuniões em 2017.

Desde 2016, a Eletrobras aprimorou a governança quanto à qualificação de seus conselheiros e diretores, sendo necessário que os candidatos aos cargos preencham os requisitos exigidos pela Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, Lei nº 13.303/16, do Decreto nº 8.945/16, do Estatuto Social da companhia, além do atendimento a outros critérios legais e regulamentares aplicáveis, como a consulta ao banco de dados de sanções aplicadas pelas Comissões de Ética, conforme dispõe o art. 22 do Decreto nº 6.029, de 1º de fevereiro de 2007, e aos sítios eletrônicos da CVM, TCU, TSE e TCE, bem como consulta aos bancos de dados das Ouvidorias Internas das empresas Eletrobras.

Assim sendo, para toda indicação a cargos de conselheiros e diretores das empresas Eletrobras deve ser feita, previamente, uma avaliação pela área de integridade sobre a situação de conformidade dos indicados, assim como consultas à Ouvidoria das Empresas Eletrobras e ao Comitê de Gestão, Pessoas e Elegibilidade.

O administrador deve abster-se de votar nas matérias em que tiver interesse particular (direto ou indireto) envolvido. Assim que identificado conflito de interesse em relação a um tema específico, a pessoa envolvida deve afastar-se, inclusive fisicamente, das discussões e deliberações, sem descuidar dos seus deveres legais como administrador. O afastamento temporário deve ser registrado em ata, bem como a razão de sua abstenção.

Conforme art. 156 da Lei n.º 6.404 é vedado ao administrador intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o da companhia, bem como na deliberação que a respeito tomarem os demais administradores, cumprindo-lhe cientificá-los do seu impedimento e, fazer consignar, em ata de reunião, a natureza e a extensão do seu interesse.

A Diretoria Executiva se reúne semanalmente, tendo sido realizadas 58 reuniões em 2017.

Apresentamos a seguir a composição da Diretoria Executiva da Eletrobras, prazos de seus mandatos e respectivas participações nas reuniões de diretoria:++

DIRETORIA EXECUTIVA	MANDATO	PARTICIPAÇÃO (%)
Alexandre Vaghi de Arruda Aniz*	25.07.16 à 23.02.2018	100
Antônio Varejão de Godoy	15.12.17 à AGO 19	100
Armando Casado de Araújo	25.07.16 à 24.07.19	97
José Antonio Muniz Lopes	25.07.16 à 24.07.19	97
Lucia Maria Martins Casasanta	01.08.16 à 31.07.19	97
Luiz Henrique Hamann	25.07.16 à 24.07.19	97
Wilson Pinto Ferreira Jr.	27.07.16 à 24.07.19	97

* Alexandre Vaghi de Arruda Aniz deixou o cargo de Diretor Jurídico e de Gestão Corporativa em 23/02/2018.

Durante o ano de 2017, a Eletrobras promoveu o Programa de Aprimoramento dos Conselheiros e Diretores da Eletrobras, uma iniciativa da Diretoria de Conformidade e da área de Governança Corporativa, que visa ao desenvolvimento de competências associadas à governança corporativa e à integridade, de acordo com as melhores práticas de mercado e que está melhor detalhado no item 7.

4.6. Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais

A prática de remuneração adotada pela Eletrobras tem como principal finalidade promover o alinhamento dos interesses dos administradores com os interesses dos acionistas da Companhia. Para tal, a remuneração dos administradores da Eletrobras é fixada utilizando como parâmetros os seguintes fatores: (a) a responsabilidade, o tempo dedicado à função, a competência e reputação profissional dos administradores, bem como (b) as práticas de remuneração aplicadas pelo mercado para empresas de porte semelhante ao da Eletrobras.

No Estatuto Social da Companhia, são definidos os papéis e responsabilidades do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva, observando o que dispõe a legislação vigente.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800106

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Ademais, a Eletrobras dispõe de normas internas que tratam da delegação de poderes para autorização de gastos e assinatura de atos e contratos na Eletrobras, estabelecendo limites e respeitando as competências acima mencionadas.

❖ **Remuneração dos Administradores e Conselheiros Fiscais:**

Na tabela abaixo, podem ser verificados os valores pagos aos administradores da Holding em 2017, incluindo encargos sociais:

Remuneração (R$)	2017	2016	2015
Conselho de Administração	661.975,71	673.081,19	578.115,34
Conselho Fiscal	393.229,11	405.633,14	351.339,38
Diretoria Executiva	8.323.204,63	7.814.294,60	6.960.579,57

Valores baseados na Proposta de Administração 58ª AGO de 2018.

4.7. Gestão Integrada de Riscos e Conformidade

A gestão integrada de riscos nas empresas Eletrobras visa evitar a materialização de eventos que possam impactar negativamente seus objetivos estratégicos, em prol da geração e preservação de valor e do provimento de informações transparentes à Administração, a seus acionistas e ao mercado em geral.

O processo de gestão de riscos no grupo é regido por uma política de gestão de riscos corporativa única, aprovada e revista por seu Conselho de Administração e disponível no site da empresa. Este processo é coordenado pela *Holding*, o que garante visão sistêmica dos resultados e padronização entre todas as empresas. É conduzido pelas gerências de riscos e controles internos e pelos comitês de riscos presentes em cada uma das empresas Eletrobras. A orientação geral é dada pela Comissão de Riscos da Eletrobras e os resultados do processo são enviados à apreciação da Diretoria Executiva e do Conselho de Administração, através do Comitê de Auditoria e Riscos.

As bases metodológicas da gestão de riscos nas empresas Eletrobras são a Norma ISO 31000:2009 e os *frameworks* COSO ERM - *Enterprise Risk Management Framework* e COSO 2013 - *Internal Control Integrated Framework*. O modelo de gestão integrada de riscos parte da identificação e consolidação em uma matriz dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade aos quais as empresas se encontram expostas, para posterior análise, tratamento e acompanhamento através de processos específicos desenvolvidos por seus respectivos proprietários. Dessa forma, o processo é divido em cinco etapas:

1. Identificação:

A identificação tem como objetivo reconhecer e descrever os riscos aos quais as empresas estão expostas, seus fatores geradores, impactos e responsáveis. Esta etapa é realizada com a participação de todos os envolvidos nos processos de negócios das empresas e gera a matriz de riscos corporativa da companhia. A partir da matriz, é realizada a priorização dos riscos para análise e tratamento. A matriz de riscos é aprovada pela Diretoria Executiva da holding, por recomendação de sua comissão de riscos, sendo válida e reconhecida por todas as empresas do grupo.

2. Avaliação:

A segunda etapa se caracteriza pela avaliação dos riscos identificados na primeira. Nesta etapa são realizadas análises qualitativas e quantitativas, visando a definição dos atributos de impacto e vulnerabilidade, utilizados na priorização dos riscos a serem tratados. Isto inclui o levantamento e a análise dos controles já existentes, apurando-se, assim, os riscos residuais.

3. Tratamento:

Nesta etapa se define o posicionamento da empresa perante a possível materialização de um determinado risco. Possíveis respostas consistem em:

- evitá-los;
- mitigá-los, pela definição de planos de ação e controles internos;
- compartilhá-los; e
- aceitá-los.

Esta decisão depende principalmente do grau de apetite ao risco da empresa, previamente homologado por seu Conselho de Administração.

4. Monitoramento:

A etapa de monitoramento se constitui no desempenho de atividades gerenciais contínuas e/ou avaliações independentes, que visam o acompanhamento dos indicadores gerenciais e a supervisão da implantação e manutenção dos planos de ação definidos.

5. Comunicação:

A etapa de comunicação é permanente e ocorre concomitantemente às demais. Deve atingir todas as partes interessadas, em particular a Administração da empresa, sendo realizada de maneira clara e objetiva, respeitando as boas práticas de governança exigidas pelo mercado e as exigências dos órgãos reguladores como CVM, SEC e TCU.

De forma a dar suporte ao processo de gestão de riscos, a área de controles internos apoia os gestores na construção de controles e na elaboração e acompanhamento dos planos de remediação de deficiências. Considerando que somos uma empresa com ações listadas na Bolsa de Nova York ("NYSE") através de ADRS *(American Depository Receipts)*, seu ambiente de controles internos deve estar aderente à lei Sarbanes-Oxley ("SOX"), sendo submetido à avaliação independente de seus auditores externos. Além disso, é elaborado anualmente o Formulário 20-F, que é a demonstração financeira consolidada e anual entregue à SEC, contendo a avaliação da Administração a respeito dos fatores de riscos e do ambiente de controles internos do conjunto de empresas Eletrobras entendidas como materiais.

Internamente, o monitoramento de todas as ações necessárias ao arquivamento do Formulário 20-F, bem como da adequada execução dos planos de ação, é de responsabilidade do Conselho Fiscal da Eletrobras, o qual, conforme facultado pela legislação norte-americana, teve suas atribuições ampliadas para funcionar como comitê de auditoria. Mensalmente são feitos relatos ao Conselho Fiscal pelos auditores independentes, a Auditoria Interna e a gerência de controles internos acerca do status dos trabalhos da Certificação SOX.

Do processo de gestão de riscos participa também a área de integridade, à qual cabe avaliar as atividades de controle de conformidade, incluindo questões de desvios de conduta ética e a identificação e redução de riscos de fraude e de corrupção, entre outras ações, disseminando uma cultura de conformidade por todos os níveis da empresa, principalmente pela implementação e coordenação do Programa de Compliance da Eletrobras.

Adicionalmente, o Conselho de Administração da Eletrobras possui comitê específico de apoio e assessoramento, formado exclusivamente por conselheiros e cujo objetivo é conferir maior eficiência e qualidade às suas decisões, conforme descrito no item 4.3.

O modelo de gestão integrada de riscos adotado pelo grupo Eletrobras parte da identificação e consolidação em uma matriz dos riscos estratégicos, operacionais, financeiros e de conformidade aos quais as empresas se encontram expostas, para posterior análise, tratamento e acompanhamento através de processos específicos desenvolvidos por seus respectivos proprietários.

A identificação de riscos é realizada com a participação de todos os envolvidos nos processos de negócios das empresas, nos seus diferentes níveis, e possui como resultado a matriz de riscos corporativa. Deste processo também participam todas as empresas do sistema. Pelos normativos que regulam a gestão de riscos, a matriz deve ser revisada anualmente. A partir dela, é realizada a priorização dos riscos para análise e tratamento. A matriz de riscos é aprovada pela Diretoria Executiva da *holding*, por recomendação de sua comissão de riscos, sendo válida e reconhecida por todas as empresas do grupo, conforme abaixo:

Matriz de Riscos 2017 (versão sintética)



Após o processo de identificação de riscos, do qual também participam as demais empresas Eletrobras e cujo resultado final foi a elaboração da matriz de riscos corporativa do grupo, foram mapeados os seguintes riscos de ordem socioambiental.

Em 2017, os riscos de Fluxo de Caixa, Novos Negócios, Marco Regulatório, Gestão do Negócio de SPEs, Gestão de Negócios Corporativos, Gestão Ambiental de Empreendimentos, Licenciamento Ambiental, Formação e Gestão do Contencioso, Fundos de Pensão, Administração de Pessoal, Demonstrações Contábeis e Financeiras e Compliance FCPA/LACBRA, considerados pela Administração como mais relevantes, foram analisados e seus planos de ação continuam sob acompanhamento constante da gerência de riscos junto aos gestores responsáveis.

Os riscos são amplamente descritos, analisados e atualizados anualmente em nosso Formulário 20-F, entregue à NYSE, SEC e CVM e Formulário de Referência, entregue à CVM .

Tratamento das Fraquezas Materiais

A fim de eliminar as fraquezas materiais reportadas ao mercado através do Form 20-F (EUA/SEC) e no Formulário de Referência (Brasil/CVM), a Eletrobras vem fortalecendo, juntamente com as suas subsidiárias, a importância de nomear profissionais para atuarem na supervisão do ambiente de controles internos em todas as suas diferentes áreas de negócios, e também vem estabelecendo metas para os gestores dessas áreas. Além disso, com o objetivo de reduzir as deficiências existentes, as empresas Eletrobras estão promovendo ações de governança corporativa, gestão de riscos e gestão de áreas de controles internos.

Foram identificados, tanto pelo auditor externo, quanto pelos testes da administração, deficiências nas 7 empresas escopo da certificação, que compunham as 4 fraquezas materiais apontadas no relatório 20-F. Com o apoio de uma consultoria, foram elaborados planos de ação para cada uma das deficiências apontadas, a fim de remediar todas as fraquezas materiais para o Formulário 20-F referente à data-base 31.12.2017.

Todas as atividades ligadas ao aprimoramento contínuo dos controles internos da empresa são acompanhadas e monitoradas pela área de gestão de controles internos, ligada à diretoria de conformidade.

As áreas de negócio da empresa são responsáveis pela execução e documentação dos seus respectivos controles internos.

As atividades de aprimoramento contínuo dos controles internos, no pilar de fortalecimento da governança corporativa, são acompanhadas pelo presidente, diretores e conselho fiscal da empresa.

4.8. Política de *Hedge* Financeiro

A Política de *Hedge* Financeiro da Eletrobras possui como objetivo perseguir a mitigação da exposição às variáveis de mercado que impactem seus ativos e passivos assim como de suas Controladas. Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

De acordo com a Política os desequilíbrios entre ativos e passivos que apresentem alguma forma de indexação deverão ser compensados, preferencialmente, com ações de cunho estrutural, que contemplem o balanceamento natural das posições expostas. Para exposições residuais poderão ser efetuadas operações com instrumentos financeiros derivativos, respeitadas determinadas diretrizes, com o intuito exclusivo de proteger aqueles ativos e passivos indexados da Eletrobras e de suas controladas que apresentem algum descasamento, não podendo caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

Em 31 de dezembro de 2017, aproximadamente 25,2% da dívida total consolidada da Eletrobras, de R$ 45,1 bilhões, eram estipulados em moedas estrangeiras. Deste total, R$ 11,1 bilhões, ou 24,7% do total da dívida total consolidada da Eletrobras, eram estipulados em dólares americanos.

Para uma análise de sensibilidade do impacto das taxas de juros sobre o endividamento total da Companhia, vide nota explicativa n.º 22 das demonstrações financeiras da Companhia relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

continua

continuação

4.9. *Compliance* e Práticas Anticorrupção

Em continuidade ao processo de implantação de práticas de integridade no ambiente corporativo no qual a Eletrobras e suas empresas estão inseridas, a empresa aperfeiçoou seu Programa de Compliance, por meio da criação, em outubro de 2016, do "Programa de Compliance Eletrobras 5 dimensões".

O aprimoramento do referido programa, além de trazer mais robustez às ações de integridade da companhia e representar um avanço no nível de maturidade da empresa, faz parte do rol de atividades que a Eletrobras precisa cumprir para atender as leis norte-americanas Sarbanes-Oxley Act de 2002 e *Foreign Corrupt Practices* Act de 1977 ("FCPA"), a Lei Brasileira Anticorrupção (Lei nº 12.846/13) e as regras e orientações publicadas pela *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), Instituto Brasileiro de Governança Corporativa ("IBGC") e Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico ("OCDE"), entre outros.

O Programa Eletrobras 5 Dimensões baseia-se nas diretrizes propostas pelo Guia de Implantação de Programa de Integridade nas Empresas Estatais da CGU e no COSO *(Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission)*.

Conforme divulgado anteriormente, a estrutura do Programa Eletrobras 5 Dimensões prevê cinco diretrizes que constituem os pilares para o desenvolvimento da cultura e de uma política de gestão da integridade dentro da empresa, conforme mostrado na figura a seguir:



Dentre as iniciativas desenvolvidas em 2017, inclui-se o estabelecimento de diligências apropriadas para a contratação e supervisão dos nossos fornecedores. As empresas Eletrobras realizaram, dentre a cadeia existente de fornecedores, a identificação daqueles que devem ser monitorados devido à sua criticidade quanto ao aspecto de integridade. Para este grupo crítico de fornecedores, foi estabelecido contato para solicitar o preenchimento de um formulário de *due diligence*, assim como a assinatura de uma declaração de integridade.

Ainda com o objetivo de prevenir fraudes e ilícitos no âmbito de processos licitatórios intermediado por terceiros, a Eletrobras aprovou o "Regulamento de Licitações e Contratos" que adequa as regras de contratação das empresas Eletrobras de acordo com o estabelecido na Lei nº 13.303/16 ("Lei das Estatais") e que prevê a avaliação da integridade corporativa do fornecedor desde o processo de contratação até seu monitoramento durante a execução do contrato. Ainda em 2017 foi feita uma revisão da Política de Logística de Suprimentos e do Guia de Conduta para Fornecedores das empresas Eletrobras com a inclusão do tema Ética e Integridade Corporativa.

As atividades voltadas para o relacionamento com fornecedores foram desenvolvidas em conjunto com as empresas Eletrobras, inclusive com as áreas de Suprimentos, *Compliance* e demais partes interessadas. Destacam-se, a utilização da Comissão Diretiva de *Compliance* como fórum de discussão, além da realização de eventos como o *Workshop* de Suprimentos e o Encontro Anual com Fornecedores para disseminar e consolidar as atividades para contratação e supervisão de terceiros.

O "Regulamento de Licitações e Contratos da Eletrobras" foi elaborado em atendimento à Lei nº 13.303/16 que estabelece novas regras para contratação nas empresas estatais. A título de melhorias podemos destacar:

- ✓ Rito mais simplificado para contratação de obras e serviços de engenharia especializados, reduzindo a média de 200 dias para 70 dias;
- ✓ Maior celeridade através da padronização de contratos e editais;
- ✓ Diminuição de gastos com publicação em jornais de grande circulação;
- ✓ Estabelece matriz de risco (obrigando melhor orçamentação por parte dos concorrentes, evitando aditivos ao longo das obras e divide os riscos do empreendimento com a futura contratada);
- ✓ Permite critérios de integridade para orientar a contratação de licitantes, aderente ao programa "Cinco Dimensões"; e
- ✓ Amplia a realização de compras sustentáveis.

Outro importante destaque para o ano de 2017 e seguindo as melhores práticas do mercado, a Eletrobras contratou uma empresa externa e independente para atuar no recebimento centralizado das denúncias, o qual será amplamente abordado no item 4.12.

Adicionalmente, em 2017, a Eletrobras criou o Comitê do Sistema de Integridade ("CSI"), coordenado pela Diretora de Conformidade da Holding e com representatividade das empresas Eletrobras, com o objetivo de atuar como coordenador do processo de Gestão e Tratamento de Denúncias. Para sua operacionalização, a Eletrobras criou alguns documentos normativos, dentre os quais se destaca a Política de Consequências, cujo objetivo é estabelecer compromissos corporativos de combate à corrupção, às práticas anticoncorrenciais, aos conflitos de interesses e outras infrações e orientar a aplicação de consequências às ações e condutas em desacordo com o Código de Ética e de Conduta das empresas Eletrobras, o Programa de Integridade da Eletrobras e as normas internas e legais.

4.10. Processo de Investigação Independente

Conforme amplamente abordado ao mercado, em resposta às investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e de sociedades de propósito específico ("SPE") nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, o Conselho de Administração da empresa ("CAE") decidiu por iniciar um processo investigativo em 2015, em face do risco de que tais irregularidades apontadas pudessem afetar alguns dos principais investimentos da Eletrobras.

Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano, Hogan Lovells US LLP, com notória especialização em ações investigativas, e instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação ("CIGI"), composta de especialistas notórios e independentes, contratados para exercerem a supervisão do processo de investigação.

Entretanto, ainda que tenha havido a conclusão da etapa da investigação independente com vistas ao reconhecimento contábil de atos ilícitos já divulgados ao mercado, procedimentos adicionais relacionados ao processo investigatório continuaram em andamento, especialmente para atendimento aos requisitos das comissões de *Enforcement* da SEC e DOJ.

Em 2017 o processo de investigação iniciado pela Companhia continuou em curso, para acompanhar os eventuais desdobramentos no âmbito da "Operação Lava Jato", conduzida pela Polícia Federal e Ministério Público Federal. Para essa fase do processo investigatório independente, foi celebrado pela Companhia um novo contrato com o escritório americano Hogan Lovells. Os trabalhos do referido escritório continuaram sendo supervisionados pela CIGI ou "Comissão Independente". Em virtude do escopo dos procedimentos de compliance que foram executados nesta nova fase, a CIGI teve sua composição alterada. O engenheiro, Sr. Manoel Jeremias Leite Caldas, foi substituído pelo Sr. Julio Sergio Cardozo, especialista em governança e contabilidade. A ministra aposentada do Supremo Tribunal Federal, Dra. Ellen Gracie Northfleet, e o ex-diretor da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), Sr. Durval José Soledade Santos, continuaram como membros da CIGI.

Em dezembro de 2017, foi celebrado um novo contrato com o escritório norte-americano Hogan Lovells, visando o encerramento das ações de investigação independente e a resolução do tema perante as autoridades norte-americanas *Departament of Justice* ("DOJ") e *Securities Exchange Commission* ("SEC"), por um prazo máximo de 08 (oito) meses. O escopo contratual, previamente discutido com a Comissão Independente de Gestão da Investigação ("CIGI"), SEC e DOJ, contemplou a finalização de procedimentos de investigação que foram iniciados e à época não estavam concluídos, o acompanhamento das medidas de remediação, especialmente a implementação do programa de compliance, bem como as interações necessárias, com autoridades brasileiras e americanas, com vistas à resolução de ações de investigação em curso.

A Eletrobras, o Hogan Lovells e a Comissão Independente têm acompanhado rigorosamente as investigações e cooperado com as autoridades brasileiras e norte-americanas, incluindo, a Justiça Federal, o Ministério Público Federal ("MPF"), a CVM, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE"), Tribunal de Contas ("TCU") e Controladoria Geral da União ("CGU"), o DoJ e a SEC, dentre outros, e têm respondido às solicitações de informação e documentos dessas autoridades. Nas instâncias onde a investigação independente identificou contratos onde irregularidades pudessem ter ocorrido, os mesmos foram devidamente avaliados e as respectivas medidas corretivas adotadas, sejam de suspensão ou anulação. Também foram tomadas medidas administrativas em relação aos empregados e diretores envolvidos nas atividades identificadas pela investigação independente, adotando, quando aplicável, o respectivo procedimento sancionador.

Após o encerramento da ação investigativa independente, todos os novos assuntos relacionados ao tema que porventura venham a surgir serão conduzidos internamente, pela própria Eletrobras, por intermédio de sua Diretoria de Conformidade, que já está adotando as medidas necessárias para viabilização desta estrutura, como a contratação de um canal de denúncias, capacitação de seus empregados e criação de um Comitê voltado especificamente para questões voltadas às denúncias de corrupção.

4.11. Auditoria Interna

A Auditoria (CAI) é uma superintendência vinculada ao Conselho de Administração da Eletrobras e tem suas atividades monitoradas e supervisionadas pelo Comitê de Auditoria e Riscos ("COAUD"), formalmente instituído como órgão de assessoramento do Conselho de Administração da Eletrobras para essa finalidade.

A Auditoria Interna da Eletrobras tem o papel fundamental de apoiar a Alta Administração para uma avaliação objetiva e percepção sobre eficácia e eficiência da governança, gestão de riscos e processos internos de controle, monitorando, avaliando e realizando recomendações para aperfeiçoar os controles e normativos internos, bem como os procedimentos estabelecidos pelos administradores.

No exercício de 2017, foram produzidos 24 (vinte quatro) Relatórios de Auditoria, dentre os quais destacam-se como mais relevantes os seguintes, no Pilar Estratégico: Comunicação Institucional e de Crises; no Pilar Financeiro: Empréstimos e Financiamentos, Gestão de Fundos de Pensão e Gestão do Fluxo Financeiro; no Pilar Operacional: Formação e Gestão do Contencioso, Gestão de Processos Regulatórios e Administração e Relacionamento de Pessoal; e no Pilar Conformidade: Projeto Sox-Testes da Administração nos Controles Internos e Integridade e Conformidade.

Todos os Relatórios de Auditoria foram enviados às respectivas Diretorias das áreas auditadas, para as devidas providências e, periodicamente, foram verificadas, pela Auditoria, as ações adotadas para fins de atendimento às recomendações constantes nos citados Relatórios.

Foi também realizado, de forma contínua, o atendimento às demandas de Órgãos de Controle - Controladoria Geral da União ("CGU") e Tribunal de Contas da União ("TCU") -, tais como auditorias, fiscalizações, solicitações de informação, recomendações e determinações, entre outras.

Os resultados dos trabalhos da auditoria são apresentados à Controladoria Geral da União ("CGU"), por meio do Relatório Anual de Atividades de Auditoria Interna ("RAINT"), em conformidade a Instrução Normativa Nº 24, de 17/11/15, expedida por aquele Órgão. De acordo com essa nova Instrução Normativa, o RAINT passou a ser publicado no site da Eletrobras.

Para melhor adequabilidade na análise de riscos das recomendações de auditoria, os trabalhos relacionados no Plano Anual de Auditoria Interna ("PAINT") são executados em função dos eventos de riscos identificados pela área de Gestão de Riscos Corporativos nos processos de negócios, para que seja possível associar o nível de exposição do evento de risco ao da atividade auditada.

A Auditoria Interna da Eletrobras possui seus principais focos de atuação destacados abaixo:

Avaliação dos processos de negócio	• Relatório de Auditoria • Recomendações e Planos de Ação
Testes da Administração nos controles internos	• Certificação SOX • Eliminação das Fraquezas Materiais e Deficiências Significativas
Apuração de Denúncias	• Avaliação dos fatos relatados • Emissão de relatório com os resultados apurados
Atendimento aos Órgãos de Controle	• Auditoria Anual de Contas (CGU) • Prestação Anual de Contas (TCU) • Trabalhos de Auditoria e Respostas aos Ofícios

Nesse contexto, como resultado da execução de todas as atividades previstas em seu planejamento anual ou extraordinário, a Auditoria traz como resultado mais imediato: a garantia de uma maior eficiência dos processos internos da companhia; a mitigação das possíveis ocorrências de fraudes financeiras, considerando sua participação na execução dos testes da administração para fins de certificação SOX; avaliação se a empresa, através do processo de gerenciamento de riscos, conhece e administra seus principais riscos e se o sistema de controle interno é suficiente para mitigar ameaças operacionais, incluindo os riscos de conformidade; o atendimento eficaz às demandas dos órgãos de controle; e a aderência das operações empresariais às normas internas e regulamentações do mercado.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800108

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Outro destaque na melhoria nos procedimentos em 2017, está associado ao planejamento das atividades de auditoria interna nas Empresas Eletrobras, notadamente na elaboração do "PAINT" 2018, objetivando o alinhamento de metodologias entre as unidades de auditoria interna tendo como base a análise dos riscos corporativos mapeados pela companhia.

4.12. Ouvidoria

Em 2017, a Ouvidoria-Geral passou a ser subordinada ao Conselho de Administração da Eletrobras. Desde então, conforme orientação do colegiado, a Ouvidoria-Geral apresenta mensalmente as informações sobre denúncias e outros tipos de manifestações que possam gerar riscos ou oportunidades de melhorias em processos ao Comitê de Auditoria e Riscos (comitê de apoio ao CAE).

As apresentações resultaram em melhorias no processo de gestão e tratamento de denúncias, especialmente quanto a atendimento a prazos e qualidade nas respostas, assim como no desenvolvimento de novas soluções para a gestão na holding e nas empresas.

A Ouvidoria-Geral define como 'manifestação' todo tipo de comunicação recebida. As manifestações são tipificadas como: Reclamação, Elogio, Solicitação, Sugestão e Denúncia, conforme Instrução Normativa nº 1/2014, da Controladoria Geral da União ("CGU") e orientações para implementação de ouvidorias da CGU e pode ser contatada pelos telefones (21) 2514-4526/5895 ou por meio de carta para Av. Presidente Vargas, 409/17º andar - Centro - Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20071-003. O contato também pode ser feito pessoalmente, no mesmo endereço.

Canais de Ouvidoria da Eletrobras

- Sistema de Ouvidoria – SOU (registro pelo site www.eletrobras.com.br e nos sites das empresas Eletrobras inclusive pela intranet, atendimento presencial, carta ou pelo e-mail ouvidoria@eletrobras.com);
- Canal Denúncia (sites de todas as Empresas Eletrobras na internet);
- Sistema de Informação ao Cidadão - SIC (site na internet - acompanhamento/gestão da tramitação diretamente pela Controladoria Geral da União - CGU).

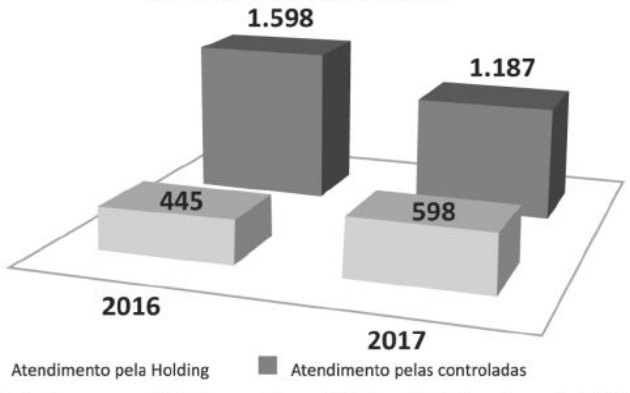
Em todos esses acessos – com exceção do e-SIC, onde a identificação do solicitante é obrigatória, de acordo com a "Lei de Acesso à Informação" – é garantindo ao solicitante, tanto interno quanto externo, o sigilo das informações e não é necessária sua identificação. O processo de atendimento é totalmente informatizado por meio do Sistema de Gestão da Ouvidoria (SOU).

A norma interna da Ouvidoria, em atendimento às orientações da Controladoria-Geral da União, estabelece o prazo de atendimento e resposta ao manifestante de até 20 dias corridos.

As Ouvidorias das Empresas Eletrobras têm como responsabilidade, expressa em seus instrumentos normativos, a manutenção/guarda do sigilo do conteúdo e dos dados de identificação do manifestante/denunciante. Todas as denúncias, independentemente de identificação de denunciante ou origem, que tiverem elementos suficientes para sua apuração são avaliadas e encaminhadas para as áreas competentes, para verificação de sua veracidade e tomada de providências.

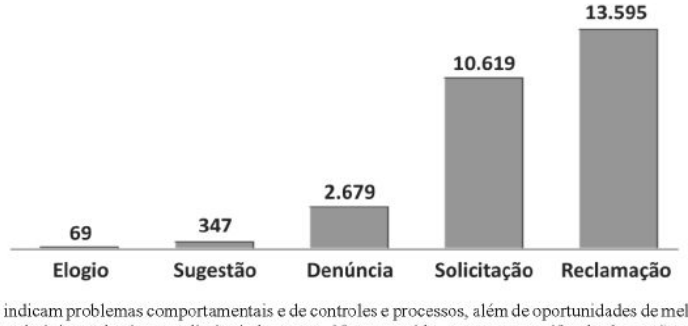
Abaixo são apresentados o total de manifestações recebidas pela Holding, porém subdivididas naquelas que cabiam à Eletrobras holding e aquelas que foram direcionadas para as Controladas, nos anos de 2017 e 2016.

Manifestações recebidas pela Holding



Em 2017, as Ouvidorias das empresas Eletrobras receberam 27.309 manifestações, das quais 25.790 (95,1%) foram concluídas e 1.519 (4,9%) estavam em andamento, em 31 de dezembro de 2017. Em relação às manifestações de 2016 relativas a todas as empresas, excluindo as empresas distribuidoras e Itaipu, apenas 0,4% permaneciam em andamento.

Manifestações por Tipo no Sistema Eletrobras



As denúncias indicam problemas comportamentais e de controles e processos, além de oportunidades de melhoria na gestão das empresas, administrando riscos e diminuindo custos. Nesse sentido, o processo unificado de gestão e tratamento de denúncias, implementado no segundo semestre de 2017, a partir do início do funcionamento do Canal de Denúncias externo, que será abordado adiante, possibilitou a centralização e a padronização do tratamento de denúncias, a identificação e a recomendação de melhorias em controles na holding e nas empresas, a interrupção de atividades irregulares e o afastamento de profissionais e gestores cuja atuação comprometia os resultados das empresas.

No exercício de 2017, o número de denúncias internas e externas relativas ao Código de Conduta ou Integridade recebido pelo Sistema Eletrobras totalizaram em 2.679 das quais 717 (26,8%) referem-se a Holding e 1.962 (73,8%) se referem as controladas.

A norma de gestão e tratamento de denúncias, que orienta a atuação no processo e que foi aprovada pelo Conselho de Administração da Eletrobras, indica objetivamente o tratamento de eventual retaliação a denunciantes, com o encaminhamento do caso como nova denúncia, em que o denunciado, comprovada a infração ao Código de Ética e Conduta das empresas Eletrobras, é submetido aos mesmos trâmites e responsabilização. A Política de Consequências das empresas Eletrobras, também aprovada pelo Conselho de Administração, orienta igualmente quanto aos efeitos de eventual retaliação a denunciante cometida por colaborador.

A ouvidoria também revisou sua norma interna, para atualização quanto às mudanças trazidas pela centralização do processo de gestão e tratamento de denúncias e pela Lei nº 13.460/17. Iniciou, ainda, os estudos para capacitação contínua dos ouvidores das empresas Eletrobras, tendo como primeiro desafio a atuação na mediação de conflitos.

Além disso, a Ouvidoria também remediou os gaps SOX relacionados ao sistema de Ouvidoria (SOU), implementando melhorias no sentido da rastreabilidade das ações no sistema.

Iniciou o projeto de integração de processos das Ouvidorias, incluindo funções já realizadas – como gestão de manifestações e prestação de contas e *reports* – e novas funções, como o diagnóstico de riscos e a mediação de conflitos – com a realização de um primeiro *workshop* com os ouvidores das empresas em dezembro/2017 e a elaboração de um plano de ação que será desenvolvido durante o primeiro semestre de 2018.

Em 2018, o processo de apuração/investigação de denúncias será aperfeiçoado, para ganhar mais agilidade e confiabilidade, e os processos de responsabilização em todas as empresas Eletrobras estão sendo revisados, no sentido de prover mais transparência e uniformidade para os indicadores de desempenho relacionados ao tratamento de denúncias.

Canal de Denúncias Externo

Seguindo as melhores práticas do mercado, a Eletrobras decidiu, em 2017, pela contratação de uma empresa externa e independente para atuar no recebimento centralizado das denúncias. A terceirização do canal de denúncias, uma das ações previstas no novo processo de gestão e tratamento das denúncias, teve por objetivo trazer melhoria no monitoramento das denúncias recebidas, evitar e tratar os casos de influência ilegal, de fraude ou corrupção e aumentar a consciência de todos os colaboradores sobre esses temas.

Já para a operacionalização do processo de gestão e tratamento de denúncias e centralização do tratamento, foram elaborados e aprovados documentos internos de normatização e procedimentos. O Comitê do Sistema de Integridade ("CSI"), coordenado pela Diretoria de Conformidade e formado por representantes das empresas Eletrobras, passou a acompanhar, de forma padronizada, todas as denúncias recebidas pelo canal, após classificação dessas por assunto e criticidade.

O novo processo prevê, além da padronização da apuração e investigação, da responsabilização e das recomendações de remediação, sob a responsabilidade do CSI, em parceria com as diretorias das empresas, o diagnóstico preciso e consolidado sobre os riscos à gestão identificados pelo tratamento das denúncias recebidas pela Ouvidoria-Geral. Além disso, é assegurada a garantia de sigilo da identidade dos denunciantes, por legislação e normas internas, assim como permitido o registro de denúncias anônimas, que recebem o mesmo tratamento das denúncias identificadas, quando possuem elementos suficientes para apuração e resposta.

O Canal de Denúncias centralizado das empresas Eletrobras possui uma série de mecanismos que não só garantem o anonimato (se desejado) por parte do denunciante, como também a rastreabilidade das ações e consultas realizadas pelos responsáveis envolvidos no tratamento das denúncias.

O total de denúncias apuradas pelo Canal de Denúncias externo desde sua criação até o fim de dezembro de 2017 foi de 364 casos, contudo 164 foram finalizadas como fora do escopo e das 200 denúncias consideradas válidas, apenas 22 das denúncias foram concluídas ate o final de dezembro de 17, dado que uma denúncia só pode ser encerrada após passar pelas etapas de decisão quanto à responsabilização e remediação.

Canal de Denúncias das Empresas Eletrobras
Site: www.canaldedenuncias.com.br/eletrobras
Telefone: 0800 377 8037 – 24 horas nos 7 dias da semana
Atendimento em português, inglês e espanhol.

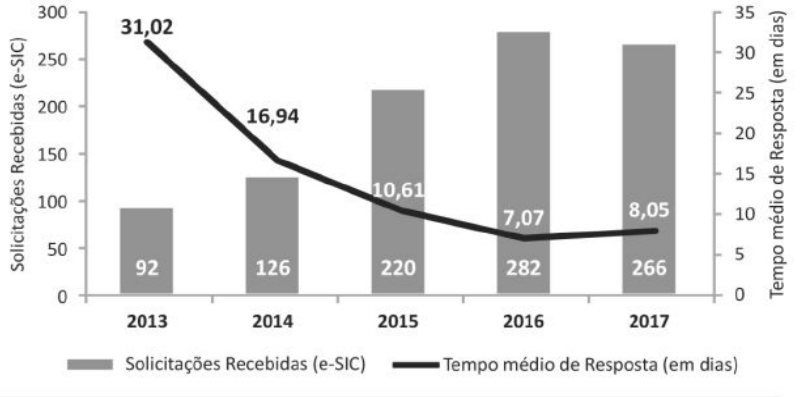
SIC - Serviço de Informação ao Cidadão – Lei de Acesso à Informação

Em atendimento à Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527), a Eletrobras deve disponibilizar dados referentes à sua gestão para consultas e solicitações dos órgãos públicos e da sociedade em geral, independentemente da origem da manifestação.

No ano de 2017, as empresas Eletrobras receberam o total de 898 pedidos de informações. Dessas, 889 (99%) foram respondidas e 9 (1%) encontravam-se em tramitação para resposta.

Entre as empresas Eletrobras, a holding foi a que mais recebeu solicitações pelo e-SIC em 2017: foram 266 (29,6% do total de manifestações recebidas por todas as empresas), das quais todas foram respondidas até 31/12/2017. O tempo médio de respostas da holding foi de 8,05 dias.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)



continua

continuação

4.13 Ética

A Eletrobras tem expresso em seu Código de Ética e de Conduta, no que tange aos compromissos das empresas Eletrobras no exercício da governança corporativa, o compromisso de "Basear sua relação com os seus públicos de relacionamento na proatividade da comunicação, de forma precisa, correta, transparente e oportuna, disponibilizando informações tempestivamente ao mercado de modo a minimizar rumores e especulações".

Soma-se a esse, o compromisso de "atuar, e exigir que seus terceiros atuem, de modo impessoal, com lisura e responsabilidade, na utilização das informações estratégicas, pautando a sua conduta pelo sigilo profissional no interesse público de salvaguardar direitos de seus investidores e demais públicos de relacionamento".

A Política de Comunicação e Engajamento com Públicos de Interesse das Empresas Eletrobras, por sua vez, tendo como base as diretrizes do Plano Estratégico, do Código de Ética e demais orientadores, aborda a divulgação de informações que espelhem a atuação sustentável da empresa, favorecendo o diálogo e o envolvimento dos públicos de interesse.

Para isso, define como premissa o equilíbrio entre os interesses da instituição e as expectativas de cada um dos públicos de interesse da empresa: acionistas, investidores, analistas de mercado, força de trabalho, familiares, comunidades, sociedade, imprensa, formadores de opinião, parceiros, patrocinados, fornecedores, governos, órgãos reguladores, clientes, consumidores entre outros.

Em 2017, as empresas Eletrobras aprovaram a Política de Consequências, que estabelece compromissos corporativos de combate à corrupção, às práticas anticoncorrenciais, aos conflitos de interesses e outras infrações e orientar a aplicação de consequências às ações e condutas em desacordo com o Código de Ética e de Conduta das empresas Eletrobras, o Programa de Integridade da Eletrobras e as normas internas e legais.

5. O NOSSO NEGÓCIO NO BRASIL E NO EXTERIOR

5.1. Segmento Geração

A Eletrobras, em 31/12/2017, atingiu a capacidade instalada de 48.134 MW em empreendimentos de geração, o que representa 31% dos 157.370 MW instalados no Brasil. Desse total, 66% é composto de empreendimentos de propriedade integral do sistema Eletrobras, 17% de empreendimentos realizados por meio de Sociedades de Propósito Específico (SPE) e 17% de empreendimentos em propriedade compartilhada, incluindo aqui metade da capacidade de Itaipu Binacional (7.000 MW), que representa 15% do total. De forma alavancada, ou seja, considerando a capacidade instalada total dos empreendimentos em parceria além dos corporativos, a Eletrobras contribui com 66.036 MW, o que corresponde a 42% da capacidade instaladas na matriz brasileira.

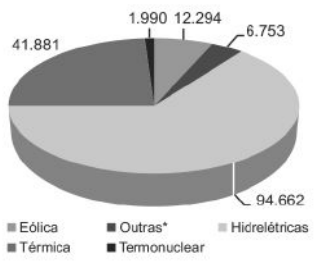
Seguem abaixo as usinas das Empresas Eletrobras que estavam em operação em dezembro de 2017.



Capacidade Instalada

Cerca de 95% da capacidade instalada da Eletrobras provém de fontes com baixa emissão de gases de efeito estufa ("GEE"), contribuindo de forma decisiva para que a matriz elétrica brasileira seja uma das mais limpas e renováveis do mundo. Do total de capacidade instalada alavancada em empreendimentos com baixa emissão de gases de efeito estufa em relação à capacidade do Brasil, em 31/12/2017, 40% pertencem à Eletrobras.

Capacidade Instalada do Brasil por Fonte (MW)



Do total da capacidade instalada no Brasil de 157.580 MW, cerca de 60% correspondem à fonte por hidrelétricas, 26,6% por fontes térmicas, 7,8% por fontes eólicas, 1,3% por fonte nuclear e 4,3% por outras fontes entre fotovoltaicas, pequenas centrais hidrelétricas e centrais geradoras hidrelétricas.

*Outras: Fotovoltaicas, Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH), Central Geradora Hidráulica (CGH).

Capacidade Instalada por Empresa Eletrobras e por Fonte

A capacidade instalada da Eletrobras, localizada no Brasil, pode ser dividida de acordo com o regime de exploração e participação acionária em: (i) Usinas Corporativas; (ii) Usinas Corporativas Sob Regime de O&M (Lei nº 12.783/13); (iii) Usinas Corporativas Renovadas pela Lei nº 13.182/15; (iv) Usinas de Propriedade Compartilhada; (v) Sociedades de Propósito Específico ("SPEs"); e (vi) Sociedades de Propósito Específico sob regime de O&M, conforme abaixo demonstrado.

Regime de Operação	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar		Total	
	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado	MW	MW Alavancado
Usinas Corporativas												
Amazonas D	–	–	406	406	–	–	–	–	–	–	406	406
Amazonas GT	250	250	771	771	–	–	–	–	–	–	1.020	1.020
CGTEE	–	–	413	413	–	–	–	–	–	–	413	413
Chesf	817	817	–	–	–	–	33	33	–	–	850	850
Eletronorte	8.782	8.782	503	503	–	–	–	–	–	–	9.285	9.285
Eletronuclear	–	–	–	–	1.990	1.990	–	–	–	–	1.990	1.990
Eletrosul	159	159	–	–	–	–	138	138	1	1	298	298
Furnas	834	834	530	530	–	–	–	–	–	–	1.364	1.364
Subtotal	**10.842**	**10.842**	**2.263**	**2.263**	**1.990**	**1.990**	**171**	**171**	**1**	**1**	**15.627**	**15.627**
Usinas Corporativas sob Regime de O&M												
Chesf	8.399	8.399	–	–	–	–	–	–	–	–	8.399	8.399
Eletronorte	78	78	–	–	–	–	–	–	–	–	78	78
Furnas	4.617	4.617	–	–	–	–	–	–	–	–	4.617	4.617
Subtotal	**13.094**	**13.094**	–	–	–	–	–	–	–	–	**13.094**	**13.094**
Usinas Corporativas Renovadas pela Lei nº 13.182/15												
Chesf	1.050	1.050	–	–	–	–	–	–	–	–	1.050	1.050
Furnas	2.082	2.082	–	–	–	–	–	–	–	–	2.082	2.082
Subtotal	3.132	3.132	–	–	–	–	–	–	–	–	3.132	3.132
Usinas de Propriedade Compartilhada												
Eletrosul	178	363	–	–	–	–	–	–	–	–	178	363
Furnas	765	1.485	–	–	–	–	–	–	–	–	765	1.485
Itaipu	7.000	14.000	–	–	–	–	–	–	–	–	7.000	14.000
Subtotal	**7.943**	**15.848**	–	–	–	–	–	–	–	–	**7.943**	**15.848**
Sociedades de Propósito Específico (SPEs)												
Chesf	1.491	3.509	–	–	–	–	368	809	–	–	1.859	4.318
Eletrobras	677	1.504	–	–	–	–	507	609	–	–	1.184	2.112
Eletronorte	965	1.634	11	23	–	–	46	94	–	–	1.022	1.751
Eletrosul	1.200	2.785	–	–	–	–	20	25	–	–	1.220	2.810
Furnas	2.604	6.442	–	–	–	–	46	94	–	–	2.650	6.536
Subtotal	**6.936**	**15.874**	**11**	**23**	–	–	**987**	**1.630**	–	–	**7.934**	**17.527**
Sociedades de Propósito Específico em regime de O&M												
Furnas	403	808	–	–	–	–	–	–	–	–	403	808
Subtotal SPE	**7.339**	**16.681**	**11**	**23**	–	–	**987**	**1.630**	–	–	**8.337**	**18.334**
Total Geral	**42.350**	**59.598**	**2.634**	**2.646**	**1.990**	**1.990**	**1.158**	**1.801**	**1**	**1**	**48.134**	**66.036**

Notas:

(1) A coluna "MW" refere-se à soma da Capacidade Instalada Disponível Eletrobras em 31/12/2017 (MW), levando em consideração a participação das empresas Eletrobras em cada empreendimento;

(2) A coluna "Usinas" refere-se ao número de usinas de cada empresa. Os empreendimentos com participação de mais de uma empresa Eletrobras foram contabilizados apenas uma vez, da seguinte forma:
- Chesf e Eletronorte tem participação, cada uma, de 24,5% na UHE Dardanelos. Contabilizado na Chesf;
- Chesf e Eletrosul tem participação, cada uma, de 20% na UHE Jirau. Contabilizado na Chesf;
- Furnas e Eletrosul tem participação, cada uma, de 24,5% e 24,72%, respectivamente na UHE Teles Pires. Contabilizado em Furnas;
- Chesf e Eletrobras tem participação, cada uma, de 15% e Eletronorte, de 19,98% na UHE Belo Monte. Contabilizado na Eletronorte; e
- Furnas e Eletronorte tem participação, cada uma, de 24,5% nas Eólicas Miassaba 3, Rei dos Ventos 1 e Rei dos Ventos 3. Contabilizado em Furnas.

(3) Os valores de capacidade instalada das SPEs participantes no processo de Dação entre Eletrosul e Eletrobras Holding foram contemplados na tabela acima. Vale destacar que o percentual de participação acionária considerado foi o mesmo do informe 4T17 da Eletrosul.

A capacidade instalada dos empreendimentos que contam com a participação das empresas Eletrobras totaliza 66.036 MW, que correspondem a 43% do SIN.

Tipo	Hidráulica		Térmica		Nuclear		Eólica		Solar		Total	
	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas	MW Alavancado	Usinas
Corporativos não renovados	10.842	12	2.623	111	1.990	2	171	7	1	1	15.627	133
Corporativos renovados pela Lei nº 13.182/15	3.132	2	–	–	–	–	–	–	–		3.132	2
Corporativos sob regime de O&M	13.094	18	–	–	–	–	–	–	–		13.094	18
Propriedade Compartilhada	15.848	4	–	–	–	–	–	–	–		15.848	4
SPE	15.874	11	23	1	–	–	1.630	63	–		17.527	75
SPE em regime O&M	808	1	–	–	–	–	–	–	–		808	1
Total Geral	**59.598**	**48**	**2.646**	**112**	**1.990**	**2**	**1.801**	**70**	**1**	**1**	**66.036**	**233**

continua

continuação

Agregação física no Sistema

Destaca-se em 2017 a entrada em operação comercial da UHE São Manoel, do parque eólico Casa Nova II e da primeira unidade geradora da UTE Mauá III. Vale destacar também a entrada em operação de novas unidades geradoras das UHE Belo Monte e Santo Antônio. Em contrapartida, foram desativadas as UTEs São José, no Amazonas e Santarém, no Pará. No cômputo geral, no ano de 2017 houve acréscimo na capacidade instalada do Sistema Eletrobras de 1.278 MW.

Empresa	Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPE (c)	SPE sob Regime de O&M (d)	Agregação Física 2017	Total (a+b+c+d)
Eletrobras	–	–	1.184	–	873	1.184
Eletronorte	9.285	78	1.022	–	489	10.386
Chesf	1.901	8.399	1.859	–	64	12.158
Furnas	4.211	4.617	2.650	403	220	11.881
Eletronuclear	1.990	–	–	–	0	1.990
Eletrosul	476	–	1.220	–	-372	1.696
CGTEE	413	–	–	–	-320	413
Itaipu	7.000	–	–	–	0	7.000
Amazonas G&T	1.020	–	–	–	325	1.020
Empresas	406	–	–	–	-1	406
Total	**26.702**	**13.094**	**7.934**	**403**	**1.278**	**48.134**

Energia Gerada e Vendida

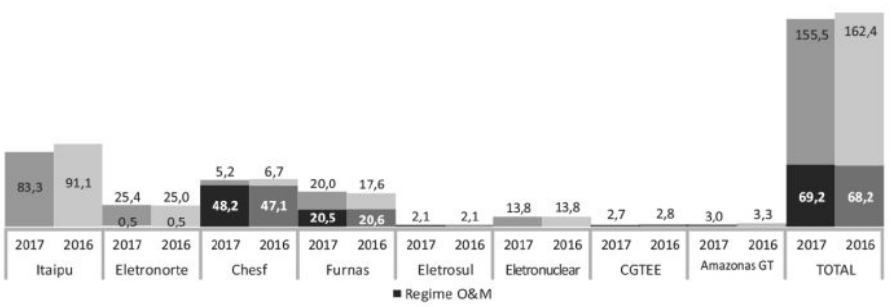
As empresas Eletrobras geraram, em 2017, o total de 182.116 GWh, considerando a proporção da sua participação no capital investido, o que representou um aumento de 7% em relação a 2016. As variações positivas mais significativas foram observadas nas empresas Eletrobras, Eletronorte, Eletrosul e Amazonas G&T. Com relação às empresas Eletrobras e Eletronorte, o elevado crescimento deve-se principalmente a geração da UHE Belo Monte. No que diz respeito à Eletrosul, destaca-se o aumento da geração verificada nas UHE Jirau e Teles Pires. Já na Amazonas G&T, este aumento foi ocasionado pela elevada geração da UHE Balbina e a entrada em operação comercial da 1ª unidade geradora da UTE Mauá 3.

Em contrapartida, a variação negativa mais acentuada da geração de energia foi verificada na empresa CGTEE, em função principalmente da suspensão da operação comercial da fase B da UTE Presidente Médici, a partir do 2º semestre, conforme verificado na tabela a seguir:

Energia Gerada (GWh)			
Empresas Eletrobras	**2017**	**2016**	**Crescimento**
Eletrobras	4.362,51	1.164,80	274,5
Itaipu Binacional	48.193,68	51.549,18	-6,5
Eletronorte	35.792,22	28.725,33	24,6
Chesf	24.354,25	25.382,42	-4,1
Furnas	38.870,43	36.379,97	6,8
Eletronuclear	15.741,21	15.864,29	-0,8
Eletrosul	8.551,82	5.661,92	51,0
CGTEE	1.589,47	2.280,71	-30,3
Amazonas GT	3.089,39	2.299,00	34,4
Amazonas D	1.570,74	1.608,94	-2,4
Total Eletrobras	**182.115,71**	**170.916,56**	**11.199,15**
Total Crescimento (%)			**7%**

Informamos abaixo o volume de energia vendida pelas Empresas Eletrobras em 2017, excluída a comercialização de energia de curto prazo e a comercialização de Itaipu para o mercado paraguaio. Em termos de evolução do mercado de energia, as Empresas Eletrobras, em 2017, venderam 156 TWh de energia, contra 162 TWh negociados no ano anterior, o que representa uma queda de 4,2%. Se considerarmos a energia vendida das usinas renovadas pela Lei nº 12.783/13, o volume total de energia vendida passou de 230,6 TWh em 2016[1] para 224,6 TWh em 2017.

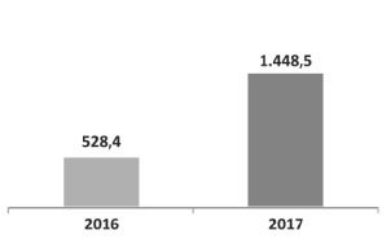
O principal destaque é para a usina de Itaipu, pois em 2017 a geração foi 6,5% menor quando comparada ao ano de 2016, ano do recorde histórico. Além disso, a ANDE utilizou 20% mais energia que em 2016, sendo a energia restante destinada a Eletrobras. Considerando essas variáveis é natural a diminuição da quantidade de energia adquirida pela Eletrobras.



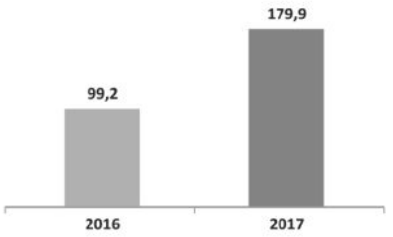
(1) A Companhia atua como agente de comercialização de energia elétrica de Itaipu. As receitas de energia vendida apresentadas acima não fazem parte das receitas de vendas da Eletrobras mencionadas nas Demonstrações financeiras.

Em continuidade ao PDNG 2018-2022, em 2017, o Comitê de Comercialização foi 100% concluído, permitindo que melhores transações fossem realizadas entre as empresas Eletrobras, tendo como um dos maiores destaques um aumento de 55% do volume 2017/2016 nos ambientes ACL e ACR e aumento de 81,2% nos preços no ambiente ACL em comparação a 2016 de preços 2017/2016 no ambiente ACL.

Quantidade Bilaterais ACL Eletrobras (MW médio)



Preço Médio Ponderado ACL Eletrobras (RS/MWh)



Disponibilidade Operacional das nossas Usinas de Geração

As duas tabelas a seguir apresentam a Disponibilidade Média de Geração (%) por empresas Eletrobras e por regime de exploração e participação acionária. Os valores de disponibilidade média de geração foram obtidos através da média ponderada entre a capacidade instalada proporcional à participação societária e os fatores de disponibilidade das usinas Próprias, Propriedade Compartilhada, Itaipu Binacional e SPEs.

Disponibilidade Operacional na Geração (%) – Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional			
Empresas Eletrobras	**2017**	**2016**	**2015**
Amazonas Energia 1	70,87	81,23	91,91
CGTEE	49,77	52,02	50,43
Chesf	97,54	84,44	78,50
Eletronorte 2	88,22	–	91,75
Eletronuclear	91,96	90,00	84,61
Eletrosul	94,03	92,91	92,15
Furnas	96,64	91,89	90,24
Itaipu	97,10	96,30	96,06

Notas:

(1) O valor de Disponibilidade Operacional das usinas da Amazonas Energia foi calculado considerando as disponibilidades da Amazonas D e Amazonas GT, ponderadas pelas capacidades instaladas das suas usinas . Até o momento a Amazonas D não disponibilizou os fatores de disponibilidade das suas usinas. Desta forma, os referidos cálculos não contemplaram esses valores; e

(2) Em 2016, os Fatores de disponibilidade encaminhados pela Eletronorte para subsidiar o cálculo da Disponibilidade Operacional na Geração, segundo informações desta, foram obtidos com base na metodologia do indicador FID (Fator de Disponibilidade de Geração - conforme a REN nº 614 da ANEEL), a qual difere da metodologia adotada por este relatório. Desta forma, o valor não foi utilizado para efeito de comparação.

O Fator de Disponibilidade é o indicador que está associado ao tempo que uma usina fica disponível para gerar energia com maior confiabilidade e continuidade, ou seja, menor número de paradas e duração para as manutenções planejadas e forçadas.

A tabela a seguir apresenta o Fator de Disponibilidade (%) por fonte primária e sua evolução nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Fator de Disponibilidade - Usinas Corporativas, Propriedade Compartilhada e Itaipu Binacional (%)			
Fonte de Energia Primária	**2017**	**2016**	**2015**
Carvão	49,77	52,02	50,43
Eólica	96,85	98,13	98,70
Gás	73,50	84,82	85,90
Hídrica	94,93	94,18	88,44
Óleo	56,12	76,18	90,61
Solar	98,88	99,22	–
Urânio	91,96	90,00	84,61

Para as SPES, o fator de disponibilidade por fonte eólica e hídrica foi, em 2017, respectivamente 95,84% e 96,77%.

Expansão em Geração

Em busca de novas oportunidades de negócios, as Empresas Eletrobras participam de estudos e projetos de usinas hidrelétricas, diretamente ou em parceria, que somam 20.670 MW de capacidade instalada de geração.

Dentre os principais estudos e projetos, destacam-se:

Empreendimentos em Estudo de Viabilidade					
Empreendedor	**Tipo**	**Etapa**	**Empreendimento**	**UF**	**MW**
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	São Luiz do Tapajós	PA	8.040,00
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	Jatobá	PA	1.650
Eletronorte e outros	AHE	Est. Viab.	Marabá	PA	1.850,00
Eletronorte e outros	AHE	Est. Viab.	Serra Quebrada	MA/TO	1.328,00
Eletrobras e Ebisa (Argentina)	AHE	Est. Viab.	Garabi	Bra/Arg	1.152,00
Eletrobras e Ebisa (Argentina)	AHE	Est. Viab.	Panambi	Bra/Arg	1.048,00
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	Jamanxim	PA	881
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	Cachoeira do Caí	PA	802
Eletronorte, Eletrobras e outros	AHE	Est. Viab.	Cachoeira dos Patos	PA	528
Eletronorte	AHE	Est. Viab.	Ipueiras	TO	480
Eletronorte, Furnas e outros	AHE	Est. Viab.	Água Limpa	MT	360
Eletronorte, Furnas e outros	AHE	Est. Viab.	Tabajara	RO	400
Furnas	AHE	Est. Viab.	Porteiras	GO	86
Furnas	AHE	Est. Viab.	Buriti Queimado	GO	142
Furnas	AHE	Est. Viab.	Maranhão	GO	125
Furnas	AHE	Est. Viab.	Mirador	GO	106
Eletronorte	AHE	Est. Viab.	Santa Isabel	TO/PA	1.087,00
Eletronorte	AHE	Est. Viab.	Couto Magalhães	MT/GO	150
Eletronorte	AHE	Est. Viab.	Alta Floresta	MT	127,8
Total					**20.342,80**

continua

continuação

Empreendimentos em Projeto Básico					
Empreendedor	**Tipo**	**Etapa**	**Empreendimento**	**UF**	**MW**
Eletronorte e outros	AHE	Proj. Bás.	Juruena	MT	46
Eletronorte e outros	AHE	Proj. Bás.	Verde 11 Alto	GO	48,3
Total					**94,3**

Empreendimentos em Projeto Básico de Ampliação					
Empreendedor	**Tipo**	**Etapa**	**Empreendimento**	**UF**	**MW**
Eletronorte	AHE	Proj. Bás. Ampl.	Coaracy Nunes	AP	220
Eletronorte	AHE	Proj. Bás. Ampl.	Curuá-Una	PA	12,5
Total					**233**

Expansão Estratégica em Geração

A Companhia vem expandindo, nos 3 últimos anos, uma média de 1.326 MW por ano, em termos de capacidade instalada, especialmente via SPEs.

Tipo de Empreendimento	2017	2016	2015
Corporativos, incluindo sob regime O&M (a)	39.796	40.122	40.938
SPE (b)	8.338	6.734	4.453
Total (a+b)	**48.134**	**46.856**	**45.391**
Agregação Física	1.278	1.465	1.236

Nota:
(b) Considera a participação acionária proporcional das Empresas Eletrobras nas SPEs.

Comercialização em Itaipu

A Lei nº 10.438, de 26/4/02, determinou que a Eletrobras fosse o Agente Comercializador de Energia de Itaipu. Nessa condição, a empresa, no ano de 2017, repassou para as concessionárias das Regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste 75.441 GWh de energia vinculada à potência contratada, o que correspondeu a um faturamento de aproximadamente US$ 3,7 bilhões. A energia suprida acima daquela vinculada à potência contratada e adquirida pela Eletrobras foi de 14.943 GWh. O Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015 atribui os riscos hidrológicos associados à geração de Itaipu às concessionárias de distribuição na proporção do montante de energia elétrica alocado a cada concessionária na Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias. Dessa forma, a Conta de Comercialização de Itaipu, administrada pela Eletrobras, a partir de janeiro de 2015, passou a liquidar na CCEE, somente valores referentes a Encargos, Excedente Financeiro, Recontabilizações, Rateio da Inadimplência, Ações, Liminares e outros ajustes financeiros. A partir da liquidação de fevereiro de 2015, a CCEE, em cumprimento a Resolução Aneel nº 649/2015, isentou à Eletrobras dos valores referentes ao risco hidrológico da UHE Itaipu.

5.2. Segmento Transmissão

Em 31 de dezembro de 2017, a malha de linhas de transmissão das empresas Eletrobras atingiu um total aproximado de 71.684 km. Desse total, (i) 6.823 km são corporativas; (ii) 57.010 km são corporativas Sob Regime de O&M; (iii) 7.851 km são correspondentes à proporção de suas participações acionárias em empreendimentos realizados pelas empresas Eletrobras por meio de Sociedades de Propósito Específico. Considerando apenas a rede básica do Sistema Interligado Nacional, ou seja, as tensões de ±800, 750, ±600, 525/500, 345 e 230 kV, a Eletrobras é responsável por 64.944 km de linhas de transmissão, o que representa cerca de 49% do total das linhas de transmissão do Brasil nas referidas tensões.

Empresas Eletrobras	Linhas de Transmissão em 2017 (km)					
	Corporativas (a)	Corporativas sob regime O&M (b)	SPE - Participação Eletrobras (c)	Total (a+b+c)	Alavancado pela Eletrobras (d)	Total Alavancado (a+b+d)
Amazonas GT	390	–	–	390	–	390
Chesf	1.620	18.912	1.653	22.185	3.075	23.607
Eletronorte	1.735	9.783	2.584	14.102	5.265	16.783
Eletrosul	1.564	9.513	1.092	12.169	1.746	12.824
Furnas	1.514	18.802	2.522	22.838	5.688	26.004
Total Eletrobras	**6.823**	**57.010**	**7.851**	**71.684**	**15.774**	**79.607**

Notas:
(c) Refere-se à participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.
(d) Refere-se à extensão total das linhas de transmissão dos empreendimentos em parceria.

Subestações

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia detinha, através de suas subestações corporativas uma capacidade de transformação de 229.192 MVA, SPEs com capacidade da transformação de 21.302 MVA, totalizando 250.493 MVA de capacidade de transformação. De forma alavancada a Eletrobras contribuiu com 270.435 MVA de capacidade de transformação.

Empresas Eletrobras	Capacidade de Transformação (MVA) em 2017						
	Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	Total (c)	SPEs - Participação Eletrobras (d)	Total (c+d)	SPEs - Alavancado pela Eletrobras (e)	Total Alavancado (c+e)
Amazonas GT	1.365	–	1.365	–	1.365	–	1.365
Chesf	12.257	45.522	57.767	9.117	66.883	14.538	72.305
Eletronorte	12.019	20.592	32.611	3.075	35.685	6.257	38.868
Eletrosul	4.257	22.471	26.728	962	27.690	2.351	29.079
Furnas	14.440	108.741	123.181	8.149	131.329	18.105	141.285
Total Eletrobras	**44.337**	**197.326**	**229.192**	**21.302**	**250.493**	**41.251**	**270.435**

Nota:
(e) Total alavancado significa o total de MVA dos empreendimentos que contam com participação das empresas do Sistema Eletrobras.

Eficiência do Serviço de Transmissão

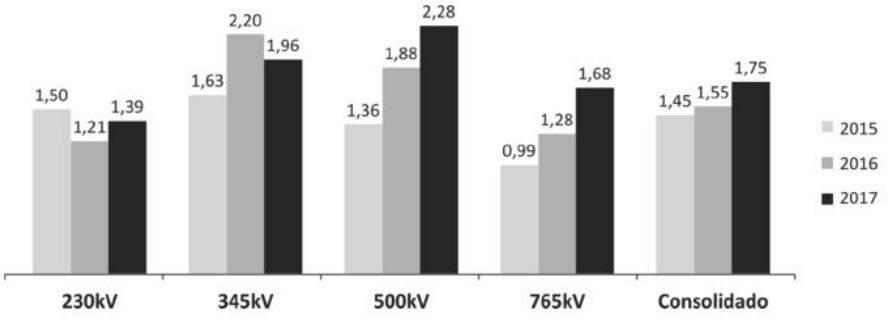
• Disponibilidade

O quadro a seguir apresenta o Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão das empresas Eletrobras. Este indicador representa o percentual de horas, no ano, que as linhas permaneceram disponíveis para o sistema de transmissão.

Índice de Disponibilidade de Linhas de Transmissão (%)			
Empresas Eletrobras	**2017**	**2016**	**2015**
Amazonas GT	99,97	n/d	n/d
Chesf	99,78	99,92	99,82
Eletronorte	99,87	99,93	99,91
Eletrosul	99,82	99,69	99,78
Furnas	99,19	99,21	99,84
Total	**99,81**	**99,69**	**99,84**

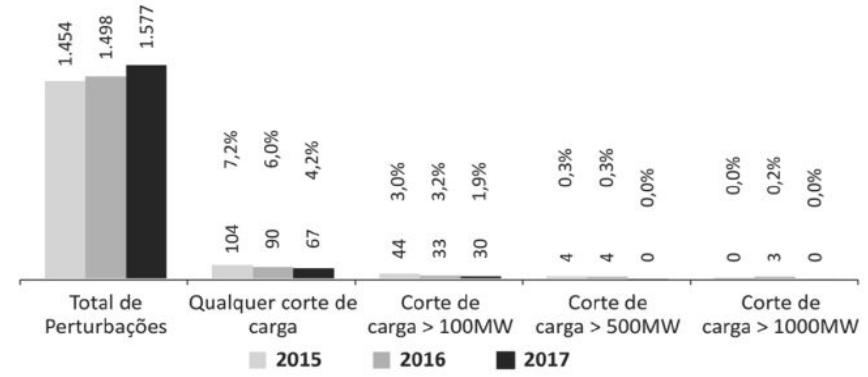
• Desligamentos por 100 km de linha de Transmissão das linhas de transmissão corporativas.

O indicador Desligamentos por 100km de Linhas de Transmissão complementa a disponibilidade de linha de transmissão com informações que capturam a frequência da indisponibilidade para operação.



• Perturbações Rede de Transmissão

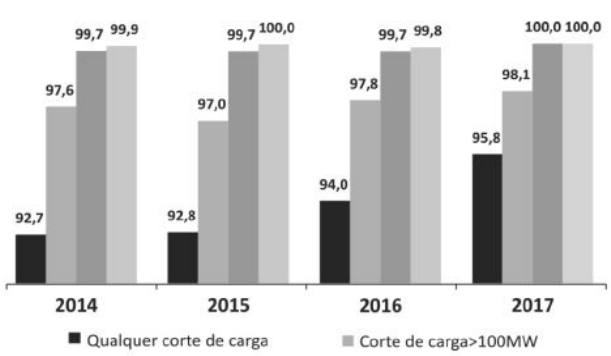
O gráfico a seguir apresenta o número de perturbações que tiveram origem na rede básica de transmissão das empresas Eletrobras nos anos de 2015, 2016 e 2017, bem como os cortes de carga envolvidos nessas perturbações. Ressalta-se que apesar do aumento do número total de perturbações no ano de 2017, o mesmo não se refletiu em aumento do número de perturbações com corte de carga, e não houve ocorrências de corte de carga superior a 500 MW. As principais causas de perturbações em 2017 foram meio ambiente (queimadas), fenômenos naturais (descargas atmosféricas), equipamentos e os relacionados à proteção.



• Índice de Robustez (%)

O indicador de robustez avalia a capacidade da Rede Básica em suportar contingências sem interrupção do fornecimento de energia elétrica aos consumidores, considerando somente as perturbações com origem na rede de transmissão das Empresas Eletrobras. O Sistema Eletrobras vem mantendo o mesmo desempenho dos últimos anos, com destaque para a robustez para qualquer corte de carga que teve um aumento considerável, tendo em vista o menor número de perturbações que causaram corte de carga no ano de 2017.

Indicador de Robustex do Sistema Eletrobras (%)



• Perdas na Transmissão

No que tange às perdas na transmissão, a Eletrobras utiliza uma metodologia unificada para estimativa das perdas elétricas na transmissão das Empresas Eletrobras, baseada em cálculos elétricos, utilizando casos de fluxo de potência. Considerando que as perdas elétricas são decorrentes da topologia de rede e do ponto operativo do sistema, ambas as situações fora do controle das empresas transmissoras, possíveis aumentos ou reduções das perdas representam alterações no perfil da otimização da operação eletro-energética do SIN. Por esta razão, no atual modelo regulatório brasileiro, o custo das perdas é dividido entre consumidores e geradores, sem qualquer encargo à empresa transmissora.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800112

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A tabela a seguir apresenta o referido indicador para cada uma das empresas de transmissão de energia da Eletrobras:

Perdas Técnicas por Transmissão (%)		
Empresas Eletrobras	**2017**	**2016**
Amazonas GT	0,17%	n/d
Chesf	2,44%	2,70%
Eletronorte	1,10%	1,09%
Eletrosul	1,37%	1,42%
Furnas	2,00%	2,31%
Total	**1,78%**	**2,02%**

Expansão em Transmissão

No ano de 2017, foi dado andamento à implantação de empreendimentos detalhados neste relatório, cujas parcerias foram estabelecidas em anos anteriores. Destaca-se em 2017, o acréscimo total de 1.201 km de linhas de transmissão em parceria.

As principais causas que afetaram negativamente o desempenho das empresas Eletrobras estão relacionadas ao não cumprimento dos prazos de conclusão dos empreendimentos, provocado especialmente por atrasos no processo de licenciamento ambiental, por desequilíbrio em contratos de fornecimento, pelo descumprimento de prazos por parte de alguns contratados e, finalmente, por aspectos fundiários relacionados ao atingimento de propriedades particulares ou terras indígenas.

Empresas Eletrobras	Total de Linhas e Agregação física de Transmissão em 2017 (Km)				
	Corporativo (a)	Corporativo sob Regime de O&M (b)	SPEs - Participação Eletrobras (c)	Total de Agregação Física Eletrobras* (a+b+c)	Agregação Física Alavancada**
Amazonas GT	–	–	–	–	–
Chesf	274	–	–	274	274
Eletronorte	–	–	513	513	1.046
Eletrosul	–	–	–	–	–
Furnas	–	–	689	689	1.439
Total	**274**	**–**	**1.201**	**1.475**	**2.759**

Notas:
* Participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento
** Total de linha da SPE considerando a parte do parceiro.

Empresas Eletrobras	Extensão das linhas de Transmissão (Km) >=230kV	
	Em 2017	Acréscimo em 2017 (Km)
Amazonas GT	390	–
Chesf	21.468	274
Eletronorte	12.939	513
Eletrosul	10.181	–
Furnas	19.967	689
Total	**64.945**	**1.475**

Empresas Eletrobras	Acréscimo - Subestações em 2017 (Km) >=230kV					
	Nº SE	Capacidade de Transformação (MVA) (a)	SPEs - Participação Eletrobras (MVA) (b)*	Total (MVA) (a+b)	Alavancado SPEs - Total (MVA) (c) **	Alavancado pela Eletrobras (a+c)
Chesf	1	80,00	1.923,00	2.003,00	3.925,00	4.005,00
Eletronorte	5	980,00	–	980,00	–	980,00
Eletrosul	1	–	1.923,00	1.923,00	3.925,00	3.925,00
Furnas	–	75,00	–	75,00	–	75,00
Total	**7**	**1.135,00**	**3.847,00**	**4.982,00**	**7.850,00**	**8.985,00**

Notas:
* Participação proporcional ao capital investido pelas Empresas Eletrobras no empreendimento.
** Total de MVA da SPE considerando a parte do parceiro.

Expansão Estratégica em Transmissão

A Companhia vem expandindo, nos 3 últimos anos, em média 1.360 km por ano, em termos de linhas de transmissão, especialmente via SPEs, o que demonstra que a Companhia está perseguindo a diretriz estratégica de atuar de forma relevante no setor de transmissão, mantendo sua liderança.

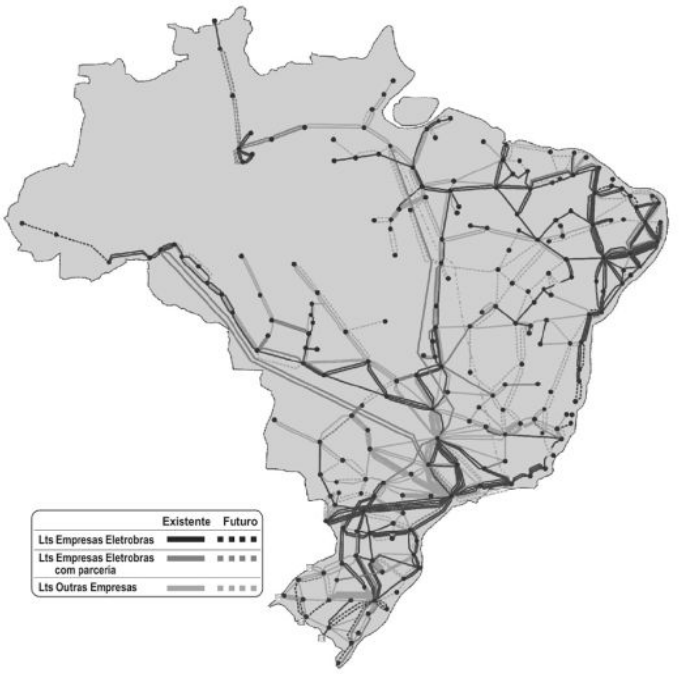
Tipo de Empreendimento	2017	2016	2015
Corporativo (a)	63.833	63.572	62.409
SPE (b)	7.851	6.621	6.028
Total (a+b)	**71.684**	**70.193**	**68.437**
Agregação Física (km)	1.475	1.758	853

Nota:
(b) Considera a participação acionária proporcional das Empresas Eletrobras nas SPEs.
Obs: Agregação física considera ajustes feitos em 2015 onde foram excluídas as linhas de transmissão da Amazonas D, ajuste no total de linhas da Amazonas GT de 439 km para 403 km, alteração nos dados da Eletronorte em função de linhas da Linha Verde Transmissora terem entrado em operação em 2015 e correções nas extensões das empresas Amazonas GT, Eletrosul, Furnas, Chesf e Eletronorte em 2017. Para o ano de 2016, houve redução de 8km no total de linhas de transmissão das SPEs devido a correções de extensões e participações.

Os destaques mais importantes para as empresas Eletrobras e para o Brasil foram:

- Conclusão das obras de construção da maior linha de transmissão de corrente contínua da América Latina e duas subestações conversoras (Xingu/PA e Estreito/MG), sob a responsabilidade da SPE Belo Monte Transmissora de Energia, constituída pelas empresas Eletronorte (24,5%) e Furnas (24,5%), com a State Grid (51%). Com 2.092 km e tecnologia inédita no Brasil (ultra-alta tensão de 800 kV-CC), a LT permite o transporte de até 4.000 MW de potência para as cargas localizadas nos submercados do Sudeste e do Centro-Oeste;
- A obra da Belo Monte Transmissora, com investimento global previsto de R$ 4,5 bilhões, foi estabelecida no planejamento setorial e integra o Programa de Aceleração do Crescimento e Avançar. O empreendimento entrou em operação com dois meses de antecedência (dezembro/2017), em relação ao previsto no contrato de concessão assinado com a Aneel;
- Na região Nordeste, conclusão da LT 230 kV Touros / Ceará Mirim II, com 61,2 km de extensão, LT Teresina II / Teresina III, com 26 km de extensão, LT Mossoró II / Mossoró IV, com 40 km de extensão, LT Morro do Chapéu II / Irecê, com 65 km de extensão e das SE Igaporã III 230/69 kV – 1.500 MVA e SE Morro do Chapéu 230/69 kV – 150 MVA; e
- Nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, conclusão das obras da LT 500 kV Barreiras II / Rio das Éguas, com 239 km de extensão, LT 230 kV Brasília Sul / Brasília Geral, com 13,5 km de extensão e LT 230 kV Serra da Mesa / Niquelândia, com 100 km de extensão.

O mapa a seguir apresenta as principais linhas de transmissão do sistema elétrico brasileiro, existentes ou já licitadas até 2017, destacando os empreendimentos pertencentes às empresas Eletrobras e com a participação destas em parceria.



Para conhecer todas as linhas de transmissão das Empresas Eletrobras e em parcerias, acesse o Anexo do nosso Informe aos Investidores do 4T17.

Consta do PDNG 2018-2022, no âmbito da estratégia Excelência Operacional, a iniciativa "Modernização e automação de instalações", cujo objetivo é implantar recursos de teleassistência nas instalações das empresas Eletrobras com o intuito de reduzir custos operacionais e aumentar a eficiência e confiabilidade operacional, através da operação remota das instalações.

O projeto prevê a implantação da teleassistência de forma gradual, o que permite preservar a excelência da operação das instalações, garantindo elevados índices de desempenho.

No que tange aos investimentos próprios, destaca-se a Expansão da transmissão para escoamento de energia eólica e atendimento de energia elétrica na região Sul. Trata-se da execução da implantação, pela Eletrosul, de 1.933 km de linhas de transmissão em 525 kV e 735 km em 230 kV, e ainda a construção de oito novas subestações e ampliações, com investimento previsto total de R$ 3 bilhões. Outro destaque foi a Expansão da transmissão para interligação do extremo oeste do estado do Acre através da construção da LT 230 kV Rio Branco I / Feijó / Cruzeiro do Sul, com 635 km de extensão e investimento previsto de R$ 415 milhões.

No que se refere às SPE, houve a Expansão da transmissão para reforço do sistema na região Sudeste, através da construção da LT 500 kV Itatiba / Bateias / Araraquara 2 / Fernão Dias, com 847 km de extensão e investimento de R$ 1.570,8 milhões. Sob a responsabilidade da SPE Mata de Santa Genebra (49,9% Furnas e 50,1% Copel), o empreendimento possui previsão de energização para novembro/2018. Outro acontecimento foi a conclusão das obras da LT 500 kV Barreiras II / Rio das Éguas, em janeiro de 2017, com 239 km de extensão. A energização desta LT, completou a implantação de um total de 967 km de extensão e investimento de R$ 917,58 milhões. Sob a responsabilidade da SPE Paranaíba Transmissora (24,5% Furnas, 24,5% Copel e 51% State Grid), o sistema tem com o objetivo reforçar a rede de transmissão das regiões Centro-Oeste e Sudeste do Brasil. Vale, ainda, destacar a conclusão da construção da maior linha de transmissão de corrente contínua da América Latina e duas subestações conversoras (Xingu/PA e Estreito/MG), sob a responsabilidade da SPE Belo Monte Transmissora de Energia, constituída pelas empresas Eletronorte (24,5%) e Furnas (24,5%), com a State Grid (51%). Com 2.092 km e tecnologia inédita no Brasil (ultra-alta tensão de 800 kV-CC), a LT permite o transporte de até 4.000 MW de potência para as cargas localizadas nos submercados do Sudeste e do Centro-Oeste. Outrossim, a obra da Belo Monte Transmissora, com investimento global previsto de R$ 4,5 bilhões, foi estabelecida no planejamento setorial e integra o Programa de Aceleração do Crescimento e Avançar. O empreendimento entrou em operação com dois meses de antecedência (dezembro/2017), em relação ao previsto no contrato de concessão assinado com a Aneel.

5.3. Segmento Distribuição

As empresas de Distribuição de Energia Elétrica da Eletrobras ("EDE"), atuam em 02 (dois) estados da Região Nordeste e 04 (quatro) estados da Região Norte, atendendo mais de 4 milhões de consumidores. Em dezembro de 2017, estas empresas utilizavam uma rede de distribuição de energia de baixa, média e alta tensão, com 252.329 km de extensão e um total de 229 subestações, compreendendo 476 municípios.

Dados Físicos do Sistema – 2017							
Descrição	**Eletroacre**	**Ceal**	**Amazonas Energia**	**Cepisa**	**Ceron**	**Boa Vista**	**Total**
Linhas/Redes de Distribuição (Km)	20.331	42.744	31.634	93.086	60.850	3.684	252.329
Nº de subestações	13	40	26	87	60	3	229
Nº de Clientes	263.113	1.117.108	976.874	1.266.470	631.783	161.712	4.417.060
Nº de Municípios	22	102	61	224	52	15	476

Operação e Comercialização

As Empresas de Distribuição da Eletrobras ("EDEs") ressaltam adversidades impostas, tais como: elevação do despacho de usinas térmicas, que provocaram uma elevação do PLD – Preço de Liquidação das Diferenças, em alguns momentos sem a cobertura por transferências de recursos via CDE; falta de regularidade nas transferências de recursos da CDE e, para as empresas do norte, recursos da CCC; Entretanto, mesmo com esse cenário, avanços foram registrados.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800113

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Com a privatização da Celg Distribuição S.A. ("Celg D") ocorrida em 30 de novembro de 2016, o contrato de compra e venda de Ações da Celg D entre Eletrobras, Companhia Celg de Participações ("CELGPAR") e ENEL BRASIL S.A. ("Adjudicatária") foi assinado em 14 de fevereiro de 2017. A Eletrobras recebeu, pela venda da totalidade de sua participação acionária, o montante aproximado de R$ 1,07 bilhão da Enel e na 1ª oferta cerca de R$ 0,5 milhão, dos empregados da Celg-D que decidiram exercer o direito de compra de participação acionária da Celg-D.

O consumo nacional de energia na rede elétrica apresentou no ano de 2017 um crescimento de 0,8% sobre 2016, pelos dados divulgados pela Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), enquanto que as Empresas de Distribuição da Eletrobras ("EDE") em 2017 contabilizaram, -5,6% no Mercado Cativo, fornecendo 16.117,8 GWh para 4.411.889 unidades consumidoras. Em 2017, foram incorporadas 146.809 novas unidades, um crescimento de 3,4% em relação a 2016, atendendo a 463 municípios dos Estados do Amazonas, Acre, Alagoas, Piauí, Rondônia e do Município de Boa Vista.

Privatização das Distribuidoras

A primeira iniciativa do pilar de Disciplina Financeira do PDNG 2018-2022 contempla a privatização das empresas distribuidoras. A saída da Companhia do segmento de distribuição, como controladora das distribuidoras, poderá contribuir para a melhora do Ebitda da Eletrobras e também evitará desembolso de recursos pela Eletrobras para financiar déficit de caixa e investimentos dessas distribuidoras, contribuindo para o atingimento da estratégia de redução do indicador dívida líquida/Ebitda.

A 169ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas ocorrida em dezembro de 2017 retificou a decisão da 165ª Assembleia Geral Extraordinária, de 22 de julho de 2016, ao prorrogar o prazo para assinatura do contrato de transferência do controle acionário detido pela Eletrobras nas distribuidoras, desde que ocorra até 31 de julho de 2018, sob pena de manutenção da decisão da 165ª Assembleia Geral Extraordinária a qual determinou o encerramento dos serviços temporários de distribuição, bem como a liquidação das referidas distribuidoras, o que também deverá ocorrer caso não seja garantido pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") e/ou pelo Poder Concedente, o direito à prestação de serviços de distribuição, de forma temporária, até a efetiva transferência do controle acionário, mediante remuneração adequada.

O Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos ("CPPI") é o órgão colegiado que avalia e recomenda ao Presidente da República os projetos que integrarão o PPI (Programa de Parcerias de Investimentos), decidindo, ainda, sobre temas relacionados à execução dos contratos de parcerias e desestatizações.

Dessa forma, o CPPI publicou a Resolução nº 20, de 08 de novembro de 2017, alterada pela Resolução nº 28, de 22 de novembro de 2017, definindo as condições de venda, assim como o preço mínimo da Distribuidoras.

A Assembleia Geral 170ª, ocorrida em 8 fevereiro de 2018, aprovou a venda das seis Distribuidoras, por meio de assunção de dívida no valor de R$ 11,2 bilhões, conforme Resolução CPPI nº 20 e que está exposto na tabela abaixo e aprovou que a Eletrobras assuma direitos da Amazonas Energia, Eletroacre, Ceron, Boa Vista Energia referentes à Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") e a Conta de Desenvolvimento Energético (" CDE"), no valor de R$ 8,4 bilhões e dívida em igual valor. A aprovação foi uma decisão dos acionistas os quais foram amparados pelos estudos com modelo de privatização das distribuidoras, entregues pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), banco gestor do Fundo Nacional de Desestatização ("FND") e do processo de privatização das distribuidoras.

Empresas	Ajustes (R$)
Amazonas Energia	8.911.866.558,94
Boa Vista	342.120.486,20
Ceal	50.000,00
Cepisa	50.000,00
Ceron	1.872.522.463,42
Eletroacre	113.779.871,99
Total	**11.240.389.380,55**

Apresentamos a seguir um resumo dos impactos descritos acima para facilitar a visualização dos efeitos, os quais podem ser encontrados nas Notas Explicativas nº 2 das Demonstrações Financeiras Consolidadas de 2017:

31/12/2017	ELETROACRE	CERON	Boavista Energia	Amazonas Energia	CEPISA	CEAL
Passivo a descoberto	(510.735)	(2.009.359)	(810.961)	(11.936.537)	(1.482.099)	(1.054.044)
Valor de venda	50	50	50	50	50	50
Conversão de dívida/ Aumento de Capital de até	113.780	1.872.522	342.120	(*) 8.911.866	50	50
Assunção créditos CCC/ CDE de até	296.167	3.847.293	278.360	4.055.549	–	–

Nota:
(*) Esse valor terá um abatimento no montante referente a dação em pagamento das ações da Amazonas GT que a Amazonas Distribuidora realizará com a Eletrobras

A modelagem proposta para privatização consiste na realização de leilão conjunto da outorga da nova concessão e da alienação do controle societário da empresa distribuidora, a ocorrer no primeiro semestre de 2018.

Os referidos estudos podem ser encontrados no site de RI da Eletrobras, assim como o sumário das decisões e Ata da 170ª AGE e outros comunicados ao mercado divulgados sobre o assunto.

Comercialização de Energia Elétrica das Empresas Distribuidoras

As Distribuidoras da Eletrobras faturaram um volume de energia no Mercado Cativo com suprimento de 16.118 GWh, uma redução de -6% em 2017 quando comparado ao ano de 2016, esta redução foi influenciada principalmente pela desaceleração da economia, onde pode ser verificada nas classes industrial e comercial com reduções da ordem -32,8% e -6,7% em relação ao ano anterior.

Classes de Consumos	Energia Vendida (MWh)		
	2016	2017	(%)
Residencial	7.080.356	7.185.000	1,48%
Industrial	2.555.741	1.718.713	-32,75%
Comercial	3.754.061	3.500.794	-6,75%
Rural	773.598	802.018	3,67%
Poder Público	1.427.283	1.419.756	-0,53%
Iluminação Pública	782.716	900.266	15,02%
Serviço Público	638.367	560.802	-12,15%
Consumo Próprio	70.632	30.426	-56,92%
Total de Cativos	17.082.754	16.117.776	-5,65%
Suprimento*	388.789	394.963	1,59%
TOTAL Energia Vendida	**17.471.543**	**16.512.739**	**-5,49%**

Nota:
*Valor de 2016 foi alterado por considerar também o Suprimento de Alagoas, Piaui e Rondônia.

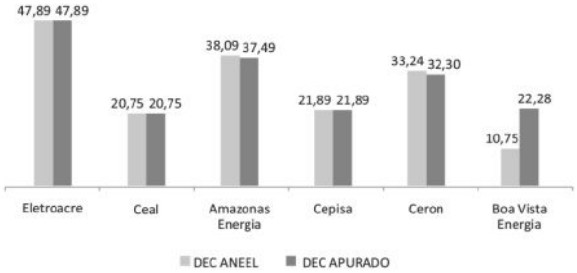
Classes de Consumo	Energia Vendida (MWh) - 2017						
	Eletroacre	Ceal	Amazonas Energia	Cepisa	Ceron	Boa Vista	Total
Residencial	466.159	1.392.173	2.002.570	1.679.633	1.225.446	419.019	**7.185.000**
Industrial	38.421	402.410	749.070	191.532	320.771	16.510	**1.718.713**
Comercial	201.432	698.435	1.044.522	729.002	629.835	187.675	**3.490.900**
Rural	49.545	168.163	76.105	168.865	325.764	13.576	**802.018**
Poder Público	129.770	162.635	572.469	246.662	225.066	83.154	**1.419.756**
Iluminação Pública	53.185	282.244	170.489	224.272	135.687	34.389	**900.266**
Serviço Público	53.897	197.700	68.838	166.701	52.352	21.315	**560.802**
Consumo Próprio	986	3.378	15.610	3.905	5.352	1.196	**30.426**
Total	**1.003.287**	**3.307.138**	**4.699.671**	**3.410.574**	**2.920.272**	**776.834**	**16.117.776**
Suprimento	9.894	20.179	0	135.152	2.874	226.865	**394.963**
Total c/ Suprimento	**1.013.181**	**3.327.317**	**4.699.671**	**3.545.726**	**2.923.145**	**1.003.699**	**16.512.739**
Cons. Livre/ Especial	35.496	299.787	1.152.767	63.946	134.774	0	**1.686.770**

Qualidade dos Serviços e Inadimplência

No exercício de 2017, as Empresas de Distribuição da Eletrobras obtiveram uma evolução positiva, de forma consolidada, no indicador de continuidade DEC em -3,8 horas quando comparado com o realizado no ano anterior, passando de 31,7 em 2016 para 27,9 horas em 2017. Com relação ao indicador FEC, houve um decréscimo consolidado de -3,4 interrupção neste mesmo período, passando de 22,8 em 2016 para 19,4 em 2017.

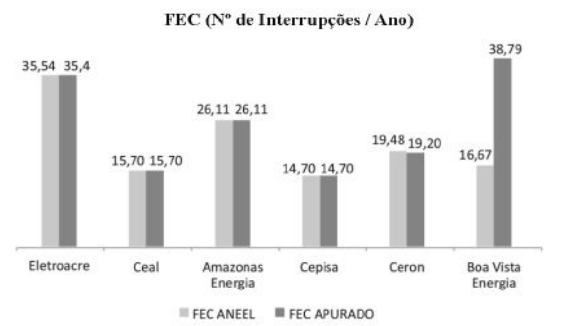
Duração Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (DEC) – Hora/Ano							
Ano	Eletroacre	Ceal	Amazonas Energia	Cepisa	Ceron	Boa Vista	Consolidado Eletrobras
2013	71,97	30,74	57,35	29,78	38,87	12,93	39,53
2014	63,87	36,50	55,02	32,96	29,00	14,70	39,53
2015	56,39	29,61	46,81	26,22	40,83	22,53	35,51
2016	58,93	21,47	47,30	23,39	32,18	34,46	31,70
2017	47,89	20,75	37,49	21,89	32,30	22,28	27,93
Variação 2017 x 2016 (%)	**-18,7%**	**-3,3%**	**-20,7%**	**-6,4%**	**0,4%**	**-35,4%**	**-11,9%**

DURAÇÃO EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – DEC



Frequência Equivalente de Interrupção por Unidade Consumidora (FEC) – Nº de Interrupções/Ano							
Ano	Eletroacre	Ceal	Amazonas Energia	Cepisa	Ceron	Boa Vista	Consolidado Eletrobras
2013	47,5	16,0	39,4	23,4	32,5	21,5	27,7
2014	40,9	22,8	37,5	20,6	24,5	19,8	26,6
2015	40,7	20,7	29,4	19,9	30,3	35,7	25,4
2016	43,5	16,8	29,9	16,4	21,6	50,5	22,8
2017	35,5	15,7	26,1	14,7	19,2	38,8	19,4
Variação 2017x2016 (%)	**-18,4%**	**-6,7%**	**-12,7%**	**-10,4%**	**-11,0%**	**-23,2%**	**-14,7%**

FREQUÊNCIA EQUIVALENTE DE INTERRUPÇÃO – FEC



Perdas de Energia

APURADO 2017		
Empresas	DEC - Duração das paralisações (h)	FEC - Frequência de paralisações
Eletroacre	47,89	35,54
Ceal	20,75	15,70
Amazonas Energia	37,49	26,09
Cepisa	21,89	14,71
Ceron	32,30	19,20
Boa Vista	22,28	38,79

continua

continuação

METODOLOGIA ANEEL 2017					
Empresas	DEC - Duração das paralisações (h)	FEC – Frequência de paralisações	TMA - Tempo médio de atendimento (min)	Perdas (%)	
				Técnica	Comercial
Eletroacre	47,89	35,54	376,44	9,85%	11,95%
Ceal	20,75	15,70	334,23	10,34%	12,60%
Amazonas Energia	38,09	26,11	396,77	7,60%	36,07%
Cepisa	21,89	14,70	426,92	12,17%	15,84%
Ceron	33,24	19,48	356,60	11,15%	17,16%
Boa Vista	10,75	16,67	126,63	7,04%	6,45%

Inadimplência

Consolidação das Distribuidoras	Inadimplência		Faturamento		INAD		
Classe	2017 (R$ mil)	2016 (R$ mil)	2017 (R$ mil)	2016 (R$ mil)	2017	2016	Diferença 2017x2016 (%)
Residencial	610.120	486.223	4.802.071	4.374.676	12,7%	11,1%	**9,8%**
Industrial	126.310	98.070	881.653	1.128.779	14,3%	8,7%	**-21,9%**
Comercial	221.833	180.856	2.309.737	2.464.242	9,6%	7,3%	**-6,3%**
Rural	48.210	41.921	326.426	300.090	14,8%	14,0%	**8,8%**
Poder Público Municipal	113.480	96.866	334.470	301.247	33,9%	32,2%	**11,0%**
Poder Público Estadual	100.218	60.421	347.049	324.579	28,9%	18,6%	**6,9%**
Poder Público Federal	14.398	20.822	198.475	180.807	7,3%	11,5%	**9,8%**
Serviço Público	111.395	58.197	261.362	288.800	42,6%	20,2%	**-9,5%**
Iluminação Pública	59.220	52.375	354.640	285.378	16,7%	18,4%	**24,3%**
Outros	22.626	18.215	262.415	106.233	8,6%	17,1%	**147,0%**
Total	**1.427.810**	**1.113.965**	**10.078.298**	**9.754.831**	**14,2%**	**11,4%**	**3,3%**

5.4. Operações Internacionais

Em 2017, a Eletrobras buscou atuar, prioritariamente, em projetos de integração regional e de geração de energia renovável no continente latino-americano. A empresa também tem buscado fortalecer as relações com agentes locais e com organismos multilaterais de fomento para o desenvolvimento de seus projetos internacionais.

Atualmente, a companhia tem como foco os projetos de integração regional e de geração de energia renovável no continente latino-americano. Atuando com base em suas vantagens competitivas, como a expertise em grandes projetos hidrelétricos e integração regional, porte e posicionamento geopolítico favorável, a empresa vem avaliando uma carteira de projetos no exterior, privilegiando parcerias locais, com foco na criação de valor, garantindo retorno adequado aos investimentos internacionais.

Destaca-se, neste período, o avanço nas negociações entre a Eletrobras e a estatal argentina EBISA *(Emprendimientos Energéticos Binacionales Sociedad Anònima)* objetivando a retomada dos estudos de viabilidade para instalação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Uruguai, na fronteira entre o Brasil e a Argentina.

Da mesma forma, evoluíram significativamente as tratativas junto à estatal boliviana ENDE *(Empresa Nacional de Electricidad)* relacionadas à exploração do potencial energético na fronteira entre Brasil e Bolívia.

Adicionalmente, a Eletrobras manteve sua parceria estratégica com a estatal uruguaia UTE *(Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas)*, com o objetivo de promover a geração de energia de fontes renováveis, exemplificada no desenvolvimento e operação conjunta no Parque Eólico Artilleros (65 MW).

Em dezembro de 2017, a Eletrobras possuía uma Carteira de Projetos Internacionais composta por 8 projetos, com cerca de 4,7 GW em projetos de geração e 900 km em projetos de transmissão. Dois projetos eólicos no Uruguai foram agrupados em um único por questões estratégicas. O mapa abaixo demonstra as áreas internacionais de atuação do Sistema Eletrobras.

É importante destacar que a Eletrobras exerce o papel de agente executivo do Comitê Brasileiro da Comissão de Integração Energética Regional ("BRACIER"), que congrega cerca de 40 empresas do setor elétrico brasileiro. O BRACIER é um dos 11 comitês nacionais da Comissão de Integração Energética Regional ("CIER"), que como associadas cerca de 270 organizações atuantes no setor elétrico da América Latina. A participação ativa da Eletrobras na gestão do BRACIER proporcionou à empresa acesso a informações técnicas atuais referentes ao setor elétrico de quase toda a América Latina e contatos nas empresas e entidades da região.



Outra atuação de destaque que a Eletrobras manteve foi junto a *World Energy Council* ("WEC"), apoiando o desenvolvimento dos estudos relativos aos cenários energéticos globais. O WEC é uma associação que reúne os principais líderes e entidades do setor de energia mundial, buscando promover "um sistema de energia elétrica estável, acessível e ambientalmente sustentável" e também nos mantivemos como membro-fundador da *Global Energy Interconnection Development and Cooperation Organization* ("GEIDCO"), uma organização que tem como objetivo a promoção de um sistema global de interconexão elétrica para suprimento da demanda de energia com fontes limpas e renováveis, contribuindo assim para o desenvolvimento sustentável da humanidade.

Como perspectivas futuras, a Eletrobras e estatal boliviana ENDE (Empresa Nacional de Electricidad) também vem avaliando conjuntamente a possibilidade de desenvolvimento de interconexões elétricas entre Brasil e Bolívia. Com esse objetivo, as empresas iniciaram, em 2017, negociações com agência multilateral de fomento para apoio à realização de um estudo de interconexão elétrica entre os dois países.

Atualmente, a empresa é o agente responsável pela importação de energia da República Oriental do Uruguai e, em 2017, comercializou mais de 980 GWh de energia da estatal uruguaia UTE *(Administración Nacional de Usinas y Trasmisiones Eléctricas)* no mercado brasileiro.

Interligações Fronteiriças

A Eletrobras opera interligações internacionais de médio e grande porte com Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela.

Brasil - Argentina

- Estação Conversora de Frequência de Uruguaiana (Brasil), com capacidade de 50 MW, e uma linha de transmissão em 132 kV, que interliga a conversora a *Paso de los Libres* (Argentina).

Brasil - Paraguai

- Quatro linhas de transmissão em 500 kV que interligam a usina hidrelétrica binacional de Itaipu à subestação Margem Direita (Paraguai) e à subestação Foz do Iguaçu (Brasil).

Brasil – Uruguai

- Estação conversora de frequência de Rivera (Uruguai), com capacidade de 70 MW, e uma linha de transmissão em 230 kV, que interliga a conversora à subestação Livramento (Brasil);
- Conexão entre a SE Presidente Médici (Brasil) e a SE San Carlos (Uruguai), com capacidade de 500MW.

Brasil - Venezuela

- Linha de transmissão em 230 kV, com capacidade de 200 MW, que interliga Boa Vista (RR) à cidade de Santa Elena (Venezuela).

Adicionalmente, na região amazônica, a ELETROBRAS permanece apoiando a realização dos Estudos de avaliação do Projeto Arco Norte, um sistema de transmissão de aproximadamente 1.900 km de extensão que visa a transferência da energia a ser gerada por novos empreendimentos de geração, entre Brasil, Guiana, Suriname e Guiana Francesa.

Em continuidade às ações integração regional está prevista também a realização de estudo, com apoio de agência multilateral de fomento, com objetivo de avaliar alternativas de interconexão elétrica entre Brasil e Bolívia.

6. PESQUISA, DESENVOLVIMENTO, INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

6.1. Cepel e Investimentos em P&D+I

Criado em 1974, por iniciativa da Eletrobras, o Centro de Pesquisas de Energia Elétrica ("Cepel") vem contribuindo para a manutenção de uma infraestrutura tecnológica avançada de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação ("P&D+I") em equipamentos e sistemas elétricos, de forma a atender às características singulares do setor elétrico brasileiro.

Tendo como seus Associados Fundadores a Eletrobras e suas controladas Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul, o Centro exerce a Secretaria Executiva de P&D+I e Tecnologia, da Comissão de Política Tecnológica das Empresas Eletrobras. É seu executor central de linhas de pesquisa, programas e projetos, e provê consultoria e assessoramento na avaliação de resultados, na gestão do conhecimento tecnológico e sua aplicação.

Por sua abrangência, os beneficiários da atuação do Cepel transcendem o Sistema Eletrobras. Incluem os ministérios de Minas e Energia ("MME") e da Ciência, Tecnologia e Inovação ("MCTI"), e entidades setoriais, como a Empresa de Pesquisa Energética ("EPE"), o Operador Nacional do Sistema Elétrico ("ONS"), a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") e a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), além de concessionárias e fabricantes de equipamentos.

Suas atividades de P&D+I estão consolidadas em sete grandes áreas de atuação: Otimização Energética e Meio Ambiente; Redes Elétricas; Automação de Sistemas; Linhas e Estações; Tecnologia de Distribuição; Materiais, Fontes Alternativas e Eficiência Energética; e Infraestrutura Laboratorial e de Pesquisa Experimental.

Com forte apoio das Empresas Eletrobras e parceria com a academia, o CEPEL desenvolve e mantém, no estado da arte, um acervo próprio de metodologias e cadeia de modelos computacionais, essencial para a gestão do sistema eletroenergético interligado, dentro de rígidos critérios de segurança.

Como um dos mais importantes investimentos de sua história recente, o Laboratório de Ultra Alta Tensão ao Tempo ("Lab UAT Externo") encontra-se operacional desde novembro de 2016, com capacidade para realizar pesquisas experimentais, desenvolvimentos e ensaios em configurações de linhas de transmissão e equipamentos associados, até as classes de tensão de ± 1000 kV CC e 1200 kV CA, podendo assim dar suporte às empresas do Sistema ELETROBRAS, ao Setor Elétrico e fabricantes, em parceria com a academia e centros de pesquisas nacionais e internacionais, para o desenvolvimento e otimização de projetos desta nova fronteira de tensão operacional. Ao longo de 2017 foi montado um arranjo que reproduz um trecho do sistema de transmissão de Belo Monte, que permitirá a condução dos primeiros projetos experimentais sobre seu comportamento já em 2018.

Em 2017, o aporte de contribuições institucionais das Empresas Eletrobras, no atendimento de sua obrigação estatutária para suporte e desenvolvimento do Cepel, somou R$ 188 milhões. Considerando o total de participação da Eletrobras, agência de fomento e outros sócios do setor, o total de investimento foi conforme detalhamento abaixo: em 2017 foi:

Investimentos com Pesquisa, Desenvolvimento & Inovação e Pesquisa Experimental	R$ (mil)		
	2017	2016	Variação (%)
Automação de Sistemas	28.176	26.224	7,44%
Otimização Energética e Meio Ambiente	38.798	27.204	42,62%
Linhas e Estações	38.236	44.329	-13,74%
Redes Elétricas	23.560	23.655	-0,40%
Tecnologias da Distribuição	14.572	10.682	36,41%
Materiais, Eficiência Energética e Geração Complementar	26.407	22.483	17,45%
Pesquisa Experimental	53.264	54.912	-3,00%
Total	**223.014**	**209.488**	**6,46%**

continua

continuação

Portfólio de Projetos de P&D+I do sistema ELETROBRAS:

O Levantamento anual dos projetos de P&D+I do sistema Eletrobras, incluindo os projetos da Carteira Institucional do Cepel, realizado em 2017 pela Secretaria Executiva da Comissão de Política Tecnológica ("CPT"), identificou 230 projetos, sendo 142 das empresas Eletrobras e 88 da Carteira Institucional. A distribuição destes projetos pelos Temas Prioritários do Plano de Ação em P&D+I 2014-2018 da ("CPT") mostra que o tema Geração concentra o maior número de projetos (19%), seguido pelos temas Tecnologia de Equipamentos (15%) e Operação (14%).

Especificamente no que se refere à evolução tecnológica do sistema elétrico brasileiro, assistimos à rápida disseminação de fontes distribuídas e intermitentes de energia, eólica e solar, principalmente. O resultante crescimento da participação deste tipo de fontes na nossa matriz elétrica traz diferentes desafios para o modelo de planejamento da expansão, operação do sistema e no próprio domínio tecnológico dos equipamentos envolvidos. O Cepel se prepara para estes desafios investindo na evolução de ferramentas como o Newave (de forma a incorporar estas novas fontes), a homologação do DESSEM, para atendimento de evolução regulatória prevista para 2019.

No final de 2017 foi aprovado o novo Estatuto do Cepel, cuja principal motivação foi ampliar e tornar mais claros os benefícios concedidos aos Associados do Centro, visando ampliar o quadro de associados (Associados Especiais) e dar maior transparência à utilização dos recursos aportados. Como resultado imediato e importante desta política, a Petrobras ingressou no quadro associativo do Cepel, em uma condição especial que já prevê investimentos significativos em infraestrutura laboratorial e parcerias em projetos de pesquisa de interesse comum.

Para o ano de 2018, prevê-se uma priorização de investimentos voltados para as pesquisas em Redes Elétricas Inteligentes - concentrando-se na implantação do Laboratório de Smart Grid - e pesquisas em Geração Complementar, implementando-se infraestrutura laboratorial para possibilitar estudos relacionados ao desempenho de painéis fotovoltaicos.

6.2. Gestão da Inovação e Melhoria de Processos

O Programa de Inovação Corporativa da Holding é uma iniciativa implementada para aprimorar a cultura interna de inovação. Desenvolvido com o objetivo de dar voz aos colaboradores, o Programa permite o cadastro de ideias para resolver os problemas empresariais, de acordo com os temas estabelecidos a cada ciclo. Melhoria de Processos, Aumento de Receita, Redução de Material, Serviços e outros e Outras Ideias foram os temas definidos para capturar valor, a partir dos *insights* dos colaboradores, no ciclo 2017. Todo colaborador da empresa pode participar do processo de criação de ideias.

As ideias implementadas e com resultados são certificadas e concorrem automaticamente ao "Prêmio Boas Ideias". A premiação é anual e visa reconhecer os melhores resultados. No ciclo 2017 foram cadastradas 13 (treze) ideias, sendo 5 (cinco) liberadas para implementação. Elas não foram finalizadas em 2017, mas buscam gerar soluções a baixo custo, que contribuam significativamente para o aumento da produtividade, diminuição de custos, sem obrigatoriamente necessitar de elevados investimentos iniciais.

Os projetos de melhoria enfatizam o trabalho em equipe e autodisciplina a partir da análise e reflexão de gerentes e técnicos, com o intuito de aumentar a produtividade, reduzir os desperdícios e otimizar os processos. Dentro da metodologia, os trabalhos de melhoria estão segmentados em virtude do grau de complexidade que apresentam.

Ao longo de 2017, foram realizados 16 projetos de melhoria em parceria com as áreas de negócios sobre os mais variados temas de processos, como por exemplo: SPE, Gestão de denúncias, Governança corporativa, Comercialização de energia, Contas a pagar e receber, Patrocínios e Ouvidoria.

Adicionalmente, foi realizado o terceiro ciclo do Programa de Melhoria de Processos Eletrobras – PMPE (Baixa complexidade), instituído em 2015. O PMPE tem como objetivo contribuir para a formação de uma cultura de melhoria contínua na Eletrobras, a partir do treinamento e da orientação de empregados participantes na aplicação das técnicas de melhoria de processos.

No ano de 2017, foram submetidos cinco projetos de melhoria. Ao longo da execução dos projetos, gestores e empregados foram acompanhados por coaches internos buscando maximizar o desenvolvimento de competências e o alcance das metas estabelecidas para cada projeto, os quais têm previsão de conclusão em 2018.

6.3. Governança de Tecnologia de Informação

Em 2017, a Diretoria Executiva aprovou a criação da área de Gestão e Segurança da Informação vinculada à Diretoria de Conformidade ("DC"). A nova unidade organizacional tem a responsabilidade de coordenar as práticas de gestão e proteção de documentos e informações corporativas em níveis aceitáveis de risco. A mesma resolução também criou o Comitê de Segurança da Informação da Eletrobras, que deverá monitorar e patrocinar todas as ações necessárias para a segurança corporativa.

No mesmo ano, foi elaborada a Política de Segurança da Informação das empresas Eletrobras, que orienta estrategicamente as questões relacionadas à segurança da informação, definindo diretrizes para armazenamento, custódia, processamento, transmissão e descarte de informação no ambiente convencional ou de tecnologia das empresas Eletrobras.

Para apoiar e alinhar estrategicamente suas ações às necessidades estratégicas corporativas definidas no Plano Diretor de Negócio e Gestão (PDNG 2017-2021), a Superintendência da Tecnologia da Informação e de Telecomunicação ("DJT") elaborou o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Telecomunicação 2017-2018 ("PDTIC"), sendo esse um importante instrumento e guia de suas principais ações estratégicas.

Com base no PDTIC citado, as ações mais relevantes ocorridas em 2017, estão separadas pelos pilares estratégicos definidos no PDNG.

A Eletrobras obteve o nível máximo de capacidade na avaliação iGovTI realizada pelo Tribunal de Contas da União ("TCU") ao aprimorar os processos de governança de TIC. Considerando ainda o pilar de Governança e Conformidade, ações relacionadas à Segurança da Informação também foram implementadas:

- Elaboração do Plano de Segurança de Tecnologia da Informação e Telecomunicação 2017-2018 (PSTIC);
- Aprimoramento da segurança cibernética, tais como:
  - definição de *firewall* de última geração;
  - contratação de ferramenta de proteção contra perda e vazamento de dados;
  - definição do processo de tratamento de incidentes e de perfis de acesso á internet;
  - evolução do processo de inventário de equipamentos; e
- Aquisições e atualizações de infraestrutura de segurança, com foco na evolução dos controles de vulnerabilidades e incidentes, visando à maior proteção das informações corporativas digitais.

Além destas ações, a Diretoria Executiva da Eletrobras aprovou, a criação da área de Gestão e Segurança da Informação ("DCAS"), vinculada à Diretoria de Conformidade ("DC"). A nova unidade organizacional tem a responsabilidade de coordenar as práticas de gestão e proteção de documentos e informações corporativas em níveis aceitáveis de risco. Foi criado o Comitê de Segurança da Informação da Eletrobras, que deverá monitorar e patrocinar todas as ações necessárias para a segurança corporativa.

Para 2018 está previsto um plano de capacitação em segurança da informação para diversos públicos, em conjunto com a Universidade do Sistema Eletrobras ("Unise") e tem como objetivo nivelar conceitos sobre o tema, promover a cultura de manter protegidas as informações corporativas, além da implantação de diversos sistemas de segurança em conjunto com a área de Tecnologia da Informação e Telecomunicações, notadamente o de prevenção de vazamento de informações, destacado acima, que deverá fortalecer os projetos de classificação da informação em diversas áreas da empresa.

Programa de Implantação do Padrão SAP ("ProERP")

Em continuidade às metas estabelecidas no PDNG 2018-2022, a implantação do ProERP, um sistema de Informação unificado que agilizará a tomada de decisão e a melhoria do processo de divulgação de informações, encontra-se em fase de testes unitários. A previsão é a de que seja implantado o Go Live previsto em abril de 2018 nas empresas Eletrobras, Furnas, Cepel de Eletropar.

Em 2017 foram criadas as 10 (dez) *company codes* e o SAP - Sistema integrado de gestão empresarial - de Furnas foi ajustado para ser um acelerador da instância única. Os dados destas 10 empresas serão armazenados na *holding*, que permanece como instância única. Após o primeiro Go Live, a preparação das demais empresas será iniciada para que todas elas possam ter sua base de dados disponibilizadas no sistema. Desta forma, estima-se que a governança de TI pela Eletrobras, na figura de *holding*, será muito mais eficiente.

O ProERP tem um custo de implantação total estimado em R$ 185 milhões de reais até 2021, valor superior aos R$ 130 milhões informado em outras publicações, devido à contratação de uma solução fiscal e outra para gestão de ativos imobilizados que não estavam provisonadas.

Com a implantação do ProERP, o retorno está estimado em benefícios para as empresas Eletrobras, até 2021, em vários projetos, especialmente com a implantação do "Centro de Serviços Compartilhados". Em termos de custos, os grandes destaques são:

Economia potencial de R$ 141 milhões por ano, sendo R$ 26 milhões em 2018	Aprimoramento tributário R$ 1 bilhão	Economia com TI (*Hardware* e *software*): 44 milhões

7. SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL

7.1. Desempenho Empresarial

Os Contratos de Metas de Desempenho Empresarial ("CMDE"), firmados pela Eletrobras e suas empresas controladas desde 2010, têm abrangência quinquenal e possibilidade de revisão anual, sendo um instrumento do processo de planejamento e gestão das empresas Eletrobras. Os indicadores e as metas anuais que compõem o painel do CMDE são definidos a partir de diretrizes estabelecidas pela Diretoria Executiva da Eletrobras ("DEE") e pelo Conselho de Administração da Eletrobras ("CAE"), em conformidade com os resultados e objetivos estratégicos a serem alcançados.

A Eletrobras utiliza índices ambientais e sociais pactuados no Contrato de Metas e Desempenho Empresarial ("CMDE") para análise dos resultados e seus impactos na sustentabilidade da companhia. O CMDE contém indicadores corporativos nas dimensões econômico-financeira, operacional, social e ambiental. Ao final de cada exercício é apurado, para cada empresa, o Índice Ponderado de Cumprimento de Metas ("IPCM"), que indica o grau de adimplência global às metas estabelecidas para o período.

Também monitoramos os projetos estabelecidos no Plano Diretor de Negócios e Gestão da Eletrobras ("PDNG"), indicando o avanço das atividades definidas nos cronogramas e as pendências que sinalizam riscos para o sucesso desses projetos. Nesse contexto, estão incluídos todos os projetos em andamento, corporativos ou em parcerias por meio de Sociedades de Propósito Específico ("SPE"), relacionados à expansão dos segmentos de geração, transmissão e distribuição.

Cabe ao Escritório de Gestão de Projetos Corporativo da Eletrobras ("EGP") monitorar, analisar e informar à alta administração o andamento dos projetos e programas relevantes das empresas Eletrobras, por meio de ferramentas integradas de gestão.

7.2. Responsabilidade Social

O compromisso social da Eletrobras com todos os seus públicos de interesse é determinante para a sustentabilidade e a evolução de seus negócios. Para isso, buscamos atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável e apoiamos projetos que sejam relevantes para o desenvolvimento da sociedade brasileira em diversos segmentos.

Em 2017, por meio do Comitê de Gênero, Raça e Diversidade, a Eletrobras deu continuidade à execução do seu plano de ação proposto para a 6ª edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça, da Secretaria Nacional de Políticas para as Mulheres ("SNPM"), vinculada a Secretaria de Governo da Presidência da República. Dentre as ações, que objetivam contribuir para a eliminação das discriminações e desigualdades no ambiente de trabalho, teve como destaque em 2017 a ampliação da licença paternidade de 5 para 20 dias, como decorrência de sua adesão ao Programa Empresa Cidadã do Governo Federal.

A Eletrobras manteve assento no Comitê Permanente para Questões de Gênero do Ministério de Minas e Energia e Entidades Vinculadas e, em 2017, atuou na coordenação colegiada desse comitê como representante das empresas do setor elétrico.

Tendo aderido ao Pacto Global e Metas do Milênio, a Empresa comprometeu-se com princípios básicos de defesa dos direitos humanos, direitos do trabalho, proteção do meio ambiente e combate à corrupção. Desde 2014, a empresa aderiu a Declaração de Compromisso Corporativo no Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes, cujos compromissos são ampliar a pauta de responsabilidade social, desenvolver de forma sistemática ações concretas e efetivas de sensibilização de seu público interno e de sua cadeia produtiva sobre o tema. Ao assumir estes compromissos a Empresa manifesta o seu comprometimento com o desenvolvimento sustentável.

Em atendimento ao Decreto nº 5.940/06 e à Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305/10, a Eletrobras realiza a coleta seletiva solidária na empresa, destinando os resíduos recicláveis gerados e separados nos escritórios do Rio de Janeiro às cinco associações e cooperativas de catadores habilitadas por edital. Em 2017, foram doadas mais de 31 toneladas de materiais recicláveis. Publicado em 2016, o edital habilitou cinco instituições que atenderão a Eletrobras até janeiro de 2019.

A Comissão da Coleta Seletiva Solidária deu continuidade à elaboração do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Eletrobras, proposta acolhida pelo Sistema de Gestão de Ideias da empresa, que está previsto para ser concluído e implantado em 2018.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800116

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Em 2017, a Eletrobras participou da retomada do Comitê Interministerial para a Inclusão Social e Econômica dos Catadores de Materiais Recicláveis e Reutilizáveis ("CIISC"), que tem a finalidade de apoiar ações de inclusão, articular políticas setoriais, acompanhar a implantação de ações voltadas a catadores, estimular a participação do setor privado em ações de inclusão social e econômica desse público, dentre outras. Participam do Comitê representantes da Administração Pública Direta e Indireta, incluindo Eletrobras e Itaipu, bem como representações dos movimentos de catadores.

Com o objetivo de incentivar e apoiar os colaboradores da empresa para o exercício da cidadania, em 2017, o Programa Eletrobras de Voluntariado realizou 41 ações que mobilizaram voluntários e colaboradores em benefício de mais de 1.500 pessoas em comunidades do entorno da empresa com o investimento total de R$ 68.934,97.

Em consonância com a Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras e em decorrência dos compromissos assumidos no processo de licenciamento da usina hidrelétrica de Belo Monte, deu-se continuidade aos projetos com as comunidades Kayapó do médio Xingu, no sul do Pará. Os principais resultados dessas experiências são: o fortalecimento institucional das entidades que representam os Kayapó e executam os projetos; a fiscalização e a proteção das terras indígenas; o fomento a atividades econômicas sustentáveis; a valorização cultural da etnia, com, por exemplo, o apoio à produção e comercialização do artesanato. Os projetos são financiados pela Norte Energia, mas o acompanhamento e a gestão do relacionamento são realizados pela Eletrobras.

Os resultados desses projetos representam um impacto positivo para os interesses estratégicos da Eletrobras na preservação ambiental e no bom relacionamento com essas comunidades indígenas da região do rio Xingu. Afinal, enquanto a bacia do Xingu se encontra apenas 50% preservada, as terras indígenas Kayapó, situadas no coração daquela bacia, estão 93% preservadas, contribuindo para a conservação dos recursos hídricos que alimentarão a usina hidrelétrica de Belo Monte.

Abaixo, encontram-se os convênios de responsabilidade social celebrados pela Eletrobras holding, em 2017.

Termo de Cooperação	Projeto Social	Localidade	Linha de atuação	Beneficiados	Valor repassado (R$)
*TC-DS-C-0095/2013	Projeto de apoio e assistência aos Kayapó do Oeste	Terras indígenas Baú e Menkgragnoti/PA	Geração de Trabalho e Renda e desenvolvimento territorial	1.500	4.500.000,00*
*TC-DS-C-0313/2015	Plano de Apoio a Autonomia dos Kayapó do Leste	Terras indígenas Badjônkôre, Kayapó e Las Casas, sul do Pará	Atividades econômicas sustentáveis, gestão territorial e ambiental, fortalecimento Institucional, fortalecimento cultural	4.500	5.255.520,00*
Total				**6.000**	**9.755.520,00**

* Os projetos em referência são realizados em parcerias firmadas por meio de Termo de Compromisso entre a Eletrobras, Norte Energia, as instituições que representam os índios Kayapó e a Funai, sendo de responsabilidade da Norte Energia o aporte de recursos financeiros e, da Eletrobras a supervisão e acompanhamento da execução dos projetos.

Em relação aos seus patrocínios, o trabalho conjunto das empresas Eletrobras promoveu a atualização da Política de Patrocínios das Empresas Eletrobras, instrumento de regramento das ações comuns das companhias. Em 2017 houve também a publicação, por parte da Eletrobras holding, da Norma de Patrocínios da Eletrobras que permitiu o estabelecimento de diretrizes para a seleção, avaliação técnica e regramentos gerais para a celebração de contratos de patrocínio. A Norma de Patrocínios é aplicável às áreas da Eletrobras envolvidas na seleção, celebração, gestão e fiscalização de contratos de patrocínio.

Na Eletrobras holding, a seleção dos projetos e a alocação dos recursos consideram a aderência aos princípios e diretrizes constantes na Política de Patrocínios das Empresas Eletrobras e na Norma de Patrocínios da Eletrobras. A avaliação do mérito e da adequação financeira de um projeto igualmente levam em conta a relação custo-benefício e o resultado alcançado por um patrocínio, com base na Metodologia de Avaliação de Patrocínios utilizada na empresa.

A seguir, encontra-se a relação dos patrocínios (culturais e não incentivados) contratados no ano de 2017:

Projetos Culturais Incentivados Contratados em 2017				
Contrato	**Tipo de Projeto**	**Nome do Projeto**	**Beneficiário (a)**	**Valor Contratado (R$)**
0005/2017	Escolha direta	Apresentação dos Bois Garantido e Caprichoso em Parintins 2017	Maná produções, comunicação e eventos Ltda	350.000,00
0008/2017	Escolha direta	Temporada 2017 de Concertos e Óperas de Câmara em Concerto – Theatro Municipal do Rio de Janeiro	Associação dos Amigos do Teatro Municipal do RJ	400.000,00
0010/2017	Escolha direta	Gudin, Mario, Bulhões Pedreira – Trilogia de 100 Anos da Integração da Economia brasileira	Insight Engenharia de Comunicação & Marketing Ltda	40.000,00
0018/2017	Escolha direta	Festa Nacional da Música 2017	VF Promoções e Publicidade Ltda	150.000,00
0027/2017	Escolha direta	Anthropoceno	Storm Comunicação e Tecnologia Ltda	80.000,00
Total dos projetos incentivados contratados em 2017				**1.020.000,00**

Projetos Não Incentivados Contratados em 2017				
Contrato	**Tipo de Projeto**	**Nome do Projeto**	**Beneficiário (a)**	**Valor Contratado (R$)**
0001/2017	Edital de Eventos 2016	Solarinvest – 8º Congresso para o Desenvolvimento da Energia Solar No Brasil	Córtex Américas Organização de Feiras e Eventos Ltda	30.000,00
0002/2017	Escolha direta	Energia Renovável e Inovações Interconectadas: Mercados Sustentáveis do Século XXI	Viva Comunicação e Promoção Ltda ME	50.000,00
0003/2017	Escolha direta	Questões Climáticas e os Impactos nos Negócios de Energia	Fundação Getúlio Vargas – FGV	29.000,00
0004/2017	Escolha direta	XXIX Fórum Nacional	Instituto Nacional de Altos Estudos - INAE	50.000,00
0006/2017	Edital de Eventos 2017	Brasil Solar Power – Conferência e Exposição	Canal Energia Internet Ltda	30.000,00
0007/2017	Edital de Eventos 2017	7º Seminário Nacional De Auditoria Interna Das Empresas Do Setor Elétrico - 7º Audite	Fundação Comitê de Gestão Empresarial - Fundação COGE	36.000,00
0009/2017	Edital de Eventos 2017	Seminário Internacional de Políticas, Incentivos, Tecnologia e Regulação de Redes Inteligentes	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - Cigré-Brasil	50.000,00
0011/2017	Edital de Eventos 2017	Sustentar - 10º Fórum Internacional pelo Desenvolvimento Sustentável	Instituto Sustentar de Responsabilidade Socioambiental	50.000,00
0012/2017	Edital de Eventos 2017	Brazil Windpower 2017 - Conference and Exhibition	Canal Energia Internet Ltda	40.000,00
0013/2017	Edital de Eventos 2017	COBEE 14º Congresso Brasileiro de Eficiência Energética e ExpoEficiência	Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Conservação de Energia – ABESCO	80.000,00
0014/2017	Edital de Eventos 2017	XXIV SNPTEE – Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica	Comitê Nacional Brasileiro de Produção e Transmissão de Energia Elétrica - Cigré-Brasil	150.000,00
0015/2017	Edital de Eventos 2017	2º Encontro Energia & Cenários	Córtex Américas Organização de Feiras e Eventos Ltda	20.000,00
0016/2017	Edital de Eventos 2017	8º LASE - Congresso de Licenciamento e Gestão Socioambiental para o Setor Elétrico	Córtex Américas O.F. Eventos Ltda	35.000,00
0017/2017	Edital de Eventos 2017	6º Energy Risk Management Conference – ERM 2017	Córtex Américas O.F. Eventos Ltda	25.000,00
0019/2017	Edital de Eventos 2017	10th Seminar on Power Electronics and Control - SEPOC 2017	Associação Grupo de Eletrônica de potência e Controle (AGEPOC)	40.000,00
0020/2017	Edital de Eventos 2017	XXII Simpósio Brasileiro de Recursos Hídricos	Associação Brasileira de Recursos Hídricos - ABRHidricos	50.000,00
0021/2017	Edital de Eventos 2017	Seminário sobre Inovação e Tecnologia	Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais - APIMEC RIO	15.000,00
0023/2017	Edital de Eventos 2017	XIX SEPEF - Seminário de Planejamento Econômico-Financeiro das Empresas do Setor Energético	Fundação Comitê de Gestão Empresarial - Fundação COGE	29.000,00
0024/2017	Edital de Eventos 2017	XVII Congresso Brasileiro de Energia	Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos (COPPETEC)	50.000,00
Total dos projetos não incentivados contratados em 2017				**R$ 859.000,00**

O quadro a seguir apresenta, para o exercício de 2017, os principais dispêndios da Eletrobras holding, nas diversas categorias de projetos e ações sociais:

Indicadores Sociais Externos: Valores Repassados em 2017		Holding (R$)	
		2017	2016
1	Projetos e Ações Sociais		
1.1	Educação	–	–
1.2	Saúde e Segurança Alimentar	–	–
1.3	Infraestrutura	–	–
1.4	Geração de Trabalho e Renda	–	–
1.5	Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente	–	–
1.6	Meio Ambiente	–	–
1.7	Cultura	–	–
1.8	Esporte e Lazer	–	–
1.9	Promoção da cidadania	–	–
1.10	Desenvolvimento Territorial e Comunidades Tradicionais (Decreto 6.040/07)	–	–
Subtotal Categoria Projetos e Ações Sociais		**–**	**–**
2	Doações de Recursos Financeiros		
2.1	Doação ao Programa Nacional de Apoio à Saúde da Pessoa com Deficiência (Pronas) Lei nº 12.715/12	–	–
2.2	Doação ao Programa Nacional de Apoio à Atenção Oncológica (PRONON) Lei nº 12.715/12		
2.3	Doação ao Fundo para a Infância e Adolescência	–	–
2.4	Doação para situação emergencial ou de calamidade pública	–	–
2.5	Doação filantrópica	–	–
2.6	Doação para o Fundo do idoso (Lei nº 12.213/10)	–	–
3	Doação de bens e serviços	–	–
4	Doações de bens inservíveis para a empresa	–	–
Subtotal Doações		**–**	**–**
5.1	Investimento na mobilização de voluntários	1.143,20	–
5.2	Investimentos no apoio a atividades do voluntariado	45.231,60	–
5.3	Tempo do empregado investido no voluntariado	22.560,17	12.837,77
Subtotal Voluntariado		**68.934,97**	**12.837,77**
6.1	Patrocínios Esportivos Não incentivados	–	–
6.2	Patrocínios Esportivos Incentivados (Lei de Incentivo ao Esporte)	–	191.000,00
Subtotal Patrocínios Esportivos		**–**	**191.000,00**
7.1	Patrocínios Culturais Incentivados (Lei Rouanet/Lei do Audiovisual)	1.105.500,00	1.085.350,00
7.2	Patrocínios Institucionais (Não Incentivados)	693.702,00	1.021.688,00
Subtotal Patrocínios Incentivados e Não Incentivados		**1.799.202,00**	**2.107.038,00**
Total de investimentos		**1.868.136,97**	**2.310.875,77**

A tabela a seguir informa valores despendidos, em 2017, com Publicidade Institucional da Eletrobras, Comunicação Institucional, incluindo Comunicação Interna, e ações do "Projeto Energia +". Está apresentado também o valor total das ações de Publicidade Legal executadas pela Eletrobras, decorrentes de obrigações exigidas por lei, como, por exemplo, a publicação das demonstrações financeiras da empresa.

Produto	2017 (R$)	2016 (R$)
Publicidade Institucional Eletrobras	–	1.097.729,98*
Publicidade Oficial (Legal)	5.996.200,92	5.582.804,38
(Comunicação Institucional – incluindo Comunicação interna)	–	–
Total	**5.996.200,92**	**6.680.534,36**

* Inclui as despesas de Publicidade Institucional referentes ao "Projeto Energia +".

continua

continuação

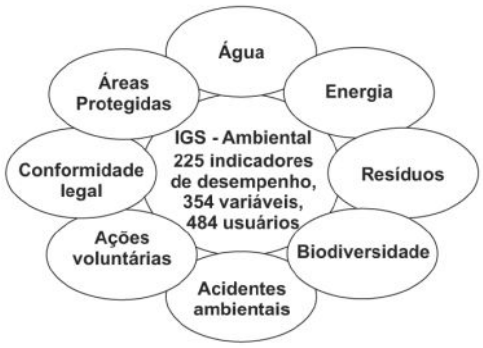
7.3. Gestão Ambiental

Por meio do nosso sistema de gestão ambiental, realizamos o monitoramento de todas as nossas ações relacionadas ao meio ambiente. Ele se baseia em três elementos principais: Política Ambiental, o Comitê de Meio Ambiente ("SCMA") e o Sistema de Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial ("Sistema IGS"). A coordenação e desenvolvimento desses elementos é atribuição da área de Meio Ambiente da Eletrobras Holding que também presta suporte técnico e institucional às atividades-fim desenvolvidas pela empresa, além de manter a Política Ambiental das empresas Eletrobras aderente às melhores práticas empresarias. As atividades da área ambiental estão alinhadas aos objetivos estratégicos e às metas corporativas, conforme PDNG 2018-2022.

A Política Ambiental das Empresas Eletrobras, tem o objetivo de orientar o tratamento das questões socioambientais associadas aos nossos empreendimentos de energia elétrica. O documento, disponível em nosso site, reforça o nosso compromisso com o respeito ao meio ambiente e com o desenvolvimento sustentável do pais.

O Comitê de Meio Ambiente da Eletrobras ("SCMA"), composto por líderes das áreas de meio ambiente das empresas Eletrobras e especialistas são organizados em treze grupos de trabalho temáticos e uma comissão temporária incumbida da proposição de diretrizes para o relacionamento das empresas Eletrobras com povos indígenas.

Em 2017, o Comitê de Meio Ambiente das Empresas Eletrobras realizou o primeiro workshop "Biodiversidade e Serviços Ecossistêmicos na Gestão Empresarial" que teve como tema central a relação entre o negócio de grandes empresas e a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos, temas de vital importância para a utilização racional dos recursos naturais. O conhecimento do estado da arte sobre esta relação e a melhor forma de gestão dentro das empresas foi um dos objetivos do evento, através da troca de experiência sobre projetos que têm tido êxito na proteção dos ecossistemas e dos serviços fundamentais que eles prestam à sociedade.



Já o Sistema IGS compila informações sobre o desempenho das empresas em temas como energia, água, biodiversidade, resíduos, conformidade legal e outros, que devem ser aderente aos princípios e diretrizes da Política Ambiental das empresas Eletrobras. Os protocolos das variáveis são permanentemente discutidos e atualizados no âmbito dos grupos de trabalho do SCMA. Além do IGS, as empresas Eletrobras mantiveram em 2017 suas certificações pela ISO 14.001 nas seguintes operações: UHE Tucuruí, UHE Samuel, UHE Coaracy Nunes e linhas de transmissão associadas em 138kv, circuitos I e II e subestações Central e Santana, da Eletrobras Eletronorte, e as Subestações Foz do Iguaçu e Ibiúnas da Eletrobras Furnas. A Eletrobras Chesf possui certificação ISO 14.001 do serviço de manutenção de subestações de Paulo Afonso. Nas usinas termelétricas da Eletrobras Furnas e na Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto ("CNAAA"), da Eletrobras Eletronuclear, localizadas no Estado do Rio de Janeiro, foram realizadas auditorias externas para atendimento à Lei estadual nº 1.898/91.

Em 2017, a Eletrobras aderiu ao "Posicionamento sobre mecanismos de precificação de carbono", documento lançado em 2016 pela Iniciativa Empresarial em Clima, e assinou a Carta Aberta "Setor Privado Apoia a Precificação de Carbono no Brasil. A carta de apoio do setor privado à precificação", elaborada pela Iniciativa Empresarial em Clima com apoio da Carbon Pricing Leadership Coalition ("CPLC"), iniciativa do Banco Mundial.

No âmbito do SCMA, em 2017, o grupo de trabalho "Estratégia Climática" deu continuidade ao estudo para estimar as emissões e remoções decorrentes de atividades das empresas Eletrobras que provocam mudanças no uso do solo e ao estudo sobre adaptação às mudanças climáticas. O grupo de trabalho "Recursos Aquáticos e Biodiversidade" finalizou a etapa de identificação de impactos e dependências do estudo sobre riscos e oportunidades relacionados à biodiversidade e serviços ecossistêmicos.

As empresas Eletrobras desenvolvem ações de recuperação e proteção da biodiversidade em concordância com os princípios e diretrizes da Política Ambiental da Eletrobras. Visando explorar racionalmente os recursos energéticos, mantendo o equilíbrio com o meio ambiente, os aspectos de engenharia e os aspectos socioambientais são considerados em todas as fases dos empreendimentos, sempre atendendo aos princípios da sustentabilidade. Preconiza-se a manutenção de um processo sistemático e contínuo de melhoria nas práticas de gestão, pautado na conformidade com as políticas públicas e com os acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário.

As empresas Eletrobras realizaram em 2017 um total de R$ 26,4 milhões de investimentos em ações de preservação e conservação ambiental.

Relacionamento com os *Stakeholders*

Com relação aos impactos ambientais sobre as comunidades locais, a Política Ambiental das empresas Eletrobras possui diretrizes para o remanejamento de populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos. As empresas Eletrobras procuram desenvolver projetos com menor impacto sobre as comunidades locais, procurando diminuir o contingente de população a ser deslocado fisicamente. Os estudos realizados identificam a população atingida por meio da aplicação de cadastros socioeconômicos (Lei nº 7.342/10 e Portaria Interministerial nº 340/12) e imobiliários, realizam ações de interação e comunicação social, sobretudo nas etapas de identificação de impactos socioambientais e de proposição de medidas socioambientais.

Para tanto, a estratégia de alinhar práticas para garantir atuação sustentável baseia-se em três principais projetos:

- ✓ Promover estudo para avaliar o impacto das mudanças climáticas nas operações e resultados das empresas Eletrobras;
- ✓ Implantar painel de indicadores para medir desempenho socioambiental; e
- ✓ Implementar iniciativas de uso eficiente de recursos (energia, combustível, água, etc.).

As diretrizes para remanejamento de populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos das empresas Eletrobras preconizam que as informações sobre os projetos, seus impactos, medidas de compensação e reparação, critérios de avaliação, formas de indenização e direitos da população atingida devem ser disponibilizados de forma permanente e transparente, em linguagem e canais dedicados ao projeto, sendo adequados e acessíveis aos envolvidos. As empresas Eletrobras devem promover um amplo processo de interação com os grupos sociais envolvidos com base nos princípios do diálogo, da participação social e da transparência e a participação das diversas instâncias de representação – formais ou informais – indicadas pela própria população.

No âmbito do Comitê de Meio Ambiente das empresas Eletrobras, o grupo de trabalho Educação Ambiental realizou diálogos presenciais sobre a metodologia de Educação Ambiental para o Licenciamento Ambiental nas empresas. Como parte do processo de elaboração das diretrizes para relacionamento com as comunidades indígenas, a Comissão de Comunidades Indígenas elaborou artigo reunindo as boas práticas das empresas Eletrobras com povos indígenas.

Como exemplo de melhores práticas, podemos citar:

- ✓ as ações vinculadas ao empreendimento Interligação Elétrica Brasil-Uruguai, onde foram desenvolvidas ações de desenvolvimento sustentável com as comunidades, viabilizando projetos de melhoria social e ambiental.
- ✓ os trabalhos de indenização fundiária e assentamentos afetados pelos empreendimentos de transmissão, onde o processo indenizatório precede de uma completa e justa avaliação, resultando em baixos níveis de ajuizamentos.
- ✓ relevante trabalho das empresas Eletrobras junto às populações indígenas e quilombolas.

Em consonância com o alinhamento estratégico, a dimensão ambiental deixou de ser apenas operacional, onde buscava somente a melhoria do desempenho e atendimento à legislação, sendo hoje considerada estratégica para sucesso dos seus negócios de geração, transmissão e distribuição de energia, como um dos pilares da sustentabilidade. Tal compromisso está evidenciado na sua Política Ambiental vigente.

7.4. Gestão da Marca, Reputação e Imagem

Como em anos anteriores, em 2017, a Eletrobras foi eleita a empresa de maior prestígio do setor de energia pelo prêmio "MarCo", da revista Época Negócios, no qual figura como líder desde 2009. O referido ranking é consolidado a partir de avaliações de consumidores de diferentes idades, regiões e classes de renda, considerando nove atributos: qualidade, compromisso social/ambiental, propósito, confiança, tradição, inovação, popularidade, admiração e reconhecimento na mídia.

No nosso portfólio marcário, há em vigência um total de 85 registros de marca no Instituto Nacional de Propriedade Intelectual ("INPI"), sendo 12 registros referentes à logomarca antiga, 16 referentes à logomarca nova, e 8 referentes à marca nominativa. Outros 49 registros de marca estão associados ao Procel. Todo o portfólio marcário encontra-se concedido, sendo que, ao longo do ano de 2017, 19 registros de marca tiveram sua vigência prorrogada por 10 anos.

O processo de alto renome da marca Eletrobras, proposto ao INPI em 2013, está em fase final e devemos receber, em 2018, o resultado da avaliação das exigências.

Prêmios e Reconhecimentos

Em linha com o pilar de Governança e Conformidade do PDNG 2018-2022, a Eletrobras busca a implantação de ações para listagem em índices e obtenção de selos de governança corporativa.

Em 2017, a companhia obteve a certificação do Indicador de Governança - IG-SEST Nível 1 (nível de excelência). Este foi o primeiro ano do indicador, desenvolvido pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (Sest) para trazer mais efetividade e transparência no acompanhamento das boas práticas de governança pelas empresas estatais federais de controle direto.

Além disso, fizemos o pedido de certificação junto à B3 S.A. – Bolsa, Bolsa Balcão ("B3") para sua adesão ao Programa Destaque em Governança de Estatais ("Programa"), o qual foi conquistado em março de 2018. A iniciativa de adesão ao Programa Destaque em Governança de Estatais da B3 reafirma o compromisso da Eletrobras com a contínua melhoria de sua governança, bem como seu alinhamento às melhores práticas do mercado.

Também conquistamos em 2017, pela primeira vez, o nível máximo (aprimorado) na avaliação do índice de governança de TI ("iGovTI"), concedido pelo Tribunal de Contas da União ("TCU"), obtido por apenas 12% das 368 organizações da administração pública federal avaliadas. Entre as empresas de energia, a Eletrobras passou de 8ª colocada no ciclo anterior para a 3ª posição.

Na categoria Gestão Corporativa, o presidente da Eletrobras, Wilson Ferreira Junior, foi eleito na premiação dos 100 Mais Influentes da Energia. O evento, realizado pela revista "Full Energy" e pelo Grupo Mídia, reuniu as personalidades que mais se destacaram em diferentes elos da cadeia energética brasileira em 2017.

Wilson Ferreira Junior também representou a Eletrobras no *World Company Award 2017*, evento que integrou o Fórum Econômico Brasil-Portugal e homenageou destaques no fortalecimento das relações empresariais, econômicas e sociais entre os dois países. O presidente da Eletrobras recebeu o Diploma de Honra ao Mérito Empresarial – Empresa Pública.

7.5. Gestão de Pessoas

Quadro Funcional

Em 2017, o total de empregados das Empresas Eletrobras (incluindo a margem brasileira de Itaipu) foi de 22.920 colaboradores em seu quadro efetivo (vide observação). Em comparação aos 24.539 empregados no ano de 2016, houve redução de 6,6%. Esta redução deve-se, principalmente, ao PAE (Plano de Aposentadoria Extraordinária), a outros planos de desligamento e à redução nas admissões.

Empresa	Região Norte		Região Nordeste		Região Centro-Oeste		Região Sudeste		Região Sul		Total
	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	Masc.	Fem.	
Eletrobras	0	0	0	0	16	6	515	279	0	0	**816**
Cepel	0	0	0	0	0	0	279	93	0	0	**372**
CGTEE	0	0	0	0	0	0	0	0	332	73	**405**
Chesf	0	0	3.310	811	0	1	0	0	0	0	**4.122**
Eletronorte	1.124	155	299	37	845	346	31	2	0	0	**2.839**
Eletronuclear	0	0	0	0	0	0	1.436	344	0	0	**1.780**
Eletropar	0	0	0	0	0	0	1	3	0	0	**4**
Eletrosul	0	0	0	0	41	3	0	0	990	195	**1.229**
Furnas	7	0	0	0	340	45	2.181	513	98	4	**3.188**
Eletroacre	240	52	0	0	2	0	0	0	0	0	**294**
Ceal	0	0	1.050	133	0	0	0	0	0	0	**1.183**
Amazonas GT	389	71	0	0	0	0	0	0	0	0	**460**
Amazonas Energia	1.426	275	0	0	3	1	0	0	0	0	**1.705**
Cepisa	0	0	1.767	280	0	0	2	0	0	0	**2.049**
Ceron	573	144	0	0	0	0	0	0	0	0	**717**
Boa Vista Energia	308	88	0	0	1	0	2	1	0	0	**400**
Total Eletrobras sem Itaipu	**4.067**	**785**	**6.426**	**1.261**	**1.248**	**402**	**4.447**	**1.235**	**1.420**	**272**	**21.563**
Itaipu (margem brasileira)	0	0	0	0	0	0	0	0	1.091	266	**1.357**

*Obs.: Este quantitativo é referente ao **quadro efetivo** das Empresas Eletrobras, e contempla os colaboradores que estão nas empresas. O quadro efetivo é composto pelos seguintes vínculos: **empregados próprios na empresa, cargos comissionados (Art. 37 da Constituição Federal de 1988), requisitados e anistiados na empresa**. Não estão incluídos os empregados cedidos. Itaipu é mostrada em separado por não ser empresa consolidada.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800118

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Também no ano de 2017, houve 441 admissões de empregados concursados (incluindo Itaipu Binacional) e 18 empregados retornaram às empresas por anistia (Lei nº 8.878/94) ou decisão judicial. Em comparação com o ano de 2016, houve notável redução de 67 % nas admissões das empresas do sistema. O destaque para a considerável redução na admissão e redução do número de empregados foi impactada pela realização, em 2017, do Plano de Aposentadoria Extraordinário realizado nas empregas de geração e transmissão e pelo qual foram desligados 1969 empregados.

Empresas	Concursado - Empregados Próprios	Anistiado / Reintegrado
Eletrobras	0	3
Cepel	0	1
CGTEE	0	2
Chesf	7	0
Eletronorte	1	0
Eletronuclear	4	0
Eletrosul	3	5
Furnas	20	1
Amazonas GT	0	0
Eletroacre	48	1
Ceal	94	1
Amazonas Energia	1	1
Cepisa	161	3
Ceron	26	0
Boa Vista Energia	0	0
Total Empresas Eletrobras	**365**	**18**
Itaipu	76	0

Na separação por segmento, nossos colaboradores são distribuídos conforme abaixo:

Empregados por Segmento de Negócio (quadro efetivo)	
Administrativo	1.192
Geração e Transmissão	14.023
Distribuição	6.348
Total	**21.563**
Itaipu	1.357

Em relação ao quantitativo de Mão-de-Obra Contratada ("MOC"), houve aumento no montante total basicamente devido à Amazonas Energia, pois a forma de levantamento e controle destes dados era baseada nas unidades de prestação de serviço. Desta forma, o controle era muito precário. Após consenso, o levantamento dos mesmos tem sido feito de forma habitual.

Empresa	Total
Eletrobras	0
Cepel	0
CGTEE	0
Chesf	0
Eletronorte	0
Eletronuclear	0
Eletropar	0
Eletrosul	0
Furnas	1.063
Eletroacre	402
Ceal	371
Amazonas GT	15
Amazonas Energia	2.004
Cepisa	972
Ceron	1.216
Boa Vista Energia	170
MOC - Mão de Obra Contratada	**6.213**
Itaipu	0

Serviços como limpeza, segurança, motorista, dentre outros, excetuando-se obras, estão abaixo descritos como **Prestadores de Serviços**:

Empresa	Prestadores de Serviço Atividade Meio 2017	Prestadores de Serviço Atividade Meio 2016
Eletrobras	426	555
Cepel	212	237
CGTEE	239	243
Chesf	2.001	2.103
Eletronorte	1.366	1.821
Eletronuclear	1.557	1.676
Eletropar	0	6
Eletrosul	452	396
Furnas	247	2.612
Eletroacre	60	56
Ceal	164	443
Amazonas Energia	823	823
Amazonas GT	271	164
Cepisa	213	208
Ceron	389	435
Boa Vista Energia	243	105
Total	**10.886**	**11.883**
Itaipu	561	765

Rotatividade

Desconsiderando os planos de desligamento, o *turnover* nas Empresas Eletrobras foi de 1,33% (excetuando-se Itaipu).

Turnover sem Planos de Desligamento e com Anistiados/Reintegrados

Empresas	2017	2016 (**)	2015 (**)
Eletrobras	0,60%	0,70%	1,10%
Cepel	0,60%	1,90%	6,10%
CGTEE	2,30%	0,60%	0,70%
Chesf	0,30%	0,60%	0,40%
Eletronorte	0,30%	0,40%	0,30%
Eletronuclear	0,30%	1,30%	0,60%
Eletrosul	0,60%	2,20%	1,20%
Furnas	0,70%	4,20%	0,80%
Amazonas GT (*)	0,50%	0,20%	-
Eletroacre	9,30%	1,80%	1,40%
Ceal	5,10%	3,40%	4,80%
Amazonas Energia	0,60%	0,40%	3,50%
Cepisa	5,10%	18,00%	6,60%
Ceron	2,00%	2,40%	0,40%
Boa Vista Energia	0,60%	9,80%	1,50%
Total Empresas Eletrobras	**1,33%**	**3,04%**	**1,55%**
Itaipu	3,30%	7,40%	3,50%

(*) Em 2015 os dados de Amazonas GT foram informados junto com ED. Amazonas
(**) A diferença de *turnover* nos relatórios passados deve-se à separação de Itaipu das demais empresas dos sistemas.

Plano de Aposentadoria Extraordinário ("PAE")

Em novembro de 2016, havia sido aprovado pelo CAE o PDNG, que à época, contemplava o período de 2017-2021. Em seu conjunto, o plano teve por objetivo fazer os ajustes necessários para que a empresa superasse alguns problemas estruturais atuais e pudesse retomar seu ritmo de crescimento, focalizando a governança, conformidade, disciplina financeira e excelência operacional. Nesse sentido, ao longo de 2017, houve a realização de um Plano de Aposentadoria Extraordinária (PAE) para que adequássemos a quantidade de empregados da Eletrobras de acordo com nossas necessidades.

O plano, que foi implantado simultaneamente na Holding e nas empresas Eletrobras CGTEE, Cepel, Chesf, Eletronuclear, Eletronorte, Eletropar, Eletrosul e Furnas, é uma das iniciativas que estão previstas no PDNG. As condições foram aprovadas previamente pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ("SEST") e o total de elegíveis foram 4.607 empregados com idade igual ou superior a 55 anos e com pelo menos dez anos de vínculo empregatício com a empresa, no momento do desligamento.

A seguir, a tabela demonstra o impacto, sobretudo financeiro, para as empresas do sistema com a realização do PAE:

Empresas Eletrobras	Inscritos no PAE (**)	Desligados no PAE (**)	Custo do PAE (R$) (*)	Economia em 2017 (R$)	Economia anual estimada a partir de 2018 (R$)
Cepel	34	33	8.629.350,26	881.168,56	12.480.337,80
CGTEE	136	127	24.937.529,37	4.805.954,68	26.697.660,12
Chesf	470	464	117.723.682,33	21.586.180,41	134.091.877,92
Eletronorte	248	245	103.678.366,80	17.739.970,18	174.510.803,64
Eletronuclear	194	185	52.100.874,02	4.173.393,42	67.050.894,60
Eletrosul	198	190	45.757.649,89	3.807.027,24	67.430.089,80
Furnas	628	628	179.360.906,15	25.594.210,80	316.207.089,36
Eletrobras	100	97	30.354.264,64	4.973.668,38	44.022.554,99
Consolidado	**2008**	**1.969**	**562.542.623,46**	**83.561.573,67**	**842.761.308,23**

(*) Custo do PAE = custo das indenizações pagas aos empregados desligados. Não considera dados do PDVE da CGTEE.
(**) A diferença entre a quantidade de inscritos e a quantidade de desligados no PAE se deve a casos de empregados em licença médica ou que não conseguiram comprovar a aposentadoria em tempo hábil.

Plano de Demissão Voluntário Extraordinário ("PDVE")

Em 2017, a subsidiária CGTEE passou pelo processo de encerramento das atividades das fases A e B da usina de Candiota, permanecendo em operação somente a fase C. Nesse sentido, considerando as diretrizes do PDNG 2017-2021 vigente à época e visando a redução de custos para buscar a excelência operacional, foi lançado em maio de 2017, o Plano de Demissão Voluntário Extraordinário ("PDVE") que é destinado especificamente aos empregados da referida subsidiária. A adesão foi voluntária e ocorreu entre junho de 2017 e janeiro de 2018.

A tabela abaixo consolida os resultados do PAE e do PDVE:

Plano de Aposentadoria	Desligamentos	Economia 2017 (R$)	Economia anual estimada a partir de 2018 (R$)
PAE	1.969	R$ 83.561.573,67	R$ 842.761.308,23
PDVE	86	R$ 1.659.279,63	R$ 12.504.849,48
Total	**2.055**	**R$ 85.220.853,30**	**R$ 855.266.157,71**

Considerando a realização do PAE, o *turnover* das empresas Eletrobras se configurou como abaixo:

Turnover com Programas de Desligamento (PAE e outros)

Empresas	2017
Eletrobras	6,00%
Cepel	4,90%
CGTEE (*)	23,10%
Chesf	5,80%
Eletronorte	4,20%
Eletronuclear	5,50%
Eletrosul	7,00%
Furnas	10,60%
Amazonas GT	0,50%
Eletroacre	9,30%
Ceal	5,10%
Amazonas Energia	0,60%
Cepisa	5,10%
Ceron	2,00%
Boa Vista Energia	0,60%
Total Empresas Eletrobras	**5,85%**
Itaipu (**)	5,80%

(*) CGTEE – Foram considerados os desligamentos do PAE e do PDVE - Plano de Demissão Voluntário Extraordinário.
(**) Itaipu – Foram considerados os desligamentos do PPDV – Programa Permanente de Desligamento Voluntário.

continua

continuação

Perfil dos nossos Colaboradores

A tabela a seguir mostra a composição de empregados das empresas do sistema pelo nível de sua formação:

Empresa	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Ensino Superior	MBA	Pós-Graduação	Mestrado	Doutorado
Eletrobras	8	67	386	92	138	112	13
Cepel	13	105	77	6	26	96	49
CGTEE	16	252	125	0	0	8	4
Chesf	415	1.852	1.550	0	217	83	5
Eletronorte	194	1.196	1.147	0	213	87	2
Eletronuclear	24	902	592	0	178	71	13
Eletropar	0	0	0	2	2	0	0
Eletrosul	6	678	514	0	23	8	0
Furnas	100	1.214	1.049	0	669	140	16
Eletroacre	44	154	71	2	23	0	0
Ceal	242	699	203	0	35	4	0
Amazonas Energia	432	786	426	0	56	5	0
Amazonas GT	13	265	162	0	15	5	0
Cepisa	239	1.281	529	0	0	0	0
Ceron	44	337	237	0	92	6	1
Boa Vista Energia	70	271	59	0	0	0	0
Total	**1.860**	**10.059**	**7.127**	**102**	**1.687**	**625**	**103**
Itaipu	9	396	500	49	303	88	12

Em relação ao quadro próprio da Holding, que totalizou 816 empregados no ano de 2017, temos a seguinte distribuição por raça, tempo de serviço, nível hierárquico e o grau de escolaridade:

Descrição	Nível Superior			Nível Médio		
	Masculino	Feminino	Total	Masculino	Feminino	Total
Raça						
Branco	244	155	399	41	25	66
Pardo	47	25	72	19	10	29
Negro	12	6	18	6	0	6
Amarelo	1	0	1	1	0	1
Indígena	0	1	1	0	0	0
Não informado	117	39	156	43	24	67
Total	**421**	**226**	**647**	**110**	**59**	**169**
Tempo de Serviço (anos)						
0 a 5 anos	10	8	18	3	1	4
6 a 10 anos	201	134	335	45	26	71
11 a 15 anos	167	57	224	8	3	11
16 a 20 anos	7	10	17	1	0	1
21 a 25 anos	2	4	6	2	0	2
26 a 30 anos	25	8	33	42	27	69
31 a 35 anos	3	4	7	7	0	7
acima de 35 anos	6	1	7	2	2	4
Total	**421**	**226**	**629**	**110**	**59**	**169**
Nível Hierárquico						
NH-A	48	20	68	3	1	4
NH-S	15	5	20	0	1	1
Empregados sem função gratificada	358	201	559	107	57	164
Total	**421**	**226**	**647**	**110**	**59**	**169**
Escolaridade						
Fundamental	-	-	-	8	0	8
Médio	-	-	-	47	20	67
Superior	205	110	315	38	33	71
Pós-Graduação	131	78	209	15	6	21
Mestrado	77	33	110	2	0	2
Doutorado	8	5	13	-	-	-
Total	**421**	**226**	**647**	**110**	**59**	**169**
Pessoas com Deficiência	**3**		**8**			

Inclusão

A Eletrobras Holding possui ações de inclusão de Pessoas com Deficiências ("PCD") através de avaliação médica periódica, e ações de segurança do trabalho, para as questões de acessibilidade.

A empresa contratou, junto ao Instituto Brasileiro dos Direitos da Pessoa com Deficiência ("IBDD"), avaliação e relatório com análise das áreas ocupadas pela empresa com a finalidade de apresentar, conforme a legislação que trata do tema, as condições de acessibilidade para pessoas com deficiência, sobretudo com relação a pessoas com deficiência visual, em cadeira de rodas e para os demais tipos de deficiências com limitações de acesso e locomoção nas instalações da empresa. Em decorrência da avaliação realizada, medidas e ações corretivas foram adotadas para garantir a proteção e segurança das pessoas com deficiência visual e de locomoção.

As empresas Chesf e Eletrosul possuem PAPD (Programa de Atendimento à Pessoa com Deficiência).

O quantitativo de empregados PCD nas empresas Eletrobras é de 387 colaboradores. Se incluirmos Itaipu, o número aumenta para 425 pessoas. Em relação ao ano de 2016, o aumento percentual foi de 6,61%.

Empresa	Empregados PCD 2017	Empregados PCD 2016	Empregados PCD 2015
Eletrobras	9	9	9
Cepel	3	3	4
CGTEE	1	1	1
Chesf	162	166	169
Eletronorte	51	33	45
Eletronuclear	16	15	15
Eletropar	0	0	0
Eletrosul	33	30	21
Furnas	26	27	24
Eletroacre	13	14	11
Ceal	15	10	11
Amazonas Energia	2	2	3
Amazonas GT	1	1	-
Cepisa	38	38	33
Ceron	12	9	9
Boa Vista Energia	5	5	5
Total	**387**	**363**	**360**
Itaipu	38	38	35

Treinamento e Desenvolvimento de Pessoas

Mantivemos o modelo de educação Corporativa das Empresas Eletrobras desde 2009, composto pela Universidade das Empresas Eletrobras ("Unise") e pelas 15 (quinze) Unidades de Educação Corporativa. Através dele é possível atuar de forma integrada e cooperativa entre todas as empresas do sistema, agindo em sintonia com os propósitos estratégicos da Eletrobras.

Pela **Unise**, em 2017, foram realizadas 81 ações educacionais, incluindo ações previstas no Plano Educacional Corporativo ("PEC") e seminários patrocinados pela Eletrobras totalizando 1.325 participações, conforme quadro a seguir:

Unise 2017				
Escola	**Investimento (R$)**	**Qtde de Ações**	**Participações**	**Carga Horária**
Excelência Operacional	4.525.916,12	53	787	30.468
Estratégias de Mercado	0	1	21	63
Gestão	1.519.900,75	19	389	19.002
Liderança	458.069,00	7	73	2.114
Responsabilidade Social Corporativa	15.000,00	1	55	440
Total	**R$ 6.518.886,00**	**81**	**1.325**	**52.087**
Horas Treinadas por participação				**39,31**
Investimento por participação				**R$ 5.165,52**

Considerando o Sistema Eletrobras, todas as ações educacionais da Unise com as demais Unidades de Educação totalizaram o investimento de R$ 23,7 milhões.

Unise + Unidades de Educação 2017					
Ações	**Investimento (R$ milhões)**	**Qtde de Ações**	**Participantes**	**Participações**	**Carga Horária**
Pós - Graduação Stricto Sensu	74.195,76	33	34	34	7.449
Pós - Graduação Lato Sensu	1.557.575,46	76	218	218	34.244
Demais Ações Educacionais	13.259.086,67	3.613	16.352	48.149	674.838
Congressos e Seminários	990.372,52	363	2.551	2.892	32.762
Cursos de Idiomas	889.760,42	181	380	404	28.206
Viagens e Deslocamentos	7.011.633,65	–	–	–	–
Total	**23.782.624,48**	**4.266**	**19.535**	**51.697**	**777.499**
Horas Treinadas por participação					**39,80**
Investimento por participante					**R$ 1.217,44**

O Programa Empregado Educador, lançado no final de 2012, continua em vigor e espera-se para 2018, incrementá-lo com ações envolvendo os empregados com titulação acadêmica reconhecida e experiência profissional nas áreas de negócio da empresa para atuarem em Gestão de Projetos, Setor Elétrico e Gestão de Ativos.

Em continuidade ao treinamento online "Integridade e Ética – *Compliance*" realizado em 2016, houve nova oferta para todos os empregados das empresas Eletrobras, sendo disponibilizado em 2 oportunidades no período de 1 ano, desde o lançamento do Código de Ética e de Conduta, em dezembro de 2016. A ação educacional, composta por cinco módulos, teve duração total aproximada de duas horas e abordou os conceitos-chave de *compliance*. Ao final de 2017, o curso online alcançou a marca de 19.182 colaboradores participantes.

Por fim, no âmbito das contratações e supervisão de terceiros, além da utilização da Comissão Diretiva de *Compliance* ("CDC") como fórum de discussão, foram realizados eventos em 2017 como o *Workshop de Suprimentos e o Encontro Anual com Fornecedores.*

No ano de 2017, em relação às competências críticas mapeadas pela Unise, foram ofertadas ações em:

- ✓ Congressos e Seminários por Escolas/Pilares e Macroprocessos;
- ✓ Atualização em Previdência Complementar;
- ✓ Liderança - Programa de Gestão Avançada;
- ✓ Programa de Aprimoramento para Conselheiros e Diretores Eletrobras; e
- ✓ Programa de Capacitação do ProERP.

Com o intuito de capacitar os membros dos conselhos de administração, fiscal, e Diretores das empresas Eletrobras, coligadas e controladas em temas relevantes para a gestão das participações, aperfeiçoando o modelo atual de Governança, houve a realização do Curso Governança, Integridade e Mercado de Capitais, com conteúdo e Ementas abrangendo os

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800120

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

tópicos da Lei das Estatais nº 13.303/16 e o Decreto nº 8.945/16. Assim, o curso foi elaborado buscando aliar parceiro de renome, abordando assim temas interligados e que impactam no sucesso da gestão, tais como:

- ✓ Conselho Fiscal na Prática;
- ✓ Curso Governança, Integridade e Mercado de Capitais;
- ✓ 18º Congresso IBGC - Governança consciente,
- ✓ Encontro para Conselheiros;
- ✓ Palestras de Legislação, Riscos e *Compliance*; e
- ✓ Palestras de Governança, Conjuntura e Tendências.

Ao todo houve 209 participações. Cabe frisar que referido curso tem duração de 32 horas/aula contemplando também temáticas como legislação, controles internos e melhores práticas.

Remuneração e Benefícios

No Sistema Eletrobras, as pessoas são agentes e beneficiárias do fortalecimento organizacional, contribuindo para a competitividade, rentabilidade e sustentabilidade empresarial. A gestão de pessoas deve estar direcionada a soluções que proporcionem condições adequadas ao desenvolvimento, valorização e retenção de pessoas. Dessa forma, nossa política de remuneração segue as mesmas diretrizes do Plano de Carreira e Remuneração ("PCR"). Como prática de remuneração variável, a empresa permanece com o Programa de Participação nos Lucros ou Resultados, desde que os indicadores corporativos amparem seu pagamento.

O PCR passa por aprovações internas, além de ser aprovado pelas Entidades Sindicais por meio de aditivo ao Acordo Coletivo de Trabalho, pelo Ministério de Minas e Energia, e pela Secretaria de Coordenação e Governança das Empresas Estatais ("SEST"), que por sua vez é vinculada ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão. Para remuneração variável, existe o Programa de Participação nos Lucros ou Resultados, a qual está pautada em indicadores corporativos.

Como parte da política de valorização e retenção de seus empregados, a Eletrobras agrega aos benefícios e vantagens a que está obrigada por lei e aos que concede por força de Acordo Coletivo de Trabalho, outros, de forma espontânea, com base nas premissas da sua política de recursos humanos, como: Programa cuidador, auxílio funeral, licença maternidade e paternidade e extensão da licença, assistência médica/plano de saúde, plano de previdência complementar, auxílio creche/pré-escola, auxílio refeição/alimentação, gratificação de férias, assistência odontológica, vale transporte, assistência psicopedagógica proporcionada aos empregados e/ou dependentes portadores de necessidades especiais, dentre outros.

Avaliação de Desempenho

O ano de 2017 foi fortemente impactado pelo processo de reestruturação organizacional ocorrido em 2016, onde houve redução de níveis hierárquicos e redefinição das lideranças, da estrutura, dos processos e prioridades.

Em virtude das mudanças no ambiente corporativo, tecnológico, cultural, institucional e concorrencial, a alta administração solicitou uma revisão no modelo de desempenho de avaliação vigente, com previsão de conclusão em 2018, conforme iniciativa do PDNG 2018-2022.

Planejamento de Sucessão – Projeto "De Olho no Futuro"

A reestruturação organizacional, a realização de um Plano de Aposentadoria Extraordinária ("PAE"), a implantação de um Centro de Serviços Compartilhados e as iniciativas estratégicas suscitaram a necessidade da empresa em realizar planos de sucessão de forma mais qualificada.

O PDNG 2018-22 que, além das prioridades elencadas no planejamento anterior, incorpora a estratégia de valorização de pessoas, contendo as iniciativas de dimensionamento quali-quantitativo do pessoal, aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Desempenho e Banco de Talentos e Oportunidades. O assessment ajuda a Companhia a atualizar suas métricas de gestão de desempenho, pactuação de metas, expectativa de atuação e assertividade dos *feedbacks*.

O projeto piloto "De Olho no Futuro", no qual foi realizada a avaliação de potencial de 300 profissionais, constitui uma inovadora iniciativa de Gestão de Pessoas na Eletrobras holding. O êxito do programa fomentou a decisão de levar a iniciativa para as demais empresas Eletrobras, aperfeiçoar os procedimentos internos para nomeação gerencial além de trazer elementos significativos para os planos de desenvolvimento individuais e corporativo.

O primeiro passo nesta direção foi fazer uma profunda avaliação, com a ajuda de empresa especializada em gestão de pessoas, da integralidade dos profissionais ocupantes de funções gerenciais e de um grande número de potenciais líderes. Posteriormente, etapas de análises de "cases", dinâmicas e apresentações também foram realizadas.

O programa permitiu o seguinte diagnóstico:

- ✓ verificar adequabilidade dos gerentes atuais nas respectivas posições;
- ✓ identificar líderes potenciais;
- ✓ estabelecer mapas de sucessão das diversas posições (com destaque nas áreas em que os gerentes eram elegíveis ao plano de aposentadoria extraordinário); e
- ✓ fornecer subsídios para o aperfeiçoamento do Sistema de Gestão de Desempenho, assim como, a revisão dos procedimentos relativos à sucessão gerencial.

Em complemento a este programa, a Unise elencou uma série de ações de aprendizagem para capacitar lideranças e formar sucessores nas diversas competências necessárias ao negócio.

Planos de Previdência

A Companhia e suas controladas patrocinam planos de pensão para seus colaboradores, os quais são geralmente financiados por pagamentos as seguradoras ou fundos fiduciários, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Eletrobras Holding possui planos de benefício definido (BD) e, também, de contribuição definida (CD) conforme apresentado na tabela abaixo:

Fundos de Seguridade e Outros Planos Sociais	Beneficiários (em unidades)				
	2017	2016	2015	2014	2013
Plano de previdência na modalidade de Benefício Definido (BD)	108	112	112	114	179
Plano de previdência na modalidade de Contribuição Definida (CD)	730	775	781	789	897
Apólice de Seguro de Vida em Grupo para os empregados e assistidos	1.064	1.163	1.215	703	693
Convênio com o INSS para concessão e manutenção dos benefícios de previdência social	0(*)	986	986	990	988
Plano de saúde de autogestão	1.217	1.252	1.262	1.285	1.288
Plano de Garantia de 90% da Renda Mensal Inicial (INSS + Eletros)	171	185	204	106	109

(*) Convênio em fase de renovação.

Observações 2017:

1. O número de beneficiários da Apólice do Seguro de Vida contempla os empregados ativos e os aposentados (Assistidos pela Fundação Eletros);

Saúde, Bem-estar e Segurança no Trabalho

A *Holding*, em 2017, manteve as campanhas e ações já iniciadas em 2016, como o Programa Eletrobras Saudável, além de:

- vacinação contra o vírus da gripe (contemplando 1.155 pessoas);
- participação na Semana Mundial de Aleitamento Materno;
- Campanha de Doação de Sangue - ação coordenada em parceria com a ONG Viva Rio e o Instituto Nacional do Câncer (Inca);
- Setembro Amarelo – visando à divulgação de informações sobre saúde mental e de prevenção e combate ao suicídio;
- Outubro Rosa – com palestra sobre o tema na UNISE;
- Novembro Azul – através da conscientização sobre a saúde integral do homem e prevenção do câncer de próstata.

Em Segurança do Trabalho, foram mantidos os atendimentos das Normas de Riscos Ambientais, Periculosidade, bem como a realização de acompanhamento dos empregados que realizam atividades externas e de Inspeções Físicas de Obras, Empreendimentos e/ou Serviços de Projetos; a continuidade do comitê de ergonomia, a manutenção do Portal Unificado de Segurança do Trabalho; extensão dos Programas de Segurança do Trabalho e Ergonomia para o Escritório Brasília.

Em relação às demais empresas do sistema, merecem destaque as seguintes ações:

ELETROSUL

Grupo de apoio à maternidade: recebeu reconhecimento de menção honrosa em Congresso Nacional – CONASS. Os objetivos são: proporcionar na Empresa uma acolhida das mães no seu retorno ao trabalho.

ELETRONORTE

Implementou em 2017, o módulo SAP EH&S *(Environment, Health and Safety)*. Tal medida permitiu a integração dos dados de Saúde ocupacional e Segurança do Trabalho.

ITAIPU

Realizou em 2017 o primeiro simulado de acidente com múltiplas vítimas na IB, a fim de verificar a existência de lacunas na coordenação do processo de socorro da empresa. Além disso, implementaram o Sistema de Gestão do Trabalho Seguro (SGTS), que busca a redução e controle de riscos que podem levar a acidentes graves e fatalidades na área de manutenção da usina.

CEPEL

Face às práticas prevencionistas no âmbito da Segurança do Trabalho, o Cepel obteve o desconto máximo de 50% sobre o índice de 2% do total da folha de pagamento das Unidades Fundão e Adrianópolis e que, pela legislação previdenciária, é recolhido mensalmente para aquele Instituto.

Abaixo, encontram-se, as estatísticas de acidentes de trabalho, comparadas com o exercício social anterior para todas as empresas Eletrobras:

Empresa	Óbitos Empregados		Taxa de Frequência*		Taxa de Gravidade **	
	2016	2017	2016	2017	2016	2017
Eletrobras	0	0	0	0,52	0	47
Cepel	0	0	0	0	0	0
CGTEE	0	0	0,88	9,42	0,88	59,36
Chesf	0	0	2,33	1,49	169	9
Eletronorte	0	0	2,06	1,08	33	11
Eletronuclear	0	0	0,97	1,03	12	17
Eletrosul	0	1	3,24	6,68	213	3.032
Furnas	0	0	2,81	2,64	133	22
Eletroacre	0	0	118,07	226,39	661	1.584,73
Ceal	0	0	4,09	2,01	403	135
Amazonas Energia	0	0	1,46	0,58	17	2
Amazonas GT	0	0	1,06	2,17	16	94,68
Cepisa	1	0	5,68	11,8	2.215	776
Ceron	0	0	0,75	3,58	1	1
Boa Vista Energia	0	0	22,56	6,68	338	51,25
Itaipu Binacional	0	0	2,73	3	45	121

(*) Taxa de Frequência: Número de acidentes típicos com afastamento por milhão de horas-homem de exposição ao risco relativo a empregados pertencentes ao Quadro Próprio em uma empresa.
(**) Taxa de Gravidade: Tempo computado por milhão de horas-homem de exposição ao risco relativo a empregados pertencentes ao Quadro Próprio em uma empresa.

Relações Trabalhistas e Sindicais

As negociações do Acordo Coletivo de Trabalho ("ACT") são efetuadas a nível nacional com os mesmos representantes já mencionados no RA 2016.

O ACT em 2016 foi efetuado de forma bienal – 2016/2018, com mediação da Vice-Presidência do Tribunal Superior do Trabalho ("TST"), com abrangência de todos os empregados das empresas Eletrobras, com renovação das cláusulas existentes nos Acordos anteriores.

Em 2017 foram efetuadas somente reuniões com os sindicatos referentes ao acompanhamento do ACT, conforme previsto em cláusula, não existindo a necessidade de negociação, pois os termos existentes possuem sua abrangência até 30.04.2018. Os benefícios e vantagens tiveram suas devidas correções conforme previsto, sendo atualizadas em 4,08%.

No ano de 2017 não ocorreram paralisações referentes ao processo negocial trabalhista.

8. FUNÇÕES DE GOVERNO

8.1. Gestão de Fundos Setoriais

Com a publicação do Decreto nº 9.022/2017, que regulamentou a Lei nº 13.360/2016, o orçamento, a gestão e a movimentação da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), da Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") e da Reserva Global de Reversão ("RGR") seriam de responsabilidade da ELETROBRAS até 30 de abril de 2017 ou até a decisão da ANEEL de atestar a transferência dessas responsabilidades para a CCEE. Com a publicação do Despacho nº 1.079 de 18 de abril de 2017, a ANEEL em seu item (i) determinou a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras e a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") que efetuassem a transição da CDE, da RGR e da CCC (Fundos Setoriais), conforme cronograma estabelecido no anexo I do referido Despacho, que determinou entre outras etapas, a transferência entre contas dos valores dos fundos CDE e RGR (da Eletrobras para a CCEE) até 03/05/2017, concretizando assim a transferência dos referidos Fundos Setoriais para a CCEE.

Diante do exposto, e conforme descrito no voto do referido despacho, a CCEE, a partir de 1º de maio de 2017, passou a ser a gestora administrativa e financeira dos Fundos Setoriais CDE, CCC e RGR.

Nesse sentido, os valores aqui expostos referem-se apenas ao período que os Fundos Setoriais RGR, CDE e CCC estiveram sob a gestão da Eletrobras em 2017, e não ao exercício fiscal de 2017.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800121

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

❖ **Reserva Global de Reversão ("RGR"):**

A RGR, criado pela Lei nº 5.655/1971, e teve seu prazo de duração fixado pela Lei nº 12.431, de 24 de junho de 2011, para o final do exercício de 2035, tem como finalidade prover recursos para a reversão, a encampação, a expansão e a melhoria dos serviços públicos de energia elétrica, para o custeio de estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, e os de inventário e de viabilidade necessários aos aproveitamentos dos potenciais hidroelétricos, para os empréstimos destinados a custeio ou investimento a serem realizados por empresa controlada direta ou indiretamente pela União, que tenha sido designada para a prestação de serviço nos termos do § 1º, ou por empresa autorizada conforme § 7º, ambos do art. 9º da Lei nº 12.783, de 2013 e para a CDE.

Foram arrecadados R$ 651 milhões em 2017, até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras, dos quais 45,9% oriundos das Amortizações Efetuadas pela Eletrobras, 44,9% referente à Arrecadação de Quotas e o restante de Rendimentos das Aplicações Financeiras, Parcelamentos, Outras Fontes e Juros de Reversão.

Foram aplicados em 2017, até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras, o montante de R$ 840 milhões com destaque para as aplicações em Empréstimos as Distribuidoras Designadas (Portaria MME nº 388/2016), com R$ 801 milhões (95,3%), Outras Aplicações com R$ 30 milhões (3,6%), Repasse de Verba MME com R$ 7 milhões (0,9%) e as Indenizações referentes às prorrogações das concessões (Lei nº 12.783/13) apenas com R$ 2 milhões (0,3%), conforme abaixo:

RGR - Ingressos e Aplicações em 2017*

Movimentação	(R$ milhões)
Ingressos:	**651**
Arrecadação de Quotas	292
Juros de Reversão	4
Parcelamentos	13
Amortização de Empréstimos	299
Rendimentos de Aplicações Financeiras	38
Outros	5
Aplicações:	**840**
Financiamentos	0
Empréstimos Distribuidoras Designadas	801
Transferência para o Fundo CDE	0
Verba MME	7
Indenizações das Concessões	2
Outras	30

* Até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras.

A região Norte foi a que recebeu maior parcela das aplicações, 60,1% dos recursos, seguida das regiões Nordeste e Sudeste, com 39,6% e 0,3%, respectivamente.

RGR - Aplicações por Macro-Regiões em 2017*

Recursos Aplicados em 2017 (R$ Milhões)						
Aplicações	Macro-Regiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Financiamentos	0	0	0	0	0	**0**
Luz Para Todos	0	0	0	0	0	**0**
RELUZ	0	0	0	0	0	**0**
Geração de Energia	0	0	0	0	0	**0**
Transmissão de Energia	0	0	0	0	0	**0**
Distribuição de Energia	0	0	0	0	0	**0**
Rec. Parques Térmicos	0	0	0	0	0	**0**
Repotencialização	0	0	0	0	0	**0**
Empréstimo Distrib. Designadas	483	318	0	0	0	**801**
Indenizações das Concessões (Lei nº 12.783)	0	0	2	0	0	**2**
Total	**483**	**318**	**2**	**0**	**0**	**803**

* Até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras.

❖ **Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"):**

O Fundo Setorial Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") foi criado pela Lei nº 10.438/2002 com o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida a partir de fontes eólica, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados e promover a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional.

Posteriormente, diversas alterações foram introduzidas nas legislações do Fundo Setorial CDE, principalmente a partir da publicação da MP 579/12, convertida na Lei 12.783/13 e da MP 605/13, ambas regulamentadas pelo Decreto nº 7.891/13, e do Decreto nº 7.945/13. Com a publicação da Lei 13.299/16 e da Lei nº 13.360/16, regulamentada pelo Decreto nº 9.022/17, determinou-se que o orçamento, a gestão e movimentação da CDE, da CCC e da RGR, seriam de responsabilidade da Eletrobras até 30 de abril de 2017 ou até a decisão da ANEEL que atestar a transferência dessas responsabilidades para a CCEE. Adicionalmente, a ANEEL publicou o Despacho nº 1.079 de 18 de abril de 2017 com as determinações sobre o referido assunto, conforme já citado anteriormente.

Foram recolhidos R$ 4.239 milhões em 2017, até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras, com destaque para a Arrecadação de Quotas que representam 90,2% desse montante, a Quotas da UBP com 3,9% e as Multas da ANEEL com 3,4%.

Em 2017 foram liberados R$ 4.928 milhões, com destaque para as aplicações: Subsídios Tarifários e Transferências de Recursos para o Fundo Setorial CCC, ambas com R$ 1.833 milhões (37,2%) cada. Destacam-se também os subsídios para as concessionárias de energia elétrica de todo o país, como compensação pela redução de receitas oriundas do atendimento aos consumidores da Subclasse Residencial Baixa Renda, R$ 871 milhões (17,7%) e os repasses para os agentes geradores proprietários de termelétricas participantes da CDE que utilizam o carvão mineral de origem nacional, que equivalem a R$ 142 milhões (2,9%), conforme abaixo:

CDE - Ingressos e Aplicações em 2017*:

Movimentação	(R$ milhões)
Ingressos:	**4.239**
Arrecadação de Quotas CDE	3.824
Quotas UBP	168
Multa ANEEL	143
Parcelamentos	83
Transferência do Fundo RGR	0
Crédito Transferido do Tesouro Nacional	0
Crédito Transf. MME – Obras Olímpicas	0
Rendimento de Aplicações Financeiras	19
Outros	2
Aplicações:	**4.928**
Subvenção Baixa Renda	871
Carvão Mineral	142
Subvenção para Programa Luz para Todos	76
Subvenção Equalização da Redução Tarifária	117
Subsídios Tarifários	1.833
Kit de Instalação	1
Subvenção Obras Olímpicas	20
CAFT CCEE	8
Transferência de Recursos para o Fundo CCC	1.833
Transferência de Recursos para o Fundo RGR	0
Outras Aplicações	27

* Até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras.

Com relação à aplicação dos recursos, a mesma foi maior na Região Sudeste, com 34,8% dos recursos, vindo, em seguida, as Regiões Nordeste e Sul, com 29,3% e 17,4%, respectivamente. Juntas, as demais perfizeram 18,5% do total aplicado.

CDE - Aplicações por Macro-Regiões em 2017*:

Recursos Aplicados em 2017 (R$ Milhões)						
Aplicações	Macro-Regiões					Total
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Subvenção Baixa Renda	91,3	484	226,5	42,3	27,2	871,3
Carvão Mineral	0	0	0	141,9	0	141,9
Subvenção Luz para Todos	74,9	0	1	0	0	75,9
Subvenção Equalização da Redução Tarifária	114,3	2	1	0	0	117,3
Subsídios Tarifários	101	412,7	810,9	348,2	160,4	1.833,20
Kit de Instalação	0	0,1	0	0,7	0	0,8
Subvenção Obras Olímpicas	0	0	20,3	0	0	20,3
CAFT CCEE	0	0	8,1	0	0	8,1
Total	**381,5**	**898,8**	**1.067,80**	**533,1**	**187,6**	**3.068,80**

* Até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras

O montante recolhido das empresas transmissoras, distribuidoras e permissionárias, assim como o montante dos repasses dos recursos aos agentes geradores e distribuidores, estão detalhados no site da Eletrobras.

❖ **Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"):**

A Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC"), criada por meio do Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, instituiu o mecanismo de cobertura de parte das despesas com a aquisição de combustíveis nos Sistemas Interligados, procedimento que perdurou até 2005. Os subsídios correspondem a uma parcela do Custo Total de Geração, composto por todos os insumos da cadeia de produção e compra de energia elétrica para o atendimento ao mercado de cada Agente.

A partir de 1992 o mecanismo da CCC foi estendido para os Sistemas Isolados, que são àqueles não integrados ao Sistema Interligado Nacional, localizados na sua imensa maioria na Região Norte do Brasil.

De sua criação até o advento da Lei nº 12.783, em 11 de janeiro de 2013, a CCC possuía receita própria, formada pelo recolhimento de Quotas Mensais pelas empresas Distribuidoras, Geradoras e Transmissoras de Energia Elétrica. A partir daí, a CCC passou a ser suprida por recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), tendo ocorrido nos anos 2013 e 2014 aportes do Tesouro Nacional. No horizonte 2016 a CCC foi suprida pela CDE e por valores de pequena monta resultantes de aplicações financeiras e de recuperação de débitos anteriores.

Em 7 de fevereiro de 2017, a ANEEL aprovou o orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético. As distribuidoras da Eletrobras: Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Boa Vista Energia S.A., Centrais Elétricas de Rondônia S.A. e Companhia de Eletricidade do Acre apresentaram Pedido de Reconsideração à Agência, com solicitação de efeito suspensivo em face da Resolução Homologatória nº 2.202/17, por esta não incluir em seu orçamento obrigações mensais referentes aos Contratos de Confissão de Dívida firmados entre a Eletrobras, enquanto gestora do Fundo Setorial CCC, e as distribuidoras da Eletrobras firmados por meio da Portaria Interministerial nº 652, de 10 de dezembro de 2014.

Em 3 de março de 2017 foi publicada no Diário Oficial da União – D.O.U a Portaria nº 81, de 2 de março de 2017, do Ministério de Minas e Energia ("MME"), a qual resolveu prever na programação da utilização de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), para o ano de 2017, parcela equivalente às prestações mensais a serem pagas entre as competências janeiro e dezembro de 2017, relativas aos Contratos de Confissão de Dívidas firmados até 31 de dezembro de 2016 entre a Eletrobras, enquanto Gestora do Fundo CDE, e as distribuidoras da Eletrobras. Com a Resolução Homologatória nº 2.204, de 7 de março de 2017, a ANEEL altera a Resolução Homologatória nº 2.202 inserindo no orçamento anual as obrigações mensais relativas aos Contratos de Confissão de Dívida no valor de R$ 1.105.501.033,75 (um bilhão, cento e cinco milhões, quinhentos e um mil e trinta e três reais e setenta e cinco centavos).

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800122

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

As receitas apresentaram realização de R$ 2.237 milhões para o exercício, até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras. A principal fonte de receita da CCC foi a Transferência de Recursos do Fundo CDE, com participação de 81,90% dos recursos realizados chegando ao montante de R$ 1.832 milhão. As demais fontes que compreendem Parcelamentos e Rendimentos de Aplicações Financeiras concentram uma arrecadação de R$ 5 milhões. Ademais, com relação a Outras Fontes, houve um ingresso de R$ 399 milhões oriundo da conta remanescente da CCC - Sistema Interligado para o reembolso de despesas nos sistemas isolados, conforme previsto no Orçamento da CCC/2017 e conforme Ofício nº 067/2017-SRG/ANEEL, de 04 de abril de 2017.

CCC - Ingressos e Aplicações em 2017*:

Movimentação	(R$ milhões)
Ingressos:	**2.237**
Transferência de Recursos da CDE	1.832
Parcelamentos	5
Aplicações Financeiras	0
Outras Fontes	399
Aplicações:	**2.201**
Custo Total de Geração	2.175
Subrogações	20
Outras Aplicações	6

* Até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras.

Até o mês de Abril de 2017 foram liberados R$ 2.201 milhões, com destaque para as aplicações Custo Total da Geração com R$ 2.175 milhões (98,8%) e Sub-rogação em cerca de R$ 20 milhões (0,9%).

Em 2017, os recursos da CCC foram aplicados nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste para o reembolso do Custo Total de Geração, e nas regiões Norte e Centro-Oeste, para o reembolso dos empreendimentos Sub-rogados ao Fundo. A região Norte foi a que recebeu maior parcela das aplicações com 99,2% dos recursos, seguida das Regiões Centro-Oeste e Nordeste, com 0,5% e 0,3%, respectivamente.

CCC – Aplicações de Recursos nas Macro-Regiões em 2017*:

Aplicação de Recursos	Macro - Regiões					Total (R$ milhões)
	Norte	Nordeste	Sudeste	Sul	Centro-Oeste	
Custo Total de Geração	2.165	7	0	0	9	2.181
Subrogação	19	0	0	0	1	20
Total de Aplicações	**2.184**	**7**	**0**	**0**	**10**	**2.201**

* Até a data que os Fundos Setoriais estiveram sob gestão da Eletrobras.

8.2. Gestão de Programas de Governo

❖ Luz para Todos:

A Eletrobras Holding atua como operacionalizadora do Programa Luz para Todos, tendo sido responsável pela gestão dos recursos setoriais disponibilizados aos Agentes Executores até 30/04/2017. A partir de 01/05/2017, como determinado pela Lei nº 13.360/2016, esta responsabilidade foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

O Programa Luz para Todos visa propiciar, até o ano de 2018, o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Minas e Energia ("MME") e operacionalizado pela Eletrobras, que realiza a gestão dos contratos e o acompanhamento da execução dos conjuntos de obras de eletrificação rural associadas ao Programa.

Por não atuar como executora no Programa, a Eletrobras Holding não apresenta metas de universalização.

No que se refere ao atendimento ao art. 15º do Programa Destaque em Governança de Estatais, informamos que para operacionalização do Programa Luz para Todos foram implementados controles internos, com o mapeamento dos processos e atividades desenvolvidas na Eletrobras Holding e que, periodicamente, são realizadas auditorias internas pela área responsável da empresa. Também são realizadas auditorias externas por órgãos de controle, como a Controladoria Geral da União, além de serem atendidas diversas demandas por informações da ANEEL, MME, Ministérios Públicos, Polícia Federal etc, buscando dessa forma prover transparência aos processos sob gestão da Eletrobras Holding.

Os recursos necessários ao desenvolvimento do Programa vêm do Governo Federal a título de subvenção, por meio da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e a título de financiamento, por meio da Reserva Global de Reversão ("RGR") ou da Caixa Econômica Federal, além de recursos dos governos estaduais envolvidos e dos Agentes Executores. Até o final do ano de 2017, esses recursos totalizaram R$ 25,16 bilhões, sendo R$ 18,26 bilhões (73%) referentes aos recursos setoriais (CDE e RGR).

No ano de 2017, foram realizadas 57.310 ligações no âmbito do Programa, acumulando um montante de 3.389.037 ligações efetuadas desde 2004, o que corresponde a mais de 16,2 milhões de pessoas beneficiadas no meio rural brasileiro. Com relação às metas assumidas para o final de 2017, foi superada a meta global de 3.373.118 ligações, computados os compromissos dos executores com a Eletrobras e com os governos estaduais.

Considerando apenas os compromissos com a Eletrobras, foram cadastrados no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz para Todos 7.776 projetos no ano de 2017, totalizando 535.504 projetos desde 2004. Este total de obras resultou no atendimento de 2.923.843 ligações, o que corresponde a 93% do total de ligações contratadas entre os Agentes Executores e a Eletrobras.

Ainda no âmbito do Programa, a Eletrobras, no período 2010 a 2012, firmou com os Agentes Executores 18 contratos relacionados a Projetos Especiais, com base na Portaria Nº 60, de 12/02/2009, do MME, com recursos originados da CDE, no montante de R$ 7,61 milhões, visando ao atendimento de 377 unidades consumidoras em localidades de extremo isolamento utilizando Fontes Renováveis de Energia. Deste montante, até o final do ano de 2017, foi comprovada a ligação de 328 unidades consumidoras, por meio de inspeções físicas.

Em 2017, foi liberado R$ 0,73 bilhão originado de recursos da CDE. Desde 2004, já foi liberado um montante de R$ 15,01 bilhões (recursos da CDE e RGR), de um total contratado de R$ 18,26 bilhões, ou seja, 82% do total de recursos contratados.

A seguir, são apresentados os montantes de recursos contratados e liberados de 2004 a 2017, distribuídos por região:

Região	Recursos Setoriais até 31/12/2017 (R$ milhões)					
	Contratados			Liberados (*)		
	CDE	RGR	CDE+RGR	CDE	RGR	CDE+RGR
Norte	5.079,04	318,29	5.397,33	3.888,43	284,3	4.172,73
Nordeste	7.349,49	941,94	8.291,43	6.358,11	837,42	7.195,53
Centro-Oeste	1.089,13	589,77	1.678,90	758,64	526,96	1.285,60
Sudeste	858,13	1.174,51	2.032,64	740,82	942,98	1.683,80
Sul	346,24	511,9	858,14	280,18	387,26	667,44
Brasil	**14.722,03**	**3.536,41**	**18.258,44**	**12.026,18**	**2.978,92**	**15.005,10**

(*) Até 30/04/2017, a Eletrobras era responsável pela administração dos recursos setoriais, após essa data, a responsabilidade foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") (Lei nº 13.360/16).

A seguir, são apresentadas as quantidades de ligações contratadas e cadastradas no Sistema de Gerenciamento de Projetos do Programa Luz para Todos (Programas de Obras) acrescidas das ligações de Projetos Especiais comprovadas fisicamente pela Eletrobras até 31/12/2017, distribuídas por região:

Região	Números de Ligações até 31/12/2017	
	Contratadas entre os Agentes Executores(*) e a Eletrobras	Cadastradas no Sistema LPT + comprovadas fisicamente nos Projetos Especiais
Norte	715.145	604.579
Nordeste	1.575.963	1.501.701
Centro-Oeste	229.833	207.357
Sudeste	429.048	425.241
Sul	184.783	185.293
Brasil	**3.134.772**	**2.924.171**

(*) Os Agentes Executores são as concessionárias e permissionárias de distribuição de energia elétrica e as cooperativas de eletrificação rural.

❖ Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica ("PROINFA"):

O PROINFA - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica, criado em 2002 pela Lei nº 10.438, e regulamentado através do Decreto nº 5.025/04, iniciando o processo de sua implantação em 2004 tem cumprido seu objetivo de promover a diversificação da matriz energética brasileira a partir do aumento da participação de empreendimentos com base nas fontes Eólica, Pequena Central Hidrelétrica ("PCH") e Biomassa. À Eletrobras foi assegurado o direito à compra e comercialização da energia contratada das usinas do PROINFA pelo período de 20 anos a partir da data de entrada em operação comercial dos empreendimentos.

A realização do programa contribuiu para a diversificação da matriz energética do país por meio do aproveitamento de fontes energéticas locais, além de contribuir para a geração de cerca de 150.000 empregos diretos e indiretos em todo o país, proporcionando grandes demandas industriais e internalização de tecnologia de ponta.

O PROINFA adicionou ao Sistema Interligado Nacional um total de 131 novos empreendimentos, divididos em 60 PCHs (1.159,24 MW), 52 eólicas (1.282,52 MW) e 19 térmicas a biomassa (533,34 MW), totalizando uma capacidade instalada de 2.975,10 MW. Desde a entrada em operação do primeiro empreendimento em fevereiro de 2006 até o final de 2017, a contribuição do PROINFA para o sistema em termos de volume de energia gerada foi de aproximadamente 87,6 milhões MWh. Em 2017, o programa gerou 8,6 milhões de MWh com um custeio de R$ 3,32 bilhões.

A contratação de energia de empreendimentos encerrou-se em 31 de dezembro de 2011.

Com relação ao ano de 2018, para fins de estabelecimento das quotas anuais de energia elétrica referentes às concessionárias de distribuição e de transmissão, a Resolução Homologatória 2.365, de 21 de dezembro de 2017 definiu que o montante a ser rateado no ano é de 11.202.147 MWh com um custo previsto de R$ 3,48 bilhões.

Fontes	Total de empreendimentos em operação no ano de 2017		Empreendimentos em operação no ano de 2016	
	Empreendimentos	Potência (MW)	Empreendimentos	Potência (MW)
PCH	60	533,34	60	533,34
Eólica	52	1.282,52	52	1.282,52
Biomassa	19	1.159,24	19	1.159,24
Outras Fontes	–	–	–	
Total	**131**	**2.975,10**	**131**	**2.975,10**

❖ Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("Procel"):

Destinado a promover o uso eficiente da energia elétrica no país combatendo o desperdício e reduzindo os custos setoriais, o Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica ("Procel") é o programa do Governo Federal atuante em todo Brasil através de programas setoriais nas áreas de educação e disseminação de informação, edificações, saneamento ambiental, gestão energética municipal, iluminação pública e indústria.

O repasse desses recursos ao Procel e sua utilização estão condicionados à apresentação e aprovação do Plano de Aplicação de Recursos Anual ("PAR") e da prestação de contas do ano anterior. O Grupo Coordenador de Conservação de Energia ("GCCE") é o responsável pela elaboração do Plano e de relatório com prestação de contas, enquanto que o Comitê Gestor de Eficiência Energética ("CGEE") é responsável pela avaliação e aprovação tanto do Plano quanto da prestação de contas.

Os benefícios gerados pelo Programa podem ser contabilizados tanto pela economia de energia quanto pelos investimentos postergados na expansão do setor, que se revertem em benefícios para a sociedade.

É esperado que em 2017, o Procel tenha contribuído, principalmente através do Selo Procel, para uma economia de aproximadamente 17 milhões de megawatts-hora (MWh), equivalente ao consumo anual de cerca de 9 milhões de residências. Além disso, a expectativa é que tenha-se evitado a emissão de 1,4 milhão tCO2 equivalentes. Estima-se que a Eletrobras despendeu no Programa, no último ano, recursos da ordem de R$ 15,74 milhões previstos no PAR. Os resultados finais de economia de energia do Procel estarão disponíveis em abril.

O Selo Procel de Economia de Energia, ou simplesmente Selo Procel, permite ao consumidor conhecer, entre os equipamentos e eletrodomésticos à disposição no mercado, os mais eficientes no consumo de energia elétrica e amigáveis ao meio ambiente. Atualmente o Selo Procel contempla 40 categorias de equipamentos concorrentes ao Selo, abrangendo cerca de 3.700 modelos de aproximadamente 200 fabricantes.

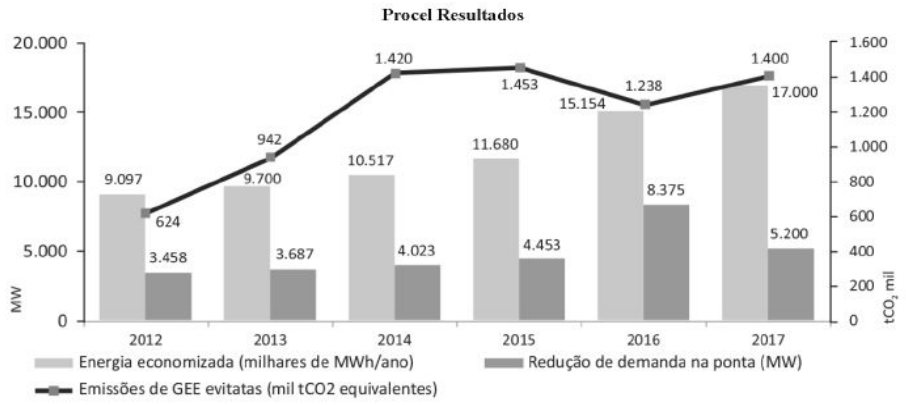
continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800123

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Em 2017, foram lançadas as regras para concessão do Selo Procel para televisores em modo ativo e para luminárias de iluminação pública a LED. Esta última será um fator relevante no novo Procel Reluz, uma vez que bonificará as propostas que utilizarem luminárias detentoras do Selo Procel. Ainda em 2017, foram atualizados os critérios do Selo Procel para refrigeradores e assemelhados que passaram a ser mais exigentes no quesito consumo de energia elétrica.



Obs: Dados do ano de 2017 são estimados. Mais informações podem ser verificadas no website da Eletrobras.

9. DESEMPENHO ECONÔMICO E FINANCEIRO

9.1. Destaque do Resultado Consolidado

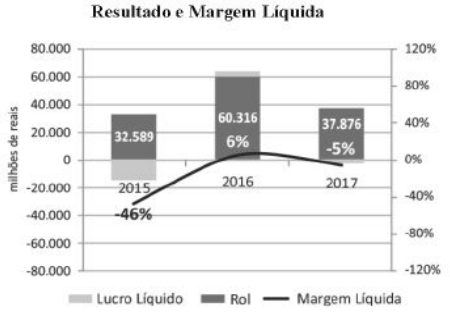
A Eletrobras apresentou, em 2017, um Prejuízo líquido de R$ 1.726 milhões, inferior ao Lucro de R$ 3.513 milhões obtido em 2016. O Resultado de 2017 foi influenciado, principalmente, pelas provisões operacionais no montante R$ 5.747 (sendo R$ 1.101 milhões as provisões operacionais do segmento de distribuição) e pelo prejuízo do segmento de distribuição no montante de R$ 4.179 milhões. Já o resultado de 2016 foi influenciado, principalmente, pela Contabilização da Remuneração relativa aos créditos da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE"). Os destaques de 2017 são apresentados abaixo:

- ✓ Dívida Líquida/EBITDA Gerencial (últimos 12 meses) = 3,7
- ✓ Receita Operacional Líquida de R$ 37.876 milhões;
- ✓ Contabilização da Remuneração relativa aos créditos da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE") referente às linhas de transmissão renovadas conforme Lei nº 12.783/2013, conforme Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento, com efeito de R$ 4.923 milhões em 2017.
- ✓ Repasse de Itaipu no montante de R$ 626 milhões;
- ✓ CVA positivo no montante de R$ 1.441 milhões;
- ✓ Impacto no resultado de R$ 853 milhões relativos a provisão para o Plano de Aposentadoria Extraordinária ("PAE");
- ✓ Provisões para Contingências no montante de R$ 4.398 milhões, com destaque para a provisão relativa ao empréstimo compulsório de R$ 2.337 milhões;
- ✓ Provisões Aneel - CCC no montante de R$ 986 milhões, para fazer face aos custos de glosas pela Aneel no âmbito do processo de fiscalização do Fundo Setorial CCC devido as distribuidoras, nos termos da Lei nº 12.111/2009;
- ✓ Reversão de Provisões para contratos onerosos de R$ 1.493 milhões, principalmente em decorrência da redução de despesa de pessoal observada com a realização do plano de aposentadoria extraordinária – PAE;
- ✓ Provisões de *impairment* de R$ 641 milhões;
- ✓ Resultado Financeiro Líquido negativo de R$ 5.194 milhões;
- ✓ Resultado do segmento de Distribuição negativo no montante líquido de R$ 4.179 milhões, com destaque para o prejuízo de R$ 2.313 milhões da Amazonas Distribuição; e
- ✓ EBITDA no montante de R$ 6.744 milhões e EBITDA Gerencial no montante de R$ 5.554 milhões em 2017;

9.2. Resultado 2017 X 2016

O Resultado de 2017 registra uma redução de 149% em relação ao ano de 2016, tendo sido apurado um prejuízo líquido de R$ 1.726 milhões em 2017, contra um lucro líquido de R$ 3.513 milhões em 2016.

O lucro líquido gerencial obtido em 2017 foi de R$ 178 milhões, 22% inferior ao lucro gerencial de R$ 229 milhões de 2016.

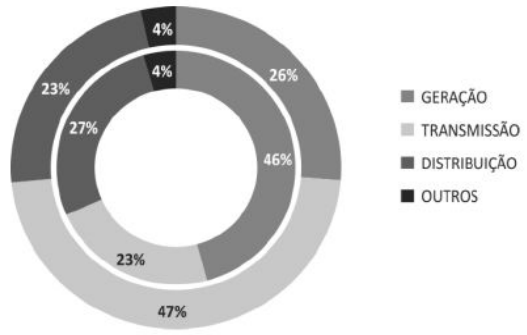




9.3. Receita Operacional

A Receita Operacional Líquida, no montante de R$ 37.876 milhões apresentou, em 2017, uma redução de 37% em relação aos 2016, quando foi registrado o montante de R$ 60.316 milhões. Excluindo a receita da RBSE e as receitas da Celg-D, a Receita Operacional Líquida apresentaria um crescimento de 17%, passando de R$ 27.930 milhões em 2016 para R$ 32.639 milhões em 2017, Na análise de segmentos, reportada em IFRS, apresentamos os seguintes destaques:

Receita Bruta por Segmento de Negócio (%)



Consolidado	2017	2016
Geração - Suprimento	14.698	12.886
Geração - Fornecimento	2.554	2.946
Geração - CCEE (curto prazo)	1.006	927
Geração - Receita de Operação e Manutenção	2.198	2.179
Geração - Receita de Construção	53	41
Geração - Repasse Itaipu (vide II.3.a)	626	-347
Transmissão - Receita de Operação e Manutenção	3.398	2.976
Transmissão - Receita de Construção	917	1.175
Transmissão - Atualizações da Taxa de Retorno	6.063	29.406
Distribuição - Fornecimento e Suprimento	9.468	15.208
Distribuição - Receita de Curto Prazo	725	315
Distribuição - Receita de Construção	782	1.166
Distribuição - CVA e outros Componentes Financeiros	1.441	-339
Outras Receitas	2.060	2.450
Receita Bruta	**45.990**	**70.988**
Deduções da Receita	-8.114	-10.672
Receita Operacional Líquida	**37.876**	**60.316**

As Receitas de Geração apresentaram um crescimento de 13,4%, passando de R$ 18.632 milhões em 2016 para R$ 21.136 milhões em 2017. A receita de suprimento também apresentou crescimento, passando de R$ 12.886 milhões em 2016 para R$ 14.698 milhões em 2017, devido, principalmente, as variações nas seguintes controladas: (i) Na controlada Furnas, novos Contratos no Ambiente de Contratação Livre com variação no preço médio devido às conjunturas de mercado e atualização de preços dos contratos pelo IPCA e término de contratos de cerca de 238,8 MW med e devoluções de Energia contratada de CCEAR's dos produtos de Energia Existente, no âmbito do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits ("MCSD"), devido a migração de consumidores livres e MCSD 4. (ii) Na Eletrosul, ocorreu reajustes dos contratos pelo IPCA, variação de preços no ACL -Ambiente de Contratação Livre, referente a energia gerada por PCHs - Pequenas Centrais Hidroelétricas, por eólicas e energia comprada por meio de PPAs - Contratos de Compra e Venda de Energia, que é revendida no ACL, em contratos de curto prazo; novo contrato, a partir de abril de 2017, firmado com a SPE Teles Pires; e a partir de abril/17 as SPEs Hermenegildo I, II, III e Chuí IX efetuaram descontratação dos ACRs por meio do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova, sendo a energia descontratada adquirida pela Eletrosul e revendida no ACL - Ambiente de Contratação Livre e/ou liquidada a PLD; (iii) Na Eletronuclear, atualização da receita contratada conforme Resolução Homologatória Aneel 2.193/16 que estabeleceu a receita fixa para o ano de 2017.

A venda de energia no mercado de curto prazo passou de R$ 927 milhões em 2016 para R$ 1.006 milhões em 2017, refletindo, principalmente, o maior Preço da Liquidação das Diferenças ("PLD") em 2017.

A receita de Operação e Manutenção das Usinas renovadas pela Lei nº 12.783/2013 passou de R$ 2.179 milhões em 2016 para R$ 2.198 milhões em 2017, influenciada, principalmente, pelo reajuste anual da RAG, ocorrido em julho de 2017. A Receita de construção passou de R$ 41 milhões, em 2016, para R$ 53 milhões em 2017, mas sem efeito para o resultado uma vez que tem valor equivalente contabilizado ao custo de construção. O Repasse de Itaipu passou de um montante negativo de R$ 347 milhões em 2016 para um montante positivo de R$ 642 milhões em 2017, influenciado pelos efeitos da variação do dólar sobre a atualização monetária calculada com base nos índices de preços americanos *Commercial Price e Industrial goods*. Houve redução apenas na receita de fornecimento, que passou de R$ 2.946 milhões em 2016 para R$ 2.554 milhões em 2017 em razão, principalmente, da variação de preço nos contratos de longo prazo na controlada eletrosul e da migração dos consumidores livres na controlada Amazonas Energia.

As Receitas de Transmissão apresentaram uma redução de 69%, passando de R$ 33.557 milhões em 2016 para R$ 10.378 milhões em 2017, influenciadas, principalmente, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2017, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE"), permitindo o registro contábil do crédito, em 2016, com impacto na receita de transmissão, na conta de atualização das taxas de retorno de Transmissão de R$ 28.601 milhões. As Receitas de Transmissão, desconsiderando os efeitos da contabilização da RBSE, teriam apresentado um crescimento de 10%, influenciadas, principalmente, ao crescimento da receita de retorno do investimento em transmissão que apresentaram crescimento de 42%, passando de R$ 806 milhões em 2016 para 1.140 milhões em 2017. As Receitas de Operação e Manutenção das linhas de transmissão renovadas e não renovadas passaram de R$ 2.976 milhões em 2016 para R$ 3.398 milhões em 2017, influenciadas, principalmente, pela revisão anual da RAP. Devido ao menor volume de investimentos no período, a receita de construção passou de R$ 1.175 milhões em 2016 para R$ 917 milhões em 2017, mas sem efeito para o resultado, uma vez que possui valor equivalente contabilizado como custo de construção

As Receitas do Segmento de Distribuição apresentaram uma redução de 24,1%, passando de R$ 16.349 milhões em 2016 para R$ 12.416 milhões em 2017. Essa redução se deve, fundamentalmente, a redução das receitas de Fornecimento, que passou de R$ 15.208 milhões em 2016 para R$ 9.468 milhões em 2017, se deve, fundamentalmente, a venda da Celg-D.

A conta de CVA e outros componentes financeiro passou de um montante negativo R$ 339 milhões em 2016, para um montante positivo de R$ 1.441 milhões em 2017, em virtude, principalmente, do cálculo da parcela de constituição, afetada pela diferença entre o preço considerado para o ACR médio nas tarifas e o preço médios dos contratos de compra de energia

continua

continuação

durante o ano de 2017, com destaque para as controladas, Amazonas Energia, Cepisa e Ceal. A Receita de construção passou de R$ 1.166 milhões, em 2016, para R$ 782 milhões em 2017, mas sem efeito para o resultado uma vez que tem valor equivalente contabilizado como custo de construção.

(R$ milhões)

CVA e Outros componentes Financeiros	2017	2016
Eletroacre	-25	18
Ceal	311	-153
Amazonas Distribuição de Energia S.A.	695	-129
Cepisa	279	67
Ceron	126	162
Boa Vista	67	-9
Celg-D	-11	-296
TOTAL CVA e Outros componentes Financeiros	**1.441**	**-339**

Outras Receitas apresentaram uma redução de 15,9%, passando de R$ 2.450 milhões em 2016 para R$ 2.060 milhões em 2017, devido, principalmente, a exclusão do resultado das receitas da CELG-D a partir da desconsolidação efetuada a partir de fevereiro de 2018.

9.4. Custos Operacionais

Os custos operacionais apresentaram uma redução de 5,2%, passando de um montante de R$ 16.211 milhões em 2016 para um montante de R$ 15.374 milhões em 2017.

A Energia Elétrica Comprada para Revenda apresentou um crescimento de 2,8%, passando de R$ 11.264 milhões em 2016 para R$ 11.585 milhões em 2017, influenciada, principalmente, pelo maior volume de energia comprada pelas controladas Eletronorte e Amazonas GT (em função do corte no fornecimento de gás na usina de Aparecida no período de janeiro a março de 2017 e da geração das usinas térmicas abaixo da energia contratada por problemas de manutenção).

Na conta de Uso da Rede Elétrica foi apurada uma redução de 10,7%. Em 2016, foi registrada uma despesa de R$ 1.805 milhões e, em 2017, foi registrada uma despesa de R$ 1.611 milhões.

Na conta de Combustível para produção de energia elétrica foi apurada uma redução de 44%. Em 2016, foi registrada uma despesa de R$ 760 milhões, enquanto, em 2017, foi registrada uma de despesa de R$ 425 milhões. Essa variação é explicada, principalmente, pela (i) diminuição do ACR médio em 2017, impactando na recuperação de Despesas da CCC; (ii) mudança no contrato de geração de energia para o sistema isolado, pois em 2016, a companhia comprava combustível para produzir energia, e em 2017 essa responsabilidade é do PIE - Produtor Independente de Energia. Como consequência, reduziu combustível, mas aumentou a despesa com energia elétrica comprada para revenda

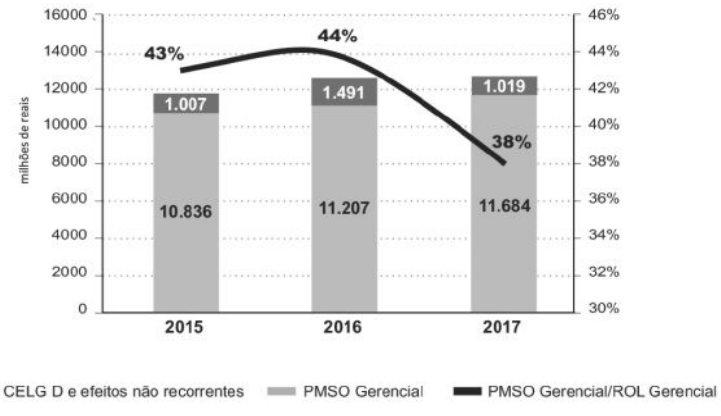
9.5 Despesas Operacionais

As Despesas operacionais apresentaram redução de 35,4%, passando de R$ 31.234 milhões em 2016 para R$ 20.202 milhões em 2017.

Em 2017, a soma das contas de Pessoal, Material, Serviços e Outros ("PMSO") apresentou um crescimento de 0,04%, passando de R$ 12.698 milhões em 2016 para R$ 12.703 milhões em 2017. A conta de Pessoal apresentou crescimento de 17,9%, passando de R$ 6.549 milhões em 2016 para R$ 7.722 milhões em 2017, influenciada pelo Plano de Aposentadoria Extraordinária ("PAE"), que onerou essa conta no montante de R$ 853 milhões. Excluindo as despesas com o PAE e Celg-D, a conta de pessoal apresentaria um crescimento de 10,2%, que se deve, principalmente, ao (i) reajuste decorrente do ACT 2016-2018, com efeito de 9% a partir do último trimestre de 2016 referente ao período de 2016-2017, em razão de dissídio coletivo, e reajuste de 4% para o período de 2017-2018 a partir de maio de 2017; e (ii) Na controlada Eletronorte, inclusão na folha de pagamento da Companhia, a partir de setembro de 2016, de efeitos feitos no âmbito de acordo para encerramento de dois processos de periculosidade e turno ininterrupto.

A conta de Serviços apresentou redução de 17,2%, passando de R$ 3.485 milhões em 2016 para R$ 2.884 milhões em 2017. Excluindo a Celg-D, a conta de Serviços apresentaria uma redução de 5,2%, devido, principalmente, às despesas com contratação para investigação independente no montante de R$ 291 milhões em 2016, que se reduziram para R$ 71 milhões em 2017. A conta de material apresentou uma redução de 1,7%, passando de R$ 330 milhões em 2016 para R$ 324 milhões em 2017. A conta de Outras Despesas teve redução de 24,1%, passando de R$ 2.335 milhões em 2016 para R$ 1.773 milhões em 2017, tendo sido impactada em 2016 pela contabilização dos "achados da investigação" no montante de R$ 211 milhões em 2016.

PMSO gerencial e PMSO/ROL



As Provisões Operacionais passaram de R$ 16.723 milhões em 2016 para R$ 5.747 milhões em 2017, apresentando uma redução de 65,6%. Em 2017, as provisões operacionais foram influenciadas, principalmente, pelas provisões para contingência, no montante de R$ 4.398 milhões, com destaque para a reversão de provisões relativas a contratos oneroso, no montante de R$ 1.493 milhões em 2017, que se deve, principalmente, ao lançamento do Plano de aposentadoria Extraordinária ("PAE").

(R$ milhões)

Consolidado	2017	2016
Garantias	18	30
Contingências	4.398	5.993
PCLD - Consumidores e Revendedores	520	334
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	11	17
Passivo a descoberto em Controladas	0	0
Contratos Onerosos	-1.493	2.194
Provisão/(Reversão) para Perdas em Investimentos	-336	1.479
Impairment	641	5.537
Provisão ANEEL CCC	986	742
Ajuste a Valor de Mercado	-1	0
TFRH	518	346
Risco Hidrológico	0	-451
Outras	485	501
Total Provisões	**5.747**	**16.723**

Nota: Os valores negativos da tabela acima indicam reversões de provisões.

9.6 Participação Societária

A Participação Societária registrou uma redução de 14% resultante da contabilização de um montante de R$ 3.114 milhões em 2016 e de um montante de R$ 2.692 milhões em 2017, com destaque para a contabilização da alienação da CELG D em 2017 no montante de R$ 1.525 milhões e para o reconhecimento da RBSE pela coligada CTEEP em 2016, com um impacto no resultado de equivalência da Eletrobras de R$ 1.603 milhões, parcialmente compensada pela baixa decorrente dos achados da investigação na SPE Belo Monte (R$ 91 milhões).

9.7. Resultado Financeiro

O Resultado Financeiro líquido passou de uma despesa líquida de R$ 3.931 milhões em 2016 para uma despesa líquida de R$ 5.193 milhões em 2017. Essa variação deve-se, principalmente, a variação do câmbio no período incidente sobre contratos de financiamento e com fornecedores. Contribuíram também para o resultado financeiro as atualizações monetárias, influenciadas, principalmente, redução das taxas dos principais indexadores (inflação e SELIC) incidentes sobre créditos como recebíveis da CCC/CDE da Amazonas atualizado; (ii) diminuição da atualização dos créditos de energia renegociados, derivados da Lei nº 8727/93 e também do pagamento do crédito pela União em agosto de 2017..

9.8 Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para IR e CSLL passou de uma despesa de R$ 8.511 milhões em 2016 para uma despesa de R$ 1.525 milhões em 2017, influenciada pelos tributos diferidos, principalmente, pelo efeito da contabilização da Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE"). A provisão referente a RBSE foi de R$ 9.724 milhões em 2016 e de R$ 1.674 milhões em 2017.

(R$ milhões)

Consolidado	2017	2016
IR e CSLL Corrente	-1.593	-619
IR e CSLL Diferido	68	-7.892

9.9. Resultado Consolidado

(R$ milhões)

Consolidado	2017	2016
Receita Operacional Líquida	**37.876**	**60.316**
Energia comprada para revenda	-11.585	-11.264
Encargos sobre uso da rede elétrica	-1.611	-1.805
Combustível para produção de energia elétrica	-425	-760
Construção	-1.752	-2.382
Resultado Bruto	**22.502**	**44.105**
Pessoal, Material, Serviços e Outros	-12.703	-12.698
Depreciação e amortização	-1.751	-1.844
Provisões/Reversões operacionais	-5.747	-16.723
Resultado Operacional antes de Participações Societárias	**2.301**	**12.841**
Participações Societárias	2.692	3.114
Resultado antes do Resultado Financeiro	**4.993**	**15.955**
Receita de Juros e Aplicações Financeiras	1.809	2.241
Atualização Monetária líquida	0	399
Variação Cambial líquida	-119	138
Encargos da Dívida	-5.757	-6.376
Encargos de Recursos de Acionistas	-388	-201
Outros resultados financeiros	-745	-131
Resultado antes de IR e CSLL	**-200**	**12.024**
Imposto de Renda e Contribuição Social	-1.525	-8.511
Lucro/Prejuízo Líquido do período	**1.726**	**3.513**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800125

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

(R$ milhões)

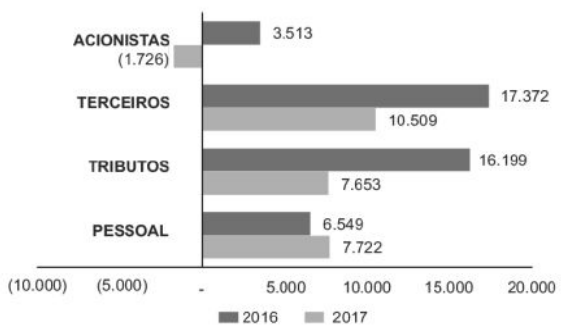
EBITDA	2017	2016	%
Resultado do Exercício	-1.726	3.513	-149%
+ Provisão Imposto de Renda e Contribuição Social	1.525	8.511	-82%
+ Resultado Financeiro	5.193	3.931	32%
+ Amortização e Depreciação	1.751	1.844	-5%
= EBITDA	**6.744**	**17.799**	**-62%**
AJUSTES			
Celg D - Alienação e EBITDA	-1.554	-184	744%
Efeitos Rede Básica do Sistema Existente (RBSE)	-4.923	-28.601	-83%
Plano de Aposentadoria Extraordinário	853	0	
Despesas Investigação independente	71	291	-76%
Achados da Investigação	0	211	-100%
Contingências	4.398	5.993	-27%
Contratos Onerosos	-1.493	2.194	-168%
Provisão/(Reversão) para Perdas em Investimentos	-336	1.479	-123%
Impairment	641	5.537	-88%
Provisão ANEEL - CCC	986	742	33%
Ajuste a Valor de Mercado	-1	0	-1.444%
TFRH (Taxa Pará)	518	346	49%
GSF	0	-451	-100%
Participações societárias (RBSE CTEEP e Investigação SPE)	-349	-1.512	-77%
= EBITDA GERENCIAL	**5.554**	**3.845**	**44%**

9.10. Resultado por Segmento de Negócio

31/12/2017 (R$ milhões)								
DRE por Segmento	Adminis-tração	Geração		Transmissão		Distri-buição	Elimi-nações	Total
		Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M			
Receita Operacional Líquida	216	18.070	1.844	1.442	8.684	9.598	(1.978)	37.876
Custos e Despesas Operacionais	(7.773)	(11.932)	(2.015)	(1.288)	(3.721)	(10.778)	1.932	(35.575)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(7.557)	6.138	(171)	154	4.963	(1.181)	(45)	2.301
Resultado Financeiro	1.046	(1.497)	(243)	(406)	(637)	(3.502)	45	(5.193)
Resultado de Participações Societárias	2.692	–	–	–	–	–	–	2.692
Imposto de renda e contribuição social	(1.081)	(188)	(41)	(47)	(671)	504	–	(1.525)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	**(4.900)**	**4.453**	**(455)**	**(299)**	**3.655**	**(4.179)**	**–**	**(1.726)**

31/12/2016 (R$ milhões)								
DRE por Segmento	Adminis-tração	Geração		Transmissão		Distri-buição	Elimi-nações	Total
		Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M			
Receita Operacional Líquida	177	15.674	1.626	1.604	31.940	11.582	-2.287	60.316
Custos e Despesas Operacionais	-4.209	-18.143	-2.559	-2.517	-4.831	-15.562	2.343	(47.475)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	-4.031	-2.469	-932	-913	27.109	-3.980	56	12.841
Resultado Financeiro	-979	-1.744	-619	-179	307	-2.658	-56	(3.931)
Resultado de Participações Societárias	3.114	–	–	–	–	–	–	3.114
Imposto de renda e contribuição social	-68	533	166	-167	8.974	–	–	(8.511)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	**-1.964**	**-3.681**	**-1.386**	**-1.259**	**18.442**	**-6.639**	**–**	**3.513**

9.11. Demonstração de Valor Adicionado (DVA) – R$ milhões



Em 2017, observa-se variação negativa de R$ 5.239 milhões no valor adicionado para os acionistas, que passou de um montante positivo de R$ 3.513 milhões em 2016 para um montante negativo de R$ 1.726 milhões em 2017.

A redução de R$ 6.863 milhões nos valores para terceiros, reflete, principalmente: (i) o impacto do câmbio nas dívidas em moeda estrangeira, com reflexo na conta "variações cambiais".

A redução de R$ 8.547 milhões nos tributos é reflexo do aumento dos tributos sobre a receita, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE"), permitindo o registro contábil do crédito, no ano de 2016, com impacto na receita de transmissão, na conta de atualização das taxas de retorno de Transmissão de R$ 28.601 milhões.

A variação de 18% na conta de pessoal, que passou de R$ 6.549 milhões em 2016 para R$ 7.722 milhões em 2017, influenciada pelo Plano de aposentadoria Extraordinária ("PAE"), que onerou essa conta no montante de R$ 853 milhões.

Dessa forma, a variação de R$ 19.475 milhões na Demonstração de Valor Adicionado da Eletrobras é explicada, principalmente, em 2017, pela provisão relativa aos empréstimos compulsórios e pelo prejuízo das distribuidoras e, em 2016, pelo reconhecimento da receita da RBSE em 2016, em contrapartida a uma receita menor da RBSE em 2017, referente apenas a atualização monetária do saldo.

9.12. Análise do Resultado da Controladora

A Eletrobras apresentou, no resultado de 2017, prejuízo líquido de R$ 1.764 milhões, em comparação ao lucro líquido de R$ 3.426 milhões registrado em 2016.

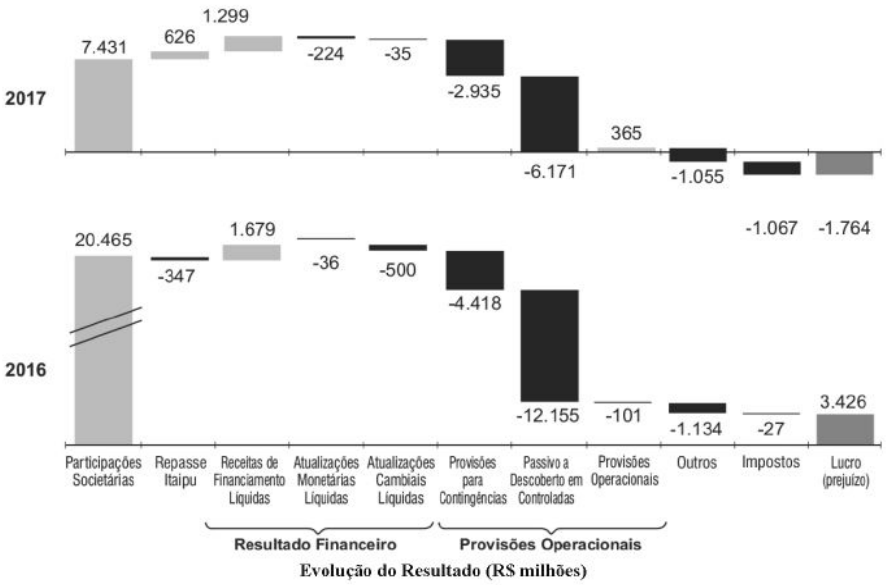
Esse resultado de 2017 foi decisivamente influenciado por:

(i) Resultado de Participações Societárias, de R$ 7.431 milhões, influenciado, principalmente, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente (RBSE);

(ii) Passivo a descoberto em controladas no montante de R$ 6.171 milhões, impacto, principalmente, pelas controladas Amazonas Energia Distribuição (R$ 2.601 milhões), Eletronuclear (R$ 542 milhões), CGTEE (R$ 1.170 milhões) e Ceal (R$ 463 milhões);

(iii) Provisões para contingências judiciais, no montante de R$ 2.935 milhões, decorrente, principalmente, das provisões relativas aos processos judiciais de empréstimo compulsório (Vide Nota explicativa número 43 das Demonstrações Financeiras de 2017); e

(iv) Encargos de dívidas no montante líquido negativo de R$ 5.757 milhões, fortemente influenciada pela atualização da provisão para empréstimos compulsório. O gráfico a seguir apresenta um comparativo do resultado da Eletrobras holding entre 2017 e 2016.



Evolução do Resultado (R$ milhões)

Em 2017, o resultado de Participações Societárias impactou de forma positiva o resultado da Companhia em R$ 7.431 milhões, decorrente da avaliação dos investimentos societários, devido, principalmente, ao resultado da Equivalência Patrimonial das empresas controladas, influenciado, principalmente, pelo efeito da Portaria nº 120, de 20 de abril de 2016, do Ministério de Minas e Energia, que estabeleceu as condições de pagamento e remuneração relativa à Rede Básica do Sistema Existente ("RBSE").

(R$ milhões)

Controladora	2017	2016
Investimentos em controladas		
Equivalência patrimonial	4.859	18.042
Investimentos em coligadas		
Juros sobre o capital próprio		
Equivalência patrimonial	911	2.253
	911	**2.253**
Outros investimentos		
Juros sobre o capital próprio	21	1
Dividendos	39	102
Remuneração dos investimentos em parcerias	1	–
Rendimentos de capital – ITAIPU	73	85
Outros	–	-18
	135	**170**
Alienação de Investimentos	**1.525**	**–**
Total	**7.431**	**20.465**

Em 2017, o Resultado Financeiro impactou de forma positiva o resultado da Controladora em R$ 1.040 milhões em relação aos R$ 1.143 milhões reportados em 2016. Essa variação é explicada, principalmente, pelo menor resultado da variação cambial aplicável ao financiamento a receber de Itaipu em dólar, conforme a seguir:

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800126

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

(R$ milhões)

	Resultado Financeiro	
	2017	2016
Receitas Financeiras		
Receitas de juros, comissões e taxas	3.406	3.480
Receita de aplicações financeiras	722	744
Acréscimo moratório sobre energia elétrica	19	35
Atualizações monetárias ativas	-224	-36
Variações cambiais ativas	-35	-500
Outras receitas financeiras	134	157
Despesas Financeiras		
Encargos de dívidas	-2.091	-2.306
Encargos de arrendamento mercantil	0	0
Encargos sobre recursos de acionistas	-371	-185
Outras despesas financeiras	-520	-245
Total	**1.040**	**1.143**

Em 2017, as Provisões Operacionais impactaram de forma negativa o resultado da Controladora em R$ 8.740 milhões, frente a R$ 14.676 milhões em 2016. Essa variação é explicada, principalmente, pelo crescimento do Passivo a descoberto em Controladas no montante de R$ 6.171 milhões.

(R$ milhões)

Provisões Operacionais	Controladora	
	2017	2016
Garantias	18	30
Contingências	2.935	4.418
PCLD - Consumidores e Revendedores	0	0
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	11	17
Passivo a descoberto em Controladas	6.171	12.155
Contratos Onerosos	0	0
Perdas em Investimentos	-570	-27
Impairment	-2	-2
Ajuste a Valor de Mercado	-1	0
Outras	178	83
Total	**8.740**	**16.675**

9.13. Estrutura de Capital e Endividamento Consolidado

Dívida Líquida	**2017**	**2016**
Financiamentos a pagar sem RGR **(1)**	42.982	42.590
(–) (Caixa e Equivalente de caixa + Títulos e Valores Mobiliários)	8.048	6.425
(–) Financiamentos a Receber sem RGR **(2)**	12.848	11.299
(–) Saldo líquido do Ativo Financeiro de Itaipu	1.788	1.428
Dívida Líquida	**20.297**	**23.438**

Notas:
(1) Foram excluídos da dívida bruta os financiamentos, concedidos com recursos da RGR, devidos por empresa fora do grupo Eletrobras (R$ 1.219 milhões) e os créditos referentes à federalização das Distribuidoras, conforme Artigo 21-A e 21-B da Lei 12.783/2013 (R$ 1.391 milhões).
(2) Foram excluídos os recebíveis devidos por empresa fora do grupo Eletrobras à conta da RGR (1.219 milhões) e ajustado pelos recebíveis da Empresas Distribuidoras mantidas para venda (R$3.801 milhões).

No ano de 2017, a Eletrobras Holding optou por não acessar o mercado de capitais local ou externo. Ainda, também optou a Holding por não contrair dívidas no mercado bancário local ou externo. A opção de não captação de recursos no ano de 2017 tanto no mercado interno quanto externo deveu-se basicamente à conjuntura atual.

Quanto às empresas do Sistema Eletrobras, a Chesf captou R$ 158,4 milhões junto ao Banco BNB ao custo de 8,62% a.a. por 168 meses (incluindo 36 meses de carência).

A Eletrosul captou recursos no valor de 690 milhões através de uma distribuição de cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios ("FIDC") tendo o BTG Pactual como coordenador e CEF como administradora dos fundos.

A Eletronorte captou recursos junto a Caixa Econômica Federal no valor de 500 milhões. Ainda, Furnas captou R$ 85 milhões junto ao Banco do Brasil, por meio de duas Cédulas de Crédito Bancário.

Empresas Eletrobras	Recursos Recebidos em 2017 (R$ milhões)				Recursos Recebidos em 2016 (R$ milhões)			
	Aumento de Capital	AFAC	Financiamentos	Total	Aumento de Capital	AFAC	Financiamentos	Total
Eletrobras Holding	0	0	0	0	0	2.906,1	0	2.906,1
CGTEE	0	159,11	8,58	167,69	0	337,7	161,6	499,3
Chesf	0	0	726,52	726,52	0	0	884,15	884,15
Eletronorte	0	0	0	0	0	0	591,66	591,66
Eletronuclear	0	0	219	219	0	0	133	133
Eletrosul	0	0	0	0	0	0	0	0
Eletropar	0	0	0	0	0	0	0	0
Furnas	0	0	0	0	0	0	419,07	419,07
Itaipu Binacional	0	0	0	0	0	0	0	0
Eletroacre	0	0	102,33	102,33	0	56,67	60,27	116,94
Ceal	0	0	333,68	333,68	0	159,16	176,97	336,13
Amazonas Energia	0	0	862,38	862,38	0	117,45	729,52	846,97
Cepisa	0	13,58	484,09	497,67	0	295,4	202,26	497,66
Ceron	0	0	301,88	301,88	0	0	167,48	167,48
Boa Vista Energia	0	0	176,27	176,27	0	80,09	58,35	138,44
Celg-D	0	0	0	0	0	0	80	80
Total Liberado	**0**	**172,69**	**3.214,73**	**3.387,42**	**0**	**1.046,47**	**3.664,33**	**4.710,80**

Empresas Eletrobras	Financiamentos recebidos em 2017 (R$ milhões)					Financiamentos recebidos em 2016 (R$ milhões)				
	RGR	CDE	RO	Outras Instituições	Total	RGR	CDE	RO	Outras Instituições	Total
CGTEE	0	0	8,58	0	8,58	N/A	N/A	161,61	N/A	161,61
Chesf	0	0	726,52	0	726,52	N/A	N/A	681,53	202,62	884,15
Eletronorte	0	0	0	0	0	N/A	N/A	200	391,66	591,66
Eletronuclear	0	0	219	0	219	N/A	N/A	133	N/A	133
Eletrosul	0	0	0	0	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0
Eletropar	0	0	0	0	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0
Furnas	0	0	0	0	0	N/A	N/A	194,95	224,12	419,07
Itaipu Binacional	0	0	0	0	0	N/A	N/A	N/A	N/A	0
Eletroacre	94,83	0	7,5	0	102,33	48,05	N/A	12,22	N/A	60,27
Ceal	294,84	0	38,84	0	333,68	133,04	10,92	26,26	6,74	176,96
Amazonas Energia	803,31	0	59,07	0	862,38	467,94	39,06	222,51	N/A	729,51
Cepisa	462,42	0	21,67	0	484,09	165,06	N/A	37,2	N/A	202,26
Ceron	262,02	0	39,86	0	301,88	141,6	N/A	25,89	N/A	167,49
Boa Vista Energia	171,91	0	4,36	0	176,27	51,42	N/A	6,93	N/A	58,35
Celg-D	0	0	0	0	0	N/A	N/A	80	N/A	80
Total Liberado	**2.089,33**	**0**	**1.125,40**	**0**	**3.214,73**	**1.007,11**	**49,98**	**1.782,10**	**825,14**	**3.664,33**

Os valores liberados a título de RO para as empresas de distribuição do grupo Eletrobras referem-se a recursos específico para as distribuidoras no âmbito do do projeto Energia+ financiado pelo Banco Mundial através de contrato BIRD 7884-BR.

Não houve realização de estudos ou implementação de programas ou políticas referentes ao tema "Recursos Financiamentos e Empréstimos concedidos às Controladas" no ano de 2017.

10. MERCADO DE CAPITAIS

O capital social da Eletrobras, em 31 de dezembro de 2017, totalizava R$ 31.305 milhões, representado por 1.352.634.100 ações, sendo 1.087.050.297 ações ordinárias e 265.583.803 ações preferenciais, conforme o quadro abaixo:

Acionistas	Ordinárias	(%)	Pref. "A"	(%)	Pref."B"	(%)	Total	(%)
Acionista Controlador								
União Federal	554.395.652	51	–	–	1.544	0	554.397.196	40,99
BNDESpar	141.757.951	13,04	–	–	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	–	–	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
FND	45.621.589	4,2	–	–	–	–	45.621.589	3,37
FGHAB	1.000.000	0,09	–	–	–	–	1.000.000	0,07
Outros	269.729.841	24,81	146.920	100	228.481.566	86,08	498.358.327	36,85
Acionista não controlador								
Cust. CBLC								
Residente	128.017.007	11,78	82.290	56,01	91.354.162	34,42	219.453.459	16,23
Não Residente	111.229.755	10,23	1	0	103.173.047	38,87	214.402.803	15,85
Prog. ADR	27.781.555	2,56	–	–	14.470.255	5,45	42.251.810	3,12
Demais								
Residente	2.701.278	0,25	64.602	43,97	19.483.889	7,34	22.249.769	1,64
Não Residente	246	0	27	0,02	213	0	486	0
Total	**1.087.050.297**	**100**	**146.920**	**100**	**265.436.883**	**100**	**1.352.634.100**	**100**

Não houve alteração materialmente relevante na composição do capital social da Companhia, incluindo: aumento, desdobramento, grupamento, bonificação ou redução no capital social da Eletrobras no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017. Entretanto, em 31 de dezembro de 2017, a Eletrobras possuía um saldo de R$ 3.639 milhões referente a adiantamento para futuro aumento de capital, saldo este que é atualizado pela SELIC, conforme decreto 2.673/1998.

O Capital social da Eletrobras era representado em 31 de dezembro de 2017 pelos seguintes continentes:

Continente	Ordinárias	(%)	PNA	(%)	PNB	(%)
Oceania	2.050.239	0,19%	–	0,00%	772.414	0,29%
Europa	24.153.892	2,22%	28	0,02%	32.280.050	12,16%
América do Norte	92.546.297	8,51%	–	0,00%	68.884.286	25,95%
América do Sul	948.690.906	87,27%	146.892	99,98%	147.879.793	55,71%
Ásia	19.601.263	1,80%	–	0,00%	15.612.640	5,88%
África	7.700	0,00%	–	0,00%	7.700	0,00%
Total	**1.087.050.297**	**100%**	**146.920**	**100%**	**265.436.883**	**100%**

10.1 Desempenho das nossas ações

As ações ordinárias da Eletrobras são negociadas na B3 – Brasil, Bolsa, Balcão, antiga Bolsa de Valores de São Paulo sob o código "ELET3" e as ações preferenciais classe "B" e classe "A" são negociadas na B3 S.A. sob os tickers "ELET6" e "ELET5", respectivamente. Na Bolsa de Valores de Nova York – NYSE, as ações são negociadas através do Programa de ADR nível II, sob os tickers "EBR" e "EBR-B". Na Bolsa de Valores de Madri – Latibex, as ações são negociadas através do Programa Latibex, sob os tickers "XELTO" e "XELTB".

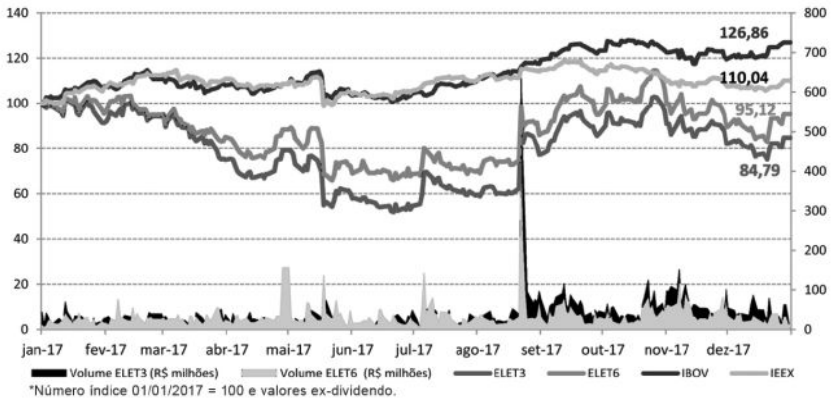
B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (R$)		
01/01/2017 a 31/12/2017	Classes de Ações	
	ON	PNB
Máximo	23,47	27,35
Mínimo	11,85	15,75
Média	18,12	21,13

continua

continuação

O ano de 2017 foi marcado por consideráveis mudanças no cenário político e na diretriz econômica do Brasil, tendo principais destaques as notícias relativas à "Operação Lava Jato" e às denúncias que afetaram todos os setores de infra-estrutura do Brasil, empresários e classe política do Brasil. Destacam-se ainda notícias referentes ao processo de desestatização da Eletrobras e a possível "Reforma da Previdência". Não obstante, o índice Bovespa, principal indicador da bolsa, avançou 26,9% em 2017, considerando a pontuação de fechamento do dia 28 de dezembro de 2017. As ações ordinárias da Eletrobras (ELET3) apresentaram uma desvalorização de 15,2% em 2017, fechando o ano a R$ 19,34. A ação ordinária da Eletrobras alcançou sua máxima do ano em 26 de outubro de 2017, com cotação de fechamento em R$23,47. A cotação mínima ocorreu em 21 de junho de 2017, fechando o dia a R$ 11,85. Já as ações preferenciais da Eletrobras (ELET6) apresentaram uma desvalorização de 6,4% em 2017, fechando o ano a R$ 22,70. A ação preferencial da Eletrobras alcançou sua máxima do ano em 26 de outubro de 2017, fechando o dia a R$ 27,35. A cotação mínima ocorreu em 22 de maio de 2017, quando fechou o dia a R$ 15,75.A Companhia acredita que a desvalorização de suas ações no ano de 2017 reflete a instabilidade política, confirmada pela alta volatilidade do mercado no ano, assim como as incertezas relacionadas às perspectivas de recuperação da economia.

Programa Nível 1 B3 – Brasil, Bolsa, Balcão (ELET3 e ELET6)

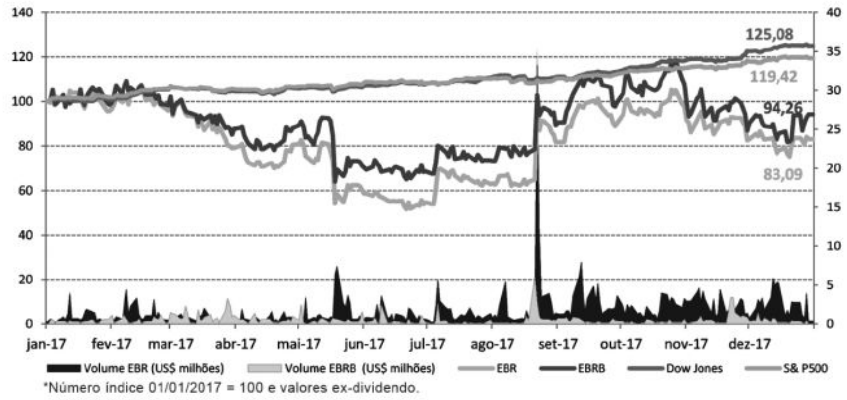


Obs: A forte alteração no volume ocorrida em Agosto de 2017, se refere à expectativa quanto à privatização da Eletrobras.
Fonte: Bloomberg Professional®.

Programa de ADR Nível II – Bolsa de Valores de Nova Iorque (NYSE) (EBR e EBR-B)

No ano de 2017, os ADRs representativos de ações ordinárias desvalorizaram em 16,9% em relação ao exercício de 2016, enquanto que os ADRs representativos de ações preferenciais desvalorizaram em 5,7%.

NYSE (USD)		
01/01/2017 a 31/12/2017	Classes de Ações	
	ON	PNB
Máximo	7,22	8,53
Mínimo	3,54	4,61
Média	5,66	6,55

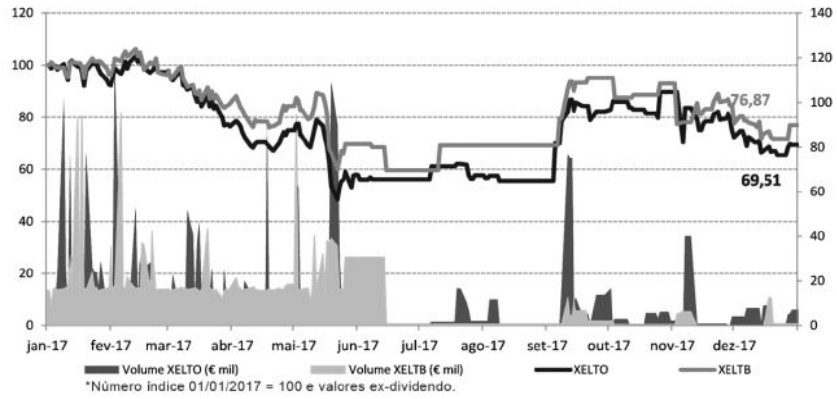


Fonte: Bloomberg Professional®.

Programa Latibex – Bolsa de Valores de Madrid (XELTO e XELTB)

Latibex (EUR)		
01/01/2017 a 31/12/2017	Classes de Ações	
	ON	PNB
Máximo	6,94	7,48
Mínimo	3,24	4,20
Média	5,06	5,78

As ações ordinárias do programa Latibex apresentaram uma desvalorização de 30%, fechando o ano a € 4,65. Já as ações preferenciais do Programa Latibex apresentaram uma desvalorização de 23%, fechando o ano a € 5,42.



Fonte: Bloomberg Professional®.

10.2. Remuneração aos Acionistas

A Eletrobras, por meio da sua Política de Distribuição de Dividendos, tem como propósito estabelecer as regras e os procedimentos de maneira transparente e de acordo com os dispositivos legais, estatutários e demais regulamentos internos. A decisão de distribuição de dividendos e demais proventos levará em consideração diversos fatores e variáveis, tais como os resultados da Companhia, sua condição financeira, necessidade de caixa, perspectivas futuras dos mercados de atuação atuais e potenciais, oportunidades de investimento existentes, manutenção e expansão da capacidade produtiva.

Essa Política de Distribuição de Dividendos da Eletrobras busca garantir a perenidade e a sustentabilidade financeira de curto, médio e longo prazos da Companhia, tendo como premissas a necessidade de flexibilidade e solidez financeira para a manutenção de seus negócios.

A tabela a seguir demonstra os dividendos que foram declarados referentes aos resultados de cada exercício, conforme previsto em seu Estatuto Social e na Lei Federal nº 6.404/76:

Tipo de Ação	2017	2016	2015	2014	2013
Ações ordinárias	–	–	–	–	434
Ações preferenciais classe A	–	0,3	–	0,01	0,3
Ações preferenciais classe B	–	433,6	–	27,59	433,6
Total	**–**	**433,9**	**–**	**27,6**	**867,9**

Nos termos do artigo 132 da Lei das Sociedades por Ações, até 04 (quatro) meses após o término do exercício social, os acionistas das companhias por ela regidas deverão reunir para deliberar sobre a destinação do resultado e a distribuição do lucro líquido referente ao exercício social anterior e a distribuição de dividendos aos acionistas.

Neste sentido, considerando que conforme apurado nas Demonstrações Financeiras Anuais, completas, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apurou prejuízo de R$(2.059) milhões, o que representa, considerando o resultado consolidado um prejuízo de R$(2.021) milhões, e, por consequência, que não haverá lucro a distribuir.

A proposta da Administração para a destinação do resultado do exercício de 2017, encontra-se descrita na tabela a seguir:

Distribuição do resultado **(R$ mil)**

Lucro Líquido (prejuízo) do exercício:	2017
Prejuízos acumulados antes da absorção do prejuízo	**(1.763.805)**
Absorção de reservas	
Saldo inicial das reservas de lucros	**3.018.680**
Realização de outros resultados abrangentes	(4.311)
Resultados de aquisição de investidas	(28.874)
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	(22.967)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(10.827)
Realização da reserva estatutária	(1.696.826)
Saldo final de prejuízo acumulados após absorção de reservas	

Para maiores informações observar a Proposta da Administração da 58ª AGO arquivada e disponível no site da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), através do website, assim como no site da Eletrobras.

10.3. Rating (Classificação de Risco)

De acordo com as agências de classificação de risco responsáveis pela avaliação da Eletrobras, os *ratings* da Companhia refletem a perspectiva do *rating* soberano do Brasil e também a expectativa de que a Eletrobras continuará desempenhando um papel essencial no setor elétrico brasileiro e, portanto, continuará recebendo suporte do governo. Consequentemente, qualquer ação de *rating* da empresa continua espelhando o *rating* soberano do país.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800128

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Agência	Classificação Nacional/Perspectiva	Último Relatório
Moody's Issuer Rating	["Ba3": / Estável]	04/12/2017
Moody's Senior Unsecured Debt	["Ba3": /Estável]	04/12/2017
Fitch LT National Currency Issuer	["B+": / RR4]	27/02/2018
Fitch LT Foreign Currency Issuer	["B+": / Estável]	27/02/2018
S&P LT Local Currency	["BB" / Negativa]	15/12/2017
S&P LT Foreign Currency	["BB" / Negativa]	15/12/2017

* Capacidade média de recuperação em caso de inadimplência: emissões classificadas em RR4 têm características compatíveis com títulos que historicamente apresentam recuperação entre 31% e 50% do principal e juros.

10.4. Empréstimo Compulsório

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei nº 4.156/62 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei nº 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei nº 1.512/76, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia. As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Companhia esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Companhia. Os valores do principal desses créditos podem ser pagos com ação preferencial classe B, conforme autoriza a legislação aplicável.

Em 2017, foram implantadas no sistema escritural do Bradesco, o montante de 319.418 ações preferenciais classe B, que correspondiam, em 30 de dezembro de 2017, avaliadas a valor de mercado, a R$ 7,2 milhões, e enviou às empresas de distribuição de energia elétrica, para repasse aos consumidores industriais, o montante de R$ 2,8 milhões, referente aos juros do créditos do empréstimo compulsório que ainda não foram convertido em ações.

Informações detalhadas sobre o empréstimo compulsório podem ser obtidas através do email institucional emprestimo--compulsorio@eletrobras.com.

Existem processos judiciais ajuizadas pelos industriais que cobram da Eletrobras especialmente a aplicação de juros diferente daquele prevista na legislação que criou e regulamentou o empréstimo compulsório. A Eletrobras vem apresentando vigorosa em todos esses processos.

Quanto ao montante da provisão de processos judiciais envolvendo empréstimo compulsório, verificar tabela a seguir:

Saldo inicial (31 de dezembro de 2016) em R$ mil	**13.901.603**
Constituição de provisão	3.423.045
Atualização monetária	1.182.607
Reversão de provisão	1.314.196
Pagamentos efetuados	596.792
Saldo final (31 de Dezembro de 2017) em R$ mil	**16.596.267**
Variação no período	**2.694.665**

* Além dos valores acima referentes ao empréstimo compulsório, existem valores da ordem de 67.994 mil referentes a obrigações ao portador que estão classificadas como causas cíveis.

10.5. Relacionamento com Acionistas e Investidores

Em conformidade com sua política de prestação de informações ao mercado e às regras do Nível 1 de Governança Corporativa da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, a Companhia realizou, em 2017, reuniões com analistas e investidores da Associação dos Analistas e profissionais de Investimento no Mercado de Capitais – Apimec – nas principais praças do país: Rio de Janeiro, São Paulo e Brasília.

Para apresentar a Companhia a investidores estrangeiros, foi realizado um *roadshow* nos Estados Unidos (Mineápolis, Chicago, Boston e Nova Iorque) e na cidade canadense de Toronto.

Dentre as 03 conferências que a Eletrobras participou no ano de 2017, apenas 01 foi no exterior (Nova Iorque); as demais foram em São Paulo.

No mês de outubro, a empresa realizou o "Eletrobras' Day" com a presença do Diretor Presidente e do Diretor Financeiro e de Relações com Investidores.

Em 2017, a Eletrobras realizou 04 teleconferências públicas para o mercado com tradução simultânea em tempo real e acesso à ferramenta *webcast.*

Ombudsman de RI

O Ombudsman de RI da Eletrobras é um dos mais importantes instrumentos de atendimento da Companhia e conta com diversos canais de contato para recebimento e encaminhamento de sugestões, reclamações, elogios e solicitações, visando a melhoria dos processos internos de Relações com Investidores, o fortalecimento da Governança Corporativa, assim como a melhoria da reputação e da transparência da Eletrobras no que se refere ao mercado de capitais. Na busca pela excelência no atendimento ao agente de mercado, o Ombudsman de RI assume um papel ímpar, pois, mais do que o cumprimento dos dispositivos legais, absorve as melhores práticas no âmbito de Ouvidorias e, principalmente, de Ouvidorias de RI.

Em 2017, o Ombudsman de RI recebeu 617 manifestações através de 376 manifestantes, sendo 113 estrangeiros. Os manifestantes foram classificados como agentes autônomos, investidores institucionais, de empresas e pessoas físicas, agências de ratings órgãos reguladores e outros agentes de mercado.

Das 617 manifestações, 614 foram relacionadas a consultas sobre assuntos relacionados à privatização, realização de assembleias de acionistas, informações financeiras e PDNG. Além disso, houve 2 elogios e 1 reclamação.

Informações completas sobre os Relatórios do Ombudsman de RI para o ano de 2017 estão disponibilizadas no nosso site de RI.

O Ombudsman de RI oferece os seguintes canais de contato aos agentes de mercado:

Internet:
www.eletrobras.com/ri

E-mail:
ombudsman-rj@eletrobras.com

Endereço:
Avenida Presidente Vargas, 409 - 9º andar, Centro, Rio de Janeiro-RJ CEP 20071-003

Telefones:
+ 55 21 2514-6333 / 2514-4627

Visita agendada:
das 9:00h às 18:00h

Ressaltamos que manifestações sobre corrupção, fraudes contábeis e financeiras, e ações que possam afetar os controles internos das empresas Eletrobras devem ser realizadas por meio do Canal de Denúncias em nosso site.

Comunicação com o Mercado

Em 2017, foram divulgados 82 Comunicados ao Mercado, 13 Fatos Relevantes e 10 Avisos aos Acionistas, em conformidade com a Instrução CVM nº 358/02. Todos estes documentos podem ser acessados no site do órgão fiscalizador. Desse total, 24 foram em virtude de solicitação pela CVM ou pela B3 S.A., 1 por solicitação do MME enquanto que 57 foram divulgados voluntariamente.

11. AUDITORES INDEPENDENTES

11.1. Serviços de Auditoria Externa

Em 2017, todas as Empresas Eletrobras tiveram como Auditor Independente exclusivo a KPMG Auditores Independentes. Itaipu Binacional teve como auditor independente a PricewaterhouseCoopers. O contrato com a KPMG Auditores Independentes foi assinado em 2014, com vigência de 36 meses e foi renovado em outubro 2017 por mais 24 meses.

Remuneração (Honorários e Serviços) Relacionada aos Serviços de Auditoria Externa (em R$)			
Auditor Independente	**2017**	**2016**	**2015**
PricewaterhouseCoopers (R$)	-	-	299.780,00
KPMG Assessores LTDA	7.486.083,29	29.310.891,00	4.010.874,00
KPMG Auditores Independentes (R$)	11.947.781,11	16.989.274,58	11.764.219,86
Total	**19.433.864,40**	**46.300.165,58**	**16.074.873,86**
Auditor Independente - Itaipu Binacional	**2017**	**2016**	**2015**
PricewaterhouseCoopers (R$)	479.910,00	214.500,00	-
KPMG Auditores Independentes (R$)		234.148,64	82.092,70
Total	**479.910,00**	**448.648,64**	**82.092,70**

A Eletrobras não consolida Itaipu em suas demonstrações financeiras consolidadas.

Realizamos alguns procedimentos que visam evitar o conflito de interesse ou a perda de independência e objetividade por parte dos referidos auditores externos independentes. Nos termos da Instrução CVM nº 308, de 14 de maio de 1999, é obrigatória a substituição dos Auditores Independentes responsáveis pela Eletrobras, no máximo, a cada cinco anos, sendo que os mesmos auditores não podem ser recontratados por um período de três anos. Em 2013, efetuamos a substituição de nossos auditores independentes em atendimento ao disposto na referida regulamentação. Ainda, nos termos do Estatuto Social da Eletrobras, no artigo 36, cabe ao Conselho de Administração a escolha e destituição dos Auditores Independentes. Por fim, com o objetivo de uniformizar as demonstrações financeiras das empresas Eletrobras, o mesmo auditor é responsável pela auditoria de todas as empresas, exceto Itaipu.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800129

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

12. BALANÇO SOCIAL

Informações de Natureza Social e Ambiental				
(valores expressos em milhares de reais)	Controladora		Consolidado	
I. Recursos Humanos				
a. Remuneração	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	R$ 265.695	R$ 244.115	R$ 6.112.598	R$ 5.904.794
- Empregados	R$ 258.738	R$ 239.524	R$ 6.069.747	R$ 5.862.563
- Administradores	R$ 4.166	R$ 4.591	R$ 40.060	R$ 42.231
Relação entre a maior e a menor remuneração:				
- Empregados	14,62	13,59	–	–
- Administradores	1,16	1,05	–	–
b. Benefícios Concedidos	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Encargos Sociais	R$ 74.655	R$ 78.904	R$ 1.480.097	R$ 1.491.320
Alimentação	R$ 16.621	R$ 18.869	R$ 373.128	R$ 404.011
Transporte	R$ 632	R$ 629	R$ 31.361	R$ 27.821
Previdência Privada	R$ 49.869	R$ 58.933	R$ 366.886	R$ 463.923
Saúde	R$ 25.934	R$ 23.603	R$ 618.742	R$ 572.458
Segurança e Medicina do Trabalho	R$ 1.645	R$ 5.853	R$ 40.284	R$ 41.573
Educação ou Auxílio-creche	R$ 2.652	R$ 2.896	R$ 62.794	R$ 67.464
Cultura	R$ -	R$ -	R$ 2.155	R$ 2.046
Capacitação e Desenvolvimento Profissional	R$ 774	R$ 1.159	R$ 33.360	R$ 41.603
Outros	R$ 67.959	R$ 40.828	R$ 928.983	R$ 373.067
Total	**R$ 240.740**	**R$ 231.675**	**R$ 3.937.789**	**R$ 3.485.286**
c. Composição do Corpo Funcional	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Nº de empregados no final do exercício	816	982	21.235	24.701
Nº de admissões	3	5	399	1268
Nº de demissões	104	8	2.034	226
Nº de estagiários no final do exercício	154	244	1.385	2.444
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	9	10	607	681
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	426	555	6.618	14.472
Nº de empregados por sexo:				
- Masculino	531	636	17.368	20.206
- Feminino	285	346	3.867	4.495
Nº de empregados por faixa etária:				
- Menores de 18 anos	0	0	0	0
- De 18 a 35 anos	116	172	4.044	4.932
- De 36 a 60 anos	648	706	14.852	17.187
- Acima de 60 anos	52	104	2.339	2.582
Nº de empregados por nível de escolaridade:				
- Analfabetos	0	0	0	0
- Com ensino fundamental	8	31	1.776	2.172
- Com ensino médio	67	194	4.435	5.328
- Com ensino técnico	0	0	5.405	6.347
- Com ensino superior	386	385	7.104	8.249
- Pós-graduados	355	372	2.515	2.605
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:				
- Masculino	71%	73%	-	-
- Feminino	29%	27%	-	-
d. Contingências e Passivos Trabalhistas	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	1.562	1.488	11.191	14.112
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	231	5	1.972	2.504
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	217	454	2.597	1.581
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R$ 6.879	R$ 5.784	R$ 168.679	R$ 220.424
II. Interação da Entidade com o Ambiente Externo				
2.1. Relacionamento com a Comunidade	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Totais dos investimentos em:				
Educação	R$ -	R$ -	R$ 10.139	R$ 6.716
Cultura	R$ 1.106	R$ 1.085	R$ 13.257	R$ 9.533
Saúde e Infraestrutura	R$ -	R$ -	R$ 85.639	R$ 102.244
Esporte e Lazer	R$ -	R$ -	R$ 1.947	R$ 2.153
Alimentação	R$ -	R$ -	R$ 339	R$ 303
Geração de Trabalho e Renda	R$ -	R$ -	R$ 2.001	R$ 3.677
Reassentamento de Famílias	R$ -	R$ -	R$ -	R$ -
Outros	R$ -	R$ -	R$ 36.609	R$ 32.897
Total dos investimentos	**R$ 1.106**	**R$ 1.085**	**R$ 149.931**	**R$ 157.523**
Tributos (excluídos encargos sociais)	R$ -	R$ -	R$ 5.553.372	R$ 17.210.181
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R$ -	R$ -	R$ 285.730	R$ 366.903
Total de Relacionamento com a Comunidade	**R$ 1.106**	**R$ 1.085**	**R$ 5.989.033**	**R$ 17.734.607**

2.2. Interação com os Fornecedores

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus fornecedores:

Em todos os editais de licitação, a empresa proponente apresentam as seguintes declarações:

DECLARA, sob as penas da lei que:

1.1. Para fins do disposto no inciso V, do artigo 27, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos;

1.2. Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV, do artigo 1º, e no inciso III, do artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 5 de outubro de 1988.

1.3. Não está sob os efeitos de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605/98 – Lei de Crimes Ambientais.

2. DECLARA, outrossim, conhecer e comprometer-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir, no que couber, o Código de Ética das Empresas ELETROBRAS. Não permitindo principalmente, a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico;

Quando da apresentação da proposta, o proponente deverá apresentar também: prova de regularidade com a Seguridade Social (CND), com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("CRF") e com a Justiça do Trabalho ("CNDT").

Caso o proponente deixe de apresentar quaisquer dos documentos mencionados acima, sua proposta é desclassificada.

O fornecedor é fiscalizado quanto ao cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária, tendo de demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e trabalhistas instituídos por lei, por meio da apresentação das provas de regularidade fiscal e trabalhista, relativas à Seguridade Social, Justiça do Trabalho e ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço ("FGTS"), nos atos da habilitação, da adjudicação e durante a vigência do referido instrumento contratual.

Algumas companhias inseriram em seus contratos cláusulas de responsabilidade socioambiental com o intuito de compartilhar o compromisso com o desenvolvimento sustentável do país.

Ressaltamos ainda que, de acordo com a Norma ABNT NBR 16001:2012, um dos dispositivos que moldaram o escopo do "Balanço Social", respeitamos em nosso critério todos os onze temas da boa prática de responsabilidade social:

- boas práticas de governança;
- combate à pirataria, sonegação, fraude e corrupção;
- práticas leais de concorrência;
- direitos da criança e do adolescente, incluindo o combate ao trabalho infantil;
- direitos do trabalhador, incluindo o de livre associação, de negociação, a remuneração justa e benefícios básicos, bem como o combate ao trabalho forçado;
- promoção da diversidade e combate à discriminação (por exemplo: cultural, de gênero, de raça/etnia, idade, pessoa com deficiência);
- compromisso com o desenvolvimento profissional;
- promoção da saúde e segurança;
- promoção de padrões sustentáveis de desenvolvimento, produção, distribuição e consumo, contemplando fornecedores, prestadores de serviço, entre outros;
- proteção ao meio ambiente e aos direitos das gerações futuras; e
- ações sociais de interesse público.

III. Interação com o Meio Ambiente

3.1. Investimentos	2017	2016	2017	2016
Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R$ -	R$ -	R$ 217.855	R$ 205.309
Investimentos e gastos com a preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	R$ -	R$ -	R$ 58.069	R$ 96.148
Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados, terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R$ 2	R$ 35	R$ 475	R$ 400
Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	R$ -	R$ -	R$ 5.088	R$ 3.703
Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R$ 1.491	R$ 1.129	R$ 170.040	R$ 12.208
Total dos investimentos	**1.494**	**1.164**	**451.528**	**317.767**
3.2. Passivo Ambiental	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ou judicialmente	R$ -	R$ -	R$ 9.972	R$ 98.769
Passivos e contingências ambientais	R$ -	R$ -	R$ 40.591	R$ 316
Total dos passivos ambientais	**0**	**0**	**50.563**	**99.085**
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	16	17	475	1.304
IV. Outras Informações				
4.1 - Informações financeiras	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Receita Operacional Líquida (ROL)	**R$ 4.511.268**	**R$ 3.449.345**	**R$ 37.476.700**	**R$ 60.748.465**
Resultado Operacional (RO)	**-R$ 697.024**	**R$ 3.452.678**	**-R$ 247.521**	**R$ 11.987.427**

continua

continuação

BALANÇO PATRIMONIAL DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(em milhares de Reais)

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
ATIVO	**NOTA**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
CIRCULANTE					
Caixa e equivalente de caixa	5	161.326	10.293	792.252	495.855
Caixa restrito	5	1.329.876	1.681.346	1.329.876	1.681.346
Títulos e valores mobiliários	6	5.059.957	4.471.954	6.924.358	5.681.791
Clientes	7	502.236	355.031	4.662.368	4.402.278
Ativo financeiro - Concessões e Itaipu	17	–	–	7.224.354	2.337.513
Financiamentos e empréstimos	8	8.288.875	6.783.913	2.471.960	3.025.938
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	–	195.966	–	195.966
Remuneração de participações societárias	9	1.726.958	618.566	245.577	318.455
Tributos a recuperar	10	623.299	674.241	1.066.207	1.085.520
Imposto de renda e contribuição social	10	1.436.175	769.541	1.874.475	1.086.367
Direito de ressarcimento	11	–	74.527	1.567.794	1.657.962
Almoxarifado		212	280	479.243	540.895
Estoque de combustível nuclear	12	–	–	465.152	455.737
Instrumentos financeiros derivativos	46	–	–	209.327	127.808
Risco Hidrológico	14	–	–	104.530	109.535
Ativos mantidos para venda	44	1.482.907	–	5.825.879	4.406.213
Outros		802.501	1.136.336	2.115.375	1.663.473
TOTAL DO ATIVO CIRCULANTE		**21.414.322**	**16.771.994**	**37.358.727**	**29.272.652**
NÃO CIRCULANTE					
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO					
Direito de ressarcimento	11	–	–	6.509.032	7.507.024
Financiamentos e empréstimos	8	22.889.437	28.597.843	7.794.891	10.158.306
Clientes	7	30.576	76.441	462.376	2.079.025
Títulos e valores mobiliários	6	269.141	245.296	331.862	247.235
Estoque de combustível nuclear	12	–	–	831.008	675.269
Tributos a recuperar	10	–	–	1.635.142	1.705.414
Imposto de renda e contribuição social correntes	10	471.568	1.488.158	471.568	1.488.158
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10	–		1.010.810	839.708
Cauções e depósitos vinculados		3.052.505	2.896.676	5.874.708	6.259.272
Conta de Consumo de Combustível – CCC	25	–	6.919	–	6.919
Ativo financeiro – Concessões e Itaipu	17	2.820.172	2.412.933	50.660.769	52.749.546
Instrumentos financeiros derivativos	46	–	–	216.904	100.965
Adiantamentos para futuro aumento de capital	13	1.701.275	1.255.184	959.838	1.617.916
Risco Hidrológico	14	–	–	325.132	457.677
Outros		2.278.845	2.071.256	1.108.629	1.228.143
		33.513.519	**39.050.706**	**78.192.669**	**87.120.577**
INVESTIMENTOS					
Avaliados por equivalência patrimonial	15	64.898.109	59.421.842	27.289.705	25.173.611
Mantidos a valor justo	15	1.261.234	1.168.935	1.418.659	1.357.923
		66.159.343	**60.590.777**	**28.708.364**	**26.531.534**
IMOBILIZADO	16	197.418	194.402	27.965.837	26.812.925
INTANGÍVEL	18	–	–	749.762	761.739
TOTAL DO ATIVO NÃO CIRCULANTE		**99.870.280**	**99.835.885**	**135.616.632**	**141.226.775**
TOTAL DO ATIVO		**121.284.602**	**116.607.879**	**172.975.359**	**170.499.427**

		CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**NOTA**	**31/12/2017**	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	22	2.336.333	3.397.485	5.886.141	5.833.547
Debêntures	23	–	–	183.432	12.442
Empréstimo compulsório	24	42.260	48.193	42.260	48.193
Fornecedores	20	514.752	440.976	10.443.752	9.659.301
Adiantamento de clientes	21	575.962	560.277	654.853	620.781
Tributos a recolher	26	100.767	41.554	1.173.319	1.336.089
Imposto de renda e contribuição social	26	1.023.764	486.605	1.498.218	606.848
Contratos onerosos	33	–	–	12.048	1.093.678
Remuneração aos acionistas	28	9.484	458.302	18.339	462.891
Passivo financeiro - Concessões e Itaipu	17	783.658	1.212.017	–	–
Obrigações estimadas	36	107.962	106.879	1.204.222	1.188.149
Obrigações de ressarcimento	11	1.346.660	1.693.309	1.392.542	1.868.085
Benefício pós-emprego	29	28.830	29.632	193.847	107.571
Provisões para contingências	30	850.704	756.811	1.518.387	1.083.475
Encargos setoriais	27	–	–	728.180	647.201
Arrendamento mercantil	22	–	–	145.324	136.662
Instrumentos financeiros derivativos	46	2.175	6.614	2.466	6.946
Passivos associados a ativos mantidos para venda	44	4.805.946	391.550	7.630.670	5.175.013
Outros		314.847	100.145	1.458.952	1.251.638
TOTAL DO PASSIVO CIRCULANTE		**12.844.104**	**9.730.349**	**34.186.952**	**31.138.510**
NÃO CIRCULANTE					
Financiamentos e empréstimos	22	21.316.181	22.922.041	39.235.650	39.786.881
Fornecedores	20	–	–	7.795.345	9.782.820
Debêntures	23	–	–	287.347	188.933
Adiantamento de clientes	21	–	–	519.391	592.215
Empréstimo compulsório	24	458.874	460.940	458.874	460.940
Obrigação para desmobilização de ativos	31	–	–	2.470.400	1.402.470
Conta de Consumo de Combustível - CCC	25	–	482.179	–	482.179
Provisões para contingências	30	16.946.508	13.674.073	23.033.963	19.645.954
Benefício pós-emprego	29	578.666	394.035	2.001.715	2.368.077
Provisão para passivo a descoberto	35	21.656.617	20.160.828	–	311.010
Contratos onerosos	33	–	–	2.067.179	2.659.305
Obrigações de ressarcimento	11	–	–	1.062.634	1.516.313
Arrendamento mercantil	22	–	–	932.496	1.032.842
Concessões a pagar - Uso do bem Público		–	–	63.082	63.337
Adiantamentos para futuro aumento de capital	32	3.639.441	3.310.409	3.639.441	3.310.409
Instrumentos financeiros derivativos	46	–	–	39.594	43.685
Encargos setoriais	27	–	–	698.423	615.253
Tributos a recolher	26	–	2.222	326.527	1.059.880
Imposto de renda e contribuição social	26	394.958	320.560	8.901.931	8.305.606
Outros		1.109.876	946.775	2.501.883	1.667.883
TOTAL DO PASSIVO NÃO CIRCULANTE		**66.101.121**	**62.674.062**	**96.035.875**	**95.295.992**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	37	31.305.331	31.305.331	31.305.331	31.305.331
Reservas de capital	37	13.867.170	13.867.170	13.867.170	13.867.170
Reservas de lucros	37	1.321.854	3.018.680	1.321.854	3.018.680
Ajustes de avaliação patrimonial		22.434	33.261	22.434	33.261
Lucros (Prejuízos) acumulados		–	–	–	–
Outros resultados abrangentes acumulados		(4.127.362)	(4.004.625)	(4.127.362)	(4.004.625)
Valores reconhecidos em ORA classificados como mantidos para venda		(50.050)	(16.349)	(50.050)	(16.349)
Participação de acionistas não controladores		–	–	413.155	(138.543)
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**42.339.377**	**44.203.468**	**42.752.532**	**44.064.925**
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**121.284.602**	**116.607.879**	**172.975.359**	**170.499.427**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800131

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA 31/12/2017	CONTROLADORA 31/12/2016	CONSOLIDADO 31/12/2017	CONSOLIDADO 31/12/2016
RECEITAS OPERACIONAIS					
Geração					
Suprimento		3.858.319	3.778.654	14.698.137	12.885.622
Fornecimento		–	–	2.554.279	2.945.506
CCEE		–	–	1.006.114	927.183
Receita de operação e manutenção		–	–	2.198.347	2.178.699
Receita de construção de Usinas		–	–	52.836	41.316
Atualizações da taxa de retorno – Geração		–	–	–	–
Repasse Itaipu		626.135	(346.638)	626.135	(346.638)
Transmissão					
Receita de operação e manutenção – Linhas Renovadas		–	–	3.132.349	2.735.999
Receita de operação e manutenção		–	–	265.471	239.691
Receita de construção		–	–	917.447	1.174.703
Atualizações da taxa de retorno – Transmissão		–	–	1.139.816	805.708
Financeira – Retorno do Investimento – RBSE		–	–	4.922.827	28.600.553
Distribuição					
Fornecimento		–	–	9.467.631	15.208.202
CCEE		–	–	724.961	314.833
Receita de construção		–	–	782.068	1.165.611
CVA e outros componentes financeiros		–	–	1.441.359	(339.405)
Outras receitas		157.170	59.674	2.060.479	2.450.329
Deduções					
(–) Encargos setoriais		–	–	(1.986.659)	(2.983.323)
(–) ICMS		–	–	(2.249.541)	(4.000.750)
(–) PASEP e COFINS		(130.356)	(42.345)	(3.724.863)	(3.642.892)
(–) Outras Deduções		–	–	(153.169)	(44.944)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	39	**4.511.268**	**3.449.345**	**37.876.024**	**60.316.003**
CUSTOS OPERACIONAIS					
Energia comprada para revenda	42	(3.911.372)	(3.814.019)	(11.584.925)	(11.264.044)
Encargos sobre uso da rede elétrica		–	–	(1.611.398)	(1.805.434)
Combustível para produção de energia elétrica		–	–	(424.964)	(759.826)
Construção		–	–	(1.752.351)	(2.381.630)
		(3.911.372)	**(3.814.019)**	**(15.373.638)**	**(16.210.934)**
RESULTADO BRUTO		**599.896**	**(364.674)**	**22.502.386**	**44.105.069**
DESPESAS OPERACIONAIS					
Pessoal, Material e Serviços	41	(699.582)	(856.008)	(10.930.333)	(10.363.211)
Depreciação		(4.616)	(5.132)	(1.511.260)	(1.558.387)
Amortização		–	–	(240.043)	(285.398)
Doações e contribuições		(102.314)	(158.453)	(164.372)	(219.417)
Provisões/Reversões operacionais	43	(8.740.434)	(16.674.672)	(5.746.873)	(16.722.582)
Achados da Investigação		–	–	–	(211.123)
Outras		(221.764)	(96.328)	(1.608.778)	(1.904.179)
		(9.768.710)	**(17.790.593)**	**(20.201.659)**	**(31.264.297)**
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		**(9.168.814)**	**(18.155.267)**	**2.300.727**	**12.840.772**
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas Financeiras					
Receitas de juros, comissões e taxas		3.406.499	3.479.762	831.562	1.154.010
Receita de aplicações financeiras		722.278	744.320	977.851	1.086.578
Acréscimo moratório sobre energia elétrica		19.252	35.148	374.977	320.836
Atualizações monetárias ativas		811.680	1.048.177	1.290.644	2.549.308
Variações cambiais ativas		978.566	4.698.251	946.364	4.985.602
Atualização de ativo regulatório		–	–	43.123	231.107
Ganhos com derivativos		–	–	237.386	218.714
Outras receitas financeiras		133.519	156.551	449.468	677.235
Despesas Financeiras					
Encargos de dívidas		(2.090.745)	(2.306.205)	(5.757.044)	(6.375.836)
Encargos de arrendamento mercantil		–	–	(320.060)	(303.381)
Encargos sobre recursos de acionistas		(371.156)	(184.935)	(388.408)	(200.857)
Atualizações monetárias passivas		(1.035.352)	(1.084.504)	(1.290.488)	(2.150.636)
Variações cambiais passivas		(1.013.617)	(5.197.846)	(1.065.337)	(4.848.040)
Atualização de passivo regulatório		–	–	(25.728)	(174.485)
Perdas com derivativos		–	–	(35.797)	–
Outras despesas financeiras		(520.452)	(245.381)	(1.461.809)	(1.100.879)
		1.040.472	**1.143.338**	**(5.193.296)**	**(3.930.724)**
RESULTADO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS		**(8.128.342)**	**(17.011.929)**	**(2.892.569)**	**8.910.048**
RESULTADO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	40	7.431.318	20.464.607	2.692.171	3.114.047
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DOS TRIBUTOS		**(697.024)**	**3.452.678**	**(200.398)**	**12.024.095**
Imposto de renda e contribuição social correntes	26	(1.023.764)	(486.605)	(1.593.473)	(619.044)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	26	(43.017)	459.826	68.180	(7.891.775)
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		**(1.763.805)**	**3.425.899**	**(1.725.691)**	**3.513.276**
PARCELA ATRIBUIDA AOS CONTROLADORES		(1.763.805)	3.425.899	(1.763.805)	3.425.899
PARCELA ATRIBUIDA AOS NÃO CONTROLADORES		–	–	38.114	87.377
RESULTADO POR AÇÃO					
Resultado por ação – básico	38	(R$ 1,30)	R$ 2,53	(R$ 1,30)	R$ 2,53
Resultado por ação – diluído	38	(R$ 1,30)	R$ 2,50	(R$ 1,30)	R$ 2,50

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA 31/12/2017	CONTROLADORA 31/12/2016	CONSOLIDADO 31/12/2017	CONSOLIDADO 31/12/2016
Participação no resultado abrangente das subsidiárias	**(1.763.805)**	**3.425.899**	**(1.725.691)**	**3.513.276**
Prejuízo do exercício				
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Ajuste ganhos e perdas atuariais	(193.024)	(178.854)	(114.214)	(1.143.119)
	(193.024)	(178.854)	(114.214)	(1.143.119)
Itens que poderão ser reclassificados para o resultado				
Ajustes acumulados de conversão	2.445	(32.286)	2.475	(32.284)
Ajuste de *hedge* de fluxo de caixa	6.250	11.683	6.250	11.683
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	92.299	138.520	107.072	165.863
IR / CSLL diferidos	(31.382)	(47.097)	(36.404)	(56.393)
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	10.775	(783.110)	67.681	280.682
IR / CSLL diferidos	–	–	5.023	9.296
	80.387	(712.290)	152.097	378.847
Outros componentes do resultado abrangente do período	**(112.637)**	**(891.144)**	**37.883**	**(764.272)**
Total do resultado abrangente do período	**(1.876.442)**	**2.534.755**	**(1.687.808)**	**2.749.004**
Parcela atribuída aos controladores			**(1.876.442)**	**2.534.755**
Parcela atribuída aos não controladores			**188.634**	**214.249**
			(1.687.808)	**2.749.004**

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(em milhares de Reais)

	CONTROLADORA 2017	CONTROLADORA 2016	CONSOLIDADO 2017	CONSOLIDADO 2016
1 - RECEITAS (DESPESAS)				
Venda de mercadorias, produtos e serviços	4.641.624	3.491.690	44.237.905	68.606.282
Receita de construção	–	–	1.752.351	2.381.630
PCLD - Consumidores e Revendedores	–	–	(520.369)	(334.383)
	4.641.624	3.491.690	45.469.887	70.653.529
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS				
Materiais, serviços e outros	(377.320)	(463.792)	(7.817.913)	(10.197.506)
Encargos setoriais	–	–	(1.986.659)	(2.550.473)
Energia comprada para revenda	(3.911.372)	(3.814.019)	(11.584.925)	(11.264.044)
Combustível para produção de energia elétrica	–	–	(424.964)	(759.826)
Provisões/Reversões operacionais	(8.740.434)	(14.676.085)	(5.226.504)	(14.389.612)
	(13.029.126)	(18.953.896)	(27.040.965)	(39.161.461)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO	(8.387.502)	(15.462.206)	18.428.922	31.492.068
4 - RETENÇÕES				
Depreciação, amortização e exaustão	(4.616)	(5.132)	(1.751.303)	(1.843.785)
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE	(8.392.118)	(15.467.338)	16.677.619	29.648.283
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA				
Participações societárias	7.431.318	20.464.607	2.692.171	3.114.047
Receitas financeiras	6.071.794	10.162.209	5.151.375	11.223.390
	13.503.112	30.626.816	7.843.546	14.337.437
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR	5.110.994	15.159.478	24.521.165	43.985.720
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO				
PESSOAL				
. Pessoal, encargos e honorários	421.125	423.317	7.466.142	6.371.711
. Plano de aposentadoria e pensão	75.361	21.165	255.796	176.861
	496.486	444.482	7.721.938	6.548.572
TRIBUTOS				
. Federal	1.197.137	69.124	5.250.156	12.153.711
. Estadual	–	–	2.249.541	4.000.750
. Municipal	–	–	153.169	44.944
	1.197.137	69.124	7.652.866	16.199.405
TERCEIROS				
. Juros	5.031.322	11.017.458	10.344.671	17.152.701
. Aluguéis	47.540	44.062	363.009	352.349
. Outras	102.314	158.453	164.372	219.417
	5.181.176	11.219.973	10.872.052	17.724.467
ACIONISTAS				
. Participação de acionistas não controladores	–	–	38.114	87.377
. Lucros retidos ou prejuízo do exercício	(1.763.805)	3.425.899	(1.763.805)	3.425.899
	(1.763.805)	3.425.899	(1.725.691)	3.513.276
	5.110.994	15.159.478	24.521.165	43.985.720

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800132

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(em milhares de Reais)

			RESERVAS DE LUCROS									
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS A REALIZAR	ESTATUTÁRIAS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXO	LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2016	**31.305.331**	**13.867.170**	**171.295**	**713.802**	**386.375**	**1.747.208**	**33.261**	**–**	**(4.020.974)**	**44.203.468**	**(138.543)**	**44.064.925**
Alienação de Investimentos	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–	363.064	363.064
Absorção de prejuízos	–	–	–	–	–	(1.696.826)	–	1.696.826	–	–	–	–
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	–	–	–	2.445	2.445	–	2.445
Ajuste Benefício pós-emprego	–	–	–	–	–	–	–	–	(193.024)	(193.024)	–	(193.024)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	–	–	–	–	92.299	92.299	–	92.299
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	(31.382)	(31.382)	–	(31.382)
Ajuste de Controladas / Coligadas	–	–	–	–	–	–	–	4.311	10.775	15.086	150.520	(165.606)
Resultado da aquisição de investidas								28.874	(43.801)	(14.927)		(14.927)
Instrumentos Financeiros - *Hedge*	–	–	–	–	–	–	–	–	6.250	6.250	–	6.250
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(10.827)	10.827		–	–	–
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	–	–	–	–	–	–	–	22.967	–	22.967	–	22.967
Prejuízo do exercício	–	–	–	–	–	–	–	(1.763.805)	–	(1.763.805)	38.114	(1.725.691)
Em 31 de dezembro de 2017	**31.305.331**	**13.867.170**	**171.295**	**713.802**	**386.375**	**50.382**	**22.434**	**–**	**(4.177.412)**	**42.339.377**	**(413.155)**	**42.752.532**

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

(em milhares de Reais)

			RESERVAS DE LUCROS									
	CAPITAL SOCIAL	RESERVAS DE CAPITAL	LEGAL	RETENÇÃO DE LUCROS	LUCROS A REALIZAR	ESTATUTÁRIAS	AJUSTES DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL REFLEXO	LUCRO / PREJUÍZOS ACUMULADOS	OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTROLADORA	PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO CONTROLADORES	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONSOLIDADO
Em 31 de dezembro de 2015	**31.305.331**	**26.048.342**	**–**	**–**	**–**	**–**	**39.452**	**(12.181.172)**	**(3.119.939)**	**42.092.014**	**(352.792)**	**41.739.222**
Absorção de prejuízos	–	(12.181.172)	–	–	–	–	–	12.181.172	–	–	–	–
ORA relacionado a ativos mantidos para venda	–	–	–	–	–	–	–	–	(9.891)	(9.891)	–	(9.891)
Ajustes acumulados de conversão	–	–	–	–	–	–	–	–	(32.286)	(32.286)	–	(32.286)
Ajuste Benefício pós-emprego	–	–	–	–	–	–	–	–	(178.854)	(178.854)	–	(178.854)
Valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	–	–	–	–	–	–	–	–	138.520	138.520	–	138.520
IR/CS diferido sobre outros resultados abrangentes	–	–	–	–	–	–	–	–	(47.097)	(47.097)	–	(47.097)
Ajuste de Controladas / Coligadas	–	–	–	–	–	–	–	–	(783.110)	(783.110)	126.872	(656.238)
Instrumentos Financeiros - *Hedge*	–	–	–	–	–	–	–	–	11.683	11.683	–	11.683
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	–	–	–	–	–	–	(6.191)	10.442	–	4.251	–	4.251
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	–	–	–	–	–	–	–	16.303	–	16.303	–	16.303
Lucro líquido do período	–	–	–	–	–	–	–	3.425.899	–	3.425.899	87.377	3.513.276
Constituição de reservas	–	–	171.295	713.803	386.375	1.747.209	–	(3.018.682)	–	–	–	
Dividendos propostos	–	–	–	–	–	–	–	(433.962)	–	(433.962)	–	(433.962)
Em 31 de dezembro de 2016	**31.305.331**	**13.867.170**	**171.295**	**713.803**	**386.375**	**1.747.209**	**33.261**	**–**	**(4.020.974)**	**44.203.470**	**(138.543)**	**44.064.927**

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA DOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

(Em milhares de Reais)

	NOTA	CONTROLADORA 31/12/2017	CONTROLADORA 31/12/2016	CONSOLIDADO 31/12/2017	CONSOLIDADO 31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(697.024)**	**3.452.678**	**(200.397)**	**12.024.095**
Ajustes para reconciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações:					
Depreciação e amortização		4.616	5.132	1.751.303	1.843.785
Variações monetárias líquidas		223.672	36.328	(156)	(398.672)
Variações cambiais líquidas		35.051	499.594	118.973	(137.562)
Encargos financeiros		(1.903.639)	(1.393.977)	4.657.657	5.525.207
Receita de ativo financeiro	39	–	–	(6.062.642)	(29.406.261)
Resultado da equivalência patrimonial	40	(7.431.318)	(20.464.607)	(2.692.171)	(3.114.047)
Provisão (reversão) para passivo a descoberto	43	6.170.792	12.155.108	–	–
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	43	10.582	17.290	530.951	351.673
Provisão (reversão) para contingências	43	2.934.954	4.418.406	4.398.398	5.992.745
Provisão (reversão) para redução ao valor recuperável de ativos	43	(1.852)	(1.852)	640.629	5.537.060
Provisão (reversão) contrato oneroso	43	–	–	(1.493.469)	2.194.498
Provisão (reversão) para perda com investimentos	43	(570.406)	(26.834)	(335.592)	1.479.088
Provisão (reversão) risco hidrológico – GSF	43	–	–	–	(451.340)
Provisão ANEEL – CCC	43	–	–	985.573	741.623
Taxa de fiscalização sobre recursos hídricos - TFRH	43	–	–	517.727	346.328
Encargos da reserva global de reversão		587.885	220.420	587.885	220.420
Ajuste a valor presente / valor de mercado		(26.217)	(57.664)	64.854	28.864
Participação minoritária no resultado		–	–	(74.994)	(132.389)
Encargos sobre recursos de acionistas		371.156	184.935	388.408	200.857
Instrumentos financeiros – derivativos		–	–	(201.589)	(218.714)
Outras		(58.455)	302.214	430.735	597.024
		346.821	(4.105.507)	4.212.479	(8.799.813)
(Acréscimos)/decréscimos nos ativos operacionais					
Clientes		–	–	1.457.899	(583.469)
Títulos e valores mobiliários		(588.003)	(1.070.961)	(1.303.349)	1.108.738
Direito de ressarcimento	11	186.478	(700.581)	1.088.160	1.338.396
Almoxarifado		68	80	61.652	90.774
Estoque de combustível nuclear	12	–	–	(165.154)	(150.128)
Ativo financeiro – Concessões e Itaipu		21.120	1.036.633	21.120	1.036.633
Ativos mantidos para venda		–	–	(2.902.573)	217.572
Risco Hidrológico		–	–	137.550	226.779
Outros		39.269	20.551	(242.059)	215.588
		(341.068)	(714.278)	(1.846.754)	3.500.883
Acréscimos/(decréscimos) nos passivos operacionais					
Fornecedores		(9.787)	4.363	(1.286.587)	(156.294)
Adiantamento de clientes	21	–	–	(54.437)	(61.195)
Arrendamento mercantil		–	–	(91.684)	(82.651)
Obrigações estimadas		1.083	(2.618)	127.036	80.116
Obrigações de ressarcimento	11	–	700.582	(582.573)	(888.864)
Encargos setoriais	27	–	–	164.149	104.859
Passivos associados a ativos mantidos para venda		–	(20.675)	2.455.657	(399.996)
Outros		351.623	(12.470)	752.298	71.559
		342.919	669.182	1.483.859	(1.332.466)
Pagamento de encargos financeiros		(1.174.960)	(2.056.052)	(3.705.501)	(3.766.612)
Pagamento de encargos da reserva global de reversão		(185.152)	(138.869)	(185.152)	(138.869)
Recebimento de receita anual permitida (ativo financeiro)		–	–	4.137.804	1.226.501
Recebimento de encargos financeiros		1.865.117	1.898.916	722.090	1.122.490
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		(316.080)	(302.441)	(1.886.815)	(1.229.862)
Pagamento de refinanciamento de impostos e contribuições - principal		–	–	(162.582)	(132.879)
Recebimento de remuneração de investimentos em partipações societárias		972.039	372.836	1.038.498	694.003
Pagamento de previdência complementar		(28.158)	(37.381)	(477.166)	(229.766)
Pagamento de contingências judiciais	30	(596.014)	(509.488)	(726.265)	(739.361)
Depósitos judiciais		(306.848)	(221.924)	(18.528)	(626.298)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades operacionais		**(658.408)**	**(1.692.328)**	**2.385.569**	**1.572.046**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Empréstimos e financiamentos obtidos		–	169.670	3.120.690	3.638.561
Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal		(3.741.497)	(2.619.108)	(5.646.953)	(4.543.612)
Pagamento de remuneração aos acionistas		(369.905)	(1.792)	(381.436)	(5.790)
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital		–	2.906.180	–	2.906.180
Recursos da reserva global de reversão para repasse		800.654	1.007.112	800.654	1.007.112
Outros		–	–	165.664	1.191
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de financimento		**(3.310.748)**	**1.462.062**	**(1.941.381)**	**3.003.642**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Concessão de empréstimos e financiamentos		(1.887.102)	(2.594.270)	–	(242.154)
Recebimento de empréstimos e financiamentos		5.171.426	3.679.863	3.662.208	2.398.790
Aquisição de ativo imobilizado		(5.794)	(4.869)	(1.230.181)	(1.691.089)
Aquisição de ativo intangível		–	–	(70.317)	(79.076)
Aquisição de ativos de concessão		–	–	(1.691.177)	(1.910.773)
Aquisição/aporte de capital em participações societárias		(173.700)	(581.294)	(1.792.592)	(3.272.685)
Concessão de adiantamento para futuro aumento de capital		(63.279)	(950.590)	(110.124)	(622.688)
Alienação de investimentos em participações societárias		1.078.638	–	1.082.002	–
Fluxo de caixa líquido na aquisição de investidas		–	–	(67.645)	–
Outros		–	–	70.035	(54.131)
Caixa líquido proveniente das (usado nas) atividades de investimento		**4.120.189**	**(451.160)**	**(147.791)**	**(5.473.806)**
Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa		**151.033**	**(681.426)**	**296.397**	**(898.118)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	5	10.293	691.719	495.855	1.393.973
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	5	161.326	10.293	792.252	495.855
		151.033	**(681.426)**	**296.397**	**(898.118)**

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800133

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E DE 2016

(Em milhares de Reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (Eletrobras ou Companhia) é uma companhia de capital aberto, com sede em Brasília - DF - Setor Comercial Norte, Quadra 6, Conjunto A, Bloco Asa Norte, registrada na Comissão de Valores Mobiliários - CVM e na *Securities and Exchange Commission* - SEC, com ações negociadas nas bolsas de valores de São Paulo (BOVESPA) - Brasil, Madri (LATIBEX) - Espanha e Nova York (NYSE) - Estados Unidos da América. A Companhia é uma sociedade de economia mista controlada pela União Federal. Tem como objeto social realizar estudos, projetos, construção e operação de usinas geradoras, de linhas de transmissão e distribuição de energia elétrica, bem como a celebração de atos de comércio decorrentes dessas atividades. Tem como objeto, também, conceder financiamentos, prestar garantias, no País e no exterior, a empresas do serviço público de energia elétrica e que estejam sob seu controle acionário e em favor de entidades técnico-científicas de pesquisa; promover e apoiar a pesquisa de interesse do setor de energia elétrica, em especial ligadas às atividades de geração, transmissão e distribuição, bem como realizar estudos de aproveitamento de bacias hidrográficas para fins múltiplos; contribuir na formação do pessoal técnico necessário ao setor elétrico brasileiro, bem como na preparação de operários qualificados, mediante cursos especializados, podendo, também, conceder auxílio aos estabelecimentos de ensino do País ou bolsas de estudo no exterior e firmar convênios com entidades que colaborem na formação de pessoal técnico especializado; colaborar, técnica e administrativamente, com as empresas das quais participa acionariamente e com o Ministério de Minas e Energia (MME).

A Companhia exerce a função de *holding*, gerindo investimentos em participações societárias, detendo o controle acionário direto em dez empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, abaixo relacionadas:

- Furnas Centrais Elétricas S.A. - FURNAS;
- Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE;
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF;
- ELETROSUL Centrais Elétricas S.A.;
- Eletrobras Termonuclear S.A. - ELETRONUCLEAR;
- Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica - CGTEE;
- Eólica Hermenegildo I S.A. - Hermenegildo I;
- Eólica Hermenegildo II S.A. - Hermenegildo II;
- Eólica Hermenegildo III S.A. - Hermenegildo III;e
- Santa Vitória do Palmar Holding S.A. - Santa Vitória do Palmar.

Além do controle de empresas de geração e/ou transmissão de energia elétrica, acima listadas, a Companhia detém o controle acionário direto de seis empresas distribuidoras de energia elétrica:

- Boa Vista Energia S.A. - Boa Vista (*);
- Companhia de Eletricidade do Acre - Eletroacre (*);
- Centrais Elétricas de Rondônia - Ceron (*);
- Companhia Energética de Alagoas - Ceal;
- Companhia Energética do Piauí - Cepisa (*); e
- Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - Amazonas Distribuidora.

(*) Distribuidoras classificadas como Ativo Mantido para Venda vide nota 44.

Em 1º de julho de 2015, a controlada Amazonas Energia iniciou o processo de desverticalização, no qual as atividades de geração e transmissão de energia elétrica ora exercida pela Amazonas Distribuidora foram segregadas de sua atividade de distribuição. Dessa forma, constitui-se uma nova empresa no âmbito do Sistema Eletrobras, com o nome de Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas GT"). Em 27 de fevereiro de 2018, a ANEEL anuiu o processo desverticalização aqui apresentado através da resolução autorizativa nº 6.883.

Em 22 de julho de 2016, a 165ª Assembleia Geral Extraordinária deliberou a não prorrogação das concessões das controladas distribuidoras de energia do grupo Eletrobras. Na referida Assembleia Geral Extraordinária foi deliberada a transferência do controle acionário, até 31 de dezembro de 2017, das distribuidoras de energia da Eletrobras, desde que, até a transferência da distribuidora para o novo controlador, a distribuidora receba diretamente, da União Federal ou através de tarifa, todos os recursos e remuneração necessários para operar, manter e fazer investimentos que forem relacionados aos serviços públicos da respectiva distribuidora. Em 28 de dezembro de 2017, a 169ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a prorrogação do prazo de assinatura do contrato de transferência do controle acionário das distribuidoras do grupo Eletrobras até 31 de julho de 2018. (Vide Nota 2)

Em 14 fevereiro de 2017, foi alienada a totalidade da participação societária da Eletrobras na Companhia Celg Distribuição - CELG-D para a ENEL BRASIL S/A.

Em 29 de setembro de 2017, o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou o início do processo de reestruturação societária entre as controladas Eletrosul e a CGTEE, visando obtenção de sinergia operacional, tributária, econômico-financeira e societária. Até a presente data este processo não foi finalizado.

A Companhia ainda detém o controle acionário da Eletrobras Participações S.A. - Eletropar. Adicionalmente, detém participação acionária da Itaipu Binacional - Itaipu (em regime de controle conjunto nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai), da Inambari Geração de Energia S.A. e da Rouar S.A. (em regime de controle conjunto com a estatal uruguaia *Usinas y Transmissiones Elétricas de Uruguay* - UTE).

A Companhia é controladora indireta ou participa de forma minoritária direta ou indiretamente em diversas outras sociedades nos segmentos de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica (vide Nota 15).

A Companhia é autorizada, diretamente ou por meio de suas subsidiárias ou controladas, a associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, no exterior, que se destinem direta ou indiretamente à exploração da produção ou transmissão ou distribuição de energia elétrica.

A Companhia era responsável pela gestão de recursos setoriais da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e da Reserva Global de Reversão - RGR. Em conformidade com a Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.022/2017, e com o Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 1.079, de 18 de abril de 2017, a responsabilidade pelo orçamento, gestão e movimentação desses Fundos Setoriais foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, desde 1º de maio de 2017.

A Companhia atua, também, como agente de comercialização de energia elétrica da Itaipu Binacional e dos agentes participantes do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA.

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração, em 26 de março de 2018.

NOTA 2 - CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DE SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Eletrobras, por meio das suas empresas controladas e parceiros, possui 48,134 GW* de capacidade instalada em empreendimentos de geração, 71,684 mil km* de linhas de transmissão e seis distribuidoras de energia que atendem cerca de 4,4 milhões* de consumidores.

A Companhia, por intermédio de empresas controladas, detém diversas concessões de serviço público de energia elétrica, cujo detalhamento, capacidade instalada e prazos de vencimento estão listados a seguir:

I - Concessões em Regime de O&M - renovadas - Lei nº 12.783/13

- Geração de Energia Elétrica

Concessões em Regime de O&M - GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW) (*)	Vencimento
UHE Paulo Afonso I	BA	180	31/12/2042
UHE Paulo Afonso II	BA	443	31/12/2042
UHE Paulo Afonso III	BA	794	31/12/2042
UHE Paulo Afonso IV	BA	2.462	31/12/2042
UHE Apolônio Sales	BA	400	31/12/2042
UHE Luiz Gonzaga (Itaparica)	BA	1.480	31/12/2042
UHE Xingó	SE	3.162	31/12/2042
UHE Furnas	MG	1.216	07/07/2045
UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	SP / MG	1.050	07/07/2045
UHE Marimbondo	SP / MG	1.440	07/03/2047
UHE Porto Colômbia	SP / MG	320	16/03/2047
UHE Funil	MG	216	07/07/2045
UHE Corumbá I	GO	375	31/12/2044
UHE Serra da Mesa	GO	1.275	12/11/2039
UHE Funil	BA	30	31/12/2042
UHE Pedra	BA	20	31/12/2042
UHE Boa Esperança	PI	237	31/12/2042
UHE Coaracy Nunes	AP	78	31/12/2042

(*) Não examinado pelos auditores independentes.

- Transmissão de Energia Elétrica

Concessões em Regime de O&M - TRANSMISSÃO

Nome	Contrato	Titular	Prazo (anos)	Vencimento
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	057/2001	Eletrosul	30	31/12/2042
	058/2001	Eletronorte	30	31/12/2042
	061/2001	Chesf	30	31/12/2042
	062/2001	Furnas	30	31/12/2042

II - Principais Concessões em Regime de Exploração

- Geração de Energia Elétrica e Autorização

Concessões em Regime de Exploração GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW) (*)	Ano de Vencimento
UHE Sobradinho	BA	1050	2022
UTE Camaçari (7)	BA	347	2027
UHE Belo Monte (12)	PA	11233	2045
UHE Tucuruí	PA	8535	2024
UHE Samuel	RO	217	2029
UTE Rio Madeira	RO	119	2018
UTE Santana	AP	178	2024
UTE Santarém	PA	19	2044
UTE Electron (7)	AM	121	2020
UHE Dardanelos	MT	261	2042
UTE Mauá	PR	178	2042
UHE Jirau (1)	RO	3750	2043
UTE Presidente Médici - Candiota I e II (2)	RS	446	2015
UTE Candiota III	RS	350	2041
UTE Tabatinga (13)	AM	316	2016
UTE Belem de Simões (13)	AM	316	2016
UHE Balbina	AM	250	2027
UHE Aparecida	AM	283	2020
UTE Mauá (5)	AM	260	2020
UTE Santa Cruz (6)	RJ	500	2015
UHE Mascarenhas de Moraes	MG	476	2023
UHE Itumbiara	MG / GO	2082	2020
UHE Manso	MT	210	2035
UHE Simplício/Anta	RJ / MG	334	2041
UHE Peixe Angical	TO	499	2036
UHE Baguari (11)	MG	140	2041
UHE Foz do Chapecó	Uruguai	855	2036
UTN Angra I	RJ	640	2024
UTN Angra II	RJ	1350	2041
UTN Angra III	RJ	1405	40 anos
UHE Araras (7)	CE	4	2015
UHE Curemas	PB	4	2024
EOL São Pedro do Lago	BA	30	2046
EOL Pedra Branca	BA	30	2046
EOL Sete Gameleiras	BA	30	2046
EOL Caiçara I	RN	27	2047
EOL Junco I	RN	24	2047
EOL Junco II	RN	24	2047
EOL Caiçara II	RN	18	2047
EOL Casa Nova I	BA	180	2043
EOL Casa Nova II	BA	28	2049
EOL Casa Nova III	BA	24	2049
EOL Baraúnas I	BA	33	2049
EOL Morro Branco I	BA	33	2049
EOL Mussambê	BA	33	2049
EOL Santa Joana XI	PI	30	2049
EOL Santa Joana XVI	PI	29	2049
EOL Santa Joana X	PI	30	2049
EOL Santa Joana XIII	PI	30	2049

continua

continuação

Concessões em Regime de Exploração GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW) (*)	Ano de Vencimento
EOL Santa Joana XII	PI	29	2049
EOL Santa Joana XV	PI	29	2049
EOL Santa Joana IX	PI	30	2049
EOL Acauã Energia	BA	6	2049
EOL Arapapá Energia	BA	4	2049
EOL Angical 2	BA	10	2049
EOL Teiú 2	BA	8	2049
EOL Caititú 2	BA	10	2049
EOL Carcará	BA	10	2049
EOL Corrupião 3	BA	10	2049
EOL Caititú 3	BA	10	2049
EOL Papagaio	BA	10	2049
EOL Coqueirinho 2	BA	16	2049
EOL Santa Joana IV	PI	27	2049
EOL Serra das Vacas I	PE	24	2049
EOL Santa Joana V	PI	29	2049
EOL Serra das Vacas II	PE	22	2049
EOL Serra das Vacas III	PE	22	2049
EOL Serra das Vacas IV	PE	22	2049
EOL Santa Joana III	PI	30	2049
EOL Santa Joana I	PI	29	2049
EOL Santo Augusto IV	PI	29	2049
EOL Santa Joana VII	PI	29	2049
EOL Tamanduá Mirim 2	BA	16	2049
EOL Banda de Couro	BA	33	2049
EOL Baraúnas II	BA	26	2049
UHE Curuá-Una	PA	30	2028
UTE Rio Acre	AC	45	2025
UTE Rio Branco I	AC	19	2020
UTE Rio Branco II	AC	33	2020
UTE Senador Arnon Afonso Farias	RR	86	2024
UTE Serra do Navio	SE	23	2037
EOL Miassaba 3	RN	68	2045
EOL Rei dos Ventos 3	RN	60	2045
UHE Passo São João	RS	77	2041
UHE São Domingos	MS	48	2037
PCH Barra do Rio Chapéu	SC	16	2034
PCH João Borges	SC	19	2035
PCH Coxilha Rica (4)	SC	18	2042
PCH Santo Cristo (3)	SC	20	2042
EOL Capão do Inglês	RS	10	2049
EOL Coxilha Seca	RS	30	2049
EOL Galpões	RS	8	2049
EOL Chuí I	RS	24	2047
EOL Chuí II	RS	22	2047
EOL Chuí IV	RS	22	2047
EOL Chuí V	RS	30	2047
EOL Chuí VI	RS	22	2047
EOL Chuí VII	RS	24	2047
EOL Chuí 09	RS	18	2049
EOL Cerro Chato IV (10)	RS	10	2047
EOL Cerro Chato V (10)	RS	12	2047
EOL Cerro Chato VI (10)	RS	24	2047
EOL Cerro dos trindades (10)	RS	8	2047
EOL Ibirapuitã	RS	25	2047
EOL Verace 24	RS	20	2049
EOL Verace 25	RS	7	2049
EOL Verace 26	RS	14	2049
EOL Verace 27	RS	16	2049
EOL Verace 28	RS	13	2049
EOL Verace 29	RS	18	2049
EOL Verace 30	RS	18	2049
EOL Verace 31	RS	9	2049
EOL Verace 34	RS	14	2049
EOL Verace 35	RS	13	2049
EOL Verace 36	RS	22	2049
EOL Geribatu I	RS	20	2047
EOL Geribatu II	RS	20	2047
EOL Geribatu III	RS	26	2047
EOL Geribatu IV	RS	30	2047
EOL Geribatu V	RS	30	2047
EOL Geribatu VI	RS	18	2047
EOL Geribatu VII	RS	30	2047
EOL Geribatu VIII	RS	26	2047
EOL Geribatu IX	RS	30	2047
EOL Geribatu X	RS	28	2047
Megawatt Solar	SC	1	–
EOL Cerro Chato I	RS	30	2045
EOL Cerro Chato II	RS	30	2045
EOL Cerro Chato III	RS	30	2045
UTE São Jerônimo (7)	RS	20	2015
UTE Nutepa (7)	RS	24	2015
UTE Cidade Nova (7)	AM	30	2015
UTE Iranduba	AM	50	2020
UTE Distrito (7)	AM	125	2015
UTE São José	AM	50	2017
UTE Flores	AM	95	2017
UTE Roberto Silveira	RJ	30	2027
UHE Batalha	MG / GO	53	2041
UHE Retiro Baixo	MG	82	2041
Três Irmãos	Tietê	808	2044
Serra do Facão	GO	213	2036

Concessões em Regime de Exploração GERAÇÃO

Concessões/Permissões	Localização	Capacidade Instalada (MW) (*)	Ano de Vencimento
EOL Rei dos Ventos 1	RN	58	2045
EOL Famosa I	RN	23	2047
EOL Pau Brasil	CE	15	2047
EOL Rosada	RN	30	2048
EOL São Paulo	CE	18	2047
EOL Bom Jesus	CE	18	2049
EOL Cachoeira	CE	12	2049
EOL Pitimbu	CE	18	2049
EOL Jandaia	CE	29	2047
EOL Jandaia I	CE	19	2047
EOL São Caetano	CE	25	2049
EOL São Caetano I	CE	18	2049
EOL São Clemente	CE	19	2047
EOL São Galvão	CE	18	2049
EOL Carnaúba I	RN	22	2049
EOL Carnaúba II	RN	18	2049
EOL Carnaúba III	RN	16	2049
EOL Carnaúba V	RN	24	2049
EOL Cervantes I	RN	16	2049
EOL Cervantes II	RN	12	2049
EOL Punaú I	RN	24	2049
EOL Arara Azul	RN	28	2049
EOL Bentevi	RN	15	2049
EOL Ouro Verde I	RN	28	2049
EOL Ouro Verde II	RN	30	2049
EOL Ouro Verde III	RN	25	2049
EOL Santa Rosa	CE	20	2049
EOL Uirapuru	CE	28	2049
EOL Ventos de Angelim	CE	24	2049
EOL Serra do Mel I	RN	28	2049
EOL Serra do Mel II	RN	28	2049
EOL Serra do Mel III	RN	28	2049
EOL Itaguaçu da Bahia	BA	28	2049
EOL Ventos de Santa Luiza	BA	28	2049
EOL Ventos de Santa Madalena	BA	28	2049
EOL Ventos de Santa Marcella	BA	28	2049
EOL Ventos de Santa Vera	BA	28	2049
UHE Santo Antônio (11)	BA	28	2049
UHE Santo Antônio Mesa (8)	BA	3568	2043
EOL Ventos de Santo Antônio	BA	28	2049
EOL Ventos de São Bento	BA	28	2049
EOL Ventos de São Cirilo	BA	28	2049
EOL Ventos de São João	BA	28	2049
EOL Ventos de São Rafael	BA	28	2049
EOL São Januário	CE	19	2047
EOL Nsa Sra de Fátima	CE	29	2047
UHE Sinop	MT	408	2049
UHE São Manoel	PA	700	2049
EOL Brasventos Eolo	RN	58	2045
UHE Teles Pires (9)	MT	1820	2046
UTE Araguaia	MT	23	2019

(1) Em 22 de novembro de 2016, houve a liberação das últimas Unidades Geradoras. Em 16 de dezembro de 2016, foi inaugurada a UHE Jirau com capacidade total instalada.

(2) Os contratos de venda de energia vinculados a Usina Presidente Médici finalizaram em 31 de dezembro de 2016. A CGTEE procedeu o desligamento da Fase B da Usina supracitada a partir de 01/03/17. A Fase A deverá ser desativada em dezembro de 2017.

(3) Em fase de licença de Instalação, início da operação 22 meses após emissão da Licença de Instalação.

(4) Início de construção e operação indefinido em função de parecer negativo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

(5) Os Blocos 1 e 2 encontram-se desativados.

(6) Usina ainda não prorrogada.

(7) Usina encontra-se desativada.

(8) Em 31/12/2016 havia 44 geradoras em operação comercial de um total de 50 usinas.

(9) Foi concluída, em Agosto/2016, a implantação da UHE Teles Pires, em regime de SPE, com a entrada em operação comercial das últimas três unidades geradoras, totalizando 1.819,80 MW (*) de potência instalada.

(10) A suspensão da operação dos parques eólicos está em discussão judicial, em virtude de sinistro ocorrido em 12/2014.

(11) Empreendimentos ainda em implantação.

(12) Usina em operação parcial.

(13) Portaria nº 25, de 11 de fevereiro de 2016, do Ministério de Minas e Energia, autorizando a locação para atendimento de localidades dos sistemas isolados atendidos pela Amazonas D.

(*) SPE/Consórcio. Os valores expressos na tabela referem-se a capacidade instalada total dos empreendimentos, não representa a participação da companhia em tais empreendimentos.

(**) Não examinado pelos auditores independentes.

(***) Licença de operação concedida por 40 anos após entrada em operação.

O contrato de concessão nº 067/2000, das UTE's Presidente Médici (Fases A e B), São Jerônimo e Nutepa da controlada CGTEE se encerrou em 07 de julho de 2015.

Conforme estabelecido no contrato de concessão e na legislação atinente ao assunto, a controlada CGTEE formalizou, no tempo devido, o interesse na renovação da concessão das usinas.

Até o presente momento não há posição final do Poder Concedente sobre a manifestação da controlada, e, portanto, até que o processo esteja encerrado, a controlada CGTEE permanece explorando estas unidades nas bases atuais da referida concessão. O Poder Concedente não manifestou estimativa de prazo para conclusão do processo.

A decisão sobre a renovação da concessão deverá ser objeto de análise pela Controlada CGTEE, após apresentação da posição do Poder Concedente.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800135

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

III - Transmissão de Energia Elétrica

Concessões em Regime de Exploração - TRANSMISSÃO

Contrato	Nome	%	Km	SE	Localidade	Prazo (anos)	Vencimento
002/2006	INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	12%	695	–	TO, GO	30	2036
004/2010	TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A .	49%	156	–	MA /CE	30	2040
005/2004	STN - Sistema de Transmissão Nordeste	49%	546	–	PI, CE	30	2034
005/2007	LT Funil - Itapebi, C3	100%	223	–	BA	30	2037
005/2008	LT Jardim - Penedo - 230 kv , C1	100%	110	–	SE, AL	30	2038
005/2012	LT Jardim - Nossa Senhora do Socorro - 230 Kv; LT Messias - Maceió II - 230 kV; SE Nossa Senhora do Socorro 230/69 kV; SE Maceió II,	100%	21	–	SE/AL/BA	30	2042
006/2004	SE Elev. Usina de Curemas; SE Elev . Usina Term. Camaçari; SE Elev. Usina de Sobradinho	100%	–	1	PB/BA	30	2027
006/2009	LT Pirapama II - Suape II - 230 kv , C1, C2; LT Suape III - Suape II - 230 kv , C1, C2; SE Suape II - 500/230 kV (600 MVA); SE Suape III - 230/69 kV	100%	49	–	PE	30	2039
007/2005	LT Milagres - Tauá - 230 kv , C1; SE Tauá II - 230 kV	100%	208	1	CE	30	2035
007/2010	SE Camaçari IV - 500/230 kV	100%	–	1	BA	30	2040
008/2005	LT Milagres - Coremas - 230 kv , C2	100%	120	–	CE, PB	30	2035
008/2011	Extremoz Transmissora do Nordeste –	100%	285	–	RN/PB	30	2041
009/2011	LT Morro do Chapéu II - Irecê - 230 kV; SE Morro do Chapéu II 230 kV	100%	64	1	BA	30	2041
010/2007	LT Ibicoara - Brumado - 230 kv , C1	100%	95	–	BA	30	2037
010/2008	Manaus Transmissora de Energia S.A .	20%	559	–	PA, AM	30	2038
010/2011	LT Paraíso - Lagoa Nova II - 230 kV; SE Lagoa Nova II 230 kV; SE Ibiapina II 230 kV	100%	65	2	RN/CE	30	2041
012/2007	LT Paraíso - Açu II - 230 kv , C2; LT Picos - Tauá II - 230 kv , C1	100%	316	–	PI, CE, RN	30	2037
013/2010	SE Arapiraca III - 230/69 kv	100%	–	1	AL	30	2040
014/2008	LT 230 kV Eunápolis - Teixeira de Freitas II, C1; SE Teixeira de Freitas II - 230/138 kv	100%	145	1	BA	30	2038
014/2010	SE Pólo 230/69 kV	100%	–	1	BA	30	2040
015/2009	Interligação Elétrica do Madeira S.A .	25%	2375	–	RO, SP	30	2039
015/2012	LT Camaçari IV - Pirajá - 230 kV; LT Pituaçu - Pirajá - 230 kV; SE Pirajá 230/69 KV	100%	50	1	BA	30	2042
017/2009	LT Paulo Afonso III - Zebu II - 230 kv, C1, C2; LT Pau Ferro - Santa Rita II - 230kV; SE Santa Rita II - 230/69kV; SE Zebu - 230/69kV; SE Natal III –	100%	108	3	PE, PB, AL, RN	30	2039
017/2011	LT Teresina II - Teresina III - 230 kV; SE Teresina III em 230/69 kV	100%	46	1	PI	30	2041
017/2012	SE Mirueira II 230/69 Kv; SE Jaboatão II 230/69 kV	100%	–	2	PE	30	2042
018/2009	LT Eunápolis - Teixeira de Freitas II - 230 kV , C2	100%	152	–	BA	30	2039
018/2011	LT Recife II - Suape II - 500 kV - C2	100%	44	–	PE	30	2041
018/2012	LT Mossoró II - Mossoró IV - 230 kV; LT Ceará-Mirim II - Touros II - 230 kV; LT Russas II - Banabuiu C2- 230 kV; SE Touros II, 230 kV; SE Mossoró IV , 230 kV.	100%	210	2	RN	30	2042
019/2010	LT C. Mirim II - João Camara II - 230 kv, C1; LT Extremoz II - C. Mirim - 230 kv , C1; LT Paraíso - Açu II - 230 kV , C3; LT Paraíso - Açu II - 230 kV , C3; LT Açu II - Mossoró II - 230 kV , C2; SE Extremoz II - 230 kv; SE João Câmara - 230 kv	100%	299	2	RN	30	2040
019/2011	LT Camaçari IV - Sapeaçu - 500 kV; LT Sapeaçu - Sto. Antonio de Jesus - 230 kV	100%	136	–	RN	30	2041
225/2014	LT Casa Nova II - Sobradinho - C1	100%	67	–	BA	35	2049
019/2012	LT Igaporã II - Igaporã III - 230 KV, C1, C2; LT Igaporã III - Pindaí II - 230 kV; SE Igaporã III 500/230 KV; SE Pindaí II 230 KV	100%	60	2	BA	30	2042
020/2010	LT Bom Jesus da Lapa II - Igaporã II - 230 kv; SE Igaporã - 230 kv	100%	115	1	BA	30	2040
021/2010	LT Sobral III - Acaraú II, - 230 kV; SE Acaraú II - 230 kv	100%	91	1	CE	30	2040
022/2011	Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49%	666	–	AL/PE/PB	30	2041
061/2001	Diversos Empreendimentos	100%	18912	–	PE, CE, SE, BA , AL, PI, MA, PB, RN	30	2042
034/2001	Expansão da Interligação Sul - Sudeste	100%	664	–	PR/ SP	30	2031
001/2009	LT 230 kv - SE Ribeiro Gonçalves / SE Balsas	100%	–	–	PI / MA	30	2039
007/2008	LT 230 kv - SE São Luis II / São Luis III	100%	–	–	MA	30	2038
057/2001	Diversos Empreendimentos	100%	9457	–	–	30	2042
005/2009	SE Missões - 230/69 kV (150 MVA)	100%	150	1	–	30	2039
008/2014	SE 230/138 kV Ivinhema 2, 2 x 150 MVA	100%	300	7	–	30	2044
012/2010	LT Monte Claro - Garibaldi	100%	33	–	RS	30	2040
004/2008	LT P. Médici - Santa Cruz 1 230kV	100%	237	–	RS	30	2038
009/2010	LT 500 kv - LT Jorge Texeira / Lechuga, Circuito Duplo	100%	–	–	AM	30	2040
002/2009	LT 500 kv - LT Presidente Dutra-São Luis II /SE Miranda II	100%	–	–	MA	30	2039
010/2005	LT Campos Novos - Blumenau C2	100%	358	–	SC	30	2035
005/2006	LT Campos Novos - Pólo 525kV	100%	929	–	SC, RS	30	2036
004/2004	LT Salto Santiago - Ivaiporã - Cascavel Oeste	100%	372	–	PR	30	2034
003/2009	LT Bom Despacho 3 - Ouro Preto 2	100%	180	1	MG	30	2039
006/2005	LT Macaé - Campos 3	100%	90	–	RJ	30	2035
006/2010	LT Mascarenhas - Linhares; SE Linhares	100%	99	1	ES	30	2040
007/2006	LT Tijuco Preto - Itapeti - Nordeste	100%	100	–	SP	30	2036
004/2005	Centroeste Minas	49%	63	–	MG	30	2035
002/2010	Goiás Transmissão	49%	259	1	GO	30	2040
013/2009	IE Madeira	25%	2375	–	RO	30	2039
028/2009	Transenergia Goiás	99%	180	–	GO	30	2039
009/2009	Transenergia Renovável	49%	763	5	MS/GO	30	2039
024/2009	Transenergia São Paulo	49%	–	1	SP	30	2039
012/2005	Transirapé	25%	65	2	MG	30	2035
005/2005	Transudeste	25%	140	–	MG	30	2035
003/2011	Caldas Novas Transmissão S.A.	50%	–	1	GO	30	2041

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800136

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Concessões em Regime de Exploração - TRANSMISSÃO

Contrato	Nome	%	Km	SE	Localidade	Prazo (anos)	Vencimento
010/2012	Luziana - Niquelândia Transmissora S.A.	49%	–	2	GO	30	2042
007/2013	Paranaíba Transmissora	25%	967	–	BA/MG/GO	30	2043
004/2013	Triângulo Mineiro	49%	297	–	SP/MG	30	2043
014/2013	Vale do S. Bartolomeu	39%	95	1	DF	30	2043
001/2014	Mata de Sta. Genebra Transmissora	50%	847	3	SP/PR	30	2044
003/2014	Lago Azul	50%	69	–	GO	30	2044
014/2014	Belo Monte	25%	2093	4	PA/TO/GO/MT	30	2044
014/2011	LT Xavantes-Pirineus	100%	90	–	GO	30	2041
011/2010	SE Ijuí 2 SE Nova Petrópolis 2 SE Lajeado Grande SE Caxias 6	100%	729	1	RS	30	2040
002/2011	SE Foz do Chapecó	100%	231	1	SC	30	2041
016/2012	SE Zona Oeste	100%	–	1	RJ	30	2012
082/2002	SPE Etau	27%	188	–	SC/RS	30	2032
002/2005	SPE Uirapuru	75%	120	–	PR	30	2035
016/2009	SPE Norte Brasil	49%	2375	–	RO/SP	30	2039
001/2012	Costa Oeste Transmissora de Energia	49%	152	–	PR	30	2042
008/2012	Marumbi Transmissora de Energia S.A.	20%	29	–	PR	30	2042
007/2014	Fronteira Oeste	51%	273	–	–	30	2044
004/2012	TSBE - Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A	80%	788	–	RS	30	2042
020/2012	TSBE - Transmissora Sul Litorânea de Energia S/A	51%	468	–	RS	30	2042
058/2001	Transmissão Rede Básica	100%	–	–	PA/MA/PI/TO/MT	30	2042
013/2011	SE Nobres 230/138 kv	100%	–	–	MG	30	2041
012/2011	SE Miramar 230/69 kv	100%	–	–	Amazonas e Roraima	30	2041
004/2011	SE Lucas do Rio Verde 230/138 kv	100%	–	–	Mato Grosso	30	2031
014/2012	LT Lechuga - Jorge Teixeira, C3, 230 kv, 3x150 MVA	100%	–	–	Amazonas	30	2043
015/2009	Estação Retificadora nº 01 CA/CC, 800/+-600kv 310MW Estação Inversora nº 01 CC/CA +-600/500 kv -2950 MW	100%	–	–	RO/SP	30	2039
009/2014	LT 230 kv Rio Branco 1 - Feijó/ LT 230kv Feijó - Cruzeiro do Sul	100%	–	–	AC	30	2034
008/2004	Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia	49%	193	–	MT	30	2034
003/2008	Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	50%	402	–	MT	30	2038
002/2006	Integração Transmissora de Energia	37%	695	–	TO/GO	30	2036
023/2009	Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49%	348	–	MT	30	2039
010/2008	LT Oriximiná - Silves - Lechuga (AM), em 500 Kv; SE Silves (ex-Itacoatiara) 500/138 kV	20%	559	–	PA/AM	30	2038
022/2009	Norte Brasil Transmissora de Energia	–	2375	–	RO/SP	30	2039
021/2009	Linha Verde Transmissora de Energia S.A.	100%	987	–	RO/MT	30	2039
014/2014	Rio Branco Transmissora de Energia	25%	2093	–	PA/TO/GO/MG	30	2044
003/2012	Transnorte Energia S.A	49%	715	–	AM/RR	30	2032
554/2010	Interconexão Brasil-Uruguai	100%	63	–	–	30	2040
023/2014	1 Conversora de Frequência e Linhas de Transmissão de 132 kv	100%	13	–	–	30	2044
002/2015	Paraíso - Paraíso Transmissora de Energia S.A	100%	283	–	PR	30	2045
001/2015	LT Gravataí - subterrânea LT Porto Alegre	100%	1802	–	RS	30	2045
062/2001	Diversos Empreendimentos	100%	19063	62	RJ/SP/PR/MG/GO/ TO/DF/ES/MT	30	2043
008/2010	MGE Transmissão	49%	258	1	MG/ES	30	2040
Energia Olímpica	Energia Olímpica	50%	95	1	Regime Especial		Regime Especial
010/2008	Manaus Transmissora de Energia S.A.	30%	586	–	AM	30	2038
009/2004	Transleste	24%	138	–	MG	30	2034

• Distribuição de Energia

Em 28 de dezembro de 2017 a 169ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a prorrogação do prazo para assinatura do contrato de transferência do controle acionário detido pela Eletrobras, anteriormente definido na 165ª AGE em 22 de julho de 2016 até 31 de dezembro de 2017, nas referidas distribuidoras desde que ocorra até 31 de julho de 2018, sob pena de manutenção da decisão da 165ª Assembleia Geral Extraordinária que determinou o encerramento dos serviços temporários de distribuição, bem como a liquidação das referidas distribuidoras, o que também deverá ocorrer caso não seja garantido pela ANEEL e/ou pelo Poder Concedente, o direito à prestação de serviços de distribuição, de forma temporária, até a efetiva transferência do controle acionário, mediante remuneração adequada.

Os acionistas da Companhia avaliaram a modelagem de privatização proposta pelas Resoluções acima citadas, de acordo com suas condições financeiras e orçamentárias, e em 8 de fevereiro de 2018, por meio da realização da 170ª Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram os seguintes tópicos:

- Venda da integralidade das ações da Eletroacre, menos uma ação ordinária, de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização pelo preço de R$ 50 (cinquenta mil reais), associada à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas da Eletroacre e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até R$ 113.779 (cento e treze milhões, setecentos e setenta e nove mil) prazo de até 31 de julho de 2018 conforme estabelecido pela 169ª AGE.
- Assunção pela Eletrobras de direitos da Eletroacre, referentes à conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da distribuidora na data base dos estudos considerando os ajustes até 30 de junho de 2017 no valor de até R$ 296.167 (duzentos e noventa e seis milhões, cento e sessenta e sete mil), devendo a Eletrobras assumir, em contrapartida, obrigações em valores equivalentes, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Parceria de Investimentos - CPPI número 20 com as alterações das Resoluções números 28 e 29.
- Venda da integralidade das ações da Ceron, menos uma ação ordinária, de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização pelo preço de R$ 50 (cinquenta mil reais) à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas da Ceron e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até R$ 1.872.522 (um bilhão, oitocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e vinte e dois mil) no prazo de até 31 de julho de 2018 conforme estabelecido pela 169ª AGE.
- Assunção pela Eletrobras de direitos da Ceron, referentes à conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da distribuidora na data base dos estudos considerando os ajustes até 30 de junho de 2017 no valor de até R$ 3.847.293 (três bilhões, oitocentos e quarenta e sete milhões, duzentos e noventa e três mil) devendo a Eletrobras assumir, em contrapartida, obrigações em valores equivalentes, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Parceria de Investimentos - CPPI número 20 com as alterações das Resoluções números 28 e 29.
- Venda da integralidade das ações da Boa Vista Energia, menos uma ação ordinária, de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização pelo preço de R$ 50 (cinquenta mil reais) associada à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas da Ceron e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até R$ 342.120 (trezentos e quarenta milhões, cento e vinte mil) no prazo de até 31 de julho de 2018 conforme estabelecido pela 169ª AGE.
- Assunção pela Eletrobras de direitos da Boa Vista Energia, referentes à conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da distribuidora na data base dos estudos considerando os ajustes até 30 de junho de 2017 no valor de até R$ 278.360 (duzentos e setenta e oito milhões, trezentos e sessenta mil), devendo a Eletrobras assumir, em contrapartida, obrigações em valores equivalentes, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Parceria de Investimentos - CPPI número 20 com as alterações das Resoluções números 28 e 29.
- Venda da integralidade das ações da Amazonas Energia, menos uma ação ordinária, de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização pelo preço de R$ 50 (cinquenta mil reais) associada à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas da Amazonas Energia e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até R$ 8.911.866 (oito bilhões, novecentos e onze milhões, oitocentos e sessenta mil) no prazo de até 31 de julho de 2018 conforme estabelecido pela 169ª AGE. A Amazonas Energia deverá atender as condições de realizar a desverticalização completa da Amazonas Geração e Transmissão S.A. - Amazonas GT até 02 de março de 2018 e que a mesma transfira a integralidade das ações emitidas pela Amazonas GT para Eletrobras e/ou terceiros, visando à quitação parcial de suas dívidas e cujo valor será deduzido do montante de ajuste mencionando acima.
- Assunção pela Eletrobras de direitos da Amazonas Energia, referentes à conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da distribuidora na data

continua

continuação

base dos estudos considerando os ajustes até 30 de junho de 2017 no valor de R$ 4.055.549 (quatro bilhões, cinquenta e cinco milhões e quinhentos e quarenta e nove mil), devendo a Eletrobras assumir, em contrapartida, obrigações em valores equivalentes, conforme estabelecido na Resolução do Conselho de Parceria de Investimentos - CPPI número 20 com as alterações da número 28 e 29.

- Venda da integralidade das ações da Cepisa, menos uma ação ordinária, de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização pelo preço de R$ 50 (cinquenta mil reais) associada à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas da Cepisa e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até cinquenta mil reais no prazo de até 31 de julho de 2018 conforme estabelecido pela 169ª AGE.
- Venda da integralidade das ações da Ceal, menos uma ação ordinária, de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização pelo preço de R$ 50 (cinquenta mil reais) associada à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas da Ceal e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até cinquenta mil reais no prazo de até 31 de julho de 2018 conforme estabelecido pela 169ª AGE, desde que ocorra a celebração da homologação judicial de acordo relativo ao pagamento de diferenças salariais decorrentes do Plano Bresser.
- Dissolução e liquidação das respectivas distribuidoras cuja transferência do controle acionário foi aprovada nos itens acima, em caso de não cumprimento das condicionantes previstas para a Amazonas Energia e Ceal ou, do prazo estabelecido pela 169ª Assembleia Geral Extraordinária (31 de julho de 2018) para a assinatura do contrato de transferência do controle acionário detido pela Eletrobras nas Distribuidoras.
- A cessão gratuita, pela Eletrobras, do direito de preferência de subscrever novas ações a serem emitidas pelas distribuidoras cujas transferências do controle acionário forem aprovadas nos termos acima, no âmbito do aumento de capital a ser feito pelo(s) novo(s) controlador(es), vencedor(es) dos Leilões de Desestatização, para empregados e aposentados das respectivas distribuidoras;
- A delegação de poderes ao Conselho de Administração da Eletrobras para deliberar sobre o exercício de opção da Eletrobras de aumentar a sua participação, em até 30%, no capital social das distribuidoras cujas transferências do controle acionário forem aprovadas nos termos dos itens acima, no prazo de até 6 meses, contados da data de assinatura do respectivo contrato de transferência de controle acionário. O aporte para cada distribuidora, caso ocorra deverá respeitar os seguintes montantes, que serão atualizados monetariamente até a data efetiva do eventual aporte pelos índices das respectivas dívidas associadas:

Distribuidoras	Aporte Eletrobras (30%)
Amazonas Energia	210.587
Boa Vista Energia	75.428
CEAL	233.902
CEPISA	308.964
CERON	103.329
ELETROACRE	102.345
Total	1.034.555

(em milhares de reais)

Em 27 de fevereiro de 2018, a ANEEL editou a Resolução Autorizativa 6.883/18, que alterou a data da implementação da desverticalização da Amazonas Energia para 30 de abril de 2018.

Apresentamos a seguir um resumo dos impactos descritos acima para facilitar a visualização dos efeitos:

31/06/2017	ELETROACRE	CERON	Boavista Energia	Amazonas Energia	CEPISA	CEAL
Passivo a descoberto	(407.371)	(1.599.224)	(710.094)	(10.103.344)	(1.270.323)	(695.833)
Valor de venda	50	50	50	50	50	50
Conversão de dívida/Aumento de Capital de até	113.780	1.872.522	342.120	(*) 8.911.866	50	50
Assunção créditos CCC/CDE de até	296.167	3.847.293	278.360	4.055.549	–	–

(*) Esse valor terá um abatimento no montante referente a dação em pagamento das ações da Amazonas GT que a Amazonas Distribuidora realizará com a Eletrobras (em reais mil).

Diante dessa definição as empresas de distribuição da Eletrobras procederam a rebifurcação da parcela do ativo financeiro na proporção correspondente, até 31 de julho de 2018, data limite autorizada pela AGE 170 para permanecer como responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos das distribuidoras.

Os valores do direito de ressarcimento da CCC referente as distribuidoras que fazem parte do sistema isolado de energia são evidenciados no quadro abaixo:

	Eletroacre	Amazonas D	Ceron	Boa Vista
Adições no Período	941.804	30.233.292	6.382.055	981.893
Reembolso sobre Combustível - Res. 347/09	–	(304.690)	99.178	(389.122)
Reembolso PIS/COFINS CCC - ISOL - Lei nº 12.111/09 e Lei nº 13.299/16	121.817	784.692	16.110	98.372
Valor recebido da CCC - ISOL	(26.821)	(23.946.647)	(3.893.964)	(575.741)
Adiantamentos Recebidos	(828.942)	–	–	–
Atualização monetária	39.332	1.986.043	1.609.805	173.848
ICMS Recuperado	39.701	(618.558)	–	–
Provisão recebíveis CCC (PCLD)	–	(1.462.152)	(264.347)	–
Revisão do faturamento do Gás - parcela do transporte do gás	–	(2.988.797)	–	–
Diferença do preço do óleo - Resol ANEEL 427/2011	–	(100.081)	–	–
	286.891	3.583.102	3.948.837	289.250

A Companhia, baseada no laudo de avaliação complementar datado de 20 de fevereiro de 2018 (data-base de 30 setembro de 2017), demonstra a seguir os impactos da desverticalização da Amazonas Distribuidora em 31 de dezembro de 2017, cujo acervo líquido a ser vertido para a Amazonas GT é formado basicamente pelos ativos e passivos referentes aos Produtores Independentes de Energia Elétrica (PIEs) atualmente reconhecidos na Amazonas Distribuidora:

Desverticalização da Amazonas Energia - Impactos na Amazonas Distribuidora	31/12/2017	Valores a serem vertidos	31/12/2017 após desverticalização
Ativo Financeiro	2.998.495	(45.455)	2.953.040
Imobilizado	1.185.412	(1.050.489)	134.923
Intangível	73.103	(720)	72.383
Ativos não afetados	7.248.136	–	7.248.136
Ativo Total	**11.505.146**	**(1.096.664)**	**10.408.482**
Arrendamento Mercantil	1.077.820	(1.077.820)	–
Provisão para Passivo a Descoberto em Controladas	362.792	(18.844)	343.948
Passivos não afetados	21.064.069	–	21.064.069
Passivo Total	**22.504.681**	**(1.096.664)**	**21.408.017**
Patrimônio Líquido Total	**(10.999.535)**	**–**	**(10.999.535)**

Desverticalização da Amazonas Energia - Impactos na Amazonas GT	31/12/2017	Valores a serem vertidos	31/12/2017 após desverticalização
Imobilizado	1.943.631	1.096.664	3.040.295
Ativos não afetados	997.197	–	997.197
Ativo Total	**2.940.828**	**1.096.664**	**4.037.492**
Arrendamento Mercantil	–	1.077.820	1.077.820
Passivos não afetados	3.387.367	–	3.387.367
Passivo Total	**3.387.367**	**1.077.820**	**4.465.187**
Prejuízos Acumulados	(881.063)	18.844	(862.219)
Patrimônio Líquido não afetado	434.524	–	434.524
Patrimônio Líquido Total	**(446.539)**	**18.844**	**(427.695)**

Diante do exposto acima a Eletrobras considerou o Pronunciamento Técnico - CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda, e avaliou que, em 31 de dezembro de 2017, as distribuidoras Companhia Energética do Piauí, Companhia de Eletricidade do Acre, Boa Vista Energia S.A. e Centrais Elétricas de Rondônia S.A. atingiram os critérios de classificação como mantidos para venda, maiores detalhes na nota explicativa 44.1.

Para as distribuidoras Companhia Energética de Alagoas e Amazonas Distribuidora de Energia S.A., a Eletrobras avaliou que os critérios definidos acima, que tratam, respectivamente: (i) da celebração da homologação judicial de acordo relativo ao pagamento de diferenças salariais decorrentes do Plano Bresser e, (ii) da realização da desverticalização completa da Amazonas Geração e Transmissão S.A. - Amazonas GT e transferência integral das ações da mesma para a Eletrobras não foram atendidos na data-base de 31 de dezembro de 2017. Assim sendo, considerando que ambos os fatores eram condicionantes relevantes para a conclusão do processo de avaliação da Administração, ambas as distribuidoras não atingiram, principalmente o conceito de venda altamente provável e não foram classificadas como Ativos mantidos para venda.

A Companhia Energética de Alagoas atingiu o critério definido acima após a data destas demonstrações financeiras, conforme divulgado na nota explicativa 50.8.

Nova Estrutura da Operação de Transferência de ações

A Amazonas Distribuidora e a Amazonas GT interpuseram proposta alternativa para a transferência das ações da Amazoanas GT para a Eletrobras na ANEEL. A modelagem proposta para a reestruturação societária teve como diretrizes os termos das Resoluções CPPI nº 20 e 28/2017.

Em 27 de fevereiro de 2018, conforme Resolução Autorizativa nº 6.883 da ANEEL, Optou-se pela transferência de controle acionário da Amazonas GT da Amazonas Distribuidora para a Eletrobras por meio de Dação em Pagamento como proposta mais vantajosa tendo em conta a sua facilidade de implementação, adequação ao modelo proposto pelas Resoluções CPPI 20 e 28/2017 e a solidez nos argumentos técnicos para sustentação da opção pelo modelo. É importante destacar que a operação de Dação em Pagamento é neutra sob a perspectiva contábil para as empresas envolvidas, uma vez que as transações são realizadas entre empresas pertencentes ao mesmo grupo econômico, não resultando em ganho ou perda contábil na operação.

Nesse sentido, foi alterada a Resolução Autorizativa nº 4.244, de 2013, de modo a prever, dentre outras possibilidades, a possibilidade de dação das ações da Amazonas GT, detidas pela Amazonas Distribuidora, em pagamento à Eletrobras, em substituição à modelagem de emissão de debêntures conversíveis em ações, constante da versão vigente da resolução.

Cenário de Dissolução e Liquidação das Distribuidoras

Conforme divulgado na nota explicativa 44.1, a Companhia está comprometida com o plano de venda das Distribuidoras e espera concluí-lo até 31 de julho de 2018. Entretanto, atendendo a conceitos de divulgação requeridos pelo CPC 25, a Companhia apresenta no quadro abaixo os valores estimados de custo incremental de liquidação para cada uma das controladas de distribuição em questão para um eventual cenário de liquidação, que a Companhia considera como cenário remoto, uma vez que trata-se de uma das diretrizes previstas na proposta da Administração da 170ª AGE:

Custo Liquidação - Em 31/12/2017	
AmE D	13.415.119
Ceron	3.512.707
Eletroacre	665.599
Boa Vista	834.343
CEAL	1.380.945
CEPISA	1.744.357
Total	21.553.070

Para a estimativa acima referida, foram consideradas as seguintes premissas:

• Custo de desligamento de pessoal:

Para o exercício do custo de liquidação foi considerada multa de 50% do FGTS estimado para cada distribuidora adicionado de 2 vezes da folha projetada a título de aviso prévio resultando no montante de R$ 1,17 bilhão.

• Ativo financeiro da concessão - em curso:

O ativo financeiro da concessão foi tratado como ativo indenizável no cálculo da liquidação. Contudo, foi adotada como premissa uma glosa de 10% do valor do ativo financeiro em curso da posição de dezembro de 2017. Essa premissa foi estabelecida partindo-se do princípio que, em média, 5% desses ativos não são unitizados na média das distribuidoras do Brasil. Como as distribuidoras da Eletrobras possuem um histórico de desempenho inferior às demais, optou-se por considerar o dobro dessa glosa, resultando no montante de R$ 156 milhões.

• Clientes:

Para efeitos do cálculo de liquidação, a conta Clientes já líquida de Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (PCLD) foi tratada como a realizar. Contudo, foram feitos ajustes uma vez que de acordo com o quanto de tempo as faturas estão vencidas, a probabilidade de realização desses ativos são menores. Desse modo, foram adotadas as seguintes premissas para a conta clientes já descontada a PCLD:

a) Vincendos - não foram realizados ajustes por se considerar faturas de recebimento corrente da distribuidora, ainda não virou dívida vencida;

b) Vencidos até 90 dias - glosa de 20%;

c) Vencidos a mais de 90 dias - glosa de 50%;

d) Créditos renegociados - glosa de 50%.

Nesse cenário o impacto estimado é de R$ 739 milhões.

• Contingências possíveis

Conforme normativo contábil, 100% das provisões de perdas originadas de obrigação presente resultante de evento passado e com provável desembolso de caixa para liquidação da obrigação devem ser registradas. Assim, não são registradas no passivo as provisões consideradas possíveis e remotas, apesar de estarem discriminadas nas notas explicativas das empresas. Dessa forma, além das provisões já registradas, foi adotada como premissa que 30% das provisões classificadas como possíveis serão incluídas no cálculo do custo de liquidação, como tentativa de quantificar eventuais mudanças de prognósticos em função de movimentações relevantes nos trâmites processuais.

2.1 - Prorrogação das concessões de serviço público de energia elétrica

No dia 12 de setembro de 2012, foi publicada a Medida Provisória 579/2012 (MP 579) que regulamentou a prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987, de 1995, e alcançadas pela Lei nº 9.074 de 1995. Em 14 de setembro de 2012, foi publicado o Decreto 7.805/2012 que regulamentou a MP 579.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800138

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

De acordo com a MP 579, as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia, vencidas ou vincendas nos 60 meses subsequentes à publicação da referida MP, tinham a opção de ter o vencimento antecipado para dezembro de 2012, com prorrogação, a critério do Poder Concedente uma única vez pelo prazo de até 30 anos, entretanto, para a atividade de transmissão, a prorrogação dependeria da aceitação expressa, dentre outras, das seguintes principais condições: i) receita fixada conforme critérios estabelecidos pela ANEEL; ii) valores estabelecidos pela remuneração dos ativos; e iii) submissão aos padrões de qualidade do serviço fixados pela ANEEL.

Por meio das Resoluções Normativas 589 e 596, de dezembro de 2013, a ANEEL, para fins de remuneração, definiu os critérios para cálculo do Valor Novo de Reposição (VNR) para os ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 ainda não depreciados (RBSE) e os critérios e procedimentos para cálculo da parcela dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, de aproveitamentos hidrelétricos, cujas concessões foram prorrogadas ou não, nos termos da então MP 579, convertida em 11 de janeiro de 2013 na Lei nº 12.783/13.

• Ativos de Geração de Energia

Em 11 de dezembro de 2014, a controlada Chesf apresentou à ANEEL, documentação comprobatória, dos investimentos vinculados aos bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, dos aproveitamentos hidroelétricos Xingó, Paulo Afonso I, II, III e IV, Apolônio Sales (Moxotó), Luiz Gonzaga (Itaparica), Boa Esperança, Pedra e Funil, com potência total instalada de 9.208,5 MW, cujas concessões foram renovadas nos termos da Lei nº 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração. A documentação apresentada indica o valor de R$ 4.802.300 como valor base para a citada remuneração complementar, sendo que o valor contábil residual dos referidos bens, em 11 de dezembro de 2014, era de R$ 487.822.

Em 2 de outubro de 2015, a controlada Furnas apresentou documentação comprobatória dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou não depreciados, das usinas hidrelétricas Corumbá, Funil, Furnas, Luiz Carlos de Barreto de Carvalho, Marimbondo e Porto Colômbia, com potência total instalada de 4.617 MW, cujas concessões foram renovadas à luz da Lei nº 12.783/2013, para fins do processo de requerimento de remuneração complementar de geração. A documentação apresentada indica o valor de R$ 1.311.900 como valor base para a citada remuneração complementar, sendo que o valor contábil residual dos referidos bens, em 2 de outubro de 2015, era de R$ 995.718.

Permanecem sem definição quanto a atualização e sem homologação pelo Poder Concedente as remunerações relacionadas a certos ativos das concessões prorrogadas nos seguintes montantes, razão pela qual são apresentadas com base no custo histórico:

	31/12/2017			
Descritivo	Chesf	Furnas	CGTEE	Total
Geração				
Modernizações e melhorias	487.822	995.718	–	1.483.540
Geração térmica	–	454.064	356.937	811.001
	487.822	1.449.782	356.937	2.294.541

	31/12/2016			
Descritivo	Chesf	Furnas	CGTEE	Total
Geração				
Modernizações e melhorias	487.822	995.718	–	1.483.540
Geração térmica	–	704.792	356.937	1.061.729
	487.822	1.700.510	356.937	2.545.269

• Ativos de Transmissão de Energia

De acordo com a Resolução Normativa 589, de 10 de dezembro de 2013, as controladas abaixo apresentaram à ANEEL, seus laudos de avaliação dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 ("Laudo de Avaliação"), para fins do processo de remuneração das instalações da denominada Rede Básica do Sistema Existente - RBSE prevista no Artigo 15, §2º da Lei nº 12.783/13.

Laudo de Avaliação

Companhia	Data	R$
Eletrosul	14/07/2015	1.060.632
Chesf	06/03/2015	5.627.200
Furnas	21/05/2015	10.699.000
Eletronorte	03/09/2015	2.926.000

A ANEEL apresentou, por meio de despachos, a homologação das remunerações dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 das controladas Eletrosul, Chesf, Furnas e Eletronorte conforme as regras da Resolução Normativa 589, na data base 31 de dezembro de 2012, conforme abaixo:

Homologação ANEEL

Controlada	Data	R$
Eletrosul	14/07/2015	1.007.043
Chesf	03/08/2016	5.092.384
Furnas	15/12/2105	8.999.520
Eletronorte	18/10/2016	2.579.312

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das remunerações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e demais Instalações de Transmissão - RPC, não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei nº 12.783/2013.

A referida Portaria cita que os valores devidos vão compor a base de remuneração regulatória das empresas, ou seja, serão repassados às tarifas de energia dos consumidores e que isso será iniciado a partir do processo tarifário de 2017. Além de remunerar os ativos, a Portaria também estabelece que o custo de capital incorrido pelas empresas possa ser incluído nos referidos valores.

Em 14 de outubro de 2016, a ANEEL submeteu à Audiência Pública nº 068/2016, a Nota Técnica nº 336/2016 de 06 de outubro de 2016 que estabeleceu os procedimentos a serem utilizados no cálculo do custo de capital a ser adicionado à Receita Anual Permitida (RAP) de cada concessionária de transmissão abrangida pela Lei nº 12.783/2013, em consonância com a Portaria MME nº 120/2016.

A remuneração desses ativos, de acordo com a Portaria nº 120 e a Nota Técnica nº 336/2016, é da seguinte forma:

(i) pelo custo do capital correspondente aos ativos, composto por remuneração e depreciação acrescidos dos devidos tributos a partir do processo tarifário de 2017; sendo a remuneração através do Custo Médio Ponderado de Capital e a depreciação será paga em função da vida útil de cada ativo incorporado a Base de Remuneração Regulatória;

(ii) o custo de capital não incorporado desde as prorrogações das concessões até o processo tarifário sendo atualizado e remunerado pelo custo de capital próprio; a partir do processo tarifário de 2017 o custo de capital sendo remunerado pelo Custo Médio Ponderado de Capital pelo prazo de oito anos.

Em 31 de dezembro de 2017, a estimativa dos valores atualizados dos gastos relacionados a investimentos, ampliações e/ou melhorias em certos ativos das concessões de transmissão prorrogadas, é conforme demonstrado a seguir:

Transmissão	31/12/2017				
	Chesf	Eletronorte	Eletrosul	Furnas	Total
Rede básica - RBSE - Saldo histórico	1.187.029	1.732.910	520.332	4.530.060	7.970.331
Atualização VNR - IPCA e remuneração	10.656.553	4.294.043	1.867.332	16.705.452	33.523.380
Recebimento do ativo financeiro	(975.039)	(482.186)	(242.624)	(1.555.847)	(3.255.696)
Valor total do ativo Financeiro atualizado	10.868.543	5.544.767	2.145.040	19.679.665	38.238.015
Efeito Resultado - 01/01/2017 a 31/12/2017					
Receita operacional	1.278.835	698.370	271.205	2.674.417	4.922.827
Provisão de IRPJ/CSLL	(434.804)	(237.446)	(92.210)	(909.302)	(1.673.762)
Efeito líquido	844.031	460.924	178.995	1.765.115	3.249.065

A contabilização foi realizada com base nas premissas acima definidas, considerando a interpretação no que se refere à Portaria MME 120/2016 e a Nota Técnica 336/2016.

Em virtude do repasse dos custos da RBSE para os consumidores, a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace) ingressou com ação na Justiça, com pedido de liminar, contra a ANEEL e a União Federal, questionando as indenizações às transmissoras que renovaram antecipadamente as concessões em 2013.

Em 10 de abril de 2017, foi proferida liminar, sem julgamento de mérito, a favor da ABRACE no âmbito do citado processo judicial atendendo parcialmente ao pleito da ABRACE determinando que "a ANEEL exclua a parcela dita de "remuneração" da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST, calculada sobre os bens reversíveis, ainda não amortizados e nem depreciados, prevista no art. 15, § 2º, da Lei nº 12.783/2013, devendo incidir sobre o montante apenas a atualização".

Assim, em cumprimento à decisão liminar a ANEEL recalculou uma nova RAP para o ciclo tarifário 2017-2018, entre 1º de julho de 2017 e 30 de junho de 2018. No entanto, a exclusão da parcela objeto da liminar (a remuneração excedente à inflação) foi estendida a todos os usuários do sistema de transmissão e não apenas aos reclamantes, em razão da impraticabilidade alegada pela ANEEL de segregação dos componentes tarifários e da irreversibilidade dos efeitos provocados, segundo o Despacho nº 1.779 da ANEEL de 20 de junho de 2017.

Diante do exposto e em atendimento à citada liminar, com base nos valores homologados pela ANEEL, dos ativos reversíveis não amortizados previstos no art. 15 § 2º, da Lei nº 12.783/2013, nos critérios estabelecidos pela Resolução Normativa nº 762, de 2017 e no Despacho nº 1.779, de 2017, foi calculado o custo de capital de que trata a Portaria MME nº 120, de 2016, que passará a compor a RAP das concessionárias de transmissão abrangidas pela Lei nº 12.783, de 2013, a partir do ciclo 2017-2018. Tais valores estão demonstrados na Nota Técnica nº 183/2017 da ANEEL de 22 de junho de 2017.

Baseado na opinião legal dos advogados externos, a Companhia entende que as decisões tomadas até o momento não interferem no direito de receber a remuneração dos ativos estabelecida pela Lei nº 12.973/2013 e pela Portaria MME nº 120/2016, que concedeu o direito de receber tais montantes. Assim, a Companhia entende que não existe evidência objetiva para reconhecimento de *impairment* em relação a esses ativos reconhecidos.

NOTA 3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras são as mesmas adotadas nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios e períodos apresentados.

3.1 - Base de preparação

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também, o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia, no processo de aplicação das políticas contábeis do Sistema Eletrobras. Aquelas transações, divulgações ou saldos que requerem maior nível de julgamento, que possuem maior complexidade e para as quais premissas e estimativas são significativas, estão divulgadas na Nota 4.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas na data das transações.

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e de suas controladas, coligadas e controladas em conjunto. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para milhares, exceto quando indicado de outra forma.

A Administração da Companhia confirma que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

(a) Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

As demonstrações financeiras da Companhia compreendem as demonstrações financeiras individuais da controladora, identificadas como Controladora, e as demonstrações financeiras consolidadas, identificadas como Consolidado, preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRSs") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRSs não requerem apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelo IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Nas demonstrações financeiras individuais, as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas e o patrimônio líquido e resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

(b) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

O *International Accounting Standards Board* - IASB publicou ou alterou os seguintes pronunciamentos, orientações ou interpretações contábeis, cuja adoção obrigatória deverá ser feita em períodos subsequentes (a companhia não adotará antecipadamente):

IFRS 9/CPC 48 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9/CPC 48 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações que este pronunciamento traz são:

i. Novos critérios de classificação de ativos financeiros;

ii. Novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, com base em perdas esperadas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e

iii. Alteração das exigências para adoção da contabilidade de *hedge*.

• Ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 possui uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

continua

continuação

Instrumentos mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem tais fluxos referentes exclusivamente a pagamentos do principal e juros são geralmente mensurados ao custo amortizado.

Já aqueles mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuírem termos contratuais que estabelecem unicamente pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI).

Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

A Companhia está avaliando e documentando os modelos de negócios para os seus ativos financeiros, divulgados na nota 46, e não concluiu ainda a sua avaliação. Portanto, a Companhia ainda não quantificou o impacto na contabilização de seus ativos financeiros.

Ativo financeiro oriundos dos Contratos de Concessão:

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um de dois modelos contábeis (ativo intangível e/ou ativo financeiro), dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato.

No segmento de transmissão a Companhia considera que não se encontra exposta a riscos de demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, e, portanto, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

Para todos os segmentos da Companhia, o ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Companhia ainda não concluiu sua avaliação relacionada aos ativos financeiros oriundos dos referidos contratos de concessão e, por conseguinte, não quantificou o possível impacto nas contabilizações a serem efetuadas.

• Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao FVTOCI, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

– Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data-base; e

– Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é um dos modelos a serem seguidos no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

A Companhia prevê que a aplicação do modelo referente a perdas de crédito esperadas contido na IFRS 9/CPC 48 resultará em reconhecimento antecipado de certas perdas de crédito, assim como requer que a Companhia revise suas atuais políticas de provisionamento. Todavia, até este momento, a Companhia ainda não concluiu a mensuração do eventual impacto desta alteração.

• Passivos financeiros

A Companhia não espera designar passivos financeiros como valor justo através do resultado. Porém, até este momento, a Companhia ainda não concluiu a mensuração do eventual impacto desta alteração.

• Contabilidade de *hedge*

Os novos requerimentos gerais para contabilidade de *hedge* mantiveram os três tipos de mecanismos de contabilização presentes do IAS 39/CPC 38 (*hedge* de fluxo de caixa, *hedge* de valor justo e *hedge* de investimento líquido no exterior). A IFRS 9/CPC48 traz maior flexibilidade para quais tipos de transação são elegíveis para a contabilidade de *hedge*, especialmente expandindo dos tipos de instrumentos que se qualificam como instrumento de *hedge* e os tipos de componentes de risco de itens não financeiros elegíveis para a contabilidade de *hedge*. Adicionalmente, o teste de efetividade foi revisado, não sendo mais requerida sua avaliação retrospectiva, e substituído pelo princípio da "relação econômica", assim como foi eliminada necessidade de avaliação de uma efetividade no intervalo de 80% a 125%. Ainda, foram introduzidas melhorias nos requerimentos de divulgação da administração dos riscos da Companhia.

A Companhia não terminou sua análise dos possíveis impactos nas transações atualmente designadas como *hedge accounting*, divulgadas na nota 46 e, assim, não quantificou quaisquer efeitos. A Companhia pretende manter a política contábil atual de *hedge*, conforme permitido pela IFRS 9/CPC 48.

• Divulgações

A IFRS 9 requer novas divulgações, notadamente acerca do risco de crédito e perdas de crédito esperadas, contabilidade de *hedge* e mensuração de ativos e passivos financeiros. A Companhia está realizando uma análise para identificar possíveis alterações nos processos atuais em decorrência destas novas normas e trabalhará na implementação de mudanças em seus sistemas e controles para atender as mesmas nas demonstrações financeiras a partir do período da sua adoção.

• Transição

A Companhia adotará a isenção que permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9/CPC 48, serão reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15/CPC 47 - Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

1. Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.

2. Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.

3. Determinar o preço da transação.

4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.

5. Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

A Companhia aufere receitas provenientes principalmente das seguintes fontes:

a) Suprimento e fornecimento de energia elétrica (geração e distribuição)

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do consumo faturado medido pela tarifa vigente, além de reconhecer a receita não faturada através de estimativa, correspondente ao do consumo de energia medido na data da última leitura e o encerramento do período das demonstrações financeiras.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor. Assim, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, poderão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas no momento do faturamento (por não ser provável o recebimento da contrapartida) e sim no momento do efetivo recebimento. A Companhia está avaliando se algum cliente seu se encontra nessa situação e espera que os eventuais impactos, se houver, e por isso não procedeu ainda com a mensuração dos impactos em suas demonstrações financeiras.

Quanto à receita de fornecimento do segmento de distribuição, a ANEEL avalia a qualidade do serviço oferecido aos consumidores. A qualidade dos serviços prestados compreende a avaliação da duração e da frequência da interrupções no fornecimento de energia elétrica. Destacam-se no aspecto da qualidade do serviço os indicadores de continuidade coletivos, DEC e FEC, e os indicadores de continuidade individuais DIC, FIC e DMIC. Uma vez descumpridos os indicadores individuais, a Companhia é obrigada a ressarcir os clientes, através de desconto na fatura mensal de consumo de energia. Atualmente, essas penalidades são contabilizadas como despesa operacional. Desta forma, a Companhia procederá a reclassificação dos valores ressarcidos pelo descumprimento dos indicadores individuais para suas receitas com fornecimento em torno de R$ 15,5 milhões baseado nos valores de 2017, reduzindo os valores líquidos das receitas divulgadas nas demonstrações financeiras, devido a sua natureza de desconto. Quanto aos indicadores coletivos, por possuírem uma natureza de multa a ser recolhida pela Companhia, estes continuarão a ser tratados como uma despesa operacional.

b) Venda na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). A Companhia não finalizou a sua avaliação, ainda em andamento, e, portanto, não quantificou os impactos em suas demonstrações financeiras relacionados sobre a receita em questão.

c) Receita pela disponibilidade da rede elétrica

Essa receita é constituída pelo serviço de disponibilização da rede de distribuição e remunera a Companhia pela prestação do serviço ao consumidor final, que compreende consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL. A Companhia não finalizou a avaliação de mensuração dos impactos, mas dada a natureza da receita em questão não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto nesta categoria de receitas em suas demonstrações financeiras.

d) Valores a receber da parcela A e outros itens financeiros

Corresponde as variações de custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios, ocorridas no período entre reajustes tarifários e/ou revisões periódicas, de modo a permitir maior neutralidade no repasse dessas variações para as tarifas. A Companhia não finalizou a sua avaliação, ainda em andamento, e, portanto, não quantificou os impactos em suas demonstrações financeiras relacionados sobre a receita em questão.

e) Receita de construção da infraestrutura da concessão

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia é remunerada principalmente por aprimoramento da infraestrutura para prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual à zero, pois toda receita de construção está relacionada com construção de infraestrutura, para que na exploração desta obtenha-se as receitas da atividade fim. A Companhia não finalizou a sua avaliação, ainda em andamento, e, portanto, não quantificou os impactos em suas demonstrações financeiras relacionados sobre a receita em questão.

f) Receita de operação e manutenção

Corresponde a um percentual do faturamento da receita anual permitida - RAP, que é informado mensalmente pelo ONS e destinado para a remuneração dos serviços de operação e manutenção, a fim de evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o faturamento da RAP é informado. A Companhia não finalizou a sua avaliação, ainda em andamento, e, portanto, não quantificou os impactos em suas demonstrações financeiras relacionados sobre a receita em questão.

g) Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, que podem ser inerentes aos seus segmentos ou receitas de atividades acessórias, conforme descrito na nota 39. A Companhia não finalizou a sua avaliação, ainda em andamento, e, portanto, não quantificou os impactos em suas demonstrações financeiras relacionados sobre a receita em questão.

• Transição

A Companhia adotará a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

Outras Alterações

As demais normas e interpretações que sofreram alterações, mas não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia, são as seguintes:

IFRS 16/CPC 06 - *Leases* (Arrendamentos)

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. A norma supracitada distingue contratos de arrendamento e contratos de serviços considerando se um ativo identificado é controlado por um cliente.

Introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A Companhia possui contratos que se enquadrariam no escopo dessa nova norma e a análise dos impactos da adoção desse pronunciamento quanto ao método de transição para o reconhecimento do direito de uso dos ativos em contrapartida de uma obrigação ainda não foi concluída, devido à complexidade do novo pronunciamento e o número de contratos que possivelmente se enquadrariam no escopo dessa norma. Dessa forma, não foi possível estimar os impactos nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

• Transição

Como arrendatário, a Companhia pode aplicar a norma utilizando uma: (i) abordagem retrospectiva; ou (ii) abordagem retrospectiva modificada com expedientes práticos opcionais.

A Companhia pretende aplicar a IFRS 16 inicialmente em 1º de janeiro de 2019, utilizando a segunda abordagem. Sendo assim, o arrendatário pode eleger, para cada contrato de arrendamento, se aplicará uma série de expedientes práticos na transição. A Eletrobras está avaliando o impacto potencial dos referidos expedientes.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800140

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Revisão IFRS 10/CPC 36 (R3) e IAS 28/CPC 18 (R2)

Esclarece que em uma transação entre investidor e associado ou *joint venture*, o reconhecimento do ganho ou perda depende se os bens vendidos ou contribuídos constituem um negócio. A atualização do IASB é apenas para deixar claro que essa escolha deverá ser realizada separadamente, para cada coligada ou *joint ventures* ao valor justo, por meio do resultado. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Alterações IFRS 2

Esclarece que os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Alterações IAS 40/CPC 28

Esclarece os requisitos relativos às transferências de ou propriedades de investimentos, refletindo situações em que ocorre uma venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após a 1º de julho de 2018.

Alterações ICPC 01/IFRIC 22

Essa interpretação auxilia na determinação da data de transação quando ela ocorre em moeda estrangeira. Abordando como deve ser definida a "data de transação" com o objetivo de determinar a taxa de cambio ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

Alterações IFRIC 23

Essa interpretação aborda a determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais e créditos tributários não utilizados e taxas quando sobre os tratamentos fiscais de acordo com o IAS 12 - *Income Taxes*. Considera especificamente: (i) se os tratamentos fiscais devem ser considerados coletivamente; (ii) pressuposto de que as autoridades fiscais têm o direito de examinar qualquer montante reportado; (iii) determinação do lucro tributável (prejuízo fiscal), bases tributárias, prejuízos fiscais e créditos tributários não utilizados e taxas; e (iv) efeito das mudanças nos fatos e circunstâncias. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2019.

Alterações à IFRS 1 e à IAS 28

Ciclo de melhorias anuais para as IFRS 2014 -2016. Aplicável para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

3.2- Bases de consolidação e investimentos em controladas, controladas em conjunto e coligadas

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas que incluem as participações societárias da Companhia e suas controladas.

Nas demonstrações financeiras individuais as informações financeiras das controladas e dos empreendimentos controlados em conjunto, assim como das coligadas, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidas pelo seu valor de custo e em seguida ajustados para fins de reconhecimento da Companhia no lucro ou prejuízo e outros resultados abrangentes.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas, controladas em conjunto e coligadas são ajustadas para adequar suas políticas contábeis àquelas adotadas pela Companhia.

As controladas, controladas em conjunto e coligadas estão substancialmente domiciliadas no Brasil.

a) Controladas

Controladas são todas as entidades nas quais o Sistema Eletrobras detém o controle. O Sistema Eletrobras controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas.

Os resultados das controladas adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações consolidadas do resultado e do resultado abrangente a partir da data da efetiva aquisição até a data da efetiva alienação, conforme aplicável.

Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as empresas da Companhia são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

A Companhia adota as seguintes principais práticas de consolidação:

1 - Eliminação dos investimentos da investidora nas empresas investidas, em contrapartida à sua participação nos respectivos patrimônios líquidos;

2 - Eliminação de saldos a receber e a pagar intercompany;

3 - Eliminação das receitas e despesas intercompany;

4 - Destaque da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido e na demonstração do resultado das empresas investidas consolidadas.

A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral, conforme descrito no quadro abaixo.

A participação é dada sobre o capital total da controlada.

	31/12/2017		31/12/2016	
	Participação		Participação	
Controladas	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Amazonas Distribuidora	100,00%	–	100,00%	–
Amazonas GT	–	100,00%	–	100,00%
Boa Vista Energia	100,00%	–	100,00%	–
Ceal	100,00%	–	100,00%	–
CELG- D (1)	–	–	51,00%	–
Cepisa	100,00%	–	100,00%	–
Ceron	100,00%	–	100,00%	–
CGTEE	99,99%	–	99,99%	–
Chesf	99,58%	–	99,58%	–
Eletroacre	96,71%	–	96,71%	–
Eletronorte	99,48%	–	99,48%	–
Eletronuclear	99,91%	–	99,91%	–
Eletropar	83,71%	–	83,71%	–
Eletrosul	99,88%	–	99,88%	–
Furnas	99,56%	–	99,56%	–
Chuí IX (3)	99,99%	–	–	99,99%
Santa Vitoria do Palmar (3)	78,00%	–	–	–
Hermenegildo I (3)	99,99%	–	–	99,99%
Hermenegildo II (3)	99,99%	–	–	99,99%
Hermenegildo III (3)	99,99%	–	–	99,99%
Chuí Holding (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu I (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu II (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu III (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu IV (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu V (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu VI (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu VII (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu VIII (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu IX (3)	–	100,00%	–	–
Geribatu X (3)	–	100,00%	–	–
Livramento	–	78,00%	–	–
Paraíso	–	100,00%	–	100,00%
Energia dos Ventos V	–	99,99%	–	99,99%
Energia dos Ventos VI	–	99,99%	–	99,99%
Energia dos Ventos VII	–	99,99%	–	99,99%
Energia dos Ventos VIII	–	99,99%	–	99,99%
Energia dos Ventos IX	–	99,99%	–	99,99%
Extremoz Transmissora do Nordeste S.A.	–	100,00%	–	100,00%
Transenergia Goiás S.A.	–	99,99%	–	99,99%
Brasil Ventos Energia S.A. (2)	–	100,00%	–	–
Complexo Eólico Pindaí I				
Acauã Energia S.A.	–	99,93%	–	99,93%
Angical 2 Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Arapapá Energia S.A.	–	99,90%	–	99,90%
Caititu 2 Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Caititu 3 Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Carcará Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Corrupião 3 Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Teiú 2 Energia S.A.	–	99,95%	–	99,95%
Complexo Eólico Pindaí II				
Coqueirinho 2 Energia S.A.	–	99,98%	–	99,98%
Papagaio Energia S.A.	–	99,96%	–	99,96%
Complexo Eólico Pindaí III				
Tamanduá Mirim 2 Energia S.A.	–	83,01%	–	83,01%

(1) Controlada vendida em fevereiro de 2017

(2) A Brasil Ventos Energia S.A. é uma subsidiária integral de Furnas e foi constituída para atuar como *holding*, tendo como objetivo principal, conforme Estatuto Social, as seguintes atividades: (i) participação em sociedades de geração de energia de fonte renovável, tais como eólica, solar e de biomassa, investimento nas sociedades titulares dos direitos de exploração dos empreendimentos eólicos que compõem os Complexo Eólico Acaraú e Complexo Eólico Famosa III, comercialização da energia elétrica gerada em seus empreendimentos e nas sociedades investidas.

(3) Transferência de SPEs da Eletrosul para a Eletrobras vide nota explicativa 15.6.

(a.1) Mudanças nas participações do Grupo em controladas existentes

Nas demonstrações financeiras, as mudanças nas participações da Companhia em controladas que não resultem em perda do controle do Grupo sobre as controladas são registradas como transações de capital. Os saldos contábeis das participações da Companhia e de não controladores são ajustados para refletir mudanças em suas respectivas participações nas controladas. A diferença entre o valor com base no qual as participações não controladoras são ajustadas e o valor justo das considerações pagas ou recebidas é registrada diretamente no patrimônio líquido e atribuída aos proprietários da Companhia.

Quando a Companhia perde o controle de uma controlada, o ganho ou a perda é reconhecido na demonstração do resultado e é calculado pela diferença entre: (i) a soma do valor justo das considerações recebidas e do valor justo da participação residual; e (ii) o saldo anterior dos ativos (incluindo ágio) e passivos da controlada e participações não controladoras, se houver. Todos os valores reconhecidos anteriormente em "Outros resultados abrangentes" relacionados à controlada são contabilizados como se a Companhia tivesse alienado diretamente os correspondentes ativos ou passivos da controlada (ou seja, reclassificados para o resultado ou transferidos para outra conta do patrimônio líquido, conforme requerido ou permitido pelas IFRSs aplicáveis). O valor justo de qualquer investimento detido na antiga controlada na data da perda de controle é considerado como o valor justo no reconhecimento inicial para contabilização subsequente pela IAS 39 Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) ou, quando aplicável, o custo no reconhecimento inicial de um investimento em uma coligada ou *joint venture*.

(b) Investimentos em coligadas

Coligadas são todas as entidades sobre os quais a Companhia tem influência significativa, e que não se configura como uma controlada nem em uma controlada em conjunto.

Qualquer montante que exceda o custo de aquisição sobre a participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada na data de aquisição é reconhecido como ágio. O ágio é acrescido ao valor contábil do investimento. Qualquer montante da participação da Companhia no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis que exceda o custo de aquisição, após a reavaliação, é imediatamente reconhecido no resultado.

Quando a parcela da Companhia no prejuízo de uma coligada excede a participação naquela coligada (incluindo qualquer participação de longo prazo que, na essência, esteja incluída no investimento líquido na coligada), a Companhia deixa de reconhecer a sua participação em prejuízos adicionais. Os prejuízos adicionais são reconhecidos somente se a Companhia tiver incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tiver efetuado pagamentos em nome da coligada.

(c) Participações em empreendimentos controlados em conjunto (*joint venture*)

Uma *joint venture* é um acordo contratual através do qual a Companhia e outras partes exercem uma atividade econômica sujeita a controle conjunto, situação em que as decisões sobre políticas financeiras e operacionais estratégicas relacionadas às atividades da *joint venture* requerem a aprovação de todas as partes que compartilham o controle.

Quando a Companhia ou uma de suas controladas exerce diretamente suas atividades por meio *joint venture*, a participação da Companhia nos ativos controlados em conjunto e/ou quaisquer passivos incorridos em conjunto com os demais controladores é reconhecida nas Demonstrações Financeiras da respectiva controlada e classificada de acordo com sua natureza.

3.3 - Caixa e equivalente de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4- Clientes e provisão para créditos de liquidação duvidosa

As contas a receber de clientes (consumidores e revendedores) são compostas por créditos provenientes do fornecimento e suprimento de energia elétrica faturado e não faturado, este por estimativa, incluídos aqueles decorrentes de energia transacionada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE contabilizado com base no regime de competência, e são reconhecidas inicialmente pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

O saldo inclui ainda o fornecimento de energia ainda não faturado, originado substancialmente da atividade de distribuição e que é mensurado com base em estimativas, tendo como base o histórico de consumo de MW/h.

continua

continuação

As contas a receber são normalmente liquidadas em um período de até 45 dias, motivo pelo qual os valores contábeis representam substancialmente os valores justos nas datas de encerramento contábil.

Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (Nota 7).

3.5 - Cauções e Depósitos Vinculados

Os montantes registrados destinam-se ao atendimento legal e/ou contratual. Estão avaliados pelo custo de aquisição acrescido de juros e correção monetária com base nos dispositivos legais e ajustados por provisão para perda na realização quando aplicável. O resgate dos mesmos encontra-se condicionado a finalização dos processos judiciais a que esses depósitos se encontram vinculados.

3.6 - Estoque de Almoxarifado e Combustível - CCC

Os estoques estão registrados ao custo médio de aquisição, líquido de provisões para perdas, quando aplicável, e não excedem ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização. O valor líquido de realização corresponde ao preço de venda estimado dos estoques, deduzido de todos os custos estimados para conclusão e custos necessários para realizar a venda.

Os materiais em estoque de almoxarifado e de combustível - CCC são classificados no ativo circulante e está registrado ao custo médio de aquisição, que não excede o valor de mercado líquido de realização.

3.7 - Estoque de combustível nuclear

Composto pelo concentrado de urânio em estoque, os serviços correspondentes e os elementos de combustível nuclear utilizados nas usinas termonucleares Angra I e Angra II, e são registrados pelo custo de aquisição.

Na sua etapa inicial de formação, são adquiridos o minério de urânio e os serviços necessários à sua fabricação, classificados contabilmente no ativo não circulante - realizável a longo prazo, apresentado na rubrica Estoque de Combustível Nuclear. Depois de concluído o processo de fabricação, a parcela relativa à previsão do consumo para os 12 meses subsequentes é classificada no ativo circulante.

O consumo dos elementos de combustível nuclear é apropriado ao resultado do exercício de forma proporcional, considerando a energia mensal efetivamente gerada em relação à energia total prevista para cada elemento do combustível. Periodicamente são realizados inventários e avaliações dos elementos de combustível nuclear que passaram pelo processo de geração de energia elétrica e encontram-se armazenados no depósito de combustível usado.

3.8 - Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo custo histórico deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuídos à aquisição dos ativos, e também inclui, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A Companhia considera que a vida útil estimada de cada ativo é semelhante às taxas de depreciação determinadas pela ANEEL, as quais são tidas pelo mercado como aceitáveis por expressar adequadamente o tempo de vida útil dos bens. Adicionalmente, em conexão com o entendimento da Companhia sobre o atual arcabouço regulatório de concessões, inclusive a Lei nº 12.783/2013, foi considerada a indenização ao fim da concessão com base no menor valor entre o VNR ou o valor residual contábil, sendo esse fator considerado na mensuração do ativo imobilizado (Vide detalhes na Nota 16).

Ativos mantidos por meio de arrendamento mercantil financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado do exercício.

3.8.1 - Custos de empréstimos

Mensalmente são agregados ao custo de aquisição do imobilizado em formação os juros e quando aplicável, à variação cambial incorrida sobre os empréstimos e financiamentos considerando os seguintes critérios para capitalização:

a) O período de capitalização ocorre quando o ativo qualificável encontra-se em fase de construção, sendo encerrada a capitalização de juros quando o item encontra-se disponível para utilização;

b) Os juros são capitalizados considerando a taxa média ponderada dos empréstimos e financiamentos vigentes na data da capitalização ou, para aqueles ativos nos quais foram obtidos empréstimos específicos, as taxas destes empréstimos específicos;

c) Os juros capitalizados mensalmente não excedem o valor das despesas de juros apuradas no período de capitalização;

d) Os juros capitalizados são depreciados considerando os mesmos critérios e vida útil estimada determinados para o item ao qual foram incorporados.

Os ganhos sobre investimentos, decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização, quando o efeito é material.

Todos os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

3.8.2 - Descomissionamento

O descomissionamento pode ser entendido como um conjunto de medidas tomadas para retirar de serviço, com segurança, uma instalação nuclear, reduzindo a radioatividade residual a níveis que permitam liberar o local para uso restrito ou irrestrito.

O descomissionamento é feito em função da operação das usinas nucleares e referem-se à obrigação para desmobilização dos ativos dessas usinas para fazer face aos custos a serem incorridos ao final da vida útil econômica das mesmas.

É premissa fundamental para a formação desse passivo para o descomissionamento, que o valor estimado para a sua realização deva ser atualizado ao longo da vida útil econômica das usinas, considerando os avanços tecnológicos, com o objetivo de alocar ao respectivo período de competência da operação, os custos a serem incorridos com a desativação técnico-operacional das usinas.

3.9 - Contratos de concessão e autorizações

A Companhia possui contratos de concessão e autorizações nos segmentos de geração, transmissão e distribuição, firmados com o Poder Concedente (Governo Federal Brasileiro), por períodos que variam entre 20 anos e 35 anos, sendo todos os contratos, por segmento, bastante similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. Os prazos das principais concessões estão descritos na Nota 2.

Aplicação do ICPC 01 (IFRIC 12) - Contratos de Concessão de Serviços, aplicável aos contratos de concessão público-privados (feito por analogia aos contratos de concessão público-público) nos quais a entidade pública:

a) Controla ou regula o tipo de serviços que podem ser fornecidos com recurso às infraestruturas subjacentes;

b) Controla ou regula o preço ao qual os serviços são fornecidos;

c) Controla/detém um interesse significativo na infraestrutura no final da concessão.

Uma concessão público-privada apresenta, tipicamente, as seguintes características:

a) Uma infraestrutura subjacente à concessão a qual é utilizada para prestar serviços;

b) Um acordo/contrato entre o poder concedente e o operador;

c) O operador presta um conjunto de serviços durante a concessão;

d) O operador recebe uma remuneração ao longo de todo o contrato de concessão, quer diretamente do poder concedente, quer dos utilizadores da infraestrutura, ou de ambos;

e) As infraestruturas são transferidas para o poder concedente no final da concessão, tipicamente de forma gratuita ou também de forma onerosa.

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão enquadradas na norma não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos seguintes modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato:

• Modelo do ativo financeiro

Este modelo é aplicável quando o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão e resulta no registro de um ativo financeiro, o qual foi classificado como empréstimos e recebíveis (geração e transmissão) ou disponível para venda (distribuição).

• Modelo do ativo intangível

Este modelo é aplicável quando o concessionário, no âmbito da concessão, é remunerado em função do grau de utilização das infraestruturas (risco de demanda) em relação à concessão e resulta no registro de um ativo intangível.

• Modelo Misto

Este modelo aplica-se quando a concessão inclui simultaneamente compromissos de remuneração garantidos pelo poder concedente e compromissos de remuneração dependentes do nível de utilização das infraestruturas da concessão.

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia e nos requerimentos da norma, os seguintes ativos são reconhecidos sobre o negócio de distribuição elétrica:

a) Parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente; e

b) Parcela remanescente à determinação do ativo financeiro (valor residual) será classificada como um ativo intangível em virtude de sua recuperação estar sujeita à utilização do serviço público, neste caso, do consumo de energia pelos consumidores.

A infraestrutura recebida ou construída da atividade de distribuição é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber:

a) Parte através do consumo de energia efetuado pelos consumidores (emissão do faturamento mensal da medição de energia e potência consumida/vendida) durante o prazo da concessão; e

b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do poder concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

As concessões de distribuição de energia elétrica de suas controladas não são onerosas. Desta forma, não há obrigações financeiras fixas e pagamentos a serem realizados ao poder concedente.

Para a atividade de transmissão de energia elétrica a Receita Anual Permitida - RAP é recebida das empresas que utilizam sua infraestrutura por meio de tarifa de uso do sistema de transmissão (TUST). Essa tarifa resulta do rateio entre os usuários de transmissão de alguns valores específicos; (i) a RAP de todas as transmissoras; (II) os serviços prestados pelo Operador Nacional do Sistema - ONS; e (iii) os encargos regulatórios.

O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro.

Considerando que a Companhia não se expõe a risco de demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

3.9.1 - Sistema de Tarifação

a) O sistema de tarifação da distribuição de energia elétrica é controlado pela ANEEL e tais tarifas são reajustadas anualmente e revisadas a cada período de quatro anos, tendo como base a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro da concessionária, considerando os investimentos prudentes efetuados e a estrutura de custos e despesas da empresa de referência. A cobrança pelos serviços ocorre diretamente aos usuários, tendo como base o volume de energia consumido e a tarifa autorizada (Vide Nota 17).

b) O sistema de tarifação da transmissão de energia elétrica é regulado pela ANEEL e são efetuadas revisões tarifárias periódicas, sendo estabelecida uma Receita Anual Permitida - RAP, atualizada anualmente por um índice de inflação e, sujeita a revisões periódicas para cobertura de novos investimentos e eventuais aspectos de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão.

c) O sistema de tarifação da geração de energia elétrica foi baseado, de forma geral, em tarifa regulada até 2004 e, após essa data, em conexão com as mudanças na regulamentação do setor, foi alterado, parcialmente, de base tarifária para um sistema de preços, sendo que as geradoras de energia elétrica podem ter a liberdade de participar em leilões de energia elétrica destinados ao mercado regulado, havendo nesse caso um preço-base, sendo o preço final determinado através de competição entre os participantes do leilão. Adicionalmente as geradoras de energia elétrica podem efetuar contratos bilaterais de venda com os consumidores que se enquadrem na categoria de consumidores livres (definição com base na potência demandada em MW).

3.9.2 - Concessões de Transmissão e Distribuição

Os contratos de concessão regulamentam a exploração dos serviços públicos de distribuição e de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

• Transmissão de energia elétrica

a) A tarifa é regulada e denominada Receita Anual Permitida (RAP). A transmissora de energia elétrica não pode negociar com usuários. Para alguns contratos, a RAP é fixa e atualizada monetariamente por índice de preços uma vez por ano. Para os demais contratos, a RAP é atualizada monetariamente por índice de preços uma vez ao ano e revisada a cada cinco anos. Geralmente, a RAP de qualquer empresa de transmissão de energia elétrica está sujeita a revisão anual devido ao aumento do ativo e de despesas operacionais decorrentes de modificações, reforços e ampliações de instalações.

b) Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito a recebimento de indenização (caixa) do poder concedente sobre os investimentos ainda não amortizados, determinado pelo valor novo de reposição - VNR. Ainda há ativos de concessões renovadas, pendentes de homologação da ANEEL, e, consequentemente, pendente de indenização (vide Nota 2.1).

3.9.3 - Concessões e autorizações de Geração

a) Geração hidráulica e térmica - as concessões, não atingidas diretamente pela Lei nº 12.783/2013, não estão no escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), tendo em vista as características de preço e não de tarifa regulada. A partir de 1º de janeiro de 2013, as concessões atingidas diretamente pela Lei nº 12.783/2013, até então fora do escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), passam a fazer parte do escopo de tais normativos, considerando a alteração no regime de preço, passando a ser tarifa regulada para essas concessões.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800142

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

b) Geração nuclear - Possui um sistema de tarifação definido, porém difere dos demais contratos de geração, por ser uma autorização e não uma concessão. Não há prazo definido para o fim da autorização bem como as características de controle significativo dos bens por parte do poder concedente ao final do período de autorização.

3.9.4 - Itaipu Binacional

a) Itaipu Binacional é regida por um Tratado Binacional de 1973 em que foram estabelecidas as condições tarifárias, sendo a base de formação da tarifa determinada exclusivamente para cobrir as despesas e o serviço da dívida dessa Companhia;

b) A base tarifária e os termos de comercialização estarão vigentes até 2023, o que corresponde à parte significativa da vida-útil da planta, quando então a base tarifária e os termos de comercialização deverão ser revistos;

c) A base tarifária de Itaipu foi estabelecida de forma preponderante a permitir o pagamento do serviço da dívida, que tem vencimento final em 2023, e a manter os seus gastos de operação e manutenção;

d) A comercialização de energia de Itaipu foi sub-rogada a Companhia, porém foi originada de contratos previamente assinados com as distribuidoras em que foram previamente definidas as condições de pagamento.

e) Através da Lei nº 10.438 de 26 de abril de 2002 foram sub-rogados à Companhia os compromissos de aquisição e repasse às concessionárias de distribuição dos serviços de eletricidade de Itaipu Binacional firmados até então por Furnas e Eletrosul, subsidiárias da Companhia, com as concessionárias de distribuição de energia elétrica. Dívidas oriundas de comercialização de energia de Itaipu Binacional foram renegociadas junto à Companhia dando origem a contratos de financiamento. Tais contratos foram inicialmente registrados a valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos.

f) Os termos do tratado garantem o reembolso a Companhia mesmo nos casos de falta de capacidade de geração de energia ou problemas operacionais com a planta.

3.9.5 - Ativo financeiro - Concessões de Serviço Público.

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (ou de quem o poder concedente tenha outorgado) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados pelas distribuidoras, transmissoras e geradoras de energia elétrica, e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base na parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão. Os ativos de distribuição são remunerados com base na remuneração Weighted Average Cost of Capital - WACC (custo médio ponderado de capital) regulatório, sendo esse fator incluído na base tarifária e os de transmissão e os de geração são remunerados com base na taxa interna de retorno do empreendimento. No caso de geração, somente os ativos vinculados às concessões diretamente afetadas pela Lei nº 12.783/2013 e formados a partir da mencionada Lei, são considerados ativos financeiro que serão remunerados nos mesmos moldes das transmissoras, desde que a aquisição de tais ativos seja homologada pelo MME e ANEEL.

Estas contas a receber são classificadas entre circulante e não circulante considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

3.10 - Intangível

A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar os usuários pelos serviços prestados de distribuição de energia elétrica (para a geração a infraestrutura da Amazonas Energia, que possui vínculo exclusivo com a atividade de distribuição dessa mesma Companhia, também é classificada como intangível). O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia e o valor do ativo financeiro referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização.

O ativo é apresentado liquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica, considerando que os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado, deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia efetua anualmente o teste de recuperabilidade dos seus ativos utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos, considerando que não há mercado ativo para os ativos vinculados à concessão, avaliando se há indicação de que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo. (Vide Nota 19).

Os ativos intangíveis compreendem basicamente os direitos de uso da concessão, mas incluem, também, ágio na aquisição de investimentos e gastos específicos associados à aquisição de direitos, acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável.

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

3.10.1 - Concessões Onerosas (Uso do Bem Público - UBP)

A Companhia e algumas controladas possuem contratos de concessão onerosa com a União para a utilização dos potenciais hidráulicos, bem público, para a geração de energia elétrica em determinadas usinas.

Os valores identificados nos contratos estão a preços futuros e, portanto, a Companhia e essas controladas ajustaram a valor presente esses contratos com base na taxa de desconto apurada na data da obrigação.

A atualização da obrigação em função da taxa de desconto e da variação monetária, definida no contrato de concessão, é capitalizada no ativo, durante a construção das Usinas e, a partir da data da entrada em operação comercial, é reconhecida diretamente no resultado.

Esses ativos estão registrados no ativo intangível em contrapartida do passivo não circulante.

3.10.2 - Gastos com Estudos e Projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamento hidroelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional, quando incorridos, e até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto. Atualmente, a Companhia não possui valores capitalizados referentes a gastos com estudos e projetos.

3.11 - Reconhecimento dos valores a receber e obrigações de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, com vistas a eliminar eventuais incertezas, até então existentes, quanto ao reconhecimento e à realização das diferenças temporais, cujos valores são repassados anualmente na tarifa de distribuição de energia elétrica - Parcela A (CVA) e outros componentes financeiros. No termo de aditivo emitido pela ANEEL, o órgão regulador garante que os valores de CVA e outros componentes financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

Como consequência, foi emitido pelo CPC a Orientação Técnica - OCPC08 que teve por objetivo tratar dos requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação destes ativos ou passivos financeiros que passam a ter a característica de direito (ou obrigação) incondicional de receber (ou entregar) caixa ou outro instrumento financeiro a uma contraparte claramente identificada.

De acordo com a OCPC 08, o aditamento aos Contratos de Concessão, representou um elemento novo que assegura, a partir da data de sua assinatura, o direito ou impõe a obrigação de o concessionário receber ou pagar os ativos e passivos junto à contraparte - Poder Concedente. Esse novo evento altera, a partir dessa data, o ambiente e as condições contratuais anteriormente existentes e extingue as incertezas quanto à capacidade de realização do ativo ou exigibilidade do passivo. São condições, assim, que diferem em essência das que ocorriam anteriormente.

Os efeitos do aditamento dos contratos de concessão e permissão não têm natureza de mudança de política contábil, mas, sim, a de uma nova situação e, consequentemente, sua aplicação foi prospectiva. Portanto, o registro dos valores a receber (obrigações) foi efetuado em contas de ativo (ou passivo financeiro), conforme o caso, em contrapartida ao resultado do exercício (receita de venda de bens e serviços).

3.12 - Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros, excluindo o ágio

Ao fim de cada exercício, a Companhia avalia se há alguma indicação de que seus ativos não financeiros sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda. Quando não é possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo.

Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente por uma taxa de desconto, que reflita uma avaliação atual de mercado: do valor da moeda no tempo e dos riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros foi efetuada.

Se o valor recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida, subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa), em função da estimativa revisada de seu valor recuperável. Tal aumento não pode exceder o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

3.13 - Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se aplicável.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação.

Considerando que as operações de investimento da Companhia estão atreladas a operações que possuem contratos de concessão, o resultado decorrente da aquisição de tais entidades representa o direito de concessão com vida útil definida, sendo reconhecido como ativo intangível da concessão, e a amortização efetuada de acordo com o prazo de concessão.

3.14 - Ativos não circulantes mantidos para venda

Os ativos não circulantes e os grupos de ativos são classificados como mantidos para venda caso o seu valor contábil seja recuperado principalmente por meio de uma transação de venda e não através do uso contínuo. Essa condição é atendida somente quando o ativo (ou grupo de ativos) estiver disponível para venda imediata em sua condição atual, sujeito apenas a termos usuais e costumeiros para venda desse ativo (ou grupo de ativos), e sua venda for considerada altamente provável. A Administração deve estar comprometida com a venda, a qual se espera que, no reconhecimento, possa ser considerada como uma venda concluída dentro de um ano a partir da data de classificação.

Quando a Companhia está comprometida com um plano de venda que envolve a perda de controle de uma controlada, quando atendidos os critérios descritos no parágrafo anterior, todos os ativos e passivos dessa controlada são classificados como mantidos para venda nas demonstrações financeiras consolidadas, mesmo se após a venda a Companhia ainda retenha participação na empresa.

Os ativos não circulantes (ou o grupo de ativos) classificados como destinados à venda são mensurados pelo menor valor entre o contábil anteriormente registrado e o valor justo menos o custo de venda. Os ativos e passivos relacionados são apresentados de forma segregada no balanço patrimonial.

3.15 - Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Tal valor justo é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos e dos passivos assumidos pela Companhia, na data de aquisição, com os antigos controladores e das participações emitidas pela Companhia em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são geralmente reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data de aquisição, os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição, exceto por:

- ativos ou passivos fiscais diferidos e ativos e passivos relacionados a acordos de benefícios com empregados que são reconhecidos e mensurados de acordo com a IAS 12 - Impostos sobre a Renda e IAS 19 - Benefícios aos Empregados (equivalentes aos CPC 32 e CPC 33), respectivamente;
- passivos ou instrumentos de patrimônio, relacionados a acordos de pagamento baseado em ações da adquirida ou acordos de pagamento baseado em ações de Grupo, celebrados em substituição aos acordos de pagamento baseado em ações da adquirida que são mensurados de acordo com a IFRS 2 - Pagamento Baseado em Ações (equivalentes ao CPC 10(R1)) na data de aquisição; e
- ativos (ou grupos para alienação) classificados como mantidos para venda conforme a IFRS 5 - Ativos Não Correntes Mantidos para Venda e Operações Descontinuadas (equivalente ao CPC 31) que são mensurados conforme essa Norma.

O ágio é mensurado como o excesso da soma: (1) da contrapartida transferida; (2) do valor das participações não controladoras na adquirida e; (3) do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver) sobre os valores líquidos, na data de aquisição, dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis. Se, após a avaliação, os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma: (1) da contrapartida transferida; (2) do valor das participações não controladoras na adquirida e; (3) do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida (se houver), o excesso é reconhecido imediatamente no resultado como ganho.

As participações não controladoras, que correspondam a participações atuais e, conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade, no caso de liquidação, poderão ser, inicialmente, mensuradas pelo valor justo. Poderão também ser mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. Outros tipos de participações não controladoras são mensurados pelo valor justo ou, quando aplicável, conforme descrito em outra IFRS e CPC.

Quando a contrapartida transferida pela Companhia, em uma combinação de negócios, inclui ativos ou passivos resultantes de um acordo de contrapartida contingente, a contrapartida contingente é mensurada pelo valor justo, na data de aquisição. As variações no valor justo da contrapartida contingente, classificadas como ajustes do período de mensuração, são ajustadas

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800143

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

retroativamente, com os correspondentes ajustes no ágio. Os ajustes do período de mensuração correspondem a ajustes resultantes de informações adicionais obtidas durante o "período de mensuração" e relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição. O período de mensuração não poderá ser superior a um ano a partir da data de aquisição.

A contabilização subsequente das variações no valor justo da contrapartida contingente, não classificadas como ajustes do período de mensuração, depende da forma de classificação da contrapartida contingente. A contrapartida contingente classificada como patrimônio não é reavaliada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes e sua correspondente liquidação é contabilizada no patrimônio. A contrapartida contingente classificada como ativo ou passivo é reavaliada nas datas das demonstrações financeiras subsequentes, de acordo com a IAS 39 (equivalente ao CPC 38), ou a IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), conforme aplicável, sendo o correspondente ganho ou perda reconhecido no resultado.

Quando uma combinação de negócios é realizada em etapas, a participação anteriormente detida pela Companhia na adquirida é reavaliada pelo valor justo na data de aquisição (ou seja, na data em que a Companhia adquire o controle) e o correspondente ganho ou perda, se houver, é reconhecido no resultado. Os valores das participações na adquirida, antes da data de aquisição, que foram anteriormente reconhecidos em "Outros resultados abrangentes" são reclassificados no resultado, na medida em que tal tratamento seja adequado caso essa participação seja alienada.

Se a contabilização inicial de uma combinação de negócios estiver incompleta no encerramento do período no qual essa combinação ocorreu, a Companhia registra os valores provisórios dos itens cuja contabilização estiver incompleta. Esses valores provisórios são ajustados durante o período de mensuração (vide acima), ou ativos e passivos adicionais são reconhecidos para refletir as novas informações obtidas relacionadas a fatos e circunstâncias existentes na data de aquisição que, se conhecidos, teriam afetado os valores reconhecidos naquela data.

3.16 - Tributação

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos tributos correntes e diferidos. Adicionalmente, a opção de apuração dos impostos sobre o resultado da Companhia é pelo método do lucro real.

3.16.1 - Tributos correntes

A provisão para imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL) está baseada no lucro tributável do exercício. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas tributáveis ou despesas dedutíveis em outros exercícios, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada individualmente por cada empresa da Companhia com base nas alíquotas vigentes ao final do exercício.

3.16.2 - Impostos diferidos

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos, no final de cada período de relatório, sobre as diferenças temporárias entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e nas bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os tributos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os tributos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas, sendo observado também o histórico de lucratividade.

A recuperação do saldo dos tributos diferidos ativos é revisada no final de cada período de relatório e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Tributos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada período de relatório, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no final de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os tributos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os tributos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente. Quando os tributos correntes e diferidos são originados da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

3.17 - Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos quando uma entidade da Companhia for parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo.

Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.17.1 - Ativos financeiros

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

1) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação se:

a) For adquirido principalmente para ser vendido a curto prazo; ou

b) No reconhecimento inicial é parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados, que o Sistema Eletrobras administra em conjunto e, possui um padrão real recente de obtenção de lucros a curto prazo; ou

c) For um derivativo que não tenha sido designado como um instrumento de "*hedge*" efetivo.

d) Um ativo financeiro, além dos mantidos para negociação, pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

e) Tal designação eliminar ou reduzir, significativamente, uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento que, de outra forma, surgiria; ou

f) O ativo financeiro for parte de um grupo gerenciado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, e

g) Seu desempenho for avaliado com base no valor justo, de acordo com a estratégia documentada de gerenciamento de risco ou de investimento da Companhia, e quando as informações sobre o agrupamento forem fornecidas internamente com a mesma base; ou

h) Fizer parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado (ativo ou passivo) seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

2) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

3) Ativos financeiros disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda correspondem a ativos financeiros não derivativos designados como disponíveis para venda e não classificados como:

a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado,

b) Investimentos mantidos até o vencimento, ou

c) Empréstimos e recebíveis.

As variações no valor contábil dos ativos financeiros monetários disponíveis para venda relacionadas a variações nas taxas de câmbio, as receitas de juros calculadas utilizando o método de juros efetivos e os dividendos sobre investimentos em ações disponíveis para venda são reconhecidos no resultado. As variações no valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidas em outros resultados abrangentes. Quando o investimento é alienado ou apresenta redução do valor recuperável, o ganho ou a perda acumulado anteriormente reconhecido na conta de outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado.

4) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os empréstimos e recebíveis (inclusive contas a receber de clientes e outras, caixa e equivalentes de caixa, valores a receber de Parcela A e outros) são inicialmente registrados pelo seu valor de aquisição, que é o valor justo do preço pago, incluindo as despesas de transação. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável.

A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva.

3.17.2 - Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Ativos financeiros, exceto aqueles designados pelo valor justo por meio do resultado, são avaliados por indicadores de redução ao valor recuperável no final de cada período de relatório. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas se, e apenas se, houver evidência objetiva da redução ao valor recuperável do ativo financeiro como resultado de um ou mais eventos que tenham ocorrido após seu reconhecimento inicial, com impacto nos fluxos de caixa futuros estimados desse ativo.

No caso de investimentos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título, abaixo de seu custo, também é uma evidência de que os ativos estão deteriorados. Se, qualquer evidência desse tipo, existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração consolidada do resultado. Tal prejuízo cumulativo é medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer prejuízo por perda por valor recuperável, sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado. As perdas por valor recuperável reconhecidas na demonstração do resultado em instrumentos patrimoniais não são revertidas. Por sua vez,se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por valor recuperável ter sido reconhecido no resultado, a perda por valor recuperável é revertida por meio de demonstração do resultado.

Para certas categorias de ativos financeiros, tais como contas a receber, os ativos são avaliados coletivamente, mesmo se não apresentarem evidências de que estão registrados por valor superior ao recuperável, quando avaliados de forma individual. Evidências objetivas de redução ao valor recuperável para uma carteira de créditos podem incluir: a experiência passada da Companhia na cobrança de pagamentos e o aumento no número de pagamentos em atraso, após o período médio de recebimento, além de mudanças observáveis nas condições econômicas nacionais ou locais relacionadas à inadimplência dos recebíveis.

Para os ativos financeiros registrados ao custo amortizado, o montante da redução ao valor recuperável registrado corresponde: à diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontado pela taxa de juros efetiva original do ativo financeiro.

O valor contábil do ativo financeiro é reduzido diretamente pela perda por redução ao valor recuperável para todos os ativos financeiros, com exceção das contas a receber, em que o valor contábil é reduzido pelo uso de uma provisão. Recuperações subsequentes de valores anteriormente provisionados são creditadas à provisão. Mudanças no valor contábil da provisão são reconhecidas no resultado.

Para ativos financeiros registrados ao custo amortizado, se em um período subsequente o valor da perda da redução ao valor recuperável diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente a um evento ocorrido após a redução ao valor recuperável ter sido reconhecida, a perda anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado, desde que o valor contábil do investimento na data dessa reversão não exceda o eventual custo amortizado se a redução ao valor recuperável não tivesse sido reconhecida.

3.17.3 - Baixa de ativos financeiros

A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa provenientes desse ativo expiram ou são transferidos juntamente com os riscos e benefícios da propriedade. Se a Companhia não transferir nem retiver substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro, mas continuar a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece a participação retida e o respectivo passivo nos valores que terá de pagar. Se retiver substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo da propriedade do ativo financeiro transferido, a Companhia continua reconhecendo esse ativo.

Na baixa de um ativo financeiro, a diferença entre o valor contábil do ativo e a soma da contrapartida recebida e a receber e o eventual ganho ou a perda acumulado que foi reconhecido em Outros resultados abrangentes e acumulado no patrimônio é reconhecida no resultado.

3.17.4 - Passivos financeiros e instrumentos de patrimônio

Instrumentos de dívida e de patrimônio emitidos por uma entidade do Sistema Eletrobras são classificados como passivos financeiros ou patrimônio, de acordo com a natureza do acordo contratual e as definições de passivo financeiro e instrumento de patrimônio. Um instrumento de patrimônio é um contrato que evidencia uma participação residual nos ativos de uma empresa após a dedução de todas as suas obrigações. Os instrumentos de patrimônio emitidos pelo Sistema Eletrobras são reconhecidos quando os recursos são recebidos ou recebíveis, líquidos dos custos diretos de emissão.

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

Os outros passivos financeiros, que incluem os empréstimos e financiamentos, fornecedores e outras contas a pagar, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e prêmios pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800144

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

3.17.5 - Baixa de passivos financeiros

A Companhia baixa passivos financeiros somente quando as obrigações da Companhia são extintas e canceladas ou quando expiram. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.17.6 - Contratos de garantia financeira

Contrato de garantia financeira consiste em contrato que requer que o emitente efetue pagamentos especificados a fim de reembolsar o detentor por perda que incorrer devido ao fato de o devedor especificado não efetuar o pagamento na data prevista, de acordo com as condições iniciais ou alteradas de instrumento de dívida.

Garantias financeiras são inicialmente reconhecidas nas demonstrações financeiras pelo valor justo na data de emissão da garantia. Subsequentemente as obrigações em relação a garantias são mensuradas pelo maior entre o valor inicial menos a amortização reconhecida, e a melhor estimativa do valor requerido para liquidar a garantia.

Essas estimativas são definidas com base na experiência de transações similares e no histórico de perdas passadas e no julgamento da administração da Companhia. As taxas recebidas são reconhecidas com base no método linear ao longo da vida da garantia. Qualquer aumento de obrigações em relação às garantias são apresentadas quando ocorridas nas despesas operacionais (Vide Nota 22).

3.17.7 - Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos *swaps* de taxa de juros. A Nota 46 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente, a menos que o derivativo seja designado e efetivo como instrumento de *hedge*; nesse caso, o momento do reconhecimento no resultado depende da natureza da relação de *hedge* (Vide item 3.17.9).

3.17.8 - Derivativos embutidos

Os derivativos embutidos, em contratos principais não derivativos, são tratados como um derivativo, separadamente, quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.17.9 - Contabilização de *hedge*

A Companhia possui política de contabilização de *hedge* e os instrumentos financeiros derivativos designados em operações de *hedge* são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

No início da relação de *hedge*, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de *hedge* e o item objeto de *hedge*, com seus objetivos na gestão de riscos e sua estratégia para assumir variadas operações de *hedge*. Adicionalmente, no início do *hedge* e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de *hedge* usado em uma relação de *hedge* é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de *hedge* atribuível ao risco sujeito a *hedge*.

Para os fins de contabilidade de *hedge*, a Companhia utiliza as seguintes classificações:

a) *Hedges* de valor justo

Mudanças no valor justo dos derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas no resultado com quaisquer mudanças no valor justo dos itens objetos de *hedge* atribuíveis ao risco protegido. As mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* e no item objeto de *hedge*, atribuível ao risco de *hedge*, são reconhecidas na demonstração do resultado.

A contabilização do *hedge* é descontinuada prospectivamente quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou exercido, ou quando não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. O ajuste ao valor justo do item objeto de *hedge*, oriundo do risco de *hedge*, é registrado no resultado a partir dessa data.

b) *Hedges* de fluxo de caixa

A parte efetiva das mudanças no valor justo dos derivativos, que for designada e qualificada como *hedge* de fluxo de caixa, é reconhecida em outros resultados abrangentes. Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva são reconhecidos imediatamente no resultado.

Os valores anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio são reclassificados para o resultado no exercício em que o item objeto de *hedge* é reconhecido no resultado.

A contabilização de *hedge* é descontinuada quando a Companhia cancela a relação de *hedge*, o instrumento de *hedge* vence ou é vendido, rescindido ou exercido, ou não se qualifica mais como contabilização de *hedge*. Quaisquer ganhos ou perdas reconhecidos em outros resultados abrangentes e acumulados no patrimônio, naquela data, permanecem no patrimônio e são reconhecidos quando a transação prevista for finalmente reconhecida no resultado. Quando não se espera mais que a transação prevista ocorra, os ganhos ou as perdas acumulados e diferidos no patrimônio são reconhecidos imediatamente no resultado.

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos para sua gestão de riscos financeiros, conforme descrito na Nota 46. Com data inicial em 1º de outubro de 2013, a Companhia adotou procedimentos de contabilidade de *hedge* conforme as disposições do CPC 38 (IAS 39) objetivando a redução da volatilidade nas demonstrações financeiras gerada pela marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos e maior transparência das atividades da Gestão de Risco da Companhia.

Na data inicial, a Companhia designou os seus *hedges* de taxas de juros como *Hedge* de Fluxo de Caixa, portanto, a variação efetiva do valor justo dos instrumentos de *hedge* será represada na conta de Outros resultados abrangentes. Conforme a dívida protegida é reconhecida no resultado financeiro, a variação de valor justo represada em Outros resultados abrangentes do *hedge* é reconhecida no resultado financeiro com base na taxa de juros efetiva. A cada trimestre são realizados testes de efetividade para avaliar se os instrumentos derivativos protegeram e se devem continuar protegendo efetivamente a dívida atrelada. Se durante o teste de efetividade houver parcela ineficaz, este valor será reconhecido imediatamente no resultado financeiro.

Cada relação de *hedge* é documentada de forma que seja identificada a dívida protegida, o derivativo designado, o objetivo, a estratégia da gestão de risco, os termos contratuais designados para Contabilidade de *Hedge* e a metodologia de aferição da eficácia prospectiva e retrospectiva.

3.18 - Benefícios pós-emprego

3.18.1 - Obrigações de aposentadoria

A Companhia e suas controladas patrocinam vários planos de pensão, os quais são geralmente financiados por pagamentos a estes fundos de pensão, determinados por cálculos atuariais periódicos. A Companhia possui planos de benefício definido e, também, de contribuição definida e variável. Nos planos de contribuição definida, a Companhia faz contribuições fixas a uma entidade separada. Adicionalmente, não tem obrigações legais nem construtivas de fazer contribuições, se o fundo não possuir ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano. Um plano de benefício definido é diferente de um plano de contribuição definida, visto que, em tais planos de benefício definido, é estabelecido um valor de benefício de aposentadoria que um empregado receberá em sua aposentadoria, normalmente dependente de um ou mais fatores, como idade, tempo de serviço e remuneração. Nesse tipo de plano, a Companhia tem a obrigação de honrar com o compromisso assumido, caso o fundo não possua ativos suficientes para pagar, a todos os empregados, os benefícios relacionados com os serviços prestados nos exercícios correntes e anteriores atrelados a essa modalidade de plano.

O passivo reconhecido no Balanço Patrimonial, com relação aos planos de benefício definido, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço, menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método do crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa. As taxas de juros utilizadas nesse desconto são condizentes com os títulos de mercado, os quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência, nas mudanças das premissas atuariais e nos rendimentos dos ativos do plano, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado no período de ocorrência de uma alteração do plano.

Com relação aos planos de contribuição definida, a Companhia efetua o pagamento das contribuições de forma obrigatória, contratual ou voluntária. A Companhia não tem qualquer obrigação adicional de pagamento depois que a contribuição é efetuada. As contribuições são reconhecidas como despesa de benefícios a empregados, quando devidas. As contribuições feitas antecipadamente são reconhecidas como um ativo na proporção em que um reembolso em dinheiro ou uma redução dos pagamentos futuros estiver disponível.

3.18.2 - Outras obrigações pós-emprego

Algumas empresas da Companhia oferecem benefício de assistência médica pós-aposentadoria a seus empregados, além de seguro de vida para ativos e inativos. O direito a esses benefícios é, geralmente, condicionado à permanência do empregado no emprego até a idade de aposentadoria e a conclusão de um tempo mínimo de serviço, ou a invalidez do mesmo enquanto funcionário ativo.

Os custos esperados desses benefícios são acumulados durante o período do emprego, dispondo da mesma metodologia contábil que é usada para os planos de pensão de benefício definido. Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados em outros resultados abrangentes, no período esperado de serviço remanescente dos funcionários. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados.

3.18.3 - Benefícios de Rescisão

Os benefícios de rescisão são exigíveis quando o vínculo empregatício é encerrado pelo Sistema Eletrobras antes da data normal de aposentadoria, ou sempre que um empregado aceitar a demissão voluntária em troca desses benefícios. O Sistema Eletrobras reconhece os benefícios de rescisão na primeira das seguintes datas: (i) quando o Sistema Eletrobras não mais puder retirar a oferta desses benefícios; e (ii) quando a entidade reconhecer custos de reestruturação que estejam no escopo do CPC 25/IAS 37 e envolvam o pagamento de benefícios de rescisão. No caso de uma oferta efetuada para incentivar a demissão voluntária, os benefícios de rescisão são mensurados com base no número de empregados que, segundo se espera, aceitarão a oferta. Os benefícios que vencerem após 12 meses da data do balanço são descontados a valor presente.

3.19 - Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos, requeridos para a liquidação de uma provisão, podem ser recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.19.1 - Provisão para desmobilização de ativos

Conforme previsto no pronunciamento IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (equivalente ao CPC 25), é constituída provisão ao longo do tempo de vida útil econômica de usinas termonucleares. O objetivo de tal provisão é alocar ao respectivo período de operação os custos a serem incorridos com sua desativação técnico-operacional, ao término da sua vida útil, estimada em quarenta anos.

Os valores são apropriados ao resultado do exercício a valor presente, com base em quotas anuais, a razão de 1/40 dos gastos estimados e registrados imediatamente (vide Nota 31).

3.19.2 - Provisão para obrigações legais vinculadas a processos judiciais

As provisões para contingências judiciais são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou não formalizada) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. Nesse caso, tal contingência ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e os montantes envolvidos seriam mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e o posicionamento de tribunais (jurisprudência).

3.19.3 - Contratos onerosos

Obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios econômicos que se esperam que sejam recebidos ao longo do mesmo contrato.

3.20 - Adiantamento para futuro aumento de capital

Adiantamentos de recursos recebidos do acionista controlador e destinados a aporte de capital são concedidos em caráter irrevogável. São classificados como passivo não circulante quando a quantidade de ações a serem emitidas não é conhecida e reconhecidos inicialmente pelo valor justo e subsequentemente atualizados pelo indexador estabelecido contratualmente.

3.21 - Capital social

As ações ordinárias e as ações preferenciais são classificadas no patrimônio líquido.

Os custos incrementais, diretamente atribuíveis à emissão de novas ações, são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos.

Quando a Companhia compra suas próprias ações (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do capital atribuível aos acionistas da Companhia até que as ações sejam canceladas ou reemitidas. Quando essas ações são subsequentemente reemitidas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação, diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no capital atribuível aos acionistas da Companhia.

3.22 - Juros sobre o capital próprio e dividendos

Alinhados com o Estatuto Social a política assegura a seus Acionistas o direito, em cada exercício, a dividendos e/ou juros de capital próprio não inferiores a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e alterações posteriores e não autoriza que a reserva de capital possa ser usada para pagamentos de dividendos.

O valor dos dividendos acima do mínimo obrigatório estabelecido em Lei ou outro instrumento legal, ainda não aprovado em Assembleia Geral, são apresentados no Patrimônio Líquido, em conta específica denominada dividendos adicionais propostos.

Os juros sobre o capital próprio são imputados aos dividendos do exercício, sendo calculados tendo como limite uma porcentagem sobre o patrimônio liquido, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP estabelecida pelo Governo Brasileiro, conforme exigência legal, limitado a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% das reservas de lucro, antes de incluir o lucro do próprio exercício, o que for maior.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800145

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

3.23 - Outros resultados abrangentes

Outros resultados abrangentes compreendem itens de receita e despesa que não são reconhecidos na demonstração do resultado. Os componentes dos outros resultados abrangentes incluem:

a) Ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido;

b) Ganhos e perdas derivados de conversão de demonstrações contábeis de operações no exterior;

c) Ajuste de avaliação patrimonial relativo aos ganhos e perdas na remensuração de ativos financeiros disponíveis para venda; e

d) Ajuste de avaliação patrimonial relativo à efetiva parcela de ganhos ou perdas de instrumentos de *hedge* em *hedge* de fluxo de caixa.

3.24 - Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções e outras deduções similares.

3.24.1 - Venda de energia e serviços

a) Geração e Distribuição

As receitas de distribuição são classificadas como: i) Suprimento (venda) de Energia Elétrica a distribuidoras; ii) Fornecimento de Energia Elétrica para o consumidor, e; iii) Energia Elétrica no mercado de Curto Prazo. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes sobre a mesma. A receita de venda de energia e serviços é reconhecida quando é provável que os benefícios econômicos associados às transações fluirão para a Companhia; o valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade; os riscos e os benefícios relacionados à venda foram transferidos para o comprador; os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade; e a Companhia não detém mais o controle e a responsabilidade sobre a energia vendida. Inclui também a receita de construção vinculada ao segmento de distribuição de energia elétrica e de parte da geração abrangida no escopo do ICPC 01/IFRIC 12.

Para as concessões de geração renovadas à luz da Lei 12.783/2013, houve a alteração do regime de preço para tarifa, com revisão tarifária periódica nos mesmos moldes já aplicados à atividade de transmissão até então. A tarifa é calculada com base nos custos de operação e manutenção, acrescidos da taxa de 10%, sendo contabilizada a receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

b) Transmissão

1) Receita financeira decorrente da remuneração do ativo financeiro, até o final do período da concessão, auferida de modo pró-rata e que leva em consideração a taxa média de retorno dos investimentos.

2) Receita para cobertura dos gastos de operação e manutenção com base no custo incorrido.

3) A receita de desenvolvimento da infraestrutura é reconhecida no resultado na medida do estágio de conclusão da obra, de acordo com o que dita o pronunciamento técnico CPC 17 (R1) (equivalente a IAS 11) e mensurada com base nos seus valores justos. Os custos de desenvolvimento da infraestrutura são reconhecidos à medida que são incorridos. A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual a zero, considerando que:

(i) A atividade fim da Companhia é a transmissão de energia elétrica;

(ii) Toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim, ou seja, a transmissão de energia elétrica.

(iii) A Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

3.24.2 - Receita de dividendos e juros

A receita de dividendos proveniente de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido e desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita proveniente de ativo financeiro de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Companhia e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear, com base no tempo e na taxa de juros efetiva sobre o montante do principal em aberto. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

3.25 - Arrendamento Mercantil

Conforme orientações do Pronunciamento CPC 06 (R1) - Operações de Arrendamento Mercantil e da Interpretação Técnica ICPC 03- Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil, devem ser registrados no Ativo Imobilizado os direitos que a Companhia detenha sobre bens corpóreos destinados à manutenção de suas atividades, decorrentes de arrendamento mercantil financeiro que transfiram ao arrendatário os benefícios, riscos e controle sobre os bens. No início do arrendamento financeiro, estes bens são capitalizados pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento.

Os arrendamentos financeiros são registrados como se fossem uma compra financiada, reconhecendo, no momento da aquisição, um ativo imobilizado e um passivo de financiamento (arrendamento). Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte no passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo.

Os juros e outras despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. O imobilizado adquirido por meio de arrendamento mercantil financeiro (a) está classificado no Ativo Não Circulante sendo amortizado durante a sua vida útil (Nota 22.5).

3.26 - Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Companhia irá atender às condições relacionadas e que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas, sistematicamente, no resultado durante os exercícios nos quais a Companhia reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas já incorridas, com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato à Companhia, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas e apropriadas à reserva de lucros e não são destinadas a distribuição de dividendos.

3.27 - Paradas programadas

Os custos incorridos antes e durante as paradas programadas de usinas e linhas de transmissão são apropriados ao resultado no período em que forem incorridos.

3.28 - Lucro básico e lucro diluído

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações em circulação (total de ações menos as ações em tesouraria). O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas, de acordo com o CPC 41 (IAS 33).

3.29 - Apresentação de relatórios por segmentos de negócio

Segmentos operacionais de uma Companhia são definidos como componentes que:

a) exerce atividades das quais podem obter receitas e incorrer em despesas;

b) cujos resultados operacionais são regularmente revisados pela Administração, para tomar decisões sobre os recursos a serem alocados aos segmentos e avaliar seu desempenho; e

c) para os quais existem informações financeiras.

A Companhia determinou os seguintes segmentos operacionais:

I. Geração, cujas atividades consistem na geração de energia elétrica e a venda de energia para empresas de distribuição e para os consumidores livres, e comercialização;

II. Transmissão, cujas atividades consistem na transmissão de energia elétrica;

III. Distribuição, cujas atividades consistem na distribuição de energia elétrica para o consumidor final;

IV. Administração, cujas atividades representam principalmente a gestão de caixa de todo o Grupo Eletrobras, o gerenciamento do empréstimo compulsório e a gestão de negócios em SPEs, cujo monitoramento e gestão é feito de forma distinta dos investimentos corporativos;

Eliminações, cujas atividades representam as transações entre partes relacionadas eliminadas para fins de consolidação.

Transações entre estes segmentos operacionais são determinados por preços e condições definidas entre as partes, que levam em consideração os termos aplicados às transações com partes não relacionadas.

3.30 - Demonstração do valor adicionado - DVA

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição, durante determinado período. É apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e como informação suplementar às demonstrações financeiras IFRS, pois não é uma demonstração prevista e nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada:

- Pelas receitas - receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre a mesma, as outras receitas, inclusive de construção, e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- Pelos insumos adquiridos de terceiros - custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos, e a depreciação e amortização; e
- Pelo valor adicionado recebido de terceiros - resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas.

A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios

NOTA 4 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Na aplicação das políticas contábeis, a Administração da Companhia deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações nas notas explicativas, na data base das demonstrações financeiras, para os quais não são facilmente obtidos através de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no período em que as estimativas são revistas, se a revisão afetar apenas este período, ou também em períodos posteriores se a revisão afetar tanto o período presente como períodos futuros.

Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a materialização sobre o valor contábil de receitas, despesas, ativos e passivos é inerentemente incerta, por decorrer do uso de julgamento. Como consequência, a Companhia pode sofrer efeitos em decorrência de imprecisão nestas estimativas e julgamentos que sejam substanciais em períodos futuros, que podem ter efeito material adverso na sua condição financeira, no resultado de suas atividades e/ou nos seus fluxos de caixa.

A seguir, são apresentadas as principais premissas das estimativas contábeis avaliadas como as mais críticas pela Administração da Companhia e de suas controladas, a respeito do futuro e outras principais origens da incerteza utilizadas que podem levar a ajustes significativos nos valores contábeis dos ativos e passivos nos próximos períodos:

I. Ativo e passivo fiscal diferidos

As estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (Vide Nota 10).

II. Provisão para redução do valor recuperável de ativos de longa duração

A Administração da Companhia considerou premissas e dados técnicos para elaboração do teste de determinação de recuperação de ativos, a fim de verificar se seus ativos imobilizado ou intangível não estão registrados contabilmente por valor superior ao passível de ser recuperável no futuro, situação na qual foi reconhecido *impairment*, a desvalorização por meio da constituição de provisão para perdas. Nesta prática são aplicadas premissas, baseadas na experiência histórica na gestão do ativo, conjunto de ativos ou unidade geradora de caixa, e práticas de avaliação comumente utilizadas no mercado. Tais premissas podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada. Atualmente, a vida útil adotada pela Companhia está de acordo com as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens, em vigor. Adicionalmente, a vida útil é limitada ao prazo de concessão.

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração da Companhia e de suas controladas na determinação dos fluxos de caixa futuro descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se: a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica; taxa de crescimento da atividade econômica no país; e disponibilidade de recursos hídricos; além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada a premissa de que a indenização está contratualmente prevista, quando aplicável, pelo valor novo de reposição (VNR), para geração e transmissão. Esses são os valores esperados de indenização ao final do prazo das concessões de geração e transmissão de energia elétrica (vide prática contábil na Nota 3.12 e movimentação das provisões efetuadas no exercício na Nota 19). A variável mais relevante foi a taxa de desconto utilizada nos fluxos de caixa, com a definição de uma taxa específica para o segmento de geração, 6,33%. A taxa utilizada para a Angra 3 levou em conta características peculiares do segmento nuclear, bem como premissas de financiamento, estrutura de capital específica do projeto e beta alavancado calculado com premissas da ANEEL. A taxa utilizada foi de 5,44%.

III. Base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões

A Lei nº 12.783/2013, promulgada em 11 de janeiro de 2013, definiu o valor novo de reposição (VNR) como a base de determinação de indenização pelo poder concedente sobre concessões de serviço público. A Companhia adotou, para as concessões ainda não prorrogadas, a premissa de que os bens são reversíveis no final dos contratos de concessão. Seguindo essa premissa, para as concessões já prorrogadas, foram mantidos valores a receber do poder concedente, relacionados à Rede Básica do Sistema Existente - RBSE, aos investimentos realizados após o projeto básico das usinas e linhas de transmissão (modernização e melhorias) e aos ativos de geração térmica. Tais valores são objeto de homologação pela ANEEL conforme divulgado na Nota 2.1. A Companhia adotou o valor novo de reposição (VNR), como forma de mensuração do valor a ser

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800146

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

indenizado pelo Poder Concedente, da parcela dos ativos de geração e transmissão não totalmente depreciada até o final da concessão. Para os ativos de distribuição foi definida a Base de Remuneração Regulatória - BRR para tal mensuração.

IV. Vida útil dos bens do imobilizado

A Administração da Companhia utiliza os critérios definidos na resolução ANEEL 367, de 02 de junho de 2009, na determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, limitado ao prazo de concessão, por entender que elas representam adequadamente a referida vida útil (Vide Nota 16).

V. Provisão para desmobilização de ativos

A Companhia reconhece provisão para obrigações com a desativação de ativos relativos às suas usinas termonucleares. Para determinar o valor da provisão, premissas e estimativas são feitas em relação às taxas de desconto, ao custo estimado para a desativação e remoção de toda a usina do local e à época esperada dos referidos custos (Vide Nota 31). A estimativa dos custos é baseada nos requerimentos legais e ambientais para a desativação e remoção de toda a usina assim como os preços de produtos e serviços a serem utilizados no final da vida útil.

VI. Obrigações atuariais

As obrigações atuariais registradas são determinadas por cálculos atuariais elaborados por atuários independentes com base na expectativa de vida do participante (tábua AT-2000), idade média de aposentadoria e inflação. Contudo, os resultados reais futuros dos benefícios podem ser diferentes daqueles existentes e registrados contabilmente (Vide Nota 29).

VII. Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis

As provisões para riscos trabalhistas, tributários e cíveis, quando há obrigações presentes (legal ou presumida) resultante de eventos passados, cuja liquidação seja provável e que seja possível estimar os valores de forma confiável,com base na avaliação da Administração e dos assessores jurídicos internos e externos da Companhia. Os valores provisionados são registrados com base nas estimativas dos custos dos desfechos das referidas contingências. Riscos contingentes com expectativa de perda possível são divulgados pela Administração, não sendo constituída provisão. Essa avaliação é suportada pelo julgamento da administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando as jurisprudências, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis. (Vide Nota 30).

VIII. Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

A Companhia registra provisão sobre contas a receber, empréstimos concedidos e direitos de ressarcimento da CCC que a Administração entende haver incerteza quanto ao recebimento.

A PCLD dos clientes é constituída com base nos critérios da ANEEL constante no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, em resumo são provisionados os valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias. Considera, também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas e também na existência de garantias reais.

A PCLD de ressarcimento da CCC e de empréstimos concedidos é constituída com base nos valores a receber vencidos. A reversão desta PCLD é realizada uma vez que a dívida é quitada ou repactuada.

IX. Avaliação de instrumentos financeiros

Conforme descrito na Nota 46, a Administração da Companhia utiliza técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A Nota 46 apresenta as informações sobre as principais premissas utilizadas na determinação do valor justo de instrumentos financeiros, bem como a análise de sensibilidade dessas premissas. A Administração da Companhia e suas controladas acredita que as técnicas de avaliação selecionadas e as premissas utilizadas são adequadas para a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

X. Contratos onerosos

A Companhia e as controladas utilizam-se de premissas relacionadas ao custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. No caso de compromissos de longo prazo como compra e venda de energia, uma das estimativas críticas na determinação do montante de provisão para a venda futura do contrato é o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) médio histórico aprovado pela Administração da Companhia como premissa para o cálculo da provisão do contrato oneroso, exclusivamente para fins contábeis, assim como a taxa de desconto utilizada para os fluxos de caixa. Os valores reais do PLD e/ou dos elementos considerados dentro da taxa de desconto ao longo dos anos podem ser superiores ou inferiores aos das premissas utilizadas pela Companhia. Adicionalmente, a Companhia pode ter contratos onerosos em concessões onde o atual custo esperado para a operação e manutenção não é coberto integralmente pelas receitas (Vide Nota 33).

XI. Riscos relacionados ao cumprimento ("*compliance*") de leis e regulamentos

a) Lava Jato

Em 2015, em resposta às investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e das sociedades de propósito específico (SPE) em que detém participações acionárias minoritárias, o Conselho de Administração da Empresa (CAE) decidiu por iniciar procedimento investigativo em face do risco de tais irregularidades apontadas na referida "Operação" poderem afetar alguns dos seus principais investimentos.

Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano Hogan Lovells US LLP, com reconhecida especialização em ações investigativas e também instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação (CIGI), composta por especialistas notórios e independentes, com a função de supervisionar o processo de investigação.

O procedimento investigatório seguiu os princípios adotados pela Securities and Exchange Commission (SEC) e pelo Department of Justice (DoJ) norte-amerianos para procedimentos desta natureza, em vista de que, após 2008, quando a Eletrobras passou a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York por meio de ADR's - American Depositary Receipts, tornou-se sujeita às leis norte-americanas que regulam o mercado de capitais, em especial, a toda a regulamentação fixada pelo U.S. Securities and Exchange Act em que se inclui a Foreign Corrupt Practices Act - FCPA que, em síntese, criminaliza os atos de corrupção, tais como o pagamento a funcionários de governos estrangeiros, partidos políticos, candidatos a cargos políticos estrangeiros em troca de vantagens comerciais ou econômicas.

No decorrer de 2015 e 2016, no âmbito da "Operação Lava Jato", as operações Radioatividade e Pripyat resultaram no indiciamento de seis ex-executivos da Eletronuclear, bem como de outros envolvidos. Muito embora os processos ainda se encontrem em andamento, já foram proferidas sentenças condenatórias contra quatro desses ex-funcionários, ainda não transitadas em julgado. A Eletrobras vem cooperando com as autoridades no compartilhamento de informações levantadas pela investigação independente, participando, inclusive, como assistente de acusação contra os réus nestes processos criminais.

Visando facilitar e garantir o andamento das investigações, a administração da Companhia vem adotando as medidas de governança requeridas e/ou recomendadas pelo Hogan Lovells e pela Comissão Independente. Desde o início da investigação a Eletrobras substituiu inteiramente o Conselho de Administração, contratou novo CEO e vem reforçando sua estrutura de *compliance*. Em meados de 2016, foi criada a Diretoria de Conformidade, responsável pela coordenação do programa de *compliance* e pelo gerenciamento de riscos na Companhia e das suas subsidiárias.

No mesmo sentido a Eletrobras revisou contratos específicos em que as investigações identificaram possíveis irregularidades. Quando as suspeitas se confirmaram os contratos foram imediatamente suspensos.

Em relação aos empregados e diretores envolvidos em questões éticas identificadas na investigação, a Eletrobras tomou medidas punitivas na esfera administrativa, incluindo a suspensão do contrato de trabalho e o desligamento dos envolvidos. Atualmente, estão sendo estudadas as possibilidades jurídicas de responsabilização e ressarcimento de potenciais prejuízos causados à Companhia, frente aos ex-executivos e fornecedores acusados de corrupção, na esfera cível, tendo sido protocolado pela Eletronuclear - a quem cabe adotar as medidas judiciais de ressarcimento de prejuízos - protesto judicial para interrupção da prescrição, em relação às empresas integrantes do Consórcio Angramon (Construtora Norberto Odebrecht S/A, UTC Engenharia S/A, Techint Engenharia e Construção S/A, Construtora Andrade Gutierrez S/A, Empresa Brasileira de Engenharia S/A - EBE, Construtora Queiroz Galvão S/A e Construções e Comércio Camargo Correa S/A), para preservação de direitos.

Em outubro de 2016, a investigação independente completou a etapa que tinha como objetivo identificar atos ilícitos que pudessem causar eventuais distorções significativas nas demonstrações contábeis da Companhia, levando em consideração fatos e circunstâncias conhecidos até aquele momento. Nessa etapa foram considerados certos valores estimados como relacionados a ilícitos oriundos da prática de cartel e propinas que teriam sido pagas, desde 2008, por certos empreiteiros e fornecedores contratados por subsidiárias e por algumas das SPEs em que a Eletrobras não é controlador majoritário.

A Eletrobras registrou como baixa de custos capitalizados no ativo imobilizado o total de R$ 211.123 representando valores estimados pagos indevidamente em períodos anteriores. Desse montante R$ 143.957 já havia sido reconhecido como *impairment* em períodos anteriores, ocasionando a reversão dessa provisão. Houve também o reconhecimento de uma perda de R$ 91.464 no resultado de investimento na Norte Energia S.A., SPE não controlada pela Eletrobras e avaliada pelo método de equivalência patrimonial.

Achados da Investigação por empreendimento (subsidiárias Eletrobras)	Consolidado 31/12/2016
Angra 3	(141.313)
Mauá 3	(67.166)
Simplício	(2.644)
	(211.123)

O resumo desses ajustes no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2016 é o seguinte:

Balanço Patrimonial	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
Ativo Imobilizado		
Custos	–	(211.123)
Provisão de Impairment	–	143.957
Investimentos pelo Método de Equivalência	(91.464)	(91.464)
Ativo Não Circulante	(91.464)	(158.630)
Provisão para passivo a descoberto	(67.166)	–
Passivo Não Circulante	(67.166)	–

Demonstração de resultado do período	Controladora 31/12/2016	Consolidado 31/12/2016
Achados da Investigação	–	(211.123)
Provisão de *impairment* (Provisões Operacionais)	–	143.957
Provisão para passivo a descoberto (Provisões Operacionais)	(67.166)	–
Resultados de investimentos pelo método de equivalência	(91.464)	(91.464)
	(158.630)	(158.630)

Em abril de 2017, em decorrência dos acordos de delação celebrados entre os executivos do principal grupo de construção do Brasil, Odebrecht, o Supremo Tribunal Federal - STF determinou que fossem iniciadas investigações sobre a conduta dos políticos citados nesses acordos. Essas investigações referem-se tão somente aos indivíduos com foro privilegiado sobre os quais o STF tem jurisdição exclusiva. Além disso outras investigações oficiais podem ser iniciadas contra indivíduos que estão sujeitos à jurisdição dos tribunais comuns.

Certas alegações de potenciais atos ilegais praticados por executivos da Odebrecht no âmbito do projeto Santo Antônio (Madeira Energia S.A.) se tornaram públicas. A Eletrobras, por intermédio da controlada Furnas, participa com 39,0% nesse projeto. O efeito total estimado dos pagamentos considerados como ilícitos, conforme compilado pelo processo de investigação independente da Companhia acima citado, monta em R$ 314.978 e, considerando o percentual de participação societária da controlada Furnas de 39%, o impacto nas demonstrações contábeis representaria uma baixa contábil no investimento avaliado por equivalência patrimonial de R$ 122.841, uma vez que pagamentos dessa natureza não atendem aos critérios contábeis para registro nos ativos conforme CPC 27/IAS 16. Entretanto, conforme demonstrado no quadro abaixo, tal baixa contábil não impactou o resultado e nem o patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 uma vez que foi inferior ao montante de *impairment* de R$ 314.038 registrado conforme o CPC 01/IAS 36.

Achados da Investigação - Santo Antônio	31/12/2017
Madeira Energia S.A	122.841
Balanço Patrimonial	
Provisão de *Impairment* registrado - total	(314.038)
Reversão de *Impairment*	122.841
Baixa de Investimentos - Madeira Energia S.A	(122.841)
Demonstração de resultado do período	
Reversão de Provisão de *Impairment* (Provisões Operacionais)	(122.841)
Perda em Investimentos - Madeira Energia S.A	122.841

Como não havia informações suficientes que permitissem à Companhia determinar com razoável precisão os períodos específicos em que teriam ocorrido os pagamentos indevidos estimados, a Companhia entendeu que, após ter envidado esforços, foi impraticável determinar os efeitos por períodos específicos anteriores relativos a tais pagamentos em suas demonstrações contábeis, tendo registrado o ajuste desses pagamentos indevidos e, portanto, incorretamente capitalizados, nos períodos em que tais informações relevantes chegaram ao conhecimento da Companhia.

As investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os procedimentos de apuração e divulgação dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobras a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações contábeis.

A Eletrobras permanece com contrato em vigor com o escritório norte-americano Hogan Lovells visando o encerramento das ações de investigação independente em curso e consequente resolução do caso perante às autoridades norte-americanas.

Adicionalmente, o atual contrato com o escritório Hogan Lovells também prevê o acompanhamento das medidas de remediação, especialmente a implementação do programa de compliance, bem como as interações necessárias, com autoridades brasileiras e norte-americanas.

b) Processos judiciais envolvendo a Empresa - Class Action

Em 22 de julho de 2015 e 15 de agosto de 2015, duas ações coletivas de títulos putativos foram protocoladas contra a Eletrobras e alguns de seus dirigentes no Tribunal Distrital dos Estados Unidos, no Distrito Sul de Nova York (SDNY) (Vide nota 30), alegando, basicamente, que os atos de corrupção e fraude envolvendo empresas nas quais a Eletrobras participa, teriam ocasionado um relevante prejuízo em relação aos títulos adquiridos, já que não haviam sido informados nos registros públicos da companhia.

Atualmente o processo encontra-se em fase de instrução, "Discovery" e até meados do ano de 2018 a Companhia estima que deverá haver uma decisão acerca das ações coletivas incluídas na demanda, o que se denominada "class certification" (Vide Nota 30).

c) Processo de resolution com a SEC e DoJ

A Companhia entende que o processo de resolution junto as autoridades americanas ainda está em estágio preliminar. No momento, não há qualquer obrigação pecuniária para a Eletrobras relacionada a estas investigações, muito embora a Companhia siga buscando uma solução o menos gravosa possível, não é possível estimar, no momento, se haverá qualquer montante potencial de perda relacionada a esta questão.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800147

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

NOTA 5 - CAIXA, EQUIVALENTES DE CAIXA E CAIXA RESTRITO

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
I - Caixa e Equivalentes de Caixa:				
Caixa e Bancos	161.312	10.290	422.819	295.549
Aplicações Financeiras	14	3	369.433	200.306
	161.326	10.293	792.252	495.855
II - Caixa Restrito:				
Recursos da CCC	–	393.520	–	393.520
Comercialização - Itaipu	2.665	256.192	2.665	256.192
Comercialização - PROINFA	1.162.561	998.380	1.162.561	998.380
Recursos da RGR	50.132	33.254	50.132	33.254
PROCEL	114.518	–	114.518	–
	1.329.876	1.681.346	1.329.876	1.681.346
	1.491.202	1.691.639	2.122.128	2.177.201

I - As disponibilidades financeiras são mantidas no Banco do Brasil S.A., nos termos da legislação específica para as Sociedades de Economia Mista sob controle do Governo Federal, emanada do Decreto-Lei nº 1.290, de 03 de dezembro de 1973, com as alterações decorrentes da Resolução 4.034, de 30 de novembro de 2011, do Banco Central do Brasil, que estabeleceu novos mecanismos para as aplicações das empresas integrantes da Administração Federal Indireta.

As aplicações financeiras, de liquidez imediata, encontram-se em fundos de investimento financeiro - extramercado, que têm como meta a rentabilidade em função da taxa referencial média do Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC.

Os saldos considerados como equivalentes de caixa são aplicações financeiras de curto prazo, de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e são destinados ao atendimento da gestão de caixa da Companhia. Nenhum título público encontra-se classificado como caixa e equivalentes de caixa.

II - Caixa restrito - São os recursos arrecadados pelos respectivos fundos que são utilizados exclusivamente para atender às disposições regulamentares dos mesmos, não estando disponíveis para a Companhia.

NOTA 6 - TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Por meio da Resolução nº 3.284 do Banco Central do Brasil, de 25 de maio de 2005, foi estabelecido que as aplicações das disponibilidades oriundas de receitas próprias das empresas públicas e das sociedades de economia mista, integrantes da Administração Federal Indireta, somente podem ser efetuadas em fundos de investimento extramercado administrados pela Caixa Econômica Federal e pelo Banco do Brasil S.A., logo a Companhia e suas controladas aplicam seus recursos nos Fundos extramercados lastreados em títulos públicos substancialmente de vencimento de longo prazo, cuja utilização contempla tanto o programa de investimento corporativo no curto prazo e, ainda, a manutenção do caixa operacional da Companhia.

O detalhamento dos títulos e valores mobiliários se dá como se segue:

CONTROLADORA

CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2017	31/12/2016
LFT	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pré-fixado	–	292.043
LTN	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pré-fixado	4.495.472	3.891.239
LTN	CEF	Após 90 dias	Pré-fixado	62.670	50.507
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	–	18.774
NTN- B	CEF	Após 90 dias	IPCA	–	14.325
NTN- F	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pré-fixado	18.356	187.770
NTN- F	CEF	Após 90 dias	Pré-fixado	18.552	17.296
Op. Compromissadas	Banco do Brasil	–	–	458.408	–
Op. Compromissadas	CEF	–	–	6.499	–
TOTAL CIRCULANTE				5.059.957	4.471.954

NÃO CIRCULANTE

Títulos	31/12/2017	31/12/2016
FINOR/FINAM (b)	1.426	876
PARTES BENEFICIÁRIAS (a)	267.715	244.420
TOTAL NÃO CIRCULANTE	269.141	245.296

CONSOLIDADO

CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2017	31/12/2016
LFT	Banco do Brasil	Após 90 dias	SELIC	–	292.043
LTN	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pré-fixado	5.153.684	4.967.563
LTN	CEF	Após 90 dias	Pré-fixado	62.670	50.507
NTN- B	Banco do Brasil	Após 90 dias	IPCA	–	18.803
NTN- B	CEF	Após 90 dias	IPCA	–	14.325
NTN- F	Banco do Brasil	Após 90 dias	Pré-fixado	100.313	247.449
NTN- F	CEF	Após 90 dias	Pré-fixado	18.583	17.296
TÍTULOS DE RENDA FIXA	Banco do Brasil	–	–	449.701	–
TÍTULOS DE RENDA FIXA	CEF	–	–	168.586	–
Op. Compromissadas	Banco do Brasil	–	–	458.408	2.298
Op. Compromissadas	CEF	–	–	284.450	58.356
OUTROS	–	–	–	227.963	13.151
TOTAL CIRCULANTE				6.924.358	5.681.791

NÃO CIRCULANTE

Títulos	Agente Financeiro Custodiante	Vencimento	Indexador	31/12/2017	31/12/2016
NTN- B	Banco do Brasil	01/01/2030	Pré-fixado	274	434
FINOR/FINAM (b)	–	–	–	1.426	876
PARTES BENEFICIÁRIAS (a)	–	–	–	267.715	244.420
REFERENCIADO - DI	BNDES	–	–	61.634	–
OUTROS	–	–	–	813	1.505
TOTAL NÃO CIRCULANTE				331.862	247.235

(a) PARTES BENEFICIÁRIAS - Títulos adquiridos em decorrência da reestruturação do investimento da Companhia na controlada INVESTCO S.A. Estes ativos garantem rendimentos anuais equivalentes a 10% do lucro das empresas citadas abaixo, pagos juntamente com os dividendos, e serão resgatados no vencimento previsto para outubro de 2032, mediante sua conversão em ações preferenciais do capital social das referidas empresas, esses títulos são ajustados a valor presente e estão demonstrados a seguir:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Lajeado Energia	451.375	451.375
Paulista Lajeado	49.975	49.975
Ceb Lajeado	151.225	151.225
Valor de face	652.575	652.575
Ajuste a valor presente	(384.860)	(408.155)
Valor presente	267.715	244.420

(b) Os certificados de investimentos decorrentes de incentivos fiscais do Fundo de Investimento do Nordeste - FINOR e do Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM, estão ajustados por provisões para perdas na sua realização e, portanto, apresentados líquidos.

NOTA 7 - CLIENTES

	CONSOLIDADO					
	31/12/2017					31/12/2016
CIRCULANTE	A vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos + de 90 dias	Créditos Renegociados (b)	Total	Total
AES ELETROPAULO	28.265	1.134	2	–	29.401	30.576
AES SUL	2.434	–	–	–	2.434	28.326
AMPLA	23.541	2.545	–	–	26.086	24.817
CEA	1.015	384	–	49.547	50.946	301.028
CEB	6.578	557	–	–	7.135	5.216
CEEE	15.832	242	–	–	16.074	27.147
CELESC	42.980	1.250	–	–	44.230	44.187
CELPA	29.079	698	8.478	603	38.858	63.804
CELPE	25.678	608	56	–	26.342	20.403
CEMAR	20.316	338	–	–	20.654	22.837
CEMIG	65.371	1.128	480	–	66.979	34.691
CESP	2.583	–	–	–	2.583	1.656
COELBA	40.434	946	58	–	41.438	32.619
COELCE	30.649	446	–	–	31.095	30.834
COPEL	46.166	1.064	–	–	47.230	79.278
CPFL	21.595	–	348	–	21.943	18.371
EBE	11.165	–	–	–	11.165	9.614
ELEKTRO	35.461	381	–	–	35.842	41.123
ENERGISA	36.437	2.347	84.239	–	123.023	110.045
ENERSUL	11.122	–	–	–	11.122	11.416
ESCELSA	9.589	–	–	–	9.589	18.843
LIGHT	51.529	1.697	123	–	53.349	52.072
PIRATININGA	7.821	253	–	–	8.074	2.505
RGE	24.144	407	7	–	24.558	27.633
Rolagem da Dívida (b)	–	–	–	–	–	23.601
Comercialização CCEE	359.288	27.771	3.851	–	390.910	499.735
Uso da Rede Elétrica	526.135	16.360	46.576	–	589.071	263.806
PROINFA (a)	287.728	28.007	–	186.500	502.236	355.030
Consumidor Residencial	208.568	215.867	89.469	139.638	653.542	984.551
Consumidor Industrial	288.301	35.366	265.960	120.576	710.203	587.683
Consumidor Rural	13.514	7.233	7.563	6.572	34.882	70.440
Comércio, serviços e outras atividades	138.882	63.627	49.450	58.327	310.286	435.284
Poder público	70.907	96.996	140.020	66.003	373.926	450.505
Outros	1.295.865	12.175	107.851	6.163	1.422.054	1.154.451
(–) PCLD (c)	(61.703)	(85.844)	(738.398)	(188.947)	(1.074.892)	(1.461.849)
	3.717.269	433.983	66.133	444.982	4.662.368	4.402.278
NÃO CIRCULANTE						
CEB	–	–	9.548	–	9.548	14.111
CELPA	–	–	–	–	–	368
CEA	–	–	–	207.403	207.403	–
Comercialização na CCEE	–	–	293.560	–	293.560	293.560
Uso da Rede Elétrica	–	–	4.347	–	4.347	6.276
PROINFA (a)	–	–	–	30.576	30.576	76.441
Rolagem da Dívida (b)	–	–	–	–	–	568.635
Poder público	–	–	–	127.428	127.428	582.501
Consumidor Residencial	–	–	–	61.100	61.100	79.251
Consumidor Industrial	–	–	–	45.072	45.072	48.039
Consumidor Rural	–	–	–	2.510	2.510	5.921
Comércio, serviços e outras atividades	–	–	–	281.184	281.184	88.649
Outros	13.397	–	–	154	13.551	749.090
(–) PCLD (c)	–	–	(307.455)	(306.448)	(613.903)	(433.817)
	13.397	–	–	448.979	462.376	2.079.025
	3.730.666	433.983	66.133	893.961	5.124.744	6.481.303

(a) Comercialização de energia elétrica - PROINFA

As operações de comercialização de energia elétrica no âmbito do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA geraram um saldo líquido positivo de R$ 353.933 no exercício de 2017 (um saldo líquido positivo de R$ 693.094 em 31 de dezembro de 2016), não produzindo efeito no resultado líquido do exercício da Companhia, sendo este valor incluído na rubrica Obrigações de Ressarcimento. No saldo de consumidores revendedores está registrado o valor de R$ 532.812 do PROINFA referente à controladora (R$ 431.471 em 31 de dezembro de 2016).

(b) Rolagem da dívida

Os créditos de rolagem da dívida são referentes a um contrato de cessão de crédito entre a União e as controladas Furnas e Eletrosul, em conformidade com o Programa de Saneamento das Finanças do Setor Público (Lei nº 8.727, de 5 de novembro de 1993). A União assumiu, refinanciou e reescalonou a dívida em 240 parcelas, vencíveis a partir de abril de 1994. Vencido o prazo de 20 anos e remanescendo saldo a pagar, uma vez que a União repassa somente os recursos recebidos dos estados que, por sua vez, está limitado por lei em níveis de comprometimento de receitas, o parcelamento será estendido por mais 120 meses.

Com base no art. 14 da Lei Complementar nº 156, de 2016, houve negociação relativa a tais créditos, que resultou em quitação da dívida pelo Tesouro Nacional, no montante atualizado de R$ 1.388.762, em 1º de agosto de 2017.

(c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD

As Controladas constituem e mantêm provisões, a partir de análise dos valores constantes das contas a receber vencidas e do histórico de perdas, cujo montante é considerado pela administração como suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

O saldo da PCLD é composto como segue:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Consumidores	401.891	569.269
Revendedores	759.483	765.620
CEA (c.1)	233.861	267.217
CCEE - Energia de Curto Prazo (c.2)	293.560	293.560
	1.688.795	1.895.666

(c.1) Em 2015, constituiu-se uma provisão de créditos duvidosos relativa à terceira parcela de uma renegociação de dívidas com a CEA (parcela vencida em janeiro de 2015). O montante vem sendo corrigido mensalmente, e em 31 de dezembro de 2017 corresponde a R$ 233.861 (R$ 267.217 em 31 de dezembro de 2016).
(c.2) A controlada Furnas mantém registrada uma provisão, constituída em 2007, no montante de R$ 293.560 (R$ 293.560 em 31 de dezembro de 2016). Esta provisão representa valores históricos relativos à comercialização de energia no âmbito

continua

continuação

do extinto Mercado Atacadista de Energia - MAE, referentes ao período de setembro de 2000 a setembro de 2002, cuja liquidação financeira está suspensa, em função da concessão de liminares em ações judiciais propostas por concessionárias de distribuição de energia elétrica, contra a ANEEL e o MAE, hoje CCEE.

As movimentações na PCLD de contas de clientes de energia elétrica no consolidado são as seguintes:

	CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2015	1.719.648
(+) Constituição	657.952
(–) Reversão	(337.719)
(–) Baixa	(144.215)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.895.666
(+) Constituição	782.289
(–) Reversão	(261.920)
(–) Baixa	(727.240)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	1.688.795

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do período como Provisões Operacionais (Nota 43). Os valores reconhecidos como PCLD são reconhecidos como perda definitiva quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

NOTA 8 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

	31/12/2017							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante
FURNAS	7,23	23.038	688.392	2.709.137	–	–	–	–
CHESF	14,35	10.177	707.392	121.590	–	–	–	–
ELETROSUL	6,87	160	102.232	831.395	–	–	–	–
ELETRONORTE	5,88	23.914	387.360	1.822.550	–	–	–	–
ELETRONUCLEAR	8,68	13.168	382.597	1.284.025	–	–	–	–
CGTEE	8,29	290.315	731.131	2.054.865	–	–	–	–
CEAL	8,97	1.030	479.434	1.296.214	–	–	–	–
AMAZONAS	10,64	48.983	1.077.457	3.480.341	–	–	–	–
CEPISA (*)	8,21	123.803	630.875	1.261.668	–	–	–	–
ELETROACRE (*)	8,58	266	95.559	233.183	–	–	–	–
		534.854	5.282.429	15.094.968	–	–	–	–
ITAIPU	7,10	21.101	1.888.426	6.790.064	7,10	21.101	1.888.426	6.790.064
CEMIG	5,17	262	16.357	33.171	5,17	262	16.357	33.171
CEEE	5,00	116	4.465	15.642	5,00	116	4.465	15.642
AES ELETROPAULO	10,00	340.493	10.561	–	10,00	340.493	10.561	–
ENERGISA - TO	6,31	359	30.047	31.742	6,31	359	30.047	31.742
CELPA	5,93	252	7.467	628.313	5,93	252	7.467	628.313
CEMAR	0,43	462	27.679	103.860	0,43	462	27.679	103.860
CESP	5,10	57	5.569	4.752	5,10	57	5.569	4.752
COELCE	5,00	149	9.265	20.591	5,00	149	9.265	20.591
COELBA	5,00	185	7.340	29.620	5,00	185	7.340	29.620
ESCELSA	5,00	97	8.316	11.144	5,00	97	8.316	11.144
GLOBAL	–	118.544	44.100	–	0,00	118.544	44.100	–
CELESC DISTRIB.	5,00	180	17.577	14.959	5,00	180	17.577	14.959
OUTRAS		88.205	92.880	110.611		88.207	93.247	111.034
(–) PCLD		(205.676)	(63.244)	–		(205.676)	(63.244)	–
		364.786	2.106.805	7.794.469		364.788	2.107.172	7.794.892
		899.640	7.389.235	22.889.437		364.788	2.107.172	7.794.892

	31/12/2016							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante	Tx. Média	Valor	Circu-lante	Não Circulante
FURNAS	8,40	30.226	716.663	3.127.050	–	–	–	–
CHESF	18,88	–	564.151	134.569	–	–	–	–
ELETROSUL	10,08	126.003	90.930	2.078.736	–	–	–	–
ELETRONORTE	6,86	28.025	571.404	2.159.118	–	–	–	–
ELETRONUCLEAR	10,06	17.705	315.350	1.259.511	–	–	–	–
CGTEE	13,37	7.691	373.149	2.291.668	–	–	–	–
CEAL	14,43	1.312	35.068	1.421.549	–	–	–	–
CERON	13,82	1.106	24.841	939.442	–	–	–	–
CEPISA	13,07	98.494	218.384	1.322.857	–	–	–	–
ELETROACRE	14,04	394	9.463	360.653	–	–	–	–
BOA VISTA	13,78	173	6.556	108.962	–	–	–	–
AMAZONAS	15,79	28.149	495.138	3.236.182	–	–	–	–
		339.279	3.420.097	18.440.298	–	–	–	–
ITAIPU	7,13	–	1.693.328	9.086.250	7,13	–	1.693.328	9.086.250
CEMIG	5,19	359	19.537	48.147	5,19	359	19.537	48.147
COPEL	5,03	255	14.187	36.398	5,03	255	14.187	36.398
CEEE	5,00	140	4.465	19.763	5,00	140	4.465	19.763
AES ELETROPAULO	5,00	339.278	10.561	–	5,00	339.278	10.561	–
ENERGISA - MT	9,62	2.255	94.468	168.000	9,62	2.255	94.468	168.000
ENERGISA - TO	11,31	879	30.047	59.486	11,31	879	30.047	59.486
ENERGISA - MS	5,22	161	11.341	18.510	5,22	161	11.341	18.510
CELPA	5,00	70.777	291.809	266.757	5,00	70.777	291.809	266.757
CEMAR	1,74	843	53.531	163.303	1,74	843	53.531	163.303
CESP	5,09	92	5.569	9.904	5,09	92	5.569	9.904
COELCE	5,00	191	9.860	28.337	5,00	191	9.860	28.337
COSERN	5,00	13	1.874	769	5,00	13	1.874	769
COELBA	5,00	423	22.788	61.749	5,00	423	22.788	61.749
ESCELSA	5,00	147	10.833	18.626	5,00	147	10.833	18.626
GLOBAL	5,00	106.275	44.100	–	5,00	106.275	44.100	–
CELESC DISTRIB.	5,00	327	27.435	30.973	5,00	327	27.435	30.973
OUTRAS		83.337	331.391	140.572		83.340	332.788	141.334
(–) PCLD		(184.080)	(74.258)	–		(184.080)	(74.258)	–
		421.671	2.602.866	10.157.544		421.675	2.604.263	10.158.306
		760.950	6.022.963	28.597.843		421.675	2.604.263	10.158.306

Os financiamentos e empréstimos concedidos são efetuados com recursos próprios da Companhia, além de recursos setoriais e de recursos externos captados através de agências internacionais de desenvolvimento, instituições financeiras e decorrentes do lançamento de títulos no mercado financeiro internacional.

Da totalidade dos empréstimos concedidos pela Eletrobras, em 31 de dezembro de 2017, R$ 4.848.676 (R$ 4.908.816 em 31 de dezembro de 2016) referem-se a repasses do fundo setorial RGR, incluídos na rubrica Financiamentos e Empréstimos.

Todos os financiamentos e empréstimos concedidos estão respaldados por contratos formais firmados com as mutuarias. Os recebimentos destes valores, em sua maioria, estão previstos em parcelas mensais, amortizáveis em um prazo médio de 10 anos, sendo a taxa média de juros, ponderada pelo saldo da carteira, de 8,04% ao ano.

Os financiamentos e empréstimos concedidos na controladora, com cláusula de atualização cambial, representam cerca de 28% do total da carteira (32% em 31 de dezembro de 2016). Já os que preveem atualização com base em índices que representam o nível de preços internos no Brasil atingem a 72% do saldo da carteira (68% em 31 de dezembro de 2016).

Os valores de mercado desses ativos são próximos aos seus valores contábeis, visto serem operações específicas do setor e formadas, em parte, através de recursos de Fundos Setoriais e que não encontram condições semelhantes como parâmetro de avaliação ao valor de mercado.

As parcelas de longo prazo dos financiamentos e empréstimos concedidos, baseados nos fluxos de caixa previstos contratualmente, vencem em parcelas variáveis, conforme demonstrado abaixo:

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Controladora	5.349.016	5.233.868	5.111.967	2.127.991	1.546.042	3.520.552	22.889.437
Consolidado	1.365.931	2.853.010	1.834.559	416.118	770.073	555.201	7.794.891

Mais informações sobre o detalhamento dos saldos acima apresentados estão evidenciadas na nota explicativa 48, partes relacionadas.

8.1 - AES Eletropaulo/CTEEP - Ação Judicial

A Companhia possui recebíveis junto à Eletropaulo Eletricidade de São Paulo S.A. vinculados a um processo judicial em andamento entre a AES Eletropaulo e CTEEP.

Em 18 de setembro de 2015, foi publicado laudo parcial no âmbito do processo que move em face da Companhia Eletropaulo, informando que a Eletropaulo é a responsável pelo pagamento dos valores devidos decorrentes de financiamentos não honrados nos seus respectivos vencimentos junto à Eletrobras e não a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista ("CTEEP").

Com isso, a Companhia passa a ter um crédito de R$ 1.400.000 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 2.656.542 em 31 de dezembro de 2016), sendo R$ 351.054 (R$ 349.839 em 31 de dezembro de 2016) já reconhecidos em seu ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos, correspondente à parte considerada como incontroversa pela Companhia.

Em 04 de outubro de 2017 a Eletrobras e a Eletropaulo celebraram um memorando de entendimento visando estabelecer os critérios para a instauração de procedimento de mediação para negociar as bases de um eventual acordo visando encerrar a disputa judicial. No âmbito deste memorando, a Eletrobras e a Eletropaulo solicitaram a suspensão do processo judicial pelo prazo de 60 dias, com o objetivo de concluírem, durante este período, o processo de mediação.

Em 9 de março de 2018 o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou os termos e condições, bem como a celebração pela Companhia, de um acordo com a Eletropaulo, visando encerrar a disputa judicial, vide nota 50.5.

8.2 - Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - PCLD

A Companhia reconhece provisões para créditos de liquidação duvidosa, no valor de R$ 268.920 (R$ 258.338 em 31 de dezembro de 2016) correspondente ao principal e ao serviço da dívida de devedores em inadimplência.

Tal volume de provisão é julgado suficiente pela administração da Companhia para fazer face a eventuais perdas nestes ativos, com base em análise do comportamento da carteira.

As movimentações na PCLD dos financiamentos e empréstimos concedidos da Companhia são as seguintes:

	CONTROLADORA / CONSOLIDADO
Saldo em 31 de dezembro de 2015	241.047
(+) Complemento	20.521
(–) Reversões	(3.230)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	258.338
(+) Complemento	36.024
(–) Reversões	(25.442)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	268.920

A constituição e a reversão da PCLD foram registradas no resultado do exercício como Provisões Operacionais (Vide Nota 43). Os valores reconhecidos como PCLD são levados às perdas definitivas (baixados) quando não há mais expectativa de recuperação dos recursos.

NOTA 9 - REMUNERAÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Os valores apresentados referem-se a dividendos e juros sobre o capital próprio a receber, líquidos de Imposto de Renda Retido na Fonte, quando aplicável, decorrentes de investimentos de caráter permanente mantidos pela Companhia.

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE				
Furnas	298.680	298.680	–	–
Eletronorte	1.099.896	18	–	–
CGTEE	91.550	83.273	–	–
Eletrosul	81.408	89.755	–	–
Eletropar	7.797	7.085	–	–
Lajeado Energia	55.896	50.009	55.896	50.009
CEMAR	30.963	25.506	30.963	25.506
CTEEP	–	48.634	–	48.634
EMAE	12.753	6.213	12.753	6.213
Goiás Transmissão	–	–	22.030	17.936
STN - Sist. de Transm. Nordeste S.A.	–	–	7.839	8.974
Transenergia Renovável	–	–	6.851	14.762
MGE Transmissão	–	–	7.576	6.547
Manaus Construtora	–	–	9.229	9.178
Manaus Transmissora	–	–	1.993	3.934
Transenergia São Paulo	–	–	848	2.557
Retiro Baixo Energético S.A.	–	–	2.535	2.107
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. - ETAU	–	–	3.163	5.616
Uirapuru	–	–	2.657	2.507
IE Madeira	–	–	20.737	30.630
IE Garanhuns	–	–	–	9.891
Caldas Novas Transmissão S.A.	–	–	3.626	1.038
Enerpeixe	–	–	15.878	26.446
Chapecoense	–	–	25.674	24.625
EAPSA	–	–	4.675	4.743
Outros	17.544	9.393	10.654	16.602
	1.726.958	618.566	245.577	318.455

continua

continuação

NOTA 10 - TRIBUTOS A RECUPERAR E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

10.1 - Tributos a recuperar

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante:				
Imposto de renda - fonte	620.782	603.648	931.847	886.598
PIS/PASEP/COFINS compensáveis	2.517	70.593	78.470	119.057
ICMS a recuperar	–	–	13.263	48.368
Outros	–	–	42.627	31.497
	623.299	674.241	1.066.207	1.085.520
Ativo não circulante:				
ICMS a recuperar (a)	–	–	1.068.450	1.217.268
PIS/COFINS a recuperar (a)	–	–	547.205	469.764
Outros	–	–	19.487	18.382
	–	–	1.635.142	1.705.414

(a) ICMS, PIS/PASEP e COFINS a recuperar

A Companhia mantém registrado no ativo não circulante um montante de R$ 1.615.655 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 1.687.032 em 31 de dezembro de 2016) referente à PIS, COFINS e ICMS a recuperar. Desse montante, R$ 1.062.634 (R$ 1.157.083 em 31 de dezembro de 2016) se refere a impostos e contribuições sobre aquisição de combustível da controlada Amazonas.

De acordo com o § 8º da Lei nº 12.111/2009, os referidos impostos e contribuições que fazem parte do custo de aquisição de combustíveis reembolsados pelo fundo da CCC, deverão ser ressarcidos ao fundo quando realizados, deste modo é mantido um passivo de mesmo valor na rubrica Obrigações de Ressarcimento (vide Nota 11).

(a.1) Inconstitucionalidade do PIS/PASEP e COFINS

O Supremo Tribunal Federal - STF declarou a inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º da Lei nº 9.718/98, que ampliou a base de cálculo do PIS/PASEP e da COFINS e deu, naquela época, novo conceito ao faturamento. Tal conceito passou a abranger a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica, independente do tipo de atividade exercida e a classificação contábil adotada. Tal dispositivo não possuía previsão constitucional que o amparasse, tendo sido objeto de emenda constitucional posterior.

Com base no Código Tributário Nacional - CTN, as empresas do Sistema Eletrobras buscam o reconhecimento de seu direito ao crédito e a restituição do valor pago a maior em decorrência da inconstitucionalidade da ampliação da base de cálculo dessas contribuições. Até a conclusão destas demonstrações financeiras, não havia decisão final sobre a questão.

As empresas do Sistema Eletrobras possuem, portanto, créditos fiscais em potencial de PIS/PASEP e de COFINS, que estão em fase de determinação e, portanto, não reconhecidos nestas demonstrações financeiras, em virtude da ausência da apuração de forma definitiva, até que se promova judicialmente a liquidação da sentença.

10.2 - Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Ativo circulante:				
Antecipações/ Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	1.436.175	769.541	1.874.475	1.086.367
Ativo não circulante:				
Saldo Negativo de IRPJ e CSLL	471.568	1.488.158	471.568	1.488.158
IRPJ/CSLL Diferidos	–	–	1.010.810	839.708
	471.568	1.488.158	1.482.378	2.327.866
Passivo não circulante:				
IRPJ/CSLL Diferidos	394.958	320.560	8.901.931	8.305.606

10.3 - Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito Líquido ativo (passivo)
Eletronorte	2.278.753	(1.400.319)	878.434	2.203.754	(1.364.046)	839.708
Hermenegildo I	40.254	–	40.254	–	–	–
Hermenegildo II	43.118	–	43.118	–	–	–
Hermenegildo III	37.509	–	37.509	–	–	–
Chuí IX	11.495	–	11.495	–	–	–
	2.411.129	(1.400.319)	1.010.810	2.203.754	(1.364.046)	839.708
Eletrosul	362.655	(829.665)	(467.010)	649.997	(963.106)	(313.109)
Eletrobras	–	(394.958)	(394.958)	–	(320.560)	(320.560)
Furnas	611.808	(5.463.470)	(4.851.662)	680.613	(5.284.897)	(4.604.284)
Chesf	180.823	(3.331.821)	(3.150.998)	202.252	(3.254.553)	(3.052.301)
Eletropar	–	(4.408)	(4.408)	–	(15.352)	(15.352)
Amazonas GT	–	(32.895)	(32.895)	–	–	–
	1.155.286	(10.057.217)	(8.901.931)	1.532.862	(9.838.468)	(8.305.606)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Impostos diferidos ativos:				
Provisão para Contingências	–	–	122.061	128.391
Provisão de créditos de liquidação duvidosa	–	–	108.657	119.327
Provisões Operacionais	–	–	294.722	429.504
Ajuste da Lei nº 11.638/2007- RTT (IFRS)	–	–	222.762	239.679
Provisão para não realização de créditos tributários	–	–	228.822	205.239
Créd. Tributário s/ Prejuízo Fiscal e Base Negativa	–	–	2.503.633	2.394.400
Outros	–	–	85.758	220.076
Total Ativo	–	–	3.566.415	3.736.616
Impostos diferidos passivos:				
Instrumentos Financeiros Disponíveis para venda	394.958	320.560	394.958	320.560
Depreciação acelerada	–	–	350.531	113.793
Receita de atual. créditos energia renegociados	–	–	–	259.183
Ajuste da Lei nº 11.638/2007- RTT (IFRS)	–	–	51.964	205.285
Débito tributário	–	–	410.698	–
Remuneração de Rede Básica de Sistemas Existentes	–	–	9.888.318	9.726.549
Outros	–	–	361.067	577.144
Total Passivo	394.958	320.560	11.457.536	11.202.514

10.4 - Imposto de renda e contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Impostos diferidos				
Decorrente de receitas e despesas reconhecidas em outros resultados abrangentes:				
Remensuração do valor justo de instrumentos financeiros disponíveis para venda	(31.382)	(47.097)	(36.404)	(56.393)
Remensuração de planos de benefícios definidos				
Participação no resultado abrangente das subsidiárias, coligadas e sociedades de controle compartilhado	–	–	5.023	9.296
Total do imposto de renda e da contribuição social reconhecidos em outros resultados abrangentes	(31.382)	(47.097)	(31.381)	(47.097)

A controlada Eletronorte preparou suas projeções de lucro tributável que apontam resultado tributável futuro os quais se realizam no prazo de 10 anos. O montante reconhecido reflete a melhor estimativa quanto sua realização no período mencionado e fundamenta-se em diferenças tributáveis e prejuízo fiscal de cada entidade.

NOTA 11 - DIREITOS E OBRIGAÇÕES DE RESSARCIMENTO

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Direitos de ressarcimento		
ATIVO CIRCULANTE		
CCC (a)	2.626.727	1.977.183
Provisão CCC -PECLD (b)	(1.439.090)	(741.624)
Reembolso CDE (c)	39.191	347.876
Remuneração setor elétrico	–	74.527
CCC - Ativo Mantido para Venda (*)	340.966	–
	1.567.794	1.657.962
ATIVO NÃO CIRCULANTE		
CCC (a)	5.416.975	9.871.342
Parcela do Transporte do Gás (a.1)	(2.988.797)	(2.364.318)
CCC - Ativo Mantido para Venda (*)	4.080.854	–
	6.509.032	7.507.024
Obrigações de ressarcimento		
PASSIVO CIRCULANTE		
CCC (a)	–	129.403
PROINFA	1.346.660	992.728
Reembolso CDE (c)	45.882	45.373
Remuneração setor elétrico	–	700.581
	1.392.542	1.868.085
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
CCC (a)	1.062.634	1.516.313
	1.062.634	1.516.313

(*) Valores que serão assumidos pela Companhia referente ao direito de ressarcimento da CCC das distribuidoras mantido para venda (vide nota 2).

a) Conta de consumo de combustível (CCC)

A conta de consumo de combustível refere-se aos valores a receber e a pagar nos respectivos períodos. A Companhia, em 31 de dezembro de 2017, apresenta um valor a receber de (R$ 12.465.522 ((R$ 11.848.525 em 31 de dezembro de 2016) e um passivo de (R$ 1.062.634 ((R$ 1.645.716 em 31 de dezembro de 2016) de obrigações de ressarcimento.

Após a promulgação da Lei nº 12.783, a Eletrobras não tem mais a obrigação de fazer contribuições à Conta CCC. Apesar disso, a Conta CCC não foi extinta. Os saldos disponíveis continuarão sendo distribuídos às empresas de geração e distribuição que incorram em despesas adicionais em razão do uso de usinas termelétricas em caso de condições hidrológicas desfavoráveis. De modo a assegurar a viabilidade da Conta CCC, a Lei nº 12.783 permite que sejam feitas transferências entre a Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e a Conta CCC.

a.1) Contrato de Fornecimento de Gás (CIGÁS Amazonas Distribuidora) - Diferença de Preço da Parcela do Transporte do Gás

O Contrato de Fornecimento de Gás prevê para a parcela de transporte a modalidade "*open book*". Esse tipo de contrato, como nome diz: "livro aberto", caracteriza-se pelo reembolso dos custos diretos e indiretos da contratada e a remuneração pelo investimento se dá através de uma taxa fixa a ser aplicada sobre o total dos custos comprovadamente incorridos.

Nesse contexto, após a consolidação de todos os investimentos, os gastos com a construção do gasoduto Urucu-Coari-Manaus deveriam ser apurados pelo Comitê de Revisão da Parcela de Transporte e repassado para a parcela de transporte. As variáveis que compunham o preço da parcela de transporte não estavam devidamente consolidadas entre as partes do Comitê, dentre as quais estão incluídos a comprovação de todos os investimentos na construção do gasoduto, taxa de retorno do investimento e aluguel do GLP-Duto Urucu. Diante disso praticava-se um valor médio entre os dois valores apresentados por cada empresa que compunham o Comitê para a parcela de transporte.

Diante da controvérsia, a ANEEL por sua vez, em função do repasse dos custos do contrato de gás ao fundo CCC, passou a deliberar sobre essa questão no processo nº 48500.000289/2014-66.

Em 15 de dezembro de 2015, mediante a Resolução Homologatória nº 2.005/2015, a ANEEL homologou o preço da parcela do transporte referente ao gás natural, no valor de (R$ 11,4867/MMBtu* (base dez/2009), a decisão, no entanto recebeu recurso da Petrobras e da ABRACE.

A Agência Nacional de Petróleo - ANP em 14 de junho de 2016, mediante o Despacho nº 643, retificou a tarifa anteriormente calculada, aprovou e homologou a tarifa aplicável no valor de (R$ 12,0371/MMBtu* (base dez/2009) a qual permite a remuneração de todos os investimentos, custos e despesas atribuíveis à prestação do serviço de transporte duto viário de gás.

Assim, a questão de definição de uma tarifa para o transporte de gás ficou regulada em 18 de outubro de 2016, mediante a Resolução Homologatória nº 2.159/2016, a ANEEL, que fixou o limite, para fins de reembolso pela CCC da parcela transporte do contrato de gás natural entre a Amazonas Distribuidora e a Cigás, em R$ 12,0371/MMBtu* (base dez/2009 e sem impostos), o qual deverá ser aplicado, com as devidas correções, desde o início do faturamento do referido contrato.

A Resolução Homologatória nº 2.159/2016, ao retroagir ao início do fornecimento do contrato com a nova tarifa de transporte aprovada, determina à Eletrobras, na função de administradora da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, que faça a contabilização dos valores reembolsados acima do preço definido e informe o resultado à ANEEL, no prazo de 60 dias, findos em dezembro de 2016. O contrato na cláusula 8.1.2.1.9.2 "b" e cláusula 10.8 trata da possibilidade de caso o valor praticado provisoriamente for superior ao definido final, a Cigás deverá devolver para a Amazonas Distribuidora o valor pago a maior devidamente acrescido dos encargos moratórios.

A Companhia, amparada com parecer jurídico emitido pelos seus consultores jurídicos externos, entende que em contrapartida ao direito de ressarcimento junto ao fundo CCC de (R$ 2.988.797 haverá o direito de reembolso junto à Petrobras em igual valor reconhecido na rubrica de fornecedores (Nota 20).

continua

continuação

b) Provisão CCC - PECLD

As distribuidoras são credoras da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC) - especialmente após 2009, segundo o regime da Lei nº 12.111, de 09 de dezembro de 2009, uma vez que são responsáveis pelo atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica no Sistema Isolado.

A partir da Lei nº 12.783/2013, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) ficou responsável por prover recursos para os dispêndios da Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Entretanto, deixaram de ser repassados para as distribuidoras recursos suficientes para a cobertura dos subsídios previstos na Lei nº 12.111/2009. Como consequência, as distribuidoras não tiveram condições de efetuar os pagamentos aos seus fornecedores, em especial aqueles responsáveis pelo fornecimento de combustível para a geração de energia do Sistema Isolado.

Para equacionar as dívidas que a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) possuía com as distribuidoras, foram adotadas providências normativas e estruturais, como a edição do Decreto nº 8.370 (por meio do qual se alterou o art. 36, §§ 1º a 4º do Decreto nº 4.541, de 23.12.2002) e das Portarias Interministeriais do Ministério de Minas e Energia e Ministério da Fazenda nºs 652, de 10 de dezembro de 2014 e 372, de 04 de agosto de 2015, para permitir que fossem repactuados os referidos créditos devidos às distribuidoras, de forma parcelada e compatível com as condições orçamentárias da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE).

Parte desses créditos servem de lastro para o pagamento das dívidas com fornecedores de combustível que foram repactuadas pelas distribuidoras, em 2014 e 2015, observando o fluxo de pagamento das Portarias Interministeriais MME/MF acima mencionadas.

Em 7 de fevereiro de 2017, a ANEEL emitiu a Resolução Homologatória nº 2.202 que aprovou o orçamento para o ano de 2017 da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e, assim fazendo, suspendeu o repasse de valores que foram previstos nas repactuações estabelecidas pelas Portarias Interministeriais MME/MF nºs 652/2014 e 372/2015 (denominados "1º e 2º CCD") entre as distribuidoras Amazonas Distribuidora, Ceron, Eletroacre e Boa Vista (denominadas "distribuidoras") e a Petrobras Distribuidora S.A., tendo como garantias os recebíveis da CCC, e garantia fidejussória de sua controladora, a Eletrobras.

As distribuidoras afetadas ingressaram com pedido de reconsideração, com efeito suspensivo, contra a Resolução Homologatória nº 2.202/2017.

Em 2 de março de 2017, o Ministério de Estado de Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 81, adicionando ao orçamento aprovado para o ano 2017 os valores referentes aos Contratos de Confissão de Dívidas firmados até 31 de dezembro de 2016 entre o fundo CDE e os beneficiários da CCC. Diante da publicação da portaria supracitada a ANEEL editou a Resolução Homologatória nº 2.204 de março de 2017 estabelecendo as diretrizes adotadas na referida portaria.

Considerando a Decisão exarada no Despacho ANEEL nº 2.504/17 de 16 de agosto de 2017, a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE suspendeu os desembolsos aos CCDs celebrados entre o CDE/CCC e a Amazonas Energia.

Com base nas suspensões de pagamentos acima descritos, as Distribuidoras participantes do Sistema Isolado provisionaram a título de Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa - PECLD o valor de R$ 1.439.090 em Dezembro de 2017 (R$ 741.624 em dezembro de 2016).

A provisão foi realizada com base nos valores não incluídos no orçamento dos referidos CCDs, contemplando as parcelas dos recursos do 1º e 2º CCDs vencidas até a data de 31 de dezembro de 2017, bem como os valores a vencer até 31 de julho de 2018, prazo final da prestação de serviços das distribuidoras designadas. Além destes, para a Amazonas Distribuidora foram provisionados também os valores reconhecidos como direitos de ressarcimento no ano de 2017 não homologados pelo CCEE.

No âmbito do processo de fiscalização e reprocessamento mensal dos benefícios da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC, pagos à Amazonas Distribuidora dentre o período de 30 de julho de 2009 e 20 de junho 2016, em 28 de março de 2017, a ANEEL divulgou a Nota Técnica nº 52/2017, na qual demonstrou a metodologia e o resultado atinente à respectiva fiscalização. A apuração da Nota Técnica Nº 52/2017 apontou uma diferença de R$ 3.699.228 a ser devolvida ao Fundo Setorial CCC.

Em 29 de maio de 2017, a ANEEL divulgou a Nota Técnica nº 90/2017, na qual demonstrou a metodologia e o resultado atinente à fiscalização pagos à controlada Eletroacre do período de 30 de julho de 2009 e 20 de junho 2016. A apuração da Nota Técnica nº 90/2017 apontou uma diferença de R$ 275.257 a ser devolvida ao Fundo Setorial CCC.

Em 14 de julho de 2017, a ANEEL divulgou a Nota Técnica nº 110/2017 na qual demonstrou a metodologia e o resultado atinente à fiscalização pagos à controlada Ceron do período de agosto de 2009 a junho de 2016. Tal apuração gerou um valor a devolver em R$ 733.257 de valores a devolver ao Fundo Setorial da CCC.

As controladas Amazonas Distribuidora, Ceron e Eletroacre apresentaram sua manifestação requerendo a revisão das premissas e metodologias adotadas na referidas Notas Técnicas buscando, no reprocessamento, levar em consideração os argumentos da Companhia já levantados em outras notas técnicas, bem como o reconhecimento da legitimidade dos CCDs firmados e requerendo a recomendação da revisão da Resolução Homologatória nº 2.204.

Adicionalmente, com relação a controlada Ceron, foi promulgada sentença pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região, no qual julgou procedente o pedido da condenação da ANEEL determinando o reembolso integral referente aos custos de geração no sistema isolado.

Em 16 de agosto de 2017, a ANEEL publicou a Nota Técnica nº 141/2017, na qual evoluiu favoravelmente em algumas questões que foram contestadas pela Amazonas Distribuidora quando da sua primeira conclusão contida na Nota Técnica nº 52/2017, reduzindo, dessa forma, o montante divergente para um total de R$ 2.998.848, atualizados até de 30 de junho de 2017. Entretanto, na visão da Eletrobras, o atual entendimento da ANEEL, ainda contrariam posições anteriormente praticadas pela mesma Agência, em anos anteriores, bem como de decisões judiciais favoráveis à Amazonas Distribuidora, por contrariar um direito de reembolso garantido por lei.

Em 28 de agosto de 2017 a Companhia ingressou com recurso administrativo com o pedido de efeito suspensivo das recomendações exaradas no despacho nº 2.504, de 16 de agosto de 2017.

Cabe ainda ressaltar que já foi protocolado no Mandado de Segurança nº 0026107-81.2012.4.01.3400 em curso, mais de uma petição comunicando o descumprimento por parte da ANEEL das decisões judiciais prolatadas, a fim de intimar à abstenção da prática de atos que visem limitar os reembolsos efetuados a título de CCC, sob pena de multa diária em valor expressivo e/ou prisão da autoridade coatora por descumprimento de ordem judicial.

Em 27 de outubro de 2017, nos autos do Mandado de Segurança nº 0026107-81.2012.4.01.3400, foi proferido decisão determinando à ANEEL o cumprimento do acórdão proferido em 18 de maio de 2015, no qual foi decidido que não é possível limitar o ressarcimento dos valores de combustíveis, composto a partir de parâmetros que não consideram o custo da infraestrutura necessária à condução e entrega de combustível em localidades distantes, e que o direito de reembolso vindicado está amparado em dispositivo de lei, e qualquer norma administrativa que se oponha ou reduza a sua aplicação, extrapolará de sua finalidade regulatória. Através da Nota Técnica da ANEEL nº 188/2017 emitida na mesma data, foi retificado o montante divergente disposto pela Nota Técnica nº 141/2017 para um total de R$ 2.906.095, atualizado até junho de 2017.

Conforme despacho nº 149 de 22 de janeiro de 2018, a ANEEL suspendeu o item (i) do despacho 2.504/17, o qual determinou a Companhia o ressarcimento ao fundo CCC do valor de R$ 2.906.095, no prazo de até 90 dias a partir da publicação do referido despacho.

c) Reembolso CDE

A Lei nº 12.783/13, o Decreto nº 7.945/13 alterado pelo Decreto nº 8.203/14 e posterior Decreto nº 8.221/14, promoveram algumas alterações sobre a contratação de energia e os objetivos do encargo setorial, Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, e também instituíram (i) o repasse de recursos da CDE às concessionárias de distribuição de custos relacionados a risco hidrológico, exposição involuntária, ESS - Segurança Energética e CVA ESS e Energia para o período de 2013 e janeiro de 2014, e (ii) o repasse através da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE às concessionárias de distribuição de custos relacionados à exposição involuntária e despacho das usinas termelétricas a partir de fevereiro de 2014.

Os efeitos destes itens foram registrados como redução de custo com energia elétrica comprada para revenda (Nota 42) em contrapartida a direitos de ressarcimento - Reembolso CDE/CCEE, de acordo com o CPC 07 (R1) / IAS 20 - Subvenção e Assistência Governamentais.

NOTA 12 - ESTOQUE DE COMBUSTÍVEL NUCLEAR

Abaixo, está apresentada a composição do estoque de longo prazo de combustível nuclear destinado à operação da UTN Angra 1 e UTN Angra 2:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE		
Elementos prontos	465.152	455.737
	465.152	455.737
NÃO CIRCULANTE		
Elementos prontos	318.229	523.501
Concentrado de urânio	194.047	50.965
Em curso - combustível nuclear	318.732	100.803
	831.008	675.269
	1.296.160	1.131.006

Os estoques são demonstrados ao custo ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor, segregado da seguinte forma:

a) Concentrado de urânio e serviços em curso (para a transformação do concentrado de urânio em elementos de combustível nuclear) estão registrados pelos seus custos de aquisição;

b) Elementos de combustível nuclear - estão disponíveis no núcleo do reator e no estoque da Piscina de Combustível Usado - PCU, sendo apropriado ao resultado do exercício em função da sua utilização no processo da geração de energia elétrica.

NOTA 13 - ADIANTAMENTOS PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

A Companhia e suas controladas apresentam, no ativo não circulante, valores correspondentes a adiantamentos para futuro aumento de capital nas seguintes investidas:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Controladas:				
Furnas	54.727	49.772	–	–
CGTEE	781.790	483.858	–	–
Hermenegildo I	11.681	–	–	–
Hermenegildo II	19.082	–	–	–
Hermenegildo III	8.494	–	–	–
CHUÍ IX	2.723	–	–	–
ED Alagoas	180.142	159.155	–	–
ED Roraima	89.975	80.089	–	–
ED Piauí	346.357	295.402	–	–
ED Acre	77.115	69.462	–	–
Amazonas D	129.189	117.446	–	–
SPEs:				
Energia Sustentável do Brasil	–	–	734.400	535.200
Chuí Holding S.A. - Eólicas do Sul	–	–	–	431.913
Livramento Holding S.A. - Eólicas do Sul	–	–	–	220.027
TDG Transmissora Delmiro Gouveia	–	–	101.000	101.000
TSLE - Transmissora Sul Litorânea de Energia	–	–	–	87.394
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	–	–	72.814	67.130
Santa Vitória do Palmar Holding S.A. - Eólicas do Sul	–	–	–	37.946
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	–	–	37.467	16.144
Vamcruz I Participações S.A.	–	–	9.800	43.099
Chapada do Piauí II Holding S.A.	–	–	–	35.213
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	–	–	–	9.442
	1.701.275	1.255.184	955.481	1.584.508
Outros investimentos	–	–	4.357	33.408
	1.701.275	1.255.184	959.838	1.617.916

NOTA 14 - RISCO HIDROLÓGICO

Nos anos de 2014 e 2015 o país enfrentou condições hidrológicas adversas, fato que desencadeou uma série de consequências para o setor elétrico. Especificamente para as geradoras participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE, a baixa geração de energia das usinas hidráulicas em patamares abaixo da Garantia Física do MRE ocasionou a redução do fator de ajuste do MRE ou *Generation Scaling Factor* - GSF.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800151

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Essa redução interferiu diretamente na entrega de energia para cumprimento dos contratos de fornecimento, pois devido à insuficiência de energia, as geradoras ficam expostas ao Preço de Liquidação de Diferenças - PLD no Mercado de Curto Prazo, onde a energia de reposição representa valores muito acima daqueles praticados em seus contratos de longo prazo, para conseguirem honrar com seus contratos, incorrendo efeitos econômico-financeiros negativos, devido ao custo elevado.

A Lei nº 13.203, de 08 de dezembro de 2015, dentre outras questões estabelece as condições para a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica aos agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. De acordo com o disposto no art. 1º da norma, o risco hidrológico pode ser repactuado, desde que haja anuência da ANEEL, e com efeitos retroativos a partir de 1º de janeiro de 2015, mediante contrapartida dos agentes de geração de energia elétrica.

A ANEEL, em função do disposto na Lei, por meio da Resolução Normativa nº 684, de 11 de dezembro de 2015, estabeleceu os critérios e as demais condições para a repactuação do risco hidrológico de geração hidrelétrica por agentes participantes do Mecanismo de Realocação de Energia - MRE. As Companhias Eletronorte, Eletrosul, Furnas e Amazonas GT aderiram à repactuação.

A composição dos valores contabilizados em decorrência da repactuação do risco hidrológico, referente aos contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado - ACR são os seguintes:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
UHE Tucuruí	162.602	195.840
UHE Serra da Mesa	119.530	154.449
UHE Mascarenhas de Moraes	47.296	63.186
UHE Itumbiara	17.873	42.680
UHE Simplício	30.206	42.289
UHE Batalha	17.106	20.175
UHE Balbina	7.490	13.262
UHE Mauá	12.709	13.839
UHE Manso	4.979	10.743
UHE Passo São João	5.024	5.471
UHE São Domingos	4.846	5.277
	429.662	567.212
Total do Ativo Circulante	104.530	109.535
Total do Ativo Não Circulante	325.132	457.677
TOTAL	429.662	567.212

NOTA 15 - INVESTIMENTOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Avaliados por Equivalência Patrimonial				
a) Controladas				
Furnas	19.949.366	19.165.618	–	–
Chesf	13.781.383	12.529.022	–	–
Eletrosul	5.824.553	5.394.615	–	–
Eletronorte	16.268.119	15.351.617	–	–
Eletropar	168.291	157.900	–	–
Chuí IX	26.051	–	–	–
Santa Vitória do Palmar	574.902	–	–	–
Hermenegildo I	98.858	–	–	–
Hermenegildo II	92.576	–	–	–
Hermenegildo III	78.860	–	–	–
	56.862.959	52.598.772	–	–
b) Coligadas				
CTEEP	3.420.726	2.543.906	3.485.985	2.592.701
Lajeado Energia	64.103	218.262	64.103	218.262
CEB Lajeado	49.153	72.989	49.153	72.989
Paulista Lajeado	30.436	26.143	30.436	26.143
Energética Águas da Pedra S.A.	–	–	224.668	216.294
EMAE	319.915	282.091	331.556	292.355
CEMAR	821.010	729.888	821.010	729.888
Outros	1.263.614	1.071.106	1.263.614	1.071.106
	5.968.957	4.944.385	6.270.525	5.219.738
c) Controlada em conjunto				
Mangue Seco II	18.594	17.934	18.594	17.934
Norte Energia (Belo Monte)	1.776.786	1.600.637	5.868.703	5.358.861
Rouar	105.413	97.157	105.413	97.157
Madeira Energia S.A. (MESA)	–	–	2.077.575	2.503.260
ESBR Participações S.A.	–	–	3.297.141	3.331.923
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	–	–	1.314.514	1.090.107
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	–	–	1.046.172	975.886
Manaus Transmissora de Energia S.A.	–	–	691.021	650.961
Enerpeixe S.A.	–	–	292.002	375.174
Teles Pires Participações	–	–	764.559	799.926
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	–	–	389.981	493.555
Belo Monte Transmissora de Energia	–	–	1.478.019	1.069.359
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	–	–	356.302	360.072
Mata de Santa Genebra	–	–	459.169	230.685
Goiás Transmissão S.A.	–	–	181.481	170.313
Companhia Energética Sinop S.A.	–	–	539.498	430.751
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	–	–	216.741	202.898
Intesa - Integração Transmissora de Energia S.A.	–	–	210.592	201.033
Transnorte Energia S.A.	–	–	148.453	148.748
Chapada Piauí II Holding S.A.	–	–	137.715	117.701
MGE Transmissão S.A.	–	–	115.039	111.344
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE)	–	–	257.441	277.474
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	–	–	154.498	153.390
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	–	–	124.386	127.229
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	–	–	123.527	127.338
Chapada Piauí I Holding S.A.	–	–	126.385	104.060
Empresa de Energia São Manoel	–	–	649.731	418.460
Paranaíba Transmissora	–	–	160.191	147.656
Vale do São Bartolomeu	–	–	123.131	72.755
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	–	–	123.182	106.480
Triângulo Mineiro Transmissora	–	–	163.637	128.765
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	–	–	198.174	140.280
Serra do Facão Energia S.A.	–	–	26.212	23.670
Transenergia São Paulo S.A.	–	–	93.433	92.138
Vamcruz I Participações S.A.	–	–	131.635	92.452
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	–	–	96.172	94.614
Outros	165.449	163.013	890.785	1.006.681
	2.066.242	1.878.741	23.151.204	21.851.090
SUBTOTAL	64.898.158	59.421.898	29.421.729	27.070.828
Provisão para perdas em investimentos	(49)	(56)	(2.132.024)	(1.897.217)
TOTAL	64.898.109	59.421.842	27.289.705	25.173.611

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos mantidos a valor justo				
AES Tietê	398.161	437.197	398.161	437.197
Coelce	270.825	251.938	270.825	251.938
Energisa S.A.	218.432	148.661	218.432	148.661
Cesp	133.709	129.096	133.709	129.096
Celpa	38.556	48.895	38.556	48.895
Celesc	112.396	65.920	112.396	65.920
CELPE	18.258	21.688	18.258	21.688
COPEL	32.759	29.207	32.759	29.207
CGEEP	17.551	15.895	17.551	15.895
CEB	8.339	8.305	8.339	8.305
AES Eletropaulo	–	–	34.264	23.660
Energias do Brasil	–	–	25.491	26.229
CPFL Energia	–	–	–	45.431
Outros	12.248	12.133	109.918	105.801
	1.261.234	1.168.935	1.418.659	1.357.923

15.1 - Provisões para perdas em investimentos

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Belo Monte Transmissora de Energia	–	–	381.719	362.939
Empresa de Energia São Manoel	–	–	349.748	71.916
Madeira Energia S.A. (*)	–	–	314.037	93.932
Norte Brasil Transmissora S.A.	–	–	294.580	323.202
Manaus Transmissora de Energia S.A.	–	–	239.742	334.580
ESBR Participações S.A.	–	–	223.656	–
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	–	–	88.878	–
Goiás Transmissão	–	–	54.640	–
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	–	–	43.686	–
Triângulo Mineiro Transmissora	–	–	41.161	–
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	–	–	24.965	–
Companhia Energética Sinop	–	–	17.166	324.250
Teles Pires Participações	–	–	13.333	325.388
Vamcruz I Participações S.A.	–	–	7.028	–
Inambari	49	56	54	101
Outros	–	–	37.631	60.909
	49	56	2.132.024	1.897.217

(*) Vide efeito da investigação independente na nota 4.XI.

15.2 - Ajustes de políticas contábeis em coligadas

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
CTEEP	464.334	1.034.733
CEEE-GT	–	34.695
	464.334	1.069.428

A Companhia efetuou ajustes nos resultados das empresas investidas, a fim de padronizar as políticas contábeis dessas empresas com as adotadas pela Companhia para a elaboração de suas demonstrações financeiras consolidadas e individuais.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia optou por não realizar parte do ajuste contábil da CTEEP em razão de acórdão favorável à mesma do TJ/SP proferido em agosto/2017, onde o pagamento da obrigação construtiva atuarial (razão que constituía o ajuste) foi suspenso no período de setembro a novembro de 2017.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800152

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

15.3 - Mutação dos investimentos

Segue abaixo a movimentação dos investimentos mais relevantes da Companhia:

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2016	Aquisição de SPEs (*)	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ajustes de exercícios anteriores	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA								
Furnas	19.165.618	–	(316.169)	–	–	(298.680)	1.398.597	19.949.366
Chesf	12.529.022	–	243.051	–	–	(30.471)	1.039.781	13.781.383
Eletrosul	5.394.615	–	133.465	–	–	(81.408)	377.882	5.824.553
Eletronorte	15.351.617	–	(23.229)	–	–	(1.099.877)	2.039.608	16.268.119
Eletropar	157.900	–	(14.642)	–	–	(7.797)	32.830	168.291
Chuí IX	–	26.051	–	–	–	–	–	26.051
Santa Vitória do Palmar	–	574.902	–	–	–	–	–	574.902
Hermenegildo I	–	98.858	–	–	–	–	–	98.858
Hermenegildo II	–	92.576	–	–	–	–	–	92.576
Hermenegildo III	–	78.860	–	–	–	–	–	78.860
Mangue Seco II	17.934	–	–	–	–	(959)	1.619	18.594
Norte Energia (Belo Monte)	1.600.637	–	–	173.700	–	–	2.449	1.776.786
Rouar	97.157	–	1.679	–	–	–	6.577	105.413
CTEEP	2.543.906	–	–	–	–	(176.991)	1.053.811	3.420.726
Lajeado Energia	218.262	–	5	–	(24.431)	(179.631)	49.899	64.103
CEB Lajeado	72.989	–	3	(13.372)	(6.025)	(22.745)	18.302	49.153
Paulista Lajeado	26.143	–	–	–	–	(6.168)	10.460	30.436
EMAE	282.091	–	4.320	–	–	(12.986)	46.491	319.915
CEMAR	729.888	–	–	–	–	(73.144)	164.267	821.010
Outros	1.234.118	–	105.269	–	4.648	(45.127)	130.156	1.429.063
TOTAL DE INVESTIMENTOS	59.421.897	871.247	133.751	160.328	(25.808)	(2.035.985)	6.372.729	64.898.158

(*) Transferência de SPEs da Eletrosul para a Eletrobras vide nota explicativa 15.6.

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2016	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho/Perda de Capital	Ajustes de exercícios anteriores	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO									
Mangue Seco II	17.934	–	–	–	–	–	(959)	1.619	18.594
Norte Energia (Belo Monte)	5.358.861	405.068	–	173.700	–	–	–	(68.926)	5.868.703
CTEEP	2.592.701	–	–	–	–	–	(180.287)	1.073.571	3.485.985
Lajeado Energia	218.262	–	5	–	–	(24.431)	(179.631)	49.899	64.103
CEB Lajeado	72.989	–	3	(13.372)	–	(6.025)	(22.745)	18.302	49.153
Paulista Lajeado	26.143	–	–	–	–	–	(6.168)	10.460	30.436
Rouar	97.157	–	1.679	–	–	–	–	6.577	105.413
EMAE	292.355	157	4.320	–	–	–	(13.388)	48.112	331.556
CEMAR	729.888	–	–	–	–	–	(73.144)	164.267	821.010
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.503.260	–	–	–	–	–	–	(425.685)	2.077.575
ESBR Participações S.A.	3.331.923	–	–	–	–	–	–	(34.782)	3.297.141
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	1.090.107	–	–	–	–	–	30.629	193.778	1.314.514
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	975.886	–	–	–	–	–	–	70.286	1.046.172
Manaus Transmissora de Energia S.A.	650.961	–	–	–	–	–	1.389	38.671	691.021
Enerpeixe S.A.	375.174	(100.000)	–	–	–	–	(40.680)	57.508	292.002
Teles Pires Participações	799.926	78.396	–	–	–	–	–	(113.763)	764.559
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	493.555	–	–	–	–	–	(211.674)	108.100	389.981
Belo Monte Transmissora de Energia	1.069.359	382.689	–	–	–	–	(3.955)	29.926	1.478.019
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	360.072	–	–	–	–	–	9.891	(13.661)	356.302
Mata de Santa Genebra	230.685	180.079	–	30.000	–	–	(3.251)	21.656	459.169
Energética Águas da Pedra S.A.	216.294	–	–	–	–	–	(35.215)	43.589	224.668
Goiás Transmissão S.A.	170.313	–	–	–	–	–	(6.054)	17.222	181.481
Empresa de Energia São Manoel	418.460	233.330	–	–	–	–	–	(2.059)	649.731
Companhia Energética Sinop S.A.	430.751	322.028	–	–	–	–	–	(213.281)	539.498
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	202.898	–	–	–	–	–	(21.430)	35.273	216.741
Intesa - Integração Transmissora de Energia S.A.	201.033	–	–	–	–	–	(19.214)	28.773	210.592
Transnorte Energia S.A.	148.748	–	–	–	–	–	–	(295)	148.453
Chapada Piauí II Holding S.A.	117.701	26.919	–	–	–	–	–	(6.905)	137.715
MGE Transmissão S.A.	111.344	–	–	–	–	–	(3.971)	7.666	115.039
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE)	277.474	–	–	–	–	–	–	(20.033)	257.441
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	153.390	–	–	–	–	–	1.541	(433)	154.498
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	127.229	–	–	–	–	–	(13.515)	10.672	124.386
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	127.338	–	–	–	–	–	(7.805)	3.994	123.527
Chapada Piauí I Holding S.A.	104.060	–	–	34.534	–	–	–	(12.209)	126.385
Paranaíba Transmissora	147.656	–	–	–	–	–	(7.093)	19.628	160.191
Vale do São Bartolomeu	72.755	38.999	–	–	–	–	–	11.377	123.131
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	106.480	5.880	–	–	–	–	(1.961)	12.783	123.182
Triângulo Mineiro Transmissora	128.765	10.689	–	–	–	–	–	24.183	163.637
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	140.280	–	–	50.929	–	–	(1.385)	8.350	198.174
Serra do Facão Energia S.A.	23.670	–	–	–	–	–	–	2.542	26.212
Transenergia São Paulo S.A.	92.138	–	–				(5)	1.300	93.433
Vamcruz I Participações S.A.	92.452	–	33.299	–	–	–	(2.130)	8.014	131.635
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	94.614	–	6.581	–	–	–	–	(5.023)	96.172
Outros	2.077.787	(1.078.841)	(172.645)	708.665	380.322	37.983	(138.058)	339.187	2.154.399
TOTAL DE INVESTIMENTOS	27.070.828	505.393	(166.639)	1.024.336	380.322	7.527	(950.267)	1.550.229	29.421.729

continua

continuação

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2015	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho/Perda de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Alienação *	Saldo em 31/12/2016
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONTROLADORA									
Furnas	10.171.122	–	(134.156)	–	–	–	9.128.652	–	19.165.618
Chesf	8.811.169	–	(250.684)	–	–	–	3.968.537	–	12.529.022
Eletrosul	4.385.308	–	(55.287)	–	–	(45.686)	1.110.280	–	5.394.615
Eletronorte	11.912.412	–	3.512	–	–	(70.122)	3.505.815	–	15.351.617
Eletropar	120.338	–	17.950	–	–	(10.451)	30.063	–	157.900
Mangue Seco II	16.889	–	–	–	–	(191)	1.236	–	17.934
CHC *	98.513	–	(8.713)	–	–	–	(1.969)	(87.831)	–
Norte Energia (Belo Monte)	1.039.632	–	–	600.000	–	–	(38.995)	–	1.600.637
Inambari	115	–	–	–	–	–	(59)	–	56
CEEE-GT	448.274	–	(73.004)	–	–	–	301.062	–	676.332
EMAE	296.828	–	(29.977)	–	–	3.438	11.802	–	282.091
CTEEP	924.185	–	–	56.854	(22.413)	(87.541)	1.672.821	–	2.543.906
CEMAR	653.419	–	–	–	–	(57.661)	134.130	–	729.888
Lajeado Energia	219.173	(1)	–	–	–	(59.291)	58.381	–	218.262
CEB Lajeado	80.353	–	(2)	–	–	(21.501)	14.139	–	72.989
Paulista Lajeado	23.507	–	–	–	–	(1.739)	4.375	–	26.143
Rouar	111.775	–	(18.751)	–	–	–	4.133	–	97.157
Energisa MT	385.318	–	(1.146)	–	(17.536)	(4.555)	32.694	–	394.774
Outros	195.241	–	(32.285)	–	–	–	–	–	162.956
TOTAL DE INVESTIMENTOS	39.893.571	(1)	(582.543)	656.854	(39.950)	(355.300)	19.937.096	(87.831)	59.421.897

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2015	Integralização de capital/Baixa	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Ganho/Perda de Capital	Dividendos e Juros sobre capital próprio	Equivalência patrimonial	Alienação *	Saldo em 31/12/2016
MUTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS - CONSOLIDADO									
Mangue Seco II	16.889	–	–	–	–	(191)	1.236	–	17.934
CHC *	98.513	–	(8.713)	–	–	–	(1.969)	(87.831)	–
Norte Energia (Belo Monte)	3.469.789	1.399.201	–	600.000	–	–	(110.129)	–	5.358.861
Inambari	115	–	–	–	–	–	(14)	–	101
CEEE-GT	448.274	–	(73.004)	–	–	–	301.062	–	676.332
EMAE	307.195	–	(31.068)	–	–	3.211	13.017	–	292.355
CTEEP	942.732	1.116	–	56.854	(22.888)	(89.171)	1.704.057	–	2.592.701
CEMAR	653.419	–	–	–	–	(57.661)	134.130	–	729.888
Lajeado Energia	219.173	(1)	–	–	–	(59.291)	58.381	–	218.262
CEB Lajeado	80.353	–	(2)	–	–	(21.501)	14.139	–	72.989
Paulista Lajeado	23.507	–	–	–	–	(1.739)	4.375	–	26.143
Rouar	111.775	–	(18.751)	–	–	–	4.133	–	97.157
Energisa MT	385.318	–	(1.146)	–	(17.536)	(4.555)	32.694	–	394.774
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.896.068	152.100	–	–	(304.200)	–	(240.708)	–	2.503.260
ESBR Participações S.A.	2.807.626	–	–	–	–	–	524.297	–	3.331.923
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	912.098	–	–	–	–	(31.069)	209.078	–	1.090.107
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	887.528	–	–	–	–	–	88.358	–	975.886
Manaus Transmissora de Energia S.A.	621.873	–	–	–	–	(3.885)	32.973	–	650.961
Enerpeixe S.A.	561.282	–	–	–	(140.000)	(96.630)	50.522	–	375.174
Teles Pires Participações	662.564	196.982	–	–	–	–	(59.620)	–	799.926
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	415.501	–	–	–	–	(24.625)	102.679	–	493.555
Belo Monte Transmissora de Energia	391.058	667.869	–	–	–	–	10.432	–	1.069.359
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	318.972	735	–	–	–	(4.111)	44.476	–	360.072
Mata de Santa Genebra	30.336	207.084	–	–	–	–	(6.735)	–	230.685
Energética Águas da Pedra S.A.	208.795	–	–	–	–	(47.313)	54.812	–	216.294
Goiás Transmissão S.A.	190.245	–	–	–	–	–	(19.932)	–	170.313
Empresa de Energia São Manoel	103.314	418.987	–	–	–	–	(103.841)	–	418.460
Companhia Energética Sinop S.A.	179.052	127.489	–	127.488	–	–	(3.278)	–	430.751
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	176.941	–	–	–	–	(50.837)	76.794	–	202.898
Integração Transmissora de Energia S.A.	175.572	–	–	–	–	(6.263)	31.724	–	201.033
Transnorte Energia S.A.	148.373	–	–	–	–	–	375	–	148.748
Chapada Piauí II Holding S.A.	142.187	–	–	–	–	–	(24.486)	–	117.701
MGE Transmissão S.A.	136.755	–	–	–	–	–	(25.411)	–	111.344
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	270.252	–	–	–	–	–	7.222	–	277.474
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	128.418	–	–	–	–	(4.703)	29.675	–	153.390
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	121.774	–	–	–	–	(2.107)	7.562	–	127.229
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	120.873	–	–	–	–	(4.225)	10.690	–	127.338
Chapada Piauí I Holding S.A.	109.497	–	–	14.040	–	–	(19.477)	–	104.060
Paranaíba	100.726	24.441	–	12.250	–	–	10.239	–	147.656
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	97.374	–	–	4.551	–	–	(7.311)	–	94.614
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	97.154	–	–	–	–	–	9.326	–	106.480
Triângulo Mineiro Transmissora	82.555	29.253	–	–	–	–	16.957	–	128.765
Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	134.739	–	–	–	–	–	5.541	–	140.280
Outros	1.280.582	20.689	19.903	24.386	(55.474)	(49.731)	47.240	–	1.287.595
TOTAL DE INVESTIMENTOS	21.267.136	3.245.945	(112.781)	839.569	(540.098)	(556.397)	3.015.285	(87.831)	27.070.828

15.4 - Informações do valor de mercado das investidas

Empresas de capital aberto	Método de Avaliação	Participação	Valor de Mercado (*) 31/12/2017	Valor de Mercado (*) 31/12/2016
CTEEP	Equivalência Patrimonial	36,05%	3.848.829	3.744.704
CEMAR	Equivalência Patrimonial	33,55%	1.377.138	1.363.366
AES Tiete	Valor de mercado	7,94%	398.161	437.197
ENERGISA MT	Equivalência Patrimonial	22,01%	418.862	397.129
COELCE	Valor de mercado	7,06%	270.825	251.938
ENERGISA S.A	Valor de mercado	2,31%	218.432	148.661
CESP	Valor de mercado	2,05%	133.709	129.096
CEEE-GT	Equivalência Patrimonial	32,59%	516.139	259.193
CEEE-D	Equivalência Patrimonial	32,59%	94.872	93.076
EMAE	Equivalência Patrimonial	40,44%	131.189	123.692
CELPA	Valor de mercado	0,99%	38.556	48.895
CELESC	Valor de mercado	10,75%	112.396	65.920
AES Eletropaulo	Valor de mercado	1,25%	34.264	23.660
CPFL Energia	Valor de mercado	0,00%	–	45.431
CELPE	Valor de mercado	1,56%	18.258	21.688
COPEL	Valor de mercado	0,56%	32.759	29.207
Energias do Brasil	Valor de mercado	0,31%	25.491	26.229
CGEEP - DUKE	Valor de mercado	0,47%	17.551	15.895
CEB	Valor de mercado	2,10%	8.339	8.305
CELGPAR	Valor de mercado	0,07%	321	207

(*) Baseado na cotação das ações na data-base.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800154

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

15.5 - Resumo das informações dos principais empreendimentos controlados em conjunto e coligadas

I - Ativo e Passivo

		31/12/2017										
		ATIVO					PASSIVO					
		Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante			
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Participação	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativos	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Total Ativo	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido	Total Passivo
Norte Energia S.A	49,98%	6.662	758.559	39.112.347	1.198.015	41.075.583	1.707.983	1.616.848	25.546.587	651.068	11.553.097	41.075.583
Madeira Energia S.A. (MESA)	39,00%	54.517	502.221	21.610.727	1.983.133	24.150.598	700.368	1.329.966	14.351.964	2.441.185	5.327.115	24.150.598
ESBR Participações	40,00%	34.942	853.131	21.112.677	609.424	22.610.174	366.460	575.246	10.696.889	2.728.727	8.242.852	22.610.174
Teles Pires Participações	49,44%	16.073	163.415	5.130.567	253.434	5.563.489	195.417	200.595	3.213.780	389.116	1.564.581	5.563.489
Belo Monte Transmissora de Energia	49,00%	405	661.310	–	5.964.864	6.626.579	112.149	102.184	2.539.617	856.262	3.016.367	6.626.579
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	49,00%	313	173.300	5.659.537	107.676	5.940.826	220.000	88.492	1.973.559	976.093	2.682.682	5.940.826
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00%	98.638	314.214	–	3.615.305	4.028.157	75.597	133.354	797.490	913.135	2.108.581	4.028.157
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	40,00%	116.427	213.292	2.810.636	153.695	3.294.050	138.788	287.902	1.172.181	720.226	974.953	3.294.050
Empresa de Energia São Manoel	33,33%	190.995	9.296	3.240.312	317.981	3.758.584	22.569	70.849	1.651.347	64.607	1.949.212	3.758.584
Manaus Transmissora de Energia S.A.	49,50%	61.494	173.981	–	2.386.043	2.621.518	74.449	95.821	688.775	374.384	1.388.089	2.621.518
Serra do Facão Energia S.A.	49,47%	2	102.870	1.849.919	145.906	2.098.697	49.633	165.764	327.914	1.502.405	52.981	2.098.697
Companhia Energética Sinop	49,00%	216.130	10.709	–	1.908.867	2.135.706	22.292	101.362	887.364	23.673	1.101.015	2.135.706
Enerpeixe S.A.	40,00%	188.574	262.377	1.520.658	170.111	2.141.720	178.570	487.881	492.997	252.267	730.005	2.141.720
Paranaíba Transmissora	24,50%	14.677	22.608	1.558.028	54.330	1.649.643	53.318	43.298	638.779	260.406	653.842	1.649.643
Mata de Santa Genebra	49,90%	9.877	12.089	1.501.117	66.825	1.589.908	554.688	25.218	–	83.311	926.691	1.589.908
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	47.547	96.294	1.064.527	15.612	1.223.980	33.443	37.042	249.996	176.353	727.146	1.223.980
Santa Vitória do Palmar	49,00%	145.618	34.224	1.776.548	25	1.956.415	56.866	76.985	1.000.913	144.597	677.055	1.956.415
Transmissora Sul Litorânea de Energia (TSLE)	51,00%	6.723	121.200	848.967	42.018	1.018.908	41.838	36.960	528.565	22.968	388.577	1.018.908
Chapada Piauí I Holding S.A.	49,00%	17.896	23.310	839.914	21.543	902.663	39.237	41.743	503.967	7.331	310.385	902.663
Energética Águas da Pedra S.A.	49,00%	32.155	50.486	–	741.313	823.954	35.400	55.976	277.707	13.333	441.538	823.954
Chapada Piauí II Holding S.A.	49,00%	19.376	19.779	761.511	24.153	824.819	24.239	22.141	543.917	93.801	140.721	824.819
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	15.414	210.299	505.402	30.803	761.918	21.377	47.282	101.172	149.760	442.327	761.918
Chuí	49,00%	61.103	11.743	682.376	17.062	772.284	27.097	26.938	300.431	25.340	392.478	772.284
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE)	80,00%	27.050	29.554	570.103	32.757	659.464	212.619	8.226	106.174	10.644	321.801	659.464
Goiás Transmissão S.A.	49,00%	10.099	6.607	650.360	13.456	680.522	17.240	54.636	184.702	53.574	370.370	680.522
Intesa - Integração Transmissora de Energia S.A.	49,00%	32.554	168.610	417.904	11.432	630.500	31.763	22.742	60.294	88.707	426.994	630.500
Triângulo Mineiro Transmissora	49,00%	2.586	4.671	462.875	–	470.132	23.109	3.663	106.680	2.726	333.954	470.132
Vamcruz I	49,00%	52.902	31.929	472.194	–	557.025	16.679	42.355	206.984	22.361	268.646	557.025
Serra das Vacas Holding	49,00%	7.013	8.989	488.798	14.743	519.543	19.216	7.706	250.101	61.897	180.623	519.543
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	49,00%	14.620	6.226	447.099	5.664	473.609	12.363	18.071	95.063	32.811	315.301	473.609
Vale do São Bartolomeu	39,00%	1.052	2.176	459.597	–	462.825	20.068	27.431	104.182	425	310.719	462.825
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00%	6.831	72.110	–	336.922	415.863	13.273	41.239	109.784	37.302	214.265	415.863
Lajeado Energia	40,07%	106.662	104.197	1.571.997	99.808	1.882.664	160.517	243.212	527.096	100.277	851.562	1.882.664
CTEEP	36,05%	6.585	2.637.124	60.241	14.548.223	17.252.173	451.440	337.664	1.491.548	3.771.865	11.199.656	17.252.173
Transnorte Energia S.A.	49,00%	8.168	7.502	–	291.903	307.573	–	1.388	–	3.367	302.818	307.573
MGE Transmissão S.A.	49,00%	5.843	4.037	352.728	8.176	370.784	9.282	19.336	75.028	32.366	234.772	370.784
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	49,00%	14.256	9.619	353.676	11.886	389.437	13.564	13.618	94.943	13.462	253.850	389.437
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71%	122	29.634	–	290.151	319.907	–	8.926	–	62.486	248.495	319.907
Rouar	50,00%	87.655	4.972	286.181	2.499	381.307	9.812	1.102	155.945	3.660	210.787	381.306
Paulista Lajeado	40,07%	24.086	23.951	13	120.664	168.714	36.453	6.072	–	258	125.931	168.714
Mangue Seco II	49,00%	20.321	1.906	89.227	3.124	114.578	3.147	1.988	67.800	3.688	37.955	114.578
CEB Lajeado	2,10%	5.448	30.394	88.402	192.830	317.074	–	43.182	–	–	273.892	317.074
CEMAR	33,55%	1.742.518	1.135.366	3.253.642	421.814	6.553.340	683.850	768.721	2.305.917	347.053	2.447.799	6.553.340
EMAE	40,44%	71.319	148.013	169.982	740.777	1.130.091	6.994	85.975	83.380	223.316	730.426	1.130.091

		31/12/2016										
		ATIVO					PASSIVO					
		Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante			
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Participação	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativo	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Total ativo	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido	Total Passivo
Norte Energia S.A.	49,98%	205.796	577.981	36.345.981	409.376	37.539.134	630.932	989.348	24.984.318	435.958	10.498.578	37.539.134
Madeira Energia S.A. (MESA)	39,00%	57.974	1.461.991	22.440.401	1.116.717	25.077.083	602.359	2.528.667	14.466	15.512.974	6.418.617	25.077.083
ESBR Participações S.A.	40,00%	74.219	560.964	22.175.679	886.818	23.697.680	340.189	906.710	10.904.779	3.216.193	8.329.809	23.697.680
Teles Pires Participações	49,44%	27.907	143.105	5.145.968	441.642	5.758.622	357.288	196.203	3.175.138	412.000	1.617.993	5.758.622
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	49,00%	188.838	536.105	4.948.367	75.684	5.748.994	199.759	188.943	1.660.706	1.394.465	2.305.121	5.748.994
Belo Monte Transmissora	49,00%	216.126	11.936	4.012.330	–	4.240.392	1.730.241	297.513	–	82.518	2.130.120	4.240.392
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00%	52.759	302.936	3.704.987	–	4.060.682	81.504	162.467	1.133.913	691.192	1.991.606	4.060.682
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	40,00%	280.082	297.214	2.895.327	185.466	3.658.089	137.753	253.650	1.292.239	732.750	1.241.697	3.658.089
Manaus Transmissora de Energia S.A.	49,50%	38.909	171.939	42.199	2.607.266	2.860.313	73.426	168.352	741.918	556.510	1.320.107	2.860.313
Empresa de Energia São Manoel	33,33%	38.221	510	2.383.308	259.447	2.681.486	3.928	64.665	1.014.509	342.992	1.255.392	2.681.486
Serra do Facão Energia S.A.	49,47%	31.248	44.680	1.950.905	149.492	2.176.325	46.135	181.816	366.117	1.534.414	47.843	2.176.325
Enerpeixe S.A.	40,00%	81.402	54.031	1.571.686	55.652	1.762.771	2.299	212.062	348.332	262.143	937.935	1.762.771
Companhia Energética SINOP S.A.	49,00%	119.037	5.742	1.377.142	5.449	1.507.370	–	66.050	540.128	21.153	880.039	1.507.370
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	49,00%	23.631	95.674	1.190.415	26.622	1.336.342	33.209	69.845	282.910	215.537	734.841	1.336.342
Chapada Piauí I Holding S.A.	49,00%	27.445	18.502	883.960	392.127	1.322.034	34.224	159.296	462.236	470.946	195.332	1.322.034

continua

continuação

		31/12/2016										
		ATIVO					PASSIVO					
		Circulante		Não Circulante			Circulante		Não Circulante			
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Participação	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativo	Ativo financeiro, intangível e imobilizado	Outros ativos	Total ativo	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Empréstimos e financiamentos	Outros passivos	Patrimônio líquido	Total Passivo
Chapada Piauí II Holding S.A.	49,00%	15.640	20.228	788.559	492.512	1.316.939	22.354	19.646	559.680	549.622	165.637	1.316.939
Paranaíba	24,50%	6.107	20.870	1.228.931	42.042	1.297.950	45.624	8.235	564.667	76.745	602.679	1.297.950
Santa Vitória do Palmar	49,00%	8.830	15.903	1.071.713	31.878	1.128.324	23.903	47.291	719.797	159.335	177.998	1.128.324
TSLE	51,00%	6.208	52.774	2.389	915.427	976.798	37.231	54.633	417.621	192.255	275.058	976.798
Mata de Santa Genebra	49,90%	13.567	11.326	859.203	36.111	920.207	481.894	25.772	–	30.246	382.295	920.207
Energética Águas da Pedra S.A.	49,00%	49.380	52.713	733.188	30.765	866.046	34.944	79.854	311.061	13.046	427.141	866.046
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	49,00%	15.357	207.636	527.763	14.959	765.715	20.327	63.515	122.497	145.298	414.078	765.715
TSBE	80,00%	23.295	28.669	57	644.361	696.382	25.153	8.796	308.860	6.730	346.843	696.382
Goiás Transmissão S.A.	49,00%	10.190	5.900	632.207	9.794	658.091	16.787	42.929	196.031	54.767	347.577	658.091
Integração Transmissora de Energia S.A.	49,00%	35.157	121.899	460.389	11.739	629.184	31.514	19.563	90.735	88.147	399.225	629.184
Chuí	49,00%	29.813	13.843	552.147	15.780	611.583	24.094	28.560	324.800	448.533	(214.404)	611.583
Vamcruz I Participações S.A.	0,00%	59.333	21.630	502.591	–	583.554	18.784	11.065	241.956	123.069	188.680	583.554
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	0,00%	12.695	7.599	511.454	–	531.748	16.069	60.117	224.145	53.972	177.445	531.748
Triângulo Mineiro Transmissora	49,00%	615	904	496.575	4.853	502.947	17.942	9.651	138.349	79.219	257.786	502.947
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	49,00%	15.542	7.127	469.052	4	491.725	12.089	27.037	106.116	33.443	313.040	491.725
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	49,00%	19.222	10.998	363.575	13.073	406.868	13.418	11.325	107.348	11.097	263.680	406.868
CTEEP	36,05%	4.524	1.675.820	67.300	12.168.997	13.916.641	71.679	526.292	432.472	5.514.529	7.371.669	13.916.641
Lajeado Energia	47,07%	184.658	102.337	1.643.236	108.816	2.039.047	11.228	312.652	76.219	370.633	1.268.315	2.039.047

II - Resultado

	31/12/2017					
Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	Receita operacional líquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
Norte Energia S.A	2.598.916	98.227	(754.831)	(17.520)	16.326	(417.645)
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.971.019	114.973	(1.551.186)	48.676	(1.091.502)	(838.814)
ESBR Participações	2.846.855	40.182	(1.260.501)	40.718	(86.957)	(791.802)
Teles Pires Participações	828.490	34.545	(371.793)	79.749	(231.419)	(177.517)
Belo Monte Transmissora de Energia	2.236.720	13.712	(347.477)	(198.322)	67.960	(167)
Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IE Madeira)	623.807	26.088	(201.868)	(83.763)	230.932	(7.122)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	313.543	10.787	(118.060)	(63.522)	111.421	(870)
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	839.787	27.510	(183.248)	(135.394)	270.251	(86.112)
Empresa de Energia São Manoel	–	500	(187)	3.183	(6.179)	–
Manaus Transmissora de Energia S.A.	164.073	7.526	(73.557)	(33.385)	54.957	–
Serra do Facão Energia S.A.	301.185	4.859	(134.189)	1.361	8.697	(100.551)
Companhia Energética Sinop	–	8.420	(382)	223.251	(434.311)	(418)
Enerpeixe S.A.	363.669	59.720	(104.306)	(17.663)	143.770	(53.003)
Paranaíba Transmissora	238.629	5.644	(64.775)	(40.717)	69.469	(38)
Mata de Santa Genebra	548.568	3.806	(78.621)	(21.648)	42.140	(58)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	123.187	5.543	(25.340)	40.298	(27.880)	(2.766)
Santa Vitória do Palmar	215.767	5.156	(72.910)	(7.762)	64.964	(50.965)
Transmissora Sul Litorânea de Energia (TSLE)	116.254	6.602	(64.654)	(2.073)	16.372	(105)
Chapada Piauí I Holding S.A.	97.363	2.531	(67.400)	(3.872)	(24.916)	–
Energética Águas da Pedra S.A.	240.155	8.176	(31.682)	(16.679)	88.386	(22.411)
Chapada Piauí II Holding S.A.	112.278	3.299	(69.195)	(4.676)	(14.092)	–
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	142.180	2.686	(20.627)	(31.602)	71.986	(1.558)
Chuí	110.402	4.847	(36.633)	(4.595)	174.969	(34.713)
Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A. (TSBE)	53.374	3.724	(30.718)	12.329	(25.042)	(11)
Goiás Transmissão S.A.	74.153	1.783	(18.614)	(3.034)	35.149	(70)
Intesa - Integração Transmissora de Energia S.A.	129.146	3.839	(11.406)	(13.267)	59.609	(1.619)
Triângulo Mineiro Transmissora	100.122	1.692	(7.263)	(23.860)	48.569	(24)
Vamcruz I	95.972	611	(28.705)	(3.170)	16.355	(13.076)
Serra das Vacas Holding	80.159	1.724	(46.089)	(2.911)	(10.253)	(2.843)
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	42.641	1.683	(10.440)	(1.998)	6.900	(26)
Vale do São Bartolomeu	194.411	1.297	(4.546)	(38.234)	27.923	(24)
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	70.564	1.624	(12.429)	(7.993)	32.032	–
CTEEP	2.701.193	123.673	(189.889)	(595.645)	1.385.460	(9.627)
Transnorte Energia S.A.	2.992	715	(16)	209	(455)	–
MGE Transmissão S.A.	45.981	1.375	(7.942)	(1.960)	15.643	(25)
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	67.205	2.816	(12.344)	(2.527)	21.782	(10.459)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	25.087	541	(164)	(4.148)	13.548	(1)
Rouar	20.608	23	10.507	4.764	13.591	(16.784)
Paulista Lajeado	38.278	2.461	(4.050)	(2.911)	29.006	–
Mangue Seco II	18.962	2.747	(5.467)	(1.516)	3.305	(5.305)
CEB Lajeado	171.891	4.139	(599)	(19.729)	45.676	(5.906)
CEMAR	3.370.836	250.941	(275.911)	(101.942)	489.617	(168.564)
EMAE	50.682	17.126	(2.342)	(3.141)	7.487	(1.090)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800156

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Empreendimentos controlados em conjunto e coligadas	31/12/2016 Receita operacional líquida	Receita financeira	Despesa financeira	Impostos sobre o lucro	Lucro líquido (prejuízo)	Depreciação e amortização
Norte Energia S.A.	654.543	25.268	(175.959)	18.640	(76.967)	(88.813)
Madeira Energia S.A. (MESA)	2.802.554	146.200	(1.551.719)	(23.636)	(617.200)	(674.767)
ESBR Participações S.A.	2.386.172	73.078	(1.134.269)	(722.295)	1.310.746	(663.663)
Teles Pires Participações	713.680	36.607	(321.778)	87.812	(121.799)	(181.471)
Interligação Elétrica do Madeira S.A.	830.043	28.693	(233.143)	(173.345)	404.887	(5.065)
Belo Monte Transmissora	–	233.318	(136.430)	(70.868)	17.748	(144)
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	461.368	10.771	(131.351)	(143.807)	161.966	(1.157)
Chapecoense Geração S.A. (Chapecoense)	799.516	43.111	(246.887)	(122.060)	242.143	(86.449)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	266.126	–	–	(52.455)	83.876	(853)
Empresa de Energia São Manoel	–	19.705	(20.069)	160.159	(310.897)	–
Serra do Facão Energia S.A.	282.673	4.402	(210.833)	28.620	(43.176)	(100.578)
Enerpeixe S.A.	309.696	6.446	(47.824)	(4.223)	126.307	(50.171)
Companhia Energética SINOP S.A.	–	–	–	2.958	(5.735)	(6.387)
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	230.909	5.310	(29.010)	(60.567)	90.768	(53)
Chapada Piauí I Holding S.A.	112.103	2.089	(98.497)	(4.129)	(39.749)	(30.785)
Chapada Piauí II Holding S.A.	98.876	2.646	(94.495)	(3.695)	(49.971)	(28.621)
Paranaíba	141.956	3.456	(57.397)	(21.544)	41.792	(19.456)
Santa Vitória do Palmar	101.857	4.216	(68.349)	(4.139)	75.503	(51.020)
TSLE	103.330	3.222	(68.980)	(18.041)	10.861	(52)
Mata de Santa Genebra	69.788	13.358	(86.721)	3.365	(6.403)	(35)
Energética Águas da Pedra S.A.	220.698	–	–	(20.038)	107.265	(25.950)
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.	160.739	3.001	(29.561)	43.921	156.718	(47)
TSBE	56.552	4.314	(36.988)	(2.809)	9.028	(11)
Goiás Transmissão S.A.	(35.469)	2.754	(19.761)	164	(40.679)	(254)
Integração Transmissora de Energia S.A.	100.314	4.504	(13.971)	(7.035)	61.070	(25)
Chuí	56.486	6.006	(39.276)	(3.279)	(57.043)	(34.658)
Vamcruz I Participações S.A.	65.723	2.988	(23.057)	(2.788)	6.070	(19.058)
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	62.690	(13)	(38.262)	(1.961)	(14.919)	(20.839)
Triângulo Mineiro Transmissora	31.551	79.398	(10.050)	(26.781)	34.605	–
Transenergia Renovável S.A. (Transenergia)	65.994	2.086	(11.966)	(2.931)	60.560	(31)
Retiro Baixo Energética S.A. (Retiro Baixo)	63.181	1.922	(14.802)	(2.680)	17.200	(10.460)
CTEEP	7.789.240	76.684	(186.613)	(2.333.912)	4.949.334	(9.061)
Lajeado Energia	589.060	23.940	(140.539)	(63.690)	177.292	(72.837)

15.5.1 - Empresas de Distribuição:

(a) Celg Distribuição - CELG-D - Em 26 de setembro de 2014, a Companhia adquiriu 51% das ações ordinárias representativas do capital social da CELG D, tornando-se controladora da CELG D. A CELG D, é uma sociedade anônima de capital fechado, é concessionária de serviço público de energia elétrica no seguimento de distribuição e foi constituída em 23 de março de 2007.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia classificou a referida controlada como ativo mantido para venda, uma vez que a Companhia estava comprometida com a alienação do controle acionário da referida controlada, que se concretizou no leilão de Desestatização ocorrido em 30 de novembro de 2016.

Em 14 de fevereiro de 2017, foi assinado, o contrato de compra e venda de Ações da CELG D entre Eletrobras, Companhia Celg de Participações - CELGPAR e ENEL BRASIL S/A, alienando a totalidade das ações da CELG D pertencentes a Eletrobras para a ENEL BRASIL S/A.

A Eletrobras recebeu, nesta data, o valor de R$ 1.065.266 referente à alienação da CELG D e reconheceu um ganho no resultado do período findo em 31 de março de 2017 relativo a venda da controlada no montante de R$ 1.524.687.

Para as demais empresas de distribuição, ver Nota 35.

15.5.2 - Empresas de Geração e Transmissão:

(a) Eletrosul Centrais Elétricas S.A. - tem como objetivo principal a transmissão e a geração de energia elétrica diretamente ou através da participação em Sociedades de Propósito Específicos. A Companhia realiza estudos, projetos, construção, operação e manutenção das instalações dos sistemas de transmissão e de geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. O seu sistema de geração é formado por 5 usinas hidrelétricas, 2 PCH´s, 35 parques eólicos e uma unidade solar fotovoltaica perfazendo uma potência instalada de 6.708 MW*, e na atividade de transmissão o sistema é composto por 2.487,1 km* de linhas de alta tensão.

(b) Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF) - concessionária de serviço público de energia elétrica que tem por finalidade gerar, transmitir e comercializar energia elétrica. O seu sistema de geração é hidrotérmico, com predominância de usinas hidrelétricas, responsáveis por percentual superior a 97% da produção total. As operações da CHESF na atividade de geração de energia contam com 13 usinas hidrelétricas e 1 usina termelétrica, perfazendo uma potência instalada de 10.613 MW*, e na atividade de transmissão o sistema é composto por 119 subestações e 20.313,3 Km* de linhas de alta tensão.

(c) Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. (Eletronorte) - concessionária de serviço público de energia elétrica, controlada pela Companhia, com atuação predominante nos Estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins. As operações da Companhia com a geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW* e 8 usinas termelétricas, com capacidade de 521,82 MW*, perfazendo uma capacidade instalada de 9.381,87 MW*. A transmissão de energia é efetuada por um sistema composto de 11.617,12 Km* de linhas de transmissão, 56 subestações no Sistema Interligado Nacional - SIN, 190,20 Km* de linhas de transmissão, 11 subestações no sistema isolado, perfazendo um total de 11.807,32 Km* de linhas de transmissão e 57 subestações.

(d) Furnas Centrais Elétricas S.A. (FURNAS) - controlada pela Companhia, atua na geração, transmissão e comercialização predominantemente na região abrangida pelo Distrito Federal e os Estados de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Paraná, Espírito Santo, Goiás, Mato Grosso, Pará, Tocantins, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Rio Grande do Norte, Ceará e Bahia, além de participar de Sociedades de Propósito Específico. O sistema de produção de energia elétrica operado por Furnas é composto por 10 usinas hidrelétricas de propriedade exclusiva, 2 em parceria com a iniciativa privada e 8 em regime de sociedade de propósito específica (SPE), com uma potência instalada de 16.586,26 MW*, e 2 usinas termelétricas com 530 MW* de potência instalada total.

15.5.3 - Demais Empresas

a) Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) - concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a projetar, construir e explorar os sistemas de sub-transmissão, transformação, distribuição e comercialização de energia elétrica.

A Companhia detém a concessão para a distribuição de energia elétrica em 217 municípios do Estado do Maranhão, regulada pelo Contrato de Concessão nº 60, de 28 de agosto de 2000, celebrado com a ANEEL, o qual permanece com o seu termo de vigência até agosto de 2030, podendo ser prorrogado por mais um período de 30 anos.

b) Eletrobras Participações S.A. (Eletropar) - controlada pela Companhia, e tem por objeto social a participação no capital social de outras sociedades.

Em 15 de dezembro de 2015, a Assembleia Geral de Credores da Eletronet S.A., a qual a Eletropar é agente de Furnas, Chesf e Eletronorte, deliberou pela quitação das obrigações da Eletronet, tendo sido requerida a declaração judicial de extinção de obrigações e o encerramento da falência, com a retomada do exercício ordinário de suas atividades e a produção dos demais efeitos pertinentes.

Em 27 de novembro de 2015, foi celebrado o memorando de entendimento (MOU), assinado entre a Eletrobras, Eletropar e LT Bandeirantes (acionista majoritária da Eletronet), em que estabeleceu o direito de receber da Eletronet, e o dever de repassar integralmente às Cedentes Chesf, Eletronorte, Eletrosul e Furnas, o montante de R$ 15 milhões.

A Controlada Furnas emitiu cobranças contra a Controlada Eletropar, referente ao período de janeiro de 2016 até setembro de 2017. Entretanto, a Controlada Eletropar entende que há uma divergência entre a cobrança e os valores acordados no MOU.

c) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica (CEEE-GT) - sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto explorar sistemas de produção e transmissão de energia elétrica.

d) Companhia Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP) - sociedade de capital aberto, autorizada a operar como concessionária de serviço público de energia elétrica, tendo como atividades principais o planejamento, a construção e a operação de sistemas de transmissão de energia elétrica.

e) Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA) - sociedade de capital aberto, sob o controle acionário da Equatorial Energia S.A. (Equatorial), que atua na distribuição e geração de energia elétrica no Estado do Pará, atendendo consumidores em 143 municípios, conforme Contrato de Concessão 182/1998, assinado em 28 de julho de 1998, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028. Além do contrato de distribuição, a CELPA possui Contrato de Concessão de Geração 181/98 de 34 Usinas Termelétricas, sendo 11 próprias e 23 terceirizadas, para a exploração de geração de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, com vencimento em 28 de julho de 2028, renovável por igual período. A investida apresentava em 31 de dezembro de 2017 um capital circulante líquido de R$ 1.118.596 (capital circulante líquido de R$ 950.562 em 31 de dezembro de 2016), o resultado determinou um patrimônio líquido de R$ 2.582.714 (R$ 2.118.012 em 31 de dezembro de 2016) e lucros de R$ 613.531 (lucros de R$ 351.556 em 31 de dezembro de 2016).

Todos os créditos existentes contra a investida até a data do ajuizamento do seu pedido de recuperação judicial, ainda que não vencidos, ressalvadas as exceções legais, deverão ser pagos nos termos do plano de recuperação judicial, aprovado em 01 de setembro de 2012 em assembleia geral de credores.

f) Empresa Metropolitana de Águas e Energia S.A. (EMAE) - a concessionária de um complexo hidroenergético localizado no Alto Tietê, centrado na Usina Hidroelétrica Henry Borden. A EMAE dispõe, ainda, da UHE Rasgão e a UHE Porto Góes, ambas no Rio Tietê. No Vale do Paraíba, município de Pindamonhangaba, está instalada a UHE Isabel, atualmente fora de operação. A investida apresentava em 31 de dezembro de 2017 um capital circulante líquido de R$ 177.472 (capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2016 de R$ 127.875).

continua

continuação

g) Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (Energisa MT) - sociedade por ações de capital aberto, sob o controle acionário da Energisa S.A., atuando na área de distribuição de energia elétrica, além da geração própria através de usinas térmicas para o atendimento a sistemas isolados em sua área de concessão que abrange o Estado de Mato Grosso, atendendo consumidores em 141 municípios. Conforme Contrato de Concessão de 03/1997, assinado em 11 de dezembro de 1997, o prazo de concessão é de 30 anos, com vencimento em 11 de dezembro de 2027, renovável por igual período. Além do contrato de distribuição, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração 04/1997, de 3 Usinas Termelétricas com suas respectivas subestações associadas, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

h) Norte Energia S.A. - sociedade de propósito específico, de capital fechado, com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (UHE Belo Monte), no rio Xingu, localizada no Estado do Pará e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora. A Companhia detém 49,98% do capital social da Norte Energia dos quais quais 34,98% estão divididos entre as subsidiárias Chesf (15%) e Eletronorte (19,98%). Essa investida vem despendendo quantias significativas em custos de organização, desenvolvimento e pré-operação, os quais, de acordo com as estimativas e projeções, deverão ser absorvidos pelas receitas de operações futuras. A investida necessitará de recursos financeiros dos seus acionistas e de terceiros em montante significativo, para a conclusão de sua Usina Hidrelétrica. Em 31 de dezembro de 2017, a investida apresentava um capital circulante líquido negativo de R$ 2.559.610 (R$ 836.503 negativo em 31 de dezembro de 2016).

i) Madeira Energia S.A. - sociedade anônima de capital fechado, constituída em 27 de agosto de 2007, e tem por objetivo a construção e exploração da Usina Hidrelétrica Santo Antônio localizada em trecho do Rio Madeira, município de Porto Velho, Estado de Rondônia, e do seu Sistema de Transmissão Associado. A Companhia detém 39% do capital social da Madeira Energia. A investida está incorrendo em gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento de projeto para construção da Usina Hidrelétrica Santo Antônio, os quais, de acordo com as projeções financeiras preparadas pela sua administração, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações.

Em 31 de dezembro de 2017, a investida Madeira Energia S.A. (MESA), da qual Furnas tem participação de 39% apresentava excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante negativo de R$ 2.143.477 (R$ 1.611.061 negativo em 31 de dezembro de 2016). Para equalização da situação do capital circulante negativo, a investida conta com os aportes de recursos de seus acionistas.

Parte da situação financeira da MESA é afetada pelo reconhecimento de provisão para perdas sobre parte do valor esperado de recebimento de dispêndios reembolsáveis junto ao Consórcio Construtor Santo Antônio (CCSA).

I. Direito de Ressarcimento CCSA

Tal recebível teve sua origem por ocasião da assinatura do 2º termo aditivo ao Contrato de Concessão com a ANEEL, embasado pela apresentação de um cronograma de entrada em operação comercial pelo CCSA, antecipando, pela segunda vez, o início de entrada em operação das unidades geradoras do empreendimento, sendo firmado então, no Contrato para Implantação da UHE Santo Antônio e em "Termos e Condições", o referido compromisso. No entanto, este cronograma não foi plenamente atendido, fazendo com que o resultado líquido desta apuração gerasse para a MESA um direito de ressarcimento junto ao CCSA.

Para a aferição do cálculo desse dispêndio reembolsável, o CCSA requereu a aplicação da cláusula 31.1.2.1.1 do contrato EPC, que apresenta o limitador contratual de R$ 122,00/MWh* para o repasse do custo pela compra de volume de energia. Diante desta consideração, a Administração da MESA efetuou, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, análises adicionais, incluindo aspectos legais, e mudou sua estimativa quanto ao valor de realização do ativo (o acima citado direito de ressarcimento junto ao CCSA). Assim, sob o valor total do dispêndio reembolsável de R$ 1.566.298, foi reconhecida uma provisão para perda cujo valor em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 678.551, o que reflete o valor líquido esperado de recebimento de R$ 887.747 em dezembro de 2017 (R$ 891.105 em 31 de dezembro de 2016).

Para dirimir dúvidas quanto à utilização do limitador contratual considerado no cálculo de parte do resultado líquido da antecipação do cronograma de entrada em operação comercial da usina, prevista no 2º Termo Aditivo ao Contrato de Concessão firmado com a Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), que originou o referido *impairment*, a Controlada requereu, perante a International Chamber of Commerce ("ICC"), a instauração de processo arbitral face ao CCSA, sendo que o mesmo é revestido de confidencialidade, nos termos do Regulamento de Arbitragem da ICC. O Tribunal Arbitral foi instaurado em janeiro de 2017.

Adicionalmente, SAAG Investimentos S.A. ("SAAG") e CEMIG Geração e Transmissão S.A. ("CEMIG") requereram perante a Câmara de Arbitragem do Mercado ("CAM"), instauração de procedimento arbitral em face da Madeira Energia S.A. - CAM 63/15, em razão da constituição do *impairment*, o qual foi julgado em 07 de junho de 2017, deferindo os pedidos dos requerentes e determinando a reversão do *impairment* citado acima. A sentença arbitral foi tempestivamente cumprida pela MESA e sua subsidiária integral, com a respectiva reversão do *impairment* no balancete contábil encerrado em julho de 2017.

Entretanto, a Companhia reconhece uma provisão para perda no valor de R$ 678.551 em 31 de dezembro de 2017 conforme supracitado.

II. Devolução de capital

Por meio de outro procedimento de arbitragem sigiloso iniciado em 2014 em face da MESA e junto à Câmara de Arbitragem do Mercado (CAM nº 048/2014), os sócios SAAG Investimentos S.A. (SAAG) e Cemig Geração e Transmissão S.A. questionaram, substancialmente, parte do aumento de capital aprovado na MESA destinado ao pagamento de pleitos do Consórcio Construtor Santo Antônio ("CCSA"), no valor de aproximadamente R$ 780 milhões com fundamento na falta de apuração dos valores supostamente devidos pelo CCSA e de aprovação prévia pelo Conselho de Administração, como exigem o Estatuto e o Acordo de Acionistas da MESA, bem como na existência de créditos desta contra o CCSA, passíveis de compensação, em montante superior aos pleitos.

Em atendimento à Sentença Arbitral proferida pela Câmara de Arbitragem do Mercado - CAM 48/14, procedeu-se a anulação parcial do aumento de capital ocorrido na Assembleia Geral Extraordinária de 21.10.2014, que gerou o cancelamento de 605.280.000 (seiscentos e cinco milhões e duzentas e oitenta mil) ações, subscritas e integralizadas, sendo pertencente a Furnas o montante de 304.200.000 (trezentos e quatro milhões e duzentos mil) ações.

Em 31 de dezembro de 2017 os efeitos da anulação parcial do aumento de capital retroagem ao exercício de 2014 estão atualizados monetariamente pela aplicação do Índice Geral de Preços do Mercado (IGP-M), cujo montante é de R$ 358.084. A devolução dos recursos aos acionistas depende de Assembleia Geral, a qual definirá a data e os critérios de atualização monetária, sendo que a estimativa da Administração é de que sejam corrigidos pelo IGPM e, caso a Companhia não efetue a devolução na data estabelecida pelos acionistas em Assembleia Geral a ser realizada sobre o tema, serão acrescidos juros de 1% ao mês.

j) ESBR Participações S.A. (ESBRP) - sociedade anônima de capital fechado, tem por objeto social exclusivo a participação no capital social da Sociedade de Propósito Específico (SPE) denominada Energia Sustentável do Brasil S.A. ("ESBR"), detentora da concessão de uso do bem público para exploração da Usina Hidrelétrica Jirau, concluído em dezembro de 2015 no Rio Madeira, no Estado de Rondônia. A Companhia detém 40% do capital ESBRP. Em 31 de dezembro de 2017, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R$ 53.633 (R$ 611.716 negativo em 31 de dezembro de 2016), prejuízos acumulados de R$ 888.859 (R$ 801.902 em 31 de dezembro de 2016) e patrimônio líquido de R$ 8.242.852 (R$ 8.329.809 em 31 de dezembro de 2016).

k) Interligação Elétrica do Madeira S.A. (IEMadeira) - constituída em 18 de dezembro de 2008 com o objetivo de explorar a concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica, em particular as linhas de transmissão e subestações arrematadas nos Lotes D e F do Leilão nº 007/2008 da ANEEL. A linha de transmissão Porto Velho - Araraquara entrou em operação comercial em 01 de agosto de 2013. As estações Inversora e Retificadora entraram em operação comercial em 12 de maio de 2014. A companhia detém 49% do capital do IE Madeira. Em 30 de junho de 2017, foi aprovada em reunião do Conselho de Administração da Eletrobras, a transferência das participações acionárias da IEMadeira detidas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf) e Furnas Centrais Elétricas S.A. para Eletrobras Holding. A efetiva transferência das participações acionárias depende de autorização regulatória e ou de agentes financiadores.

l) Manaus Transmissora de Energia S.A. - sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de abril de 2008 com o propósito específico de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

A SPE detém a concessão, para construção, operação e manutenção de instalações de transmissão de Linha de Transmissão 500 kV* Oriximiná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 kV* e SE Cariri 500/230kV*.

O contrato de concessão foi assinado em 16 de outubro de 2008, pelo prazo de trinta anos, as atividades operacionais iniciaram em 2013.

A Companhia detém 49,50% do capital da Manaus Transmissora de Energia S.A.

m) Teles Pires Participações S.A. - tem por objeto o investimento na Companhia Hidrelétrica Teles para a implantação da Usina Hidrelétrica Teles Pires. A Companhia detém 49,44% do capital da Teles Pires Participações S.A.. Em 31 de dezembro de 2017, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R$ 216.524 (R$ 382.479 em 31 de dezembro de 2016) e patrimônio líquido de R$ 1.564.581 (R$ 1.167.993 em 31 de dezembro de 2016).

n) Mata de Santa Genebra Transmissora S.A. - sociedade de propósito específico, de capital fechado, com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração do Sistema de Transmissão Mata de Santa Genebra, constituído por três linhas de transmissão que atravessam municípios dos Estados de São Paulo e Paraná. A Companhia detém 49,9% da Mata de Santa Genebra Transmissora S.A. Em 31 de dezembro de 2017, a investida apresentava capital circulante líquido negativo de R$ R$557.940 (R$ 482.773 negativo em 31 de dezembro de 2016) e patrimônio líquido de R$ 926.691 (R$ 382.295 em 31 de dezembro de 2016).

o) Belo Monte Transmissora de Energia S.A. - sociedade de propósito específico com propósito de conduzir todas as atividades necessárias à implantação, operação, manutenção e exploração a Linha de Transmissão CC Xingu/Estreito e instalações associadas que atravessam municípios dos Estados de Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. A Companhia detém 49% da Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. Em 31 de dezembro de 2017, a investida apresentava capital circulante líquido de R$ 447.382 (R$ 1.799.692 - negativo em 31 de dezembro de 2016) e patrimônio líquido de R$ 3.016.367 (R$ 2.130.120 em 31 de dezembro de 2016).

p) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica (CEEE-D) - sociedade anônima de capital aberto sendo seu acionista controlador o Estado do Rio Grande do Sul através da Companhia Estadual de Energia Elétrica Participações (CEEE-Par), empresa detentora de 65,92% do seu capital total. A Concessionária tem por objeto a distribuição de energia elétrica em 72 municípios do Rio Grande do Sul, atendendo aproximadamente 4 milhões de unidades consumidoras. A investida apresentave em 31 de dezembro de 2017 capital circulante líquido negativo R$ 1.007.314 (R$ 1.040.749 negativo em 31 de dezembro de 2016), o resultado determinou um passivo a descoberto de R$ 1.100.956 (R$ 1.236.010 em 31 de dezembro de 2016) e prejuízos acumulados de R$ 2.502.546 (R$ 2.416.289 em 31 de dezembro de 2016).

(*) informações não revisadas pelos auditores independentes.

15.5.4 - Sociedades sob Gestão

Companhia Energética de Roraima (CERR) - a Companhia assinou, em 26 de novembro de 2012, um protocolo de intenções, visando à participação no processo de saneamento financeiro da empresa Companhia Energética de Roraima. Este processo prevê que a Companhia poderá assumir o controle da CERR, por meio da aquisição do controle acionário da companhia.

A Companhia e o Governo do Estado de Roraima celebraram, inicialmente, um Acordo de Acionistas e um Acordo de Gestão, respeitadas as autorizações necessárias, visando à recuperação econômico-financeira da empresa CERR que, após implementação de todos os seus termos, oferece uma opção de compra pela Companhia, do controle acionário daquela empresa. Para isto, a Companhia assume a gestão executiva da CERR, por meio da sua representação majoritária no Conselho de Administração e indicação dos membros da Diretoria Executiva da CERR, os quais serão posteriormente substituídos por profissionais contratados no mercado.

Neste processo o Governo do Estado de Roraima obteve financiamento, com a finalidade de quitação das dívidas da CERR junto ao Sistema Eletrobras e outros fornecedores, além de preparar um Plano de Contingências que será encaminhado à aprovação da ANEEL.

Conforme Despacho do Ministério de Minas e Energia - MME, de 03 de agosto de 2016, a Companhia Energética de Roraima ("CERR"), empresa sob controle do Estado de Roraima, teve indeferido seu pedido de renovação da concessão dos serviços de distribuição de energia elétrica, a ela outorgada por meio da Portaria MME 920, de 5 de novembro de 2016.

Desta forma, conforme dispõe o artigo 9º, parágrafo primeiro, da Lei nº 12.783/2013, o Ministério de Minas e Energia designou a subsidiária da Eletrobras Boa Vista Energia S.A. ("Boa Vista"), como responsável pela prestação do serviço de público de distribuição de energia elétrica da área referente a então concessão da CERR, no interior do Estado de Roraima, até que haja assunção de nova concessionária em relicitação a ser realizada ou até 31 de dezembro de 2017, o que ocorrer primeiro.

Devido a não renovação da concessão da Companhia Energética de Roraima - CERR, o acordo de acionistas celebrado entre a Eletrobras e o Estado de Roraima, em 12 de setembro de 2013, para gestão compartilhada da CERR, perdeu sua vigência, em conformidade com o disposto no referido instrumento.

As obrigações contraídas pela Boa Vista na prestação temporária do serviço serão assumidas pelo novo concessionário, nos termos do edital de licitação a ser lançado pelo Poder Concedente, não cabendo à Eletrobras ou à Boa Vista, durante o período de prestação de serviços temporária, fazer qualquer aporte de recursos na CERR, mesmo que para manutenção ou operação dos serviços de distribuição.

15.5.5 - Sociedades de Propósito Específico

Ao longo dos últimos anos, as Empresas do Sistema Eletrobras firmaram investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados na rubrica de Investimentos.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800158

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Os demais investimentos com participação relevante da companhia suas controladas, controladas em conjunto e coligadas são as seguintes:

Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

Nome	Objeto	Empresa	% Part.	Demais Acionistas	% Participa.	Valor do Investimento
Sistema de Transmissão Nordeste - STN	Trasmissão	Chesf	49,00%	Alusa	51,00%	216.741
Manaus Construtora Ltda.	Construção - Transmissão	Chesf Eletronorte	19,50% 30,00%	Abengoa	50,50%	33.272
Energia Sustentável do Brasil - ESBR	Geração - UHE Jirau	Chesf Eletrosul	20,00% 20,00%	GDF Suez Energy Latin America Ltda. Mizha Participações S.A.	40,00% 20,00%	3.297.140
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	Trasmissão	Chesf	49,00%	ATP Engenharia Ltda	51,00%	27.309
Norte Energia S.A.	Geração - UHE Belo Monte	Chesf Eletronorte Eletrobras	15,00% 19,98% 15,00%	Petros Outros	10,00% 40,02%	4.091.913
Enerpeixe S.A.	Geração - UHE Peixei Angical	Furnas	40,00%	EDP	60,00%	292.002
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletronorte	49,00%	Abengoa	51,00%	1.046.172
Fronteira Oeste Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletrosul	51,00%	CEEE-GT	49,00%	10.573
Amapari Energia S.A.	Geração - UTE Serra do Navio	Eletronorte	49,00%	MPX Energia S.A.	51,00%	–
Chapecoense	Geração - UHE Foz do Chapecó	Furnas	40,00%	CPFL CEEE-GT	51,00% 9,00%	389.981
Serra do Facão Energia	Geração - UHE Serra do Facão	Furnas	49,47%	Alcoa Alumínio DME Energética Camargo Corrêa	34,97% 10,08% 5,48%	26.212
Retiro Baixo	Geração - Retiro Baixo	Furnas	49,00%	Orteng Arcadis Logos	25,50% 25,50%	124.386
Baguari Energia	Geração - UHE Baguari	Furnas	30,61%	Cemig	69,39%	65.289
Transenergia Renovável S.A.	Trasmissão	Furnas	49,00%	GEBRAS Participações Ltda.	51,00%	154.498
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	Trasmissão	Chesf	49,00%	CTEEP	51,00%	356.302
Livramento	Geração - Cerro Chato IV, V, VI, Ibirapuitã	Eletrosul	59,00%	Rio Bravo	41,00%	–
TSBE - Transmissora Sul Brasileira de Energia S/A	Trasmissão	Eletrosul	80,00%	Copel	20,00%	257.441
TSLE - Transmissora Sul Litorânia de Energia S.A.	Trasmissão	Eletrosul	51,00%	CEEE-GT	49,00%	198.174
Marumbi Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletrosul	20,00%	Copel	80,00%	21.335
Costa Oeste Transmissora de Energia	Trasmissão	Eletrosul	49,00%	Copel	51,00%	32.327
Teles Pires Participações S.A.	Geração - UHE Teles Pires	Eletrosul Furnas	24,72% 24,72%	Neoenergia	50,56%	764.559
Construtora Integração	Trasmissão	Eletronorte	49,00%	Abengoa	51,00%	23.860
Transnorte Energia S.A.	Trasmissão	Eletronorte	49,00%	Alupar	51,00%	148.453
Goiás Transmissão S.A.	Trasmissão	Furnas	49,00%	Bogotá	51,00%	181.481
Madeira Energia S.A.	Geração - UHE Santo Antônio	Furnas	39,00%	Odebrecht Energia SAAG Investimentos S.A. Cemig Fundo de Investimento em Participações Amazônia Energia	18,60% 12,40% 10,00% 20,00%	2.077.575
MGE - Transmissão	Trasmissão	Furnas	49,00%	Gebbras Participações Ltda	51,00%	115.039
Triângulo Mineiro Transmissora S.A.	Trasmissão	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	163.637

continua

BALANÇO PATRIMONIAL

continuação

Investimentos em Controladas em Conjunto e Coligadas

Nome	Objeto	Empresa	% Part.	Demais Acionistas	% Participa.	Valor do Investimento
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Furnas	24,50%	Copel State Grid	24,50% 51,00%	160.191
Central Eólica Famosa I	Geração - Parque Eólico Famosa I	Furnas	49,00%	PF Participações Ltda	51,00%	738
Central Eólica Pau Brasil	Geração - Parque Eólico Pau Brasil	Furnas	49,00%	PF Participações Ltda	51,00%	692
Central Eólica Rosada	Geração - Parque EOL Rosada	Furnas	49,00%	PF Participações Ltda	51,00%	1.115
Central Eólica de São Paulo	Geração - Parque EOL Rosada	Furnas	49,00%	PF Participações Ltda	51,00%	765
Vale do São Bartolomeu	Trasmissão	Furnas	39,00%	FIP Participações Caixa Milão CELG GT	51,00% 10,00%	123.131
Punaú I	Geração - EOL Punaú I	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Punaú I	50,99% 0,01%	1.744
Carnaúba I	Geração - EOL Carnaúba I	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Carnaúba I	50,99% 0,01%	1.985
Carnaúba II	Geração - EOL Carnaúba II	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Carnaúba II	50,99% 0,01%	1.972
Carnaúba III	Geração - EOL Carnaúba III	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Carnaúba III	50,99% 0,01%	1.375
Carnaúba V	Geração - EOL Carnaúba V	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Carnaúba V	50,99% 0,01%	2.283
Cervantes I	Geração - EOL Cervantes I	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Cervantes I	50,99% 0,01%	1.416
Cervantes II	Geração - EOL Cervantes II	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão CGE Cervantes II	50,99% 0,01%	991
Bom Jesus	Geração - EOL Bom Jesus	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	1.031
Cachoeira	Geração - EOL Cachoeira	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	1.050
Pitimbu	Geração - EOL Pitimbu	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	1.454
São Caetano I	Geração - EOL São Caetano I	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	1.058
São Caetano	Geração - EOL São Caetano	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	1.260
São Galvão	Geração - EOL São Galvão	Furnas	49,00%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	1.211
Companhia Energética Sinop S.A.	Geração - UHE Sinop	Eletronorte Chesf	24,50% 24,50%	FIP Participações Caixa Milão	51,00%	716.939
Tijoa Participações e Investimentos	Geração - UHE Três Irmãos	Furnas	49,90%	Fundo de Investimento em Participações Constantinopla	50,10%	10.067
São Manoel	Geração - UHE São Manoel	Furnas	33,33%	CWEI (Brasil) Participações EDP Brasil	33,30% 33,40%	649.731
Transenergia São Paulo	Trasmissão	Furnas	49,00%	J.Malucelli	51,00%	93.433
Mata de Sta. Genebra Transmissora	Trasmissão	Furnas	49,90%	Copel	50,10%	459.169
Energia Olímpica	Trasmissão	Furnas	49,90%	Light S.A.	50,10%	1.244
Inambari Geração de Energia (Igesa)	UHE Inambari	Furnas Eletrobras	19,60% 29,40%	OAS	51,00%	5
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	Trasmissão	Eletronorte Furnas	24,50% 24,50%	State Grid Brazil Holding (SGBH)	51,00%	1.638.460
CSE Energia	Geração	Furnas	49,90%	Juno Participações e Investimentos S.A.	50,10%	1.244

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800160

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Nome	Objeto	Empresa	Part. %	Demais Acionistas	Part. %	Situação do empreendimento	Valor do Investimento
Energética Águas da Pedra S.A.	Geração - UHE Dardanelos	Chesf Eletronorte	24,5% 24,5%	Neoenergia	51,00%	Em operação	224.668
Rouar S.A.	Geração - Parque EOL em Colônia	Eletrobras	50,0%	UTE	50,00%	Em operação	105.413
CEB - LAJEADO	Geração - UHE CEB Lajeado	Eletrobras	40,07%	CEB	59,93%	Em operação	49.153
Lajeado Energia	Geração e Comercialização	Eletrobras	40,07%	EDP - Energias do Brasil S.A. Governo do Estado do Tocantins	55,86% 4,07%	Em operação	64.103
Paulista Lajeado	Geração e Comercialização	Eletrobras	40,07%	Cia. Jaguari de Geração de Energia	59,93%	Em operação	30.436
AES Tiete	Geração	Eletrobras	7,94%	AES Corp BNDSPart Outros	24,28% 28,33% 39,45%	Em operação	398.161
Companhia Energética de Brasília - CEB	Geração - Transmissão - Distribuição	Eletrobras	2,10%	Distrito Federal - DF Outros	80,20% 17,70%	Em operação	8.339
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-D	Distribuição	Eletrobras	32,59%	CEE Participações Outros	65,92% 1,49%	Em operação	–
Companhia Estadual de Energia Elétrica - CEEE-GT	Geração - Transmissão	Eletrobras	32,59%	CEE Participações Outros	65,92% 1,49%	Em operação	867.687
Centrais Elétricas de Santa Catarina - CELESC	Distribuição	Eletrobras	10,75%	Estado de Santa Catarina Angra Volt FIA Poland Fia Outros	20,20% 14,46% 7,53% 47,06%	Em operação	112.396
Centrais Elétricas do Pará - CELPA	Distribuição	Eletrobras	0,99%	Equatorial Energia S.A. Outros	96,18% 2,83%	Em operação	38.556
Companhia Energética de Pernambuco - CELPE	Distribuição	Eletrobras	1,56%	Neoenergia Outros	89,65% 8,79%	Em operação	18.258
Companhia Energética do Maranhão São Luís - CEMAR	Distribuição	Eletrobras	33,55%	Equatorial Energia Outros	65,11% 1,34%	Em operação	821.010
Energisa MT	Distribuição	Eletrobras	22,01%	Rede Energia S.A. Energisa Outros	57,67% 8,90% 11,42%	Em operação	395.927
Companhia Energetica de São Paulo - CESP	Geração - Comercialização	Eletrobras	2,05%	Fazenda do Estado de São Paulo Outros	36,98% 60,97%	Em operação	133.709
Duke Energy Geração	Geração	Eletrobras	0,47%	Duke Energy Internat. Brasil Ltda Outros	94,28% 5,25%	Em operação	17.551
Companhia Energética do Ceara - COELCE	Distribuição	Eletrobras	7,06%	Enel Brasil Enersis Américas Outros	58,87% 15,18% 18,89%	Em operação	270.825
Companhia Paranaense de Energia - COPEL	Geração - Transmissão	Eletrobras	0,56%	Estado do Paraná BNDESPAR Outros	31,07% 23,96% 44,41%	Em operação	32.759
CTEEP	Transmissão	Eletrobras	35,39%	ISA Capital do Brasil Outros	35,91% 28,70%	Em operação	3.485.985
EMAE	Geração	Eletrobras	39,02%	Fazenda do Estado de São Paulo Outros	38,99% 21,99%	Em operação	331.556
Energisa Holding	Geração - Transmissão - Distribuição	Eletrobras	2,31%	Gipar S/A GIF IV Fundo de Investimentos em Participações Outros	30,95% 14,54% 52,20%	Em operação	218.432
Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.	Distribuição	Eletropar	1,25%	BNDESPar Outros	18,73% 80,02%	Em operação	34.264
EDP Energias do Brasil S.A.	GT e Distribuição	Eletropar	0,31%	Grupo EDP Outros	51,00% 48,69%	Em operação	25.491
CPFL Energia S.A.	GT e Distribuição	Eletropar	0,18%	StateGrid Outros	54,60% 45,22%	Em operação	–
Mangue Seco II	Geração	Eletrobras	49,00%	Petrobras	51,00%	Em operação	18.594
					TOTAL		25.694.718

continua

continuação

15.6 - Aquisição de participações societárias

Ao longo dos últimos anos, as Empresas do Sistema Eletrobras firmaram investimentos em parcerias em projetos com a iniciativa privada, onde a Companhia figura como acionista não controlador. Estes empreendimentos têm como objeto a atuação na área de geração e transmissão de energia elétrica, cujos valores aportados estão classificados na rubrica de Investimentos.

No dia 30 de junho de 2017, o Conselho de Administração da Companhia aprovou a transferência para a Eletrobras de determinadas participações acionárias detidas pelas controladas Chesf, Furnas, Eletronorte e Eletrosul, em sociedades de propósito específico (SPE).

Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia adquiriu as controladas Chuí IX, Santa Vitoria do Palmar, Hermenegildo I, Hermenegildo II e Hermenegildo III através de instrumento de dação de pagamento como forma de abatimento de dívidas da controlada Eletrosul. O valor de dívida abatida foi de R$ 957.029.

15.7 - Ações em garantia

Tendo em vista que a Companhia possui diversas ações no âmbito do Poder Judiciário, onde figura como ré (Vide Nota 30), são oferecidos em garantia, nos recursos dessas ações judiciais, ativos que representam 10,02% em 31 de dezembro de 2017 (9,56% em 31 de dezembro 2016) do total da carteira de investimentos, conforme abaixo:

CONTROLADORA			
31/12/2017			
Participações Societárias	Valor do Investimento	Percentual de Bloqueio	Investimento Bloqueado
CTEEP	3.420.725	96,90%	3.314.682
EMAE	319.915	100%	319.915
CESP	133.709	98,96%	132.319
AES TIETE	398.161	99,66%	396.818
COELCE	270.825	93,35%	252.815
CGEEP	17.551	100%	17.551
ENERGISA MT	395.927	31,48%	124.639
CELPA	38.556	100%	38.556
CELPE	18.258	100%	18.258
CEEE - GT	867.687	100%	867.687
ENERGISA S.A.	218.432	82,72%	180.687
CELESC	112.396	99,11%	111.396
CEMAR	821.010	97,96%	804.261
CEB Lajeado	49.153	99,97%	49.137
TOTAL	7.082.305		6.628.721

NOTA 16 - IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se substancialmente à infraestrutura para geração de energia elétrica de concessões não prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/13.

Os bens que compõe o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviço público, não podem ser vendidos nem dados em garantia a terceiros.

As Obrigações Especiais (obrigações vinculadas às concessões) correspondem a recursos recebidos de consumidores com o objetivo de contribuir na execução de projetos de expansão necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica e são alocadas aos empreendimentos correspondentes. Os ativos adquiridos com os correspondentes recursos são registrados no imobilizado da Companhia, conforme disposições estabelecidas pela ANEEL. Em virtude de sua natureza essas contribuições não representam obrigações financeiras efetivas, uma vez que não serão devolvidas aos consumidores.

CONSOLIDADO					
31/12/2017					
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	*Impairment* (*)	Valor líquido
Em serviço					
Geração	50.132.157	(24.120.639)	(607.383)	(13.804.579)	11.599.556
Administração	2.406.319	(1.537.139)	(8.413)	–	860.767
Distribuição	1.398.468	(557.042)	–	–	841.426
	53.936.944	(26.214.819)	(615.796)	(13.804.579)	13.301.749
Em curso					
Geração	13.827.544	–	–	–	13.827.544
Administração	836.544	–	–	–	836.544
	14.664.088	–	–	–	14.664.088
	68.601.032	(26.214.819)	(615.796)	(13.804.579)	27.965.837

CONSOLIDADO					
31/12/2016					
	Valor bruto	Depreciação acumulada	Obrigações vinculadas à Concessão	*Impairment* (*)	Valor líquido
Em serviço					
Geração	47.456.125	(23.064.664)	(538.375)	(12.141.003)	11.712.083
Administração	2.491.860	(1.514.448)	(9.292)	–	968.119
Distribuição	1.398.468	(499.344)	–	–	899.124
	51.346.453	(25.078.456)	(547.667)	(12.141.003)	13.579.326
Em curso					
Geração	12.353.688	–	–	–	12.353.688
Administração	879.911	–	–	–	879.911
	13.233.599	–	–	–	13.233.599
	64.580.052	(25.078.456)	(547.667)	(12.141.003)	26.812.925

(*) Vide nota 19.

Movimentação do Imobilizado

CONSOLIDADO						
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferência	Baixas	Aquisição de Controladas (*)	Saldo em 31/12/2017
Geração / Comercialização						
Em serviço	47.456.125	198.582	(33.257)	(96.066)	2.606.773	50.132.157
Depreciação acumulada	(23.064.664)	(1.349.670)	194.497	99.198	–	(24.120.639)
Em curso	12.564.811	1.778.494	(378.979)	(15.734)	90.075	14.038.667
Provisão p/ valor recuperação ativos (*impairment*)	(12.141.003)	(2.459.063)	105.379	988.028	(297.920)	(13.804.579)
Achados da Investigação	(211.123)	–	–	–	–	(211.123)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(538.375)	(28)	–	6.911	(75.891)	(607.383)
	24.065.771	(1.831.684)	(112.360)	982.337	2.323.037	25.427.101

CONSOLIDADO						
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Transferência	Baixas	Aquisição de Controladas (*)	Saldo em 31/12/2017
Distribuição						
Arrendamento Mercantil	1.398.468	–	–	–	–	1.398.468
Depreciação acumulada	(499.344)	(57.698)	–	–	–	(557.042)
	899.124	(57.698)	–	–	–	841.426
Administração						
Em serviço	2.491.860	12.615	65.212	(163.482)	114	2.406.319
Depreciação acumulada	(1.514.448)	(136.531)	(7.139)	120.980	–	(1.537.139)
Em curso	879.911	82.000	(64.902)	(61.331)	866	836.544
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(9.292)	(27)	–	905	–	(8.414)
	1.848.030	(41.943)	(6.829)	(102.929)	980	1.697.310
TOTAL	26.812.925	(1.931.325)	(119.189)	879.408	2.324.017	27.965.837

(*) Transferência de SPEs da Eletrosul para a Eletrobras vide nota explicativa 15.6.

CONSOLIDADO					
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Transferência	Baixas	Saldo em 31/12/2016
Geração / Comercialização					
Em serviço	46.003.180	184.468	1.287.960	(19.483)	47.456.125
Depreciação acumulada	(21.740.065)	(1.363.922)	27.098	12.225	(23.064.664)
Em curso	11.870.318	2.106.303	(1.355.214)	(56.596)	12.564.811
Provisão p/ valor recuperação ativos (*impairment*)	(8.684.088)	(3.876.375)	14.048	405.412	(12.141.003)
Achados da Investigação	–	–	–	(211.123)	(211.123)
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(633.602)	(2.540)	(6.951)	104.718	(538.375)
	26.815.743	(2.952.066)	(33.059)	235.153	24.065.771
Distribuição					
Arrendamento Mercantil	1.398.468	–	–	–	1.398.468
Depreciação acumulada	(441.647)	(57.697)	–	–	(499.344)
	956.821	(57.697)	–	–	899.124
Administração					
Em serviço	2.444.828	49.578	217.570	(220.116)	2.491.860
Depreciação Acumulada	(1.445.137)	(149.132)	(100.422)	180.243	(1.514.448)
Em curso	799.908	136.791	(56.719)	(69)	879.911
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(25.518)	–	–	16.226	(9.292)
	1.774.081	37.236	60.429	(23.716)	1.848.030
TOTAL	29.546.645	(2.972.527)	27.370	211.437	26.812.925

Taxa média de depreciação e depreciação acumulada:

CONSOLIDADO				
	31/12/2017		31/12/2016	
	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada	Taxa média de depreciação	Depreciação acumulada
Geração				
Hidráulica	2,48%	16.938.117	2,53%	15.920.174
Nuclear	3,93%	4.842.938	3,93%	4.439.098
Térmica	3,26%	2.166.751	4,03%	2.542.610
Eólica	6,99%	164.395	6,89%	161.681
Comercialização	2,92%	8.438	3,15%	1.101
		24.120.639		23.064.664
Distribuição	3,00%	557.042	3,00%	499.344
		557.042		499.344
Administração	6,31%	1.537.139	6,00%	1.514.448
		1.537.139		1.514.448
Total		26.214.820		25.078.456

NOTA 17 - ATIVO (PASSIVO) FINANCEIRO - CONCESSÕES E ITAIPU

CONSOLIDADO		
	31/12/2017	31/12/2016
Concessões de Transmissão		
Ativo Financeiro Receita Anual Permitida (item II)	45.974.236	42.743.612
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (item II)	3.887.272	3.630.829
	49.861.508	46.374.441
Concessões de Distribuição		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (item II)	2.532.115	4.935.236
Valores a receber Parcela A e outros itens financeiros (item III)	832.013	(9.254)
	3.364.128	4.925.982
Concessões de Geração		
Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis (item II)	2.622.973	2.585.720
	55.848.609	53.886.143
Ativo Financeiro Itaipu (item I)	2.036.514	1.200.916
Total do ativo financeiro	57.885.123	55.087.059
Ativo Financeiro - Circulante	7.224.354	2.337.513
Ativo Financeiro - Não Circulante	50.660.769	52.749.546
Total do ativo financeiro	57.885.123	55.087.059

I - Ativo (Passivo) Financeiro de Itaipu

CONTROLADORA		
	31/12/2017	31/12/2016
Contas a Receber	2.851.851	2.320.333
Direito de Ressarcimento	1.304.844	973.007
Fornecedores de Energia - Itaipu	(2.619.813)	(2.773.682)
Obrigações de ressarcimento	(2.320.540)	(1.731.675)
Total ativo (passivo) circulante	(783.658)	(1.212.017)
Contas a Receber	1.533.783	1.348.926
Direito de Ressarcimento	3.884.737	3.161.043
Obrigações de ressarcimento	(2.598.348)	(2.097.036)
Total ativo não circulante	2.820.172	2.412.933
Total ativo	2.036.514	1.200.916

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800162

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Os efeitos da constituição do ativo financeiro Itaipu estão inseridos acima e são detalhados a seguir:

I.I - Valores Decorrentes da Comercialização da Energia Elétrica de Itaipu Binacional

a) Fator de ajuste

O saldo decorrente do fator de ajuste de Itaipu Binacional, inserido na rubrica Ativo Financeiro, apresentado no Ativo Não Circulante, monta a R$ 3.884.737 em 31 de dezembro de 2017, equivalentes a US$ 1.174.346 (R$ 3.161.043 em 31 de dezembro de 2016, equivalentes a US$ 969.913), dos quais R$ 3.401.339 , equivalente a US$ 1.028.216, serão repassados ao Tesouro Nacional até 2023, como decorrência da operação de cessão de crédito realizada entre a Companhia e o Tesouro Nacional, em 1999.

Tais valores serão realizados mediante a sua inclusão na tarifa de repasse a ser praticada até 2023.

b) Comercialização de energia elétrica

No período findo em 31 de dezembro 2017 foi comercializado o equivalente a 82.227 GWh* (130.380 GWh* em dezembro 2016), sendo a tarifa de suprimento de energia (compra), praticada por Itaipu Binacional, de US$ 22,60/kW* e a tarifa de repasse (venda), US$ 28,73/kW* (US$ 20,60/kW* - suprimento; US$ 25,78/kM* - tarifa de repasse em dezembro 2016).

Essa operação de comercialização não impacta o resultado da Companhia, sendo que nos termos da atual regulamentação o resultado negativo representa um direito incondicional de recebimento e se positivo uma obrigação efetiva.

No exercício de 2017, a atividade foi superavitária em R$ 412.967 (deficitária em R$ 701.427 para o mesmo período em 2016), sendo a obrigação decorrente incluída como parte da rubrica de ativo financeiro.

(*) Informações não revisadas pelos auditores independentes

II - Ativo Financeiro - Concessões Indenizáveis e Receita Anual Permitida

A rubrica ativo financeiro - concessões indenizáveis e receita anual permitida, no montante de R$ 55.016.596, sendo R$ 7.724.535 registrado no ativo circulante e R$ 47.292.061 registrado no ativo não circulante, em 31 de dezembro de 2017 (R$ 53.895.397 em 31 de dezembro de 2016) refere-se ao ativo financeiro a realizar, detido pelas empresas do Sistema Eletrobras, sendo nas concessões de distribuição, apurado pela aplicação do modelo misto, e nas concessões de geração e transmissão pela aplicação do modelo financeiro, ambos previstos no ICPC 01 (IFRIC 12).

Em 20 de abril de 2016, o Ministério das Minas e Energia - MME publicou a Portaria nº 120 que regulamentou as condições de recebimento das remunerações relativas aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, denominados instalações da Rede Básica Sistema Existente - RBSE e demais Instalações de Transmissão - RPC, não depreciados e não amortizados, conforme parágrafo segundo do artigo 15 da Lei nº 12.783/2013.

Em 31 de dezembro de 2017, parte do montante de R$ 38.238.015 é referente a estimativa dos valores atualizados relativos aos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000 registrado na rubrica de Ativo Financeiro - Receita Anual Permitida, sendo R$ 7.185.011 classificado como empréstimos e recebíveis no circulante e R$ 31.053.004 no não circulante (R$ 36.570.883 em 31 de dezembro de 2016) (vide Nota 2.1), mensurado ao custo amortizado.

A partir de julho de 2017, a Companhia passou a receber as remunerações relativas aos ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 através da Receita Anual Permitida conforme determina Portaria MME nº 120/16. Esse valor será amortizado pelo período de oito anos. O IRPJ e a CSLL diferidos contabilizados sobre o valor da remuneração e respectiva atualização monetária está sendo revertido proporcionalmente ao recebimento da indenização. Em 31 de dezembro, o montante recebido no exercício equivale a R$ 3.255.696.

III - Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL decidiu aditar os contratos de concessão e permissão, das companhias de distribuição de energia elétrica brasileiras, incorporando os saldos dos valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão. O referido evento demanda o reconhecimento do saldo de quaisquer diferenças de Parcela A e outros componentes financeiros ainda não recuperados ou liquidados.

a) Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da Parcela A - CVA

Os montantes registrados no circulante (ativo e passivo) referem-se aos valores já homologados pela ANEEL quando do reajuste tarifário concluído em 2017, e os montantes registrados no não circulante representam uma estimativa da formação da CVA a ser homologada no próximo reajuste tarifário em 2018.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Parcela "A"		
CVA		
CCC	1.219	1.219
CDE	2.805	13.538
Rede Básica	8.324	130
Custo de Aquisição de Energia Elétrica	267.230	46.103
Transporte Itaipu	–	(369)
PROINFA	(2.137)	30.663
ESS e EER	(177.382)	30.273
Neutralidade dos Encargos Setoriais	36.438	6.808
Sobrecontratação	397.111	(48.684)
Outros Componentes Financeiros	298.405	(88.935)
Total dos valores de parcela A e outros itens financeiros	832.013	(9.254)
Ativo circulante	569.016	436.596
Ativo não circulante	548.536	22.131
Passivo circulante	(285.539)	(461.180)
Passivo não circulante	–	(6.801)
Total	832.013	(9.254)

NOTA 18 - ATIVO INTANGÍVEL

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências Custo / Serviço	Saldo em 31/12/2017
Vinculados à Concessão - Geração	151.877	68.430	(44.150)	9.364	185.521
Em serviço	151.877	67.079	(43.909)	10.474	185.521
Ativo Intangível	263.719	95.565	(46.635)	11.092	325.741
Amortização acumulada	(112.000)	(29.250)	2.726	–	(138.524)
Obrigações especiais	286	764	–	(618)	432
Impairment	(128)	–	–	–	(128)
Em curso	–	1.351	(241)	(1.110)	–
Ativo Intangível	28.189	1.351	(241)	(10.061)	19.238
Obrigações especiais	(8.951)	–	–	8.951	–
Impairment	(19.238)	–	–	–	(19.238)
Vinculados à Concessão - Distribuição	106.249	(241.977)	227.103	(13.710)	77.665
Em serviço	12.332	(279.051)	226.802	116.947	77.030
Ativo Intangível	2.173.054	29.560	(22.797)	(1.052.860)	1.126.957
Amortização acumulada	(1.889.459)	(299.991)	9.399	1.153.337	(1.026.714)
Obrigações especiais	(34.207)	(8.620)	65.844	(46.229)	(23.212)
Impairment	(237.056)	–	174.356	62.699	(1)
Em curso	93.917	37.074	301	(130.657)	635
Ativo Intangível	112.898	38.258	–	(150.487)	669
Obrigações especiais	(18.981)	(1.184)	301	19.830	(34)
Vinculados à Concessão - Transmissão	83.837	–	–	–	83.837
Em serviço	82.536	–	–	–	82.536
Ativo Intangível	87.544	–	–	–	87.544
Amortização acumulada	(5.008)	–	–	–	(5.008)
Em curso	1.301	–	–	–	1.301
Ativo Intangível	1.301	–	–	–	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	419.776	(10.637)	29.550	(35.950)	402.739
Administração					
Em serviço	850.572	216.122	(24)	(36.535)	1.030.135
Amortização acumulada	(540.859)	(57.491)	–	50.472	(547.878)
Impairment	(79.339)	(215.340)	30.426	–	(264.253)
Em curso	209.572	46.072	(852)	(54.577)	200.215
Outros	(20.170)	–	–	4.690	(15.480)
Total	761.739	(184.184)	212.503	(40.296)	749.762

	CONSOLIDADO				
	Saldo em 31/12/2015	Adições	Baixas	Transferências Custo / Serviço	Saldo em 31/12/2016
Vinculados à Concessão - Geração	146.173	(3.581)	528	8.757	151.877
Em serviço	90.720	(6.574)	592	67.147	151.885
Ativo Intangível	188.433	11.604	–	63.682	263.719
Amortização acumulada	(97.287)	(18.178)	–	3.465	(112.000)
Obrigações especiais	(298)	–	592	–	294
Impairment	(128)	–	–	–	(128)
Em curso	55.453	2.993	(64)	(58.390)	(8)
Ativo Intangível	69.602	2.993	(64)	(44.342)	28.189
Obrigações especiais	(8.959)	–		–	(8.959)
Impairment	(5.190)	–	–	(14.048)	(19.238)
Vinculados à Concessão - Distribuição	248.518	(439.561)	64.240	233.052	106.249
Em serviço	136.482	(454.961)	61.477	269.334	12.332
Ativo Intangível	1.859.648	19.951	(23.186)	316.641	2.173.054
Amortização acumulada	(1.660.646)	(232.167)	4.846	(1.492)	(1.889.459)
Obrigações especiais	(62.520)	(5.689)	79.817	(45.815)	(34.207)
Impairment	–	(237.056)	–	–	(237.056)
Em curso	112.036	15.400	2.763	(36.282)	93.917
Ativo Intangível	131.709	18.122	2.124	(39.057)	112.898
Obrigações especiais	(19.673)	(2.722)	639	2.775	(18.981)
Vinculados à Concessão - Transmissão	88.392	(3.010)	–	(1.545)	83.837
Em serviço	87.091	(3.010)	–	(1.545)	82.536
Ativo Intangível	91.151	500	–	(4.107)	87.544
Amortização acumulada	(4.060)	(3.510)	–	2.562	(5.008)
Em curso	1.301	–	–	–	1.301
Ativo Intangível	1.301	–	–	–	1.301
Não Vinculados à Concessão (Outros Intangíveis)	452.068	6.068	1.916	(40.276)	419.776
Administração					
Em serviço	831.315	22.682	64	(3.489)	850.572
Amortização acumulada	(478.484)	(52.861)	–	(9.514)	(540.859)
Impairment	(40.743)	(40.448)	1.852	–	(79.339)
Em curso	160.150	76.695	–	(27.273)	209.572
Outros	(20.170)	–	–	–	(20.170)
Total	935.151	(440.084)	66.684	199.988	761.739

Ativo intangível é substancialmente amortizado durante o prazo de concessão.

O prazo final das concessões das distribuidoras da Eletrobras expirou em 7 de julho de 2015. Conforme mencionado na Nota 2, as empresas de distribuição do Grupo Eletrobras procederam a rebifurcação da parcela do ativo financeiro na proporção correspondente, até 31 de julho de 2018, data limite para permanecer como responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos das distribuidoras.

NOTA 19 - VALOR RECUPERÁVEL DOS ATIVOS DE LONGO PRAZO

As premissas utilizadas consideram a melhor estimativa da Administração da Companhia sobre as tendências futuras do setor elétrico e são baseadas tanto em fontes externas de informações como dados históricos das unidades geradoras de caixa. O fluxo de caixa foi projetado com base no resultado operacional e projeções da Companhia até o término da concessão. Quando identificada a necessidade de constituição de provisão para redução ao valor recuperável de ativos de longo prazo, esta provisão é reconhecida no resultado do período, na rubrica Provisões Operacionais.

As premissas utilizadas pela Administração na determinação dos fluxos de caixa futuros descontados, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração podem ser afetadas por diversos eventos incertos, dentre eles destacam-se: a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país e a disponibilidade de recursos hídricos.

Embora grande parte da receita das unidades geradoras de caixa esteja vinculada a contratos com cláusulas de reajuste considerando uma proteção da inflação, mudanças no modelo político e econômico podem resultar em alta na projeção do risco-país, ocasionando uma elevação nas taxas de desconto utilizadas nos testes.

Foram consideradas as principais premissas definidas a seguir:

- Crescimento compatível com os dados históricos e perspectivas de crescimento da economia brasileira;
- Taxa de desconto (após os impostos) específica para os segmentos testados: 6,12% para geração não renovadas, 5,88% para geração renovadas (exceto nuclear) e 5,88% para transmissão (6,33% para geração, 6,02% para transmissão em 2016) obtida através de metodologia usualmente aplicada pelo mercado, levando em consideração o custo médio ponderado de capital;
- Receitas projetadas de acordo com os contratos, sem previsão de renovação da concessão/autorização;
- Despesas segregadas por unidade geradora de caixa, projetadas com base no Plano Diretor de Negócios e Gestão (PDNG) para 5 anos e consistentes com o plano para os demais anos;
- A Companhia tratou como unidades geradoras de caixa independentes todos os seus empreendimentos.

Usina Termonuclear de Angra 3

Durante o segundo semestre de 2017, a Companhia alterou a expectativa de sua conclusão do empreendimento Angra 3, sendo a nova previsão de data de entrada em operação para 01 de janeiro de 2025. Em dezembro de 2016, esta previsão era de dezembro de 2022. Nesse mesmo período, o orçamento total do empreendimento foi atualizado para a base junho

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800163

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

de 2017, de modo a refletir o impacto das fortes oscilações nos índices inflacionários e cambiais, além da reprogramação de atividades devido o novo cronograma da obra.

A metodologia aplicada no teste de "*impairment*" do empreendimento considera como ativo recuperável os custos já realizados até a data destas Demonstrações Financeiras, comparando com um fluxo de caixa descontado estendido até o término da vida útil econômica da Usina que corresponde a 40 anos, partindo da nova data de entrada em operação, janeiro de 2025, considerando como vida útil econômica o prazo de licença de operação compatível com a Usina Angra como de projeto semelhante.

A taxa de desconto foi calculada pela metodologia WACC (*Weighted Average Cost of Capital* ou Custo Médio Ponderado de Capital), considerando os parâmetros tradicionais e usualmente utilizados no mercado.

A Companhia, levando em consideração este novo cenário, revisou as premissas do empreendimento Angra 3 e realizou um novo teste de recuperabilidade deste empreendimento em dezembro de 2017.

As principais premissas utilizadas no teste de recuperabilidade desse empreendimento estão descritas abaixo:

- Crescimento orgânico compatível com os dados históricos e reajustes tarifários contratuais de inflação;
- Em função das características peculiares de financiamento, a taxa de desconto foi calculada considerando a estrutura de capital específica do projeto, o que resultou na taxa de desconto para a base dezembro de 2017 de 5,39% (dezembro de 2016, de 5,47 %). Nesses cálculos foram considerados além dos parâmetros tradicionais, o beta calculado pela ANEEL, alavancando a estrutura de capital do projeto. A opção do beta utilizado pela ANEEL consiste no fato de que nenhuma empresa de geração de energia elétrica com capital aberto no Brasil possui ativos de geração de energia nuclear, ao contrário da amostra de empresas utilizada no cálculo do beta pela ANEEL, que considera empresas americanas com o mínimo de duas plantas nucleares de geração de energia.
- A tarifa contratual do empreendimento de Angra 3 é de R$ 148,65/MWh. Para o teste de *impairment*, na data base de 30 de dezembro de 2017, a tarifa utilizada foi ajustada pelos índices estabelecidos contratualmente, resultando no valor de R$ 244,51/MWh.

A base utilizada na ocasião para o cálculo dessa tarifa, não teve equivalência com o custo do serviço da usina, assim como, também, não foi compatível com a média praticada nos leilões de térmicas da ocasião, e, portanto, encontra-se em um patamar distinto e inferior ao seu seguimento e não proporcionando o equilíbrio econômico financeiro do empreendimento;

- As Usinas Angra 2 e Angra 3 são oriundas de projetos similares e, por isso, tem sido utilizado o parâmetro de custos de Angra 2 em Angra 3. Ocorre que, existirá um ganho de custo/produtividade na entrada de Angra 3 por não haver necessidade de duplicar todas as atividades geradoras de custo, pois áreas comuns estarão atendendo as duas usinas.

  A sinergia apurada para o projeto, considerando estudos internos, baseados na utilização da mão de obra da Companhia, apontou para um patamar de cerca de 25,4%, sendo esse percentual utilizado para estimativa do custo operacional de Pessoal, Materiais, Serviços de Terceiros e Outros (PMSO), da Usina Angra 3, no teste de *impairment*.

Apesar das alterações cronológicas do projeto, a Companhia vem assegurando a preservação e integridade dos serviços já executados, além disso, adotará providencias para a implementação de ações a um nível de desempenho com o intuito de tentar recuperar os possíveis impactos no cronograma da obra da Usina Angra 3.

A análise elaborada pela Companhia apurou um Valor Presente Líquido (VPL) negativo para o empreendimento de Angra 3 de R$ 11.289.195. Tal resultado determinou um registro negativo total no resultado de 2017 de R$ 989.562, compostos por baixa adicional por *impairment* no ativo imobilizado de Angra 3 de R$ 950.960 e complemento líquido do contrato oneroso de R$ 38.602 (vide Nota 33).

O valor acumulado referente à provisão de valor recuperável da Usina Nuclear Angra 3, em 31 de dezembro de 2017, corresponde a R$ 9.900.353 (R$ 8.949.393 em 31 de dezembro de 2016), limitando-se ao total do ativo realizado do empreendimento.

A Companhia continua monitorando as estimativas e os riscos associados na determinação do valor recuperável desse empreendimento e, na medida que novas negociações, novos estudos ou novas informações se concretizem e requeiram modificações no plano de negócio dos empreendimentos, as mesmas serão atualizadas para refletir tais alterações.

UTE Santa Cruz

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou um *impairment* no montante de R$ 693.560 na UTE Santa Cruz em função dos custos associados aos investimentos necessários ao fechamento do ciclo combinado do empreendimento.

Contrato de transmissão 061-2001

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou uma reversão de *impairment* no montante de R$ 961.144 no contrato de transmissão 061-2001 principalmente em decorrência da redução de despesa de pessoal observada com a realização do plano de aposentadoria extraordinária - PAE.

Em 31 de dezembro de 2017, o valor acumulado da provisão de redução ao valor recuperável referente a todos os empreendimentos da Companhia corresponde a R$ 16.681.419 (R$ 16.146.801 em 31 de dezembro de 2016).

A. Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que apresentam provisão para *impairment*

A análise realizada pela Companhia em 31 de dezembro de 2017, determinou a necessidade de constituição/ (reversão) de provisão para perdas nos seguintes empreendimentos:

Geração

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2016	Adições	Reversões	31/12/2017
UTN Angra 3	8.949.393	950.960	–	9.900.353
UHE Samuel	435.860	–	(127.014)	308.846
UHE Batalha	407.703	12.538	(34.972)	385.269
Candiota Fase B	356.065	10.233	–	366.298
Candiota Fase C	–	362.631	–	362.631
Casa Nova I	324.869	21.456	–	346.325
Complexo Eólico Pindaí	–	123.891	–	123.891
Complexo Eólico Pindaí II	–	54.531	–	54.531
Complexo Eólico Pindaí III	–	25.854		25.854
UTE Santa Cruz	–	693.560	–	693.560
UHE Simplício	342.328	57.790	(120.603)	279.515
UTE Camaçari	303.911	–	(23.342)	280.569
UHE Serra da Mesa	199.184	–	(199.184)	–
Eólica Hermenegildo III	145.319	–	(68.696)	76.623
Eólica Hermenegildo II	143.029	27.390	(72.839)	97.580
UHE Passo São João	130.292	–	(57.679)	72.613
Eólica Hermenegildo I	129.769	21.872	(58.892)	92.749
Livramento	–	129.869	–	129.869
UTE Coaracy Nunes	77.551	–	–	77.551
PCH João Borges	52.530	–	(5.437)	47.093
UHE São Domingos	44.252	–	(44.252)	–
PCH Rio Chapéu	41.755	–	(4.691)	37.064
Eólica Chuí IX	37.028	6.854	(16.723)	27.159
UTE Santana	27.840	–	–	27.840
UTE Mauá III	–	2.255	–	2.255
Outros	11.692	110.590	(114.375)	7.907
Total	12.160.370	2.612.274	(948.699)	13.823.945

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2015	Adições	Reversões	31/12/2016
UTN Angra 3	6.063.454	2.885.939	–	8.949.393
UHE Samuel	417.632	18.228	–	435.860
UHE Batalha	559.345	–	(151.642)	407.703
Candiota Fase B	119.939	236.126	–	356.065
Casa Nova I	163.496	161.373	–	324.869
UHE Simplício	382.864	–	(40.536)	342.328
UTE Camaçari	343.765	–	(39.854)	303.911
UHE Serra da Mesa	–	199.184	–	199.184
Eólica Hermenegildo III	75.598	69.721	–	145.319
Eólica Hermenegildo II	65.815	77.214	–	143.029
UHE Passo São João	118.132	12.160	–	130.292
Eólica Hermenegildo I	56.301	73.468	–	129.769
UTE Coaracy Nunes	77.551	–	–	77.551
PCH João Borges	44.038	8.492	–	52.530
UHE São Domingos	44.703	–	(451)	44.252
PCH Rio Chapéu	37.279	4.476	–	41.755
Eólica Chuí IX	22.631	14.397	–	37.028
UTE Santana	27.840	–	–	27.840
UTE Mauá III	102.191	–	(102.191)	–
Outros	81.717	130.247	(200.272)	11.692
Total	8.804.291	3.891.025	(494.500)	12.160.370

Transmissão

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2016	Adições	Reversões	31/12/2017
CC 061-2001	2.077.006	–	(961.144)	1.115.862
CT 006-2010 - LT Mascarenha/ Linhares (ES)	–	25.638	–	25.638
LT Jauru Porto Velho	311.545	–	(58.788)	252.757
CC 018-2012 Mossoró Ceará Mirim	100.497	–	–	100.497
CC 005-2012 Jardim NSra Socorro	89.830	–	–	89.830
CC 006-2009 Suape II e III	88.101	–	–	88.101
CC 014-2008 Eunápolis TFreitas	81.995	4.776	–	86.771
CC 020-2010 Igaporã BJLapa	69.268	–	–	69.268
LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	65.000	–	(65.000)	–
CC 017-2009 Natal III Sta Rita	59.517	–	–	59.517
LT Funil-Itapebi	53.541	–	–	53.541
LT Camaçari IV - Sapeaçu	50.106	2.758	–	52.864
LT Pólo	–	9.044	–	9.044
Tucuruí/Miramar	16.069	2.591	–	18.660
CC 010-2011 Paraíso Lagoa Nova	44.800	–	–	44.800
SE Coletora Porto Velho	43.973	–	(40.787)	3.186
LT Recife II - Suape II	43.153	1.972	–	45.125
CC 010-2007 Ibicoara Brumado	40.611	–	–	40.611
CC 017-2012 Mirueira Jaboatão	31.184	–	–	31.184
CC 018-2009 Eunáp TFreitas C2	30.232	–	–	30.232
SE Caxias / Ijuí / N. Petrópolis / Lajeado	27.553	–	(27.553)	–
CC 019-2012 Igaporã Pindaí	21.506	–	–	21.506
LT Presidente Médice - Santa Cruz	20.611	–	(2.067)	18.544
CC 015-2012 Camaçari IV Pirajá	18.060	–	–	18.060
LT Campos Novos - Nova Santa Rita	16.847	350	–	17.197
Outros	269.033	263.728	(232.334)	300.427
	3.670.038	310.857	(1.387.673)	2.593.222

Unidade Geradora de Caixa	31/12/2015	Adições	Reversões	31/12/2016
CC 061-2001	174.389	1.902.617	–	2.077.006
LT Jauru Porto Velho	126.025	185.520	–	311.545
CC 018-2012 Mossoró Ceará Mirim	100.497	–	–	100.497
CC 005-2012 Jardim NSra Socorro	89.830	–	–	89.830
CC 006-2009 Suape II e III	88.101	–	–	88.101
CC 014-2008 Eunápolis TFreitas	64.773	17.222	–	81.995
CC 020-2010 Igaporã BJLapa	69.268	–	–	69.268
LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	35.574	29.426	–	65.000
CC 017-2009 Natal III Sta Rita	59.517	–	–	59.517
LT Funil-Itapebi	54.597	–	(1.056)	53.541
LT Camaçari IV - Sapeaçu	39.552	10.554	–	50.106
CC 010-2011 Paraíso Lagoa Nova	44.800	–	–	44.800
SE Coletora Porto Velho	34.123	9.850	–	43.973
LT Recife II - Suape II	28.325	14.828	–	43.153
CC 010-2007 Ibicoara Brumado	40.611	–	–	40.611
CC 017-2012 Mirueira Jaboatão	31.184	–	–	31.184
CC 018-2009 Eunáp TFreitas C2	30.232	–	–	30.232
SE Caxias / Ijuí / N. Petrópolis / Lajeado	32.259	–	(4.706)	27.553
CC 019-2012 Igaporã Pindaí	21.506	–	–	21.506
LT Presidente Médice - Santa Cruz	27.339	–	(6.728)	20.611
CC 015-2012 Camaçari IV Pirajá	18.060	–	–	18.060
LT Campos Novos - Nova Santa Rita	30.822	–	(13.975)	16.847
Outros	65.098	322.187	(102.183)	285.102
	1.306.482	2.492.204	(128.648)	3.670.038

Distribuição

Concessão	31/12/2016	Adições	Reversões	31/12/2017
Amazonas D	63.610	–	(63.610)	–
Cepisa	90.885	–	(90.885)	–
Eletroacre	–	10.012	(10.012)	–
Ceron	35.247	–	(35.247)	–
Ceal	32.446	–	(32.446)	–
Boa Vista	14.868	–	(14.868)	–
Total	237.056	10.012	(247.068)	–

Concessão	31/12/2015	Adições	Reversões	31/12/2016
Amazonas D	–	63.610	–	63.610
Cepisa	290.247	–	(199.362)	90.885
Eletroacre	90.808	–	(90.808)	–
Ceron	59.885	35.245	(59.883)	35.247
Ceal	–	32.446	–	32.446
Boa Vista	17.281	–	(2.413)	14.868
Total	458.221	131.301	(352.466)	237.056

continua

continuação

Administração

Intangível - Administração	31/12/2016	Adições	Reversões	31/12/2017
Ágio de rentabilidade Futura (Livramento)	–	215.340	–	215.340
Brasilventos	27.201	–	(27.201)	–
Outros	52.138	–	(3.225)	48.913
Total	79.339	215.340	(30.426)	264.253

Intangível - Administração	31/12/2015	Adições	Reversões	31/12/2016
Ágio de rentabilidade Futura (Livramento)	–	–	–	–
Brasilventos	–	27.201	–	27.201
Outros	40.743	13.247	(1.852)	52.138
Total	40.743	40.448	(1.852)	79.339

Seguem abaixo as posições de *impairment* no período:

	31/12/2017				
	Geração	Transmissão	Distribuição	Administração	Total
Imobilizado	13.804.579	–	–	–	13.804.579
Intangível	19.366	–	–	264.253	283.619
Ativo Financeiro	–	2.593.222	–	–	2.593.222
Total	13.823.945	2.593.222	–	264.253	16.681.420

	31/12/2016				
	Geração	Transmissão	Distribuição	Administração	Total
Imobilizado	12.141.003	–	–	–	12.141.003
Intangível	19.366	–	237.056	79.339	335.761
Ativo Financeiro	–	3.670.038	–	–	3.670.038
Total	12.160.369	3.670.038	237.056	79.339	16.146.802

B. Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que não apresentam provisão para *impairment*

A maioria das UGCs que não sofreram *impairment* tem um valor recuperável superior ao valor contábil do ativo imobilizado. A tabela a seguir apresenta a porcentagem em que o valor recuperável ("VR") excede o valor contábil ("VC") dos ativos fixos, calculados da seguinte forma: (Valor recuperável / Valor contábil - 1). Além disso, a Companhia realizou uma análise de sensibilidade aumentando a taxa de desconto em 5% e 10% demonstrada abaixo, para avaliação do risco de *impairment* para cada UGC. As UGCs que apresentaram risco de *impairment* foram: CC 008-2005 Milagres Curemas, LT Ribeiro Gonçalves - Balsas, LT - São Luiz II e São Luiz III, UHE S. DOMINGOS e CT 11/2010 e 02/2011.

UGC	Taxa de desconto	Provisão para *Impairment* em 2017	VR/VC-1	VR/VC-1 (5% var)	VR/VC-1 (10% var)	Risco de *Impairment*
UHE Balbina	6,12%	–	94,20%	91,90%	89,60%	–
UTE Aparecida Complexo	6,12%	–	47,10%	46,40%	45,70%	–
UTE Maua 3	6,62%	–	249,50%	239,60%	230,10%	–
Geração Boa Esperança	6,65%	–	443,50%	443,50%	443,40%	–
Geração Complexo PA - Moxotó	5,88%	–	569,50%	550,80%	533,00%	–
Geração Curemas	6,12%	–	79,50%	77,30%	75,00%	–
Geração Funil	5,88%	–	2.496,50%	2.426,50%	2.359,50%	–
Geração Pedra	5,88%	–	297,40%	286,50%	276,20%	–
Geração Sobradinho	5,88%	–	766,00%	749,90%	734,10%	–
Geração Xingó	5,88%	–	3.253,80%	3.160,80%	3.071,70%	–
UHE Itaparica	5,88%	–	1.221,60%	1.185,00%	1.149,90%	–
CC 007-2005 Milagres Tauá	5,88%	–	23,10%	21,10%	19,10%	–
CC 008-2005 Milagres Curemas	5,88%	–	3,30%	1,60%	-0,10%	56
CC 013-2010 Aparica III	5,88%	–	8,70%	6,30%	4,00%	–
UHE Curuá-Una	6,12%	–	4,40%	2,80%	1,20%	–
UHE Tucuruí	6,12%	–	314,90%	308,80%	302,80%	–
Contrato nº 058 Rede básica	5,88%	–	23,80%	22,10%	20,40%	–
Estação Retificadora/Inversora	5,88%	–	6,40%	4,20%	2,00%	–
LT - Jorge Teixeira - C1 e C2	5,88%	–	71,20%	67,10%	63,10%	–
LT - Porto Velho - Abuña - Rio Branco	5,88%	–	17,50%	14,70%	12,00%	–
LT - Ribeiro Gonçalves - Balsas	5,88%	–	4,80%	2,20%	-0,20%	254
LT - São Luiz II e São Luiz III	5,88%	–	0,30%	-2,00%	-4,30%	2.338
SE Miranda	5,88%	–	6,20%	3,80%	1,50%	–
Angra 1 e 2	5,88%	–	171,60%	166,20%	161,00%	–
EOL CERRO CHATO I*	6,12%	–	32,10%	28,70%	25,40%	–
EOL CERRO CHATO II*	6,12%	–	35,90%	32,30%	28,90%	–
EOL CERRO CHATO III*	6,12%	–	35,30%	31,70%	28,30%	–
UHE GOV. JAYME C. JÚNIOR	6,12%	–	30,70%	27,20%	23,90%	–
UHE S. DOMINGOS	6,12%	–	0,90%	-1,40%	-3,70%	15.092
CT 04/2004	5,88%	–	37,80%	35,30%	33,00%	–
CT 05/2009	5,88%	–	9,50%	6,70%	4,00%	–
CT 10/2005	5,88%	–	39,10%	36,20%	33,40%	–
CT 11/2010 e 02/2011	5,88%	–	2,90%	0,10%	-2,50%	3.530
CT 57/01 - Novos	5,88%	–	38,20%	33,30%	28,60%	–
CT 57/01 - Renovados	5,88%	–	37,10%	34,80%	32,60%	–
INTERLIGAÇÃO BRA-URU	5,88%	–	51,00%	48,80%	46,60%	–
UHE DE ITUMBIARA	6,12%	–	2.550,40%	2.533,20%	2.516,20%	–
UHE DE MANSO	6,12%	–	105,50%	99,20%	93,20%	–
UHE DE MASCAR. DE MORAES	6,12%	–	912,90%	897,40%	882,20%	–
UHE DE SERRA DA MESA	6,12%	–	124,40%	115,10%	106,20%	–

NOTA 20 - FORNECEDORES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	52.246	107.582	7.652.713	5.768.345
Parcelamentos Petrobras (a)	–	–	1.376.265	2.305.083
Energia Comprada para Revenda	462.506	333.394	1.309.172	1.480.953
CCEE - Energia de curto prazo	–	–	105.602	104.920
	514.752	440.976	10.443.752	9.659.301
NÃO CIRCULANTE				
Bens, Materiais e Serviços	–	–	14.031	–
Parcelamentos Petrobras (a)	–	–	7.618.031	9.597.398
Energia Comprada para Revenda	–	–	163.283	185.422
	–	–	7.795.345	9.782.820
	514.752	440.976	18.239.097	19.442.121

No passivo de fornecedores estão registradas as transações com fornecimento de bens, materiais e serviços, destacando principalmente, no passivo circulante, a dívida corrente com a BR Distribuidora S.A. no montante de R$ 2.640.466 (2.275.768 em 31 de dezembro de 2016) e com a Companhia de Gás do Amazonas-Cigás no montante de R$ 5.286.531 (R$ 3.484.755 em 31 de dezembro de 2016), referente ao fornecimento de derivados de petróleo para produção energia elétrica.

O contrato entre a Petrobras e a Cigás, com a interveniência-anuência da Amazonas Distribuidora, cujo objeto é a venda, por parte da Petrobras, e a compra, por parte da CIGÁS, para fins de geração termoelétrica pela Amazonas Distribuidora de Energia S.A., ou para outro concessionário de geração de energia elétrica ou Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE, dispõe, em cláusula específica, que os créditos que a Cigás possui contra a Amazonas Energia vencidos há mais de quarenta e cinco dias e que sejam objeto de repasse a Petrobras serão cedidos automaticamente a esta, independentemente de qualquer notificação. O valor acumulado destes créditos até 31 de dezembro de 2017 é de R$ 4.755.704.

O 2º CCD foi dividido em 3 instrumentos particulares de confissão de dívida e respectivos parcelamentos firmados com a Petrobras Distribuidora S/A, relativo ao fornecimento de produtos derivados de petróleo, assinados em 31/12/2014, sendo os mais relevantes nos respectivos montantes i) Contrato I no montante de R$ 3.257.366, cujo saldo devedor atualizado é de R$ 4.019.200; ii) Contrato II no montante de R$ 2.925.921, cujo saldo devedor atualizado é de R$ 3.616.581 e iii) Contrato III no montante de R$ 1.018.441, cujo saldo devedor atualizado é de R$ 1.258.843. Os instrumentos preveem amortização em 120 (cento e vinte) parcelas mensais e sucessivas, pela variação pro rata dia, considerado desde a data da assinatura do contrato até a data do seu respectivo vencimento, sendo que o vencimento da primeira parcela foi em 20/02/2015 e a última parcela em 30/01/2025. Cabe destacar que a inadimplência com a Petrobras e Cigás é oriunda dos atrasos nos repasses dos recursos financeiros advindos da CDE/CCC.

Em virtude da Cisão parcial da BR Distribuidora, ocorrida em 31 de agosto de 2017, os créditos referentes aos contratos de confissão de dividas II e III, foram objeto de Cisão e Cessão. Dessa forma, a Downstream Participações Ltda, empresa criada com a Cisão parcial da BR Distribuidora, passou a ser credora de 99,53476% das obrigações contratadas no âmbito dos contratos em questão, e a Petróleo Brasileiro, de 0,46524% em decorrência da cessão.

Nesse contexto, do montante atualizado dos contratos de confissão de dívidas II e III, R$ 4.852.742 é credora a Downstream Participações Ltda e R$ 22.682 é credora a Petróleo Brasileiro.

Em 31 de dezembro de 2017, o saldo reconhecido pela Companhia referente ao direito de reembolso junto à Petrobras no valor de R$ 4.755.704 referente a diferença do preço da parcela do transporte do gás. Maiores detalhes na Nota 11 item a.1.

NOTA 21 - ADIANTAMENTOS DE CLIENTES

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	–	–	68.738	60.504
Venda antecipada de energia - BTG PACTUAL	–	–	10.153	–
Adiantamentos de clientes - PROINFA	575.962	560.277	575.962	560.277
	575.962	560.277	654.853	620.781
NÃO CIRCULANTE				
Venda antecipada de energia - ALBRAS	–	–	519.391	592.215
	–	–	519.391	592.215
TOTAL	575.962	560.277	1.174.244	1.212.996

I - ALBRAS

A controlada Eletronorte celebrou venda de energia elétrica com a ALBRAS, em 2004, para fornecimento por um período de 20 anos, sendo 750 MW* médios/mês, até dezembro de 2006 e 800 MW* médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, tendo como parâmetro a tarifa de equilíbrio da UHE Tucuruí, acrescida de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio na *London Metal Exchange* (LME) - Inglaterra. Essa constituição de preço se constitui em um derivativo embutido (Vide Nota 46).

Com base nessas condições, a ALBRAS efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW* médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW* médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento, conforme detalhado a seguir:

	Datas do contrato		
Cliente	Inicial	Final	Volume em Megawatts Médios (MW)
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 até 31/12/2006 e 800 a partir de 01/01/2007
Alcoa	01/07/2004	31/03/2014	de 304 a 328
BHP	01/07/2004	31/12/2024	de 353,08 a 492

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

Saldo em 31/12/2016	Amortizações Efetuadas	Ganhos	Saldo em 31/12/2017	Circulante	Não Circulante
652.719	(82.977)	18.387	588.129	68.738	519.391
Saldo em 31/12/2015	**Amortizações Efetuadas**	**Ganhos**	**Saldo em 31/12/2016**	**Circulante**	**Não Circulante**
713.914	(66.867)	5.672	652.719	60.504	592.215

II - PROINFA

O PROINFA, instituído pela Lei nº 10.438/2002, e suas alterações, tem como objetivo a diversificação da matriz energética brasileira com a utilização de fontes renováveis de energia, mediante o aproveitamento econômico dos insumos disponíveis e das tecnologias aplicáveis.

A Companhia assegura a compra da energia elétrica produzida, pelo período de 20 anos, contados a partir de 2006, e repassa esta energia às concessionárias de distribuição, consumidores livres e autoprodutores, excluídos os consumidores de baixa renda, na proporção de seus consumos.

As concessionárias de distribuição e de transmissão pagam à Companhia o valor de energia em quotas, equivalente ao custo correspondente à participação dos consumidores cativos, dos consumidores livres e dos autoprodutores conectados às suas instalações, em duodécimos, no mês anterior ao de competência do consumo da energia.

As operações relativas à compra e venda de energia no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia.

NOTA 22 - FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

22.1 - Reserva Global de Reversão (RGR)

A Companhia era responsável pela gestão de recursos setoriais da Reserva Global de Reversão - RGR e outros. Em conformidade com a Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.022/2017, e com o Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 1.079, de 18 de abril de 2017, a responsabilidade pelo orçamento, gestão e movimentação desses Fundos Setoriais foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, desde 1º de maio de 2017 (vide Nota 1).

A Companhia era autorizada a sacar recursos da RGR, para aplica-los na concessão de financiamentos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, melhoria do serviço e na realização dos programas do Governo Federal.

A Eletrobras remunera os recursos sacados da RGR e utilizados na concessão de financiamentos às empresas do setor elétrico brasileiro, com juros de 5% ao ano. Em 31 de dezembro de 2017, o saldo dos recursos sacados junto ao fundo, totaliza R$ 7.420.021 (R$ 6.647.839 em 31 de dezembro de 2016), incluídos na rubrica Financiamentos e Empréstimos. Os recursos que compõem o Fundo RGR não fazem parte destas demonstrações, constituindo-se em entidade distinta da Companhia.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800165

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

22.2 - Composição dos empréstimos e financiamentos:

As dívidas são garantidas pela União e/ou pela Eletrobras, estão sujeitos a encargos, cuja taxa média em 2017 é de 7,94% a.a. (9,65% a.a. em 2016).

	31/12/2017							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante
Instituições financeiras								
Moeda Estrangeira								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,54%	329	30.774	–	4,98%	686	55.746	324.638
Corporación Andino de Fomento - CAF	3,95%	3.216	121.992	243.984	3,95%	3.216	121.992	243.984
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	2,47%	17	11.329	218.798	2,47%	17	11.329	218.798
Eximbank	2,00%	152	32.256	0	2,00%	152	32.256	0
BNP Paribas	2,53%	310	116.194	348.580	2,53%	310	116.194	348.580
BIRD 7884	2,35%	4.544	130.221	521.219	2,35%	4.543	130.219	521.219
		8.568	442.767	1.332.581		8.925	467.736	1.657.219
Bônus								
Vencimento 30/07/2019	6,88%	111.190	–	3.308.000	6,88%	111.190	–	3.308.000
Vencimento 27/10/2021	5,75%	68.687	–	5.789.000	5,75%	68.687	–	5.789.000
		179.877	–	9.097.000		179.877	–	9.097.000
Outros								
MORGAN		–	–	–		–	–	–
LLOYDS		–	–	–		–	–	1.573
		–	–	–		–	–	1.573
		188.445	442.767	10.429.581		188.801	467.736	10.755.792
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão[1]		–	–	6.753.140	9,40%	–	–	7.420.021
FIDC		–	–	–	CDI + 2,0%	1.421	–	664.980
Banco do Brasil	8,82%	4.034	666.240	2.543.668	8,82%	25.560	1.644.455	3.514.081
Caixa Econômica Federal	8,82%	2.521	416.400	1.589.792	8,82%	116.653	1.693.531	7.510.100
BNDES	9,50%	240.929	374.998	–	9,50%	301.461	932.038	7.504.657
Banco da Amazônia		–	–	–	125% do CDI	11.124	127.271	427.643
Santander		–	–	–	CDI + 2,5%	109	25.590	124.410
State Grid		–	–	–	IPCA	14.203	–	687.857
Outras Instituições Financeiras		–	–	–		12.084	324.104	626.109
		247.484	1.457.638	10.886.600		482.615	4.746.989	28.479.858
		435.929	1.900.405	21.316.181		671.416	5.214.725	39.235.650

(1) Para dívida da controladora no montante de R$ 4.737.550 taxa de 5% a.a. e no valor de R$ 2.015.590 taxa SELIC.

	31/12/2016							
	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL		ENCARGOS CIRCULANTE		PRINCIPAL	
	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante	Tx. Média	Valor	Circulante	Não Circulante
Instituições financeiras								
Moeda Estrangeira								
Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID	4,54%	1.037	60.639	30.321	4,40%	1.382	85.242	374.763
Corporación Andino de Fomento - CAF	2,31%	4.607	469.378	360.566	2,31%	4.607	469.378	360.566
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	2,73%	15	4.349	199.347	2,73%	15	4.349	199.347
Eximbank	2,00%	433	61.287	30.633	2,00%	433	61.287	30.633
BNP Paribas	1,17%	362	114.476	457.904	1,17%	362	114.476	457.904
Outras		5.118	128.294	641.807		5.119	128.296	641.808
		11.573	838.423	1.720.577		11.918	863.028	2.065.021
Bônus								
Vencimento 30/07/2019	6,88%	109.546	–	3.259.100	6,87%	109.546	–	3.259.100
Vencimento 27/10/2021	5,75%	67.672	–	5.703.425	5,75%	67.672	–	5.703.425
		177.218	–	8.962.525		177.218	–	8.962.525
Outros								
		–	–	–		–	–	12.145
		188.790	838.423	10.683.102		189.136	863.028	11.039.691
Moeda Nacional								
Reserva Global de Reversão		–	–	6.647.839		–	–	6.647.839
Banco do Brasil		9.254	649.157	375.000		69.704	900.478	2.138.476
Caixa Econômica Federal		5.784	405.723	3.209.908		112.956	1.088.475	9.230.810
BNDES		550.353	750.000	2.006.192		595.993	1.160.612	8.890.627
Banco da Amazônia		–	–	–		16.289	226.500	404.998
Notas Promissórias		–	–	–		35.310	250.000	–
Santander		–	–	–		–	177.311	354.622
State Grid		–	–	–		–	–	318.471
Outras Instituições Financeiras		–	–	–		22.119	125.636	761.347
		565.392	1.804.880	12.238.939		852.371	3.929.012	28.747.190
		754.182	2.643.303	22.922.041		1.041.507	4.792.040	39.786.881

22.3 - Movimentação dos empréstimos e financiamentos:

	CONTROLADORA					
Empréstimos e Financiamentos	31/12/2016	Captação / Custo	Juros, Variações monetária e cambial incorridos	Juros Pagos	Amortização do Principal	31/12/2017
Moeda Estrangeira						
Instituições Financeiras						
BID	91.997	–	1.191	(3.382)	(58.702)	31.103
Corporación Andino de Fomento - CAF	834.550	–	34.871	(25.264)	(474.965)	369.192
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	203.712	–	37.537	(6.167)	(4.938)	230.144
Eximbank	92.353	–	3.540	(1.561)	(61.924)	32.408
BNP Paribas	572.741	–	19.493	(11.795)	(115.356)	465.084
Outras	775.220	–	19.830	(16.420)	(122.649)	655.981
Bônus						
Vencimento 30/07/2019	3.368.646	–	301.087	(250.544)	–	3.419.190
Vencimento 27/10/2021	5.771.097	–	449.300	(362.709)	–	5.857.687
	11.710.315	–	866.849	(677.842)	(838.534)	11.060.789
Moeda Nacional						
Instituições financeiras						
Reserva Global de Reversão	6.647.839	800.654	587.885	(185.152)	(1.098.083)	6.753.140
BNDES	1.675.353	–	128.352	(437.775)	(750.000)	615.930
Banco do Brasil	3.868.319	–	411.026	(416.247)	(649.157)	3.213.942
Caixa Econômica Federal	2.417.699	–	256.891	(260.154)	(405.723)	2.008.713
	14.609.211	800.654	1.384.154	(1.299.329)	(2.902.963)	12.591.725
TOTAL	26.319.526	800.654	2.251.003	(1.977.170)	(3.741.497)	23.652.514

continua

continuação

	CONSOLIDADO							
Empréstimos e Financiamentos	**31/12/2016**	**Captação / Custo**	**Juros, Variações monetária e cambial incorridos**	**Custos incorridos e pagos**	**Juros Pagos**	**Amortização do Principal**	**Transferência**	**31/12/2017**
Moeda Estrangeira								
Instituições Financeiras								
BID	461.387	–	14.168	–	(11.195)	(83.289)	–	381.070
Corporación Andino de Fomento - CAF	834.550	–	34.871	–	(25.264)	(474.965)	–	369.192
Kreditanstalt fur Wiederaufbau - KFW	203.712	–	37.537	–	(6.167)	(4.938)	–	230.144
Eximbank	92.353	–	3.540	–	(1.561)	(61.924)	–	32.408
BNP Paribas	572.741	–	19.493	–	(11.795)	(115.356)	–	465.084
Outras	775.220	–	19.830	–	(16.420)	(122.649)	–	655.980
Bônus								
Vencimento 30/07/2019	3.368.646	–	301.087	–	(250.544)	–	–	3.419.190
Vencimento 27/10/2021	5.771.097	–	449.300	–	(362.709)	–	–	5.857.687
Outros								
MORGAN	10.846	(11.009)	163	–	–	–	–	–
LLOYDS	1.299	–	274	–	–	–	–	1.573
	12.091.850	(11.009)	880.263	–	(685.655)	(863.121)	–	11.412.328
Moeda Nacional								
Instituições financeiras								
Reserva Global de Reversão	6.647.839	1.429.485	625.935	–	(185.152)	(1.098.083)	–	7.420.023
BNDES	9.016.040	1.229.527	774.014	(41.346)	(1.131.942)	(1.189.144)	78.331	8.735.480
Banco do Brasil	5.943.566	85.000	628.275	–	(670.817)	(801.929)	–	5.184.096
Banco do Nordeste do Brasil	215.837	–	14.672	–	(13.677)	(45.759)	–	171.073
BRDE	180.826	124.902	17.590	(18.935)	(138.935)	(21.021)	9.115	153.542
Caixa Econômica Federal	9.228.525	812.500	954.561	–	(763.449)	(911.853)	–	9.320.284
Santander	–	150.000	9.324	–	(9.215)	–		150.109
BASA	647.787	–	43.346	–	(48.626)	(76.469)	–	566.038
FINEP	161.362	–	7.049	–	(6.138)	(23.367)	–	138.906
Banco ABC - 30MM	30.040	–	3.896	–	(3.904)	–	–	30.032
BBM	–	100.000	5.736	–	(5.663)	–	–	100.073
IBM	2.246	–	–	–	–	–	–	2.246
Outros								
Notas promissórias	285.310	690.000	4.441	(25.020)	(39.751)	(250.000)	–	664.980
FIDC	–	–	72.580	–	(71.159)	–	–	1.421
Cessão de Crédito - Santander	531.933	19.304	–	–	–	(182.137)	–	369.100
State Grid	637.266	30.314	34.480	–	–	–	–	702.060
	33.528.578	4.671.032	3.195.899	(85.301)	(3.088.429)	(4.599.762)	87.446	33.709.463
TOTAL	45.620.428	4.660.023	4.076.162	(85.301)	(3.774.083)	(5.462.883)	87.446	45.121.791

Controlada Eletronuclear

Em 28 de junho de 2013, foi assinado um contrato entre a Controlada Eletronuclear e a Caixa Econômica Federal (CEF) no montante de R$ 3.800.000, para financiamento de parte dos empreendimentos de Angra 3. O prazo do contrato é de 25 anos, a partir da data de assinatura, com a taxa de juros de 6,5% a.a. Em 21 de março de 2016, foi efetuado o segundo pedido de desembolso à CEF, no valor de R$ 478.000.

Em decisão da diretoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, em 12 de julho de 2016, foi autorizada a renegociação da dívida do contrato nº 10.2.2032.1, assinado entre o BNDES e a controlada em 23 de fevereiro de 2011, com a suspensão do início do pagamento do principal da dívida e a suspensão parcial do pagamento dos juros apurados mensalmente. Com relação aos encargos da dívida, foi suspenso o pagamento de 70% dos juros durante o período de 15 de julho de 2016 até 15 de fevereiro de 2017. Durante este período, 30% do montante de juros apurado deveria ser liquidado financeiramente, enquanto que o restante seria capitalizado ao saldo devedor. A partir de 15 de março de 2017, a controlada passou a pagar a totalidade do valor dos encargos apurados mensalmente.

Em 8 de março de 2017, o BNDES autorizou nova renegociação da dívida referente ao Contrato de Financiamento nº 10.2.2032.1, destinado à construção do empreendimento de Angra 3. Nos termos aprovados, foi definido: I) a prorrogação, até 15.09.2017, da suspensão do pagamento do principal e de 70% dos juros apurados mensalmente, independente da celebração de aditivo contratual, mantendo a capitalização dos juros apurados não pagos; II) a manutenção da suspensão do pagamento do principal de 15.10.2017 até 15.01.2018, condicionada à comprovação ao BNDES, até 15.09.2017: a) do pronunciamento favorável do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE quanto à viabilidade da continuidade da implantação do projeto; b) da vigência do contrato de execução das obras civis com a Andrade Gutierrez ou da publicação do edital de licitação de serviços de obras civis para conclusão do projeto; e c) da publicação dos editais de licitação para serviços de montagem eletromecânica do projeto; e III) a incorporação, ao saldo devedor do Contrato Nº 10.2.2032.1, referente ao valor da Comissão de Renegociação, equivalente a 0,5% (cinco décimos por cento) incidente sobre o saldo devedor total renegociado, acrescido de IOF, na forma do Subcrédito D.

Em 16.10.2017, a ELETRONUCLEAR iniciou a amortização do principal e passou a realizar o pagamento de 100% dos encargos dos Subcréditos A e B relativos ao contrato Nº 10.2.2032.1, celebrado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES para investimentos no empreendimento de Angra 3.

Controlada Furnas

Durante o exercício de 2016, ocorreu a liberação dos 1º ao 4º desembolsos do contrato da controlada Furnas junto ao BNDES no valor total de R$ 232.799; liberação do 6º ao 14º desembolsos do Contrato de Mútuo com a State Grid Brazil Holding no valor total de R$ 158.872; liberação do financiamento da controlada Furnas junto a Caixa Econômica Federal (FINISA) no valor de R$ 1.130.000; e a repactuação das parcelas dos meses de abril, maio, junho e julho de 2016 de principal e encargos dos empréstimos e financiamentos junto a Eletrobras (ECF e ECR), em novembro de 2016, no valor de R$ 194.950.

Houve liberação de empréstimos junto ao Banco Santander no valor de R$ 150.000 e ao Banco BBM no valor de R$ 100.000; e acréscimo ao saldo devedor da Cessão de Crédito com o Banco Santander no valor de R$ 19.303 referente ao reajuste do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA aplicado no mês de maio e liberação de empréstimo realizado pela controlada Transenergia Goiás S.A com o Banco BBM no valor de R$ 11.000.

Controlada Eletronorte

A Administração da controlada Eletronorte aprovou, em 12 de janeiro de 2017, um empréstimo no valor de R$ 500.000 junto à Caixa Econômica Federal por meio de Cédula de Crédito Bancário - CCB, com aval da Eletrobras, com intuito de reforço financeiro ao fluxo de caixa da controlada. A linha de crédito será disponibilizada na medida em que se fizer necessária a captação.

Controlada Eletrosul

A controlada Eletrosul estruturou operação de crédito por meio de emissão de cotas de Fundo de Investimento em Direitos Creditórios de Transmissão Infinity DI (FIDC Infinity DI) no montante de R$ 690.000 lastreada em recebíveis do Contrato de Concessão de Transmissão ANEEL nº 057/2001, com o objetivo de captar recursos para destinação ao plano de investimento da Companhia, reembolso de gastos, despesas ou dívidas relacionadas aos seus projetos de investimentos, bem como o resgate antecipado da totalidade das Notas Promissórias da 2ª emissão da Eletrosul, com vencimento em 02 de março de 2017, no valor total de R$ 289.751. As condições da operação foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Eletrosul em 21 de junho de 2016 e a sua liquidação ocorreu em 24 de janeiro de 2017.

Detalhes do FIDC:

• Data de liberação: 24/01/2017;

• Prazo amortização: 60 meses;

• Carência do principal: 24 meses;

• Amortização do principal: customizada, a partir do 24º mês;

• Amortização dos juros: mensal.

Distribuidoras

Os empréstimos obtidos pelas controladas junto a Câmara de Comercialização de energia Elétrica - CCEE com recursos da RGR foram realizados em atendimento ao Despacho ANEEL nº 1.079, em razão da não prorrogação da concessão, com vistas a assegurar a prestação adequada dos serviços até que haja licitação e assunção por um novo concessionário, com carência de 12 (doze) meses e amortização em 36 parcelas mensais após o fim da carência, com taxa de administração de 0,5% ao ano "pro rata temporis" sobre o saldo devedor, vencíveis no dia 30 de cada mês e juros equivalentes a 111% (cento e onze por cento) da taxa SELIC, divulgada pelo BACEN, calculados "pro rata temporis" sobre o saldo devedor, incorporado durante o período de carência.

22.4 - Composição dos financiamentos e empréstimos (por tipo de moeda):

	CONTROLADORA				CONSOLIDADO			
	31/12/2017		**31/12/2016**		**31/12/2017**		**31/12/2016**	
	Saldo em milhares de reais	**%**	**Saldo em milhares de reais**	**%**	**Saldo em milhares de reais**	**%**	**Saldo em milhares de reais**	**%**
Moeda estrangeira								
USD não indexado	9.307.980	39%	9.231.738	35%	9.307.980	21%	9.242.584	20%
USD com LIBOR	1.490.257	6%	2.182.512	8%	1.840.224	4%	2.551.902	6%
EURO	230.144	1%	203.712	1%	230.144	1%	203.712	0%
IENE	32.408	0%	92.353	0%	32.408	–	92.353	–
Outros	–	–	–	–	1.574	–	1.304	–
Subtotal	11.060.790	47%	11.710.315	44%	11.412.331	25%	12.091.855	27%
Moeda nacional								
CDI	5.222.655	22%	6.286.018	24%	12.159.697	27%	12.701.548	28%
IPCA	–	–	–	–	369.100	0%	531.933	1%
TJLP	–	–	–	–	6.809.224	15%	10.063.827	22%
SELIC	615.930	3%	1.675.353	6%	1.782.785	4%	1.675.353	4%
Outros	–	0%	–	–	4.154.293	9%	1.359.417	3%
Subtotal	5.838.585	25%	7.961.371	30%	25.275.099	56%	26.332.078	58%
Não Indexado	6.753.140	29%	6.647.840	25%	8.434.363	19%	7.196.495	16%
Total	23.652.515	100%	26.319.526	100%	45.121.793	100%	45.620.428	100%

continua

continuação

A parcela de longo prazo dos financiamentos e empréstimos tem seu vencimento assim programado:

	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023	Total
Controladora	190.853	5.613.611	2.077.668	7.646.059	1.044.826	4.743.163	21.316.181
Consolidado	4.546.527	8.234.480	4.191.258	9.194.882	3.165.340	9.903.162	39.235.650

22.5 - Operação de arrendamento mercantil financeiro:

O montante do arrendamento financeiro é constituído por operações da Amazonas Distribuidora que serão repassados para a Amazonas GT devido processo de desverticalização vide nota 2.

A conciliação entre o total dos pagamentos mínimos futuros do arrendamento financeiro da Companhia e o seu valor presente, estão demonstradas no quadro abaixo:

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Menos de um ano	209.226	212.698
Mais de um ano e menos de cinco anos	836.902	836.902
Mais de cinco anos	505.629	714.854
Encargos de financiamentos futuros sobre os arrendamentos financeiros	(473.937)	(594.950)
Total de pagamentos mínimos de arrendamento financeiros	1.077.820	1.169.504
Menos de um ano	145.324	136.662
Mais de um ano e menos de cinco anos	581.295	558.094
Mais de cinco anos	351.201	474.748
Valor presente dos pagamentos	1.077.820	1.169.504

22.6 - Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividade de financiamento

	CONTROLADORA				
	Empréstimos e Financiamentos	Dividendos/ JCP a pagar	Debêntures	Outros passivos	Total
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Pagamento de empréstimos e financiamentos - principal	(3.741.497)	–	–	–	(3.741.497)
Pagamento de remuneração aos acionistas	–	(369.905)	–	–	(369.905)
Recursos da RGR para repassar	–	–	–	800.654	800.654
Total das variações nos fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3.741.497)	(369.905)	–	800.654	(3.310.748)

	CONSOLIDADO				
	Empréstimos e Financiamentos	Dividendos/ JCP a pagar	Debêntures	Outros passivos	Total
Variações dos fluxos de caixa de financiamento					
Empréstimos e financiamentos obtidos	2.496.843	–	–	–	2.496.843
Pagamentos de empréstimos e financiamentos - principal	(5.640.574)	–	–	–	(5.640.574)
Pagamento de remuneração aos acionistas	–	(381.436)	–	–	(381.436)
Recursos da RGR para repasses	–	–	–	800.654	800.654
Outros	–	–	154.025	19.292	173.317
Total das variações nos fluxos de caixa das atividades de financiamento	(3.143.731)	(381.436)	154.025	819.946	(2.551.195)

22.7 - Garantias

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos cujos montantes garantidos, projeções e valores já pagos estão demonstrados nos quadros seguintes:

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento	Saldo Devedor em 31/12/2017	Saldo Garantidor Eletrobras	Término da Garantia
Eletrobras	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	2.400.896	24.009	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	CEF	SPE	15,00%	1.050.000	1.312.337	13.123	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	374.953	3.750	15/01/2042
Eletrobras	Norte Energia	Garantia de Fiel Cumprimento de Contrato	SPE	15,00%	39.225	23.835	238	30/04/2019
Eletrobras	Rouar	CAF	SPE	50,00%	30.938	32.311	323	30/09/2018
Eletrobras	Mangue Seco 2	BNB	SPE	49,00%	40.951	34.769	348	14/10/2031
Eletrobras	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	BNDES	SPE	49,00%	197.950	201.411	2.014	16/06/2031
Eletrobras	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	BRDE	SPE	49,00%	98.000	101.351	1.014	16/06/2031
Eletrobras	Santa Vitória do Palmar Holding S.A.	Emissão de Debêntures	SPE	49,00%	44.100	57.757	578	15/06/2028
Eletrobras	Eólica Hermenegildo I S/A	BNDES	SPE	99,99%	109.566	104.995	1.050	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Hermenegildo I S/A	BRDE	SPE	99,99%	47.764	46.013	460	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Hermenegildo II S/A	BNDES	SPE	99,99%	109.590	105.018	1.050	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Hermenegildo II S/A	BRDE	SPE	99,99%	47.775	46.023	460	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Hermenegildo III S/A	BNDES	SPE	99,99%	93.367	89.472	895	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Hermenegildo III S/A	BRDE	SPE	99,99%	40.703	39.210	392	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Chuí IX S/A	BNDES	SPE	99,99%	31.561	30.244	302	15/06/2032
Eletrobras	Eólica Chuí IX S/A	BRDE	SPE	99,99%	13.758	13.254	133	15/06/2032
Eletrosul	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	727.000	881.525	8.815	15/01/2034
Eletrosul	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	232.500	238.775	2.388	15/01/2035
Eletrosul	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	717.000	864.743	8.647	15/01/2034
Eletrosul	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	232.500	236.695	2.367	15/01/2035
Eletrosul	Cerro Chato I, II e III	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	223.419	72.319	723	15/07/2020
Eletrosul	RS Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	126.221	42.621	426	15/06/2021
Eletrosul	Artemis Transmissora de Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	170.029	11.549	115	15/10/2018
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES	Corporativo	100,00%	182.417	127.376	1.274	15/01/2028
Eletrosul	UHE Mauá	BNDES/Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	182.417	127.393	1.274	15/01/2028
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	183.330	115.734	1.157	15/07/2026
Eletrosul	SC Energia	BNDES/Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	50.000	6.966	70	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES/BDRE	Corporativo	100,00%	50.000	6.948	69	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	103.180	13.970	140	15/05/2019
Eletrosul	SC Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	67.017	19.007	190	15/03/2021
Eletrosul	UHE São Domingos	BNDES	Corporativo	100,00%	207.000	159.969	1.600	15/06/2028
Eletrosul	RS Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	41.898	28.576	286	15/03/2027
Eletrosul	RS Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	9.413	7.026	70	15/08/2027
Eletrosul	RS Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	12.000	7.274	73	15/08/2027
Eletrosul	UHE Passo de São João	BNDES	Corporativo	100,00%	14.750	9.565	96	15/07/2026
Eletrosul	Projetos Corporativos Eletrosul	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	250.000	167.123	1.671	15/11/2023
Eletrosul	Teles Pires	BNDES	SPE	24,72%	296.940	327.604	3.276	15/02/2036
Eletrosul	Teles Pires	BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,72%	294.000	325.559	3.256	15/02/2036
Eletrosul	Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	160.680	182.006	1.820	30/05/2032
Eletrosul	Livramento Holding	BNDES	SPE	78,00%	29.255	20.782	208	15/06/2030
Eletrosul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	BNDES	SPE	80,00%	209.974	166.641	1.666	15/07/2028
Eletrosul	Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Emissão de Debêntures	SPE	80,00%	62.040	88.393	884	15/09/2026
Eletrosul	Complexo São Bernardo	KfW	Corporativo	100,00%	29.854	52.766	528	30/12/2038
Eletrosul	Complexo São Bernardo	KfW	Corporativo	100,00%	136.064	177.361	1.774	30/12/2042
Eletrosul	Complexo Eólico Livramento - Entorno II	CEF	Corporativo	100,00%	200.000	207.595	2.076	07/02/2018
Eletrosul	Projetos Corporativos Eletrosul 3	FIDC DI	Corporativo	100,00%	690.000	691.421	6.914	20/01/2022
Eletronorte	São Luis II e III	BNDES	Corporativo	100,00%	13.653	6.968	70	15/11/2024
Eletronorte	Miranda II	BNDES	Corporativo	100,00%	47.531	16.383	164	15/11/2024
Eletronorte	Ribeiro Gonç./Balsas	BNB	Corporativo	100,00%	70.000	53.399	534	03/06/2031
Eletronorte	Lechuga/J. Teixeira	BASA	Corporativo	100,00%	25.720	18.237	182	10/01/2029
Eletronorte	Substação Nobres	BNDES	Corporativo	100,00%	10.000	5.837	58	15/03/2028
Eletronorte	Subestação Miramar/Tucuruí	BNDES	Corporativo	100,00%	31.000	19.497	195	15/08/2028
Eletronorte	Ampliação da Subestação Lechuga	BNDES	Corporativo	100,00%	35.011	22.512	225	15/10/2028
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	49,00%	514.500	427.812	4.278	15/12/2029
Eletronorte	Norte Brasil Transmissora	Emissão de Debêntures	SPE	49,00%	98.000	143.150	1.431	15/09/2026
Eletronorte	Linha Verde Transmissora	BASA	Corporativo	100,00%	185.000	191.146	1.911	10/11/2032
Eletronorte	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	30,00%	120.300	87.107	871	15/12/2026
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	505.477	362.128	3.621	15/11/2028
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	Corporativo	100,00%	221.789	202.757	2.028	15/10/2031
Eletronorte	Estação Transmissora de Energia	BASA	Corporativo	100,00%	221.789	200.563	2.006	10/07/2031

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800168

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento	Saldo Devedor em 31/12/2017	Saldo Garantidor Eletrobras	Término da Garantia
Eletronorte	Rio Branco Transmissora	BNDES	Corporativo	100,00%	138.000	100.142	1.001	15/03/2027
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BASA	SPE	49,00%	39.200	33.937	339	01/02/2029
Eletronorte	Transmissora Matogrossense Energia	BNDES	SPE	49,00%	42.777	26.571	266	15/05/2026
Eletronorte	Brasventos Miassaba 3	BNDES	SPE	24,50%	30.984	25.105	251	15/10/2029
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	State Grid Brazil S.A.	Corporativo	100,00%	294.700	350.782	3.508	28.07.2029
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	BNDES	SPE	24,50%	412.825	429.894	4.299	15/08/2032
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	BNDES REPASSE	SPE	24,50%	214.375	226.383	2.264	15/08/2032
Eletronorte	Norte Energia	BNDES	SPE	19,98%	2.697.300	3.197.993	31.980	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia	CEF	SPE	19,98%	1.398.600	1.748.032	17.480	15/01/2042
Eletronorte	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	19,98%	399.600	499.438	4.994	15/01/2042
Eletronorte	Implantação do PAR e PMIS	BNDES	Corporativo	100,00%	361.575	278.875	2.789	15/12/2023
Eletronorte	Porto Velho Transmissora de Energia	BNDES	Corporativo	100,00%	283.411	229.148	2.291	15/08/2028
Eletronorte	Reforço à Estrutura de Capital de Giro	CEF	Corporativo	100,00%	400.000	229.154	2.292	30/04/2019
Eletronorte	UHE Sinop	BNDES	SPE	24,50%	256.270	227.483	2.275	15/06/2038
Eletronorte	Reforço à Estrutura de Capital de Giro 2	CEF	Corporativo	100,00%	500.000	479.420	4.794	30/03/2021
Eletronuclear	Angra III	BNDES	Corporativo	100,00%	6.181.048	3.650.440	36.504	15/06/2036
Chesf	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	727.000	881.525	8.815	15/01/2034
Chesf	ESBR	BNDES	SPE	20,00%	232.500	238.775	2.388	15/01/2035
Chesf	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	717.000	864.743	8.647	15/01/2034
Chesf	ESBR	BNDES REPASSE	SPE	20,00%	232.500	236.695	2.367	15/01/2035
Chesf	Manaus Transmissora	BNDES	SPE	19,50%	78.195	56.619	566	15/12/2026
Chesf	Norte Energia	BNDES	SPE	15,00%	2.025.000	2.400.896	24.009	15/01/2042
Chesf	Norte Energia	CEF	SPE	15,00%	1.050.000	1.312.337	13.123	15/01/2042
Chesf	Norte Energia	BTG Pactual	SPE	15,00%	300.000	374.953	3.750	15/01/2042
Chesf	IE Madeira	BASA	SPE	24,50%	65.415	74.723	747	10/07/2032
Chesf	IE Madeira	BNDES	SPE	24,50%	455.504	338.220	3.382	15/02/2030
Chesf	IE Madeira	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	85.750	124.479	1.245	18/03/2025
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 1	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	500.000	224.218	2.242	28/02/2020
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 2	CEF	Corporativo	100,00%	400.000	151.105	1.511	27/02/2019
Chesf	IE Garanhuns S/A	BNDES	SPE	49,00%	175.146	139.120	1.391	15/12/2028
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 3	BNDES	Corporativo	100,00%	727.560	361.908	3.619	15/06/2029
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 4	BNDES	Corporativo	100,00%	475.454	209.493	2.095	15/06/2029
Chesf	UHE Sinop	BNDES	SPE	24,50%	256.270	227.483	2.275	15/06/2038
Chesf	Projetos Corporativos Chesf 5	CEF	Corporativo	100,00%	200.000	188.698	1.887	06/09/2021
Furnas	UHE Batalha	BNDES	Corporativo	100,00%	224.000	135.600	1.356	15/12/2025
Furnas	UHE Simplício	BNDES	Corporativo	100,00%	1.034.410	586.337	5.863	15/07/2026
Furnas	UHE Baguari	BNDES	Corporativo	100,00%	60.153	32.768	328	15/07/2026
Furnas	DIVERSOS	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	750.000	754.114	7.541	31/10/2018
Furnas	Rolagem BASA 2008	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	208.312	208.384	2.084	28/12/2020
Furnas	Projetos de Inovação	FINEP	Corporativo	100,00%	268.503	138.905	1.389	15/11/2023
Furnas	Financiamento corporativo	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	400.000	315.514	3.155	06/12/2023
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES	SPE	39,00%	1.594.159	1.951.042	19.510	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BNDES	SPE	39,00%	1.574.659	2.014.178	20.142	15/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	BASA	SPE	39,00%	196.334	229.597	2.296	10/03/2034
Furnas	UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	39,00%	163.800	212.214	2.122	27/12/2022
Furnas	UHE Santo Antônio	Emissão de Debêntures	SPE	39,00%	273.000	348.328	3.483	15/04/2024
Furnas	Centroeste de Minas	BNDES	SPE	49,00%	13.827	7.612	76	15/04/2023
Furnas	Brasventos Miassaba 3	BNDES	SPE	24,50%	30.984	25.105	251	15/10/2029
Furnas	IE Madeira	BASA	SPE	24,50%	65.415	74.723	747	10/07/2032
Furnas	IE Madeira	BNDES	SPE	24,50%	455.504	338.220	3.382	15/02/2030
Furnas	IE Madeira	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	85.750	124.479	1.245	18/03/2025
Furnas	Teles Pires	BNDES	SPE	24,72%	296.940	327.604	3.276	15/02/2036
Furnas	Teles Pires	BNDES/Banco do Brasil	SPE	24,72%	294.000	325.559	3.256	15/02/2036
Furnas	Teles Pires	Emissão de Debêntures	SPE	24,72%	160.680	182.006	1.820	30/05/2032
Furnas	Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	2.536	1.485	15	15/05/2023
Furnas	Caldas Novas Transmissão	BNDES	SPE	49,90%	5.536	4.287	43	15/03/2028
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	State Grid Brazil S.A.	Corporativo	100,00%	294.700	350.782	3.508	28/07/2029
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	BNDES	SPE	24,50%	412.825	429.894	4.299	15/08/2032
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	BNDES REPASSE	SPE	24,50%	214.375	226.383	2.264	15/08/2032
Furnas	Plano de Investimentos 2012-2014	BNDES	Corporativo	100,00%	441.296	208.420	2.084	15.06.2029
Furnas	Empresa de Energia São Manoel	BNDES	SPE	33,33%	437.996	450.594	4.506	12/12/2038
Furnas	Empresa de Energia São Manoel	Emissão de Debêntures	SPE	33,33%	93.332	112.163	1.122	15/12/2018
Furnas	Projetos Corporativos Furnas 1	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	50.000	50.018	500	28/12/2020
Furnas	Projetos Corporativos Furnas 2	Banco do Brasil	Corporativo	100,00%	35.000	35.013	350	28/12/2020
Amazonas	Amazonas	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	2.405.979	4.019.441	40.194	30/01/2025
Eletroacre	Eletroacre	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	91.774	78.391	784	30/01/2025
Boa Vista	Boa Vista	Confissão de Dívida - Petrobras/BR	Corporativo	100,00%	19.320	14.125	141	31/12/2024
Cepisa	Projeto Corporativo	CEF	Corporativo	100,00%	94.906	45.499	455	20/07/2026
Ceal	Projeto Corporativo Ceal	Banco IBM S/A	Corporativo	100,00%	10.736	4.066	41	11/12/2019
Total Controladora					47.425.617	46.658.261	466.583	

Empresa	Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade	Participação da Controlada	Valor do Financiamento	Saldo Devedor em 31/12/2017	Saldo Garantidor	Término da Garantia
Chesf	Manaus Transmissora	BASA	SPE	19,50%	48.750	59.178	592	16/09/2031
Chesf	Manaus Transmissora	BASA	SPE	19,50%	29.250	33.032	330	16/02/2029
Chesf	TDG	BNB	SPE	49,00%	29.764	26.101	261	30/03/2031
Chesf	TDG	BNB	SPE	49,00%	58.346	52.692	527	01/08/2032
Chesf	Eólica Serra das Vacas	Itau BBA e Bradesco BBI	SPE	49,00%	132.009	132.517	1.325	2017
Chesf	Eólica Serra das Vacas	Itau BBA e Bradesco BBI	SPE	49,00%	33.320	33.918	339	2017
Eletronorte	Manaus Transmissora	BASA	SPE	30,00%	75.000	91.043	910	16/09/2031
Eletronorte	Manaus Transmissora	BASA	SPE	30,00%	45.000	50.818	508	16/02/2029
Eletronorte	Belo Monte Transmissora de Energia	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	142.100	142.865	1.429	15/12/2031
Eletronuclear	Angra III	CEF	Corporativo	100,00%	3.800.000	3.226.517	32.265	06/06/2038
Eletrosul	Ampliação do Sistema Sul de Transmissão	BNDES	Corporativo	100,00%	29.074	25.294	253	15/09/2029
Eletrosul	Interligação Brasil x Uruguai	BNDES	Corporativo	100,00%	21.827	18.988	190	15/09/2029
Eletrosul	Transmissora Sul Litorânea de Energia	BNDES	SPE	51,00%	252.108	225.345	2.253	15/02/2029
Furnas	Modernização da UHE Furnas e UHE Luiz Carlos Barreto de Carvalho	BID	Corporativo	100,00%	407.595	349.610	3.496	15/12/2031
Furnas	Belo Monte Transmissora de Energia	Emissão de Debêntures	SPE	24,50%	142.100	142.865	1.429	15/12/2031
Total Controladas					5.246.244	4.610.781	46.108	

continua

continuação

NOTA 23 - DEBÊNTURES

23.1 - Composição das debêntures:

			CONSOLIDADO					
Controlada	**Emissora**	**Data de Emissão**	**Principais características**		**Tx. de juros**	**Vencimento**	**Saldo em 31/12/2017**	**Saldo em 31/12/2016**
Eletronorte	Emitidas pela ETE (incorporada pela Eletronorte em março de 2014)	06/2011	Subscrição particular de primeira Emissão da Controlada escrituradas em favor do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia - FDA, e mantidas sob custódia do agente operador do contrato, o Banco da Amazônia S.A., com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da SPE, com ou sem direito a voto.	Conversíveis em ações	TJLP + 1,65% a .a.	10/07/2031	202.757	201.375
CHESF	Emitidas pela Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	04/2017	Primeira emissão simples, não conversíveis em ações de emissão da Emissora, da espécie com garantia real, em série única. Foram emitidas o total de 168.000 com valor nominal de R$ 1.000,00 e distribuidas através da instituição financeira Banco Bradesco S.A.	Não conversíveis em ações	IPCA + 7,0291% a.a.	15/01/2029	153.094	–
Santa Vitória do palmar	Eólicas Geribatu I a X	08/2014	Emissão pública de debêntures simples em série única não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, com garantia adicional real e fidejussória.	Não conversíveis em ações	IPCA + 7,94% a.a.	15/09/2027	114.928	–
							470.779	201.375
Total do Passivo Circulante							183.432	12.442
Total do Passivo Não Circulante							287.347	188.933

23.2 - Movimentação das debêntures:

		CONSOLIDADO						
		31/12/2016	**Captação**	**Encargos**	**Amortização do Principal**	**Transferência**	**Aquisição de Controlada (*)**	**31/12/2017**
	CIRCULANTE							
	Instituições Financeiras							
Eletronorte	BASA/FDA	12.442	–	19.006	(17.625)	8.835	–	22.658
Chesf	Bradesco	–	168.000	10.533	(15.509)	(9.930)	–	153.094
S. Vitória do Palmar	BNDES/BRDE	–	–	–	–	–	7.680	7.680
	TOTAL CIRCULANTE	12.442	168.000	29.539	(33.134)	(1.095)	7.680	183.432
	NÃO CIRCULANTE							
	Instituições Financeiras							
Eletronorte	BASA/FDA	188.933	–	–	–	(8.834)	–	180.099
Chesf	Bradesco	–	–	–	–	–	–	–
S. Vitória do Palmar	BNDES/BRDE	–	–	–	–	–	107.248	107.248
	TOTAL NÃO CIRCULANTE	188.933	–	–	–	(8.834)	107.248	287.347
	TOTAL DEBENTURES	201.375	168.000	29.539	(33.134)	(9.929)	114.928	470.779

(*) Transferência de SPEs da Eletrosul para a Eletrobras vide nota explicativa 15.6.

NOTA 24 - EMPRÉSTIMO COMPULSÓRIO

O Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica, instituído pela Lei nº 4.156/1962 com o objetivo de gerar recursos destinados à expansão do setor elétrico brasileiro, foi extinto pela Lei nº 7.181, de 20 de dezembro de 1983, que fixou a data de 31 de dezembro de 1993 como o prazo final de arrecadação.

Na primeira fase desse Empréstimo Compulsório, encerrada com o advento do Decreto-Lei nº 1.512/1976, a cobrança do tributo alcançou diversas classes de consumidores de energia, e os créditos dos contribuintes foram representados por Obrigações ao Portador emitidas pela Companhia.

No segundo momento, iniciado com as disposições contidas no referido Decreto-Lei, o Empréstimo Compulsório em questão passou a ser cobrado somente de indústrias com consumo mensal de energia superior a 2.000 kwh*, e os créditos dos contribuintes deixaram de ser representados por títulos, passando a ser simplesmente escriturados pela Companhia.

O saldo do Empréstimo Compulsório remanescente, após a 4ª conversão em ações, ocorrida em 30 de abril de 2008, relativa aos créditos constituídos de 1988 a 2004, estão registrados no passivo circulante e não circulante, vencíveis a partir de 2008, e remunerados à taxa de 6% ao ano, acrescidos de atualização monetária com base na variação do Índice de Preço ao Consumidor Amplo Especial IPCA-E, e correspondem, em 31 de dezembro de 2017, a R$ 501.134 (R$ 509.133 em 31 de dezembro de 2016), dos quais R$ 458.874 no não circulante (R$ 460.940 em 31 de dezembro de 2016).

As Obrigações ao Portador, emitidas em decorrência do Empréstimo Compulsório, não constituem títulos mobiliários, não são negociáveis em Bolsa de Valores, não têm cotação e são inexigíveis. Desta forma, a Administração da Companhia esclarece que a Companhia não possui debêntures em circulação.

A emissão desses títulos decorreu de uma imposição legal e não de uma decisão empresarial da Companhia. Do mesmo modo, sua tomada pelos obrigacionistas não emanou de um ato de vontade, mas de um dever legal, por força da Lei nº 4.156/1962.

A CVM, em decisão de seu Colegiado proferida no processo administrativo CVM RJ 2005/7230, movido por detentores das mencionadas obrigações, afirma textualmente que "as obrigações emitidas pela Companhia em decorrência da Lei nº 4.156/1962 não podem ser consideradas como valores mobiliários".

Entendeu ainda a CVM que não há qualquer irregularidade nos procedimentos adotados pela Companhia em suas demonstrações financeiras, no que se referem às citadas obrigações, tampouco na divulgação quanto à existência de ações judiciais.

A inexigibilidade dessas Obrigações ao Portador foi reforçada por decisões do Superior Tribunal de Justiça, que corroboram o entendimento de que esses títulos estão prescritos e que não se prestam para garantir execuções fiscais.

Portanto, as Obrigações ao Portador emitidas na primeira fase desse empréstimo compulsório, tal como decidido pela CVM, não se confundem com debêntures. Além disso, por força do disposto no artigo 4º, § 11 da Lei nº 4.156/1962 e no artigo 1º do Decreto 20.910/1932, são inexigíveis, condição confirmada no Informativo 344 do Superior Tribunal de Justiça - STJ, de onde consta que essas Obrigações não podem ser utilizadas como garantia de execuções fiscais, por não terem liquidez e não serem debêntures.

Desta forma, o passivo relativo ao Empréstimo Compulsório refere-se aos créditos residuais, constituídos de 1988 a 1994, dos consumidores industriais com consumo superior a 2.000 kW/h*, referentes à segunda fase desse Empréstimo Compulsório, bem como aos juros não reclamados relativos a esses créditos, conforme demonstrado:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2017	**31/12/2016**
CIRCULANTE		
Juros a Pagar	42.260	48.193
NÃO CIRCULANTE		
Créditos arrecadados	458.874	460.940
TOTAL	501.134	509.133

NOTA 25 - CONTA DE CONSUMO DE COMBUSTÍVEL - CCC

A Conta de Consumo de Combustíveis (CCC), criada pelo Decreto nº 73.102, de 7 de novembro de 1973, tem a finalidade aglutinar o rateio dos custos relacionados ao consumo de combustíveis para a geração de energia termoelétrica, especialmente na Região Norte do país.

A Conta de Consumo de Combustível apresentou um ativo total de R$ 202.885 em 31 de Dezembro de 2016 e um passivo não circulante no motante de R$ 482.179 para o mesmo período.

Em conformidade com a Lei nº 13.360/2016, regulamentada pelo Decreto nº 9.022/2017, e com o Despacho da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nº 1.079, de 18 de abril de 2017, a responsabilidade pelo orçamento, gestão e movimentação da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, da Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e da Reserva Global de Reversão - RGR, foi transferida para a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, desde 1º de maio de 2017.

NOTA 26 - TRIBUTOS A RECOLHER E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

26.1- Tributos a recolher

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Passivo circulante:				
Tributos Retidos na Fonte (IRRF)	28.974	37.239	252.601	288.537
PASEP e COFINS	64.312	–	512.227	314.435
ICMS	–	–	127.901	214.385
PAES / REFIS	–	–	35.960	175.462
IR / CS parcelamento	–	–	–	37.679
INSS/FGTS	1.643	1.451	93.910	134.907
ISS	–	–	28.491	41.585
Outros	5.838	2.864	122.229	129.099
Total	100.767	41.554	1.173.319	1.336.089

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Passivo não circulante:				
PASEP e COFINS	–	–	33.087	204.284
PASEP e COFINS Diferidos	–	2.222	65.588	40.319
PAES / REFIS	–	–	210.850	589.200
IR / CS parcelamento	–	–	–	135.016
INSS/FGTS	–	–	–	32.847
Outros	–	–	17.002	58.214
Total	–	2.222	326.527	1.059.880

26.2- Imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
Passivo circulante:				
Imposto de Renda corrente	752.465	357.503	1.075.786	447.236
Contribuição Social corrente	271.299	129.102	422.432	159.612
	1.023.764	486.605	1.498.218	606.848
Passivo não circulante:				
IRPJ / CSLL diferidos	394.958	320.560	8.901.931	8.305.606

continua

continuação

26.3 - Conciliação da despesa com imposto de renda e contribuição social

	CONTROLADORA			
	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(697.024)	(697.024)	3.452.678	3.452.678
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	174.256	62.732	(863.170)	(310.741)
Efeitos de adições e exclusões:				
Receita de Dividendos	9.838	3.542	25.378	9.136
Equivalência patrimonial	1.433.922	516.212	5.116.152	1.841.815
Passivo a descoberto em controladas	(1.542.698)	(518.937)	(3.038.777)	(1.093.960)
Compensação Prejuízo Fiscal	114.895	41.362	153.693	55.329
Provisão para Redução ao Valor de Mercado	–	–	–	–
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(983.941)	(354.219)	(1.314.469)	(473.209)
Doações	(24.725)	(8.901)	(25.516)	(9.186)
Demais adições e exclusões	7.562	2.319	(72.686)	(26.568)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(810.891)	(255.890)	(19.395)	(7.384)
Alíquota efetiva	116,34%	36,71%	0,56%	0,21%

	CONSOLIDADO			
	31/12/2017		31/12/2016	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Lucro (Prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	(200.398)	(200.398)	12.024.095	12.024.095
Base de cálculo				
Total do IRPJ e CSLL calculado às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	50.100	18.036	(3.006.024)	(1.082.169)
Efeitos de adições e exclusões:				
Receita de dividendos	10.012	3.604	25.838	9.301
Equivalência patrimonial	673.043	242.295	778.512	280.264
Compensação Prejuízo Fiscal	359.767	131.429	172.498	62.099
Constituição Créditos Tributários	389.892	26.415	500.021	180.007
Impostos diferidos reconhecidos de períodos anteriores	–	–	–	–
Impostos diferidos não reconhecidos/baixados	(2.937.852)	(1.179.571)	(4.044.525)	(1.465.668)
Incentivos Fiscais	412.143	–	185.217	–
Doações	(24.725)	(8.901)	(35.439)	(12.758)
Demais adições e exclusões	206.033	102.987	(798.670)	(259.323)
Total da despesa de IRPJ e CSLL	(861.587)	(663.706)	(6.222.572)	(2.288.246)
Alíquota efetiva	429,94%	331,19%	51,75%	19,03%

26.4 - Incentivos Fiscais - SUDENE

A Medida Provisória nº 2.199-14, de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196, de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste, que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura considerado, em ato do Poder Executivo, prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimento em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Sobre os contratos de concessões nº 006/2004 da geração e nº 061/2001 da transmissão (ambos assinados pela CHESF), o direito ao incentivo da redução de 75% do imposto de renda abrange os anos de 2008 a 2017. Para os contratos da transmissão nºs 008/2005 e 007/2005 o direito ao incentivo da redução foi concedido para o período de 2011 a 2020. Para os contratos com incentivo fiscal a alíquota do imposto de renda de 25% passa a ser de 6,25%.

26.5 - Parcelamento Especial - PAES

As controladas Furnas, Eletrosul, Eletroacre e Distribuição Alagoas optaram pelo refinanciamento de débitos tributários. O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor é corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP e SELIC.

26.6 - Programa de Recuperação Fiscal (REFIS) - Lei nº 12.865/2013

Furnas, em 30 de dezembro de 2013, optou pelo REFIS, referente aos processos de PASEP, COFINS e PASEP/COFINS.

O prazo de financiamento é limitado a 180 meses e o saldo devedor, corrigido pela SELIC, em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 180.203 (R$ 478.525 em 31 de dezembro de 2016).

26.7 - PASEP e COFINS Diferidos sobre Variação Cambial Ativa

Em 1º de abril de 2015 foi publicado o Decreto nº 8.426 que restabeleceu para 0,65% e 4%, respectivamente, as alíquotas do PIS/PASEP e da COFINS incidentes sobre as receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de incidência não cumulativa, com vigência a partir de 1º de julho de 2015.

Todavia, com o advento do Decreto nº 8.451, publicado em 19 de maio de 2015, o Governo Federal reestabeleceu para zero as alíquotas de PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre as receitas financeiras decorrentes de variações monetárias, em função da taxa de câmbio, de: (i) operações de exportação de bens e serviços para o exterior; e (ii) obrigações contraídas pela pessoa jurídica, inclusive, empréstimos e financiamentos.

Uma vez que o Decreto nº 8.451 estabeleceu a manutenção da alíquota zero somente para as supramencionadas operações, a Controladora passou a recolher, quando da liquidação da correspondente transação, as contribuições do PIS/PASEP e COFINS incidentes sobre as variações monetárias decorrentes da oscilação da moeda estrangeira observada nos contratos de empréstimos concedidos pela Companhia.

26.8 - Programa de Regularização Tributária – PRT

Em 31 de maio de 2017, as subsidiárias da Eletrobras (Eletronorte, EDE Piauí, EDE, Alagoas, EDE Roraima, EDE Acre e EDE Rondônia) aderiram ao Programa de Regularização Tributária - PRT, instituído pelo Governo Federal por meio da Medida Provisória 766/2017. Tal programa permitiu, entre outras modalidades de pagamento e parcelamento, quitar débitos tributários federais utilizando-se de prejuízo fiscal para amortizar até 76% da dívida e o saldo remanescente parcelado em 24 meses. As empresas do Grupo Eletrobras já listadas inscreveram o montante R$ 891.249 mil, sendo utilizado R$ 677.349 de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (equivalente a 76% do débito consolidado) para pagamento à vista e o restante parcelado em 24 meses. Tal operação permitiu que se obtivesse um ganho de R$ 677.349 relativamente ao aproveitamento do prejuízo fiscal e da base negativa de contribuição social.

NOTA 27 - ENCARGOS SETORIAIS

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO CIRCULANTE		
Quota RGR	83.641	56.083
Quota CDE	89.688	53.733
Quota PROINFA	9.159	14.152
Compensação pelo Uso de Recursos Hídricos	178.978	72.456
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica	27.442	29.819
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	240.812	126.071
Programa de Eficiência Energética - PEE	65.802	258.590
Outros	32.658	36.297
	728.180	647.201
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		
Quota RGR	7.146	21.093
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	671.791	528.865
Programa de Eficiência Energética - PEE	19.486	65.295
	698.423	615.253
TOTAL	1.426.603	1.262.454

27.1 - Reserva global de Reversão - RGR

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Empresas Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos dos concessionários e permissionários, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço das concessionárias.

As concessionárias recolhem suas quotas anuais ao Fundo, não controlado pela Companhia, em conta bancária vinculada, administrada pela Companhia, que movimenta a conta nos limites previstos na Lei nº 5.655/1971 e alterações posteriores, também não refletida nas Demonstrações Financeiras da Companhia, posto tratar-se de entidade autônoma em relação à Companhia.

Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035. Com a edição da Lei nº 12.783/2013, a partir de 1º de janeiro de 2013, foram desobrigadas ao recolhimento das quotas anuais da RGR:

a) As concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica;

b) As concessionárias de serviço público de transmissão de energia elétrica licitadas a partir de 12 de setembro de 2012; e

c) As concessionárias de serviço público de transmissão e geração de energia elétrica prorrogadas nos termos da Lei nº 12.783/2013.

27.2 - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

A Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) é destinada a promover o desenvolvimento energético dos estados, a projetos de universalização dos serviços de energia elétrica, ao programa subvenção aos consumidores de baixa renda e à expansão da malha de gás natural para o atendimento dos estados que ainda não possuem rede canalizada.

A CDE também é utilizada para garantir a competitividade da energia produzida a partir de fontes alternativas (eólica, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa) e do carvão mineral nacional.

A partir do exercício de 2013, como um dos instrumentos para viabilizar a redução na conta de energia, essa contribuição foi reduzida para 25% da taxa vigente.

27.3 - PROINFA

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de abril de 2002, é gerenciado pela companhia e busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

O PROINFA prevê a operação de 144 usinas, totalizando 3.299,40 MW* de capacidade instalada. As usinas do programa respondem pela geração de aproximadamente 12.000 GWh/ano - quantidade capaz de abastecer cerca de 6,9 milhões de residências e equivalente a 3,2% do consumo total anual do país. Os 3.299,40 MW* contratados estão divididos em 1.191,24 MW* provenientes de 63 Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), 1.422,92 MW* de 54 usinas eólicas, e 685,24 MW* de 27 usinas a base de biomassa. Essa energia tem garantia de contratação por 20 anos pela Companhia. As operações no âmbito do PROINFA não afetam o resultado da Companhia (sendo esta a responsável pelo pagamento).

(*) Informações não auditadas pelos auditores independentes

27.4 - Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos para fins de geração de energia elétrica foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

Conforme estabelecido na Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, com modificações dadas pelas Leis nºs 9.433/1997, 9.984/2000 e 9.993/2000, são destinados 45% dos recursos aos Municípios atingidos pelos reservatórios das UHEs, enquanto que os Estados têm direito a outros 45%. A União fica com 10% do total. Geradoras caracterizadas como Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCHs), são dispensadas do pagamento da compensação financeira.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

27.5 - Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica

A Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica foi criada, pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e regulamentada pelo Decreto nº 2.410, de 28 de novembro de 1997, com a finalidade de constituir a receita da Agência Nacional de Energia Elétrica cobertura das suas despesas administrativas e operacionais.

A TFSEE equivale a 0,5% do valor econômico agregado pelo concessionário, permissionário ou autorizado, inclusive no caso de produção independente e autoprodução, na exploração de serviços e instalações de energia elétrica.

A TFSEE é devida desde 1º de janeiro de 1997, sendo fixada anualmente pela ANEEL e paga em doze cotas mensais.

27.6 - Pesquisa e Desenvolvimento - P&D e Programa de Eficiência Energética - PEE

As concessionárias de energia elétrica estão obrigadas a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos. Busca-se promover a cultura de inovação, criando novos equipamentos e aprimorando a prestação de serviço que contribuam para a segurança do fornecimento de energia elétrica, a modalidade tarifária, a diminuição do impacto ambiental do setor e da dependência tecnológica do país.

Os recursos de PEE têm a finalidade de promover o uso eficiente de energia em todos os setores da economia por meio de projetos que demonstrem a importância e a viabilidade econômica de melhoria de eficiência energética de equipamentos, processos e usos finais de energia. Busca-se maximizar os benefícios públicos de energia economizada e da demanda evitada, promovendo a transformação do mercado de eficiência energética, estimulando o desenvolvimento de novas tecnologias e a criação de hábitos e práticas racionais de uso da energia elétrica.

Atendendo determinação dos citados dispositivos legais, em contrapartida aos lançamentos registrados no passivo, as concessionárias contabilizam no resultado, em pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética, como dedução da receita operacional.

NOTA 28 - REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Circulante				
Dividendos não reclamados	9.484	24.339	9.520	25.312
Dividendos retidos exercícios anteriores	–	–	–	1.837
Dividendos mínimos obrigatórios do exercício	–	433.963	8.819	435.742
	9.484	458.302	18.339	462.891

28.1 - Dividendos Não Reclamados

O saldo da remuneração aos acionistas, demonstrado no passivo circulante em 31 de dezembro de 2017, contém a parcela de R$ 9.520 (R$ 25.312 em 31 de dezembro de 2016) no consolidado, referente a remunerações não reclamadas dos exercícios de 2014, 2015 e 2016. A remuneração relativa ao exercício de 2011 e anteriores, está prescrita, nos termos do Estatuto da Companhia.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800171

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

28.2 - Dividendos mínimos obrigatórios

O estatuto da Companhia estabelece como dividendo mínimo obrigatório 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária, respeitada a remuneração mínima para as ações preferenciais das classes A e B, de 8% e 6%, respectivamente, do valor nominal do capital social relativo a essas espécies e classes de ações, prevendo a possibilidade de pagamento de juros sobre capital próprio. Os dividendos mínimos obrigatórios de R$ 466.984 relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016, conforme parágrafo terceiro do artigo 205 da Lei nº 6.404/76 e aprovação na ata da 167ª Assembleia Geral Extraordinária e 57ª Assembleia Geral Ordinária em 28 de abril de 2017, foram pagos em 19 de dezembro de 2017.

NOTA 29 - BENEFÍCIOS AOS EMPREGADOS

As empresas do Sistema Eletrobras patrocinam planos de previdência aos seus empregados, bem como planos de assistência médica e seguro de vida pós-emprego em determinados casos. Esses benefícios são classificados como benefícios definidos (BD) e de contribuição definida (CD).

Devido à estrutura descentralizada do Sistema Eletrobras, cada segmento patrocina seu próprio pacote de benefícios a empregados. De forma geral, o Grupo oferece aos seus atuais e futuros aposentados e aos seus dependentes benefícios do tipo previdenciário, de assistência à saúde e seguro de vida pós-emprego, conforme apresentado na tabela a seguir:

Tipos de benefícios pós-emprego patrocinados pelas empresas do Sistema Eletrobras					
	Planos de benefícios previdenciários			Outros benefícios pós-emprego	
Empresa	Plano BD	Plano Saldado	Plano CD	Seguro de Vida	Plano de Saúde
Eletrobras	X		X	X	X
Amazonas	X		X		
Boa Vista	X		X		X
Ceal	X		X		X
Cepisa	X		X		
Ceron			X		
CGTEE	X				
Chesf	X	X	X	X	
Eletroacre			X		
Eletronorte	X		X	X	X
Eletronuclear	X				X
Eletrosul	X		X		X
Furnas	X		X	X	X

O plano de benefício previdenciário normalmente expõe o Grupo a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento	O valor presente do passivo do plano de benefício definido previdenciário é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em ações, instrumentos de dívida e imóveis. Devido à natureza de longo prazo dos passivos do plano, o conselho do fundo de pensão considera apropriado que uma parcela razoável dos ativos do plano deva ser investida em ações e imóveis para alavancar o retorno gerado pelo fundo.
Risco de taxa de juros	Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.
Risco de longevidade	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.
Risco de salário	O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

As tabelas abaixo apresentam a conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido e do valor justo dos ativos com os valores registrados no balanço patrimonial para os benefícios previdenciários e para os demais benefícios pós-emprego. A seguir estão apresentados os resultados consolidados do grupo Eletrobras. A mais recente avaliação atuarial dos ativos do plano e do valor presente da obrigação dos benefícios definidos foi realizada em 31 de dezembro de 2017.

Obrigações de benefício pós emprego - valores reconhecidos no balanço patrimonial	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Planos de benefícios previdenciários	591.363	408.039	1.870.577	2.214.342
Planos de saúde e seguro de vida	16.133	15.628	315.428	253.212
Outras obrigações de benefícios pós-emprego	–	–	–	8.093
Total das obrigações de benefício pós emprego	607.496	423.667	2.186.005	2.475.647
Circulante	28.830	29.632	184.293	107.571
Não circulante	578.666	394.035	2.001.712	2.368.076

a) Conciliação dos passivos dos planos de previdência e outros benefícios

Planos de benefícios definidos previdenciários - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	2.185.266	1.988.849	23.084.912	21.682.893
Valor justo dos ativos do plano (–)	(1.593.903)	(1.586.720)	(23.153.018)	(22.025.946)
Passivo/(Ativo) líquido	591.363	402.129	(68.107)	(343.054)
Efeito de restrição sobre o ativo	–	–	1.797.066	2.077.026
Dívida atuarial contratada entre patrocinador e plano	69.588	74.649	1.380.914	1.397.984
Dívida financeira contratada entre patrocinador e plano	–	–	–	15.479
Outros benefícios previdenciários	–	5.913	26.683	171.525
Valor de passivo/(ativo) de benefícios pós-emprego	591.363	408.039	1.870.577	2.214.342
Custo de serviço corrente líquido	(1.518)	(1.300)	(50.269)	(71.682)
Custo de juros líquidos	41.975	21.824	180.742	103.593
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	40.457	20.524	130.473	31.911

Outros benefícios pós-emprego - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor presente das obrigações atuariais parcial ou totalmente cobertas	16.133	15.628	315.428	253.212
Valor justo dos ativos do plano (–)	–	–	–	–
Passivo/(Ativo) líquido	16.133	15.628	315.428	253.212
Valor de passivo/(ativo) de outros benefícios pós-emprego	16.133	15.628	315.428	253.212
Custo de serviço corrente	1.544	1.265	10.479	13.711
Custo de juros líquidos	1.734	1.535	26.566	35.601
Despesa/(Receita) atuarial reconhecida no exercício	2.812	2.345	37.045	49.312

b) Divulgação de Benefícios Definidos Previdenciários

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor das obrigações atuariais no início do ano	1.988.849	1.650.165	21.682.893	17.867.309
Controlada mantida para venda (*)	–	–	(339.490)	–
Custo de serviço corrente	3.570	3.546	102.752	75.475
Juros sobre a obrigação atuarial	211.943	207.224	2.273.454	2.262.079
Benefícios pagos no ano (–)	(243.320)	(201.599)	(1.821.569)	(1.576.185)
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	*224.225*	*329.513*	*1.186.871*	*3.054.215*
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	–	–	–	213.883
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	134.888	206.566	1.094.536	2.723.761
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	89.337	122.947	92.335	116.571
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	2.185.266	1.988.849	23.084.912	21.682.893

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - conciliação do valor justo dos ativos dos planos:

Planos de benefícios definidos previdenciários - Movimentação e composição do valor justo dos ativos	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor justo dos ativos no início do ano	1.586.720	1.474.504	22.025.946	18.905.009
Controlada mantida para venda (*)	–	–	(311.680)	–
Benefícios pagos durante o exercício (-)	(243.320)	(201.599)	(1.821.537)	(1.576.185)
Contribuições de participante vertidas durante o exercício	5.087	4.846	153.884	147.157
Contribuições do empregador vertidas durante o exercício	31.007	45.349	328.526	281.376
Rendimento esperado dos ativos no ano	169.968	185.400	2.334.352	2.423.501
Ganho/(Perda) sobre os ativos do plano (excluindo as receitas de juros)	44.441	78.220	443.525	1.845.088
Valor justo dos ativos ao final do ano	1.593.903	1.586.720	23.153.018	22.025.946
Rendimento efetivo dos ativos no ano	214.409	263.620	2.777.878	4.268.589

Resultados consolidados de benefícios definidos previdenciários - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados Programa Previdenciário	448.917	262.758	3.641.454	3.482.507

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício líquidos dos impostos diferidos - Programa Previdenciário	(186.160)	(180.974)	(158.947)	(1.160.545)

c) Divulgação de Outros Benefícios Pós-Emprego

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - conciliação do valor presente das obrigações de benefício definido:

Outros benefícios pós-emprego - Movimentação do valor presente das obrigações atuariais	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor das obrigações atuariais no início do ano	15.628	9.933	253.212	272.296
Custo de serviço corrente	1.544	1.265	10.547	13.187
Juros sobre a obrigação atuarial	1.731	1.535	26.597	34.855
Benefícios pagos no ano	(19.951)	–	(211.441)	(30.013)
Custos de exercícios anteriores	–	1.618	–	–
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais decorrentes de remensuração	*17.181*	*1.277*	*236.515*	*(37.113)*
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas demográficas	–	–	10.753	(3.190)
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	856	813	24.243	27.039
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	16.325	464	201.518	(62.580)
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	16.133	15.628	315.429	253.212

Resultados consolidados de outros benefícios pós-emprego - Montantes reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados - Outros benefícios pós-emprego	(2.037)	(19.218)	236.515	9.213

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ganhos (perdas) atuariais reconhecidos em ORA no exercício - Outros benefícios pós-emprego	(17.181)	(2.895)	(236.515)	37.113

continua

continuação

d) Hipóteses Atuariais e Econômicas

As premissas atuariais apresentadas abaixo foram utilizadas na determinação da obrigação de benefício definido e da despesa do exercício.

Hipóteses Econômicas		
	2017	**2016**
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	9,38% a 9,73%	10,95% a 11,17%
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	5,13% a 5,45%	5,70% a 5,91%
Projeção de aumento médio dos salários	4,06% a 6,59%	4,97% a 9,02%
Projeção de aumento médio dos benefícios	4,06%	4,97%
Taxa anual real de evolução custos médicos	–	0% a 4,43%
Taxa média de inflação anual	0,0%	4,97%
Expectativa de retorno dos ativos do plano (ii)	9,38% a 9,73%	10,95% a 11,17%
Hipóteses Demográficas		
	2017	**2016**
Taxa de rotatividade	0%; N/A; NUCLEOS - 215: Suavizada em 20%; T1 Service Table SUAV 20%	0%; GAMA - Exp. Rotatividade; T1 Service Table Suav. 20%; 80% T1 Service Table
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-83 Basic FEMALE; AT-83 Basic FEMALE; AT-2000 M&F SUAV 10%; AT-2000 BASIC M; AT-2000 BASIC DES 5% e Segregada por Sexo; AT-2000 BASIC (D30%) M&F; AT-2000 (UNISEX) DES 10%; AT-2000 (Suav. 10%) M&F; AT-2000 Basic M&F;	AT-2000 BASIC; AT-83 BASIC F; AT-2000 (D10%/D5%/D30%); AT-2000 (suavizada 10%);
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 DES; AT-49 DES 2 ANOS; AT-83 M&F SUAV 10%; MI-85 Segregada por Sexo; AT-83 M; AT-49 Segregada por Sexo; AT-49 M&F; AT-49 AGRAV 100% M&F; AT-83M (desagravada em 5%); RP 2000 DISABLED M&F; RRB - 1983	AT- 83; AT-83 (suav. 10%); AT-49 DES 2 anos; MI-85; AT-49 M; AT- 49 M&F; AT-49 (M&F) AGR 100%; RP - 2000 Disable; AT - 83M (desagravada em 5%); RP 2000 Disable M&F; RRB - 1983
Tábua de invalidez	Alvaro Vindas; Light Média	Light Fraca, Média e Forte; Alvaro Vindas
% de casados na data de aposentadoria	95%	95%
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos

(i) Taxa de juros de longo prazo

(ii) Representa as taxas máximas e mínimas de retorno de ativos dos planos.

A definição dessa taxa considerou à prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado realizada pela Administração tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do plano BD em 31 de dezembro de 2017 foi de R$ 214.409 (R$ 263.620 em 2016) na Controladora e R$ 2.777.878 (R$ 4.268.589 em 2016) no Consolidado.

e) Contribuições patronais

Em 31 de dezembro de 2017, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 25.505 (R$ 18.562 em 2016) e R$ 163.857 (R$ 214.783 em 2016) no Consolidado.

Em 31 de dezembro de 2017, as contribuições feitas pela Controladora, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano BD atingiram R$ 31.007 (R$ 45.349 em 2016) e R$ 328.526 (R$ 281.376 em 2016) no Consolidado.

A Controladora espera contribuir com R$ 32.589 com o plano de benefício definido durante o próximo exercício e R$ 50.384 no Consolidado.

A duração média ponderada da obrigação de benefício definido da Controladora é de 8,95 anos e a média do Consolidado ponderada pelas obrigações é de 10,87 anos.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido pós-emprego para os próximos 10 anos:

Controladora

Programa Previdenciário	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Próximos 5 Anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017	192.141	190.514	187.599	184.039	180.072	830.286	1.764.651

Consolidado

Programa Previdenciário	Ano 1	Ano 2	Ano 3	Ano 4	Ano 5	Próximos 5 Anos	Total
Em 31 de dezembro de 2017	1.728.431	1.731.547	1.730.953	1.722.171	1.710.042	8.279.491	16.902.635

f) As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, custo médico, aumento salarial esperado e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Controladora

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 45.514 (aumento de R$ 47.296).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 58.529 (redução de R$ 59.210).

Consolidado

- Se a taxa de desconto fosse 0,25% mais alta (baixa), a obrigação de benefício definido teria redução de R$ 551.847 (aumento de R$ 579.980).
- Se os custos médicos fossem 0,25% mais altos (baixos), a obrigação de benefício definido teria uma redução de R$ 5.947 (redução de R$ 7.502).
- Se a expectativa de vida aumentasse (diminuísse) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R$ 490.696 (redução de R$ 497.409).

A análise de sensibilidade apresentada pode não ser representativa da mudança real na obrigação de benefício definido, uma vez que não é provável que a mudança ocorresse em premissas isoladas, considerando que algumas das premissas podem estar correlacionadas.

Além disso, na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação de benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial.

Não houve alteração em relação a exercícios anteriores nos métodos e nas premissas usados na preparação da análise de sensibilidade.

g) Montantes incluídos no valor justo dos ativos dos planos

	Controladora		Consolidado	
Categoria de Ativo	**2017**	**2016**	**2017**	**2016**
Valores Disponíveis Imediatos	4	83	797	10.361
Realizáveis	62.157	142.347	834.606	913.902
Crédito de Depósitos Privados	159.477	213.464	1.171.009	364.800
Investimentos em Renda Fixa	499.798	814.464	16.359.920	16.409.421
Investimentos em Renda Variável	119.962	162.490	2.088.593	2.545.552
Investimento em Fundos	617.532	190.278	1.853.234	1.231.716
Investimentos Imobiliários	128.457	131.019	793.797	823.129
Investimentos Estruturados	–	–	545.444	451.874
Empréstimos e Financiamentos	81.566	81.383	562.396	563.357
Outros	2.291	2.210	2.186	76.172
(–) Recursos a receber do patrocinador	(7.910)	(81.291)	(319.896)	(421.767)
(–) Exigíveis Operacionais	(3.660)	(5.906)	(130.987)	(111.563)
(–) Exigíveis Contingenciais	(12.367)	(9.891)	(305.669)	(503.233)
(–) Fundos de Investimentos	(5.588)	(5.172)	(82.271)	(117.356)
(–) Fundos Administrativos	(47.816)	(48.758)	(200.293)	(192.172)
(–) Fundos Previdenciais	–	–	(19.849)	(18.249)
Total dos ativos	1.593.903	1.586.720	23.153.018	22.025.946

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos de investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

NOTA 30 - PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Companhia e suas controladas são partes envolvidas em diversas ações em andamento no âmbito do judiciário, principalmente nas esferas trabalhista e cível, que se encontram em vários estágios de julgamento.

A Administração da Companhia adota o procedimento de classificar as causas impetradas contra a Companhia em função do risco de perda e da ocorrência de obrigação presente em função de evento passado, baseada na opinião de seus consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como provável, além de atender a condição de obrigação presente vinculada a evento passado, são constituídas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, não é realizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, não é realizada provisão e somente são divulgadas em Notas Explicativas as informações relevantes, que, a critério da administração, sejam julgadas de relevância para o pleno entendimento das demonstrações financeiras.

Portanto, para fazer face a eventuais perdas, são constituídas as provisões para contingências, conforme julgamento realizado pela administração da Companhia e de suas controladas, amparadas em seus consultores jurídicos, como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais.

Na data de encerramento destas demonstrações financeiras, a Companhia apresenta as seguintes provisões para obrigações legais vinculadas a processos judiciais, por natureza, consideradas pela Administração da Companhia como sendo uma obrigação presente da entidade, derivada de eventos já ocorridos, cuja liquidação se espera que resulte em saída de recursos da entidade capazes de gerar benefícios econômicos:

a) Provisão para contingências:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	**31/12/2016**	**31/12/2017**	**31/12/2016**
CIRCULANTE				
Trabalhistas	3.092	950	278.104	39.373
Tributárias	–	–	6.882	4.415
Cíveis	847.612	755.861	1.233.401	1.039.687
	850.704	756.811	1.518.387	1.083.475
NÃO CIRCULANTE				
Trabalhistas	1.187.019	457.097	2.358.354	1.369.292
Tributárias	–	–	625.879	586.429
Cíveis	15.759.489	13.216.976	20.049.730	17.690.233
	16.946.508	13.674.073	23.033.963	19.645.954
	17.797.212	14.430.884	24.552.350	20.729.429

Estas provisões tiveram, neste período, a seguinte evolução:

	CONTROLADORA	CONSOLIDADO
Saldo em 31/12/2016	14.430.884	20.729.429
Constituição de provisões	4.570.106	6.762.387
Reversão de provisões	(1.640.399)	(2.514.588)
Atualização Monetária	1.032.635	1.314.434
Baixas	–	(1.087.114)
Pagamentos	(596.014)	(652.198)
Saldo em 31/12/2017	17.797.212	24.552.350

A constituição e a reversão da provisão para contingências foram registradas no resultado do período como Provisões Operacionais (Nota 43).

a.1) Ações judiciais cíveis

Controladora

i. Reclamação de Correção Monetária sobre o Empréstimo Compulsório

Existe um contencioso judicial expressivo envolvendo a controladora, onde o maior número de ações nesse universo diz respeito às ações que têm por objeto a aplicação de critérios de atualização monetária sobre os créditos escriturais do Empréstimo Compulsório sobre o consumo de energia elétrica.

Tais demandas têm por objeto impugnar a sistemática de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia.

Os créditos do empréstimo compulsório foram pagos pela Companhia por intermédio de conversões realizadas em 1988, 1990 e 2005.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800173

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A divergência foi levada ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), tendo a questão de mérito sido decidida por aquela Corte. A matéria, entretanto, é atualmente objeto de recursos ao Supremo Tribunal Federal (STF), os quais se encontram pendentes de julgamento.

A despeito da questão ter sido submetida ao STF, face ao precedente do STJ, decidido sob o rito do artigo 543-C do Código de Processo Civil de 1973, as demandas ajuizadas têm tido seu curso normal e, por conseguinte, vêm ocorrendo diversas condenações ao pagamento de diferenças de correção monetária relativas a esse período e em decorrência das mesmas a Eletrobras tem sido alvo de numerosas execuções, sendo que nessas execuções há dissenso entre a Eletrobras e os autores quanto à forma de apuração do valor devido.

A Companhia mantém provisão para estas contingências cíveis, na Controladora, no valor de R$ 16.596.267 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 13.901.602 em 31 de dezembro de 2016) referente a esses processos.

ii. Amazonas GT e Eletrobras

Existem processos promovidos contra a Amazonas GT, nos quais a Eletrobras foi incluída no polo passivo, por ter se obrigado como fiadora e devedora principal da Amazonas GT em diversos contratos de fornecimento de energia.

Tais processos são decorrentes de pagamentos, multas e encargos por supostos atrasos e inadimplementos da Amazonas GT no cumprimento de obrigações referentes a tais contratos.

Em específico a esses contratos de fornecimento de energia no qual a Eletrobras se figura como fiadora, a Companhia mantém a provisão de R$ 545.928 (R$ 531.198 em 31 de dezembro de 2016) lastreada no ativo de mesmo montante junto à controlada Amazonas GT.

iii. Amazonas Distribuidora e Eletrobras

Processo que discute eventuais atrasos no pagamento pela Amazonas Distribuidora ao Produtores Independente de Energia (PIE) Companhia Energética Manauara S/A. Assim, como a Eletrobras foi incluída no polo passivo, por ter se obrigado como fiadora e devedora principal desse contrato de fornecimento de energia, em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta o montante de R$ 12.985 (R$ 12.635 em 31 de dezembro de 2016) provisionados em seu contingenciamento.

Consolidado

1) Amazonas Distribuidora

i. Atrasos de Pagamentos aos Produtores Independentes de Energia

A Companhia é parte em 18 processos movidos por Produtores Independentes de Energia (PIE), GERA - Geradora de Energia do Amazonas S/A, Breitener Jaraqui S/A, Companhia Energética Manauara S/A e Rio Amazonas Energia S.A., em que se discute os seguintes objetos: a) anulação de multa aplicada pela Companhia em virtude do atraso por parte do PIE na entrada em operação da usina; b) cobrança de diferenças de faturamento da parcela do preço da energia relativa ao fornecimento de combustível usado na operação da usina, trazendo questionamentos acerca da fórmula constante no anexo G; e c) cobrança de diferença de valores decorrentes da extinção da CPMF.

Decorrente de novas movimentações processuais, a Administração reavaliou o prognóstico dos processos em conjunto com assessores jurídicos em 2016. Em 31 de dezembro de 2017 a Companhia apresenta o montante atualizado de R$ 1.060.261 (R$ 965.517 em 31 de dezembro de 2016) provisionados em seu contigenciamento.

ii. Contingências tributárias passivas com risco possível

A Companhia possui riscos de natureza tributária relacionados ao PIS/COFINS sobre o reembolso CCC/CDE que não estão provisionados, pois envolve risco de perda classificado pela Administração e seus consultores jurídicos como possível.

A CCC/CDE é um encargo do setor elétrico brasileiro pago por todas as concessionárias de distribuição e de transmissão de energia elétrica, de forma a subsidiar os custos anuais de geração em áreas ainda não integradas ao Sistema Interligado Nacional - SIN, chamadas de Sistemas Isolados.

Neste contexto, a conta CCC/CDE tem a finalidade de custear as despesas da Amazonas Energia com a aquisição de insumos (combustível líquido e gasoso), aquisição de energia para revenda (Produtores Independentes), entre outros gastos usuais. O valor repassado pela CCC/CDE corresponde ao excedente apurado em relação ao Custo Total de Geração (CTG) e a quantidade gerada valorada pelo preço médio da potência e energia negociado no Ambiente de Contratação Regulada (ACR), cujo montante apurado é reembolsado pela CCC/CDE e contabilizado como recuperação de despesa, não caracterizando-se como uma subvenção e, consequentemente, não é uma receita operacional, não sendo, portanto, base de cálculo do PIS/Pasep e da COFINS, no entendimento da Administração, com base em opinião emitida pelos consultores jurídicos da Companhia.

Embora nenhum passivo tenha sido reconhecido por não ser provável uma saída de recursos, caso as autoridades fiscais imputem a cobrança dos referidos tributos, a Administração da Companhia estima que o risco relativo aos últimos cinco exercícios fiscais totalize R$ 716.932, considerado apenas o principal, sem multas e outros encargos.

2) CGTEE

i. Processo 2-12 0 236/12

Postula o Banco KfW a cobrança das obrigações oriundas dos empréstimos em desfavor da CGTEE, a qual figurava como avalista do referido empréstimo, considerando as amortizações vencidas (contabilizadas as multas contratuais), juros de empréstimo vencidos, juros de mora sobre amortizações vencidas e indenização por danos. A CGTEE não reconhece os avais, havendo, inclusive, ação em trâmite com provas da falsidade dos avais. A CGTEE recebeu o Ofício nº 2677/2013/CGCI-DRCI-SNJ-MJ, de 12/04/2013, do Ministério da Justiça, que encaminha Carta Rogatória de notificação de ação de cobrança do KfW junto ao Tribunal Regional de Frankfurt. A Carta Rogatória tomou o nº 7988/DE (2013/0109413-6) junto ao STJ. Refere-se a cobrança da garantia de 4 (quatro) contratos da Usina Termelétrica Winimport S/A. Já foram realizadas 3 audiências na Alemanha. O Escritório NOER LLP comunicou a sentença condenatória de 20/05/2016 da Eletrobras CGTEE em favor de KfW no valor estimado de EUR 74.330. Apelação interposta em 23/06/2016. As razões da apelação foram apresentadas em 27/09/2016. A etapa seguinte será a manifestação do KfW acerca do recurso. De acordo com o Escritório NOER LLP, a probabilidade de perda é provável e o valor de R$ 314.469 foi provisionado em 31 de dezembro de 2017.

3) Chesf

i. Declaração de Nulidade

A Chesf é autora de uma ação na qual pede a declaração de nulidade parcial de aditivo (Fator K de correção analítica de preços) ao contrato de empreitada das obras civis da Usina Hidrelétrica Xingó, firmado com o Consórcio formado pela Companhia Brasileira de Projetos e Obras - CBPO, CONSTRAN S.A. - Construções e Comércio e Mendes Júnior Engenharia S.A. (rés neste processo, e aqui doravante assim referidas), e a devolução de importâncias pagas, a título de Fator K, no valor de aproximadamente R$ 350.000 (valores da época, convertidos em reais), em dobro. As mesmas rés, além de contestarem o feito, ajuizaram, em paralelo, reconvenção pleiteando a condenação da Chesf a pagamentos vencidos decorrentes do mesmo aditivo contratual não tempestivamente liquidados pela Companhia (glosa parcial do Fator K entre julho de 1990 e dezembro de 1993, em obediência à Lei nº 8.030/1990, e suspensão integral do pagamento do Fator K, no período de janeiro de 1994 a janeiro de 1996).

Após longa tramitação processual nas instâncias ordinárias, incluindo controvérsia em torno do ramo judiciário competente para seu processamento e julgamento (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; o Tribunal Regional Federal da 5ª Região, à luz da Lei nº 8.197/1991, entendeu ser a competência da Justiça Estadual, entendimento este ratificado pelo Tribunal de Justiça de Pernambuco/TJPE - o Superior Tribunal de Justiça/STJ, instado a se pronunciar na matéria, não conheceu do correspondente recurso especial por razões exclusivamente processuais), a ação da Chesf foi julgada improcedente e a reconvenção das rés julgada procedente, ambas as decisões proferidas pelo TJPE.

A Chesf e a União, no curso do processo - por questões incidentais - e especialmente ao seu final nas instâncias ordinárias, apresentaram recursos especiais e extraordinários. A Chesf interpôs agravo regimental dessa decisão, rejeitado pela Corte Especial e pendente de publicação.

Em 02/12/2016 a Chesf protocolizou petição de Tutela Provisória Incidental nos autos do RESP nº 1.530.912/PE, a qual teve seu pedido deferido, atribuindo efeito suspensivo para sustar a eficácia do acórdão prolatado pelo TJPE, até julgamento definitivo do recurso especial.

Paralelamente, e desde a conclusão da tramitação do feito perante as instâncias ordinárias, as rés vem tomando, perante as instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, diversas iniciativas no sentido de promover a execução do montante que pleitearam em reconvenção.

Assim, em novembro/1998 apresentaram pedido de execução provisória, mediante antecipação judicial da tutela pretendida, mas tal iniciativa foi suspensa por ordem do STJ.

Após, as mesmas rés formularam processo de liquidação da decisão provisória que detinham em seu favor, o qual, afinal - e não sem antes, no seu curso, haver sido declinado à Justiça Federal, decisão esta revertida pelo TJPE a pedido das rés -, foi extinto sem julgamento de mérito por decisão da primeira instância que, recorrida, foi revertida pelo TJPE, que deu provimento, em larga medida, à pretensão das rés (AI 205.097-7), homologando, com exclusões, o segundo laudo pericial final de arbitramento de valores apresentado no feito em primeira instância. Ainda neste mesmo caso, e após a sucessiva apreciação de diversos embargos de declaração articulados por todas as partes do processo, o mesmo TJPE acolheu pretensão da Chesf no sentido de excluir daquela anterior homologação de valores o indevido cômputo cumulado de juros moratórios contratuais e legais, reduzindo assim muito substancialmente o montante reconhecido em favor das rés.

Concluída a apreciação da matéria liquidatória nas instâncias ordinárias do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco, todas as partes do processo apresentaram recursos às instâncias judiciárias superiores - no caso da Chesf, tanto recurso especial ao STJ (apontando diversas irregularidades processuais e manifestas reduções ainda legalmente necessárias no montante liquidatório inicialmente homologado pelo TJPE) quanto recurso extraordinário ao STF (apontando questões processuais relacionadas às garantias fundamentais constitucionais).

Cabe ainda registrar, neste mesmo feito - processo de liquidação –, que independentemente dos antes referidos recursos especiais e extraordinários ora pendentes de apreciação, encontra-se em curso perante o STJ o RESP 1.366.295, onde, já após a vigência da Lei nº 9.469/1997, controverte-se novamente a competência para processamento e julgamento daquela causa (a Chesf e a União, sua assistente no processo, entendem pela competência da Justiça Federal; as rés entendem pela competência do Poder Judiciário do Estado de Pernambuco): neste recurso houve decisão denegatória da Segunda Turma do STJ, seguida de embargos declaratórios da CHESF. Em março de 2016 houve apreciação dos referidos embargos declaratórios com idêntico resultado sendo publicada tal decisão em 12/09/2016.

Em agosto de 2013 as rés, após a conclusão da tramitação deste feito liquidatório perante as instâncias ordinárias - e sem prejuízo das pendências dos recursos às instâncias judiciárias superiores antes referidos -, tomaram iniciativa perante a 12ª Vara Cível de Recife - PE no sentido de promover a execução provisória dos valores, que referenciados a abril/2015 totalizam um montante de R$ 1.035 milhões. Houve determinação de penhora on line, via Bacenjud, com várias iniciativas de incidência sobre ativos da CHESF. Até o dia 31/12/2015 os bloqueios somavam a importância de R$ 360 milhões. O consórcio peticionou requerendo que fosse penhorado 25% do faturamento da Chesf, bem como fosse liberado o valor até então bloqueado sem a apresentação de caução idônea, sendo tal pleito indeferido pelo MM. Juízo, decisão posteriormente confirmada pelo TJPE. Em 24/02/2016 nova decisão da 12ª Vara Cível da Comarca de Recife deferiu o pedido de penhora sobre títulos da dívida pública havidos pela Chesf, de forma a complementar, até o valor da condenação, o valor já bloqueado. Contra tal medida foi apresentado Agravo de Instrumento ao TJPE, pendente de julgamento. A Secretaria do Tesouro Nacional informou a impossibilidade de cumprimento de tal determinação e, por conseguinte, foram oficiados o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal. Em 31/05/2016, foi bloqueado pela Caixa Econômica Federal o valor de R$125 milhões, aplicados em fundos daquela instituição.

Apresentada Ação de Reclamação pela Chesf, em 31/05/2016, objetivando a suspensão da execução provisória e por via de consequência, as medidas de bloqueio foram deferidas liminares pelo Des. Substituto Roberto Maia em 06/06/2016 e revogada em 07/06/2016, restituindo a situação de bloqueio sem que houvesse, na prática, produzido seus efeitos. Novo pedido de reconsideração/agravo foi apresentado pela Chesf em 15/06/2016, recebido como agravo em 16/06/2016 tendo sido determinada a citação das agravadas. Ante a juntada de novos documentos pela Chesf, o Relator Des. Eduardo Augusto Paurá Peres despachou para o Consórcio se manifestar sobre os documentos novos, dê-se vista aos reclamados, na forma do art. 437, §1º, do CPC1.

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, atualizou a provisão em seu passivo não circulante, no montante de aproximadamente R$ 1.098.566 e outros adicionais de R$ 109.956 em 31 de dezembro de 2017, relativamente ao valor da condenação em honorários de sucumbência em favor dos patronos das partes adversas à Chesf (estes fixados à razão de 10% sobre o valor da condenação principal e mais R$ 100.000,00), tudo o acima referido tomando especialmente por referência, de um lado, a decisão manifestada pelo TJPE em ação de liquidação (proposta pelo Consórcio Xingó - CBPO/CONSTRAN/Mendes Junior), atualmente em curso perante o STJ sob o nº RESP 1.530.912, distribuído naquela corte e ainda ali aguardando processamento e julgamento com atribuição de efeito suspensivo no recurso (há, no mesmo processo, também Recurso Extraordinário com destino ao Supremo Tribunal Federal), e, de outro lado, os valores em torno dos quais (inclusive conforme suscitado no ora Recurso Especial acima referido) há a convicção de descabimento/inaplicação ao caso.

ii. Ação de Indenização

Ação de Indenização de 14.400 ha. de terra na Fazenda Aldeia, proposta na Comarca de Sento Sé (BA), pelo Espólio de Aderson Moura de Souza e esposa (distribuído e autuado à época sob o número 0085/1993, atualmente 0000023-22.1993.805.0242). A sentença foi julgada procedente no primeiro grau para condenar a Chesf no valor de R$ 50.000, (principal mais juros e correção monetária). Em 31/12/2008, a Chesf interpôs recurso para o Tribunal de Justiça da Bahia. Em 31/03/2009 o processo foi transferido para a Justiça Federal face intervenção da União Federal na qualidade de assistente (sendo autuado sob o número 0003437-77.2011.4.01.3305). Em 30/06/2011 foi julgado parcialmente procedente recurso de apelação interposto pela Chesf perante o Tribunal Regional Federal da 1ª Região, sendo negado provimento à apelação do autor. Em 30/09/2011 foi ajuizada Ação Rescisória (0054126-49.2011.4.01.0000) perante o Tribunal Regional Federal da Primeira Região, tendo sido deferida liminar em 31/12/2011 determinando a suspensão da execução do processo principal, o que se perdura até este momento. A Companhia possui em seu passivo não circulante provisão para suportar eventual perda nesta Ação no valor de R$ 161.135. Em 31/12/2017, referida Ação Rescisória ainda encontra-se pendente de julgamento.

4) Eletronorte

i. Ação de desapropriação - UHE Balbina:

Desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 288.043 (Em dezembro de 2016 foi R$ 283.428).

ii. Ação indenizatória - Sul America Companhia Nacional de Seguros

Trata-se do ressarcimento de valores a Sul América Companhia Nacional de Seguros devido ao pagamento feito a Albrás Alumínio Brasileiro S.A. pelo sinistro sofrido decorrente da interrupção do fornecimento de energia elétrica. O processo passou a ser provisionado no exercício de 2015 por conta da mudança de estimativa de perda, que passou de possível para provável. No exercício de 2016 o processo montava R$ 237.299. O saldo em 31 de dezembro de 2017 monta a R$ 240.709.

5) Ceal

O Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Urbanas no Estado de Alagoas, na qualidade de substituto processual, abonou reclamação trabalhista em favor dos empregados da Companhia, visando o recebimento de supostas diferenças salariais, ocorridas em virtude da implantação do denominado "Plano Bresser" (Decreto-Lei nº 2.335/87). O pedido teve amparo perante a Egrégia Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Maceió-AL, decisão está confirmada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 19ª Região, estando a decisão transitado em julgado. Acrescente-se a isso o fato de a União ter ingressado no feito como assistente, o que reforça a defesa da Companhia na busca pela limitação à data-base, bem como a decisão datada de 15 de março de 2011, do TRT da 19ª Região, proc. 251900.68.5.19.1989.0002, da Companhia

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800174

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

de Abastecimento de Águas e Saneamento de Alagoas - CASAL, que houve a limitação à data-base. A Companhia tem constituída provisão para contingências em relação a esse assunto, no montante de R$ 356.000 em 31 de dezembro de 2017 (R$ 11.111 em 31 de dezembro de 2016).

b) Passivo Contingente:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Trabalhistas	2.331.258	2.273.211	3.813.708	3.901.704
Tributárias	329.851	810.130	12.213.802	10.431.673
Cíveis	9.313.102	6.745.488	38.689.568	43.942.534
	11.974.211	9.828.829	54.717.079	58.275.911

b.1) Cíveis

Controladora

i. Empréstimo Compulsório

As ações cíveis na Controladora têm por objeto a aplicação de critérios de atualização monetária sobre os créditos escriturais do Empréstimo Compulsório constituído a partir de 1978.

As demandas tem o objetivo de impugnar a sistemática de cálculo de atualização monetária determinada pela legislação que rege o Empréstimo Compulsório e aplicada pela Companhia. Os créditos foram integralmente pagos pela Companhia por intermédio de conversões em ações utilizando como base de atualização a legislação vigente.

ii. Reclamações de ação - *Class Action*

Em 22 de julho de 2015 e 15 de agosto de 2015, duas reclamações de ação de classe de títulos putativos foram protocoladas contra a Eletrobras e alguns de nossos empregados no Tribunal Distrital dos Estados Unidos no Distrito Sul de Nova York (SDNY). Em 2 de outubro de 2015, essas ações foram consolidadas e o Tribunal nomeou como requerentes principais, Dominique Lavoie e a Cidade de Providence. Os requerentes protocolaram uma reclamação aditada consolidada em 8 de dezembro de 2015 alegadamente em nome de investidores que compraram nossos títulos de negociação norte-americanos entre 17 de agosto de 2010 a 24 de junho de 2015, e protocolaram uma segunda reclamação aditada em 26 de fevereiro de 2016.

A segunda reclamação aditada alega, dentre outras coisas, que a Eletrobras e os réus individuais sabiam ou deveriam saber sobre a alegada fraude cometida contra a Companhia por um cartel de empreiteiras, bem como subornos e propinas alegadamente solicitados e recebidos pelos empregados da Eletrobras; que a Eletrobras e os réus individuais apresentaram declarações errôneas e omissões em relação à fraude alegada; e que o preço das ações da Eletrobras declinou quando a alegada fraude foi divulgada.

Os requerentes não especificaram um valor de indenização que estão buscando, tal valor, quando especificado, pode ser relevante para a Eletrobras. Em 15 de abril de 2016, a Eletrobras apresentou um pedido de extinção da segunda reclamação aditada, que foi plenamente abreviado e então apresentado ao Tribunal em 17 de junho de 2016.

Em 9 de março de 2017, foi realizada uma audiência sobre a defesa preliminar (Hearing on Motion to Dismiss) da Eletrobras na Class Action, franqueando-se tanto ao demandante quanto à Eletrobras oportunidade para apresentar argumentação oral perante a Corte, informando o escritório contratado, Davis Polk & Wardwell LLP, que o juiz John G. Koeltl concentrou esforços no questionamento às partes sobre a existência de materialidade nas infrações imputadas à Companhia e administradores.

Nesse contexto, a defesa oral da Eletrobras argumentou que não houve materialidade sob o ponto de vista quantitativo, eis que insignificantes são os impactos sobre as demonstrações financeiras da companhia. Ponderou, ainda, o escritório que apenas um administrador da holding foi citado nas denúncias (sendo que ainda não foi julgado no Brasil acerca de sua culpabilidade), o que é insignificante ante o porte da corporação e também o ajuste diminuto promovido em seu balanço societário.

Em 27 de março de 2017 foi divulgado o resultado da audiência de defesa preliminar (motion to dismiss), sendo que o Tribunal acatou parcialmente os argumentos da Eletrobras e parcialmente os argumentos dos reclamantes.

Em 28 de fevereiro de 2018, o Tribunal concedeu o pedido conjunto das partes para uma suspensão de 60 dias do litígio, enquanto as partes tentam resolver o assunto através da mediação. Se um acordo em relação à liquidação não for alcançado antes da expiração da permanência, o argumento oral sobre a moção dos credores para certificação de classe, previamente agendada para 12 de março de 2018, será reprogramado e a descoberta continuará até pelo menos setembro de 2018.

Dessa forma, não há obrigação presente (legal ou construtiva) com mensuração razoável que a Eletrobras tenha com relação ao processo coletivo.

Administração da Eletrobras acredita que as reclamações, em si, não criam uma obrigação presente para a Eletrobras em conformidade com o CPC 25/IAS 37 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes (*Provisions, Contingent Liabilities and Contingent Assets*). Como o litígio ainda está em *its discovery and class certification stages*, o resultado do litígio está sujeito a uma incerteza considerável, não sendo possível, nesta fase, para a Administração da Eletrobras estimar com confiabilidade a perda potencial ou um intervalo de perda, se houver, que pode resultar da resolução final desses processos judiciais. Portanto, nenhuma provisão foi reconhecida nas demonstrações financeiras da Eletrobras. O resultado final desses processos judiciais poderá ter um efeito adverso relevante nas demonstrações financeiras da Eletrobras, nos resultados das operações e nos seus fluxos de caixa futuros.

iii. Aquisição de energia de Belo Monte destinada ao ACL

A Eletrobras e suas controladas CHESF e Eletronorte detém o total de 49,98% do capital social da SPE Norte Energia S.A. (NESA), esta última responsável pela construção da usina hidrelétrica de Belo Monte.

Houve divergência entre os sócios quanto à aplicação da cláusula 6.7 do Acordo de Acionistas, a qual versa sobre exercício de direito de preferência para celebrar contrato de compra pelo preço de R$ 130,00/MWh (em abril de 2010) para aquisição de 20% da energia média assegurada, por parte da Eletrobras da energia de Belo Monte destinada ao Ambiente de Contratação Livre - ACL.

Alguns sócios da NESA alegam que a Eletrobras tem a obrigação de adquirir tal energia. A Eletrobras entende que inexiste tal obrigação e, sim, o direito de preferência. O Acordo de Acionistas prevê que os conflitos sejam resolvidos mediante arbitragem. Desta forma, a Assembleia de Acionistas da Norte Energia S.A. (NESA) deliberou em abril de 2016 pela instauração de tal procedimento.

Em 29 de junho de 2017, ocorreu audiência de exposição do caso em que foi determinado que (i) as partes juntem suas respectivas demonstrações financeiras auditadas, até 07 de agosto de 2017, indicando onde constam os lançamentos e referências ou notas explicativas relativas ao negócio do objeto arbitragem, (ii) que as partes apresentem pareceres técnicos, até 11 de setembro de 2017, analisando a estrutura de capital do projeto e (iii) que os demais pareceres técnicos sejam apresentados até 11 de setembro de 2017 e que as partes falem sobre os pareceres técnicos e juntem contra pareceres até 10 de novembro de 2017.

Em 07 de agosto de 2017, as partes apresentaram suas demonstrações financeiras, e em 11 de setembro de 2017 apresentaram seus pareceres técnicos.

Em março de 2018 ocorreu nova audiência para oitiva de testemunhas e foi solicitada ajuntada de documentos, pelos árbitros, o que deverá ocorrer até 28 de março de 2018.

No presente procedimento arbitral, a Eletrobras avalia como possível a probabilidade de que ela venha a perder tal litígio, de forma que nehuma provisão foi constituída para esse fim.

Adicionalmente, caso a Eletrobras não logre êxito no procedimento arbitral em curso, a Companhia estima o reconhecimento de uma provisão para perda de até R$ 1,9 bilhão na operação de compra e venda desta energia, considerando os valores em 31 de dezembro 2017. Para tal estimativa foi utilizada como base o custo de capital da Eletrobras, o preço do ACL atualizado pelo IPCA, o preço referência de venda de energia no longo prazo e o percentual de participação no investimento societário da Eletrobras e suas controladas em Belo Monte.

iv. Empréstimo Compulsório: conversão dos créditos pelo valor patrimonial

Trata-se de ação proposta pela Associação Brasileira de Consumidores de Água e Energia Elétrica, que tramita na 17ª Vara Federal de Brasília, sob o número 2005.34.00.036746-4, cujo objeto consiste em se obter a devolução do empréstimo compulsório com base no valor de mercado das ações, ao invés da sistemática hoje aplicada que utiliza o valor patrimonial das mesmas.

O valor da causa inicial em R$ 2.397.003. Em 31 de dezembro de 2017 o valor atualizado é de R$ 3.525.049.

A Companhia compreende que é cabível a conversão dos créditos em ações pelo valor patrimonial e não pelo valor de mercado, por expressa disposição legal (art. 4º da Lei nº 7.181/83) e por configurar-se critério mais objetivo, o qual depende de diversos fatores nem sempre diretamente ligados ao desempenho da empresa.

Atualmente, o processo está em fase de julgamento da apelação da autora, junto ao Tribunal Regional Federal da 1ª Região, haja vista que foi declarada como parte ilegítima para a propositura da ação pelo Juízo da 17ª Vara Federal do Distrito Federal. Ressalte-se que tal ação foi proposta em 09/07/2007 e que os acórdãos dos recursos repetitivos transitaram em julgado após 2009, motivo pelo qual o entendimento pacificado hoje é totalmente contrário à tese e pedido na inicial, motivo pelo qual, entendemos de forma conservadora que a previsão deve ser possível.

Consolidado

1) Distribuidoras

Demanda judicial movida pela Associação Nacional de Consumidores (ANDECO)

Trata-se de uma Ação Cível Pública, em trâmite na 18ª Vara Cível de Brasília, movida pela ANDECO em desfavor da Amazonas Distribuição de Energia e Distribuição Alagoas, tendo atribuído à causa envolvendo a Eletrobras e suas controladas o valor de R$ 13.523.334 na qual seu valor em contingência em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 17.620.288 (R$ 23.333.079 em 31 de dezembro de 2016), conforme quadro abaixo:

Empresa	Perdas	Dobra Legal	Contingência 31/12/2017
Eletrobras Amazonas Distribuição de Energia S.A.	4.813.561	9.627.122	12.670.272
Eletrobras Distribuição Alagoas S.A.	1.948.106	3.896.212	4.950.016
Total	6.761.667	13.523.334	17.620.288

A variação deve-se pelas demais distribuidoras serem classificadas em 31 de dezembro de 2017 como ativos mantidos para venda conforme nota explicativa 44.

A autora alega que, inobstante haver autorização da ANEEL, a cobrança rateada de valores de perdas não técnicas (fraudes, furtos, erros de medição, faturamento e fornecimento sem medição) é indevida e que, portanto, deverão as distribuidoras serem condenadas a ressarcir aos consumidores regulares, em dobro (dobra legal), os valores cobrados no período de 2010 a 2014, conforme seus respectivos balanços. Pleiteia, ainda, a anulação de todas as Resoluções da ANEEL que permitam a cobrança e inclusão nas faturas dos valores cobrados de perdas não técnicas.

A autora requereu o pedido liminar para suspender a cobrança, assim como as Resoluções da ANEEL que a permitem, totavia, o pedido foi indeferido. A Magistrada determinou a intimação da ANEEL quanto ao interesse para integrar a lide, a qual se manifestou positivamente, ensejando, por via de consequência, no declínio de competência e na redistribuição do efeito à Justiça Federal.

Em 08/08/2016, houve a redistribuição dos autos à 21ª Vara Federal de Brasília com despacho inicial mantendo os atos até então praticados na esfera cível e determinando a intimação da ANEEL e da União para apresentação de defesa, com posterior réplica autoral.

2) Amazonas Distribuidora

i. Contrato de Fornecimento de Gás - CIGÁS - Limitação do Volume do Gás

No que tange aos montantes de cobertura da Conta de Consumo de Combustível (CCC) referente aos custos de geração da controlada Amazonas Distribuidora de Energia, existe a possibilidade da não neutralidade do contrato de gás devido ao Despacho Aneel nº 314, de 02 de fevereiro de 2016 que fixou a quantidade de gás natural a ser reembolsada pela CCC em 2016 em patamar inferior à Quantidade Diária Contratada ("QDC") de 5.420.000 m3/dia conforme estabelecido no Contrato de Compra e Venda de Gás Natural entre a Amazonas Distribuidora e a CIGÁS/Petrobrás.

Em 2017 a ANEEL através da Resolução Homologatória nº 2.202, de 7 de março de 2017, que aprovou o orçamento anual da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE para o ano de 2017, manteve a mesma limitação do reembolso referente ao volume de gás no patamar de 2016. A Companhia ingressou com Pedidos de Reconsideração junto à ANEEL em face das limitações orçamentárias impostas pela ANEEL que estão pendentes de apreciação.

No entanto, em relação à limitação do reembolso do volume, a Companhia avalia como baixo o risco de materialização do desembolso financeiro, pois entende que a ANEEL não pode criar dispositivo que limita a cobertura do reembolso dos custos com geração definidos pela Lei nº 12.111/2009 e reforçados pela Lei nº 13.299/2016. Adicionalmente existe decisão favorável proferida em Segunda Instância em caso análogo a qual garante a Companhia o integral reembolso dos custos de geração, afastando os efeitos das limitações impostas. Em última instância, a Companhia entende que na improvável hipótese de prevalecer a limitação imposta pela ANEEL no reembolso do Volume do Gás, haveria um desequilíbrio econômico-financeiro passível de revisão do contrato de gás em referência ou ainda revisão do Preço do Gás pela ANP de forma a compensar tal desequilíbrio.

O montante envolvido na limitação do reembolso referente ao volume de gás em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 626.478 (R$ 340.000 reais em 31 de dezembro de 2016).

ii. Reembolso Óleo - Resolução Homologatória ANEEL Nº 427/2011

Com o advento da Medida Provisória nº 466/2009, posteriormente convertida na Lei nº 12.111/2009, a legislação setorial passou a dispor que a CCC passaria a reembolsar não apenas o custo total do combustível, mas, ainda todo o custo da geração de energia nos sistemas isolados, deduzido do custo médio da energia apurado para o ambiente regulado. Ao regulamentar a Lei nº 12.111/2009, o Decreto nº 7.246/2010 novamente não impôs ou estabeleceu qualquer limitação quanto ao reembolso integral previsto.

Contudo, ao regulamentar a Lei nº 12.111, de 2009, e o Decreto nº 7.246, de 2010, a Resolução Normativa ANEEL nº 427, de 2011, estabeleceu limitações ao reembolso dos custos de aquisição com combustíveis estabelecendo um preço de referência.

A Companhia entende que é direito líquido e certo o reembolso integral da CCC, sem qualquer limitação, nesse sentido fez-se necessário impetrar um Mandado de Segurança, a fim de garantir o reembolso previsto na Lei nº 12.111/2009, sem qualquer limitação.

Mediante a referida ação judicial, foi proferida Decisão em Segunda Instância a qual garante a Companhia o integral reembolso dos custos de geração, afastando os efeitos da Resolução Homologatória ANEEL nº 427/2011. Com isso, vige atualmente decisão que concedeu a segurança pleiteada, no sentido de assegurar o reembolso integral dos custos referentes ao consumo de combustíveis sem qualquer limitação.Desta forma a Companhia permanece sendo reembolsada integralmente de seus custos de geração.

A Companhia entende que é baixo o risco de perda do litígio em virtude da Decisão já proferida, decisão esta reforçada pela Lei nº 13.299/2016 que trouxe o benefício de prover recursos para o pagamento dos reembolsos das despesas de aquisição de combustível incorridas até 30 de abril de 2016 pelas concessionarias titulares das concessões que trata a Lei nº 12.111/2009, comprovadas, porém não reembolsadas por força das exigências de eficiência econômica e energética de que trata o § 12 do art. 3º da referida Lei.

Nesse sentido, têm-se, ainda a Nota Técnica ANEEL nº 331/2016, de 12 de setembro de 2016, que em seu item III. 2 - "Alterações na CCC", dispõe que há necessidade de adequações da Resolução Normativa 427/2011 em virtude da Lei nº 13.299/2016, vejamos:

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800175

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

ii.2 Alterações na CCC

a. Em virtude da publicação da Lei nº 13.299, de 21/6/2016, a qual alterou, dentre outros, dispositivos da Lei nº 12.111, de 9/12/2009, há que se adequar o ato normativo da ANEEL que disciplina a gestão e o processamento da CCC.

b. Assim, em vista à Resolução Normativa nº 427/2011, identifica-se a seguir os pontos a serem revistos. Em primeiro lugar e apresentando-se como item de maior impacto econômico e financeiro nas distribuidoras beneficiadas, cita-se o art. 3º da Lei nº 13.299/2016, o qual prevê o reembolso das despesas comprovadas, porém não reembolsadas por força das exigências de eficiência econômica e energética de que trata o § 12 do art. 3º da Lei nº 12.111/2010, incluindo atualizações monetárias, até 30/4/2016.

Sendo assim, e considerando que a Lei nº 13.299/2016 garante o reembolso integral do custo com combustíveis até 30 de abril de 2016, a Companhia registrou a provisão de R$ 100.081 referente ao valor estimado em litígio sobre a diferença do preço do óleo. Em 2017 o preço praticado estava abaixo do preço homologado, não gerando saldos a devolver.

Essas contingências são obrigações possíveis para as quais não há nenhuma provisão reconhecida por não ser provável que uma obrigação legal ou construtiva resultante de um evento passado tenha ocorrido ou ainda não é provável que ocorra saída de caixa; ou a perda não pode ser confiavelmente estimada.

As informações referentes às demais contingências prováveis e possíveis e a descrição das demandas judiciais relevantes para a Companhia e suas controladas encontram-se divulgadas nas demonstrações financeiras anuais de 31 de dezembro de 2017, não tendo ocorrido mudança relevante no período.

NOTA 31 - OBRIGAÇÃO PARA DESMOBILIZAÇÃO DE ATIVOS

A Companhia reconhece obrigações para descomissionamento de usinas termonucleares, que se constituem em um programa de atividades exigidas pela Comissão Nacional de Energia Nuclear - CNEN, que permite desmantelar com segurança e mínimo impacto ao meio ambiente essas instalações nucleares, ao final do ciclo operacional.

a) Descomissionamento

No exercício de 2017, foi realizado um estudo para atualização da estimativa de custos necessária para execução das atividades de descomissionamento das Usinas Angra 1 e Angra 2. O estudo concluiu por aumentar a mencionada estimativa para R$ 4.190.415, sendo R$ 1.923.878 para a Usina Angra 1 e R$ 2.266.537 para a Usina Angra 2. O valor presente, correspondente, registrado no passivo é de R$ 1.910.420. Tal estudo foi aprovado pela Diretoria Executiva da Eletronuclear em 07.11.2017 e prevê atualização a cada cinco anos.

Conforme estabelecido no Pronunciamento Técnico CPC 25, a estimativa inicial dos custos de descomissionamento, referentes à desmontagem e remoção do item e de restauração dos locais nos quais as instalações estão localizadas, deve ser contabilizada como custo do empreendimento.

b) Constituição do Passivo para Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado

A Diretoria executiva da controlada aprovou, através da resolução datada de 12/08/2015, o Relatório do Grupo de Trabalho, com a revisão das estimativas de Custos de Gerenciamento de Rejeitos Radioativos Operacionais e dos Elementos de Combustível Nuclear Usados ao Final da vida útil das Usinas Angra 1 e Angra 2, para a data base julho 2015. Essa atualização atende ao estabelecido pela Comissão Nacional de Energia Nuclear na Resolução CNEN nº 187, de 15/05/2015.

As estimativas de custos para gerenciamento, em longo prazo, dos rejeitos operacionais de baixo e médio nível de atividade e dos elementos combustíveis usados foram as seguintes:

b.1) Para transporte e disposição final dos rejeitos operacionais de baixa e média atividade, relativos ao volume acumulado até 2020, quando se considera que será iniciada sua transferência para o Repositório Nacional de Rejeitos Radioativos de Baixo e Médio Nível de Atividade (RBMN), a ser implantado pela CNEN, responsável legal pela guarda final desses rejeitos, será despendido o montante de R$ 54.555 milhões (base jul/2015).

b.2) Para armazenagem inicial dos elementos combustíveis, usados até o final da década de 2070, quando se estima ocorrer o término da vida útil de Angra 3 e, portanto, da própria Central Nuclear Almirante Álvaro Alberto (CNAAA), a estimativa está representada pelo valor de R$ 610,127 milhões (base jul/2015), montante que será despendido para implantação da Instalação para Armazenamento dos Combustíveis Irradiados (UFC) e respectivo sistema de movimentação dos elementos combustíveis das usinas para essa instalação, cujo projeto encontra-se em andamento e cujo comissionamento deverá ocorrer até 2020.

Nos termos do Pronunciamento Técnico 27 e ICPC 12, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a controlada contabilizou no Ativo Imobilizado, em contrapartida ao Passivo Não Circulante, os valores das estimativas aprovadas.

O custo total estimado é descontado a valor presente, com base em taxa que represente o custo de capital da Eletronuclar e registrado no Imobilizado, em contrapartida a obrigação para desmobilização de ativos.

c) Ajuste a valor presente do Descomissionamento, Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear Usado.

No cálculo do ajuste a valor presente do passivo para descomissionamento é considerado o custo total estimado para o descomissionamento, descontado a uma taxa que represente o custo de capital da Companhia, desde o final da vida útil econômica de cada usina até a data do balanço.

O mesmo procedimento é efetuado para os rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado, mas o período para o ajuste a valor presente é o início do comissionamento até a data do balanço.

A taxa de desconto atual aprovada para o sistema Eletrobras é de 5,88% ao ano.

O valor do ajuste a valor presente do descomissionamento, rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado, reconhecido no resultado de 2017, é de R$ 89.051 (R$ 84.083 em dezembro de 2016).

d) O quadro abaixo resume a posição dos valores correspondentes ao passivo total de desmobilização de ativos:

Descomissionamento

	31/12/2017			31/12/2016
Usina	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente	Valor Presente
Angra 1	1.923.878	(634.204)	1.289.674	587.735
Angra 2	2.266.537	(1.645.791)	620.746	288.641
Total	4.190.415	(2.279.995)	1.910.420	876.376

Rejeitos de Baixa e Média Atividade e Combustível Nuclear usado

	31/12/2017			31/12/2016
Usina	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente	Valor Presente
Angra 1	248.137	(39.087)	209.050	196.400
Angra 2	416.545	(65.615)	350.930	329.694
Total	664.682	(104.702)	559.980	526.094

Total das Obrigações para Desmobilização de Ativos

	31/12/2017			31/12/2016
Usina	Estimativa Total de Custo	Ajuste a Valor Presente	Estimativa a Valor Presente	Valor Presente
Angra 1	2.172.015	(673.291)	1.498.724	784.135
Angra 2	2.683.082	(1.711.406)	971.676	618.335
Total	4.855.097	(2.384.697)	2.470.400	1.402.470

O saldo do passivo para descomissionamento a valor presente, incluídos os rejeitos de baixa e média atividade e combustível nuclear usado em 31 de dezembro de 2017, é de R$ 2.470.400 (R$ 1.402.470, em 31 de dezembro de 2016).

NOTA 32 - ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

Os recursos são oriundos do Tesouro Nacional sendo destinados aos projetos abaixo:

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Aportes da União para Futuro Aumento de Capital	3.364.553	3.060.373
Aquisição de participação acionária CEEE / CGTEE	246.371	224.097
Linha de transmissão Banabuí - Fortaleza	4.159	3.783
UHE de Xingó	11.686	10.629
Linha de transmissão no Estado da Bahia	1.829	1.664
Fundo Federal de Eletrificação - Lei nº 5.073/66	10.843	9.863
	3.639.441	3.310.409

NOTA 33 - CONTRATOS ONEROSOS

	CONSOLIDADO			
	Saldo em 31/12/2016	Constituições	Reversões/ Compensação	Saldo em 31/12/2017
Transmissão				
LT Recife II - Suape II	41.463	8.734	–	50.197
LT Camaçari IV - Sapeaçu	114.501	9.603	–	124.104
Outros	10.521	–	(235)	10.286
	166.485	18.337	(235)	184.587
Geração				
Brasil Ventos S.A.	161.473	–	(161.473)	–
Funil	63.424	74.969	(11.532)	126.861
Coaracy Nunes	370.581	–	(138.529)	232.052
Marimbondo	235.806	–	(235.806)	–
Angra 3	1.350.241	562.862	(524.260)	1.388.843
Estreito	164.755	–	(164.755)	–
Outros	160.785	147.552	(161.453)	146.884
	2.507.065	785.383	(1.397.808)	1.894.640
Distribuição				
Ceal	7.809	–	(7.809)	–
Cepisa	65.382	–	(65.382)	–
Ceron	191.325	167.257	(358.582)	–
Boa Vista	2.223	2.876	(5.099)	–
Amazonas D	812.694	–	(812.694)	–
	1.079.433	170.133	(1.249.566)	–
	3.752.983	973.853	(2.647.609)	2.079.227
Total do Passivo Circulante	1.093.678	180.287	(1.261.917)	12.048
Total do Passivo Não Circulante	2.659.305	803.720	(1.395.846)	2.067.179
Total	3.752.983	984.007	(2.657.763)	2.079.227

Do montante da provisão para contratos onerosos mantida em 31 de dezembro de 2017, R$ 458.332 (R$ 952.728 em 31 de dezembro de 2016) decorrem de contratos de concessão prorrogados nos termos da Lei nº 12.783/13, pelo fato da tarifa determinada apresentar um desequilíbrio em relação aos atuais custos de operação e manutenção. Diante disto, a obrigação presente de acordo com cada contrato foi reconhecida e mensurada como provisão podendo ser revertida em função de ajustes do programa de redução de custos e/ou revisão tarifária.

NOTA 34 - COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os compromissos de longo prazo da Companhia, relacionados, principalmente, a contratos de compra de energia elétrica e combustível são:

34.1 - Compra de energia

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Amazonas D	765.072	805.526	843.492	885.666	930.113	1.333.694
CGTEE	224.822	224.822	220.696	220.696	220.695	–
Chesf	288.680	288.470	193.030	193.030	191.410	2.156.240
Chuí IX	1.039	1.039	1.039	1.039	1.039	27.011
Distribuidora Alagoas	746.742	849.345	924.376	902.648	944.759	944.759
Eletrosul	425.925	403.944	401.767	387.287	372.725	3.682.727
Furnas	760.663	814.827	811.459	802.999	686.728	3.785.479
Hermenegildo I	3.941	3.941	3.941	3.941	3.941	102.468
Hermenegildo II	3.435	3.435	3.435	3.435	3.435	89.300
Hermenegildo III	3.061	3.061	3.061	3.061	3.061	79.586
Total	3.223.380	3.398.410	3.406.296	3.403.802	3.357.906	12.201.265

34.2 - Fornecedores de combustíveis

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Amazonas D	3.389.790	3.552.036	3.701.736	3.868.314	4.042.388	29.211.293
CGTEE	89.946	89.946	89.946	89.946	89.946	89.946
Eletronuclear	11.747	85.188	119.381	–	63.795	8.783.000
Total	3.491.483	3.727.170	3.911.063	3.958.260	4.196.129	38.084.239

A controlada Eletronuclear que possui contratos assinados com as Indústrias Nucleares Brasileiras - INB para aquisição de Combustível Nuclear para produção de energia elétrica, destinadas as recargas das usinas UTN Angra 1 e UTN Angra 2, bem como a carga inicial e futuras recargas de UTN Angra 3.

Na controlada Amazonas existe o compromisso de longo prazo referente à compra de gás natural para fins de geração de termoelétrica com a Companhia de Gás Natural do Amazonas - CIGÁS. O prazo final do contrato é 30/11/2030.

34.3 - Venda de Energia

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Amazonas GT	602.736	480.105	342.028	342.028	342.028	1.083.246
CGTEE	474.699	474.699	474.699	474.699	474.699	474.699
Chesf	573.940	573.500	572.390	621.530	623.900	6.677.250
Chuí IX	10.803	10.803	10.803	10.803	10.803	280.888
Eletronorte	28.029	28.029	28.029	28.029	28.029	607.107
Eletronuclear	3.313.446	3.313.446	3.313.446	3.313.446	3.313.446	–
Eletrosul	498.378	406.392	404.157	402.985	402.028	6.189.205
Furnas	2.771.958	1.709.919	1.708.257	1.708.257	1.708.257	26.879.391
Hermenegildo I	36.841	36.841	36.841	36.841	36.841	957.874
Hermenegildo II	36.860	36.860	36.860	36.860	36.860	958.354
Hermenegildo III	30.741	30.741	30.741	30.741	30.741	799.267
Total	8.378.432	7.101.336	6.958.252	7.006.220	7.007.633	44.907.282

continua

continuação

34.4 - Compromissos socioambientais

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Eletronorte	370	370	370	370	–	–
Eletronuclear	49.919	50.190	49.170	47.323	44.226	46.277
Total	50.289	50.560	49.540	47.693	44.226	46.277

Angra 3

Termos de compromissos assumidos com os Municípios de Angra dos Reis, Rio Claro e Paraty, nos quais, a Eletronuclear se compromete a celebrar convênios específicos de portes socioambientais vinculados a UTN Angra 3, visando à execução dos programas e projetos em consonância com as condicionantes estabelecidas pelo IBAMA.

Tucuruí

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará, tendo sido definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a Eletronorte implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais.

34.5 - Aquisição de Imobilizado e Intangível

Empresas	2019	2020	2021	2022
Chesf	658.464	–	–	–
Eletronuclear	485.235	144.192	2.138	–
Eletrosul	191.585	208.002	100.516	92.083
Total	1.335.284	352.194	102.654	92.083

Contratos assinados com fornecedores diversos para aquisição de equipamentos para substituição no ativo imobilizado, principalmente, das usinas Angra 1, Angra 2 e Angra 3, necessários à manutenção operacional desses ativos.

A Companhia continua avaliando a continuidade do projeto da Usina Nuclear Angra 3, o qual poderá impactar nos compromissos de aquisição de imobilizado e intangível.

34.6 - Aquisição de insumos

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
CGTEE	29.352	29.352	29.352	29.352	29.352	29.352
Total	29.352	29.352	29.352	29.352	29.352	29.352

A controlada CGTEE adquire cal para controle das emissões de resíduos das suas usinas.

34.7 - Compromissos - Empreendimentos controlados em conjunto

Os valores dos compromissos dos empreendimentos controlados em conjunto estão apresentados a seguir pela proporção das participações das companhias.

34.7.1 - Aquisição de imobilizado

A Companhia possui contratos de aquisição de bens do imobilizado junto a fornecedores relativo à participação acionária em Sociedades de Propósito Específico (SPE), conforme apresentado abaixo:

Empresas	2019
Eletronorte	
CCBM	19.560
ELM	36.613
CMBM	8.722
Total	64.895

34.7.2 - Uso do bem público

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Norte Energia S.A	21.700	20.000	14.433	14.433	14.433	185.180
SINOP	1.692.485	1.558.888	1.435.837	1.322.499	1.322.499	12.289.699
Total	1.714.185	1.578.888	1.450.270	1.336.932	1.336.932	12.474.879

34.7.3 - Aporte de capital

A Companhia possui compromissos futuros firmados relativo à participação acionária em Sociedades de Propósito Específico (SPE), relativos a adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC, conforme apresentado abaixo:

Empresas	2019	2020	2021	2022	2023	Após 2023
Norte Energia S.A.	106.698	–	–	–	–	–
Complexo Famosa	–	62.010	64.516	66.999	–	–
Teles Pires	39.318	39.629	35.528	31.688	–	–
Novos Negócios	35.299	155.491	225.308	235.201	–	–
Complexo Eólico Baleia	–	71.030	73.900	76.745	–	–
Complexo Eólico Punaú	–	90.197	93.841	97.454	–	–
Holding Brasil Ventos	200.423	83.395	140.592	242.630	–	–
Complexo Eólico Itaguaçú da Bahia	105.181	126.940	241.416	377.970	–	–
Complexo Eólico Pindaí I	127.250	–	–	–	–	–
Complexo Eólico Pindaí II	38.114	–	–	–	–	–
Complexo Eólico Pindaí III	17.560	–	–	–	–	–
Interligação Elétrica Garanhuns S.A.	19.956	–	–	–	–	–
TDG - Transmissora Delmiro Gouveia S.A.	33.613	–	–	–	–	–
ESBR Participações S.A.	40.400	–	–	–	–	–
Extremoz Transmissora do Nordeste - ETN S.A.	55.679	–	–	–	–	–
Companhia Energética SINOP S.A.	137.430	–	–	–	–	–
Paraíso	19.975	30.098	–	–	–	–
Leilão Transmissão 004/2014 - Lote A	220.641	–	–	–	–	–
Total	1.197.537	658.790	875.101	1.128.687	–	–

NOTA 35 - PROVISÃO PARA PASSIVO A DESCOBERTO

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém registrado um passivo a descoberto de R$ 21.656.617 (R$ 20.160.828 em 31 de dezembro de 2016). A movimentação das empresas que apresentam passivo a descoberto está demonstrada a seguir:

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2016	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2017
Mutação Provisão para Passivo Descoberto - Controladora					
ED Piauí	1.221.736	23.460	–	(1.245.196)	–
ED Roraima	609.313	120	–	(609.433)	–
Amazonas	9.334.631	995	–	2.600.909	11.936.535
ED Acre	264.769	148	–	(264.917)	–
ED Rondônia	1.295.918	(2.375)	–	(1.293.543)	–
CGTEE	2.352.887	(96)	–	1.170.338	3.523.129
Eletronuclear	4.507.800	92.655	–	542.452	5.142.907
ED Alagoas	573.774	17.661	–	462.611	1.054.046
Total Provisão para Passivo Descoberto	20.160.828	132.568	–	1.363.221	21.656.617

Controladas e coligadas	Saldo em 31/12/2015	Outros Resultados Abrangentes	Capitalização de AFAC	Equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2016
Mutação Provisão para Passivo Descoberto - Controladora					
ED Piauí	701.148	13.827	–	506.761	1.221.736
ED Roraima	337.643	1.682	–	269.988	609.313
Amazonas	4.363.597	3.221	–	4.967.813	9.334.631
ED Acre	125.416	160	–	139.194	264.769
ED Rondônia	456.558	4.337	(245)	835.268	1.295.918
CGTEE	1.210.508	69.277	–	1.073.102	2.352.887
Eletronuclear	351.271	84.521	–	4.072.008	4.507.800
ED Alagoas	247.657	12.884	(8.307)	321.540	573.774
Total Provisão para Passivo Descoberto	7.793.798	189.908	(8.552)	12.185.673	20.160.828

35.1 - Empresas de Distribuição:

a) Distribuição Alagoas - responsável pela operação e manutenção dos serviços públicos de distribuição de todos os municípios do Estado de Alagoas mediante o Contrato de Concessão 07/2001-ANEEL. Seu principal objetivo é projetar, construir e explorar o serviço público de distribuição aos consumidores finais de energia elétrica. A controlada, em 31 de dezembro de 2017, apresenta capital circulante líquido negativo de R$ 295.439 (negativo de R$ 29.965 em 31 de dezembro de 2016), prejuízos acumulados de R$ 1.715.446 (R$ 1.252.835 em 31 de dezembro de 2016) e passivo a descoberto de R$ 1.054.046 (R$ 573.774 em 31 de dezembro de 2016) e depende do suporte financeiro da Companhia.

b) Amazonas Distribuidora - tem como atividades principais a geração, distribuição e comercialização de energia elétrica no Estado do Amazonas. A Amazonas Energia tem geração própria (2.203,9 MW*) e complementa a sua necessidade para atendimento aos consumidores comprando energia de produtores independentes. A controlada apresenta, em 31 de dezembro de 2017, capital circulante líquido negativo de R$ 5.854.170 (R$ 6.701.443 em 31 de dezembro de 2016), prejuízos acumulados de R$ 16.540.071 (R$ 13.939.161 em 31 de dezembro de 2016) e passivo a descoberto de R$ 11.936.535 (R$ 9.334.631 em 31 de dezembro de 2016). Em 1º de julho de 2015, a controlada iniciou o processo de desverticalização, no qual as atividades de geração e transmissão de energia elétrica foram segregadas de sua atividade de distribuição (vide Nota 1).

(*) informações não revisadas pelos auditores independentes.

35.2 - Empresas de Geração e Transmissão:

(a) Eletrobras Termonuclear S.A. - controlada integral da Companhia, tem como atividade principal a construção e operação de usinas nucleares, e a realização de serviços de engenharia correlatos, sendo essas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. A Companhia vem exercendo basicamente as atividades de exploração das usinas Angra 1 e Angra 2, com potência nominal de 1.990 MW*, bem como construção da usina Angra 3. A partir de 1º de janeiro de 2013, a energia elétrica gerada pela controlada foi rateada entre todas as concessionárias, permissionárias ou autorizadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional - SIN, de acordo com a metodologia estabelecida na Resolução Normativa nº 530, editada em 21 de dezembro de 2012, pela ANEEL, para o cálculo das cotas-partes anuais referentes à energia das centrais de geração Angra 1 e Angra 2 e as condições para a comercialização dessa energia na forma do art.11, da Lei nº 12.111/2009. A controlada, em 31 de dezembro de 2017, apresenta um capital circulante liquido negativo de R$ 504.766 (R$ 627.954 em 31 de dezembro de 2016), prejuízos acumulados de R$ 11.495.803 (R$ 10.952.863 em 31 de dezembro de 2016) e passivo a descoberto de R$ 5.147.539 (patrimônio líquido de R$ 4.511.861 em 31 de dezembro de 2016) e depende do suporte financeiro da Companhia.

(b) Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) - tem por principal objeto social realizar estudos, projetos, construções e operações das instalações dos sistemas de transmissão e geração de energia elétrica, estando essas atividades regulamentadas. A Companhia detém concessão de geração para as seguintes usinas termelétricas: Usina Presidente Médici, Fases A e B (que estão desativadas), localizada no município de Candiota; Usina de São Jerônimo, localizada no município de São Jerônimo; e Usina NUTEPA, localizada no Município de Porto Alegre, todas no Estado do Rio Grande do Sul. A investida apresenta em 31 de dezembro de 2017 um capital circulante líquido negativo de R$ 1.568.186 (R$ 799.982 negativo em 31 de dezembro de 2016).

A CGTEE apresentou em 31 de dezembro de 2017 um prejuízo acumulado de R$ 4.261.372, ante um prejuízo acumulado de R$ 3.090.917 em 31 de dezembro de 2016. O resultado determinou um passivo a descoberto na mesma data de R$ 3.523.481 (R$ 2.353.121 em 31 de dezembro de 2016).

NOTA 36 - OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
PASSIVO CIRCULANTE				
Folha de Pagamento	1.525	1.279	287.372	198.124
Provisão de férias	29.629	33.005	389.933	469.984
Encargos sobre férias	6.345	7.182	133.196	155.962
Provisão 13º salário	12.118	13.772	15.775	14.516
Encargos sobre 13º salário	4.594	4.778	43.459	5.320
Contribuição Previdenciária	46.952	35.408	48.128	35.408
PID / PREQ	6.799	10.674	101.539	69.624
Outros	–	781	172.558	239.211
	107.962	106.879	1.191.960	1.188.149
PASSIVO NÃO CIRCULANTE (*)				
Outros	–	–	258.614	147.651
	–	–	258.614	147.651
TOTAL	107.962	106.879	1.450.574	1.335.800

NOTA 37 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

37.1 - Capital Social

O Capital Social da Companhia, em 31 de dezembro de 2017, é de R$ 31.305.331(R$ 31.305.331 em 31 de dezembro de 2016) e suas ações não têm valor nominal. As ações preferenciais têm direito a voto e não são conversíveis em ações ordinárias, entretanto, gozam de prioridade no reembolso do capital e na distribuição de dividendos, às taxas anuais de 8% para as ações de classe "A" (subscritas até 23 de junho de 1969) e 6% para as de classe "B" (subscritas a partir de 24 de junho de 1969), calculados sobre o capital correspondente a cada classe de ações.

O Capital Social está representado por 1.352.634.100 ações escriturais e está distribuído, por principais acionistas e pelas espécies de ações, em 31 de dezembro de 2017, conforme a seguir:

	31/12/2017							
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL	
Acionista	Quantidade	%	Série A	%	Série B	%	Quantidade	%
União	554.395.652	51,00	–	–	1.544	0,00	554.397.196	40,99
BNDESPAR	141.757.951	13,04	–	–	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	–	–	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
Banco Clássico	68.750.800	6,32	–	–	–	–	68.750.800	5,08
American Depositary Receipts - ADR's	27.781.555	2,56	–	–	14.470.255	5,45	42.251.810	3,12
Outros	219.819.075	20,22	146.920	100,00	214.011.311	80,63	433.977.306	32,08
	1.087.050.297	100,00	146.920	100,00	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

continua

continuação

	31/12/2016							
	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS				CAPITAL TOTAL	
Acionista	Quantidade	%	Série A	%	Série B	%	Quantidade	%
União	554.395.652	51,00	–	–	1.544	0,00	554.397.196	40,99
BNDESPAR	141.757.951	13,04	–	–	18.691.102	7,04	160.449.053	11,86
BNDES	74.545.264	6,86	–	–	18.262.671	6,88	92.807.935	6,86
Banco Clássico	68.750.900	6,32	–	–	–	–	68.750.900	5,08
American Depositary Receipts - ADR's	30.449.968	2,80	–	–	16.755.615	6,31	47.205.583	3,49
Outros	217.150.562	19,98	146.920	100,00	211.725.951	79,77	429.023.433	31,72
	1.087.050.297	100,00	146.920	100,00	265.436.883	100,00	1.352.634.100	100,00

Do total das 493.174.166 ações em poder dos minoritários, 256.655.099, ou seja, 52,04% são de propriedade de investidores não residentes, sendo 139.011.556 de ordinárias, 28 de preferenciais da classe "A" e 117.643.515 de preferenciais da classe "B".

Da participação total de acionistas domiciliados no exterior, 27.781.555 ações ordinárias e 14.470.255 ações preferenciais da classe "B" estão custodiadas, lastreando o Programa de *American Depositary Receipts - ADR's* e são negociadas na bolsa de valores de Nova Iorque (NYSE).

37.2 - Reservas de Capital

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Compensação de insuficiência de remuneração - CRC	6.779.931	6.779.931
Ágio na emissão de ações	3.384.310	3.384.310
Especial - Decreto-Lei nº 54.936/1964	387.418	387.418
Correção monetária do balanço de abertura de 1978	309.655	309.655
Correção monetária do Empréstimo Compulsório - 1987	2.708.432	2.708.432
Doações e subvenções - FINOR, FINAM e outros	297.424	297.424
	13.867.170	13.867.170

37.3 - Absorção de prejuízos

Os montantes de cada reserva a serem absorvidas seguem demonstradas na tabela abaixo que representa a proposta da Administração sobre a destinação do resultado de 2017 a ser deliberada na Assembleia Geral Ordinária (AGO), a ser realizada em 28 de abril de 2018.

Absorção de prejuízos	
Prejuízos Acumulados antes da absorção do prejuízo	(1.763.805)
Absorção de reservas	
Saldo inicial das reservas de lucros	3.018.680
Realização de outros resultados abrangentes	(4.311)
Resultados de aquisição de investidas	(28.874)
Remuneração aos Acionistas não Reclamado - Prescrito	(22.967)
Realização de ajuste de avaliação patrimonial	(10.827)
Realização da reserva estatutária	(1.696.826)
Saldo de Prejuízos Acumulados após absorção das reservas	–

37.4 - Reservas de Lucros

	CONTROLADORA E CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Legal (art. 193 - Lei nº 6.404/1976)	171.295	171.295
Estatutárias (art. 194 - Lei nº 6.404/1976)	50.382	1.747.208
Lucros a Realizar (art. 197 - Lei nº 6.404/1976)	386.375	386.375
Retenção de Lucros (art. 196 - Lei nº 6.404/1976)	713.802	713.802
	1.321.854	3.018.680

37.5 - Política de distribuição de dividendos

De acordo com o Estatuto Social da Eletrobras, sobre o lucro líquido do exercício:

(i) 5% (cinco por cento) será destinado, antes de qualquer outra destinação, para a reserva legal, até o limite máximo previsto na Lei das Sociedades por Ações, que atualmente é de 20% (vinte por cento) do capital social;

(ii) 1% (um por cento) poderá ser destinado à constituição de reserva para estudos e projetos de viabilidade técnica-econômica do setor de energia elétrica, cujo saldo acumulado não poderá exceder a 2% (dois por cento) do capital social integralizado;

(iii) 50% (cinquenta por cento) poderá ser destinado à reserva de investimentos das empresas concessionárias de serviço público de energia elétrica, cujo saldo acumulado não poderá exceder a 75% (setenta e cinco por cento) do capital social integralizado; e

(iv) até 1% (um por cento) poderá ser destinado para atender a prestação de assistência social aos empregados da Companhia, observado o limite de 1% (um por cento) do capital social integralizado.

As ações preferenciais da classe "A" terão prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de 8% (oito por cento) ao ano sobre o capital relativo a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente.

As ações preferenciais da classe "B", por sua vez, terão prioridade no recebimento dos dividendos distribuídos em cada exercício social, estes incidentes à razão de 6% (seis por cento) ao ano, sobre o capital relativo a essa espécie e classe de ações, a serem entre elas rateados igualmente.

As ações preferenciais participarão, em igualdade de condições, com as ações ordinárias na distribuição dos dividendos distribuídos em cada exercício social, depois de assegurado às ações ordinárias um dividendo cujo valor seja o menor daqueles atribuído às classes preferenciais. É garantido às ações preferenciais o direito ao recebimento de dividendos distribuídos no exercício social, por cada ação, pelo menos 10% (dez por cento) maior do que o atribuído a cada ação ordinária no respectivo exercício.

NOTA 38 - RESULTADO POR AÇÃO

(a) Básico

O resultado básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o exercício, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria. Ações preferenciais possuem prioridade na distribuição de dividendos mínimos. Entretanto, sua participação em direitos sobre lucro, uma vez que a distribuição dos dividendos mínimos foram realizados, é equivalente a ações ordinárias. Assim, o resultado por ação preferencial é calculado pelo método aplicado as ações ordinárias.

	31/12/2017			
Numerador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Prejuízo atribuível a cada classe de ações	(1.417.490)	(192)	(346.124)	(1.763.805)
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100,00%
Resultado por ação básico (R$)	(1,30)	(1,30)	(1,30)	

	31/12/2016			
Numerador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Lucro atribuível a cada classe de ações	2.753.239	372	672.288	3.425.899
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferencial B**	**Total**
Média ponderada da quantidade de ações	1.087.050	147	265.437	1.352.634
% de ações em relação ao total	80,37%	0,01%	19,62%	100,00%
Resultado por ação básico (R$)	2,53	2,53	2,53	

(b) Diluído

Para calcular o resultado diluído por ação, a Companhia deve presumir o exercício de opções, bônus de subscrição e semelhantes diluidores da companhia. Os valores presumidos provenientes desses instrumentos devem ser considerados como tendo sido recebidos da emissão de ações ordinárias ao preço médio de mercado das ações ordinárias durante o período. Em 31 de dezembro de 2017, as 16.009.941 ações ordinárias potenciais diluitivas, referentes ao Empréstimo Compulsório, foram incluídas no cálculo da média ponderada do número de ações preferenciais devido ao efeito dilutivo em 2016 e 2017, conforme apresentado abaixo. Ressaltamos que em 31 de dezembro de 2017 este efeito é anti-dilutivo.

	31/12/2016				
Numerador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferenciais B Convertidas**	**Preferencial B**	**Total**
Lucro atribuível a cada classe de ações	2.721.888	368	39.010	664.633	3.425.899
Denominador	**Ordinárias**	**Preferencial A**	**Preferenciais B-Convertidas**	**Preferencial B**	**Total**
Média ponderada da quantidade de ações em mil	1.087.050	147	15.580	265.437	1.368.214
% de ações em relação ao total	79,45%	0,01%	1,14%	19,40%	100,00%
Resultado por ação diluído (R$)	2,50	2,50	2,50	2,50	–

NOTA 39 - RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
RECEITAS OPERACIONAIS				
Geração				
Suprimento de energia para companhias de distribuição	3.858.319	3.778.654	14.698.137	12.885.622
Suprimento de energia para consumidores finais	–	–	2.554.279	2.945.506
Energia Elétrica de Curto Prazo	–	–	1.006.114	927.183
Receita de Operação e Manutenção de Concessões Renovadas	–	–	2.198.347	2.178.699
Receita de Construção de Usinas Renovadas	–	–	52.836	41.316
Efeito Financeiro de Itaipu	626.135	(346.638)	626.135	(346.638)
	4.484.454	3.432.016	21.135.848	18.631.688
Transmissão				
Receita de Operação e Manutenção de Linhas Renovadas	–	–	3.132.349	2.735.999
Receita de Operação e Manutenção	–	–	265.471	239.691
Receita de Construção	–	–	917.447	1.174.703
Financeira - Retorno do Investimento	–	–	1.139.816	805.708
Financeira - Retorno do Investimento - RBSE	–	–	4.922.827	28.600.553
	–	–	10.377.910	33.556.654
Distribuição				
Fornecimento/Suprimento de Energia Elétrica	–	–	9.467.631	15.208.202
Energia Elétrica de Curto Prazo	–	–	724.961	314.833
Receita de Construção	–	–	782.068	1.165.611
CVA e outros itens financeiros	–	–	1.441.359	(339.405)
	–	–	12.416.019	16.349.241
Outras receitas	157.170	59.674	2.060.479	2.450.329
	4.641.624	3.491.690	45.990.256	70.987.912
(–) Deduções à Receita Operacional				
(–) ICMS	–	–	(2.249.541)	(4.000.750)
(–)PASEP e COFINS	(130.356)	(42.345)	(3.724.863)	(3.642.892)
(–) Encargos setoriais	–	–	(1.986.659)	(2.983.323)
(–)Outras Deduções (inclusive ISS)	–	–	(153.169)	(44.944)
	(130.356)	(42.345)	(8.114.232)	(10.671.909)
Receita operacional líquida	4.511.268	3.449.345	37.876.024	60.316.003

Em 2016, a ANEEL homologou a remuneração dos ativos de transmissão de energia elétrica existentes em 31 de maio de 2000, conforme regras da Resolução Normativa 589 (vide nota 2.1). Conforme a prática seguida pelas companhias de transmissão no Brasil desde a adoção do IFRS/CPCs, consistente com o parágrafo 23 do OCPC 05, a Companhia reconheceu na rubrica de Retorno do Investimento, em 31 de dezembro de 2016 o valor de R$ 28.600.553 e, em 31 de de dezembro de 2017, o valor referente a atualização da remuneração no valor de R$ 4.922.827.

NOTA 40 - RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Investimentos em controladas				
Equivalência patrimonial	4.859.823	18.042.028	–	–
Investimentos em coligadas				
Equivalência patrimonial	911.376	2.252.812	1.032.052	2.944.280
	911.376	2.252.812	1.032.052	2.944.280
Outros investimentos				
Juros sobre o capital próprio	21.304	1.026	21.304	1.026
Dividendos	39.380	101.510	39.380	101.510
Remuneração dos investimentos em parcerias	773	–	773	–
Rendimentos de capital - ITAIPU	73.453	84.768	73.453	84.768
Outros	–	(17.537)	–	(17.537)
	134.910	169.767	134.910	169.767
Alienação de Investimentos	1.525.209	–	1.525.209	–
	7.431.318	20.464.607	2.692.171	3.114.047

NOTA 41 - PESSOAL, MATERIAL E SERVIÇOS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Pessoal	496.486	444.482	7.721.938	6.548.572
Material	2.096	2.556	324.082	329.599
Serviços	201.000	408.970	2.884.313	3.485.040
	699.582	856.008	10.930.333	10.363.211

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800178

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A Companhia e algumas de suas controladas (CGTEE, Chesf, Eletronuclear, Eletronorte, Eletropar, Eletrosul e Furnas) implementaram o Plano de Aposentadoria Extraordinária ("PAE"), conforme iniciativa prevista no Plano Diretor de Negócios e Gestão ("PDNG") para o período de 2017 a 2021.

As adesões voluntárias ao PAE foram divididas em dois períodos, sendo o primeiro de 22 de maio a 14 de julho de 2017, e o segundo período entre 17 e 31 de julho de 2017. As adesões voluntárias nesses períodos totalizaram 2.097 colaboradores. Os desligamentos foram realizados entre junho e dezembro de 2017.

As despesas com o PAE a) incentivo indenizatório equivalente aos 40% do saldo para fins rescisórios do FGTS mais aviso prévio, e 50% sobre o somatório destes valores para adesões realizadas até 14.07.2017; b) incentivo indenizatório equivalente aos 40% do saldo para fins rescisórios do FGTS mais aviso prévio e 30% sobre o somatório destes valores para adesões realizadas de 17 a 31.07.2017, e c) manutenção da cobertura de assistência à saúde pelo período de 60 meses a contar da data do desligamento do empregado.

NOTA 42 - ENERGIA COMPRADA PARA REVENDA

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Energia comprada para revenda				
Suprimento	–	–	5.357.608	5.714.743
Comercialização na CCEE	435.386	711.399	2.629.653	2.425.240
Proinfa	3.072.874	3.084.640	3.140.816	3.106.129
Outros	403.112	17.980	456.848	17.931
	3.911.372	3.814.019	11.584.925	11.264.043

NOTA 43 - PROVISÕES (REVERSÕES) OPERACIONAIS

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Garantias	18.444	29.913	18.444	29.913
Contingências	2.934.954	4.418.406	4.398.398	5.992.745
PCLD - Consumidores e Revendedores	–	–	520.369	334.383
PCLD - Financiamentos e Empréstimos	10.582	17.290	10.582	17.290
Passivo a descoberto em Controladas	6.170.792	12.155.108	–	–
Contratos Onerosos	–	–	(1.493.469)	2.194.498
Provisão/(Reversão) para Perdas em Investimentos	(570.406)	(26.834)	(335.592)	1.479.088
Impairment	(1.852)	(1.852)	640.631	5.537.062
Provisão ANEEL - CCC	–	–	985.573	741.623
Ajuste a Valor de Mercado	(551)	41	(551)	41
TFRH	–	–	517.727	346.328
Risco Hidrológico	–	–	–	(451.340)
Outras	178.471	82.600	484.761	500.951
	8.740.434	16.674.672	5.746.873	16.722.582

Contratos Onerosos

No período findo em 31 de dezembro de 2017 a Companhia registrou uma reversão de contrato oneroso no valor de R$ 1.493.469. Este valor deve-se, principalmente, às reversões da Amazonas Distribuidora no valor de R$ 812.694 e demais distribuidoras no valor de R$ 86.452, referentes ao encerramento das prestação de serviços públicos das mesmas em julho de 2018.

Provisão ANEEL - CCC

No período findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia registrou um incremento de provisão ANEEL - CCC de R$ 985.573. Este valor é referente, principalmente, a controlada Amazonas Distribuidora que reconheceu um valor de R$ 917.499 (vide nota 11, item b).

TFRH - Taxa de fiscalização de recusos hídricos

A controlada Eletronorte foi autuada no ano de 2015 referente ao não recolhimento da TFRH sobre os meses de abril a junho de 2015.

A partir do exercício de 2016, em atendimento a Lei nº 8.091/2014, que institui a TFRH, e por entender tratar-se de obrigação legal, a controlada provisiona a TFRH com base na vazão e volume turbinado das usinas hidrelétricas de Tucuruí e Curuá-Una. No período findo em 31 de dezembro de 2017, a controlada reconheceu um total de R$ 517.727 referente a atualização e constituição de novas provisões. O montante acumulado de R$ 1.183.584 (R$ 665.856 em 31 de dezembro de 2016) está reconhecido na rubrica "Outros" do passivo não circulante.

NOTA 44 - ATIVOS MANTIDOS PARA VENDA E VENDA DE CONTROLADA

44.1 - Alienação de controle acionário de controladas

Em 08 de novembro de 2017 o Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (CPPI) aprovou a Resolução nº 20 contendo as condições mínimas e preços para alienação pela Eletrobras das ações representativas da sua participação acionária no capital social das empresas Companhia Energética de Alagoas, Companhia Energética do Piauí, Companhia de Eletricidade do Acre, Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Boa Vista Energia S.A. e Centrais Elétricas de Rondônia S.A.

A Eletrobras considerou o Pronunciamento Técnico - CPC 31 - Ativo Não Circulante Mantido para Venda, e avaliou que, em 31 de dezembro de 2017, as distribuidoras Companhia Energética do Piauí, Companhia de Eletricidade do Acre, Boa Vista Energia S.A. e Centrais Elétricas de Rondônia S.A atingiram os critérios de classificação como mantidos para venda, entretanto para as distribuidoras Companhia Energética de Alagoas e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ainda existem condicionantes que ainda não permitem tal classificação.

Esta classificação de ativos mantidos para venda não foi considerada como operação descontinuada, pois a Companhia ainda tem atividades não classificadas como mantidas para venda no segmento de distribuição com as duas distribuidoras citadas acima.

A descrição dos ativos bem como os fatos e circunstâncias que conduziram à alienação esperada estão detalhadamente descritos na nota explicativa 2. A Companhia ressalta que está comprometida com um plano de venda das controladas e que um programa consistente de identificação de compradores já está sendo conduzido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES. Desta forma, a Companhia espera que a venda seja concluída até 31 de julho de 2018.

Os principais ativos e passivos das controladas classificados como mantidos para venda em 31 de dezembro de 2017 estão demonstrados a seguir:

	Eletrobras	Cepisa	Ceron	Eletroacre	Boa Vista	Não mantidos para venda e Eliminações	Total dos ativos e passivos mantidos para venda
	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	–	11.547	18.532	10.401	5.358	–	45.838
Clientes	–	682.826	284.384	189.610	123.630	–	1.280.450
Financiamentos e empréstimos	1.482.907	–	–	–	–	–	1.482.907
Tributos e contribuições sociais	–	27.401	29.507	9.704	22.893	–	89.505
Direito de Ressarcimento	–	19.562	3.963.217	304.530	289.250	(4.421.820)	154.739
Ativo financeiro	–	854.482	1.198.009	429.813	217.846	–	2.700.150
Ativo Imobilizado	–	85.934	69.526	34.040	26.708	–	216.208
Ativo Intangível	–	49.066	23.390	14.392	5.712	–	92.560
Outros ativos	–	617.906	419.517	104.554	113.584	(1.492.039)	236.478
Total ativos da controlada classificados como mantidos para venda	1.482.907	2.348.724	6.006.082	1.097.044	804.981	(5.913.859)	5.825.879
Fornecedores	–	203.335	3.415.498	519.003	969.416	(548.881)	4.558.371
Empréstimos e financiamentos	–	2.322.825	1.365.157	508.244	312.254	(3.800.527)	707.953
Tributos e contribuições sociais	–	269.221	77.016	225.606	29.021	–	600.864
Provisão para passivo a descoberto em investidas	4.805.946	–	–	–	–	(4.805.946)	–
Provisões de contingências	–	169.613	261.876	122.060	61.252	–	614.801
Contrato Oneroso	–	–	167.257	–	2.876	–	170.133
AFAC	–	346.357	–	77.115	89.975	(513.447)	–
Outros passivos	–	434.648	2.878.215	129.564	121.317	(2.585.196)	978.548
Passivos da controlada associados a ativos classificados como mantidos para venda	4.805.946	3.745.999	8.165.019	1.581.592	1.586.111	(12.253.997)	7.630.670

44.2 - Venda de Controlada

0Em 14 de fevereiro de 2017, foi assinado, o contrato de compra e venda de Ações da CELG D entre Eletrobras, Companhia Celg de Participações - CELGPAR e ENEL BRASIL S/A, alienando a totalidade das ações da CELG D pertencentes a Eletrobras para a ENEL BRASIL S/A. A Eletrobras recebeu, nesta data, o valor de R$ 1.065.266 referente à referida alienação e reconheceu um ganho no resultado do exercício relativo a venda da controlada no montante de R$ 1.524.687.

NOTA 45 - COMBINAÇÃO DE NEGÓCIOS

Chuí Holding S/A

Em 28 de dezembro de 2017, a controlada Eletrosul concluiu a capitalização na Chuí Holding S/A do montante de R$ 431.913 aportados à titulo de adiantamento para futuro aumento de capital. A participação acionária passou de 49% para 86,57%, decorrente da diluição da participação do capital. Também na mesma data, a Companhia cedeu em permuta para a Acionista Brave Winds Geradora III S/A o montante de 50.228.188 ações ordinárias, ajustando a contraprestação efetivamente transferida para R$ 338.608, passando a deter, após a cessão, o controle com 78% do capital da Chuí Holding S/A. A mensuração do valor da participação minoritária se deu pela proporção de participação no valor justo da Companhia.

	28/12/2017
Contraprestação efetivamente transferida (caixa)	338.608
Valor justo da participação acionário mantida antes da combinação de negócios	192.315
	530.923
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	61.103
Contas a receber	10.892
Impostos a recuperar	595
Outras contas a receber	255
Fundos vinculados	17.062
Intangível	664.997
Imobilizado	17.380
Empréstimos e financiamentos	(327.528)
Contas a pagar de fornecedores	(1.946)
Obrigações fiscais	(2.868)
Outras contas a pagar	(47.463)
Total dos ativos identificáveis líquidos (78%)	392.479
Participação de minoritários (22%)	(86.345)
Ágio (*goodwill*)	224.789
	530.923

continua

continuação

Em 29 de dezembro de 2017, a Companhia integralizou as ações detidas no capital da Chuí Holding S/A no capital social de Santa Vitória do Palmar Holding S/A. A partir desse momento, Chuí Holding S/A passou a ser controlada por Santa Vitória do Palmar Holding S/A.

A combinação de negócios gerou um ágio de R$ 224.789, registrado no subgrupo investimentos. O ágio representa a diferença entre o valor do negócio (contraprestação transferida = integralização dos AFACs e permuta de ções) e o valor justo dos ativos identificáveis deduzido do valor justo dos passivos assumidos. O aumento da participação da Eletrosul é consequência do FIP não acompanhar os aportes de recursos necessários para a conclusão dos parques eólicos. A permuta de ações busca a uniformização das participações dos acionistas e preservar direitos acordados entre os mesmos.

Santa Vitória do Palmar Holding S/A

Em 28 de dezembro de 2017, a controlada Eletrosul concluiu a capitalização na Santa Vitória do Palmar Holding S/A do montante de R$ 37.945, aportados à titulo de adiantamento para futuro aumento de capital. Com a capitalização, a participação acionária passou de 49% para 53.63%, decorrente da diluição do capital. Também na mesma data, a Companhia recebeu em permuta da Acionista Brave Winds Geradora S/A, o montante de 101.925.081 ações ordinárias, ajustando a contraprestação efetivamente transferida para R$ 65.528, passando a deter após a cessão, o controle com 78% do capital da Santa Vitória do Palmar Holding S/A.

O aumento da participação da Eletrosul é consequência do FIP não acompanhar os aportes de recursos necessários para a conclusão dos parques eólicos. A permuta de ações busca a uniformização das participações dos acionistas e preservar direitos acordados entre os mesmos.

Em 29 de dezembro de 2017, com a capitalização das ações detidas pelas acionistas, a Chuí Holding passou a ser subsidiária integral de Santa Vitória do Palmar. A mensuração do valor da participação minoritária se deu pela proporção de participação no valor justo da Companhia.

	28/12/2017
Contraprestação efetivamente transferida (caixa)	65.528
Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios	167.045
Compra vantajosa	33.335
	265.908
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	145.618
Contas a receber	31.515
Impostos a recuperar	1.780
Outras contas a receber	954
Fundos vinculados	61.634
Imobilizado	1.662.943
Intangível	51.970
Empréstimos e financiamentos	(943.751)
Debêntures	(114.928)
Contas a pagar de fornecedores	(35.708)
Obrigações fiscais	(8.043)
Outras contas a pagar	(116.931)
Total dos ativos identificáveis líquidos (78%)	737.053
Capitalização das ações detidas em Chuí após a combinação de negócios	(308.993)
Participação de minoritários (22%)	(162.152)
	265.908

A Companhia efetuará a avaliação final da aquisição e eventuais ajustes, se houver, serão contabilizados de forma retrospectiva, conforme prevê o CPC 15 - Combinação de Negócios.

Livramento Holding S/A

Em 28 de dezembro de 2017, a controlada Eletrosul concluiu a capitalização na Livramento Holding S/A do montante de R$ 221.465, aportados à titulo de adiantamento para futuro aumento de capital. Com a capitalização, a participação acionária passou de 59% para 73,84%, decorrente da diluição do capital. Também na mesma data, em decorrência do acordo de acionistas, a Companhia recebeu em permuta da Acionista Brasil Energia Renovável - Fundo de Investimento em Participação (FIP), o montante de 20.481.425 ações ordinárias, ajustando a contraprestação efetivamente transferida para R$ 223.183, passando a deter após a cessão o controle, com 78% do capital da Livramento Holding S/A.

O aumento da participação da Eletrosul é consequência do FIP e ELOS não terem acompanhado os aportes de recursos necessários para a conclusão dos parques eólicos. A permuta de ações busca a uniformização das participações dos acionistas e preservar direitos acordados entre os mesmos. A mensuração do valor da participação minoritária se deu pela proporção de participação no valor justo da Companhia.

	28/12/2017
Contraprestação efetivamente transferida (caixa)	251.493
Valor justo da participação acionária mantida antes da combinação de negócios	(78.256)
	173.237
Valores reconhecidos de ativos identificáveis adquiridos e passivos assumidos	
Caixa e equivalentes de caixa	4.319
Contas a receber	1.809
Impostos a recuperar	2.974
Outras contas a receber	80
Fundos vinculados	3.028
Imobilizado	151.221
Empréstimos e financiamentos	(42.059)
Contas a pagar de fornecedores	(7.233)
Obrigações fiscais	(2.923)
Outras contas a pagar	(69.937)
Total dos ativos identificáveis líquidos (78%)	41.279
Participação de minoritários (22%)	(9.081)
Ágio (*goodwill*)	215.340
	247.538

A Companhia efetuará a avaliação final da aquisição e eventuais ajustes, se houver, serão contabilizados de forma retrospectiva, conforme prevê o CPC 15 - Combinação de Negócios.

NOTA 46- INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

46.1 - Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento. Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

	CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016
Total dos empréstimos e financiamentos	45.121.791	45.620.428
(–) Caixa e Equivalente de Caixa e Títulos e valores mobiliários	8.048.472	6.424.881
Dívida Líquida	37.073.319	39.195.547
(+) Total do Patrimônio Líquido	42.752.532	44.064.927
Total do Capital	79.825.851	83.260.474
Índice de Alavancagem Financeira	46%	47%

46.2 - Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os saldos contábeis dos ativos e passivos financeiros representam uma aproximação razoável do valor justo. A Companhia usa a hierarquia para mensurar o valor justo de seus instrumentos financeiros:

		CONTROLADORA	
	Mensuração	31/12/2017	31/12/2016
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Empréstimos e Recebíveis		34.692.622	38.310.981
Caixa e equivalentes de caixa		161.326	10.293
Clientes	Custo Amortizado	532.812	431.472
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	31.178.312	35.381.756
Direitos de Ressarcimento	Custo Amortizado	–	74.527
Ativo Financeiro - Itaipu	Custo Amortizado	2.820.172	2.412.933
Mantidos Até o Vencimento		269.141	245.296
Títulos e Valores Mobiliários	Custo Amortizado	269.141	245.296
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		5.059.957	4.471.954
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo	5.059.957	4.471.954
Disponíveis para venda		1.261.234	1.168.935
Investimentos (Participações Societárias)	Valor justo	1.261.234	1.168.935
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Mensurados pelo Custo Amortizado		26.297.584	29.665.828
Fornecedores	Custo Amortizado	514.752	440.976
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	23.652.514	26.319.526
Obrigações de ressarcimento	Custo Amortizado	1.346.660	1.693.309
Passivo Financeiro - Itaipu	Custo Amortizado	783.658	1.212.017
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		2.175	6.614
Instr. Fin. Derivativos - *Hedge*	Valor justo	2.175	6.614

		CONSOLIDADO	
	Mensuração	31/12/2017	31/12/2016
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Empréstimos e Recebíveis		79.613.681	79.487.465
Caixa e equivalentes de caixa		792.252	495.855
Clientes	Custo Amortizado	5.124.744	6.481.303
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	10.266.851	13.184.244
Direitos de Ressarcimento	Custo Amortizado	8.076.826	9.164.986
Ativo Financeiro - Geração e Transmissão	Custo Amortizado	16.282.980	13.590.194
Ativo Financeiro - Transmissão (RBSE)	Custo Amortizado	38.238.015	36.570.883
Ativo Financeiro - Valores a receber Parcela A	Custo Amortizado	832.013	–
Mantidos Até o Vencimento		331.588	1.505
Títulos e Valores Mobiliários	Custo Amortizado	331.588	1.505
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		7.350.863	5.910.564
Títulos e Valores Mobiliários	Valor justo	6.924.632	5.681.791
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo	426.231	228.773
Disponíveis para venda		3.950.774	6.283.905
Investimentos (Participações Societárias)	Valor justo	1.418.659	1.357.923
Ativo Financeiro - Distribuição	Valor justo	2.532.115	4.925.982
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)			
Mensurados pelo Custo Amortizado		67.431.966	69.885.305
Fornecedores	Custo Amortizado	18.239.097	19.442.121
Empréstimos e financiamentos	Custo Amortizado	45.121.791	45.620.428
Debêntures	Custo Amortizado	268.022	201.375
Debêntures (Banco Amazônia)	Custo Amortizado	202.757	–
Obrigações de Ressarcimento	Custo Amortizado	2.455.176	3.384.398
Arrendamento Mercantil	Custo Amortizado	1.077.820	1.169.504
Concessões a Pagar UBP	Custo Amortizado	67.303	67.479
Passivo Financeiro - Geração e Transmissão	Custo Amortizado		
Mensurados pelo Valor Justo por meio do resultado		42.060	50.631
Instrumentos Financeiros Derivativos	Valor justo	39.885	44.017
Instr. Fin. Derivativos - *Hedge*	Valor justo	2.175	6.614

46.2.1 - Técnicas de avaliação e informações usadas

a) Títulos e valores mobiliários - Curto e Longo Prazo - usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

b) Clientes: são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.

c) Ativos financeiros da concessão: são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. Os ativos financeiros de geração e transmissão e Valores a receber - parcela A são classificados como empréstimos e recebíveis, enquanto o ativo financeiro - Distribuidoras é classificado como mantido para venda.

d) Derivativos: são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo do tipo de cada designação do derivativo em *hedge accounting*.

e) Direito de Ressarcimento: São ativos financeiros que representam o direito de reembolso da CCC, relativos aos custos de geração de energia elétrica nos Sistemas Isolados, incluindo os custos relativos à contratação de energia e de potência associada à geração própria para atendimento ao serviço público de distribuição de energia elétrica, aos encargos do setor elétrico e impostos e, ainda, aos investimentos realizados. São classificados como empréstimos e recebíveis.

f) Investimentos em Participações Societárias: refere-se a investimentos permanentes em outras sociedades.

g) Fornecedores: são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800180

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

h) Debêntures: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método de taxa de juros efetiva. A Companhia acredita que esses instrumentos aproximam-se dos seus valores justos.

i) Empréstimos e financiamentos: são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

j) Arrendamento mercantil: O valor nominal utilizado no cálculo dos passivos originados pelos referidos contratos foi encontrado tomando como referência o valor fixado para a contratação de potência mensal contratada, multiplicada pela capacidade instalada (60 a 65 MW) e pela quantidade de meses de vigência do contrato.

k) Obrigações de ressarcimento: referem-se aos valores de adiantamentos e tributos (ICMS, PIS e COFINS) a serem devolvidos ao Fundo CCC.

l) Demais instrumentos financeiros: os valores justos são similares aos seus valores contábeis, uma vez que: (i) possuem prazo de recebimento/ pagamento médio inferior a 60 dias; e (ii) são concentrados em títulos de renda fixa, remunerados a taxa de CDI.

46.2.1 - Estimativa de valor justo:

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

	CONTROLADORA 31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Empréstimos e Recebíveis	161.326	31.711.124	2.820.172	34.692.622
Caixa e equivalentes de caixa	161.326	–	–	161.326
Clientes	–	532.812	–	532.812
Empréstimos e financiamentos	–	31.178.312	–	31.178.312
Ativo Financeiro - Itaipu	–	–	2.820.172	2.820.172
Mantidos Até o Vencimento	–	269.141	–	269.141
Títulos e Valores Mobiliários	–	269.141	–	269.141
Disponível para venda	1.261.234	–	–	1.261.234
Investimentos (Participações Societárias)	1.261.234	–	–	1.261.234
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	5.059.957	–	5.059.957
Títulos e Valores Mobiliários	–	5.059.957	–	5.059.957
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados pelo Custo Amortizado	–	26.297.584	–	26.297.584
Fornecedores	–	514.752	–	514.752
Empréstimos e financiamentos	–	23.652.514	–	23.652.514
Obrigações de ressarcimento	–	1.346.660	–	1.346.660
Passivo Financeiro - Itaipu	–	783.658	–	783.658
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	2.175	–	2.175
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	2.175	–	2.175

	CONTROLADORA 31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Empréstimos e Recebíveis	10.293	38.300.688	–	38.310.981
Caixa e equivalentes de caixa	10.293			10.293
Clientes		431.472		431.472
Empréstimos e financiamentos		35.381.756		35.381.756
Direitos de Ressarcimento		74.527		74.527
Ativo Financeiro - Itaipu		2.412.933		2.412.933
Mantidos Até o Vencimento	–	245.296	–	245.296
Títulos e Valores Mobiliários	–	245.296	–	245.296
Disponível para venda	1.168.935	–	–	1.168.935
Investimentos (Participações Societárias)	1.168.935	–	–	1.168.935
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	4.471.954	–	4.471.954
Títulos e Valores Mobiliários	–	4.471.954	–	4.471.954
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Mensurados pelo Custo Amortizado	–	28.965.246	–	28.965.246
Fornecedores	–	440.976	–	440.976
Empréstimos e financiamentos	–	26.319.526	–	26.319.526
Obrigações de ressarcimento	–	992.727	–	992.727
Passivo Financeiro - Itaipu	–	1.212.017	–	1.212.017
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	6.614	–	6.614
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	6.614	–	6.614

	CONSOLIDADO 31/12/2017			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Empréstimos e Recebíveis	–	71.536.855	8.076.826	79.613.681
Caixa e equivalentes de caixa	–	792.252	–	792.252
Clientes	–	5.124.744	–	5.124.744
Empréstimos e financiamentos	–	10.266.851	–	10.266.851
Direitos de Ressarcimento	–	–	8.076.826	8.076.826
Ativo Financeiro - Geração e Transmissão	–	16.282.980	–	16.282.980
Ativo Financeiro - Transmissão (RBSE)	–	38.238.015	–	38.238.015
Ativo Financeiro - Valores a receber Parcela A	–	832.013	–	832.013
Mantidos Até o Vencimento	–	331.588	–	331.588
Títulos e Valores Mobiliários	–	331.588	–	331.588
Disponível para venda	1.418.659	2.532.115	–	3.950.774
Investimentos (Participações Societárias)	1.418.659	–	–	1.418.659
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	–	2.532.115	–	2.532.115
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	7.350.863	–	7.350.863
Títulos e Valores Mobiliários	–	6.924.632	–	6.924.632
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	426.231	–	426.231
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Fornecedores	–	49.192.869	–	49.192.869
Empréstimos e financiamentos	–	45.121.791	–	45.121.791
Debêntures	–	268.022	–	268.022
Debêntures (Banco Amazônia)	–	202.757	–	202.757
Obrigações de Ressarcimento	–	2.455.176	–	2.455.176
Arrendamento Mercantil	–	1.077.820	–	1.077.820
Concessões a Pagar UBP	–	67.303	–	67.303
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	42.060	–	42.060
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	39.885	–	39.885
Instr. Fin. Derivativos - *Hedge*	–	2.175	–	2.175

	CONSOLIDADO 31/12/2016			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
Empréstimos e Recebíveis	679.668	69.826.624	9.164.986	79.671.278
Caixa e equivalentes de caixa	679.668	–	–	679.668
Clientes	–	6.481.303	–	6.481.303
Empréstimos e financiamentos	–	13.184.244	–	13.184.244
Direitos de Ressarcimento	–	–	9.164.986	9.164.986
Ativo Financeiro - Geração e Transmissão	–	13.590.194	–	13.590.194
Ativo Financeiro - Transmissão (RBSE)	–	36.570.883	–	36.570.883
Mantidos Até o Vencimento	–	246.801	–	246.801
Títulos e Valores Mobiliários	–	246.801	–	246.801
Disponível para venda	1.357.923	4.925.982	–	6.283.905
Investimentos (Participações Societárias)	1.357.923	–	–	1.357.923
Ativo Financeiro - Concessões de distribuição	–	4.925.982	–	4.925.982
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	5.727.185	–	5.727.185
Títulos e Valores Mobiliários	–	5.498.412	–	5.498.412
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	228.773	–	228.773
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)				
	–	69.885.305	–	50.443.184
Fornecedores	–	19.442.121	–	19.442.121
Empréstimos e financiamentos	–	45.620.428	–	45.620.428
Debêntures (Banco Amazônia)	–	201.375	–	201.375
Obrigações de Ressarcimento	–	3.384.398	–	3.384.398
Arrendamento Mercantil	–	1.169.504	–	1.169.504
Concessões a Pagar UBP	–	67.479	–	67.479
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	–	50.631	–	50.631
Instrumentos Financeiros Derivativos	–	44.017	–	44.017
	–	6.614	–	6.614

Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 - preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo; e

Nível 3 - ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma Bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia e suas controladas é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confiam o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no Nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorizar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de *swaps* de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.

Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, que são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes, e o risco de crédito das contrapartes das operações de *swaps*.

46.3 - Gestão de Riscos Financeiros:

No exercício de suas atividades a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

46.3.1 - Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade nos seus resultados bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente dos contratos de financiamento com Itaipu Binacional.

Nesse contexto foi aprovada a Política de *hedge* Financeiro da Companhia. O objetivo da atual política é monitorar e mitigar a exposição às variáveis de mercado que impactem ativos e passivos da Companhia e de suas controladas, reduzindo assim os efeitos de flutuações indesejáveis destas variáveis em suas Demonstrações Financeiras.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Junto com a política foi aprovada a criação do Comitê de *hedge* Financeiro no âmbito da Diretoria Financeira, que tem como função principal definir as estratégias e os instrumentos de *hedge* a serem apresentados à Diretoria Executiva da Companhia.

Levando-se em conta as diferentes formas de se realizar o *hedge* dos descasamentos apresentados pela Companhia, a política aprovada elenca uma escala de prioridades. Primeiramente, a solução estrutural, e, apenas nos casos residuais, seriam adotadas operações com instrumentos financeiros derivativos.

As operações com derivativos financeiros, quando realizadas seguem a política de *hedge* da companhia e não podem caracterizar alavancagem financeira ou operação de concessão de crédito a terceiros.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800181

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

(a) Composição dos saldos em moeda estrangeira e análise de sensibilidade:

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2016 e 2017 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e *Economic Outlook 86*, publicado pela OECD (*The Organisation Economic Co-operation and Development*).

Foram realizadas análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, que apresentam exposição à taxa de câmbio e que poderiam trazer perdas materiais à Companhia, em quatro diferentes cenários, tendo como base o cenário provável acima mencionado: dois considerando a apreciação das moedas e outros dois considerando a depreciação dessas das moedas.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

(a.1) Risco de apreciação das taxas de câmbio:

CONTROLADORA

		Saldo em 31/12/2017		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (25%)(1)	Cenário III (50%)(1)
USD	Empréstimos obtidos	3.264.872	10.798.237	154.755	(2.506.116)	(5.166.986)
	Empréstimos concedidos	2.715.075	8.981.468	(130.324)	2.082.463	4.295.249
	Ativo financeiro - ITAIPU	615.633	2.036.514	(29.550)	472.191	973.931
	Impacto no resultado - USD			(5.119)	48.537	102.194
EURO	Empréstimos obtidos	58.012	230.144	3.318	(53.388)	(110.095)
	Empréstimos concedidos	57.977	230.127	(3.438)	53.234	109.906
	Impacto no resultado - EURO			(120)	(154)	(188)
IENE	Empréstimos obtidos	1.102.326	32.408	441	(7.551)	(15.543)
	Empréstimos concedidos	4.969.558	146.105	(1.988)	34.041	70.071
	Impacto no resultado - IENE			(1.547)	26.491	54.528
Impacto no Resultado em caso de Apreciação das Taxas de Câmbio				(6.786)	74.874	156.534

CONSOLIDADO

		Saldo em 31/12/2017		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II -(25%)(1)	Cenário III (50%)(1)
USD	Empréstimos obtidos	3.370.685	11.148.204	159.770	(2.587.338)	(5.334.446)
	Empréstimos concedidos	2.616.372	8.654.957	(125.586)	2.006.757	4.139.100
	Ativo financeiro - ITAIPU	615.633	2.036.514	(29.550)	472.191	973.931
	Impacto no resultado - USD			4.634	(108.390)	(221.415)
EURO	Empréstimos obtidos	58.012	230.144	3.318	(53.388)	(110.095)
	Impacto no resultado - EURO			3.318	(53.388)	(110.095)
IENE	Empréstimos obtidos	1.102.326	32.408	441	(7.551)	(15.543)
	Impacto no resultado - IENE			441	(7.551)	(15.543)
Impacto no Resultado em caso de Apreciação das Taxas de Câmbio				8.393	(169.330)	(347.053)

(1) Premissas adotadas:	Provável	25%	50%
USD	3,260	4,075	4,890
EURO	3,910	4,888	5,865
IENE	0,029	0,036	0,044

(a.2) Risco de depreciação das taxas de câmbio:

CONTROLADORA

		Saldo em 31/12/2017		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II -(25%)(1)	Cenário III (50%)(1)
USD	Empréstimos obtidos	3.264.872	10.798.237	154.755	2.815.625	5.476.496
	Empréstimos concedidos	2.715.075	8.981.468	(130.324)	(2.343.110)	(4.555.896)
	Ativo financeiro - ITAIPU	615.633	2.036.514	(29.550)	(531.291)	(1.033.032)
	Impacto no resultado - USD			(5.119)	(58.776)	(112.432)
EURO	Empréstimos obtidos	58.012	230.144	3.318	60.025	116.731
	Empréstimos concedidos	57.977	230.127	(3.438)	(60.110)	(116.783)
	Impacto no resultado - EURO			(120)	(85)	(51)
IENE	Empréstimos obtidos	1.102.326	32.408	441	8.433	16.425
	Empréstimos concedidos	4.969.558	146.105	(1.988)	(38.017)	(74.046)
	Impacto no resultado - IENE			(1.547)	(29.584)	(57.622)
Impacto no Resultado em caso de Depreciação das Taxas de Câmbio				(6.786)	(88.445)	(170.105)

CONSOLIDADO

		Saldo em 31/12/2017		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Moeda Estrangeira	Reais	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II -(25%)(1)	Cenário III (50%)(1)
USD	Empréstimos obtidos	3.370.685	11.148.204	159.770	2.906.879	5.653.987
	Empréstimos concedidos	2.616.372	8.654.957	(125.586)	(2.257.929)	(4.390.271)
	Ativo financeiro - ITAIPU	615.633	2.036.514	(29.550)	(531.291)	(1.033.032)
	Impacto no resultado - USD			4.634	117.659	230.684
EURO	Empréstimos obtidos	58.012	230.144	3.318	60.025	116.731
	Impacto no resultado - EURO			3.318	60.025	116.731
IENE	Empréstimos obtidos	1.102.326	32.408	441	8.433	16.425
	Impacto no resultado - IENE			441	8.433	16.425
Impacto no Resultado em caso de Depreciação das Taxas de Câmbio				8.393	186.116	363.840

(1) Premissas adotadas:	Provável	-25%	-50%
USD	3,260	2,445	1,630
EURO	3,910	2,933	1,955
IENE	0,029	0,022	0,015

46.3.2 - Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia de contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa, principalmente referenciados à taxa Libor.

A Companhia monitora a sua exposição à taxa Libor e contrata operações de derivativos para minimizar esta exposição, conforme Política de *Hedge* Financeiro.

(a) Composição dos saldos por indexador e análise de sensibilidade

A composição da dívida por indexador, seja em moeda nacional ou em moeda estrangeira, está detalhada na nota 22, item a.

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2016 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central, e *Economic Outlook 86*, publicado pela OECD (*The Organisation Economic Co-operation and Development*).

Foram realizadas análises de sensibilidade dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, e que poderiam trazer perdas materiais à Companhia, em quatro diferentes cenários, tendo como base o cenário provável acima mencionado: dois considerando a apreciação dos indexadores e outros dois considerando a depreciação desses indexadores.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Em todos os cenários foi utilizada a cotação provável do dólar para converter para reais o efeito no resultado dos riscos atrelados à oscilação da LIBOR. Nesta análise de sensibilidade está sendo desconsiderado qualquer efeito cambial em decorrência de eventual apreciação ou depreciação do cenário provável da cotação do dólar. O impacto da apreciação e da depreciação do cenário provável da cotação do dólar estão apresentados no item (46.3.1 (a)) desta nota.

(a.1) LIBOR

• risco de apreciação das taxas de juros:

CONTROLADORA

		Saldo da dívida/Valor Nocional em 31/12/2017		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (+25%) (1)	Cenário III (+50%)(1)
LIBOR	Empréstimos obtidos	450.501	1.490.257	(2.746.343)	(3.432.929)	(4.119.515)
	Derivativo	275.000	909.700	1.676.455	2.095.569	2.514.683
	Total			(1.069.888)	(1.337.360)	(1.604.832)

CONSOLIDADO

		Saldo da dívida/Valor Nocional em 31/12/2017		Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Em USD	Em reais	Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (+25%) (1)	Cenário III (+50%)(1)
LIBOR	Empréstimos obtidos	556.295	1.840.224	(3.391.285)	(4.239.107)	(5.086.928)
	Derivativo	275.000	909.700	1.676.455	2.095.569	2.514.683
	Total			(1.714.830)	(2.143.538)	(2.572.245)

(1) Premissas adotadas:	30/06/2017	Provável	25%	50%
USD	3,308	3,2600	4,0750	4,8900
LIBOR	n/a	1,8700	2,3375	2,8050

(a.2) Indexadores nacionais

• risco de apreciação das taxas de juros:

CONTROLADORA

		Saldo em 31/12/2017	Efeito no resultado - receita (despesa)		
			Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (+25%)(1)	Cenário III (+50%)(1)
CDI	Empréstimos obtidos	5.222.655	(348.351)	(435.439)	(522.527)
	Impacto no resultado - CDI		(348.351)	(435.439)	(522.527)
	Empréstimos concedidos	230.880	10.228	12.785	15.342
	Impacto no resultado - IGPM		10.228	12.785	15.342
IPCA	Empréstimos concedidos	6.394.769	238.525	298.156	357.787
	Impacto no resultado - IPCA		238.525	298.156	357.787
SELIC	Empréstimos obtidos	615.930	(41.083)	(51.353)	(61.624)
	Impacto no resultado - SELIC		(41.083)	(51.353)	(61.624)
Impacto no Resultado - Apreciação dos Índices			(140.681)	(175.851)	(211.021)

CONSOLIDADO

		Saldo em 31/12/2017	Efeito no resultado - receita (despesa)		
			Cenário I - Provável 2017(1)	Cenário II (+25%)(1)	Cenário III (+50%)(1)
CDI	Empréstimos obtidos	12.159.697	(811.052)	(1.013.815)	(1.216.578)
	Impacto no resultado - CDI		(811.052)	(1.013.815)	(1.216.578)
TJLP	Empréstimos obtidos	6.809.224	(465.070)	(581.337)	(697.605)
	Debêntures emitidas	202.757	(13.848)	(17.310)	(20.772)
	Impacto no resultado - TJLP		(478.918)	(598.648)	(718.377)
IGPM	Arrendamento Mercantil	1.077.820	(47.747)	(59.684)	(71.621)
	Empréstimos concedidos	229.108	10.149	12.687	15.224
	Impacto no resultado - IGPM		(37.598)	(46.997)	(56.397)
SELIC	Empréstimos obtidos	1.782.785	(118.912)	(148.640)	(178.368)
	Impacto no resultado - SELIC		(118.912)	(148.640)	(178.368)
IPCA	Empréstimos obtidos	369.100	13.767	17.209	20.651
	Debêntures emitidas	268.022	9.997	12.497	14.996
	Impacto no resultado - IPCA		23.765	29.706	35.647
Impacto no Resultado - Apreciação dos Índices			(1.422.715)	(1.778.394)	(2.134.073)

(1) Premissas adotadas:	Provável	25%	50%
CDI	6,67%	8,34%	10,01%
IPCA	3,73%	4,66%	5,60%
TJLP	6,83%	8,54%	10,25%
IGPM	4,43%	5,54%	6,65%
SELIC	6,67%	8,34%	10,01%

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800182

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

• risco de depreciação das taxas de juros:

		CONTROLADORA			
			Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Saldo em 31/12/2017	Cenário I - Provável 2017[1]	Cenário II (-25%)[1]	Cenário III (-50%)[1]
CDI	Empréstimos obtidos	5.222.655	(348.351)	(261.263)	(174.176)
	Impacto no resultado - CDI		(348.351)	(261.263)	(174.176)
IPCA	Empréstimos concedidos	6.394.769	238.525	178.894	119.262
	Impacto no resultado - IPCA		238.525	178.894	119.262
IGPM	Empréstimos concedidos	230.880	10.228	7.671	5.114
	Impacto no resultado - IGPM		10.228	7.671	5.114
SELIC	Empréstimos obtidos	615.930	(41.083)	(30.812)	(20.541)
	Impacto no resultado - SELIC		(41.083)	(30.812)	(20.541)
Impacto no Resultado - Depreciação dos Índices			(140.681)	(105.511)	(70.340)

		CONSOLIDADO			
			Efeito no resultado - receita (despesa)		
		Saldo em 31/12/2017	Cenário I - Provável 2017[1]	Cenário II (-25%)[1]	Cenário III (-50%)[1]
CDI	Empréstimos obtidos	12.159.697	(811.052)	(608.289)	(405.526)
	Impacto no resultado - CDI		(811.052)	(608.289)	(405.526)
TJLP	Empréstimos obtidos	6.809.224	(465.070)	(348.802)	(232.535)
	Debêntures emitidas	202.757	(13.848)	(10.386)	(6.924)
	Impacto no resultado - TJLP		(478.918)	(359.189)	(239.459)
IGPM	Arrendamento Mercantil	1.077.820	(47.747)	(35.811)	(23.874)
	Empréstimos concedidos	229.108	10.149	7.612	5.075
	Impacto no resultado - IGPM		(37.598)	(28.198)	(18.799)
SELIC	Empréstimos obtidos	1.782.785	(118.912)	(89.184)	(59.456)
	Impacto no resultado - SELIC		(118.912)	(89.184)	(59.456)
IPCA	Empréstimos obtidos	369.100	13.767	10.326	6.884
	Debêntures emitidas	268.022	18.306	13.729	9.153
	Impacto no resultado - IPCA		32.073	24.055	16.037
Impacto no Resultado - Depreciação dos Índices			(1.414.406)	(1.060.805)	(707.203)

(1) Premissas adotadas:	Provável	-25%	-50%
CDI	6,67%	5,00%	3,34%
IPCA	3,73%	2,80%	1,87%
TJLP	6,83%	5,12%	3,42%
IGPM	4,43%	3,32%	2,22%
SELIC	6,67%	5,00%	3,34%

Para reduzir o risco nas exposições do fluxo de caixa da dívida de taxa variável emitida, a Companhia contratou *swaps* de alteração nas taxas de juros e designou como *hedge accounting*. De acordo com os contratos de *swap* de taxa de juros, a Companhia concorda em trocar a diferença entre os valores de taxas de juros prefixadas e pós fixadas calculados a partir do valor nocional acordado, mitigando o risco de alteração nas taxas de juros sobre o valor justo da dívida emitida com taxas de juros fixa nas exposições do fluxo de caixa da dívida de taxa variável. O valor justo dos *swaps* de taxa de juros no encerramento do exercício é determinado pelo desconto dos fluxos de caixa futuros, utilizando as curvas no encerramento do exercício e o risco de crédito inerente para esse tipo de contrato, e está demonstrado a seguir. A taxa de juros média está baseada nos saldos a pagar em aberto no encerramento do exercício.

A tabela a seguir demonstra o valor do principal e os prazos remanescentes dos contratos de *swap* de taxa de juros em aberto no fim do exercício do relatório:

					Valores Justos	
Tipo	Transação	Montantes contratados (notional)	Taxas utilizadas	Vencimento	31/12/2017	31/12/2016
Libor X Pre-tax	03/2011	50.000	3,2780%	10/08/2020	(1.238)	(2.642)
Libor X Pre-tax	04/2011	100.000	3,3240%	10/08/2020	(2.567)	(5.437)
Libor X Pre-tax	09/2012	25.000	1,6795%	27/11/2020	300	157
Libor X Pre-tax	10/2012	25.000	1,6295%	27/11/2020	332	211
Libor X Pre-tax	11/2012	75.000	1,6285%	27/11/2020	998	636
Libor X Pre-tax	12/2012	75.000	1,2195%	29/11/2017	–	82
Libor X Pre-tax	13/2012	75.000	1,2090%	29/11/2017	–	88
Libor X Pre-tax	14/2012	50.000	1,2245%	29/11/2017	–	53
Libor X Pre-tax	15/2012	50.000	1,1670%	29/11/2017	–	73
Libor X Pre-tax	16/2012	50.000	1,1910%	29/11/2017	–	65
Libor X Pre-tax	17/2012	50.000	1,2105%	29/11/2017	–	58
Libor X Pre-tax	18/2012	25.000	1,1380%	29/11/2017	–	42
	TOTAL	650.000			(2.175)	(6.614)

As operações classificadas como *hedge* de fluxo de caixa geraram no exercício um resultado abrangente negativo de R$ 6.250 (resultado abrangente positivo de R$ 11.684 em 31 de dezembro de 2016).

Com a designação dos *swaps* para contabilização de *hedge*, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a Companhia reconheceu R$ 6.047 como despesas financeiras referentes aos *swaps* (R$ 14.160 em 31 de dezembro de 2016).

A relação entre as dívidas designadas em relações de *hedge* e os desembolsos futuros dos contratos indexados à libor, segue a seguinte distribuição no tempo:

	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Valor protegido / Desembolsos futuros (%)	31,11%	51,22%	33,11%	0%	0%	0%

46.3.3 - Risco de preços - *commodities*

A controlada Eletronorte celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para o fornecimento de energia elétrica para três de seus principais clientes. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na *London Metal Exchange* (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga, de forma que o fluxo de caixa do instrumento combinado, em algumas circunstâncias, varia como se fosse um derivativo isolado.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

	Datas do contrato		
Cliente	Inicial	Final	Volume em Megawatts Médios (MW)
Albrás	01/07/2004	31/12/2024	750 MW até 31/12/2006 e 800 MW a partir de 01/01/2007
BHP	01/07/2004	31/12/2017	315 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band* relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2.773,21/ton e US$ 1.450,00/ton, respectivamente.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da *commodity* do alumínio da LME, é possível atribuir o *fair value* destes contratos. O valor da LME fechou o mês de dezembro de 2017 cotado em US$ 2.087/ton, o que representou uma variação positiva de 21,2% em relação ao valor verificado em dezembro de 2016, quando o preço da *commodity* alcançou US$ 1.772/ton.

No mesmo exercício de análise, houve uma apreciação do real em relação ao dólar com a cotação passando de R$ 3,35 para R$ 3,15. A variação positiva no preço do alumínio contribuiu com um aumento na expectativa do valor justo para os derivativos compensando a desvalorização do dólar no período.

O ganho apurado nesta operação com derivativos no exercício de 2017 é de R$ 197.458 (ganho de R$ 182.462 em 31 de dezembro de 2016) e está apresentado no resultado financeiro.

(a) Análise de sensibilidade sobre os derivativos embutidos indexados ao preço do alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional.

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US$ 1.450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

Saldo em 31/12/2017	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
228.773	928.181	1.095.362

46.3.4 - Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade de a Companhia e suas controladas incorrerem em perdas resultantes da dificuldade de realização de seus recebíveis de clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações. A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. No segmento de distribuição, a Companhia, através de suas controladas, faz um acompanhamento dos níveis de inadimplência através da análise das especificidades dos seus clientes.

O risco de crédito relacionado aos recebíveis de clientes (vide nota 7) está concentrado nas atividades de distribuição, no montante de R$ 1.564.755 ou 28% (R$ 2.395.918 ou 38% em 31 de dezembro de 2016) do saldo em aberto ao final do exercício de 31 de dezembro de 2017, e tendo como principal característica o alto grau de pulverização por contemplar um volume de vendas significativo a consumidores da classe residencial.

Em relação aos recebíveis de empréstimos concedidos (vide nota 8), exceto pela operação financeira com a controlada em conjunto Itaipu, cujo risco de crédito é baixo em função da inclusão dos custos dos empréstimos na tarifa de comercialização de energia da controlada em conjunto, conforme definido nos termos do Tratado Internacional firmado entre os Governos do Brasil e do Paraguai, a concentração de risco de crédito com qualquer outra contraparte individualmente não foi superior a 5% do saldo em aberto em nenhum período.

As disponibilidades excedentes de caixa são aplicadas em fundos extramercados exclusivos, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, havendo exposição a risco de crédito menor em relação aos demais instrumentos.

Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de *rating* e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Operações com derivativos, quando realizadas no mercado de balcão, contêm riscos de contraparte que, diante dos problemas apresentados pelas instituições financeiras em 2008 e 2009, se mostram relevantes. Com o intuito de mitigar esse risco, a Companhia instituiu uma norma sobre credenciamento de instituições financeiras para fins de realização de operações com derivativos. Esta norma define critérios em relação a porte, *rating* e expertise no mercado de derivativos, para que sejam selecionadas as instituições que poderão realizar operações com a Companhia. Atualmente, a Companhia seleciona semestralmente as 20 melhores instituições financeiras baseadas nos critérios mencionados como instituições credenciadas a efetuarem operações de derivativos com a Companhia. Além disso, a empresa desenvolveu metodologia de controle de exposição às instituições credenciadas que define limites ao volume de operações a serem realizadas com cada uma delas.

A Companhia monitora o risco de crédito de suas operações de *swap*, segundo o CPC 46 (IFRS 13), mas não contabiliza este risco de descumprimento (*non-performance*) no saldo de valor justo de cada derivativo porque, com base na exposição líquida ao risco de crédito, a Companhia pode contabilizar o seu portfólio de *swaps* dado uma transação não forçada entre as partes na data de avaliação. A Companhia considera o risco de descumprimento apenas para a análise do teste retrospectivo para cada relação designada para Contabilidade de *Hedge*.

Adicionalmente, a Companhia está exposta ao risco de crédito com relação a garantias financeiras concedidas a Bancos pela Controladora. A exposição máxima da Companhia corresponde ao valor máximo que a Companhia terá de pagar caso a garantia seja executada.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800183

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

46.3.5 - Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia e suas controladas são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar possíveis descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as necessidades operacionais.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Sistema Eletrobras por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que o Sistema Eletrobras deve quitar as respectivas obrigações e inclui os respectivos juros contratuais relacionados, quando aplicável.

	CONTROLADORA 31/12/2017 Fluxo de pagamento				
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Mensurados ao Custo Amortizado	5.016.378	7.177.889	12.163.365	4.965.353	29.322.984
Fornecedores	514.752	–	–	–	514.752
Empréstimos e financiamentos	3.154.966	7.177.889	12.163.365	4.965.353	27.461.572
Obrigações de Ressarcimento	1.346.660	–	–	–	1.346.660
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	2.175	–	–	–	2.175
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.175	–	–	–	2.175

	CONTROLADORA 31/12/2016 Fluxo de pagamento				
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Mensurados ao Custo Amortizado	8.413.214	5.029.265	17.133.821	4.345.535	34.921.834
Fornecedores	440.976	–	–	–	440.976
Empréstimos e financiamentos	6.278.929	5.029.265	17.133.821	4.345.535	32.787.549
Obrigações de Ressarcimento	1.693.309	–	–	–	1.693.309
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	6.614	–	–	–	6.614
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.614	–	–	–	6.614

	CONSOLIDADO 31/12/2017 Fluxo de pagamento				
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Mensurados ao Custo Amortizado	19.495.221	16.848.882	20.617.858	22.863.703	79.825.663
Fornecedores	10.443.752	2.681.872	2.504.559	2.608.914	18.239.097
Empréstimos e financiamentos	7.325.949	12.521.043	17.811.981	19.856.515	57.515.487
Debêntures	183.432	287.347	–	–	470.779
Obrigações de Ressarcimento	1.392.542	1.062.634	–	–	2.455.176
Arrendamento Mercantil	145.324	290.648	290.648	351.200	1.077.820
Concessões a Pagar UBP	4.222	5.338	10.670	47.074	67.304
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	2.466	39.594	–	–	42.060
Instrumentos Financeiros Derivativos	2.466	39.594	–	–	42.060

	CONSOLIDADO 31/12/2016 Fluxo de pagamento				
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Até 1 Ano	De 1 a 2 Anos	De 2 a 5 Anos	Mais de 5 Anos	Total
Mensurados ao Custo Amortizado	20.420.991	19.541.472	25.956.948	13.625.853	79.545.263
Fornecedores	9.659.301	3.518.140	3.487.328	2.777.352	19.442.121
Empréstimos e financiamentos	9.440.941	15.718.925	21.822.739	8.297.782	55.280.386
Debêntures	12.442	10.300	41.200	137.433	201.375
Obrigações de Ressarcimento	1.167.503	152.339	146.051	1.918.505	3.384.398
Arrendamento Mercantil	136.662	139.524	418.571	474.748	1.169.504
Concessões a Pagar UBP	4.142	2.244	41.060	20.033	67.479
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado	6.946	43.685	–	–	50.631
Instrumentos Financeiros Derivativos	6.946	43.685	–	–	50.631

46.4 - Derivativos embutidos relacionados a debêntures conversíveis em ações

A controlada Eletronorte firmou contrato de emissão de debêntures, em junho de 2011, e liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação de projeto.

Nesse contrato, por possuir cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia, a critério da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, limitados a 50% das debêntures emitidas, é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a SUDAM em caso desta conversão.

Para apuração do valor, foi realizado o cálculo do *valuation* da antiga investida, na apuração do valor da sua ação, e o cálculo do valor presente do contrato, assim utilizando métricas para determinação do valor do derivativo.

O ganho apurado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 4.131 (ganho de R$ 36.252 em 31 de dezembro de 2016) e está apresentado na demonstração do resultado do exercício.

46.4.1 - Análise de sensibilidade

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da controlada Eletronorte.

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável para 2016 e 2017 previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 38, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada.

Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

	Saldo em 31 de dezembro	Cenário I (-25%) Índices e preços	Cenário II (-50%) Índices e preços	Cenário I (+25%) Índices e preços	Cenário II (+50%) Índices e preços
2017	39.885	19.564	16.231	26.180	29.277

O lucro diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias em circulação, para presumir a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluídas. A Companhia tem apenas uma categoria de ações ordinárias potenciais diluídas: dívida conversível (empréstimo compulsório). Pressupõe-se que a dívida conversível foi convertida em ações ordinárias e que o lucro líquido é ajustado para eliminar a despesa financeira menos o efeito fiscal.

NOTA 47 - INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

As informações por segmento de negócios, correspondentes a 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, são as seguintes:

	31/12/2017							
		Geração		Transmissão				
	Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M	Distribuição	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	215.936	18.070.002	1.843.804	1.442.175	8.684.129	9.597.517	(1.977.539)	37.876.024
Custos e Despesas Operacionais	(7.772.986)	(11.932.046)	(2.015.008)	(1.288.450)	(3.721.060)	(10.778.137)	1.932.390	(35.575.297)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(7.557.050)	6.137.956	(171.204)	153.725	4.963.069	(1.180.620)	(45.149)	2.300.727
Resultado Financeiro	1.046.195	(1.497.218)	(242.721)	(405.681)	(636.691)	(3.502.329)	45.149	(5.193.296)
Resultado de Participações Societárias	2.692.171	–	–	–	–	–	–	2.692.171
Imposto de renda e contribuição social	(1.081.294)	(188.195)	(41.453)	(47.038)	(671.048)	503.735	–	(1.525.293)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(4.899.978)	4.452.543	(455.378)	(298.994)	3.655.330	(4.179.214)	–	(1.725.691)

	31/12/2016							
		Geração		Transmissão				
	Administração	Regime de Exploração	Regime de O&M	Regime de Exploração	Regime de O&M	Distribuição	Eliminações	Total
Receita Operacional Líquida	177.405	15.673.574	1.626.261	1.604.010	31.939.704	11.581.936	(2.286.887)	60.316.003
Custos e Despesas Operacionais	(6.207.466)	(18.142.949)	(2.558.582)	(2.516.547)	(4.830.830)	(15.562.154)	2.343.297	(47.475.231)
Resultado Oper. Antes do Resultado Financeiro	(6.030.061)	(2.469.375)	(932.321)	(912.537)	27.108.874	(3.980.218)	56.410	12.840.772
Resultado Financeiro	1.019.617	(1.743.807)	(619.292)	(179.444)	306.918	(2.658.306)	(56.410)	(3.930.724)
Resultado de Participações Societárias	3.114.047	–	–	–	–	–	–	3.114.047
Imposto de renda e contribuição social	(67.593)	532.531	165.617	(167.351)	(8.974.023)	–	–	(8.510.819)
Lucro Líquido (prejuízo) do período	(1.963.990)	(3.680.651)	(1.385.996)	(1.259.332)	18.441.769	(6.638.524)	–	3.513.276

(*) A Companhia procedeu, em 31 de dezembro de 2016, com a apresentação das linhas de Resultado de Participações Societárias e Custos e Despesas Operacionais, do segmento Administração, de forma líquida de eliminações de receita de equivalência patrimonial e despesa de passivo a descoberto (de subsdiárias nas DFs individuais), respectivamente, para melhor retratar os resultados consolidados da Companhia de acordo com o IFRS 8. O mesmo procedimento foi efetuado de forma consistente para o exercício de 31 de dezembro de 2017.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800184

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A coluna de eliminação apresenta os ajustes ocorridos entre os segmentos Companhia, conciliando os saldos divulgados por cada segmento. Os valores acima apresentados estão substancialmente relacionados ao custo de energia comprada para revenda e ao custo de encargos sobre uso da rede elétrica. As eliminações referentes a receitas e despesas com juros são apresentadas na tabela abaixo. Não existem reconciliações provenientes de diferenças de prática contábil.

Receitas e Despesas de juros por segmento:

	31/12/2017					
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Eliminações	Total
Receita de Juros	3.406.499	17.797	22.642	–	(2.615.376)	831.562
Despesa de Juros	(2.218.699)	(1.746.362)	(1.195.069)	(3.289.556)	2.692.642	(5.757.044)
Total	1.187.800	(1.728.565)	(1.172.427)	(3.289.556)	77.266	(4.925.482)

	31/12/2016					
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Eliminações	Total
Receita de Juros	3.479.762	28.623	36.498	–	(2.390.873)	1.154.010
Despesa de Juros	(2.613.556)	(1.744.244)	(1.101.056)	(3.579.897)	2.662.917	(6.375.836)
Total	866.206	(1.715.621)	(1.064.558)	(3.579.897)	272.044	(5.221.826)

Receita de consumidores externos por segmento:

	31/12/2017			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	14.698.137	–	–	14.698.137
Fornecimento de Energia Elétrica	2.554.279	–	9.467.631	12.021.910
Energia Elétrica de Curto Prazo	1.006.114	–	724.961	1.731.075
CVA e outros itens financeiros	–	–	1.441.359	1.441.359
Efeito Financeiro de Itaipu	626.135	–	–	626.135
Receita de operação e manutenção	2.198.347	3.397.820	–	5.596.167
Receita de construção	52.836	917.447	782.068	1.752.351
Financeira - Retorno do Investimento	–	1.139.816	–	1.139.816
Financeira - Retorno do Investimento - RBSE	–	4.922.827	–	4.922.827
Total da receita bruta	21.135.848	10.377.910	12.416.019	43.929.777

	31/12/2016			
	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica	12.885.622	–	–	12.885.622
Fornecimento de Energia Elétrica	2.945.506	–	15.208.202	18.153.708
Energia Elétrica de Curto Prazo	927.183	–	314.833	1.242.016
CVA e outros itens financeiros	–	–	(339.405)	(339.405)
Efeito Financeiro de Itaipu	(346.638)	–	–	(346.638)
Receita de operação e manutenção	2.178.699	2.975.690	–	5.154.389
Receita de construção	41.316	1.174.703	1.165.611	2.381.630
Financeira - Retorno do Investimento	–	805.708	–	805.708
Financeira - Retorno do Investimento - RBSE	–	28.600.553	–	28.600.553
Total da receita bruta	18.631.688	33.556.654	16.349.241	68.537.583

Receita Intersegmento:

	31/12/2017			
	Administração	Geração	Transmissão	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de distribuição	–	648.617	–	648.617
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de geração	–	637.414	–	637.414
Receita de Transmissão - O&M do segmento de geração	–	–	407.879	407.879
Receita de Transmissão - O&M do segmento de distribuição	–	–	116.294	116.294
Receita de juros do segmento de geração	713.620	–	–	713.620
Receita de juros do segmento de transmissão	850.747	–	–	850.747
Receita de juros do segmento de distribuição	1.051.009	–	–	1.051.009
Total	2.615.376	1.286.031	524.173	4.425.580

	31/12/2016			
	Administração	Geração	Transmissão	Total
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de distribuição	–	1.127.914	–	1.127.914
Suprimento (venda) de Energia Elétrica do segmento de geração	–	726.513	–	726.513
Receita de Transmissão - O&M do segmento de geração	–	–	286.936	286.936
Receita de Transmissão - O&M do segmento de distribuição	–	–	123.727	123.727
Receita de juros do segmento de geração	552.746	–	–	552.746
Receita de juros do segmento de transmissão	836.583	–	–	836.583
Receita de juros do segmento de distribuição	1.001.544	–	–	1.001.544
Total	2.390.873	1.854.427	410.663	4.655.963

Adição a ativos não circulantes por segmento:

	31/12/2017				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	94.615	1.977.076	–	–	2.071.691
Intangível	262.194	96.916	–	67.818	426.928
Total	356.809	2.073.992	–	67.818	2.498.619

	31/12/2016				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Imobilizado	186.369	2.290.771	–	–	2.477.140
Intangível	58.993	54.981	500	38.073	152.547
Total	245.362	2.345.752	500	38.073	2.629.687

Ativos não circulantes por segmento:

	31/12/2017				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Ativos não circulantes					
Imobilizado	1.697.310	25.427.101	–	841.426	27.965.837
Intangível	402.739	185.521	83.837	77.665	749.762
Total	2.100.049	25.612.622	83.837	919.091	28.715.599

	31/12/2016				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Ativos não circulantes					
Imobilizado	1.848.030	24.065.771	–	899.124	26.812.925
Intangível	419.775	151.877	83.837	106.249	761.738
Total	2.267.805	24.217.648	83.837	1.005.373	27.574.663

Itens não-caixa por segmento:

	31/12/2017				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Depreciação e Amortização	194.022	1.470.334	–	86.948	1.751.303
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	–	(612.425)	18.102	(899.146)	(1.493.469)
Provisão p/ valor recuperação ativos (*impairment*)	213.488	1.618.759	(1.107.481)	(84.135)	640.631
Total	407.510	2.476.668	(1.089.379)	(896.333)	898.465

	31/12/2016				
	Administração	Geração	Transmissão	Distribuição	Total
Depreciação e Amortização	201.993	1.562.407	3.510	75.875	1.843.785
Constituição (Reversão) de Contrato Oneroso	–	1.904.749	(729.564)	1.019.313	2.194.498
Provisão p/ valor recuperação ativos (*impairment*)	(1.852)	3.396.523	2.363.556	(221.165)	5.537.062
Total	200.142	6.863.679	1.637.502	874.023	9.575.346

NOTA 48 - TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A controladora final da Companhia é a União que detém 51% das ações ordinárias da Companhia (Vide Nota 37).

As transações da Companhia com suas subsidiárias, controladas e sociedades de propósito específico são realizadas a preços e condições definidos entre as partes, que levam em consideração as condições que poderiam ser praticadas no mercado com partes não relacionadas, quando aplicável. Dentre as principais operações ocorridas com as partes relacionadas, destacamos os empréstimos e financiamentos concedidos estabelecidos nas condições citadas e/ou de acordo com a legislação específica sobre o assunto.

		CONTROLADORA					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Furnas	Empréstimos e financiamentos	3.420.567	–	–	3.873.939	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	54.727	–	–	49.772	–	–
	Dividendo a receber	298.680	–	–	298.680	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	293.670	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	399.474	–	–	517.516
		3.773.974	–	399.474	4.516.062	–	517.516
CHESF	Empréstimos e financiamentos	839.159	–	–	698.716	–	–
	Dividendo a receber	30.471	–	–	–	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	157.278	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	124.440	–	–	28.760
		869.630	–	124.440	855.995	–	28.760
Eletronorte	Empréstimos e financiamentos	2.233.824	–	–	2.758.547	–	–
	Dividendo a receber	1.099.896	–	–	18	–	–
	Outros Ativos	1.515.998	–	–	1.459.757	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	82.409	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	262.327	–	–	205.791
		4.849.718	–	262.327	4.300.731	–	205.791
Eletrosul	Empréstimos e financiamentos	933.787	–	–	2.295.669	–	–
	Dividendo a receber	81.408	–	–	89.755	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	92.697	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	273.358	–	–	257.685
		1.015.195	–	273.358	2.478.121	–	257.685

continua

continuação

		CONTROLADORA					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
CGTEE	Empréstimos e financiamentos	3.076.311	–	–	2.672.509	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	781.789	–	–	483.858	–	–
	Dividendo a receber	91.550	–	–	83.273	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	492.354	–	–	392.164
		3.949.650	–	492.354	3.239.639	–	392.164
Eletronuclear	Empréstimos e financiamentos	1.679.790	–	–	1.591.566	–	–
	Outros passivos	–	661.567	–	–	525.977	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	171.944	–	–	177.166
		1.679.790	661.567	171.944	1.591.566	525.977	177.166
ED Alagoas	Empréstimos e financiamentos	1.776.678	–	–	1.457.930	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	180.142	–	–	159.155	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	223.941	–	–	190.526
		1.956.820	–	223.941	1.617.085	–	190.526
ED Piauí	Empréstimos e financiamentos	2.016.396	–	–	1.639.734	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	346.357	–	–	295.402	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	275.884	–	–	213.157
		2.362.752	–	275.884	1.935.136	–	213.157
Amazonas D	Empréstimos e financiamentos	2.595.084	–	–	1.991.981	–	–
	Outros ativos	12.985	–	–	12.635	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	129.189	–	–	117.446	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	451.610	–	–	385.220
		2.737.259	–	451.610	2.122.062	–	385.220
Amazonas Energia - GT	Empréstimos e financiamentos	2.011.696	–	–	1.767.488	–	–
	Outros ativos	545.928	–	–	531.198	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	128.138	–	–	103.721
		2.557.624	–	128.138	2.298.686	–	103.721
ED Rondônia	Empréstimos e financiamentos	1.178.796	–	–	965.389	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	127.527	–	–	115.197
		1.178.796	–	127.527	965.389	–	115.197
Eletropar	Dividendo a receber	7.797	–	–	–	–	–
		7.797	–	–	–	–	–
Eletroacre	Empréstimos e financiamentos	442.788	–	–	370.511	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	77.115	–	–	69.462	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	50.243	–	–	47.385
		519.903	–	50.243	439.973	–	47.385
ED Roraima	Empréstimos e financiamentos	190.280	–	–	115.692	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	89.975	–	–	80.089	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	29.976	–	–	9.586
		280.255	–	29.976	195.781	–	9.586
Itaipu	Empréstimos e financiamentos	8.699.591	–	–	10.770.787	–	–
	Dividendo a receber	1.654	–	–	4.314	–	–
	Despesas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	(828.011)	–	–	(1.417.999)
		8.701.245	–	(828.011)	10.775.100	–	(1.417.999)
Poder Público Federal	Obrigações de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	–	700.582	–
		–	–	–	–	700.582	–
Poder Público Federal - BNDES	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	615.927	–	–	3.306.546	–
		–	615.927	–	–	3.306.546	–
Poder Público Federal - Banco do Brasil	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	3.213.942	–	–	1.033.411	–
		–	3.213.942	–	–	1.033.411	–
Poder Público Federal - Caixa Econômica federal	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	2.008.713	–	–	3.621.415	–
		–	2.008.713	–	–	3.621.415	–
Poder Público Federal - Reserva Global de Reversão	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	6.753.140	–	–	6.647.839	–
		–	6.753.140	–	–	6.647.839	–
Tesouro Nacional	Obrigações de ressarcimento - Itaipu	–	2.598.348	–	–	2.705.947	–
		–	2.598.348	–	–	2.705.947	–
Eletros	Contribuições a pagar - patrocinador	–	28.830	–	–	31.059	–
	Provisões	–	578.666	–	–	394.035	–
	Contribuições patrocinador	–	–	(34.265)	–	–	(33.156)
	Taxas	–	–	(3.462)	–	–	(2.644)
		–	607.496	(37.726)	–	425.094	(35.800)
CEEE-GT	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	15.039	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	–	–	–	85
		–	–	–	15.039	–	85
Energisa MT	Empréstimos e financiamentos	–	–	–	264.723	–	–
	Dividendo a receber	3.039	–	–	396	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	10.333	–	–	29.002
		3.039	–	10.333	265.119	–	29.002

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800186

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONTROLADORA					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
EMAE	Dividendo a receber	12.753	–	–	6.213	–	–
		12.753	–	–	6.213	–	–
CTEEP	Empréstimos e financiamentos	111	–	–	154	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	39.114	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	10	–	–	17
		111	–	10	39.268	–	17
CEMAR	Empréstimos e financiamentos	132.001	–	–	217.676	–	–
	Dividendo a receber	30.962	–	–	25.506	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	6.036	–	–	20.359
		162.963	–	6.036	243.182	–	20.359
Lajeado Energia	Dividendo a receber	55.896	–	–	9.692	–	–
		55.896	–	–	9.692	–	–
CEB Lajeado	Dividendo a receber	9.800	–	–	–	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	–	–	–	672
		9.800	–	–	–	–	672
Paulista Lajeado	Dividendo a receber	2.666	–	–	1.210	–	–
		2.666	–	–	1.210	–	–
CEEE-D	Empréstimos e financiamentos	20.222	–	–	24.368	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	1.521	–	–	1.854
		20.222	–	1.521	24.368	–	1.854

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Poder Público Federal	Clientes	22.673	–	–	2.245	–	–
	Outros Ativos	3.300	–	–	1.991	–	–
	Fornecedores (BR Distribuidora)	–	5.108.628	–	–	5.937.476	–
	Obrigações de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	–	700.582	–
	Outras receitas	–	–	124.444	–	–	51.403
		25.973	5.108.628	124.444	4.236	6.638.058	51.403
Poder Público Federal - BNDES	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	8.738.156	–	–	10.647.232	–
		–	8.738.156	–	–	10.647.232	–
Poder Público Federal - Banco da Amazônia	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	566.038	–	–	647.787	–
		–	566.038	–	–	647.787	–
Poder Público Federal - Banco do Brasil	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	5.184.096	–	–	3.108.658	–
		–	5.184.096	–	–	3.108.658	–
Poder Público Federal - Caixa Econômica federal	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	9.320.284	–	–	10.432.241	–
		–	9.320.284	–	–	10.432.241	–
Poder Público Federal - FIDC	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	666.401	–	–	–	–
		–	666.401	–	–	–	–
Poder Público Federal - Reserva Global de Reversão	Empréstimos e Financimentos a Pagar	–	7.420.021	–	–	6.647.839	–
		–	7.420.021	–	–	6.647.839	–
Tesouro Nacional	Obrigações de ressarcimento - Itaipu	–	2.598.348	–	–	2.705.947	–
		–	2.598.348	–	–	2.705.947	–
Norte Brasil Transmissora	Clientes	–	–	–	203	–	–
	Outros ativos	122	–	–	–	–	–
	Outros passivos	–	992	–	–	1.538	–
	Receita de prestação de serviços	–	–	1.098	–	–	1.035
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(12.067)	–	–	(14.267)
		122	992	(10.969)	203	1.538	(13.232)
ETAU	Outras contas a receber	40	–	–	10	–	–
	JCP / Dividendos a receber	3.163	–	–	5.616	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	1.001	–	–	928
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(37)	–	–	(43)
		3.203	–	964	5.626	–	885
ESBR	Clientes	14.846	–	–	9.487	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	734.400	–	–	535.200	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	17.630	–
	Energia comprada para revenda	–	19.660	–	–	17.206	–
	Receita de prestação de serviço	–	–	54.824	–	–	–
	Despesa Energia comprada	–	–	(402.578)	–	–	(399.299)
	Receita de uso de Energia Elétrica	–	–	–	–	–	48.206
	Outras Receitas	–	–	3.677	–	–	7.369
	Outras Despesas	–	–	–	–	–	(15.484)
		749.246	19.660	(344.077)	544.687	34.836	(359.208)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800187

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Costa Oeste	Dividendos / JCP a receber	–	–	–	300	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(9)	–	–	(12)
		–	–	(9)	300	–	(12)
TSBE - Transmissora Sul Brasileira de Energia S.A.	Receitas de prestação de serviços	–	–	3.626	–	–	2.736
	Outras receitas	–	–	90	–	–	83
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(67)	–	–	(82)
		–	–	3.649	–	–	2.737
Marumbi	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	880	–	–
	Dividendos / JCP a receber	–	–	–	961	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(19)	–	–	(23)
		–	–	(19)	1.841	–	(23)
TDG	Contas a receber	231	–	–	225	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	101.000	–	–	101.000	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	115	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	2.715	–	–	2.688
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.155)	–	–	(1.432)
		101.231	–	1.560	101.225	115	1.256
Manaus Transmissão	Dividendos / JCP a receber	1.993	–	–	3.934	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	415	–	–	415	–	–
	Outros ativos	1.067	–	–	1.067	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	1.994	–
	Outros passivos	–	597	–	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(15.387)	–	–	(1.679)
		3.475	597	(15.387)	5.416	1.994	(1.679)
Madeira Energia	Outras contas a receber	358.084	–	–	359.959	–	–
	Receitas Financeiras	–	–	5.693	–	–	55.759
	Outras despesas	–	–	(220.105)	–	–	–
	Despesas Financeiras	–	–	(7.568)	–	–	–
		358.084	–	(221.980)	359.959	–	55.759
IE Madeira	Dividendos / JCP a receber	20.737	–	–	30.630	–	–
	Fornecedores	–	1.327	–	–	1.547	–
	Contas a pagar	–	411	–	–	335	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	513	–	–	199
	Outras despesas (receitas)	–	–	(3.621)	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(41.016)	–	–	(51.903)
		20.737	1.738	(44.124)	30.630	1.882	(51.704)
Manaus Construção	Dividendos / JCP a receber	9.229	–	–	9.178	–	–
		9.229	–	–	9.178	–	–
STN	Contas a receber	309	–	–	304	–	–
	Dividendos / JCP a receber	7.839	–	–	8.974	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	842	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	3.690	–	–	3.503
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(8.267)	–	–	(9.887)
		8.148	–	(4.577)	9.278	842	(6.384)
INTESA - Integração Transmissora de Energia S.A.	Dividendos / JCP a receber	1.241	–	–	1.172	–	–
	Clientes	–	–	–	548	–	–
	Outros ativos	371	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	1.577	–
	Outros passivos	–	397	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	4.916	–	–	–
	Outras receitas	–	–	–	–	–	4.154
	Outras despesas	–	–	–	–	–	(6.300)
	Despesa Energia comprada	–	–	(123.710)	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(11.501)	–	–	(7.719)
		1.612	397	(130.295)	1.720	1.577	(9.865)
EAPSA - Energética Águas da Pedra S.A.	Clientes	317	–	–	190	–	–
	Dividendos / JCP a receber	4.675	–	–	4.743	–	–
	Outros ativos	193	–	–	–	–	–
	Receita de uso da rede elétrica	–	–	2.124	–	–	197
		5.185	–	2.124	4.933	–	197
Sete Gameleiras	Clientes	15	–	–	9	–	–
	Dividendos / JCP a receber	1.290	–	–	293	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	66	–	–	–
		1.305	–	66	302	–	–
S. Pedro do Lago	Clientes	15	–	–	9	–	–
	Outras contas a receber	–	–	–	31	–	–
	Dividendos / JCP a receber	1.290	–	–	341	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	66	–	–	341
		1.305	–	66	381	–	341
Pedra Branca	Clientes	15	–	–	9	–	–
	Contas a Receber	33	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	2.035	–	–	757	–	–
		2.083	–	–	766	–	–

continua

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Brasventos Miassaba	Clientes	177	–	–	89	–	–
	Dividendos / JCP a receber	1.312	–	–	–	–	–
	Outros ativos	93	–	–	75	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	17	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	2.045	–	–	1.415
		1.582	–	2.062	164	–	1.415
Brasventos Eolo	Clientes	151	–	–	76	–	–
	Dividendos / JCP a receber	73	–	–	–	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	316	–	–
	Outros ativos	80	–	–	64	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	16	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	1.747	–	–	666
	Outras receitas	–	–	–	–	–	540
		304	–	1.763	456	–	1.206
Enerpeixe	Clientes	590	–	–	285	–	–
	Dividendos / JCP a receber	15.878	–	–	26.446	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	27	–	–	379
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	4.053	–	–	2.475
		16.468	–	4.080	26.731	–	2.854
Transleste	Dividendos / JCP a receber	1.250	–	–	282	–	–
	Fornecedores	–	122	–	–	179	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.376)	–	–	(1.544)
		1.250	122	(1.376)	282	179	(1.544)
Transudeste	Clientes	16	–	–	15	–	–
	Outras Contas a receber	15	–	–	14	–	–
	Dividendos / JCP a receber	979	–	–	1.256	–	–
	Fornecedores	–	75	–	–	111	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	180	–	–	169
	Outras Receitas	–	–	193	–	–	182
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(854)	–	–	(976)
		1.010	75	(481)	1.285	111	(625)
Transirape	Dividendos / JCP a receber	1.413	–	–	678	–	–
	Fornecedores	–	73	–	–	111	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(851)	–	–	(885)
		1.413	73	(851)	678	111	(885)
Centroeste	Outras Contas a Receber	66	–	–	62	–	–
	Dividendos / JCP a receber	1.154	–	–	59	–	–
	Fornecedores	–	40	–	–	58	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	855	–	–	894
	Outras receitas	–	–	103	–	–	97
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(578)	–	–	(672)
		1.220	40	380	121	58	319
Baguari	Clientes	50	–	–	23	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	315	–	–	316	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	348	–	–	212
		365	–	348	339	–	212
Retiro Baixo	Dividendos / JCP a receber	2.535	–	–	2.107	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	1.225	–	–	1.225	–	–
		3.760	–	–	3.332	–	–
Serra Facão Energia	Outras contas a Receber	101	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	–	–	–	80	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	190	–	–	142
	Receita de venda de energia	–	–	2.901	–	–	–
	Outras despesas	–	–	–	–	–	(20)
		101	–	3.091	80	–	122
Chapecoense	Outras Contas a receber	740	–	–	740	–	–
	Dividendos / JCP a receber	25.674	–	–	24.625	–	–
		26.414	–	–	25.365	–	–
INAMBARI	Outras receitas (despesas)	–	–	41	–	–	34
		–	–	41	–	–	34
Transenergia Renovável	Dividendos / JCP a receber	6.851	–	–	14.762	–	–
	Fornecedores	–	45	–	–	64	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(644)	–	–	(723)
	Outras Despesas	–	–	(43.686)	–	–	(1)
		6.851	45	(44.330)	14.762	64	(724)
MGE Transmissão	Clientes	16	–	–	16	–	–
	Outras contas a receber	–	–	–	161	–	–
	Dividendos / JCP a receber	7.576	–	–	6.547	–	–
	Fornecedores	–	84	–	–	113	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	–	–	–	1.679
	Outras receitas	–	–	194	–	–	183
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.176)	–	–	(1.393)
	Outras Despesas	–	–	(161)	–	–	(6)
		7.592	84	(1.143)	6.724	113	463

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800189

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Goiás Transmissão	Outras contas a receber	–	–	–	254	–	–
	Dividendos / JCP a receber	22.030	–	–	17.936	–	–
	Fornecedores	–	138	–	–	192	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	35	–	–	3.258
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.963)	–	–	(2.340)
	Outras despesas	–	–	(54.640)	–	–	(9)
		22.030	138	(56.568)	18.190	192	909
Trans. São Paulo	Dividendos / JCP a receber	848	–	–	2.557	–	–
	Fornecedores	–	37	–	–	39	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	40	–	–	1.701
	Outras receitas	–	–	–	–	–	198
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(305)	–	–	(336)
		848	37	(265)	2.557	39	1.563
Caldas Novas	Clientes	16	–	–	15	–	–
	Outras contas a receber	38	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	3.626	–	–	1.038	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	721	–	–	891
	Outras receitas	–	–	187	–	–	175
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(30)	–	–	(36)
		3.680	–	878	1.053	–	1.030
IE Garanhuns	Dividendos / JCP a receber	–	–	–	9.891	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	529	–
	Receita de prestação de serviços	–	–	482	–	–	445
		–	–	482	9.891	529	445
Luziânia Niquelândia Transmissora	Fornecedores	–	10	–	–	16	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	361	–	–	616
	Outras receitas	–	–	85	–	–	80
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(154)	–	–	(197)
		–	10	292	–	16	499
TLSE - Transmissora Sul Litorânea de Energia S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	87.394	–	–
	Fornecedores	–	6	–	–	11	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	980	–	–	812
	Outras Receitas	–	–	33	–	–	41
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(106)	–	–	(131)
		–	6	907	87.394	11	722
Norte Energia (Belo Monte)	Clientes	5.326	–	–	3.965	–	–
	Outros ativos	8.959	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	3.954	–	–	–	–	–
	Outros Passivos	–	1.030	–	–	–	–
	Receita de Prestação de Serviços	–	–	69.073	–	–	–
	Outras Depesas	–	–	11.639	–	–	–
	Receita de uso da rede elétrica	–	–	25.796	–	–	–
	Outras receitas	–	–	–	–	–	57.119
		18.239	1.030	106.508	3.965	–	57.119
AETE	Outros ativos	190	–	–	191	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	175	–
	Outros passivos	–	109	–	–	–	–
	Receita de Prestação de Serviços	–	–	2.544	–	–	2.533
	Receita Financeira	–	–	325	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.793)	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	–	–	–	2.124
		190	109	1.076	191	175	4.657
Brasnorte	Outros ativos	–	–	–	855	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	99	–
	Outros passivos	–	61	–	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	–	–	–	(1.177)
	Receita de prestação de serviços	–	–	159	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(999)	–	–	–
		–	61	(840)	855	99	(1.177)
TME - Transmissora Matogrossense de Energia	Clientes	–	–	–	22	–	–
	Outros ativos	11	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	239	–
	Outros passivos	–	179	–	–	–	–
	Receita de prestação de serviços	–	–	794	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	–	–	–	(21)
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(2.084)	–	–	–
		11	179	(1.290)	22	239	(21)
Transnorte	Clientes	–	–	–	66	–	–
	Outros ativos	57	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	–	–	–	36	–
	Receita de prestação de serviços	–	–	681	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	–	–	–	(333)
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(241)	–	–	–
		57	–	440	66	36	(333)

continua

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
CTEEP	Empréstimos e financiamentos	111	–	–	154	–	–
	Dividendos / JCP a receber	–	–	–	1.630	–	–
	Outros ativos	–	–	–	641	–	–
	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	39.114	–	–
	Receitas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	10	–	–	17
		111	–	10	41.539	–	17
EMAE	Dividendos / JCP a receber	12.753	–	–	6.213	–	–
	Outras despesas	–	–	–	–	–	(227)
		12.753	–	–	6.213	–	(227)
Triângulo Mineiro Trans. S.A.	Outras contas a receber	11	–	–	11	–	–
	Fornecedores	–	(68)	–	–	–	–
	Outras contas a pagar	–	(27)	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	–	–	–	198
	Outras Despesas	–	–	(41.161)	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.422)	–	–	–
		11	(95)	(42.583)	11	–	198
CEPEL	Despesas Operacionais	–	–	(3.376)	–	–	(12.670)
		–	–	(3.376)	–	–	(12.670)
Paranaíba Transmissora de Energia S.A.	Dividendos / JCP a receber	7.093	–	–	–	–	–
	AFAC	2.082	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	405	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	–	–	–	667
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(3.479)	–	–	(527)
		9.175	405	(3.479)	–	–	140
Fronteira Oeste (FOTE)	Outras Contas a Receber	90	–	–	1.822	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	37.467	–	–	16.144	–	–
	Receitas de prestação de serviço	–	–	596	–	–	777
	Outras Receitas	–	–	51	–	–	15
		37.557	–	647	17.966	–	792
Vale do São Bartolomeu Transmissora de Energia S.A.	Clientes	95	–	–	12	–	–
	Outras contas a receber	337	–	–	389	–	–
	Fornecedores	–	28	–	–	7	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	1.322	–	–	760
	Outras receitas	–	–	307	–	–	515
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(236)	–	–	(53)
		432	28	1.393	401	7	1.222
MATA DE SANTA GENEBRA	Dividendos / JCP a receber	3.251	–	–	–	–	–
		3.251	–	–	–	–	–
Lagoa Azul Transmissora	Dividendos / JCP a receber	249	–	–	–	–	–
	Fornecedores	–	10	–	–	27	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	24	–	–	368
	Outras receitas	–	–	–	–	–	106
	Encargos de Uso da Rede	–	–	(153)	–	–	(53)
		249	10	(129)	–	27	421
Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis	Adiantamento para futuro aumento de capital	72.814	–	–	67.130	–	–
	Outras Provisões	–	633	–	–	–	–
		72.814	633	–	67.130	–	–
Belo Monte Transmissora SPE S.A.	Outras Contas a Receber	553	–	–	553	–	–
	Fornecedores	–	1.019	–	–	–	–
	Outros Ativos	–	–	–	584	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	2.882	–	–	–
	Encargos de uso da rede elétrica	–	–	(1.019)	–	–	–
	Despesas Financeiras	–	–	(961)	–	–	(288)
		553	1.019	902	1.137	–	(288)
Itaipu	Empréstimos e financiamentos	8.699.591	–	–	10.770.787	–	–
	Dividendos / JCP a receber	1.654	–	–	4.314	–	1.952
	Despesas de Juros, Comissões, Taxas e Variação Cambial	–	–	(828.011)	–	–	(1.417.999)
		8.701.245	–	(828.011)	10.775.100	–	(1.416.047)
Santo Antônio Energia	Clientes	33.525	–	–	12.289	–	–
	Outras contas a receber	682	–	–	748	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	17	–	–	3.240
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	116.086	–	–	60.653
	Receitas financeiras	–	–	–	–	–	26.747
	Receita Venda de Energia Elétrica	–	–	76.373	–	–	72.051
	Outras Despesas	–	–	(211)	–	–	(723)
		34.207	–	192.265	13.037	–	161.968
Eletros	Contribuições a pagar - patrocinador	–	28.830	–	–	31.059	–
	Provisões	–	578.666	–	–	394.035	–
	Contribuições patrocinador	–	–	(34.265)	–	–	(33.156)
	Taxas	–	–	(3.462)	–	–	(2.644)
		–	607.496	(37.726)	–	425.094	(35.800)

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800191

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
CEEE-GT	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	15.039	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	–	–	–	85
		–	–	–	15.039	–	85
Energisa MT	Empréstimos e financiamentos	–	–	–	264.723	–	–
	Dividendos / JCP a receber	3.039	–	–	396	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	10.333	–	–	29.002
		3.039	–	10.333	265.119	–	29.002
CEMAR	Empréstimos e financiamentos	132.001	–	–	217.676	–	–
	Dividendos / JCP a receber	30.962	–	–	25.506	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	6.036	–	–	20.359
		162.963	–	6.036	243.182	–	20.359
Lajeado Energia	Dividendos / JCP a receber	55.896	–	–	9.692	–	–
		55.896	–	–	9.692	–	–
CEB Lajeado	Dividendos / JCP a receber	9.800	–	–	–	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	–	–	–	672
		9.800	–	–	–	–	672
Paulista Lajeado	Dividendos / JCP a receber	2.666	–	–	1.210	–	–
		2.666	–	–	1.210	–	–
CEEE-D	Empréstimos e financiamentos	20.222	–	–	24.368	–	–
	Receitas de Juros, Comissões e Taxas	–	–	1.521	–	–	1.854
		20.222	–	1.521	24.368	–	1.854
CELG Geração e Transmissão - CELG GT	Direitos de Ressarcimento (RBNI)	–	–	–	6.809	–	–
		–	–	–	6.809	–	–
Foz do Chapecó	Clientes	923	–	–	456	–	–
	Outras contas a receber	–	–	–	123	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	197	–	–	258
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	8.473	–	–	5.209
		923	–	8.670	579	–	5.467
Tijoa Participações e Investimentos S.A.	Clientes	1.023	–	–	385	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	1.508	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	8.036	–	–	4.319
	Outras receitas	–	–	104	–	–	–
		1.023	–	9.648	385	–	4.319
CSE Centro de Soluções Estratégicas S.A.	Outras contas a receber	144	–	–	–	–	–
	Outras receitas	–	–	144	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	272	–	–	–
		144	–	416	–	–	–
Empresa de Energia São Manoel S.A.	Outras contas a receber	15	–	–	–	–	–
	Receitas de prestação de serviços	–	–	3.052	–	–	5.874
	Outras despesas	–	–	(277.832)	–	–	–
		15	–	(274.780)	–	–	5.874
Energia Olímpica S.A.	Dividendos / JCP a receber	428	–	–	–	–	–
		428	–	–	–	–	–
Teles Pires Participações	Despesas Financeiras	–	–	–	–	–	(851)
	Outras Despesas	–	–	156.027	–	–	–
		–	–	156.027	–	–	(851)
Cia Hidrel Teles Pires	Clientes	6.972	–	–	4.560	–	–
	Fornecedores	–	11.422	–	–	(531)	–
	Contas a pagar	–	–	–	–	6.704	–
	Energia Comprada para Revenda	–	111.578	–	–	7.685	(128.858)
	Receita de venda de energia elétrica	–	–	5.205	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	52.789	–	–	36.105
	Outras receitas	–	–	5.205	–	–	–
		6.972	123.000	63.199	4.560	13.858	(92.753)
Vamcruz Participações S.A.	Dividendos / JCP a receber	1.382	–	–	–	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	9.800	–	–	43.099	–	–
		11.182	–	–	43.099	–	–
Rei dos Ventos	Outros ativos	82	–	–	–	–	–
	Receita de prestação de serviços	–	–	16	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	700	–	–	1
		82	–	716	–	–	1
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Clientes	156	–	–	78	–	–
	Dividendos / JCP a receber	364	–	–	–	–	–
	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	1.096	–	–	685
		520	–	1.096	78	–	685
CHAPADA DO PIAUÍ I S.A.	Contas a receber	–	–	–	21	–	–
	Outros ativos	–	–	–	492	–	–
		–	–	–	513	–	–

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800192

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Eólica Serra das Vacas Holding S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	9.442	–	–
		–	–	–	9.442	–	–
Chapada do Piauí II Holding S.A.	Clientes	–	–	–	29	–	–
	Adiantamento para futuro aumento de capital	–	–	–	35.213	–	–
		–	–	–	35.242	–	–
BARAÚNAS I	Clientes	13	–	–	–	–	–
	Dividendos / JCP a receber	26	–	–	26	–	–
	Dividendos	–	–	–	–	–	–
		39	–	–	26	–	–
Baraúnas II	Clientes	–	–	–	–	–	–
	Energia comprada para revenda	–	–	(6.625)	–	–	–
		–	–	(6.625)	–	–	–
MUSSAMBÊ	Dividendos / JCP a receber	143	–	–	143	–	–
		143	–	–	143	–	–
MORRO BRANCO I	Dividendos / JCP a receber	62	–	–	62	–	–
		62	–	–	62	–	–
Brasil Ventos Energia S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	(4.797)	–	–	–	–	–
		(4.797)	–	–	–	–	–
Centrais Eólica Famosa I S.A.	Outras Despesas	–	582	–	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	53	–	–	–
		–	582	53	–	–	–
Centrais Eólica Pau Brasil S.A.	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	328	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(226)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	388	–	–	–
		–	–	490	–	–	–
Centrais Eólica São Paulo S.A.	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	383	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(143)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	453	–	–	–
		–	–	693	–	–	–
Centrais Eólica Rosada S.A.	Receitas de uso da rede elétrica	–	–	661	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(515)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	776	–	–	–
		–	–	922	–	–	–
Panaú I Eólica S.A.	Outras Despesas	–	–	(3.730)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	679	–	–	–
		–	–	(3.051)	–	–	–
Carnaúba I Eólica S.A.	Outras Despesas	–	–	(3.281)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	622	–	–	–
		–	–	(2.659)	–	–	–
Carnaúba II Eólica S.A.	Outras Despesas	–	–	(2.352)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	509	–	–	–
		–	–	(1.843)	–	–	–
Carnaúba III Eólica S.A.	Outras Despesas	–	–	(2.375)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	452	–	–	–
		–	–	(1.923)	–	–	–
Carnaúba V Eólica S.A.	Outras Provisões	–	–	–	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(3.232)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	679	–	–	–
		–	–	(2.553)	–	–	–
Cervantes I Eólica S.A.	Outras Despesas	–	–	(2.386)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	452	–	–	–
		–	–	(1.934)	–	–	–
Cervantes II Eólica S.A.	Outras Despesas	–	–	(1.837)			
	Outras Receitas	–	–	339	–	–	–
		–	–	(1.498)	–	–	–
Bom Jesus Eólica S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	49	–	–	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(143)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	509	–	–	–
		49	–	366	–	–	–
Cachoeira Eólica S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	49	–	–	–	–	–
	Outras Despesas	–	–	(469)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	340	–	–	–
		49	–	(129)	–	–	–

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800193

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

		CONSOLIDADO					
		31/12/2017			31/12/2016		
	NATUREZA DA OPERAÇÃO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO	ATIVO	PASSIVO	RESULTADO
Pitimbu Eólica S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	49	–	–			
	Outras Despesas	–	–	(889)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	509	–	–	–
		49	–	(380)	–	–	–
São Caetano Eólica S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	49	–	–			
	Outras Despesas	–	–	(227)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	713	–	–	–
		49	–	486	–	–	–
São Caetano I Eólica S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	49	–	–			
	Outras Despesas	–	–	(111)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	509	–	–	–
		49	–	398	–	–	–
São Galvão Eólica S.A.	Adiantamento para futuro aumento de capital	74	–	–			
	Outras Despesas	–	–	(394)	–	–	–
	Outras Receitas	–	–	623	–	–	–
		74	–	229	–	–	–
Banda de Couro	Clientes	12	–	–	–	–	–
	Energia comprada para revenda	–	–	(8.102)	–	–	–
		12	–	(8.102)	–	–	–
Eólica Ibirapuitã S.A.	Outros ativos	25	–	–	–	–	–
		25	–	–	–	–	–
Energia dos Ventos V	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.910	–	–	–	–	–
	Outras Provisões	–	12.996	–	–	–	–
		4.910	12.996	–	–	–	–
Energia dos Ventos VI	Adiantamento para futuro aumento de capital	7.249	–	–	–	–	–
	Outras Provisões	–	17.936	–	–	–	–
		7.249	17.936	–	–	–	–
Energia dos Ventos VII	Adiantamento para futuro aumento de capital	7.249	–	–	–	–	–
	Outras Provisões	–	18.201	–	–	–	–
		7.249	18.201	–	–	–	–
Energia dos Ventos VIII	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.910	–	–	–	–	–
	Outras Provisões	–	12.680	–	–	–	–
		4.910	12.680	–	–	–	–
Energia dos Ventos IX	Adiantamento para futuro aumento de capital	4.910	–	–	–	–	–
	Outras Provisões	–	12.929	–	–	–	–
		4.910	12.929	–	–	–	–

NOTA 49 - REMUNERAÇÃO DO PESSOAL CHAVE

A remuneração do pessoal chave da Companhia (diretores e conselheiros) é como segue:

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2017	31/12/2016
Remuneração dos Diretores e dos Conselheiros	5.445	6.282	37.692	40.228
Salários e encargos sociais	1.818	1.764	7.907	8.006
Outros	2.115	848	5.085	4.045
	9.378	8.893	50.685	52.279

As rescisões decorrentes do Plano de demissão voluntária de empregados que ocupam cargo na Diretoria Executiva foram registradas em despesa de pessoal (Vide nota 41).

NOTA 50 - EVENTOS SUBSEQUENTES

50.1 - Aportes de capital nas sociedades investidas da controlada Eletrosul

SPE	Evento	Valor
Fronteira Oeste	AFAC	2.550
Paraíso	AFAC	65
		2.615

50.2 - Resolução número 20 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (CPPI)

Em 08 de novembro de 2017 o Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (CPPI) aprovou a Resolução nº 20 que lista as condições mínimas e preços para alienação pela Eletrobras das ações representativas da sua participação acionária no capital social das empresas Companhia Energética de Alagoas, Companhia Energética do Piauí, Companhia de Eletricidade do Acre, Amazonas Distribuidora de Energia S.A., Boa Vista Energia S.A. e Centrais Elétricas de Rondônia S.A.

Em 8 de fevereiro de 2018 a 170ª Assembleia Geral Extraordinária avaliou a modelagem de privatização prevista na resolução nº 20 do CPPI e aprovou a venda das ações das distribuidoras e assunção dos direitos e obrigações pela Eletrobras da CCC e CDE. Maior detalhamento destas aprovações está demonstrado na nota explicativa 2.

50.3 - Alienação de parte das ações da coligada Energisa Mato Grosso S.A ("Energisa MT").

Em 15 de janeiro de 2018 o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a alienação de parte das ações na coligada Energisa MT através da OPA - Oferta Pública voluntária para Aquisição de ações ordinárias e preferenciais.

A Eletrobras fará adesão à OPA para alienar o equivalente a cerca de 55,42% das ações ordinárias e 69,14% das ações preferenciais, permitindo o recebimento de R$ 276.181 pela venda.

Em 2 de fevereiro de 2018 a Eletrobras realizou outra alienação de parte de suas ações preferenciais na coligada Energisa MT permitindo que a Companhia receba R$ 88.503 pela venda.

50.4 - Despacho ANEEL 129

A Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") no uso de suas atribuições regimentais decidiu através do Despacho Nº 149, de 22 de Janeiro de 2018, dar provimento parcial ao pedido de efeito suspensivo interposto pela Eletrobras, em face do Despacho nº 2.504/2017, no sentido de suspender o item "i" do Despacho nº 2.504/2017, que determinou à Eletrobras o ressarcimento ao fundo da Conta de Consumo de Combustíveis ("CCC") do valor de R$ 2.906.095.463,51, no prazo de até 90 dias a partir da publicação do novo Despacho.

Desta forma, a Aneel avaliou ser adequada a concessão do efeito suspensivo requerido, até que a referida agência reguladora possa tomar a decisão final administrativa.

A avaliação é cabível somente no montante financeiro que a Eletrobras deve ressarcir ao fundo da Conta de Consumo de Combustíveis, posto que, a suspensão dos desembolsos dos Contratos de Confissão de Dívidas – CCD´s celebrados entre a Eletrobras e a Amazonas Energia teve efeito imediato pelo Despacho nº 2.504/2017.

50.5 - Acordo entre a Eletrobras e a Eletropaulo

Em 9 de março de 2018 o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou os termos e condições, bem como a celebração pela Companhia, de um acordo com a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A. ("Eletropaulo"), visando encerrar a disputa judicial (processo nº 001002119.1989.8.19.0001 – "Processo Judicial") mencionada na nota explicativa 8.1.

A Companhia esclarece ainda que entendia ser devido o valor de R$ 2.793.932 excluídos os valores referentes ao honorário de sucumbência, sendo R$ 350.399 já reconhecidos no Ativo, na rubrica empréstimos e financiamentos.

Desse montante, foram deduzidos os valores de R$ 553.000 referente à mora acumulada e R$ 583.000 referentes ao novo cálculo pericial, o qual atualizou o valor do laudo anterior segundo cláusulas contratuais (10% a.a. +1% a.a. de taxa de fiscalização - juros simples), obtendo um resultado parcial de R$ 1.658.000 pelo cálculo pericial.

Foi iniciado o processo de mediação junto à Câmara FGV de Mediação e Arbitragem na cidade do Rio de Janeiro, oportunidade na qual se estabeleceram as regras procedimentais do citado processo, dentre as quais ficou convencionado entre as partes a contratação de um assessor financeiro independente para calcular o valor do débito segundo os parâmetros financeiros e legais sustentados pelas partes no processo judicial (incluindo a perícia), bem como avaliar os custos de oportunidade para cada uma das empresas.

Nesse sentido, embasadas nos estudos realizados no âmbito do Acordo, as partes acordaram que a Eletropaulo se compromete a desembolsar R$ 1.400.000 em favor da Eletrobras, com a finalidade de quitar o débito oriundo do Processo Judicial, objeto da ação de cobrança, ora em fase de liquidação, da seguinte forma:

- Pagamento de R$ 250.000 a ser realizado após o trânsito em julgado da homologação judicial do Acordo;
- Pagamento de 3 parcelas anuais de R$ 300.000 cada, sendo a primeira parcela paga 12 meses após o trânsito em julgado da homologação judicial do Acordo;
- Pagamento de R$ 250.000 a ser realizado 48 meses após o trânsito em julgado da homologação judicial do Acordo;
- Todos os pagamentos serão atualizados por CDI + 1%, até a efetiva data do pagamento de cada parcela, contados a partir do dia 1 de fevereiro de 2018.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800194

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A data base considerada para apuração dos valores foi 31 de janeiro de 2018.

A Eletropaulo compromete-se também a liquidar, o valor de R$ 100.000 em relação aos honorários de sucumbência aos advogados, também apurados com data base em 31 de janeiro de 2018, sendo:

- Pagamento de 50% a ser realizado após o trânsito em julgado da: (a) homologação judicial do Acordo; e (b) homologação judicial da transação com os advogados relativa à sucumbência; o que ocorrer por último;
- Pagamento do saldo remanescente ao final de 60 meses a contar do pagamento da primeira parcela acima, contados a partir do dia 1 de fevereiro de 2018.
- Os pagamentos serão atualizados por CDI + 1%, na efetiva data do pagamento de cada parcela.

Os efeitos supracitados se enquadram como evento subsequente não modificativos, ainda assim a Companhia, com a celebração do acordo irá contabilizar uma receita líquida no valor de R$ 643.528.

50.6 - Alienação de SPEs

Em 23 de fevereiro de 2018 o Conselho de Administração da Eletrobras aprovou a alienação das participações societárias da Eletrobras em Sociedades de Propósito Específico ("SPEs") detidas pelas subsidiárias - Companhia Hidro Elétrica do São Francisco ("Chesf"), Furnas Centrais Elétricas S.A. ("Furnas"), Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul") e da Eólica Mangue Seco 2 Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A detida pela Eletrobras Holding.

Esta operação se dará em formato de leilão previsto para ser realizado em 7 de junho de 2018, composto por 70 (setenta) SPEs, abaixo relacionada:

SPEs Geração Eólica	Participação
Eólica Serra das Vacas Holding S.A. (EOL Serra das Vacas I a IV)	49,00%
Chapada do Piauí I Holding S.A. (EOL Santa Joana IX a XVI)	49,00%
Chapada do Piauí II Holding S.A. (EOL Santa Joana I, III, IV, V, VII e Santo Augusto IV)	49,00%
Vam Cruz I Participações S.A. (EOL Caiçara I e II e Junco I e II)	49,00%
Pedra Branca S.A.	49,00%
São Pedro do Lago S.A.	49,00%
Sete Gameleiras S.A.	49,00%
Baraúnas I Energética S.A.	49,00%
Mussambê Energética S.A.	49,00%
Morro Branco I Energética S.A.	49,00%
Baraúnas II Energética S.A.	1,50%
Banda de Couro Energética S.A.	1,70%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	49,00%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	49,00%
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	49,00%
Geradora e Comercializadora de Energia Elétrica S.A. (EOL Mangue Seco 2)	49,00%
Santa Vitória do Palmar Holding S.A. (EOL Verace I a X) e Chuí Holding S.A. (EOL Chuí I, II, IV e V e Minuano I e II)	78,00%
Eólica Hermenegildo I S.A.	99,99%
Eólica Hermenegildo II S.A.	99,99%
Eólica Hermenegildo III S.A.	99,99%
Eólica Chuí IX S.A.	99,99%

SPEs Transmissão	Participação
Amazônia-Eletronorte Transmissora de Energia S.A. (AETE)	49,00%
Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (BRASNORTE)	49,71%
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas S.A. (CENTROESTE)	49,00%
Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S/A (ETAU)	27,42%
Luziânia-Niquelândia Transmissora S.A. (LUZIÂNIA-NIQUELÂNDIA)	49,00%
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (TME)	49,00%
Companhia Transirapé de Transmissão (TRANSIRAPÉ)	24,50%
Companhia Transleste de Transmissão (TRANSLESTE)	24,00%
Companhia Transudeste de Transmissão (TRANSUDESTE)	25,00%
Uirapuru Transmissora de Energia S/A (UIRAPURU)	75,00%
Manaus Transmissora de Energia S.A. (MANAUS TR)	49,50%

A operação acima mencionada representa uma das etapas previstas no Plano Diretor de Negócios e Gestão ("PDNG") 2018/2022 da Companhia e tem por objetivo promover a quitação de dívidas destas subsidiárias junto à Eletrobras, permitindo a redução de sua alavancagem financeira e melhora no indicador Dívida Líquida/EBITDA.

50.7 - Desverticalização da Amazonas Distribuidora de Energia S.A - Resolução Autorizativa nº 6.883 da ANEEL

Em 27 de fevereiro de 2018, através da Resolução Autorizativa nº 6.883 a ANEEL alterou os §§ 1º e 2º do artigo 3º, e os artigos 4º, 8º e 9º da Resolução Autorizativa nº 4.244 de 16 de julho de 2013, que versa sobre a desverticalização da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., mediante versões dos ativos e passivos das atividades de geração e transmissão para a Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A., conforme abaixo:

1. A anuência à segregação de atividades da Amazonas Distribuidora de Energia S.A. ("Amazonas Distribuidora") mediante contribuição dos ativos associados às atividades de geração e transmissão de energia elétrica ao capital da Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. ("Amazonas GT"), assim como as transferências de outorgas da Usina Balbina e das Usinas térmicas Aparecida, Mauá, Cidade Nova, Flores, São José e Electron passou a ter como data final para implementação da operação em 30 de abril de 2018.
2. As concessionárias e a controladora terão prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da implementação da segregação, para enviar à Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira da ANEEL, os documentos comprobatórios da formalização das operações de que trata o *caput* da Resolução Autorizativa nº 4.244.
3. A Amazonas Energia e a Amazonas GT deverão entregar à Aneel, em até 30 (trinta) dias, a contar da data da implementação da segregação, o diagrama societário do grupo econômico da empresa.
4. Deverá ser aprovado o Termo de Dação em Pagamento das ações da Amazonas GT, da Amazonas Distribuidora, a ser pactuado com a Eletrobras, para liquidação de dívidas da distribuidora com a Eletrobras.
5. O Termo Aditivo ao Contrato de Concessão para Geração de Energia Elétrica nº 001/2010 deverá ser aprovado e assinado pela Amazonas GT e a Eletrobras no prazo de até 60 (sessenta) dias a contar da data em que a Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira ("SFF") entender cumpridas as obrigações estabelecidas nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 3º da referida Resolução.
6. Em decorrência da desverticalização a Amazonas Energia e a Amazonas GT deverão celebrar contratos de compra e venda de energia e/ou aditar contratos existentes de modo a preservar o atual nível de contratação da Amazonas Distribuidora de Energia S.A., e submetê-los à aprovação da ANEEL.

Em complemento, os colegiados da Amazonas GT, Amazonas Distribuidora e Eletrobras deliberaram, no dia 01 de março de 2018, pela desverticalização da Amazonas Energia, a qual está condicionada à finalização da negociação do contrato de gás junto à Petrobras Distribuidora S.A.

50.8 - Ativos mantidos para venda

Em março de 2018 a distribuidora Companhia Energética de Alagoas entrou em acordo com o Sindicato dos Urbanitários de Alagoas para o pagamento das diferenças salariais decorrentes do Plano Bresser (maiores detalhes na nota explicativa 30).

Considerando a deliberação acima no âmbito do CPC 31 – Ativos mantidos para venda, a Eletrobras avaliou que a Companhia Energética de Alagoas atingiu os critérios de classificação como mantido para venda em data posterior a data-base destas demonstrações financeiras e assim foi classificada como evento subsequente que não origina ajuste.

50.9 - Resolução número 30 do Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (CPPI)

Em 19 de março de 2018 o Conselho do Programa de Parcerias de Investimento da Presidência da República (CPPI) aprovou a Resolução nº 30 que trata do processo de desestatização da Eletrobras, recomendando à Presidência da República a determinação das responsabilidades e competências do BNDES, da Eletrobras e do MME neste processo. Esta resolução também altera a Resolução nº 13 de 23 de agosto de 2017.

WILSON FERREIRA JUNIOR
Presidente

ARMANDO CASADO DE ARAUJO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

ANTÔNIO VAREJÃO DE GODOY
Diretor de Geração

LUCIA MARIA MARTINS CASASANTA
Diretora de Conformidade

JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Diretor de Transmissão

LUIZ HENRIQUE HAMANN
Diretor de Distribuição

RODRIGO VILELLA RUIZ
Contador - CRC-DF 088488/9 O

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA EXECUTIVA SOBRE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as Demonstrações Financeiras das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Declaramos, em atendimento à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes da Companhia - KPMG, emitido sobre as Demonstrações Financeiras das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

WILSON FERREIRA JUNIOR
Presidente

ARMANDO CASADO DE ARAUJO
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Diretor de Transmissão

ANTÔNIO VAREJÃO DE GODOY
Diretor de Geração

LUIZ HENRIQUE HAMANN
Diretor de Distribuição

LUCIA MARIA MARTINS CASASANTA
Diretora de Conformidade

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800195

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

DECISÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O Conselho de Administração das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, no uso de suas atribuições estatutárias e de acordo com o preceituado na Lei das Sociedades Anônimas, examinou as Demonstrações Financeiras, com o parecer emitido pela KPMG Auditores Independentes, bem como o Parecer do Conselho Fiscal, relativas ao Exercício findo em 31.12.2017 e, encontrando-se corretas e em ordem, DECIDE submeter a matéria à deliberação da Assembleia Geral Ordinária dos Acionistas da Companhia.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE
Presidente

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Conselheiro

CARLOS EDUARDO RODRIGUES PEREIRA
Conselheiro

EDIVALDO LUÍS RISSO
Conselheiro

JOSÉ PAIS RANGEL
Conselheiro

VICENTE FALCONI CAMPOS
Conselheiro

WILSON FERREIRA JUNIOR
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras, no âmbito de suas atribuições legais e estatutárias, conheceu o Relatório da Administração e procedeu ao exame das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Eletrobras, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017, compostas do Balanço Patrimonial, da Demonstração do valor adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Demonstração dos Fluxos de Caixa e das Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, bem como se inteirou da proposta relativa à destinação do resultado do exercício.

Este Conselho Fiscal, considerando o trabalho de acompanhamento da Empresa controladora e consolidado, as informações prestadas pela Companhia ao longo do exercício, a análise da documentação apresentada e o Relatório dos Auditores Independentes - KPMG Auditores Independentes, entende que os referidos documentos, destacada a ênfase contida no Relatório dos Auditores Independentes, estão em condições de serem submetidos à deliberação da Assembleia Geral Ordinária de Acionistas da Empresa.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

AGNES MARIA DE ARAGÃO DA COSTA
Presidente do Conselho

JOSÉ WANDERLEY UCHÔA BARRETO
Conselheiro

MÁRCIO LEÃO COELHO
Conselheiro

PATRÍCIA VALENTE STIERLI
Conselheira

RONALDO DIAS
Conselheiro

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO - EXERCÍCIO SOCIAL 2017
COMITÊ DE AUDITORIA E RISCOS DA ELETROBRAS

Aos Conselheiros de Administração da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras.

1. Introdução

O presente relatório anual resumido encontra-se embasado na alínea 'j' do item 4.1 do Regimento Interno do Comitê de Auditoria e Riscos da Centrais Elétricas Brasileiras S/A - Eletrobras, doravante simplesmente designado Regimento Interno, e tem como escopo relatar as principais atividades, os resultados, as conclusões e as recomendações deste órgão de assessoramento para o exercício social findo em 2017, relacionados ao monitoramento dos seguintes temas:

- gerenciamento de riscos e controles internos;
- conformidade/integridade (*compliance*) e ética;
- código de conduta e canal de denúncias;
- trabalhos da auditoria interna;
- processo de elaboração das demonstrações financeiras;
- trabalhos da auditoria independente; e
- descrição de atividades esporádicas ou pontuais.

Este relatório tem ainda o objetivo de evidenciar o número de reuniões ordinárias e extraordinárias realizadas no exercício social de 2017 pelo Comitê de Auditoria e Riscos da Eletrobras, doravante designado COAUD, além de esclarecer pontos relativos à composição, remuneração e às exigências traçadas pela Lei nº 13.303/2016, daqui em diante, denominada Lei das Estatais.

2. Contextualização

O Conselho de Administração da Eletrobras (CAE), em 778ª reunião realizada em 26 de maio de 2017, deliberou, com arrimo no art. 26, XXVII, do Estatuto Social vigente à época, pela criação do Comitê de Auditoria e Riscos da Eletrobras ocasião na qual se aprovou ainda seu Regimento Interno e a composição inicial de seus três membros, a saber: os Conselheiros José Pais Rangel (coordenador - independente); Ariosto Antunes Culau; e Esteves Pedro Colnago Junior.

O Comitê de Auditoria e Riscos, vinculado diretamente ao CAE, é composto por Conselheiros de Administração da Eletrobras e tem por finalidade assessorar o CAE no cumprimento de suas responsabilidades de orientação e direção superior da Companhia, compreendendo, mas não se limitando a, análise e emissão de recomendações sobre riscos e estratégias a serem adotadas pela Companhia, concernentes a controles internos, auditoria, gestão de riscos e gestão financeira, a fim de conferir maior eficiência e qualidade às decisões do CAE em relação aos assuntos relacionados à sua área de atuação.

Em 30 de novembro de 2017, foi realizada a 168ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras, ocasião na qual os acionistas aprovaram importante reforma no Estatuto Social da companhia, a qual contemplou uma série de medidas que visam à conformidade com o arcabouço normativo ao qual se submete a Companhia, além de representarem avanços importantes na adoção de boas práticas de governança corporativa.

Dentre as mudanças estatutárias aprovadas pelos acionistas, encontra-se a nova redação do art. 40, o qual prevê a constituição obrigatória do Comitê de Auditoria e Riscos que funcionará em caráter permanente e deterá as atribuições e deveres previstos nos arts. 24 e 25 da Lei das Estatais e na Instrução CVM nº 308/1999, com a redação conferida pela Instrução CVM nº 509/2011.

Será facultado ainda ao CAE estabelecer atuação unificada deste COAUD estatutário, com base no art. 40, §2º, do Estatuto Social c/c art. 24, inciso V, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, a fim de que abranja ainda as companhias controladas.

A seu turno, a instalação e o funcionamento deste órgão estatutário de assessoramento ocorrerá por deliberação do CAE, após o transcurso da Assembleia Geral que aprovar a remuneração dos membros do COAUD, em montante não inferior à remuneração dos conselheiros fiscais, nos termos do art. 40, §4º, do Estatuto Social.

Cabe observar ainda que o art. 69 do Estatuto Social da Eletrobras e o art. 64 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, fixaram o dia 30 de junho de 2018 como data limite para instalação e funcionamento do COAUD estatutário pelo CAE.

Em 29 de janeiro de 2018, o CAE aprovou à unanimidade a alteração da composição do COAUD, a fim de assegurar que a maioria de membros seja independente. Deste modo, a partir desta data, a composição do COAUD passou a contemplar os seguintes membros: Conselheiro José Pais Rangel (independente e coordenador); Conselheiro José Guimarães Monforte (independente); e Conselheiro Ariosto Antunes Culau.

Neste sentido, é importante ressaltar, que o COAUD atualmente instalado e em funcionamento ainda não se submete aos preceitos legais e ditames regulatórios citados acima, de modo que o presente Relatório Anual é emitido a título voluntário e com vistas à observância ao princípio básico da transparência.

3. Das reuniões

O Regimento Interno, item 5.1, estabelece que as reuniões ordinárias do Comitê serão realizadas, no mínimo, mensalmente, conforme o calendário anual aprovado e, extraordinariamente, quando necessário, mediante convocação com 7 (sete) dias de antecedência.

A convocação observará o prazo do Regimento e conterá a pauta da reunião e o material de apoio, salvo hipóteses excepcionais autorizadas pelo Coordenador do Comitê em caráter de urgência (item 5.3 do Regimento Interno).

Durante o ano de 2017 foram realizadas sete reuniões ordinárias e uma extraordinária em razão da urgência da matéria.

Reuniões	Data	Classificação
Primeira	29/06/2017	Ordinária
Segunda	27/07/2017	Ordinária
Terceira	24/08/2017	Ordinária
Quarta	28/09/2017	Ordinária
Quinta	26/10/2017	Ordinária
Sexta	23/11/2017	Ordinária
Sétima	14/12/2017	Ordinária
Oitava	27/12/2017	Extraordinária

4. Da composição

O item 2.1 do Regimento Interno estabelece que o COAUD será composto por, no mínimo 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros ("Membros"), escolhidos dentre os integrantes do Conselho de Administração da Eletrobras ("Conselheiros"), em sua maioria independentes, conforme critérios fixados na Política de Indicações das Empresas Eletrobras. O Conselho de Administração elegerá o Coordenador do Comitê dentre os seus membros independentes. No caso de ausência ou impedimento do Coordenador do Comitê, esse indicará seu substituto dentre os demais Membros.

O COAUD da Eletrobras é atualmente formado por 3 (três) integrantes, indicados abaixo:

- Conselheiro José Pais Rangel (coordenador - independente)
- Conselheiro José Guimarães Monforte (independente)
- Conselheiro Ariosto Antunes Culau

Ressalta-se que a composição do COAUD será revisitada pelo CAE quando da instalação do órgão estatutário.

5. Das atribuições

No exercício social de 2017, o COAUD deu enfoque ao monitoramento e acompanhamento de temas relacionados ao processo de gestão de riscos, controles internos, auditoria interna, conformidade e integridade, ética, canal de denúncias e outras questões importantes para a integridade da Companhia.

No que toca à gestão de riscos, verificou-se que foram abordados nas primeiras reuniões do Comitê temas relacionados à matriz dos principais riscos corporativos. Houve ainda a priorização pelo acompanhamento de temas como: liquidez e caixa da companhia; risco regulatório e ambiental.

Na ata da quarta reunião o Comitê decidiu que as áreas de gestão de riscos, Auditoria Interna e Ouvidoria (canal de denúncias) fariam reporte mensal periódico ao COAUD, o que restou observado nas atas seguintes.

Além disso, no que diz respeito aos controles internos, na ata da quinta reunião consta reporte dos gaps SOX e apresentação sobre certificação SOX 2017, com a participação da empresa Deloitte Touche Tohmatsu Consultores Ltda.

continua

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800196

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

continuação

A área de Ouvidoria-Geral da Companhia realizou apresentação sobre o tema canal de denúncia, tendo explicado aos membros as etapas de apuração das denúncias, desde seu recebimento pelo canal de denúncias até sua triagem, classificação de riscos e encaminhamento ao Comitê do Sistema de Integridade - CSI (ata da quinta reunião).

A Diretoria de Conformidade e a Ouvidoria Geral têm feito reportes periódicos sobre a atualização das fases de andamento das apurações das denúncias e do processo de gestão e tratamento de denúncias (atas da quinta, sexta e sétima reuniões).

O COAUD vem atribuindo ainda atenção especial na condução da investigação independente em curso na Eletrobras conduzida pelo Escritório de Advocacia Hogan Lovells que vem sendo convidado a participar das reuniões para relatar os trabalhos de investigação em andamento.

Sobre o tema Auditoria Interna, o Comitê recebe mensalmente os relatórios dos trabalhos de Auditoria Interna realizados no período e seus respectivos resultados, relatórios de acompanhamento do plano de providências e implementação de ações corretivas, acompanhamento do plano anual de auditoria interna e documentos relativos ao acompanhamento das demandas dos Órgãos de Controles.

Outros temas de importância para a Eletrobras e tratados pelo COAUD estão relacionados ao programa de desinvestimento do Sistema Eletrobras, gestão de SPEs, situação contábil/amortização de ativos de empreendimentos do Sistema Eletrobras sobre a recuperação de créditos e assuntos relacionados aos trabalhos de implantação e funcionamento do COAUD Estatutário. Ainda, na ata da segunda reunião do Comitê foi registrada a importância de que o futuro COAUD estatutário mantenha a atribuição de gerir os riscos financeiros das empresas, notadamente, sob a ótica de caixa.

6. Da Comunicação do COAUD com o Conselho de Administração

O COAUD reporta mensalmente nas reuniões do Conselho de Administração os temas abordados em suas reuniões, suas opiniões, demandas e informações prestadas às/pelas diversas áreas da Eletrobras, bem como os resultados dos monitoramentos das atividades inerentes às suas atribuições, notadamente, dos Auditores Internos, Controles Internos, Governança, Gestão de Riscos, Canal de Denúncias e da Ouvidoria-Geral. Adicionalmente, o COAUD emite opiniões prévias sobre temas submetidos à deliberação do CAE e que são afetos às suas atribuições.

7. Do Monitoramento dos Trabalhos de Fechamento das Demonstrações Financeiras

A gestão da companhia, representada pelo Diretor Financeiro e de Relação com Investidores e sua equipe de contabilidade e controladoria, realizou, em atendimento à solicitação do COAUD, reportes periódicos sobre o andamento dos trabalhos de finalização das demonstrações financeiras, a fim de nivelar as informações e proporcionar adequada interação entre o COAUD e a gestão da companhia, notadamente, quanto ao fluxo de informações e ao atendimento a esclarecimentos, relacionados ao processo de fechamento contábil.

Foram realizados reportes ao COAUD sobre as demonstrações financeiras nos dias 12, 16, 21 e 22 de março de 2018.

Em 23 de março de 2018, o COAUD reuniu-se em caráter extraordinário para analisar as Demonstrações Financeiras e o Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017.

8. Conclusão

Os membros do COAUD, no exercício de suas atribuições, procederam ao exame e análise das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Relatório Anual da Administração, relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2017"). Considerando todas as análises, estudos e debates realizados no transcorrer das reuniões e dos trabalhos de acompanhamento e supervisão efetuados pelo COAUD quanto ao fechamento das demonstrações financeiras, incluindo-se as informações prestadas pela gestão da Companhia e seus Auditores Independentes, os membros do Comitê de Auditoria e Riscos da Eletrobras julgam que todos os fatos relevantes estão adequadamente divulgados nas Demonstrações Financeiras auditadas relativas a 31/12/2017, razão pela qual recomendam sua aprovação pelo Conselho de Administração.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018.

JOSÉ PAIS RANGEL
Conselheiro - Coordenador

JOSÉ GUIMARÃES MONFORTE
Conselheiro - Membro

ARIOSTO ANTUNES CULAU
Conselheiro - Membro

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos acionistas e aos administradores da
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras ("Companhia" ou "Eletrobras"), Identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada. da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas. de acordo com os princfpios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Continuidade operacional de empresas controladas e controladas em conjunto

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras individuas e consolidadas, as controladas de geração Eletrobras Termonuclear S.A. (Eletronuclear), Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica (CGTEE) e Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A. apresentam perdas contínuas em suas operações, capital de giro negativo e/ou passivo a descoberto, e as investidas controladas em conjunto Madeira Energia S.A., Norte Energia S.A., e Teles Pires Participações S.A. apresentam capital de giro negativo relevante em 31 de dezembro de 2017.

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, por decisão da 170ª Assembleia Geral Extraordinária - AGE da Eletrobras em 8 de fevereiro de 2018, foi aprovada a venda das ações de titularidade da Eletrobras das controladas distribuidoras de energia Companhia Energética do Piauí - CEPISA; Companhia Energética de Alagoas - CEAL; Companhia de Eletricidade do Acre - ELETROACRE; Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - CERON; Boa Vista Energia S.A.; e Amazonas Distribuidora de Energia S.A. - AmD, em leilão de desestatização associado à outorga de nova concessão pelo Poder Concedente, incluindo a assunção de dívidas dessas controladas e/ou conversão de dívidas em aumento de capital, pela Eletrobras, até 31 de julho de 2018, bem como o atendimento de certas condições precedentes em relação à CEAL e à AmD. A 170ª AGE deliberou ainda pela dissolução e liquidação da(s) respectiva(s) Distribuidora(s) em caso de não cumprimento das condicionantes previstas para a privatização até o prazo estabelecido pela citada AGE, o que também deverá ocorrer conforme a 169ª AGE da Eletrobras, caso não seja garantido pela ANEEL e/ou pelo Poder Concedente, o direito à prestação de serviços de distribuição, de forma temporária. até a efetiva transferência do controle acionário limitado a 31 de julho de 2018, mediante remuneração adequada.

A continuidade operacional das controladas e coligadas mencionadas acima depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou demais acionistas e/ou do sucesso em leilão de desestatização. Nossa opinião não está ressalvada em função desses assuntos.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto. não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Riscos relacionados à conformidade com reis e regulamentos - Lava Jato

Veja Nota Explicativa nº 4.X1 às Demonstrações Financeiras

Principal assunto de auditoria

Em conexão com os processos de investigação pelas autoridades públicas federais na operação conhecida como " Lava Jato" e seus desdobramentos, a Companhia, por meio de uma investigação independente e considerando seu conhecimento e informação disponível, refletiu nas suas demonstrações financeiras os impactos estimados atribuídos a esse assunto. A apuração, reconhecimento, mensuração e divulgação desses impactos foi determinada pela Companhia com base nos resultados apresentados nos relatórios de investigação conduzidos por empresa independente especializada, supervisionada por uma comissão independente criada pela Companhia para este fim. sob a responsabilidade final do Conselho de Administração da Companhia.

Esse assunto foi tratado como significativo em nossa auditoria em função das limitações intrínsecas à investigação de um esquema dessa natureza (que é montado para ocultar informações), bem como as restrições circunstanciais, legais e jurisdicionais ao acesso às informações que poderiam propiciar a plena apuração dos aspectos objeto da investigação. Portanto houve necessidade de exercício de alto grau de julgamento na determinação e na conclusão quanto à propriedade do escopo da investigação. dos procedimentos e técnicas *forensic* empregadas, bem como na determinação das premissas que resultaram nas conclusões quanto aos impactos estimados do resultado da investigação nas demonstrações financeiras da Companhia. Dessas premissas, as mais significativas foram (i) a estimativa dos valores determinados pela investigação independente como decorrentes de atos ilícitos; (ii) a determinação de que tais valores estimados estavam embutidos nos custos dos projetos; e (iii) a conclusão quanto à impraticabilidade de determinar o momento de registro desses valores, razão pela qual foram reconhecidos no período em que se tornaram conhecidos e razoavelmente estimáveis.

Como o assunto foi conduzido na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, o acompanhamento do funcionamento e avaliação da modelagem definida pelo Conselho de Administração para conduzir e supervisionar a investigação, especialmente quanto à independência.

Nossos especialistas em *forensic* nos auxiliaram a avaliar o escopo, inclusive completude e abrangência da investigação independente, notadamente no que diz respeito aos projetos avaliados como de maior exposição ao risco de associação com atos ilícitos objeto da Lava Jato e também no julgamento quanto ao risco remanescente em função das limitações e restrições ao pleno acesso às informações que, de outra forma, poderiam propiciar uma apuração mais ampla dos aspectos objeto da investigação e na avaliação crítica dos procedimentos e metodologias utilizados pela investigação independente, inclusive quanto aos procedimentos de coleta e análise de documentos e/ou informações críticas, seleção de aspectos de maior criticidade para execução de procedimentos adicionais, entendimento da seleção e das abordagens de entrevistas, acompanhamento de informações relevantes pelos meios de comunicação, acompanhamento da interação com autoridades públicas e monitoramento e utilização de informações relevantes oriundas das atividades dessas autoridades.

Adicionalmente, acompanhamos e avaliamos aspectos qualitativos relevantes de decisões tomadas pelo Conselho de Administração e que não estão diretamente relacionados com ajustes nas demonstrações financeiras.

Finalmente, avaliamos e discutimos, em vista das evidências disponíveis, as estimativas e premissas utilizadas para se chegar nas conclusões da investigação em relação aos registros e divulgações sobre este assunto nas demonstrações financeiras.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que são aceitáveis o registro e a divulgação relacionados a esse assunto no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, tomadas em conjunto.

Valor recuperável ("*impairment*" dos ativos não financeiros

Veja Notas Explicativas nº 3.12, 15, 19 e 33 às Demonstrações Financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 montantes significativos relativos aos ativos imobilizado, intangível, investimentos avaliados por equivalência patrimonial e contratos onerosos (quando há obrigação legal ou construtiva de arcar com perdas além do investimento), cuja realização foi testada, quando aplicável, com base em estimativas de valor recuperável consistentes com os planos de negócios das correspondentes (i) unidades geradoras de caixa ("UGCs"), para o caso de ativos imobilizado e intangível ou (ii) investidas, para

continua

continuação

os investimentos avaliados por equivalência patrimonial. A Companhia avaliou a existência de indicadores de redução ao valor recuperável em relação as suas UGCs e investidas avaliadas por equivalência patrimonial e, onde aplicável. utilizou o método de fluxo de caixa descontado, com base em projeções econômico-financeiras de cada UGC/investida, para constituição e/ou reversão de *impairment* relacionado a esses ativos.

Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas de fluxos de caixa futuros, principalmente das premissas que afetam a determinação das taxas de desconto e do comportamento projetado dos volumes e preços das receitas e dos custos projetados utilizados na determinação do valor recuperável desses ativos, que requerem um grau significativo de julgamento por parte da Companhia associado a um ambiente regulatório, econômico e político desafiador, que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram. dentre outros, a avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave associados à obtenção das informações relevantes, avaliação de riscos e indicadores de perda, mensuração, reconhecimento contábil e divulgação do reconhecimento ou reversão de *impairment*.

Nossos procedimentos incluíram também, a avaliação em base de testes, com o auxílio de nossos especialistas em finanças corporativas, da razoabilidade, consistência e aderência a práticas usuais das premissas e das metodologias utilizadas. Os principais aspectos que testamos estão relacionados com projeções de crescimento econômico, volumes e preços de venda de energia, dispêndios para manutenção dos equipamentos, insumos e custos associados. inflação de custos e taxas de desconto, que incluem, mas não se limitam à taxa de risco dos correspondentes empreendimentos. Sempre que julgamos aplicável e apropriado, comparamos essas variáveis com fontes de mercado disponíveis. Nossos procedimentos também incluíram análise de sensibilidade, testes de re-execução de cálculos e razoabilidade da determinação das UGCs. Avaliamos também as divulgações efetuadas pela Companhia.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e/ou divulgações de *impairments*, os quais não foram registrados ou divulgados pela administração, por terem sido considerados imateriais, bem como identificamos ajustes que foram acatados e registrados pela Companhia.

Com base nas evidências coletadas na execução dos procedimentos acima sumarizados, consideramos que o reconhecimento elou reversão de *impairment* relacionados aos ativos imobilizado, intangível, investimentos avaliados por equivalência patrimonial e contratos onerosos, bem como as divulgações relacionadas, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Provisões para contingências e passivos contingentes

Veja Notas Explicativas nº 3.19 e 30 às Demonstrações Financeiras

Principal assunto de auditoria

A Companhia possui nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2017 um montante de R$ 17.797.212 mil e R$ 24.552.350 mil, respectivamente, relativo a provisões para contingências, cujo reconhecimento e mensuração estão, notadamente em relação ao tema "empréstimo compulsório", estimados com base em premissas que envolvem elevado grau de julgamento e que são influenciados por teses e/ou julgamentos resultantes de interpretação quanto a aspectos legais complexos e por vezes controversos de matéria jurídica em variadas instâncias e diferentes cortes judiciais.

A Companhia possui ainda uma gama relevante de passivos contingentes divulgados. também sujeitos aos riscos associados às premissas, estimativas e julgamentos citados acima. Dentre esses passivos contingentes, existem duas ações judiciais coletivas iniciadas nos Estados Unidos da América, que alegam, entre outras coisas, que a Companhia e os réus individuais sabiam ou deveriam saber sobre a alegada fraude cometida contra a Companhia por um cartel de empreiteiras, bem como subornos e propinas supostamente solicitados e recebidos pelos empregados da Companhia; que a Companhia e os réus individuais apresentaram declarações errôneas e omissões em relação à alegada fraude; e que o preço das ações da Companhia declinou quando a suposta fraude foi divulgada. Embora nenhuma provisão tenha sido constituída nas demonstrações financeiras da Companhia, que entende no atual estágio processual não ser possível fazer uma mensuração razoável, o resultado final desses processos judiciais pode ter um efeito adverso relevante sobre a posição financeira, os resultados das operações e fluxos de caixa futuros da Companhia.

Devido à relevância, complexidade e grau de julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, reconhecimento e divulgações relacionadas às provisões para contingências e passivos contingentes e ao potencial impacto que eventuais alterações nas premissas e estimativas usadas possam vir a ter sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido na auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e efetividade dos controles internos chave, adotados pela Companhia associados a captura dos processos, avaliação de risco, mensuração, reconhecimento e divulgação das provisões para contingências e passivos contingentes.

Com apoio de nossos especialistas em aspectos legais, avaliamos as estimativas e julgamentos relevantes feitos pela Companhia e seus assessores. principalmente os que influenciaram a avaliação de risco processual e metodologia de cálculo dos valores estimados. Obtivemos confirmação do posicionamento dos consultores jurídicos internos e externos da Companhia, discutindo com os mesmos e com os responsáveis pelos registros contábeis fundamentos e aspectos relevantes que impactaram as demonstrações financeiras. Por amostragem, realizamos testes e procedimentos de auditoria sobre os valores de constituição. reversão, baixa e atualização das provisões no exercício, bem como avaliamos e aplicamos procedimentos de testes sobre o histórico de movimentação das provisões e passivos contingentes. Avaliamos também as divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras.

No decorrer da nossa auditoria identificamos ajustes que afetariam a mensuração e/ou divulgação das contingências, os quais não foram registrados nem divulgados pela Companhia, por terem sido considerados imateriais, bem como identificamos ajustes que foram acatados e registrados pela Companhia.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que o saldo das provisões para contingências, bem como as divulgações das contingências e passivos contingentes, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidade da Administração e da Governança pelas demonstrações individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuas e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e Internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando. individualmente ou em conjunto, possam influenciar. dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação. omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas. não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso. pela administração. da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas, Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião. se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado. da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência. e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que. dessa maneira. constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 26 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Danilo Siman Simões
Contador CRC 1MG058180/O-2 T-SP

(*) N. da Coejo: Republicado por ter saído no DOU de 16-4-2018, Seção 1, páginas 56 a 188, com incorreção.

CENTRAIS ELÉTRICAS DO NORTE DO BRASIL S.A. – ELETRONORTE
CNPJ Nº 00.357.038/0001-16

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO DE 2017

MENSAGEM DO DIRETOR-PRESIDENTE

Motivada pela ambição estratégica de "potencializar vantagens competitivas em geração, transmissão e comercialização, atingindo sustentabilidade empresarial reconhecida por todas as partes interessadas", orientada e suportada pelos pilares da Excelência Operacional, da Disciplina Financeira e da Governança e Conformidade, e apoiada por uma força de trabalho de reconhecido empenho e qualificação, a Eletronorte soube transformar as dificuldades de 2017 em oportunidades. Os resultados foram, sem dúvida, positivos.

Com foco na melhoria de processos e resultados, implementou-se uma reestruturação organizacional da Empresa, na qual ao mesmo tempo em que foi criada a Diretoria de Comercialização e Regulação, houve também a diminuição de 51 unidades organizacionais, ou seja, uma redução de 27% em relação à estrutura anterior. Além dessas mudanças terem contribuído com a redução de custos empresariais, outra consequência foi a ação da nova Diretoria direcionada prioritariamente para o processo de revisão tarifária, bem como uma atuação mais agressiva na comercialização de energia que, em conjunto com a melhoria das tarifas, resultaram em um aumento nas receitas da ordem de meio bilhão de reais.

Em relação à redução de custos, além das melhorias sistêmicas ocorridas no âmbito da Eletronorte, há de se destacar a execução do Plano de Aposentadoria Especial que possibilitou, por adesão, o desligamento de empregados e a reformulação completa dos processos de periculosidade e de pagamento de horas extras. O resultado dessas medidas se traduz em uma redução anual da ordem 204 milhões de reais na folha de pagamento.

Nosso resultado foi de R$1,9 bilhão, mesmo considerando-se que a previsão de recebimento futuro da indenização da RBSE tenha sido integralmente registrada no Balanço de 2016.

Como consequência de incisivas ações na gestão integrada de riscos e na melhoria de controles e normativos, ocorreu uma redução expressiva de não conformidades SOX, de 64 em 2016 para 3 em 2017. Obtivemos ainda o que toda empresa almeja: nenhuma ocorrência de fraude ou corrupção.

Sabemos que 2018 chega com novos desafios. Nossos valores – foco em resultados, empreendedorismo e inovação, valorização e comprometimento das pessoas, ética e transparência, e sustentabilidade – serão cada vez mais exigidos em cada processo. Nosso compromisso com resultados sustentáveis está estabelecido no Plano de Negócios e Gestão para o período 2018-2022. Esse é, portanto, nosso guia rumo ao futuro.

Entre os desafios que se apresentam, destaca-se o da renovação, prevista até 2024, da concessão da UHE Tucuruí, nossa principal fonte de receita e, por que não dizer, de orgulho. Entendemos que todo nosso esforço de gestão deve ser no sentido de possibilitar à Eletronorte, no momento oportuno, participar ativamente do processo de renovação daquela concessão.

Nossa história e trajetória de compromisso com o Brasil, iniciada em 1973, nos dá a certeza de que o caminho é tão desafiador quanto promissor, principalmente por contarmos com o apoio e o empenho dos colaboradores e gerentes, dos diretores, dos membros dos Conselhos de Administração e Fiscal, e de nossa holding Eletrobras, a quem expressamos nossos agradecimentos.

Já são quase 45 anos e esta Empresa orgulha-se de trilhar novos caminhos e inovar todos os dias. Por isso o nosso olhar é de otimismo.

Vilmos Grunvald

DIMENSÃO EMPRESARIAL

DADOS OPERACIONAIS	2015	2016	2017
USINAS EM OPERAÇÃO (*)	**8**	**8**	**7**
Hidráulicas	4	4	4
Térmicas	4(**)	4(**)	3 (**)
POTÊNCIA INSTALADA (MW)	**9.184,03**	**9.052,45**	**9.049,95**
Hidráulica	8.860,05	8.860,05	8.860,05
Térmica	323,98	192,45	189,90
LINHAS DE TRANSMISSÃO (km) (*)	**10.776,34**	**11.807,32**	**11.695,51**
Em 500 kV	3.243,32	3.243,32	3.243,32
Em 230 kV	6.371,13	7.211,91	7.288,93
Em 138 kV	959,10	959,10	960,47
Tensões abaixo de 138 kV (km)	202,79	202,79	202,79
SUBESTAÇÕES (*) (***)	**56**	**57**	**57**
CAPACIDADE DE TRANSFORMAÇÃO (MVA) (*) (***)	**45.360**	**46.663**	**46.776**
Usinas	9.969	9.969	9.969
Subestações	35.391	36.694	36.807

(*) Inclui os empreendimentos afetados e os não afetados pela Lei nº 12.783/13.
(**) A UTE Rio Acre está à disposição do ONS desde 2009, aguardando autorização de desativação pela Aneel.
A UTE Santana não é despachada desde janeiro de 2016; a Eletronorte vem fazendo gestão junto ao MME para a desativação da usina em função da interligação do Amapá ao SIN em agosto de 2015. Em 11.01.2017 foi publicada a Portaria MME nº 004/2017, ratificando a deliberação do CMSE e determinando a descontratação da UTE Santarém. Incluída UTE Santarém e UTE Araguaia. (***) Inclui transformadores reservas e de usinas.

COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA - MWh	2014	2015	2016	2017
Ambiente de Contratação Regulada – ACR (Distribuidoras do SIN)	16.381.125	10.253.976	8.830.813	1.760.160
Ambiente de Contratação Livre – ACL (CL, COM, Ger, CC)	17.658.556	22.945.042	16.704.486	22.649.610
Sistema Isolado (RR, AP) (*)	2.132.183	1.484.595	1.027.035	1.017.280
Cota de Garantia Física UHE Coaracy Nunes	0	150.223	496.699	533.402
Liquidação CCEE	6.294.837	2.145.094	5.756.362	3.810.825
Total	**42.466.702**	**36.978.929**	**32.815.395**	**29.771.277**

* A partir de agosto de 2015, apenas Boa Vista continua no Sistema Isolado, o que se reflete nos valores informados.

Informações financeiras (R$ milhões)	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016
Ativo total	22.745	24.053	27.080	28.740	6,1%
Patrimônio líquido	13.227	11.975	15.097	15.881	5,2%
Receita líquida de vendas	6.046	5.603	8.438	5.973	-29,2%
Lucro bruto	1.877	2.634	6.039	3.152	-47,8%
Resultado de serviço (EBIT ou LAJIR) [1]	804	399	3.545	1.994	-43,7%
Lucro líqudo	2.033	102	3.189	1.914	-40,0%
EBITDA (LAJIDA) [2]	1.255	839	4.163	2.507	-39,8%
Dívida total (empréstimos, financiamentos debêntures)	5.012	5.322	5.322	5.001	-6,0%
Caixa, equivalentes de caixa e TVM	1.619	1.117	286	812	184,0%
Indicadores Financeiros (R$ milhões)	**2014**	**2015**	**2016**	**2017**	**Variação 2017/2016**
Dívida líquida	3.430	4.205	5.035	4.188	-16,8%
ROCE [3]	4,4%	1,9%	14,4%	7,7%	-46,3%
Dívida bruta/EBITDA (LAJIDA)	2,2	6,3	1,3	2,0	56,0%
Dívida líquida/EBITDA (LAJIDA)	1,5	5,0	6,0	1,7	-72,2%
Participação do capital de terceiros sobre o ativo total (%)	22.0%	22,1%	19,7%	17,4%	-11,5%
Margem operacional (%)	13,3%	7,1%	42,0%	33,4%	-20,5%
Margem líquida (%)	33,6%	1,8%	37,8%	32,0%	-15,2%

[1] EBIT (LAJR) = lucro operacional
[2] EBIT (LAJIDA) = lucro líquido + imposto de renda e contribuição social + despesas financeiras, líquidas + depreciação e amortização;
[3] ROCE (retorno sobre o capital empregado) = resultado do serviço/ativo não circulante;

PERFIL ORGANIZACIONAL
INSTITUIÇÃO

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte, sociedade anônima de economia mista e subsidiária da Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica criada pela Lei nº 5.824, de 14 de novembro de 1972, e constituída por escritura pública em 20 de junho de 1973. Foi autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548, de 30 de julho de 1973. Com sede em Brasília, no Distrito Federal, a Empresa possui suas principais instalações operacionais (usinas, subestações e linhas de transmissão de energia elétrica) nos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, São Paulo e Tocantins. Com exceção do estado de Roraima, onde atua no Sistema Isolado – SIS, a Empresa participa do Sistema Interligado Nacional – SIN nas demais localidades onde atua.

CREDO

MISSÃO	Atuar nos mercados de energia de forma integrada, rentável e sustentável.
VISÃO	Estar entre as três maiores empresas globais de energia limpa e entre as dez maiores do mundo em energia elétrica com rentabilidade comparável às melhores do setor e sendo reconhecida por todos os seus públicos de interesse.
VALORES	Foco em resultados, ética e transparência, valorização e comprometimento das pessoas, empreendedorismo e inovação, e sustentabilidade.

Nota: a Eletronorte adota como seu o Credo da Eletrobras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800199

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PRINCIPAIS EMPREENDIMENTOS

Estados	Usinas Hidrelétricas	Usinas Termelétricas	Subestações (unidades)	Subestações (MVA) (*)	Linhas (km)
Acre	-	UTE Rio Acre UTE Rio Branco I UTE Rio Branco II	3	466	600,00
Amapá	UHE Coaracy Nunes	UTE Santana	9	756	505,69
Amazonas	-	-	-	450	88,62
Maranhão	-	-	10	9.757	2.525,51
Mato Grosso	-	UTE Araguaia	9	2.780	2.869,72
Pará	UHE Tucuruí UHE Curuá-Una	UTE Santarém	14	18.914	2.659,10
Rondônia	UHE Samuel	UTE Rio Madeira	7	1.950	1.740,10
Rondônia/ São Paulo - HVDC (***)	-	-	2	10.977	-
Roraima	-	UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello (**)	1	302	190,20
Tocantins	-	-	2	424	516,57
Total	**4**	**8**	**57**	**46.776**	**11.695,51**

(*) Considerados os transformadores elevadores das usinas e das subestações.
(**) Usina cedida em comodato para a Boa Vista Energia S.A.
(***) Sistema HVDC (Sistema de Transmissão de Corrente Contínua em Alta Tensão) – Subestação inversora em Porto Velho – RO e, Subestação Coletora em Araraquara – SP.
Obs.: Para as informações de linhas de transmissão, subestações e capacidade de transformação, foram considerados os sistemas isolado e interligado até dezembro/2017.

ARQUITETURA DOS NEGÓCIOS

A partir da definição do Portfólio de Negócios das Empresas Eletrobras, no Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2015-2030, e das orientações estratégicas da Diretoria Executiva, foram definidos os 3 (três) negócios *core*:

- Negócio de geração de energia elétrica;
- Negócio de transmissão de energia elétrica; e
- Novos Negócio / reposicionamento.

Ainda foram definidos o Portfólio de experimentos (P&D e observação do mercado):

- Geração Solar; e
- Novas tecnologias de geração.

Esses negócios são detalhados no Plano de Negócios e Gestão, elaborado anualmente, com horizonte de cinco anos.

A Empresa tem participação em 17 Sociedades de Propósito Específico – SPEs, sendo elas:

Sociedade de Propósito Especifico – SPE – 2017	Percentual de Participação (%)
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00
Transnorte Energia S.A.	49,00
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50
Amapari Energia S.A.	49,00
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50
Norte Energia S.A.	19,98
Manaus Construtora Ltda. (Responsável pelo Epc da Manaus Transmissora de Energia S.A.)	30,00
Construtora Integração Ltda. (Responsável pelo Epc da Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.)	49,00
Companhia Energética Sinop S.A.	24,50
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50

Não houve constituição de nenhuma Sociedade de Propósito Específico - SPE no ano de 2017.

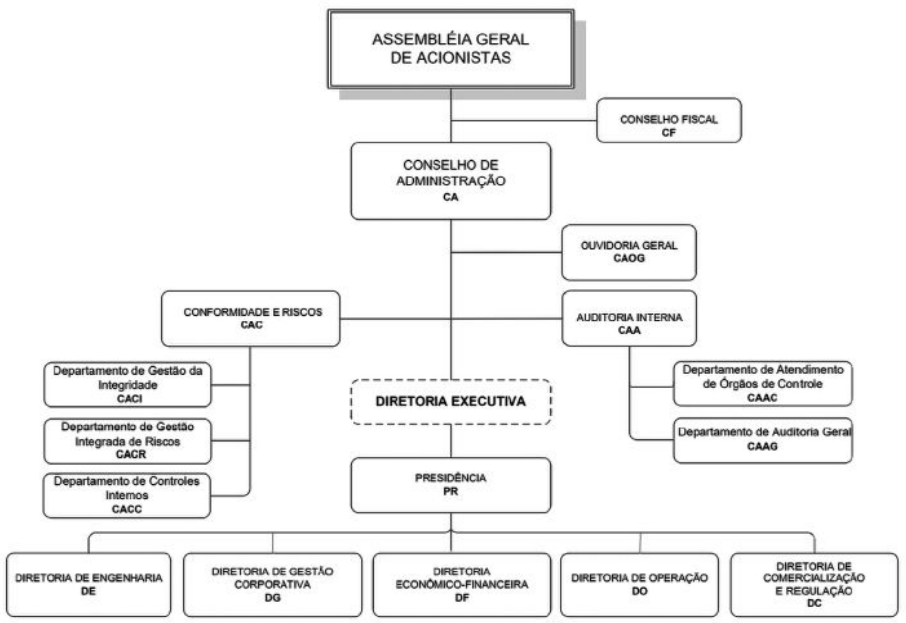
Em 11 de setembro de 2017, a Eletronorte firmou Instrumento Particular de Dação em Pagamento com a Eletrobras, para a transferência das ações das SPEs passíveis de desinvestimento com o objetivo de reduzir o endividamento da Eletronorte com a Eletrobras e centralizar as participações em SPEs na Eletrobras, otimizando o processo de alienação a terceiros, conforme estabelecido no PDNG 2017/2021 e PDNG 2018/2022, ambos da Eletrobras. Esse processo está previsto para ocorrer durante o ano de 2018.

A operação engloba as seguintes SPEs:

SPEs - R$ Milhões	Partic.
Manaus Transmissora de Energia S.A. (MTE)	30,00%
Integração Transmissora de Energia S.A. (Intesa)	37,00%
Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (Brasnorte)	49,71%
Transmissora Matogrossense de Energia S.A. (TME)	49,00%
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (MIA3)	24,50%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (EOLO)	24,50%
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (RV3)	24,50%
Amazônia-Eletronorte Transmissora de Energia S.A. (AETE)	49,00%

ORGANOGRAMA DA EMPRESA

Como estabelecido em seu Estatuto Social, no Capítulo V, Artigo 11, a Eletronorte é administrada por um Conselho de Administração e por uma Diretoria Executiva. Compete ao Conselho de Administração fixar a orientação geral dos negócios, o controle superior dos programas aprovados e a verificação dos resultados obtidos. A Diretoria Executiva deve assegurar o funcionamento regular da Empresa de acordo com as orientações traçadas pela Assembleia-Geral e pelo Conselho de Administração, sendo composta por: Diretor-Presidente, Diretor de Engenharia, Diretor de Gestão Corporativa, Diretor Econômico-Financeiro, Diretor de Operação e Diretor de Comercialização e Regulação.



COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O quadro seguinte apresenta a composição acionária da Eletronorte em 31 de dezembro de 2017:

Acionistas	C.N.P.J.	Quantidade de ações	Percentual de Participação	Capital
Centrais Elétricas Brasileiras S/A ELETROBRAS	00.001.180/0001-26	153.292.342	99,480	11.516.075
Prefeitura Municipal de Manaus	04.365.326/0001-73	263.513	0,171	19.796

Acionistas	C.N.P.J.	Quantidade de ações	Percentual de Participação	Capital
Rede Power do Brasil S/A	00.412.685/0001-83	247.635	0,161	18.603
Amazonas Distribuidora de Energia S/A	02.341.467/0001-20	146.382	0,095	10.996
Governo do Estado de Roraima	00.394.593/0001-18	35.992	0,023	2.703
Cia. de Eletricidade do Acre – ELETROACRE	04.065.033/0001-70	22.016	0,014	1.653
Centrais Elétricas de Rondônia S/A – CERON	05.914.650/0001-66	13.949	0,009	1.047
Prefeitura Municipal de Boa Vista – RR	05.943.030/0001-55	8.568	0,006	643
União Federal	-	1.804	0,001	135
Outras Pessoas Físicas	-	31.531	0,021	2.368
Outras Pessoas Jurídicas	-	29.769	0,019	2.236
	Total	**154.093.501**	**100,00**	**11.576.263**

Obs.: Todas as ações são ordinárias nominativas, sem valor nominal.

SUPORTE À GOVERNANÇA

O exercício de adequado controle envolve métodos e medidas adotados na Organização para proteger seus ativos, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, incrementar a eficiência operacional e promover a obediência às diretrizes administrativas estabelecidas.

Além da estrutura de Auditoria Interna, vinculada diretamente ao Conselho de Administração, a Empresa conta com as funções de Gerenciamento de Riscos, de Compliance e atividades vinculadas ao cumprimento da Lei Sarbanes-Oxley – SOX, com vistas a mitigar os riscos corporativos mapeados e suportar o crescimento sustentável do negócio.

A estrutura de controle interno envolve todas as atividades e rotinas relacionadas ao cumprimento do objetivo social da organização, e visa assegurar o atendimento das políticas, procedimentos e normas aplicáveis, permitindo que as áreas operem de forma eficaz, protegendo a fidedignidade de seus processos, serviços e produtos.

Na Eletronorte, a Auditoria Interna é composta por dois Departamentos e vincula-se ao Conselho de Administração, atuando com independência hierárquica e funcional das áreas auditadas. Tem como atribuição básica a avaliação da adequação e efetividade dos métodos e sistemas de controle interno estabelecidos nos planos e políticas da Administração Superior da Empresa e a observância dos princípios, orientações, normas e legislação emanadas dos organismos externos de fiscalização e controle (TCU e CGU) e dos poderes da União.

Para a definição do escopo dos processos avaliados pela Auditoria Interna e SOX, são elaboradas matrizes próprias de riscos, alinhadas aos processos prioritários já mapeados na Empresa. No ano de 2017 foram executados 20 testes de auditoria, associados a: Gestão de Materiais, Gestão de Recursos Humanos, Gestão Financeira, Gestão Ambiental, Gestão Orçamentária, Previdência Complementar, além de atendimento de demandas oriundas dos Conselhos de Administração e Fiscal, do Tribunal de Contas da União – TCU e da Controladoria-Geral da União - CGU.

PROGRAMA DE CONFORMIDADE

O Programa de Integridade vigente na Empresa objetiva a promoção da ética, o cumprimento das normas legais e regulamentares, bem como detectar, evitar e tratar qualquer desvio ou inconformidade.

Para tanto, a partir do lançamento do Programa Eletrobras de 5 Dimensões, foram adotadas ações contínuas para o desenvolvimento de seus cinco pilares: I) desenvolvimento do ambiente de gestão do programa de integridade; II) análise periódica de riscos; III) estruturação e implantação de políticas e procedimentos do programa de integridade; IV) comunicação e treinamento; e V) monitoramento do programa, medidas de remediação e aplicação de penalidades.

Nesse sentido, entre as ações realizadas para o fortalecimento da cultura e do programa, destacam-se a implementação de novas políticas (Política de Indicação de Representantes, Política de Consequências, Política de Concessão de Patrocínios e Política de Transações entre Partes Relacionadas), o lançamento de curso *on-line* "Integridade e Ética" voltado para o atingimento de toda a força de trabalho da Empresa, bem como a realização de avaliações de integridade dos fornecedores e clientes da Eletronorte.

Por meio da avaliação e tratamento de questões relacionadas à conduta antiética, fraude e corrupção, e mediante a implantação e coordenação de um programa robusto de integridade, a área de Conformidade visa dar o suporte necessário à mitigação dos riscos de conformidade aos quais a Empresa possa vir a estar exposta.

Destaca-se, por último, que desde agosto de 2017 está vigente um novo canal de denúncias da Empresa, unificado para todo o Sistema Eletrobras.

O citado canal é independente e gerido por empresa especializada contratada para esse fim. Todas as denúncias recepcionadas recebem o devido tratamento e são direcionadas para o Comitê do Sistema de Integridade - CSI, composto por representantes de todas as empresas do Sistema Eletrobras. O CSI cuida da apuração, remediação e responsabilização, quando for o caso, e acompanha todo o tratamento dado às denúncias, preservando o sigilo e o anonimato do denunciante.

RISCOS E OPORTUNIDADES

A Gestão de Riscos Corporativos é um processo conduzido pela alta administração para melhor identificar, entender e responder a ampla gama de riscos estratégicos, financeiros, operacionais e de conformidade.

A Política de Gestão de Riscos das empresas Eletrobras, na versão 3.0, define os princípios, diretrizes e responsabilidades da gestão de riscos e tem como objetivo orientar os processos de identificação, avaliação, tratamento, monitoramento e comunicação dos riscos inerentes a suas atividades, incorporando a visão de riscos à tomada de decisões estratégicas, em conformidade com as regulamentações aplicáveis e as melhores práticas de mercado.

A Eletronorte submete-se ao cumprimento da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 (regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016), e da Resolução CGPAR nº 18, de 10 de maio de 2016, que tratam da implementação de procedimentos e políticas atinentes ao gerenciamento de riscos.

A Gestão Integrada de Riscos na Eletronorte atua na segunda linha de sua defesa e tem o objetivo de apoiar a alta administração na tomada de decisões, com base em riscos e oportunidades.

Assim, para os riscos priorizados pela alta administração, com reportes específicos e sistemáticos, foi implantada a metodologia de Gestão Integrada de Riscos - GIR com base na NBR ISO 31000 e no modelo conceitual COSO. Esses riscos permeiam aspectos estratégicos, econômicos, operacionais, ambientais, de segurança, tecnológicos e de conformidade, abordando, também, questões relacionadas à fraude e à corrupção.

A implantação da Gestão Integrada de Riscos Corporativos na Eletronorte foi iniciada em dezembro de 2009 e, desde então, a Empresa aperfeiçoa, dissemina e consolida a prática de Gestão de Riscos, com foco corporativo.

O Departamento de Gestão Integrada de Riscos – CACR atua em conjunto com o Comitê de Riscos e os Proprietários dos Riscos, no acompanhamento e no monitoramento dos eventos de riscos corporativos, de acordo com as definições estabelecidas na Política e na Matriz de Riscos das empresas Eletrobras.

A Matriz de Riscos foi definida pelas empresas Eletrobras e aprovada pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração de cada uma delas. A Matriz de Riscos é o instrumento que identifica os riscos aos quais as empresas Eletrobras estão expostas. A Eletronorte realiza sistematicamente análise, avaliação, tratamento/mitigação e monitoramento dos riscos priorizados pela Empresa.

Conhecer e gerenciar os riscos corporativos, permitem uma dinâmica de atuação preventiva frente à sua materialização. O Proprietário do Risco, juntamente com as áreas envolvidas, tem a possibilidade de discutir e definir os melhores controles para a mitigação dos fatores de riscos, bem como realizar a análise coerente quanto à vulnerabilidade de seus controles e o impacto da materialização desses riscos nos objetivos da organização.

Os riscos são acompanhados pelo Comitê de Riscos da Eletronorte e reportados periodicamente à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração, que apresentam orientações e diretrizes a serem seguidas.

O Plano de Atendimento à Emergência - PAE é um importante mecanismo de mitigação de riscos e está sob a responsabilidade do gerente das respectivas plantas. Nele estão descritos e identificados cenários emergenciais, a exemplo de: incêndios nas instalações e nos equipamentos; vendavais; terremotos; invasões de instalações; derramamento de óleos isolantes, lubrificantes e hidráulicos; inundações das estruturas da barragem; mortandade de peixes; e emergências médicas. Este plano descreve os procedimentos de mitigação e controle de impactos para contingências dos cenários identificados, bem como prevê a realização periódica de simulados para avaliar a eficácia dos procedimentos e implementar melhorias.

Com relação à preservação do meio ambiente e à proteção da integridade da vida e saúde humanas, destacamos a implantação, em 2017, da Metodologia GIR nos seguintes eventos de Riscos: Licenciamento Ambiental, Gestão Ambiental de Empreendimentos, Compliance FCPA/LACBRA (Fraude e corrupção), Desastres Naturais, Administração de Pessoal, Saúde e Segurança do Trabalho, Segurança da Informação, Risco Hidrológico, Mudanças Climáticas, e, Emissão de Gases de Efeito Estufa.

LEI SARBANES-OXLEY – SOX

A Eletrobras, em conformidade com as exigências da Lei Sarbanes-Oxley (SOX) para atender as exigências do mercado, investidores e acionistas, e priorizando a adequação às melhores práticas de governança corporativa e transparência das demonstrações contábeis, estruturou o processo de "Certificação SOX" otimizando seus processos, visando consolidar um ambiente de controle adequado aos seus negócios e embasado em uma estrutura robusta e eficaz.

No âmbito das estratégias definidas no PDNG 2017-2021, a Eletronorte, em consonância com as diretrizes da Eletrobras, estabeleceu para o processo de Governança e Conformidade a eliminação de Fraquezas Materiais para o exercício do ano de 2017.

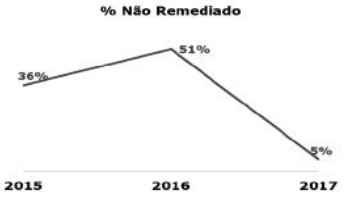
Nesse intuito, foi instituído o Programa de Remediação das Deficiências – PRD 2017, cujo objetivo consiste em sanar as deficiências apontadas no ciclo anterior (Certificação SOX 2016) e identificadas pelas Auditorias Interna e Externa vinculadas ao Ambiente de Controle, Fechamento Contábil, Gestão de SPEs e Compliance.

Dessa forma, para o ciclo de 2017, a Empresa possuía um rol de 64 *GAPs* a serem remediados, dos quais 48 classificados como **Fraqueza Material-MW** e 16 como **Deficiência Significativa- SD**.

Para cada GAP apontado foi elaborado um plano de ação pelo gestor responsável, com a finalidade de sanar a inconformidade. Adicionalmente, para o tratamento destas deficiências, foi suportado por Consultoria contratada pela Eletrobras, o desdobramento das atividades de Mapeamento, Remediação e Implantação dos Controles de Revisão Gerencial (MRC/IPE), cujo escopo abrange a atualização de 30 subprocessos de negócio e aproximadamente 400 atividades de controle, considerando a materialidade definida pela Eletrobras.

O PRD possui papel relevante na Certificação SOX, haja vista que o retrato do ambiente de controle da Eletronorte impacta diretamente no resultado final do grupo Eletrobras reportado anualmente no Formulário de Referência 20F, exigido para Empresas com ações na Bolsa de Valores de Nova Iorque.

Nesse sentido, o PRD-2017 foi finalizado em janeiro de 2018, atingindo o percentual de 95% dos controles remediados, ou seja, do escopo inicial de 64 remediações, somente 03 foram consideradas ineficazes, resultado que demonstra significativa melhora do Ambiente de Controle.



PRINCIPAIS CONTRATAÇÕES

São relatados na tabela abaixo os contratos, com valores acima de R$10.000.000,00, realizados pela Empresa no ano de 2017.

Objeto	Fornecedor	Início Vigência	Fim Vigência	Valor contratado R$ (*)
Ampliação da SE Sorriso 230/69/13,8 kV - Etapa TR03, localizada no Estado do Mato Grosso, incluindo projeto executivo e SPCS	WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A	09/01/2017	09/09/2018	11.078.518,71
Ampliação da SE Ariquemes 230/69/13,8 kV Etapa TR03 60 MVA, localizada no Estado de Rondônia, incluindo projeto executivo e SPCS	TECMON MONTAGENS TÉCNICAS INDUSTRIA	04/01/2017	04/11/2019	11.471.823,06
Contratação de empresa Seguradora para a emissão de apólice(s) de seguro garantia na modalidade Judicial	AUSTRAL SEGURADORA S.A.	29/05/2017	29/05/2018	14.789.694,25
Fornecimento de Compensador Série 230 kV 115 MVAR (50%) para a SE Vilhena, localizada no Estado de Rondônia.	SIEMENS LTDA.	29/11/2017	29/09/2019	24.500.000,00
Ampliação da SE Barra do Peixe 230/138/13,8 kV - Etapa AT4/AT5, localizada no Estado do Mato Grosso, incluindo projeto executivo	WEG EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS S/A	31/03/2017	31/12/2019	24.783.428,31
Ampliação da SE Rio Branco 230/69/13,8 kV Etapas BCs 4x30MVAr e TR4100MVA, localizada no Estado do Acre, incluindo projeto executivo	TECMON MONTAGENS TÉCNICAS INDUSTRIA	04/04/2017	04/02/2019	26.786.386,29

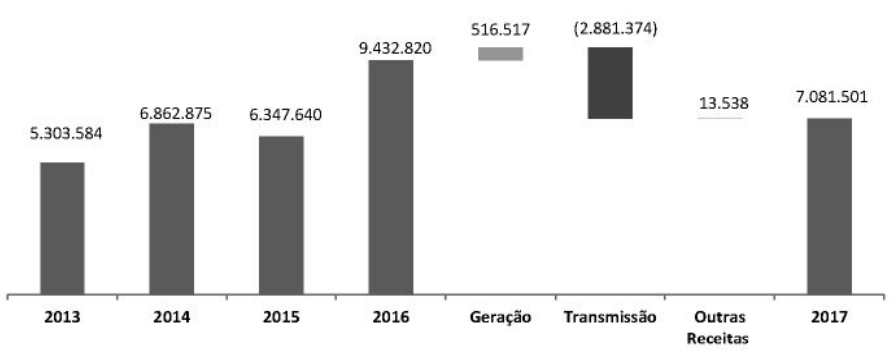
Obs. Valores acima de R$10.000.000,00

Desempenho Econômico Financeiro

I - Análise

a) **Faturamento Bruto**

Variação Receita Bruta 2016-2017 (R$ mil)

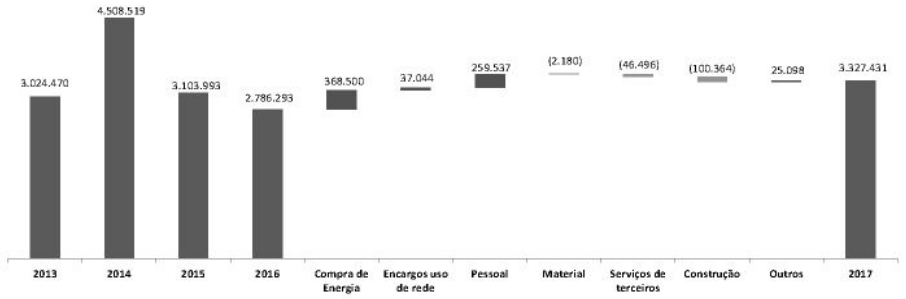


Na comparação com 2016 a Receita Bruta da Companhia em 2017 apresentou uma redução de R$2,35 bilhões, ou 24,9%, passando de R$9,4 bilhões em 2016 para R$7,1 bilhões em 2017. Essa variação é decorrente, principalmente, do reconhecimento ocorrido em 2016 da remuneração sobre ativos financeiros da transmissão previstos na Portaria n° 120/2016 - Aneel. O reconhecimento deste direito impactou o resultado econômico da companhia, mas seu reflexo financeiro teve início a partir de julho de 2017 e se manterá durante os próximos oito anos. Em decorrência desse efeito, comparativamente com 2016, houve a redução de R$2,9 bilhões na receita da transmissão que encerrou 2017 em R$1,7 bilhões.

No segmento de geração, houve aumento de R$516,52 milhões, variação de 11,4%. A melhora no resultado deste segmento decorreu da recuperação dos preços da energia negociada para os consumidores livres. Além disso, a receita advinda da energia negociada no mercado de curto prazo teve aumento de cerca de R$316 milhões principalmente em virtude do aumento do PLD no submercado Norte, a partir de julho de 2017. Pode-se destacar também a atuação mais agressiva da Companhia, que vendeu energia em leilões "*ex-post*" ao longo de 2017.

b) Custos e Despesas

Variação Despesas Desembolsáveis 2016-2017 (R$ mil)

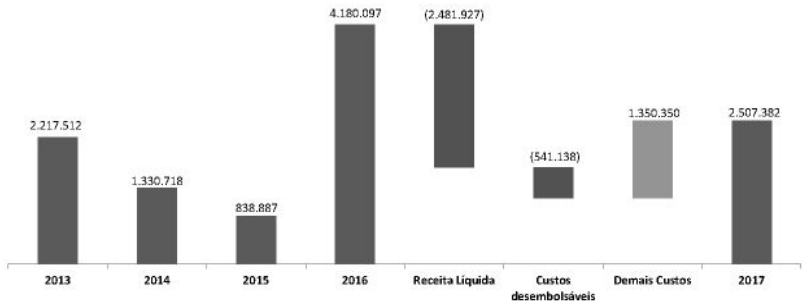


Na comparação com 2016, o conjunto referente às despesas desembolsáveis, compostos pelas despesas que representam saídas efetivas de caixa, apresentou um aumento de R$541 milhões (19,42%) saindo de R$ 2,8 bilhões para R$ 3,3 bilhões.

A explicação para este aumento vem do desembolso da Companhia referente à compra de energia que saiu de R$182 milhões em 2016 para R$551 milhões em 2017. Este aumento tem os seguintes componentes: i) compra de energia para revenda em leilão *ex-post* - R$185 milhões; ii) compra de energia para fazer frente ao GSF – R$230 milhões; iii) compra de energia para revenda à Edelca (Venezuela) – R$134 milhões.

Outras explicações para o aumento das despesas desembolsáveis são: i) reajuste da Tarifa de Uso do Sistema de Transmissão - TUST em 9,22% gerando o aumento no custo com encargos de uso de rede em R$37 milhões; ii) aumento das despesas com pessoal em R$260 milhões principalmente em decorrência do custo com o programa de demissão voluntária (R$147 milhões).

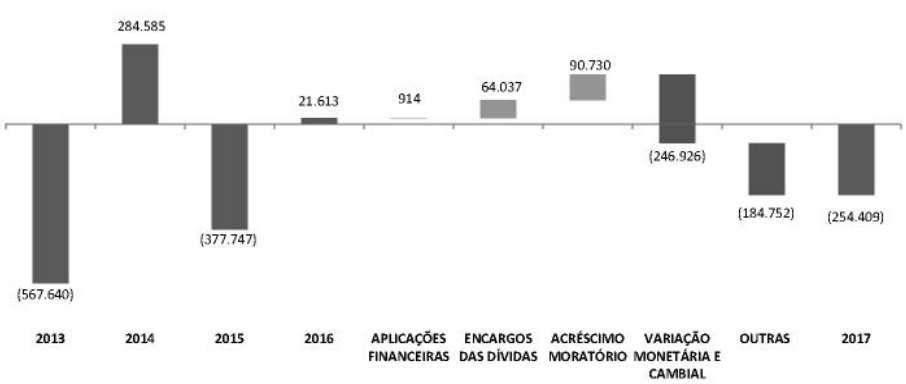
c) Geração operacional de caixa – EBTIDA (R$ mil)



No exercício, o EBITDA apresentou redução de R$1,7 bilhão (40%), passando de R$4,2 bilhões em 2016 para R$2,5 bilhões em 2017. A margem EBITDA em 2016 foi de 49,4%, enquanto a margem em 2017 foi de 41,9%. Esta queda deve-se aos efeitos somados de redução da receita e aumento dos custos desembolsáveis (R$3 bilhões) que não foram compensados pela redução de R$1,3 bilhão nos custos não desembolsáveis. Esta redução de custos não desembolsáveis é composta pelos seguintes fatores: (i) redução de R$1,9 bilhão na rubrica Redução ao Valor Recuperável; (ii) aumento de R$471 milhões nas provisões operacionais; (iii) redução de R$86 milhões no resultado de participações societárias. Os testes de *impairment* das SPEs da Eletronorte, que compõem a rubrica Redução ao Valor Recuperável, apresentou os seguintes resultados em 2017: i) constituição de *impairment* de R$25 milhões na Brasnorte Transmissora; ii) reversão de *impairment* de R$48,5 milhões na Norte Brasil Transmissora; iii) reversão de R$57,5 milhões na Manaus Transmissora; iv) reversão de R$146,8 milhões na Companhia Energética Sinop e reversão de R$11,6 milhões na Belo Monte Transmissora.

d) Resultado Financeiro

Variação Resultado Financeiro 2016-2017 (R$ mil)



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800202

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

O Resultado Financeiro passou de um saldo de receita financeira no valor de R$21,6 milhões em 2016 para um saldo de despesa financeira de R$254,4 milhões em 2017, variação negativa de R$276 milhões. Essa redução foi causada principalmente pelos seguintes fatores: i) redução dos ganhos decorrentes de variação monetária e cambial R$ 247 milhões; ii) a Companhia registrou perda com derivativos de R$17 milhões; iii) redução de outras receitas financeiras R$37 milhões; e iv) aumento de R$130 milhões em juros, multas e outras despesas financeiras.

e) Resultado

Variação Lucro Líquido 2016-2017(R$ mil)

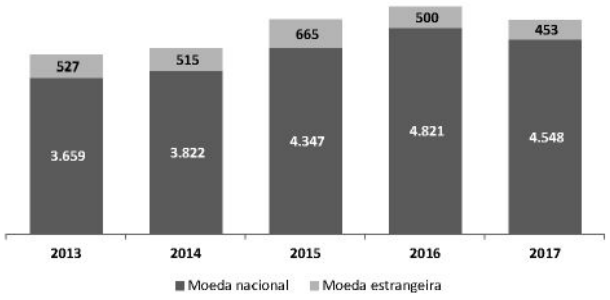


No exercício de 2017 o lucro líquido alcançou R$1,9 bilhão, variação negativa de R$1,3 bilhão em relação aos R$3,2 bilhões de 2016. Essa variação decorreu, essencialmente da redução de R$1,6 bilhão do resultado operacional, anteriormente explicado, que foi parcialmente compensada por um resultado positivo R$638 milhões nos impostos pagos (R$24 milhões) e diferidos (resultado positivo R$661 milhões).

II - Composição do endividamento

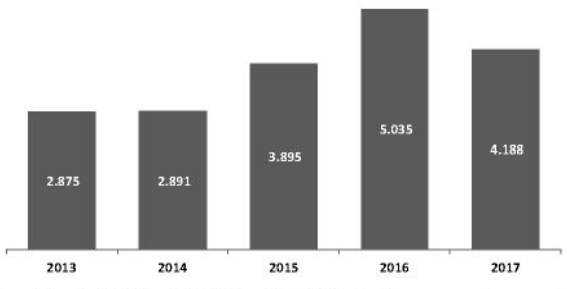
a) Empréstimos e financiamentos contratados

Composição da Dívida Bruta - 2013 a 2017 (R$ milhões)



A dívida bruta total, representada principalmente por empréstimos, financiamentos e debêntures, totalizava R$5 bilhões ao final de 2017, redução de 6% comparativamente à posição de 31 de dezembro de 2016, quando o valor era R$5,3 bilhões. Do total da dívida no final do período, 9% estava denominada em moeda estrangeira (9,4% ao final de 2016).

Dívida Líquida - 2013 a 2017 (R$ milhões)



Em 31 de dezembro de 2017, a dívida líquida (dívida total menos caixa e equivalentes de caixa) da Companhia era de R$4,2 bilhões, redução de 16,8% em relação ao registrado ao final de 2016, que era de R$5 bilhões. No período houve aumento de 284% na soma de "caixa equivalentes de caixa" e TVM saindo de R$286 milhões para R$812 milhões.

Cronograma de Vencimento da Dívida (R$ milhões)



III - PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

Empresa	Aportes		Resultado		Dividendos Recebidos	
	Até 2016	2017	Até 2016	2017	Até 2016	2017
Em Operação	**Até 2016**	**6.134**	**584.377**	**176.914**	**(143.763)**	**(40.494)**
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	21.300	-	91.497	9.664	(74.344)	(15.335)
Amapari Energia S.A.	41.533	-	(40.167)	(1.885)	(4.229)	-
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	94.975	-	38.710	3.994	(5.310)	(7.805)
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24.549	254	(4.337)	4.850	-	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	33.570	-	(450)	4.085	-	-
Energética Águas da Pedra S.A.	64.435	-	81.894	21.654	(24.141)	-
Integração Transmissora de Energia S.A.	62.900	-	115.609	21.620	(32.738)	(15.394)
Manaus Transmissora de Energia S.A.	376.600	-	43.976	26.802	-	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	826.777	-	206.426	70.284	-	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	22.931	-	(2.841)	3.063	-	-
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	47.919	5.880	54.060	12.783	(3.001)	(1.960)
Em Construção	**2.860.534**	**583.727**	**(116.445)**	**(109.350)**	-	-
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	509.599	191.345	(5.862)	12.434	-	-
Companhia Energética Sinop S.A.	101.675	161.014	(3.141)	(106.407)	-	-
Norte Energia S.A.	2.102.895	231.368	(109.368)	(15.082)	-	-
Transnorte Energia S.A.	146.365	-	1.926	(295)	-	-
Construtoras	-	-	**87.904**	**3.140**	**(36.071)**	**(4.829)**
Construtora Integração Ltda.	-	-	50.120	2.810	(23.743)	(4.829)
Manaus Construtora Ltda.	-	-	37.784	330	(12.328)	-
Adiantamentos p/Futuro Aumento Capital-AFAC	37.079	-	-	-	-	-
Companhia Energética Sinop S.A.	36.750					
Manaus Transmissora de Energia S/A (*)	329					
Total	**4.515.102**	**589.861**	**555.836**	**70.704**	**(179.834)**	**(45.323)**

(*) Montante referente a atualização de AFACs anteriores.

IV - Principais Contratações de Financiamentos Realizadas no Período

Empreendimento	Banco Financiador	Contrato Nº	Valor Liberado em 2017
Capital de giro	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	04/24/03/7630000001-04	500.000.000
TOTAL			**500.000.000**

DIMENSÃO SOCIAL

I - Dimensão Social Interna

Gestão de Pessoas

Na Eletronorte, as pessoas assumem importância primordial como fundamento de criação de valor, na medida em que viabilizam a execução da estratégia empresarial e contribuem para a competitividade, rentabilidade e sustentabilidade empresarial.

Nesse sentido, alinhada aos princípios da Fundação Nacional da Qualidade, a Eletronorte busca alcançar novos patamares de competência para a organização e sua força de trabalho, por meio de práticas voltadas para preparar as pessoas para encarar os novos desafios empresariais.

A Empresa adota a Política de Gestão de Pessoas da Eletrobras a qual, além de seu alinhamento à estratégia organizacional e atendimento à legislação brasileira, respeita as diretrizes e convenções da Organização Internacional do Trabalho - OIT.

Considerando que até 85% do valor das organizações baseiam-se em ativos intangíveis, como é o caso do capital humano, a Eletronorte busca valorizar a força de trabalho, que é determinante para cumprir sua missão, alcançar os resultados e fortalecer a Organização.

A "valorização e o comprometimento das pessoas", um dos nossos valores organizacionais, consideram as seguintes intenções:

- Praticar os valores organizacionais;
- Trabalhar de forma alinhada aos objetivos estratégicos;
- Buscar o aprimoramento profissional;

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800203

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- Reconhecer os melhores desempenhos;
- Valorizar o autodesenvolvimento; e
- Respeitar a diversidade no ambiente de trabalho.

O conceito de competências é a principal referência para a gestão de pessoas nas empresas Eletrobras. Para isso, utiliza-se um modelo de Carreira e Remuneração com essa abordagem, visando alinhar as políticas e práticas de gestão de pessoas ao direcionamento estratégico empresarial, bem como integrar os processos de gerenciamento de pessoas, buscando a melhoria da performance organizacional.

Cabe acrescentar que a carreira e as ações relativas ao desempenho dos empregados estão pautadas no Plano de Carreira e Remuneração – PCR e no Sistema de Gestão de Desempenho – SGD, comuns a todas as empresas Eletrobras.

FORÇA DE TRABALHO

		2015	2016	2017
Nº de Empregados no Início do Exercício	Ativos em Exercício	2.989	2.974	2.988
	Ativos Cedidos (Dec. 4050/2001)	157	160	135
	Ativos readmitidos (Lei 8878/94)	193	197	201
	Licença sem Remuneração	16	12	9
	Diretores Empregados	1	2	2
	Subtotal	**3.355**	**3.345**	**3.335**
Nº de Empregados no Início do Exercício	Cedidos à Empresa (Dec. 4050/2001)	29	31	35
	Diretores não Empregados	4	3	3
	Subtotal	33	34	38
	Total Geral	**3.388**	**3.379**	**3.373**
Nº de Empregados no Final do Exercício	Ativos em Exercício	2.974	2.988	2.796
	Ativos Cedidos (Dec. 4050/2001)	160	135	93
	Ativos readmitidos (Lei 8878/94)	197	201	172
	Licença sem Remuneração	12	9	12
	Diretores Empregados	2	2	2
	Subtotal	**3.345**	**3.335**	**3.075**
	Cedidos à Empresa (Dec. 4050/2001)	31	35	31
	Diretores não Empregados	3	3	4
	Subtotal	34	38	35
	Total Geral	**3.379**	**3.373**	**3.110**
Nº de Demissões		16	16	261
Nº de Admissões		6	6	1
Nº de aposentadorias no Período		96	65	9
Relação entre o menor salário da Empresa e o salário mínimo vigente		3,85	3,84	3,70
Salário médio		R$ 7.998,45	R$ 11.058,58	R$ 11.129,08
Índice de Absenteísmo - IAD – Global		2,90	1,91	1,68

EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

A Educação Corporativa, alinhada às estratégias empresariais, é um processo transversal e desenvolve competências que contribuem para o alcance de resultados organizacionais. A Aprendizagem Organizacional também é resultante de autodesenvolvimento, do compartilhamento das experiências, das práticas de sucesso e inovação, dos desafios vivenciados de forma contínua durante a execução das atividades.

Sensível a qualquer alteração funcional ou estratégica da Organização, a Educação Corporativa teve seus resultados afetados em 2017. Primeiro, por conta de mudança estrutural que reduziu sua capacidade produtiva e autonomia de gestão. Depois, para atender a essa mudança de foco em seus processos, passou a priorizar ainda mais resultados em seus programas. Com a forte redução do seu quadro funcional, foi necessário readequar as diretrizes do Plano Diretor de Educação e priorizar as ações educacionais obrigatórias e regulatórias.

Apesar da redução significativa dos números, observa-se um esforço para o aumento de produtividade, pois foi possível atingir as metas definidas para as ações educacionais obrigatórias e regulatórias, como NR10 e Certificação para Operadores. Foi possível também desenvolver e disponibilizar um curso a distância para atender exigências do Órgão Regulador, utilizando tecnologia alternativa como a ferramenta SPP para produzir e disponibilizar cursos e tutoriais online.

A necessidade de fazer mais com menos teve como consequência a terceirização de algumas atividades de educação e o fortalecimento das modalidades de Autodesenvolvimento e Treinamento em Serviço, que requer menos apoio da Educação Corporativa.

Considerando todas as ações educacionais formais (internas, externas e as em parceria com a Unise – Universidade das Empresas Eletrobras), o processo de Educação Corporativa em 2017 implementou 426 turmas de ações educacionais que aperfeiçoaram e qualificaram os/as empregados/as da Eletronorte.

As ações educacionais atingiram 24,9 horas de treinamento, em média por empregado/a, perfazendo o total de 70.681,33 horas, com 5.435 participações para 2.252 profissionais treinados. O valor total investido foi de R$1.001.226,13 e o investimento médio por empregado chegou a R$352,66.

Parâmetros	2015	2016	2017
Ações Educacionais	787	655	426
Pessoas Capacitadas	2.546	2.338	2.252
Participações	8.747	7.328	5.435
Horas Treinadas	178.338,52	150.594	70.681,33
Custo Total (R$)	3.694.303,22	3.669.510,65	1.001.226,13

OBS.: Foram considerados para as informações acima, **empregados e requisitados**. Para o cálculo das horas de treinamento em média por empregado e do investimento médio por empregado, **foram considerados todos os empregados da Empresa e não apenas as pessoas capacitadas**, ajustando-se os cálculos a quantidade de empregados ausentes (licença médica) no período calculado.

Promoção da Diversidade e Igualdade de Oportunidades

A Eletronorte tem evidenciado o comprometimento da sua alta liderança corporativa com a promoção da diversidade e igualdade de oportunidades em documentos formais como a Política de Equidade de Gênero e Diversidade; a adesão à 6ª Edição do Programa Pró-Equidade de Gênero e Diversidade; e a institucionalização da Secretaria Executiva do Comitê Corporativo de Gênero e Diversidade, que planeja, elabora e monitora o plano de ação no âmbito da Empresa.

A promoção da equidade de gênero e raça e a valorização das diversidades colocam-se assim como objetivos empresariais contínuos e pilares indissociáveis ao desenvolvimento sustentável. Portanto, assim como a sustentabilidade é um valor empresarial que deve permear todos os processos e ações, a garantia dos direitos de homens e mulheres, independentemente de sua raça, etnia e orientação sexual, a um ambiente de trabalho livre de discriminação segue sendo um compromisso de toda a direção, corpo gerencial e força de trabalho. A Empresa, ao longo destes anos, obteve o reconhecimento de cinco Selos Pró-Equidade e um Prêmio Wep's – ONU Mulheres na categoria bronze.

Equidade de Gênero e Diversidade

Para a Eletronorte alcançar resultados sustentáveis é necessário melhorar o desempenho dos indicadores nas dimensões social, econômica e ambiental. Entre eles destacam-se os indicadores de Gênero e Diversidade nas ferramentas de gestão empresarial e compromissos internacionais, constantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial – ISE/Bovespa, Ethos, Prêmio Weps, *Dow Jones Sustainability Index* – DJSI e Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS.

Para aprofundar as mudanças estruturais alcançadas com o Programa Pró-Equidade de Gênero e Raça e com a perspectiva de se consolidar como protagonista na promoção da igualdade e equidade com respeito às diferenças, em 2017 a Empresa elaborou o Programa Eletronorte de Equidade de Gênero e Diversidade – PEEGD que possibilita maior articulação e integração entre o Comitê Corporativo de Gênero e Diversidade e os processos empresariais responsáveis pela gestão interna e externa que abrangem a Gestão de Pessoas, Educação e Conhecimento, Comunicação Empresarial, Suprimentos, Ouvidoria, Comissão de Ética e Responsabilidade Social, entre outros, definindo responsabilidades, prazos e recursos de forma transversal.

Esse instrumento permite maior efetividade nos resultados e eficiência no processo de construção de uma Empresa justa e diversa, ampliando a abrangência da gestão da equidade de gênero, raça, etnia e diversidade.

O PEEGD define diretrizes, dimensões, objetivos e iniciativas que subsidiam as áreas da Eletronorte na implementação da equidade de gênero, raça e etnia e valorização da diversidade nos programas, projetos e ações transversais à temática, em consonância com o Plano de Negócios e Gestão – PNG 2018-2022, no que se refere às diretrizes estratégicas de Governança Corporativa e Valorização das Pessoas. O referido PNG estabelece indicadores que monitoram a promoção da equidade, o respeito às diferenças, à diversidade e aos direitos humanos na organização e sua cadeia de relacionamentos como, por exemplo, o indicador DVDH (Denúncias de violação dos direitos humanos tratadas) e o FDIVERSIDADE (Fornecedores estimulados à adoção de práticas de valorização e promoção da diversidade).

Assim, a Eletronorte reafirma esse processo empresarial como estratégico e alavanca os resultados positivos nos indicadores de dimensão social da sustentabilidade, evitando penalidades legais, normativas e de mercado pelo não atendimento desses requisitos.

Para 2017 a Empresa priorizou a Iniciativa Operacional 1 do Objetivo 7 do PEEGD: Disponibilizar equipe transversal e multidisciplinar para atuar na prevenção e tratamento de situações de discriminação, assédio, agressão moral e violência no trabalho. De fevereiro a dezembro, foram realizadas seis reuniões pedagógicas e uma oficina de formação de multiplicadores/as para atuação na temática de assédio moral, sexual e discriminação. Como produto inicial foram capacitados 15 multiplicadores/as e elaborado um guia, cujo desdobramento em 2018 será a realização de curso aberto para a força de trabalho com o objetivo de contribuir para o fortalecimento de um ambiente de trabalho saudável e respeitoso a todas as pessoas, independentemente de seu sexo, raça/etnia, religião, orientação sexual, origem, condição econômica, aspecto físico, ou qualquer outra característica inerente à diversidade humana. Parte desse trabalho de prevenção e enfrentamento a todas as formas de violências no trabalho, assédio e discriminação foi também a realização de palestra nesta temática voltada a gestores.

Saúde

A Eletronorte, por meio da Política de Gestão de Segurança do Trabalho e Saúde Ocupacional dos empregados, estabelece diretrizes e responsabilidades com foco na prevenção, atendendo a requisitos legais e regulamentares e promovendo a melhoria contínua na gestão.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800204

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Em cumprimento a essas diretrizes, implementou-se em 2017 o módulo SAP EH&S (*Environment, Health and Safety*). Isso permitiu a integração dos dados de Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho, anteriormente diluídos por Sede e Unidades Descentralizadas e aperfeiçoamento do Compliance, de acordo com os requisitos do eSocial, Ministério do Trabalho e Gestão Previdenciária.

Atualmente, a Eletronorte mantém diversos compromissos estratégicos, como a expectativa de implementação do Manual de Normas e Procedimentos de Segurança e Saúde no Trabalho para Empresas Contratadas, com o objetivo de normatizar, validar e estabelecer as exigências contratuais em segurança e saúde no trabalho de empresas contratadas, bem como suas subcontratadas com acesso a Sistema Elétrico de Potência e/ou outras instalações de sua propriedade, além da expectativa de contratação de empresa especializada para a continuidade do Programa de Ergonomia - PROERGO. Futuramente, todas as políticas e iniciativas, conjuntamente, proporcionarão a redução do recolhimento da Contribuição do Grau de Incidência de Incapacidade Laborativa decorrente dos Riscos Ambientais do Trabalho (GIIL-RAT), demonstrando para o mercado e seus clientes o compromisso da Eletronorte em atuar com transparência e responsabilidade econômica e socioambiental.

Segurança do Trabalho

Tipo de acidentes do trabalho/ Indicadores	2014	2015	2016	2017
Nº Absoluto de Acidentes* sem Afastamento	10	4	4	9
Nº Absoluto de Acidentes* com Afastamento	16	3	12	6
Nº Total de Acidentes de Trabalho** com Empregados	38	7	21	22
Índice Relativo Total de Empregados	0,0047407	0,0008957	0,003596	0,001836
Dias Perdidos/Pessoas [1]	403	394	192	63
Índice de Frequência	2,70	0,51	2,06	1,08
Índice de Avaliação Gravidade	68	67	33	11
Acidentes que Resultaram em Mutilação ou Outros Danos à Integridade Física de Empregados e/ou de Prestadores de Serviço, com Afastamento Permanente do Cargo (incluindo LER) (%)	0	0	0	0
Nº de óbitos	1[2]	0	0	0

[1] Dias/Homens perdidos foi substituído por Dias perdidos/Pessoas.
[2] Óbito decorrente de um acidente de trajeto e computado no item "Número Absoluto de Acidentes com Afastamento"
* Foi considerado apenas os acidentes típicos
** Foi considerado os acidentes típicos e de trajeto, com e sem afastamento
Obs. Os dados de 2014 e 2015 foram atualizados.

Previdência Privada

A Eletronorte conta com a Previnorte – Fundação de Previdência Complementar, uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, com o objetivo de instituir planos de benefícios complementares ou assemelhados aos da Previdência Social, acessíveis aos empregados das empresas que patrocinam esses planos. Além da Eletronorte, na qualidade de Patrocinador-Instituidor, são também patrocinadores da Previnorte a Amazonas Energia S.A., a Boa Vista Energia S.A., a Eletroacre e a própria Previnorte.

Nas tabelas a seguir, são demonstrados a composição dos investimentos dos Planos de Benefícios, bem como o Demonstrativo dos Valores repassados pela Eletronorte à Previnorte no ano de 2017.

Composição dos Investimentos dos Planos de Benefícios 01-A e 01-B (Eletronorte) Posição: 31/12/2017		
Alocação dos Recursos	**Valor (R$)**	**%**
Renda Fixa	2.857.792.907,92	90,36
Títulos Públicos	492.831.872,69	5,59
Crédito Privado	317.029.003,00	10,02
Fundos de Investimentos	2.047.932.032,23	64,76
Segmento Estruturado	121.584.079,83	3,84
Investimentos Imobiliários	59.861.895,02	1,89
Empréstimos e Financiamentos	122.405.672,19	3,87
Disponível	477.307,91	0,02
Outros Realizáveis	66.906,84	0,01
Total	**3.162.188.769,71**	**100,00**

Demonstrativo de valores repassados pelo patrocinador Eletronorte (Planos de Benefícios 01-A E 02-A) Referência: 2017					
Mês de Referência	**Contribuições Pagas pelo(s):**		**UTI Móvel[1]**	**Empréstimos Consignados[2]**	**Total**
	Participantes	**Patrocinador**			
Janeiro	5.109.547,17	3.658.736,35	439,89	2.539.463,18	11.308.186,59
Fevereiro	4.987.807,22	3.581.842,15	439,89	2.651.864,51	11.221.953,77
Março	4.974.587,82	3.568.447,46	-	2.653.677,27	11.196.712,55
Abril	4.943.463,90	3.541.933,57	879,78	2.649.632,87	11.135.910,12
Maio	5.165.251,44	3.691.721,55	419,43	2.580.171,52	11.437.563,94
Junho	5.207.856,14	3.713.719,39	419,43	2.704.439,33	11.626.434,29
Julho	4.846.909,57	3.424.420,65	419,43	2.432.264,80	10.704.014,45
Agosto	5.354.013,18	3.813.120,23	419,43	2.680.770,88	11.848.323,72
Setembro	5.124.848,76	3.611.891,96	368,28	2.611.652,00	11.348.761,00
Outubro	5.128.746,84	3.628.044,65	414,43	2.648.678,95	11.405.884,87
Novembro	5.083.550,64	3.595.842,14	491,04	2.818.045,68	11.497.929,50
Dezembro e 13º*	9.681.246,73	6.886.020,29	409,20	2.646.792,39	19.214.468,61
Total	**65.607.829,41**	**46.715.740,39**	**5.120,23**	**31.617.453,38**	**143.946.143,41**

(*) Valores repassados em Janeiro/2018
Notas: (1) Valores descontados na folha de pagamento e repassados à Previnorte, relacionados aos dependentes dos empregados da Eletronorte. (2) Valores descontados na folha de pagamento e repassados à Previnorte, referentes às prestações de empréstimos concedidos aos seus participantes.

II - Dimensão Social Externa

Programas e Ações de Responsabilidade Social

A Eletronorte, em sua atuação socialmente sustentável, promove diversas ações por meio de projetos, programas e campanhas que fortalecem o compromisso da Empresa com o desenvolvimento sustentável, atendendo às diretrizes do Pacto Global e dos Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável – ODS, do Plano de Negócios e Gestão e da Política de Responsabilidade Social das Empresas Eletrobras.

Principais Programas e Projetos

Programa/Projeto	Objetivo/Beneficiários
Programa Jovem Aprendiz	Lei nº 10.097, de 14 de dezembro 2000, e Decreto nº 5598/2005. A finalidade do Programa é capacitar e preparar jovens entre 16 e 22 anos e que estão em situação de vulnerabilidade social, facilitando sua inserção no mercado de trabalho, em consonância com a política pública e legislação de preparação para o primeiro emprego, esses jovens tem que ser oriundos de escola da rede pública de ensino e ser de baixa renda que estejam cursando a 1 ano do ensino médio. As aulas do Programa 2017/2018 iniciaram em 13.03.2017, com duração de 18 meses. Cada Unidade Regional é responsável pelo Programa, totalizando 135 jovens atendidos.
Projeto Linha Verde	Promover qualificação, conscientização e geração de trabalho e renda nas comunidades dos municípios de Peritoró, Matões do Norte e Miranda do Norte, no Maranhão, por meio do manejo e produção sustentável de hortaliças utilizando metodologia de mandalas produtivas. 150 beneficiários. A vigência do convênio terminou em 04.05.2017.
Programa Promoção do Trabalho Decente e Erradicação do Trabalho Escravo	Sensibilizar e conscientizar fornecedores e cadeia produtiva para promoverem a assinatura e a adesão ao Instituto InPacto, no qual a Eletronorte faz parte do Conselho Deliberativo.
Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes	Desenvolver um conjunto de ações articuladas interna e externamente voltadas para a prevenção, articulação e mobilização que permitam a intervenção corporativa para o enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, na empresa e nas suas comunidades de convivência. Participação da Eletronorte nas reuniões da Agenda de Convergência Obras e Empreendimentos da Secretaria de Direitos Humanos.
Universalização de Energia	Atender orientações do Ministério de Minas e Energia, atuando como coordenadora da região elétrica norte no Programa Luz para Todos, composta pelos estados do Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, provendo a estrutura física e logística dos Comitês Gestores Estaduais. Apoiar as atividades de implantação do segundo programa de obras na área de concessão da Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA.
Plano de Inserção Regional da UHE Tucurui - Pirtuc.	Contribuir para o Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião do Entorno da UHE Tucuruí – PDST, que compreende os sete municípios do entorno do Lago da UHE Tucuruí: Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí. Os projetos abrangem programas compensatórios e potencializadores de desenvolvimento, bem como ações de melhorias de infraestrutura social e econômica e de fortalecimento das atividades produtivas da região ao longo de 20 anos, envolvendo recursos financeiros no montante de R$200 milhões. Em 2017, foram realizados investimentos no valor de R$287.777,40 em projetos do Pirtuc.
Plano de Inserção Regional a Jusante de Tucuruí –Pirjus	Desenvolver ações socioambientais a jusante de Tucuruí, em cinco municípios: Baião, Mocajuba, Cametá, Limoeiro do Ajurú e Igarapé-Miri. A implementação se estende por um período de 20 anos, a partir de 2004, e envolve um montante de recursos financeiros de R$160 milhões. Em 2017, foram realizados investimentos no valor de R$524.138,92 em projetos do Pirjus.
Patrocínio Institucional	XII Simpase – Simpósio de Automação de Sistemas Elétricos, XXIV SNPTEE – Seminário Nacional de Produção e Transmissão de Energia Elétrica, Círio 2017 e XIX Sepef – Seminário de Planejamento Econômico-Financeiro das Empresas do Setor Energético.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800205

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

BALANÇO SOCIAL
Informações de Natureza Social e Ambiental

(Valores expressos em milhares de reais)

1 - GERAÇÃO E DISTRIBUÇÃO DA RIQUEZA:	2017		2016	
Distribuição do Valor Adicionado	% governo >	22,04%	% governo >	24,77%
	% acionistas >	33,86%	% acionistas >	44,96%
	% empregados >	24,29%	% empregados >	15,89%
	% financiadores >	19,81%	% financiadores >	14,38%
2 - RECURSOS HUMANOS: 2.1 - Remuneração				
Folha de pagamento bruta (FPB)	**R$ 1.605.708**		**R$1.346.171**	
- Empregados	R$ 1.600.528		R$ 1.341.642	
- Administradores	R$ 5.180		R$ 4.529	
Relação entre o maior e o menor salário:				
- Empregados	10,18		10,03	
- Administradores	1,05		1,05	

2.2 - Benefícios Concedidos	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre FPB	% sobre RL
Encargos Sociais	R$ 293.016	18,73%	4,94%	R$ 278.390	20,68%	3,23%
Alimentação	R$ 47.126	3,01%	0,79%	R$ 49.396	3,67%	0,57%
Transporte	R$ 4.431	0,28%	0,07%	R$ 3.776	0,28%	0,04%
Previdência privada	R$ 42.581	2,72%	0,72%	R$ 42.885	3,19%	0,50%
Saúde	R$ 77.918	4,98%	1,31%	R$ 82.070	6,10%	0,95%
Segurança e medicina do trabalho	R$ 2.383	0,15%	0,04%	R$ 2.462	0,18%	0,03%
Educação ou auxilio Creche	R$ 10.698	0,68%	0,18%	R$ 11.105	0,82%	0,13%
Cultura	R$ -	-	-	R$ -	-	-
Capacitação e desenvolvimento profissional	R$ 1.081	0,07%	0,02%	R$ 3.771	0,28%	0,04%
Participação nos lucros ou resultados	R$ 139.400	8,94%	2,33%	R$ -	-	-
Outros	R$ 18.731	1,20%	0,32%	R$ 6.068	0,45%	0,07%
Total	**R$ 637.365**	**40,86%**	**10,67%**	**R$ 479.923**	**35,65%**	**5,56%**

2.3 - Composição do Corpo Funcional		
Nº de empregados no final do exercício	3.075	3.335
Nº de admissões	1	6
Nº de demissões	261	16
Nº de estagiários no final do exercício	296	396
Nº de empregados portadores de necessidade especiais no final do exercício	51	33
Nº de prestadores de serviços terceirizados no final do exercício	-	-
Nº de empregados por sexo:		
- Masculino	2.299	2.673
- Feminino	540	662
Nº de empregados por faixa etária:		
- Menores de 18 anos	-	-
- De 18 a 35 anos	327	440
- De 36 a 60 anos	2.083	2.335
- Acima de 60 anos	429	560
Nº de empregados por nível de escolaridade:		
- Analfabetos	-	-
- Ensino fundamental	194	395
- Ensino médio	382	620
- Ensino técnico	814	1.177
- Ensino superior	1.147	877
- Pós-graduados	302	266
Percentual de ocupantes de cargos de chefia, por sexo:		
- Masculino	79,23%	79,74%
- Feminino	20,77%	20,26%

2.4 - Contingências e passivos trabalhistas:	2017	2016
Nº de processos trabalhistas movidos contra a entidade	523	226
Nº de processos trabalhistas julgados procedentes	155	64
Nº de processos trabalhistas julgados improcedentes	68	133
Valor total de indenizações e multas pagas por determinação da justiça	R$ 8.072	R$ 3.711

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800206

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3 - INTERAÇÃO DA ENTIDADE COM O AMBIENTE EXTERNO:	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
3.1 - Relacionamento com a Comunidade						
Totais dos investimentos em:						
Educação	-	-	-	-	-	-
Cultura	-	-	-	-	-	-
Saúde e infraestrutura	-	-	-	R$ 15.881	0,45%	0,18%
Esporte e lazer	-	-	-	-	-	-
Alimentação	-	-	-	-	-	-
Geração de trabalho e renda	-	-	-	-	-	-
Outros	-	-	-	R$ 1.063	0,03%	0,01%
Total dos investimentos	-	-	-	**R$ 16.944**	**0,48%**	**0,20%**
Tributos (excluídos encargos sociais)	R$ 1.097.752	55,05%	18,38%	R$ 1.579.220	44,55%	18,31%
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos	R$ 147.655	7,40%	2,47%	R$ 170.519	4,81%	1,98%
Total - Relacionamento com a Comunidade	**R$ 1.245.407**	**62,45%**	**20,85%**	**R$ 1.766.683**	**49,84%**	**20,48%**

3.2 - Interação com os Fornecedores

Critérios de responsabilidade social utilizados para a seleção de seus FORNECEDORES:

Em todas as licitações é exigido dos fornecedores, como requisito para habilitação, a apresentação de declaração, informando que a empresa não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, em cumprimento ao inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

É exigido ainda ter conhecimento e concordar com os princípios e normas constantes do "Código de Relacionamento com os Fornecedores de Bens de Serviços" da Eletronorte, documento que estabelece regras gerais de conduta, envolvendo requisitos básicos de responsabilidade social e sustentabilidade, tais como: Ética, transparência e observância dos direitos humanos, ao comércio justo e à responsabilidade socioambiental;

Inclusão em todos os contratos das seguintes cláusulas:

- Equidade de gênero e raça;
- Código de Ética, com os seguintes requisitos: ética empresarial, impessoalidade, legalidade, relação custo-benefício, pontualidade, incorporação de critérios socioambientais nos processos de gestão e nas relações com parceiros e/ou fornecedores.
- Dos atos lesivos à Eletronorte e Da responsabilidade administrativa, no combate à corrupção;
- Adoção do Manual de Compliance das empresas Eletrobras no relacionamento com representantes e fornecedores.

4 – INTERAÇÃO COM O MEIO AMBIENTE	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL	Valor (R$ mil)	% sobre RO	% sobre RL
Valor total dos Investimentos e gastos com manutenção nos processos operacionais para a melhoria do meio ambiente	R$ 2.866	0,14%	0,05%	R$ 16.476	0,46%	0,19%
Valor total dos Investimentos e gastos com a preservação e/ ou recuperação de ambientes degradados	R$ 25.115	1,26%	0,42%	R$ 18.831	0,53%	0,22%
Valor total dos Investimentos e gastos com a educação ambiental para empregados terceirizados, autônomos e administradores da entidade	R$ 92	0,00%	0,00%	R$ 153	0,00%	0,00%
Valor total dos Investimentos e gastos com educação ambiental para a comunidade	R$ 315	0,02%	0,01%	R$ 152	0,00%	0,00%
Valor total dos Investimentos e gastos com outros projetos ambientais	R$ 1.579	0,08%	0,03%	R$ 4.669	0,13%	0,05%
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade	R$ -	-	-	R$ -	-	-
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativas e/ ou judicialmente	R$ -	-	-	R$ -	-	-
Valor total dos passivos e contingências ambientais	R$ -	-	-	R$ -	-	-
Valor total da Interação com o meio ambiente	**R$ 29.967**	**1,50%**	**0,50%**	**R$ 40.281**	**1,14%**	**0,47%**

5 – OUTRAS INFORMAÇÕES	2017	2016
Receita Líquida (RL)	R$ 5.972.671	R$ 8.625.116
Resultado Operacional (RO)	R$ 1.994.159	R$ 3.544.540

DIMENSÃO AMBIENTAL

Gestão Ambiental

A gestão ambiental na Eletronorte é normatizada pela Superintendência de Meio Ambiente e Planejamento como uma atividade transversal e de apoio às unidades regionais. A alta direção apoia amplamente as ações ambientais, estabelecendo no planejamento estratégico metas para a sustentabilidade empresarial.

Estas metas também compõem os requisitos necessários para a inscrição nos indicadores da DJSI (*Dow Jones Sustainability Index*) e ISE Bovespa, onde se deve cumprir exigências básicas, tais como: os requisitos legais, controle das vigências das Licenças de Operação (LO) e atendimento de suas condicionantes. Outros requisitos legais também são atendidos para aquelas instalações certificadas pela norma ABNT NBR ISO 14001.

Nesse sentido, todos os anos respondemos os seguintes relatórios:

- Relatório de Sustentabilidade da Eletrobras que contempla todos os resultados das empresas do grupo, sendo que para compor os dados da Eletronorte, as informações das unidades regionais e da sede são inseridas no sistema IGS (Indicadores de Gestão da Sustentabilidade Empresarial do Sistema Eletrobras);
- Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa, que engloba também todos os dados de emissões das empresas Eletrobras, sendo que para compor os dados da Eletronorte, as informações das unidades regionais e da sede são inseridas no sistema IGS;
- Questionário da Bolsa de New York – DJSI. Informações de todas as Empresas Eletrobras;
- Questionário ISE Bovespa – Bolsa de Valores de São Paulo – indicador de sustentabilidade; e
- Questionários do BNDES, BID, Caixa Econômica e outras instituições financeiras quando há solicitação de financiamento pela Eletronorte.

A Empresa possui uma Matriz de Riscos Empresariais que foi definida em 2012 para todas as Empresas Eletrobras. Dessa maneira, no âmbito ambiental, foram identificados os riscos significativos relacionados ao Licenciamento Ambiental e à Gestão Ambiental. A Matriz é avaliada periodicamente e, em 2017, foram inseridos os riscos referentes às Mudanças Climáticas e aos Gases de Efeito Estufa. Para cada

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800207

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

um dos riscos identificados, controles foram elaborados como o objetivo de minimizar os riscos ambientais.

Nos empreendimentos em operação foram elaboradas Matrizes de Aspectos e Impactos Ambientais para identificação dos aspectos ambientais significativos que necessitam de controle. Essas matrizes são atualizadas periodicamente.

São desenvolvidos e executados anualmente programas e projetos ambientais, com foco no atendimento às condicionantes das LOs dos empreendimentos e nos aspectos e impactos ambientais identificados, tais como: Programa de Ictiofauna e Limnologia dos Reservatórios das UHEs; Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas; Programa de Monitoramento de Fauna e Bordas Florestais; Programa de Atendimento a Emergências Ambientais; Programa de Germoplasma Florestal; dentre outros.

No ano de 2017, foram realizadas 18 auditorias ambientais, inspecionando 41 instalações/ empreendimentos. É realizado o controle e acompanhamento de ações corretivas sobre as não conformidades levantadas, por meio do indicador de desempenho ambiental IEGA - Índice de Eficiência da Gestão Ambiental.

ACOMPANHAMENTO DA IMPLANTAÇÃO DE USINAS HIDRELÉTRICAS

A Empresa, por meio da Superintendência de Meio Ambiente e Planejamento, participa dos Comitês de Meio Ambiente que acompanham a implantação da UHE Belo Monte (11.233 MW) e da UHE Sinop (400 MW).

PROGRAMAS INDÍGENAS

A Empresa executa programas em parceria com a Funai, nas Terras Indígenas Parakanã, Waimiri Atroari, São Marcos e Krikati, desenvolvendo ações de compensação aos impactos ambientais e sociais causados pelos empreendimentos e também programas voltados ao desenvolvimento das comunidades indígenas.

O Programa Parakanã é uma ação de compensação aos impactos ambientais e sociais desenvolvido com a comunidade Awaete Parakanã, habitantes da Terra Indígena Parakanã, com 351.000 hectares, localizada na área de influência do reservatório da UHE Tucuruí, bacia do rio Tocantins. A população atual é de aproximadamente 1.300 índios, distribuídas em 19 aldeias. Em 2017, o programa recebeu o repasse de R$8.034.105,79.

O Programa Waimiri Atroari envolve ações relativas à saúde, educação, proteção e meio ambiente, apoio à produção, desenvolvido com a comunidade Waimiri Atroari, com foco na sua sustentabilidade. A comunidade habita a Terra Indígena Waimiri Atroari, localizada em área de influência da UHE Balbina. Essa terra possui 2.585.611,96 hectares, com 45 aldeias. Em 2017, o programa recebeu o repasse de R$7.454.211,48.

Mediante Termo de Compromisso firmado com a Associação dos Povos Indígenas da Terra São Marcos (APITSM), a Empresa desenvolve ações em decorrência da implantação da Linha de Transmissão 230 kV Boa Vista / Santa Elena, no estado de Roraima, visando o desenvolvimento da comunidade por meio de ações definidas no "Plano de Vida" da comunidade. Aproximadamente 6.500 pessoas das etnias Macuxi, Taurepang e Wapixana, habitantes de 45 aldeias, fazem parte do Programa Indígena da Terra São Marcos, que possui uma área de 654.110 ha. Em 2017, o programa recebeu um investimento de R$1.191.203,88.

O Povo Indígena Krikati, da Terra Krikati, localizada no estado do Maranhão, em 2014 firmou um Termo de Compromisso com a Eletronorte. O documento foi firmado em decorrência da passagem de dois circuitos de Linha de Transmissão 500 kv, com uma extensão de 35 km, cortando o território indígena. O objetivo do acordo firmado é o atendimento de necessidades apresentadas pelos habitantes da Terra Indígena Krikati mediante o desenvolvimento de ações, especialmente nas áreas de segurança alimentar, saúde, saneamento, educação, meio ambiente e cultura, com foco na sustentabilidade da comunidade. A previsão desse Acordo é que serão atendidos cerca de 1000 habitantes distribuídos em seis aldeias. Os recursos repassados em 2017 pela Eletronorte para a Associação de Pais e Mestres Indígena Krikati foi de R$1.650.417,33.

Em 28 de junho de 2017 foi contratada a empresa MRS Estudos Ambientais Ltda., no valor de R$2.080.000,00, para a realização de serviços de consultoria visando a elaboração de Estudo Ambiental Simplificado do Componente Indígena (EAS-CI) das Linhas de Transmissão 500 kV Tucuruí-Marabá-Imperatriz-Presidente Dutra (C1 e C2), que interceptam as terras Indígenas Krikati (etnia Krikati), Cana Brava (etnia Guajajara) e Mãe Maria (etnia Gavião Parkatêgê). Em outubro de 2017 a Eletronorte aprovou o Plano de Trabalho do EAS. Esse estudo foi solicitado pela Funai e recomendado pelo Ibama como uma das condicionantes para renovação da Licença de Operação das referidas linhas de transmissão.

A Eletronorte protocolou em juízo o Programa Assurini, a ser desenvolvido com a comunidade indígena Assurini do Tocantins na Terra Indígena Trocará. O programa consiste na implantação de projetos embasados em cinco linhas temáticas que refletem as necessidades explicitadas pela própria comunidade, quais sejam: saúde; educação, cultura e lazer; apoio à organização social e fortalecimento institucional; ocupação territorial, vigilância e monitoramento; e geração de renda e segurança alimentar. A Terra Indígena Trocará, com 560 habitantes (censo de 2013), demarcada em 1977, e área de 21.722 ha, está localizada no estado do Pará, no limite dos municípios de Tucuruí e Baião, distante 18 km ao norte da cidade de Tucuruí, a jusante do barramento da UHE Tucuruí, margeando o rio Tocantins.

A Comunidade Indígena Guajajara da Terra Indígena Cana Brava recebe apoio da Eletronorte para a implantação de ações socioprodutivas nas aldeias das Terras Indígenas Cana Brava, Urucu-Juruá, Rodeador e Lagoa Comprida, no estado do Maranhão. Encontram-se distribuídos em aproximadamente 266 aldeias situadas nos municípios de Barra do Corda, Jenipapo dos Vieiras, Grajaú e Itaipava, com uma população perto de 12.000 índios e 3.446 famílias. Em 2017 a Eletronorte desenvolveu ações no valor de R$2.683.395,00.

PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL E ARQUEOLÓGICO

De acordo com as instruções normativas do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – Iphan, a Eletronorte, no âmbito do Licenciamento Ambiental e visando a execução das ações relacionadas à conservação dos bens arqueológicos e a preservação do patrimônio cultural, atende as exigências e detalhes técnicos definidos pelo Termo de Referência (TR) aplicável ao empreendimento.

A Empresa promove o levantamento e o resgate dos sítios arqueológicos e culturais detectados nas áreas de servidão administrativa dos futuros empreendimentos para os processos de licenciamento ambiental.

Encontra-se em processo de negociação com algumas instituições responsáveis pela guarda e curadoria dos acervos resgatados, para transferência de material arqueológico. A Empresa também desenvolve estudos junto à comunidade acadêmica para a preservação do patrimônio cultural e arqueológico.

Estão em andamento as tratativas sobre os processos de curadoria dos acervos arqueológicos dos seguintes empreendimentos:

- LT 230 kV Ji-Paraná / Pimenta Bueno / Vilhena
- LT 138 kV Central / Santana-C2
- LT 138 kV Coaracy Nunes / Calçoene
- LT 138 kV Santana / Portuária
- LT 138 KV Rio Branco I / Epitaciolândia
- LT 138 KV Rio Branco I / Sena Madureira
- UHE Samuel
- UTE Santana.

Estudos Ambientais de Linhas de Transmissão e subestações associadas

A Eletronorte conduz estudos de caracterização e análise socioambiental para avaliar possíveis dificuldades no corredor de passagem de linhas de transmissão. O desenvolvimento de relatórios (R3) resultam em menores custos ambientais e prazos no processo de licenciamento do empreendimento, dando subsídio aos leilões da Aneel.

A Empresa atua na análise e gestão das variáveis ambientais, identificando possíveis impactos e atendendo às exigências da legislação vigente. Para a implantação de linhas de transmissão e subestações se aplicam medidas preventivas e mitigatórias.

Encontra-se em andamento o processo de licenciamento ambiental da LT 230 kV Rio Branco I/ Feijó/ Cruzeiro do Sul (Acre). Para tanto, foi contratada em agosto de 2016 a empresa MRS Ambiental, visando a realização dos trabalhos necessários à regularização ambiental do empreendimento.

Estudos Ambientais de Aproveitamentos Hidrelétricos

A Eletronorte coordenou a elaboração do EIA/RIMA - Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental do AHE Tabajara (400 MW), cujo aceite pelo Ibama foi obtido em dezembro de 2017. Além disso, acompanha e contribui tecnicamente para os Estudos de Impacto Ambiental do AHE Jatobá (1.650 MW).

Esses estudos são necessários para a obtenção de licenças ambientais junto ao Ibama e permitem que o aproveitamento seja submetido a leilão público de geração.

Estudos Ambientais para Ampliação da Geração de Usinas Hidrelétricas em Operação

Acompanhamento e gestão do processo de licenciamento ambiental para ampliação da capacidade de geração da UHE Curuá-Una, relacionado ao projeto de implantação de sua quarta unidade geradora. O projeto possui Licença de Instalação válida até setembro de 2021.

A Eletronorte manteve entendimentos com o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá – Imap sobre o projeto de ampliação da capacidade instalada da UHE Coaracy Nunes (acréscimo de 220 MW), com a intenção de iniciar o processo de licenciamento ambiental prévio desse projeto de ampliação.

Estudos Ambientais de Usinas Térmicas

A Empresa acompanha os programas de monitoramento socioambientais relacionados ao processo de licenciamento ambiental da Usina Térmica - UTE Araguaia (20 MW). O empreendimento possui Licença de Operação válida até dezembro de 2019.

Foram realizados em 2017 estudos para desativação da UTE Santarém e o encerramento de seu processo de licenciamento ambiental, sendo a mesma desmobilizada no segundo semestre do mesmo ano.

Estudos e Avaliações Fundiárias

A Eletronorte, por meio do Departamento Gestão Patrimonial e Fundiário – GISB – realiza estudos e avaliações fundiárias necessárias à expansão dos negócios da Eletronorte, além promover ações para liberação e regularização fundiária dos empreendimentos de energia elétrica em que a Empresa participa.

As atividades fundiárias estão subdivididas, de maneira geral, em três macroprocessos:

- Avaliação de custos e estudos fundiários: Visa estimar, com o máximo de precisão, os custos fundiários de determinado empreendimento, fornecendo subsídio confiável para a elaboração de propostas exequíveis nos Leilões que a Eletronorte participa.
- Liberação e regularização fundiária: É o processo que visa desimpedir jurídica e administrativamente as áreas destinadas à execução dos serviços de engenharia que a Eletronorte executa ou participa.
- Gestão da informação: É o processo em que se realizam o gerenciamento dos processos e documentos gerados pela atividade fundiária da Eletronorte.

Encontram-se em andamento:

a) O acompanhamento da execução dos serviços de regularização fundiária para liberação e implantação da faixa de servidão administrativa da LT 230 kV Rio Branco I – Feijó, LT 230 kV Feijó - Cruzeiro do Sul, Subestação 230/69 kV Feijó, Subestação 230/69 kV Cruzeiro do Sul, bem como aquisição e/ou regularização de terrenos destinados à ampliação da Subestação Rio Branco e instalação da Subestação Feijó e Subestação Cruzeiro do Sul, em conformidade com o descrito no Edital do Leilão de Transmissão no 07/2013-Aneel.

b) A elaboração de estudos fundiários relativos à Região Metropolitana de Manaus com a LT 230kV SE Lechuga-SE Tarumã e a LT 230kV SE Mauá 3-SE Manaus.

c) Atividades de regularização fundiária referentes a empreendimentos da LVTE – Linha Verde Transmissora de Energia, da PVTE – Porto Velho Transmissora de Energia e de outros empreendimentos incorporados pela Eletronorte.

d) Acompanhamento e fornecimento de informações fundiárias para celebração de Contrato de Compartilhamento de Instalações da Eletronorte com outros concessionários de energia elétrica que estão em processo de Licenciamento Ambiental e Liberação Fundiária, cuja intersecção com os Empreendimentos da Eletronorte se faz necessário.

GESTÃO DA OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO
NEGÓCIO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA
Fatos relevantes

- **UHE SAMUEL** — Em dezembro de 2017, em atendimento à Lei nº 12.334/2010 e à Resolução Normativa Aneel nº 696/2015 foram encaminhadas cópias do Plano de Ação de Emergência referente à Usina Hidrelétrica Samuel às prefeituras de Candeias do Jamari e Porto Velho.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800208

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- **UHE CURUÁ-UNA** — Em dezembro de 2017, em atendimento à Lei nº 12.334/2010 e à Resolução Normativa Aneel nº 696/2015, foram encaminhadas cópias do Plano de Ação de Emergência referente à Usina Hidrelétrica Curuá-Una às prefeituras de Prainha e Santarém. Nesse mesmo mês, foi concluída a substituição dos cinco disjuntores SF-6 de 138 kV, sendo um da linha UHE Curuá-Una/SE Tapajós (CELPA), um do Bay de transferência e outros três das unidades geradoras. Foram substituídos, também, os três TCs e três TPs da linha UHE Curuá-Una/SE Tapajós (CELPA), bom como o transformador a seco de 1000 kVA/380 V/6,9kV do Serviço Auxiliar da UHE Curuá-Una.
- **UHE COARACY NUNES** — No período de 15 a 21.12.2017, em atendimento à Lei nº 12.334/2010 e à Resolução Normativa Aneel nº 696/2015, foram encaminhadas cópias do Plano de Ação de Emergência referente à Usina Hidrelétrica Coaracy Nunes ao Ministério Público Estadual e às prefeituras de Ferreira Gomes e Cutias do Araguari.
- **UHE TUCURUÍ** — Em 13.03.2017 a unidade 17 retornou à Operação após reparos em seu transformador-elevador, iniciados em 02.12.2016.
  Desenvolvidas atividades para o retorno operacional da unidade geradora 05, após a chegada do disjuntor de 550kV fornecido pelo fabricante via seguradora. Foram desenvolvidos os serviços de recuperação da Subestação Blindada e implementação de melhorias em vários sistemas da unidade geradora 05, que retornou a Operação em 13.11.2017.
  Concluída em 2017 as tratativas para regularização de pendências contratuais de fornecimento referente ao 9º termo aditivo ao Contrato SUP 2.0.5.2000.9, celebrado entre a Eletronorte e o Consórcio Empresarial Tucuruí (CETUC) datado de 30 de dezembro de 2013, relativo ao ajuste no fornecimento e instalação das 11 unidades geradoras da Casa de Força 2 (segunda etapa). Em 2017 foram realizados os ensaios de rendimento (vibração) da unidade geradora 23, analisando-se ainda o sistema de injeção de ar na turbina das unidades geradoras 20 a 23. Está programado para o período de fevereiro a abril de 2018, a implementação de solução para a limitação de potência (travamento) constatada nas UGH da C.F. 2.
  Modernização do Sistema Supervisório que está implantado desde 2002, com 15 anos em operação, com elevado índice de problemas associados à obsolescência de seus equipamentos e falta de sobressalentes, iniciado em janeiro de 2017 e com previsão de conclusão em março de 2018.
  Em dezembro de 2017, em atendimento à Lei nº 12.334/2010 e à Resolução Normativa Aneel nº 696/2015, foram encaminhadas cópias do Plano de Ação de Emergência referente à Usina Hidrelétrica Tucuruí aos municípios de Tucuruí e demais a jusante da usina.
- **UHEs BELO MONTE E PIMENTAL** — Em 29 de outubro de 2015, a Eletronorte celebrou com a empresa Norte Energia S.A. o contrato de prestação de serviços de Engenharia de Operação e Manutenção - PR-S-0007/2014, autorizado por meio da RD-0007/2015 e rerratificado pela RD-02017/15, visando a prestação de serviços de O&M das Usinas Hidrelétricas Pimental e Belo Monte e Sistemas de Transmissão Associados. Em 2017 os serviços de comissionamento, iniciados em 2015 resultaram na entrada em operação de mais quatro unidades geradoras na UHE Belo Monte e uma unidade geradora na UHE Pimental, conforme cronograma a seguir:

UHE BELO MONTE		
UNIDADE GERADORA	POTÊNCIA	DATA DE LIBERAÇÃO PARA OPERAÇÃO COMERCIAL
UG1	611,1 MW	19.04.2016
UG2	611,1 MW	27.06.2016
UG3	611,1 MW	02.11.2016
UG4	611,1 MW	18.01.2017
UG5	611,1 MW	20.04.2017
UG6	611,1 MW	19.07.2017
UG7	611,1 MW	28.10.2017

UHE PIMENTAL		
UNIDADE GERADORA	POTÊNCIA	DATA DE LIBERAÇÃO PARA OPERAÇÃO COMERCIAL
UG1	38,85 MW	28.04.2016
UG2	38,85 MW	08.06.2016
UG3	38,85 MW	05.08.2016
UG4	38,85 MW	04.11.2016
UG5	38,85 MW	30.12.2016
UG6	38,85 MW	12.01.2017

Em 2017, foram gerados 11.001 GWh pela UHE Belo Monte e 1.061 GWh pela UHE Pimental. Como estratégia para prestação desse serviço foram implantadas as equipes sistêmicas compostas por empregados lotados em diversas instalações da Eletronorte.

RESULTADOS DO NEGÓCIO GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

O negócio "Geração de Energia Elétrica" responde por mais de 80% da receita da Empresa e é desenvolvido por meio de quatro usinas hidrelétricas no Sistema Interligado Nacional (SIN). A principal metodologia de gestão da operação e da manutenção das usinas utilizada como um diferencial competitivo da Empresa é a Metodologia Manutenção Produtiva Total – TPM, na qual nossas unidades alcançaram os maiores graus de certificação disponíveis no mundo.

INDICADORES DE DESEMPENHO DO NEGÓCIO GERAÇÃO

Indicador	UND.	2014	2015	2016	2017	Meta 2017
DISPG – Disponibilidade da Geração da Eletronorte[1]	%	96,02	96,47	96,73	96,02	97,92
DISPG – Disponibilidade da Geração do Sistema Interligado[1]	%	96,10	97,18	96,73	96,02	97,92
ID - Índice de Disponibilidade UHE Tucuruí[2]	%	93,22	91,76	90,44	87,93	85,34
ID - Índice de Disponibilidade UHE Curuá Una[2]	%	93,28	92,90	91,05	89,72	90,97
ID - Índice de Disponibilidade UHE Samuel[2]	%	96,98	97,29	97,58	97,69	93,02
INDISP – Índice de Indisponibilidade da Geração da UHE Coaracy Nunes[3]	%	8,16	9,05	8,06	7,13	8,248

1 Disponibilidade da Geração - DISPG - Mede a proporção do tempo que as Unidades Geradoras de uma usina ficaram disponíveis para a operação normal durante o ano. Polaridade: Quanto maior a disponibilidade, melhor é o desempenho da usina.

2 Índice de Disponibilidade - ID - Mede a disponibilidade da função geração de uma usina, acumulada nos últimos 60 (sessenta) meses de operação. O cálculo avalia duas parcelas que podem compor o tempo de máquinas indisponíveis, quais sejam, interrupções planejadas (Ex. manutenção) e interrupções forçadas (Ex. desligamentos por quebras). Polaridade: Quanto maior a disponibilidade (ID), melhor é o desempenho da usina.

3 Índice de Indisponibilidade - INDISP - Mede a indisponibilidade da função geração de uma usina, acumulada nos últimos 60 (sessenta) meses de operação. O cálculo avalia duas parcelas que podem compor o tempo de máquinas indisponíveis, quais sejam, interrupções planejadas (Ex. manutenção) e interrupções forçadas (Ex. desligamentos por quebras). Polaridade: Quanto menor a indisponibilidade (INDISP), melhor é o desempenho da usina.

Obs. Valores apurados até dezembro de 2017.

NEGÓCIO TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Eletronorte adota para operar e manter as instalações de transmissão, sob a sua responsabilidade, procedimentos normatizados internamente, em conformidade com o órgão regulador Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel e o Operador Nacional do Sistema Elétrico – ONS.

O Sistema de Transmissão da Eletronorte, em função de suas peculiaridades, exige processos e procedimentos diferenciados de manutenção e operação das instalações. Para tanto, em consonância com as diretrizes empresarias, são implementadas ações contínuas de melhorias no macroprocesso "Operar e Manter", enfocando soluções logísticas inovadoras que irão refletir no desempenho operacional das instalações.

Fatos relevantes:

- **Transformadores de potência energizados no decorrer do ano de 2017**
- SE Nova Mutum: TR3 230/69 kV - 33 MVA;
- SE Coxipó: AT1 230/138 kV - 150 MVA;
- SE Sorriso: TF3 230/69 kV - 30 MVA;
- **Linhas de Transmissão energizadas no decorrer do ano de 2017:**
- Seccionamento da LT 138kV Jaciara-Rondonópolis na SE Seccionadora Complexo do Prata.

INDICADORES DO SISTEMA INTERLIGADO – SIN

INDICADOR SISTEMA INTERLIGADO	Und	REALIZADO							META				
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2017	2018	2019	2020	2021
Parcela Variável – PV[1]	%	0,60	0,77	2,95	2,65	2,31	1,57	2,45	4	4	4	4	4
DISPL – Disponibilidade Operacional de Linhas[2]	%	99,93	99,92	99,88	99,93	99,91	99,93	99,93	99,88	99,88	99,88	99,88	99,88

(1) **Parcela Variável – PV** - refere-se ao percentual da Receita Anual Permitida – RAP, descontada por indisponibilidade dos ativos de transmissão, pertencentes à Rede Básica. > Polaridade: Quanto menor melhor.
O indicador Parcela Variável - PV, referente ao sistema de transmissão em corrente alternada, acumulado no período de janeiro a dezembro de 2017, obteve o resultado de **2,45%**, atendendo a meta contratada junto ao CMDE de **4,0%**.
Destaca-se que o resultado obtido no ano de 2017, superior ao realizado no ano de 2016, decorreu principalmente de que no ano de 2016 foram contabilizados pelo ONS somente os eventos ocorridos até junho de 2016, época de vigência da Resolução Aneel 270/2007.
Com a entrada em vigência da Resolução Aneel 729/2016, em 1º de julho de 2016, substituindo a Resolução Aneel 270/2007, houve necessidade de adequações, por parte do ONS, no processo de contabilização. Por esse motivo o ONS somente contabilizou os eventos ocorridos no 2º semestre de 2016 no decorrer do ano de 2017, juntamente com os eventos ocorridos durante o ano de 2017, o que justifica o resultado do ano de 2017 ter sido superior ao ano de 2016.
(2) **Disponibilidade Operacional de Linhas – DISPL** - representa a disponibilidade das linhas de transmissão, associadas ao Sistema Interligado Nacional – SIN e tem como objetivo avaliar o desempenho operacional das linhas de transmissão, sendo definido como a probabilidade de que, em dado momento, uma linha de transmissão, ou está operando satisfatoriamente, ou pronto para ser colocado em operação, se for solicitado. Polaridade: Quanto maior melhor.
O indicador operacional DISPL faz parte do Contrato de Metas do Desempenho Empresarial – CMDE, assinado entre a Eletronorte e a holding Eletrobras, com meta anual estabelecida de 99,88%.
Este indicador é também acompanhado pelo Departamento de Coordenação e Governança das Empresas Estatais (DEST), integrando o Plano de Metas para a Participação nos Lucros ou Resultados (PLR), tendo sido definida a meta anual de 99,88%.
O indicador Disponibilidade Operacional de Linhas - DISP, referente ao sistema de transmissão, acumulado no período de janeiro a dezembro de 2017, obteve o resultado de **99,93%**, atendendo a meta contratada junto ao CMDE de **99,88%**.

O desempenho do indicador Parcela Variável – PV foi decorrente de planos de ação implementados, rotineiramente pelas áreas de engenharia de operação e manutenção, destacando-se:

- Otimização dos tempos de desligamentos do Plano Anual de Manutenção, agrupando as periodicidades dos equipamentos associados às funções transmissão de acordo com as franquias previstas nas Resoluções Aneel 669/2015 (Requisitos Mínimos de Manutenção) e Aneel 729/2016 (Parcela Variável por Indisponibilidade);

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800209

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

- Implementação de planos de melhorias específicos de equipamentos com vistas a minimizar os desligamentos forçados no sistema transmissão;
- Adoção de estratégias de substituição de equipamentos e sistemas de transmissão por final de vida útil, obsolescência e restrição operacional, com isenção de Parcela Variável por Indisponibilidade – PVI, conforme preconiza a Resolução Normativa nº 443/2011- Aneel.

O desempenho do indicador DISPL foi decorrente da implementação de planos de ações preventivos realizados pelas áreas de engenharia de operação destacando-se:

- Melhorias dos sistemas de aterramento das estruturas identificadas nos trechos com maior incidência de descargas atmosféricas;
- Realização de campanhas educativas nas escolas, comunidades e nas mídias para conscientização da população, visando a redução dos desligamentos por queimadas e vandalismos;
- Intensificação dos serviços de roço na faixa de servidão, visando amenizar o número de queimadas, tendo em vista que o Brasil teve o ano com o maior número de queimadas da história, registrados pelo IMPE desde 1999, devido à estiagem prolongada e ausência de fiscalização pelos órgãos ambientais;
- Contratações dos serviços de poda seletiva de árvores fora da faixa de serviço e que ameaçam, por tombamento ou deslocamentos de galhos por ação do vento, com o intuito de evitar desligamentos por aproximação de vegetação.

Indicadores dos Sistemas Isolados

O Sistema Roraima não está interligado ao Sistema Interligado Nacional – SIN e desse modo utiliza os indicadores operacionais Disponibilidade de Equipamentos – DISPE e Disponibilidade de Linhas – DISPL para acompanhamento interno do seu desempenho operacional, junto a Diretoria de Operação, uma vez que as metas contratadas junto aos órgãos externos dizem respeito apenas aos ativos pertencentes ao Sistema Interligado Nacional.

INDICADOR SISTEMA RORAIMA	Und	REALIZADO						
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DISPE Disponibilidade de Equipamentos[3]	%	99,74	99,89	99,92	99,94	99,81	99,83	99,97
DISPL – Disponibilidade Operacional de Linhas[4]	%	99,99	99,99	99,99	99,99	99,99	99,90	99,99

O Sistema Amapá está interligado ao Sistema Interligado Nacional – SIN. Entretanto, os ativos da Eletronorte existentes no Sistema Amapá não fazem parte da Rede Básica. Desse modo, o desempenho operacional deste Sistema é acompanhado internamente pela Diretoria de Operação, por meio dos indicadores operacionais Disponibilidade de Equipamentos – DISPE e Disponibilidade de Linhas – DISPL, uma vez que as metas contratadas junto aos órgãos externos dizem respeito apenas aos ativos do Sistema Interligado Nacional, pertencentes à Rede Básica.

INDICADOR SISTEMA AMAPÁ	Und	REALIZADO						
		2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DISPE - Disponibilidade de Equipamentos[3]	%	99,98	99,99	99,97	99,98	99,97	99,97	99,65
DISPL – Disponibilidade Operacional de Linhas[4]	%	99,99	99,97	99,73	99,90	99,93	98,57	99,50

(3) **Disponibilidade Operacional de Linhas – DISPL** - representa a disponibilidade das linhas de transmissão, associadas ao Sistema Amapá e tem como objetivo avaliar o desempenho operacional das linhas de transmissão, sendo definido como a probabilidade de que, em dado momento, uma linha de transmissão, ou está operando satisfatoriamente, ou pronto para ser colocado em operação, se for solicitado. Polaridade: Quanto maior melhor.
(4) **Disponibilidade Operacional de Equipamentos - DISPE** - representa a disponibilidade operacional de equipamentos e tem como objetivo avaliar o desempenho operacional de uma instalação ou sistema, sendo definido como a probabilidade de que, em dado momento, um equipamento ou está operando satisfatoriamente, ou pronto para ser colocado em operação, se for solicitado. Polaridade: Quanto maior melhor.

Os resultados do indicador **DISPE** para os sistemas isolados, no decorrer do ano de 2017, foram decorrentes de ações de gestão e de engenharia de operação e manutenção, que asseguraram a disponibilidade dos ativos dos sistemas de transmissão, especificamente para as famílias de Transformadores, Banco de Capacitores e Reatores.

Ressalta-se que os resultados obtidos pelo indicador **DISPL,** para os sistemas isolados, foram decorrentes da adoção de planos de ação específicos, implementados rotineiramente pelas áreas de Engenharia de Operação e Manutenção, destacando-se:

- mitigação de desligamentos por vegetação e descargas atmosféricas;
- implementação de técnicas de inspeções instrumentalizadas em torres de linhas de transmissão;
- substituição de isoladores vandalizados ou com alto grau de poluição.

Tais planos de ação são realizados em conjunto com campanhas educativas nas escolas e comunidades para conscientização da população, visando a redução dos desligamentos por queimadas e vandalismo.

COMERCIALIZAÇÃO E CLIENTES

NEGÓCIOS DE GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A Eletronorte atua nos segmentos de mercado de geração e transmissão de energia elétrica. O segmento de geração contempla os contratos celebrados nos Ambientes de Contratação Regulada – ACR e de Contratação Livre - ACL. O segmento de transmissão compreende as receitas oriundas dos encargos de uso do sistema de transmissão, contratos de conexão, contratos de compartilhamento de instalações e prestação de serviços de operação e manutenção.

A receita operacional líquida realizada no ano de 2017 com o negócio de geração e transmissão somou um montante de R$5,036 bilhões, conforme descrito no quadro abaixo:

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA (VALORES EM R$ BILHÕES)

Negócios	2016	2017
Geração	**3,801**	**3,910**
Crescimento (%)		2,87%
Transmissão	**0,741**	**1,126**
Crescimento (%)		51,98%
Receita G&T	**4,542**	**5,036**
Crescimento (%)		10,88%

Fonte: Sistema SAP

Para fins de análise, foi considerado como receita operacional líquida o montante das vendas brutas deduzidas de tributos e encargos setoriais.

Houve um incremento na receita no segmento de geração de 2,87%, mesmo com o término dos contratos no ACR. Isto se deve ao aumento das vendas no ACL e a melhoria dos preços médios de venda de energia praticados no ano.

PREÇO MÉDIO DE VENDA (R$/MWH)

Ambiente	2016	2017
ACR	**212,00**	**328,76**
ACL	**125,50**	**154,48**

Fonte: Sinopse de faturamento CCOL (2017)

No segmento transmissão o incremento foi de 51,98% em função da Incorporação da Transmissora LVTE em agosto/16, do Reajuste tarifário anual, e da indenização do Valor Líquido dos Bens Reversíveis – VBR, fixados na Resolução Homologatória nº 2.258, de 27/06/2017.

Em 2017, os custos decorrentes com a compra de energia no curto prazo e os encargos de uso da rede básica totalizaram o montante de R$1,112 bilhões, incremento de 57,43% em relação a 2016, que era de R$0,706 bilhões.

Esse incremento foi devido as condições hidrológicas ruins entre outras premissas, causando o aumento do PLD médio de R$102,94 / MWh em 2016 para R$282,09 / MWh em 2017 e do GSF de -13% em 2016 para -18,5% em 2017.

CUSTOS COM A COMPRA DE ENERGIA E ENCARGOS (VALORES EM R$ BILHÕES)

Negócios	2016	2017	%
Geração	**0,706**	**1,112**	**57,43**

Fonte: Sistema SAP

Com a dedução destes custos, a receita líquida total passou a ser de R$3,925 bilhões, representando um incremento de 2,31% em relação ao ano de 2016.

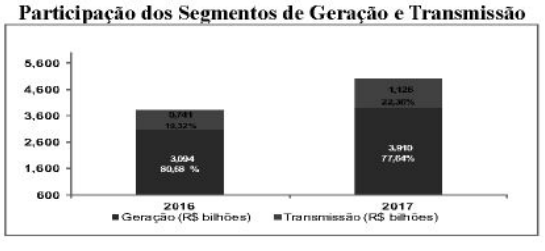
RECEITA LÍQUIDA (VALORES EM R$ BILHÕES)

Negócios	2016	2017
Geração	**3,095**	**2,798**
Crescimento (%)		-9,58%
Transmissão	**0,741**	**1,126**
Crescimento (%)		51,98%
Receita G&T	**3,836**	**3,925**
Crescimento (%)		2,31%

Fonte: Sistema SAP

A participação dos negócios geração e transmissão na receita são demonstradas no Gráfico a seguir:

Participação dos Segmentos de Geração e Transmissão



Fonte: Sistema SAP

AVALIAÇÃO DE CLIENTES (FOCO COMERCIAL)

A Carta da Eletrobras 047, de janeiro de 2016, orientou a aplicação da 2ª Pesquisa Integrada de Satisfação dos Clientes das Empresas Eletrobras, com foco comercial, referente ao biênio 2016/2017. O Grupo de Trabalho CRM Eletrobras, criado pela holding, se reuniu entre fevereiro e agosto de 2016 para viabilizar as etapas de planejamento, preparação e execução da pesquisa de satisfação.

Em agosto de 2016, as empresas Eletrobras G&T aplicaram a 2ª Pesquisa de Satisfação Integrada das Empresas Eletrobras. A pesquisa contemplou clientes do negócio geração (Consumidores Livres, Potencialmente Livres, Comercializadoras, CCEE, Distribuidoras e ONS/BSB) e clientes do negócio transmissão (ONS/RJ e Usuários da Rede Básica: Distribuidoras, Consumidores Livres/Potencialmente Livres, Geradoras e Importadoras).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800210

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

As dimensões atendimento, comercial, produto/serviço, gestão dos contratos de comercialização de energia, gestão dos contratos de transmissão, medição para faturamento, imagem e sustentabilidade foram avaliadas por meio de atributos de valor.

Para a consolidação da pesquisa foi utilizada a metodologia Janela do Cliente (*Customer Window*) como aprimoramento no modelo de aferição do grau de satisfação anteriormente utilizado. Esse método permite medir o grau de satisfação dos clientes da comercialização do negócio geração, com base nas suas percepções sobre os atributos de valor e relacioná-la com o grau de importância dada pelo cliente. Os atributos foram coletados em pesquisas anteriores, bem como do estudo de benchmarking realizado em maio de 2012, que serviram de base para a elaboração dos questionários para a fase quantitativa da pesquisa de satisfação.

A amostra da pesquisa considerou uma parcela dos clientes do negócio geração e transmissão, totalizando 59 clientes pesquisados, sendo que 28 participaram da pesquisa, ou seja, 47,46%. A representatividade mínima de 25% dos clientes pesquisados foi superada, tornando-a, portanto, válida.

O índice global de satisfação dos clientes dos Negócios Geração e de Transmissão, com foco comercial, foi de 88,87%, superior à meta corporativa estabelecida de 86,26%. O grau de importância foi de 96,12%, o que demonstra que os atributos de valor pesquisados são importantes para os clientes.

RESULTADOS DA 2ª PESQUISA INTEGRADA DE SATISFAÇÃO ELETRONORTE

Cliente / Negócio	Satisfação (%)	Importância (%)	Meta de Satisfação (%) *
Comercializadoras / Geração	86,84 %	97,55 %	83,76%
Consumidores Livres e Potencialmente Livres / Geração	94,12 %	97,80%	92,10 %
Distribuidoras / Geração	84,04 %	97,31 %	82,23 %
Usuários dos Serviços de Transmissão – Conectados / Transmissão	90,49 %	91,82 %	86,95 %
Satisfação Global	**88,87 %**	**96,12 %**	**86,26 %**

Fonte: Dados da Pesquisa — * Referência da 1ª Pesquisa Global

A periodicidade de aplicação da pesquisa de satisfação é bienal, para que no período de dois anos a empresa possa implementar um plano de ação integrado visando à melhoria dos produtos/serviços oferecidos, principalmente no que refere a Vulnerabilidade Competitiva, avaliada como crítica na percepção dos clientes.

A 3ª Pesquisa Integrada de Satisfação dos Clientes das Empresas Eletrobras, biênio 2018/2019, está em andamento com data prevista para conclusão em junho/2018.

Avaliação da Satisfação dos Clientes Externos da Transmissão

Em 2016, foi realizado o 15º ciclo consecutivo de aplicação da Pesquisa de Satisfação dos Clientes Externos da Transmissão visando medir a sua satisfação e conhecer as suas expectativas, e visualizar novas oportunidades de negócios, inclusive parcerias, além de identificar os pontos fortes e as oportunidades de melhorias, apontadas por cada cliente, bem como a percepção, desses clientes, da imagem da Eletronorte. **A partir de 2016 a pesquisa será feita bienalmente**.

O índice global de satisfação dos clientes externos da transmissão - ISCE, medido em 2016, foi de 90,8%, superando a meta estabelecida para o ciclo, que é 87%. Com este resultado, o cliente mais uma vez demonstra a sua satisfação quanto aos produtos fornecidos e serviços prestados pela Eletronorte. O ISCE Ciclo 2016-2017 será aferido no primeiro semestre de 2018.

Gestão da Expansão

EMPREENDIMENTOS DE GERAÇÃO

A Eletronorte solicitou à Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel a aprovação do projeto básico para dois empreendimentos de geração:

a) Implantação da 2ª casa de força da UHE Coaracy Nunes, no estado do Amapá;

b) Implantação da 4ª unidade geradora da UHE Curuá-Una, no estado do Pará.

UHE Coaracy Nunes:

Em 21/01/2013, por meio do Ofício nº 077/2013-SGH/Aneel, a Agência devolveu o projeto básico, nos termos da CE PAR 077/2013 de 15/01/2013 para reavaliação do Projeto Básico de Ampliação da UHE Coaracy Nunes, face ao novo marco regulatório introduzido pela Medida Provisória nº 579, de 11/09/2012, convertida na Lei nº 12.783, de 11/01/2013.

Revisão do Projeto Básico finalizada e entregue à Aneel em 20 de dezembro de 2016. Em processo de aprovação do Projeto Básico pela Aneel, com esclarecimentos prestados pela Eletronorte, quando foram necessários.

Permanecem as tratativas com o Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá – Imap para obtenção da Declaração de Reserva de Disponibilidade Hídrica – DRDH deste projeto.

Em 06/11/2017 foi protocolado no Imap requerimento de abertura de processo de licenciamento ambiental e solicitação de emissão de termo de referência para os estudos ambientais necessários ao licenciamento prévio.

UHE Curuá-Una:

Em 15/04/2016, a Eletronorte encaminhou carta à Aneel requerendo a autorização e emissão do Termo Aditivo ao Contrato de Concessão e o enquadramento do empreendimento ao REIDI. Conforme solicitação da Aneel, foi reprotocolada a solicitação de enquadramento no REDI, Carta CE CRR-007/2018 de 10/01/2018.

Encaminhado à SCG/Aneel o Cronograma do Empreendimento - assinatura do contrato prevista para 03/10/2018 e início de operação comercial da UG4 em 16/11/2020 (prazo de 24 meses de obras).

Em andamento tratativas junto à Aneel referentes ao aditivo do Contrato de Concessão por 20 anos e sobre a data de início dessa prorrogação (emissão da Resolução Autorizativa ou após o fim do prazo de concessão original).

Emitida Licença de Instalação - LI nº 2682/2016 de 30/09/2016, publicada em 10/11/2016, para implantação da 4ª unidade geradora da UHE Curuá- Una (válida até 29/09/2021).

Empreendimentos de Transmissão

Os investimentos realizados nesta ação possibilitaram a conclusão de obras de 14 empreendimentos, que adicionaram ao Sistema Interligado Nacional - SIN uma capacidade de transformação de 180 MVA, com dois novos transformadores implantados, 30 Mvar de compensação reativa (reserva), com um novo Reator de Linha (reserva) implantado, e não houve acréscimo em extensão de linha de transmissão. A implantação dos empreendimentos de grande porte, listados a seguir, já possibilitou um incremento atual de R$6.627.573,96 na Receita Anual Permitida – RAP da Eletronorte. Adicionalmente, para os reforços concluídos em 2017 e sem RAP previamente estabelecida pela Aneel, a Eletronorte solicitará as respectivas receitas no próximo reajuste anual de RAP.

EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2017 E EMPREENDIMENTOS COM OBRAS CONCLUÍDAS EM 2017

Empreendimento	Autorização Aneel	Data Aneel	Data Eletronorte	Resultado (meses de atraso)	RAP acrescentada em 2017 (R$) Obs. 1
EMPREENDIMENTOS CONCLUÍDOS EM 2017					
SE NOVA MUTUM - TRANSFERÊNCIA DO TR6 DA SE VILA DO CONDE - SB.54008	03/10/2013	03/02/2017	20/01/2017	-0,5	A RAP a ser estabelecida no reajuste.
SE ALTAMIRA - Implantação de SEP de corte de carga em condição de contingência de TR 230/69 kV nessa SE - REA Nº 5.484/2015 - SB.53411	29/09/2015	29/03/2016	16/08/2017 (Obs. 3)	16,5	A RAP a ser estabelecida no reajuste.
SE RURÓPOLIS - Etapa AT3 230/138kV 100MVA, BD4, PÁTIO 138kV - SB.55503	15/03/2012	15/07/2014	22/05/2017 (Obs. 4)	37,0	540.913,92
SE SANTA MARIA: AT3 230/138/13,8 kV 100 MVA - SB.43810	01/06/2011	01/08/2013	21/06/2017 (Obs. 5)	46,5	436.683,81
SE VILA DO CONDE - ETAPA INSTALAÇÃO DO TR7 E TR8 230/69/13,8 KV 200 MVA EM SUBSTITUIÇÃO AOS 4 TR'S 230/69/13,8 KV 33 MVA CADA EXISTENTES E NOVO PÁTIO 69 kV - SB.42318	30/04/2013	30/12/2015	21/06/2017 (Obs. 6)	17,5	500.416,74
LT 230 kV PORTO VELHO - SAMUEL C1 e C2 - Substituição de TCs - SB.48010/ SB.48235	23/05/2016	23/11/2017	20/10/2017	-1,0	367.885,76
SE SORRISO - TR3 3F 230/69 kV 30 MVA E CONEXÕES - SB.54211	28/03/2016	28/03/2018	18/12/2017	-3,5	1.343.749,18
SE ABUNÃ - REATOR DE LINHA 30 MVAr - 230 kV, RESERVA - SB.48709	08/03/2016	08/03/2018	18/12/2017	-2,5	739.396,35
SE IMPERATRIZ: EL 69 KV P/ SANTA RITA (PMIS) E IMPERATRIZ (CCT com a CEMAR) - C3 - SB.42822	13/11/2013	--	29/06/2017	---	A RAP a ser estabelecida no reajuste.
SE C2 e SANTA INÊS-C2 (CCT com a CEMAR) - SB.52522 MIRANDA II - ELs 138 kV p/ TRÊS MARIAS- EL 138 kV p/ SANTA INÊS-C2 (Obs. 2)	13/11/2013	--	27/10/2017	---	A RAP a ser estabelecida no reajuste.
SE PRES. DUTRA- Els 69 kV P. DUTRA CEMAR e BARRA DO CORDA (CCT com a CEMAR) - SB.51135	13/11/2013	--	29/06/2017	---	A RAP a ser estabelecida no reajuste.
SE SÃO LUÍS I - EL 69 kV p/ MARACANÃ -C2 (CCT com a CEMAR) - SB.51620	13/11/2013	--	29/06/2017	---	A RAP a ser estabelecida no reajuste.
SE SÃO LUÍS III - ELs 69 kV p/ ARAÇARY e OLHO D'AGUA (CCT com a CEMAR) - SB.52007	13/11/2013	--	29/06/2017	---	A RAP a ser estabelecida no reajuste.
EMPREENDIMENTOS COM OBRAS CONCLUÍDAS EM 2017					
SE COXIPÓ - SUBSTITUIÇÃO de 3 AUTOTRANSFORMADORES - SB.46733, SB.46736, SB.46737, SB.46738. (Obs. 7) Operação Comercial iniciada em 2017 Etapa AT1: IB 138 kV Etapa AT1: AT1 230/138 kV 150 MVA Obras Concluídas em 2017: DIT 138 kV (Obs. 2)	26/11/2015	26/11/2019	Conclusão Parcial	---	2.698.528,20

Obs. 1: Valores de RAP que constam na Resolução Homologatória vigente, exceto onde indicado.
Obs. 2: Pendente emissão dos Termos de Liberação pelo ONS.
Obs. 3: Obra concluída em 18/12/2016 e Termo de Liberação solicitado ao ONS em 16/08/2017.
Obs. 4: Obras concluídas em 23/10/2016 e Termo de Liberação das DIT's solicitado ao ONS em 22/05/2017, após a assinatura do 4° aditivo ao CCST com a CELPA.
Obs. 5: Obras concluídas em 11/12/2016 e Termo de Liberação das DIT's solicitado ao ONS em 21/06/2017, após a assinatura do 4° aditivo ao CCST com a CELPA. Empreendimento não computado na média em função de excludente de responsabilidade aceito pela Aneel referente a retenção do Autotransformador AT3 no Porto de Harcourt na Nigéria.
Obs. 6: Obras concluídas em 20/12/2015 e Termo de Liberação das DIT's solicitado ao ONS em 21/06/2017, após a assinatura do 4° aditivo ao CCST com a CELPA.
Obs.7: Empreendimento não computado na média pois ainda existem obras do empreendimento em andamento.

Resultado (meses de atraso)	**RAP acrescentada em 2017 (R$) – TOTAL**
9	6.627.573,96

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800211

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Agregação Física em 2017

Indicador			Corporativo
CCT (MVA)	Crescimento da Capacidade de Transformação	Realizado	180
CCR (Mvar)	Crescimento da Compensação Reativa	Realizado	30

Novos Negócios e Parcerias

Novos negócios e parcerias podem ser oriundos dos processos de Chamamento Público ou por meio de Leilões promovidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica.

Em 2017, mantendo o cenário ocorrido em 2016 e alinhada ao direcionamento da holding, a Eletronorte realizou o monitoramento das oportunidades do mercado, porém, não participou de nenhum processo de leilão e não efetivou nenhum novo negócio ou parceria.

Execução Orçamentária

Orçamento Investimento	
Lei nº 13.414 - LOA 2017	705.274.483
Cancelamento/Suplementação	-282.491.763
Orçamento Revisado - PDO R1 (RD-0138/2017, de 18.04.2017)	422.787.720
Cancelamento/Suplementação	-144.766.328
Orçamento Revisado - PDG R2 (RD-0390/2017, de 18.09.2017)	278.016.392
Portaria nº 17 SEST/MP – aprova o PDG R2 e altera a LOA-2017	278.016.392
Realizado	135.500.639
%	48,7%
Inversões Financeiras	
Decreto nº 8.933/2016 – Aprova o PDG-2017	829.648.799
Cancelamento/Suplementação	+ 300.000.000
Alteração do Teto de Inversões Financeiras (RD-0390/2017, de 18.09.2017)	1.129.648.799
Portaria nº 17 SEST/MP – aprova o novo teto para Inversões Financeiras	1.129.648.799
Realizado	589.607.400
%	52,2%
Orçamento de Investimento e Inversões Financeiras	
Previsto	1.407.665.191
Realizado	725.108.039
%	51,5%

GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

A Gestão da Inovação Tecnológica na Eletronorte é norteada por dois programas, ambos geridos pelo Departamento de Gestão da Inovação Tecnológica e Eficiência Energética - OEM: Programa Eletronorte de Pesquisa e Desenvolvimento – PEPD, responsável pela gestão de P&D com vistas à inovação e o Programa Eletronorte de Propriedade Intelectual – PEPI, que busca criar a cultura da inovação na Eletronorte.

A gestão da inovação tem como diretriz a Lei nº 10.973/04, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e tecnológica, entre outras, como a Lei nº 9.991/00, que determina a realização de investimentos em P&D e a Lei nº 9.279/96, que regula direitos e obrigações relativos à propriedade industrial.

Os instrumentos abaixo, de origem interna ou externa, são utilizados pela Empresa para apoiar, financiar e incentivar a inovação para o alcance de produtos aptos a gerarem redução de seus custos operacionais e/ou aumento de sua receita:

Interna	Externa
• Recursos próprios voltados ao desenvolvimento interno de soluções tecnológicas inovadoras pelos colaboradores a fim de eliminar perdas nas Plantas da Empresa;	• Lei 9.991/00, que dispõe sobre a realização de investimentos em P&D e eficiência energética;
• Recursos para aquisição de inovações com originalidade para a Eletronorte.	• Centro de Pesquisas de Energia Elétrica – Cepel (projetos de pesquisas com visão sistêmica para as empresas Eletrobras e realização de ensaios laboratoriais).

O direcionador dos investimentos em P&D+I na Empresa é o Plano Estratégico do Sistema Eletrobras 2015-2030, que apresenta a orientação para o portfólio de P&D. A sustentabilidade tem sido adotada pela Eletronorte como um critério condicionante para a execução de pesquisas e o alcance de inovações. Abaixo os projetos em andamento no ano de 2017 focados na "energia limpa". Destaque ao projeto que visa estudar a viabilidade ambiental para gerar energia elétrica por placas fotovoltaicas flutuantes aproveitando o espelho d'agua em lagos de UHEs, e a infraestrutura existente nessas usinas.

Projetos em andamento em 2017 com foco em "energia limpa" e "sustentabilidade"	Valor desembolsado em 2017
Exploração de energia solar em lagos de usinas hidroelétricas*	R$ 9.324.022,79
Transmissão em Ultra Alta Tensão no Sistema Interligado Nacional	R$ 1.879.681,97
Dinâmica mercurial em recursos hídricos, do interesse do setor elétrico, da Amazônia Oriental	R$ 210.967,90
TOTAL	**R$ 11.414.672,66**

* Projeto cooperado entre Chesf e Eletronorte, com divisão de recursos de 50% para cada empresa.

Em 2017 houve ainda a publicação de 01 chamada pública para captação de projetos de P&D de grande importância para o Setor Elétrico:

Projeto	Previsão de Recurso
Desenvolvimento do Lote Pioneiro do sistema inteligente de monitoramento de descargas parciais para transformadores de potência.	R$ 5 milhões

O investimento em ciência e tecnologia atingiu, no período de 2001 a 2017, o montante de 259 projetos de P&D geridos, totalizando R$233 milhões. No último ano, destaca-se a conclusão de 13 projetos. Os investimentos no fomento à inovação em 2017 podem ser assim detalhados:

Projetos	R$
Projetos Concluídos em 2017	R$ 1.919.154,27*
Investimentos em P&D em 2017 (A)	
Projetos de P&D	R$ 15.376.634,98
CEPEL	R$ 29.342.000,00**
Obrigação de recolhimento em 2017 (B)	
FNDCT	R$ 20.990.316,25
MME (EPE)	R$ 10.495.158,13
Total (A) + (B)	**R$ 76.204.109,36**

* Refere-se ao valor total aplicado no ano de 2017 nos projetos concluídos naquele ano.
** Em atendimento ao Art. 4º e § 3º da Lei 9991/2000, foi utilizado recurso de P&D para a integralidade do repasse.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800212

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ainda como resultado alcançado no ano de 2017, pode-se citar o acúmulo, no período de 2001 a 2017, de 67 pedidos de patente e 21 registros de software. No último ano foi feito um depósito de pedido de patente e um registro de software:

Título	Modalidade
Conversor hidrocinético aplicado em hidrogeradores para rios de baixa velocidade de escoamento	Pedido de Patente
Sistema de Monitoramento da Qualidade da Energia nas Instalações da UHE Coaracy Nunes com Análise da Contribuição do Sistema de Aterramento – SMQEE	Registro de Software

GESTÃO DA EFICIÊNCIA ENERGÉTICA

A Gestão da Eficiência Energética encontra suporte no Programa Eletronorte de Eficiência Energética – PEEE, criado em 2 de março de 2005 com a finalidade de ser um instrumento para o desenvolvimento de ações de combate ao desperdício e à redução de custo com energia elétrica, por intermédio de programas e projetos de eficiência energética.

As principais diretrizes utilizadas para o desenvolvimento do processo de gestão da eficiência energética são oriundas do CIEESE (Comitê Integrado de Eficiência Energética do Sistema Eletrobras), da CPT (Comissão de Política Tecnológica) e das Políticas de Eficiência Energética da Eletronorte. Os principais insumos provêm do GRI (*Global Reporting Initiative*): diretrizes e normas, relativos a aspectos da energia. Os recursos utilizados para o desenvolvimento das ações de eficiência são próprios ou de parcerias.

O PEEE desenvolve-se por meio de ações externas (voltadas à demanda de energia, ou seja, à sociedade) e ações internas (voltadas à oferta de energia, ou seja, às instalações da Eletronorte). No ano de 2017 o PEEE concentrou-se em ações internas.

Ressaltam-se em 2017 os seguintes pontos:

- Diretoria de Operação (DO) da Eletronorte mantém no contrato de gestão com suas unidades descentralizadas o indicador de redução do consumo próprio de energia elétrica, denominado ICEE, de forma a atender a Declaração de Compromisso da Eletrobras sobre Mudanças Climáticas e os requisitos de sustentabilidade empresarial;
- Atualmente são acompanhadas 114 unidades consumidoras (UCs) de energia elétrica da Eletronorte, onde 87 são faturadas (que geram faturas para pagamentos) e 27 não faturadas. O gasto e consumo dessas UCs em 2017 foram, respectivamente, de R$5.144.420,34 e 93.580.962 kWh. 47 UCs possuem contrato de gestão com um indicador específico de redução do consumo de energia elétrica (ICEE) junto à DO (Diretoria de Operação). O ICEE teve uma redução de 9,28% (696.889 kWh), superando a meta de 3,0% do ciclo 2016/2017. A economia total em toda a Empresa foi de 3.507.839 kWh, ou seja, uma redução de 3,61%;
- A continuidade e atuação das CICEs (Comissões Internas de Conservação de Energia) na Empresa;
- Manutenção da certificação externa de seis fronteiras do Complexo da UHE Tucuruí na norma de Gestão da Energia ISO 50.001;
- Disseminação dos conceitos ISO 50.001 na Empresa;
- Definição do modelo de migração do foco da norma 50001 para o processo produtivo da UHE Tucuruí;
- Atuação em projeto de P&D de Sistemas Fotovoltaicos;
- Atuação em projeto de reestruturação do Data Center da Empresa;
- Definição de portfólio de serviços de eficiência energética passíveis de serem comercializados;
- Capacitação de 37 técnicos em elaboração de projetos de sistemas fotovoltaicos;
- Adoção do Guia de Dimensionamento e aquisição de iluminação LED elaborado pelo Cepel;
- Adoção de Guia de Referência para contratação de serviços de instalação de equipamentos de climatização de ambientes, de pequeno porte;
- Consolidação do bloqueio de aquisições de equipamentos de climatização ineficientes;
- Suporte técnico e desenvolvimento de diagnósticos e projetos para as Regionais no que diz respeito à eficiência energética e instalações elétricas.

RECONHECIMENTO EXTERNO

PRINCIPAIS PREMIAÇÕES, CERTIFICAÇÕES E RECONHECIMENTOS

Prêmio/Reconhecimento/ Certificação	Área ou Unidade na organização	Instituição Concedente
Manutenção da Certificação na **NBR ISO 50.001:2011** do Sistema de Gestão de Energia da UHE Tucuruí (Certificado válido até novembro 2018)	Superintendência de Gestão de Ativos de Produção da Geração	Certificadora: Bureau Veritas Certification Brasil
Manutenção da Certificação na **NBR ISO 14.001:2004** do Sistema de Gestão Ambiental da UHE Tucuruí (Certificado válido até agosto 2018)	Superintendência de Gestão de Ativos de Produção da Geração	Certificadora: Bureau Veritas Certification Brasil
Recertificação na **NBR ISO 14.001:2004** do Sistema de Gestão Ambiental da UHE Samuel. (Certificado válido até março 2018)	Superintendência de Gestão de Ativos de Produção da Geração	Certificadora: Bureau Veritas Certification Brasil
Manutenção das Certificações na **ISO 14.001:2004** da planta UHE Coaracy Nunes e Linhas de Transmissão do Amapá. (Certificado válido até setembro 2018)	Superintendência de Gestão de Ativos de Produção da Transmissão	Certificadora: Fundação Vanzolini
Manutenção dos Certificados **ISO 9001:2008** dos processos de Aquisição, em todas as modalidades de Licitação e Financeiros: Contas a Pagar, Contas a Receber, Fundo Rotativo de Caixa, Tributos e Orçamento.	Unidades de Suporte e Infraestrutura das Regionais da Diretoria de Operação de Mato Grosso, Rondônia, Acre, Belém, Tucuruí, Amapá, Maranhão e Roraima	Certificadoras: Instituto TOTUM; RINA Brasil Serviços Técnicos; ABS Group
Recertificação na **ISO 9001:2015** dos processos Financeiros "Contas a Pagar e Contas a Receber", na Sede.	Superintendência de Finanças da Sede	Certificadora: Fundação Vanzolini

ENCERRAMENTO

O Relatório da Administração da Eletronorte 2017 traz a público, de maneira organizada e clara, um relato resumido sobre os esforços e resultados da Empresa para a melhoria dos seus padrões na busca da excelência para o alcance da sustentabilidade empresarial.

Importante registrar o reconhecimento aos membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal pela contribuição prestada na discussão, orientação e encaminhamento das questões de maior interesse e relevância da Empresa, como também ao nosso quadro de gerentes e empregados, profissionais incansáveis e dedicados ao cumprimento do Credo da Eletronorte.

VILMOS DA SILVA GRUNVALD
Diretor-Presidente

ROBERTO PARUCKER
Diretor de Engenharia

ANTONIO MARIA AMORIM BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL
Diretor de Gestão Corporativa

WILLAMY MOREIRA FROTA
Diretor de Operação

WILSON FERNADES DE PAULA
Diretor de Comercialização e Regulação

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800213

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DO EXERCÍCIO SOCIAL FINDO EM 31.12.2017

BALANÇO PATRIMONIAL

ATIVO	Nota	31/12/17	31/12/16
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.908	8.992
Títulos e valores mobiliários	7	793.378	277.086
Clientes	8	683.406	1.061.489
Ativo financeiro-concessão de serviço público	9	1.370.805	784.702
Impostos e contribuições sociais	10	341.837	246.540
Almoxarifado		123.190	117.835
Instrumentos financeiros derivativos	11	209.327	127.808
Créditos junto à Ceron	15	231.736	189.762
Repactuação do Risco Hidrológico	16	12.640	12.640
Outros ativos	12	182.082	293.029
		3.968.309	**3.119.883**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Títulos e valores mobiliários	7	87	258
Ativo financeiro-concessão de serviço público	9	8.732.521	8.875.863
Impostos e contribuições sociais	10	33.904	36.563
Impostos e contribuições sociais diferidos	10.2	878.434	839.708
Instrumentos financeiros derivativos	11	216.904	100.965
Cauções e depósitos vinculados	13	415.979	449.997
Adiantamentos para futuro aumento de capital	14	416	670
Créditos junto à Ceron	15	2.239.024	2.029.303
Repactuação do Risco Hidrológico	16	12.640	25.280
Outros ativos	12	409.229	272.450
		12.939.138	**12.631.057**
INVESTIMENTOS	17	5.099.181	4.293.873
IMOBILIZADO	18	6.515.915	6.790.543
INTANGÍVEL	19	217.638	244.538
		24.771.872	**23.960.011**
TOTAL		**28.740.181**	**27.079.894**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇO PATRIMONIAL (CONTINUAÇÃO)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	31/12/17	31/12/16
CIRCULANTE			
Fornecedores	20	553.696	547.870
Financiamentos e empréstimos	21	909.678	944.387
Debêntures	22	22.658	12.442
Impostos e contribuições sociais	23	123.541	125.209
Remuneração aos acionistas	24	1.106.363	973
Folha de pagamento e obrigações estimadas	25	303.011	339.681
Encargos setoriais	27	308.118	299.617
Instrumentos financeiros derivativos	11	291	332
Adiantamentos de clientes	28	78.891	60.504
Obrigações com a Controladora	24	477.555	264.948
Obrigações pela aquisição de ativos e participação	9.2	-	69.740
Contratos onerosos	35	12.048	14.245
Outros passivos	30	379.000	534.509
		4.274.850	**3.214.457**
NÃO CIRCULANTE			
Fornecedores	20	-	168.867
Financiamentos e empréstimos	21	3.888.330	4.175.765
Debêntures	22	180.099	188.933
Impostos e contribuições sociais	23	-	135.016
Obrigações estimadas	25	25.409	7.162
Provisões para riscos	26	925.007	810.087
Instrumentos financeiros derivativos	11	39.594	43.685
Adiantamentos de clientes	28	519.391	592.215
Benefícios pós-emprego	31	31.186	16.303
Obrigações com a Controladora	24	1.373.681	1.456.977
Contratos onerosos	35	289.074	376.700
Taxa de Fiscalização e Recursos Hídricos - TFRH	29	1.183.583	665.856
Outros passivos	30	128.545	131.308
		8.583.899	**8.768.874**
TOTAL DO PASSIVO		**12.858.749**	**11.983.331**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	32	11.576.263	11.576.263
Reservas de lucros		4.351.136	3.542.916
Dividendos adicionais propostos		-	-
Outros resultados abrangentes		(45.967)	(22.616)
		15.881.432	**15.096.563**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**28.740.181**	**27.079.894**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Nota	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	33	**5.972.671**	**8.437.720**
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	34	(550.969)	(182.469)
Encargos de uso da rede de transmissão	34	(560.730)	(523.686)
		(1.111.699)	**(706.155)**
Custo de operação			
Pessoal, material e serviços de terceiros	34	(1.007.724)	(821.987)
Depreciação e amortização	34	(436.275)	(447.082)
Outros	34	(132.369)	(181.066)
		(1.576.368)	**(1.450.135)**
Custo do serviço prestado a terceiros	34	(67.432)	(77.010)
Custo de construção	34	(65.246)	(165.610)
CUSTO OPERACIONAL	34	**(2.820.745)**	**(2.398.910)**
LUCRO BRUTO		**3.151.926**	**6.038.810**
DESPESA OPERACIONAL	34	(1.157.767)	(2.494.270)
RESULTADO DO SERVIÇO		**1.994.159**	**3.544.540**
RESULTADO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS	17	70.705	156.958
RESULTADO FINANCEIRO	36	(254.383)	21.613
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS		**1.810.481**	**3.723.111**
Imposto de renda e contribuição social	37	(89.463)	(65.848)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	37	192.829	(468.422)
		103.366	**(534.270)**
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		**1.913.847**	**3.188.841**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800214

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO	**1.913.847**	**3.188.841**
OUTROS COMPONENTES DO RESULTADO ABRANGENTE		
Ganhos (Perdas) atuariais	(35.381)	5.348
Imposto de renda e contribuição social diferidos	12.029	(1.818)
	(23.351)	**3.530**
RESULTADO ABRANGENTE DO PERÍODO	**1.890.496**	**3.192.371**
Parcela atribuída aos controladores	1.880.665	3.175.771
Parcela atribuída aos não controladores	9.831	16.600
	1.890.496	**3.192.371**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

		Capital Social	Reservas de Lucros				Dividendos Adicionais	Lucros Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Total do Patrimônio Líquido
			Reserva Legal	Reserva Incentivo Fiscal	Retenção de Lucros	Reserva Especial Dividendos não distribuídos				
Saldo em 31 de dezembro de 2015		11.576.263	133.424	220.651	40.279	-	30.210	-	(26.146)	11.974.681
Reversão de reserva de retenção de lucros		-	-	-	(40.279)	-	-	-	-	(40.279)
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	(30.210)	-	-	(30.210)
Ganhos (perdas) atuariais		-	-	-	-	-	-	-	3.530	3.530
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	3.188.841	-	3.188.841
Destinação do lucro líquido:						-				
Reserva Incentivo Fiscal - IRPJ		-	-	182.831	-	-	-	(182.831)	-	-
Constituição Reserva legal		-	159.442		-	-	-	(159.442)	-	-
Constituição Reserva Especial Dividendos não distribuídos		-	-	-	-	711.642	-	(711.642)	-	-
Constituição Reserva de retenção de lucros		-	-	-	2.134.926	-	-	(2.134.926)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2016		11.576.263	292.866	403.482	2.134.926	711.642	-	-	(22.616)	15.096.563
Ganhos (perdas) atuariais		-	-	-	-	-	-	-	(23.351)	(23.351)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	1.913.847	-	1.913.847
Destinação do lucro líquido:						-				
Dividendos propostos	24	-	-	-	-	-	-	(393.985)	-	(393.985)
Reserva Incentivo Fiscal - IRPJ	24	-	-	242.216	-	-	-	(242.216)	-	-
Constituição Reserva legal	24	-	95.692		-	-	-	(95.692)	-	-
Constituição Reserva Especial Dividendos não distribuídos	24	-	-	-	-	(711.642)	-	-	-	(711.642)
Constituição Reserva de retenção de lucros	24	-	-	-	1.181.954	-	-	(1.181.954)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017		11.576.263	388.558	645.698	3.316.880	-	-	-	(45.967)	15.881.432

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Resultado antes dos impostos	**1.810.481**	**3.723.111**
Ajustes para conciliar o lucro com o caixa gerado pelas operações		
Depreciação e amortização	442.517	461.721
Acréscimos moratórios em faturas de energia vendida	(85.053)	5.677
Variação monetária ativa	(286.062)	(543.722)
Variação monetária passiva	191.053	201.788
Encargos de dívidas	568.044	632.081
Resultado de equivalência patrimonial	(70.705)	(156.958)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	142.927	(277.016)
Provisões operacionais	662.473	(15.233)
Plano de aposentadoria extraordinário-PAE	31.761	-
Redução ao valor recuperável de ativos (reversão)	(596.837)	1.264.994
Baixa de ativo imobilizado e intangível	27.651	18.388
Ganhos(perdas) com derivativos	(201.589)	(218.714)
Remuneração do Ativo Financeiro	(1.124.618)	(3.930.847)
Outros despesas(receitas) financeiras	168.726	1.099
Outros resultados abrangentes	(23.351)	3.530
	1.657.418	**1.169.899**
Variações nos ativos e passivos operacionais		
Clientes	324.235	315.016
Outros ativos	(113.422)	741.229
Fornecedores	(163.041)	(207.266)
Outros passivos	(201.910)	(793.919)
	(154.138)	**55.060**
Caixa proveniente das atividades operacionais	**1.503.280**	**1.224.959**
Pagamento de encargos de empréstimos e financiamentos	(400.816)	(346.909)
Pagamento de encargos e Impostos	(436.767)	(539.616)
Recebimento de receita anual permitida	954.912	377.824
Recebimento remuneração de participações societárias	65.302	55.612
Pagamento de contingências	(29.828)	(98.289)
Cauções de depósitos vinculados	34.018	31.710
	186.821	**(519.668)**
Caixa líquido das atividades operacionais	**1.690.101**	**705.291**
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Financiamentos e empréstimos obtidos	500.323	757.180
Pagamento de financiamentos e empréstimos - principal	(930.687)	(697.558)
Pagamento de dividendos	-	-
Caixa líquido das atividades de financiamento	**(430.364)**	**59.622**
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Títulos e valores mobiliários - aplicações financeiras	(516.121)	787.830
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	(36.166)	(49.841)
Aquisição de ativo financeiro	(106.672)	(204.357)
Participações societárias	(589.862)	(1.260.622)
Adiantamentos para futuro aumento de capital concedidos	-	(80.614)
Caixa líquido das atividades de investimento	**(1.248.821)**	**(807.604)**
Redução no caixa e equivalentes de caixa	**10.916**	**(42.691)**
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	**8.992**	**51.683**
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	**19.908**	**8.992**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800215

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

	Nota	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RECEITAS			
Receitas de vendas de energia e serviços	33	7.081.501	9.432.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34.2	(142.927)	(395.404)
		6.938.574	**9.037.416**
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS			
Custo de construção	34	(65.246)	(165.610)
Energia elétrica comprada para revenda	34	(550.969)	(182.469)
Encargos de uso da rede de transmissão	34	(560.730)	(523.686)
Material	34	(29.031)	(31.211)
Serviços de terceiros	34	(253.125)	(299.622)
Combustível	34	-	(3.717)
Outros		(105.020)	(83.273)
		(1.564.121)	**(1.289.588)**
VALOR ADICIONADO BRUTO		**5.374.453**	**7.747.828**
RETENÇÕES			
Depreciação e amortização	34	(442.517)	(461.722)
Redução ao valor recuperável	34	596.837	(1.264.994)
Provisões operacionais	34	(662.474)	15.233
		(508.154)	**(1.711.483)**
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO		**4.866.299**	**6.036.345**
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA			
Resultado de participações societárias	17	70.705	156.958
Receitas financeiras	36	715.131	899.304
		785.836	**1.056.262**
VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR		**5.652.135**	**7.092.607**
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO			
Pessoal:			
Remuneração do trabalho	34.1	1.225.032	1.127.151
Plano Aposentadoria Extraordinário-PAE	34.1	148.116	-
		1.373.148	**1.127.151**
Impostos, taxas e contribuições:			
Deduções à receita operacional	33	1.108.830	995.100
Tributos		7.383	8.371
Encargos sobre despesa de pessoal	34.1	232.560	219.020
Imposto de renda e contribuição social	37	(103.366)	534.270
		1.245.407	**1.756.761**
Remuneração de capitais de terceiros:			
Despesas financeiras	36	969.514	877.691
Arrendamentos e aluguéis	34	150.219	142.163
		1.119.733	**1.019.854**
Remuneração de capitais próprios			
Lucros a distribuir	24	393.985	-
Constituição de reserva legal	24	95.692	159.442
Constituição de reserva de incentivos fiscais	24	242.216	182.831
Lucros retidos	24	1.181.954	2.846.568
		1.913.847	**3.188.841**
VALOR ADICIONADO TOTAL DISTRIBUÍDO		**5.652.135**	**7.092.607**

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017 E 2016

NOTA 1 – INFORMAÇÕES GERAIS

A Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. – Eletronorte ("Companhia") é uma sociedade de economia mista, de capital fechado, autorizada a funcionar pelo Decreto nº 72.548 de 30 de julho de 1973, como concessionária de serviços públicos de energia elétrica, controlada pela Centrais Elétricas Brasileiras S.A. – Eletrobras. Sua sede está localizada em Brasília – DF, no SCN Quadra 06 – Conj. A – Blocos B e C, Entrada norte 2, Asa Norte, CEP: 70.716-901.

Estatutariamente, a Companhia tem por objeto social principal, dentre outras atividades: a) realizar estudos, projetos, construção, operação e manutenção de usinas geradoras, subestações, linhas de transmissão e sistemas de telecomunicações associados, distribuição e comercialização de energia elétrica e de transmissão de dados, voz e imagens, podendo para tanto importar e exportar energia elétrica, bem como celebrar atos de comércio decorrentes dessas atividades; b) associar-se, com ou sem aporte de recursos, para constituição de consórcios empresariais ou participação em sociedades, com ou sem poder de controle, que se destinem à exploração da geração ou transmissão de energia elétrica, sob o regime de concessão ou autorização, sendo tais atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

As operações da Companhia com geração de energia elétrica contam com 4 usinas hidrelétricas, com capacidade instalada de 8.860,05 MW (não auditado) e 8 usinas termelétricas, com capacidade de 521,82 MW(não auditado), perfazendo uma capacidade instalada de 9.381,87 MW(não auditado).

A comercialização de energia elétrica ocorre por meio de contratos firmados com as concessionárias de distribuição, dos contratos de reserva de potência e fornecimento de energia elétrica, firmados com consumidores industriais, diretamente atendidos pela Companhia, de contratos oriundos de leilões de energia realizados pela CCEE e de leilões de compra e venda de energia elétrica, realizados por comercializadores ou consumidores livres. As eventuais diferenças entre a energia gerada e a vendida, na forma dos contratos descritos, são comercializadas por intermédio do mercado de curto prazo, no âmbito da CCEE.

A transmissão de energia em corrente alternada é administrada pela Companhia por um sistema composto de 11.505,31 Km (não auditado) de linhas de transmissão e 56 subestações (não auditado) no SIN, 190,20 Km (não auditado) de linhas de transmissão e 1 subestação no sistema isolado, totalizando 11.695,51 km (não auditado) de linhas de transmissão e 57 subestações (não auditado).

A Companhia possui Contratos de Concessão da Transmissão que asseguram o direito de receber Receita Anual Permitida (RAP).

A Companhia detém participação societária em Sociedades de Propósitos Específicos de geração e de transmissão de energia elétrica.

NOTA 2 – CONCESSÕES DO SERVIÇO PÚBLICO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia e suas investidas detêm as seguintes concessões e autorizações do Serviço Público de Energia Elétrica junto ao Poder Concedente:

2.1. Eletronorte

2.1.1. Usinas Hidrelétricas:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE

Item	Empreend.		Prazo de Concessão	Município	Potência Instalada (MW)
1	UHE - Tucuruí	(Sistema Interligado)	30/08/2024	Tucuruí - PA	8.535,00
2	UHE - Curuá-Una	(Sistema Interligado)	27/07/2028	Santarém - PA	30,30
3	UHE - Samuel	(Sistema Interligado)	14/09/2029	Porto Velho - RO	216,75
4	UHE - Coaracy Nunes	(Sistema Interligado apartir Set/15)	31/12/2042	Ferreira Gomes - AP e Macapá - AP	78,00

Os dados de potência instalada (MW) não formam auditados.

2.1.2. Usinas Termelétricas:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE

Item	Empreend.	Prazo de Concessão	Município	Potência Instalada (MW)
1	UTE Rio Madeira	19.09.2018	Porto Velho-RO	119,35
2	UTE Santana	05.12.2024	Santana-AP	177,74
3	UTE Rio Branco I	10.07.2020	Rio Branco-AC	18,65
4	UTE Rio Branco II	10.07.2020	Rio Branco-AC	32,75
5	UTE Rio Acre	05.04.2025	Rio Branco-AC	45,49
6	UTE Santarém	29.06.2044 - Revogada REA 6499/2017	Santarém-PA	18,75
7	UTE Araguaia	Mantida a sua operação até 2019 ou até a entrada em operação da Solução Estruturante para Suprimento às Cargas da Região do Baixo Araguaia, conforme Portaria nº 333 MME de 21.07.2015, publicada no D.O.U. de 22.07.2015.	Querência-MT	23,1
8	UTE Senador Arnon Afonso Farias de Mello (antiga UTE Floresta)	10.09.2019	Boa Vista-RR	85,99

Os dados de potência instalada (MW) não formam auditados.

2.1.3. Sistema de Transmissão:

RELAÇÃO DE CONCESSÕES E AUTORIZAÇÕES DA ELETRONORTE

Item	Empreendimento	Prazo de Concessão	Município / Estado
1	Transmissão Rede Básica	31.12.2042	PA, MA, PI, TO, MT
2	LT 230kV SE São Luís II - SE São Luís III e SE São Luís III.	16.03.2038	MA
3	LT 230 kV SE Ribeiro Gonçalves - SE Balsas, SE Ribeiro Gonçalves e SE Balsas.	27.01.2039	PI, MA
4	SE Miranda II - 500/230 kV (450 MVA)	27.01.2039	MA
5	SE Coletora Porto Velho 500/230kV 2 Estações Conversoras CA/CC/CA Back-to-Back 400MW LT Coletora Porto Velho - Porto Velho - C1 e C2 - 230kV	25.02.2039	RO
6	Estação Retificadora nº 01 CA/CC - 500/±600 kV - 3150 MW - Estação Inversora nº 01 CC/CA ±600/500 kV - 2950 MW	25.02.2039	RO, SP
7	LT 230kV SE Jauru - SE Vilhena - SE Pimenta Bueno - SE Ji-Paraná - SE Ariquemes - SE Samuel - SE Porto Velho - C3	18.11.2039	MT/RO
8	LT 230kV SE Porto Velho - SE Abunã - SE Rio Branco - C2	18.11.2039	RO, AC
9	LT 230 kV SE Jorge Teixeira - SE Lechuga (ex-Cariri)	11.07.2041	AM
10	SE Lucas do Rio Verde 230/138 kV	27.06.2031	MT
11	SE Miramar em 230/69 kV SE Tucuruí em 230/138 kV	08.12.2041	AM, RR
12	SE Nobres em 230/138 kV	08.12.2041	MT
13	LT 230 kV SE Lechuga - SE Jorge Teixeira C3 e SE Lechuga, 230/138 kV 3x150 MVA	06.05.2042	AM
14	LT 230 kV SE Rio Branco I - SE Feijó - SE Cruzeiro do Sul; SE Feijó e SE Cruzeiro do Sul	28.01.2044	AC

2.2. Sociedades de Propósito Específico (SPE)

2.2.1. Empreendimentos em parceria

2.2.1.1. Geração:

SPE	Características do empreendimento	Concessão/ Autorização		Em operação
		Início	Duração (anos)	
Amapari Energia S.A.	UTE Serra do Navio, com 23,30 MW de potência instalada	20/05/2008	29	Não
Energética Águas da Pedra S.A.	UHE Dardanelos, com 261 MW de potência instalada	03/07/2007	35	Sim
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico Miassaba 3, com 68,47 MW de potência instalada	20/08/2010	35	Sim
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico com 58,45 MW de potência instalada	13/12/2010	35	Sim
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	Parque Eólico Rei dos Ventos 3, com 60,12 MW de potência instalada	13/12/2010	35	Sim
Companhia Energética Sinop S.A.	UHE SINOP, com 400 MW de potência instalada, localizada no Rio Teles Pires	26/02/2014	35	Não
Norte Energia S.A.	UHE Belo Monte, com 11.233,1 MW de potência instalada, localizada no Rio Xingú	26/08/2010	35	Parcial

2.2.1.2. Transmissão:

SPE	Características do empreendimento	Concessão		Em operação
		Início	Duração (anos)	
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	LT Coxipó-Cuiabá - Rondonópolis (MT), em 230 kV com 193 Km e SE Seccionadora Cuiabá	18/02/2004	30	Sim
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	LT Jauru-Juba (MT) e Maggi - Nova Mutum (MT), ambas em 230 kV e com 402 km, SE Juba e SE Maggi - 230/138 kV	17/03/2008	30	Sim
Integração Transmissora de Energia S.A.	LT Colinas-Miracema-Gurupi-Peixe Nova Serra da Mesa 2 (TO/GO), em 500 kV com 695 Km SE Serra da mesa 2 e SE Peixe 2	27/04/2006	30	Sim
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	LT Jaurú - Cuiabá (MT), com 500 kv e com 348 Km e SE Jaurú, com 500/230 kV	19/11/2009	30	Sim
Manaus Transmissora de Energia S.A.	LT Oriximiná - Silves - Lechuga (PA/AM), em 500 kV, com 586 Km, SE Silves 500/138kv e SE Cariri 500/230 kv	16/10/2008	30	Sim
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	LT Coletora Porto Velho (RO) - Araraquara 2 (SP), ±600 kV com 2.375 Km	26/02/2009	30	Sim
Construtora Integração Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Norte Brasil Transmissora de Energia S/A	-	-	-
Manaus Construtora Ltda	Empresa constituída para construção do empreendimento da Manaus Transmissora de Energia S/A	-	-	-
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	Estação Conversora CA/CC, ±800 kV, 4.000 MW, junto a SE 500 kV Xingu; Estação Conversora CA/CC, ±800 kV, 3.850 MW, junto a SE 500 kV Estreito; e Linha de Transmissão em Corrente Contínua de ±800 kV Xingu - Estreito.	16/06/2014	30	Sim
Transnorte Energia S.A.	LT Lechuga (AM) - Equador - Boa Vista (RR), com 500 kV e com 715 km, e SE Equador 500kv, SE Boa Vista 500/230 kv	25/01/2012	30	Não

As SPEs Construtora Integração Ltda e Manaus Construtora Ltda são construtoras.

NOTA 3 – DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia em 15 de março de 2018.

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir, sendo adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados, exceto quando indicados de outra forma.

3.1. BASE DE ELABORAÇÃO

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos.

A preparação das demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras consolidadas, estão divulgadas na nota 4.

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração.

3.2. Políticas contábeis aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas

3.2.1. Investidas

Os investimentos em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures). Para fins de equivalência patrimonial em suas investidas, foram utilizadas as participações societárias conforme quadro a seguir:

Empresas	Participação (%)	
	2016	2015
Amapari Energia S.A.	49,00	49,00
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	49,00
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	24,50	24,50
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	49,71	49,71
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50
Construtora Integração Ltda	49,00	49,00
Companhia Energética Sinop	24,50	24,50
Energética Águas da Pedra S.A.	24,50	24,50
Integração Transmissora de Energia S.A.	37,00	37,00
Manaus Construtora Ltda	30,00	30,00
Manaus Transmissora de Energia S.A.	30,00	30,00
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	49,00	49,00
Norte Energia S.A.	19,98	19,98
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	24,50	24,50
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	49,00	49,00
Transnorte Energia S.A.	49,00	49,00

3.2.1.1. Controladas em conjunto

Entidades controladas em conjunto são aquelas nas quais a Companhia possui controle compartilhado, estabelecido contratualmente e que requer consentimento unânime nas decisões estratégicas e operacionais.

Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as informações financeiras de controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

3.2.1.2. Coligadas

As coligadas são aquelas entidades nas quais a Companhia, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que permite a Companhia controle compartilhado da entidade e dá a Companhia direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação da Companhia no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas também são contabilizados com o uso desse método.

3.2.2. Participação direta da Companhia

As demonstrações financeiras das investidas, utilizadas para a determinação do valor da equivalência patrimonial, foram levantadas na mesma data das demonstrações financeiras da investidora. Entretanto, de acordo com as práticas contábeis, foram utilizadas as informações financeiras com defasagem de 30 dias, para aquelas investidas que não apresentaram suas demonstrações financeiras, na mesma data base, até o fechamento contábil que deu origem a estas demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2017. Desta forma, para fins de cálculo de equivalência patrimonial no encerramento deste exercício, foram utilizadas as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, com exceção da investida Amapari Energia S.A., cujas informações contábeis utilizadas são de 30 de novembro de 2017.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800217

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.3. Conversão de moeda estrangeira

3.3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia e suas investidas atuam. A moeda funcional utilizada pela Companhia e suas investidas é o Real (R$) e as demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais.

3.3.2. Transações e saldos

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como variação cambial em conta de resultado financeiro (nota 36).

3.4. Conta movimento e aplicações financeiras

3.4.1. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo e de alta liquidez, com vencimentos originais em até 90 dias, e com risco insignificante de mudança de valor (nota 6).

3.4.2. Títulos e valores mobiliários

A Companhia e suas controladas aplicam recursos em títulos e valores mobiliários com vencimentos de longo prazo e, apesar destas datas de vencimento, a Companhia possui programa de investimento de curto prazo para a utilização desses recursos antes do vencimento. Sua classificação em circulante e não circulante considera o fato dos títulos classificados no curto prazo serem mantidos para negociação ativa e frequente, possuindo liquidez imediata e intenção de aplicação no plano de investimentos da Companhia. Tais instrumentos são ajustados ao valor provável de realização, quando aplicável (nota 7).

3.5. Clientes

As contas a receber de clientes correspondem aos valores provenientes da prestação de serviços, da venda de energia elétrica e da disponibilização no sistema de transmissão operado pela Companhia e suas investidas, no curso normal das atividades. Se o prazo de recebimento é equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, estão apresentadas no ativo não circulante (nota 8).

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado, menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa.

3.6. Almoxarifado

Os materiais em almoxarifado, classificados no ativo circulante, estão registrados ao custo médio das aquisições, que não excede ao custo de reposição ou ao valor líquido de realização.

3.7. Cauções e depósitos vinculados

São depósitos judiciais que se promovem em juízo, em conta bancária vinculada a processo judiciais, realizados em moeda corrente, com o intuito de garantir a liquidação de potencial futura obrigação. Os depósitos judiciais só podem ser movimentados mediante ordem judicial.

Tais depósitos estão avaliados pelo valor original, acrescido de juros e atualização monetária, com base nos dispositivos legais, e ajustados por provisão para perdas na realização, quando aplicáveis (nota 13).

3.8. Investimentos

Nas demonstrações financeiras os investimentos da Companhia em empresas controladas em conjunto e coligadas são avaliados e registrados pelo método da equivalência patrimonial, reconhecidos inicialmente ao custo, e as variações no resultado do exercício, ou diretamente no patrimônio líquido conforme aplicável (nota 17).

Após o reconhecimento inicial, a entidade mantém os ativos de propriedades para investimentos mensurados pelo seu valor de custo.

Quando necessário, as políticas contábeis das empresas investidas são ajustadas para garantir consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

3.9. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da depreciação, das obrigações especiais, e, quando aplicável, reduzido ao valor de recuperação (nota 18).

Os terrenos não são depreciáveis. A depreciação dos demais ativos é calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL. As taxas médias anuais de depreciação estão demonstradas na nota 18.2.

Os ganhos e as perdas nas alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em outras receitas ou despesas operacionais na demonstração do resultado.

A Companhia e suas investidas efetuam, quando necessário, o teste de recuperabilidade dos seus ativos, utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos (nota 35.2).

3.10. Ativo financeiro - Concessão do serviço público

Refere-se às contas a receber da Companhia no âmbito das concessões de transmissão de energia elétrica.

O Contrato de Concessão regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:

- O preço é regulado (tarifa) e denominado Receita Anual Permitida - RAP. A RAP é reajustada anualmente por índice de preços e revisada a cada cinco anos. A transmissora não pode negociar preços com usuários;
- Os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados.

De acordo com a interpretação ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão e a orientação OCPC 05 - Contratos de Concessão, as concessionárias de transmissão de energia elétrica no ambiente regulatório brasileiro adotam o modelo do ativo financeiro, conforme estabelecido pelo parágrafo 93 da referida orientação. Desta forma, a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão é classificada como um ativo financeiro (e não como ativo imobilizado) por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do Poder Concedente.

A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão (fase da construção) pelo valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa interna de retorno - TIR é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A taxa interna de retorno é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TIR da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura e da indenização que se espera receber do Poder Concedente no final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

A Administração entende que o custo de construção da linha de transmissão de energia elétrica da Companhia, contempla todos os custos para implantação do empreendimento. Alguns bens que formam o ativo financeiro da concessão da Companhia foram adquiridos em moeda estrangeira. Desta forma, o custo de variação cambial está intrínseco a operação de construção, formando o ativo financeiro.

Esse crédito está distribuído entre circulante e não circulante, considerando a expectativa de recebimento dos valores envolvidos, tendo como base a data do final das concessões.

O ativo é apresentado líquido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

A Companhia efetua, anualmente, o teste de recuperabilidade dos seus ativos, utilizando o método do valor presente dos fluxos de caixa futuros gerados pelos ativos (nota 35).

3.11. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia e suas investidas compreendem gastos específicos associados à aquisição de direitos (softwares), acrescidos dos respectivos custos de implantação, quando aplicável, e a extensão do direito de exploração de contratos ACR que fizeram parte da Repactuação do Risco Hidrológico (notas 16).

Ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente, são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, ambas acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados ao fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os custos de aquisição e implantação, que são diretamente atribuíveis aos projetos e aos testes de produtos de *softwares* identificáveis e exclusivos, controlados pela Companhia e suas investidas, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- é tecnicamente viável concluir o *software* para que ele esteja disponível para usá-lo ou vendê-lo;
  - a Administração pretende concluir o *software* para usá-lo ou vendê-lo;
  - o *software* pode ser vendido ou usado;
  - o *software* gerará benefícios econômicos futuros prováveis, que podem ser demonstrados;
- estão disponíveis recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software*; e
- o gasto atribuível ao *software* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Nos custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software*, incluem os custos com empregados alocados na implantação de *softwares* e uma parcela adequada das despesas diretas relevantes.

Os custos que não atendem a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos previamente reconhecidos como despesas não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

Os custos com aquisição e implantação de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pela taxa descrita na nota 19.

3.12. Gastos com estudos e projetos

Os gastos efetuados com estudos e projetos, inclusive de viabilidade e inventários de aproveitamentos hidrelétricos e de linhas de transmissão, são reconhecidos como despesa operacional no momento em que ocorrem até que se tenha a comprovação efetiva da viabilidade econômica de sua exploração ou a outorga da concessão e/ou autorização. A partir da concessão e/ou autorização para exploração do serviço público de energia elétrica ou, da comprovação da viabilidade econômica do projeto, os gastos incorridos recuperáveis passam a ser capitalizados como custo do desenvolvimento do projeto.

3.13. Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido

As despesas fiscais do exercício compreendem o imposto de renda e a contribuição social, correntes e diferidos. Os tributos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) é calculado com base no resultado ajustado ao lucro real, pelas adições e exclusões previstas na legislação, à alíquota vigente de 15% e adicional de 10%, quando aplicável. A Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) é calculada à alíquota de 9% sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustada nos termos da legislação vigente.

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do IRPJ e bases negativas de CSLL e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O CPC 32 estabelece condições para o registro contábil de ativos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporárias e de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Essas condições incluem histórico de rentabilidade e expectativa

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800218

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

de geração de lucros tributários futuros, fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitam a realização do ativo fiscal diferido.

O passivo do IRPJ e da CSLL diferidos é integralmente reconhecido, enquanto que o ativo depende da expectativa de realização futura (nota 10.2).

3.14. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo no resultado) são acrescidos ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, após o reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo, por meio do resultado, são reconhecidos imediatamente no resultado.

3.14.1. Ativos financeiros não derivativos

Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias específicas: (i) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (ii) investimentos mantidos até o vencimento; e (iii) empréstimos e recebíveis. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial.

(i) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação com o propósito de venda no curto prazo ou designados pelo valor justo por meio do resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e quaisquer ganhos ou perdas resultantes são reconhecidos no resultado. Ganhos e perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro, sendo incluídos na rubrica outras receitas e despesas financeiras, na demonstração do resultado.

(ii) Investimentos mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento correspondem a ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis e data de vencimento fixa, que a Companhia tem a intenção positiva e a capacidade de manter até o vencimento. Após o reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos, menos eventual perda por redução ao valor recuperável.

(iii) Empréstimos e recebíveis

Incluem-se nesta categoria os empréstimos concedidos e os recebíveis que são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não possuem cotação em um mercado ativo. São classificados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, que são classificados como ativos não circulantes.

Os empréstimos e recebíveis da Companhia e suas investidas compreendem caixa e equivalentes de caixa, exceto os investimentos de curto prazo, contas a receber, valores a receber de empresas ligadas e demais contas a receber. Os empréstimos e recebíveis são inicialmente reconhecidos pelo valor justo e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado, usando o método da taxa de juros efetiva.

3.14.2. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado ou financiamentos e empréstimos.

a) **Debêntures, financiamentos e empréstimos**

As debêntures, os financiamentos e empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos decorrentes da transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado, durante o período em que os empréstimos estejam em andamento, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Os ganhos sobre investimentos decorrentes da aplicação temporária dos recursos obtidos com empréstimos e financiamentos específicos, ainda não gastos com o ativo qualificável, são deduzidos dos custos com empréstimos e financiamentos elegíveis para capitalização, quando o efeito é material.

Todos os demais custos com empréstimos e financiamentos são reconhecidos no resultado do exercício em que são incorridos.

b) **Outros passivos financeiros**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos incorridos até à data do balanço (custo amortizado).

3.14.3. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo, na data de contratação, e são posteriormente remensurados pelo valor justo no encerramento do exercício. Eventuais ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado imediatamente.

A Companhia e suas investidas não possuem instrumentos financeiros derivativos para administrar a sua exposição a riscos de taxa de juros e câmbio, incluindo contratos de câmbio a termo, swaps de taxa de juros e de moedas. A nota 11 inclui informações mais detalhadas sobre os instrumentos financeiros derivativos.

3.14.3.1. Derivativos embutidos

A Companhia faz uso de derivativos embutidos vinculados a contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica com clientes do setor de alumínio (nota 11.1).

A Estação Transmissora de Energia S.A., enquanto investida da Companhia, firmou contrato de emissão de debêntures em junho de 2011. Esse contrato foi transferido para a Companhia quando da incorporação.

Os derivativos embutidos são tratados separadamente de seus contratos principais, quando seus riscos e suas características não forem estreitamente relacionados aos dos contratos principais e estes não forem mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

3.15. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores são obrigações provenientes da aquisição de bens ou serviços no curso normal dos negócios, sendo classificadas no passivo circulante se o pagamento for devido no período de até um ano da data do balanço. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

As contas a pagar a fornecedores não possuem caráter de financiamento e são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, se aplicável (nota 20).

3.16. Remuneração aos acionistas

A distribuição de dividendos é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base no Estatuto Social. Os valores acima do mínimo obrigatório requerido por lei somente são provisionados quando aprovados em Assembleia de Acionistas, sendo registrados no patrimônio líquido em conta específica denominada, Dividendos Adicionais Propostos (nota 24).

3.17. Provisões para riscos

As provisões para riscos, relacionadas a processos judiciais e administrativos (trabalhistas, tributários e cíveis), são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou presumida, como resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável (nota 26).

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos impostos, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação.

3.18. Obrigações com empregados

3.18.1. Benefícios pós-emprego (Plano de suplementação de aposentadoria)

A Companhia participa de plano de pensão, administrado por entidade fechada de previdência privada, que provêm a seus empregados pensões e outros benefícios pós-emprego (nota 31).

O passivo reconhecido no balanço patrimonial relacionado ao plano de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício, definido na data do balanço, menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: (i) por ganhos e perdas atuariais; (ii) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e (iii) pelos requisitos de fundamentos mínimos. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários externos, usando o método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, usando-se as taxas de juros condizentes com o rendimento de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

As dívidas contratadas referem-se aos requisitos de fundamentos mínimos e são consideradas na determinação de um passivo adicional, referente a contribuições futuras que não serão recuperáveis.

Os ganhos e as perdas atuariais, decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças das premissas atuariais, são debitados ou creditados diretamente ao patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes, no período em que ocorrem.

Para o plano de contribuição definida, a Companhia paga contribuições a entidade fechada de previdência privada em bases compulsórias, contratuais ou voluntárias. Exceto pela parcela relacionada aos pecúlios de invalidez e morte, para os quais é efetuado cálculo atuarial por atuário independente, a Companhia não tem outras obrigações relativas a pagamentos adicionais. As contribuições são reconhecidas como despesas no período em que são devidas.

3.18.2. Outras obrigações pós-emprego

A Companhia oferece algumas vantagens a seus empregados, das quais se identificam duas geradoras de obrigações pós-emprego: (i) programa de assistência médica vitalícia a empregados aposentados por invalidez e seus dependentes; e (ii) apólice de seguro de vida em grupo estendida à adesão de aposentados. Essas obrigações são avaliadas, anualmente, por atuários independentes qualificados (nota 31).

3.19. Adiantamentos de clientes

Os valores antecipados por clientes, por conta de contratos de fornecimento de energia elétrica de longo prazo, foram registrados parte no passivo circulante e parte no passivo não circulante (nota 28).

3.20. Demais direitos e obrigações

Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações financeiras. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data da formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajustes a valor presente, quando aplicável.

3.21. Capital social

As ações ordinárias sem valor nominal são classificadas no patrimônio líquido (nota 32).

3.22. Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação, recebido ou a receber, pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e de suas investidas.

A Companhia e suas investidas reconhecem a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade; e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades.

A Companhia e suas investidas baseiam suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda. A receita é apresentada líquida dos impostos e estão detalhadas na nota 33.

3.23.1. Receita operacional

A Companhia e suas investidas atuam no mercado de energia elétrica e reconhece a receita no momento em que uma das empresas entrega o produto ou presta o serviço.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800219

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

3.23.2. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um direito a receber, a Companhia e suas investidas reduzem o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira (nota 36).

3.24. Receita de Construção e Custo de Construção

A Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras margem de lucro zero sobre os valores registrados a titulo de receita de construção de empreendimentos de transmissão, cuja construção é efetuada por terceiros, haja vista que a condição principal de empresa concessionária de energia elétrica, cujo objeto empresarial é o de manter e operar, pelo prazo da concessão, o empreendimento onde o retorno ocorre por meio do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP).

3.25. Avaliação do valor de recuperação (*Impairment*)

3.25.1. Ativos Imobilizado e Financeiro – Concessão do serviço público

A Companhia avalia periodicamente seus ativos buscando evidências objetivas que possam levar a perdas de valores não recuperáveis em suas unidades geradoras de caixa (UGCs), ou ainda, quando eventos ou alterações significativas indicarem que os seus valores contábeis possam não ser recuperáveis. Sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável para uma determinada UGC, uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Como para os ativos da companhia não existe um mercado ativo de negociação, o valor em uso é estimado por meio da projeção dos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da Companhia durante seu período de concessão.

Os ativos periodicamente avaliados compõem o Imobilizado da Companhia, que são vinculados aos ativos associados às concessões de geração de energia e ativos vinculados às concessões de transmissão de energia, estes classificados como Ativo Financeiro conforme estabelece o IFRIC 12 e OCPC 05.

Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida (como uma melhoria na classificação de crédito do devedor), a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado.

O custo de oportunidade utilizado pela Companhia para os ativos de transmissão e geração foram de 6,02% e 6,33% (taxas reais) respectivamente.

3.25.2. Contratos de natureza onerosa

A Companhia avalia periodicamente seus contratos buscando evidências objetivas que possam levar à conclusão de que os contratos se tornaram contratos onerosos, ocasião em que estes contratos devem ser tratado dentro do alcance do CPC 25. A onerosidade de um contrato é caracterizada quando os custos inevitáveis de satisfazer suas obrigações excedem os benefícios econômicos que se espera sejam recebidos ao longo do mesmo contrato. Os custos inevitáveis do contrato refletem o menor custo líquido de sair do contrato, e este é determinado com base: (a) no custo de cumprir o contrato; (b) no custo de qualquer compensação ou de penalidades provenientes do não cumprimento do contrato, entre os dois, o menor.

Antes de ser estabelecida uma provisão separada para um contrato oneroso, a entidade deve reconhecer qualquer perda decorrente de desvalorização que tenha ocorrido nos ativos relativos a esse contrato. A estimativa para os contratos onerosos, quando caracterizados, é realizada por meio da projeção dos fluxos de caixa futuros estimados para um determinado contrato descontados a valor presente utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita avaliações de mercado atuais do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos da Companhia.

Se, num período subsequente, o valor da perda registrada para um contrato oneroso diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após a perda ser reconhecida, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será contabilizada na demonstração do resultado.

3.25.3. Principais premissas

A base das projeções de fluxo de caixa foi o Planejamento Estratégico da empresa para o ciclo 2017-2020 que foi então segregado por UGC.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2017 são:

- Para a projeção da receita do segmento Transmissão foram consideradas as RAPs – Receita Anual Permitida - estabelecidas na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258/2017, de 27 de junho de 2017, que estabelece a RAP para o ciclo 2017-2018 para as concessionárias de Transmissão. Foi projetada também a receita com Contratos de O&M da Transmissão e com Comunicação e Multimídia, estas receitas foram rateadas entre as UGCs de Transmissão, pois são atividades ligadas a este segmento;
- Para a projeção da receita do segmento Geração foram considerados os parâmetros dos contratos atualmente vigentes da Companhia, além da RAG para a UHE Coaracy Nunes determinada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/2017, de 04 de junho de 2017. Foi projetada também a receita com o Contrato de O&M da UHE Belo Monte, e foi rateada entre as UGCs de Geração, pois é uma atividade ligada a este segmento;
- A projeção de impostos, tributos, e contribuições seguiu os parâmetros existentes na legislação atual;
- A depreciação projetada levou em consideração o tempo de vida útil de acordo com o prazo da concessão;
- As projeções de custos com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO foram realizadas com base no Planejamento da Companhia para os próximos anos;
- A avaliação se limitou ao horizonte de cada concessão sem considerar sua eventual prorrogação;
- Para o valor salvado, considerado ao final de cada concessão foi considerado o valor Novo de Reposição - VNR. A utilização do VNR se coaduna com o entendimento atual da ANEEL segundo o qual os ativos a serem indenizados serão calculados com base no seu VNR, que expressa o valor de mercado de um ativo semelhante adquirido hoje.

A determinação da taxa de desconto utilizada segue a política das empresas do Grupo Eletrobrás, e baseia-se na metodologia do Capital *Asset Pricing Model* – CAPM para ser obtida, levando em conta parâmetros de mercado além de condições específicas do Grupo Eletrobras. As taxas de desconto específicas de cada seguimento são apresentadas nos quadros da nota 35 (Teste *Impairment* e Contratos Onerosos).

Para realização dos testes de *impairment* nas investidas foram consideradas as premissas por elas disponibilizadas bem como informações obtidas através das Demonstrações Financeiras auditadas. A metodologia utilizada foi o fluxo de caixa descontado da investida pelo Custo Médio Ponderado de Capital – CMPC sob a ótica do acionista. A taxa de desconto utilizado segue a política das empresas Eletrobrás conforme especificado acima.

NOTA 4 - ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS

Estimativas contábeis são aquelas decorrentes da aplicação de julgamentos subjetivos e complexos, por parte da Administração da Companhia e suas investidas, decorrentes da necessidade de reconhecer impactos importantes para demonstrar adequadamente a posição patrimonial e de resultado.

As estimativas contábeis tornam-se críticas à medida que aumenta o número de variáveis e premissas que afetam a condição futura dessas incertezas, tornando os julgamentos ainda mais subjetivos e complexos.

A Administração adotou estimativas e premissas baseadas na experiência histórica e em outros fatores que entende como razoáveis e relevantes para a sua adequada apresentação. Ainda que estas estimativas e premissas sejam permanentemente monitoradas e revistas pela Administração da Companhia e de suas investidas, a efetiva materialização sobre o valor contábil de ativos, passivos e de resultado das operações podem diferir quando da liquidação dos ativos e passivos.

No que se refere às estimativas contábeis avaliadas como sendo as mais críticas, a Administração da Companhia e de suas investidas formam seus julgamentos sobre eventos futuros, variáveis e premissas, como a seguir:

4.1 Tributos diferidos

As estimativas de lucro tributável, base para a análise de realização de ativos fiscais diferidos líquidos, são baseadas nos orçamentos anuais e no plano estratégico, ambos revisados periodicamente e no histórico de lucratividade. Entretanto, o lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas pela administração quando da definição da necessidade de registrar ou não o montante do ativo fiscal diferido (nota 10.2).

4.2 Provisão para redução do valor recuperável de ativos

A Administração da Companhia e de suas investidas adota variáveis e premissas em teste de determinação de recuperação de ativos de longa duração para determinação do valor recuperável desses ativos e reconhecimento de *impairment*, quando necessário. Nesta prática são aplicados julgamentos baseados na experiência histórica na gestão do ativo, grupo de ativos ou unidade geradora de caixa que podem, eventualmente, não se verificar no futuro, inclusive quanto à vida útil econômica estimada de seus ativos de longa duração, que representa as práticas determinadas pela ANEEL, aplicáveis sobre os ativos vinculados à concessão do serviço público de energia elétrica, que podem variar em decorrência da análise periódica do prazo de vida útil econômica de bens (nota 35).

Também impactam na determinação das variáveis e premissas utilizadas pela Administração na determinação do fluxo de caixa futuro descontado, para fins de reconhecimento do valor recuperável de ativos de longa duração, diversos eventos inerentemente incertos. Dentre estes eventos destacam-se a manutenção dos níveis de consumo de energia elétrica, taxa de crescimento da atividade econômica no país, disponibilidade de recursos hídricos, além daquelas inerentes ao fim dos prazos de concessão de serviços públicos de energia elétrica detidas pelas investidas da Companhia, em especial quanto ao valor de sua reversão ao final do prazo de concessão. Neste ponto, foi adotada pela Administração a premissa, de acordo com o novo marco regulatório, utilizando-se o Valor Novo de Reposição (VNR) como parâmetro, sendo que, nos casos em que não houve determinação do valor final pelo regulador, foi utilizado o VNR ou o saldo contábil, entre os dois, o menor.

4.3 Vida útil do ativo imobilizado

A Companhia e suas investidas reconhecem a depreciação de seus ativos imobilizados com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL, limitadas ao prazo da concessão das usinas e demais instalações, quando aplicável. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis dos ativos imobilizados também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário (nota 18).

4.4 Ativo financeiro – concessão do serviço público

A Companhia e suas investidas adotaram a premissa que os bens são reversíveis no final da concessão, com direito de recebimento integral de indenização (caixa) do Poder Concedente sobre os investimentos ainda não amortizados. Com base nas disposições contratuais e nas interpretações dos aspectos legais e do novo marco regulatório, considerou-se que a Companhia será indenizada pela Rede Básica de Instalações Existentes (RBSE) e investimentos posteriores (nota 9), de acordo com o determinado na Lei nº 12.783/2013.

As premissas utilizadas pela Companhia e suas investidas para determinação do ativo financeiro de transmissão são as seguintes:

a) **Ativo financeiro indenizável** - a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras o valor residual dos ativos de transmissão ainda não amortizados, como ativo financeiro, determinado com base nas taxas de depreciação aprovadas pela ANEEL, tendo como base o VNR ou o valor contábil, entre os dois, o menor (nota 9).

b) **Ativo financeiro amortizável pela RAP** – as adições decorrentes das novas construções e/ou ampliações da infraestrutura de transmissão são registradas como ativo financeiro (notas 9 e 33).

c) **Remuneração do ativo financeiro** – a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras, a título de receita operacional, valor calculado sobre recebíveis registrados como ativo financeiro (antigo imobilizado), com base em taxa apurada, conforme o fluxo de recebimento das RAPs (RAP bruta (-) valor alocado para receita de O&M) até o final dos contratos de concessão do serviço de transmissão de energia elétrica (nota 33).

d) **Receita de O&M** - a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras receita de operação e manutenção (O&M), considerando os valores realizados de pessoal, material,

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800220

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

serviços e outros (PMSO) no período, acrescidos das taxas de PIS/PASEP e COFINS e das taxas referentes a encargos regulatórios (RGR, taxa de fiscalização e P&D) (nota 33).

e) **Margem de Construção, Receita de Construção e Custo de Construção** - a Companhia e suas investidas reconhecem em suas demonstrações financeiras margem de lucro zero sobre os valores registrados a título de receita de construção de empreendimentos de transmissão, cuja construção é efetuada por terceiros, haja vista que a condição principal de empresa concessionária de energia elétrica, cujo objeto empresarial é o de manter e operar, pelo prazo da concessão, o empreendimento onde o retorno ocorre por meio do recebimento da Receita Anual Permitida (RAP) (nota 33).

4.5 Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia e suas investidas utilizam seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço.

4.6 Benefícios a empregados

4.6.1 Benefícios pós-emprego

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam várias premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita) líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão.

A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros usada para determinar o valor presente de saídas de caixa futuras estimadas que são necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia e suas investidas consideram as taxas de juros de títulos públicos mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos dos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado (nota 31).

4.6.2 Incentivo ao desligamento de pessoal

Em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 33, a provisão de benefícios a empregados foi mensurada pelo valor presente dos gastos necessários para fazer face às indenizações previstas nos programas de incentivo ao desligamento voluntário, instituídos nos exercícios anteriores. A Companhia ainda contabiliza gastos com esse benefício relativos à assistência à saúde com expectativa de conclusão para 2018.

4.7 Provisões para riscos

É definida com base em avaliação e qualificação dos riscos cuja probabilidade de perda é considerada provável. Esta avaliação é suportada pelo julgamento da Administração, juntamente com seus assessores jurídicos, considerando a jurisprudência, as decisões em instâncias iniciais e superiores, o histórico de eventuais acordos e decisões, a experiência da Administração e dos assessores jurídicos, bem como outros aspectos aplicáveis (nota 26). As provisões são julgadas pela Administração da Companhia e de suas investidas como suficientes para cobrir eventuais perdas em processos judiciais de qualquer natureza.

4.8 Compensações socioambientais

Para efeitos de registro contábil dos custos socioambientais relacionados à construção de empreendimentos de geração de energia elétrica, os quais serão desembolsados no futuro durante o prazo da concessão, a geradora deve elaborar a melhor estimativa dos desembolsos futuros trazidos a valor presente. Esse valor é registrado como custo do ativo imobilizado e depreciado a partir da entrada em operação comercial do empreendimento. Após a entrada em operação comercial do empreendimento, caso a Administração identifique que a estimativa inicial desses custos deverá sofrer ajustes relevantes para mais ou para menos ou por reversão do ajuste a valor presente, a provisão deve ser ajustada em contrapartida ao resultado do exercício. O empreendimento relacionado é a expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (nota 30).

4.9. Riscos relacionados ao cumprimento (*compliance*) de leis e regulamentos

Em resposta a investigações no âmbito da "Operação Lava Jato" sobre irregularidades envolvendo funcionários, empreiteiros e fornecedores da Eletrobras e de sociedades de propósito específico (SPE) nas quais a Eletrobras detém participações acionárias minoritárias, em 2015, o Conselho de Administração da Empresa (CAE) decidiu por iniciar um procedimento investigativo, em face do risco de tais irregularidades apontadas poderem afetar alguns dos principais investimentos da Eletrobras.

Para conduzir a investigação foi contratado escritório de advocacia norte-americano, Hogan Lovells US LLP, com notória especialização em ações investigativas e instaurada a Comissão Independente de Gestão da Investigação (CIGI), composta de especialistas notórios e independentes, contratados para exercerem a supervisão do processo de investigação.

O procedimento investigatório seguiu os princípios adotados pela *Securities and Exchange Commission* (SEC) e Department of Justice (DOJ), para procedimentos desta natureza, em vista de que, após 2008, quando a Eletrobras passou a ser listada na Bolsa de Valores de Nova York por meio de ADR's – American Deposit Receipts, tornou-se sujeita às leis norteamericanas que regulam o mercado de capitais, em especial, a toda a regulamentação fixada pelo U.S. Securities and Exchange Act, dentre ela a *Foreign Corrupt Practices Act* – FCPA que, em síntese, criminaliza os atos de corrupção, tais como o pagamento a funcionários de governos estrangeiros, partidos políticos, candidatos a cargos políticos estrangeiros em troca de vantagens comerciais ou econômicas.

No decorrer de 2015 e 2016, no âmbito da operação Lava Jato, as operações Radioatividade e Pripyat resultaram no indiciamento de 06 ex-executivos da Eletronuclear, bem como de outros envolvidos. Muito embora os processos ainda se encontrem em andamento, já foram proferidas sentenças condenatórias contra quatro desses ex-funcionários, ainda não transitadas em julgado. A Eletrobras vem cooperando com as autoridades no compartilhamento de informações levantadas pela investigação independente, participando, inclusive, como assistente de acusação contra os réus nestes processos criminais.

Visando facilitar e garantir o andamento das investigações, a administração da Eletrobras vem adotando as medidas de governança requeridas e/ou recomendadas pelo *Hogan Lovells* e pela Comissão Independente. Desde o início da investigação, a Eletrobras substituiu todo o seu Conselho de Administração, contratou um novo CEO e vem reforçando sua estrutura de compliance. Em meados de 2016, foi criada a Diretoria de Conformidade, responsável pela coordenação do programa de compliance e pelo gerenciamento de riscos na Eletrobrás e nas suas subsidiárias.

No mesmo sentido, a Eletrobras revisou contratos específicos nos quais as investigações identificaram possíveis irregularidades tendo sido os mesmos suspensos, quando tais suspeitas se confirmaram.

Em relação aos empregados e diretores envolvidos nas situações identificadas pela investigação, a Eletrobras tomou medidas punitivas na esfera administrativa, incluindo a suspensão do contrato de trabalho e o desligamento dos envolvidos. Atualmente estão sendo estudadas as possibilidades jurídicas de responsabilização e ressarcimento da Eletrobras, frente aos ex-executivos e fornecedores acusados de corrupção, na esfera cível, tendo sido protocolado pela Eletronuclear, protesto judicial para interrupção da prescrição, em relação às empresas integrantes do Consórcio Angramon (Construtora Norberto Odebrecht S/A, UTC Engenharia S/A, Techint Engenharia e Construção S/A, Construtora Andrade Gutierrez S/A, Empresa Brasileira de Engenharia S/A - EBE, Construtora Queiroz Galvão S/A e Construções e Comércio Camargo Correa S/A), a fim de preservar o direito de ressarcimento, face aos potenciais prejuízos causados em decorrência de denúncias e investigações oriundas da "Operação Lava Jato".

Em outubro de 2016, a investigação independente completou uma etapa que tinha como objetivo identificar atos ilícitos que pudessem causar eventuais distorções significativas nas demonstrações financeiras da Eletrobras, levando em consideração fatos e circunstâncias conhecidas até aquele momento. Nesta etapa foram considerados certos valores estimados como relacionados a ilícitos atribuídos pela investigação independente como oriundos da prática de cartel e propinas que teriam sido pagas, desde 2008, por certos empreiteiros e fornecedores contratados por subsidiárias e por algumas das SPEs nas quais a Eletrobras não é controlador majoritário.

A Eletronorte realizou os seguintes ajustes no balanço patrimonial e na demonstração do resultado do período:

	30/09/2016
Balanço	
Investimentos pelo Método de Equivalência Patrimonial	(36.563)
	(36.563)
Demonstração de Resultado	
Perda em investimentos pelo Método de Equivalência Patrimonial	36.563
	36.563

Em abril de 2017, em decorrência dos acordos de delação celebrados entre os executivos do principal grupo de construção do Brasil, Odebrecht, o Supremo Tribunal Federal solicitou que fossem iniciadas investigações sobre a conduta dos políticos que participaram desses acordos. Essas investigações referem-se exclusivamente aos indivíduos sobre os quais o Supremo Tribunal Federal tem jurisdição exclusiva. Além disso, outras investigações oficiais podem ser iniciadas contra indivíduos que estão sujeitos à jurisdição dos tribunais comuns.

Certas alegações de potenciais atos ilegais se tornaram públicas no âmbito do projeto Santo Antônio (Madeira Energia S.A), no qual a Eletrobras por intermédio da controlada Furnas participa com 39,0%. O efeito total estimado dos pagamentos considerados como ilícitos, conforme determinado no processo de investigação independente da Eletrobras, acima citado, monta em R$ 314.978 e, considerando o percentual de participação societária da controlada Furnas de 39%, o impacto nas demonstrações financeiras representaria uma baixa contábil no investimento avaliado por equivalência patrimonial de R$ 122.841, uma vez que pagamentos dessa natureza não atendem aos critérios contábeis para registro nos ativos conforme CPC 27/ IAS 16. Entretanto, conforme demonstrado no quadro abaixo, tal baixa contábil não impactou o resultado e nem o patrimônio líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2017 uma vez que foi inferior ao montante de *impairment* conforme o CPC 01/IAS 36 registrado no valor de R$ 314.038.

Achados da Investigação - Santo Antônio	31/12/2017
Madeira Energia S.A	122.841
Balanço Patrimonial	
Provisão de Impairment registrado - total	(314.038)
Reversão de Impairment	122.841
Baixa de Investimentos - Madeira Energia S.A	(122.841)
Demonstração de resultado do período	
Reversão de Provisão de *impairment* (Provisões Operacionais)	(122.841)
Perda em investimentos - Madeira Energia S.A	122.841

Como não haviam informações suficientes que permitissem à Eletrobras determinar com razoável precisão os períodos específicos em que teriam ocorrido os pagamentos indevidos estimados, a Eletrobras entendeu que, após ter envidado esforços razoáveis, foi impraticável determinar os efeitos por períodos específicos anteriores relativos a tais pagamentos em suas demonstrações financeiras, tendo registrado o ajuste desses pagamentos indevidos e, portanto, incorretamente capitalizados, nos períodos em que tais informações relevantes chegaram ao conhecimento da Eletrobras.

Além de avaliar as possibilidades de ressarcimento face aos danos sofridos em razão de condutas ilícitas, praticadas tanto pelos empregados que contribuíram para o ilícito, quanto pelas empreiteiras contratadas, a Eletrobras vem implementando diversas ações de governança e remediações.

As investigações da "Operação Lava Jato" ainda não foram concluídas e o Ministério Público Federal poderá levar tempo considerável para concluir todos os procedimentos de apuração e divulgação dos fatos. Dessa forma, novas informações relevantes podem ser reveladas no futuro, o que poderá levar a Eletrobras a reconhecer ajustes adicionais nas suas demonstrações financeiras.

A Eletrobras permanece com o contrato em vigor junto ao escritório norte-americano Hogan Lovells visando o encerramento das ações de investigação independente em curso com a consequente

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800221

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

resolução do caso perante as autoridades norte-americanas. Adicionalmente, o atual contrato também prevê o acompanhamento das medidas de remediação, especialmente a implementação do programa de compliance, bem como as interações necessárias, com autoridades brasileiras e americanas, com vistas à resolução de ações de investigação.

NOTA 5 – NOVOS PRONUNCIAMENTOS CONTÁBEIS EMITIDOS PELO IASB

IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros

A IFRS 9/CPC 48 aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. As principais alterações deste pronunciamento são:

1. Novos critérios de classificação de ativos financeiros;
2. Novo modelo de *impairment* para ativos financeiros, híbrido de perdas esperadas e incorridas, em substituição ao modelo atual de perdas incorridas; e
3. Flexibilização das exigências para adoção da contabilidade de hedge.

• Ativos financeiros

A IFRS 9/CPC 48 possui uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que refletem o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

Instrumentos mantidos segundo um modelo de negócios, cujo objetivo é receber os fluxos de caixa contratuais, e que possuem tais fluxos referentes exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros sobre o esse valor devido são geralmente mensurados ao custo amortizado ao final dos períodos contábeis subsequentes.

Já aqueles mantidos dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros, e possuírem termos contratuais que estabelecem datas para fluxos de caixa unicamente de pagamentos de principal e juros sobre o principal remanescente, são geralmente mensurados a "valor justo reconhecido através de outros resultados abrangentes" (FVTOCI).

Todos os outros instrumentos de dívida e investimentos em títulos patrimoniais são mensurados ao valor justo ao final dos períodos contábeis subsequentes.

A Companhia está avaliando e documentando os modelos de negócios para os seus ativos financeiros, divulgados na nota 9. Com base na sua avaliação preliminar, a Companhia não considera que os novos requerimentos de classificação terão um impacto significativo na contabilização de seus ativos financeiros.

Ativo financeiro oriundos dos Contratos de Concessão:

De acordo com a ICPC 01, as infraestruturas de concessão não são reconhecidas pelo concessionário como ativo imobilizado, uma vez que se considera que o operador não controla tais ativos, passando a ser reconhecidas de acordo com um dos modelos contábeis, dependendo do tipo de compromisso de remuneração do operador assumido pelo poder concedente no âmbito do contrato.

A Companhia também considera que não se encontra exposta a riscos de crédito e demanda e que a receita é auferida com base na disponibilidade da linha de transmissão, e, portanto, toda infraestrutura foi registrada como ativo financeiro.

O ativo financeiro inclui ainda a indenização que será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Com a IFRS 9/CPC 48 a companhia avaliou que o ativo financeiro proveniente da receita oriunda do direito incondicional de receber caixa, atualmente classificado como empréstimos e recebíveis, continuará a ser avaliado pelo custo amortizado.

A companhia está avaliando alterar a forma de mensuração da parcela do ativo financeiro que se realizará através de indenização para valor justo por meio do resultado. A companhia considera que esta parcela possui baixa exposição aos riscos de crédito e demanda pois se trata de um recebível garantido em contrato de concessão pelo poder concedente. Dessa forma não são esperados impactos materiais advindos desta mudança.

• **Redução no valor recuperável (*impairment*) - Ativos Financeiros**

Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, a IFRS 9/CPC 48 requer o modelo de perda esperada dos ativos financeiros, ao contrário do modelo de perda incorrida estabelecido na IAS 39/CPC 38. O modelo de perda esperada requer que a empresa registre contabilmente a expectativa de perdas em ativos financeiros desde o seu reconhecimento inicial. Em outras palavras, não é mais necessário que o evento ocorra antes para que seja reconhecida a perda no crédito.

O novo modelo de perda esperada se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao FVTOCI, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais.

De acordo com a IFRS 9/CPC 48, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

- Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e
- Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. Este é o modelo obrigatório no caso de instrumentos financeiros que não contenham um componente significativo de financiamento, como é o caso dos ativos financeiros da Companhia.

A Companhia prevê que a aplicação do modelo referente a perdas de crédito esperadas contido na IFRS 9/CPC 48 não resultará em reconhecimento antecipado de perdas de crédito em virtude das características de baixo risco de crédito e demanda dos ativos financeiros da Companhia.

• **Passivos financeiros**

A IFRS 9/CPC 48 retém grande parte dos requerimentos da IAS 39/CPC 38 para a classificação de passivos financeiros. Contudo, de acordo com a IAS 39/CPC 38, todas as variações de valor justo dos passivos designados como valor justo através do resultado são reconhecidas no resultado, enquanto que, de acordo com a IFRS 9/CPC 48, estas alterações de valor justo são geralmente apresentadas da seguinte forma:

- o valor da variação do valor justo que é atribuível às alterações no risco de crédito do passivo financeiro são apresentados em ORA; e
- o valor remanescente da variação do valor justo é apresentado no resultado.

Adicionalmente, caso um contrato contenha um ou mais derivativos embutidos e o contrato principal não seja um ativo financeiro conforme IFRS 9/CPC 48, a Companhia poderá designar o contrato híbrido inteiro ao VJR. No entanto, isso não se aplica se o derivativo embutido for insignificante, ou se for óbvio que a separação do derivativo embutido seria proibida.

A Companhia não espera designar passivos financeiros como valor justo através do resultado. Desta forma, não são esperados impactos materiais relacionados à classificação dos passivos financeiros quando da adoção da IFRS 9/CPC 48.

• **Divulgações**

A IFRS 9 requer novas divulgações, notadamente acerca do risco de crédito e perdas de crédito esperadas, contabilidade de hedge e mensuração de ativos e passivos financeiros. A Companhia está realizando uma análise para identificar possíveis alterações nos processos atuais em decorrência destas novas normas e trabalhará na implementação de mudanças em seus sistemas e controles para atender as mesmas nas demonstrações financeiras a partir do período da sua adoção.

• **Transição**

A Companhia adotará a isenção que permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas).

As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9/CPC 48 serão reconhecidas no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2018.

IFRS 15 / CPC 47 – Receitas de contratos com clientes

A IFRS 15/CPC 47 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente na IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

Os princípios fundamentais da IFRS 15/CPC 47 são de que uma entidade deve reconhecer a receita para representar a transferência ou promessa de bens ou serviços a clientes no montante que reflete sua consideração de qual valor espera ser capaz de trocar por aqueles bens ou serviços. Especificamente, a norma introduz um modelo de 5 passos para o reconhecimento da receita:

1. Identificar o(s) contrato(s) com o cliente.
2. Identificar as obrigações de desempenho definidas no contrato.
3. Determinar o preço da transação.
4. Alocar o preço da transação às obrigações de desempenho previstas no contrato.
5. Reconhecer a receita quando (ou conforme) a entidade atende cada obrigação de desempenho.

Com a IFRS 15/CPC 47, a entidade reconhece a receita quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação são transferidos ao cliente.

A Companhia aufere receitas provenientes principalmente das seguintes fontes:

a) Suprimento e fornecimento de energia elétrica (geração e distribuição)

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que a energia é fornecida, mediante a multiplicação do consumo faturado medido pela tarifa vigente, além de reconhecer a receita não faturada através de estimativa, correspondente ao do consumo de energia medido na data da última leitura e o encerramento do período das demonstrações financeiras.

De acordo com a IFRS 15/CPC 47, a Companhia só pode contabilizar os efeitos de um contrato com um cliente quando for provável que receberá a contraprestação à qual terá direito. Ao avaliar se a possibilidade de recebimento do valor da contraprestação é provável, deve-se considerar apenas a capacidade e a intenção do cliente de pagar esse valor. Assim, contratos celebrados com clientes que apresentam longo histórico de inadimplência e que por diversos motivos não estão com o fornecimento de energia suspenso, poderão deixar de ter as respectivas receitas reconhecidas no momento do faturamento (por não ser provável o recebimento da contrapartida) e sim no momento do efetivo recebimento. A Companhia identificou dois clientes nessa situação, ou seja, com atraso no pagamento das faturas superior a 24 (vinte e quatro meses): Boa Vista Energia e CEA, entretanto, as dívidas dessas empresas estão renegociadas e totalmente provisionadas, portanto não houve impacto nas demonstrações financeiras encerradas em 2017.

b) Venda na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o excedente de energia é comercializado no âmbito da CCEE. A contraprestação corresponde a multiplicação da quantidade de energia vendida para o sistema pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha impactos sobre esta receita em suas demonstrações financeiras.

c) Receita pela disponibilidade da Rede Elétrica

Essa receita é constituída pelo serviço de disponibilização da rede de distribuição e remunera a Companhia pela prestação do serviço ao consumidor final, que compreende consumidores cativos e livres, com base na cobrança de uma tarifa homologada pela ANEEL.

Com base na análise de sua carteira de clientes, a Companhia identificou títulos a vencer a uma taxa de 0,55% e títulos vencidos até 90 dias a uma taxa de 36,50% conforme demonstrativo a seguir:

	CLIENTES		
	A vencer	**Vencidos até 90 dias**	**Total**
Receita	**191.157**	**3 .957**	
Uso da rede básica			
Estimativa de permanência em atraso	0,55%	36,50%	
Valor da perda estimada	**1 .055**	**1 .444**	**2 .499**

Com base em sua avaliação quanto à aplicação da IFRS 15/CPC 47 nesta categoria de receitas, a Companhia identificou uma perda estimada no valor de R$ 2.499.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800222

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

d) Receita de construção da infraestrutura da concessão

Essa receita é constituída por investimentos em infraestrutura, com o objetivo de manutenção da operação até o término do contrato de concessão. A Companhia é remunerada principalmente por aprimoramento da infraestrutura para prestação dos serviços de transmissão e distribuição de energia elétrica. A margem de construção adotada é igual à zero, pois há a contrapartida em custos pelo mesmo valor, para permitir posteriormente a Companhia a explorar esta infraestrutura e obter suas demais receitas. A receita de construção é reconhecida ao longo da execução da obra, juntamente com o custo. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo sobre estas receitas em suas demonstrações financeiras.

e) Receita de operação e manutenção

Corresponde a um percentual do faturamento da receita anual permitida - RAP, que é informado mensalmente pelo ONS e destinado para a remuneração dos serviços de operação e manutenção, a fim de evitar a interrupção da disponibilidade das instalações. A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que o faturamento da RAP é informado. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo sobre estas receitas em suas demonstrações financeiras.

f) Outras receitas

A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, que podem ser inerentes aos seus segmentos ou receitas de atividades acessórias. Com base em sua avaliação, a Companhia não espera que a aplicação da IFRS 15/CPC 47 tenha um impacto significativo sobre estas receitas em suas demonstrações financeiras.

- Transição

A Companhia adotará a IFRS 15/CPC 47 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos da IFRS 15/CPC 47 ao período comparativo apresentado.

NOTA 6 – CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31/12/17	31/12/16
Caixa e depósitos bancários à vista	16.913	5.946
Aplicações financeiras de curto prazo	2.995	3.046
TOTAL	**19.908**	**8.992**

As aplicações financeiras referem-se aos recursos aplicados em operações compromissadas nos fundos de investimentos. Estas operações possuem garantia de recompra diária pelos fundos, a uma taxa previamente estabelecida entre as partes e são lastreadas em títulos públicos.

NOTA 7 – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/17	31/12/16
Fundos de Investimentos		
Fundos exclusivos	6.544	64.204
Outros fundos	786.834	212.882
CIRCULANTE	**793.378**	**277.086**
Outros	87	258
NÃO CIRCULANTE	**87**	**258**
TOTAL	**793.465**	**277.344**

As aplicações financeiras são realizadas, principalmente, em fundos de investimentos, lastreadas em títulos do Tesouro Nacional, realizadas com o Banco do Brasil S.A. e a Caixa Econômica Federal. Os fundos possuem alta liquidez, baixo risco de crédito e no ano de 2017, a rentabilidade média correspondeu a 119% do rendimento do Certificado de Depósito Interbancário – CDI.

7.1 Circulante

A Companhia e suas investidas classificam os títulos e valores mobiliários pelo valor justo, ou seja, o valor dos títulos negociados no mercado atual em condições usuais.

	31/12/17				31/12/16			
Instrumentos Financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado	**Valor de Custo**	**Valor Justo**	**Ajuste Líquido**	**% Partici-pação**	**Valor de Custo**	**Valor Justo**	**Ajuste Líquido**	**% Partici-pação**
Banco do Brasil - Fundos Exclusivos								
Extramercado Exclusivo 10 4211	**6.295**	**6.544**	**249**	100,00	**60.425**	**64.204**	**3.779**	92,00
LTN	6.295	6.544	249		34.969	36.511	1.542	
NTNB	-	-	-		-	-	-	
NTNF	-	-	-		25.456	27.693	2.237	
Extramercado Exclusivo 16	-	-	-	0,00	-	-	-	0,00
LTN	-	-	-		-	-	-	
NTNF	-	-	-		-	-	-	
Outros Fundos	**784.158**	**786.834**	**2.678**	-	**212.521**	**212.882**	**361**	-
Operações Compromissadas	59.352	59.352	-		22.433	22.433	-	
LTN	642.850	645.525	2.675		158.102	158.464	362	
NTN-F	81.956	81.957	3		31.986	31.986	-	
Total	**790.453**	**793.378**	**2.927**	-	**272.946**	**277.086**	**4.140**	-

NOTA 8 – CLIENTES

As contas a receber de clientes decorrem da venda de energia elétrica e da disponibilização do sistema de transmissão a consumidores e concessionários de energia elétrica, conforme demonstrado a seguir:

8.1. Consumidores, concessionárias e permissionárias

	31/12/17				31/12/16
	VINCENDOS	VENCIDOS ATÉ 90 DIAS	VENCIDOS HÁ MAIS DE 90 DIAS	TOTAL	TOTAL
Consumidores					
Industrial	118.585	-	72	118.657	96.485
	118.585	-	**72**	**118.657**	**96.485**
Concessionárias e permissionárias					
Suprimento de energia	297.028	-	-	297.028	344.468
Uso da rede elétrica	191.735	3.957	28.202	223.894	122.264
Conexão ao sistema de transmissão	6.608	10	-	6.618	5.287
Comercialização de energia	64.768	-	3.851	68.619	316.043
Renegociação - Suprimento				-	
Boa Vista Energia S.A.	173.388	-	-	173.388	304.018
Centrais Elétricas do Pará S.A. (Celpa)	-	-	-	-	7.350
Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)	26.458	-	-	26.458	267.217
	759.985	**3.967**	**32.053**	**796.005**	**1.366.647**
(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	(199.846)	-	(31.410)	(231.256)	(401.352)
(-) Ajuste a valor presente	-	-	-	-	(291)
Total circulante	**678.724**	**3.967**	**715**	**683.406**	**1.061.489**
Renegociação - Suprimento					
Boa Vista Energia S.A.	279.382	-	-	279.382	177.788
Companhia de Eletricidade do Amapá (Cea)	207.403	-	-	207.403	-
	486.785	-	-	**486.785**	**177.788**
(-) Perda para créditos de liquidação duvidosa	(486.785)	-	-	(486.785)	(177.788)
Total não circulante	-	-	-	-	-
Total	**678.724**	**3.967**	**715**	**683.406**	**1.061.489**

A variação verificada no saldo da conta de comercialização de energia é decorrente da inadimplência referente às faturas de energia junto a CCEE no exercício de 2016, que provocou aumento no saldo de clientes naquele exercício comparado com o exercício corrente.

A redução no saldo de Suprimento relativo à Companhia de Eletricidade do Amapá deve-se à renegociação de débito no valor de R$ 305.057, atualizado até outubro de 2017, data do Instrumento de Reconhecimento, Renegociação e Parcelamento de Dívidas. Do total do débito, a Companhia aprovou a remissão de R$ 64.624, restando um saldo de R$ 240.432 a ser pago pela CEA.

8.2. Provisão para créditos de liquidação duvidosa (PCLD)

A provisão é constituída com base na análise individualizada dos créditos relevantes, vencidos a partir de 30 dias, sendo provisionados aqueles onde não há probabilidade no seu recebimento, em função do histórico de pagamento e inadimplência.

O montante provisionado é considerado suficiente, pela Administração, para cobertura de eventuais perdas na realização destes ativos.

Em virtude do não pagamento das parcelas do instrumento vencidas em 2016, do histórico do não pagamento de dívidas e da existência de evidências de falta de capacidade financeira da Boa Vista Energia em honrar o montante devido, a Companhia provisionou o total da dívida, cujo saldo em 31 de dezembro de 2017 perfaz o montante de R$ 452.953, atualizado mensalmente.

Também foram provisionados o total dos créditos junto a CEA, cujo valor vem sendo corrigido mensalmente e em 31 de dezembro de 2017 monta R$ 233.861.

Saldo em 31/12/2015	**(242.930)**
Constituição	(336.210)
Reversão/Baixa	-
Saldo em 31/12/2016	**(579.140)**
Constituição	(138.901)
Reversão/Baixa	-
Saldo em 31/12/2017	**(718.041)**

NOTA 9 – ATIVO FINANCEIRO – CONCESSÃO DE SERVIÇO PÚBLICO

Com base nas características estabelecidas nos contratos de concessão de transmissão de energia elétrica da Companhia e suas investidas, a Administração entende que estão atendidas as condições para contabilização dessas concessões como ativo financeiro.

O valor justo do ativo financeiro é apurado por meio dos fluxos de caixa dos contratos, que contemplam as entradas de caixa previstas com base na receita anual permitida (RAP), deduzida da parcela correspondente à remuneração dos custos com operação e manutenção dos ativos, além da indenização prevista ao término da concessão, ajustada pela correspondente taxa interna de retorno (TIR). A TIR varia entre 1,81% a.a. e 20,12% a.a., de acordo com as características especificadas em cada contrato de concessão e suas respectivas datas de investimentos.

A infraestrutura recebida ou construída de transmissão é recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

(i) parte, por meio da disponibilidade para uso da rede de transmissão durante o prazo da concessão; e

(ii) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, esta a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa.

Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido e será recebida ao longo do período de concessão com atualização monetária.

Os montantes demonstrados nas colunas "Ingressos" e "Remuneração do Ativo Financeiro" foram registrados com contrapartida ao resultado do exercício.

O montante demonstrado na coluna "Amortizações" refere-se ao recebimento da RAP e possui contrapartida registrada no caixa da Companhia.

O resultado do teste de recuperabilidade para os ativos financeiros vinculados a contratos de concessão de transmissão da Companhia registrados no ativo estão demonstrados na nota 35 – Teste de *impairment*.

Os saldos e movimentações dos ativos financeiros vinculados à concessão de serviço público são os seguintes:

		Movimentação no exercício							
	Nota	31/12/16	Ingressos	Remuneração Ativo Financeiro	Amortizações	Baixas	Transferências	Impairment	31/12/17
Transmissão									
Ativo financeiro indenizável		322.175	-	-	-	-	(48.255)	-	273.920
Ativo financeiro (RBSE)	9.1	5.328.583	-	698.370	(482.186)	-	-	-	5.544.767
Ativo financeiro		3.841.645	65.246	426.248	(472.726)	(1.183)	45.461	166.274	4.070.965
Ativo financeiro - UHE C. Nunes		3.486	247	-	-	-	1.292	-	5.025
Ativo financeiro - RBNI/RBSE		164.676	41.179	-	-	-	2.794	-	208.649
Total		**9.660.565**	**106.672**	**1.124.618**	**(954.912)**	**(1.183)**	**1.292**	**166.274**	**10.103.326**
Circulante		784.702	35.198						1.370.805
Não circulante		8.875.863	5.981						8.732.521

9.1. Bens do sistema existente em 31 de maio de 2000 – Ativos RBSE

Em 20 de abril de 2016, o Ministério de Minas e Energia publicou a Portaria nº 120/2016 que regulamenta o pagamento às empresas de transmissão de energia elétrica pelos bens reversíveis existentes em 31 de maio de 2000 (denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE). São abrangidos pela portaria os ativos reversíveis que não estavam depreciados até 31 de dezembro de 2012, quando essas empresas tiveram os vencimentos de contratos de concessão antecipados, nos termos da Lei nº 12.783/13 (de conversão da MP 579/12).

Em 18 de outubro de 2016 a Diretoria da ANEEL apreciou o relatório de fiscalização da SFF/ANEEL, e decidiu pela homologação do valor final para fins de pagamento da RBSE à Eletronorte, no valor líquido de R$ 2.579.312, referenciado em 31 de dezembro de 2012. Como base na Portaria MME nº 120/16 a Companhia elaborou sua melhor estimativa apresentando os valores atualizados, os quais levaram em consideração as premissas elencadas na mesma.

No quadro abaixo está demonstrado o saldo em 31 de dezembro de 2016 dos bens denominados Rede Básica Sistemas Existentes – RBSE, bem como os efeitos considerando o recebimento da RBSE no resultado da Companhia em 31 de dezembro de 2017.

Ativo Financeiro - RBSE	31/12/12
Rede básica - RBSE - Saldo histórico (A)	1.732.910
Rede básica - RBSE - Laudo ANEEL	2.579.312
Ativo Financeiro - Laudo atualizado	3.419.361
Depreciação do laudo Atualizado	(1.209.286)
Base de remuneração	**2.210.075**
Quota de Reintegração Regulatória	1.209.286
Remuneração do Capital Investido	1.143.084
Atualização monetária	766.137
Custo de capital não incorporado	**3.118.507**
Valor total do ativo financeiro (B)	**5.328.582**
Remuneração reconhecida (B - A)	3.595.672
Efeito tributário Diferido (34%)	(1.222.528)
Valor líquido reconhecido resultado 31/12/2016	**2.373.144**
Atualização monetária no período (Jan a Jun/2017)	349.782
Constituição IR/CS Diferidos s/atualiz monetária (34%)	(118.926)
Subtototal	**230.856**
Atualização monetária a partir do recebimento da RBSE sem vlr controverso (a partir de Julho/2017)	291.477
Atualização monetária valor controverso RBSE (a parir de Julho)	57.111
Constituição IR/CS Diferidos s/atualiz monetária (34%)	(19.418)
Recebimento indenização - AmOrtização via RAP	(482.186)
Reversão IR/CS Diferidos s/ recebimento indeniz.(34%)	163.943
Subtotal	**10.928**
Valor líquido reconhecido no resultado 31/12/2017	**241.784**

Em 20 de junho de 2017, por meio do Despacho Nº 1.779, a Aneel recepcionou liminar obtida pela ABRACE em 10 de abril de 2017. Nesta liminar a ABRACE obteve efeito suspensivo aos impactos da remuneração dos ativos de transmissão existentes em 31 de maio de 2000 apresentados na Resolução Normativa nº 762/2017. Com esta decisão a Aneel desconsiderou o disposto no §3º do art. 4º da referida resolução quanto aos critérios de cálculo da Receita Anual Permitida – RAP a ser homologada para o ciclo tarifário 2017- 2018, a vigorar entre 1º de julho de 2017 e 30 de junho de 2018. Em decorrência dessa liminar o valor referente à remuneração dos ativos não recebidos entre janeiro de 2013 a junho de 2017, está classificado no não circulante e corresponde a R$ 922.300.

Baseado na opinião legal dos advogados externos, a Companhia entende que as decisões tomadas até o momento não interferem no direito de receber a remuneração dos ativos estabelecida pela Lei 12.973/2013 e pela Portaria MME nº 120/2016, que concedeu o direito de receber tais montantes, mesmo que seja na instância do Governo Federal. Assim, a Companhia entende que não existe evidência objetiva para reconhecimento de *impairment* em relação a esses ativos reconhecidos.

A partir de julho de 2017, a Companhia recebe a indenização da RBSE por meio da Receita Anual Permitida conforme determina Portaria MME nº 120/16. Esse valor será amortizado pelo período de oito anos. O IRPJ e a CSLL diferidos contabilizados sobre o valor da remuneração e respectiva atualização monetária está sendo revertido proporcionalmente ao recebimento da indenização.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800224

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

9.2. Aquisição de ativo financeiro

9.2.1. Aquisição de ativos e passivos vinculados à concessão

Em 30 de junho de 2015, a Companhia concretizou a aquisição junto a Eletrosul Centrais Elétricas S.A dos ativos e passivos pelo valor de R$ 327.048, corrigido monetariamente a partir de julho de 2014 até a data do seu pagamento, mediante aplicação do índice SELIC, para quitação em 03 parcelas, com vencimentos em 2015, 2016 e 2017. Em dezembro de 2017 a Companhia quitou o total da dívida junto à Eletrosul, demonstrado no quadro do passivo no item "obrigações pela aquisição de ativos e participação". Saldo em dezembro 2016 – R$ 69.740.

NOTA 10 – IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS - ATIVO

10.1. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS

Os impostos e contribuições a recuperar estão demonstrados abaixo considerando as eventuais perdas de realização:

	31/12/17	31/12/16
Retenções na fonte (IR / CS)	288.124	226.749
PIS/PASEP/COFINS	52.868	13.629
ICMS	739	743
Outros	106	5.419
Total circulante	**341.837**	**246.540**
ICMS	33.904	36.563
Total não circulante	**33.904**	**36.563**
Total	**375.741**	**283.103**

O item retenções na fonte IR/CS possui um saldo elevado decorrente, basicamente, do Imposto de renda pago a maior e valores ajustados de apurações anteriores.

10.2. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS

Foram constituídos ativos e passivos fiscais diferidos (imposto de renda e contribuição social), conforme demonstrado a seguir:

	Nota	31/12/17	31/12/16
Ativo fiscal diferido			
Instrumentos financeiros derivativos		13.561	14.966
Efeitos atuariais		28.379	22.457
Outros ativos fiscais diferidos	10.2.1	2.236.813	2.166.331
		2.278.753	**2.203.754**
Passivo fiscal diferido			
Instrumentos financeiros derivativos		144.918	77.783
Ativo financeiro da transmissão		1.196.931	1.222.529
Efeitos atuariais		-	5.264
Compra vantajosa de ativos		58.470	58.470
		1.400.319	**1.364.046**
Ativo (passivo) fiscal diferido líquido		**878.434**	**839.708**

Tais efeitos contemplam a aplicação das alíquotas de 9% para contribuição social e 25% para o imposto de renda. O cálculo da alíquota efetiva dos impostos sobre o lucro do exercício está evidenciado na nota 37.

10.2.1. ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS

Com base em estudo técnico de viabilidade realizado pela Companhia, histórico de rentabilidade e expectativa de geração de lucros tributários futuros foi possível estimar a realização dos créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e base negativa de CSLL disponíveis para compensação.

Dessa forma, os valores de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL contabilizados no ativo fiscal diferido são informados abaixo:

Ativos fiscais diferidos	31/12/17	31/12/16
IRPJ		
Prejuízos Fiscais	682.950	797.434
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	282.627	247.434
Contingências passivas	231.252	202.517
Outras provisões	427.341	316.260
Provisão de PLR	47.396	34.488
Provisão PAE	7.571	-
Total do IR diferido	**1.679.137**	**1.598.133**
CSLL		
Bases de cálculo negativas	204.820	279.940
Provisão p/ crédito de liq. duvidosa	101.746	89.076
Contingências passivas	83.251	72.906
Outras provisões	153.842	113.854
Provisão de PLR	11.291	12.422
Provisão PAE	2.726	-
Total do CS diferida	**557.676**	**568.198**
Total	**2.236.813**	**2.166.331**

10.3. ESTIMATIVA DE REALIZAÇÃO

A realização dos ativos não circulantes foi estimada conforme abaixo:

	31/12/17	31/12/16
2018	287.309	217.731
2019	239.760	239.107
2020	144.519	144.126
2021	291.469	290.675
2022	359.308	358.330
2023	393.560	392.489
Após 2023	562.828	561.296
Total do Não circulante	**2.278.753**	**2.203.754**

10.4. INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 9.718/1998 – PIS/PASEP E COFINS

Em julgamento realizado no dia 9 de novembro de 2005, o Supremo Tribunal Federal (STF) decidiu pela inconstitucionalidade do parágrafo 1º do artigo 3º, da Lei nº 9.718/1998, que pretendeu equiparar o termo "faturamento" à totalidade das receitas auferidas pelas empresas, independentemente da classificação contábil adotada e não somente das receitas de vendas e/ou prestação de serviços, para fins de cálculo e recolhimento de PIS/PASEP e COFINS.

O referido julgamento do STF diz respeito, e produz efeitos imediatos, exclusivamente às partes interessadas. Não obstante, tal decisão reflete o entendimento do plenário do STF sobre a questão e o precedente beneficiará a todos que ingressarem na justiça, pois, muito provavelmente, a decisão da Corte máxima será observada pelos demais tribunais do país.

O período de abrangência da citada decisão é de fevereiro/1999 a novembro/2002, para o PASEP e de fevereiro/1999 a janeiro/2004 para a COFINS, antes, portanto, da entrada em vigor das Leis nºs 10.637/2002 e 10.833/2003, que criou o regime de apuração não cumulativa das referidas contribuições.

Na Companhia, o recálculo destas contribuições, expurgando as receitas financeiras, não operacionais e a receita de subvenção concedida pela Conta de Consumo de Combustível (CCC) resultou num montante recolhido a maior de R$ 192.565, já atualizado pela taxa de juros SELIC, até a data do balanço. Inicialmente, a Companhia ingressou com recurso administrativo junto à Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) no sentido de obter o reconhecimento do direito a restituição dos valores pagos a maior, em decorrência da declaração de inconstitucionalidade da ampliação de base de cálculo de tais contribuições pelo STF. Diante do indeferimento do pleito pela RFB, a Companhia ingressou com ação judicial visando preservar os seus direitos.

O valor dessa ação não está refletido no balanço por se configurar como ativo contingente.

NOTA 11– INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

Os instrumentos financeiros derivativos reconhecidos pela Companhia foram classificados como derivativos embutidos.

Derivativo embutido é um componente de instrumento híbrido (combinado) que também inclui um contrato principal não derivativo – em resultado disso, alguns dos fluxos de caixa do instrumento combinado variam de forma semelhante a um derivativo isolado. O derivativo embutido faz com que alguns ou todos os fluxos de caixa que de outra forma seriam exigidos pelo contrato sejam modificados de acordo com a taxa de juros especificada, preço de instrumento financeiro, preço de mercadoria, taxa de câmbio, índice de preços ou de taxas, avaliação ou índice de crédito, ou outra variável, desde que, no caso de variável não financeira a variável não seja específica de uma das partes do contrato.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800225

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Atualmente existem na Companhia dois contratos que possuem derivativos embutidos.

Os saldos ativos e passivos dos instrumentos financeiros derivativos embutidos estão demonstrados a seguir:

	Nota	31/12/17			31/12/16		
		Circulante	Não Circulante	TOTAL	Circulante	Não Circulante	TOTAL
Ativo							
Contratos Energia Elétrica	11.1	209.327	216.904	**426.231**	127.808	100.965	**228.773**
		209.327	216.904	**426.231**	127.808	100.965	**228.773**
Passivo							
Debêntures	11.2	291	39.594	**39.885**	332	43.685	**44.017**
		291	39.594	**39.885**	332	43.685	**44.017**

No quadro abaixo está demonstrado o impacto dos instrumentos financeiros derivativos no resultado da Companhia.

	Nota	31/12/17	31/12/16
RECEITA FINANCEIRA			
Ganhos com derivativos			
Contratos Energia Elétrica	36	233.255	182.462
Debêntures	36	4.131	36.252
		237.386	**218.714**
DESPESA FINANCEIRA			
Perdas com derivativos			
Contratos Energia Elétrica	36	(35.797)	-
Debêntures	36	-	-
		(35.797)	-
TOTAL GERAL		**201.589**	**218.714**

11.1. CONTRATOS DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica para seus principais clientes: BHP Billiton, atual South32 Brasil S.A. e com a empresa Alumínio Brasileiro S.A. – Albrás. Parte da receita desses contratos de longo prazo está associada ao pagamento de um prêmio atrelado ao preço internacional do alumínio, cotado na London Metal Exchange (LME), como ativo básico para fins de definição dos valores mensais do prêmio.

O prêmio decorrente do contrato de venda de energia, avaliados suas características, pode ser considerado como um componente de um contrato híbrido (combinado), que inclui um contrato não derivativo que o abriga. Esse prêmio faz parte do contrato principal e possui características específicas de correção associadas à flutuação do preço do alumínio no mercado internacional e ainda pela variação na cotação do dólar. Assim, **o prêmio é considerado um derivativo embutido, pois a sua precificação deriva do preço do alumínio que é definido neste caso como o ativo básico**, também conhecido como ativo subjacente.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	Data do contrato		Volume em megawatts médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/04	31/12/24	750 até 31/12/2006 e 800 apartir de 01/01/2007
BHP Billiton (South32)	01/07/04	31/12/17	315 MW

O cálculo do prêmio desses contratos inclui o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2.773,21/ton e US$ 1.450/ton, respectivamente.

A metodologia para avaliação dos derivativos embutidos leva em consideração técnicas de avaliação que convertem valores futuros (por exemplo, fluxos de caixa ou receitas e despesas) em um valor único atual, ou seja, utilização de fluxo de caixa descontado. A mensuração do valor justo é determinada com base no valor indicado pelas expectativas de mercado atuais em relação a esses valores futuros, logo, se trata de uma abordagem de receita.

Para atribuir o valor justo da parte híbrida do contrato é necessário identificar os principais componentes que quantificam o montante faturado mensalmente. As principais variáveis do contrato são: a quantidade de energia vendida (MWh), o preço atribuído à LME e o valor do câmbio do período faturado.

Considerando que o prêmio está associado ao preço da *commodity* da LME, é possível atribuir o *fair value* destes contratos.

A desvalorização do Dólar frente ao Real no período compreendido entre Dezembro de 2016 (U$ 3,35) e Dezembro de 2017 (U$ 3,30) de 1,4% foi compensada pela valorização de 21,2% no preço da tonelada do alumínio cotado em U$ 1.722 em Dezembro de 2016, contra U$ 2.087 em Dezembro de 2017, o que contribui para o aumento na expectativa do valor justo para os derivativos no período analisado.

O ganho apurado na operação com derivativos em dezembro de 2017 foi de R$ 197.458 e está representado no resultado financeiro (Nota 36). Em dezembro de 2016, ganho de R$ 182.462.

11.2. CONTRATOS DE DEBÊNTURES

A Estação Transmissora de Energia S.A., antiga investida da Companhia, que foi incorporada em 31 de março de 2014, firmou contrato de emissão de debêntures, em junho de 2011 com liberação de recursos a partir de 2013, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA), a qual administra os recursos do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), com a finalidade de captação de recursos para implementação do projeto de estação retificadora e aterramento da subestação coletora.

Os detalhes do contrato de debêntures e as informações da dívida, atualizada até 31 de dezembro de 2017, estão descritos na nota 22.

O contrato possui cláusula contratual que prevê a possibilidade de conversão destas debêntures em ações da Companhia a critério da SUDAM, limitados a 50% das debêntures emitidas, de acordo com a avaliação da Companhia é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a SUDAM em caso desta conversão, por esses motivos há a identificação de um derivativo embutido no contrato.

Para determinação do valor do derivativo foram utilizadas as seguintes métricas: cálculo do *valuation* da investida, apuração do valor da sua ação e o cálculo do valor presente do contrato.

O ganho apurado nesta operação com derivativos em dezembro de 2017 foi de R$ 4.131 e está representado na demonstração do resultado financeiro (Nota 36). Em dezembro de 2016, ganho de R$ 36.252.

O ganho apurado no período é decorrente do fluxo de quitação das debêntures conjugado com a redução no valor estimado do *valuation* do empreendimento, ou seja, houve redução no valor de ação o que fez com que o custo de se converter o saldo das debêntures em ações da Companhia diminuísse.

NOTA 12 – OUTROS ATIVOS

	Nota	31/12/17	31/12/16
CIRCULANTE			
Direto de ressarcimento		56.648	56.648
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		43.255	102.646
ODS -Ordem de Serviço		20.745	16.336
Empregados		9.556	5.999
Serviços prestados a terceiros		25.187	25.833
Despesas pagas antecipadamente		11.129	11.558
Dispêndios reembolsáveis		68.308	100.037
Financiamentos e empréstimos		-	-
Numerários Vinculados às Garantias e Convênios	12.4	42.004	78.343
Créditos Boa Vista Energia S.A. (SE Distrito Industrial)		32.634	21.294
Outros		72.916	42.793
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa		(200.300)	(168.458)
TOTAL DO CIRCULANTE		**182.082**	**293.029**
NÃO CIRCULANTE			
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO			
Despesas pagas antecipadamente		16.355	16.355
Créditos Boa Vista Energia S.A. (SE Distrito Industrial)		27.195	33.462
Numerários Vinculados às Garantias e Convênios	12.4	409.339	272.321
Outros		222	6.952
(-) Provisão p/créditos de liquidação duvidosa		(43.882)	(56.640)
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		**409.229**	**272.450**
TOTAL GERAL		**591.311**	**565.479**

Dentre os ativos elencados acima, estão totalmente provisionados: direito de ressarcimento, despesas pagas antecipadamente e os créditos junto à Boa Vista Energia relativos à SE Distrito Industrial.

12.1 DIREITO DE RESSARCIMENTO

Refere-se aos valores a serem reembolsados pela CCC, relativos às aquisições de óleo combustível para geração de energia elétrica nos sistemas isolados, a partir de agosto de 2009, nos termos do art. 3º da Lei nº 12.111/2009. A provisão para créditos de liquidação duvidosa, no montante de R$ 56.648 em 2015 decorre da diferença verificada entre o valor da compra de óleo pela Companhia, para geração de energia elétrica, e o preço estabelecido pela Agência Nacional de Petróleo (ANP), sendo este considerado pela ANEEL para fins de reembolso. A Companhia ingressou com medida judicial visando preservar seus direitos.

Em função da homologação pela ANEEL do segundo termo aditivo de 1º de julho de 2013, assinado entre a Eletronorte, CERON, Termo Norte e Eletrobras, as obrigações assumidas anteriormente pela Companhia para este contrato passaram para CERON, não cabendo mais à Companhia o reembolso por parte da CCEE (nota 15). Não houve movimentação de valores no período.

12.2. SERVIÇOS PRESTADOS A TERCEIROS

Refere-se, principalmente, aos Contratos de Compartilhamento de Instalações e aos serviços de Operação e Manutenção prestados por empregados da Companhia a outras empresas do setor elétrico, cuja contrapartida está reconhecida no resultado do exercício (nota 36).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800226

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

12.3. NUMERÁRIOS VINCULADOS ÀS GARANTIAS E AOS CONVÊNIOS

	31/12/17	31/12/16
Numerários vinculados - Garantias e Convênios	42.004	78.343
CIRCULANTE	**42.004**	**78.343**
Numerários vinculados - Garantias e Convênios	-	-
Aplicações de numerários vinculados - Garantias e Convênios	409.339	272.321
NÃO CIRCULANTE	**409.339**	**272.321**
TOTAL	**451.343**	**350.664**

Os numerários vinculados às Garantias e aos Convênios são aqueles recursos que não podem ser utilizados imediatamente, pois são valores constantes em conta corrente e aplicações financeiras de garantias e convênios.

12.4. CRÉDITOS RENEGOCIADOS BOA VISTA ENERGIA S.A

Esse saldo se refere aos valores que estavam pendentes de recebimento junto à Boa Vista Energia S.A, oriundos da SE Distrito Industrial, e que foram integralmente provisionados.

12.5. DESPESAS PAGAS ANTECIPADAMENTE (LONGO PRAZO)

Conta de Compensação de Itens da Parcela "A" (CVA)

A Resolução Homologatória da ANEEL nº 264, de 24 de novembro 2004, alterada pela Resolução Homologatória nº 151, de 20 de junho de 2005, e pela Resolução Homologatória nº 927, de 15 de dezembro de 2009, autorizou a Companhia a cobrar dos consumidores Alumínio Brasileiro S.A. (Albrás) e Consórcio de Alumínio do Maranhão (Alumar), respeitadas as condições pactuadas nos contratos existentes na época em que eram cativos, os valores de R$ 17.619 e R$ 16.355, respectivamente. A Albras liquidou seu débito em 31 de maio de 2011, enquanto a Companhia discute com a Alumar uma forma de realizar o crédito.

Considerando as dificuldades de realização financeira desse crédito, foi constituída provisão para créditos de liquidação duvidosa pelo seu valor total.

NOTA 13 – CAUÇÕES E DEPÓSITOS VINCULADOS

Refere-se a valores vinculados a processos judiciais e administrativos, conforme relacionado:

	31/12/17	31/12/16
Trabalhistas	130.021	128.570
Tributários	71.391	61.599
Cíveis	22.965	33.954
Outros	244.714	225.874
(-) Provisão	(53.112)	-
Total não circulante	**415.979**	**449.997**

NOTA 14 – ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL

14.1. ATIVO NÃO CIRCULANTE

Refere-se a recursos destinados a aumento do capital das Sociedades de Propósito Específicos, nas quais a Companhia tem participação societária, conforme demonstrado a seguir:

Investidas	31/12/17	31/12/16
Manaus Transmissora de Energia S.A.	416	415
Brasventos EOLO Geradora de Energia S.A.	-	255
Total não circulante	**416**	**670**

Os contratos de adiantamento para futuro aumento de capital vigentes nesse período são corrigidos pelo IPCA.

NOTA 15 – CRÉDITOS JUNTO À CERON

Em dezembro de 2015 foi firmado Instrumento de Reconhecimento e Parcelamento de Dívida e outras avenças junto à CERON objetivando a regularização do débito proveniente do pagamento realizado ao Produtor Independente Termonorte I e II. Este valor foi apurado a partir da vigência da Lei 12.111/2009, atualizado pela taxa SELIC.

No quadro abaixo estão demonstrados os valores a receber da CERON em 31 de dezembro de 2016 e 31 dezembro de 2017:

	Circulante	Não Circulante	Total
Créditos em 31/12/2016	**234.767**	**2.029.303**	**2.264.070**
Atualização monetária e transferências do período	15.738	209.721	225.459
Saldo em 31/12/2017	**250.505**	**2.239.024**	**2.489.529**
(-) Ajuste a valor presente	(18.769)	-	(18.769)
Saldo total em 31/12/2017	**231.736**	**2.239.024**	**2.470.760**

A Companhia considera possível o recebimento dos créditos devidos pela CERON, respaldada por documentos normativos emitidos pelo Ministério de Minas e Energia, pela ANEEL e principalmente pela decisão tomada pelos acionistas na 170ª Assembleia Geral Extraordinária da Eletrobras, que aprovou:

- A venda da integralidade das ações, menos 1 (uma) ação ordinária, emitidas pela Centrais Elétricas de Rondônia S.A (doravante denominada "Ceron"), de titularidade da Eletrobras, em leilão de desestatização a ser promovido pela Brasil, Bolsa, Balcão S.A. – B3, pelo preço de R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), associada à outorga de concessão pelo Poder Concedente pelo prazo de 30 (trinta) anos, nos termos do § 1º-A do art. 8º da Lei nº 12.783/2013 e conforme condições estabelecidas na Resolução do Conselho de Parceria de Investimentos – CPPI número 20, de 08 de novembro de 2017, com as alterações das Resoluções do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI número 28, de 22 de novembro de 2017, e número 29, de 28 de dezembro de 2017, incluindo a assunção, pela Eletrobras, de dívidas da referida Distribuidora e/ou conversão de dívidas da referida Distribuidora em aumento de capital, pela Eletrobras, no valor de até R$ 1.872.522.463,42 (um bilhão, oitocentos e setenta e dois milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e sessenta e três reais e quarenta e dois centavos), no prazo estabelecido pela 169ª Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 28 de dezembro de 2017;
- Que a Eletrobras assuma direitos da Ceron, referentes à Conta de Consumo de Combustíveis - CCC e a Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, reconhecidos nas Demonstrações Financeiras das Distribuidoras na data base dos estudos considerando os ajustes até 30 de junho de 2017, no valor de até R$ 3.847.293 mil (três bilhões, oitocentos e quarenta e sete milhões, duzentos e noventa e três mil reais), devendo a Eletrobras assumir, em contrapartida, obrigações em valores equivalentes, conforme condições estabelecidas na Resolução do Conselho de Parceria de Investimentos – CPPI número 20, de 08 de novembro de 2017, com as alterações das Resoluções do Conselho do Programa de Parcerias de Investimentos – CPPI número 28, de 22 de novembro de 2017, e número 29, de 28 de dezembro de 2017.

No período a Companhia contabilizou ajuste a valor presente sobre os créditos da CERON no montante de R$ 18.769, (R$ 45.005 em 2016), tendo por base os custos que seriam incorridos caso seja necessária a captação recursos no mercado em função do não recebimento por parte da CERON. A estimativa de custo para esta captação foi calculada para o período de 12 meses e com base na taxa de juros de 111% da SELIC definida na Resolução Normativa ANEEL Nº 748/2016 que autoriza o gestor do fundo RGR a conceder empréstimo às Distribuidoras com o objetivo de criar condições para a continuidade e a prestação adequada dos serviços.

Exercício	Termonorte II / CERON	Taxa de captação			Período	Custo de captação
		CDI	Spreed	Total		
2016	234.767	13.63%	5,54%	19,71%	1 ANO	(45.005)
2017	250.505	6,75%	0,74%	7,49%	1 ANO	(18.769)
AVP revertido em 2017						**26.236**

NOTA 16 – REPACTUAÇÃO DO RISCO HIDROLÓGICO

A lei 13.203, de 08 de dezembro de 2015, instituiu a figura da repactuação do risco hidrológico que permite que as empresas constituam uma espécie de seguro contra eventuais reduções de garantias físicas a partir de 2016. A lei também permite que seja utilizado como pagamento do prêmio parte dos desembolsos realizados no exercício de 2015, relativos à redução da Garantia Física, e caso esse montante não seja absorvido dentro do período de carência para o produto escolhido, a geradora terá uma prorrogação do seu prazo de concessão.

A Companhia optou por aderir à repactuação em 12/01/2016 para dois de seus contratos firmados no Ambiente de Contratação Regulado - ACR, um de 783 MW e duração até dezembro de 2016 e outro de 280 MW com duração até dezembro de 2019, totalizando 1.063MW o que representa cerca de 25% da Garantia Física da UHE Tucuruí para o ano de 2016. O produto escolhido foi o SP100 em que 100% do risco de GSF é transferido para o consumidor final. Como os contratos se encerrarão antes da completa compensação dos montantes gastos em 2015, a Companhia se beneficiará ainda da prorrogação da concessão da UHE Tucuruí de 50 dias, com a totalidade da sua Garantia Física no Centro de Gravidade (3.920,487 MW/médios) alocada para o ACR de 12/07/2024 a 30/08/2024 (Nota Técnica nº 20/2016–SRM-SRG/ANEEL).

	31/12/17			31/12/16		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Montante a ser ressarcido (A+B)	74.793	237.620	312.413	74.793	237.620	312.413
Extensão da Concessão (A)	-	178.518	178.518	-	178.518	178.518
Amortização da extensão	-	(41.196)	(41.196)	-	(20.598)	(20.598)
Total Extensão da Concessão (Intangível)	-	**137.322**	**137.322**	-	**157.920**	**157.920**
Pagamento do Prêmio (B)	74.793	59.102	133.895	74.793	59.102	133.895
Amortização do Prêmio	(108.615)	-	(108.615)	(95.975)	-	(95.975)
Transferências	46.462	(46.462)	-	33.822	(33.822)	-
Total Prêmio repactuação (Despesa antecipada)	**12.640**	**12.640**	**25.280**	**12.640**	**25.280**	**37.920**
Saldo da Repactuação (Intangível + Despesa antecipada de seguro)	**12.640**	**149.962**	**162.602**	**12.640**	**183.200**	**195.840**

Em dezembro de 2017, a amortização acumulada, relativa à extensão da concessão e ao prêmio pago, totalizam R$ 149.811 – R$ 116.573 em 2016.

O valor da extensão da concessão foi registrado como direito de uso futuro no grupo de intangível (nota 19), enquanto o prêmio pago pela repactuação do Risco Hidrológico foi registrado como despesa antecipada de seguro.

NOTA 17 – INVESTIMENTOS

17.1. COMPOSIÇÃO DOS SALDOS

		31/12/17	31/12/16
Participações societárias			
Controladas em conjunto	17.4	4.913.288	4.109.656
Coligadas	17.5	113.319	111.644
		5.026.607	**4.221.300**
Bens e direitos para uso futuro			
Terrenos		61.969	61.969
Edificações, obras civis e benfeitorias		5.146	5.146
Máquinas e equipamentos		96.482	96.482
(-) Provisão para redução ao valor recuperável		(91.023)	(91.024)
		72.574	**72.573**
Total		**5.099.181**	**4.293.873**

17.2. MOVIMENTAÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS PERMANENTES NA CONTROLADORA:

Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	Saldo em 31/12/2016	Aquisição de participação societária	Aumento de capital via AFAC	Aumento de capital	Dividendos recebidos	Impairment	Resultado de partic. societárias	Saldo em 31/12/2017
Participações societárias								
Controladas em conjunto								
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	41.743	-	-	-	(15.335)	-	9.664	36.072
Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.	374.789	-	-	191.345	-	(30.419)	12.434	548.149
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	127.338	-	-	-	(7.805)	(24.965)	3.994	98.562
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	20.779	-	-	254	-	-	4.850	25.883
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	33.643	-	-	-	-	-	4.085	37.728
Companhia Energética Sinop	37.700	-	-	161.014	-	177.441	(106.407)	269.748
Construtora Integração Ltda	25.879	-	-	-	(4.829)	-	2.810	23.860
Integração Transmissora de Energia S.A.	153.126	-	-	-	(15.394)	-	21.620	159.352
Manaus Construtora Ltda	25.397	-	-	-	-	-	331	25.728
Manaus Transmissora de Energia S.A.	190.765	-	-	-	-	57.478	26.802	275.046
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	652.684	-	-	-	-	28.622	70.284	751.590
Norte Energia S.A.	2.150.393	-	-	231.368	-	-	(15.082)	2.366.679
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	20.192	-	-	-	-	-	3.063	23.255
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	106.480	-	-	5.880	(1.960)	-	12.783	123.183
Transnorte Energia S.A.	148.748	-	-	-	-	-	(295)	148.453
	4.109.656	-	-	**589.861**	**(45.323)**	**208.157**	**50.936**	**4.913.288**
Coligadas							-	
Energética Águas da Pedra S.A.	111.644	-	-	-	(19.979)	-	21.654	113.319
	111.644	-	-	-	**(19.979)**	-	**21.654**	**113.319**
Total	**4.221.300**	-	-	**589.861**	**(65.302)**	**208.157**	**72.590**	**5.026.607**
Passivo a descoberto								
Controladas em conjunto								
Amapari Energia S.A.	(11.695)	-	-	-	-	-	(1.885)	(13.580)
	(11.695)	-	-	-	-	-	**(1.885)**	**(13.580)**
TOTAL	**4.209.605**	-	-	**589.861**	**(65.302)**	**208.157**	**70.705**	**5.013.027**

Conforme determinado nos acordos de acionistas das investidas, os aumentos de capital são aprovados e efetuados por todos os seus investidores, na proporção de suas participações. Os saldos ora apresentados na coluna "Resultado de participações societárias", possuem reflexo em conta de resultado, com o mesmo título, na demonstração do resultado do exercício.

17.3. RESUMO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS DAS EMPRESAS INVESTIDAS

A) BALANÇO PATRIMONIAL

		Dados financeiros em 31/12/2017 - R$ Mil								
	Particip. (%)	Caixa e equivalente de caixa	Outros ativos circulantes	Ativo não circulante	Ativo total	Empréstimos e financiamentos (passivo circulante)	Outros passivos circulantes	Empréstimos e financiamentos (passivo não circulante)	Outros passivos não circulantes	Patrimônio líquido
Geração										
Amapari Energia S.A.	49,00	6.600	323	2.014	8.937	-	32.948	-	3.706	(27.717)
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. *	24,50	14.956	4.414	202.361	221.731	8.625	4.563	93.439	12.905	102.199
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. *	24,50	64.401	4.807	217.741	286.949	8.660	9.882	93.811	20.605	153.991
Companhia Energética Sinop S.A. *	24,50	216.130	10.709	1.908.867	2.135.706	22.292	101.362	887.365	23.673	1.101.014
Energética Águas da Pedra S.A. *	24,50	32.155	50.486	741.313	823.954	35.400	55.976	277.707	13.333	441.538
Norte Energia S.A. *	19,98	6.662	758.559	40.310.362	41.075.583	1.707.983	1.616.848	25.546.587	651.068	11.553.097
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. *	24,50	28.413	4.017	199.801	232.231	9.090	6.511	98.476	19.790	98.364
Transmissão										
AETE-Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	6.773	19.893	50.435	77.101	-	2.969	-	517	73.615
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. *	24,50	405	661.310	5.964.864	6.626.579	112.149	102.184	2.539.617	856.262	3.016.367
Brasnorte Transmissora de Energia S.A. *	49,71	122	29.634	290.151	319.907	-	8.926	-	62.486	248.495
Construtora Integração Ltda *	49,00	1	1.587	49.209	50.797	-	2.001	-	103	48.693
INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A. *	37,00	96	184.418	440.251	624.765	31.822	26.806	57.719	88.622	419.796
Manaus Construtora Ltda *	30,00	9	3.155	87.715	90.879	-	4.507	-	47.678	38.694
Manaus Transmissora de Energia S.A. *(DRAFT)	30,00	61.494	173.981	2.386.043	2.621.518	74.449	95.821	688.775	374.384	1.388.089
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. *(DRAFT)	49,00	98.638	314.214	3.615.305	4.028.157	75.597	133.354	797.490	913.135	2.108.581
TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A. *	49,00	6.831	72.110	336.922	415.863	13.273	41.239	109.784	37.302	214.265
TNE-Transnorte Energia S.A. *	49,00	8.168	7.502	291.903	307.573	-	1.388	-	3.367	302.818

Para a investida Amapari Energia S.A. foram utilizadas informações financeiras na data base de 30.11.2017.
*Para as demais investidas foram utilizadas informações financeiras das Demonstrações Financeiras na data base de 31.12.2017.

b) Resultado do período

		Dados financeiros em 31/12/2017 - R$ Mil								
	Particip. (%)	Receita operacional líquida	Custo de operação	Lucro bruto	Despesas operacionais	Receira financeira	Despesa financeira	Lucro antes do imposto de renda	Impostos sobre o lucro	Lucro (prejuízo) líquido	Depreciação e amortização
Geração											
Amapari Energia S.A.	49,00	-	(159)	(159)	(2.636)	777	(1.017)	(3.035)	-	(3.035)	-
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. *	24,50	56.623	(29.181)	27.442	141	2.836	(9.974)	20.445	(3.796)	16.649	(18.123)
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. *	24,50	66.064	(32.545)	33.519	(1.743)	4.918	(10.267)	26.419	(4.459)	21.960	(18.993)
Companhia Energética Sinop S.A. *	24,50	-	-	-	(665.600)	8.420	(382)	(657.562)	223.251	(434.311)	(418)
Energética Águas da Pedra S.A. *	24,50	240.155	(109.040)	131.115	(2.544)	8.176	(31.682)	105.065	(16.679)	88.386	(22.411)
Norte Energia S.A. *	19,98	2.598.916	(1.861.984)	736.932	(46.480)	98.227	(754.831)	33.846	(17.520)	16.326	(7.936)
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. *	24,50	99.015	(29.618)	29.397	(398)	2.238	(10.516)	20.760	(3.325)	17.435	(18.051)
Transmissão											
AETE-Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	49,00	28.541	(4.911)	23.630	(2.814)	811	(222)	21.405	(1.683)	19.722	(36)
Belo Monte Transmissora de Energia S.A. *	24,50	2.236.720	(1.621.201)	615.519	(15.472)	13.712	(347.477)	266.282	(198.322)	67.960	(167)
Brasnorte Transmissora de Energia S.A. *	49,71	25.087	(6.431)	18.656	(1.337)	541	(164)	17.696	(4.148)	13.548	(1)
Construtora Integração Ltda *	49,00	-	-	-	(211)	1.588	1.126	2.503	5.696	8.199	-
INTESA-Integração Transmissora de Energia S.A. *	37,00	131.890	(48.487)	83.403	(4.699)	3.560	(11.058)	71.206	(12.812)	58.394	-
Manaus Construtora Ltda *	30,00	-	-	-	(211)	5	1.108	902	202	1.104	-
Manaus Transmissora de Energia S.A. *(DRAFT)	30,00	164.073	(17.707)	146.366	8.007	7.526	(73.557)	88.342	(33.385)	54.957	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. *(DRAFT)	49,00	313.543	(25.786)	287.757	(5.541)	10.787	(188.060)	174.943	(63.522)	111.421	(870)
TME-Transmissora Matogrossense de Energia S.A. *	49,00	70.564	(17.834)	52.730	(1.900)	1.624	(12.429)	40.025	(7.993)	32.032	-
TNE-Transnorte Energia S.A. *	49,00	2.992	(2.292)	700	(2.063)	715	(16)	(664)	209	(455)	-

Para a investida Amapari Energia S.A. foram utilizadas informações financeiras na data base de 30.11.2017.
*Para as demais investidas foram utilizadas informações financeiras das Demonstrações Financeiras na data base de 31.12.2017.

17.4. CONTROLADAS EM CONJUNTO

17.4.1. AMAPARI ENERGIA S.A.

A Secretaria de Estado de Meio Ambiente do Amapá concedeu à SPE, em 06 de maio de 2008, Licença de Operação de número 0106/2011, renovada no dia 24 de novembro de 2011, com vigência de 01 ano. Por intermédio da Resolução Autorizativa nº 1.369, de 20 de maio de 2008, a ANEEL concedeu autorização para a SPE estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica (PIE), com capacidade instalada inicial de 23MW, pelo prazo de 29 anos. Tal capacidade foi revisada, passando para 21,6 MW, conforme Despacho ANEEL nº 3.751, de 14 de outubro de 2008.

17.4.2. Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.

A Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. foi constituída em 04 de março de 2010 e tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Rei dos Ventos 1, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

17.4.3. Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.

A Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. foi constituída em 20 de abril de 2010, e tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Miassaba 3, localizado no município de Macau, no Rio Grande do Norte.

17.4.4. Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.

A Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. foi constituída em 04 de março de 2010, e tem por objeto a implantação, operação, manutenção e exploração das instalações de geração eólica, seu sistema de transmissão de energia elétrica associado e demais obras complementares ao Parque Eólico Rei dos Ventos 3, localizado no município de Galinhos, no Rio Grande do Norte.

17.4.5. Norte Energia S.A.

A Norte Energia S.A. é uma SPE de capital fechado constituída em 21 de julho de 2010, com o objetivo de conduzir as atividades necessárias a implantação, operação, manutenção e exploração da UHE Belo Monte, no rio Xingu, localizada no Estado do Pará, e das instalações de transmissão de interesse restrito à central geradora.

17.4.6. Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.

A Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 13 de novembro de 2003, com o objetivo de construir, implantar, operar e manter as instalações de transmissão de energia elétrica da Rede Básica do Sistema Interligado – LT 230 KV Subestação Coxipó/ Subestação Cuiabá e LT 230 KV Subestação Cuiabá/Subestação Rondonópolis.

17.4.7. Brasnorte Transmissora de Energia S.A.

A Brasnorte Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 7 de dezembro de 2007, e tem por objeto social a construção, implantação, operação e manutenção

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800228

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica, da rede básica do Sistema Elétrico Interligado, relativo às Linhas de Transmissão LT Jubá - Jauru e LT Maggi - Nova Mutum, ambas em 230 kV, com aproximadamente 129 e 273 km, respectivamente, e subestações SE Juba, em 300 MVA, e SE Maggi, de 100 MVA, ambas em 230/138 kV, entradas de linha e instalações vinculadas, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, conforme consta no Edital de Leilão nº 004/2007, emitido pela ANEEL.

17.4.8. Companhia Energética Sinop

A Companhia Energética Sinop S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 28 de outubro de 2013, com sede em Brasília – Distrito Federal e tem por objeto social único e exclusivo a construção, implantação, operação, manutenção e exploração comercial da UHE Sinop, incluindo as instalações de interesse restrito à Usina, como a LT Sinop/Se Cláudia, Se Cláudia e Se UHE Sinop, conforme consta no Edital de Leilão nº 006/2013, emitido pela ANEEL. Essa UHE será implantada no rio Teles Pires, sub-bacia 17, bacia hidrográfica do Rio Amazonas, nos Municípios de Itaúba e Cláudia, Estado do Mato Grosso, e consiste no aproveitamento do potencial hidráulico, com potência instalada de, no mínimo, 400 MW.

Conforme Contrato de Concessão de Uso de Bem Público para Geração de Energia Elétrica nº 01/2014 – MME-UHE SINOP, de 26 de fevereiro de 2014 a União outorgou à SPE, pelo prazo de 35 anos, a concessão dos serviços de geração de energia elétrica, e o início de suas atividades operacionais está previsto para 31/12/2018.

17.4.9. Construtora Integração Ltda.

A Construtora Integração Ltda foi constituída em 30 de junho de 2009, tendo como objeto exclusivo a construção, montagem e serviços sociais associados às instalações referentes ao lote G do leilão ANEEL nº 007/ 2008, compreendendo a elaboração do projeto básico, projeto exclusivo, execução das obras, serviços e fornecimento necessários à realização completa e integral do Empreendimento, necessários para a construção da Linha de Transmissão LT +/- 600KV coletora Porto Velho - Araraquara 2, em corrente contínua, circuito simples, com origem na subestação Porto Velho no Estado de Rondônia e término na subestação Araraquara 2, no Estado de São Paulo, bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle e telecomunicação, a ser integrada à Rede Básica do Sistema Interligado Nacional.

17.4.10. Integração Transmissora de Energia S.A.

A Integração Transmissora de Energia S.A é uma sociedade por ações, de capital fechado, constituída em 20 de dezembro de 2005. Possui como objeto social a construção, implantação, operação e manutenção das instalações do serviço público de energia elétrica da rede básica do sistema elétrico interligado, composto pela Linha de Transmissão 500kV Colinas/Serra da Mesa 2, localizado nos Estados de Tocantins e Goiás, que compõem 25 municípios entre Colinas do Tocantins - TO e Colinas do Sul - GO.

17.4.11. Manaus Construtora Ltda.

A Manaus Construtora Ltda. foi constituída em 30 de janeiro de 2009, tendo como objetivo a construção, montagem e fornecimento de materiais, mão de obra e equipamentos para a Linha de Transmissão 500KV Oriximaná/Cariri CD, SE Itacoatiara 500/138 KV e SE Cariri 500/230 KV.

17.4.12. Manaus Transmissora de Energia S.A.

A Manaus Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 22 de abril de 2008, com o propósito específico de explorar concessões de serviços públicos de transmissão de energia elétrica, prestados mediante a implantação, operação, manutenção e construção de instalações de transmissão da rede básica do sistema elétrico brasileiro interligado, segundo os padrões estabelecidos na legislação e regulamentos em vigor.

17.4.13. Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

A Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, de prazo indeterminado, constituída em 6 de maio de 2008, tendo como objeto social, único e exclusivo, a construção, implantação, operação e manutenção do Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica da Rede Básica do Sistema Elétrico Interligado, composto pela Linha de Transmissão Coletora Porto Velho - Araraquara 2, n° 2, em Corrente Contínua, em cerca de 600kV bem como as demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, comando, controle, telecomunicação, administração e apoio, nos termos do Contrato de Concessão firmado com a União Federal, por meio da ANEEL.

Em 13 de dezembro de 2017 a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. teve seus ativos de transmissão leiloados como parte do processo de sua recuperação judicial iniciada em 29 de janeiro de 2016.

Considerando que a Companhia (49%) é acionista da Norte Brasil Transmissora juntamente com a Abengoa Concessões Brasil Holding (51%), e o Acordo de Acionista da Norte Brasil Transmissora prevê direito de preferência no caso de alienação de ações, a Companhia foi notificada para manifestar-se sobre o exercício do Direito de Preferência/Direito de Venda Conjunta para alienação das ações. Em 19 de janeiro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou não adquirir das ações da Abengoa Concessões pertencentes a Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

17.4.14. Transmissora Matogrossense de Energia S.A.

A Transmissora Matogrossense de Energia S.A. foi constituída em 02 de julho de 2009 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica e tem por objeto planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 025/2009 – ANEEL, de 19 de novembro de 2009, foi outorgada à SPE pela União, a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e iniciou suas atividades operacionais em 22 de novembro de 2011.

17.4.15. Transnorte Energia S.A.

A Transnorte Energia S.A. foi constituída em 24 de outubro de 2011 com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica (LT Lechuga/Equador/BoaVista) e subestações asssociadas (SE Equador/SE Boa Vista), situadas nos Estados do Amazonas e de Roraima, e tem por objetivo planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 003/2012 – ANEEL, de 25 de janeiro de 2012, foi outorgada à SPE pela União a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos.

Considerando a impossibilidade da Transnorte em dar prosseguimento ao empreendimento objeto do Contrato de Concessão nº 003/2012-ANEEL, devido a dificuldade na obtenção das licenças ambientais, no dia 05 de setembro de 2015 protocolizou junto a Agencia Nacional de Energia Elétrica – ANEEL a carta requerendo a rescisão amigável do citado contrato de concessão, mediante o ressarcimento integral dos investimentos realizados, bem como os danos emergentes e lucros cessantes. No dia 13 de dezembro de 2016 a Transnorte recebeu, por meio de Despacho da ANEEL Nº 3.265, o posicionamento sobre o pedido de rescisão amigável. A ANEEL recomendou acolher o pedido da Transnorte e no mérito dar-lhe provimento reconhjecendo que há elementos para extinção do Contrato de Concessão. Diante dos fatos, a ANEEL encaminhou no dia 13 de dezembro de 2016 os autos do processo ao Ministério de Minas e energia para que o mesmo conclua sobre o referido pedido requerido pela Transnorte.

Em 21de fevereiro de 2018 o Ministério de Minas e Energia encaminhou o Ofício nº 66/2018/SPE-MME à ANEEL, informando o não acatamento do pedido de rescisão amigável do contrato de concessão, dispondo que é competência da ANEEL analisar a situação de modo a promover, se assim entender, o reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.

A Companhia entente que estão sendo empreendidos diversos esforços no sentido de alcançar alternativas que viabilizem o reequilíbrio econômico-financeiro da Concessão, bem como, a continuidade da implantação do empreendimento, com participação do Poder Concedente, demais órgãos de governo, incluindo os de licenciamento ambiental e os acionistas, portanto, estima que não há efeito a ser contabilizado em suas demonstrações financeiras encerradas do exercício de 2017.

17.4.16. Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A.

A Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A. é uma SPE de capital fechado, constituída em 20 de março de 2014 com o objetivo de implantação e exploração do empreendimento composto pelas instalações de transmissão de energia (LT Xingu / Estreito e Estações Conversoras junto às respectivas subestações), que atravessa os estados do Pará, Tocantins, Goiás e Minas Gerais. Pelo Contrato de Concessão de Serviço Público de Transmissão de Energia Elétrica nº 014/2014 – ANEEL, de 16 de junho de 2014, foi outorgada à SPE pela União a concessão dos serviços de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos e o início de suas atividades operacionais ocorreu em 11/12/2017, com antecipação de dois meses em relação à data contratual.

17.5. Coligadas

17.5.1. Energética Águas da Pedra S.A.

A Energética Águas da Pedra S.A. é uma SPE de capital fechado, constituída em 3 de abril de 2007 com o objetivo de construir e operar a UHE Dardanelos com o seu sistema de transmissão. A usina, construída no Município de Aripuanã, em Mato Grosso, no Rio Aripuanã, tem capacidade nominal de 261 MW e um reservatório de 0,24 km², o que corresponde à melhor relação entre a área inundada e energia gerada já construída no Brasil. A operação da UHE Dardanelos é terceirizada pela empresa ENEX O&M de Sistemas Elétricos Ltda.

17.6. *Impairment* das investidas

A Companhia, conforme orienta o CPC 01, testa anualmente a recuperabilidade dos seus ativos de longa duração, dos segmentos de transmissão e geração. Nas demonstrações financeiras do Grupo Eletrobras de 31 de dezembro de 2016, foram realizados testes de *Impairment* sob a ótica do investidor para as seguintes SPEs: Norte Energia S.A, Companhia Energética Sinop, Belo Monte Transmissora de Energia S.A., Norte Brasil Transmissora de Energia S.A. e Manaus Transmissora de Energia S.A.

Para as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, o Grupo Eletrobras definiu que, além das SPEs testadas em 2016, o teste de *impairment* deveria ser realizado também nas SPEs que estão inseridas no processo de desinvestimento (nota 17.8) e ao mesmo tempo possuem uma TIR (taxa interna de retorno) menor do que o custo de capital exigido pela Eletrobrás, de 8,03% para a Transmissão e 8,51% para a Geração. Considerando estes critérios foram realizados testes de *impairment* sob a ótica do investidor para as seguintes SPEs: Norte Energia S.A, Companhia Energética Sinop, Belo Monte Transmissora de Energia SPE S.A., Norte Brasil Transmissora de Energia S.A., Manaus Transmissora de Energia S.A., Brasnorte Transmissora de Energia S.A., Transmissora Matogrossense de Energia S.A., Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A., Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. e Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.

Para tanto foi solicitado para cada SPE o teste de *impairment* de seus ativos que foram analisados pela Companhia, para que refletissem as políticas e premissas utilizadas no teste de *impairment* corporativo, mas de forma a respeitar as especificidades de cada SPE. Além disso, foram realizados ajustes patrimoniais com o objetivo de refletir nestes testes a ótica de investidor.

O resultado do *impairment* foi contabilizado em despesas operacionais e está demonstrado na nota de investimento (nota 17.2).

17.7. Uso futuro de bens

As informações a respeito dos bens registrados, transitoriamente, a título de uso futuro no serviço concedido, são as seguintes:

17.7.1. Terrenos

Representados por áreas urbanas e rurais, em fase de avaliação quanto à sua destinação, localizadas em Manaus (AM), São Luís (MA), Porto Velho (RO) e Rio Branco (AC). Inclui, ainda, o terreno destinado à construção da futura sede da Companhia em Brasília (DF). Exceto pelo terreno destinado a futura sede, os demais foram totalmente provisionados.

17.7.2. Edificações, obras civis e benfeitorias

Conjunto de edificações específicas, de caráter técnico-operacional e administrativo, decorrentes de desativação de usina termelétrica e subestação, localizadas em Belém (PA) e Porto Velho (RO), e que, devido ao longo tempo em desuso, foram provisionadas em 2012.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800229

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

17.7.3. Máquinas e equipamentos

Compensador estático localizado em Manaus (AM), e que, devido ao longo tempo em desuso, foi provisionado em 2012.

17.7.4. UTE Balbina

Em 14 de agosto de 2012, a Companhia iniciou um processo de seleção de parceiros, visando a criação de Sociedade de Propósito Específico (SPE), para o projeto de uma nova usina termelétrica (UTE Biomassa), com o aproveitamento dos equipamentos inicialmente adquiridos para implementação da UTE Balbina, utilizando-se a biomassa proveniente dos reservatórios da UHE Teles Pires e da UHE Colíder, ambas localizadas no estado de Mato Grosso.

O saldo contábil referente a UTE Balbina, no montante de R$ 73.109, está totalmente provisionado.

17.8. Plano de Desinvestimento

Em 14 de junho de 2017, em atendimento ao plano de desinvestimento previsto no Plano Diretor de Negócios e Gestão 2017-2021 do grupo Eletrobras, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o início do processo de transferência das participações societárias detidas pela Companhia para a controladora das seguintes investidas: Manaus Transmissora de Energia S.A., Integração Transmissora de Energia S.A., Brasnorte Transmissora de Energia S.A., Transmissora Matogrossense de Energia S.A., Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A., Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A., Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. e Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.

Em 29 de setembro de 2017, a ANEEL aprovou a transferência da participação da Companhia nas referidas SPEs.

Em dezembro de 2017, o Conselho de Administração da Companhia, por meio de Termo Aditivo ao Instrumento de Dação em Pagamento, aprovou a exclusão da Belo Monte Transmissora de Energia – BMTE do rol de SPEs que serão transferidas para a controladora.

As participações societárias da Companhia nessas investidas permanecem classificadas como investimento aguardando a efetiva transferência dos ativos que por sua vez depende de autorização dos órgãos competentes, SEST e ANEEL, além das instituições financeiras, caso existam financiamentos contratados pelas investidas.

NOTA 18 – IMOBILIZADO

Os itens do ativo imobilizado referem-se à infraestrutura para geração e comercialização de energia elétrica, bem como os bens utilizados na administração. A infraestrutura destinada aos segmentos de transmissão é tratada nos termos estabelecidos no ICPC 01, exceto a linha de transmissão Brasil – Venezuela que não está abarcada pela referida norma e encontra-se classificada no grupo de comercialização.

Os bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia, associados e identificados como ativos da concessão de serviços públicos, não podem ser vendidos nem oferecidos em garantia a terceiros.

Os contratos de concessão preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, desta forma a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A movimentação dos bens que compõem o ativo imobilizado da Companhia está demonstrada abaixo:

18.1. Movimentação

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Depreciação	Transferências/ Incorporação	Saldo em 31/12/2017	% (*)
Geração e comercialização							
Em serviço	17.363.685	-	(3.055)	-	52.042	17.412.672	
Depreciação acumulada	(10.377.896)	-	2.739	(400.369)	8.458	(10.767.068)	2,42
Em curso	163.381	26.339	(5.508)	-	(51.582)	132.630	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(168.588)	-	-	-	-	(168.588)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	30.829	-	-	2.817	-	33.646	
Total Geração e comercialização	**7.011.411**	**26.339**	**(5.824)**	**(397.552)**	**8.918**	**6.643.292**	
Administração Central							
Em serviço	244.749	-	(4.345)	-	-	240.404	
Depreciação acumulada	(163.910)	-	3.932	(17.479)	(6.811)	(184.268)	11,00
Em curso	310.163	1.960	(20.231)	-	(3.387)	288.505	
Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão	(403)	-	-	-	-	(403)	
Depreciação Acumulada (Obrigações Especiais)	108	-	-	9	-	117	3,00
Total Administração	**390.707**	**1.960**	**(20.644)**	**(17.470)**	**(10.198)**	**344.355**	
Imobilizado não vinculado à concessão - Terrenos							
Em serviço (LVTE)	1.900	-	-	-	-	1.900	
Total	**1.900**	-	-	-	-	**1.900**	
Indenização da UHE Coaracy Nunes	**(35.492)**	-	-	-	-	**(35.492)**	
Perda sobre indenização Coaracy Nunes	**(77.553)**	-	-	-	-	**(77.553)**	
Provisão para redução ao valor recuperável	**(500.430)**	139.843	-	-	-	**(360.587)**	
			-				
Total	**6.790.543**	**168.142**	**(26.468)**	**(415.022)**	**(1.280)**	**6.515.915**	

(*) Média anual de depreciação.

A Companhia possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro 2017, o valor contábil bruto de R$ 1.119.925 (2016 – R$ 883.140) referentes aos ativos totalmente depreciados.

As despesas correspondentes à depreciação dos bens do imobilizado estão registradas em contrapartida a esta conta no resultado do exercício no grupo de "Custos e despesas operacionais" (nota 34).

O resultado do teste de recuperabilidade para os ativos da Companhia registrados no ativo imobilizado estão demonstrados na nota 35.1.2 – Teste de *Impairment*.

18.2. Taxas anuais de depreciação

As taxas anuais de depreciação estabelecidas pelo Órgão Regulador são as constantes da tabela anexa à Resolução Normativa nº 674/2015, de 11 de agosto de 2015, da ANEEL. As principais taxas praticadas pela Companhia são as seguintes:

Geração	2017	2016
Comporta	3,3% a.a.	3,3% a.a.
Reservatório	2% a.a.	2% a.a.
Casa de força	2% a.a.	2% a.a.
Turbina hidráulica	2,5% a.a.	2,5% a.a.
Turbina a gás	4% a.a.	4% a.a.
Ponte rolante, guindaste e pórtico	3,3% a.a.	3,3% a.a.
Administração central		
Benfeitorias	3,3% a.a.	3,3% a.a.
Edifícios	3,3% a.a.	3,3% a.a.
Equipamentos gerais	6,25% a.a.	6,25% a.a.
Equipamentos gerais (Informática)	16,67% a.a.	16,67% a.a.

18.3. Vinculação dos bens do Serviço Público de Energia Elétrica

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20/1999 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

18.4. Obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica

Representam os valores repassados pela União e pelos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no Serviço Público de Energia Elétrica. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Em virtude da sua natureza, as obrigações vinculadas à concessão do Serviço Público de Energia Elétrica não representam obrigações financeiras efetivas, não devendo, dessa forma, ser incluídas como exigibilidades para fins de determinação de indicadores econômico-financeiros, inclusive, figuram no Balanço Patrimonial como redutoras do saldo do ativo não circulante-imobilizado.

Essas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

	31/12/17	31/12/16
Participações da União	132.261	134.966
Outros	2.967	3.088
TOTAL	**135.228**	**138.054**

O valor em uso das UGCs foi estimado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do cumprimento dos contratos de concessão estimados com base nas previsões e/ou orçamentos aprovados pela Administração da Companhia. Além disso, todas as projeções estão alinhadas com o planejamento futuro da Companhia.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800230

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

18.5. Encargos financeiros capitalizados

A Companhia não efetua capitalização de encargos financeiros nos exercícios apresentados, visto que não possuem empréstimos ligados a imobilizado em curso e que sejam permitidos pelas práticas contábeis.

NOTA 19 – INTANGÍVEL

	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Transferências	Saldo em 31/12/2017
Vinculados à Concessão - Geração					
Em serviço					
Custo	178.517	-	-	-	178.517
Amortização	(20.598)	(20.598)	-	-	(41.196)
	157.919	**(20.598)**	-	-	**137.321**
Vinculados à Concessão - Transmissão					
Em serviço					
Custo	1.416	-	-	-	1.416
Amortização	-	-	-	-	-
	1.416	-	-	-	**1.416**
Outros					
Ágio direito de exploração	87.460	-	-	-	87.460
Amortização	(7.017)	(3.511)	-	-	(10.528)
	80.443	**(3.511)**	-	-	**76.932**
Não Vinculados à Concessão					
Em serviço					
Custo	61.399	607	-	(12)	61.994
Amortização	(56.639)	(3.386)	-	-	(60.025)
	4.760	**(2.779)**	-	**(12)**	**1.969**
Total	**244.538**	**(26.888)**	-	**(12)**	**217.638**

A Companhia contabiliza um ativo intangível no montante de R$ 178.517, referente à Repactuação do Risco Hidrológico, que corresponde à extensão do prazo de concessão. Esse valor é amortizado conforme prazo de concessão remanescente da UHE Tucuruí.

Os valores referentes à aquisição e implantação e/ou direito de uso de softwares possuem taxa média anual de amortização de 20% (Resolução Normativa nº 674, de 11 de agosto de 2015).

As despesas correspondentes à amortização dos bens do intangível estão registradas em contrapartida a esta conta no resultado do exercício, no grupo de "Custos e despesas operacionais" (nota 34).

A Companhia avalia, em bases anuais, eventuais mudanças no ambiente econômico e/ou financeiro que indiquem a não recuperação do valor contábil dos ativos intangíveis.

19.1. Alocação da *mais valia*

Em 2015, após a apuração do valor da *mais valia* sobre a aquisição de participação societária na Linha Verde Transmissora de Energia S.A., a Companhia identificou que o valor de R$ 87.460 é atribuível ao direito de exploração da concessão do serviço público de transmissão de energia elétrica nos termos do contrato nº 021/2009 que tem duração de 30 anos a partir da data de assinatura, e esta sendo amortizado durante o prazo do contrato de concessão.

NOTA 20 – FORNECEDORES

	Nota	31/12/17	31/12/16
Encargos de uso da rede elétrica	20.1	49.769	52.462
Fornecedores de energia elétrica	20.2	252.115	244.925
Fornecedores de materiais e serviços		106.299	121.471
Fornecedores de combustíveis	20.3	145.513	129.012
Total circulante		**553.696**	**547.870**
Fornecedores de energia elétrica	20.2	-	168.867
Total não circulante		-	**168.867**
Total		**553.696**	**716.737**

20.1. Encargos de uso da rede elétrica

Refere-se a obrigações perante Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, em função do encargo pelo transporte da potência de energia elétrica e dos valores a ele relacionados, conforme avisos de débitos emitidos pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

20.2. Fornecedores de energia elétrica

Refere-se a obrigações decorrentes da compra de energia elétrica no âmbito da CCEE, da importação de energia elétrica da Venezuela para a revenda à Boa Vista Energia S.A, e, também, da energia comprada com compromisso de pagamento de longo prazo.

O saldo do não circulante apresentou redução devido à quitação das parcelas decorrentes do fornecimento de energia elétrica à BTG Pactual em cumprimento ao contrato de compra e venda de energia na modalidade "swap", firmado setembro de 2014.

20.2.1. Leilão de compra e venda de energia na modalidade "swap" (permuta)

Em setembro de 2014, a Companhia promoveu uma oferta pública de compra e venda de energia elétrica na modalidade de "swap" (permuta) com o objetivo de cobrir as necessidades de compra/venda/uso da Eletronorte (own use). O vencedor do Leilão foi a BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda., única proponente do certame. Nessa operação a Companhia passou a comprar energia elétrica num preço máximo pré-estabelecido antes do início do leilão e se comprometeu a vender energia também num preço pré-estabelecido, conforme resumo a seguir:

- Fornecimento de Energia pela COMERCIALIZADORA

Período de fornecimento: de 1° de agosto de 2014 a 31 de dezembro de 2014.
Energia Contratada: 200 MW médios (duzentos megawatts médios).
Preço Máximo: 720,00 R$/ MWh (setecentos e vinte reais por MWh).

- Fornecimento de Energia pela ELETRONORTE

Período de fornecimento: de 10 de janeiro de 2016 a 31 de dezembro de 2018.
Energia Contratada: 141 MW médios (cento e quarenta e um megawatts médios).
Preço: R$ 162,60/MWh (cento e sessenta e dois reais e sessenta centavos por MWh).

Para essa operação não haverá desembolso nem qualquer transferência de recursos financeiros, ou seja, haverá somente a troca de energia aos valores contratados conforme definido em leilão, com exceção dos pagamentos de tributos. A energia contratada será faturada mensalmente por meio de documentos de cobrança, emitidos nos termos da legislação vigente.

As energias físicas objeto de "swap" (permuta) do referido contrato de compra e venda de energia, são equivalentes aos seguintes valores monetários e deverão ser registrados contabilmente:

COMPRA DE ENERGIA PELA ELETRONORTE			
Período	**MWh**	**R$/MWh**	**Valor**
Agosto a Dezembro/2014	734.200	662,03	486.062
Encargos Financeiros			116.999
Total			**603.061**
VENDA DE ENERGIA PELA ELETRONORTE			
Período	**MWh**	**R$/MWh**	**Valor**
Janeiro a Dezembro/2016	1.238.544	162,60	201.387
Janeiro a Dezembro/2017	1.235.160	162,60	200.837
Agosto a Dezembro/2018	1.235.160	162,60	200.837
Total	**3.708.864**	**162,60**	**603.061**

A operação se assemelha a um financiamento para a Companhia, sendo que a energia elétrica objeto de compra é financiada e o pagamento é efetuado por meio da entrega futura de energia elétrica. Considerando os valores monetários, resultantes dos volumes físicos de energia elétrica, comprados e vendidos em bases comutativas, a diferença entre esses valores, de R$ 116,9 milhões, conforme demonstrado na tabela acima, refere-se a encargo financeiro da Companhia e que deverá ser apropriada *pro-rata-temporis* ao longo do prazo do financiamento (iniciando em agosto de 2014 e terminando em dezembro de 2018). Esse encargo financeiro como é explicito e negociado entre as partes está compatível com taxa de mercado.

As operações de compra e de venda são registradas de forma separada (mas não de forma independente) quando da efetiva compra (afetando o passivo e a despesa ao longo de 2014 e 2015) e quando da efetiva venda (afetando contas a receber e a receita ao longo de 2016 a 2018).

O valor negociado da compra de energia já reflete o valor presente, pois é efetuado com base nas tarifas correntes e assim sendo, sobre o passivo serão incorporados os encargos financeiros ao longo do tempo, e na medida em que o faturamento for auferido com a venda da energia elétrica, haverá a compensação entre "contas a pagar" e "contas a receber" a título de amortização.

Os preços de compra e de venda acordados contratualmente entre a Companhia e a BTG Comercializadora são considerados os valores justos das respectivas transações, pois ocorreram entre partes independentes e em condições "não forçadas" (Leilão promovido por meio de um processo licitatório).

O leilão contou com seis proponentes interessados: Brasil Comercializadora de Energias, BTG Pactual, Cemig, Delta Energia, COPEN Energia e Cesp. Após a avaliação dos documentos de inscrição conforme previsto no edital, três proponentes foram habilitados: BTG Pactual, Cemig e Cesp. O leilão foi promovido no dia 03 de setembro de 2014 e apenas o proponente BTG Pactual apresentou proposta.

20.3. Fornecedores de combustíveis

Refere-se à aquisição de óleo combustível para funcionamento das usinas térmicas nos Estados do Acre, Rondônia e Amapá. A aquisição ocorreu para atender as usinas térmicas antes pertencentes ao sistema isolado.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800231

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 21 – FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS

As principais informações a respeito dos financiamentos e empréstimos em moedas estrangeiras e moeda nacional são as seguintes:

21.1. Resumo da dívida de financiamentos e empréstimos

	31/12/17				31/12/16			
	Encargos	Principal	Circulante	Não circulante	Encargos	Principal	Circulante	Não circulante
Moeda estrangeira								
Eletrobras	8.458	59.266	67.724	385.230	8.986	57.802	66.788	433.521
Total Moeda estrangeira	**8.458**	**59.266**	**67.724**	**385.230**	**8.986**	**57.802**	**66.788**	**433.521**
Moeda nacional								
Eletrobras	8.203	329.252	337.455	1.437.321	10.357	520.911	531.268	1.725.598
Instituições financeiras	35.238	469.261	504.499	2.065.779	32.132	314.199	346.331	2.016.646
Total Moeda nacional	**43.441**	**798.513**	**841.954**	**3.503.100**	**42.489**	**835.110**	**877.599**	**3.742.244**
Total	**51.899**	**857.779**	**909.678**	**3.888.330**	**51.475**	**892.912**	**944.387**	**4.175.765**

Sobre os financiamentos e empréstimos incidem atualização monetária, encargos e taxas de 3,5% a 12,12% a.a., para o mercado interno; e variação cambial, encargos, imposto de renda e taxas de 2,48% a 6,83% a.a., para o mercado externo.

21.2. Vencimento das parcelas do passivo não circulante

ANO	31/12/17	31/12/16
2018	-	575.819
2019	597.782	444.615
2020	563.433	393.784
2021	450.553	390.406
2022	402.834	376.573
2023	390.153	390.753
Após 2023	1.483.575	1.603.815
Total	**3.888.330**	**4.175.765**

21.3. Movimentações dos financiamentos e empréstimos

	MOEDA NACIONAL				MOEDA ESTRANGEIRA			
	Circulante			Não Circulante	Circulante			Não Circulante
	Encargos	Principal	Total	Principal	Encargos	Principal	Total	Principal
Saldo em 31/12/2015	**17.077**	**502.911**	**519.988**	**3.606.911**	**12.784**	**68.685**	**81.469**	**583.788**
Aquisição PVTE	-	10.022	10.022	190.453	-	-	-	-
Captação/Devolução	(13.224)	200.560	187.336	572.659	-	-	-	-
Provisão de encargos	340.088	-	340.088	-	44.521	-	44.521	-
Variação monetária e cambial	-	16.104	16.104	95.978	(2.862)	(10.879)	(13.741)	(88.319)
Transferências	-	723.757	723.757	(723.757)	-	61.948	61.948	(61.948)
Amortizações / pagamentos	(301.452)	(618.244)	(919.696)	-	(45.457)	(61.952)	(107.409)	-
Saldo em 31/12/2016	**42.489**	**835.110**	**877.599**	**3.742.244**	**8.986**	**57.802**	**66.788**	**433.521**
Refinanciamento	(30.314)	632	(29.682)	41.612	-	-	-	-
Captação/Devolução	-	-	-	500.322	-	-	-	-
Provisão de encargos	395.025	-	395.025	-	37.120	-	37.120	-
Variação monetária e cambial	-	1.429	1.429	37.094	(591)	1.464	873	7.941
Transferências	-	818.172	818.172	(818.172)	-	56.232	56.232	(56.232)
Amortizações / pagamentos	(363.759)	(856.830)	(1.220.589)	-	(37.057)	(56.232)	(93.289)	-
Saldo em 31/12/2017	**43.441**	**798.513**	**841.954**	**3.503.100**	**8.458**	**59.266**	**67.724**	**385.230**

Os encargos de dívida e as variações monetárias sobre os financiamentos e empréstimos estão reconhecidos no resultado financeiro.

21.4. Composição do saldo da dívida, por indexador e moeda e principais indicadores

	31/12/17	31/12/16
Indexador		
TJLP	1.041.491	1.049.311
IPCA	1.602.769	1.767.942
SELIC	3.260	4.128
Outros	1.697.535	1.798.462
Moeda		
US$	327.800	365.611
Yen	125.153	134.698
Total	**4.798.008**	**5.120.152**
Principal	4.746.110	5.068.678
Encargos	51.898	51.474
Total	**4.798.008**	**5.120.152**

A exposição da Companhia ao risco de liquidez e juros está divulgada na nota 40.3.5

21.5. Indicadores

Os principais indicadores utilizados para atualização dos financiamentos e empréstimos da Companhia e das investidas tiveram as seguintes variações percentuais:

MOEDAS / INDICADORES	31/12/17	31/12/16
Selic	9,67	14,01
IPCA	2,91	6,12
TJLP	(6,66)	7,14
Y (Iene Japonês)	5,30	(13,90)
US$ (Dólar Americano)	2,50	(16,53)
EURO	15,44	(19,10)

21.6. Cláusulas Contratuais Restritivas - Covenants

A Companhia possui contratos de Financiamentos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e outras instituições, com Cláusulas Restritivas (*Covenants*) atreladas a condições operacionais. As medições são anuais e a Companhia vem cumprindo com os *covenants* na data base das demonstrações financeiras e vem acompanhando estes e outros covenants qualitativos, os quais foram atendidos em 31 de dezembro de 2017.

21.6.1. Garantias oferecidas pela Companhia na qualidade de interveniente dos empréstimos obtidos pelas investidas

A Companhia participa na qualidade de interveniente garantidora de diversos empreendimentos por meio de SPEs, em que possui participação societária. Nesses contratos, em sua maioria, a Eletrobras também figura como interveniente garantidora da operação e o valor justo dos contratos de garantia financeira são registrados na Eletrobras. Os montantes garantidos, as projeções e saldos devedores estão demonstrados no quadro abaixo:

Empreendimento	Banco Financiador	Modalidade (corporativo/SPE)	Participação da Controlada	Valor do Financ. (Quota Parte da Controlada)	Saldo Devedor 31/12/2017	Término da Garantia (não auditado)
Norte Brasil Transmissora	BNDES	SPE	49,00%	514.500	427.812	15/12/2029
Norte Brasil Transmissora	Emissão de Debêntures	SPE	49,00%	98.000	143.150	15/09/2026
Manaus Transmissora	BASA (FNO)	SPE	30,00%	75.000	91.043	16/09/2031
Manaus Transmissora	BASA (FDA)	SPE	30,00%	45.000	50.818	16/02/2029
Manaus Transmissora	BNDES	SPE	30,00%	120.300	87.107	15/12/2026
Transmissora Matogrossense Energia	BB - Fundo FCO	SPE	49,00%	39.200	33.937	01/02/2029
Transmissora Matogrossense Energia	BB - Fundo BNDES		49,00%	42.777	26.571	15/05/2026
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (longo prazo)	BNDES	SPE	24,50%	30.851	26.829	
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (longo prazo)	BNDES	SPE	24,50%	30.984	25.105	31/12/2017
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (longo prazo)	BNDES	SPE	24,50%	32.533	28.276	
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	Itau BBA (debêntures)	SPE	24,50%	142.100	142.865	30/04/2017
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	Santander (debêntures)	SPE	24,50%	412.825	429.894	30/04/2017
Belo Monte Transmissora de Energia S. A.	BNDES	SPE	24,50%	214.375	226.383	15/04/2017
Norte Energia	BNDES	SPE	19,98%	2.697.300	3.197.993	15/01/2042
Norte Energia	CEF	SPE	19,98%	1.398.600	1.748.032	15/01/2042
Norte Energia	BTG Pactual	SPE	19,98%	399.600	499.438	15/01/2042
Companhia Energética Sinop S.A.	BNDES	SPE	24,50%	256.270	227.483	15/06/2038
TOTAL				**6.550.215**	**7.412.735**	

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800232

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

21.7. Condições financeiras dos contratos de financiamentos e empréstimos

CONTRATO	CONDIÇÕES FINANCEIRAS					Fim
	Moeda	Taxa juros	OUTROS ENCARGOS	ÍNDICE CORREÇÃO	SALDO DEVEDOR	
BNDES -09.2.1355.1	R$	2,5% a.a.		TJLP	16.383	15/11/2024
BNDES - 10.2.0267-1	R$	2,5% a.a.		TJLP	6.968	15/11/2024
BNDES - 11.2.1318.1	R$	2,72 e 1,72% a.a.		TJLP	100.142	15/02/2027
BNDES-11.2.0281-1	R$	2,12% a.a.		TJLP	362.128	15/11/2028
BNDES-13.2.0676.1	R$	3,05 e 3,5% a.a.		TJLP	5.837	15/03/2028
BNDES-13.2.0673.1	R$	3,05 e 3,5% a.a.		TJLP	19.497	15/08/2028
BNDES-13.2.0672.1	R$	3,05 e 3,5% a.a.		TJLP	22.512	15/10/2028
BNDES-10.2.2072.1	R$	2,12 e 2,12% a.a.		TJLP + IPCA	229.148	15/08/2028
BNDES-13.2.117.1 - PAR/PMIS	R$	2,85 e 3,5% a.a.		TJLP	278.875	15/12/2023
BANCO DO BRASIL 18 MM	R$	8,5% a.a			168	01/01/2018
BANCO DO BRASIL 12 MM	R$	8,5% a.a			5.425	01/12/2026
BANCO DO NORDESTE - FNE	R$	8,5% a.a			53.398	03/06/2031
BANCO DO AMAZÔNIA 25 MM - FNO	R$	8,5% a.a			18.237	10/01/2029
BANCO DO AMAZÔNIA 221,7 MM - FNO	R$	8,5% a.a			200.563	10/07/2031
STATE GRID BRASIL HOLDING S/A.	R$	10,00% a.a	3% a.a.		351.277	28/07/2029
ELETROBRAS - ECF - 2092/01	R$	5,42% a.a.	3% a.a.	RGR	130.485	30/12/2023
ELETROBRAS - ECF - 2272/02 - RES 765/02	R$	5% a.a.	2% a.a.	RGR	38.262	30/05/2018
ELETROBRAS - ECF - 2757/09	R$	6,00%	1,00%	IPCA	89.319	30/06/2021
ELETROBRAS - ECF - 2758/09	R$	6,00%	1,00%	IPCA	17.538	30/06/2021
ELETROBRAS - ECF - 2794/09	R$	6,00%	1,00%	IPCA	1.096.939	31/12/2029
ELETROBRAS - ECF - 2818/10	R$	6,00%	1,00%	IPCA	50.431	30/10/2021
ELETROBRAS - ECF - 2934/11	R$	6,00%	1,00%	IPCA	348.543	30/08/2023
ELETROBRAS - ECF - 3038/13	R$	SELIC			3.260	30/09/2021
C.E.F CCB 471.186-96	R$	CDI +25%		CDI	229.154	23/04/2019
C.E.F CCB 040.317-7	R$	CDI +25%		CDI	479.420	30/03/2021
BANCO DO AMAZÔNIA	R$	2,5 % a.a.			191.146	10/11/2032
ELETROBRAS - ECR 257/97 - BID	US$	6,83 % a.a.			327.800	06/04/2025
ELETROBRAS - ECR 260/98 - EXIMBANK	YEN	2,48 % a.a.			125.153	06/04/2025
SUBTOTAL					**4.798.008**	
DEBÊNDURES 221,7 MM - FDA	R$	1,65% a.a.		TJLP	202.757	15/10/2031
SUBTOTAL					**202.757**	
TOTAL					**5.000.765**	

21.8. Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte na importância total de até R$ 294.700. O empreendimento é realizado por meio da Sociedade Belo Monte Transmissora de Energia S.A., constituída para tal, cujos sócios são: State Grid (51%), Furnas (24,5%) e Eletronorte (24,5%). O saldo devedor está demonstrado a seguir:

Saldo em 31/12/2016	Circulante	Não Circulante	Total
	12.035	**306.760**	**318.795**
Atualização/ Juros	32.482	-	32.482
Refinanciamento	(15.925)	15.925	-
Saldo total em 31/12/2017	**28.592**	**322.685**	**351.277**

NOTA 22 - DEBÊNTURES

Em 20 de janeiro de 2012, a SPE Estação Transmissora de Energia S.A., investida da Companhia já incorporada, em Assembleia de acionistas aprovou a emissão de Debêntures, para subscrição particular, de 221.789.000 (duzentos e vinte e um milhões, setecentos e oitenta e nove mil) debêntures de primeira emissão da SPE, com garantia real e fidejussória por fiança, em quatro séries, todas elas conversíveis em ações da SPE, com ou sem direito a voto, nos termos da Escritura Pública da Primeira Emissão Privada de Debêntures Conversíveis.

22.1. Emissão: as debêntures foram emitidas e os recursos liberados, assim distribuídos:

Data estimada para emissão	Série	Quantidade de debêntures	Valor unitário	Valor Total
21/01/12	1ª	67.157.589,87	1,00	67.157
30/09/13	2ª	78.347.824,83	1,00	78.348
30/09/13	3ª	65.100.762,56	1,00	65.101
30/11/13	4ª	11.182.822,74	1,00	11.183
Total		**221.789.000,00**		**221.789**

22.2. Resumo da dívida das debêntures

			31/12/17			31/12/16		
Financeira	Atualização	Vencimento	Principal	(-) Custos	Montante da dívida	Principal	(-) Custos	Montante da dívida
BASA/FDA	TJLP + 1,65% a.a	10/07/31	218.320	(7.564)	202.757	203.521	(2.146)	201.375
Circulante					22.658			12.442
Não circulante					180.099			188.933

22.3. Movimentação das debêntures

	Circulante	Não Circulante
Saldo em 31/12/2016	**12.442**	**188.933**
Devolução/Refinanciamento	(5.964)	5.965
Provisão de encargos	19.006	-
Transferências	14.799	(14.799)
Amortizações / pagamentos	(17.625)	-
Saldo em 31/12/2017	**22.658**	**180.099**

22.4. Destinação dos Recursos: os recursos líquidos obtidos pela antiga SPE com a emissão das debêntures foram integralmente utilizados na implantação da estação retificadora de corrente alternada em 500 kV para corrente contínua em ±600kV, número 01, com capacidade de 3150 MW, localizada na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia e a implantação da Linha de Eletrodo e Eletrodos de Aterramento na subestação Coletora Porto Velho, no Estado de Rondônia.

22.5. Período de Conversão: qualquer debenturista poderá, a qualquer tempo a partir da data de emissão, a seu exclusivo critério, solicitar a conversão das debêntures de qualquer série, integral ou parcialmente, em ações de emissão da Companhia, até o limite de 50% do montante subscrito, mediante envio de notificação à Companhia, por escrito, solicitando a referida conversão.

22.6. Prazo de subscrição e forma de integralização: as debêntures de cada série serão subscritas em até 05 (cinco) dias úteis, contados da respectiva data de emissão. A integralização das debêntures de cada série será à vista, em moeda nacional, no ato da subscrição ("data de integralização"). As debêntures de cada série serão subscritas e integralizadas pelo seu valor nominal.

22.7. Pagamentos e vencimento: a Companhia pagará o valor total da emissão no prazo máximo de 240 (duzentos e quarenta) meses, incluído o período de carência, contados a partir da formalização da Escritura de Debêntures, respeitadas as seguintes condições:

As debêntures tiveram prazo de carência de forma que o primeiro pagamento ocorreria até um ano após 26 de abril de 2012 (data prevista para o projeto entrar em operação), conforme Parágrafo único, artigo 21 e artigo 23 do Regulamento do FDA. Foi celebrado um Termo Aditivo ao contrato de financiamento, assinado em 22 de março de 2013, prorrogando para 33 (trinta e três) meses o prazo de carência, contados a partir do primeiro dia 10 (dez) seguinte à data de formalização da cédula de crédito, de forma que o vencimento da primeira amortização do principal e juros passou a ser em 10 de maio de 2014, o que de fato ocorreu.

(i) Havendo exclusão de responsabilidade da emissora, quanto ao atraso no início da entrada em operação do empreendimento, os prazos de carência e vencimento do financiamento poderão ser prorrogados, desde que referida prorrogação seja aprovada pela Sudam, com a anuência do BASA.

(ii) Ainda que haja prorrogação da carência, os encargos financeiros devidos serão estabelecidos da seguinte forma: as debêntures, a partir de sua emissão, sofrerão incidência da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), mais juros de 0,15% a.a. (base 365 dias), a título de "*del credere*" do agente operador, desde a data da primeira liberação até a data do efetivo pagamento. Após o término da carência, cujo prazo é contado da data da contratação até 1 ano após a data prevista para entrada em operação, serão adicionados juros de 1,50% a.a., sobre o saldo devedor da operação, totalizando encargos de 1,65% a.a. (base 365 dias).

22.8. Obrigações contratuais: as obrigações contratuais estão integralmente cumpridas na data destas demonstrações financeiras.

Com a incorporação da Estação Transmissora de Energia S.A., o contrato de emissões de debêntures foi assumido pela Companhia.

Nesse contrato, por possuir cláusula contratual referente à possibilidade da conversão das debêntures em ações da Companhia, a critério da Sudam, limitados a 50% das debêntures emitidas, é possível atribuir um valor ao montante que seria atribuído a Sudam, caso tal conversão venha a se concretizar. Diante desse fato, foi avaliado derivativo na operação, mencionado na nota 11.2.

NOTA 23 - IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS – PASSIVO

		31/12/17	31/12/16
Impostos retidos na fonte		16.634	20.018
PIS e COFINS		54.391	44.284
ICMS		3.411	2.046
Contribuições previdenciárias		1.804	2.739
IRPJ / CSLL		45.555	15.707
ISS		594	834
Parcelamento IRPJ/CSLL	23.5	-	37.679
Outros		1.152	1.902
Total Circulante		**123.541**	**125.209**
Passivo Fiscal Diferido	10.2	1.400.319	1.364.046
(-) Valor compensado com Ativo	10.2	(1.400.319)	(1.364.046)
Parcelamento IRPJ/CSLL	23.5	-	135.016
Total não circulante		-	**135.016**
TOTAL		**123.541**	**260.225**

A redução significativa verificada no saldo total dos impostos é decorrente da quitação total em Dezembro de 2017 dos parcelamentos oriundos dos Programas de Regularização Tributária a que a Companhia havia aderido.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800233

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

23.1. PIS e COFINS

Contribuições devidas à Receita Federal do Brasil sobre a receita da Companhia apuradas por meio dos regimes cumulativo e não cumulativo de tributação.

23.2. Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Imposto devido aos fiscos estaduais, incidente sobre a venda de energia elétrica e nas aquisições de mercadorias e serviços, relativo à parcela do diferencial de alíquota das aquisições interestaduais.

23.3. Contribuições Previdenciárias

Contribuições devidas à Receita Federal do Brasil sobre serviços prestados por pessoas físicas.

23.4. Estimativa de realização

A realização dos passivos não circulantes no montante de R$ 1.405.582, composto pelo passivo fiscal diferido foi estimada conforme abaixo:

	31/12/17	31/12/16
2018	175.040	15.731
2019	175.040	15.731
2020	175.040	15.731
2021	175.040	15.731
2022	175.040	15.731
2023	175.040	15.731
Após 2023	350.080	125.306
Total não circulante	**1.400.319**	**219.692**

23.5. Programas de Regularização Tributária

A Companhia aderiu ao Programa de Regularização Tributária (PRT), instituído pela Instrução Normativa RFB nº 1.687, de 31 de janeiro de 2017, para quitação de débitos de IRPJ e CSLL, optando pelo pagamento em espécie de 24% da dívida consolidada, R$ 52.463, em 24 prestações mensais e sucessivas no valor de R$ 2.186, e liquidação do restante, R$ 166.132, com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e base de cálculo negativa da CSLL. Em atendimento à legislação do PRT a Companhia desistiu do parcelamento anterior em curso.

Por meio da Medida Provisória nº 783, de 31 de maio de 2017, o Governo institui o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), permitindo a quitação de débitos, de natureza tributária e não tributária vencidos até 30 de abril de 2017, e liquidação de parte desses débitos através da utilização de prejuízo fiscal de Imposto de Renda e base negativa da CSLL.

Em setembro de 2017, após análise econômica comparativa dos dois programas, a Companhia decidiu pela migração do PRT para o PERT, tendo em vista as condições vantajosas de aproveitamento dos créditos fiscais oriundos de prejuízo fiscal e base negativa da CSLL por apresentarem um percentual de aproveitamento maior em relação ao PRT. Dessa forma, na mesma data, a Companhia desistiu dos efeitos da adesão anterior ao PRT.

NOTA 24 – OBRIGAÇÕES COM A CONTROLADORA E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

24.1. Dividendo do exercício 2017

Em função da apuração de lucro neste exercício, serão distribuídos pela Companhia os dividendos previstos na legislação societária, de acordo com o demonstrativo a seguir:

PASSIVO CIRCULANTE	31/12/17	31/12/16
1) Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios:		
Lucro líquido do exercício	1.913.847	3.188.841
Constituição da Reserva legal (5%)	(95.692)	(159.442)
Constituição da Reserva Incentivo fiscal	(242.216)	(182.831)
Base de cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios	1.575.939	2.846.568
Dividendo mínimo obrigatório (25%)	**393.985**	**711.642**
Dividendos propostos exercício 2017	393.985	-
Dividendos propostos - Dividendos não distribuído exercício 2016	711.642	
Saldo de exercícios anteriores	736	973
TOTAL A DISTRIBUIR	**1.106.363**	**973**
2) Cálculo do Lucro Líquido Realizado (art. 197, Lei 6.404/76):		
Lucro Líquido do Exercício	-	3.188.841
(-) Lucro não realizado (RBSE)	-	(2.373.144)
(=) Lucro líquido realizado	-	**815.697**
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Reserva Legal	95.692	159.442
Reserva de Incentivo Fiscal	242.216	182.831
Reserva Especial Dividendos não distribuídos	-	711.642
Reserva de retenção de lucros (art. 196, lei 6.404/76)	1.181.954	2.134.926

Sobre os valores dos dividendos incidem encargos financeiros equivalentes à taxa Selic, até o dia do efetivo pagamento, conforme Decreto nº 2.673, de 16 de julho de 1998.

24.2. Dividendo exercício 2016

O lucro apurado no exercício de 2016 foi fortemente impactado pelo reconhecimento contábil da remuneração sobre os ativos da denominada Rede Básica – Serviço Existente (RBSE), esse acréscimo expressivo no resultado da Companhia não representou aumento no fluxo de caixa tendo em vista que tal remuneração será recebida ao longo dos próximos oito anos, tendo início no mês de julho de 2017.

De conformidade com a legislação vigente, a Companhia propôs que a parcela correspondente ao dividendo mínimo obrigatório fosse destinada à reserva especial de dividendos não distribuídos no valor de R$ 711.642, e a parcela relativa ao lucro não realizado, decorrente da RBSE, fosse alocada na reserva de retenção de lucros (R$ 2.134.926). Em Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 27 de abril de 2017, a proposta de destinação do lucro do exercício de 2016 foi aprovada pelos Acionistas da Companhia.

24.3. Obrigações com a Controladora (cessão de créditos)

Em 29 de abril de 2015, em reunião da Assembleia Geral Ordinária (AGO), os acionistas rejeitaram a proposta de destinação do resultado do exercício social de 2014, no que se refere à retenção de parcela do lucro, no montante de R$ 913.554, e votaram pela distribuição, na forma de dividendos, de 100% do lucro ajustado nos termos da Lei 6.404/76, no montante de R$ 1.827.108. Os reflexos contábeis dessa decisão foram registrados na data da reunião.

Assim, o pagamento dos dividendos foi estruturado da seguinte forma (valores referenciados a 31 de maio de 2015):

a) 25% em dinheiro, no montante de R$ 478.816 em 31 de outubro de 2015;

b) 75% em créditos, em 30 de dezembro de 2015, sendo:

- R$ 253.851 da Eletrobras Distribuição Roraima S.A.; e
- R$ 1.182.597 da CERON - Termonorte II.

Os acionistas em Assembleia Geral Extraordinária (AGE), realizada em 26 de junho de 2015, deliberaram que os dividendos relativos ao exercício social de 2014, no valor atualizado de R$ 1.915.264, a preço de 31 de maio de 2015, seriam pagos até 31 de outubro de 2015, sendo 25% em dinheiro e 75% com a transferência à Eletrobras de créditos da Eletronorte, corrigidos até a data do pagamento.

Durante o exercício de 2016 houve o pagamento do montante referente à parcela de 25% no valor atualizado de R$ 511.853. Conforme deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de outubro de 2015, os 75% restantes, total de R$ 1.543.464 seriam pagos **à Eletrobras na forma de cessão de créditos**.

A cessão de créditos, da Eletronorte, dados em pagamento foi efetuada mediante assinatura dos dois Termos de Cessão de Direitos, com a anuência dos respectivos devedores, contendo, dentre as diversas condições inerentes ao assunto, à previsão da responsabilidade da Eletronorte pelo pagamento em caso da inadimplência dos devedores.

Até a liquidação total dos créditos cedidos, a Companhia ficará coobrigada sobre as contraprestações dos valores a Eletrobras em espécie ou em outros créditos. Os respectivos saldos serão atualizados até a data do pagamento conforme deliberação da assembleia. O quadro abaixo demonstra o saldo das obrigações com a controladora em 31 de dezembro 2017.

Créditos cedidos em pagamento de dividendos	Total
Saldo em 31/12/2016	**1.721.925**
Atualização monetária do período	167.760
Pagamentos no período	(38.449)
Saldo em 31/12/2017	**1.851.236**
Passivo circulante	477.555
Passivo não circulante	1.373.681

NOTA 25 – FOLHA DE PAGAMENTO E OBRIGAÇÕES ESTIMADAS

	Nota	31/12/17	31/12/16
Folha de pagamento			
Folha de pagamento		34.881	41.279
Encargos sobre folha de pagamento		68.112	70.098
		102.993	**111.377**
Obrigações estimadas			
Provisão de férias e encargos		139.193	150.814
Provisão Plano de Aposentadoria Extraordinário (PAE)	25.1	6.352	-
Outras		54.473	77.490
		200.018	**228.304**
Total circulante		**303.011**	**339.681**
Obrigações estimadas			
Provisão Plano de Aposentadoria Extraordinário (PAE)	25.1	25.409	-
Outras		-	7.162
Total não circulante		**25.409**	**7.162**
Total		**328.420**	**346.843**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800234

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

25.1. Plano de Aposentadoria Extraordinário (PAE)

Por meio do Plano de Negócios e Gestão (PDNG) 2017/2021, a controladora Eletrobras definiu uma série de medidas voltadas para redução de despesas operacionais e ganho de eficiência. Dentre as medidas está o Plano de Aposentadoria Extraordinário (PAE), aprovado pela Eletronorte em 23 de maio de 2017.

Este plano prevê o pagamento de incentivos indenizatórios e benefícios de assistência à saúde aos empregados que preencham os seguintes requisitos:

1) Idade igual ou superior a 55 (cinquenta e cinco) anos, com pelo menos 10 (dez) anos de vínculo empregatício com a Companhia, no momento do desligamento, que se enquadre em uma das seguintes condições:
   a) aposentados pela previdência oficial e;
   b) em condições de aposentadoria pela previdência oficial de acordo com as regras atuais do INSS;
2) Reintegrados e anistiados à empresa por meio da Comissão Especial Interministerial (CEI) de Anistia – Lei nº 8.878/1994, (neste caso não há exigência de tempo mínimo de empresa, idade mínima ou obrigatoriedade de ser aposentado ou aposentável);
3) Idade inferior a 55 anos, com mais de 10 anos de empresa e já aposentados pelo INSS, ou integrantes de categorias que têm aposentadoria especial.

Abaixo o demonstrativo das principais condições e benefícios do plano:

Parâmetros indenizatórios	PAE - Etapa 1	PAE - Etapa 2
Adesão	05/06/2017 a 14/07/2017	17/07/2017 a 31/07/2017
Vigência (desligamentos)	10/07/2017 a 11/12/2017	14/08/2017 a 11/12/2017
Incentivo indenizatório (1)	Equivalente aos 40% do saldo para fins rescisórios do FGTS.	Equivalente aos 40% do saldo para fins rescisórios do FGTS.
	Equivalente ao aviso prévio.	Equivalente ao aviso prévio.
Incentivo indenizatório complementar (2)	50% sobre o valor do incentivo indenizatório (1).	30% sobre o valor do incentivo indenizatório (1).
Incentivo indenizatório mínimo (1+2)	R$175	R$175
Assistência à saúde	60 meses	60 meses
Quantidade de desligamentos no ano	78	170

Para o cálculo do incentivo indenizatório foi considerada a remuneração fixa do mês da adesão ou do mês do desligamento, o que for maior. Adicionais de periculosidade, insalubridade e transferência, dentre outros, foram calculados pela média dos últimos doze meses.

O efeito contábil líquido do PAE no resultado foi de R$ 148.116 (nota 34.1).

NOTA 26 – PROVISÕES PARA RISCOS

26.1. Passivos contingentes e provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos decorrentes do curso normal de suas operações, que incluem processos de natureza tributária, cível e trabalhista.

A provisão registrada em relação a tais processos é determinada pela Administração da Companhia, com base na análise de seus consultores jurídicos, e refletem a melhor estimativa do desembolso exigido para liquidar as perdas esperadas. A Administração adota o procedimento de classificar os processos judiciais impetrados contra a Companhia em função da probabilidade de perda, baseado na opinião dos consultores jurídicos, da seguinte forma:

- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado a perda provável, além de atender a condição de obrigação presente vinculada a evento passado e serem passíveis de razoável mensuração, são contabilizadas provisões;
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como possível, não é contabilizada provisão e suas informações correspondentes são divulgadas em Notas Explicativas, quando relevantes, e
- para as causas cujo desfecho negativo para a Companhia seja considerado como remoto, não é contabilizada provisão e somente são divulgadas em notas explicativas as informações, que a critério da administração, sejam julgadas de relevância ao bom entendimento e clareza das demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia acredita que a provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas, constituída de acordo com o CPC 25, é suficiente para cobrir eventuais perdas com processos legais.

26.1.1. Valores de provisões para riscos

Os saldos e a movimentação das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são apresentados abaixo:

	31/12/16	Provisões e atualizações	Reversões	Pagamentos/ Baixas	31/12/17
Trabalhistas	152.851	57.147	(9.209)	(28.012)	172.777
Tributárias	4.900	9.657	(2.693)	(125)	11.739
Cíveis	359.948	79.606	(2.309)	(1.167)	436.078
Outras	292.388	13.014	(467)	(522)	304.413
Total	**810.087**	**159.424**	**(14.678)**	**(29.826)**	**925.007**

As contrapartidas das provisões e reversões estão registradas no grupo de despesas (nota 34.2).

26.1.1.1. Tributárias

As provisões para riscos tributários envolvem várias provisões que, individualmente são de menor relevância, e basicamente são decorrentes de Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) e tributos federais junto à Receita Federal do Brasil, totalizando uma provisão de R$ 7.160 (2016 - R$ 4.840).

26.1.1.2. Cíveis e outras

As provisões para riscos cíveis são de caráter indenizatório, de natureza financeira e por reclamatórias impetradas por proprietários de áreas inundadas pelos reservatórios de usinas hidrelétricas. Apresentamos abaixo os processos de maior relevância:

Ação de desapropriação – UHE Balbina: desapropriações ajuizadas pela Companhia com a finalidade de indenizar os proprietários das áreas atingidas pela formação do reservatório da Usina Hidrelétrica de Balbina (AM). Em sua maioria, os processos estão em fase de cumprimento de sentença. Há discussão acerca da legitimidade dos títulos apresentados pelos expropriados, tendo, inclusive, o Ministério Público Federal ajuizado Ação Civil Pública contestando esses títulos. A provisão constituída desta causa em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 288.043 (2016 - R$ 283.428).

Ação indenizatória – Sul America Companhia Nacional de Seguros: trata-se do ressarcimento de valores a Sul America Companhia Nacional de Seguros devido ao pagamento feito a Albrás Alumínio Brasileiro S.A. pelo sinistro sofrido decorrente da interrupção do fornecimento de energia elétrica. No exercício de 2016 o processo montava R$ 237.299. O saldo em 31 de dezembro de 2017 monta a R$ 240.709.

Ação de cobrança – Cetenco Engenharia: processo em discussão na esfera judicial. A empresa Cetenco celebrou contrato de prestação de serviços e obras para a construção das linhas de transmissão do sistema associado à UHE Tucuruí. Alega que os pagamentos realizados pela Eletronorte ocorreram com atraso e sem pagamento da correção monetária e juros de mora.

Embora o processo já esteja em fase de execução, além do pedido para que a execução seja promovida por meio do rito do art. 730 do CPC (rito dos precatórios), a Companhia defende que a correção monetária seja aplicada após a propositura da ação. Em 31 de dezembro de 2017 o processo monta R$ 76.256 (2016 – R$ 72.711).

26.1.1.3. Trabalhistas

A Companhia é ré em inúmeras reclamações trabalhistas envolvendo diversos assuntos. A maior parte envolve horas extras, adicional de periculosidade e responsabilidade subsidiária.

Em relação às provisões para riscos trabalhistas destacam-se as ações que versam sobre periculosidade e índices inflacionários.

No caso específico do processo que versa sobre os índices inflacionários, trata-se de reclamação trabalhista coletiva buscando a recomposição inflacionária dos salários durante o período de hiperinflação. O outro processo discute o pagamento de adicional de periculosidade para empregados, cujos cálculos do débito já foram homologados pelo juízo. A Eletronorte garantiu a execução e nesse momento discute os cálculos apresentados pela justiça.

Em 31 de dezembro de 2017 a causa mais relevante dessa natureza monta R$ 20.564 e faz referência ao processo 00127.2007.004.10.00.4, movido pelo STIU-DF (Sindicato dos Urbanitários do Distrito Federal), cujo objeto discute a incorporação definitiva do adicional de periculosidade nos salários dos empregados classificados como eventuais ou isentos. Em setembro de 2016 foi homologado acordo judicial entre as partes para adesão individual dos substituídos no processo. Dessa forma, o valor envolvido no processo reduziu consideravelmente. Como medidas preventivas, a Companhia atua na fiscalização dos requisitos necessários e legais para pagamento do objeto pleiteado.

Reclamação trabalhista nº 0001714-79.2014.5.10.0008: promovida pelo Ministério Público do Trabalho do Distrito Federal cujo objeto diz respeito à contratação de mão de obra via concurso público. Em outubro de 2017 houve mudança no grau de risco passando de possível para provável. Saldo do processo em dezembro 2017 monta R$ 4.242.

26.1.2. Contingências passivas possíveis

A Companhia possui contingências passivas de natureza tributária, cível e trabalhista, cuja expectativa de perda avaliada pela Administração e sustentada no julgamento de consultores jurídicos está classificada como possível e, portanto, nenhuma provisão foi constituída. Abaixo estão demonstradas as contingências classificadas com probabilidade de possível.

	31/12/17	31/12/16
Trabalhistas	85.056	71.696
Tributários	264.367	368.607
Cíveis	258.662	1.349.644
Outros	200.902	231.241
TOTAL	**808.987**	**2.021.188**

26.1.2.1. Tributárias

As contingências tributárias classificadas como possível de maior relevância, avaliadas pela Companhia estão relacionadas aos seguintes tributos:

ICMS: A Companhia discute judicialmente a cobrança de multa relacionada a:

I. aproveitamento de créditos de ICMS quando da transferência dos mesmos à Boa Vista Energia, por ocasião da cisão do patrimônio da Companhia para criação desta, no montante de R$ 97.557 (2016 – R$ 90.290);
II. cobrança pelo Fisco Estadual de Roraima exige da Eletronorte o estorno de créditos de ICMS relativos a bens do ativo permanente, o estorno dos créditos do ICMS na proporção de operações qualificadas como isentas ou não-tributadas, a saber: a) venda de energia para a CER – Centrais Elétricas de Roraima, e b) valores escriturados como "Outros". Valor total de R$ 49.584 (2016 – R$ 45.891).

Autor: Estado de Roraima.

PIS/PASEP e COFINS: A Companhia discute na esfera administrativa, auto de infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal no montante de R$ 161.596 (2016 - R$ 145.039). No entendimento da

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800235

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Receita Federal a correção de contratos anteriores a outubro de 2003, pelo IGPM, descaracteriza o caráter predeterminado do preço, de forma que após o primeiro reajuste o regime de tributação seria o da não-cumulatividade. Contudo, existem precedentes judiciais em sentido oposto, favoráveis, à tese da Companhia.

26.1.2.2. Cíveis e outras

As contingências cíveis classificadas como possível de maior relevância para a Companhia referem-se às seguintes matérias:

Cobrança pelo CNEC de correção monetária e juros por atraso de pagamento: ação Judicial de cobrança ajuizada pelo CNEC - Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores S.A., objetivando o recebimento de correção monetária e juros por atraso de pagamentos de faturas, em virtude da correção monetária desproporcional ao valor real da moeda, pela supressão e utilização de índices divorciados da realidade contratual. A Companhia sustenta que as partes realizaram composição de todas suas pendências firmando "Contrato de Reconhecimento, Consolidação e Pagamento de Débitos e outras avenças", e, que o direito reclamado se encontra prescrito e quitado. Em 31 de dezembro 2017 o valor do processo é de R$ 1.108.921 (2016 – R$ 1.093.210). Em outubro de 2017 houve mudança do grau de risco, de possível para remoto.

Ação indenizatória e antecipação de tutela: ação trata de rescisão contratual cumulada com obrigações de fazer e não fazer, com pedido de tutela de urgência, proposta por MAVI Engenharia e Construções Ltda, em desfavor de Linha Verde Transmissora de Energia S/A, no montante de R$ 176.245 (2016 – R$ 160.484).

Ação indenizatória de desapropriação fundiária: ação trata de pedido de indenização de desapropriação fundiária, no montante de R$ 121.728, ajuizada pela ADEMPAR - Organização de negócio e comércio exterior. Já foi proferida sentença de ilegitimidade da parte autora referente à posse do imóvel Gleba Pitinga em processo semelhante. Saldo do processo em 31 de dezembro 2017 monta R$ 123.478.

26.1.2.3. Trabalhistas

As contingências trabalhistas classificadas como possível envolve vários processos de valor menor e em sua maioria referem-se a demandas que envolvem horas extras, horas *in itinere*, responsabilidade subsidiária (terceirização), reenquadramento e equiparação salarial.

Além das causas citadas acima, destaca-se o processo nº 0000013-54.2016.5.08.0207, referente à ação declaratória constitutiva de direito cumulado com perdas e danos materiais e indenização por danos morais, proposta na Justiça do Trabalho, cujo objeto é a declaração da propriedade de invento ao Sr. Edson Ferreira de Barros, bem como o pagamento de lucros obtidos pela utilização do invento de autoria do demandante. A Companhia defende a tese de que o pleito está em desacordo com o que estabelece a legislação, sendo inviável a concessão da propriedade intelectual, bem como qualquer pagamento de danos e lucros. A sentença julgou a tese improcedente. Valor pleiteado da causa monta R$ 7.702 em 31 de dezembro de 2017.

NOTA 27 – ENCARGOS SETORIAIS

	Nota	31/12/17	31/12/16
Reserva global de reversão (RGR)	27.1	31.075	24.121
Conta de desenvolvimento energético (CDE)	27.2	19.206	4.498
Programa de incentivo às fontes alternativas de energia (PROINFA)	27.3	16.606	15.330
Pesquisa e desenvolvimento (P&D)	27.4	224.795	227.476
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos (CFURH)	27.5	13.782	25.287
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE)		2.654	2.905
Total		**308.118**	**299.617**

Os valores registrados no passivo como encargos setoriais possuem contrapartida em contas de resultado, como deduções da receita operacional (nota 33).

27.1. Reserva Global de Reversão (RGR)

A contribuição para a formação da RGR é de responsabilidade das Concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica, mediante uma quota denominada Reversão e Encampação de Serviços de Energia Elétrica, de até 2,5% do valor dos investimentos das concessionárias e permissionárias, limitado a 3% da receita anual. O valor da quota é computado como componente do custo do serviço.

27.2. Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)

Criada pela Lei nº 10.438/2002 e alterada pela Lei nº 12.783/2013, a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) visa o desenvolvimento energético dos Estados, dentre os principais objetivos estão: promover a universalização dos serviços de energia elétrica, garantir recursos destinadas à modicidade da tarifa de energia elétrica e atender aos consumidores residenciais de baixa renda, atender os dispêndios da CCC e permitir a amortização de operações financeiras vinculados à indenização por ocasião da reversão das concessões. A CDE é regulamentada pelo Ministério de Minas e Energia e definida através de quotas anuais calculadas pela ANEEL, que deve corresponder à diferença entre a necessidade total de recursos do Fundo e a arrecadação proporcionada pelas demais fontes.

A Companhia arrecada os recursos da CDE junto aos seus consumidores de energia elétrica e repassa à Eletrobrás que é o órgão responsável pela movimentação financeira. Dessa forma, o ingresso e repasse desse recurso não afeta o resultado contábil da Companhia.

27.3. Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia (PROINFA)

Programa do Governo Federal para o desenvolvimento de projetos para a diversificação da matriz energética brasileira e incentivo às fontes alternativas de energia elétrica, instituído pela Lei nº 10.438, de abril de 2002, que busca soluções de cunho regional para o uso de fontes renováveis de energia.

27.4. Pesquisa e Desenvolvimento (P&D)

A Companhia, na condição de empresa concessionária de energia elétrica, está obrigada a aplicar, anualmente, o montante de, no mínimo, 1% de sua receita operacional líquida ajustada, em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000.

Os referidos recursos têm a seguinte destinação: (i) 0,4% para o Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT); (ii) 0,4% para projetos de pesquisa e desenvolvimento desenvolvidos pela Companhia, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL; e (iii) 0,2% para o Ministério de Minas e Energia (MME). Os recursos do P&D têm a finalidade de custear os estudos e pesquisas de planejamento da expansão do sistema energético, bem como os de inventário e de viabilidade necessários ao aproveitamento dos potenciais hidrelétricos.

A composição dos recursos aplicados em projetos de pesquisa e desenvolvimento e dos repasses ao FNDCT e ao MME é a seguinte:

	31/12/17	31/12/16
PASSIVO CIRCULANTE		
Projetos de pesquisa e desenvolvimento	219.209	222.442
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT)	3.724	3.356
Ministério de Minas e Energia (MME)	1.862	1.678
TOTAL	**224.795**	**227.476**
ATIVO CIRCULANTE		
Custos com projetos em andamento	(43.255)	(118.982)
TOTAL GERAL	**181.540**	**108.494**

Atendendo determinação dos citados dispositivos legais, em contrapartida aos lançamentos registrados no passivo, a Companhia contabiliza no resultado, em pesquisa e desenvolvimento, como dedução da receita operacional (nota 33).

27.5. Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH)

A Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos, para fins de geração de energia elétrica, foi instituída pela Constituição Federal de 1988 e trata-se de um percentual que as concessionárias de geração hidrelétrica pagam pela utilização de recursos hídricos. A ANEEL gerencia a arrecadação e a distribuição dos recursos entre os beneficiários: Estados, Municípios e órgãos da administração direta da União.

As concessionárias pagam 6,75% do valor da energia produzida a título de Compensação Financeira.

NOTA 28 – ADIANTAMENTO DE CLIENTES

28.1. Albrás

Em 2004 a Companhia participou do leilão de compra de energia elétrica realizado pelo consumidor industrial Alumínio Brasileiro S.A. – Albras, para um período de 20 anos, sendo 750 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 800 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, estabelecendo como parâmetro para a celebração do contrato um preço mínimo compatível com a tarifa de equilíbrio da Usina Hidrelétrica de Tucuruí.

O preço final ofertado foi composto por um preço base, acrescido de um prêmio, calculado em função da cotação do alumínio no mercado internacional, constituindo um derivativo embutido (nota 11.1).

Com base nessas condições, a Albrás efetuou a compra antecipada de créditos de energia elétrica, com pagamento antecipado de R$ 1.200.000, que se constituiu em crédito, em MW, de 43 MW médios/mês, de junho de 2004 a dezembro de 2006 e 46 MW médios/mês, de janeiro de 2007 a dezembro de 2024, a ser amortizado durante o período de fornecimento, em parcelas mensais expressas nesses MW médios, de acordo com a tarifa vigente no mês de faturamento.

28.2. BTG Pactual Comercializadora de Energia Ltda

No primeiro semestre, a Companhia contratou, por meio de leilão, o fornecimento de energia elétrica com a BTG Pactual, cujo pagamento se deu de forma antecipada e integral, correspondente à entrega de energia contratada para todo o período de fornecimento. As condições dos contratos estão detalhadas abaixo:

1) Leilão BTG Nº 12862/2017 - por meio do contrato de compra e venda de energia elétrica, celebrado em 20 de fevereiro de 2017, a Companhia contratou o fornecimento de 100 MW médios/mês ao preço de R$ 136,47/MWh (fixo e irreajustável), pelo período de 01 de julho a 31 de dezembro de 2017.

A posição e movimentação desse passivo são demonstradas a seguir:

Clientes	2017			2016		
	Amortizações Efetuadas	Ganhos	Saldo	Amortizações Efetuadas	Perdas	Saldo
Consumidora-ALBRÁS	20.065	2.039	588.129	(43.489)	(1.963)	**652.719**
Comercializadora-BTG Pactual	-	-	10.153	-	-	-
Comercializadora-INFINITY	-	-	-	-	-	-
Circulante			**78.891**			**60.504**
Não circulante			**519.391**			**592.215**

NOTA 29 – TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE RECURSOS HÍDRICOS – TFRH

A Companhia foi autuada por meio de dois autos de infração, o primeiro ocorreu em 27/08/2015 no montante de R$ 206.316, referente ao não recolhimento da TFRH sobre os meses de abril a junho de 2015. O segundo auto de infração datado de 11/11/2015 no montante de R$113.213, relativo aos meses de julho a setembro de 2015, perfazendo um valor total principal de R$ 319.529.

Posteriormente os autos de infração foram desmembrados em Mandado de Segurança Tributário, impetrado pela Companhia (Processo nº 0075104-45.2016.8.14.0301) e Execução Fiscal ajuizada pelo Estado do Pará (Processo nº 0099058-23.2016.8.14.0301), cujos valores são atualizados periodicamente e em 31 de dezembro 2017 corresponde a R$ 420.119.

A partir do exercício de 2016, em atendimento a Lei nº 8.091/2014, que instituiu a TFRH, e por entender tratar-se de obrigação legal, a Companhia vem provisionando mensalmente a TFRH com base na vazão e volume turbinado das usinas hidrelétricas de Tucuruí e Curuá-Una.

O total das provisões e respectivas atualizações mais o auto de infração acumulado em 31 de dezembro de 2016 corresponde a R$ 665.856, acrescido das provisões e atualizações contabilizadas no período de janeiro a dezembro de 2017 no total de R$ 517.727, perfazem o saldo passivo de R$ 1.183.583 em 31 de dezembro 2017.

NOTA 30 - OUTROS PASSIVOS

	Nota	31/12/17	31/12/16
CIRCULANTE			
Previnorte Fundação de Previdência Complementar		7.138	8.353
Convênios	30.1	10.443	81.283
Compensações Socioambientais	30.2	48.216	49.028
Gastos a realizar em empreendimentos		34.429	30.901
Óleo Combustível	30.3	53.063	53.063
Passivo a descoberto		13.581	11.696
Participação nos lucros e resultados	30.4	139.400	137.953
Eletrobras - Devolução RBNI	30.5	-	83.778
Diversos		72.730	78.454
TOTAL DO CIRCULANTE		**379.000**	**534.509**
NÃO CIRCULANTE			
Compensações Socioambientais	30.2	98.056	98.056
Provisão multa Aneel		25.654	28.424
Diversos		4.835	4.828
TOTAL NÃO CIRCULANTE		**128.545**	**131.308**
TOTAL GERAL		**507.545**	**665.817**

30.1. Convênios

	31/12/17	31/12/16
Convênio - Cooperação técnica MME	-	71.285
Convênio - DNIT nº 310/2006	3.959	3.754
Convênios - Eletrobras	229	229
Outros convênios	6.255	6.015
TOTAL	**10.443**	**81.283**

30.1.1. Acordo cooperação técnica – Ministério de Minas e Energia (MME)

Os valores registrados se referem a acordo de Cooperação Técnica, estabelecido com MME, por intermédio da Secretaria de Energia, visando aproveitar racionalmente os equipamentos de geração de energia elétrica, mediante cessão em comodato de bens, de propriedade da Companhia, com a transferência das unidades geradoras da UTE Rio Madeira, conforme autorizado pela Lei 12.872/2013, de 24 de outubro de 2013.

Considerando que até o encerramento do período não houve transferência de bens, o acordo firmado foi encerrado e a Companhia fez a devolução do valor total à Secretaria de Energia (MME).

30.1.2. Convênio nº 310/2006 – Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)

Substancialmente, se refere a saldo de recursos recebidos por conta do convênio nº 310 – DAQ-DNIT, firmado em 29 de dezembro de 2006, para continuidade da execução das obras civis das eclusas 1 e 2, canal, dique intermediário, execução de serviços de projetos, fabricação, fornecimento, transportes, montagem e testes dos equipamentos mecânicos e eletromecânicos específicos para as eclusas, destinadas a transposição do desnível criado pela construção da barragem da Usina Hidrelétrica (UHE) Tucuruí, no Estado do Pará.

30.2. Compensações Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da Usina Hidrelétrica Tucuruí (UHE Tucuruí) e da elevação da cota do seu reservatório, de 72 para 74 metros, houve necessidade de se efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema), do Estado do Pará. Foi definido por aquele órgão, como condicionante para liberação da Licença de Instalação (LI), que a Companhia implantasse diversos programas de mitigação e compensações socioambientais, dentre eles:

§ **Plano de Inserção Regional da área a montante da UHE Tucuruí (PIRTUC)** - desenvolvimento da microrregião da UHE Tucuruí para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região a montante da usina, abrangendo os municípios de Tucuruí, Novo Repartimento, Nova Ipixuna, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá e Breu Branco.

§ **Plano de Inserção Regional a jusante da UHE Tucuruí (PIRJUS)** - desenvolvimento da microrregião da UHE Tucuruí e sua contribuição para a concretização do ideal de desenvolvimento sustentável da região à jusante da usina, abrangendo os municípios de Cametá, Baião, Igarapé-Miri, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru.

30.3. Provisão – Óleo combustível

Refere-se à provisão para devolução ou ressarcimento à CCC, da diferença entre o quantitativo de óleo reembolsado pelo fundo setorial e o efetivamente consumido pelas usinas termelétricas Termo Norte II, Santana e Rio Acre, em função de termo de notificação emitido pela ANEEL.

A Companhia apresentou justificativa a ANEEL e aguarda manifestação daquela agência.

30.4. Participação nos lucros e resultados

Tendo por base o Acordo Coletivo de Trabalho e as disposições contidas na Lei nº 10.101, de 20 de dezembro de 2000, a Companhia provisionou a participação nos lucros e resultados no montante de R$ 139.400.

30.5. Eletrobras – Devolução RBNI

Refere-se a pagamento a maior realizado pela Eletrobrás à Companhia, relativo à indenização da prorrogação do contrato de concessão 058/2001, previsto na Lei 12.783/2013. Saldo foi quitado no exercício corrente.

NOTA 31 – BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

A Companhia mantém um programa de benefícios complementares ao concedido pelo Regime Geral da Previdência Social, administrado pela Previnorte - Fundação de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, instituída e patrocinada pela Companhia e por outras empresas do Sistema Eletrobras, conforme exigências da legislação brasileira.

A Companhia suporta dois diferentes planos, um do tipo BD - Benefício Definido e outro do tipo CD – Contribuição Definida. No ano 2000 foi permitida a migração do primeiro para o segundo, com transferência de valores saldados.

Os ativos dos planos CD e BD são mantidos separadamente daqueles da Companhia e são contabilizados e controlados pela Previnorte.

Os registros contábeis e as notas explicativas, decorrentes dos cálculos atuariais, foram consignados com base no laudo atuarial emitido por atuário independente.

a) Plano de Contribuição Definida (CD) – Plano 01-B

Plano individual de poupança previdenciária, no qual o benefício depende do valor das contribuições, do resultado dos investimentos administrados pela Previnorte e do tempo de contribuição do Participante. Suas contribuições são provenientes da Companhia e do empregado, descontados da folha de salários. Este plano proporciona os seguintes benefícios: complemento da aposentadoria, auxílio no caso de incapacidade para o trabalho e pensão por morte.

Plano em sistema de capitalização, para transformação futura em renda pós-emprego de caráter reversivo. Dessa forma, o benefício a ser concedido será representado pela reversão da poupança acumulada em renda, segundo parâmetros atuariais definidos. Considerada a característica desse plano, o regime é mantido em permanente equilíbrio, com cotizações individuais balizadas pelo valor dos ativos financeiros, não gerando a obrigação pós-emprego.

Em 31 de dezembro de 2017, as contribuições feitas pela Companhia, para a constituição das provisões matemáticas de benefícios do Plano CD atingiram R$ 45.542 (2016 - R$ 46.044).

b) Plano de Benefício Definido (BD) – Plano 01-A

Plano com características de Benefício Definido sob o regime financeiro de capitalização, que tem como fonte de suas contribuições a Companhia e o empregado, sendo tais contribuições calculadas sobre a folha de salários, em conformidade com plano anual de custeio definido pelo atuário responsável.

Este plano está em extinção desde 1º de janeiro de 2000 e, a partir dessa data, não pode receber novos participantes e proporciona os seguintes benefícios: complementação da aposentadoria, da pensão por morte, do abono anual e garantia de manutenção de direito à renda vitalícia futura para aqueles que se desligarem antes das respectivas aposentadorias, desde que tenham, pelo menos, três anos de efetiva contribuição ao plano.

O perfil populacional dos participantes dos Planos BD está abaixo demonstrado:

DADOS POPULACIONAIS	31/12/17	31/12/16
1. Participantes ativos		
1.1. Participantes - nº	55	56
1.2. Idade Média	62,6	60,6
1.3 Salário Médio em R$	12.847,56	12.535,65
2. Aposentados		
2.1. Participantes Aposentados - nº	452	468
2.2. Idade Média	75,8	73,8
2.3. Benefício Médio em R$	3.980,12	3.852,62
3. Pensionistas		
3.1. Participantes Pensionistas - nº	232	215
3.2. Benefício Médio em R$	1.849,76	1.795,19
População Total	**739**	**739**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800237

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

31.1. Programa de Assistência à Saúde e Seguro de Vida em Grupo

Além dos programas previdenciários, a Companhia mantém dois outros benefícios pós-emprego: seguro de vida em grupo e assistência médica aos aposentados por invalidez.

No seguro de vida em grupo, os aposentados arcam com 100% do prêmio contratado em apólice, enquanto para os ativos há uma participação financeira de 80% pela Companhia. Esse prêmio, todavia, é equalizado para toda massa segurada, incluindo ativos e inativos. Quando calculado de forma independente esse prêmio revela existência de subsidio indireto para a massa de aposentados, gerando uma obrigação pós-emprego avaliada neste relatório.

O programa de assistência médica da Companhia para os inativos é restrito à massa aposentada por invalidez. A avaliação do compromisso pós-emprego da Companhia relativamente a esse benefício considera as hipóteses de entrada em invalidez dos atuais empregados ativos, em conformidade com a tábua biométrica adotada, supondo-se um ônus futuro compatível com o custo atual do benefício.

31.2. Efeitos dos Planos BD, Assistência Saúde e Seguro

31.2.1. Hipóteses Atuariais e Econômicas

Hipóteses Econômicas	Planos Previdenciários		Assistência Saúde		Seguro	
	31/12/17	31/12/16	31/12/17	31/12/16	31/12/17	42.735,00
Taxa de juros de desconto atuarial anual (i)	9,38%	11,17%	9,60%	11,04%	9,04%	0,11
Taxa de juros real de desconto atuarial anual	0,00%	5,90%	5,32%	5,78%	0,00%	0,06
Projeção de aumento médio dos salários	2,32%	7,07%			2,32%	-
Projeção de aumento médio dos benefícios	4,06%	4,97%			4,06%	0,07
Projeção de aumento médio dos custos de saúde	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-	-
Taxa média de inflação anual	4,06%	4,97%	4,06%	4,97%	4,06%	0,05
Expectativa de retorno dos ativos do plano	9,38%	11,17%	9,60%	11,04%	9,04%	0,11
Hipóteses Atuariais						
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	-
Tábua de mortalidade de ativos e inativos	AT-83 Basic F	AT-83 Basic F	AT-83 Basic F	AT-83 Basic F	AT-83 Basic F	AT-83 Basic F
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 DES 2 anos	AT-49 DES 2 anos	AT-49 (D 2 anos)	AT-49 (D 2 anos)	AT-49 (D 2 anos)	AT-49 (D 2 anos)
Tábua de invalidez	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca	Light Fraca
% de casados na data de aposentadoria	95,00%	95,00%	-	-	-	-
Diferença de idade entre homens e mulheres	4 anos	4 anos	-	-	-	-

A taxa global de retorno esperada corresponde à média ponderada dos retornos esperados das várias categorias de ativos do plano. A avaliação do retorno esperado, realizada pela Administração, tem como base as tendências históricas de retorno e previsões dos analistas de mercado para o ativo durante a vida da respectiva obrigação. O atual retorno dos ativos do Plano BD foi de R$ -15.817 (2016 - R$ 31.970).

(i) Taxa de juros de longo prazo

A definição dessa taxa considerou a prática de mercado dos títulos do Governo Federal, conforme critério recomendado pelas normas nacionais e internacionais, para prazos similares aos dos fluxos das obrigações do programa de benefícios, no chamado conceito de *Duration*.

31.2.2. Planos de benefícios em 31 de dezembro

Os planos de benefícios normalmente expõem a Companhia a riscos atuariais, tais como risco de investimento, risco de taxa de juros, risco de longevidade e risco de salário.

Risco de investimento - O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado usando uma taxa de desconto determinada em virtude da remuneração de títulos privados de alta qualidade; se o retorno sobre o ativo do plano for abaixo dessa taxa, haverá um déficit do plano. Atualmente, o plano tem um investimento relativamente equilibrado em títulos públicos, crédito de depósito privado e fundo de investimento, considerando os limites por segmento de aplicação de acordo com as diretrizes da Resolução n° 3.792 do Conselho Monetário Nacional e as suas alterações, além dos critérios de segurança, liquidez, rentabilidade e maturidade do plano.

Risco de taxa de juros - Uma redução na taxa de juros dos títulos aumentará o passivo do plano. Entretanto, isso será parcialmente compensado por um aumento do retorno sobre os títulos de dívida do plano.

Risco de longevidade - O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência à melhor estimativa da mortalidade dos participantes do plano durante e após sua permanência no trabalho. Um aumento na expectativa de vida dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

Risco de salário - O valor presente do passivo do plano de benefício definido é calculado por referência aos salários futuros dos participantes do plano. Portanto, um aumento do salário dos participantes do plano aumentará o passivo do plano.

31.2.2.1. Planos de benefícios definidos - Valores reconhecidos no balanço patrimonial e demonstração do resultado do exercício

	2017				2016			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Valor presente das obrigações atuariais parciais ou totalmente cobertas	(336.492)	(20.335)	(10.851)	(367.678)	(320.698)	(5.940)	(10.363)	(337.001)
Valor justo dos ativos do plano (-)	570.730	-	-	570.730	555.907	-	-	555.907
Passivo(Ativo), Líquido	**234.238**	**(20.335)**	**(10.851)**	**203.052**	**235.209**	**(5.940)**	**(10.363)**	**218.906**
Efeito da restrição sobre o ativo	(234.238)	20.335	-	(213.903)	(235.208)	-	-	(235.208)
Valor do passivo/(ativo) de benefício pós-emprego	-	-	10.851	10.851	-	5.940	10.363	16.303
Custo do serviço corrente	483	-	726	1.209	276	1.773	776	2.825
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	-	250	1.163	1.413	-	1.691	1.383	3.074
Despesa/ (Receita) atuarial reconhecida no exercício	**483**	**250**	**1.889**	**2.622**	**276**	**3.464**	**2.159**	**5.899**

As movimentações do valor presente das obrigações e do valor presente do ativo dos planos de benefícios no exercício de 2017 e de 2016 estão apresentadas a seguir:

Descritivo	31/12/17			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	320.698	5.940	10.362	**337.000**
Custo de serviços corrente líquido	483	-	727	**1.210**
Custo de juros	34.117	250	1.163	**35.530**
Benefícios pagos	(31.606)	(20.104)	-	**(51.710)**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	16.501	1.162	130	**17.793**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(3.701)	33.087	(1.531)	**27.855**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações premissas biométricas	-	-	-	-
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	**336.492**	**20.335**	**10.851**	**367.678**
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	555.906	-	-	**555.906**
Receita de Juros	60.499	-	-	**60.499**
Contribuições patronais	947	-	-	**947**
Contribuições de participantes do plano	801	-	-	**801**
Benefícios pagos / adiantados	(31.606)	-	-	**(31.606)**
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	(15.817)	-	-	**(15.817)**
Valor justo dos ativos no fim do exercício	**570.730**	-	-	**570.730**

Descritivo	31/12/16			
	Plano BD	Saúde	Seguro	Total
Alterações nas obrigações				
Valor das obrigações atuariais no início do ano	300.026	15.089	10.502	**325.617**
Custo de serviços corrente líquido	575	1.772	776	**3.123**
Custo de juros	37.546	1.691	1.383	**40.620**
Benefícios pagos	(32.640)	(7.008)	-	**(39.648)**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	32.145	1.038	636	**33.819**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	(23.099)	(6.600)	(2.903)	**(32.602)**
(Ganhos) perdas atuariais decorrentes de alterações premissas biométricas	6.145	(42)	(32)	**6.071**
Valor presente das obrigações atuariais ao final do ano	**320.698**	**5.940**	**10.362**	**337.000**
Alterações nos ativos financeiros				
Valor justo dos ativos no início do ano	491.717	-	-	**491.717**
Receita de Juros	63.003	-	-	**63.003**
Contribuições patronais	1.005	7.008	-	**8.013**
Contribuições de participantes do plano	851	-	-	**851**
Benefícios pagos / adiantados	(32.639)	(7.008)	-	**(39.647)**
Retorno sobre ativos do plano (excluindo valores incluídos em receita de juros)	31.970	-	-	**31.970**
Valor justo dos ativos no fim do exercício	**555.907**	-	-	**555.907**

As principais categorias de ativos do plano no final do período de relatório e que impactam o retorno dos ativos do plano são apresentadas a seguir:

Ativos garantidores	31/12/17	31/12/16
Disponível	1	1
Realizáveis Previdenciários	4.004	4.371
Investimentos em Títulos Públicos	368.165	368.253
Investimento em Ações	-	-
Investimentos em Fundos	114.991	54.294
Créditos de Depósitos Privados	59.423	97.405
Investimento em Renda Variável	-	4.777
Investimentos Imobiliários	21.319	25.418
Empréstimos e Financiamentos	7.384	7.276
Outros	(419)	(17)
(-) Exigíveis Operacionais	(442)	(504)
(-) Exigíveis Contingências	(5)	(150)
(-) Exigíveis de Investimentos	-	(56)
(-) Exigíveis Saldo de conta - Participantes BID - PlanoDI-A	-	(1.139)
(-) Fundo Administrativo	(3.691)	(4.022)
Total	**570.730**	**555.907**

Os valores justos dos instrumentos de capital e de dívida são determinados com base em preços de mercado cotados em mercados ativos enquanto os valores justos investimentos imobiliários não são baseados em preços de mercado cotados em mercados ativos.

31.2.3. Resumo dos impactos reconhecidos em outros resultados abrangentes

Outros Resultados Abrangentes (ORA) acumulados	31/12/17	31/12/16
Programa Previdenciário	(52.281)	(49.749)
Programa de Saúde	(18.329)	15.920
Programa de Seguro	963	(438)
Total	**(69.647)**	**(34.267)**

31.2.4. Remensuração do valor líquido do passivo reconhecido no ORA no exercício

Descritivo	31/12/17			
	Previdenciário	Saúde	Seguro	Total
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(16.707)	-	(130)	(16.837)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	4.708	(79.435)	1.531	(73.196)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de pressupostos demográficos	-	-	-	-
Retorno sobre ativos do plano	(17.671)	-	-	(17.671)
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	27.067	-	-	27.067
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(2.603)**	**(79.435)**	**1.401**	**(80.637)**
Descritivo	**31/12/16**			
	Previdenciário	**Saúde**	**Seguro**	**Total**
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de mudanças de premissas financeiras	(32.486)	(1.038)	(636)	(34.160)
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de ajustes pela experiência	22.569	6.600	2.903	32.072
Ganhos (perdas) atuariais decorrentes de pressupostos demográficos	(6.686)	43	32	(6.611)
Retorno sobre ativos do plano	31.835	-	-	31.835
Ajustes a restrições ao ativo de benefício definido	(17.787)	-	-	(17.787)
Total dos componentes registrados em outros resultados abrangentes	**(2.555)**	**5.605**	**2.299**	**5.349**

31.3. Contribuições patronais esperadas para o próximo exercício

A Companhia espera contribuir com R$ 2.399 com os planos de benefícios definidos durante o próximo exercício.

Análise dos vencimentos esperados de benefícios não descontados de planos de benefício definido:

Fluxo de caixo para os próximos anos	
Ano 1	31.634
Ano 2	31.185
Ano 3	30.639
Ano 4	29.891
Ano 5	29.098
Próximos 5 anos	130.801
Total	**283.248**

31.4. Efeitos da variação de um ponto percentual nas taxas de tendência dos custos médicos

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são: taxa de desconto, aumento nos custos médicos e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800239

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 32 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

32.1. Capital social

O capital subscrito e totalmente integralizado, no valor de R$ 11.576.263 (2016 – R$ 11.576.263), está representado por 154.093.501 (2016 - 154.093.501) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, conforme composição acionária abaixo:

ACIONISTAS	31/12/17			31/12/16		
	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL	Nº DE AÇÕES	%	CAPITAL SOCIAL
Centrais Elétricas Brasileiras S.A.-Eletrobras	153.292.342	99,480	11.516.076	153.292.342	99,480	11.516.076
Prefeitura Municipal de Manaus	263.513	0,171	19.796	263.513	0,171	19.796
Rede Power do Brasil S.A.	247.635	0,161	18.604	247.635	0,161	18.604
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	146.382	0,095	10.997	146.382	0,095	10.997
Governo do Estado de Roraima	35.992	0,023	2.704	35.992	0,023	2.704
Cia. de Eletricidade do Acre-Eletroacre	22.016	0,014	1.654	22.016	0,014	1.654
Centrais Elétricas de Rondônia S.A.-Ceron	13.949	0,009	1.048	13.949	0,009	1.048
Prefeitura Municipal de Boa Vista	8.568	0,006	644	8.568	0,006	644
União Federal	1.804	0,001	136	1.804	0,001	136
Outras pessoas físicas	31.531	0,020	2.369	31.531	0,020	2.369
Outras pessoas jurídicas	29.769	0,019	2.236	29.769	0,019	2.236
TOTAL	**154.093.501**	**100,000**	**11.576.263**	**154.093.501**	**100,000**	**11.576.263**

O valor patrimonial da ação em 31 de dezembro de 2017 é de R$ 110,24 (2016 - R$ 93,80).

32.2. Reservas de lucros:

32.2.1. Reserva Legal

De acordo com a legislação societária, é constituída Reserva Legal correspondente a 5% do lucro líquido do exercício, até o limite de 20% do capital social.

32.2.2. Reserva de Incentivos Fiscais

A Reserva de Incentivos Fiscais foi criada pela Lei nº 11.638/2007. Por meio desta última foi retirada da Lei nº 6.404/1976 a alínea "d" do § 1º Art. 182, que permitia a contabilização de doações e subvenções para investimento como reserva de capital, e incluído o artigo 195-A que possibilita à Assembleia Geral, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, a qual poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

Os empreendimentos da Companhia contemplados com o incentivo fiscal SUDAM estão discriminados na nota 37 - Imposto de Renda e Contribuição Social.

32.2.3. Reserva de retenção de lucros e reserva especial de dividendos mínimos obrigatórios não distribuídos

Considerando o lucro apurado no exercício de 2017, a Administração da Companhia propôs o pagamento do dividendo mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2016 no valor de R$ 711.642, retidos em reserva especial de dividendos não distribuídos, a ser pago no decorrer no ano de 2018.

Quanto à parcela do lucro excedente ao dividendo mínimo obrigatório, R$ 1.181.954, foi destinada à constituição da Reserva de Retenção de Lucro, para fomentar projetos de investimentos da Companhia, em conformidade com o artigo 196 da Lei 6.404/76 e Decreto nº 9.240, de 15 de dezembro de 2017, que aprova o Programa de Dispêndios Globais das empresas estatais – PDG 2018.

32.4. Outros resultados abrangentes

A Companhia está demonstrando os ajustes decorrentes de ganhos e perdas atuariais em planos de pensão com benefício definido, líquido dos efeitos tributários, na Demonstração dos Resultados Abrangentes e na Demonstração da Mutação do Patrimônio Líquido, conforme a seguir:

	31/12/17	31/12/16
Avaliação atuarial	(69.647)	(34.267)
IR e CS diferdiso sobre avaliação atuarial	23.680	11.651
Total	**(45.967)**	**(22.616)**

NOTA 33 – RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

No exercício de 2017, para melhor apresentação foi reclassificado a Taxa ANEEL no valor de R$ 20.889 (R$ 16.878 - 2016) e a CFRH no valor de R$ 147.655 (R$ 170.518 - 2016), de "Despesa Operacional" para "Dedução da Receita". O efeito dessa reclassificação no resultado é nulo.

A seguir é demonstrada a composição da receita operacional bruta e da receita operacional líquida apresentada na demonstração do resultado:

	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
Receita operacional bruta		
Geração		
Fornecimento de energia elétrica	1.320.873	1.120.330
Suprimento de energia elétrica	3.006.675	3.007.452
Energia elétrica de curto prazo	701.621	385.152
Operação e manutenção de usinas	15.866	15.584
Transmissão		
Op. e Manut. de linhas de transmissão	482.728	457.509
Construção de linhas de transmissão	65.246	165.610
Financeira - retorno do investimento	1.124.618	3.930.847
Outras receitas operacionais		
Serviços de comunicação multimídia	80.551	94.224
Outros	283.323	256.112
Total receita operacional bruta	**7.081.501**	**9.432.820**
(-) Deduções à receita operacional		
Encargos setoriais		
RGR	(153.584)	(128.745)
CDE	(64.713)	(40.617)
PROINFA	(98.063)	(105.333)
P&D	(52.228)	(42.316)
Taxa de fiscalização	(20.889)	(16.878)
Compensação Financ. Utilização de Recursos Hídricos	(147.655)	(170.518)
Total Encargos setoriais	**(537.132)**	**(504.407)**
Impostos e contribuições		
ICMS	(17.367)	(15.444)
ISS	(4.928)	(4.204)
COFINS	(450.674)	(386.470)
PIS/PASEP	(97.738)	(83.213)
Outros	(991)	(1.362)
Total Impostos e contribuições	**(571.698)**	**(490.693)**
Total Deduções à receita operacional	**(1.108.830)**	**(995.100)**
Receita Operacional líquida	**5.972.671**	**8.437.720**

No período de análise houve redução da receita operacional líquida, que passou de R$ 8.437.720 no exercício de 2016, para R$ 5.972.671 no exercício de 2017. A variação de R$ 2.465.049 é decorrente, basicamente, do reconhecimento de R$ 3.034.562 ocorrido no segundo semestre de 2016, oriundo da remuneração sobre os ativos financeiros previstos na Portaria nº 120/2016 ANEEL, provocando aumento na receita referente ao exercício de 2016.

Em contrapartida dessa redução, houve aumento de R$ 200.543 no fornecimento de energia elétrica, decorrente do reajuste dos preços e pelo forte impacto decorrente dos faturamentos da Albras e South 32, os dois maiores contratos da Companhia. Estes contratos possuem particularidades como dependência de câmbio, preço de alumínio no mercado internacional (LME) e prevê reembolso dos encargos setoriais até limite estabelecido em contrato.

O aumento de R$ 316.469 na receita de energia elétrica de curto prazo é decorrente do aumento do fator GSF, o que consequentemente provoca aumento dos preços do mercado de energia elétrica, principalmente a partir do segundo semestre de 2017.

A queda verificada na receita de suprimento é decorrente do término dos contratos no Ambiente Regulado, PRODUTO 2008-2016, em parte compensada pelo aumento das vendas para as comercializadoras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800240

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

NOTA 34 – CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA DE GASTOS

		01/01/2017 a 31/12/2017				01/01/2016 a 31/12/2016			
	Nota	Custos operacionais	Custo do serviço prest. a terceiros	Despesas operacionais	Total	Custos operacionais	Custo do serviço prest. a terceiros	Despesas operacionais	Total
Energia comprada p/ revenda		(550.969)	-	-	(550.969)	(182.469)	-	-	(182.469)
Encargos uso da rede		(560.730)	-	-	(560.730)	(523.686)	-	-	(523.686)
Pessoal	34.1	(824.151)	(35.318)	(746.239)	(1.605.708)	(615.780)	(37.538)	(692.853)	(1.346.171)
Material		(25.825)	(905)	(2.301)	(29.031)	(28.131)	(1.220)	(1.860)	(31.211)
Serviços de terceiros		(157.748)	(27.091)	(68.286)	(253.125)	(178.076)	(34.373)	(87.173)	(299.622)
Depreciação e amortização		(436.275)	-	(6.242)	(442.517)	(447.082)	-	(14.640)	(461.722)
Combustível		-	-	-	-	(3.717)	-	-	(3.717)
Arrendamentos e aluguéis		(116.338)	-	(33.881)	(150.219)	(100.264)	-	(41.899)	(142.163)
Provisões operacionais	34.2	-	-	(805.401)	(805.401)	-	-	(380.171)	(380.171)
Construção		(65.246)	-	-	(65.246)	(165.610)	-	-	(165.610)
(-) Recuperação de despesas		28.494	(135)	32.637	60.996	58.807	292	37.268	96.367
Redução ao valor recuperável	35	-	-	596.837	596.837	-	-	(1.264.994)	(1.264.994)
Outros		(44.525)	(3.983)	(124.891)	(173.399)	(135.892)	(4.171)	(47.948)	(188.011)
Total		(2.753.313)	(67.432)	(1.157.767)	(3.978.512)	(2.321.900)	(77.010)	(2.494.270)	(4.893.180)

34.1 Pessoal

	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
Remuneração do trabalho		
Remuneração direta	(618.128)	(580.205)
Remuneração indireta	(326.164)	(221.682)
Provisão de férias	(132.636)	(141.124)
Provisão de 13º salário	(54.596)	(57.888)
FGTS	(60.455)	(59.335)
Hora extra	(21.967)	(30.119)
Benefícios assistenciais	8.395	(11.178)
Outros	(19.481)	(25.620)
	(1.225.032)	**(1.127.151)**
Encargos sobre despesa de pessoal		
Contribuições previdenciárias	(190.793)	(171.617)
Demais encargos sociais	(41.767)	(47.403)
	(232.560)	**(219.020)**
Plano Aposentadoria Extraordinário-PAE	(148.116)	-
	(148.116)	-
Total	**(1.605.708)**	**(1.346.171)**

34.2. Provisões operacionais

	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
Provisões operacionais:		
Riscos	(144.747)	19.016
TFRH	(517.727)	(346.328)
Compensações socioambientais	-	451.340
Provisão/Reversão - GSF	-	(108.795)
Demais provisões	-	-
	(662.474)	**15.233**
Perda para crédito de liquidação duvidosa:		
Consumidores e revendedores	(140.774)	(390.687)
Créditos de ICMS	-	(12.262)
Demais ativos	(2.153)	7.545
	(142.927)	**(395.404)**
Total	**(805.401)**	**(380.171)**

NOTA 35 – TESTE DE *IMPAIRMENT* E CONTRATOS DE NATUREZA ONEROSA

A Administração da Companhia avaliou em 2017 a recuperabilidade dos ativos registrados como Ativo Imobilizado (Concessões de Geração), Ativo Financeiro (Concessões de Transmissão) e Contratos de natureza Onerosa de sua propriedade. O objetivo da avaliação foi identificar eventuais deteriorações desses ativos ou grupos de ativos, que levem à sua não recuperação econômica plena, conforme custo de oportunidade da empresa.

Nesta avaliação foi identificada a alteração do custo de oportunidade em relação ao ano de 2016, estabelecido no contexto das políticas que devem ser seguidas pelo Grupo Eletrobrás, tendo em vista que esta alteração impacta diretamente todas as Unidades Geradoras de Caixa (UGC) da Companhia. Como os ativos da Companhia individualmente não geram entradas de caixa provenientes de seu uso contínuo, os testes são realizados a partir das UCGs formadas por grupos de ativos. Estas unidades são definidas a partir das Concessões ou Autorizações de Geração e Transmissão de titularidade da empresa que são a origem de suas receitas.

Neste contexto a Companhia realizou o teste de recuperabilidade de seus ativos em serviço em 30 de setembro de 2017. Para tanto, foram determinadas como Unidades Geradoras de Caixa os ativos ligados a cada contrato de concessão e de comercialização de energia. A única exceção a esta regra é a UGC Jorge Teixeira – Lexuga C2 e C3 que, por razões operacionais, é composta por dois contratos de concessão distintos.

35.1 Principais premissas

A base das projeções de fluxo de caixa foi o Planejamento Estratégico da empresa para o ciclo 2017-2020 que foi então segregado por UGC.

As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 30 de setembro de 2017 são:

- Para a projeção da receita do segmento Transmissão foram consideradas as RAPs – Receita Anual Permitida - estabelecidas na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.258/17, de 27 de junho de 2017, que estabelece a RAP para o ciclo 2017-2018 para as concessionárias de Transmissão. Foi projetada também a receita com Contratos de O&M da Transmissão e com Comunicação e Multimídia, estas receitas foram rateadas entre as UGCs de Transmissão, pois são atividades ligadas a este segmento;
- Para a projeção da receita do segmento Geração foram considerados os parâmetros dos contratos atualmente vigentes da Companhia, além da RAG para a UHE Coaracy Nunes determinada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 2.265/2017, de 04 de julho de 2017. Foi projetada também a receita com o Contrato de O&M da UHE Belo Monte, e foi rateada entre as UGCs de Geração, pois é uma atividade ligada a este segmento;
- A projeção de impostos, tributos, e contribuições seguiu os parâmetros existentes na legislação atual;
- A depreciação projetada levou em consideração o tempo de vida útil de acordo com o prazo da concessão;
- As projeções de custos com Pessoal, Material, Serviços de Terceiros e Outros – PMSO foram realizadas com base no Planejamento da Companhia para os próximos anos;
- A avaliação se limitou ao horizonte de cada concessão sem considerar sua eventual prorrogação;
- Para o valor salvado, considerado ao final de cada concessão foi considerado o valor Novo de Reposição - VNR. A utilização do VNR condiz com o entendimento atual da ANEEL segundo o qual os ativos a serem indenizados serão calculados com base no seu VNR, que expressa o valor de mercado de um ativo semelhante adquirido hoje.

A determinação da taxa de desconto utilizada segue a política das empresas do Grupo Eletrobrás e baseia-se na metodologia do Capital *Asset Pricing Model* – CAPM para ser obtida, levando em conta parâmetros de mercado além de condições específicas do Grupo Eletrobras.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800241

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

35.2. Redução ao valor recuperável (*Impairment*) - Quadro Resumo

ATIVOS / PASSIVOS	Provisão / Reversão 2017	Provisão / Reversão 2016
LT São Luis II - São Luis III	3.835	110
LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	65.000	(29.426)
LT Jauru - Porto Velho	58.788	(185.520)
SE Nobres	(1.534)	919
SE Lucas do Rio Verde	867	(868)
SE Miranda II	1.122	5.857
SE Coletora Porto Velho	40.787	(9.850)
SE Mirarmar / SE Tucuruí	(2.591)	(16.069)
Impairment Ativo Financeiro	**166.274**	**(234.847)**
UHE Samuel	127.014	(18.228)
UHE Curuá-Una	5.569	(5.569)
Impairment Imobilizado	**132.583**	**(23.797)**
Coaracy Nunes	(39.940)	(41.532)
Contrato de Comercialização	129.763	(100.958)
***Impairment* Contratos Onerosos**	**89.823**	**(142.490)**
SUBTOTAL	**388.680**	**(401.134)**
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	(24.965)	-
Norte Brasil Transmissora Energia S.A*	28.622	(323.202)
Manaus Transmissora de Energia S.A	57.478	(202.776)
Companhia Energética Sinop*	177.441	(177.441)
Belo Monte Transmissora Energia S.A*	(30.419)	(160.441)
Impairmente investidas (SPEs)	**208.157**	**(863.860)**
TOTAL	**596.837**	**(1.264.994)**

Em 2017 o impacto decorrente do registro do valor recuperável no resultado do exercício foi de reversão no valor de R$ 596.837 (2016 – provisão de R$ 1.264.994). Este cenário de reversão foi observado para quase todas as UGCs e pode ser explicado pelos seguintes aspectos positivos:

- Redução da taxa de desconto do Grupo Eletrobras;
- Redução do custo de pessoal para os próximos anos em virtude do PAE;
- Melhora do cenário de receita da Companhia para os próximos anos.

*O *impairment* das investidas contabilizado neste período no valor de R$ 31.260 refere-se a complemento do exercício de 2016, destacado no quadro acima (ver nota 17.6).

35.2.1. Unidades Geradoras de Caixa de Transmissão

A Administração testou as seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC) associadas às concessões de transmissão:

Posição estimada antes da avaliação do valor recuperável em 30/09/2017			
	Ativo	Impairment	Ativos líquidos
Eletronorte - Transmissão	**9.203.032**	**(446.002)**	**8.757.029**
Contrato nº 058 - Rede básica	5.358.760	-	5.358.760
LT São Luis II - São Luis III	53.993	(3.835)	50.158
LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	151.439	(65.000)	86.439
LT Jorge Teixeira - C1 e C2	89.499	-	89.499
LT Porto Velho - Abunã - Rio Branco	288.941	-	288.941
LT Jauru - Porto Velho	874.567	(311.544)	563.023
Estação Retificadora / Inversora	1.616.339	-	1.616.339
SE Miranda II	76.105	(1.222)	74.883
SE Nobres	16.310	(3.490)	12.820
SE Mirarmar / SE Tucuruí	60.528	(16.069)	44.459
SE Lucas do Rio Verde	20.774	(868)	19.906
SE Coletora Porto Velho	595.777	(43.974)	551.803

Resultados sobre a avaliação ao valor recuperável

	Contrato 058	LT São Luis II - São Luis III	LT Ribeiro Gonçalves - Balsas	LT Jorge Teixeira - C1 e C2	LT Porto Velho - Abunã	LT Jauru - Porto Velho	Estação Retificadora/Inversora	SE Miranda II	SE Nobres	SE Mirarmar / SE Tucuruí	SE Lucas do Rio Verde	SE Coletora Porto Velho
Ativos em Serviço	5.358.760	53.993	151.439	89.499	288.941	874.567	1.616.339	76.105	16.310	60.528	20.774	595.777
Impairment	-	(3.835)	(65.000)	-	-	(311.544)	-	(1.222)	(3.490)	(16.069)	(868)	(43.974)
Obrigações Especiais	-	-	-	-	-		-		-		-	
Valor líquido	**5.358.760**	**50.158**	**86.439**	**89.499**	**288.941**	**563.023**	**1.616.339**	**74.883**	**12.820**	**44.459**	**19.906**	**551.803**
Ano do Fim da Concessão	2042	2038	2039	2043	2039	2039	2039	2039	2041	2041	2041	2039
Valor Residual												
Taxa de Desconto com Benefício Fiscal	6,65%											
Taxa de Desconto sem Benefício Fiscal	5,88%											
Resultado da avaliação do ativo	**6.192.484**	**54.426**	**161.066**	**150.958**	**339.823**	**613.655**	**1.698.929**	**81.880**	**11.401**	**39.026**	**20.556**	**579.810**
Impairment constituído/ revertido em 2017	-	3.835	65.000	-	-	58.788	-	1.222	(1.534)	(2.591)	867	40.787
Total do *impairment* Revertido	166.375											

Na avaliação das UGCs, os contratos 058, Estação Retificadora/Inversora, LT Jorge Teixeira C1 e C2, LT Porto Velho – Abunã – Rio Branco não apresentaram nenhum tipo de ajuste.

As UGCs SE Nobres e SE Miramar / SE Tucuruí apresentaram *impairment* no montante de R$ 4.124, decorrente da redução na RAP homologada para estas UGCs de 9,78% e 9,54%, respectivamente, em relação à RAP homologada no ciclo anterior.

O cálculo de *impairment* das UGCs LT São Luis II – São Luis III, LT Ribeiro Gonçalves – Balsas, LT Jauru - Porto Velho, SE Miranda II, SE Lucas do Rio Verde e SE Coletora Porto Velho apresentou reversão no montante total de R$170.499.

O valor total de reversão de *impairment* sobre os ativos financeiros da Companhia montam R$166.375 (2016– constituição de R$ 234.847) e está registrado em contrapartida do grupo de despesas operacionais.

35.2.2. **Unidades Geradoras de Caixa de Geração**

A Administração testou as seguintes Unidades Geradoras de Caixa (UGC) associadas às concessões de Geração:

Posição estimada antes da avaliação do valor recuperável em 30/09/2017			
	Ativo	Impairment	Ativos líquidos
Eletronorte			
Geração	**6.329.650**	**(441.429)**	**5.888.221**
UHE Tucuruí	5.673.920	-	5.673.920
UHE Samuel	616.311	(435.860)	180.451
UHE Curuá-Una	39.419	(5.569)	33.850

Resultados sobre a avaliação ao valor recuperável

	UHE Tucuruí	UHE Samuel	UHE Curuá-Una
Ativos em Serviço	5.673.920	616.311	39.419
Impairment	-	(435.860)	(5.569)
Valor líquido	**5.673.920**	**180.451**	**33.850**
Ano do Fim da Concessão	2024	2029	2028
Valor Residual			
Taxa de Desconto com Benefício Fiscal	6,92%		
Taxa de Desconto sem Benefício Fiscal	6,12%		
Resultado da avaliação do ativo	**23.854.586**	**307.680**	**42.661**
Impairment constituído/revertido em 2017	-	127.014	5.569
Total do *impairment* Revertido	**132.583**		

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800242

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Os montantes de reversão de *impairment*, na UHE Samuel (R$127.014) e na UHE Curuá-Una (R$5.569).

Na avaliação da UHE Tucuruí não foi apurada nenhuma movimentação.

O impacto total referente ao registro do valor recuperável no resultado do exercício foi uma provisão de R$ 132.583 (2016 – provisão de R$ 23.797).

35.3. Contratos Onerosos

A Companhia utiliza-se de premissas relacionadas aos custos e benefícios econômicos de cada contrato para a determinação da existência ou não de um contrato oneroso. Um contrato oneroso existe quando os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações do contrato excedem a expectativa de benefícios econômicos recebidos ao longo do mesmo contrato. Nos casos em que se fazem necessárias as obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. Neste contexto a Administração testou os contratos da UHE Coaracy Nunes e de comercialização de energia Brasil-Venezuela por se enquadrarem no conceito de contratos onerosos e por não possuírem ativos relativos a estes contratos.

A Administração testou os contratos da UHE Coaracy Nunes e de comercialização de energia Brasil-Venezuela por não possuírem ativos diretamente associados.

Resultados sobre a avaliação ao valor recuperável

	UHE Coaracy Nunes	UTE Santana	LT Brasil/ Venezuela	Total
Saldos em 31/12/2016				
Passivo circulante	7.389	-	6.856	14.245
Passivo não circulante	184.723	-	191.977	376.700
	192.112	-	**198.833**	**390.945**
Provisão/Reversão em 2017	**(39.940)**	-	**129.763**	**89.823**
Saldos em 31/12/2017				
Passivo circulante	9.436	-	2.612	12.048
Passivo não circulante	222.616	-	66.458	289.074
Total	**232.052**	-	**69.070**	**301.122**

A avaliação dos contratos onerosos utilizou como metodologia a avaliação do fluxo de caixa a valor presente considerando uma taxa de desconto para os empreendimentos existentes de geração não renovados (6,12%) e de transmissão e geração renovados (5,88%).

A variação negativa do resultado da UHE Coaracy Nunes se explica pelo aumento dos custos de pessoal, material e serviço de terceiros em função da majoração da participação da UHE Coaracy Nunes no percentual de rateio de tais custos no resultado global da Companhia, este aumento foi decorrência da desconsideração da participação das Térmicas da Eletronorte, que foram desativadas, no critério de rateio, a participação delas foi rateada entre as UGCs de Geração.

Quanto à reversão da provisão constituída para o contrato vinculado a LT Brasil /Venezuela foi devido principalmente pela apreciação do dólar frente ao real.

O contrato associado à UHE Coaracy Nunes indicou provisão de R$ 39.940, decorrente da redução de 6,78% da RAG homologada pela Aneel para esta UGC em relação à RAG homologada no ciclo anterior.

O contrato de comercialização Brasil/Venezuela indicou reversão de R$129.763.

NOTA 36 – RESULTADO FINANCEIRO

	01/01/2017 a 31/12/2017	01/01/2016 a 31/12/2016
RECEITAS FINANCEIRAS		
Rendas		
Aplicações financeiras	100.736	99.822
	100.736	99.822
Acréscimos moratórios em faturas de energia elétrica		
Juros sobre atraso de pagamento	79.225	(16.745)
Multa sobre atraso de pagamento	5.828	11.068
	85.053	(5.677)
Variação monetária e cambial ativa		
Atraso de pagamento - faturas de energia	17.491	78.741
Atualização créditos CERON/ALBRAS	225.459	395.669
Outras variações ativas	43.112	69.312
	286.062	543.722
Outras receitas financeiras		
Ganhos com derivativos	237.386	218.714
Outras receitas financeiras	5.894	42.723
	243.280	261.437
TOTAL DAS RECEITAS	**715.131**	**899.304**
DESPESAS FINANCEIRAS		
Variação monetária e cambial passiva		
Empréstimos e financiamentos - moeda nacional	(120.055)	(127.855)
Empréstimos e financiamentos - moeda estrangeira	(32.420)	82.885
Outras variações passivas	(38.578)	(156.818)
	(191.053)	(201.788)
Encargos de dívidas		
Empréstimos e financiamentos	(400.323)	(404.739)
Dividendos	(167.721)	(227.342)
	(568.044)	(632.081)
Outras despesas financeiras		
Pesquisa e desenvolvimento	(15.936)	(13.706)
Perdas com derivativos	(35.797)	-
Juros e multas diversas	(89.977)	(24.483)
Outras despesas financeiras	(68.707)	(5.633)
	(210.417)	(43.822)
TOTAL DAS DESPESAS	**(969.514)**	**(877.691)**
RESULTADO FINANCEIRO	**(254.383)**	**21.613**

A variação negativa de R$ 275.996 no período em análise é decorrente, principalmente, da redução da receita de variação monetária relativa à atualização dos créditos da CERON e na variação monetária relativa às faturas de energia pagas em atraso. Verificou-se ainda, aumento da despesa com variação cambial relativa aos empréstimos e financiamentos atrelados a moeda estrangeira no valor de R$ 115.305, devido basicamente pela valorização da moeda (Iene Japonês e Dólar) em 2017 e desvalorização registrada em 2016, ocasionando aumento na despesa financeira sobre os empréstimos e financiamentos atrelados a essas moedas.

NOTA 37 - IMPOSTO DE RENDA DA PESSOA JURÍDICA (IRPJ) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (CSLL)

O IRPJ e a CSLL, correntes e diferidos, são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando estão relacionados com itens registrados em outros resultados abrangentes, ou diretamente no patrimônio líquido, caso em que os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em outros resultados abrangentes ou diretamente no patrimônio líquido, respectivamente.

A conciliação da apropriação das despesas de IRPJ e CSLL com os valores revertidos de imposto de renda diferido, com as adições e exclusões previstas na legislação e com os créditos tributários revertidos e constituídos, calculados com base nas respectivas alíquotas nominais, estão a seguir demonstradas:

		01/01/2017 a 31/12/2017			01/01/2016 a 31/12/2016		
		IRPJ	CSLL	Total	IRPJ	CSLL	Total
Lucro antes do IRPJ e CSLL		1.810.481	1.810.481		3.723.111	3.723.111	
Alíquota nominal		25%	9%		25%	9%	
Despesa nominal		**(452.620)**	**(162.943)**	**(615.563)**	**(930.778)**	**(335.080)**	**(1.265.858)**
Efeitos de adições e exclusões fiscais							
Provisões operacionais		26.107	9.398	35.505	(36.379)	(13.096)	(49.475)
Equivalência patrimonial		17.676	6.363	24.039	(248.799)	(89.568)	(338.367)
Demais adições e exclusões		53.848	19.378	73.226	959.437	343.674	1.303.111
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa		106.504	38.341	144.845	73.689	28.221	101.910
Incentivos fiscais	32.1	242.216	-	242.216	182.830	-	182.830
Outras Deduções (PAT, Licença maternidade)		6.269		6.269			-
Total da (receita) despesa de IRPJ e CSLL		-	**(89.463)**	**(89.463)**	-	**(65.849)**	**(65.849)**
IRPJ e CSLL Correntes		-	(89.463)	(89.463)	-	(65.849)	(65.849)
IRPJ e CSLL Diferidos		207.069	(14.240)	192.829	(340.061)	(128.360)	(468.421)
		207.069	(103.703)	103.366	(340.061)	(194.209)	(534.270)
Alíquota efetiva		**-11,44%**	**5,73%**		**9,13%**	**5,22%**	

A variação considerável verificada entre os períodos em análise é decorrente do reconhecimento da despesa diferida sobre diferenças temporárias no reconhecimento do ativo financeiro relativo à RBSE ocorrida no exercício de 2016, valor total de R$ 1.222.529. Com o recebimento da RBSE, a partir de julho de 2017, o passivo fiscal diferido vem sendo revertido e em dezembro de 2017 totaliza reversão de R$ 163.943.

37.1. Incentivos fiscais

A Medida Provisória nº 2.199/14 de 24 de agosto de 2001, alterada pela Lei nº 11.196 de 21 de novembro de 2005, possibilita que as empresas situadas nas regiões de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Superintendência de Desenvolvimento do Amazônia (SUDAM), que possuam empreendimentos no setor de infraestrutura, considerado em ato do Poder Executivo, um dos setores prioritários para o desenvolvimento regional, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de instalação, ampliação, modernização ou diversificação.

Nesse contexto, a SUDENE e a SUDAM, por meio de laudos constitutivos, reconheceram o direito da Companhia à redução de 75% do Imposto sobre a renda e adicionais não restituíveis, calculados sobre o lucro da exploração nas atividades de geração e transmissão de energia elétrica para os seguintes empreendimentos e períodos relacionados abaixo:

- Usina hidrelétrica Tucuruí, período de 2012 a 2021, Laudo 170/2014
- Usina hidrelétrica Samuel, período de 2014 a 2023, Laudo 170/2014
- Usina hidrelétrica Coaracy Nunes, período de 2015 a 2024, Laudo 009/2015
- Usina hidrelétrica Curuá-Una, período de 2015 a 2024, Laudo 126/2015
- Transmissão no Estado do Mato Grosso, de 2016 a 2025, Laudo 012/2016
- Transmissão do Estado de Tocantins, período de 2016 a 2025, Laudo 001/2016
- Transmissão do Estado de Boa Vista, período de 2016 a 2025, Laudo 060/2016
- Transmissão do Estado do Acre, período de 2017 a 2026, Laudo 019/2017
- Transmissão do Estado do Maranhão, período de 2017 a 2026, Laudo 063/2017
- Transmissão do Estado de Rondônia, período de 2017 a 2026, Laudo 050/2017
- Transmissão do Estado do Pará, período de 2017 a 2026, Laudo 072/2017

O incentivo fiscal de redução do Imposto de Renda e, adicionais não restituíveis, apurados são registrados no resultado do período como redução do imposto de renda, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 07. A parcela do lucro decorrente desses incentivos fiscais é objeto de destinação à Reserva de Lucro, denominada Reserva de Incentivos Fiscais, em conformidade com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76, a qual somente poderá ser utilizada para aumento do capital social ou absorção de prejuízos.

Até 31 de dezembro 2017 houve aproveitamento do incentivo para imposto de renda no total de R$ 242.216. (Em 31.12.2016 – R$ 182.830).

NOTA 38 – COMPROMISSOS OPERACIONAIS DE LONGO PRAZO

Os valores e preços dos compromissos operacionais de longo prazo da Controladora e de suas investidas estão apresentados pelo valor nominal e não estão deduzidos de eventuais subvenções e reembolsos de custos que a Companhia detenha. Os valores dos compromissos das empresas investidas estão apresentados pela proporção das participações da Companhia.

38.1. Socioambientais

Em decorrência de exigências legais, relacionadas às obras de expansão da UHE Tucuruí, houve necessidade de efetivar o processo de licenciamento desse empreendimento junto à Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) do Estado do Pará. Diante disso, para liberação da Licença de Instalação (LI), as partes acordaram que a Companhia seria responsável por realizar investimentos em programas de mitigação e compensações socioambientais, visando o desenvolvimento sustentável dos municípios à montante e à jusante da UHE Tucurí envolvidos.

Estes compromissos estão registrados no passivo da Companhia e totalizam R$ 146.272. Em 31.12.2016 – R$ 147.084 (nota 30).

38.2. Aportes de capital da Companhia em empresas investidas

A Companhia possui compromissos em seu orçamento para realização de aportes de capitais em empresas investidas. Os valores informados abaixo estão sujeitos à aprovação do SEST.

SPE	Participação da Companhia	2018	2019	2020	TOTAL
GERAÇÃO		**204.006**	**23.807**	-	**227.813**
Norte Energia S.A.	19,80%	139.571	7.392	-	146.963
Consóricio energético SINOP S.A.	24,50%	64.435	16.415	-	80.850
TRANSMISSÃO		**89.895**	-	-	**89.895**
Norte Brasil Transmissora Energia S.A.	24,50%	58.045	-	-	58.045
Belo Monte Transmissora de Energia S.A.	24,50%	31.850	-	-	31.850
TOTAL DE APORTES		**293.901**	**23.807**	-	**317.708**

38.3. Mútuo entre Eletronorte e State Grid Brazil Holding

A Companhia celebrou, em 16 de dezembro de 2014, instrumento particular de mútuo com a empresa State Grid Brazil Holding, cujo objeto é a concessão de recursos à Eletronorte (vide nota 21.8).

NOTA 39 – TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia efetuou transações com partes relacionadas, incluindo compra e venda de energia elétrica, além de transações de empréstimos e financiamentos. A energia elétrica vendida é baseada em tarifas homologadas pela ANEEL.

39.1. As transações com as partes relacionadas em que a Companhia possui participação societária são as seguintes:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazônia Eletronorte Transmissora de Energia S.A.	**190**	**109**	**1.076**	**191**	**175**	**408**
Despesa uso da transmissão	-	109	(1.793)	-	175	(2.124)
Receita uso da transmissão	27	-	325	-	-	-
Serviços prestados	163	-	2.544	191	-	2.532
Belo Monte Transmissora de Energia S.P.E.	**-**	**1.030**	**588**	**584**	**-**	**1.592**
Despesa uso da transmissão	-	1.030	(884)			
Serviços prestados	-	-	1.472	584	-	1.592
Brasnorte Transmissora de Energia S.A.	**-**	**61**	**(840)**	**855**	**99**	**1.411**
Despesa uso da transmissão	-	61	(999)	-	99	(1.177)
Serviços prestados	-	-	159	855	-	2.588
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A.	**80**	**-**	**697**	**64**	**-**	**540**
Receita uso da transmissão	79	-	681	63	-	529
Serviços prestados	1	-	16	1	-	11
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A.	**93**	**-**	**814**	**75**	**-**	**635**
Receita uso da transmissão	92	-	797	74	-	620
Serviços prestados	1	-	17	1	-	15
Caixa de Assistência do Setor Elétrico (E-Vida)	**5.523**	**1.534**	**(127.879)**	**-**	**2**	**(11.422)**
Empregados	5.523	1.534	(127.879)	-	2	(11.422)
Companhia Energética SINOP S.A	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-
Energética Águas da Pedra S.A.	**193**	**-**	**2.124**	**202**	**-**	**1.615**
Receita uso da transmissão	193	-	2.124	202	-	1.615
Integração Transmissora de Energia S.A.	**371**	**397**	**(22)**	**548**	**698**	**(2.146)**
Despesa uso da transmissão	-	397	(4.938)	-	698	(6.300)
Serviços prestados	371	-	4.916	548	-	4.154
Manaus Transmissora de Energia S.A.	**1.482**	**597**	**(6.916)**	**1.482**	**888**	**(8.075)**
Adiantamento para futuro aumento de capital	415	-	-	415	-	-
Despesa uso da transmissão	-	597	(6.916)	-	888	(8.075)
Outros	1.067	-	-	1.067	-	-
Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.	**122**	**992**	**(10.969)**	**203**	**1.538**	**(13.232)**
Despesa uso da transmissão	-	992	(12.067)	-	1.538	(14.267)
Serviços prestados	122	-	1.098	203	-	1.035
Norte Energia S.A.	**8.959**	**-**	**94.869**	**2.019**	**-**	**57.119**
Receita uso da transmissão	3.203	-	25.796	1.909	-	6.169
Serviços prestados	5.756	-	69.073	110	-	50.950
Previnorte Fundação de Previdência Complementar	**395**	**-**	**(146.499)**	**84**	**19.732**	**(140.827)**
Empregados cedidos	395	-	-	84	-	-
Repasse patrocinadora	-	-	-	-	-	-
Repasse empregados	-	-	(146.499)	-	19.732	(140.827)
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A.	**82**	**-**	**716**	**66**	**-**	**559**
Receita uso da transmissão	81	-	700	65	-	14
Serviços prestados	1	-	16	1	-	545
Transmissora Matogrossense de Energia S.A.	**11**	**179**	**(1.290)**	**22**	**239**	**(2.034)**
Despesa uso da transmissão	-	179	(2.084)	-	239	(2.134)
Serviços prestados	11	-	794	22	-	121
Outros	-	-	-	-	-	(21)
Transnorte Energia S.A	**56**	**6**	**440**	**66**	**36**	**378**
Despesa uso da transmissão	10	6	(241)	-	36	(333)
Serviços prestados	46	-	681	66	-	711
TOTAL	**17.557**	**4.904**	**(193.090)**	**6.460**	**23.406**	**(113.479)**

39.2. As transações com as outras partes relacionadas são as seguintes:

	31/12/2017			31/12/2016		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
Amazonas Distribuidora de Energia S.A.	**20.897**	**41**	**17.516**	**20.245**	**-**	**12.139**
Receita uso da transmissão	2.746	-	18.026	3.537	-	12.614
Empregados cedidos	173	41	-	119	-	(475)
Empregados requisitados	-	-	(510)	-	-	-
Outros	17.978	-	-	16.589	-	-
Amazonas Geração e Transmissão de Energia S.A.	**261**	**55**	**816**	**3.382**	**-**	**(535)**
Receita uso da transmissão	159	-	816	-	-	-
Empregados cedidos	102	-	-	3.382	-	(535)
Empregados requisitados	-	55	-	-	-	-
Boa Vista Energia S.A.	**549.202**	**4**	**221.880**	**569.856**	**283**	**229.301**
Suprimento de energia elétrica	489.373	-	224.683	224.174	-	232.140
Empregados requisitados	-	-	(2.803)	-	279	(2.839)
Outros	59.829	4	-	345.682	4	-
Cia. Energética de Alagoas S.A. - Ceal	**1.779**	**-**	**17.320**	**8.833**	**-**	**45.463**
Suprimento de energia elétrica	812	-	13.214	8.578	-	43.742
Receita uso da transmissão	967	-	4.106	255	-	1.721
Cia. Energética do Piauí S.A. - Cepisa	**2.086**	**-**	**13.087**	**6.939**	**-**	**21.191**
Suprimento de energia elétrica	691	-	7.081	6.598	-	17.875
Receita uso da transmissão	1.395	-	5.941	324	-	3.232
Empregados cedidos	-	-	65	17	-	84
Centrais Elétricas de Rondônia S.A. - Ceron	**2.491.682**	**153**	**241.493**	**2.265.724**	**154**	**294.500**
Suprimento de energia elétrica	27	-	300	29	-	265
Receita uso da transmissão	2.110	-	15.734	1.625	-	13.573
Contas a receber (operação termonorte)	2.489.528	-	225.459	2.264.069	-	282.634
Empregados cedidos e PPRS	16	-	-	-	-	(1.675)
Empregados requisitados	-	153	-	-	-	-
Outros	-	-	-	-	154	(297)
Cia. de Geração Térmica de Energia Elétrica S.A. - Cgtee	**20.091**	**-**	**212.016**	**90.272**	**-**	**218.923**
Suprimento de energia elétrica	19.651	-	208.387	89.900	-	216.158
Receita uso da transmissão	440	-	3.629	353	-	2.765
Empregados cedidos	-	-	-	18	-	-
Cia. Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf	**5.413**	**6.773**	**(5.592)**	**4.310**	**3.153**	**4.275**
Receita uso da transmissão	5.368	-	58.023	4.310	-	44.167
Despesa uso da transmissão	-	6.730	(63.566)	-	3.130	(38.046)
Empregados cedidos	45	-	218	-	23	(401)
Empregados requisitados	-	43	(267)	-	-	(1.445)
Cia. de Eletricidade do Acre S.A. - Eletroacre	**284**	**26**	**5.451**	**647**	**-**	**125**
Suprimento de energia elétrica	-	-	328	75	-	346
Receita uso da transmissão	284	-	5.258	572	-	-
Empregados requisitados - PPRS	-	26	(135)	-	-	(221)
Outros	-	-	-			
Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobras	**3.735**	**4.054.109**	**(424.224)**	**7.852**	**4.479.100**	**(454.377)**
Empréstimos e financiamentos	-	2.202.873	(283.676)	-	2.757.175	(198.230)
Empregados cedidos	3.735	-	-	7.852	-	(39.773)
Empregados requisitados	-	-	27.173	-	-	-
Obrigações com a Controladora	-	1.851.236	(167.721)	-	1.721.925	(216.371)
Outros	-	-	-	-	-	(3)
Eletrobras Termonuclear S.A. - Eletronuclear	**1.159**	**52**	**10.404**	**767**	**-**	**5.245**
Receita uso da transmissão	849	-	8.826	611	-	6.313
Empregados cedidos	310	-	1.578	-	-	-
Empregados requisitados	-	52	-	156	-	(1.068)
Eletrobras Participações S.A. - Eletropar	**244**	**-**	**-**	**504**	**-**	**(11.422)**
Outros	244	-	-	504	-	(11.422)
Eletrosul Centrais Elétricas S.A.	**312**	**3.024**	**(38.019)**	**559**	**72.942**	**(35.900)**
Receita uso da transmissão	109	-	1.185	88	-	909
Despesa uso da transmissão	-	2.960	(38.152)	-	3.022	(37.318)
Empregados cedidos	203	64	-	471	180	(1.198)
Empregados requisitados	-	-	(1.052)	-	-	1.707
Aquisição de ativos	-	-	-	-	69.740	-
Furnas Centrais Elétricas S.A.	**5.754**	**7.755**	**(30.378)**	**193**	**3.749**	**(15.158)**
Receita uso da transmissão	5.604	-	43.933	193	3.749	32.686
Despesa uso da transmissão	-	7.647	(74.237)	-	-	(45.346)
Empregados cedidos	150	-	1.072	-	-	(1.286)
Empregados requisitados	-	-	(1.146)	-	-	(1.212)
Outros	-	108	-	-	-	-
TOTAL	**3.102.898**	**4.071.992**	**241.770**	**2.980.084**	**4.559.381**	**313.770**

- **Receita / Despesa uso da transmissão**

Corresponde a valores a receber e/ou a pagar referente ao faturamento vinculado à Receita Anual Permitida (RAP). A tarifa praticada nessas transações entre as partes relacionadas é definida em resoluções da ANEEL para todos os usuários do Sistema de Transmissão.

- **Serviços prestados**

Refere-se a serviços operação e manutenção, gerenciamento e supervisão de qualidade, serviço de comissionamento e outros serviços prestados às partes relacionadas.

- **Repasse:**

Montantes repassados à Caixa de Assistência e à Fundação de previdência que gerenciam o plano de saúde dos empregados e o fundo de pensão respectivamente.

Empregados cedidos e requisitados

Os custos com empregados cedidos das partes relacionadas para a Companhia, assim como os custos dos empregados cedidos da Companhia para partes relacionadas, são totalmente reembolsados entre as empresas.

- **Suprimento de energia elétrica**

Refere-se a operações de venda de energia elétrica.

- **Contas a receber (operação Termo Norte)**

Refere-se aos valores a receber da CERON da manutenção da operação da Termo Norte.

- **Aquisição de ativos**

Refere-se aos pagamentos decorrentes da aquisição de ativos junto a partes relacionadas.

- **Empréstimos e financiamentos**

Sobre as operações de empréstimos e financiamentos concedidos pela Eletrobras à Companhia são cobrados encargos nas mesmas condições existentes no mercado.

39.3. Remuneração do pessoal chave da Administração

Os gastos com a remuneração dos conselheiros de administração e fiscal e diretores executivos estão demonstrados a seguir:

	31/12/17	31/12/16
Remuneração dos Diretores e Conselheiros	4.468	3.859
Encargos sociais	42	35
Benefícios	423	387
Outros	247	248
Total	**5.180**	**4.529**

NOTA 40– INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

40.1. Gestão do Risco de Capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de perseguir uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo. As aquisições e vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação.

Para manter ou ajustar a estrutura do capital, a Companhia pode rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

Condizente com outras companhias do setor, a Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos e de debêntures (contemplando as dívidas de curto e longo prazo, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

	Nota	31/12/17	31/12/16
Financiamentos, empréstimos e debêntures	21	5.000.765	5.321.527
(-) Caixa e equivalentes de caixa	6	(19.908)	(8.992)
Dívida líquida		4.980.857	5.312.535
Patrimônio líquido		15.881.432	15.096.563
Total do capital		20.862.289	20.409.098
Índice de alavancagem financeira		24%	26%

40.2. Classificação por categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Companhia estão classificados em categorias de ativos e passivos financeiros, os quais contemplam inclusive os instrumentos derivativos, conforme segue:

ATIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	Nota	31/12/17	31/12/16
Empréstimos e recebíveis		**13.868.711**	**13.515.590**
Caixa e equivalentes de caixa	6	19.908	8.992
Clientes	8	683.406	1.061.489
Financiamentos e empréstimos	21	-	-
Ativo financeiro concessões de serviço público	9	10.103.326	9.660.565
Crédito junto à Ceron	15	2.470.760	2.219.065
Outros ativos	12	591.311	565.479
Mensurados a valor justo por meio do resultado		**1.219.696**	**505.859**
Instrumentos financeiros derivativos	11	426.231	228.773
Títulos e valores mobiliários	7	793.465	277.086
PASSIVOS FINANCEIROS (Circulante / Não Circulante)	**Nota**	**31/12/17**	**31/12/16**
Mensurados en Custo Amortizado		**6.363.128**	**7.095.026**
Fornecedores	20	553.696	716.737
Financiamentos e empréstimos	21	4.798.008	5.120.152
Debêntures	22	202.757	201.375
Contratos onerosos	35	301.122	390.945
Outros passivos	30	507.545	665.817
Mensurados a Valor Justo por meio do resultado		**39.885**	**44.017**
Instrumentos financeiros derivativos	11	39.885	44.017

40.2.1. Ativos Financeiros – classificação por categoria de instrumentos financeiros

a) **Caixa e Equivalentes de caixa:** mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

b) **Títulos e valores mobiliários – Curto e Longo Prazo** – usualmente mantidos para negociação em curto prazo e mensurados pelo valor justo, sendo os seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado.

c) **Clientes:** são registrados pelo seu valor nominal, similar aos valores justos e prováveis de realização. Os créditos renegociados são registrados assumindo a intenção de mantê-los até o vencimento, pelos seus valores prováveis de realização, similares aos valores justos.

d) **Financiamentos e empréstimos concedidos:** são ativos financeiros com recebimentos fixos ou determináveis, sendo seus valores mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva.
Os financiamentos concedidos estão restritos às concessionárias de serviço público de energia elétrica e, desta forma, a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital da empresa) é definida levando em conta prêmio de risco compatível com as atividades do setor. Na impossibilidade de buscar alternativas que não o próprio setor elétrico, o valor presente desses empréstimos corresponde ao seu valor contábil.

e) **Ativos financeiros da concessão:** são ativos financeiros que representam o direito incondicional de receber uma determinada quantia ao final do prazo da concessão. São classificados como empréstimos e recebíveis.

f) **Derivativos embutidos:** são mensurados pelo valor justo e seus efeitos reconhecidos diretamente no resultado ou no patrimônio líquido, dependendo do tipo de cada designação do derivativo embutido.

g) **Demais ativos financeiros:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

40.2.2. Passivos Financeiros - classificação por categoria de instrumentos financeiros

a) **Fornecedores:** são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

b) **Empréstimos e financiamentos:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Nessa classificação de passivo financeiro destacam-se os empréstimos e financiamentos obtidos junto às instituições financeiras, notadamente no exterior, e aos fundos setoriais, em especial a RGR. Os valores de mercado dos empréstimos e financiamentos obtidos são similares aos seus valores contábeis.

Os financiamentos captados são contratados junto à Controladora da Companhia. Os demais empréstimos são captados a taxas de mercado, fazendo com que o valor contábil seja próximo ao seu valor presente.

A Companhia encerrou o exercício de 2017 com contratos passivos, entre empréstimos, financiamentos e debêntures, que totalizam R$ 5.000.765. (Em 31.12.2016 - R$ 5.321.527), e apresentam o equivalente em US$ (dólar) conforme demonstrado a seguir:

Moeda	US$ (equivalentes)	R$	%
Dólar Norte-Americano	99.093	327.800	7%
Real	1.374.792	4.547.812	91%
Iene	37.833	125.153	3%
Euro	-	-	0%
	1.511.718	5.000.765	100%

c) **Demais passivos financeiros:** são mensurados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva, e seus valores justos são similares aos seus valores contábeis.

40.3. Gestão de Riscos Financeiros

No exercício de suas atividades, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Companhia definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e manter os níveis de endividamento e perfil da dívida definidos para os fluxos econômico-financeiros.

Os principais riscos financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

40.3.1. Risco de taxa de câmbio

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia ter seus demonstrativos econômico-financeiros impactados por flutuações nas taxas de câmbio. A Companhia apresenta exposição a riscos financeiros que causam volatilidade em suas demonstrações contábeis bem como em seu fluxo de caixa. A Companhia apresenta relevante exposição entre ativos e passivos indexados à moeda estrangeira, em especial ao dólar norte americano, proveniente principalmente de contratos de financiamento. Adicionalmente, existem exposições à taxa de juros em Euro e Iene, relativas a contratos de captação externa (nota 21.4), cuja análise de sensibilidade está demonstrada na nota 40.4.2.

Com isso, a referida política visa que os resultados da Companhia reflitam fielmente o seu real desempenho operacional e que o seu fluxo de caixa projetado apresente menor volatilidade.

Exposição à moeda estrangeira	31/12/17	31/12/16
Passivos		
Dólar norte-americano	327.800	365.611
Iene	125.153	134.698
Passivo líquido exposto	452.953	500.309

40.3.2. Risco de taxa de juros

Esse risco está associado à possibilidade da Companhia contabilizar perdas em razão de oscilações das taxas de juros de mercado, impactando seus demonstrativos pela elevação das despesas financeiras, relativas a contratos de captação externa. A Companhia monitora a sua exposição às taxas operadas.

A exposição da Companhia às taxas de juros de ativos e passivos financeiros está detalhada no item de análise de sensibilidade desta nota explicativa.

40.3.3. Risco de *commodities*

A Companhia celebrou, no exercício de 2004, contratos de longo prazo para fornecimento de energia elétrica a três de seus principais clientes. Esses contratos de longo prazo estão associados ao preço internacional do alumínio, cotado na LME, como ativo básico para fins de definição dos valores mensais dos contratos.

Os detalhes dos contratos são os seguintes:

CLIENTE	Data do contrato		Volume em megawatts médios (MW)
	Inicial	Final	
Albrás	01/07/04	31/12/24	750 até 31/12/2006 e 800 apartir de 01/01/2007
BHP Billiton (South32)	01/07/04	31/12/17	315 MW

Esses contratos incluem o conceito de *cap and floor band*, relacionado ao preço do alumínio cotado na LME. O preço limite máximo e mínimo da LME está limitado a US$ 2,773. 21/ton e US$ 1,450/ton, respectivamente.

O ganho apurado na operação com derivativos oriundo dos contratos de fornecimento de energia no período é de R$ 233.255. (Em dezembro de 2016, ganho de R$ 182,462) – nota 11.1. A posição patrimonial líquida apresentada no período é ativa em R$ 386.346.(Em dezembro de 2016, posição ativa de R$184.756.

40.3.4. Risco de crédito

Esse risco decorre da possibilidade da Companhia incorrer em perdas resultantes da dificuldade na realização de seus recebíveis junto a clientes, bem como da inadimplência de instituições financeiras contrapartes em operações. A exposição ao risco de crédito da Companhia está demonstrada abaixo:

Ativos (Circulante / Não Circulante)	Saldos em 31 de dezembro 2017	Saldos em 31 de dezembro 2016
Caixa e equivalentes de caixa	19.908	8.992
Títulos e valores mobiliários	793.465	277.086
Clientes	683.406	1.061.489
Ativo financeiro-concessão de serviço público	10.103.326	9.660.565
Créditos junto à Ceron	2.470.760	2.219.065
Outros ativos	591.311	565.479
Total	**14.662.176**	**13.792.676**

Caixa e equivalentes de caixa: Em eventuais relações com instituições financeiras, a Companhia tem como prática a realização de operações somente com instituições de baixo risco avaliadas por agências de rating e que atendam a requisitos patrimoniais previamente definidos e formalizados. Adicionalmente, são definidos limites de crédito que são revisados periodicamente.

Títulos e Valores Mobiliários: As disponibilidades de caixa são aplicadas em um fundo extramercado, conforme normativo específico do Banco Central do Brasil. Esse fundo é composto na sua totalidade por títulos públicos custodiados na Selic, não havendo exposição ao risco de contraparte.

Clientes: A Companhia, através de suas controladas, atua nos mercados de geração e transmissão de energia elétrica amparada em contratos firmados em ambiente regulado. A Companhia busca minimizar seus riscos de crédito através de mecanismos de garantia envolvendo recebíveis de seus clientes e, quando aplicável, através de fianças bancárias. Até 2017 a Companhia possui uma provisão constituída no valor de R$ 718.041.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800246

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ativo financeiro concessão de serviço público: O poder concedente delegou às geradoras, distribuidoras, consumidores livres, exportadores e importadores o pagamento mensal da RAP, que por ser garantida pelo arcabouço regulatório de transmissão, constitui-se em direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro, deste modo o risco de crédito é baixo.

Indenização de concessões e direito de ressarcimento: O valor referente às indenizações a receber e do direito de ressarcimento serão quitados pelo Poder Público, deste modo, o risco de crédito associado a esta operação é baixo.

Créditos junto à CERON: Esses créditos foram objeto de dação em pagamento de dividendos à Eletrobras, conforme definido e aprovado em AGE (nota 15).

Outros ativos: Os valores transacionados e registrados em outros ativos são, normalmente, de baixa relevância, e quando há expectativa de não recebimento por parte da Companhia, tais valores são provisionados. A partir deste momento a Companhia inicia o processo de renegociação destes valores.

40.3.5. Risco de liquidez

As necessidades de liquidez da Companhia são de responsabilidade das áreas de tesouraria e de captação de recursos, que atuam alinhadas no monitoramento permanente dos fluxos de caixa de curto, médio e longo prazo, previstos e realizados, buscando evitar eventuais descasamentos e consequentes perdas financeiras e garantir as exigências de liquidez para as suas necessidades operacionais.

As datas de vencimento dos instrumentos financeiros derivativos estão divulgadas na nota 11. A tabela abaixo mostra os passivos financeiros não derivativos da Companhia por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros a incorrer e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado é obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

PASSIVOS FINANCEIROS	Nota	Créditos junto à Ceron			
(Circulante / Não Circulante)		ATÉ 1 ANO	DE 1 A 2 ANOS	DE 2 A 5 ANOS	MAIS DE 5 ANOS
Mensurados ao Custo Amortizado		2.180.091	1.396.690	1.687.030	2.611.320
Fornecedores	20	553.696	-	-	-
Financiamentos e empréstimos	21	909.678	-	1.611.768	2.276.562
Debêntures	22	22.658	10.300	41.200	128.599
Folha de pagamento e obrigações estimadas	25	303.011	25.409	-	-
Outros passivos + contrato oneroso + TFRH	30	391.048	1.360.981	34.062	206.159
Mensurados a valor justo por meio do resultado		291	39.594	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	11	291	39.594	-	-
PASSIVOS FINANCEIROS		**31/12/16**			
(Circulante / Não Circulante)		**ATÉ 1 ANO**	**DE 1 A 2 ANOS**	**DE 2 A 5 ANOS**	**MAIS DE 5 ANOS**
Mensurados ao Custo Amortizado		2.297.606	1.114.720	1.512.355	3.087.515
Fornecedores	20	547.870	168.867	-	-
Financiamentos e empréstimos	21	944.387	-	1.414.218	2.761.547
Debêntures	22	12.442	10.300	41.200	137.433
Folha de pagamento e obrigações estimadas	25	339.681	7.162	-	-
Outros passivos	30	453.226	928.391	56.937	188.535
Mensurados a valor justo por meio do resultado		332	43.685	-	-
Instrumentos Financeiros Derivativos	11	332	43.685	-	-

40.4. Análise de Sensibilidade dos instrumentos financeiros

Nos quadros a seguir foram considerados cenários para índices e taxas, com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade, utilizou-se como cenário provável para 2017 previsões e/ou estimativas baseadas, fundamentalmente, em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório Focus, divulgado pelo Banco Central.

40.4.1. Empréstimos obtidos

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de empréstimos e financiamentos em quatro diferentes cenários: dois com elevação das moedas-indexadores do saldo devedor e dois com diminuição dessas moedas-indexadores. As análises limitaram-se aos contratos obtidos que apresentem exposição à taxa de câmbio e índice de preços.

40.4.1.1. Depreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

Contratos Obtidos - 2017			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo $ mil	Saldo R$ mil	Provável 2018	Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (-25%)	Cenário IV (-50%)
Dolar(R$/US$)	99.093	327.800	3,2600	2,445	1,630	242.283	161.522
IPCA	-	1.602.769	3,73%	0,028	0,019	1.647.606	1.632.661
TJLP	-	1.041.491	6,83%	0,051	0,034	1.094.841	1.077.058
SELIC	-	3.260	6,67%	0,050	0,033	3.423	3.369
EURO(R$/€)	-	-	3,9100	2,933	1,955	-	-
IENE(R$/¥)	4.256.905	125.153	0,0290	0,022	0,015	92.588	61.725
TOTAL		**3.100.473**				**3.080.741**	**2.936.335**
Contratos Obtidos - 2016			**Indexador**			**Saldo R$ mil**	
Moeda (Risco)	**Saldo $ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2017**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário III (-25%)**	**Cenário IV (-50%)**
Dolar(R$/US$)	112.185	365.611	3,4500	2,588	1,725	290.279	193.519
IPCA	-	1.767.942	4,75%	0,036	0,024	1.830.925	1.809.931
TJLP	-	1.049.311	7,50%	0,056	0,038	1.108.335	1.088.660
SELIC	-	4.128	9,50%	0,071	0,048	4.422	4.324
EURO(R$/€)	-	-	3,5700	2,678	1,785	-	-
IENE(R$/¥)	4.827.885	134.698	0,0294	0,022	0,015	106.455	70.970
TOTAL		**3.321.690**				**3.340.416**	**3.167.404**

40.4.1.2. Apreciação dos índices - Empréstimos obtidos (em centavos e percentuais)

Contratos Obtidos - 2017			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo $ mil	Saldo R$ mil	Provável 2018	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dolar(R$/US$)	99.093	327.800	3,2600	4,075	4,890	403.804	484.565
IPCA	-	1.602.769	3,73%	0,047	0,056	1.677.498	1.692.444
TJLP	-	1.041.491	6,83%	0,085	0,102	1.130.408	1.148.192
SELIC	-	3.260	6,67%	0,083	0,100	3.532	3.586
EURO(R$/€)	-	-	3,9100	4,888	5,865	-	-
IENE(R$/¥)	4.256.905	125.153	0,0290	0,036	0,044	154.313	185.175
TOTAL		**3.100.473**				**3.369.555**	**3.513.963**

Contratos Obtidos - 2016			Indexador			Saldo R$ mil	
Moeda (Risco)	Saldo $ mil	Saldo R$ mil	Provável 2017	Cenário I (+25%)	Cenário II (+50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
Dolar(R$/US$)	112.185	365.611	3,4500	4,313	5,175	483.798	580.558
IPCA	-	1.767.942	4,75%	0,059	0,071	1.872.914	1.893.908
TJLP	-	1.049.311	7,50%	0,094	0,113	1.147.684	1.167.358
SELIC	-	4.128	9,50%	0,119	0,143	4.618	4.716
EURO(R$/€)	-	-	3,5700	4,463	5,355	-	-
IENE(R$/¥)	4.827.885	134.698	0,0294	0,037	0,044	177.425	212.910
TOTAL		**3.321.690**				**3.686.438**	**3.859.450**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800247

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

40.4.2. Derivativos embutidos

40.4.2.1. Indexados ao preço do alumínio

Foram realizadas análises de sensibilidade dos contratos de fornecimento de energia dos consumidores eletrointensivos Albras e BHP, por possuírem cláusula contratual referente ao prêmio por variação do preço do alumínio no mercado internacional (nota 40.3.3).

Desta forma, foi sensibilizada para tais contratos híbridos uma variação sobre o preço do prêmio auferido, conforme tabela abaixo. Os componentes de volatilidade do prêmio basicamente são: preço do alumínio primário na LME, câmbio e CDI. Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

Para o cenário II (redução de 50%) o preço esperado para a tonelada de alumínio ofertada na LME fica abaixo do preço mínimo para aferição de prêmio contratual (US$ 1.450), logo o valor tende a zero, impactando na marcação a mercado do derivativo embutido.

Quanto à variação obtida entre os cenários III e IV (aumento de 25% e 50%), a grande variação apresentada refere-se à aplicação dos referidos percentuais nos valores de câmbio, preço de alumínio e CDI.

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

		Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
2017	426.231	74.242	-	928.181	1.095.362
2016	228.773	-	-	686.496	886.555
2015	46.311	-	-	400.552	603.139
2014	259.911	7.084	-	643.998	842.464

40.4.2.2. Debêntures

Foram realizadas análises de sensibilidade do contrato de debêntures, por possuírem cláusula contratual referente à possibilidade da conversão destas debêntures em ações da Companhia (nota 11.2).

Na análise a seguir foram considerados cenários para a TJLP com os respectivos impactos nos resultados da Companhia. Para a análise de sensibilidade utilizou-se como cenário provável as previsões e/ou estimativas baseadas fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do Relatório FOCUS, divulgado pelo Banco Central.

Foram realizadas análises de sensibilidade para a curva de pagamento do serviço da dívida contratada com o Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), por possuírem cláusula contratual referente à opção de conversibilidade em 50% em ações da companhia na data da efetiva liquidação do papel.

De acordo com o CPC 38, os contratos híbridos que tenham a eles associados elementos voláteis, sejam eles índices de preços e/ou *commodities*, devem ser marcados a mercado. Com isso, as demonstrações financeiras passam a refletir o valor justo da operação em cada data avaliada. Desta forma, foi sensibilizada para o contrato uma variação sobre a expectativa de realização da TJLP.

Abaixo é possível verificar o impacto de cada cenário no resultado da Companhia.

		Cenário I (-25%)	Cenário II (-50%)	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
2017	39.885	19.564	16.232	26.180	29.277
2016	44.017	37.488	30.774	50.122	55.673
2015	80.269	70.981	59.963	87.874	94.045
2014	72.203	67.176	61.846	76.875	81.165

As análises de sensibilidade foram elaboradas como estabelece a Instrução CVM 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto das mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Trata-se, portanto, de projeções baseadas em avaliações de cenários macroeconômicos, não significando que as transações terão os valores apresentados no prazo de análise considerado.

40.4.3 Aplicação financeira

Foram realizadas análises de sensibilidade das aplicações financeiras em quatro diferentes cenários: dois com elevação da taxa Selic e dois com diminuição das moedas indexadoras. A taxa Selic foi utilizada como a melhor estimativa para a rentabilidade dos fundos em que a Companhia mantém suas aplicações.

Cenário considerando redução da Taxa Selic

			Indexador			Saldo R$ mil	
Aplicações	**Saldo R$ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2018**	**Cenário I (-25%)**	**Cenário II (-50%)**	**Cenário I (-25%)**	**CenárioII (-50%)**
TVM	793.378	846.296	6,67%	5,00%	3,34%	833.067	819.837
Aplic. Fin.Curto Prazo	2.995	3.194	6,67%	5,00%	3,34%	3.144	3.095
TOTAL		**849.491**				**836.211**	**822.932**

Cenário considerando Elevação da Taxa Selic

			Indexador			Saldo R$ mil	
Aplicações	**Saldo R$ mil**	**Saldo R$ mil**	**Provável 2018**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**	**Cenário I (+25%)**	**Cenário II (+50%)**
TVM	793.378	846.296	6,67%	8,34%	10,01%	859.526	872.755
Aplic. Fin.Curto Prazo	2.995	3.194	6,67%	8,34%	10,01%	3.244	3.294
TOTAL		**849.491**				**862.770**	**876.050**

40.5. Estimativa do Valor Justo

Os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a PCLD, encontram-se próximos de seus respectivos valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros, pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

(Circulante / Não circulante)	Nota	31/12/17				31/12/16			
		NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total	NIVEL 1	NIVEL 2	NIVEL 3	Total
ATIVOS FINANCEIROS									
Mensurados a valor justo por meio do resultado		793.465	426.231	-	1.219.696	277.086	228.773	-	505.859
Caixa e equivalentes de caixa	6	-	-	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	7	793.465	-	-	793.465	277.086	-	-	277.086
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	426.231	-	426.231	-	228.773	-	228.773
PASSIVOS FINANCEIROS									
Mensurados a valor justo por meio do resultado		-	39.885	-	39.885	-	44.017	-	44.017
Instrumentos financeiros derivativos	11	-	39.885	-	39.885	-	44.017	-	44.017

Os ativos e passivos financeiros registrados a valor justo foram classificados e divulgados de acordo com os níveis a seguir:

Nível 1 – preços cotados (não ajustados) em mercados ativos, líquidos e visíveis para ativos e passivos idênticos que estão acessíveis na data de mensuração;

Nível 2 – preços cotados (podendo ser ajustados ou não) para ativos ou passivos similares em mercados ativos, outras entradas não observáveis no nível 1, direta ou indiretamente, nos termos do ativo ou passivo, e

Nível 3 – ativos e passivos cujos preços não existem ou que esses preços ou técnicas de avaliação são amparados por um mercado pequeno ou inexistente, não observável ou líquido. Nesse nível a estimativa do valor justo torna-se altamente subjetiva.

O valor justo dos instrumentos financeiros negociados em mercados ativos (como títulos mantidos para negociação e disponíveis para venda) é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa, distribuidor, corretor, grupo de indústrias, serviço de precificação, ou agência reguladora, e aqueles preços representam transações de mercado reais e que ocorrem regularmente em bases puramente comerciais.

O preço de mercado cotado, utilizado para os ativos financeiros mantidos pela Companhia, é o preço de concorrência atual. Esses instrumentos estão incluídos no Nível 1. Os instrumentos incluídos no Nível 1 compreendem, principalmente, os investimentos patrimoniais da FTSE 100, classificados como títulos para negociação ou disponíveis para venda.

O valor justo dos instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação maximizam o uso dos dados adotados pelo mercado onde está disponível e confia o menos possível nas estimativas específicas da entidade. Se todas as informações relevantes exigidas para o valor justo de um instrumento forem adotadas pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 2.

Se uma ou mais informações relevantes não estiverem baseadas em dados adotados pelo mercado, o instrumento estará incluído no nível 3.

Técnicas de avaliação específicas utilizadas para valorar os instrumentos financeiros incluem:

- Preços de mercado cotados ou cotações de instituições financeiras ou corretoras para instrumentos similares.
- O valor justo de swaps de taxa de juros é calculado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base nas curvas de rendimento adotadas pelo mercado.
- O valor justo dos contratos de câmbio futuros é determinado com base nas taxas de câmbio futuras estimadas na data do balanço, com o valor resultante descontado ao valor presente.
- Outras técnicas, como a análise de fluxos de caixa descontados, são utilizadas para determinar o valor justo para os instrumentos financeiros remanescentes.

NOTA 41 – SEGUROS

Para proteção do seu patrimônio, a Companhia administra por meio da contratação de seguros os riscos que, na eventualidade de ocorrência, possam acarretar prejuízos que impactem significativamente o seu patrimônio, bem como os riscos sujeitos ao seguro obrigatório, seja por disposições legais ou contratuais.

A importância segurada apresenta um valor global de R$ 6.387.275 (2016 - R$ 5.188.978).

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800248

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Risco	Seguradora	Importância Segurada	Prêmio	Período de vigência
Risco Operacional	Aliança do Brasil Seguros S/A.	4.310.692	24.560	26/12/2017 à 26/12/2018
Incêndio Bens Móveis - Sede	Mapfre Seguros Gerais S/A	68.502	7	09/12/2017 à 09/12/2018
Incêndio Bens Móveis - Regionais	Mapfre Seguros Gerais S/A	106.414	16	04/05/2017 à 04/05/2018
Seguro de Vida em Grupo	Zurich Minas Brasil S/A	1.353.517	8.354	30/04/2017 à 30/04/2018
Responsabilidade Civil	Tókio Marine Seguradora S/A	100.000	390	08/01/2018 à 08/01/2019
Seguro de Responsabilidade Civil para os Conselheiros, Diretores, Administradores e/ou Gestores da Eletronorte (Seguro de D&O)	Fator	100.000	609	11/10/2017 à 11/10/2018
Seguro Garantia Judicial	Austral Seguradora S/A	300.000	14.790	29/05/2017 à 29/05/2018
Seguro Transporte Nacional	Tokio Marine Seguradora S/A	30.000	58	06/04/2017 à 06/04/2018
Seguro Fiel Cumprimento (Lote N)	Tokio Marine Seguradora S/A	18.150	492	29/04/2017 à 30/06/2018
TOTAL		**6.387.275**	**49.276**	

41.1. Seguro de risco de engenharia - modalidade funcionamento operacional

Cobertura de seguros aplicada para danos materiais, quebra de máquinas, danos elétricos e defeitos mecânicos para os equipamentos em funcionamento operacional nas usinas hidroelétricas, termelétricas e subestações de propriedade da Companhia.

41.2. Seguro de incêndio, raio e explosão

Cobertura de seguros aplicada contra Incêndio, raio e explosão para os prédios e conteúdos do edifício sede em Brasília, escritório da Companhia em São Paulo, e a todos os bens móveis e imóveis, utensílios e instalações dos escritórios, unidades de apoio e Unidades Descentralizadas de propriedade ou sob responsabilidade da Companhia.

41.3. Seguro de responsabilidade civil geral

Cobertura de seguros aplicada para danos corporais, danos materiais e prejuízos causados a terceiros, danos morais e poluição e/ou contaminação ambiental, súbita e acidental de responsabilidade da Companhia.

NOTA 42 - REMUNERAÇÃO DE EMPREGADOS E DIRIGENTES

Em atendimento a Resolução nº 3, de 31 de dezembro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, apresentamos a seguir a maior e menor remuneração pagas a empregados e dirigentes, tomando-se por base o mês de dezembro de 2017 e de 2016.

O salário base de empregados não considera o honorário de diretor empregado.

A gratificação de função considera os valores referentes à incorporação de função.

Valores em (R$)	2017		2016	
	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO	MAIOR REMUNERAÇÃO	MENOR REMUNERAÇÃO
Diretores (administradores)	39.665,54	37.776,99	39.665,54	37.776,99
Empregados				
Salário Base	37.776,99	3.815,48	33.930,27	3.383,19
Produtividade 50/88	1.478,00	135,33	1.478,00	135,33
Gratificação de função	22.002,56	248,05	22.002,56	248,05
Irredutibilidade Salarial	4.377,00	1,77	4.377,00	1,77
Gratificação por tempo de serviço	16.935,48	101,50	16.935,48	101,50
	82.570,03	4.302,13	78.723,31	3.869,84
Valores em (R$)	**SALÁRIO MÉDIO**	**REMUNERAÇÃO MÉDIA**	**SALÁRIO MÉDIO**	**REMUNERAÇÃO MÉDIA**
Empregados	11.129,08	17.367,62	11.058,58	17.503,38

NOTA 43 – EVENTOS SUBSEQUENTES

43.1. 170ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas

Em 09 de fevereiro de 2018, foi realizada a 170ª Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas, onde foi aprovada a venda das distribuidoras federalizadas pertencentes à Controladora. Entre as distribuidoras está a venda da CERON, na qual a Companhia possui créditos a receber de valor significativo.

43.2. Exercício do Direito de Preferência/Direito de Venda Conjunta para Alienação de Ações

Em 13 de dezembro de 2017 a Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. teve seus ativos de transmissão leiloados como parte do processo de sua recuperação judicial iniciada em 29 de janeiro de 2016.

Considerando que a Companhia (49%) é acionista da Norte Brasil Transmissora juntamente com a Abengoa Concessões Brasil Holding (51%), e o Acordo de Acionista da Norte Brasil Transmissora prevê direito de preferência no caso de alienação de ações, a Companhia foi notificada para manifestar-se sobre o exercício do Direito de Preferência/Direito de Venda Conjunta para alienação das ações.

Em 19 de janeiro de 2018, o Conselho de Administração da Companhia deliberou não adquirir das ações da Abengoa Concessões pertencentes a Norte Brasil Transmissora de Energia S.A.

43.3. Aprovação de nova participação acionária em investida

Em fevereiro de 2018 a Diretoria Executiva aprovou e encaminhou para apreciação do Conselho de Administração da Companhia o novo valor de participação no equity da investida Norte Energia S.A., correspondente R$ 2.550.647, dos quais já foram aportados R$ 2.489.108.

DECLARAÇÃO DOS DIRETORES DA COMPANHIA

Os Diretores da Companhia declaram que examinaram, discutiram e revisaram todas as informações contidas nestas demonstrações financeiras.

Brasília – DF, 15 de março de 2018.

VILMOS GRUNVALD
Diretor Presidente

ANTONIO M. A. BARRA
Diretor Econômico-Financeiro

ROBERTO PARUCKER
Diretor de Engenharia

ASTROGILDO FRAGUGLIA QUENTAL
Diretor de Gestão Corporativa

WILLAMY MOREIRA FROTA
Diretor de Operação

WILSON FERNANDES DE PAULA
Diretor de Comercialização e Regulação

SUPERINTENDÊNCIA DE CONTABILIDADE
ALEXANDRE LIRA DA ROCHA
Contador - CRC-DF-018622/O-0
Superintendente de Contabilidade FCO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
WILSON PINTO FERREIRA JUNIOR
Presidente

RAFAELLO ABRITTA
Conselheiro

MARISETE FÁTIMA DADALD PEREIRA
Conselheiro

JOSÉ ANTONIO MUNIZ LOPES
Conselheiro

VILMOS GRUNVALD
Conselheiro

GLEIDE ALMEIDA BRITO
Conselheiro

CONSELHO FISCAL
JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA
Presidente

JOÃO VICENTE AMATO TORRES
Conselheiro

RODRIGO PARENTE VIVES
Conselheiro

PARECER DO CONSELHO FISCAL

O Conselho Fiscal da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, examinou as Demonstrações Financeiras, acompanhadas pelas Notas Explicativas e pelo Relatório da Administração, bem como a proposta de destinação do resultado, que prevê remuneração aos acionistas na forma de dividendos referentes ao exercício encerrado em 31.12.2017. Com base nos exames efetuados, bem como considerando o Parecer da KPMG Auditores Independentes, de 15 de março de 2018, opina que os referidos documentos retratam adequadamente a situação financeira e patrimonial da Empresa, observadas as ênfases da auditoria independente, e considera que as mesmas estão em condições de serem submetidas à apreciação dos Senhores Acionistas, em Assembleia Geral Ordinária.

Brasília-DF, 19 de março de 2018.

JAIREZ ELÓI DE SOUSA PAULISTA
JOÃO VICENTE AMATO TORRES
RODRIGO PARENTE VIVES

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800249

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, aos Conselheiros e aos Diretores da
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. -Eletronorte (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - Eletronorte em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Riscos relacionados a conformidade com leis e regulamentos - Lava Jato

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 4.9 às demonstrações financeiras, chamamos atenção para o fato de que o lucro líquido da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foi diminuído em R$ 36.563 mil, como resultado da baixa em investimento avaliado pelo método de equivalência patrimonial, representando os valores estimados relacionados com as atividades ilícitas que a sua controlada em conjunto Norte Energia S.A. capitalizou em excesso na aquisição de imobilizado. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase - Créditos com a CERON

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 15 às demonstrações financeiras, o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017, apresenta créditos a receber da Centrais Elétricas de Rondônia S.A.- CERON no montante de R$ 2.470.760 mil, referente substancialmente ao contrato de suprimento da Usina Termo Norte 11 que serão realizados financeiramente mediante recursos a serem repassados pela Conta de Consumo de Combustíveis (CCC). Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Ênfase - Continuidade operacional de empreendimentos controlados em conjunto

Conforme demonstrado na Nota Explicativa nº 17, em 31 de dezembro de 2017, as empresas investidas: Amapari Energia S.A., Norte Energia S.A, Energética Águas da Pedra S.A., Construtora Integração Ltda. e Manaus Construtora Ltda. apresentaram em conjunto capital circulante líquido negativo e passivo a descoberto nos montantes de R$ 2.596.126 mil e R$ 26.456 mil, respectivamente. Adicionalmente, a Companhia mantém investimentos na Norte Energia S.A., na Companhia Energética Sinop S.A., na Belo Monte Transmissora de Energia S.A. e na Transnorte Energia S.A. com participação societária de 19,98%, 24,5%, 24,5% e 49% respectivamente, as quais vêm incorrendo em gastos significativos relacionados ao desenvolvimento dos projetos hidrelétricos de Belo Monte; da UHE Sinop; e da Linha de Transmissão de Energia Elétrica LT 500 kV - Lechuga - Equador - Boa Vista. A conclusão das obras, a recuperação dos investimentos e o consequente início das operações dependem da capacidade de tais empresas continuarem a obter os recursos necessários para a continuidade e a conclusão dos projetos. A continuidade operacional das empresas controladas em conjunto citadas acima depende da manutenção do suporte financeiro por parte de terceiros, da Companhia e/ou dos demais acionistas. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação não é requerida às companhias fechadas, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está reconciliada com as demais demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente preparada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 15 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/0-6 F-DF

Marcelo José de Aquino
Contador
CRC 1SP183836/O-6

Danilo Siman Simões
Contador
CRC 1MG058180/O-2 T-SP

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800250

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 25/2018/PE

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
2664/2018-840.001/2017-AGILIS MINERACAO, BRITAGEM E RECICLAGEM LTDA-
2665/2018-840.102/2017-MAURICIO DE AMORIM AQUINO-
2666/2018-840.104/2017-ISMA MARIA DE SOUZA GONZAGA ME-
2667/2018-840.212/2017-SÃO FRANCISCO MINERIOS LTDA ME-
2668/2018-840.234/2017-LUCIANA QUEIROZ DOURADO CRUZ-
2669/2018-840.262/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
2670/2018-840.263/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
2671/2018-840.264/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
2672/2018-840.265/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
2673/2018-840.266/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
2674/2018-840.267/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
2675/2018-840.268/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
2676/2018-840.269/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
2677/2018-840.270/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
2678/2018-840.271/2017-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.-
2679/2018-840.284/2017-MINERMAX ROCHAS E MINERIOS EIRELI ME-
2680/2018-840.293/2017-JOÃO PEDRO MOURA SILVA DE OLIVEIRA-
2681/2018-840.375/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2682/2018-840.488/2017-VERTENTES MINERAIS LTDA-
2683/2018-840.534/2017-BRUNA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES-
2684/2018-840.535/2017-BRUNA DA CONCEIÇÃO GONÇALVES-
2685/2018-840.536/2017-MARIO HENRIQUE RAMOS D' OLIVEIRA MESQUITA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
2686/2018-840.785/2012-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-
2687/2018-840.786/2012-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA-
2688/2018-840.007/2016-WELITON PORTELA GOMES-
2689/2018-840.007/2017-NIXON SOUZA LEITE-
2690/2018-840.137/2017-DEBORAH TRANSPORTE, LOCAÇÃO E MINERAÇÃO LTDA EPP-
2691/2018-840.211/2017-MINERGEL MINERAÇÃO GESSO BONITO LTDA ME-
2692/2018-840.310/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2693/2018-840.311/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2694/2018-840.319/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2695/2018-840.320/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2696/2018-840.325/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2697/2018-840.326/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2698/2018-840.327/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2699/2018-840.328/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2700/2018-840.336/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2701/2018-840.338/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2702/2018-840.339/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2703/2018-840.340/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2704/2018-840.347/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2705/2018-840.348/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2706/2018-840.350/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2707/2018-840.352/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2708/2018-840.354/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2709/2018-840.370/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2710/2018-840.374/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2711/2018-840.447/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-
2712/2018-840.487/2017-JOÃO CLAUDIO DE LIMA-
2713/2018-840.501/2017-ROIALE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS SOCIETARIOS LTDA.-
2714/2018-840.524/2017-JURANDIR PAZ LANDIM DE CASTRO-
2715/2018-840.527/2017-ALEX LEVY CAVALCANTI DA SILVA-
2716/2018-840.530/2017-MINERAÇÃO PREMIO LTDA ME-
2717/2018-840.004/2018-MINERACAO QUALIMINA LTDA ME-
2718/2018-840.005/2018-MINERACAO QUALIMINA LTDA ME-
2719/2018-840.006/2018-MINERACAO QUALIMINA LTDA ME-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 51/2018/SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
2720/2018-815.240/2005-CLAUS PETER MICHEL-
2721/2018-815.019/2016-TECNOCLAY MIN IND COMERCIO LTDA-
2722/2018-815.003/2018-TERRAPLANAGEM E TRANSPORTES AUGUSTO LTDA-
2723/2018-815.004/2018-RF REFLORESTADORA LTDA-
2724/2018-815.005/2018-PEDRAS MORRO GRANDE LTDA-
2725/2018-815.006/2018-MOACIR JOSÉ DA SILVA ME-
2726/2018-815.007/2018-L. T. WONSIEWSKI E CIA LTDA-
2727/2018-815.008/2018-L. T. WONSIEWSKI E CIA LTDA-
2728/2018-815.010/2018-ANTONIO MENDES CORREA-
2729/2018-815.015/2018-INCOTISA INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE TIJOLOS SAVIATTO LTDA ME-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
2730/2018-815.654/2017-MINERAÇÃO SANTA BARBARA LTDA ME-
2731/2018-815.796/2017-PEDRITA PLANEJAMENTO E CONSTRUÇÃO LTDA-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 53/2018/SC

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 1 ano, vigência a partir dessa publicação:(321)
2732/2018-815.021/2018-MONDINI EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA-
2733/2018-815.022/2018-DRAGAGEM DE AREIA BARTSCH LTDA-
2734/2018-815.023/2018-J C M EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA-
2735/2018-815.025/2018-CERÂMICA OURO BLANCO EIRELI EPP-
2736/2018-815.042/2018-SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÃO LTDA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
2737/2018-815.018/2018-SOLO MINERAL EXTRAÇÃO DE AREIA LTDA ME-
2738/2018-815.024/2018-PAULO ROBERTO WALTRICK-
2739/2018-815.028/2018-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
2740/2018-815.030/2018-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
2741/2018-815.031/2018-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
2742/2018-815.032/2018-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
2743/2018-815.033/2018-ANGELA MARIA NUNES CRISTIANO-
2744/2018-815.047/2018-ALESIO WARMELING-
2745/2018-815.052/2018-COOPERATIVA DE EXPLORAÇÃO MINERAL DA BACIA DO RIO URUSSANGA-
2746/2018-815.053/2018-SILVIA PATZSCH VIEIRA-
2747/2018-815.054/2018-SILVIA PATZSCH VIEIRA-
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)
2748/2018-815.016/2018-AREIAL DO VALE LTDA-
2749/2018-815.029/2018-SAN MARCOS REVEST CERAMICOS LTDA-
2750/2018-815.036/2018-EDEGAR LAZAREK-
2751/2018-815.037/2018-AMBIENTAL LIMPEZA URBANA E SANEAMENTO LTDA.-
2752/2018-815.039/2018-TJF EXTRAÇÃO E COMÉRCIO DE AREIA LTDA.-
2753/2018-815.044/2018-SOL MINERAÇÃO LTDA ME-
2754/2018-815.045/2018-SOL MINERAÇÃO LTDA ME-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 83/2018/DF

Fase de Concessão de Lavra
Autoriza averbação do contrato de Arrendamento Total da concessão de lavra(449)
848.065/2001-MARMORISE MÁRMORES DO SERIDÓ LTDA.- Arrendatário:GR8 Mineradora Ltda- CNPJ 29.279.889/0001-70 - Termino do arrendamento: 10/01/2028
Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)
802.660/1976-ÁGUAS MINERAIS BRASILEIRAS LTDA.- Portaria de Lavra nº 414/1993
Fase de Requerimento de Lavra
Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)
896.006/2002-ÁGUAS MINERAIS BRASILEIRAS LTDA.- Requerimento de Lavra
896.382/2013-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME- Requerimento de Lavra
Fase de Autorização de Pesquisa
Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)
896.086/2013-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME- Alvará de Pesquisa nº 10.614/2014
896.072/2014-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME- Alvará de Pesquisa nº 6640/2014
Fase de Requerimento de Pesquisa
Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)
896.148/2013-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME- Requerimento de Pesquisa
Fase de Licenciamento
Autorizo a indisponibilidade dos direitos minerários(1811)
896.557/2013-MONTE GRAN COMÉRCIO DE PEDRAS LTDA ME- Registro de Licença nº 009/2014

VICTOR HUGO FRONER BICCA

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 84/2018/DF

Fase de Disponibilidade
Nega provimento ao recurso apresentado(1806)
848.763/2011- Recurso interposto por MINERAÇÃO VALE DU GRANITO LTDA.

KIOMAR OGUINO
Substituto

DESPACHO DO DIRETOR-GERAL
RELAÇÃO Nº 133/2018/MG

Fase de Requerimento de Pesquisa
O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 2 anos, vigência a partir dessa publicação:(322)
2604/2018-832.553/2016-MINERAÇÃO CALIMAN LTDA EPP-
2605/2018-830.871/2017-R & V CONSULTORIA AGRONÔMICA LTDA-
2606/2018-831.018/2017-GRANSENA EXPORTAÇÃO E COMÉRCIO LTDA.-
2607/2018-831.130/2017-RENATO JOSÉ DE BARROS ME-
2608/2018-831.140/2017-MINERADORA E EXPORTADORA SANTA INÊS LTDA ME-
2609/2018-831.143/2017-BRITAGEM TRES IRMAOS LTDA-
2610/2018-831.160/2017-GRAN SIENNA DO BRASIL LTDA ME-
2611/2018-831.164/2017-JOSE CARLOS ALTOÉ-
2612/2018-831.187/2017-JOSÉ NICÁCIO ITAGYBA DE OLIVEIRA-
2613/2018-831.193/2017-MINERADORA SANTO ANTONIO LTDA-
2614/2018-831.198/2017-CONSTRUTORA S&S LTDA.ME-
2615/2018-831.209/2017-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA-
2616/2018-831.229/2017-SUL COMERCIO & CONSTRUÇÃO EIRELI ME-
2617/2018-831.274/2017-DANA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA-
2618/2018-831.275/2017-GRAN VALE LTDA EPP-
2619/2018-831.288/2017-TIAGO FAGNER GOMES DE OLIVEIRA-
2620/2018-831.293/2017-MINERADORA SANTO ANTONIO LTDA-

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800251

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

2621/2018-831.294/2017-JOSIAS LOPES MENDES-
2622/2018-831.296/2017-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-
2623/2018-831.297/2017-MINERAÇÃO FÉLIX LTDA.-
2624/2018-831.343/2017-BRENORTE EMPREENDIMENTOS LTDA EPP-
2625/2018-831.361/2017-TOLEDO & FILHOS INDÚSTRIA E COMERCIO DE PEDRAS LTDA-
2626/2018-831.363/2017-ELITE MINERAÇÃO LTDA-
2627/2018-831.379/2017-GILCEMAR SILVEIRA-
2628/2018-831.391/2017-JOANISIO FERREIRA DE FREITAS-
2629/2018-831.407/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
2630/2018-831.408/2017-C. FERNANDO R. DA PAZ & CIA LTDA.-
2631/2018-831.621/2017-MINERAÇÃO GAVEA LTDA ME-
2632/2018-831.630/2017-WILIAM DONIZETE BRITO-
2633/2018-831.640/2017-CATTEGRAN GRANITOS DO BRASIL EIRELI ME.-
2634/2018-831.663/2017-RUBEN DE SOUZA PAVUNA ME-
2635/2018-831.801/2017-ESPLENDOR MINERAÇÃO E COMERCIO E EXPORTAÇÃO E IMPORTAÇÃO LTDA ME-
2636/2018-831.802/2017-MLG MINERADORA LTDA.-
2637/2018-831.803/2017-MLG MINERADORA LTDA.-
2638/2018-831.804/2017-MLG MINERADORA LTDA.-
2639/2018-831.805/2017-MLG MINERADORA LTDA.-
2640/2018-832.048/2017-SILVANIO ANTONIO FERNANDES ME-
2641/2018-832.049/2017-JOSÉ LUIZ HENRIQUES DE OLIVEIRA-
2642/2018-832.052/2017-RAIMUNDO DORNELAS FILHO-
2643/2018-832.055/2017-MINERAÇÃO CAMPO BELO LTDA-
2644/2018-832.081/2017-MINERAÇÃO MOULIN EXPORT LTDA.-
2645/2018-832.168/2017-EXOTIC STONES MINERAÇÃO DO BRASIL LTDA ME-
2646/2018-830.359/2018-MINERAÇÃO ITACI LTDA-
2647/2018-830.366/2018-F & F SERVIÇOS E EXTRAÇÃO DE AREIA E ARGILA LTDA-
2648/2018-830.385/2018-PAULO ROBERTO PEREIRA CPF 461.456.486 00 ME-

O DIRETOR-GERAL DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE PRODUÇÃO MINERAL (Decreto-lei nº 227/67) outorga os seguintes Alvarás de Pesquisa, prazo 3 anos, vigência a partir dessa publicação:(323)

2649/2018-831.506/2012-FRANCISCO DE SALES REIS-
2650/2018-831.332/2017-VS CONSTRUTORA CIVIL EIRELLI-
2651/2018-831.390/2017-BOM SUCESSO MINERAÇÃO LTDA ME-
2652/2018-831.422/2017-BRENO DO COUTO LAUAR-
2653/2018-831.629/2017-SIMBEL CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA-
2654/2018-831.767/2017-FRANCISCO HUMBERTO PAULINO-
2655/2018-831.771/2017-LUSO BRASILEIRA DE GRANITOS LTDA ME-
2656/2018-831.782/2017-MÁRIO BATISTA CARDOSO-
2657/2018-831.784/2017-JOSÉ RAIMUNDO ASSUNÇÃO-
2658/2018-831.799/2017-MARCELO MOREIRA DE MELO CPF 03385966663 ME-
2659/2018-831.808/2017-R & V CONSULTORIA AGRONÔMICA LTDA-
2660/2018-832.053/2017-COLUMBIA EXPLORAÇÃO MINERAL LTDA.-
2661/2018-832.056/2017-OLEMAR GERALDO GUEDES-
2662/2018-832.058/2017-JULLYANA SILVA ALVES-
2663/2018-832.059/2017-VOTORANTIM METAIS ZINCO S A-

VICTOR HUGO FRONER BICCA

RETIFICAÇÃO

Na Superintendência no Mato Grosso - Despacho do Superintendente - Publicado no DOU nº 73 de 17/04/2018, Seção 1, Página 71 - Onde se lê: Relação nº 30/2018/MS - Leia-se: Relação nº 30/2018/MT.

SUPERINTENDÊNCIA NA BAHIA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 39/2018/BA

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)

Agrosolo Indústria e Comércio de Calcário Ltda me - 870891/09 - Not.63/2018 - R$ 159,91
Allan Delon sa Alves - 872333/09 - Not.64/2018 - R$ 435,36
Antonio Martins Amorim Guimarães - 870316/10 - Not.70/2018 - R$ 6.812,00
Aratu Construções e Projetos Ltda - 870277/12 - Not.73/2018 - R$ 559,09
Atena Mineração Ltda - 875136/07 - Not.51/2018 - R$ 6.371,01
Atlantis Mineracao Ltda - 870951/10 - Not.71/2018 - R$ 3.174,10
Barreto Araujo Construção e Transporte de Materiais de Construção Ltda me - 870176/11 - Not.72/2018 - R$ 180,50
bp Brazil Projects Empreendimentos Minerais Ltda Epp - 870661/09 - Not.107/2018 - R$ 6.348,48
Braspedras Comércio, Importação e Exportação Eireli me - 872112/15 - Not.14/2018 - R$ 3.260,64, 872646/15 - Not.15/2018 - R$ 3.260,64, 871277/16 - Not.16/2018 - R$ 3.260,64
Éliana de Fátima Silva Rebouças - 871174/12 - Not.46/2018 - R$ 1.644,97, 871283/12 - Not.76/2018 - R$ 3.718,42, 871175/12 - Not.80/2018 - R$ 3.636,01
Garrote Mining Pesquisa Mineral Ltda Spe - 870875/09 - Not.62/2018 - R$ 3.173,85
Greystone Mineração do Brasil LTDA. - 873464/05 - Not.23/2018 - R$ 3.199,60, 871939/07 - Not.50/2018 - R$ 6.304,40, 871768/06 - Not.25/2018 - R$ 3.242,76, 870412/07 - Not.26/2018 - R$ 6.372,23, 870414/07 - Not.27/2018 - R$ 6.399,20, 870415/07 - Not.28/2018 - R$ 6.399,20, 870451/07 - Not.29/2018 - R$ 6.233,97, 871937/07 - Not.30/2018 - R$ 6.327,60
Hmn Imobiliária Ltda - 873208/09 - Not.65/2018 - R$ 11,18
Ivone Purificação Bispo Bastos - 871066/12 - Not.74/2018 - R$ 182,03
Mario Oliveira Ladeia - 872314/05 - Not.24/2018 - R$ 3.819,66
Maurício Calonge Soares de sá - 871951/15 - Not.13/2018 - R$ 7.876,58
mg Mineração de Tombos LTDA. me - 872522/16 - Not.18/2018 - R$ 3.549,58
Mineração Ouro Bianco Ltda - me - 872596/16 - Not.19/2018 - R$ 3.938,29
Mineral Projects Consultoria Ltda - 874948/07 - Not.35/2018 - R$ 7.389,43, 874949/07 - Not.36/2018 - R$ 7.156,07, 874951/07 - Not.37/2018 - R$ 7.389,43, 874975/07 - Not.38/2018 - R$ 100,86, 872942/08 - Not.43/2018 - R$ 4.241,40
Paili Bahia Mineração Ltda - 873504/09 - Not.68/2018 - R$ 5.733,75, 873609/09 - Not.69/2018 - R$ 5.089,51
Paulo Reis de Oliveira - 874148/08 - Not.61/2018 - R$ 158,35
Pedra Cinza Mineração LTDA. - 872373/08 - Not.59/2018 - R$ 349,20
Pietrine Servicos em Pedras Ornamentais Ltda - 874986/08 - Not.45/2018 - R$ 2.942,95
rr Mineração Ltda - 872782/08 - Not.60/2018 - R$ 4.008,04, 872258/08 - Not.58/2018 - R$ 6.371,01, 875216/07 - Not.52/2018 - R$ 5.722,67, 875217/07 - Not.53/2018 - R$ 2.455,71, 875219/07 - Not.54/2018 - R$ 3.915,47, 875220/07 - Not.55/2018 - R$ 1.884,77, 873484/09 - Not.66/2018 - R$ 3.290,09, 873485/09 - Not.67/2018 - R$ 2.414,16, 875218/07 - Not.79/2018 - R$ 3.665,88
Sidney Diniz de Almeida - 870472/08 - Not.77/2018 - R$ 2.777,70, 870473/08 - Not.78/2018 - R$ 6.371,01, 870188/08 - Not.56/2018 - R$ 6.330,87, 871142/08 - Not.57/2018 - R$ 3.439,07
Tec Stones Geologia Ltda - 875253/08 - Not.86/2018 - R$ 0,00
Vtech Empreendimentos Minerais Ltda - 873152/08 - Not.44/2018 - R$ 1.361,12, 874986/07 - Not.39/2018 - R$ 5.628,91, 872937/08 - Not.42/2018 - R$ 31,88, 874796/07 - Not.33/2018 - R$ 6.983,06, 874799/07 - Not.34/2018 - R$ 6.397,32
Widelson Teixeira Ladeia - 870201/07 - Not.48/2018 - R$ 4.204,30, 871184/07 - Not.49/2018 - R$ 6.217,53

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 40/2018/BA

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)

Asa Branca Comércio e Extração de Areia Ltda - 871365/12
Cba Companhia Baiana de Areia Ltda me - 872170/10
Elizenilda Gomes da Silva - 871202/12
Luciana de Oliveira Silva - 871617/10
m a Caires & Cia Ltda - 871711/10
Manoel Pedro Silva Mascarenhas - 871381/10
Pedreira Rio Grande Ltda - 872138/10, 872134/10, 872135/10, 872136/10, 872137/10
Victor Hugo Fagundes Dorado - 872173/10

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 47/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa

Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)

873.856/2008-SHEILA MARIA NUNES SEIXAS FONTES
870.209/2011-SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA
870.213/2011-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.
872.791/2011-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.
872.904/2011-SANTA LUZ DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA
872.907/2011-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.
872.908/2011-FAZENDA BRASILEIRO DESENVOLVIMENTO MINERAL LTDA.
873.254/2011-CIA MINERADORA FOSFATO NORDESTE S. A.
873.944/2011-RIO DE CONTAS DESENVOLVIMENTOS MINERAIS LTDA
870.300/2012-AREIAL MARIA REGIS LTDA ME
871.787/2012-GRAVITAL PEDRAS LTDA EPP
870.122/2013-FIGUEIREDO SERVIÇOS DE TRATORES LTDA
871.415/2014-COMPANHIA BAIANA DE PESQUISA MINERAL
871.908/2014-VITÓRIA MINING MINERAÇÃO, IMP. E EXP. LTDA
872.005/2014-MAZZA ENGENHARIA LTDA.
870.837/2015-SERVICORPE EXTRAÇAÕ MINERAÇÃO LTDA
871.247/2015-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA
871.249/2015-MINERAÇÃO TREMEDAL LTDA
871.272/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME
871.274/2015-VELHO CHICO MINERAÇÃO LTDA ME
871.276/2015-ROYAL BRAZILIAN STONES LTDA ME
871.418/2015-TEODORO MINERAÇÃO LTDA
871.419/2015-TEODORO MINERAÇÃO LTDA
871.481/2015-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA
871.490/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME
871.491/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME
871.492/2015-DJ GRANITOS EIRELI ME
871.688/2015-GRANSALES MINERAÇÃO LTDA.
871.878/2015-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA
871.958/2015-GILSON SOUZA DE MATOS
871.970/2015-BERNARDO SIQUEIRA DOS SANTOS
872.000/2015-FORT ROCHA GRANITOS LTDA EPP.
872.068/2015-MINERAÇÃO SANTA INÊS LTDA
872.159/2015-CAMACÃN MINERAÇÃO LTDA
872.229/2015-LIBERTY ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA. ME
872.236/2015-METATRON COMPANHIA LTDA ME
872.276/2015-EXTRAMINER COMÉRCIO E INDUSTRIA DE MINERIOS E SERVIÇOS LTDA
872.426/2015-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA
872.674/2015-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.
872.675/2015-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.
872.676/2015-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.
872.912/2015-PAVÃO ROCHAS ORNAMENTAIS LTDA.
871.465/2016-PEGRAN MINERAÇÃO LTDA
871.605/2016-GUIDONI ORNAMENTAL ROCKS LTDA.
872.365/2016-MINERAÇÃO JAGUARARI LTDA
872.592/2016-ALVORADA MINERAÇÃO COMÉRCIO E EXPORTAÇÃO LTDA
872.763/2016-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP
870.952/2017-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP
Determina o cancelamento da Guia de utilização(1777)
870.459/2015-MAURO JORGE MAGALHÃES BILATE EPP- Guia de Utilização N°161/2017

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 49/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito Notificação Administrativa I-MULTA(904)

874.796/2007-VTECH EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA- NOT. N°3260/2013
874.799/2007-VTECH EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA- NOT. N°374/2013
874.948/2007-MINERAL PROJECTS CONSULTORIA LTDA- NOT. N°926/2012
874.949/2007-MINERAL PROJECTS CONSULTORIA LTDA- NOT. N°1518/2012
874.951/2007-MINERAL PROJECTS CONSULTORIA LTDA- NOT. N°956/2012
874.975/2007-MINERAL PROJECTS CONSULTORIA LTDA- NOT. N°2921//2012
874.986/2007-VTECH EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA- NOT. N°2902/2012
872.937/2008-VTECH EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA- NOT. N°2899/2012
872.942/2008-MINERAL PROJECTS CONSULTORIA LTDA- NOT. N°3245/2012
873.152/2008-VTECH EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA- NOT. N°81569/2012
874.986/2008-PIETRINE SERVIÇOS EM PEDRAS ORNAMENTAIS LTDA- NOT. N°3073/2013

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2018/BA

Fase de Autorização de Pesquisa

Torna sem efeito Notificação Administrativa I-TAH(154)

871.163/2013-XYZ BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP- NOT. N°1436/2015

Torna sem efeito Multa Aplicada-TAH(643)

871.163/2013-XYZ BRASIL EMPREENDIMENTOS MINERAIS LTDA EPP- AI N°1072/2014

Torna sem efeito Notificação Administrativa I-MULTA(904)

871.163/2013-XYZ Brasil Empreendimentos Ninerais Ltda EPP- NOT. N°76/2015

RAIMUNDO SOBREIRA FILHO

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800252

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERINTENDÊNCIA NO CEARÁ

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 50/2018/CE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
800.664/2016-CORTEZ ENGENHARIA LTDA-OF. N°509/2018
800.343/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°471/2018
800.354/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°465/2018
800.357/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°464/2018
800.358/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°470/2016
800.387/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°468/2018
800.388/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°462/2018
800.390/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°461/2018
800.392/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°514/2018
800.415/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°496/2018
800.427/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°506/2018
800.428/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°507/2018
800.429/2017-CODELCO DO BRASIL MINERAÇÃO LTDA-OF. N°508/2018
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
800.552/2016-MILTON SADANHA JUNIOR
Fase de Autorização de Pesquisa
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
800.026/2016-EDNIR OLIVEIRA SANTIAGO
Fase de Concessão de Lavra
Aprova o modelo de rotulo da embalagem de água(440)
800.218/2005-RIO DO PEIXE INDUSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA.- FONTE: SÃO JOSÉ; MARCAS: "FESTA JUNINA" E "COPA DO MUNDO"; 20 L, 1,5 l, 510 mL e 330 mL (todos sem gás)- JUAZEIRO DO NORTE/CE
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
800.218/2005-RIO DO PEIXE INDUSTRIA DE ÁGUA MINERAL LTDA.-OF. N°527/2018 e 528/2018
Fase de Licenciamento
Concede anuência e autoriza averbação da cessão total de direitos(749)
800.123/2017-MF CONSTRUÇÕES LTDA EPP-Cessionário:DANILO MENDES DA SILVA ME- CNPJ 27.794.454/0001-38- Licenciamento n°32/2017- Vencimento do Licenciamento: 01/02/2019
Fase de Requerimento de Licenciamento
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
800.772/2015-O. M. DE FREITAS LIMA ME

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 51/2018/CE

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Horizonte Águas Minerais Industria e Comercio LTDA. - 800239/02 - Not.67/2018 - R$ 3.396,06
Marcos Oliveira Garcia - 800354/13 - Not.70/2018 - R$ 3.367,53, 800354/13 - Not.71/2018 - R$ 3.367,53

PEDRO VALBER MONTENEGRO PONTES

SUPERINTENDÊNCIA NO ESPÍRITO SANTO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 54/2018/ES

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito despacho de não aprovação do Relatório de Pesquisa(191)
896.970/1995-GLAUDISTON FAUSTINI ZIMERER-Publicado DOU de 11/09/2008
Torna sem efeito Multa Aplicada-REL. PESQ.(646)
896.120/2014-JK SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA-AI N°0003/2017-DNPM/ES
896.385/2014-JK SERVIÇOS E ASSESSORIA LTDA-AI N°0009/2017-DNPM/ES

RENATO MOTA DE OLIVEIRA

SUPERINTENDÊNCIA EM MINAS GERAIS

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 134/2018/MG

Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
830.374/1982-ICAL INDÚSTRIA DE CALCINAÇÃO LTDA.-OF. N°830/2018-FISC-DNPM/MG
830.756/2002-GUTEMBERG FRANCISCO DE SOUZA -F.I-OF. N°59/2018-FISC-/3ºDS/DNPM/MG
833.015/2002-ARABESCO MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA.-OF. N°58/2018-FISC-/3ºDS/DNPM/MG
830.223/2003-ARABESCO MINERAÇÃO E COMERCIO LTDA.-OF. N°57/2018-FISC-/3ºDS/DNPM/MG
832.793/2003-ANA PAULA FRANÇA CHAVES-OF. N°645/2018-FISC-DNPM/MG
833.016/2005-TAPERA MINERAÇÃO DE MANGANÊS LTDA-OF. N°674/2018-FISC-DNPM/MG
832.177/2006-GSM INDÚSTRIA COMÉRCIO IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA.-OF. N°449/2018-FISC-DNPM/MG,Tracomal Norte Granitos Ltda
832.942/2007-SIDERO MINES MINERAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A-OF. N°52/2018-FISC-/ERPC-DNPM/MG
833.235/2011-RONALDO RAIMUNDO-OF. N°51/2018-ERPC-Superindetência-DNPM/MG

PABLO CESAR DE SOUZA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 144/2018/MG

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)
Andrea Alves da Rocha Moreira - 831051/09
Antônio Aureliano Ribeiro de Oliveira - 830444/09
Belchior Lopes de Amorim - 830431/09
Braullio Palhares Soares Souza - 832133/09
Clovis Osmar Perleberg - 830469/09
Comércio de Granitos Diamante Negro Ltda me - 831801/09
Cosme Mattos - 830366/09
Empresa de Rochas Santa Teresa LTDA. - 830417/09
Evandro Durso de Oliveira - 832487/09
Fernando Das Dores Ferreira - 832670/09
Fortaleza Mineração Ltda - 833784/08
Gil Fioravante Frade - 830464/09
Gilmar Fernandes Costa - 830036/10
Global Adonai Mineração Ltda - 833792/08
Gramaçu Mineração Ltda - 830681/09
Grangripp Mineração e Comércio Ltda - 831218/07
Hematite Mineração Ltda - 831416/09
Herculano Anghinetti - 831440/09
His Majesty Mármores e Granitos Ltda - 831095/09
Hutson Guedes Teixeira - 830158/09
Industria e Comércio de Sucatas Ltda me - 831074/09
Itamar Nicolini - 832541/09, 832540/09
Jaime José Veloso - 831618/07
João Paulo Ribeiro Moreira - 830317/09
Joaquim Pedro de Sousa - 831125/09
José Maria Filho da Silva - 832012/09
L.Z. Modas Ltda EPP. - 831020/09
Laudelino Marins Leite - 830436/09
Lenira Haese Falk - 834603/08
Marco Aurélio Lamas Marcondes - 834179/08
Marcos José da Silva Júnior - 831785/09
Maria Das Graças Batista Ribeiro - 830666/09
Marilia Gusmão de Almeida - 831686/09
Marmojan - Marmoaria Janaúba LTDA. - 830141/09
Mineração Leste Ltda Epp - 830719/09
Mineração Quartzomex Ltda - 830509/09
Mineração Tapicuru Ltda - 830680/09
Mineração Trindade Ltda - 832484/09
Odaercio Ferreira Dias - 831531/09, 831786/09
Patrícia de Carvalho Abreu Franco - 830416/09
Petrus Mineração, Construções e Comercialização Ltda - 830348/09
Porto Seguro Construções Ltda - 832667/09, 832669/09, 832668/09
Renato Cançado Paraiso - 830705/09
Rogerio Alves de Jesus - 831740/09
Ronaldo Risoli - 830422/09
Safary Industria de Modas Ltda - 833420/08, 833419/08
Sulminas Metal Alloy Ltda - 832543/09
Tr4 Mineral Log Ltda - 832851/09

PABLO CÉSAR DE SOUZA

SUPERINTENDÊNCIA EM PERNAMBUCO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 26/2018/PE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Indefere requerimento de pesquisa por interferência total(121)
840.489/2017-LUIZ BRASILIANO DE MORAIS
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.069/2016-F&C MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°103/2018
840.201/2017-ALEXANDRE FREIRE DE ANDRADE LIMA-OF. N°40/2018
840.213/2017-R & S BRASIL MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°28/2018
840.214/2017-MARIA ARIONEIDE DE VASCONCELOS LUCIANO-OF. N°107/2018
840.215/2017-ANTÔNIO CARLOS RIBEIRO DUTRA-OF. N°29/2018
840.232/2017-LUCIANA QUEIROZ DOURADO CRUZ-OF. N°119/2018
840.255/2017-G.CAVALCANTI DE ALMEIDA MINERAÇÃO ME-OF. N°41/2018
840.282/2017-PAUDALHO PEDRAS EXPRESS LTDA-OF. N°131/2018
840.486/2017-PATRÍCIA ALVES CARDOSO-OF. N°101/2018
840.500/2017-ROIALE PARTICIPAÇÕES E INVESTIMENTOS SOCIETARIOS LTDA.-OF. N°102/2018
840.503/2017-THALES DEMÉTRIO SARAIVA CAVALCANTI-OF. N°105/2018
840.521/2017-AGRICIA VIEIRA BRUNO RIOS ME-OF. N°104/2018
840.522/2017-AGRICIA VIEIRA BRUNO RIOS ME-OF. N°104/2018
840.523/2017-AGRICIA VIEIRA BRUNO RIOS ME-OF. N°70/2018
840.528/2017-EL DOURADO MINERAÇÃO LTDA.-OF. N°106/2018
840.529/2017-HUGO XAVIER DE SÁ CARVALHO-OF. N°75/2018
840.538/2017-JOSEILTON DE PINHO OLIVEIRA-OF. N°84/2018
840.001/2018-MINERADORA ERA MAR LTDA ME-OF. N°118/2018
840.002/2018-LUCIANA QUEIROZ DOURADO CRUZ-OF. N°114/2018
840.003/2018-MAP MINERAÇÃO LTDA-OF. N°130/2018
840.007/2018-NAPOLEÃO NOGUEIRA DE MORAES-OF. N°138/2018
Fase de Autorização de Pesquisa
Auto de Infração lavrado / Prazo para defesa ou pagamento 30 dias.(224)
840.025/2011-ESTER MENEZES SILVA BONFIM- AI N°03/2018
840.041/2011-ARAPAZ MINERAÇÃO LTDA- AI N°08/2018
840.892/2011-MINERAÇÃO FLORESTA SA- AI N°60/2017
840.250/2012-JOSÉ DE LIMA RODRIGUES- AI N°4/2018
Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(225)
840.127/2012-MINERADORA CAMPEVI LTDA EPP -AI N°265/2016
840.129/2012-MINERADORA CAMPEVI LTDA EPP -AI N°266/2016
840.130/2012-MINERADORA CAMPEVI LTDA EPP -AI N°267/2016
840.174/2013-ANA CRISTINA FULCO DE SOUZA LEÃO -AI N°37/2017
840.208/2013-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°46/2017
840.209/2013-MINÉRIOS NACIONAL S.A. -AI N°45/2017
840.007/2014-MERCURIUS ENGENHARIA S A -AI N°191/2016
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.230/2013-ALEX LEVY CAVALCANTI DA SILVA-OF. N°713/2016
840.121/2016-RAIMUNDO NONATO LUSTOZA PIRES NETO-OF. N°27/2018
840.122/2016-RAIMUNDO NONATO LUSTOZA PIRES NETO-OF. N°27/2018
840.309/2016-MINERAÇÃO VITORIA LTDA-OF. N°112/2018
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
840.099/2010-MINERAÇÃO FLORESTA SA -Alvará N°4761/2010
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
840.508/2010-ITAIPAVA S A-OF. N°97/2018

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800253

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 28/2018/PE

Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
840.133/1996-AGUA MINERAL TERRA SANTA LTDA-OF. N°180/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)
840.058/2010-E J DE FRANCA-OF. N°128/2018
Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)
840.592/2007-GENIVALDO FERREIRA LINS-Licenciamento N°:480/2008 - Prorrogado por 03 ano(s)
840.084/2010-CBE COMPANHIA BRASILEIRA DE EQUIPAMENTO- Licenciamento N°:627/2010 - Prorrogado por 02 ano(s)
840.960/2011-CARLOS EDUARDO ALVES DE SAMPAIO- Licenciamento N°:780/2012 - Prorrogado por 02 ano(s)
840.492/2013-CONSTRUTORA E INCORPORADORA NEVES LDTA.- Licenciamento N°:01/2014 - Prorrogado por 02 ano(s)
840.014/2015-JOSUE IDALINO DE SOUZA ME-Licenciamento N°:21/2015 - Prorrogado por 01 ano(s)
Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)
840.028/1996-Cordeiro e Caldas Ltda- AI N°06/2018
Determina cumprimento de exigência- RAL /Prazo 30 dias(1729)
840.006/2006-MINERAÇÃO VITORIA LTDA-OF. N°221.44.005/2018/SFAM/SUP/PE
840.192/2010-PATRÍCIA MATTOS CUNHA-OF. N°221.44.002/2018/SFAM/SUP/PE
Fase de Requerimento de Licenciamento
Outorga o Licenciamento com vigência a partir dessa publicação:(730)
840.249/2017-DANTAS & LEITE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME-Licenciamento N°07/2018 - Prazo: 1 ano(s)
840.258/2017-TAQUARY MINERIOS E DERIVADOS DE CALCARIO LTDA ME-Licenciamento N°04/2018 - Prazo: 09/02/2017 ano(s)
840.260/2017-CERAMICA RODRIGUES & FILHO LTDA ME-Licenciamento N°05/2018 - Prazo: 1 ano(s)
840.532/2017-NATIVA CABRAL DE ALMEIDA-Licenciamento N°06/2018 - Prazo: 1 ano(s)
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
840.239/2017-REGILVAN COELHO RODRIGUES-OF. N°132/2018
840.490/2017-SÃO FRANCISCO MINERIOS LTDA ME-OF. N°156/2018
840.491/2017-EDMUNDO DE MOURA LEITE FILHO-OF. N°175/2018
840.505/2017-CERAMICA CAVALCANTI NETOS LTDA ME-OF. N°158/2018
840.515/2017-MANUEL FRANCISCO DOS SANTOS FILHO-OF. N°157/2018
840.519/2017-JOSÉ AMARO SATURNINO FILHO-OF. N°145/2018
840.539/2017-BOECKMANN COMERCIO E SERVIÇO LTDA ME-OF. N°148/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(1801)
840.516/2017-LUZANILDA DE SOUZA TORRES-OF. N°932/2017
Indefere requerimento de Licenciamento - área onerada(2095)
840.049/2017-DANTAS & LEITE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME
840.533/2017-OSVALDO BEZERRA DE AZEVEDO
Indefere requerimento de Licenciamento- área sem oneração(2096)
840.210/2017-FABIO MARCELO MORAIS
840.291/2017-TRANSNORDESTINA LOGISTICA S.A

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 32/2018/PE

Fase de Requerimento de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)
840.448/2017-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°46/2018
840.492/2017-CASA GRANDE MINERAÇÃO LTDA-OF. N°46/2018
840.537/2017-AGUA MINERAL PEROÁ LTDA-OF. N°133/2018
Homologa desistência do requerimento de Autorização de Pesquisa(157)
840.845/2011-MINERAÇÃO FLORESTA SA
Fase de Autorização de Pesquisa
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(250)
840.610/2012-MINERAÇÃO BIOMINER S.A.-OF. N°170/2018
840.611/2012-MINERAÇÃO BIOMINER S.A.-OF. N°170/2018
840.615/2012-MINERAÇÃO BIOMINER S.A.-OF. N°170/2018
840.616/2012-MINERAÇÃO BIOMINER S.A.-OF. N°170/2018
840.135/2013-PEDREIRA ITAQUITINGA LTDA EPP-OF. N°173/2018
840.318/2016-BLUE SKY MINERAÇÃO LTDA EPP-OF. N°169/2018
Homologa renúncia da Autorização de Pesquisa(294)
840.164/2016-LIDIA RIBEIRO LELE -Alvará N°1040/2016
840.259/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO -Alvará N°1035/2017
840.261/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO -Alvará N°1037/2017
840.262/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO -Alvará N°1038/2017
840.264/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO -Alvará N°1040/2017
840.265/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO -Alvará N°1041/2017
840.266/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO -Alvará N°1042/2017
840.267/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO -Alvará N°1043/2017
840.268/2016-COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO -Alvará N°1044/2017
Nega Aprovação ao relatório de pesquisa(318)
840.111/2011-JACOBINA MINERAÇÃO E COMÉRCIO LTDA
Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
840.078/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO SERTÃO CENTAL-OF. N°177/2018
840.079/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO SERTÃO CENTAL-OF. N°177/2018
840.096/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO SERTÃO CENTAL-OF. N°177/2018
840.097/2017-COOPERATIVA DOS GARIMPEIROS DO SERTÃO CENTAL-OF. N°1772018
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
840.541/2010-MMENDS GEOLOGIA LTDA ME-OF. N°160/2018
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
840.128/2013-SÃO FRANCISCO MINERAÇÃO LTDA-OF. N°172/2018
Fase de Requerimento de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(1155)
840.229/2017-POLLYANNA B. DE ABREU & CIA LTDA-OF. N°184/2018
840.238/2017-CARLOS ANTÔNIO DE LUCENA-OF. N°183/2018
840.247/2017-FRANCIMAR COELHO RODRIGUES-OF. N°150/2018
840.504/2017-LUIZ CARLOS DE ARAÚJO-OF. N°21/2017
840.510/2017-PEDRO PAULO DE OLIVEIRA NUNES-OF. N°596/2017

MARCOS ANTÔNIO DE HOLANDA TAVARES
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO GRANDE DO NORTE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 34/2018/RN

Fase de Autorização de Pesquisa
Torna sem efeito anuência da Cessão Total de Direitos(103)
848.306/2016-MARCELO BEZERRA GUERREIRO-DOU de 19/03/2018

ROGER GARIBALDI MIRANDA
Substituto

SUPERINTENDÊNCIA NO RIO DE JANEIRO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 39/2018/RJ

Fase de Requerimento de Lavra Garimpeira
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(344)
890.002/2018-GILSON AGUIAR DA CRUZ-OF. N°633/2018/DGTM/DNPM/RJ
Fase de Requerimento de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(361)
890.583/2012-RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA-OF. N°577/2018/DGTM/DNPM/RJ
Determina cumprimento de exigência - Prazo 180 dias(1054)
890.020/1999-ULTRA STONE MINERAÇÃO ERELI-OF. N°634/2018/DGTM/DNPM/RJ

LUIS FLÁVIO NAGEM MORALES

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 54/2018/SC

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Cooperativa de Extração de Carvão Mineral Dos Trabalhadores de Criciúma - 815706/04 - Not.35/2018 - R$ 3.988,17, 815706/04 - Not.36/2018 - R$ 3.988,17, 815706/04 - Not.37/2018 - R$ 3.988,17, 815706/04 - Not.38/2018 - R$ 3.988,17, 815706/04 - Not.39/2018 - R$ 3.988,17, 815706/04 - Not.40/2018 - R$ 3.988,17, 815706/04 - Not.41/2018 - R$ 3.988,17, 815706/04 - Not.42/2018 - R$ 3.988,17, 815706/04 - Not.43/2018 - R$ 3.988,17, 815706/04 - Not.44/2018 - R$ 8.054,74, 815706/04 - Not.45/2018 - R$ 3.988,17, 815706/04 - Not.46/2018 - R$ 3.988,17, 815706/04 - Not.47/2018 - R$ 3.988,17, 815706/04 - Not.48/2018 - R$ 3.928,95

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 57/2018/SC

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA
Declara a nulidade do Alvará de Pesquisa-(TAH)/(6.50)
Edes Marcondes do Nascimento - 815548/14
Edson Antonio Nery de Castro - 815273/15, 815623/15, 815138/16
Geo Castro Consultoria Ltda - 815543/16, 815555/16, 815604/16, 815013/17, 815193/17

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 58/2018/SC

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito(MULTAS)/prazo 10(dez) dias (6.62)
Micromil - Micronização e Moagem LTDA. - 815024/13 - Not.53/2018 - R$ 19,68
Minas Minerais Industriais LTDA. - 815390/15 - Not.50/2018 - R$ 45,42, 815649/14 - Not.51/2018 - R$ 20,41, 815554/15 - Not.52/2018 - R$ 38,70

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 59/2018/SC

Ficam NOTIFICADOS para pagar ou parcelar débito (Vistoria)/prazo 10(dez) dias (6.87)
Ariribá Mineração Ltda - 815270/84 - Not.49/2018 - R$ 511,04

GILMAR OLIVEIRA GONÇALVES

SUPERINTENDÊNCIA EM SÃO PAULO

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 44/2018/SP

Fase de Disponibilidade
Torna sem efeito despacho publicado.(1864)
000.399/1939-DAVID COM KNIGHT- DOU de 29/10/2007 - Edital de Disponibilidade n° 238/2007-DNPM/SP. Edital tornado sem efeito por interferência com Unidade de Conservação de Proteção Integral denominada "Parque Natural Municipal Morro do Ouro", criado com base na Lei Federal n° 9.985/2002 (Lei do SNUC).

VICENTE ROSOLIA

SUPERINTENDÊNCIA EM SERGIPE

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 18/2018/SE

Fase de Autorização de Pesquisa
Aprova o relatório de pesquisa com redução de área(291)
878.004/2000-VOTORANTIM CIMENTOS N NE S A-Área de 885 para 49,84-Areia
Fase de Concessão de Lavra
Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(470)
605.626/1976-PETRÓLEO BRASILEIRO S.A.-OF. N°35/2018/SUPER-SE/DNPM/SE (OL Empreendimentos e Incorporação Eireli-ME)
Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)
878.012/1999-MINERAÇÃO VAZA BARRIS LTDA- AI N°37/2018
Fase de Licenciamento
Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800254

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

878.050/2006-MINERAÇÃO E COMÉRCIO SANTA MARIA LTDA.-OF. N°80/2018

878.092/2007-MINERAÇÃO E COMÉRCIO SANTA MARIA LTDA.-OF. N°80/2018

878.111/2007-CERÂMICA SANTO AGOSTINHO LTDA-ME-OF. N°83/2018

878.010/2008-MINERAÇÃO E COMÉRCIO SANTA MARIA LTDA.-OF. N°80/2018

878.060/2008-ARIOSVALDO RAMOS DE CARVALHO-OF. N°85/2018

878.064/2008-CERÂMICA FENIX INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA-OF. N°86/2018

878.112/2010-MARIA ADELAIDE SILVA MORAIS ME-OF. N°81/2018

878.008/2011-ENGENHO SÃO FÉLIX INDÚSTRIA MINERADORA LTDA-OF. N°88/2018

878.147/2012-GLEBENEZERI COMERCIO, INDUSTRIA, CONSTRUÇÕES E TRANSPORTES LTDA EPP-OF. N°94/2018

878.007/2013-CERAMICA SANTA LUZIA LTDA-OF. N°84/2018

878.044/2013-EVERTON DAMASCENA SANTOS ME-OF. N°92/2018

878.045/2013-EVERTON DAMASCENA SANTOS ME-OF. N°92/2018

878.074/2013-MINERADORA XINGÓ EIRELI-OF. N°116/2018

878.082/2013-J A DE VASCONCELOS EXTRAÇÕES ME-OF. N°97/2018

878.103/2013-JOSÉ ADAILTON OLIVEIRA DOS SANTOS-OF. N°93/2018

878.009/2014-EDILSON DE MENESES FRAGA ME-OF. N°98/2018

878.021/2014-MAXSUEL SIMÕES SANTOS EPP-OF. N°99/2018

878.029/2014-CERÂMICA TOP LTDA ME-OF. N°95/2018

878.094/2014-SMS EXTRACAO DE AREIA LTDA ME-OF. N°102/2018

878.122/2014-CERÂMICA NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA-OF. N°87/2018

878.131/2014-JOSÉ TAVARES DE JESUS ME-OF. N°101/2018

878.135/2014-JOSÉ FRANCISRAY DOS SANTOS ME-OF. N°104/2018

878.142/2014-JOSÉ ADAILTON OLIVEIRA DOS SANTOS-OF. N°93/2018

878.151/2014-WILSON DOS SANTOS-OF. N°91/2018

878.152/2014-WILSON DOS SANTOS-OF. N°91/2018

878.179/2014-SERNAL CONSTRUÇÕES, TRANSPORTES E EXTRAÇÕES DE AREIA LTDA ME-OF. N°82/2018

878.027/2015-NILTON CARDOSO DE SANTANA ME-OF. N°103/2018

878.052/2015-JOSE ADILSON DA CONCEIÇÃO ME-OF. N°100/2018

878.083/2015-CLAUDIO MANOEL LEITE SILVA ME-OF. N°107/2018

878.094/2015-RIACHUELO MINERACAO LTDA ME-OF. N°96/2018

878.121/2015-JBS MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°108/2018

878.004/2016-JR MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME-OF. N°109/2018

878.037/2016-RAMOS CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA ME-OF. N°89/2018

878.041/2016-GREKO CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA ME-OF. N°106/2018

878.052/2016-MARIO CESAR FERREIRA ANDRADE ME-OF. N°111/2018

878.076/2016-LINDINILSON DE MELO RIBEIRO-OF. N°113/2018

878.080/2016-CERAMICA SANTA LUZIA LTDA-OF. N°84/2018

878.090/2016-JOSÉ RODRIGUES DOS SANTOS SANTANA-OF. N°110/2018

878.115/2016-GESSO DOURADO INDÚSTRIA E SERVIÇO LTDA ME-OF. N°114/2018

878.121/2016-R & M MINERAÇÃO LTDA ME-OF. N°112/2018

878.122/2016-ARIONALDO LIMA SILVA-OF. N°115/2018

878.050/2017-DIOGENES DA SILVA OLIVEIRA ME-OF. N°105/2018

Autoriza averbação da Prorrogação do Licenciamento(742)

878.043/2007-RAYMUNDO SILVEIRA SOUZA NETO-Licenciamento N°:177/2007 - Prorrogado por 01 ano(s)

878.070/2008-MINERAÇÃO SÃO JORGE- Licenciamento N°:27/2008 - Prorrogado por 02 ano(s)

Despacho publicado(756)

878.057/2014-MULTI MINERAÇÃO E COMPOSTAGEM LTDA ME-Determina cumprimento de exigência - prazo de 60 (sessenta) dias - Ofício nº 37/2018/SUPER-SE/DNPM

Auto de infração lavrado/Prazo para defesa ou pagamento 30 dias(761)

878.111/2007-Cerâmica Santo Agostinho Ltda Me- AI N°44/2018

878.060/2008-Ariosvaldo Ramos de Carvalho- AI N°43/2018

878.008/2011-Engenho São Félix Indústria Mineradora Ltda- AI N°41/2018

878.009/2014-Edilson de Meneses Fraga Me- AI N°40/2018

878.029/2014-Cerâmica TOP Ltda Me- AI N°42/2018

878.135/2014-José Francisray dos Santos Me- AI N°12/2018

Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)

878.064/2008-CERÂMICA FENIX INDUSTRIA E COMÉRCIO LTDA -AI N°136/2017

878.002/2014-GL EMPEENDIMENTOS LTDA -AI N°123/2017

878.072/2014-VALMI BARBOSA DOS SANTOS ME -AI N°01/2018

878.122/2014-CERÂMICA NOSSA SENHORA DA PIEDADE LTDA -AI N°124/2017

878.094/2015-RIACHUELO MINERACAO LTDA ME -AI N°133/2017

Fase de Requerimento de Licenciamento

Determina arquivamento definitivo do processo(1147)

878.058/2017-GIVALDO BARRETO DO PRADO ME

GEORGE EUSTAQUIO SILVA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 26/2018/SE

FASE DE AUTORIZAÇÃO DE PESQUISA

Multa aplicada-(Não comunicou início de pesquisa)/prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias. (2.25)

Carlos Hagenbeck Filho - 878102/15

Cerâmica Sergipe Indústria e Comércio Ltda - 878103/15

Jamp Comércio e Serviços Agricola Eireli me - 878045/17

GEORGE EUSTÁQUIO SILVA

DESPACHO DO SUPERINTENDENTE
RELAÇÃO Nº 27/2018/SE

Fase de Requerimento de Pesquisa

Determina cumprimento de exigência - Prazo 60 dias(131)

878.024/2018-JOSELMO FONTES ALVES ME-OF. N°165/2018

878.025/2018-ELIZABETH MINERAÇÃO LTDA-OF. N°164/2018

Fase de Requerimento de Lavra

Despacho publicado(356)

870.645/1992-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA-Determina cumprimento de exigência - prazo de 30 (trinta) dias - Ofício nº 77/2018

878.069/2011-CERÂMICA SERRA AZUL LTDA-Determina cumprimento de exigência - prazo de 30 (trinta) dias - Ofício nº 78/2018

878.161/2012-TECNOTELHA INDUSTRIAL LTDA-Determina cumprimento de exigência - prazo de 30 (trinta) dias - Ofício nº 79/2018

Fase de Autorização de Pesquisa

Multa aplicada (Relatório de Pesquisa)/ Prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(644)

878.104/2015-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - AI N°08/2018

878.105/2015-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - AI N°09/2018

878.106/2015-CERÂMICA SERGIPE INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - AI N°10/2018

878.143/2015-JAZIDA CAJUEIRO LTDA ME - AI N°07/2018

Fase de Licenciamento

Determina cumprimento de exigência - Prazo 30 dias(718)

878.064/2002-PEDREIRA DINÂMICA LTDA-OF. N°138/2018

Multa aplicada/ prazo para pagamento ou interposição de recurso: 30 dias(773)

878.036/2006-CONSTRUTORA LUZIENSE LTDA -AI N°134/2017

878.038/2006-CONSTRUTORA LUZIENSE LTDA -AI N°135/2017

878.036/2009-JAZIDA PARUHY LTDA -AI N°140/2017

878.037/2009-JAZIDA PARUHY LTDA -AI N°141/2017

878.205/2010-HAIOKELLY TRANSPORTES LTDA ME -AI N°139/2017

878.056/2011-ANTONIO FRANCISCO DA CUNHA ITABAIANA ME -AI N°138/2017

878.125/2011-CONSORCIO CR ALMEIDA S. A. PAULISTA -AI N°144/2017

878.150/2012-MARTINS FONTES MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME -AI N°148/2017

878.044/2013-EVERTON DAMASCENA SANTOS ME -AI N°145/2017

878.045/2013-EVERTON DAMASCENA SANTOS ME -AI N°146/2017

878.075/2013-ELISIO EDESIO DE JESUS ME -AI N°143/2017

878.082/2013-J A DE VASCONCELOS EXTRAÇÕES ME -AI N°142/2017

878.094/2014-SMS EXTRACAO DE AREIA LTDA ME -AI N°130/2017

878.131/2014-JOSÉ TAVARES DE JESUS ME -AI N°128/2017

878.068/2015-ALMEIDA & GERALCINO SERVIÇOS EM GERAL LTDA ME -AI N°131/2017

878.120/2015-HUGO MARCEL BRASIL SANTOS ME -AI N°127/2017

878.121/2015-JBS MINERAÇÃO LTDA ME -AI N°129/2017

Fase de Disponibilidade

Determina arquivamento definitivo do processo(1678)

878.011/2005-CARLOS AUGUSTO CRUZ PIMENTEL

Fase de Concessão de Lavra

Auto de Infração multa - RAL /prazo para defesa ou pagamento: 30 dias(1693)

803.205/1969-EMPRESA SERGIPANA DE TURISMO SA EMSETUR- AI N°38/2018

878.086/2005-MINERAÇÃO E COMÉRCIO SANTA MARIA LTDA.- AI N°39/2018

GEORGE EUSTAQUIO SILVA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800255

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Ministério do Desenvolvimento Social

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

ATA
HOMOLOGAÇÃO DAS HABILITAÇÕES
ELEIÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - GESTÃO 2018/2020

A Comissão Eleitoral, no uso da atribuição que lhe confere a Resolução CNAS nº 20 de 12 de dezembro de 2017, publicada no Diário Oficial da União 13 de dezembro de 2018, no § 5º do artigo 13, que define a publicação do Ato de Homologação da relação de representantes ou organizações de usuários, das entidades e organizações de assistência social e das entidades e organizações dos trabalhadores do SUAS habilitadas a designarem candidato(a) e as eleitoras para a participação no processo eleitoral da representação da sociedade civil no Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS - Gestão 2018/2020 e ainda, considerando o Edital nº 02, publicado no Diário Oficial da União do dia 14 de dezembro de 2017, que convoca para a Assembleia de Eleição dos representantes da sociedade civil no CNAS - Gestão 2018/2020, PUBLICA: HABILITADAS AO PROCESSO ELEITORAL - GESTÃO 2018/2020.

I - DAS CANDIDATAS:

a) Entidades e Organizações de Assistência Social

1) Processo nº 71000.010786/2018-59
Cáritas Brasileira
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 33.654.419/0001-16
Pessoa Designada: Maria Cristina dos Anjos da Conceição
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social

2) Processo nº 71000.010809/2018-25
FENAPESTALOZZI - Federação Nacional das Associações PESTALOZZI
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 42.129.809/0001-68
Pessoa Designada: Edna Aparecida Alegro
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social

3) Processo nº 71000.007098/2018-10
CAPEMISA Instituto de Ação Social
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 33.287.319/0001-07
Pessoa Designada: Norma Suely de Souza Carvalho
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social

4) Processo nº 71000.009827/2018-64
Centro de Assistência e Desenvolvimento Integral - CADI
Cidade/UF: Fazenda Rio Grande/PR
CNPJ: 00.526.026/0001-78
Pessoa Designada: Mauricio José Silva Cunha
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social

5) Processo nº 71000.011621/2018-02
Junta de Missões Nacionais da Convenção Batista Brasileira
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 33.574.617/0001-70
Pessoa Designada: Fernando Macedo Brandão
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social

6) Processo nº 71000.011640/2018-21
Pia Sociedade de São Paulo
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 61.287.546/0001-60
Pessoa Designada: Dulcinéia Reginato Francisco
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social

7) Processo nº 71000.011139/2018-64
Fazenda da Paz
Cidade/UF: Teresina/PI
CNPJ: 01.834.051/0001-81
Pessoa Designada: Francisca Diana Pacifico Oliveira
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social

8) Processo nº 71000.010117/2018-87
Centro Integrado de Estudos e Programas de Desenvolvimento Sustentável - CIEDS
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 02.680.126/0001-80
Pessoa Designada: Vandré Luiz Meneses Brilhante
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social

9) Processo nº 71000.011125/2018-41
Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais - FENAPAES
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 62.388.566/0001-90
Pessoa Designada: Ivone Maggioni Fiore
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social

10. Processo nº 71000.010132/2018-25
Associação de Ensino Social Profissionalizante - ESPRO
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 51.549.301/0001-00
Pessoa Designada: Shirlaine Maciel Macedo
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência

11. Processo nº 71000.010135/2018-69
NURAP - Núcleo de Aprendizagem Profissional e Assistência Social
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 57.745.291/0001-64
Pessoa Designada: Marisa Vidovix
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência

12. Processo nº 71000.011632/2018-84
Fundação Dorina Nowill Para Cegos
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 60.507.100/0001-30
Pessoa Designada: Alexandre dos Santos Oliveira Munck
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência

13. Processo nº 71000.011631/2018-30
FEBRAEDA - Federação Brasileira de Associações Socioeducacionais de Adolescentes
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 08.380.736/0001-44
Pessoa Designada: Rozangela Borota Teixeira
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência

14. Processo nº 71000.010487/2018-14
Sociedade Bíblica do Brasil
Cidade/UF: Barueri/SP
CNPJ: 33.579.376/0001-51
Pessoa Designada: Emilene Oliveira Araújo
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência

15. Processo nº 71000.010769/2018-11
Congregação de São João Batista
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 17.257.510/0001-41
Pessoa Designada: Iara da Costa Nogueira Reis
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência

16. Processo nº 71000.011587/2018-68
Fundação ABRINQ pelos Direitos da Criança e do Adolescente
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 38.894.796/0001-46
Pessoa Designada: Daniel Calderaro do Amaral
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência

b) Entidades e Organizações dos Trabalhadores do SUAS

1) Processo nº 71000.010480/2018-01
Conselho Federal de Serviço Social - CFESS
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 33.874.330/0001-65
Pessoa Designada: Régia Maria Prado Pinto
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações dos Trabalhadores do SUAS

2) Processo nº 71000.010778/2018-11
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social da CUT- CNTSS/CUT
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 04.981.307/0001-71
Pessoa Designada: Benedito Augusto de Oliveira
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações dos Trabalhadores do SUAS

3) Processo nº 71000.010781/2018-26
CONFETAM/CUT - Confederação dos(as) Trabalhadores(as) no Serviço Público Municipal
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 03.990.382/0001-36
Pessoa Designada: Irene Rodrigues da Silva
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações dos Trabalhadores do SUAS

4. Processo nº 71000.011485/2018-42
Federação Nacional dos Psicólogos - FENAPSI
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 56.566.235/0001-08
Pessoa Designada: Vânia Maria Machado
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS

5. Processo nº 71000.009882/2018-54
UGT - União Geral dos Trabalhadores
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 09.067.053/0001-02
Pessoa Designada: Cleonice Caetano Souza
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS

6. Processo nº 71000.010521/2018-51
Conselho Federal de Psicologia
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 00.393.272/0001-07
Pessoa Designada: Célia Zenaide da Silva
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS

7. Processo nº 71000.010813/2018-93
Ordem dos Advogados do Brasil - OAB
Cidade/UF: Brasilia/DF
CNPJ: 33.205.451/0001-14
Pessoa Designada: Josenir Teixeira
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS

8. Processo nº 71000.011146/2018-66
Federação Nacional dos Empregados em Instituições Beneficentes, Religiosas e Filantrópicas -FENATIBREF
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 06.941.957/0001-19
Pessoa Designada: Sandra Regina Ferreira Barbosa
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS

09. Processo nº 71000.011469/2018-50
Associação Brasileira de Terapeutas Ocupacionais - ABRATO
Cidade/UF: Recife/PE
CNPJ: 35.329.614/0001-04
Pessoa Designada: Ana Lúcia Soares
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS

10. Processo nº 71000.011496/2018-22
Federação Nacional dos Assistentes Sociais - FENAS
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 05.259.380/0001-05
Pessoa Designada: Margareth Alves Dallaruvera
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS

11. Processo nº 71000.010760/2018-19
Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional - COFFITO
Cidade/UF: Brasilia/DF
CNPJ: 00.487.140/0001-36
Pessoa Designada: Márcia de Souza Rodrigues
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Entidades e organizações que representam trabalhadores do SUAS

c) Organizações de Usuários da Assistência Social

1) Processo nº 71000.010802/2018-11
Organização Nacional de Cegos do Brasil - ONCB
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 10.400.386/0001-82
Pessoa Designada: Clovis Alberto Pereira
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Organizações de Usuários da Assistência Social

2) Processo nº 71000.011616/2018-91
Instituto Eco Vida
Cidade/UF: Macapá/AP
CNPJ: 07.296.568/0001-40
Pessoa Designada: Aldenora Gomes Gonzalez
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Organizações de Usuários da Assistência Social

3) Processo nº 71000.011092/2018-39
Fórum Nacional dos Autodefensores - FENAPAES
Cidade/UF: Brasília/DF
Pessoa Designada: Francisco Matos Além Felipe dos Santos
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Organizações de Usuários da Assistência Social

4) Processo nº 71000.010098/2018-99
ABRA - Associação Brasileira de Autismo
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 26.445.106/0001-82
Pessoa Designada: Jani Betânia Souza Capibaribe
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Organizações de Usuários da Assistência Social

5) Processo nº 71000.010804/2018-01
Associação Internacional Maylê Sara Kali
Cidade/UF: Brasilia/DF
CNPJ: 10.698.089/0001-65
Pessoa Designada: Elisa Maciel Costa
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Organizações de Usuários da Assistência Social

6. Processo nº 71000.010503/2018-79
Instituto Nacional Afro Origem - INAO
Cidade/UF: Vitória/ES
CNPJ: 21.559.183/0001-50
Pessoa Designada: Simone Nunes de Santana
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Organizações de usuários

7. Processo nº 71000.011604/2018-67
REDTRANS - Rede Nacional de Pessoas Trans - Brasil
Cidade/UF: Aracaju/SE
CNPJ: 11.642.123/0001-42
Pessoa Designada: Tathiane Aquino de Araujo
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Organizações de usuários

d) Representantes de Usuários da Assistência Social

1) Processo nº 71000.011008/2018-87
Fórum Regional dos Usuários do SUAS da Amazônia Oriental - FORUSUAS/AOR
Cidade/UF: Palmas/TO
Pessoa Designada: Aguinaldo Umberto Leal

Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Representantes de Usuários da Assistência Social
2) Processo nº 71000.011758/2018-59
Coletivo de Usuários dos Programas, Projetos e Serviços do SUAS
Cidade/UF: Aracaju/SE
Pessoa Designada: Maria José Vasconcelos Barreto Carvalho
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Representantes de Usuários da Assistência Social
3)Processo nº 71000.011595/2018-12
Fórum Nacional dos Usuários do SUAS
Cidade/UF: Palhoça/SC
CNPJ:
Pessoa Designada: Solange Bueno
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Representantes de Usuários da Assistência Social
4. Processo nº 71000.011685/2018-03
Casa de Cultura Ilê Asé D'Osoguiã - CCIAO
Cidade/UF: João Pessoa/PB
CNPJ: 10.773.447/0001-57
Pessoa Designada: Edmar Barbosa Bonfim (Mãe Tuca)
Condição: Candidata/Eleitora
Segmento: Representante dos Usuários
II - DAS ELEITORAS:
a) Entidades e Organizações da Assistência Social
1) Processo nº 71000.010089/2018-06
União Catarinense de Educação - UCE
Cidade/UF: Curitiba/PR
CNPJ: 84.433.275/0001-09
Pessoa Designada: Ivonir Antônio Imperatori
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social
2) Processo nº 71000.010790/2018-17
Centro de Integração Empresa Escola - CIEE
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 61.600.839/0001-55
Pessoa Designada: Rodrigo Miglio Nader
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social
3) Processo nº 71000.010131/2018-81
Lar Fabiano de Cristo
Cidade/UF: Rio de Janeiro/RJ
CNPJ: 33.948.381/0001-94
Pessoa Designada: Márcia de Carvalho Rocha
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social
4) Processo nº 71000.009904/2018-86
Associação Antônio Vieira
Cidade/UF: Porto Alegre/RS
CNPJ: 92.959.006/0001-09
Pessoa Designada: Não indicado
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social
5) Processo nº 71000.010138/2018-01
Associação Brasileira de Educação e Cultura - ABEC
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 60.982.352/0001-11
Pessoa Designada: Eulália Maria Sombra Pinheiro
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social
6) Processo nº 71000.010756/2018-42
Sociedade Porvir Científico - SPC
Cidade/UF: Porto Alegre/RS
CNPJ: 92.741.990/0001-37
Pessoa Designada: Sandra Constâncio Dias da Silva
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social
7) Processo nº 71000.012339/2018-34
Legião da Boa Vontade - LBV
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 33.915.604/0001-17
Pessoa Designada: Não indicado
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social
8) Processo nº 71000.011016/2018-23
Visão Mundial
Cidade/UF: Recife/PE
CNPJ: 18.732.628/0001-47
Pessoa Designada: Clarice Moraes Ziller Tenório
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações de Assistência Social
9. Processo nº 71000.007072/2018-63
Inspetoria São João Bosco
Cidade/UF: Belo Horizonte/MG
CNPJ: 33.583.592/0001-70
Pessoa Designada: Carlos Nambu
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência
10. Processo nº 71000.011646/2018-06
Federação Brasileira das Associações Cristãs de Moços
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 34.117.192/0001-32
Pessoa Designada: Cyrino Mantovani Júnior
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência
11. Processo nº 71000.009526/2018-31
Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social - ANEAS
Cidade/UF: São Paulo/SP
CNPJ: 33.544.370/0001-49
Pessoa Designada: Tatiane Almeida Silva de Sant'Ana
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e organizações de assistência
b) Entidades e Organizações dos Trabalhadores do SUAS
1) Processo nº 71000.010498/2018-02
Nova Central Sindical de Trabalhadores - NCST
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 07.542.094/0001-70
Pessoa Designada: Não indicado
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações dos Trabalhadores do SUAS
2) Processo nº 71000.010509/2018-46
Confederação dos Servidores Públicos do Brasil-CSPB
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 34.166.181/0001-42
Pessoa Designada: Não indicado
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações dos Trabalhadores do SUAS
3) Processo nº 71000.011030/2018-27
Confederação Nacional dos Trabalhadores em Turismo e Hospitalidade - CONTRATUH
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ: 03.656.998/0001-75
Pessoa Designada: Não Indicado
Condição: Eleitora
Segmento: Entidades e Organizações dos Trabalhadores do SUAS
c) Organizações de Usuários da Assistência Social
1) Processo nº 71000.011094/2018-28
ASTRAL- Goiás - Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás
Cidade/UF: Goiânia/GO
CNPJ: 04.336.045/0001-92
Pessoa Designada: Roberta Fernandes de Souza
Condição: Eleitora
Segmento: Organizações de Usuários da Assistência Social
2) Processo nº 71000.011688/2018-39
Associação de Mulheres Ribeirinhas e Vítimas de Escalpelamento da Amazônia - AMRVEA
Cidade/UF: Macapá/AP
CNPJ:
Pessoa Designada: Tereza Duarte dos Santos
Condição: Eleitora
Segmento: Organizações de Usuários da Assistência Social
d) Representantes de Usuários da Assistência Social
1) Processo nº 71000.011617/2018-36
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas - CONAQ
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ:
Pessoa Designada: Isac dos Santos Lopes
Condição: Eleitora
Segmento: Representantes de Usuários da Assistência Social
2) Processo nº 71000.011011/2018-09
Movimento Nacional Pestalozziano de Autodefensores - Federação Nacional das Associações Pestalozzi - FENAPESTALOZZI
Cidade/UF: Brasília/DF
CNPJ:
Pessoa Designada: Carlos Henrique Viana
Condição: Eleitora
Segmento: Representantes de Usuários da Assistência Social
3. Processo nº 71000.011612/2018-11
Coletivo Interestadual de Idosos/as do SUAS - IDOSOSUAS
Cidade/UF: Campo Grande/MS
CNPJ:
Pessoa Designada: Maria Aparecida da Silva Borges
Condição: Eleitora
Segmento: Representante dos Usuários
4. Processo nº 71000.011745/2018-80
Fórum Regional dos Usuários do SUAS da Amazônia Ocidental
Cidade/UF: Manaus/AM
CNPJ:
Pessoa Designada: Dibson Flores Bastos
Condição: Eleitora
Segmento: Representante dos Usuários

A Eleição dos representantes da Sociedade Civil para a gestão de 2018/2020 do Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, prevista nos termos do inciso II do § 1° do Art. 17 da Lei n° 8.742/93 será realizada no dia 04 de maio de 2018, sob a fiscalização do Ministério Público Federal, a partir das 9h, no auditório da AUDITÓRIO DA PROCURADORIA GERAL DA UNIÃO - PGR - SAF SUL QUADRA 04 CONJUNTO C - BRASÍLIA - DF- Brasília - DF.

Brasília, 10 de abril de 2018.
CLODOALDO JOSÉ OLIVA MUCHINSKI
Presidente da Comissão Eleitoral

INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DIRETORIA DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E LOGÍSTICA

COORDENAÇÃO-GERAL DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

RETIFICAÇÃO

Na Inexigibilidade de Licitação nº 2/2018, Publicada no Diário Oficial da União nº 64 de 4/4/2018, Página 133, Seção 01, Onde se Lê " Inexigibilidade de Licitação no valor Global de R$ 10.000,00 (dez mil reais)" ; Leia-se Inexigibilidade de Licitação no Valor Global de 13.000,00 (treze mil reais) em favor da OISS - Organizacion Ibero Americana de Seguridade Social , CNPJ: Não Tem.

Ministério do Esporte

AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 12 DE ABRIL DE 2018

A DIRETORIA EXECUTIVA DA AUTORIDADE DE GOVERNANÇA DO LEGADO OLÍMPICO, por intermédio de seu Presidente, no uso das competências que lhes foram atribuídas pelo Decreto s/n, de 06 de abril de 2017, publicada no Diário Oficial da União, de 07 de abril de 2017, após deliberação colegiada.

CONSIDERANDO Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017, que cria a Autoridade de Governança do Legado Olímpico;

CONSIDERANDO a necessidade de a AGLO definir critérios de retribuição pelo uso das instalações olímpicas e paraolímpicas mediante contrapartidas em bens e serviços antes da publicação do regulamento de que trata o art. 1º, V e VI, e art. 11, §§1º e 2º, da Lei nº 13.474/2017;

CONSIDERANDO que as áreas do Parque Olímpico da Barra da Tijuca encontram-se sob posse da União por intermédio de Termo de Cessão de Uso nº 139/2016 firmado entre o Ministério do Esporte e a Prefeitura do Rio de Janeiro;

CONSIDERANDO que o artigo 16 da Lei da AGLO determina a aplicação subsidiária da legislação de patrimônio da União;

CONSIDERANDO o art. 5º, I, art. 6º, III, art. 8º, II, art. 10, III, art. 11, VII, VIII, XIII e XIV, art. 12, III, art. 13, VII, IX, e X, art. 14, VI à IX, do Decreto nº 9.299/2018;

CONSIDERANDO o Edital nº 02/2017 do Diretor-Executivo da AGLO;

CONSIDERANDO as deliberações da reunião da Diretoria-Executiva do dia 9 de abril;

CONSIDERANDO que o artigo 11, § 1º, da Lei 13.474, de 23 de agosto de 2017, atribui ao regulamento a definição de parâmetros de precificação e as hipóteses de sua redução ou gratuidade, visando a incentivar o esporte e a estimular o uso dos bens do legado olímpico, cuja competência é prevista no artigo 84, IV, da Constituição federal e com base no processo administrativo nº 58021.000231/2018-92, resolve:

Art. 1º A AGLO poderá autorizar o uso dos bens e das instalações do legado olímpico por pessoas jurídicas, ainda que tenham fins lucrativos.

Parágrafo único - A utilização por pessoas físicas será disciplinada em Resolução própria.

Art. 2º A autorização de uso terá prazo máximo de noventa dias e poderá ser prorrogada por igual período.

Art. 3º A autorização de que trata essa Resolução se dará mediante o pagamento de contrapartida material em bens, serviços, obras ou de contrapartida financeira, a ser recolhida em favor do Tesouro Nacional.

§1º O pagamento dependerá da deliberação prévia dos padrões de desempenho e qualidade dos bens, serviços e obras adquiridos, definidos por meio de especificações usuais de mercado, em processo administrativo, no qual haverá acompanhamento e fiscalização simultânea.

§2º A deliberação pelo recebimento das contrapartidas materiais depende da demonstração da vantajosidade e economicidade de sua aquisição, se isso for possível, quando comparada à aquisição dos mesmos bens, serviços ou obras mediante contratação pública

§3º Serão divulgados, na rede mundial de computadores, os bens, serviços ou obras que poderão ser recebidos como contrapartidas.

Art. 4º A deliberação para o pagamento em contrapartidas materiais é cabível quando o evento visar:

I - incentivar as práticas de modalidades desportivas olímpicas pouco difundidas;

II - estimular o uso dos bens do legado olímpico para inclusão social; e

III - adaptar as instalações olímpicas para o modo legado.

Art. 5º A precificação e a classificação dos eventos adotadas para fins de autorização de uso serão divulgadas em portaria do diretor do departamento executivo e constituirá um anexo da presente resolução

Parágrafo único - A autorização de que trata o caput é revogável ad nutum, sem indenização.

Requisitos de habilitação

Condições de habilitação para a autorização de uso da AGLO

Art. 6º São condições de habilitação da autorização:

I - habilitação jurídica, nos termos art. 28 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 93;

II - Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;

III - Certidão de Regularidade do FGTS;

IV - Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas; e

V - Consulta ao:

Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS;

Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; e

rol com Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União.

Parágrafo único. A consulta aos cadastros será realizada em nome da entidade e, no caso de empresas, também de seu sócio majoritário, por força do art. 12 da Lei n° 8.429, de 2 de junho de 1992.

Art. 7º Enquanto não entrar em vigor o regulamento de que tratam o art. 1º, V e VI, e art. 11, §1º, da Lei nº 13.474, de 23 de agosto de 2017, serão exigidos e deverão consta dos respectivos processos de autorização as mesmas certidões exigidas pela Secretaria de Patrimônio da União.

Do procedimento de autorização de uso

Art. 8º A autorização de uso será precedida de requerimento do interessado que deverá preencher as condições de habilitação previstas nessa Resolução.

Art. 9º O ato de autorização será precedido da assinatura de um termo de intenções, que conterá, como proposta, os direitos e obrigações decorrentes da utilização das instalações do legado, constituindo parte integrante da autorização.

§1º O exame técnico favorável ou a assinatura do termo de intenções não vinculam a decisão do Presidente da AGLO de autorizar o evento, nem a deliberação pelo recebimento de bens, serviços e obras como contrapartidas.

§2º Fica mantida a delegação ao Diretor do Departamento Executivo da decisão pela autorização, ou não, do evento, bem como a deliberação, descrição, controle e acompanhamento da prestação de contrapartidas em favor da AGLO.

§3º Deve constar do processo, de forma fundamentada, os motivos que resultaram na redução ou isenção do valor das contrapartidas, quando for o caso.

§4º Os processos tramitarão apenas pelo sistema SEI.

Art. 10. O ato de autorização, cujo extrato deverá ser publicado no Diário Oficial da União, deverá fazer referência:

I - à finalidade do evento;

II - às obrigações da proposta;

III - ao prazo de vigência;

IV - ao valor da garantia de cumprimento das obrigações, quando necessária, e a forma de seu recolhimento; e

V - ao valor, a forma e o tempo de adimplemento das contrapartidas, quando for o caso.

§1º Somente será admitido o início da utilização da área após a publicação do ato de autorização no Diário Oficial da União.

§2º O simples início da utilização da área, ou a prestação da garantia, quando exigida, independentemente de qualquer outro ato especial, representará a concordância do particular com todas as condições da autorização de uso estabelecidas nessa Resolução, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

§ 3º O autorizado comprovará a obtenção das licenças cabíveis pelos órgãos federais, estaduais e municipais competentes, conforme a natureza do evento e previamente a sua realização.

§ 4º Durante a vigência da autorização de uso, poderá ser transferida ao autorizado a responsabilidade pela segurança, limpeza, manutenção, conservação e fiscalização da área, comprometendo-se,salvo autorização expressa em contrário, a entregá-la, dentro do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava comprovada nos termos de vistoria inicial e final realizadas pela AGLO do prazo, nas mesmas condições em que inicialmente se encontrava.

Dos parâmetros para a precificação obtidos a partir dos eventos-teste e da definição das contrapartidas

Art.11. As contrapartidas serão definidas levando em consideração:

I - as práticas de mercado;

II - a exploração econômica ou comercial dos eventos; e

III - a natureza do evento, a finalidade de lucro e os dias de disponibilização da área, incluindo o período de montagem e desmontagem dos equipamentos, que terão tratamento específico.

Art. 12. Poderá ser isentada ou reduzida a prestação de contrapartidas, bem como poderá ser concedido prazo de carência de até noventa dias para especificação ou para o início da sua prestação, quando:

I - for necessária à viabilização do evento, conforme práticas de mercado;

II - houver interesse em incentivar atividades esportivas pouco desenvolvidas no País; e

III - for necessária para o estímulo ao uso das instalações e bens do legado olímpico ou para o incentivo das atividades de alto rendimento ou outras manifestações desportivas de que trata o art. 3º da Lei nº 9.615, de 1998.

§1º Ainda que seja deferida a isenção ou redução mencionadas no caput, será apurado o valor total de contrapartidas devidas, para fins de aplicação de multa e outras penalidades;

§2º As condições previstas nesse artigo para início da prestação das contrapartidas devem constar expressamente do termo de intenções;

§3º A desobediência dessas condições ou a aferição, mediante pesquisa de preços, do pagamento a menor do valor de contrapartidas, conforme definição do objeto e ampla pesquisa de mercado, implica a inadimplência do autorizado.

Art.13. Os bens, serviços e obras prestados como contrapartida material serão especificados na forma dos Anexos dessa Resolução, que conterá a definição do objeto, quantidade e qualidade, atendendo ainda aos mesmos requisitos exigidos para os termos de referência previstos na legislação de contratações públicas federais.

Art. 14. A pesquisa de preços das contrapartidas materiais deverá, sempre que possível, tentar apropriar-se dos ganhos de eficiência das contratações privadas, de forma a reduzir o custo dos bens, serviços e obras caso fossem adquiridos pela Administração, por intermédio de um contrato administrativo.

§ 1º As contrapartidas materiais serão prestadas em nome da autorizada, que poderá contratar terceiros, sob sua conta e risco, sem se estabelecer qualquer vínculo com a administração pública federal, vedada a indicação de fornecedor pela AGLO.

§ 2º O valor de mercado das contrapartidas materiais efetivamente prestadas será descontado do preço indicado no ato de autorização de uso.

§ 3º O valor das contrapartidas materiais que, por qualquer motivo, superar o valor precificado para uso das arenas constante do ato de autorização, será tratado como doação e não gerará crédito em favor do autorizado.

§ 4º Se não definidas contrapartidas materiais suficientes para atingir o preço definido para uso das instalações ou se houver a rejeição motivada de alguma contrapartida prestada, o valor remanescente será adimplido mediante recolhimento do saldo residual em favor do Tesouro Nacional, sem prejuízo das sanções cabíveis fixadas na autorização.

§ 5º A AGLO poderá cancelar, alterar ou requerer o recolhimento de contrapartida monetária, em favor do Tesouro Nacional, se não tiver sido iniciada a sua prestação pelo autorizado no prazo estabelecido.

§6º Os processos de autorização deverão ser instruídos previamente com os Anexos dessa Resolução.

§7º A inobservância dos procedimentos dessa Resolução é infração funcional.

Das infrações e penalidades

Art. 15. Consideram-se infrações à autorização de uso independentemente de sua previsão no termo de intenções:

I - conferir destinação diversa daquela requerida à autarquia;

II - realizar serviços e obras ou instalação de equipamentos sem expressa aquiescência no processo ou em desacordo com a autorização concedida, em prejuízo do patrimônio público;

III - extrapolar, culposamente, o prazo da autorização para uso ou prestação de contrapartidas;

IV - desistir do evento agendado imotivadamente, causando prejuízo à administração;

V - causar ou, por sua ação ou omissão, ainda que indiretamente, permitir que terceiros causem dano às instalações esportivas, à imagem, ao nome e aos demais bens do legado;

VI - deixar de prestar as contrapartidas na forma e no prazo concedidos no ato de autorização; e

VII - descumprir, por ação ou omissão, quaisquer regras desse regulamento ou das cláusulas do protocolo de intenções firmados previamente ao ato de autorização em prejuízo ao interesse público.

Art. 16. A prática da infração administrativa sujeitará o autorizado a:

I - advertência;

II - aplicação de multa simples de dez por cento ou vinte por cento sobre o valor da precificação;

III - aplicação cumulativa à multa simples de multa diária de 0,33% do valor total da precificação e ao embargo da atividade nas instalações e bens do legado, quando for necessária a cessão da continuidade;

IV - retirada sumária, após intimação, dos equipamentos instalados, que poderão se remetidos a depósito, à custa da autorizada;

V - demolição, se necessário, de obra pela administração à custa do autorizado; e

VI - pagamento dos custos de retirada dos equipamentos, eventuais danos apurados e inscritos em Dívida Ativa junto com acréscimos e encargos legais, conforme critérios previstos em lei.

Parágrafo único. A aplicação de penalidade, ocorrerá em processo próprio, que tramitará junto com o processo da autorização, assegurada a ampla defesa e o contraditório, cabendo ainda recurso para a Diretoria-Executiva colegiada no prazo de cinco dias.

Art. 17. A prestação das contrapartidas exigidas fora do prazo e ou das condições estipuladas nessa Resolução ou no respectivo processo autorização também implicará a inadimplência da autorizada, sujeitando-a à execução específica das contrapartidas materiais ou, quando não for conveniente, à sua conversão em perdas e danos, que serão inscritos em Dívida Ativa, junto com a multa e encargos legais, sem prejuízo, quando cabível, da instauração de tomada de contas especial do responsável.

Parágrafo único. O Departamento de Gestão Interna encaminhará parecer contábil com a liquidação do débito e, quando for o caso, relatório apartado com recomendações que agreguem eficiência e simplicidade à governança do legado olímpico e demais instalações esportivas.

Fiscalização do cumprimento da autorização

Art. 18. A fiscalização, que ocorrerá no mesmo processo em que houve a deliberação pelo recebimento de contrapartidas, será lavrada em termo, que deverá demonstrar o cumprimento das obrigações decorrentes da autorização de uso.

§1º A atividade de fiscalização, no que diz respeito à verificação das contrapartidas materiais, abrange a definição prévia dos preços de mercado dos bens, serviços e obras;

§2º O Departamento Executivo poderá designar fiscal e gestor do protocolo no processo de autorização especificando suas funções.

Art. 19. O prazo para execução das contrapartidas será de até noventa dias, contados do término do evento ou de outro marco fixado no ato de autorização.

Art. 20. O prazo para apresentação do termo de fiscalização será de 5 dias após o encerramento do prazo de execução da contrapartida fixado no ato de autorização.

Art. 21. Constatado o descumprimento da autorização a entidade autorizada será intimada a se defender, na forma da Lei nº 9.784, de 1999, antes da tomada de decisão pela aplicação de penalidade.

Art. 22. Fica encerrada a fase de eventos-teste nessa data.

Art. 23. Os eventos-teste serão objeto de auditoria especial com base nos parâmetros, no que couber, na legislação de patrimônio da união, nos atos da AGLO realizados durante o período experimental.

Art. 24. A Auditoria encaminhará suas conclusões à Presidência da AGLO, que remeterá os autos, quando necessário, à Procuradoria Federal para cobrança judicial diante da inadimplência do autorizado.

Art. 25. Essa Resolução contém 09 Anexos e entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO MÁRCIO DIAS MELLO
Presidente

ANEXO I

FORMULÁRIO PARA SOLICITAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

1. ÁREA SOLICITANTE

2. INTERESSADO

3. ITEM CONTRAPARTIDA

FAZER DESCRIÇÃO DO BEM, SERVIÇO OU OBRA SEGUINDO OS PARÂMETROS DE UM TERMO DE REFERÊNCIA.

4. INDICAÇÃO DO FISCAL / GESTOR

NO CASO DE OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA, ALÉM DO GESTOR, DEVERÁ SER INDICADO UM FISCAL QUE ACOMPANHARÁ A EXECUÇÃO E EMITIRÁ RELATÓRIO DE VISTORIA E DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DA OBRA.

5. PESQUISA DE MERCADO (ORÇAMENTO SIMPLES)

6. JUSTIFICATIVA

1 - INCENTIVAR O ESPORTE CONFORME ART. 1 INC. 6 e PARÁGRAFO 1º DO ART. 11;

2 - ESTIMULAR O USO DOS BENS DO LEGADO OLÍMPICO, CONFORME A PARTE FINAL DO PARÁGRAFO 1º DO ART;

3 - ADAPTAÇÃO DAS INSTALAÇÕES OLÍMPICAS CONFORME PARÁGRAFO 2º DO ART;

7. DOCUMENTOS RELACIONADOS

8. CONCLUSÃO

_____
Solicitante (Responsável Técnico)

De acordo, Em ___.___.___.

_____
Diretor Área Solicitante

ANEXO II

NOTA TÉCNICA PARA SOLICITAÇÃO DE CONTRAPARTIDA

1. PROCESSO

Processo número:

2. PESQUISA DE MERCADO (SLOG/DGI)

Será anexado quadro de orçamento comparativo com no mínimo 3 empresas, seguindo o descrito no formulário de aprovação, nos termos da IN nº 03/2017 - MPOG.

3. DOCUMENTOS RELACIONADOS

Anexar cotações, pesquisas e documentos que subsidiem a solicitação

4. CONCLUSÃO

Emitir parecer sobre os itens acima.

_____ _____
Gestor Protocolo Gestor Contrapartida

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800258

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ANEXO III

APROVAÇÃO DA CONTRAPARTIDA DA AUTORIZAÇÃO DE USO
INTERESSADO:
CNPJ:
ÁREA REQUERENTE:
PROTOCOLO DE INTENÇÕES:
VALOR DA CONTRAPARTIDA:
MODALIDADE CONTRAPARTIDA:
CÓDIGO GRU:

Aprovo a contrapartida na forma definida pela Diretoria de _____, nos termos do Protocolo de Intenções nº ___/2017.

_____
AUTORIDADE COMPETENTE

ANEXO IV

DECLARAÇÃO DE RECEBIMENTO E RESPONSABILIDADE DE BENS MÓVEIS E MATERIAIS

Pelo presente instrumento declaro ter recibo os itens descritos no Anexo I., na forma de contrapartida do Termo de Intenções nº _____/_____,

Declaro estar ciente sobre a responsabilidade pelo uso, controle e guarda, em consideração as normas da administração pública federal vigentes, inclusive às relativas aos possíveis danos e prejuízos causados ao patrimônio público.

Declaro, ainda, estar ciente das normas técnicas e formulários elaborados pela Autoridade de Governança do legado Olímpico, para Controle de Contrapartidas.

Para os devidos fins, lavrada a presente Declaração, em 3 (três) vias, sendo uma via encaminhada à Supervisão de Logística da Diretoria de Gestão Interna - SULOG/DGI para emissão do Termo de Responsabilidade e Controle Patrimonial.

Local/Data:_____,____/___/___.

_____
Servidor (resp. pelo recebimento e guarda)

_____
Gestor do Protocolo

(Anexo 4.1 - Tabela descritiva de Itens adquiridos de contrapartida)

Nº do Item	Nº da Nota Fiscal	Data da emissão	Especificação do Bem	Valor R$

Local/Data:_____,____/___/__.

_____ _____
Servidor Responsável Gestor

ANEXO V

DECLARAÇÃO DE CONCLUSÃO DA OBRA / SERVIÇOS ENGENHARIA (POB)

Pelo presente instrumento declaro ter recebido os itens descritos no Anexo I, na forma de contrapartida do Termo de Intenções nº _____/_____,

Declaro, ainda, estar ciente das normas técnicas e formulários elaborados pela Autoridade de Governança do Legado Olímpico, para Controle de Contrapartidas.

Para os devidos fins, lavrada a presente Declaração, em 3 (três) vias, sendo uma via encaminhada à Supervisão de Logística da Diretoria de Gestão Interna - SULOG/DGI.

Local/Data:_____,____/___/___.

_____
Servidor (Fiscal)

_____
Gestor do Protocolo

(Anexo 5.1 - Tabela descritiva de Itens adquiridos de contrapartida)

Nº do Item	Nº da Nota Fiscal	Data da emissão	Especificação do Bem	Valor R$

Local/Data:_____,____/___/__.

_____ _____
Servidor Responsável Gestor

ANEXO VI

PARECER TÉCNICO DE CONTRAPARTIDAS

O gestor público responsável deverá emitir parecer técnico contendo a análise da prestação de contas.

Este documento deverá mencionar:

a) Os resultados alcançados (relacionados ao evento e a aplicação da contrapartida) e seus benefícios;

b) Impactos econômicos e/ou sociais;

c) Grau de satisfação do público beneficiário; e

ATENÇÃO: Inserir no SEI toda documentação pertinente ao certame; EX: notas ficais, termos de doações, etc.

_____
Gestor do Protocolo

ANEXO VII

PARECER FINANCEIRO DE CONTRAPARTIDAS

A manifestação final após análise dos documentos que compõem a prestação de contas deverá apresentar uma dessas opções:

- aprovação da prestação de contas;
- aprovação da prestação de contas com ressalvas; ou
- rejeição da prestação de contas com as seguintes providências

a) Devolução do processo para o gestor com a indicação das providências que deverão ser adotadas para sanear as inconsistências.

b) No caso de irregularidades comprovadas, a indicação para abertura de processo de tomada de contas especial.

c) No caso da letra b, o processo deverá ser encaminhado para a autoridade competente.

ANEXO VIII

RELAÇÃO DE PAGAMENTOS DE CONTRAPARTIDAS DE AUTORIZAÇÃO DE USO
PROCESSO Nº:
PROPONENTE:
PROTOCOLO DE INTENÇÕES:
VALOR DA CONTRAPARTIDA:
MODALIDADE CONTRAPARTIDA:
CÓDIGO GRU (SE FOR O CASO):

Nº	Doc Fiscal nº	Favorecido	Descrição	Quant	Nº Termo de doação	Dt da Doação	Valor R$
TOTAL							

Obs: Anexar Notas Fiscais/Recibos e pesquisa de preços.

ANEXO IX

FORMULÁRIO DE ANÁLISE DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

A análise de prestações de contas tem como finalidade a garantia do cumprimento do objeto e o atendimento aos requisitos de execução das contrapartidas (se aplicável) previstas no Termo (Protocolo) de intenções e Termo de Autorização de uso.

Processo nº:

Questões relativas aos documentos e procedimentos a serem Considerados na prestação de contas:	SIM	NÃO	ESPECIFICAR	NÃO SE APLICA
Verificar se os seguintes documentos foram enviados:				
Ofício assinado em papel timbrado				
Plano de Trabalho AGLO				
Declaração de evento sem fins lucrativos (se aplicável)				
Cópia simples estatuto social da entidade (se aplicável)				
Cópia simples da ata de posse dos dirigentes eleitos (se aplicável);				
Cópia simples dos documentos pessoais do dirigente responsável que irá assinar o Instrumento Jurídico				
Certidões Negativas Federal, Estadual e Municipal				
Verificar se o processo administrativo contém os seguintes Documentos da AGLO:	SIM	NÃO	ESPECIFICAR	NÃO SE APLICA
Servidor da AGLO designado como Fiscal/Gestor do processo				
Nota Técnica				
Termo (Protocolo) de intenções				
Vistoria de entrega				
Termo de autorização de uso				
Vistoria de Devolução e/ou Declaração de encerramento e aceite formal da AGLO				
Verificar as seguintes informações nos Documentos da AGLO:	SIM	NÃO	ESPECIFICAR	NÃO SE APLICA
Nota Técnica				
Nome do evento				
Local de realização				
Prazo do evento				
Público e atletas				
Objetivo				
Interesse Público				
Informações sobre viabilidade da proposta				
Termo (Protocolo) de intenções	SIM	NÃO	ESPECIFICAR	NÃO SE APLICA
A indicação dos nomes das partes e de seus representantes				
Obrigações do autorizado				
Obrigações da AGLO				
Assinatura das partes representantes				
Assinatura das testemunhas				
Termo de Autorização de uso	SIM	NÃO	ESPECIFICAR	NÃO SE APLICA
Termo de Autorização assinado pela autoridade competente				
Detalhamento da contrapartida em bens ou serviços (se houver)				
Prazo para utilização da contrapartida (se houver)				
Publicação no Diário Oficial da União				
Prestação de Contas / Utilização da Contrapartida	SIM	NÃO	ESPECIFICAR	NÃO SE APLICA
Verificar se o processo administrativo contém os seguintes Documentos da AGLO:				
Formulário 1 - Solicitação de Contrapartida				
Formulário 2 - Nota Técnica para Solicitação de Contrapartida				

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800259

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Formulário 3 - Aprovação da Contrapartida da Autorização de uso				
Formulário 4 - Declaração de Recebimento e Responsabilidade de Bens Móveis e Materiais				
Formulário 5 - Declaração de Conclusão da Obra / Serviço Engenharia (POB)				
Formulário 6 - Parecer Técnico de Contrapartidas				
Formulário 7 - Relação de pagamentos de contrapartidas de autorização de uso				
Formulário 8 - Parecer Financeiro de Contrapartidas				
Verificar os seguintes procedimentos:	SIM	NÃO	ESPECIFICAR	NÃO SE APLICA
Os documentos e comprovação dos gastos com contrapartida constam no processo administrativo ou foi apensado processo específico				
Consta solicitação de utilização de contrapartida devidamente assinado pela autoridade competente				
Consta pesquisa de mercado e consulta Comprasnet para o bem e/ou serviço a ser adquirido (IN 03/2017)				
Constam os documentos de comprovação dos bens e/ou serviços adquiridos com contrapartida				
Os bens e/ou serviços adquiridos com contrapartida guardam conformidade ao estabelecido no Termo de Intenções e/ou Termo de Autorização AGLO				
A utilização do valor da Contrapartida seguiu prazo de utilização estabelecido no Termo de Intenções, Termo de Autorização da AGLO ou Normativo				
Consta recolhimento do principal como GRU (caso não tenha sido utilizado em contrapartida)				
Houve saldo remanescente de utilização da Contrapartida e, em caso positivo o mesmo foi recolhido aos cofres da União por meio de GRU				

Ministério do Meio Ambiente

AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS
ÁREA DE REGULAÇÃO
SUPERINTENDÊNCIA DE REGULAÇÃO

OUTORGAS DE 12 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE REGULAÇÃO DA AGÊNCIA NACIONAL DE ÁGUAS - ANA torna público que, com fundamento no art. 12, V, da Lei nº 9.984, de 17/07/2000, e com base na delegação que lhe foi conferida por meio da Resolução ANA nº 1.942, de 30/10/2017, resolveu outorgar a:

Nº 416 - JOAO PEREIRA CAFÉ, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 418 - ELAUDY AGUIAR FERREIRA, rio Paranã, Município de Formosa/GO, irrigação.

Nº 419 - MANOEL CICERO BARBOSA DE ALMEIDA, Rio São Francisco, Município de Petrolina/PE, irrigação.

Nº 420 - OZANA AQUINA DE ARAÚJO, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 421 - JADSON QUEIROZ DE SÁ, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 422 - PAULO CÉSAR FONSECA LIMA, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 423 - EDIGLEY ROZA CAVALCANTI, UHE Sobradinho, Município de Casa Nova/BA, irrigação.

Nº 424 - JOSÉ TRISTÃO, UHE Porto Colômbia, Município de Conceição das Alagoas/MG, irrigação.

Nº 425 - MANOEL GENAILSON DIAS DE MENEZES, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 426 - SEVERINO FRANCISCO DOS SANTOS, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 427 - SÉRGIO MARINHO DA CRUZ, rio São Francisco, Município de Curaçá/BA, irrigação.

Nº 428 - CELIO DE SA LEITE, UHE Luiz Gonzaga, Município de PETROLÂNDIA/PE, irrigação.

O inteiro teor das Outorgas e seus Anexos, bem como as demais informações pertinentes estarão disponíveis no site www.ana.gov.br.

PATRICK THOMAS

INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE

PORTARIA Nº 291, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Institui o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Terra do Meio, como um arranjo organizacional, no âmbito do Instituto Chico Mendes - ICMBio, no Estado do Pará (Processo SEI nº 02070.003096/2018-05).

O PRESIDENTE DO INSTITUTO CHICO MENDES DE CONSERVAÇÃO DA BIODIVERSIDADE - ICMBio, no uso de suas competências atribuídas pelo artigo 24 do Decreto nº. 8.974, de 24 de janeiro de 2017, e pela Portaria nº. 2.154/Casa Civil, de 07 de novembro de 2016, publicada no Diário Oficial da União, de 08 de novembro de 2016,

Considerando o disposto no art. 26 da Lei n° 9.985, de 18 de julho de 2.000, que prevê a gestão integrada do conjunto de Unidades de Conservação - UC, que estiverem próximas ou justapostas, de forma a compatibilizar a presença da biodiversidade, a valorização da sociodiversidade e o desenvolvimento sustentável no contexto regional;

Considerando o disposto no art. 30 do Decreto nº 8.974, de 24 de janeiro de 2017, que prevê a possibilidade de instituição de núcleos de gestão integrada, em qualquer ente federativo, para a melhoria da gestão das unidades descentralizadas;

Considerando o Plano Estratégico de Biodiversidade 2011-2020 da Convenção da Biodiversidade - CDB, da qual o Brasil é signatário, que estabelece em sua meta 11 a previsão da conservação das áreas de especial importância para a biodiversidade e serviços ecossistêmicos em sistemas geridos de maneira efetiva e equitativa, com áreas protegidas ecologicamente representativas e satisfatoriamente interligadas e por outras medidas especiais de conservação, e integradas em paisagens terrestres e marinhas mais amplas;

Considerando que o Brasil refletiu essa meta global em suas metas nacionais, definidas pela Resolução CONABIO nº 06, de 3 de setembro de 2013; e,

Considerando a proximidade física destas unidades e as diversas ações conjuntas e integradas já desenvolvidas pelas UC, as quais estão sediadas no mesmo local e compartilham a mesma estrutura física e equipamentos, resolve:

Art. 1º Instituir o Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio Terra do Meio, um arranjo organizacional estruturador do processo gerencial entre unidades de conservação federais, integrando a gestão das unidades citadas a seguir:

I - Estação Ecológica da Terra do Meio;

II - Parque Nacional da Serra do Pardo;

III - Reserva Extrativista Rio Iriri;

IV - Reserva Extrativista Rio Xingu; e

V - Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio.

§ 1º. O ICMBio Terra do Meio, se constitui numa estratégia de gestão visando ao cumprimento dos objetivos específicos de cada uma das unidades de conservação, em conformidade com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, seus Decretos de Criação, seus Planos de Manejo, seus planejamentos e orientações de seus conselhos gestores.

§ 2º. As unidades de conservação integrantes são planejadas e geridas a partir de uma perspectiva regional, na qual as prioridades de gestão nas UC são revisadas e integradas com base em um novo planejamento territorial, de modo que as diferentes atividades gerenciais passem a ser pensadas e executadas para todo o território.

§ 3º. As competências do ICMBio Terra do Meio serão desempenhadas para gerir e manter a integridade, além de promover o desenvolvimento sustentável, dos espaços territorialmente protegidos de acordo com o SNUC.

Art. 2º São objetivos gerais do ICMBio Terra do Meio:

I- o alcance de maior eficácia e efetividade na conservação da biodiversidade protegida e no uso sustentável dos recursos naturais no território das UC abrangidas pelo ICMBio Terra do Meio; e

II- o alcance de ganhos gerenciais advindos da gestão em escala, da maior especialização das ações gerenciais, da melhor expressão das complementaridades funcionais das UC e da adoção de uma abordagem ecossistêmica na gestão do conjunto das áreas protegidas; e

III- o fortalecimento socioambiental da região de forma a garantir um ambiente socialmente igualitário e ecologicamente equilibrado.

Art. 3º A gestão do ICMBio Terra do Meio se dará mediante a integração de suas equipes, a elaboração conjunta de seus planejamentos, a execução integrada de suas atividades e o compartilhamento de recursos e de suas estruturas.

Art. 4º O ICMBio Terra do Meio deverá estabelecer, periodicamente, planejamento operacional, planos de trabalho e/ou outros instrumentos técnicos de gestão, estabelecendo prioridades e orientando a destinação de meios e de recursos para a realização das atividades de gestão das unidades.

Art. 5º Na execução de suas atividades finalísticas e de suporte operacional, o ICMBio Terra do Meio poderá ser estruturado em áreas temáticas.

§ 1º O Chefe do ICMBio Terra do Meio designará, por meio de Ordem de Serviço, os servidores responsáveis pelas áreas temáticas, observadas a capacidade técnica e gerencial para exercer as funções atribuídas.

§ 2º A composição das áreas temáticas, bem como as suas atribuições organizacionais e as atividades operacionais serão definidos em Regimento Interno do ICMBio Maués, em até 120 dias após a vigência desta Portaria, o qual será submetido à aprovação pela Coordenação Regional respectiva e da Presidência do ICMBio e posterior publicação no Boletim de Serviço.

Art. 6º Os servidores lotados ou em exercício nas unidades de conservação mencionadas no artigo 1º desta Portaria passam a ser lotados ou terem seu exercício no ICMBio Terra do Meio.

Art. 7° O ICMBio Terra do Meio será sediado em Altamira/PA.

§ 1º Enquanto estrutura de apoio à gestão das unidades de conservação, o ICMBio Terra do Meio dispõe 1 Base Operacional (BAP), no interior do Parque Nacional da Serra do Pardo.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RICARDO JOSÉ SOAVINSKI



Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão

GABINETE DO MINISTRO

PORTARIA Nº 85, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 8º, caput, inciso II, do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:
Art. 1º Remanejar o limite constante do Anexo I do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, na forma dos Anexos I e II desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO I

(Anexo I ao Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018)
REDUÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão		Despesas Discricionárias				
		PAC	Emendas Impositivas		Demais	Total
			Individuais	Bancada		
39000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	50.000.000	0	0	0	50.000.000
	TOTAL	50.000.000	0	0	0	50.000.000

ANEXO II

(Anexo I ao Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018)
ACRÉSCIMO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgão		Despesas Discricionárias				
		PAC	Emendas Impositivas		Demais	Total
			Individuais	Bancada		
39000	Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil	0	0	0	50.000.000	50.000.000
	TOTAL	0	0	0	50.000.000	50.000.000

PORTARIA Nº 86, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista o disposto no art. 8º, caput, inciso I, do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:
Art. 1º Ampliar os limites constantes do Anexo I do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, na forma do Anexo desta Portaria.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

ANEXO

(Anexo I ao Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018)
AMPLIAÇÃO DOS LIMITES DE MOVIMENTAÇÃO E EMPENHO
R$ 1,00

Órgãos		Despesas Discricionárias				
		PAC	Emendas Impositivas		Demais	Total
			Individuais	Bancada		
22000	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	0	0	0	7.700.000	7.700.000
36000	Ministério da Saúde	0	0	0	40.000.000	40.000.000
51000	Ministério do Esporte	0	0	0	500.000	500.000
53000	Ministério da Integração Nacional	0	0	0	500.000	500.000
54000	Ministério do Turismo	0	0	0	2.500.000	2.500.000
	TOTAL	0	0	0	51.200.000	51.200.000

PORTARIA Nº 87, DE 17 DE ABRIL DE 2018

Abre ao Orçamento Fiscal União, em favor dos Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil, do Meio Ambiente, e da Defesa, crédito suplementar no valor de R$ 131.864.731,00, para reforço de dotações constantes da Lei Orçamentária vigente.

O MINISTRO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, tendo em vista a autorização constante do art. 4º, caput, incisos II, alínea "c", item "1", III, alíneas "d", item "1", e "h", item "1", IV, alínea "a", e V, da Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e a delegação de competência de que trata o inciso I do art. 16 do Decreto nº 9.276, de 2 de fevereiro de 2018, resolve:

Art. 1º Abrir ao Orçamento Fiscal da União (Lei nº 13.587, de 2 de janeiro de 2018), em favor dos Ministérios dos Transportes, Portos e Aviação Civil, do Meio Ambiente, e da Defesa, crédito suplementar no valor de R$ 131.864.731,00 (cento e trinta e um milhões, oitocentos e sessenta e quatro mil, setecentos e trinta e um reais), para atender às programações constantes do Anexo I.

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de anulação de dotações orçamentárias, conforme indicado no Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ESTEVES PEDRO COLNAGO JUNIOR

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800261

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							3.000.000
		Atividades							
26 122	2126 2000	Administração da Unidade							3.000.000
26 122	2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.000.000
			F	4	2	90	0	100	2.000.000
			F	4	2	90	0	174	1.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2087	Transporte Terrestre							95.000.000
		Projetos							
26 782	2087 110Q	Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE							60.000.000
26 782	2087 110Q 0028	Adequação de Trecho Rodoviário - Pedra Branca - Divisa SE/AL - na BR-101/SE - No Estado de Sergipe							60.000.000
			F	4	3	90	0	174	60.000.000
26 782	2087 7S73	Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso a Onda Verde - Entroncamento SP-355 - na BR-153/SP							35.000.000
26 782	2087 7S73 0035	Adequação de Trecho Rodoviário - Acesso a Onda Verde - Entroncamento SP-355 - na BR-153/SP - No Estado de São Paulo							35.000.000
			F	4	3	90	0	100	4.608.439
			F	4	3	90	0	111	24.178.377
			F	4	3	90	0	174	6.213.184
TOTAL - FISCAL									95.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									95.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	Aviação Civil							12.000.000
		Atividades							
26 125	2017 2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil							12.000.000
26 125	2017 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional							12.000.000
			F	4	2	90	0	174	12.000.000
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							700.000
		Atividades							
26 122	2126 2000	Administração da Unidade							700.000
26 122	2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							700.000
			F	4	2	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									12.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.700.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta
ANEXO I
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2069	Segurança Alimentar e Nutricional							2.248.016
		Atividades							
18 544	2069 8695	Dessalinização de Água - Água Doce							2.248.016
18 544	2069 8695 0001	Dessalinização de Água - Água Doce - Nacional							2.248.016
			F	3	2	30	0	100	2.248.016
TOTAL - FISCAL									2.248.016
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									2.248.016

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800262

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade							3.556.490
		Atividades							
18 125	2078 20WC	Planejamento, Gestão e Fiscalização das Concessões Florestais							200.000
18 125	2078 20WC 0001	Planejamento, Gestão e Fiscalização das Concessões Florestais - Nacional							200.000
			F	3	2	90	0	100	200.000
18 541	2078 20WD	Inventário Florestal Nacional							1.756.490
18 541	2078 20WD 0001	Inventário Florestal Nacional - Nacional							1.756.490
			F	4	2	90	0	196	1.756.490
18 541	2078 8308	Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação							1.600.000
18 541	2078 8308 0001	Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação - Nacional							1.600.000
			F	3	2	90	0	100	1.600.000
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							600.000
		Atividades							
18 122	2124 2000	Administração da Unidade							600.000
18 122	2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							600.000
			F	3	2	90	0	195	600.000
TOTAL - FISCAL									4.156.490
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.156.490

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2050	Mudança do Clima							329.000
		Atividades							
18 542	2050 214M	Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias							329.000
18 542	2050 214M 0001	Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias - Nacional							329.000
			F	4	2	90	0	174	329.000
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							8.690.988
		Atividades							
18 122	2124 2000	Administração da Unidade							7.990.988
18 122	2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							7.990.988
			F	4	2	90	0	174	3.990.988
			F	4	2	90	0	250	4.000.000
		Projetos							
18 122	2124 156G	Construção da Sede do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo							700.000
18 122	2124 156G 5664	Construção da Sede do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais - Prevfogo - Em Brasília - DF							700.000
			F	4	2	90	0	174	700.000
TOTAL - FISCAL									9.019.988
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.019.988

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44206 - Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro - JBRJ

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade							295.661
		Atividades							
18 541	2078 20WL	Proteção e Ampliação de Coleções Vivas em Jardins Botânicos							295.661
18 541	2078 20WL 0001	Proteção e Ampliação de Coleções Vivas em Jardins Botânicos - Nacional							295.661
			F	3	2	90	0	100	295.661
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							1.345.075
		Atividades							
18 122	2124 2000	Administração da Unidade							1.345.075
18 122	2124 2000 0033	Administração da Unidade - No Estado do Rio de Janeiro							1.345.075
			F	3	2	90	0	100	1.345.075
TOTAL - FISCAL									1.640.736
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									1.640.736

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800263

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha

ANEXO I — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							4.099.501
		Atividades							
05 331	2108 2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento							4.099.501
05 331	2108 2865 0001	Manutenção e Suprimento de Fardamento - Nacional							4.099.501
			F	4	1	90	0	100	4.099.501
TOTAL - FISCAL									4.099.501
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.099.501

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39101 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil - Administração Direta

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2086	Transporte Aquaviário							8.500.000
		Atividades							
26 784	2086 212A	Dragagem de Adequação da Navegabilidade em Portos							8.500.000
26 784	2086 212A 0030	Dragagem de Adequação da Navegabilidade em Portos - Na Região Sudeste							8.500.000
			F	4	3	90	0	111	8.500.000
TOTAL - FISCAL									8.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									8.500.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39250 - Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							3.000.000
		Atividades							
26 122	2126 2000	Administração da Unidade							3.000.000
26 122	2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							3.000.000
			F	3	2	90	0	100	2.000.000
			F	3	2	90	0	174	1.000.000
TOTAL - FISCAL									3.000.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.000.000

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39252 - Departamento Nacional de Infra-Estrutura de Transportes - DNIT

ANEXO II — Crédito Suplementar
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) — Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2087	Transporte Terrestre							86.500.000
		Atividades							
26 782	2087 2036	Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal							36.213.184
26 782	2087 2036 0001	Controle de Velocidade na Malha Rodoviária Federal - Nacional							36.213.184
			F	3	3	90	0	174	36.213.184
26 782	2087 20VJ	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste							8.992.319
26 782	2087 20VJ 0023	Manutenção de Trechos Rodoviários na Região Nordeste - No Estado do Ceará							8.992.319
			F	4	3	90	0	111	8.992.319
		Projetos							
26 782	2087 108X	Implantação de Postos de Pesagem							30.000.000
26 782	2087 108X 0001	Implantação de Postos de Pesagem - Nacional							30.000.000
			F	4	3	90	0	174	30.000.000
26 782	2087 13YE	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB							11.294.497
26 782	2087 13YE 0025	Adequação de Trecho Rodoviário - Entroncamento BR-104/408/PB-095 (Campina Grande) - Entroncamento BR-110/361 (Patos) - na BR-230/PB - No Estado da Paraíba							11.294.497
			F	4	3	90	0	100	4.608.439
			F	4	3	90	0	111	6.686.058
TOTAL - FISCAL									86.500.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									86.500.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800264

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ÓRGÃO: 39000 - Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
UNIDADE: 39254 - Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2017	Aviação Civil							12.000.000
		Atividades							
26 125	2017 2912	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil							12.000.000
26 125	2017 2912 0001	Regulação e Fiscalização da Aviação Civil - Nacional							12.000.000
			F	3	2	90	0	174	12.000.000
	2126	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil							700.000
		Atividades							
26 122	2126 2000	Administração da Unidade							700.000
26 122	2126 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							700.000
			F	3	2	90	0	100	700.000
TOTAL - FISCAL									12.700.000
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									12.700.000

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44101 - Ministério do Meio Ambiente - Administração Direta
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2069	Segurança Alimentar e Nutricional							2.248.016
		Atividades							
18 544	2069 8695	Dessalinização de Água - Água Doce							2.248.016
18 544	2069 8695 0001	Dessalinização de Água - Água Doce - Nacional							2.248.016
			F	4	2	30	0	100	2.248.016
	2083	Qualidade Ambiental							1.640.736
		Atividades							
18 541	2083 217Q	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Voltados à Qualidade Ambiental Urbana							1.640.736
18 541	2083 217Q 0001	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Voltados à Qualidade Ambiental Urbana - Nacional							1.640.736
			F	3	2	90	0	100	140.736
			F	4	2	90	0	100	1.500.000
TOTAL - FISCAL									3.888.752
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									3.888.752

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44102 - Serviço Florestal Brasileiro - SFB
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2078	Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade							3.556.490
		Atividades							
18 125	2078 20WC	Planejamento, Gestão e Fiscalização das Concessões Florestais							200.000
18 125	2078 20WC 0001	Planejamento, Gestão e Fiscalização das Concessões Florestais - Nacional							200.000
			F	4	2	90	0	100	200.000
18 541	2078 20WD	Inventário Florestal Nacional							1.756.490
18 541	2078 20WD 0001	Inventário Florestal Nacional - Nacional							1.756.490
			F	3	2	90	0	196	1.756.490
18 541	2078 8308	Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação							1.600.000
18 541	2078 8308 0001	Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação - Nacional							1.600.000
			F	4	2	90	0	100	1.600.000
	2124	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Meio Ambiente							600.000
		Atividades							
18 122	2124 2000	Administração da Unidade							600.000
18 122	2124 2000 0001	Administração da Unidade - Nacional							600.000
			F	4	2	90	0	195	600.000
TOTAL - FISCAL									4.156.490
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.156.490

ÓRGÃO: 44000 - Ministério do Meio Ambiente
UNIDADE: 44201 - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)

Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2050	Mudança do Clima							1.029.000
		Atividades							
18 542	2050 214M	Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias							1.029.000
18 542	2050 214M 0001	Prevenção e Controle de Incêndios Florestais nas Áreas Federais Prioritárias - Nacional							1.029.000
			F	3	2	90	0	174	1.029.000

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800265

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

	2083	Qualidade Ambiental							7.990.988
		Atividades							
18 125	2083 214N	Controle e Fiscalização Ambiental							7.990.988
18 125	2083 214N 0001	Controle e Fiscalização Ambiental - Nacional							7.990.988
			F	3	2	90	0	174	3.990.988
			F	3	2	90	0	250	4.000.000
TOTAL - FISCAL									9.019.988
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									9.019.988

ÓRGÃO: 52000 - Ministério da Defesa
UNIDADE: 52131 - Comando da Marinha
ANEXO II
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO)
Crédito Suplementar
Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	2108	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Defesa							4.099.501
		Atividades							
05 331	2108 2865	Manutenção e Suprimento de Fardamento							4.099.501
05 331	2108 2865 0001	Manutenção e Suprimento de Fardamento - Nacional							4.099.501
			F	3	1	90	0	100	4.099.501
TOTAL - FISCAL									4.099.501
TOTAL - SEGURIDADE									0
TOTAL - GERAL									4.099.501

PORTARIA Nº 459, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2017
Publicada no DOU de 20-12-2017, Seção 1, Página 115

ANEXO (*)

MUNICÍPIOS CONSIDERADOS LOCALIDADES ESTRATÉGICAS NO ÂMBITO DA SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL

ITEM	UF	MUNICÍPIO
1	AC	Assis Brasil
2	AC	Cruzeiro do Sul
3	AC	Epitaciolândia
4	AC	Rio Branco
5	AC	Sena Madureira
6	AM	Humaitá
7	AM	Maués
8	AM	Parintins
9	AM	Tabatinga
10	AM	Tefé
11	AP	Macapá
12	AP	Oiapoque
13	AP	Santana
14	MA	Bacabal
15	MA	Balsas
16	MA	Carolina
17	MA	Caxias
18	MA	Codó
19	MA	Pinheiro
20	MA	Presidente Dutra
21	MA	Santa Inês
22	MS	Aquidauana
23	MS	Bela Vista
24	MS	Corumbá
25	MS	Dourados
26	MS	Jardim
27	MS	Mundo Novo
28	MS	Naviraí
29	MS	Ponta Porã
30	MS	Porto Murtinho
31	MT	Alta Floresta
32	MT	Barra do Garças
33	MT	Cáceres
34	MT	Diamantino
35	MT	Rondonópolis
36	MT	Sinop
37	MT	Tangará da Serra
38	PA	Abaetetuba
39	PA	Altamira
40	PA	Barcarena
41	PA	Capanema
42	PA	Castanhal
43	PA	Itaituba
44	PA	Novo Progresso
45	PA	Óbidos
46	PA	Oriximiná
47	PA	Paragominas
48	PA	Redenção
49	PA	São Miguel do Guamá
50	PA	Tucuruí
51	PR	Capanema
52	PR	Cascavel
53	PR	Foz do Iguaçu
54	PR	Francisco Beltrão
55	PR	Guaíra
56	PR	Iporã
57	PR	Laranjeiras do Sul
58	PR	Marechal Cândido Rondon
59	PR	Medianeira
60	PR	Pato Branco
61	PR	Santa Helena
62	PR	Santo Antônio do Sudoeste
63	PR	Toledo
64	PR	Umuarama
65	RO	Ariquemes
66	RO	Cacoal
67	RO	Guajará-Mirim
68	RO	Ji-Paraná
69	RO	Porto Velho
70	RO	Vilhena
71	RR	Boa Vista
72	RR	Bonfim
73	RR	Pacaraima
74	RS	Alegrete
75	RS	Bagé
76	RS	Barra do Quaraí
77	RS	Caçapava do Sul
78	RS	Carazinho
79	RS	Chuí
80	RS	Cruz Alta
81	RS	Erechim
82	RS	Frederico Westphalen
83	RS	Ijuí
84	RS	Itaqui
85	RS	Jaguarão
86	RS	Palmeira das Missões
87	RS	Pelotas
88	RS	Porto Mauá
89	RS	Porto Xavier
90	RS	Quaraí
91	RS	Rio Grande
92	RS	Sant'Ana do Livramento
93	RS	Santa Rosa
94	RS	Santiago
95	RS	Santo Ângelo
96	RS	São Borja
97	RS	São Gabriel
98	RS	São Lourenço do Sul
99	RS	São Luiz Gonzaga
100	RS	Três Passos
101	RS	Uruguaiana
102	SC	Chapecó
103	SC	Concórdia
104	SC	Dionísio Cerqueira
105	SC	São Miguel do Oeste
106	SC	Xanxerê
107	TO	Araguaína
108	TO	Dianópolis
109	TO	Gurupi

(*) Republicação por ter sido publicado no DOU nº 243, de 20 de dezembro de 2017, Seção 1, Página 115, com incorreção no original.

FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

RESOLUÇÃO Nº 6, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por meio de seu Presidente, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 15 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.902, de 10 de novembro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 55 do Decreto nº 9.191, de 1º novembro de 2017, resolve:

Art. 1º Retificar o preâmbulo e a numeração do art. 7º da Resolução nº 5, de 12 de abril de 2018, publicada na página 85 da Seção 1 da Edição nº 71 do Diário Oficial da União - DOU, de 13 de abril de 2018.

Onde se lê:

"O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por meio de seu Presidente, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 15 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.902, de 10 de novembro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, no art. 18 e no Capítulo V do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, e na Resolução nº 10, de 06 de março de 2017, RESOLVE:"

Leia-se:

"O CONSELHO DIRETOR DA FUNDAÇÃO ESCOLA NACIONAL DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, por meio de seu Presidente, no uso da atribuição que lhe confere o inciso II do art. 15 do Estatuto aprovado pelo Decreto nº 8.902, de 10 de novembro de 2016, e tendo em vista o disposto no art. 9º da Lei nº 10.973, de 2 de dezembro de 2004, no Decreto nº 5.707, de 23 de fevereiro de 2006, no art. 18 e no Capítulo V do Decreto nº 9.283, de 7 de fevereiro de 2018, e na Resolução nº 10, de 06 de março de 2017,

Considerando deliberação tomada em sua reunião de 9 de abril de 2018, e

Considerando o constante dos autos do processo nº 04600.000674/2018- 33, RESOLVE:"

Onde se lê:

"VI - áreas de pesquisa científica ou tecnológica, ou de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo, se houver."

Leia-se:

"VII - áreas de pesquisa científica ou tecnológica, ou de desenvolvimento de tecnologia, produto, serviço ou processo, se houver."

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

FRANCISCO GAETANI

SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO

SUPERINTENDÊNCIA NO AMAPÁ

PORTARIA Nº 2, DE 13 DE ABRIL DE 2018

A SUPERINTENDENTE DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO NO ESTADO DO AMAPÁ, no uso da competência que lhe foi subdelegada pelo art. 2º, inciso III, alínea "a" da Portaria SPU nº 200, de 29 de junho de 2010, tendo em vista o disposto no art. 7 do Decreto-Lei nº 271, de 28 de fevereiro 1967, art. 18, Inciso I e § 1º da Lei nº 9.636, de 15 de maio de 1998, art. 17, inciso I, alínea "f", da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, assim como nos elementos que integram o processo nº 05315.000278/2017-11 resolve:

Art. 1º Autorizar a Cessão sob o regime de Concessão de Direito Real de Uso Gratuito ao Município de Santana/AP, para fins de regularização fundiária de interesse social, o imóvel da União, classificado como parte nacional interior, parte terreno de marinha,

acrescido de marinha, localizado no Setor 07, entre a Rodovia Comandante Pedro Salvador Diniz e Rio Amazonas, município de Santana/AP, com área de 167.603,00m² (cento sessenta e sete mil, seiscentos e três metros quadrados), com registro sob Matrícula nº 6386, Folha 01 Livro nº 2, no Cartório de Registros de Imóveis "Eloy Nunes" Comarca de Macapá, cadastrado no Sistema Integrado de Administração Patrimonial - SIAPA sob o RIP nº 0615.0100033-19.

Art. 2º A Cessão a que se refere o art. 1º destina-se a regularização do bairro Monte das Oliveiras com a execução de programa de regularização fundiária de interesse social, para beneficiar aproximadamente 447 famílias de baixa renda, que ocupam o imóvel predominantemente para fins de moradia.

Art. 3º É fixado o prazo de 04 (quatro) anos, contado da data de assinatura do respectivo contrato, para que o Outorgado Concessionário conclua a titulação dos beneficiários finais de baixa renda ocupante dos imóveis inseridos na área que trata a presente Cessão, prorrogável por período não superior ao já fixado, a pedido expresso do Outorgado Concessionário, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias e por conveniência e oportunidade administrativa.

Art. 4º Fica o Outorgado Concessionário autorizado a conceder de forma onerosa o direito real de uso aos beneficiários que não se enquadrem no perfil de baixa renda ou que utilizem o imóvel para atividades com fins lucrativos, observados os procedimentos licitatórios previstos em lei, destinando o produto da concessão à instalação de infraestrutura, equipamentos básicos ou outras melhorias necessárias ao desenvolvimento do projeto.

Art. 5º Fica o Outorgado Concessionário autorizado a reservar áreas suficientes e necessárias para implantação de equipamentos urbanos e eixos de mobilidade urbana com a execução de serviços de abastecimento de água, energia elétrica, iluminação pública, esgotamento sanitário, drenagem pluvial, arborização, paisagismo e sistema viário.

Art. 6º - Fica o Outorgado Concessionário obrigado a manter uma área de aproximadamente 3,177ha, considerada como Área de Proteção Permanente - APP.

Art. 7º A Cessão a que se refere o art. 1º não exime o interessado de obter todas as licenças, outorgas, autorizações e alvarás necessários, em especial as licenças ambiental e urbanística.

Art. 8º Responderá o Outorgado Concessionário, judicial e extrajudicialmente, por quaisquer reivindicações que venham a ser efetuadas por terceiros, concernentes ao imóvel de que trata esta Portaria.

Art. 9º A Cessão tornar-se-á nula, revertendo automaticamente o imóvel à propriedade da União, independentemente do ato especial, sem direito do Concessionário a qualquer indenização, inclusive por benfeitorias realizadas, se ao imóvel, no todo ou em parte, vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2º desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula contratual.

Art. 10º Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

LIELY GONÇALVES DE ANDRADE

SUPERINTENDÊNCIA EM SANTA CATARINA

PORTARIA Nº 931, DE 25 DE JANEIRO DE 2018

O SUPERINTENDENTE SUBSTITUTO DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO EM SANTA CATARINA, DO MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO, DESENVOLVIMENTO E GESTÃO, no uso das atribuições que lhe foram subdelegadas pelo inciso III, do art. 2°, da Portaria SPU n° 200 de 29 de julho de 2010, e tendo em vista o disposto no inciso I, do art. 18, da Lei no 9.636 de 15 de maio de 1998, alterada pela Lei n° 11.481 de 31 de maio de 2007, e o Decreto n° 3.125, de 29 de julho de 1999, e de acordo com os elementos que integram o Processo n° 10983.001244/92-48, resolve:

Art. 1° - Autorizar a Cessão, Sob a Forma de Utilização Gratuita, à Companhia Catarinense de Águas e Saneamento - CASAN, do imóvel localizado na Rua Antônio Pereira Oliveira Neto, s/nº, Centro, Florianópolis/SC, com área de 32.292,52m², inserido em acrescidos de marinha, no aterro hidráulico da Baia Sul, numa porção maior registrada na Matrícula nº 55.774, fl. 1, Livro 2-RG, do 1º Ofício do Registro de Imóveis de Florianópolis (RIP SPIUnet 8105.00621.500-0).

Art. 2° - A Cessão a que se refere o Art. 1° destina-se às instalações da Estação de tratamento de Esgoto - ETE Insular.

Art. 3° - O prazo de cessão será de vinte anos, contados da data da assinatura do Contrato de Cessão, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos, a critério e conveniência desta Superintendência.

Art. 4° - Os direitos e obrigações mencionados nesta Portaria não excluem outros, explicita ou implicitamente, decorrentes do Contrato de Cessão e da legislação pertinente.

Art. 5° - A implantação de qualquer obra no referido imóvel fica condicionada ao cumprimento das recomendações técnicas, ambientais e urbanísticas, emitidas pelos órgãos competentes, podendo o imóvel ser reformado e ampliado nos termos do Contrato de Cessão a ser assinado.

Art. 6° - A cessão tomar-se-á nula, independentemente de ato especial, se ao imóvel no todo ou em parte vier a ser dada destinação diversa da prevista no art. 2° desta Portaria, ou, ainda, se ocorrer inadimplemento de cláusula constante do competente Contrato de Cessão de Uso, sob a Forma de Utilização Gratuita.

Art. 7° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS JOSÉ BAUER

Ministério do Trabalho

GABINETE DO MINISTRO

COORDENAÇÃO-GERAL DE IMIGRAÇÃO

COORDENAÇÃO DE APOIO AO CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO

RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 27, DE 10 DE ABRIL DE 2018

Dá nova redação à Resolução Normativa N° 20, de 12 de dezembro de 2017.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º A Resolução Normativa n° 20, de 12 de dezembro de 2017, passa a vigorar com a seguinte redação:

"RESOLUÇÃO NORMATIVA Nº 20, DE 12 DE DEZEMBRO DE 2017

Disciplina a concessão de visto temporário e de autorização de residência para pesquisa, ensino ou extensão acadêmica a cientista, pesquisador, professor e ao profissional estrangeiro que pretenda vir ao País, com prazo de estada superior a 90 (noventa) dias.

O CONSELHO NACIONAL DE IMIGRAÇÃO, integrante da estrutura básica do Ministério do Trabalho e no exercício da competência de formular a política de imigração laboral, na forma disposta na Lei nº 13.502, de 01 de novembro de 2017, e no uso das atribuições que lhe confere o Decreto nº 840, de 22 de junho de 1993 e o Decreto nº 9.199, de 20 de novembro de 2017, resolve:

Art. 1º O visto temporário para pesquisa, ensino ou extensão acadêmica previsto na letra "a" do inciso I do art. 14 da Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017, poderá ser concedido a imigrante sem vínculo empregatício com a instituição de pesquisa ou de ensino brasileira que venha ao País com prazo de estada superior a 90 (noventa) dias.

Art. 2º O visto temporário de que trata o art. 1º, para fins de pesquisa, deverá ser solicitado perante autoridade consular brasileira e será concedido a cientista ou pesquisador, nas seguintes condições:

I - quando beneficiário de bolsa concedida por fundações de apoio a instituições de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica, públicas ou privadas, para a realização de pesquisas em instituição brasileira de ensino superior, pública ou privada, reconhecida pelo Ministério da Educação ou por outras instituições nacionais técnico-científicas reconhecidas pelo MCTIC, nos termos do art. 14 do Decreto nº 98.830, de 15 de janeiro de 1990;

II - quando beneficiário de bolsa financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), pela Financiadora de Estudos e Projetos (Finep), e outras fundações públicas de amparo à pesquisa;

III - a cientista, pesquisador ou profissional que venha ao Brasil ao abrigo de acordo internacional, assim reconhecidos pelo Ministério das Relações Exteriores; e

IV - para participar de projetos de pesquisa estabelecidos entre instituições estrangeiras ou centros de pesquisas e desenvolvimento de empresas estrangeiras com:

a)empresa nacional;
b)incubadora de empresa nacional;
c)Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação (ICT);
d)Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT);
e)fundação de apoio;
f)parque tecnológico;
g)polo tecnológico; e
h)instituições de ensino e de pesquisa públicas e privadas.

V - a cientista, pesquisador ou profissional que venha realizar pesquisas não regulamentadas pelo Decreto nº 98.830, de 1990.

§ 1º O pedido de autorização das atividades previstas no inciso IV do caput deste artigo e da participação do imigrante deverá ser formulado junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), para autorização final pelo Ministro de Estado da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), nas condições previstas no Decreto nº 98.830, de 1990, regulamentado pela Portaria MCT nº 55, de 14 de março de 1990.

§ 2º Além dos documentos previstos em normativa consular, o imigrante de que trata o parágrafo anterior deverá apresentar à autoridade consular brasileira cópia da Portaria do MCTIC que autorizar a atividade e sua participação, publicada no Diário Oficial da União, acompanhada de Termo de Compromisso assinado, conforme modelo integrante do Anexo desta Resolução.

§ 3º Nos termos do art. 1º do Decreto nº 98.830, de 1990, sujeitam-se à autorização do MCTIC as atividades em laboratório ou de pós-doutorado sem bolsa de ensino ou de pesquisa outorgada por instituição brasileira.

§ 4º A posse do visto de visita para fins de pesquisa, na hipótese descrita no inciso IV do caput deste artigo, nos termos do § 2º do art. 29 do Decreto nº 9.199, de 2017, não dispensa o seu portador de obter a autorização do MCTIC para desempenhar a atividade pretendida, bem como cumprir, no país, as condições e requisitos previstos em normas de outros órgãos públicos competentes.

Art. 3º O visto temporário de que trata o art. 1º, para fins ensino ou extensão acadêmica, deverá ser solicitado perante a autoridade consular brasileira e será concedido ao imigrante nas seguintes situações:

I - na condição de professor, sem vínculo empregatício com instituição brasileira, quando mantido por instituição de seu país de origem ou de procedência, ao amparo de acordo interinstitucional ou instrumentos similares celebrados entre a instituição brasileira de ensino superior interessada e a instituição de ensino superior ou de pesquisa estrangeira; e

II - quando beneficiário de bolsa concedida por instituição brasileira de ensino superior, pública ou privada, reconhecida pelo Ministério da Educação;

Art. 4º Nos casos dos incisos I e II do art. 2º e do inciso II do art. 3º desta Resolução Normativa, o imigrante deverá apresentar à autoridade consular declaração expedida pela instituição responsável pelo financiamento de sua bolsa, acompanhada de Termo de Compromisso assinado, conforme modelo integrante do Anexo desta Resolução.

Art. 5º Nos termos do Decreto nº 98.830, de 1990, fica dispensada da submissão do pleito ao CNPq, bem como de autorização do MCTIC, as seguintes situações:

I - cientista e pesquisador amparado por acordos internacionais, assim reconhecidos pelo Ministério das Relações Exteriores;

II - cientista e pesquisador detentor de bolsa financiada pelo CNPq, pela Capes, pela Finep, outras instituições de amparo à pesquisa, ou por universidade ou outras instituições públicas de pesquisa;

III - professor, quando mantido por instituição de seu país de origem ou de procedência, ao amparo de acordo interinstitucional ou instrumentos similares celebrados entre a instituição brasileira interessada e a estrangeira, a que se refere o inciso I do art. 3º desta Resolução Normativa; e

IV - cientista, pesquisador ou profissional que venha realizar pesquisas não regulamentadas pelo Decreto nº 98.830, de 1990.

Art. 6º Na hipótese prevista no inciso III do art. 2º desta Resolução Normativa, deverá ser apresentada à autoridade consular a seguinte documentação:

I - acordo internacional, memorando de entendimento, protocolo adicional ou documento equivalente, no qual se faça menção expressa à vinda de imigrante;

II - qualificação ou experiência profissional do imigrante compatível com a atividade que exercerá no País; e

III - convite ao interessado, no qual haja referência ao acordo internacional que ampara sua vinda ao país, bem como as condições de estada, a atividade a ser desenvolvida, o prazo pretendido e a declaração de que não será remunerado por fonte brasileira.

Art. 7º O prazo de validade do visto temporário para pesquisa, ensino ou extensão acadêmica, será de até 02 (dois) anos.

Art. 8º Ao interessado que esteja no território nacional, poderá ser concedida autorização de residência pelo Ministério do Trabalho, nos termos do art. 143 do Decreto nº 9.199, de 2017, desde que apresentados os seguintes documentos, além dos constantes na Resolução Normativa nº 1, de 1º de dezembro de 2017, do Conselho Nacional de Imigração, no que couber:

I - declaração expedida pela instituição responsável pelo financiamento da bolsa, a que se referem os incisos I e II do art. 2º e o inciso II do art. 3º;

II - convite no nome do imigrante, no qual haja referência ao acordo internacional reconhecido pelo MRE, que ampara sua vinda ao país, bem como as condições de estada, a atividade a ser desenvolvida, o prazo pretendido e a declaração de que não será remunerado por fonte brasileira, a que se refere o inciso III do art. 2º e o inciso III do art. 6º desta Resolução Normativa;

III - Portaria do MCTIC, a que se refere o § 2º do art. 2º; e

IV - acordo interinstitucional ou instrumento similar celebrado entre a instituição brasileira de ensino superior interessada e a instituição de ensino superior ou de pesquisa estrangeira, a que se refere o inciso I do art. 3º.

Parágrafo único. O prazo da residência prevista no caput será de até 2 (dois) anos.

Art. 9º O cientista ou pesquisador poderá receber pagamento do governo, de empregador brasileiro ou de entidade privada à título de diária, ajuda de custo, cachê, pró- labore ou outras despesas com a viagem, bem como concorrer a prêmios, inclusive em dinheiro, em competições ou em concursos voltados para a área de ciência, tecnologia e inovação.

Art. 10 A renovação do prazo de residência será disciplinada em Resolução Normativa específica.

Art. 11 Fica revogada a Resolução Normativa nº 116, de 08 de abril de 2015, a partir de 21 de novembro de 2017.

Art. 12 Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação."

Art. 2º Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação.

HUGO MEDEIROS GALLO DA SILVA
Presidente do Conselho

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800267

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SECRETARIA DE INSPEÇÃO DO TRABALHO
COORDENAÇÃO-GERAL DE RECURSOS

DESPACHOS DE 17 DE ABRIL DE 2018

O Coordenador-Geral de Recursos da Secretaria de Inspeção do Trabalho/MTE, no uso de sua competência, prevista no art. 32, inciso I, alíneas "a", "b" e "f", Anexo IX, da Portaria nº 1.153, de 30 de outubro de 2017, com amparo no art. 50, §1º, da Lei 9.784/99, decidiu processos de auto de infração ou notificação de débito nos seguintes termos:

1) Em apreciação de recurso voluntario:

1.1 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46202.010512/2012-51	17895278	SC Transportes e Construções Ltda	AM
2	47904.019362/2013-87	202190617	Arcos Dourados Comercio de Alimentos Ltda	BA
3	47904.005523/2013-55	200522396	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do Sao Francisco e do Parnaiba	BA
4	47904.003114/2013-14	200297201	Holtz Engenharia Ltda	BA
5	47904.003115/2013-69	200297228	Holtz Engenharia Ltda	BA
6	47904.003119/2013-47	200297287	Holtz Engenharia Ltda	BA
7	47904.003120/2013-71	200297333	Holtz Engenharia Ltda	BA
8	47904.003125/2013-02	200297384	Holtz Engenharia Ltda	BA
9	47904.017188/2014-19	204752914	Via Celere Brasil 6 Empreendimentos Imobiliarios Ltda	BA
10	46205.019395/2015-11	208659234	MP Revendedora de Petroleo Ltda	CE
11	46205.019399/2015-91	208659218	MP Revendedora de Petroleo Ltda	CE
12	46205.015644/2015-91	208255559	Petrobras Transporte S.A - Transpetro	CE
13	46205.015645/2015-36	208255541	Petrobras Transporte S.A - Transpetro	CE
14	46205.015646/2015-81	208255575	Petrobras Transporte S.A - Transpetro	CE
15	46205.015647/2015-25	208255567	Petrobras Transporte S.A - Transpetro	CE
16	46205.015648/2015-70	208255591	Petrobras Transporte S.A - Transpetro	CE
17	46205.015649/2015-14	208255605	Petrobras Transporte S.A - Transpetro	CE
18	46205.013698/2015-12	207939314	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	CE
19	46205.013699/2015-67	207939381	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	CE
20	46205.014024/2015-35	207994617	Petroleo Brasileiro S A Petrobras	CE
21	46207.000776/2014-18	202747441	Servinel Comercio e Servicos Ltda	ES
22	46245.004774/2015-22	207570558	Adriano Pedras Comercio e Industria Dd Ardosia Ltda - ME	MG
23	46245.004783/2015-13	207570612	Adriano Pedras Comercio E Industria De Ardosia Ltda - ME	MG
24	47747.000809/2015-66	205886027	AF Armacoes Ltda - Me	MG
25	46243.000704/2015-15	206242191	Augusta Moveis Eireli	MG
26	46243.000713/2015-14	206242301	Augusta Moveis Eireli	MG
27	46243.000714/2015-51	206242336	Augusta Moveis Eireli	MG
28	46243.000715/2015-03	206242352	Augusta Moveis Eireli	MG
29	46243.000716/2015-40	206242387	Augusta Moveis Eireli	MG
30	46243.000717/2015-94	206242662	Augusta Moveis Eireli	MG
31	46243.000718/2015-39	206242743	Augusta Moveis Eireli	MG
32	46243.000722/2015-05	206285035	Augusta Moveis Eireli	MG
33	46243.000723/2015-41	206285256	Augusta Moveis Eireli	MG
34	46243.000724/2015-96	206285230	Augusta Moveis Eireli	MG
35	46243.000725/2015-31	206285221	Augusta Moveis Eireli	MG
36	46243.000731/2015-98	206297882	Augusta Moveis Eireli	MG
37	46243.000732/2015-32	206299630	Augusta Moveis Eireli	MG
38	46243.000733/2015-87	206286503	Augusta Moveis Eireli	MG
39	46236.001072/2015-04	206619626	Biosev S.A.	MG
40	46236.001073/2015-41	206619618	Biosev S.A.	MG
41	46236.001074/2015-95	206619529	Biosev S.A.	MG
42	46236.001075/2015-30	206619448	Biosev S.A.	MG
43	46236.001076/2015-84	206619341	Biosev S.A.	MG
44	46236.001194/2015-92	206696965	Biosev S.A.	MG
45	46236.001195/2015-37	206696973	Biosev S.A.	MG
46	46236.001196/2015-81	206696981	Biosev S.A.	MG
47	46236.001197/2015-26	206697007	Biosev S.A.	MG
48	46236.001198/2015-71	206697023	Biosev S.A.	MG
49	47747.010880/2014-76	205336515	Casa Mariava Ltda.	MG
50	47747.010881/2014-11	205335977	Casa Mariava Ltda.	MG
51	47747.010882/2014-65	205335934	Casa Mariava Ltda.	MG
52	47747.010883/2014-18	205335616	Casa Mariava Ltda.	MG
53	47747.000906/2015-59	205892957	Clevson Vagner de Sousa - ME	MG
54	47747.008007/2015-02	207263035	Cozil Alimentos E Servicos Ltda	MG
55	47747.008008/2015-49	207263108	Cozil Alimentos E Servicos Ltda	MG
56	47747.008009/2015-93	207263175	Cozil Alimentos E Servicos Ltda	MG
57	47747.008010/2015-18	207263329	Cozil Alimentos E Servicos Ltda	MG
58	46246.001859/2015-49	206985657	Diego Soares Nunes	MG
59	46246.001860/2015-73	206985690	Diego Soares Nunes	MG
60	46246.001861/2015-18	206985754	Diego Soares Nunes	MG
61	47747.004851/2014-75	203924401	Direcional Engenharia S/A	MG
62	47747.004852/2014-10	203924002	Direcional Engenharia S/A	MG
63	47747.004853/2014-64	203924541	Direcional Engenharia S/A	MG
64	47747.005095/2014-00	203941021	Direcional Engenharia S/A	MG
65	47747.005096/2014-46	203940997	Direcional Engenharia S/A	MG
66	47747.005097/2014-91	203941047	Direcional Engenharia S/A	MG
67	47747.001263/2016-41	209074485	Dudalina S.A	MG
68	47747.002108/2014-81	203147987	Ecletica Administradora e Conservadora Ltda - ME	MG
69	46241.001657/2014-66	204591449	Empreendimentos Rodeiro Ltda	MG
70	47747.000632/2015-06	205698204	Fundação Benjamin Guimarães	MG
71	46248.002447/2014-25	205636977	JBS S/A	MG
72	46248.002448/2014-70	205637001	JBS S/A	MG
73	46248.002449/2014-14	205637086	JBS S/A	MG
74	46248.002450/2014-49	205637612	JBS S/A	MG
75	46248.002451/2014-93	205637884	JBS S/A	MG
76	46248.002452/2014-38	205637892	JBS S/A	MG
77	46248.002453/2014-82	205637906	JBS S/A	MG
78	46248.002454/2014-27	205637914	JBS S/A	MG
79	46248.002455/2014-71	205637949	JBS S/A	MG
80	47747.009287/2014-87	204996856	Magnesita Refratarios S.A.	MG
81	46245.003593/2014-06	204656702	MRV Construcoes Ltda	MG
82	46245.003594/2014-42	204656699	MRV Construcoes Ltda	MG
83	46245.003596/2014-31	204766206	MRV Construcoes Ltda	MG
84	46245.003597/2014-86	204766117	MRV Construcoes Ltda	MG
85	46245.003598/2014-21	204766036	MRV Construcoes Ltda	MG
86	46245.003599/2014-75	204770483	MRV Construcoes Ltda	MG
87	46245.003600/2014-61	204769515	MRV Construcoes Ltda	MG
88	46245.003611/2014-41	204751578	MRV Construcoes Ltda	MG
89	46245.003612/2014-96	204751560	MRV Construcoes Ltda	MG
90	46245.003613/2014-31	204751519	MRV Construcoes Ltda	MG
91	46245.003614/2014-85	204751420	MRV Construcoes Ltda	MG
92	46245.003615/2014-20	204751292	MRV Construcoes Ltda	MG
93	46245.003616/2014-74	204751349	MRV Construcoes Ltda	MG
94	46245.003617/2014-19	204769701	MRV Construcoes Ltda	MG
95	46245.003619/2014-16	204769540	MRV Construcoes Ltda	MG
96	46245.003650/2014-49	204656745	MRV Construcoes Ltda	MG
97	46245.003651/2014-93	204656729	MRV Construcoes Ltda	MG
98	46245.003652/2014-38	204656711	MRV Construcoes Ltda	MG
99	46245.003653/2014-82	204770696	MRV Construcoes Ltda	MG
100	46245.003655/2014-71	204770688	MRV Construcoes Ltda	MG
101	46245.005253/2014-10	204743613	MRV Construcoes Ltda	MG
102	46245.005254/2014-56	204743711	MRV Construcoes Ltda	MG
103	46245.005255/2014-09	204743621	MRV Construcoes Ltda	MG
104	46245.005256/2014-45	204743699	MRV Construcoes Ltda	MG
105	46245.005281/2014-29	204743605	MRV Construcoes Ltda	MG
106	46245.005282/2014-73	204656630	MRV Construcoes Ltda	MG
107	46245.005283/2014-18	204656648	MRV Construcoes Ltda	MG
108	46245.005284/2014-62	204656672	MRV Construcoes Ltda	MG
109	46245.005286/2014-51	204656681	MRV Construcoes Ltda	MG
110	46245.005287/2014-04	204656656	MRV Construcoes Ltda	MG
111	46245.005288/2014-41	204656664	MRV Construcoes Ltda	MG
112	46239.002954/2014-78	204770998	Novo Rumo Comercio de Veiculos e Pecas Ltda	MG
113	46240.000765/2015-11	205813810	Peregrino, Filho & Cia. Limitada - ME	MG
114	46240.000762/2015-79	205813780	Peregrino, Filho & Cia. Limitada - ME	MG
115	46240.000763/2015-13	205813798	Peregrino, Filho & Cia. Limitada - ME	MG
116	46240.000764/2015-68	205813801	Peregrino, Filho & Cia. Limitada - ME	MG
117	46302.001384/2015-79	207442100	Tadeu Dias de Castro	MG
118	46302.001385/2015-13	207476527	Tadeu Dias de Castro	MG
119	46302.001386/2015-68	207476594	Tadeu Dias de Castro	MG
120	46302.001405/2015-56	207457204	Tadeu Dias de Castro	MG
121	46302.001406/2015-09	207459959	Tadeu Dias de Castro	MG
122	46302.001407/2015-45	207476497	Tadeu Dias de Castro	MG
123	46302.001408/2015-90	207459657	Tadeu Dias de Castro	MG
124	46302.001409/2015-34	207460272	Tadeu Dias de Castro	MG
125	46302.001410/2015-69	207459738	Tadeu Dias de Castro	MG
126	46302.001411/2015-11	207460329	Tadeu Dias de Castro	MG
127	46302.001412/2015-58	207460591	Tadeu Dias de Castro	MG
128	46302.001413/2015-01	207460400	Tadeu Dias de Castro	MG
129	46302.001414/2015-47	207460213	Tadeu Dias de Castro	MG
130	46302.001415/2015-91	207460825	Tadeu Dias de Castro	MG
131	46302.001416/2015-36	207460876	Tadeu Dias de Castro	MG
132	46302.001417/2015-81	207460922	Tadeu Dias de Castro	MG
133	46302.001418/2015-25	207460671	Tadeu Dias de Castro	MG
134	47747.009294/2015-60	207636656	Tecnocril Industria E Comercio Ltda	MG
135	47747.009296/2015-59	207636796	Tecnocril Industria E Comercio Ltda	MG
136	46239.001802/2015-39	207654093	Tothal Indústria e Comércio de Confecções Ltda - EPP	MG
137	46653.006058/2015-78	207649057	Adão Vaz Guimarães Filho	MT
138	46653.006059/2015-12	207649880	Adão Vaz Guimarães Filho	MT
139	46306.001255/2014-60	204308518	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
140	46306.001504/2014-17	204623472	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
141	46306.001505/2014-61	204623481	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
142	46306.001519/2014-85	204623626	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
143	46306.001520/2014-18	204623634	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
144	46306.001521/2014-54	204623642	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
145	46306.001522/2014-07	204623651	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
146	46306.001523/2014-43	204623669	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
147	46306.001524/2014-98	204623677	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
148	46306.001525/2014-32	204623685	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
149	46306.001526/2014-87	204623693	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
150	46306.001527/2014-21	204623707	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
151	46306.001528/2014-76	204623715	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
152	46306.001530/2014-45	204623731	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
153	46306.001531/2014-90	204623740	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
154	46306.001532/2014-34	204623758	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
155	46306.001533/2014-89	204623766	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
156	46306.001534/2014-23	204623774	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
157	46306.001536/2014-12	204623791	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
158	46306.001538/2014-10	204623812	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
159	46306.001539/2014-56	204623821	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
160	46306.001542/2014-70	204623855	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
161	46306.001543/2014-14	204623863	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
162	46306.001544/2014-69	204623871	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
163	46306.001545/2014-11	204623880	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
164	46306.001546/2014-58	204623898	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800268

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

165	46306.001547/2014-01	204623901	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
166	46653.001019/2015-84	205988971	MRV Construções Ltda	MT
167	46222.007795/2014-87	205275265	Panificadora e Confeitaria Milhazes Ltda -ME	PA
168	46222.011724/2014-89	205268595	Pedro Paulo Rego Pereira	PA
169	46222.011756/2014-84	205268617	Pedro Paulo Rego Pereira	PA
170	46222.011758/2014-73	205268609	Pedro Paulo Rego Pereira	PA
171	46222.011773/2014-11	205268251	Pedro Paulo Rego Pereira	PA
172	46222.007846/2014-71	203437217	Puma Servicos Especializados de Vigilancia e Transporte	PA
173	46213.006672/2014-38	203148126	Empro Brasil Construcoes Ltda - EPP	PE
174	46213.006157/2014-58	203055853	Empro Brasil Construcoes Ltda - EPP	PE
175	46213.006158/2014-01	203055942	Empro Brasil Construcoes Ltda - EPP	PE
176	46213.006160/2014-71	203055969	Empro Brasil Construcoes Ltda - EPP	PE
177	46213.006667/2014-25	203148118	Empro Brasil Construcoes Ltda - EPP	PE
178	46213.006669/2014-14	203148134	Empro Brasil Construcoes Ltda - EPP	PE
179	46213.006670/2014-49	203148151	Empro Brasil Construcoes Ltda - EPP	PE
180	46213.006671/2014-93	203148142	Empro Brasil Construcoes Ltda - EPP	PE
181	46213.006673/2014-82	203056001	Empro Brasil Construcoes Ltda - EPP	PE
182	46213.006675/2014-71	203056027	Empro Brasil Construcoes Ltda - EPP	PE
183	46213.009115/2014-79	203424531	IMTEC - Imperial Tecnologia e Construção Ltda.	PE
184	46213.009116/2014-13	203424549	IMTEC-Imperial Tecnologia e Construcao Ltda - EPP	PE
185	46213.009112/2014-35	203283376	IMTEC-Imperial Tecnologia e Construcao Ltda - EPP	PE
186	46213.004035/2014-27	202949451	Nunes & Cavalcanti Construcoes Ltda EPP	PE
187	46213.004036/2014-71	202949460	Nunes & Cavalcanti Construcoes Ltda EPP	PE
188	46213.004037/2014-16	202949478	Nunes & Cavalcanti Construcoes Ltda EPP	PE
189	46213.004038/2014-61	202949486	Nunes & Cavalcanti Construcoes Ltda EPP	PE
190	46213.004039/2014-13	202949508	Nunes & Cavalcanti Construcoes Ltda EPP	PE
191	46213.004040/2014-30	202949516	Nunes & Cavalcanti Construcoes Ltda EPP	PE
192	46213.004041/2014-84	202949532	Nunes & Cavalcanti Construcoes Ltda EPP	PE
193	46213.004042/2014-29	202949541	Nunes & Cavalcanti Construcoes Ltda EPP	PE
194	46213.004043/2014-73	202949559	Nunes & Cavalcanti Construcoes Ltda EPP	PE
195	46213.004044/2014-18	202949567	Nunes & Cavalcanti Construcoes Ltda EPP	PE
196	46213.004045/2014-62	202949575	Nunes & Cavalcanti Construcoes Ltda EPP	PE
197	46213.009152/2014-87	203454014	Soll Servicos Obras e Locadoras Ltda	PE
198	46213.009155/2014-11	203453662	Soll Servicos Obras e Locadoras Ltda	PE
199	46214.004609/2015-38	207255741	Torres & Melo Industria e Comercio de Confeccoes Ltda	PI
200	47533.013944/2015-87	207180776	Equipamentos Londrina Eireli	PR
201	47533.013945/2015-21	207180709	Equipamentos Londrina Eireli	PR
202	46318.000584/2016-16	208742166	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
203	46318.000585/2016-61	208742182	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
204	46318.000586/2016-13	208742221	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
205	46318.000587/2016-50	208742336	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
206	46318.000588/2016-02	208742531	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
207	46318.000589/2016-49	208742565	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
208	46318.000590/2016-73	208742654	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
209	46318.000591/2016-18	208742883	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
210	46318.000592/2016-62	208743715	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
211	46318.000593/2016-15	208743804	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
212	46318.000594/2016-51	208743855	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
213	46318.000595/2016-04	208743928	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
214	46318.000597/2016-95	208744436	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
215	46318.000598/2016-30	208744592	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
216	46318.000600/2016-71	208744673	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
217	46318.000601/2016-15	208744681	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
218	46318.000608/2016-37	208744843	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
219	46318.000609/2016-81	208744851	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
220	46318.000617/2016-28	208746137	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
221	46318.000625/2016-74	208746633	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
222	46318.000626/2016-19	208746641	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
223	46318.000628/2016-16	208848274	Uninga - Unidade de Ensino Superior Inga Ltda	PR
224	46334.002947/2014-98	204144396	Moreira Batista S/S Ltda - ME	RJ
225	46230.007125/2013-81	201502721	Palessa Engenharia de Corrosao Ltda	RJ
226	46230.007126/2013-25	201502631	Palessa Engenharia de Corrosao Ltda	RJ
227	46230.007127/2013-70	201502526	Palessa Engenharia de Corrosao Ltda	RJ
228	46230.007128/2013-14	201502151	Palessa Engenharia de Corrosao Ltda	RJ
229	46231.000050/2012-16	023002816	Sanber Indústria Mecânica Ltda.	RJ
230	46231.000051/2012-61	023002808	Sanber Indústria Mecânica Ltda.	RJ
231	46334.002960/2014-47	204233097	Tere Frutas Comercio de Alimentos e Panificacao Ltda	RJ
232	46334.002961/2014-91	204233119	Tere Frutas Comercio de Alimentos e Panificacao Ltda	RJ
233	46216.002127/2015-23	206565593	Emops Servicos e Comercio Ltda - ME	RO
234	46216.002124/2015-90	206565569	Emops Servicos e Comercio Ltda - ME	RO
235	46216.005390/2015-74	208268812	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
236	46216.005391/2015-19	208268871	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
237	46216.005392/2015-63	208268669	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
238	46216.005393/2015-16	208268171	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
239	46216.005394/2015-52	208268421	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
240	46216.005395/2015-05	208268391	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
241	46216.005396/2015-41	208268294	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
242	46216.005397/2015-96	208268201	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
243	46216.005398/2015-31	208268553	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
244	46216.005399/2015-85	208274677	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
245	46216.005400/2015-71	208011021	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
246	46216.005401/2015-16	208011030	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
247	46216.005402/2015-61	208011048	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
248	46216.005403/2015-13	208011056	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
249	46216.005404/2015-50	208011064	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
250	46216.005405/2015-02	208011072	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
251	46216.005406/2015-49	208011081	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
252	46216.005407/2015-93	208011099	Goncalves Industria e Comercio de Alimentos Ltda	RO
253	46216.005409/2015-82	208270817	Supermercado Goncalves Ltda	RO
254	46216.005410/2015-15	208266488	Supermercado Goncalves Ltda	RO
255	46216.005411/2015-51	208266518	Supermercado Goncalves Ltda	RO
256	46216.005412/2015-04	208266895	Supermercado Goncalves Ltda	RO
257	46216.005413/2015-41	208266976	Supermercado Goncalves Ltda	RO
258	46216.005414/2015-95	208266992	Supermercado Goncalves Ltda	RO
259	46216.005415/2015-30	208267042	Supermercado Goncalves Ltda	RO
260	46216.005416/2015-84	208270850	Supermercado Goncalves Ltda	RO
261	46216.005417/2015-29	208270868	Supermercado Goncalves Ltda	RO
262	46216.005418/2015-73	208270876	Supermercado Goncalves Ltda	RO
263	46216.005419/2015-18	208270884	Supermercado Goncalves Ltda	RO
264	46216.005420/2015-42	208270892	Supermercado Goncalves Ltda	RO
265	46216.005421/2015-97	208270078	Supermercado Goncalves Ltda	RO
266	46225.000169/2015-11	205771955	A. Elias Filho - ME	RR
267	46225.000072/2015-16	205688578	A. Elias Filho - ME	RR
268	46225.000095/2015-12	205706983	A. Elias Filho - ME	RR
269	46225.000096/2015-67	205706967	A. Elias Filho - ME	RR
270	46225.000098/2015-56	205706835	A. Elias Filho - ME	RR
271	46225.001068/2015-67	206310030	C S C Melo Eireli	RR
272	46225.001069/2015-10	206310218	C S C Melo Eireli	RR
273	46225.001353/2015-88	206441410	C S C Melo Eireli	RR
274	46225.001354/2015-22	206441835	C S C Melo Eireli	RR
275	46225.001355/2015-77	206441568	C S C Melo Eireli	RR
276	46225.001742/2015-11	206579608	C S C Melo Eireli	RR
277	46225.001829/2014-08	204005108	Matsdorff e Santos Ltda - ME	RR
278	46225.001830/2014-24	204006317	Matsdorff e Santos Ltda - ME	RR
279	46225.004226/2014-50	205294731	Roraicap Roraima Capitalizacao Ltda - ME	RR
280	46225.004298/2014-05	205356672	Roraicap Roraima Capitalizacao Ltda - ME	RR
281	46225.004227/2014-02	205293182	Roraicap Roraima Capitalizacao Ltda - ME	RR
282	46225.004228/2014-49	205293301	Roraicap Roraima Capitalizacao Ltda - ME	RR
283	46225.004229/2014-93	205293611	Roraicap Roraima Capitalizacao Ltda - ME	RR
284	46225.004230/2014-18	205293531	Roraicap Roraima Capitalizacao Ltda - ME	RR
285	46225.004299/2014-41	205356966	Roraicap Roraima Capitalizacao Ltda - ME	RR
286	46304.000654/2015-12	206290322	Micro Juntas Industria e Comercio Ltda	SC
287	46304.003181/2014-16	205126227	Transjoi Transportes Ltda	SC
288	46221.006951/2009-35	17938198	Cerâmica Santa Márcia S/A	SE
289	46474.003096/2015-87	207770433	Associação Pivi Projeto de Incentivo a Vida	SP
290	46474.003097/2015-21	207770441	Associação Pivi Projeto de Incentivo a Vida	SP
291	46474.003098/2015-76	207770468	Associação Pivi Projeto de Incentivo a Vida	SP
292	46258.000320/2016-14	208827048	Capézio do Brasil Confecção Ltda	SP
293	46258.003195/2013-51	201503573	Capézio do Brasil Confecção Ltda	SP
294	46256.003711/2014-49	204464820	Construtora Caviba Ltda - EPP	SP
295	46256.003709/2014-70	204464846	Construtora Caviba Ltda - EPP	SP
296	46256.003710/2014-02	204464838	Construtora Caviba Ltda - EPP	SP
297	46256.003712/2014-93	204464811	Construtora Caviba Ltda - EPP	SP
298	46256.003713/2014-38	204464803	Construtora Caviba Ltda - EPP	SP
299	46256.003714/2014-82	204464790	Construtora Caviba Ltda - EPP	SP
300	46258.003439/2013-04	15373550	Empresa de Desenvolvimento Agua Esgoto e Pavimentacao	SP
301	46474.002620/2015-01	207425965	Fundação Centro Atendimento Socio-Educativo ao Adolescente Fund.Casa-SP	SP
302	46256.000496/2016-96	208963260	Injex Pen Industria e Comercio de Artigos Plásticos Ltda.	SP
303	46219.027794/2014-16	205363512	Itau Unibanco S.A.	SP
304	46219.027798/2014-96	205363385	Itau Unibanco S.A.	SP
305	46253.003120/2011-59	21408769	Municipio de Santa Lucia	SP
306	46255.002807/2015-81	207628891	Remec Equipamentos Industriais Ltda.	SP
307	46255.002810/2015-02	207629102	Remec Equipamentos Industriais Ltda.	SP
308	46258.003126/2013-48	201453100	Televisao Bandeirantes de Presidente Prudente Ltda	SP
309	46258.003127/2013-92	201453096	Televisao Bandeirantes de Presidente Prudente Ltda	SP
310	46258.003128/2013-37	201453126	Televisao Bandeirantes de Presidente Prudente Ltda	SP
311	46257.003274/2016-15	209834137	Tenda Negocios Imobiliarios S.A	SP
312	46257.003275/2016-60	209834145	Tenda Negocios Imobiliarios S.A	SP
313	46257.003276/2016-12	209834153	Tenda Negocios Imobiliarios S.A	SP
314	46257.003278/2016-01	209834188	Tenda Negocios Imobiliarios S.A	SP
315	46257.003279/2016-48	209357916	Tenda Negocios Imobiliarios S.A	SP
316	46257.003280/2016-72	209357908	Tenda Negocios Imobiliarios S.A	SP
317	46257.003282/2016-61	209357894	Tenda Negocios Imobiliarios S.A	SP
318	46219.023937/2015-93	208546367	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
319	46219.023938/2015-38	208562362	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
320	46219.023941/2015-51	208588469	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
321	46219.023943/2015-41	208588493	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
322	46219.023944/2015-95	208587462	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
323	46219.023945/2015-30	208546502	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
324	46219.023946/2015-84	208588426	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
325	46219.023947/2015-29	208588388	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
326	46219.023948/2015-73	208588337	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
327	46219.023949/2015-18	208588299	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
328	46219.023950/2015-42	208587985	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
329	46219.023951/2015-97	208588400	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
330	46219.023952/2015-31	208546537	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
331	46219.023953/2015-86	208588353	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
332	46219.023955/2015-75	208588027	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP
333	46219.023956/2015-10	208588205	TNT Mercurio Cargas e Encomendas Expressas S/A	SP

1.2 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46225.000097/2015-10	205706851	A. Elias Filho - ME	RR

1.3 Pela procedência parcial do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46306.001506/2014-14	204623499	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
2	46306.001507/2014-51	204623502	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
3	46306.001508/2014-03	204623511	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800269

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

4	46306.001509/2014-40	204623529	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
5	46306.001510/2014-74	204623537	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
6	46306.001511/2014-19	204623545	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
7	46306.001512/2014-63	204623553	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
8	46306.001513/2014-16	204623561	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
9	46306.001514/2014-52	204623570	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
10	46306.001515/2014-05	204623588	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
11	46306.001516/2014-41	204623596	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
12	46306.001517/2014-96	204623600	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
13	46306.001518/2014-31	204623618	Ávida Construtora e Incorporadora S/A	MT
14	46213.006676/2014-16	203148177	Emypro Brasil Construcoes Ltda - EPP	PE
15	46213.006674/2014-27	203056019	Emypro Brasil Construcoes Ltda - EPP	PE

2) Em apreciação de recurso de ofício:

2.1 Pela improcedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46221.002981/2016-00	209123575	Tropfruit Nordeste S/A	SE
2	46221.003001/2016-88	209121505	Tropfruit Nordeste S/A	SE
3	46221.003000/2016-33	209105224	Tropfruit Nordeste S/A	SE
4	46221.002999/2016-01	209105488	Tropfruit Nordeste S/A	SE
5	46221.002998/2016-59	209113138	Tropfruit Nordeste S/A	SE
6	46221.002996/2016-60	209113219	Tropfruit Nordeste S/A	SE
7	46221.002995/2016-15	209113359	Tropfruit Nordeste S/A	SE
8	46221.002994/2016-71	209113456	Tropfruit Nordeste S/A	SE
9	46221.002993/2016-26	209113634	Tropfruit Nordeste S/A	SE
10	46221.002991/2016-37	209113804	Tropfruit Nordeste S/A	SE
11	46221.002990/2016-92	209113944	Tropfruit Nordeste S/A	SE
12	46221.002989/2016-68	209114037	Tropfruit Nordeste S/A	SE
13	46221.002988/2016-13	209114134	Tropfruit Nordeste S/A	SE
14	46221.002987/2016-79	209121611	Tropfruit Nordeste S/A	SE
15	46221.002986/2016-24	209121521	Tropfruit Nordeste S/A	SE
16	46221.002985/2016-80	209114193	Tropfruit Nordeste S/A	SE
17	46221.002984/2016-35	209114321	Tropfruit Nordeste S/A	SE
18	46221.002983/2016-91	209121548	Tropfruit Nordeste S/A	SE
19	46221.002982/2016-46	209123311	Tropfruit Nordeste S/A	SE
20	46221.003022/2016-01	209053151	Tropfruit Nordeste S/A	SE
21	46221.003021/2016-59	209053437	Tropfruit Nordeste S/A	SE
22	46221.003020/2016-12	209053658	Tropfruit Nordeste S/A	SE
23	46221.003019/2016-80	209053810	Tropfruit Nordeste S/A	SE
24	46221.003018/2016-35	209053992	Tropfruit Nordeste S/A	SE
25	46221.003017/2016-91	209054328	Tropfruit Nordeste S/A	SE
26	46221.003016/2016-46	209054557	Tropfruit Nordeste S/A	SE
27	46221.003015/2016-00	209080892	Tropfruit Nordeste S/A	SE
28	46221.003014/2016-57	209081082	Tropfruit Nordeste S/A	SE
29	46221.003012/2016-68	209081244	Tropfruit Nordeste S/A	SE
30	46221.003011/2016-13	209081384	Tropfruit Nordeste S/A	SE
31	46221.003010/2016-79	209081511	Tropfruit Nordeste S/A	SE
32	46221.003009/2016-44	209081651	Tropfruit Nordeste S/A	SE
33	46221.003008/2016-08	209104279	Tropfruit Nordeste S/A	SE
34	46221.003007/2016-55	209104457	Tropfruit Nordeste S/A	SE
35	46221.003006/2016-19	209104571	Tropfruit Nordeste S/A	SE
36	46221.003005/2016-66	209104635	Tropfruit Nordeste S/A	SE
37	46221.003004/2016-11	209104791	Tropfruit Nordeste S/A	SE
38	46221.003003/2016-77	209104902	Tropfruit Nordeste S/A	SE
39	46241.001598/2015-15	208174141	GY - Log Apoio Administrativo e Servicos Complementares	MG
40	46241.001590/2015-41	208174168	GY - Log Apoio Administrativo e Servicos Complementares	MG
41	46241.001591/2015-95	208215930	GY - Log Apoio Administrativo e Servicos Complementares	MG
42	46241.001589/2015-16	208164464	GY - Log Apoio Administrativo e Servicos Complementares	MG
43	46241.001597/2015-62	208164588	GY - Log Apoio Administrativo e Servicos Complementares	MG

2.2 Pela procedência do auto de infração ou da notificação de débito.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46263.001575/2014-63	203182511	Condomínio Edifício Flora	SP
2	46263.001579/2014-41	203181336	Condomínio Edifício Residencial Laponia	SP

2.3 Conhecendo e negando provimento ao recurso, mantendo a decisão de arquivamento dos autos pela ocorrência de anistia, com base no art. 9º da lei 9.872/99.

Nº	PROCESSO	AI	EMPRESA	UF
1	46310000123/97	02880040	Agrenorte Ind. e Com. de Agregados Ltda	CE
2	46310000282/97	028827061	Bonebras - Ind. Com. Imp. e Exportação de Bones e Confecções Gerais Ltda	CE
3	46310000126/96	02880012	Campelo e Campelo Ltda	CE
4	46310000139/96	28843012	Centro Educacional Mundo Melhor	CE
5	46310000125/96	028800014	Comercio Atacadista de Cereais Queiroz Ltda	CE
6	4631000069/99	003275738	Empresa Post Service Serviços Postais e Rep. Ltda	CE
7	46310000074/95	00819210	Francisca Eliene de Lima Pinheiro ME	CE
8	46310000054/96	08214094	Francisco de Chagas Mendes Muniz	CE
9	46310000149/96	028851021	Francisco Helço Sales	CE
10	46310000160/96	02884316	Gabarito Projetos e Construçoes Ltda	CE
11	46310000175/96	02882718	Indunasa - Ind. e Com. de Moveis e Equipamentos Ltda	CE
12	46205006231/96	24490032	Lele Modas Ind. e Comércio	CE
13	46310000076/95	00819012	Luciano Cidrack Oliveira do Vale	CE
14	46310000169/95	08192041	Maria Auristela Nascimento Barbosa	CE
15	46310000124/96	02880013	Maria Cleide Dantas de Andrade Abrantes	CE
16	46310000147/95	08192036	Maria Gilred S Peixoto Jales	CE
17	46310000174/96	02885126	O&M Construçoes Ltda	CE
18	46310000052/95	00819202	Paulo Edson Portela Lima	CE
19	46310000044/95	066450028	Proindus Consultoria Pojetos Ind. e Rep. Ltda	CE
20	46310000110/95	08192027	Raimundo Costa Guimaraes	CE
21	46310000137/96	28843010	Tagus Eng. Cosnt. E Inst. Ltda	CE
22	4631000083/99	003278140	Termisa Industrial S.A.	CE

FELIPE PÓVOA ARAÚJO

Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil

AGÊNCIA NACIONAL DE AVIAÇÃO CIVIL

SUPERINTENDÊNCIA DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA

PORTARIA Nº 1.222, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 42, inciso I, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, e considerando o que consta no processo nº 00058.012351/2018-35, resolve:

Art. 1º Os operadores de aeródromo ficam dispensados de enviar para a Agência Nacional de Aviação Civil - ANAC cópia impressa do Manual de Operações do Aeródromo - MOPS durante o processo de certificação operacional.

Art. 2º Revisões do MOPS devem ser realizadas sempre que for necessário incorporar modificações de características físicas, operacionais e outros procedimentos ou práticas adotadas pelo operador de aeródromo, a fim de manter o documento atualizado.

Art. 3º É responsabilidade do operador de aeródromo manter o MOPS atualizado e realizar o controle de emendas.

Art. 4º O operador deve submeter à aprovação da ANAC, antes da sua efetivação, somente as alterações do MOPS nos seguintes casos de alteração de:

I - Especificações Operativas (EO) do aeródromo;

II - Características físicas e operacionais do aeródromo; e

III - Procedimentos em virtude de atualizações de regulamentação técnica.

§ 1º As características físicas são aquelas definidas na Resolução nº 158, de 13 de julho de 2010, excetuadas as contidas nos incisos III e IV do parágrafo 3º do artigo 2º da mesma Resolução.

§ 2º Consideram-se pré-aprovadas as alterações que não estejam enquadradas nas hipóteses deste artigo.

Art. 5º Quando alguma das condições do art. 4º ocorrer, o operador deve enviar à ANAC somente as páginas alteradas do MOPS no formato digital para análise, juntamente com a declaração de conformidade do MOPS.

Parágrafo único. A declaração de conformidade do MOPS deve indicar o que foi alterado, e sua localização no MOPS.

Art. 6º Após análise e aprovação da ANAC das alterações no MOPS, o operador de aeródromo deve enviar à ANAC o MOPS completo no formato digital, contemplando as alterações aprovadas.

Parágrafo único. A ANAC poderá, a qualquer tempo, solicitar o envio da versão atualizada do MOPS.

Art. 7º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

PORTARIA Nº 1.225, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição outorgada pelo art. 33, inciso VII, do Regimento Interno, aprovado pela Resolução nº 381, de 14 de junho de 2016, conforme previsto no Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 139 (RBAC nº 139), e considerando o que consta do processo no 00058.533545/2017-99, resolve:

Art. 1º Conceder o Certificado Operacional de Aeroporto no 30/SBZM/2018 à SPE - Concessionária do Aeroporto da Zona da Mata S.A., operador do Aeroporto Presidente Itamar Franco (SBZM).

Parágrafo único. A certificação operacional fica condicionada, ao menos, à manutenção, pelo operador aeroportuário, dos aspectos avaliados no âmbito do processo por meio do qual a outorga foi concedida.

Art. 2º O aeroporto certificado nos termos do art. 1º operará com as seguintes especificações operativas:

I - Geral:

a) Código de referência: 4D;

b) Tipo de operação por pista/cabeceira:

Cabeceira 08: VFR / IFR - Não-precisão - diurna/noturna; e

Cabeceira 26: VFR / IFR - Não-precisão - diurna/noturna.

c) Nível de Proteção Contraincêndio Existente - NPCE: 7; e

d) Autorizações de Operações Especiais: não há.

II - Restrição a classes e tipos de aeronaves: não aplicável;

III - Restrição aos serviços aéreos: não aplicável;

IV - Restrições operacionais: a operação de aeronaves com letra do código de referência "D" está limitada àquelas com largura exterior entre as rodas do trem de pouso principal (OMGWS) de no máximo 11,05 m.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800270

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PORTARIA Nº 1.241, DE 16 DE ABRIL DE 2018

O SUPERINTENDENTE DE INFRAESTRUTURA AEROPORTUÁRIA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º da Resolução nº 371, de 15 de dezembro de 2015, tendo em vista as disposições transitórias do Regulamento Brasileiro da Aviação Civil nº 139 (RBAC nº 139), e considerando o que consta do processo nº 00058.533545/2017-99, resolve:

Art. 1º Excluir o Aeroporto Presidente Itamar Franco (Código OACI: SBZM), localizado em Goianá (MG), com as seguintes informações, do Anexo à Portaria nº 908/SIA, de 13 de abril de 2016:

Código	Nome	Município	UF	Aeronave crítica	Tipo de aproximação	Frequência semanal
SBZM	Regional da Zona da Mata	Goianá	MG	4C	NPA	12

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data da sua publicação.

RAFAEL JOSÉ BOTELHO FARIA

GERÊNCIA DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

PORTARIAS DE 12 DE ABRIL DE 2018

O GERENTE DE CONTROLE E FISCALIZAÇÃO, no uso da atribuição que lhe confere o art. 5º, inciso XIV, da Portaria nº 1751, de 6 de julho de 2015, tendo em vista o disposto na Lei nº 7.565, de 19 de dezembro de 1986, resolve:

Nº 1.216 - Inscrever o Heliponto Privado Reik Morumbi (SP) (código OACI: SNRW) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.013842/2018-12. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Nº 1.217 - Inscrever o aeródromo privado Águas Claras (RS) (código OACI: SIUA) no cadastro de aeródromos. Processo nº 00065.015360/2018-99. A inscrição tem validade de 10 (dez) anos.

Estas Portarias entram em vigor na data da publicação. O inteiro teor das Portarias acima encontra-se disponível no sítio da ANAC na rede mundial de computadores - endereço www.anac.gov.br/legislacao.

RODRIGO OTAVIO RIBEIRO

AGÊNCIA NACIONAL DE TRANSPORTES AQUAVIÁRIOS

SUPERINTENDÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DAS UNIDADES REGIONAIS

UNIDADE REGIONAL DO RIO DE JANEIRO-RJ

DESPACHO Nº 5, DE 8 DE MARÇO DE 2018

Processo nº 50300.010042/2016-18. Fiscalizada: MENINO DA ILHA TRANSPORTE MARÍTIMO LTDA. - ME, CNPJ nº 21.624.435/0001-87. Objeto e Fundamento Legal: Aplicar a penalidade de advertência, pelo cometimento da infração tipificada no inciso II do artigo 23 da Resolução nº 2.921/2013-ANTAQ.

ALEXANDRE PALMIERI FLORAMBEL
Chefe

COMPANHIA DOCAS DO RIO GRANDE DO NORTE

BALANCETE PATRIMONIAL EM: 31 DE DEZEMBRO DE 2017

CNPJ Nº 34.040.345/0001-90

ATIVO	EM R$ 1,00
Ativo Circulante	53.769.831,97
Disponibilidades	25.063.619,45
Direitos Realiz. Exercício Seguinte	28.706.212,52
Despesas Aprop. Exercício Seguinte	43.905,66
Ativo Não Circulante	423.395.176,12
Direitos Realiz. Após Exerc. Seguinte	7.493.676,50
Investimentos	22.344,60
Imobilizado	415.870.392,62
Intangível	8.762,40
TOTAL DO ATIVO	477.165.008,09
PASSIVO	EM R$ 1,00
Passivo Circulante	63.028.599,66
Obrigações Vencíveis Exercício Seguinte	63.028.599,66
Passivo Não Circulante	881.711.712,83
Patrimônio Líquido	(467.575.304,40)
Capital Social	432.842.995,32
Reservas de Capital	31.351.379,05
Correção Monetária	0,00
Crédito p/Aumento de Capital	31.351.379,05
Lucro ou Prejuízos Acumulados	(931.769.678,77)
TOTAL DO PASSIVO	477.165.008,09

Natal, 31 de dezembro de 2017.
FRANCISCO JOSEFRAN DE A. JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros

ANA MARIA DE SENA PATRÍCIO
Contadora CRC 3.815/RN
CPF 201.065.804-34

BALANCETE PATRIMONIAL EM: 31 DE JANEIRO DE 2018

CNPJ Nº 34.040.345/0001-90

ATIVO	EM R$ 1,00
Ativo Circulante	50.707.195,38
Disponibilidades	21.374.953,87
Direitos Realiz. Exercício Seguinte	29.332.241,51
Despesas Aprop. Exercício Seguinte	37.538,61
Ativo Não Circulante	425.002.507,54
Direitos Realiz. Após Exerc. Seguinte	11.727.439,00
Investimentos	22.344,60
Imobilizado	413.243.961,54
Intangível	8.762,40
TOTAL DO ATIVO	475.709.702,92
PASSIVO	EM R$ 1,00
Passivo Circulante	63.049.630,55
Obrigações Vencíveis Exercício Seguinte	63.049.630,55
Passivo Não Circulante	885.058.465,58
Patrimônio Líquido	(472.398.393,21)
Capital Social	432.842.995,32
Reservas de Capital	31.351.379,05
Correção Monetária	0,00
Crédito p/Aumento de Capital	31.351.379,05
Lucro ou Prejuízos Acumulados	(936.592.767,58)
TOTAL DO PASSIVO	475.709.702,92

Natal, 31 de janeiro de 2018.
FRANCISCO JOSEFRAN DE A. JUNIOR
Gerente de Recursos Financeiros

ANA MARIA DE SENA PATRÍCIO
Contadora CRC 3.815/RN
CPF 201.065.804-34

Ministério Extraordinário da Segurança Pública

CONSELHO NACIONAL DE POLÍTICA CRIMINAL E PENITENCIÁRIA

ATA DA 440ª REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 6 DE DEZEMBRO DE 2017

Aos seis dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezessete os membros do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária - CNPCP reuniram-se no Sala 304 do Edifício Sede do Ministério da Justiça, em Brasília-DF. Compareceram: o Presidente, Cesar Mecchi Morales; o 1º Vice-Presidente Paulo Antonio de Carvalho; 2º Vice-Presidente Fernando Pastorelo Kfouri e os seguintes membros: Aldovandro Fragoso Modesto Chaves; Alessa Pagan Veiga; Ariovaldo Toledo Penteado Junior; Arthur Correia da Silva Neto; Carlos Eduardo Sodré; Diogo Rudge Malan; Eugenio Paes Amorim; Fernando Fragoso; Joao Batista da Silva Fagundes; Jose Barroso Filho; Mágino Alves Barbosa Filho; Maria Gabriela Viana Peixoto; Maria Tereza Uille Gomes; Olheno Ricardo de Souza Scucuglia; Pedro Eurico de Barros e Silva; Ruy Celso Barbosa Florence; Tais Schilling Ferraz; Ulysses de Oliveira Gonçalves Junior; Vilobaldo Adelidio de Carvalho. Justificaram a ausência os seguintes membros: Karla Andreia Magalhães Timbo Pinheiro; Otávio Augusto de Almeida Toledo; Roberto Teixeira Pinto Porto. Estiveram também presentes os seguintes convidados: Jefferson de Almeida-DEPEN/MJSP; Marcelo Varella-GM/MJSP; Jose de Ribamar Silva-MNPCT/MDH; Karolina Castro-CGCT/MDH; Amanda Teixeira-DEPEN/MJSP; Bruno Cesar Rocha-ONSP/DEPEN/MJSP; Luiz Philipe Spricigo-UnB. O Presidente manifestou, inicialmente, sua breve ausência no primeiro momento da reunião, tendo em vista sua participação na Comissão de Modernização da Legislação, na Câmara dos Deputados, que se refere ao debate acerca do combate à organização criminosa, tráfico de drogas e tráfico de armas. O 1º Vice-Presidente coordenou os trabalhos do Plenário, procedendo à apreciação da Ata da 439ª Reunião Ordinária, sendo aprovada. Iniciando os itens de pauta, a Conselheira Maria Gabriela Peixoto, relatora da matéria, apresentou proposta de Resolução que permite flexibilizar o Anexo da Resolução CNPCP n. 09/2011, que trata das Diretrizes Básicas de Arquitetura Penal. O Resultado da votação foi o seguinte: a Conselheira Maria Gabriela Peixoto votou pela aprovação da proposta com ressalvas; o Conselheiro Eugenio Amorim se absteve de votar; a Conselheira Maria Tereza Uille apresentou proposta diversa da minuta apresentada pela relatora da matéria, sendo acompanhada pelos seguintes membros: o Presidente, Conselheiro Cesar Mecchi Morales; Conselheiro Paulo Carvalho; Conselheiro Fernando Kfouri; Conselheiro Aldovandro Chaves; Conselheiro Ariovaldo Toledo; Conselheiro Arthur Correa; Conselheiro Carlos Eduardo Sodré; Conselheiro Joao Batista Fagundes; Conselheiro José Barroso Filho; Conselheiro Mágino Alves; Conselheiro Olheno Souza; Conselheiro Pedro Eurico de Barros; Conselheiro Ruy Celso Florence; Conselheira Tais Ferraz; Conselheiro Ulysses Oliveira; Conselheiro Vilobaldo Carvalho. Acompanharam a proposta da conselheira Maria Tereza, porém, com ressalvas: Conselheiro Arthur Correa, Conselheiro Fernando Fragoso, Conselheiro Diogo Malan. A Conselheira Alessa solicitou a modificação da redação para a aprovação. A redação foi modificada, mas manteve o sentido. Com isso, vota contra a proposta apresentada pela Conselheira Maria Tereza. Para tanto, após amplo debate e discussão em Plenário, e respectivas adaptações, a proposta de resolução apresentada pela Conselheira Maria Tereza foi aprovada em sua maioria, ficando prejudicada a proposta da conselheira Maria Gabriela Peixoto. Após, o Presidente, em conjunto com Plenário, aprovou a programação das Reuniões Ordinárias para o ano de 2018, estabelecendo, em princípio, a quinta-feira das primeiras semanas de cada mês. Em seguida, a Conselheira Alessa manifestou preocupação acerca do debate, no âmbito da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), do Projeto de Lei n. 3.468/2012, que revoga dispositivos na Lei 7.210/84 que autorizam a saída temporária do preso. O Presidente, a seguir, instituiu a Comissão anual que trata da sistematização das Resoluções do CNPCP publicadas em 2017, formada pelos Conselheiros Ulysses Gonçalves e Ariovaldo Toledo. Por fim, o presidente designou a Conselheira Alessa Pagan como relatora da matéria concernente ao Processo 08016.010780/2017-95, que trata de proposta do Departamento Penitenciário Nacional para alteração da Resolução CNPCP n. 5, de 29 de outubro de 2015, que apresenta recomendações visando a interrupção da transmissão do HIV, das hepatites virais, da tuberculose e outras enfermidades entre as pessoas privadas de liberdade. Para constar, lavrou-se a presente ata redigida por Jefferson Alves Lopes, analista do Ministério da Justiça, e revisada por Rafael de Sousa Costa, Secretário Executivo do CNPCP.

CESAR MECCHI MORALES
Presidente do Conselho

DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL

DIRETORIA EXECUTIVA

COORDENAÇÃO-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS

ALVARÁ Nº 1.737, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/5851 - DELESP/DREX/SR/DPF/BA, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa REAÇÃO GUARDA VIGILANCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL LTDA, CNPJ nº 05.814.159/0001-63, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar na Bahia, com Certificado de Segurança nº 497/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.762, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17411 - DPF/STS/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PETROLEO BRASILEIRO S/A PETROBRAS, CNPJ nº 33.000.167/0147-57 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 614/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800271

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

ALVARÁ Nº 1.785, DE 22 DE MARÇO DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19742 - DELESP/DREX/SR/DPF/MT, resolve: CONCEDER autorização à empresa BRINK'S SEGURANÇA E TRANSPORTE DE VALORES LTDA., CNPJ nº 60.860.087/0159-88, sediada no Mato Grosso, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
359 (trezentas e cinquenta e nove) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LICINIO NUNES DE MORAES NETTO
Substituto

ALVARÁ Nº 1.938, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/2032 - DPF/CAS/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa CONDOMINIO SHOPPING CENTER IGUATEMI CAMPINAS, CNPJ nº 52.363.629/0001-08 para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 254/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 1.951, DE 3 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/14891 - DPF/JFA/MG, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento de serviço orgânico de segurança privada na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa FUNDAÇÃO PRESIDENTE ANTONIO CARLOS, CNPJ nº 17.080.078/0001-66 para atuar em Minas Gerais, com Certificado de Segurança nº 745/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.113, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/14966 - DPF/CAC/PR, resolve: CONCEDER autorização à empresa COMERCIAL DESTRO LTDA , CNPJ nº 76.062.488/0007-39, sediada no Paraná, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
72 (setenta e duas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.124, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/18262 - DELESP/DREX/SR/DPF/AC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa S. DO MONTE CHAVES CURSO DE FORMAÇÃO - ME, CNPJ nº 12.147.315/0001-45, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar no Acre, com Certificado de Segurança nº 780/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.129, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19864 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PHERTAS SEGURANCA EIRELI, CNPJ nº 25.156.576/0001-73, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 725/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.130, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/20187 - DPF/MCE/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE VIGILANTES RIO DAS OSTRAS, CNPJ nº 18.606.201/0001-00, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1000 (uma mil) Munições calibre .380
5000 (cinco mil) Munições calibre 12
10000 (dez mil) Espoletas calibre 38
2888 (dois mil e oitocentos e oitenta e oito) Gramas de pólvora
10000 (dez mil) Projéteis calibre 38
4000 (quatro mil) Espoletas calibre .380
4000 (quatro mil) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.132, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/22556 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VIPERFORT SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA., CNPJ nº 10.994.722/0001-62, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar no Ceará, com Certificado de Segurança nº 808/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.135, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/23117 - DPF/NIG/RJ, resolve: CONCEDER autorização à empresa ESCOLA DE FORMAÇÃO DE SEGURANÇA DO GRANDE RIO EIRELI ME, CNPJ nº 10.497.411/0001-98, sediada no Rio de Janeiro, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
19000 (dezenove mil) Espoletas calibre 38
5000 (cinco mil) Gramas de pólvora
19000 (dezenove mil) Projéteis calibre 38
1000 (uma mil) Espoletas calibre .380
1000 (um mil) Projéteis calibre .380
1000 (uma mil) Buchas calibre 12
26 (vinte e seis) Quilos de chumbo calibre 12
1000 (uma mil) Espoletas calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.136, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/23816 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: AUTORIZAR a empresa NORTH SEGURANÇA EIRELI, CNPJ Nº 86.960.598/0001-86, a promover alteração nos seus atos constitutivos no que se refere à razão social, que passa a ser NORTH SERVIÇOS DE SEGURANÇA EIRELI

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.140, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/24674 - DELESP/DREX/SR/DPF/RN, resolve: CONCEDER autorização à empresa CTV- CENTRO DE TREINAMENTO DE VIGILANTES LTDA, CNPJ nº 04.367.668/0001-22, sediada no Rio Grande do Norte, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Espingarda calibre 12
1 (uma) Pistola calibre .380
90000 (noventa mil) Espoletas calibre 38
3000 (três mil) Estojos calibre 38
20000 (vinte mil) Gramas de pólvora
90000 (noventa mil) Projéteis calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380
5000 (cinco mil) Buchas calibre 12
5000 (cinco mil) Espoletas calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.141, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/24730 - DPF/SAG/RS, resolve: CONCEDER autorização à empresa APG CONFIA ESCOLA DE FORMAÇÃO DE VIGILANTES LTDA - ME, CNPJ nº 21.903.855/0001-00, sediada no Rio Grande do Sul, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1800 (uma mil e oitocentas) Munições calibre .380
1000 (uma mil) Munições calibre 12
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.142, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/24871 - DPF/RPO/SP, resolve: CONCEDER autorização à empresa RIBER-ÁGUIAS VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 04.793.282/0001-82, sediada em São Paulo, para adquirir:

Da empresa cedente CRB SEGURANCA LTDA, CNPJ nº 10.942.942/0001-42:
4 (quatro) Revólveres calibre 38
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
72 (setenta e duas) Munições calibre 38
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.146, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/25252 - DELESP/DREX/SR/DPF/GO, resolve: CONCEDER autorização à empresa CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFISSIONAIS EM SEGURANÇA TIRADENTES S/A, CNPJ nº 03.720.968/0001-80, sediada em Goiás, para adquirir:

Da empresa cedente CORAL EMPRESA DE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.677.044/0001-49:
10 (dez) Revólveres calibre 38
12 (doze) Pistolas calibre .380
7 (sete) Espingardas calibre 12
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Espingarda calibre 12
5000 (cinco mil) Munições calibre .380
5000 (cinco mil) Munições calibre 12
50000 (cinquenta mil) Munições calibre 38
90000 (noventa mil) Espoletas calibre 38
10000 (dez mil) Gramas de pólvora
90000 (noventa mil) Projéteis calibre 38
5000 (cinco mil) Espoletas calibre .380
5000 (cinco mil) Projéteis calibre .380
VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.147, DE 10 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800272

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Processo nº 2018/25281 - DELESP/DREX/SR/DPF/CE, resolve: CONCEDER autorização à empresa VIGIAR - CENTRO DE FORMAÇÃO DA SEGURANÇA PRIVADA LTDA. - EPP, CNPJ nº 27.102.629/0001-07, sediada no Ceará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
11 (onze) Espingardas calibre 12
9 (nove) Pistolas calibre .380
5 (cinco) Revólveres calibre 38
1566 (uma mil e quinhentas e sessenta e seis) Munições calibre .380
424 (quatrocentas e vinte e quatro) Munições calibre 12
9960 (nove mil e novecentas e sessenta) Munições calibre 38
13120 (treze mil e cento e vinte) Espoletas calibre 38
13120 (treze mil e cento e vinte) Estojos calibre 38
4024 (quatro mil e vinte e quatro) Gramas de pólvora
13120 (treze mil e cento e vinte) Projéteis calibre 38
2404 (duas mil e quatrocentas e quatro) Espoletas calibre .380
2404 (dois mil e quatrocentos e quatro) Estojos calibre .380
2404 (dois mil e quatrocentos e quatro) Projéteis calibre .380
Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
1 (uma) Máquina de recarga calibre 38, 380

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.193, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/6284 - DPF/JVE/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa VEPER SERVIÇOS DE VIGILANCIA LTDA, CNPJ nº 01.848.003/0003-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 813/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.198, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/10447 - DELESP/DREX/SR/DPF/SC, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GLADIUS - CENTRO DE TREINAMENTO DE SEGURANÇA PRIVADA EIRELI - EPP, CNPJ nº 27.307.184/0001-93, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Curso de Formação, para atuar em Santa Catarina, com Certificado de Segurança nº 825/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.205, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/15061 - DELESP/DREX/SR/DPF/SP, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa GERTAD SEGURANÇA PATRIMONIAL EIRELI, CNPJ nº 14.117.320/0001-30, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, Escolta Armada e Segurança Pessoal, para atuar em São Paulo, com Certificado de Segurança nº 849/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.207, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/17463 - DELESP/DREX/SR/DPF/DF, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa AGROSERVICE SEGURANÇA LTDA, CNPJ nº 03.602.646/0001-37, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial e Segurança Pessoal, para atuar no Distrito Federal, com Certificado de Segurança nº 770/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.212, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19382 - DELESP/DREX/SR/DPF/RO, resolve: DECLARAR revista a autorização de funcionamento, válida por 01(um) ano da data de publicação deste Alvará no D.O.U., concedida à empresa PROVISA VIGILÂNCIA E SEGURANÇA LTDA - ME, CNPJ nº 26.156.245/0001-04, especializada em segurança privada, na(s) atividade(s) de Vigilância Patrimonial, para atuar em Rondônia, com Certificado de Segurança nº 773/2018, expedido pelo DREX/SR/DPF.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

ALVARÁ Nº 2.215, DE 13 DE ABRIL DE 2018

O COORDENADOR-GERAL DE CONTROLE DE SERVIÇOS E PRODUTOS DA POLÍCIA FEDERAL, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 20 da Lei 7.102/83, regulamentada pelo Decreto nº 89.056/83, atendendo à solicitação da parte interessada, de acordo com a decisão prolatada no Processo nº 2018/19843 - DELESP/DREX/SR/DPF/PA, resolve: CONCEDER autorização à empresa STIVE SEGURANÇA & VIGILANCIA LTDA ME, CNPJ nº 16.914.759/0001-10, sediada no Pará, para adquirir:

Em estabelecimento comercial autorizado pelo Exército:
10 (dez) Revólveres calibre 38
180 (cento e oitenta) Munições calibre 38

VÁLIDO POR 90 (NOVENTA) DIAS A CONTAR DA DATA DE PUBLICAÇÃO NO D.O.U.

LUIS FLAVIO ZAMPRONHA DE OLIVEIRA

SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PORTARIA Nº 45, DE 13 DE ABRIL DE 2018 (*)

Institui o Projeto de Planejamento Estratégico da Secretaria Nacional de Segurança Pública e dá outras providências.

O SECRETÁRIO ADJUNTO DA SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA do MINISTÉRIO EXTRAORDINÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA, no uso das atribuições que lhe conferem o art. 15, do Anexo I, do Decreto nº 9.150, de 04 de setembro de 2017, e a Portaria MJ nº 1.185, de 20 de dezembro de 2017,

CONSIDERANDO os referenciais de planejamento estratégico governamental estipulados na Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019;

CONSIDERANDO a ampliação das competências da Secretaria Nacional de Segurança pública, mediante a publicação do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017;

CONSIDERANDO que a Secretaria Nacional de Segurança Pública passou a integrar a estrutura do Ministério Extraordinário da Segurança Pública, nos termos da Medida Provisória nº 821, de 26 de fevereiro de 2018;

CONSIDERANDO as diretrizes, princípios e objetivos que serão instituídos pela Política Nacional de Segurança Pública (PNaSP), por ato normativo do Excelentíssimo Sr. Presidente da República, conforme projeto estratégico processo nº 08020.003018/2017-93;

CONSIDERANDO o contido nos autos do processo nº 08020.000929/2018-40, resolve:

Art. 1º Instituir o Projeto de Planejamento Estratégico da Secretaria Nacional de Segurança Pública (PPE/SENASP).

Parágrafo único. O Projeto de Planejamento Estratégico tem como objetivo geral implantar modelo de gestão integrado na Secretaria Nacional de Segurança Pública, por meio da formulação do Plano Estratégico Institucional e implementação da Gestão Estratégica.

Art. 2º São objetivos específicos do Projeto:

I - elaborar e implementar o Plano Estratégico Institucional (PEI/SENASP);

II - consolidar modelo de gestão integrado, organizado por projetos e processos, que possibilite agilidade no processo decisório e contribua para o desempenho institucional;

III - desenvolver cultura organizacional voltada para o modelo de gestão estratégica, com foco em eficiência, eficácia e efetividade;

IV - uniformizar, normalizar e sistematizar os processos organizacionais, de acordo com o planejamento estratégico; e

V - elaborar e implementar a Metodologia e a Estrutura de Monitoramento da Estratégia.

§1º O Plano Estratégico da SENASP deverá estar alinhado às competências elencadas no Art. 15, do Anexo I, do Decreto nº 9.150, de 4 de setembro de 2017, e aos princípios, diretrizes, objetivos e estratégia da Política Nacional de Segurança Pública (PNASP).

§2º O referencial temporal do Planejamento Estratégico será 2019, em alinhamento com a Lei nº 13.249, de 13 de janeiro de 2016, que instituiu o Plano Plurianual da União para o período de 2016 a 2019.

Art. 3º Designar os servidores abaixo relacionados para compor a Equipe do Projeto:

I - EDUARDO AGGIO DE SÁ, da Coordenação-Geral de Estratégia em Segurança Pública, que atuará como Gerente do Projeto;

II - ANGELA CRISTINA RODRIGUES, da Coordenação de Planejamento Estratégico e Avaliação, que atuará como Gerente do Projeto Substituta;

III - ROSANA DE CARVALHO CRUZ, do Gabinete;

IV - DANIEL DUARTE QUINTAS, do Gabinete;

V - LUCAS MARQUETTI, da Diretoria de Inteligência;

VI - LUCIANO ANGELO SEFFRIN BRAGAGNOLO, da Coordenação-Geral de Riscos;

VII - WELLINGTON CLAY PORCINO SILVA, da Diretoria da Força Nacional de Segurança Pública;

VIII - LEONARDO FREIRE DE OLIVEIRA GARCIA, da Diretoria de Políticas de Segurança Pública;

IX - LEANDRO ARBOGAST DA CUNHA, da Diretoria de Ensino, Pesquisa, Análise da Informação e Desenvolvimento de Pessoal; e

X - JEAN RICARDO ALVES DUQUE, da Diretoria de Administração.

XI - DÉBORAH RIBEIRO NOGUEIRA, da Diretoria de Operações.

Art. 4º Compete a equipe do Projeto:

I - comparecer às reuniões do projeto; e

II - desenvolver as atividades e demandas atinentes ao projeto.

Art. 5º Compete ao Gerente do Projeto:

I - coordenar a equipe do projeto;

II - envolver os gestores da SENASP na construção dos elementos componentes do Plano Estratégico;

III - convocar e realizar reuniões com os gestores da SENASP;

IV - submeter as entregas à aprovação do patrocinador; e

V - executar, registrar e reportar o projeto seguindo a Metodologia de Gerenciamento de Projetos (MGP/SENASP).

Art. 6º Compete ao Gerente Substituto do Projeto:

I - substituir o gerente na sua ausência; e

II - apoiar os demais integrantes no que for necessário para o melhor desempenho do projeto.

Art. 7º O Plano do Projeto deverá ser entregue no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da publicação desta portaria.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

ALEXANDRE ARAÚJO MOTA

(*)Republicada por ter saído com incorreção na original, no DOU nº 73, de 17/04/2018, Seção 1, pág 100.

Ministério Público da União

MINISTÉRIO PÚBLICO MILITAR

PROCURADORIA-GERAL DA JUSTIÇA MILITAR

ATA DA 247ª SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA EM 14 DE MARÇO DE 2018

Aos 14 dias do mês de março de 2018, às 10h15, na Sala de Reuniões do Conselho Superior do Ministério Público Militar, sob a presidência do Dr. Jaime de Cassio Miranda, Procurador-Geral de Justiça Militar, presentes os Conselheiros Roberto Coutinho, Edmar Jorge de Almeida, Alexandre Concesi, Arilma Cunha da Silva, José Garcia de Freitas Junior, Herminia Celia Raymundo, Giovanni Rattacaso, Clauro Roberto de Bortolli e Cezar Luís Rangel Coutinho. Ausentes, justificadamente, os Conselheiros Carlos Frederico de Oliveira Pereira, Anete Vasconcelos de Borborema e Maria de Nazaré Guimarães de Moraes. Primeira Parte - Expediente: Aprovação da Ata da 246ª Sessão Ordinária: Aprovada. Comunicações da Presidência: O Sr. Presidente cumprimentou a todos e parabenizou as Conselheiras Arilma Silva e Herminia Celia pelo Dia Internacional da Mulher. A seguir, parabenizou, também, o Conselheiro Alexandre Concesi pela passagem de seu aniversário. Agradeceu a presença do Dr. Antônio Pereira Duarte, Presidente da Associação Nacional do Ministério Público Militar. Após, o Sr. Presidente passou a tratar: 1) Condecoração do Comandante Militar da Amazônia com a Comenda da Ordem do Mérito Ministério Público Militar; 2) Celebração de Termo de Cooperação Técnica e Assistência Mútua para compartilhamento de informações, conhecimentos, metodologias e experiências em tecnologia da informação com os Ministérios Públicos dos Estados de Pernambuco, Sergipe e Mato Grosso; 3) Realização da palestra "Ética no Serviço Público: uma reflexão prática"; 4) Realização de reunião no Gabinete de Intervenção Federal no Comando Militar do Leste, com a participação do Procurador-Geral de Justiça Militar, da Secretária de Direitos Humanos e de Direito Humanitário do MPM e dos Membros da Procuradoria de Justiça Militar no Rio de Janeiro/RJ, designados pela Portaria nº 21/PGJM, de 16/2/2018; 5) Realização de Seminário, pelo Superior Tribunal Militar, que abordará os reflexos da Lei nº 13.491/2017 e a intervenção federal no Rio de Janeiro/RJ; 6) Informações sobre a

certificação de regularidade dos demonstrativos contábeis do Ministério Público Militar, no exercício de 2017, pela Auditoria Interna do Ministério Público da União; 7) Relatório de Gestão e Realizações do MPM no ano de 2017. Comunicações dos Conselheiros: Não houve. Segunda Parte - Ordem do Dia: O Conselheiro Giovanni Rattacaso solicitou a inversão da pauta, sendo aprovada pelos Conselheiros. 1) Relatório de Atividades da Corregedoria do Ministério Público Militar - Ano 2017. Conselheiro-Relator: Dr. Giovanni Rattacaso. O Sr. Corregedor apresentou informações sobre o relatório, disponibilizando-o ao Colegiado para consulta. 2) Processo nº 306/CSMPM - Proposta de alteração da Resolução nº 66/CSMPM, que dispõe sobre a instauração de Inquérito Civil e Procedimento Preparatório no MPM. Conselheiro-Relator: Dr. Edmar Jorge de Almeida. Após a apresentação e votação, a proposta foi aprovada à unanimidade.

Não havendo assuntos a serem deliberados, o Sr. Presidente agradeceu a participação dos Conselheiros e encerrou a sessão às 11h17.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar
Presidente

GABRIELA DANTAS TREZI DE ARAUJO
Secretária

DECISÕES DE 16 DE ABRIL DE 2018

PEÇAS DE INFORMAÇÃO 115.2017.000028

EMENTA. REQUISIÇÃO JUDICIAL DE DOCUMENTAÇÃO. SUPOSTA MORA NO ATENDIMENTO. CUMPRIMENTO DA DECISÃO PELA AUTORIDADE CASTRENSE. DECLÍNIO. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE CRIME MILITAR. ARQUIVAMENTO.

Notícia de possíveis irregularidades relacionadas à demora no fornecimento de documentos para instrução de execução judicial. Determinação judicial cumprida pela autoridade militar. Declínio de atribuição em favor do PGJM. Ausência de providência de cunho criminal a ser adotada. Arquivamento determinado pelo PGJM.

JAIME DE CASSIO MIRANDA
Procurador-Geral de Justiça Militar

MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 15, DE 17 DE ABRIL DE 2018

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.030266/18-65, que tem como interessados: Administração Regional do Plano Piloto, para apuração de suposto ato de cobrança de propina pela Administração Regional do Plano Piloto de donos de "Food Trucks".

RAQUEL TIVERON

PORTARIA Nº 16, DE 17 DE ABRIL DE 2018

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.030267/18-28, que tem como interessados: Secretaria de Esatdo de Saúde - SES, SEPLAG e IADES, para apuração de suposta fraude em concurso público da SEPLAG promovido pela banca IADES.

RAQUEL TIVERON

2ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO

PORTARIA Nº 1, DE 17 DE ABRIL DE 2018

A 2ª Promotoria de Justiça Regional de Defesa dos Direitos Difusos, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Instaurar Inquérito Civil Público, para apuração de fatos relacionados ao Processo Administrativo nº: 300.000.184/2012, promovido pela Administração Regional de Águas Claras.

BERNARDO BARBOSA MATOS
Promotor de Justiça

CONSELHO SUPERIOR

RESOLUÇÃO Nº 241, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Fixa as atribuições dos Membros durante o plantão do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, de primeira e segunda instâncias, e estabelece os critérios para a escala dessa atuação específica.

O CONSELHO SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "d" do inciso I do art. 166 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, tendo em vista o Processo de Gestão Administrativa nº 08191.025165/2016-71 e de acordo com a deliberação ocorrida na 263ª Sessão Ordinária, realizada no dia 13 de abril de 2018, e

CONSIDERANDO que o Ministério Público deve manter funcionamento ininterrupto, nos termos do art. 129, § 4º, c/c art. 93, XII, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que o art. 5º da Lei nº 7.960/89 determina a criação, no âmbito do Ministério Público, do plantão de 24h (vinte e quatro horas) para a apreciação dos pedidos de prisão temporária;

CONSIDERANDO que o art. 175 da Lei nº 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) determina a imediata apresentação ao Ministério Público de todo adolescente apreendido em flagrante de ato infracional ou, sendo impossível, que esta apresentação se faça no prazo de 24h (vinte e quatro) horas;

CONSIDERANDO a necessidade de fazer o Ministério Público presente nas audiências de custódia, regulamentadas pela Resolução do Conselho Nacional de Justiça nº 213, de 15 de dezembro de 2015;

CONSIDERANDO que, fora do expediente forense, poderão surgir situações excepcionais, relativas à violação de direitos fundamentais do homem, em estabelecimentos públicos ou privados, situações estas que legitimem a atuação do Ministério Público;

CONSIDERANDO que a Constituição Federal, em seu art. 129, II e VIII, atribui ao Ministério Público o dever de zelar pelo efetivo respeito dos poderes públicos e dos serviços de relevância pública aos direitos assegurados constitucionalmente, promovendo as medidas necessárias a sua garantia, bem como o dever de exercer o controle externo da atividade policial;

CONSIDERANDO os termos da Resolução do Conselho de Assessoramento Superior do Ministério Público da União nº 2, de 29 de setembro de 2015, que fixa regras gerais que deverão orientar o exercício de plantão nos ramos do Ministério Público da União, resolve:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º A atuação dos membros do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios em regime de plantão de primeira e de segunda instâncias será regida por esta Resolução.

CAPÍTULO II
DO PLANTÃO DE PRIMEIRA INSTÂNCIA
SEÇÃO I
DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 2º Aos Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Adjuntos designados para o plantão de primeira instância compete:

I - receber as comunicações de prisão em flagrante, adotando as medidas cabíveis;

II - nos procedimentos não submetidos à apreciação de Promotor ou não distribuídos ao Juízo Natural:

a) requerer prisão temporária, preventiva ou outra medida cautelar pessoal, busca e apreensão ou outra medida cautelar patrimonial, de ofício ou mediante representação;

b) oficiar nos pedidos de relaxamento de prisão em flagrante, temporária ou preventiva e nos pedidos de liberdade provisória, ou requerê-los de ofício, nos termos da legislação processual vigente;

c) manifestar-se em habeas corpus;

d) oficiar nas medidas urgentes de que trata a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, ou requerê-las de ofício; e

e) requerer as medidas urgentes de que trata a Lei nº 9.296, de 24 de julho de 1996, de ofício ou mediante representação.

III - oficiar nos procedimentos em que lhe for aberta vista pelo Juiz Plantonista, realizar diligências e promover medidas, desde que repute caráter urgente e o ato ou fato configure desrespeito à ordem jurídica, ao regime democrático ou aos interesses sociais e individuais indisponíveis, obedecidas as atribuições institucionais do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios - MPDFT;

IV - proceder à oitiva informal de adolescentes apreendidos em flagrante por ato infracional e, se necessário, de seus pais ou responsáveis, vítimas e testemunhas, além de oficiar no sentido de liberar o adolescente ou decretar a sua internação provisória, pelo prazo máximo de 45 (quarenta e cinco) dias, sendo que a adoção de uma das medidas referidas no art. 180 do ECA (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990) deverá ser objeto de manifestação dos Promotores de Justiça lotados nas Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e da Juventude;

V - oficiar nos feitos e nas audiências de competência do Juizado Especial Criminal, aos sábados, domingos e feriados;

VI - oficiar nas audiências de custódia; e

VII - tomar providências quanto a fatos que necessitem de atuação imediata pelo Ministério Público, considerados assim aqueles que não possam aguardar até o início do expediente forense ou do próximo plantão presencial, sem risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

SEÇÃO II
DO PLANTÃO FORA DO EXPEDIENTE FORENSE

Art. 3º O funcionamento ininterrupto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em primeira instância, será assegurado pela manutenção de plantão fora do expediente forense, a ser realizado:

I - nos dias úteis, em regime de sobreaviso, das 0h às 12h e das 19h às 24h; e

II - nos sábados, domingos e feriados:

a) em regime de sobreaviso, das 0h às 14h e das 19h às 24h; e

b) presencialmente, das 14h às 19h.

§ 1º A portaria de designação poderá prever horários distintos de sobreaviso e de plantão presencial, em razão de alteração do horário de expediente forense por ato oficial.

§ 2º Nos dias úteis, as audiências de custódia serão realizadas por membros não plantonistas, designados especificamente para o exercício dessa atribuição.

Art. 4º O membro designado para o plantão deverá comparecer ao local especificado na portaria de designação, durante o período estabelecido no art. 3º, para atuação presencial, inclusive para as audiências de custódia.

Art. 5º Durante o período de sobreaviso, o membro designado será acionado pelo Núcleo de Plantão por meio de telefone celular, próprio ou institucional, oportunidade em que indicará o local onde atenderá às ocorrências.

§ 1º O acionamento durante o período de sobreaviso ocorrerá apenas nos casos de:

I - feitos remetidos pelo plantão do Poder Judiciário; e

II - fatos que necessitem de atuação imediata pelo Ministério Público, considerados assim aqueles que não possam aguardar até o início do expediente forense ou do próximo plantão presencial, sem risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

§ 2º O acionamento será realizado na ordem inversa de antiguidade, exceto se o membro mais antigo tiver informado antecipadamente ao Núcleo de Plantão seu interesse em ser acionado previamente.

Art. 6º Os plantonistas, inclusive os suplentes, deverão permanecer no Distrito Federal, em local de fácil acesso, enquanto durar a designação.

Art. 7º A designação de Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Adjuntos para comporem a escala do plantão fora do expediente forense dar-se-á por ordem inversa de antiguidade.

§ 1º Os Promotores de Justiça no exercício de substituição simples em segundo grau, por período igual ou superior a 6 (seis) meses, serão designados para o plantão de segunda instância.

§ 2º Os Promotores de Justiça da primeira quinta parte da lista referida pelo artigo 200, § 1º, da LC nº 75/93, que oficiam junto às Câmaras de Coordenação e Revisão Cíveis e Criminais, deixarão de atuar no plantão de primeira instância.

§ 3º Os membros com ausências no período em que seriam designados para o plantão deixarão de ser convocados para a respectiva escala, observado o seguinte:

I - nos casos de ausências de até 60 (sessenta) dias ininterruptos, serão incluídos na primeira escala seguinte ao seu retorno para compensar a designação que deixou ser realizada, sem prejuízo de nova convocação em razão de sua posição na lista de antiguidade; e

II - nos casos de ausências por prazo superior a 60 (sessenta) dias, a designação deverá observar a sua posição na lista de antiguidade, sem a necessidade de compensação da convocação que deixou de ser realizada.

§ 4º Após a divulgação da prévia da escala do plantão, é vedada a concessão de férias ou licença-prêmio por tempo de serviço para o membro nela incluído no período de sua futura designação.

Art. 8º Os Promotores de Justiça Adjuntos recém-empossados deverão participar de dois plantões supervisionados, sendo um inerente às oitivas de adolescentes infratores e nas medidas urgentes despachadas pelo Juiz plantonista ao MPDFT, bem como nas audiências de custódia, para que acompanhem e auxiliem os membros designados no desempenho de suas atribuições.

Parágrafo único. Após o cumprimento do plantão supervisionado pelos novos Promotores de Justiça Adjuntos, será suspensa a designação de membros para o plantão na forma do art. 7º, que só será retomada quando os recém-empossados tiverem realizado um plantão sem supervisão.

Art. 9º O Procurador-Geral de Justiça designará, dentre Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Adjuntos, 04 (quatro) membros titulares e 2 (dois) membros suplentes para:

I - atuação presencial no domingo e em regime de sobreaviso das 0h do domingo até as 12h da quarta-feira;

II - atuação presencial no sábado e em regime de sobreaviso das 19h da quarta-feira até as 24h do sábado; e

III - atuação presencial em feriado e em regime de sobreaviso nos dias previstos na designação.

Parágrafo único. A designação para o plantão será exercida cumulativamente com as atribuições e designações normais do membro.

Art. 10. A prévia da escala do plantão será divulgada com antecedência mínima de um mês do término da escala em transcurso e indicará o prazo para a comunicação de permutas que se fizerem necessárias.

§ 1º A comunicação da permuta será endereçada à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e deverá conter o nome do membro com quem será realizada a permuta.

§ 2º A portaria de designação será publicada após o encerramento do prazo para comunicação de permutas e terá ampla divulgação na página oficial da Instituição.

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800274

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

§ 3º Após a divulgação da Portaria de designação do plantão, a Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça fará consulta aos 04 (quatro) membros titulares designados na escala, por período, para que façam a opção de atuação pelas oitivas de adolescentes infratores, bem como nas medidas urgentes despachadas pelo Juiz plantonista ao MPDFT, ou pelas audiências de custódia, respeitando-se a ordem de antiguidade na carreira.

Art. 11. Será admitida a atuação no plantão fora do expediente forense na condição de voluntário, hipótese em que será assegurado o direito à compensação previsto no art. 39.

§ 1º A solicitação para inclusão na escala de plantão deverá ser formulada após a divulgação da sua prévia.

§ 2º A atuação como voluntário não será considerada antecipação da convocação para o plantão prevista no art. 7º.

Art. 12. Havendo justo motivo que impeça o membro designado de assumir ou concluir o plantão, caberá a ele comunicar, formalmente, a impossibilidade à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça ou ao Núcleo de Plantão, que adotará as medidas pertinentes no sentido de regularizar a execução do plantão.

Parágrafo único. O plantão não oficiado será exercido nas primeiras designações da escala do mês seguinte.

Art. 13. Os procedimentos e representações encaminhados aos plantonistas ficarão a eles vinculados até a prática dos atos correspondentes, mesmo após o término do período do plantão para o qual foram designados.

Art. 14. Em casos de excepcional gravidade, a exemplo da ocorrência de rebeliões em estabelecimentos penais, os plantonistas poderão acionar outro membro para auxiliá-los, inclusive com o comparecimento ao local de atos ou fatos ocorridos, mediante comunicação, ainda que posteriormente, a necessidade do auxílio à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça.

Parágrafo único. O acionamento do membro auxiliar assegurar-lhe-á o direito à compensação previsto no art. 39.

SEÇÃO III

DO PLANTÃO DA ELEIÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 15. A fiscalização da eleição do Conselho Tutelar será realizada por membros em exercício nas Promotorias de Justiça de Defesa da Infância e Juventude, cuja atuação decorre diretamente de suas atribuições, nos termos do art. 18, XVI, da Resolução n.º 90, de 14/09/2009, do E. Conselho Superior do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 1º Caso necessário, a Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça formulará consulta aos interessados em participar da fiscalização.

§ 2º Não havendo manifestação de membros voluntários, bem assim, se o número de interessados não atingir o contingente necessário para o preenchimento das vagas, serão convocados outros Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Adjuntos, a partir da lista do plantão fora do expediente forense.

§ 3º Ficam excluídos da convocação os Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Adjuntos designados para o Plantão de 1ª Instância, na data da eleição e no dia que a antecede.

§ 4º Nas hipóteses do caput e dos §§ 1º e 2º, a atuação na fiscalização da eleição do Conselho Tutelar assegurará o direito à compensação prevista no art. 39.

§ 5º Na hipótese dos §§ 1º e 2º, a atuação na fiscalização da eleição do Conselho Tutelar será contabilizada como antecipação de um plantão fora do expediente forense.

SEÇÃO IV

DO PLANTÃO DO RECESSO FORENSE

Art. 16. O plantão do recesso forense compreende o período de 20 de dezembro até 6 de janeiro do ano subsequente, nos termos do art. 60 da Lei nº 11.697, de 13 de junho de 2008, e será regido pelas disposições desta seção.

Art. 17. A designação de Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Adjuntos para comporem a escala do plantão do recesso forense observará o seguinte:

I - os membros que oficiaram em número menor de plantões do recesso forense serão convocados antes daqueles que tiverem maior número de plantões realizados; e

II - dentre aqueles com a mesma quantidade de plantões do recesso forense, a convocação observará a ordem inversa de antiguidade.

§ 1º A Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça manterá registro da quantidade de plantões do recesso forense realizados por cada membro da Instituição.

§ 2º O membro que oficiar em plantão do recesso forense não será designado compulsoriamente para outro plantão de mesma natureza no ano seguinte.

§ 3º O membro que oficiar em plantão do recesso forense não será designado compulsoriamente para o plantão do Carnaval e da Semana Santa do ano seguinte.

§ 4º Os Promotores de Justiça no exercício de substituição simples em segundo grau, por período igual ou superior a 06 (seis) meses, não serão designados para o plantão do recesso forense de primeira instância.

§ 5º Os membros com ausências no período em que seriam designados para o plantão deixarão de ser convocados para a respectiva escala.

§ 6º Após a divulgação da prévia da escala do plantão, é vedada a concessão de férias ou licença-prêmio por tempo de serviço para o membro nela incluído no período de sua futura designação.

Art. 18. A Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça publicará a prévia da escala dos membros que atuarão no plantão do recesso forense, compulsoriamente, até o final do mês de abril.

Art. 19. Após a publicação da prévia da escala do plantão do recesso forense, a Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça indicará prazo de 15 (quinze) dias para o recebimento de eventuais permutas que se fizerem necessárias.

§ 1º A permuta de que trata o caput deste artigo deverá ser realizada com membros que não estejam inseridos na escala compulsória.

§ 2º A comunicação da permuta deverá ser encaminhada à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e deverá conter o nome do membro com quem irá permutar a designação.

Art. 20. Concluído o prazo para permutas, a Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça abrirá consulta com prazo de 15 (quinze) dias aos membros interessados em participar do recesso na condição de voluntários.

§ 1º A atuação como voluntário será considerada antecipação da convocação para o plantão, devendo ser contabilizada para o fim do art. 17.

§ 2º Os membros designados na prévia da escala de plantão divulgada terão assegurado o direito de permanecer na escala, se assim o desejarem.

§ 3º A inclusão do membro voluntário na escala fica condicionada à ocorrência de vaga deixada pelo membro designado na prévia que não queira se manter nela, respeitando sempre o critério de antiguidade na carreira.

§ 4º Concluído o prazo de ingresso dos voluntários, os membros incluídos na prévia serão consultados para que façam a opção, por ordem de antiguidade, pelo período do Natal ou do Ano Novo.

§ 5º Após a consulta do § 4º, os membros incluídos na prévia serão consultados para que façam as opções, por ordem de antiguidade, pelas atribuições que pretendem desenvolver durante o plantão, dentre aquelas disponibilizadas pela Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, entre os meses de outubro a novembro.

§ 6º A portaria de designação será publicada entre os meses de novembro a dezembro.

§ 7º O afastamento voluntário do membro designado, após o fechamento da escala do Plantão do Recesso Forense, será deferido pela Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, desde que ele indique um substituto e adote as seguintes medidas pertinentes à regularização da execução do plantão:

I - consultar os membros designados na escala a qual foi nomeado (natal ou ano novo), dentre os mais antigos que o membro indicado na substituição, para que se manifestem se há algum impedimento do substituto em assumir as designações do substituído na escala do plantão;

II - caso a impugnação seja acolhida por um ou mais membros, o substituído deverá ajustar a designação do substituto conforme as opções de designação dos impugnantes.

Art. 21. Havendo motivo de força maior que impeça o plantonista compulsório ou o plantonista voluntário, inclusive o voluntário, de assumir ou concluir o plantão do recesso de final de ano, após o fechamento da escala do Plantão do Recesso Forense, o membro designado comunicará, formalmente, a impossibilidade à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça, que tomará as seguintes providências:

I - fará consulta, preferencialmente, aos membros que oficiarão na escala do ano seguinte, que tenham atuado no recesso forense em número menor ou na mesma quantidade de plantões dos membros designados na escala atual;

II - consultará os membros designados na escala, dentre os mais antigos que o membro substituto, para que se manifestem se há algum impedimento do substituto em assumir as designações do substituído na escala do plantão;

III - caso a impugnação seja acolhida por um ou mais membros, a Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Jsutiça deverá ajustar a designação do substituto conforme as opções de designação dos impugnantes.

Parágrafo único. O membro substituído fica automaticamente designado para o Plantão do Recesso Forense do ano seguinte, caso a sua designação para o recesso seja compulsória. Em caso de voluntário, será respeitada a sua ordem na lista de designação.

Art. 22. Aplicam-se ao plantão de recesso forense de primeira instância as regras dos arts. 5º, 6º, 12 a 14.

Art. 23. Os feitos urgentes recebidos no Ministério Público em 19 de dezembro deverão ser encaminhados para o plantão do recesso forense, ressalvados aqueles que necessitem de atuação imediata pelo Ministério Público.

Parágrafo único. Consideram-se feitos que necessitem de atuação imediata pelo Ministério Público aqueles que não possam aguardar até o início da escala de Natal do plantão do recesso forense, sem risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

Art. 24. Os feitos urgentes recebidos no Ministério Público em 28 de dezembro serão de responsabilidade da escala de Ano Novo do plantão do recesso forense, ressalvados aqueles que necessitem de atuação imediata pelo Ministério Público.

Parágrafo único. Consideram-se feitos que necessitem de atuação imediata pelo Ministério Público aqueles que não possam aguardar até o início da escala do Ano Novo plantão do recesso forense, sem risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

Art. 25. Os feitos urgentes recebidos no Ministério Público em 6 de janeiro deverão ser encaminhados para os Promotores Naturais, ressalvados aqueles que necessitem de atuação imediata pelo Ministério Público.

Parágrafo único. Consideram-se feitos que necessitem de atuação imediata pelo Ministério Público aqueles que não possam aguardar até o início do expediente forense de 9 de janeiro, sem risco de dano irreparável ou de difícil reparação.

Art. 26. As dúvidas serão resolvidas pela Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e os casos omissos serão supridas pelo Procurador-Geral de Justiça.

SEÇÃO V

DO PLANTÃO DO CARNAVAL E DA SEMANA SANTA

Art. 27. O plantão do Carnaval e da Semana Santa, compreendido, respectivamente, nos períodos do sábado de Carnaval até a quarta-feira de cinzas e da quarta-feira até o domingo de Páscoa, será regido pelas disposições desta seção.

Art. 28. A designação de Promotores de Justiça e Promotores de Justiça Adjuntos para comporem a escala do plantão do Carnaval e da Semana Santa observará o seguinte:

I - os membros que oficiaram em número menor de plantões durante esses feriados serão convocados antes daqueles que tiverem maior número de plantões realizados; e

II - dentre aqueles com a mesma quantidade de plantões durante esses feriados, a convocação observará a ordem inversa de antiguidade.

III - considera-se, para o cálculo referido nos incisos anteriores, o membro que integrou a escala de plantão, como suplente.

§ 1º A Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça manterá registro da quantidade de plantões do Carnaval e da Semana Santa realizados por cada membro da Instituição.

§ 2º O membro que oficiar em plantão do Carnaval e da Semana Santa não será designado compulsoriamente para outro plantão de mesma natureza no ano seguinte.

§ 3º O membro que oficiar em plantão do Carnaval e da Semana Santa não será designado compulsoriamente para o plantão do recesso forense iniciado no mesmo ano.

§ 4º Os Promotores de Justiça no exercício de substituição simples em segundo grau, por período igual ou superior a 6 (seis) meses, não serão designados para o plantão do Carnaval e da Semana Santa de primeira instância.

§ 5º Os membros com ausências no período em que seriam designados para o plantão deixarão de ser convocados para a respectiva escala.

§ 6º Após a divulgação da prévia da escala do plantão, é vedada a concessão de férias ou licença-prêmio por tempo de serviço para o membro nela incluído no período de sua futura designação.

Art. 29. A Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça publicará prévia da escala do plantão do Carnaval e da Semana Santa até o final do mês de maio e indicará o prazo para o recebimento de eventuais permutas que se fizerem necessárias.

§ 1º A permuta de que trata o caput deste artigo poderá ser realizada com membros inseridos ou não na escala compulsória.

§ 2º A comunicação da permuta será endereçada à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e deverá conter o nome do membro com quem irá permutar a designação, bem como o período de atuação de sua preferência, Carnaval ou Semana Santa.

Art. 30. Concluído o prazo para permutas, a Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça abrirá consulta aos membros interessados em participar do referido plantão na condição de voluntários.

§ 1º A atuação como voluntário será considerada antecipação da convocação para o plantão, devendo ser contabilizada para o fim do art. 23.

§ 2º Os membros designados na prévia da escala do plantão divulgado terão assegurado o direito de permanecer na escala, se assim o desejarem.

§ 3º A inclusão do membro voluntário na escala fica condicionada à ocorrência de vaga deixada pelo membro designado na prévia que não queira se manter nela, respeitando sempre o critério de antiguidade na carreira.

§ 4º A portaria de designação será publicada até o final do mês de junho.

Art. 31. Aplicam-se ao plantão do Carnaval e da Semana Santa de primeira instância as regras dos arts. 5º, 6º, 12 a 14.

CAPÍTULO III

DO PLANTÃO DE SEGUNDA INSTÂNCIA

SEÇÃO I

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 32. Ao Membro designado compete oficiar nos feitos distribuídos a Desembargadores do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios em regime de plantão, em que se mostre cabível e obrigatória a intervenção do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.

SEÇÃO II

DO PLANTÃO FORA DO EXPEDIENTE FORENSE

Art. 33. O funcionamento ininterrupto do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, em segunda instância, será assegurado pela manutenção de plantão fora do expediente forense, a ser realizado:

I - nos dias úteis, das 0h às 12h e das 19h às 24h; e

II - nos sábados, domingos e feriados, durante as 24h do dia.

Parágrafo único. A portaria de designação poderá prever horários distintos, em razão de alteração do horário de expediente forense por ato oficial.

Art. 34. A designação para a escala do plantão fora do expediente forense de segunda instância dar-se-á por ordem inversa de antiguidade.

§ 1º Os membros com ausências no período em que seriam designados para o plantão deixarão de ser convocados para a respectiva escala, observado o seguinte:

I - nos casos de ausências de até 60 (sessenta) dias ininterruptos, serão incluídos na primeira escala seguinte ao seu retorno para compensar a designação que deixou ser realizada, sem prejuízo de nova convocação em razão de sua posição na lista de antiguidade; e

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800275

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

II - nos casos de ausências por prazo superior a 60 (sessenta) dias, a designação deverá observar a sua posição na lista de antiguidade, sem a necessidade de compensação da convocação que deixou de ser realizada.

§ 2º Os membros que tiverem sido designados para atuar em regime de plantão durante o Carnaval ou a Semana Santa não serão novamente convocados para atuar em qualquer destes feriados sem que todos os demais neles hajam oficiado.

§ 3º Após a divulgação da prévia da escala do plantão, é vedada a concessão de férias ou licença-prêmio por tempo de serviço para o membro nela incluído no período de sua futura designação.

Art. 35. O Procurador-Geral de Justiça designará, dentre Procuradores de Justiça e Promotores de Justiça em exercício no segundo grau um membro titular e um membro suplente que oficiarão no Plantão de 2ª Instância.

§ 1º A designação para o plantão será exercida cumulativamente com as atribuições e designações normais do membro.

§ 2º A designação iniciará às 19h da segunda-feira e terminará às 12h da segunda-feira da semana seguinte.

§ 3º Ocorrendo feriado na segunda-feira, o término da designação se estenderá até as 19h.

§ 4º A designação será comunicada ao Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios.

§ 5º O plantão será cumprido pelo Procurador-Geral de Justiça, o Vice-Procurador-Geral de Justiça, o Corregedor-Geral, o Procurador Distrital dos Direitos do Cidadão, os Procuradores de Justiça, mesmo que afastados para exercer atividades em núcleos ou assessorias, e os Promotores de Justiça em exercício nas Procuradorias de Justiça, por período igual ou superior a 06 (seis) meses, sem prejuízo de suas funções.

Art. 36. A prévia da escala do plantão será disponibilizada com antecedência mínima de um mês do término da escala em transcurso e indicará o prazo para a comunicação de permutas que se fizerem necessárias.

§ 1º A comunicação da permuta será endereçada à Chefia de Gabinete da Procuradoria-Geral de Justiça e deverá conter o nome do membro com quem será realizada a permuta.

§ 2º A portaria de designação será publicada após o encerramento do prazo para comunicação de permutas e terá ampla divulgação na página oficial da Instituição.

Art. 37. Aplicam-se ao plantão fora do expediente forense de segunda instância as regras dos arts. 5º, 6º, 12 a 14.

SEÇÃO III

DO PLANTÃO DO RECESSO FORENSE

Art. 38. O plantão do recesso forense compreende o período de 20 de dezembro até 6 de janeiro do ano subsequente e será realizado pelo Procurador-Geral de Justiça.

CAPÍTULO IV

DA COMPENSAÇÃO

Art. 39. Será devida compensação da distribuição da carga de trabalho ao membro que atuar em plantão presencial ou que for acionado em período de sobreaviso, ou que efetivamente for acionado como suplente, para substituir membro impossibilitado de cumprir escala.

§ 1º A compensação de que trata o caput deste artigo se dará no montante de um dia útil de distribuição da carga de trabalho por período diário de plantão em que haja ocorrido a atuação presencial ou o acionamento.

§ 2º Para fins do disposto no § 1º, considera-se período diário de plantão o período que se inicia a 0h00 (zero hora) de um dia e se encerra às 24h (vinte e quatro horas) do mesmo dia.

Art. 40. A utilização da compensação da distribuição da carga de trabalho deverá ocorrer no prazo de 24 (vinte e quatro) meses, contados a partir do último dia de plantão, e será requerida pelo membro ao Procurador-Geral de Justiça com 10 (dez) dias de antecedência.§ 1º Não será deferida a compensação nos dias em que o membro tiver audiência ou sessão Plenária do Tribunal do Júri já designadas, salvo se indicar substituto para os referidos atos processuais.

§ 2º Será concedida a compensação para outras convocações com atuação fora do expediente forense, desde que justificadas por fatos extraordinários, como grandes eventos ou manifestações de significativa amplitude.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 41. Para efeito desta Resolução, consideram-se os dias com ponto facultativo como feriados.

Art. 42. Para efeito desta Resolução, considera-se ausente o membro que estiver impossibilitado, por motivo legal, de exercer o plantão, inclusive nos casos de:

I - férias;

II - afastamentos previstos nos arts. 203 e 204 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

III - licenças previstas nos arts. 222 e 223 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

IV - designação para núcleos, grupos e comissões, quando importarem em cessão para outro ramo do MPU;

V - designação para o Conselho Nacional do Ministério Público ou para o Conselho Nacional de Justiça;

VI - afastamento preventivo do membro indiciado em processo administrativo, conforme art. 260 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993;

VII - afastamento do membro que responde a ação de perda de cargo, conforme o parágrafo único do art. 208 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993; e

VIII - sanção disciplinar de suspensão, conforme o inciso III do art. 239 da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993.

Art. 43. Os procedimentos a serem adotados pelos membros plantonistas de primeira instância, nos casos que envolvam Direito da Infância e Juventude, serão elencados em instrução a ser aprovada pelo Procurador-Geral de Justiça.

Art. 44. Os plantões realizados anteriormente à publicação desta Resolução serão computados para os fins dos arts. 17 e 23.

Art. 45. As escalas e as portarias de designação para plantão já publicadas não serão alteradas por esta Resolução.

Art. 46. Fica estabelecido como marco inicial:

I - para os Plantões de Primeira Instância e do Recesso Forense, as escalas dos plantões vigentes;

II - para os Plantões do Carnaval e da Semana Santa, a ordem inversa de antiguidade na carreira, iniciando-se pelos Promotores de Justiça Adjuntos aprovados no 31º Concurso Público que não tenham sido designados para a escala do Plantão do Recesso Forense 2017/2018;

III - para o Plantão da Eleição do Conselho Tutelar, a escala do Plantão de Primeira Instância vigente na data da eleição, caso seja necessário.

Art. 47. As dúvidas e os casos omissos serão decididos pelo Procurador-Geral de Justiça, que deverá, de imediato, no caso de omissão, provocar a manifestação do Conselho Superior, para que se proceda à devida regulamentação.

Art. 48. Revoga-se a Resolução n.º 135, de 9 de maio de 2012, e as demais disposições em contrário.

Art. 49. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ FIRMO REIS SOUB
Procurador de Justiça
Presidente do Conselho Superior
Em exercício

SELMA LEITE DO NASCIMENTO SAUERBRONN DE SOUSA
Vice-Procuradora-Geral de Justiça
Conselheira-Relatora

ARINDA FERNANDES
Procuradora de Justiça
Conselheira-Secretária

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA

COORDENADORIAS DAS PROMOTORIAS DE JUSTIÇA

3ª PROMOTORIA DE JUSTIÇA REGIONAL DE DIREITOS DIFUSOS

PORTARIA Nº 3, DE 16 DE ABRIL DE 2018

O Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, por meio do promotor de justiça em exercício junto a 3ª PROREG, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, conferidas pelos artigos 127, caput, e 129, inciso III, da Constituição Federal, e 7º, inciso I, da Lei Complementar nº 75, de 1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no Sisproweb sob nº 08190.044756/18-11, que tem como interessados: Administração Regional de Santa Maria. Assunto: Prosseguir na apuração do possível desvio de valores que dever que deveriam ter sido utilizados na construção de benfeitorias no Parque Recreativo de Santa Maria.

SERGIO BRUNO CABRAL FERNANDES
Promotor de Justiça

PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E SOCIAL

PORTARIA Nº 12, DE 1º DE ABRIL DE 2018

A Promotora de Justiça do Distrito Federal e Territórios em exercício na 5ª PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75/93, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.030168/18-46, que tem como interessado: PAULO MÁRCIO SAMPAIO, para apurar prática de ato de improbidade administrativa, previsto em tese no ar tigo 11, caput, da Lei 8.429/1992 (assédio moral).

RAQUEL TIVERON

PORTARIA Nº 17, DE 17 DE ABRIL DE 2018

O Promotor de Justiça Adjunto do Distrito Federal e Territórios em exercício na Central de Distribuição de Feitos da PRODEP, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, resolve:

Instaurar o Inquérito Civil Público, registrado no SISPROWEB sob nº 08190.030543/18-01, que tem como interessados: Distrito Federal - Secretaria de Estado de Políticas para Crianças, Adolescentes e Juventude do DF, IBESB - Instituto Brasília para o Bem-Estar do Servidor Público - Instituto Terra Utópica, para apurar indícios de lesão ao patrimônio público em decorrência da celebração do Convênio nº 01/2015, do Termo de Colaboração nº 03/2017 e dos Termos de Fomento nº 02/2016, 03/2016, 03/2017 e 06/2017, pela inobservância dos requisitos necessários para formalizar ajustes dessa natureza.

EDUARDO GAZZINELLI VELOSO

Tribunal de Contas da União

SECRETARIA-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO

PORTARIA Nº 18, DE 13 DE ABRIL DE 2018

Autoriza a descentralização externa de créditos orçamentários e repasse de recursos financeiros para o Ministério das Relações Exteriores (MRE).

O SECRETÁRIO-GERAL DE ADMINISTRAÇÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO, no uso da competência que lhe é delegada pelo art. 1º, inciso I, alínea *"d"*, da Portaria-TCU nº 1, de 2 de janeiro de 2017, e considerando as informações constantes do processo nº TC -011.554/2018-5, resolve:

Art. 1º Fica autorizada, na forma do Anexo Único desta portaria, a descentralização externa de créditos e o repasse de recursos financeiros, para o Ministério das Relações Exteriores (MRE), Unidade Orçamentária 35101, destinada à UG 240005, Gestão 00001, no valor estimado de

9.170,00 (nove mil, cento e setenta reais), equivalentes a USD 2,620.00 (dois mil, seiscentos e vinte dólares), com a cotação do dólar estimada a R$ 3,50 (três reais e cinquenta centavos), com vistas à contratação de serviço de intérprete para atender ao Ministro Augusto Nardes durante a 27ª Reunião do Grupo de Trabalho de Auditoria de TI (WGITA) da Intosai, de 17 a 19 de abril de 2018, e Reunião com o Titular da Entidade Fiscalizadora Superior da Austrália, no dia 16 de abril de 2018, ambos os eventos em Sidney, Austrália, conforme consta do processo TC-010.400/2018-4.

Art. 2º Os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e dos recursos financeiros repassados ao Ministério das Relações Exteriores (MRE), não comprometidos até 31 de dezembro de 2018, deverão ser devolvidos ao Tribunal de Contas da União em data anterior àquela anualmente estabelecida pela Secretaria do Tesouro Nacional (STN) para encerramento do exercício financeiro.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

CARLOS ROBERTO CAIXETA

ANEXO ÚNICO

Grupo Natureza de Despesa: Outras Despesas Correntes

Projeto/Atividade	Natureza de Despesa	Descrição	Valor (em R$)
01.032.0550.4018.0001 (PO 0000) Fiscalização da Aplicação dos Recursos Públicos Federais	3.3.90.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	6.650,00
	3.3.90.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	2.520,00
Total			9.170,00

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800276

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

Poder Judiciário

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL

PORTARIA Nº 86, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Comunica a abertura de crédito suplementar aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Supremo Tribunal Federal.

A PRESIDENTE DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, no uso de suas atribuições e tendo em vista o disposto no artigo 43, § 1º, inciso I, da Lei nº 13.473, de 8 de agosto de 2017, no artigo 4º, caput e incisos II, alínea "c", item "1" e III, alínea "d", item "1" e § 3º da Lei 13.587, de 2 de janeiro de 2018, e na Portaria SOF nº 487, de 15 de janeiro de 2018, resolve:

Art. 1º Fica aberto aos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social do Supremo Tribunal Federal crédito suplementar no valor de R$ 4.597.608,00 (quatro milhões, quinhentos e noventa e sete mil, seiscentos e oito reais) para atender à programação constante do Anexo I.

Art. 2º Os recursos compensatórios necessários à execução do disposto no art. 1º provêm de cancelamento de dotação, conforme Anexo II.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Min. CÁRMEN LÚCIA

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal
ANEXO I **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (SUPLEMENTAÇÃO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0565	**Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal**							**4.597.608**
		Atividades							
02 301	**0565 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**180.000**
02 301	0565 2004 5664	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF							180.000
			S	3	1	90	0	100	180.000
02 131	**0565 2549**	**Comunicação e Divulgação Institucional**							**452.218**
02 131	0565 2549 5664	Comunicação e Divulgação Institucional - Em Brasília - DF							452.218
			F	3	2	90	0	100	452.218
02 061	**0565 6359**	**Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal**							**3.965.390**
02 061	0565 6359 5664	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal - Em Brasília - DF							3.965.390
			F	3	2	90	0	100	689.610
			F	4	2	90	0	100	3.275.780
TOTAL - FISCAL									**4.417.608**
TOTAL - SEGURIDADE									**180.000**
TOTAL - GERAL									**4.597.608**

ÓRGÃO: 10000 - Supremo Tribunal Federal
UNIDADE: 10101 - Supremo Tribunal Federal
ANEXO II **Crédito Suplementar**
PROGRAMA DE TRABALHO (CANCELAMENTO) **Recurso de Todas as Fontes R$ 1,00**

FUNCIONAL	PROGRAMÁTICA	PROGRAMA/AÇÃO/LOCALIZADOR/PRODUTO	ESF	GND	RP	MOD	IU	FTE	VALOR
	0565	**Prestação Jurisdicional do Supremo Tribunal Federal**							**4.597.608**
		Atividades							
02 301	**0565 2004**	**Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes**							**180.000**
02 301	0565 2004 5664	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes - Em Brasília - DF							180.000
			S	4	1	90	0	100	180.000
02 122	**0565 216H**	**Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos**							**600.000**
02 122	0565 216H 5664	Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos - Em Brasília - DF							600.000
			F	3	2	90	0	100	600.000
02 131	**0565 2549**	**Comunicação e Divulgação Institucional**							**3.507.998**
02 131	0565 2549 5664	Comunicação e Divulgação Institucional - Em Brasília - DF							3.507.998
			F	4	2	90	0	100	3.507.998
02 061	**0565 6359**	**Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal**							**309.610**
02 061	0565 6359 5664	Apreciação e Julgamento de Causas no Supremo Tribunal Federal - Em Brasília - DF							309.610
			F	3	2	90	0	100	220.000
			F	4	2	90	0	100	89.610
TOTAL - FISCAL									**4.417.608**
TOTAL - SEGURIDADE									**180.000**
TOTAL - GERAL									**4.597.608**

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800277

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

CONSELHO DA JUSTIÇA FEDERAL

CORREGEDORIA-GERAL

TURMA NACIONAL DE UNIFORMIZAÇÃO DOS JUIZADOS ESPECIAIS FEDERAIS

ATO ORDINATÓRIO DE 17 DE ABRIL DE 2018

Nos termos da Portaria CJF-PCG-2017/00009, de 30 de junho de 2017, publicada no Diário Oficial da União de 14 de julho de 2017, Seção I, página 91, esta secretaria intimou as partes e os advogados dos processos abaixo indicados, para que efetuassem o cadastramento no sistema eproc, implantado na TNU em 17 de julho do corrente ano.

Apesar de os advogados terem cadastro no eproc, verificou-se que se encontram sem validação, portanto faz-se necessário a tomada das seguintes providências:

a) Com certificado digital: validação será realizada no próprio sistema pelo advogado, dispensado o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal (§6º da Portaria);

b) Sem certificado digital: faz-se necessário o comparecimento pessoal à unidade da Justiça Federal, munidos de identificação profissional, para posterior validação pela Secretaria da Turma Nacional de Uniformização, nos termos do art. 2º, § 1º, da Lei n. 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Provimento 15/2014 do Conselho da Justiça Federal (§7º da Portaria).

Pelo exposto, ficam as partes e os advogados intimados, para que efetuem, nos termos acima, a validação do cadastro no sistema eproc, no prazo de 15(quinze) dias, para efetivação das intimações e de eventuais atos processuais.

Endereço de acesso ao sistema: https://eproctnu.cjf.jus.br/eproc

Contatos da secretaria da TNU: email - turma.uniformi@cjf.jus.br, tel: 61-30227300/7310/7320.

RELAÇÃO DOS PROCESSOS:

PROCESSO: 0519679-43.2013.4.05.8100
REQUERENTE: MARIA JOSEILA FAUSTINO RAMALHO
PROC./ADV.: Felipe Fialho Neto - CE011459
REQUERIDO: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL
PROC./ADV.:

PROCESSO: 0515557-61.2016.4.05.8300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: VALDECY JOSE ARAGAO
PROC./ADV.: José Hernandes Barbosa de Miranda Barros - PE033755

PROCESSO: 0511927-94.2016.4.05.8300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JORGE JOAO RODRIGUES
PROC./ADV.: MARIA FRANCISCA DO CARMO - PE014771

PROCESSO: 0506849-73.2017.4.05.8013
REQUERENTE: JOSE CICERO NOBERTO DOS SANTOS
PROC./ADV.: Vinicius Lamenha Lins Pinheiro - AL011580
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0506665-09.2015.4.05.8201
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JORGE COSTA DE ARAUJO
PROC./ADV.: RAYSSA ISMAEL TARRADAT ROCHA - PB020141

PROCESSO: 0505625-31.2016.4.05.8500
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JULIA ANDRADE SANTOS
PROC./ADV.: SHEILA PATRICIA DANTAS COSTA OLIVEIRA - SE000574

PROCESSO: 0504661-27.2014.4.05.8300
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ELIANE SERAFIM MARTINS
PROC./ADV.: João José da Silva - PE017570

PROCESSO: 0504238-19.2013.4.05.8101
REQUERENTE: UNIÃO - ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO
PROC./ADV.:
REQUERIDO: RICARDO JOSE BRITO BASTOS AGUIAR DE ARRUDA
PROC./ADV.: Caroline Maria Furtado Aguiar de Arruda - CE028573

PROCESSO: 0502361-81.2017.4.05.8302
REQUERENTE: GEANE GERALDO GUIMARAES
PROC./ADV.: Waléria Souza Lima - PE024223
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0060625-90.2014.4.01.3800
REQUERENTE: ADAIR DE SOUZA ALVES
ELISABETE APARECIDA ALVES
PROC./ADV.: MATHEUS FERREIRA PUFF - MG150953
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0052299-53.2014.4.03.6301
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: LUIZ CARLOS PEREIRA DO NASCIMENTO
PROC./ADV.: EDISON MARCOS RUFINO - SP239859

PROCESSO: 0047275-44.2014.4.03.6301
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOSE BARBOSA FILHO
PROC./ADV.: LIONETE MARIA LIMA - SP153047

PROCESSO: 0022076-54.2013.4.03.6301
REQUERENTE: IVO UVA
PROC./ADV.: ERIKA FERNANDES DE CARVALHO FREITAS - SP288217
SARA ROCHA DA SILVA - SP321235
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0019134-20.2011.4.03.6301
REQUERENTE: ANAI TEIXEIRA DA SILVA
PROC./ADV.: DORALICE APARECIDA NOGUEIRA ANTINHANI - SP255011
DORALICE NOGUEIRA DA CRUZ - SP049251
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0015353-58.2009.4.03.6301
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ALZIRA BATISTA MOTA DOS SANTOS
PROC./ADV.: BOAVENTURA MAXIMO SILVA DA PAZ - SP142437

PROCESSO: 0012485-77.2014.4.01.4300
REQUERENTE: DIVINO CLAUDIO ROSA
PROC./ADV.: ROSILENE DOS REIS - TO004360
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0012200-18.2016.4.01.3200
REQUERENTE: MAURO DA GAMA MONTEIRO
PROC./ADV.: MAURO DA GAMA MONTEIRO - AM009734
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0008623-69.2016.4.03.6306
REQUERENTE: PEDRO PIRES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: ERIKA FERNANDES DE CARVALHO FREITAS - SP288217
SARA ROCHA DA SILVA - SP321235
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0008447-38.2008.4.03.6317
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOAO KONOVALOV
PROC./ADV.: ADEMAR NYIKOS - SP085809

PROCESSO: 0008401-04.2016.4.03.6306
REQUERENTE: ANTONIO GERALDO BENTO DE ARAUJO
PROC./ADV.: SARA ROCHA DA SILVA - SP321235
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0007752-18.2016.4.01.4100
REQUERENTE: ZEIDE NUNES DE ARAUJO
PROC./ADV.: VINICIUS JACOME DOS SANTOS JUNIOR - RO003099
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0006690-73.2016.4.03.6302
REQUERENTE: IVANILDA APARECIDA LUIZ
PROC./ADV.: KELLI CRISTINA RESTINO RIBEIRO - SP202450
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0006674-39.2014.4.01.4300
REQUERENTE: MARIA NILCA COELHO DA SILVA
PROC./ADV.: REINOR VIEIRA DO PRADO - TO006056
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0006387-35.2011.4.03.6302
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ADAO LIMA FILHO
PROC./ADV.: MARIA JOSÉ SONCINO SAMPAIO DÓRIA - SP231972
WALDEMAR DORIA NETO - SP075114

PROCESSO: 0006280-51.2012.4.03.6303
REQUERENTE: ALMERINDA FERREIRA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: JOSILENE VACCARI BOTAN AMARO - SP195215
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0005383-55.2014.4.03.6302
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: JOAO PEDRO REIS DE FRANCA
PROC./ADV.: MARIO LUIS BENEDITTINI - SP076453

PROCESSO: 0004078-27.2015.4.03.6326
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: ANDRE LUIS DE SOUZA
PROC./ADV.: ROBERTA CAPOZZI MACIEL DE ALMEIDA - SP287232

PROCESSO: 0003544-37.2016.4.03.6330
REQUERENTE: MARIA JOSE RIBEIRO CAMPOS
PROC./ADV.: MICHELE MAGALHAES DE SOUZA - SP309873
MILENA CRISTINA TONINI RODRIGUES DA SILVA - SP259463
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0003387-08.2012.4.01.3502
REQUERENTE: MARIA DA CONCEICAO FALEIRO
PROC./ADV.: JULIO CESAR AUN DA CUNHA - GO030141
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0003291-29.2014.4.03.6327
REQUERENTE: ANTONIO ALVES DA SILVA FILHO
PROC./ADV.: RODRIGO VICENTE FERNANDEZ - SP186603
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0002741-76.2014.4.01.4100
REQUERENTE: LAURA ANA DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: CASIMIRO ANCILON DE ALENCAR NETO - RO004569
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0002606-75.2016.4.01.4300
REQUERENTE: JANIO JOSE DA COSTA CHAVES
PROC./ADV.: ROSILENE DOS REIS - TO004360
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0002295-60.2011.4.03.6319
REQUERENTE: ANTONIA EMIDIO CIRIACO
PROC./ADV.: DANIEL BELZ - SP062246
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0001992-12.2016.4.03.6306
REQUERENTE: MARIA INES OLIANI DO PRADO
PROC./ADV.: CESAR AUGUSTO DE SOUZA - SP154758
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0001875-50.2014.4.01.4300
REQUERENTE: INEZ PEREIRA DA SILVA
PROC./ADV.: GEORGE HIDASI - GO008693
PEDRO LUSTOSA DO AMARAL HIDASI - TO004679A
RICARDO CARLOS ANDRADE MENDONÇA - GO029480
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0001853-36.2011.4.01.3802
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS
PROC./ADV.: JOSE LEVI GOMES DA SILVA - MG049010

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800278

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

PROCESSO: 0001661-19.2015.4.01.4302
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA
PROC./ADV.: JADSON CLEYTON DOS SANTOS SOUSA - TO002236

PROCESSO: 0001638-34.2014.4.03.6119
REQUERENTE: NORMA PEDRO
PROC./ADV.: RUIMAR DA SILVA LIMA - SP116935
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0001371-57.2013.4.03.6326
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: WEBER DE GASPARI
PROC./ADV.: LUCIA CRISTINA CASAROTO JODAS GARDEL - SP266182

PROCESSO: 0001353-60.2013.4.03.6318
REQUERENTE: JOSE PEDRO DA SILVA
PROC./ADV.: GIOVANA PAIVA COLMANETTI - SP251808
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0000868-22.2016.4.03.6329
REQUERENTE: MARIO APARECIDO DA COSTA
PROC./ADV.: VANDA DE FATIMA BUOSO - SP094434
REQUERIDO: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.: CLAUDIO PERET DIAS - P12649

PROCESSO: 0000851-77.2010.4.02.5050
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: MARIA DAS GRACAS KENUP
RECEITA FEDERAL PARA USO DO SISTEMA
PROC./ADV.: PEDRO HENRIQUE S MENEZES - ES015965

PROCESSO: 0000052-97.2012.4.01.3819
REQUERENTE: INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS
PROC./ADV.:
REQUERIDO: FLAVIA GOMES DE OLIVEIRA
PROC./ADV.: SARA BITTENCOURT RAMOS - MG118597
TEREZINHA APARECIDA GOMES - MG122699

VIVIANE DA COSTA LEITE BORTOLINI
Secretária

TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO

PORTARIA Nº 5912695, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre as regras de destinação para preenchimento de cargos vagos e que vierem a surgir no âmbito da Justiça Federal de Primeiro e Segundo Graus, bem como sobre as vagas destinadas a negros e deficientes aprovados no concurso público promovido pelo Tribunal Regional Federal da 1ª Região.

O PRESIDENTE DO TRIBUNAL REGIONAL FEDERAL DA 1ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais e regimentais, tendo em vista o constante nos autos do PAe 0018167-63.2017.4.01.8000,

CONSIDERANDO:

a) que o Edital de Abertura das Inscrições para o 7º Concurso Público, publicado no Diário Oficial da União de 06/09/2017, destina-se ao provimento de cargos e à formação de cadastro de reserva em cargos constantes do Anexo I deste edital, para o preenchimento dos cargos que vierem a vagar após a homologação do resultado final ou forem criados dentro do prazo de validade do concurso e destinados para provimento nos Quadros de Pessoal do Tribunal Regional Federal da Primeira Região e da Justiça Federal de 1° grau da Primeira Região estabelece que o provimento dos cargos ficará a critério da Administração do Tribunal Regional Federal da 1ª Região;

b) os princípios que norteiam a Administração Pública, dispostos no art. 37 da Constituição Federal, principalmente o da eficiência;

c) que, para efeito de aplicação do art. 36 da Lei nº 8.112/1990, a Lei 11.416/2006, que dispõe sobre as Carreiras dos Servidores do Poder Judiciário da União, em seu art. 20, conceitua como Quadro a estrutura de cada Justiça Especializada, podendo haver remoção, nos termos da lei, no âmbito da Justiça Federal;

d) que a remoção, a pedido, na Primeira Região, é regida pelo Processo Seletivo Permanente de Remoção, instituído pela Resolução Presi 22/2017;

e) que o reajustamento da lotação ou da força de trabalho na Primeira Região impõe, como forma de melhor atender ao princípio da isonomia, a harmonização do preenchimento dos claros de lotação com o provimento dos cargos,

f) o disposto na Lei 12.990/2014 c/c a Resolução Nº 203/2015-CNJ e,

g) de acordo com o art. 5º, § 2º, da Lei 8112/1990 c/c a Resolução nº 246/2013-CJF e MS 31745/DF (STF), resolve:

Art. 1º. DETERMINAR que, durante o prazo de validade do 7º Concurso Público, a distribuição e o ajuste da força de trabalho na Primeira Região, obedecerão ao critério de alternância entre remoção de servidores e nomeação de candidatos, nessa ordem, para fins de destinação dos cargos existentes em 11/04/2018, data da publicação da homologação do resultado final do certame no Diário Oficial da União - Seção 3, bem como para os que forem criados dentro do prazo de validade do concurso e não foram oferecidos no Edital de Abertura das inscrições.

Art. 2º. A nomeação dos candidatos aprovados no 7º Concurso Público respeitará os critérios de alternância e de proporcionalidade, que consideram a relação entre o número total de vagas, destinados a provimento por concurso, o número de vagas reservadas a candidatos negros aprovados e o número de vagas reservadas a candidatos aprovados com deficiência.

Art. 3º. A nomeação para cargo de provimento efetivo de candidatos negros aprovados para as vagas a eles destinadas será realizada nos termos do edital de abertura do respectivo concurso, observando-se o percentual de 20% (vinte por cento), até o final da vigência do concurso e pela aplicação do critério de alternância previsto no art. 1º.

§ 1º. A reserva de vaga de que trata o caput será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público for igual ou superior a 3 (três).

§ 2º. Caso a aplicação do percentual estabelecido no caput resulte em número fracionado, este será elevado para o primeiro número inteiro subsequente, em caso de fração igual ou maior ou igual a 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para o número imediatamente inferior, no caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos)

Art. 4º. A convocação dos candidatos negros será efetuada da seguinte forma:

I - Observar-se-á, para fins de nomeação de candidatos nessa condição, o somatório do quantitativo de vagas preenchidas e o número de vagas em vias de provimento, destinadas a concurso público pela aplicação do critério da alternância prevista no art. 1º.

II - Serão convocados negros para os cargos com quantitativos de vagas superiores ou iguais a 3 (três);

III - Será reservada ao candidato negro aprovado a terceira vaga disponível para nomeação, as reservas seguintes corresponderão à 5ª vaga em cada grupo de 5 vagas disponíveis para provimento pela aplicação do critério de alternância previsto no art. 1º, correspondendo às nomeações de números 8, 13, 18, 23, 28 e assim sucessivamente.

Art. 5º Os candidatos negros aprovados dentro do número de vagas oferecidos para ampla concorrência não serão computados para efeito de provimento das vagas reservadas a candidatos negros.

Art. 6º. Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficientes para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

Art. 7º. A nomeação para cargo de provimento efetivo de candidatos com deficiência aprovados para as vagas a eles destinadas será realizada nos termos do edital de abertura do respectivo concurso, observando-se o percentual de 5% (cinco por cento), até o final da vigência do concurso e pela aplicação do critério de alternância previsto no art. 1º.

Art. 8º. A convocação dos candidatos com deficiência será efetuada da seguinte forma:

I - Observar-se-á, para fins de nomeação de candidatos nessa condição, o somatório do quantitativo de vagas preenchidas e o número de vagas em vias de provimento, destinadas a concurso público pela aplicação do critério da alternância prevista no art. 1º. Caso a aplicação do percentual de 5% resulte em número fracionado, esse deverá ser elevado ao primeiro número inteiro subsequente, desde que não ultrapasse 20% do total de cargos providos no certame, nos termos do art. 5º, § 2º, da Lei 8112/1990.

II - Serão destinadas aos candidatos com deficiência, pela aplicação do critério de alternância previsto no art. 1º, as nomeações de números 5, 21, 41, 61 e assim sucessivamente.

Art. 9º Os candidatos com deficiência aprovados dentro do número de vagas oferecidos para ampla concorrência não serão computados para efeito de provimento das vagas reservadas a candidatos com deficiência.

Art. 10. Na hipótese de não haver candidatos com deficiência aprovados em número suficientes para que sejam ocupadas as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para ampla concorrência e serão preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação no concurso.

Art. 11. Os candidatos negros aprovados tanta para as vagas a eles destinadas quanto para as reservadas às pessoas com deficiência, e convocados para o provimento dos cargos, deverão manifestar opção por uma delas.

Parágrafo único. Caso o candidato não se manifeste previamente, será nomeado dentro das vagas destinadas aos negros.

Art. 12. Os casos omissos serão dirimidos pela Presidência.

Art. 13. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Des. HILTON QUEIROZ

Entidades de Fiscalização do Exercício das Profissões Liberais

CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA

RESOLUÇÃO Nº 465, DE 14 DE ABRIL DE 2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO FEDERAL DE BIOLOGIA - CFBio, Autarquia Federal, com personalidade jurídica de direito público, criado pela Lei nº 6.684, de 3 de setembro de 1979, alterada pela Lei nº 7.017, de 30 de agosto de 1982 e regulamentada pelo Decreto nº 88.438, de 28 de junho de 1983, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e Considerando a decisão do Plenário na 334ª Sessão Plenária Ordinária, realizada em 14 de abril de 2018; resolve:

Art. 1º Aprovar a Proposta Orçamentária do Conselho Regional de Biologia da 2ª Região - CRBio-02 para o exercício de 2018, conforme abaixo:

CONSELHO REGIONAL DE BIOLOGIA - 2ª Região

RECEITAS			DESPESAS	
Rec. Correntes		6.010.000,00	Desp. Correntes	5.650.000,00
Rec. de Cap.	-X-		Desp. de Cap.	360.000,00
TOTAL		6.010.000,00		6.010.000,00

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

WLADEMIR JOÃO TADEI

CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS

RESOLUÇÃO Nº 1.402, DE 1º DE DEZEMBRO DE 2017

Altera dispositivo da Resolução-Cofeci nº 1.065/2007, para permitir a utilização da expressão "Gestor Imobiliário" por portadores de Diploma de curso superior na área das Ciências Imobiliárias.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, usando da competência que lhe confere o artigo 16, inciso XVII, da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978. CONSIDERANDO a necessidade de incentivar o corretor de imóveis a buscar seu aperfeiçoamento profissional por meio de uma formação acadêmica mais abrangente, em regra proporcionado por cursos de nível superior na área das ciências imobiliárias, e de permitir que melhor identifique tal qualificação em anúncios e documentos atinentes à sua atividade;

CONSIDERANDO a decisão do E. Plenário, adotada em Sessão realizada dia 01 de dezembro de 2017, resolve:

Art. 1º - O Art. 2º da Resolução-Cofeci nº 1.065, de 27 de setembro de 2007, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 2º - A utilização pública de nome por extenso ou nome abreviado por pessoa física regularmente inscrita no CRECI poderá dar-se desde que seguido da expressão "corretor de imóveis", "gestor imobiliário" ou "profissional liberal", independente de outro adjetivo que possa figurar no anúncio ou documento com o objetivo de melhor qualificar o profissional."

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

SÉRGIO WALDEMAR FREIRE SOBRAL
Diretor-Secretário

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800279

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

RESOLUÇÃO Nº 1.403, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Altera dispositivos dos Regimentos do Conselho Federal e Padrão para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - COFECI no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, incisos II e XVII, da Lei n° 6.530/78, de 12 de maio de 1978, CONSIDERANDO a necessidade de aperfeiçoamento redacional de alguns dispositivos do Regimento do COFECI e do Regimento Padrão para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, inclusive a adequação deste à realidade dos procedimentos eleitorais adotados pelo Sistema COFECI-CRECI;

CONSIDERANDO a decisão adotada pelo E. Plenário do COFECI nas Sessões Plenárias Ordinárias nºs 007/2017 e 008/2018, realizadas em 01/12/2017 e 04/04/2018, respectivamente, ambas por unanimidade de votos, com a presença de 48 (quarenta e oito) Conselheiros na primeira e de 49 (quarenta e nove) na segunda, configurando, com sobra, a presença necessária de 2/3 dos Conselheiros; resolve:

Art. 1º - O inciso XIII do artigo 4º do Regimento do Conselho Federal de Corretores de Imóveis passa a vigorar com a seguinte redação: "XIII - instituir modelos de documentos de identificação profissional, Certificados de Inscrição e de Regularidade, e outros;

Art. 2º - O inciso I do artigo 19 do Regimento do Conselho Federal de Corretores de Imóveis passa a vigorar com a seguinte redação: "I - baixar Portarias e assinar, com o Diretor Secretário, atos normativos e mandar publicá-los, se for o caso;"

Art. 3º - O inciso I do artigo 8º do Regimento Padrão para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis passa a vigorar com a seguinte redação: "I - baixar Portarias e assinar, com o Diretor Secretário, atos normativos e mandar publicá-los, se for o caso;"

Art. 4º - O artigo 41 do Regimento Padrão para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, eliminado o seu inciso III e renumerado o seu parágrafo único para § 1º, passa a vigorar acrescido do § 2º com a seguinte redação: "§ 2º - A concessão de auxílios e subvenções a outros Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis ou a entidades sem fins lucrativos ligadas ao mercado imobiliário, independentemente do valor, só poderá ocorrer com anuência prévia do Presidente do COFECI, mediante solicitação justificada."

Art. 5º - O artigo 42 do Regimento Padrão para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 42 - O CRECI poderá disponibilizar até 5% (cinco por cento) de sua receita anual para promover propaganda institucional própria, do Sistema COFECI-CRECI e suas instituições, de valorização profissional do Corretor de Imóveis e de fomento ao mercado imobiliário."

Art. 6º - O artigo 46, incisos I a III, acrescido do inciso IV e seus §§ 1º e 2º, do Regimento Padrão para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, mantidos os textos originais dos §§ 3º, 4º e 5º, passam a vigorar com a seguinte redação: "Art. 46 - As eleições para os cargos de Diretoria e Conselho Fiscal do CRECI, bem como de seus Representantes junto ao COFECI, para cumprimento de mandato no triênio de que trata o artigo 44, ocorrerão entre o 11º (décimo primeiro) e o 30º (trigésimo) dia, inclusive, após a proclamação do resultado eleitoral, em Sessão Plenária Especial, para a qual serão convocados, pelo Presidente do CRECI ou pelo Coordenador da Comissão Eleitoral regional, com apoio operacional e logístico da Secretaria do CRECI, os futuros Conselheiros efetivos, eleitos para o próximo triênio. A eleição dar-se-á da seguinte forma: I - Os trabalhos serão presididos por um delegado designado por Portaria pelo Presidente do COFECI, auxiliado por um secretário e dois escrutinadores por ele escolhidos dentre os presentes; II - Instalada a mesa e iniciados os trabalhos, o Presidente da Sessão dará posse aos Conselheiros efetivos eleitos para o próximo triênio, convidando, um a um, para assinar o termo de posse, e promoverá, dentre eles, a eleição do Presidente. Na sequência, promoverá a eleição dos Diretores, dos Representantes junto ao COFECI e do Conselho Fiscal, na ordem por ele determinada. III - Concluída a eleição, o Presidente da Sessão dará posse ao Presidente eleito, passando-lhe, dali em diante, a presidência dos Trabalhos; IV - O Presidente empossado, assumindo a coordenação dos trabalhos, dará posse aos demais Diretores e aos Conselheiros Fiscais. § 1º - O Presidente da Sessão designado pelo Presidente do Cofeci, a título de homenagem, poderá delegar as atribuições que lhe conferem os incisos I a III deste artigo a um Conselheiro ou Diretor da gestão em curso no CRECI. § 2º - A convocação da Sessão Plenária Especial será feita com comunicação simultânea ao COFECI, de modo que se realize dentro do intervalo previsto no caput. §§ 3º a 5º - (permanecem com os textos originais, sem alteração)."

Art. 7º - O artigo 79 do Regimento Padrão para os Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis, acrescido do parágrafo único, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 79 - As disposições deste Regimento, na sua forma Padrão, prevalecem sobre Resoluções, Portarias, Instruções Normativas e Deliberações, que a ele não se devem opor, e somente poderão ser aditadas ou modificadas por proposta aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Conselheiros Federais, em 2 (duas) Sessões Plenárias. Parágrafo Único - As disposições deste Regimento, depois adotado pelos Conselhos Regionais, poderão ser por estes aditadas ou modificadas, desde que a alteração sugerida não prejudique sua essência, por proposta aprovada por, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos Conselheiros Regionais, em duas Sessões Plenárias, e só entrará em vigor depois de referendada pelo Plenário do COFECI."

Art. 8º - Esta Emenda Regimental aprovada em primeiro turno por unanimidade dos 48 (quarenta e oito) Conselheiros presentes à Sessão Plenária Ordinária nº 007/2017, de 01/12/17, e, em segundo, igualmente por unanimidade dos 49 (quarenta e nove) Conselheiros presentes à Sessão Plenária Ordinária nº 008/2018, de 04/04/18, entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

SÉRGIO WALDEMAR FREIRE SOBRAL
Diretor-Secretário

RESOLUÇÃO Nº 1.404, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Altera disposições das Resoluções-Cofeci nºs 326/92, 458/95, 492/96, 905/05 e 1.256/12, revoga dispositivo da Resolução-Cofeci nº 005/78 e as Resoluções-Cofeci nºs 334/92 e 342/92.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - COFECI no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 16, incisos V e XVII, da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978 c/c o Art. 38, IV, do Decreto nº 81.871/78, de 29 de junho de 1978, e Art. 4º, incisos III, IV e XII, do Regimento Interno aprovado com a Resolução-Cofeci nº 1.126/09;

CONSIDERANDO que o Termo de Compromisso de Cessação de Prática firmado em 14 de março de 2018, entre os Conselhos integrantes do Sistema COFECI-CRECI e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica/MJSP (CADE), relaciona especialmente as Resoluções-Cofeci nºs 326/92, 334/92, 458/95 e 1.256/12, ou algumas de suas disposições, como potencialmente lesivas ao princípio constitucional da livre concorrência, e recomenda a revogação de outros eventuais normativos deste Conselho Federal que, em tese, possam também afrontar o mesmo preceito fundamental;

CONSIDERANDO a necessidade de correção de erro material contido no artigo 6º da Resolução-Cofeci nº 905/05; CONSIDERANDO a decisão unânime adotada pelo E. Plenário do Cofeci, em Sessão realizada no dia 04 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º - Revogar a alínea "e" do artigo 1º da Resolução-Cofeci nº 005/78.

Art. 2º - O inciso V, do artigo 6º, da Resolução-Cofeci nº 326, de 25 de junho de 1992 (Código de Ética Profissional) passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 6º - É vedado ao Corretor de Imóveis: V - receber honorários ou vantagens que não correspondam a serviços efetiva e licitamente prestados;"

Art. 3º - Revogar as Resoluções-Cofeci nºs 334, de 10 de agosto de 1992, e 342, de 05 de novembro de 1992.

Art. 4º - O primeiro Considerando e o artigo 1º da Resolução-Cofeci nº 458, de 17 de novembro de 1995, revogado o seu segundo Considerando, passam a vigorar com as seguintes redações: "CONSIDERANDO a necessidade de se oferecer aos pretendentes a ofertas imobiliárias anunciadas a segurança de que, ao procurarem o anunciante, este realmente disponha de autorização por escrito para intermediar as transações anunciadas;" "Art. 1º - Somente poderá anunciar publicamente o Corretor de Imóveis, pessoa física ou jurídica que tiver contrato escrito de intermediação imobiliária."

Art. 5º - A ementa e o artigo 1º da Resolução-Cofeci nº 492, de 30 de julho de 1996, passam a vigorar com as seguintes redações: Ementa: "Estabelece multa aplicável às pessoas físicas e jurídicas que anunciarem publicamente sem possuírem autorização por escrito." "Art. 1° - INSTITUIR multa no valor de 1 (uma) a 3 (três) anuidades, consoante disposições contidas no Artigo 1°, itens I-A e II e respectivo Parágrafo Único da Resolução-COFECI n° 315/91, aplicáveis às pessoas físicas e jurídicas que anunciarem publicamente sem estarem de posse do contrato escrito de intermediação imobiliária, previsto no artigo 1° da Resolução-COFECI n° 458, de 15 de dezembro de 1995."

Art. 6º - O artigo 6º da Resolução-Cofeci nº 905, de 29 de abril de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 6º - Os profissionais e empresas que não forem encontrados, ou que deixarem de participar do recenseamento, poderão ter suas inscrições canceladas administrativamente, sem prejuízo da cobrança executiva das anuidades devidas até a data do cancelamento."

Art. 7º - O artigo 1º da Resolução-Cofeci nº 1.256, de 22 de junho de 2012, passa a vigorar com a seguinte redação, revogados seu quarto Considerando e seu artigo 2º e respectivo parágrafo único: "Art. 1º - Cópia dos atos constitutivos da incorporação de lançamentos imobiliários devidamente registrados no Cartório de Registro Imobiliário deverá ser arquivada no Regional antes da data de início das operações de venda ou de cadastramento de interessados." Art. 8º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

SÉRGIO WALDEMAR FREIRE SOBRAL
Diretor-Secretário

RESOLUÇÃO Nº 1.405, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Modifica dispositivos da Resolução-Cofeci nº 900, de 1º de abril de 2005.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS - COFECI, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 16, inciso XVII, da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978 e artigo 6º, inciso IV, do Regimento do Cofeci,

CONSIDERANDO a recomendação do TCU - Tribunal de Contas da União contida no ítem 9.8 do Processo TC 018.452/2013-2 e a jurisprudência do TCU sedimentada pela Decisão 348/1991 - 1ª Câmara e Acórdão 1.131/2004 - 1ª Câmara;

CONSIDERANDO também a determinação do TCU - Tribunal de Contas da União contida no item 9.2 do Acórdão nº 319/2018 (Plenário) no TC 023.517/2017-4; CONSIDERANDO a deliberação do E. Plenário adotada na Sessão realizada dia 04 de abril de 2018; resolve:

Art. 1º - O § 2º do art. 5º da Resolução-Cofeci nº 900/2005, passa a vigorar com a seguinte redação: "§ 2º - As diárias serão propostas pelo chefe do departamento a que pertença o beneficiário, ou pelo diretor da área, de acordo com a exigência do encargo a ser cumprido, e seu pagamento será ordenado pela Presidência do Conselho."

Art. 2º - O art. 10 da Resolução-Cofeci nº 900/2005, revogados seus parágrafos 1º e 2º, passa a vigorar com um Parágrafo Único, com a seguinte redação: "Art. 10 - As diárias internacionais serão concedidas mediante processo administrativo próprio, autorizadas pela Presidência do COFECI, em dólar norteamericano. Quando relativas a viagens a países membros da Comunidade Europeia, o valor correspondente será convertido em euro. Parágrafo Único - O valor das diárias será definido, caso a caso, conforme a necessidade e o local do encargo, mediante prévio orçamento estimativo englobando os valores de hospedagem, alimentação e deslocamento urbano."

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

SÉRGIO WALDEMAR FREIRE SOBRAL
Diretor-Secretário

RESOLUÇÃO Nº 1.406, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Aprova Processos de Prestação de Contas dos Conselhos Regionais de Corretores de Imóveis-Crecis, do exercício de 2017.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 16, Inciso XII, da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978,

CONSIDERANDO a decisão adotada pelo Egrégio Plenário, na Sessão realizada no dia 04 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º - APROVAR, julgando regulares, os Processos de Prestação de Contas dos Creci's das 1ª, 2ª, 3ª, 4ª, 5ª, 6ª, 7ª, 8ª, 9ª, 11ª, 12ª, 13ª, 14ª, 15ª, 16ª, 17ª, 18ª, 19ª, 20ª, 21ª, 22ª, 23ª, 24ª, 25ª e 26ª Regiões, referentes ao exercício de 2017, em conformidade com os Arts. 31, I, 36 e 38, caput, do Regimento do COFECI, aprovado com a Resolução-COFECI nº 1.126/09.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor-Tesoureiro

RESOLUÇÃO Nº 1.407, DE 4 DE ABRIL DE 2018

Aprova o Relatório de Atividades e o Processo de Prestação de Contas do COFECI, relativos ao exercício de 2017.

O CONSELHO FEDERAL DE CORRETORES DE IMÓVEIS-COFECI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Artigo 16, Inciso III, da Lei nº 6.530, de 12 de maio de 1978,

CONSIDERANDO a decisão adotada pelo Egrégio Plenário, na Sessão realizada no dia 04 de abril de 2018, resolve:

Art. 1º - APROVAR o RELATÓRIO DE ATIVIDADES e o PROCESSO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS do Conselho Federal de Corretores de Imóveis-COFECI, julgado regular, relativos ao exercício de 2017, em conformidade com os Arts. 27 e 31, I, do Regimento do COFECI, aprovado com a Resolução-COFECI nº 1.126/09.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor nesta data, revogadas as disposições em contrário.

JOÃO TEODORO DA SILVA
Presidente do Conselho

ANTÔNIO ARMANDO CAVALCANTE SOARES
Diretor-Tesoureiro

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800280

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.

CONSELHO FEDERAL DE PROFISSIONAIS DE RELAÇÕES PÚBLICAS

RESOLUÇÃO NORMATIVA N° 91, DE 14 DE ABRIL DE 2018

Altera a Resolução Normativa nº 49, de 22 de março de 2003, que contém o Regimento Interno do Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas.

O Conselho Federal de Profissionais de Relações Públicas - Conferp, no uso das atribuições que lhe confere o art. 2º, do Decreto-Lei n° 860, de 11 de setembro de 1969, resolve:

Art. 1º - Esta resolução altera a Resolução Normativa nº 49, de 22 de março de 2003, que contém o Regimento Interno do Conferp.

Art. 2º - O art. 40, §2º, inciso I, da Resolução nº 49, de 22 de março de 2003 passa a vigorar com a seguinte redação: "Art. 40 - .....§1º - .....§2º - Nos Conselhos Regionais a Reunião Ordinária: (NR) I - Será realizada uma vez ao mês; (NR)"

Art. 3º - O art. 46, §2º e §3º da Resolução Normativa nº 49, de 22 de março de 2003 passam a vigorar com a seguinte redação:"Art. 46 - .....§1º - .....§2º - As Reuniões Ordinárias do Sistema Conferp poderão ser realizadas por tele ou videoconferência. (NR) §3º - Ocorrendo o disposto no parágrafo anterior, o Secretário-Geral do respectivo Conselho cuidará de expedir a pauta com a antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, bem como providenciará os registros que comprovam a realização da reunião e, nesse caso será aplicado, no que couber, o disposto no art. 70 deste Regimento. (NR)"

Art. 4º - Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial da União.

JÚLIA GADELHA TORRES FURTADO
Presidente do Conselho

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS

RESOLUÇÃO Nº 398

A Presidente do CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DE MINAS GERAIS, no uso de suas atribuições legais e regimentais, faz saber que o Plenário do CRCMG aprovou a Abertura de Crédito Adicional Suplementar ao Orçamento do Exercício de 2018, nos termos do artigo 11, inciso VI do Regimento Interno e inciso III, parágrafo 1º do artigo 43 da Lei 4.320/64, conforme quadro seguinte:

REFORMULAÇÃO ORÇAMENTÁRIA SINTÉTICA EXERCÍCIO DE 2018 - (EM REAIS)

Resolução CRCMG n.º 398 de 13/04/2018 (disponível no portal www.crcmg.org.br)

6.3.1	DESPESAS CORRENTES		33.328.149,00
6.3.1.1	Pessoal e Encargos	12.607.709,00	
6.3.1.2	Benefícios Assistenciais	500,00	
6.3.1.3	Uso de Bens e Serviços	13.828.250,00	
6.3.1.4	Financeiras	323.000,00	
6.3.1.5	Transferências	280.000,00	
6.3.1.6	Tributárias e Contributivas	6.154.900,00	
6.3.1.9	Outras Despesas Correntes	133.790,00	
6.3.2	DESPESAS DE CAPITAL		1.391.851,00
6.3.2.1	Investimentos	1.391.851,00	
	TOTAL		34.720.000,00

RECURSOS UTILIZADOS:

Anulações parciais e/ou totais de diversas rubricas de despesas.....280.000,00

Belo Horizonte, 13 de abril de 2018. Contador Mauro Benedito Primeiro - Gerente de Contabilidade

CRCMG nº 054453/O - CPF nº 682100946-53

ROSA MARIA DE ABREU BARROS

CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO

RESOLUÇÃO Nº 107, DE 16 DE ABRIL DE 2018

Dispõe sobre a inclusão do parágrafo único no artigo 4º do Regimento Eleitoral a ser utilizado pelo Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP na eleição de 2018, Resolução CREF4/SP n° 100/2018

O PRESIDENTE DO CONSELHO REGIONAL DE EDUCAÇÃO FÍSICA DA 4ª REGIÃO - CREF4/SP, no uso de suas atribuições estatutárias, conforme dispõe o art. 40, inciso IX do Estatuto do CREF4/SP e:

CONSIDERANDO o disposto no artigo 70, parágrafo único, do Estatuto do Conselho Regional de Educação Física da 4ª Região - CREF4/SP;

CONSIDERANDO o disposto na Resolução CONFEF nº 346 de 16 de novembro de 2017;

CONSIDERANDO a necessidade de positivar o direito ao voto;

CONSIDERANDO a interpretação do CONFEF manifestada no Ofício CONFEF nº 733/2018, de 10 de abril de 2018, apontando que a quitação é condição de regularidade junto ao sistema;

CONSIDERANDO, o deliberado na 215ª Reunião Plenária Ordinária do CREF4/SP, realizada em 14 de abril de 2018; resolve:

Art. 1º - Incluir o parágrafo único ao artigo 4º da Resolução CREF4/SP n° 100/2018, com a seguinte redação:

...

Parágrafo único - Somente poderão votar os Profissionais de Educação Física que estiverem em situação regular e em dia com suas anuidades e obrigações estatutárias.

...

Art. 2º Esta resolução entra em vigor nesta data, com vigência na forma do Art. 51 da Resolução CREF4/SP n° 100/2018.

NELSON LEME DA SILVA JUNIOR

CONSELHO REGIONAL DE FISIOTERAPIA E TERAPIA OCUPACIONAL DA 9ª REGIÃO

ACÓRDÃO N° 23, DE 6 DE ABRIL DE 2018

PROCEDIMENTO SUMÁRIO Nº 234/2017. EMENTA: IRREGULARIDADE PECUNIÁRIA. ACÓRDÃO - Vistos, relatados e discutidos estes autos do Proc. Sum. Nº 234/2017, em que é representada profissional fisioterapeuta A. A. D. Q., decide o Plenário do Conselho Regional de Fisioterapia e Terapia Ocupacional da 9ª Região - CREFITO-9, por unanimidade de votos, julgam pela aplicação da penalidade de SUSPENSÃO DO EXERCICIO PROFISSIONAL, até a regularização do débito, nos termos do voto da Relatora, que ficam fazendo parte integrante do presente. Presidiu o julgamento o Cons. Elias Nasrala Neto, e dele participaram o Cons. Dra. Janes Aparecida Francio Moreira (Relatora), Cons. Dr. Luciano Muchagata; Cons. Dr. José Alves Martins; Cons. Dra. Claudia Duarte Melo; Cons. Drº Marcos Antônio Moreira De França; Cons. Drº Maria Isabel Nelli; Cons. Drª Lorena Frange Caldas; Cons. Drª Juliana Dalva Rodrigues Caobianco.

JULIANA DALVA CAOBIANCO
Relator Nomeado

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL

CONSELHO FEDERAL

2ª CÂMARA

ACÓRDÃOS

RECURSO N. 49.0000.2017.002979-0/SCA. Recte: J.R.S.O.J. (Advs: Vanessa Alves Leite OAB/RJ 135358 e outra). Recdo: M.R.V. (Advs: Esdras Dantas de Souza OAB/DF 3535 e outro). Interessado: Conselho Seccional da OAB/Rio de Janeiro. Relator: Conselheiro Federal Elton Sadi Fülber (RO). EMENTA N. 008/2018/SCA. Recurso. Art. 89-A, § 3º, do Regulamento Geral do EAOAB. Acórdão não unânime da Terceira Turma da Segunda Câmara. Falecimento do representante. Irrelevância para o processo disciplinar. Natureza indisponível do poder-dever disciplinar. Possiblidade, inclusive, de o processo disciplinar tramitar de ofício, nos termos do art. 72 do EAOAB. Rejeição da pretensão à suspensão do processo disciplinar. Recusa injustificada à prestação de contas. Desnecessidade de solicitação anterior do cliente ao advogado, para que se configure a infração disciplinar tipificada no art. 34, XXI, do EAOAB. Matéria já analisada pelo Plenário desta Segunda Câmara. A prestação de contas é obrigação legal imposta ao advogado, que somente se aperfeiçoa com a efetiva entrega dos valores devidos ao cliente, não sendo suficiente a mera apresentação de cálculos, daí porque desnecessária a prévia manifestação do cliente nesse sentido, por se tratar de obrigação legal imposta ao profissional. A quitação dos valores devidos ao cliente no curso do processo não resulta ao advogado qualquer benesse quanto à materialidade da infração disciplinar quando permanece na posse de quantia pertencente ao cliente por longo período, ainda que venha a satisfazer, integralmente, a dívida, sendo certo que nada justifica a demora em repassar ao cliente quantias que lhe pertencem. Recurso não provido. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por maioria, em negar provimento ao recurso, nos termos do voto do Relator. Brasília, 16 de abril de 2018. Ibaneis Rocha Barros Júnior, Presidente. Elton Sadi Fülber, Relator.

PROCESSO N. 49.0000.2017.005990-7/SCA. Assunto: Cadastro Nacional dos Advogados-CNA. Inscrição suplementar. Alimentação do sistema. Interessado: Presidente do TED da OAB/Distrito Federal, Luiz Gustavo Barreira Muglia-Gestão 2016/2019. Relator: Conselheiro Federal Juliano José Breda (PR). EMENTA N. 009/2018/SCA. Proposição. Encaminhamento ao Conselho Pleno. Acréscimo de dispositivo normativo no Regulamento Geral do EAOAB, pertinente ao CNA. Prazo para que o Conselho Seccional, em que o advogado mantenha inscrição suplementar, registre a punição disciplinar imposta por outra Seccional. Acórdão: Vistos, relatados e discutidos os autos do processo em referência, acordam os membros da Segunda Câmara do Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, observado o quorum exigido no art. 92 do Regulamento Geral, por unanimidade, em acolher a proposta apresentada, nos termos do voto do Relator. Brasília, 16 de abril de 2018. Ibaneis Rocha Barros Junior, Presidente. Alexandre Mantovani, Relator ad hoc.

Brasília-DF, 17 de abril de 2018.
IBANEIS ROCHA BARROS JUNIOR
Presidente da Câmara

Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800281

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Este documento pode ser verificado no endereço eletrônico http://www.in.gov.br/autenticidade.html, pelo código 00012018041800282

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001, que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.